

Dossiê n40

Temporalidades

Revista de História

As Instituições Políticas e a Construção das Identidades Nacionais nos Estados Pós-Coloniais



história científica do Brasil pós-independência
revista discente do programa de pós-graduação em história da ufmg

Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] / Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –
Edição 40, v. 15, n. 2 (Out. 2023/Mar.2024) – Belo Horizonte: Departamento de
História, FAFICH/UFMG, 2024

Quadrimestral a partir de 2013 / Semestral em 2022

Títulos e resumos em português e inglês

ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades>

<http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Departamento de História.

CDD 901

Publicação Indexada

Sumários.org (Brasil)

Periódicos Capes (Brasil)

Latindex (México)

Diadorim (Brasil)

Open Aire (U. E.)

PKP Index (Estados Unidos)

Livre! (Brasil)

Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.

31270-910 – Belo Horizonte/MG, Brasil

e-mail: temporalidades@gmail.com *homepage:* www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – Setembro/2023.

Expediente

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretora: Prof. Dra. Thais Porlan de Oliveira

Departamento de História

Chefe: Profa. Dra. Miriam Hermeto de Sá Motta

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: Prof. Dr. André Luis Pereira Miatello

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Comissão Editorial 2023/2024

Amanda Ribeiro dos Santos

André Luis Martins Amaral

Andrezza Alves Velloso

Gabrielle Pacheco Noacco

Maria Júlia Viana Matoso

Pietro Monteiro da Silva

Samuel Torres Bueno

Thabata Tosta Lima

Conselho Editorial Consultivo Nacional

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismery Alves da Silva (UNIR)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)

Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)

Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Raquel Costa Santos (UESB)

Regina Helena Alves da Silva (UFMG)

Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Samantha Viz Quadrat (UFF)

Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)

Soleni Biscouto Fressato (UFBA)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

Tiago Luís Gil (UnB)

Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Yllan de Mattos Oliveira (UFRRJ)

Conselho Editorial Consultivo Internacional

Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)

Hal Langfur (University of Buffalo)

Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)

Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)

Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)

Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)

Pedro António de Almeida Cardim (UNL)

Seth W. Garfield (University of Texas)

Revisão

Amanda Ribeiro dos Santos

André Luis Martins Amaral

Andrezza Alves Velloso

Gabrielle Pacheco Noacco

Maria Júlia Viana Matoso

Pietro Monteiro da Silva

Samuel Torres Bueno

Thabata Tosta Lima

Diagramação e montagem

André Luis Martins Amaral

Samuel Torres Bueno

Thabata Tosta Lima

Capa Thabata Tosta Lima

Open Journal Systems/Banco de Dados

Pietro Monteiro da Silva

Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e ao Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição da *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre à nossa disposição.

Ademir Schetini Júnior (UFF)
Agata Natalia Bloch – Universidade de Varsóvia
Ailson Barbosa de Oliveira (UFGD)
Alcebiádes Costa Filho Costa Alcebiádes (UESPI)
Alessandro Cerqueira Bastos (UFBA)
Alex Andrade Costa (UFBA)
Alexandra Sablina do Nascimento Veras (UERJ)
Alexandra Santos Pinheiro (UFGD)
Alexandro Neundorf (UFPR)
Amanda Lacerda de Lacerda (UNICAMP)
Amanda Monteiro Bortoluzzi Pires (UC)
André Caviola (UFMG)
Anne Thereza de Almeida Proença (FIOCRUZ)
Augusto Neftali Corte de Oliveira (PUCRS)
Barbara Caramuru Teles (UFPR)
Bethânia Luisa Lessa Werner (UFPEL)
Bruno Dias Santos (UNESP)
Bruno Martins de Castro (UFRJ)
Cássia Regina da Silva Rodrigues de Souza (FIOCRUZ)
Charles Sidarta Machado Domingos (IFSUL)
Cícero João da Costa Filho (USP)
Cintya Chaves (UECE)
Cristiane Bondan Rampazzo (UCS)
Cristiano Ferreira de Barros (MHN/Ibram/MinC)

David Anderson Zanoni (UPF)
Débora Cristina Alves (UFJF)
Débora Strieder Kreuz (UFPI)
Débora Strieder Kreuz (UFPI)
Dimitri Andrey Scarinci (UFRJ)
Douglas Corrêa Santos (UFF)
Edson Silva de Lima (UERJ)
Eduardo José Neves Santos (USP)
Elizabeth Santos de Carvalho (UERJ)
Eraldo De Souza Leão Filho (UFRJ)
Eric de Carvalho (UFRJ)
Fabio Alves Ferreira (UPE)
Fabíula Paulo de Freitas Manhães (UFES)
Fabrício Ferreira de Medeiros (UFF)
Felipe Castilho de Lacerda (USP)
Felipe Riccio Schiefler (UFFS)
Fernando Coelho (UFPA)
Flamarion Maués Pelúcio Silva (IFSP)
Gabriel Afonso Vieira Chagas (UFMG)
Giselda Brito Silva (UFRPE)
Glauber Eduardo Ribeiro Cruz – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - MG; Prefeitura Municipal de Santa Luzia - MG
Gustavo Pereira (NOVA)
Gustavo Silva de Moura (UFPI)
Gyovana Machado (UFJF)

Helson Flávio da Silva Sobrinho (UFAL)
Hércules da Silva Xavier Ferreira (UNIRIO)
Icles Rodrigues (UFSC)
Isabel Victoria Galleguillos Jungk (PUC-SP)
Isadora Mutarelli (UPorto)
Janaína Athaydes Contreiras (UFRGS)
José Felipe Oliveira da Silva (FMB/IESTEC)
Josiane de Paula Nunes (USP)
Júlia Boor Nequete (PUCRS)
Juliana da Silva Sabatinelli (UERJ)
Juliana Oakim Bandeira de Mello (UFF)
Karina Aparecida de Lourdes Ferreira (UFMG)
Lara Lucena Zacchi (UDESC)
Larissa Gonçalves Medeiros (UFPEL)
Leandro Gonçalves de Rezende (UFMG)
Louise Löbler (UFMS)
Loque Arcanjo Junior (UFMG)
Luana Campos Akinruli (UFMG)
Lucas Barroso (UERJ)
Luciana Francisco (UNESP)
Luciano Figueirêdo (UFBA)
Luis Filipe Maiolini (UFOP)
Luiza Rafaela Bezerra Sarraff (UERJ)
Luiz Fernando Rodrigues Lopes (IFB)
Luiz Gustavo Martins da Silva (UFOP)
Marcos Alexandre Arraes (UFT)
Marcos horácio Gomes Dias (MAS)
Maria Júlia Parente Félix (UFOP)
Maristela dos Santos Simão (ULusófona)
Mateus Roque da Silva (UNICAMP)
Monique Palma (UPorto)
Naiara Santana Pita (UFBA)
Natália Aparecida Godoy da Silva (UFF)
Olga Mattos de Lima e Silva (UFJF)
Orson Soares (UFRGS)
Patrícia Urruzola (CEFET-RJ)
Pedro Domingos Brandi Cachapuz (UFF)
Pedro Henrique Pedreira Campos (UNIFESP)
Piero di Cristo Carvalho Detoni (UFRRJ)
Raimundo Pereira Alencar Arrais (UFRN)
Raphael Almeida Dal Pai (UNIOESTE)

Raylane Marques Sousa (UnB)
Régis Quintão (UFMG)
René Lommez Gomes (UFMG)
Rhuan Targino Zaleski Trindade (UNICENTRO)
Robert Madeiro Dias (UFPA)
Roberto Biluczyk (UPF)
Rodrigo Christofoletti (UFJF)
Rodrigo Elias Caetano Gomes (UFF)
Rodrigo Musto Flores (UFRRJ)
Santiago Silva de Andrade (UNIR)
Tatielly Rosa Rocha (UFJVM)
Thaina Cardinali (UNICAMP)
Thayenne Roberta Nascimento Paiva (UFF)
Thiago Enes (UFF)
Vinícius Silva dos Santos (UFMG)
Victor Silva (UNICAMP)
Vitor Claret Batalhone Júnior (UFRGS)
Viviane Machado Caminha (UFRJ)
Ualisson Freitas (UFU)

SUMÁRIO

Editorial – “As Instituições Políticas e a Construção das Identidades Nacionais nos Estados Pós-Coloniais”
.....13-28
André Luis Martins Amaral

DOSSIÊ

“As Instituições Políticas e a Construção das Identidades Nacionais nos Estados Pós-Coloniais”

Apresentação 29-31
Andrezza Alves Veloso

Administração fazendária na capitania da Bahia: a arrecadação do direito dos filhos da folha das Ilhas de São Tomé e do Príncipe, 1699-1724/Treasury administration in the captaincy of Bahia: the collection of the tax for the payroll of the Islands of São Tomé and Príncipe, 1699-1724
..... 32-56
Hyllo Nader de Araújo Salles

Uma análise das práticas de corrupção no governo da província do Grão-Pará (1869-1889)/ Un análisis de las prácticas de corrupción en el gobierno de la provincia de Grão-Pará (1869-1889)
..... 57-83
Gisele Mendes Camarço Leite

Um olhar crítico em tempos de extremos: Raymond Aron e o debate político-econômico dos anos 1950-1970/ A critical look in times of extremes: Raymond Aron and the political-economic debate of the 1950's-1970's
..... 84-100
Rayssa Silva Vieira

Memória e experiência colonial no trabalho de Anton Kannemeyer/Memory and Colonial Experience in Anton Kannemeyer's Work
..... 101-128
Márcio do Santos Rodrigues

O fenômeno da (des)ocupação patrimonial: O Grande Hotel em Goiânia/ The phenomenon of heritage (dis)occupation: The Grand Hotel in Goiânia
..... 129-149
Vitor de Souza Morais e Fernando Antonio Oliveira Mello

Entre o Arkheïon e seus Arcontes: reflexões sobre o arquivo de uma Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas / Between the *Arkheïon* and their *Archons*: reflections about the Pro-Rector People Management Archive

..... 150-172
Luiz Antonio Sabeh; Alex Trindade Barbosa; Karen Alexandra de Santana e Frederico Boff Bonassa

Patrimônio cultural no Brasil: uma síntese do caminho construído / Cultural heritage in Brazil: a synthesis of the path built

..... 173-198
Gleidson de Pinho Tavares

ARTIGOS LIVRES

“A peste das bexigas”: epidemias de varíola e assistência jesuítica na América Portuguesa (1500-1759) / “The speckled monster”: smallpox epidemics and Jesuit assistance in Portuguese America (1500-1759)

..... 199-225
Poliana Orosa Rodrigues

Os “crimes contra o recto ministério do Santo Ofício” na capitania de Minas Gerais (1722-1821): alguns apontamentos / The crimes against the Holy Office in the captaincy of Minas Gerais (1722-1821): some notes

..... 226-250
Matheus Antônio da Silva Sousa e Pedro Tadeu de Castro Ribeiro

A capelania militar enquanto universo possível para notabilidade e mobilidade social: o caso dos presbíteros seculares José de Souza Barradas e Silvério da Costa e Oliveira — Minas Gerais, 1799-1801 / La capellanía militar como posible universo de notabilidad y movilidad social: el caso de los sacerdotes seculares José de Souza Barradas y Silvério da Costa e Oliveira — Minas Gerais, 1799-1801

..... 251-268
Gyovana de Almeida Félix Machado

A biografia e a escrita de si: os usos políticos de um relato de viagem no Oitocentos / Biography and self-writings: the political uses of a travel report in the 19th century

..... 269-288
Eveline Almeida de Sousa

Trilhos da Transformação: a chegada das ferrovias e a tensão entre atraso e progresso no Brasil / Rails of Transformation: the arrival of railways and the tension between delay and progress in Brazil

..... 289-306
Miguel Vítor Araujo Vieira

Fortes no foro e no desaforo? Autoridades locais e republicanos nos periódicos pós-Proclamação: Santa Cruz-RN (1889-1902) / Strong in the forum and in the effrontery? Local authorities and republicans in post-Proclamation periodicals: Santa Cruz-RN (1889-1902)

..... 307-329
Francisco Alves da Fonseca Neto

Reminiscências de um tempo em comum: africanos, belgas e seus descendentes no Vale do Itajaí (séc. XIX – XX) / Reminiscences of a time in common: africans, belgians and their descendants in the Itajaí Valley (19th – 20th centuries)

..... 330-351
Vinícius Bonsignori e Letícia Stiehler Machado

Sobre os rastros e registros do nome. Os Bins em Porto Alegre: negócios e família na segunda metade do século XIX / About the traces and records of the name. The Bins in Porto Alegre: business and family in the second half of the 19th century

..... 352-377
Jessica Bitencourt Lopes

Modernidade desiludida: tempos, raça e memória, questões a partir de “Recordações do Escrivão Isaías Caminha” (1909), de Lima Barreto / Disappointments in Modernity: times, race and memory, questions about Lima Barreto’s “Recordações do Escrivão Isaías Caminha” (1909)

..... 378-403
Juliano Lima Schualtz

Lirismo e martírio: o caso do poeta uxoricida João Pereira Barreto, a condição feminina e os crimes da paixão na Primeira República (1912-1916) / Lyrism and martyrdom: the case of the uxoricidal poet João Pereira Barreto, the female condition and the crimes of passion in the First Republic (1912-1916)

.....404-421
Cássila das Neves Ribeiro da Silva

- Uma breve discussão sobre o “Populismo”/Una breve discusión sobre el “Populismo”**
..... 422-441
João Vitor dos Santos e Marylu Alves de Oliveira
- Relatos de uma subjetividade descongelada. Uma história de vida (1930-2017)/Reports of a thawed subjectivity. A life story (1930-2017)**
..... 442-458
Luiza Porto de Faria
- JK, Editora Abril e Globo: Popularização da literatura nos anos de nacional-desenvolvimentismo / JK, Editora Abril and Globo: Popularization of literature in the years of national-developmentalism**
..... 459-475
Gabriel Alves Mendes, Raimunda Tereza Faria Marques e Silvana Seabra
- Os estudos de João Gabriel Baptista e a consolidação da Geografia enquanto campo científico no Piauí a partir da segunda metade do século XX / João Gabriel Baptista's studies and the consolidation of Geography as a scientific field in Piauí in the second half of the 20th century**
..... 476-506
Francisco de Assis de Sousa Nascimento e Marcus Pierre de Carvalho Baptista
- A inserção do rio Tocantins na política hidroelétrica brasileira (1984-2012) / La inserción del río Tocantins en la política hidroeléctrica brasileña (1984-2012)**
..... 507-525
Lucas André da Luz Silva Dias e Marcelo de Sousa Neto
- “A revolução legalista”: as representações do golpe civil-militar nos jornais *O Dia* e *O Dominical* (1961-1965)/ “The legalist revolution”: the repercussions of the civil-military coup in the *O Dia* and *O Dominical* (1961-1965)**
..... 526-552
Joel Marcos Brasil de Sousa Batista e Francisco de Assis de Sousa Nascimento
- Os elementos conservadores do autoritarismo na Ditadura Militar (1964-1985)/The conservative elements of authoritarianism in the Military Dictatorship (1964-1985)**
..... 553-573
Rodrigo de Souza Costa

- Histórias de luta: a representação das guerrilheiras do Araguaia em Resistência e o Estado de São Paulo (1970-2000)/Fight Stories: the representation of the Araguaia guerrilha women in Resistencia and O Estado de São Paulo (1970-2000)**
..... 574-598
Izabella Cardoso da Silva Campagnol
- Livros na fogueira: as chamas provocadas pela censura / Books at the stake: the flames caused by censorship**
..... 599-613
Gustavo Orsolon de Souza
- História e linguagem: O (dis)curso de “Botão de Rosa” como lampejo no desnudamento da ditadura militar brasileira / History and language: The (dis)course of “Rose Button” as a lampejo in the denudement of the brazilian military dictatorship**
..... 614-628
Andréia Souza de Araújo e Lucas Nascimento Assef de Carvalho
- As crianças e as leis: as representações das crianças no Concílio de Trento e nas Ordenações do Reino de Portugal / The Children and the Law: the representations of children in the Council of Trent and in the Ordinances of the Kingdom of Portugal**
..... 629-653
Juliana de Mello Moraes e Eduardo Pintarelli
- Os Conflitos Entre Patrões e Empregados na Inglaterra do Século XIX a Partir da Obra Norte de Sul/ Conflicts Between Employers and Employees in 19th Century England from the Book North and South**
..... 654-673
Maria Cecilia Barreto Amorim Pilla e Ruan De Oliveira Barros Santos
- Perfis românticos e formação intelectual: a correspondência entre Schiller (1759-1805) e Goethe (1749-1832)/Romantic profiles and intellectual formation: the correspondence between Schiller (1759-1805) and Goethe (1749-1832)**
..... 674-690
Jochin de Melo Azevedo Sobrinho

- A construção da “Tese Yates”:** a constituição de um paradigma entre a história da ciência e a história intelectual (1964-1974)/ The construction of the “Yates’ Thesis”: the constitution of a paradigm between the history of science and the intellectual history (1964-1974)
..... 691-716
Lucas Augusto Pietra
- Os traços do paraíso em William Blake: matrizes barrocas na linguagem emblemática de ‘For Children: The Gates of Paradise’ de 1793**/The traces of paradise in William Blake: baroque matrices in the emblematic language of ‘For Children: The Gates of Paradise’ from 1793
..... 717-740
Fernando Glaybson do Nascimento Santos
- Notas do Subsolo como novela científica**/*Notes from the Underground* as a scientific novel
..... 741-770
Rafael Sarto Muller
- Miami Sound Machine: Notas de Pesquisa Sobre o Projeto de uma Banda do Exílio Cubano**/*Miami Sound Machine: Research Notes on the Project of a Cuban Exile Band*
..... 771-796
Igor Lemos Moreira
- A materialidade discursiva das propagandas ideológicas na narrativa de The Purge: Anarchy (2014)**/The discursive materiality of ideological propaganda in the narrative of *The Purge: Anarchy* (2014)
..... 797-812
Sabrina Alves Ferreira
- As políticas de reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro no Rio de Janeiro / Policies for the recognition of Afro-Brazilian cultural heritage in Rio de Janeiro**
..... 813-831
Juliana Oakim Bandeira de Mello
- Instrução Pública e popularização da ciência no Museu Paraense de História Natural e Etnografia (1891-1898)**/Public instruction and popularization of science at the Paraense Museum of Natural History and Ethnography (1891-1898)
..... 832-861
Diego Ramon Silva Machado

Políticas de corporalidade e autonomismo nas experiências de militância da Comisión por el Derecho al Aborto (1988-2007) / Políticas de corporalidad y autonomismo en las experiencias de militancia de la Comisión por el Derecho al Aborto (1988-2007)

..... 862-896

Rafaela Zimkovicz

Percepção De Professoras (Es) Da Educação Básica Sobre O Ensino Remoto No Maranhão (Br) Durante A Pandemia Da Covid-19/ Basic Education Teachers' Perception About Remote Education In Maranhão (Br) During The Covid-19 Pandemic

..... 897-910

Richard Oliveira Jardim

Contra os negacionismos: A História Pública, o ensino de história e o papel do professor de História como intelectual público no combate aos abusos do passado/Contra los negacionismos: la historia pública, la enseñanza de la historia y el papel del profesor de historia como intelectual público en la lucha contra los abusos del pasado

..... 911-942

Elvis de Almeida Diana

RESENHAS

Liberalismo versus Democracia: Resenha de CHAMAYOU, Grégoire. *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 416p

..... 943-947

Rodrigo José Fernandes de Barros

Por uma História Social do(a)s trabalhadore(a)s: apontamentos e perspectivas. Resenha de POPINIGIS, Fabiane; AMARAL, Deivison. *Trabalhadoras e trabalhadores: capítulos de história social*. São Paulo: Paco Editorial, 2022. 392 p.

..... 948-952

Alberta Jorgia Félix Paulino

Vanguarda centenária: territórios e temporalidades dos modernismos brasileiros. Resenha de: HARDMAN, Francisco Foot. *A ideologia paulista e os eternos modernistas*. São Paulo: Editora Unesp, 2022. 269p.

..... 953-958

Natália Zampella

Resenha de **MIRANDA, Bruno Romero Ferreira; XAVIER, Lucia Furquim Werneck (Org.).**
As memórias de Krzysztof Arciszewski: um polonês a serviço das Índias Ocidentais no
Brasil. Recife: Cepe, 2022.

..... 959-963

ENTREVISTA

Entrevista com o Me. André Onofre Limírio Chaves

..... 964-973

Editorial

“As Instituições Políticas e a Construção das Identidades Nacionais nos Estados Pós-Coloniais”

André Luis Martins Amaral

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

andre.ufmg.dri@gmail.com

Caros leitores, pesquisadores e colaboradores, é com grande entusiasmo que nós, da Equipe Editorial da *Temporalidades*, revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apresentamos a nossa quadragésima edição. O dossiê temático, intitulado *As Instituições Políticas e a Construção das Identidades Nacionais nos Estados Pós-Coloniais*, chega ao público como o número 15, volume 2, da edição número 40 do periódico. Além dos textos do dossiê, composto por 7 artigos e 1 entrevista, a edição também traz à comunidade acadêmica 33 artigos livres e 4 resenhas, recebidos em fluxo contínuo.

Este dossiê temático, *As Instituições Políticas e a Construção das Identidades Nacionais nos Estados Pós-Coloniais*, propõe-se a mergulhar na complexa interação entre as instituições políticas e a formação das identidades nacionais em estados que emergiram após o período colonial. Com o intuito de alcançar uma compreensão abrangente e significativa desse fenômeno, o dossiê adota uma abordagem interdisciplinar, incorporando tanto a Linha de Pesquisa de História Social da Cultura (HSC) quanto a de História e Culturas Políticas (HCP). Ao adotar essa abordagem interdisciplinar, o dossiê busca explorar as múltiplas facetas das influências políticas, sociais e culturais na construção das identidades nacionais nos estados pós-coloniais. Reconhecendo a complexidade desse processo, promove uma análise multifacetada que reconhece a interação dinâmica e sistemática entre diferentes aspectos, como narrativas históricas, práticas políticas e expressões culturais.

Nos estados pós-coloniais ao redor do mundo, a herança do colonialismo continua a moldar profundamente as realidades políticas, culturais e sociais. A independência desses Estados marca não apenas o fim da dominação colonial, mas também o início de um processo de redefinição e construção de identidades nacionais. Esse processo é frequentemente marcado por desafios complexos e exigências de adaptação das instituições políticas para atender às demandas

de inclusão e representatividade em sociedades muitas vezes fragmentadas por divisões étnicas, culturais e políticas. Assim, este dossiê visa preencher uma lacuna na literatura acadêmica, fornecendo uma plataforma para a investigação aprofundada e crítica dessas questões. Ao incentivar abordagens metodologicamente diversificadas, ele busca estimular a produção de conhecimento que contribua para uma compreensão mais ampla e informada das dinâmicas políticas e sociais nos Estados pós-coloniais.

O dossiê que apresentamos aqui busca explorar as interconexões entre as instituições políticas e as identidades nacionais nesses contextos. Por meio de uma série de ensaios e análises, os autores abordam uma variedade de questões cruciais, desde a formação das estruturas governamentais até a influência das narrativas históricas na construção da identidade nacional. Ao examinar estudos de caso de diferentes regiões e períodos históricos, os artigos neste dossiê oferecem insights valiosos sobre os desafios enfrentados pelos estados pós-coloniais na busca pela coesão nacional e pela estabilidade política.

Além disso, destacam-se as estratégias inovadoras adotadas por esses Estados para enfrentar tais desafios e promover a inclusão e a participação democrática. Diante disso, a revista *Temporalidades*, reafirma, mais uma vez, seu compromisso com a produção e difusão do conhecimento histórico, assim como convida a comunidade acadêmica ao engajamento numa análise crítica da realidade. Este dossiê não apenas oferece uma análise aprofundada dos temas abordados, mas também visa estimular o debate e a reflexão sobre o papel das instituições políticas na formação das identidades nacionais. Ao fazê-lo, esperamos contribuir para uma compreensão mais abrangente dos processos dinâmicos que moldam as temporalidades políticas e sociais em todo o mundo. Convidamos vocês, nossos leitores, a mergulhar neste dossiê e a se engajar nas discussões e reflexões que ele suscita. Agradecemos a todos os autores e colaboradores que tornaram este dossiê possível e esperamos que ele inspire novas pesquisas e análises sobre este tema vital.

Nesta proposta, pesquisadores e entrevistados (cuja contribuição será descrita mais ao final deste Editorial) elaboraram diferentes reflexões sobre o desenvolvimento das instituições políticas e a construção das identidades nacionais nos Estados pós-coloniais em uma perspectiva política e cultural. Optamos por seguir uma linha cronológica por alguns destes avanços. Assim, para dar início aos escritos deste dossiê, temos o artigo *Administração fazendária na capitania da Bahia: a arrecadação do direito dos filhos da folha das Ilhas de São Tomé e do Príncipe, 1699-1724* de Hyllo Nader de Araújo Salles. Este é um artigo que objetiva analisar a arrecadação do direito de 3\$500

réis, cobrado por escravos desembarcados em Salvador, precedidos da Costa da Mina. A análise de Salles centra na atuação das instituições fazendárias responsáveis pela sua administração na capitania da Bahia: a provedoria-mor do Estado do Brasil e a alfândega de Salvador. Portanto, é um estudo de administração fazendária, circunscrito à História Econômica. Para se compreender a arrecadação do direito, o autor utilizou da legislação que versava sobre a matéria e a correspondência trocada entre os diferentes oficiais, percebendo não só a sua estrutura, mas a dinâmica do seu funcionamento.

Utilizando de fontes documentais localizadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e na Historiografia sobre a política do Império brasileiro no século XIX. O artigo que segue foi escrito por Gisele Mendes Camarço Leite, com o título: *Uma análise das práticas de corrupção no governo da província do Grão-Pará (1869-1889)*. Este artigo busca problematizar a corrupção no governo da província do Grão-Pará, entre os anos de 1869 e 1889, interpretando as peculiaridades políticas e sociais do período imperial, considerando que o Brasil enfrentava contratempos como a intensificação da disputa entre liberais e conservadores, debates sobre a decadência do sistema eleitoral, a questão escravocrata, a Guerra do Paraguai, dentre outros, que, não poucas vezes, desaguavam na discussão sobre a corrupção no governo.

O artigo que segue volta a uma análise político-econômica, porém desta vez temos um artigo de Rayssa Vieira, intitulado: *Um olhar crítico em tempos de extremos: Raymond Aron e o debate político-econômico dos anos 1950-1970*. A autora destaca que a Guerra Fria foi, decerto, o período em que se explicitou notoriamente o embate entre os dois blocos hegemônicos capitalista e comunista. A partir desse cenário, o artigo analisa o campo político sob perspectiva do posicionamento crítico do sociólogo francês Raymond Aron. Além disso, desenvolve a hipótese percebida inicialmente de que o raciocínio de Aron tenderia para um hibridismo do modelo político-econômico, confirmada com base na afinidade e convergência dos argumentos aronianos com as teses difundidas por John Maynard Keynes.

Buscando examinar a memória da experiência colonial no continente africano e da segregação racial na África do Sul, o artigo *Memória e experiência colonial no trabalho de Anton Kannemeyer*, escrito por Márcio dos Santos Rodrigues, integra este dossiê, propondo uma análise de duas obras do artista sul-africano Anton Kannemeyer: *Pappa in Afrika* (2010) e *Pappa in Doubt* (2016). O autor procurou associar a análise do conteúdo textual e imagético das obras de Kannemeyer ao contexto em que foram produzidas e às experiências históricas do passado colonial a que se referem.

O próximo artigo que integra este dossiê foi escrito por Vitor de Souza Morais e Fernando Antonio Oliveira Mello, *O fenômeno da (des)ocupação patrimonial: O Grande Hotel em Goiânia*, debate o fenômeno da patrimonialização no Brasil e suas práticas, desde a seleção do que tombar às ações protetivas implementadas em prol de sua preservação. Discussão realizada a partir do patrimônio tombado no centro de Goiânia, em específico, do edifício do Grande Hotel, uma das primeiras obras Déco construídas como expressão de um ideal de modernidade, protegido pelo tombamento federal em 2003. Através de um estudo prospectivo, os autores identificam as formas de apropriação do edifício, proposta pelos órgãos de gestão do patrimônio e os movimentos culturais que se apropriam dos espaços ao seu redor.

Problematizando as práticas arquivísticas dos Estados Nacionais modernos a partir de uma reflexão teórica embasada na atuação de estagiários de graduação do curso de História-Licenciatura na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Alfenas, apresentamos o artigo escrito por Luiz Antonio Sabeh, Alex Trindade Barbosa, Frederico Boff Bonassa e Karen Alexandra de Santana. O artigo *Entre o Arkheíon e seus Arcontes: reflexões sobre o arquivo de uma Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas* apresenta, por meio de um estudo de caso, uma discussão sobre os arquivos modernos, considerando as contribuições recentes dos campos do arquivismo, da história, da antropologia e da filosofia para uma análise biográfica e etnográfica dos arquivos.

Como último artigo do dossiê, temos *Patrimônio cultural no Brasil: uma síntese do caminho construído*, de Gleidson De Pinho Tavares. O objetivo do autor é oferecer um melhor entendimento sobre a política cultural no Brasil e compreender como a técnica do saber fazer se tornou reconhecida como patrimônio pelo Estado. Para tanto, Tavares inicia este artigo analisando a construção de uma memória para o país ainda no século XIX. Posteriormente, apresenta as ações individuais de alguns estados que, em busca de proteger o patrimônio material de suas localidades, criaram projetos para este fim. Finalizamos o dossiê com este artigo, que busca realizar um panorama que abarca um largo período histórico, objetivo deste compilado, que é abordar uma variedade de temáticas e tempos que versam sobre a questão das instituições políticas e a construção das identidades nacionais nos Estados pós-coloniais.

Apresentamos também uma coletânea de artigos livres que oferece uma variedade fascinante de temas que capturam a diversidade e a riqueza da história e culturas, em especial a do Brasil. Cada artigo apresenta uma perspectiva única e envolvente, abrangendo desde os impactos das epidemias na América Portuguesa até os desafios contemporâneos enfrentados pela educação

durante a pandemia de COVID-19. Exploramos os crimes do Santo Ofício, a capelania militar, as viagens no oitocentos e a chegada das ferrovias, assim como a poesia da Primeira República e a subjetividade de figuras históricas como João Batista. Desde os eventos marcantes da ditadura até questões atuais como o negacionismo, cada artigo convida os leitores a mergulhar em temas diversos sobre a história em uma perspectiva inter e transdisciplinar, permitindo que os artigos aqui presentes também dialoguem com a proposta da revista Temporalidades, de ser um espaço aberto à pesquisa científica séria e de qualidade. Tal percurso tem início com o artigo *A peste das bexigas: epidemias de varíola e assistência jesuítica na América Portuguesa (1500-1759)*, de Poliana Orosa Rodrigues. Sua proposta é analisar o cuidado oferecido pelos jesuítas durante as epidemias de varíola que assolaram a América Portuguesa e também apresentar as principais terapêuticas aplicadas pelos jesuítas nos Colégios.

Considerando as relações entre a Igreja e a América Portuguesa, Matheus Antônio da Silva Sousa e Pedro Tadeu de Castro Ribeiro apresentam seu artigo *Os “crimes contra o recto ministério do Santo Ofício” na capitania de Minas Gerais (1722-1821): alguns apontamentos*, que busca mapear as denúncias e processos envolvendo os crimes contra o Santo Ofício na capitania de Minas Gerais entre 1722 e 1821, com o foco na natureza do delito e seu comportamento nas terras do ouro.

Continuando a exploração das dinâmicas sociais e religiosas na América Portuguesa, o artigo de Gyovana de Almeida Félix Machado, intitulado *A capelania militar enquanto universo possível para notabilidade e mobilidade social: o caso dos presbíteros seculares José de Souza Barradas e Silvério da Costa e Oliveira — Minas Gerais, 1799-1801*, apresenta uma análise aprofundada sobre o papel dos capelães na capelania militar das Minas do Ouro. Utilizando o conceito de "pastoral" de Foucault, o artigo investiga como esses capelães navegavam entre as esferas religiosa e militar e as possíveis implicações desse ofício para suas trajetórias sociais entre os anos de 1799 e 1801. Este estudo oferece uma perspectiva valiosa sobre a interseção entre religião, poder e mobilidade social na sociedade colonial brasileira.

Em continuidade, o artigo de Eveline Almeida de Sousa, intitulado *Biografia e a escrita de si: os usos políticos de um relato de viagem no Oitocentos*, explora as relações entre relatos de viagem, os indícios de uma escrita de si e os usos políticos desse tipo de registro, por meio da análise da obra *Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina*, de Henrique Beaurepaire Rohan. Cujo objetivo é narrar a volta do engenheiro militar para o Rio de Janeiro, em 1846, após dois anos servindo na província do Mato Grosso.

Pensar as transformações geográficas e estruturais no Brasil está presente também no seguinte artigo de Miguel Vitor Araujo Vieira, sob o título *Trilhos da Transformação: a chegada das ferrovias e a tensão entre atraso e progresso no Brasil*. O artigo analisa a chegada das ferrovias ao Brasil na segunda metade do século XIX, buscando responder como a cultura de progresso desencadeada pela Revolução Industrial na Europa repercutiu nos trópicos. Para tal, o autor analisou a situação política, econômica e social do Brasil, especialmente nas décadas de 1850 e 1860.

O artigo de Francisco Alves da Fonseca Neto intitulado *Fortes no foro e no desaforo? Autoridades locais e republicanos nos periódicos pós-Proclamação: Santa Cruz-RN (1889-1902)* explora as disputas políticas entre autoridades locais e grupos republicanos no município de Santa Cruz, no Rio Grande do Norte, nos anos seguintes à Proclamação da República. Utilizando jornais da época, especialmente o "A República", o autor examina casos envolvendo figuras proeminentes da vida social e política da região. A pesquisa analisa as estratégias adotadas pelos envolvidos, destacando o papel crucial da imprensa local. Além disso, o estudo revela as tensões e a efervescência das relações de poder nesses contextos específicos, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas estabelecidas entre o nível local e o nacional.

Utilizando entrevistas orais realizadas nas décadas de 1980 e 1990 pela Fundação Frei Godofredo da cidade de Gaspar (SC), juntamente com registros de batismo de igrejas locais, o artigo de Letícia Stiehler Machado, intitulado *Reminiscências de um tempo em comum: africanos, belgas e seus descendentes no Vale do Itajaí (séc. XIX – XX)*, investiga as relações entre africanos, belgas e seus descendentes na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, ao longo dos séculos XIX e XX. A pesquisa revela uma aproximação entre esses grupos durante o século XIX, cujos laços de solidariedade persistiram na memória oral ao longo do século seguinte.

Ainda sobre a região sul, emerge o instigante artigo de Jessica Bitencourt Lopes, *Sobre os rastros e registros do nome: Os Bins em Porto Alegre*, que ilumina a figura proeminente de Alberto Bins na indústria e política gaúchas. Para além de batizar uma importante avenida na capital, o sobrenome Bins desvela complexidades da dinâmica de poder local, oferecendo vislumbres sobre as elites políticas e econômicas desde os albores da república até os derradeiros anos da Era Vargas. Nesta pesquisa, Lopes buscou os rastros e registros do sobrenome Bins, especialmente em inventários póstumos, com o intuito de desvendar a construção do poder político e empresarial dessa família imigrante. Revelou suas estratégias, composição e as articulações de

capitais econômicos, sociais e culturais que propiciaram a ascendência do sobrenome Bins como uma força influente tanto no cenário político quanto empresarial da região.

O primeiro artigo de uma série que irá explorar a interseção entre literatura e história é *Modernidade desiludida: tempos, raça e memória, questões a partir de 'Recordações do Escrivão Isaías Caminha' (1909)* por Juliano Lima Schualtz. Este artigo lança um olhar provocativo sobre a obra de Lima Barreto, destacando a experiência do tempo do negro na modernidade brasileira, com foco no romance inaugural do autor. Schualtz investiga as formas de temporalização do tempo e da raça, analisando a Primeira República e aspectos da vida do próprio escritor. Além disso, o artigo busca compreender a relação entre tempos, raça, memória e modernidade, através de um diálogo entre historiografia e literatura.

Por sua vez, o artigo de Cássila das Neves Ribeiro da Silva, intitulado *Lirismo e martírio: o caso do poeta uxoricida João Pereira Barreto, a condição feminina e os crimes da paixão na Primeira República (1912-1916)*, propõe uma análise do assassinato de Annita Levy por seu marido, o escritor João Pereira Barreto, em 1912, conhecido como "A tragédia de Icarahy". Além de examinar esse evento, o artigo também aborda a condição feminina na Primeira República, explorando os chamados "crimes da paixão" que despertaram preocupações sociais no Brasil no início do século XX. Destaca-se a condenação pública de João Pereira Barreto, impulsionada por parte da imprensa do Rio de Janeiro, apesar de sua absolvição pelo tribunal.

O artigo *Uma breve discussão sobre o 'Populismo'* de João Vitor dos Santos e Marylu Alves de Oliveira aborda a utilização do termo "populismo" para descrever o cenário político brasileiro entre o fim do Estado Novo e a queda de João Goulart. Os autores argumentam que essa categorização simplifica a complexidade histórica desse período crucial da história brasileira. O objetivo do artigo é analisar criticamente o uso do termo "populismo", destacando sua contribuição para a criação de concepções simplistas sobre esse período, especialmente no contexto pós-ditadura militar. Com base nas obras de especialistas, como Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e outros, o trabalho examina a bibliografia produzida sobre o tema e destaca as relações entre governantes e povo, bem como o papel da narrativa populista na legitimação das razões defendidas pela ala antidemocrática que apoiou o golpe militar de 1964.

Outro dos artigos que buscam fazer uma análise de trajetória de vida é o artigo *Relatos de uma subjetividade descongelada: Uma história de vida (1930-2017)* de Luiza Porto de Faria, que tem como objetivo examinar os processos de reconstrução da memória vivenciados por João Batista (1930 – 2017), um ex-paciente que foi internado compulsoriamente em um asilo-colônia

destinado a isolamento de pessoas com hanseníase. A pesquisa se baseia em quatro entrevistas de história oral de vida, abordando questões metodológicas, restauração da identidade do sujeito, mecanismos de reintegração social e o processo de reconstrução da individualidade e de suas memórias após anos de confinamento.

Seguindo a perspectiva cronológica da história do Brasil, chegamos aos anos 50, com o artigo *JK, Editora Abril e Globo: Popularização da literatura nos anos de nacional-desenvolvimentismo* de Gabriel Alves Mendes, Raimunda Tereza Faria Marques e Silvana Seabra Hooper. Os autores abordam o contexto da década de 1950 no Brasil, durante o governo de Juscelino Kubitschek, marcado pela modernização e nacional-desenvolvimentismo. Destaca-se o papel das editoras, como a Editora Abril, na produção e divulgação de materiais culturais, como livros, revistas e jornais, com um perfil mais popular e preços acessíveis. Essas iniciativas contribuíram para ampliar o acesso à cultura e à informação para camadas mais amplas da população, promovendo mudanças significativas no mercado editorial brasileiro.

Por sua vez, o artigo *Os estudos de João Gabriel Baptista e a consolidação da Geografia enquanto campo científico no Piauí a partir da segunda metade do século XX*, de Francisco de Assis de Sousa Nascimento e Marcus Pierre de Carvalho Baptista, analisa o papel de João Gabriel Baptista (1920-2010) na consolidação da Geografia como campo científico no Piauí. O artigo destaca as condições históricas que possibilitaram sua inserção nas redes intelectuais e acadêmicas locais, bem como a relevância de suas obras para o desenvolvimento da Geografia no estado. Utilizando pesquisa bibliográfica e documental, o estudo ressalta o contexto histórico e a produção intelectual de Baptista, demonstrando sua importância para a consolidação do conhecimento geográfico no Piauí.

As relações entre homem e natureza é explorada também no artigo *A inserção do rio Tocantins na política hidroelétrica brasileira (1984-2012)* de Lucas André da Luz Silva Dias e Marcelo de Sousa Neto que analisa a expansão das grandes usinas hidrelétricas ao longo do rio Tocantins e seu papel como uma nova fronteira energética no Brasil. O estudo destaca que esse processo não é apenas resultado do acaso, mas sim um projeto deliberado do Estado brasileiro. Utilizando um diálogo bibliográfico com diversos autores, o artigo examina a política hidroelétrica brasileira e problematiza a inclusão do rio Tocantins nessa lógica de construção de barragens.

O artigo *A revolução legalista: as representações do golpe civil-militar nos jornais O Dia e O Dominical (1961-1965)*, de Joel Marcos Brasil de Sousa Batista e Francisco de Assis de Sousa Nascimento, abre uma série de artigos que buscam pensar os efeitos do golpe civil-militar no

Brasil. Este trabalho investiga as representações produzidas pelos jornais piauienses *O Dia* e *O Dominical* sobre o golpe civil-militar de 1964. O estudo se concentra na maneira como esses jornais abordaram as reformas de base, o golpe de 64 e o governo ditatorial resultante. A pesquisa tem como foco o uso do termo "Revolução" como construção linguística e discursiva referente aos eventos que culminaram na deposição do presidente João Goulart.

Ainda sobre a temática, o artigo *Os elementos conservadores do autoritarismo na Ditadura Militar (1964-1985)*, de Rodrigo de Souza Costa, discute os aspectos conservadores presentes no período da Ditadura Militar no Brasil. Utilizando como base um verbete do "*Dicionário crítico do pensamento da direita*", o artigo tem como objetivo demonstrar a interseção histórica entre conservadorismo e autoritarismo como elementos constituintes da sociedade capitalista. O objetivo do artigo não é negar a diversidade de perspectivas políticas e ideológicas no período, mas sim traçar a trajetória do autoritarismo e evidenciar seus fundamentos conservadores nos eventos políticos, econômicos e sociais da época.

Por sua vez, o artigo *Histórias de luta: a representação das guerrilheiras do Araguaia em Resistência e o Estado de São Paulo (1970-2000)*, de Izabella Cardoso da Silva Campagnol, busca investigar como dois periódicos, *Resistência* e o *Estado de São Paulo*, representaram de maneira diferente as guerrilheiras envolvidas na Guerrilha do Araguaia. A análise se concentra no período entre 1970 e 2000, considerando as tensões políticas da época, a memória hegemônica construída em torno da ditadura militar e as questões de gênero presentes no contexto. O objetivo é compreender como essas publicações retrataram as guerrilheiras e como suas representações foram influenciadas por fatores políticos e sociais do período estudado.

Sobre a censura no Brasil, apresentamos o artigo *Livros na fogueira: as chamadas provocadas pela censura*, de Gustavo Orsolon de Souza, que propõe uma análise da entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* por um funcionário da Censura Federal, em 1977, período em que poucos se dispunham a discutir as ações do governo. O foco da entrevista são os livros apreendidos e enviados para a incineração. O objetivo do artigo é acompanhar o desenrolar do depoimento, contextualizando-o com outras fontes e bibliografia, para compreender as condições que levavam uma produção literária a ser encaminhada para a fogueira, bem como as possíveis limitações relacionadas à censura de livros.

Para finalizar a temática da ditadura, o artigo *História e linguagem: O (dis)curso de 'Botão de Rosa' como lampejo no desnudamento da ditadura militar brasileira*, de autoria de Andréia Souza de Araújo e Lucas Nascimento Asséf de Carvalho, investiga a literatura brasileira dos anos 70,

marcada por textos que questionavam os discursos sociais, especialmente durante o regime militar. O conto "Botão de Rosa", de Murilo Rubião, é analisado como uma expressão desse movimento literário. As representações literárias são vistas como essenciais para criticar a censura e a violência. Para evitar a censura, a abordagem do conto requer uma linguagem moderna, especialmente por tratar de temas tabus por meio da narrativa.

Em uma abordagem comparativa, analisando fontes relacionadas ao campo da História Cultural, o artigo *As crianças e as leis: as representações das crianças no Concílio de Trento e nas Ordenações do Reino de Portugal*, de Juliana de Mello Moraes e Eduardo Pintarelli analisa como as crianças foram representadas em três importantes legislações do Império Português durante a Idade Moderna: o Concílio de Trento (1545-1563), as Ordenações Manuelinas (1521) e as Ordenações Filipinas (1603). O artigo busca conectar teoricamente essas legislações aos jogos culturais de representações, apropriações e práticas que permeavam o cotidiano das sociedades da época, buscando compreender o novo lugar social das crianças naquele contexto histórico.

O artigo *Os Conflitos Entre Patrões e Empregados na Inglaterra do Século XIX a Partir da Obra Norte de Sul* de Maria Cecília Barreto Amorim Pilla e Ruan De Oliveira Barros Santos, tomou como fonte o livro *Norte e Sul* escrito em 1855 pela autora inglesa Elizabeth Cleghorn Gaskell (1810-1865). Com base nessa obra, questionaram em que medida é possível perceber tensões geográficas de desenvolvimento entre dois extremos: o Norte industrializado e o Sul agrícola, e quais características das relações sociais apresentadas nessa publicação, especialmente as de trabalho, podem esclarecer sobre o que denominamos de Questão Social. Os autores buscaram apresentar esse período, não somente sob à luz das relações entre patrões e empregados e conflito de classes, mas também elucidar uma visão feminina de gênero sobre esse contexto.

Seguindo na perspectiva das interconexões entre história e literatura, o artigo *Perfis românticos e formação intelectual: a correspondência entre Schiller (1759-1805) e Goethe (1749-1832)* escrito por Joachin de Melo Azevedo Sobrinho, tem como objetivo analisar o debate acerca da função da literatura e dos intelectuais entre os autores Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) e Friedrich Schiller (1759-1805), tidos como principais representantes da tendência estética conhecida como romantismo alemão. O autor relaciona história, literatura e modernidade na medida em que esses escritores, por meio de artigos de opinião, correspondências e romances, fizeram da escrita uma ferramenta para criticar a disseminação do racionalismo iluminista na Alemanha durante a transição do século XVIII para o século XIX.

O artigo “A construção da “Tese Yates”: a constituição de um paradigma entre a história da ciência e a história intelectual (1964-1974), de Lucas Augusto Pietra, busca, através da restituição do ambiente intelectual de produção do livro *Giordano Bruno e a Tradição Hermética*, de Frances A. Yates, observar a dinâmica que se estabeleceu entre o texto e o paradigma que lhe foi atribuído posteriormente – a chamada “tese Yates”. Para isso, segue a recepção do texto por uma década a partir do momento de sua publicação, 1964, quando o paradigma é fundado por Robert Westman e James McGuire.

Sobre a arte e religião o artigo *Os traços do paraíso em William Blake: matrizes barrocas na linguagem emblemática de ‘For Children: The Gates of Paradise’ de 1793*, escrito por Fernando Glaybson do Nascimento Santos, investiga a relação entre o universo pictórico de Blake e as matrizes culturais, visuais, míticas e religiosas do barroco através da linguagem emblemática expressa nas gravuras de *For Children: The Gates of Paradise* de 1793, analisando-as a partir do método iconográfico- iconológico de Erwin Panofsky e estabelecendo um diálogo com autores que empreenderam pesquisas similares.

Pensar a ciência é um dos objetivos do artigo *Notas do Subsolo como novela científica*, de Rafael Sarto Muller. Neste texto, Muller busca analisar o livro *Notas do Subsolo*, de Dostoiévski, que tem sido apontada na literatura científica como obra que coloca em questão o racionalismo de sua época. Além disso, vem sendo estudada a partir de paradigmas psicanalíticos e materialistas por uma série de pesquisadores contemporâneos. Perspectivada como uma novela científica (especificamente epistemológica), o autor opera uma inversão epistemológica: usa o arcabouço teórico do homem do subsolo para estudar os métodos (notadamente psicanálise e materialismo dialético) que foram usados para estudá-lo [ao homem do subsolo]. Como resultados, demonstra a psicanálise como uma pseudociência e o materialismo dialético, quando usado nas ciências históricas, como uma protociência. Conclui identificando no “método do subsolo” os traços característicos do ceticismo como base filosófica para o fazer científico.

Sobre o exílio e a música, o artigo *Miami Sound Machine: Notas de Pesquisa Sobre o Projeto de uma Banda do Exílio Cubano*, de Igor Lemos Moreira, propõe um primeiro estudo sistemático sobre o grupo Miami Sound Machine. Fundada nos anos 1970, o grupo foi uma das principais bandas a representarem as comunidades cubanas exiladas globalmente. Liderado por Emílio Estefan, o grupo se tornou mundialmente conhecido após o *single Conga* (1985) e por ter tido como vocalista ao longo de toda a sua atividade a cantora Gloria Estefan. No entanto, apesar de sua importância para as culturas do exílio cubano, poucos são os estudos que analisam a proposta

e produção da *Miami Sound Machine*. A partir da análise da trajetória do grupo e de seu primeiro álbum, orientado pelas relações entre História e Música, pelos Estudos sobre Performance e os estudos de trajetória, demonstra de que forma foi elaborado um projeto artístico que representasse um determinado projeto sobre o exílio e, mais particularmente, sobre a experiência cubano-americana defendida pelo *Miami Sound*.

Seguindo no âmbito das artes, adentramos o universo cinematográfico com o artigo *A materialidade discursiva das propagandas ideológicas na narrativa de The Purge: Anarchy (2014)*, escrito por Sabrina Alves Ferreira. Neste artigo a autora analisa a materialidade discursiva das propagandas ideológicas que são apresentadas no filme *The Purge: Anarchy (2014)* para produzir efeitos de sentido em relação à política expurgatória instituída nos Estados Unidos onde, uma vez por ano, no período de 12h, qualquer crime se torna legal, partindo da análise de dois discursos apresentados na película, um emitido de maneira oficial na mídia, assinado pela entidade NFFA (*New Founding Fathers of American*) e o outro transmitido por *streaming* pelo ativista social Carmelo. Analisa como os discursos têm condições de produção diferentes e de que modo os efeitos de sentido produzidos pela midiaticização tentaram atuar no imaginário social, chega ao resultado de que a propaganda emitida pela NFFA sustentou e reproduziu vontades de verdades ancoradas na memória na tentativa de legitimar uma política genocida, e como o discurso de Carmelo oferece uma reação a partir da busca pela legitimidade.

Sobre as políticas de patrimônio cultural, apresentamos o artigo *As políticas de reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro no Rio de Janeiro*, escrito por Juliana Oakim Bandeira de Mello. O texto transita pelas diferentes políticas de valorização de bens culturais implementadas no Brasil, em especial, no Rio de Janeiro, que são relacionadas a identidades culturais afro-brasileiras. Partindo desde uma construção mítica de igualdade racial, passa pelas políticas implementadas durante o período da redemocratização, avança sobre o alargamento do conceito de patrimônio cultural imaterial e segue até o reconhecimento do Cais do Valongo como patrimônio mundial. Ao atravessar este longo percurso, o texto pretende investigar os potenciais e as limitações destas políticas na construção de uma democracia efetiva e na promoção da diversidade cultural e racial brasileira.

Por outro lado, o artigo *Instrução pública e popularização da ciência no Museu Paraense de História Natural e Etnografia (1891-1898)* de Diego Ramon Silva Machado, tem por objetivo investigar como ocorreu a popularização da ciência no Museu Paraense de História Natural e Etnografia – MPHNE, no período de 1891 a 1898, enquanto prática da Instrução Pública no Pará. Os

resultados desta pesquisa apontam que, durante os primeiros anos da República no Pará, o Museu foi visto por governantes, diretores da Instrução Pública e do próprio Museu como um projeto republicano de modernidade, pautado na linguagem pedagógica do método de ensino intuitivo ou lição de coisas, opondo-se, portanto, à cultura livresca em fins do Século XIX.

O artigo *Políticas de corporalidade e autonomismo nas experiências de militância da Comisión por el Derecho al Aborto (1988-2007)* de Rafaela Zimkovicz analisa as estratégias e formulações teórico-políticas desenvolvidas pela *Comisión por el Derecho al Aborto* (1988-2007, Argentina), organização feminista que articulou a *Campaña Nacional por el Aborto Legal, Seguro y Gratuito* (2005-atual). Analisa os 16 volumes do boletim *Nuevos Aportes*, publicado pelo coletivo no período, priorizando, metodologicamente, suas dimensões de materialidade cultural e de circulação. A autora propõe, a partir do dessilenciamento prático do aborto e da auto-elaboração histórica denotada por seu *Archivo Feminista*, que essas militâncias fraturam a totalidade de escritas históricas e dos sistemas de subjetivação normativa a ela conectados (Haraway, 1995; Scott, 2007).

Os dois últimos artigos que compõem nossa lista de artigos livres se debruçam sobre a temática da história em sua relação com a educação. O primeiro é o artigo *Percepção de professoras(es) da educação básica sobre o ensino remoto no Maranhão (br) durante a pandemia da Covid-19* de Richard Oliveira Jardim. Para o autor, o fenômeno global da disseminação do vírus SARS-CoV-2 trouxe consigo bruscas mudanças na forma de conduzir trabalhos e as relações interpessoais em todos os setores da sociedade com destaque, nesta pesquisa, ao sistema educacional. Neste artigo, apresenta a percepção de professoras (es) da educação básica sobre a adesão ao ensino remoto no estado do Maranhão, identificando alguns desafios enfrentados pela comunidade escolar, uma vez que, a tecnologia é vista como um instrumento facilitador do processo de ensino-aprendizagem. A maioria das escolas não apresentam esse suporte para o oferecimento de aulas remotas e as professoras (es) não tiveram uma formação adequada para estarem lecionando à distância.

O último artigo, escrito por Elvis de Almeida Diana, apresenta uma discussão de extrema importância com o título *Contra os negacionismos: A História Pública, o ensino de história e o papel do professor de História como intelectual público no combate aos abusos do passado*. Neste artigo, o autor busca realizar uma revisão bibliográfica acerca da relação entre a História Pública e o Ensino de História enquanto um meio necessário no combate aos negacionismos históricos e aos abusos do passado. Discorre sobre os negacionismos e como essa prática é uma ameaça à historiografia, ao ensino de história e à democracia. Debruça sobre o necessário papel do Ensino de História e a História Pública frente a tais ameaças, ressaltando as relações entre esses âmbitos e a teoria da

história. E, por fim, destaca como a união entre a História Pública e o Ensino de História consiste em uma complementaridade essencial no combate aos negacionismos sobre o conhecimento histórico, enfatizando a função do historiador e do professor de História como intelectuais públicos e éticos, na tarefa de realizar mediações entre a Universidade e diversos grupos sociais, com base nas proposições de Marta Rovai (2018), Fernando Penna e Rodrigo Ferreira (2018).

Nesta edição contamos com a contribuição de quatro resenhas, para a composição do número 40 da revista *Temporalidades*. Rodrigo José Fernandes de Barros apresenta a primeira desta série, com uma resenha comentada do livro *La société ingouvernable; Une généalogie du libéralisme autoritaire*, do filósofo francês Grégoire Chamayou (1976-). A obra foi publicada em seu idioma original no ano de 2018 e traduzida para o português, em 2020, pela Ubu Editora, como “A Sociedade Ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário”, conta com 416 páginas e é dividida em 6 capítulos. No livro, Chamayou carrega consigo importantes traços da metodologia de uma de suas maiores influências, o também filósofo Paul-Michel Foucault (1926-19 84), no sentido de que procura compreender as relações de poder não somente enquanto elemento de domínio de classe ou instituições, mas nas relações a nível micro em direção ao macro e em todas as relações sociais, desde os indivíduos até as grandes redes de perpetração de poder; do disciplinar ao biopoder (FOUCAULT, 2012; 2021).

A segunda resenha é de autoria de Alberta Jorgia Félix Paulino, intitulada *Por uma História Social do(a)s trabalhadore(a)s: apontamentos e perspectivas*. A resenha busca apresentar o livro *Trabalhadoras e trabalhadores: capítulos de história social* de Fabiane Popinigis e Daivison Amaral. O livro é uma iniciativa destes historiadores e especialistas em História Social do Trabalho. Sendo este o mais novo livro sobre a temática, dispondo de 5 capítulos que abordam as principais discussões em torno do campo, a partir das contribuições de pesquisadoras e pesquisadores. Lançado em 2022, o livro é composto por 11 artigos distribuídos em quatro capítulos, além da transcrição de uma conferência internacional com a historiadora e professora Eileen Boris. Lançado pela Paco Editorial, o intuito da publicação é apresentar as articulações e percursos de trabalhadores e trabalhadoras nos séculos XIX ao XXI. A partir disso, podemos pensar a necessidade de debater as abordagens e perspectivas no campo da História Social do Trabalho, que foi viabilizado mediante a criação e institucionalização do GT Mundos do Trabalho no ano de 2000 e, posteriormente, com a criação da Associação Nacional de História do Trabalho (ANATH) em 2019 no Simpósio Nacional de História em Recife-PE.

A resenha *Vanguarda centenária: territórios e temporalidades dos modernismos brasileiros* de Natália Zampella, traz uma reflexão sobre as muitas tentativas de revisão crítica do movimento modernista brasileiro, seja pela sua manifestação na literatura, nas artes plásticas, na música ou no projeto de nação pensado pela vanguarda. O centenário comemorado em 2022 agitou o mundo editorial com a publicação de dezenas de pesquisas, que, em sua maioria, propõem releituras e revisões do movimento. Nesta perspectiva, a autora faz uma resenha do livro *A ideologia paulista e os eternos modernistas*, de Francisco Foot Hardman, professor titular de Literatura na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pela Editora Unesp, que realiza um importante trabalho ao trazer à cena outras possibilidades interpretativas acerca do modernismo, à margem da mitologia centrada em São Paulo.

Por fim, temos a resenha de David Prado Machado, sobre o livro *As memórias de Krzysztof Arciszewski: um polonês a serviço das Índias Ocidentais no Brasil*. O livro escrito por Bruno Miranda e Lúcia Xavier traz uma tradução inédita para o português das memórias de um militar polonês que teve notável participação como representante da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais (conhecida mais comumente pela sigla WIC, referente ao seu nome em inglês *Dutch West India Company*), durante a ocupação holandesa na região. A historiografia contemporânea, entretanto, dedicou pouca atenção aos feitos do polonês, o que demonstra o pouco interesse dos historiadores por sua trajetória político/militar. Autores como Pieter Marinus Netscher, Hermann Wätjen, José Antônio Gonsalves de Mello, Charles Boxer, Evaldo Cabral de Mello, citam Arciszewski de forma rarefeita, sobretudo devido aos seus conflitos com o governador Nassau e, muito raramente, a respeito de suas atividades administrativas e suas ações estratégicas de cunho militar.

Encerramos esta edição com uma entrevista de profundo interesse e relevância para o campo da história das instituições político-culturais no Brasil. André Onofre Limírio Chaves conversou com nosso editor, André Amaral, em uma entrevista que abordou diversos temas de grande importância. Exploramos os colecionismos de antiguidades egípcias durante o Brasil Império, a evolução da história das coleções e dos museus, e o papel do Museu Nacional nesse contexto. André Onofre apresentou como os ideais coloniais permearam as instituições ao longo dos séculos XIX e meados do XX, especialmente nos primórdios do Museu Nacional, que adquiriu sua coleção egípcia já em 1826, buscando se alinhar aos padrões colecionistas europeus da época. Além disso, discutiu as pesquisas que enriqueceram nossa compreensão da Antiguidade Brasileira. Refletimos sobre o desastre que atingiu o Museu Nacional em 2018 e a incrível

mobilização de pesquisadores de diversas áreas para tentar reconstruir o que foi perdido. Por fim, foram levantados questionamentos sobre o desapego dos brasileiros ao passado e a persistência de saudosismos anacrônicos em relação à monarquia e às ditaduras, destacando o papel crucial das instituições museais na desconstrução desses discursos e na promoção de um diálogo crítico e inclusivo sobre nossa história.

Agradecemos imensamente ao pesquisador André Onofre por conceder um pouco de seu tempo para compartilhar seus conhecimentos conosco. Agradecemos aos pareceristas pelas análises e considerações pertinentes para que pudéssemos continuar a garantir artigos de qualidade para a revista. Não menos importantes, agradecemos ainda aos autores pela submissão de seus trabalhos.

Com este dossiê, a Temporalidades aspira ter criado uma edição que não apenas desperte o interesse de seus leitores pela história das instituições políticas e suas interações na formação das identidades nacionais em Estados pós-coloniais, mas também que amplie seus horizontes para narrativas plurais, diversas e instigantes. Reafirmamos, mais uma vez, nosso compromisso com a produção e difusão do conhecimento histórico, que tem como finalidade uma análise crítica e comprometida. Desejamos a todos uma excelente leitura.

As Instituições Políticas e a Construção das Identidades Nacionais nos Estados Pós-Coloniais

Andreza Alves Velloso

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
andreza.velloso@gmail.com

A 40ª edição da Revista Temporalidades contempla o dossiê “As Instituições Políticas e a Construção das Identidades Nacionais nos Estados Pós-Coloniais” e propõe abordar a complexa relação entre as instituições políticas e a formação das identidades nacionais em estados que emergiram após o período colonial, através do incentivo às abordagens interdisciplinares e metodologicamente diversificadas que permitam uma compreensão aprofundada das influências políticas, sociais e culturais na construção das identidades nacionais nos estados pós-coloniais. Ao longo das páginas a seguir, a atual edição da Temporalidades convoca a comunidade acadêmica à reflexão sobre a intrincada relação entre as instituições políticas e a formação das identidades nacionais em estados que surgiram após o período colonial.

Para adentrar nas profundezas desse tema complexo, é fundamental contextualizar as discussões teóricas que permeiam a construção das identidades nacionais e as dinâmicas políticas pós-coloniais que inspiraram o supracitado dossiê temático. Contribuições de autores como Maurice Halbwachs e Michael Pollak sobre memória e identidade coletivas oferecem uma base conceitual sólida que nos possibilita argumentar que a memória é socialmente construída e moldada por instituições, sendo essencial para a formação da identidade nacional – e, portanto, uma ferramenta crucial para a formulação e/ou ratificação de determinados discursos para a valorização ou não de determinados grupos sociais, posicionamentos políticos ou reconhecimento dos indivíduos e elementos que perduram na formação social dos referidos Estados pós-coloniais.

Maurice Halbwachs (2006) defende a concepção de memória como um fenômeno intrinsecamente coletivo. Contrariando a visão predominante na filosofia e psicologia de sua época, ele argumenta que a memória não é meramente individual, mas sim uma construção social que emerge das interações entre indivíduos e grupos. Para Halbwachs, a memória não pode ser reduzida a uma função biológica ou reação fisiológica, mas sim entendida como um fenômeno coletivo que se contrapõe à esfera individual e natural.

Segundo a análise do sociólogo, a memória coletiva implica que o indivíduo só pode recordar enquanto pertence a um grupo social específico. Em outras palavras, a memória individual é sempre uma memória de grupo. O sujeito é capaz de construir e acessar suas lembranças apenas como parte de uma totalidade social que o transcende, tanto quantitativa quanto qualitativamente. O indivíduo isolado não consegue formar memórias duradouras, pois depende do apoio e testemunho de outros para nutrir e moldar suas lembranças. As memórias individuais, portanto, emergem da interação com o outro e são formadas em contexto social.

Ao considerar essas perspectivas, podemos compreender que as instituições políticas tendem a promover uma narrativa oficial da história e da identidade nacional, que pode excluir ou marginalizar certos grupos ou experiências. No entanto, a memória subterrânea, como proposta por Michael Pollack (1989), representa uma forma de resistência e resiliência, onde as narrativas alternativas e as memórias não oficiais continuam a existir e a influenciar a identidade nacional de maneiras sutis e muitas vezes não reconhecidas.

Nos estados pós-coloniais, onde as identidades nacionais estão em constante construção e reconstrução, o diálogo entre a memória coletiva e a memória subterrânea é crucial para uma compreensão abrangente das dinâmicas sociais, políticas e culturais. Reconhecer a complexidade e a diversidade das memórias que compõem uma nação é essencial para promover um entendimento mais inclusivo e pluralista da identidade nacional e da história de um país.

Um aspecto crucial a ser explorado é a natureza das disputas de discurso que ocorrem em torno das instituições políticas e da construção das identidades nacionais. As instituições detêm o poder de ratificar narrativas dominantes ou de apagar memórias de grupos étnicos e sociais inteiros, moldando assim a percepção coletiva da história e da identidade nacional (HALBWACHS, 2006).

Estas disputas muitas vezes refletem lutas pelo poder político e pela legitimidade cultural, evidenciando a complexidade das relações entre Estado, sociedade e memória.

Este dossiê temático se destaca pela valorização de abordagens interdisciplinares e metodologicamente diversificadas. Entende-se que apenas por meio de uma análise multifacetada é possível compreender a profunda influência das instituições políticas na construção das identidades nacionais. Reconhece-se, aqui, a importância crucial da memória na formação das identidades nacionais. As sociedades pós-coloniais enfrentam o desafio de encontrar e compreender sua própria identidade, nacionalidade e discurso de nação dentro do contexto de reestruturação social. Nesse processo, a memória coletiva desempenha um papel fundamental, tanto na preservação das experiências históricas quanto na construção de narrativas que reforcem ou contestem as visões dominantes sobre a nação e sua identidade.

Referências bibliográficas

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-13, 1989.

Administração fazendária na capitania da Bahia: a arrecadação do direito dos filhos da folha das Ilhas de São Tomé e do Príncipe, 1699-1724¹

Treasury administration in the captaincy of Bahia: the collection of the tax for the payroll of the Islands of São Tomé and Príncipe, 1699-1724

Hyllo Nader de Araújo Salles

Doutorando em História

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

hyllo.nader@gmail.com

Recebido: 19/06/2023

Aprovado: 15/11/2023

Resumo: O presente artigo tem objetivo analisar a arrecadação do direito de 3\$500 réis, cobrado por escravos desembarcados em Salvador, procedidos da Costa da Mina. Este rendimento estava aplicado ao pagamento do aparato administrativo, militar e eclesiástico das Ilhas de São Tomé e do Príncipe. A análise centrará na atuação das instituições fazendárias responsáveis pela sua administração na capitania da Bahia: a provedoria-mor do Estado do Brasil e a alfândega de Salvador. Portanto, um estudo de administração fazendária, circunscrito à História Econômica. Para se compreender a arrecadação do direito, utilizar-se-á a legislação que versava sobre a matéria e a correspondência trocada entre os diferentes oficiais, percebendo não só a sua estrutura, mas a dinâmica do seu funcionamento. Assim, o presente estudo torna possível verificar as práticas fiscais: os mecanismos da arrecadação do direito de 3\$500 réis na Bahia e nas Ilhas de São Tomé e do Príncipe; bem como a aplicação dos créditos.

Palavras-chave: império ultramarino português; fiscalidade; tráfico transatlântico de escravos.

Abstract: This article aims to analyze the collection of the tax of 3\$500 réis, charged for slaves disembarked in Salvador, coming from Costa da Mina. This tax was applied to payment of the administrative, military and ecclesiastical apparatus of the Islands of São Tomé and Príncipe. The

¹ Agradeço aos comentários e sugestões dos pesquisadores Gustavo Acioli; Maximiliano Menz. À Cândido Domingues, sou imensuravelmente grato, pela generosidade em ceder algumas fontes e bibliografia e por estar sempre aberto ao diálogo. Sem as leituras, discussões e sugestões de Poliana Cordeiro de Farias e de Luanna Oliveira não seria possível a consubstanciação do presente texto. Aos pareceristas, meu muito obrigado pelos comentários que ajudaram a aperfeiçoar o trabalho. Ao prof. Nilson Carlos Nascimento, colega do chão da escola, coube a árdua tarefa de revisar o texto. De imediato, os isento de quaisquer imprecisões que possa haver no texto, sendo de minha inteira responsabilidade.

analysis will focus on the performance of the treasury institutions responsible for their administration in the captaincy of Bahia: the *provedoria-mor* of the State of Brazil and the customs of Salvador. Therefore, a study of treasury administration, limited to Economic History. To understand the collection of the tax, we will use the legislation that dealt with the matter and the correspondence exchanged between the different officials, understanding not only its structure, but the dynamics of its operation. Thus, the present study makes it possible to verify fiscal practices: the mechanisms for collecting the tax of 3\$500 réis in Bahia and the Islands of São Tomé and Príncipe; as well as the application of revenues.

Keywords: portuguese overseas empire; taxation; transatlantic slave trade.

Introdução

Neste estudo, o que se pretende é uma primeira incursão no "vasto sistema fiscal", em que o tráfico de escravos se baseava (MAURO, 1973, p. 196), cuja análise se centrará no estudo da arrecadação, na capitania da Bahia, do direito de 3\$500 réis, por escravo oriundo da Costa da Mina e desembarcado nos portos do Estado do Brasil, que estava aplicado ao sustento dos filhos da folha secular e eclesiástica das Ilhas de São Tomé e do Príncipe.² Esse direito incidia sobre os escravos oriundos da Costa da Mina, de Cabo Verde, de Cacheu e de mais partes da África ocidental, executando apenas escravos do Reino de Angola, pois para estes havia um tributo específico (MENZ, 2017).

O objetivo é as práticas fiscais: os mecanismos da arrecadação do direito de 3\$500 réis na Bahia e nas Ilhas de São Tomé e do Príncipe; bem como a aplicação dos réditos, isto é, se custearam o processo de colonização, ao qual estavam aplicados, e/ou se foram transferidos para a metrópole como parte do excedente fiscal, cumprindo, assim, o sentido do fisco colonial mercantilista.

Para se ter uma ideia, sobre o escravo-mercadoria incidiam vários impostos de forma direta como, por exemplo, o direito de entrada nos portos do Estado do Brasil; o direito de saída para as minas; a partir de 1720, os dez tostões (1\$000 réis) para a Fortaleza de Ajudá dos escravos oriundos da Costa da Mina; após 1755, na capitania da Bahia, incidira sobre os escravos o subsídio voluntário para a reconstrução de Lisboa. Além de todos os tributos citados anteriores, Pierre Verger (1989

² Doravante, utilizar-se-á a expressão direito de 3\$500 réis.

[1968], p, 704) aponta que, a partir de 1727, com duração de vinte anos, houve uma contribuição voluntária de 2\$000 réis, para as duplas núpcias do príncipe e princesa de Portugal com aqueles de Espanha, que incidira sobre os escravos oriundos da Costa da Mina. Cabe, ainda, destacar que os escravos não recolhiam dízima da alfândega - imposto de dez por cento - no Estado do Brasil, enquanto mercadoria especial possuíam taxação diferenciada (SALLES, 2014).

O leitor tem em mãos um estudo de administração fazendária, que, de certa forma, poderá contribuir para uma melhor compreensão da atividade econômica que foi o tráfico de escravos, especialmente, aquele realizado na costa da África ocidental, excetuando o tráfico com o Reino de Angola.

Para se compreender a arrecadação do tributo de 3\$500 réis, por óbvio, foi preciso compreender a regulamentação desta atividade econômica: o tráfico de escravos. Assim, o texto está ancorado na exaustiva compilação da legislação, realizada por Silvia Hunold Lara, pois como a autora bem apontou, “a legislação portuguesa metropolitana preocupou-se sobretudo com os aspectos práticos do controle do fluxo desta preciosa mercadoria” (LARA, 2000, p. 27-28).

Antecedentes: o tributo pelo resgate de escravos na Costa da Mina, séculos XVI-XVII

O Arquipélago de São Tomé e do Príncipe foi ocupado pelos portugueses na última década do século XV e, de acordo com Charles Boxer, teria se tornado no século seguinte, importante entreposto para o comércio escravagista, impulsionado tanto pela montagem da economia açucareira nos Ilhéus, quanto pelo fornecimento de escravos para outras áreas do império. Desde o alvorecer do século XVI, os direitos alfandegários de quarto e vintena³ e os dízimos já estavam submetidos ao sistema de contratos. Pós-Restauração, Dom João IV incentivou o tráfico negreiro na região, inclusive com o contrato arrematado por Sebastião Lamberto, Belchior Borrais e Pero Stalpart, para os anos de 1657 até 1661. No entanto, o contrato não fora cumprido, deixando os contratadores de enviar os navios e mercadorias para as Ilhas, vigorando uma total decadência. Para Neuma Brilhante, a decadência estava relacionada também com a guerra com os neerlandeses, com a ação de corsários

³ O quarto e a vintena foi um imposto cobrado, na Casa da Índia, originalmente apenas das especiarias e drogas provenientes do Oriente. No entanto, ao longo do tempo, tornou-se um imposto alfandegário de amplo espectro, correspondente a 28,75% do valor total da mercadoria, isto é, a soma de um 1/4 do valor da mercadoria (vm) mais a vigésima parte dos 3/4 restantes, ou seja, $(1/4 + 3/80) * vm =$ quarto e a vintena (ALMEIDA, 1994, p. 256-257).

franceses, e com as alterações nas rotas do tráfico (BOXER, 2017 [1977], p.105-106; SALVADOR, 1981, p. 29-37; BRILHANTE, 2009, p. 29-37).

Em 11 de março de 1673, o ainda príncipe regente, atento ao estado de decadência, em que se achava a Ilha de São Tomé e suas anexas, pela ausência da atividade mercantil, tendo como consequência a dificuldade de manter a guarnição, e fazer frente as folhas secular e eclesiástica, concedeu "comércio livre" por tempo de cinco anos, com dez declarações que taxavam as atividades mercantis no Arquipélago. Comércio livre significa, destaque-se, apenas uma permissão temporária, com controle por parte do permissionário, prova disto são os alvarás de licença e as dez declarações, que estabelecem a tributação dos negócios realizados. Interessa-nos, sobretudo, a declaração VIII, pois a mesma estabelecia o pagamento de 4\$000 mil réis por peça de escravos, que saísse das Ilhas ou da Costa e se embarcasse para o Brasil, Índias de Castela ou para o Reino. O direito devia ser pago na Ilha de São Tomé, ou por avença (adiantamento), nos portos onde fossem despachados, como se praticava com os escravos procedidos do Reino de Angola.⁴

Com a imposição do pagamento de 4\$000 mil réis, os interessados naquele negócio no século XVII não tardaram em solicitar licença para serem desobrigados a irem às Ilhas e realizarem os pagamentos. Em 1686, o Rei escrevia ao provedor-mor e aos provedores de Pernambuco e Rio de Janeiro ordenando que reservassem o dinheiro procedido dos despachos dos escravos oriundos da Costa da Mina, para estarem prontos a se despenderem à ordem do governador das Ilhas e mais ministros, sem que os desviassem "por maior e mais precisa que haja e, no caso que o divertais, além de me dar por muito mal servido, se haverá por vossa Fazenda o que contra esta ordem despenderdes". Tal ordem explica-se pois Antônio de Brito Lemos, governador do Arquipélago, havia representado ao Rei "acerca da falta de rendimento que havia na Alfândega dela para se poder acudir ao pagamento das folhas eclesiásticas e secular", devido a permissão concedida por el-Rei aos navios de não pagarem nas Ilhas os direitos dos gêneros que tirassem da Costa da Mina, e de o poderem fazer no Brasil ou em outro qualquer porto aonde fossem. Tal quadro fora profundamente alterado ao longo do século XVIII, como veremos adiante.⁵

⁴ Provisão de 11 de março de 1673, in: LARA, 2000, p. 180.

⁵ Carta Régia de 21 de março de 1686, in: LARA, 2000, p. 196

Observando as rendas da capitania da Bahia no século XVII, no entanto, não se encontra lançamento deste rendimento (CARRARA, 2009a; FARIAS & SALLES, s/d). Talvez, o que nos ajude a compreender este silêncio na documentação fazendária seja a carta régia, de 02 de setembro de 1679, enviada para Roque da Costa Barreto, mestre de campo general do Brasil, na qual o príncipe regente ordenava que a Companhia de Comércio do Brasil administrasse a cobrança dos direitos procedidos do resgate de escravos na Costa da Mina.⁶

Ademais, a licença mais antiga perscrutada foi concedida ao capitão e mestre Lourenço Fernandes de Lima, vizinho de Viana, por provisão régia, de 16 de março de 1676, que o autorizava a fazer negócio nos portos da Costa da Mina e Guiné, sem embargo de não tomar a Ilha de São Tomé, para despachar, sendo necessário dar fiança, no Conselho Ultramarino, de pagar os direitos do negócio que fizesse. Debaixo dessa mesma fiança, poderia fazer segunda viagem, partindo dos portos do Estado do Brasil. Por isso, sua provisão fora registrada nos livros da Secretária de Estado do Brasil e nos da provedoria-mor do Estado do Brasil.⁷

As provisões régias, que concediam licença, para fazer negócios na Costa da Mina, traziam o preambulo: "[...] proibido, antigamente, por se fazerem os regastes por conta de minha Fazenda, porque, de anos a esta parte, pelo exausto dela, se não faz, e por outras justas considerações do meu serviço: Hei por bem de conceder licença [...]".⁸ O que nos leva a supor que, antes de 1673, tal negócio era estanco régio.

Seja como for, Antônio Estanislau Cousier, escriturário da Junta da Real Fazenda da capitania da Bahia, em memória oferecida ao Soberano, no ano de 1788, afirmava ser o rendimento dos direitos de 3\$500 réis por escravos muito antigo. Ignorando a data exata do seu estabelecimento, reportou-se a outra carta régia, do ano de 1699, na qual Dom Pedro II declarava a antiguidade do direito, a quantia paga e, devido ao crescimento considerável do tráfico de escravos, e às necessidades apresentadas pelo bispo de São Tomé, para pagamento da folha eclesiástica, ordenava o acrescentamento do referido direito antes correspondente a 1\$750 réis pagos na Ilha de São Tomé,

⁶ Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Documentos Históricos (BNDH), vol. 67, pp. 334-335.

⁷ BNDH, vol. 26 p. 150-ss.

⁸ Cf.: BNDH, vol. 26, p. 150 - ss e a licença de Bento de Araújo Dantas 19 de fevereiro de 1705, em: AHU, CU, Livro de Registro de provisões, do Conselho Ultramarino, 1698-1715, Cód. 95, fl. 254.

passando a partir de então a 3\$500 réis, quando as embarcações deixassem de realizar o pagamento nas Ilhas, optando por realizá-lo nas alfândegas do Brasil.⁹

A origem exata da criação desse direito ainda é imprecisa, os registros, que chegaram até nós, rondam ao último quartel do século XVII. Todavia, bastante reveladora do estado das receitas do Estado português no pós-Restauração, muito desorganizadas. Imprecisão que paira também sobre o início do trato mercantil direto do Estado do Brasil com a região denominada pelos portugueses de Costa da Mina. Desde a primeira metade do século XVII, o resgate de escravos no Golfo da Guiné com embarcações partindo do Estado do Brasil era um negócio lícito, no entanto, não encontrei vestígios nem fiscais nem administrativos de que houvesse uma "carreira" antes do último quartel do dezesseis (cf.: VERGER, 1989 [1968], p. 39, 52, 76; NARDI, 1996, p. 215-21; LOPES, 2008, p. 35).

Se desconhecemos a origem exata da imposição do tributo, temos indícios dos motivos da sua imposição. O escriturário Cousier afirma que o príncipe regente, atendendo à importância do comércio com a Costa da Mina e à necessidade de se conservar a contínua assistência à feitoria das Ilhas de São Tomé e do Príncipe, concedeu à Junta do Comércio do Estado do Brasil a administração e exploração dos direitos que tirassem daquele negócio: os interessados, com obrigação de pagarem de cada peça de saída (ou seja, nas Ilhas), uma oitava de ouro para reparo das fortalezas e feitorias, dando despacho, ou avença (adiantamento), em São Tomé, antes de irem à Costa da Mina. O mesmo procedimento se praticaria com os navios que saíssem do Reino ou do Brasil e Ilhas, e não tomassem a Ilha de São Tomé, dando fiança, e provisão passada pela Junta do Comércio e autorizada pelo Príncipe: não pagando a oitava de ouro pelo escravo nas Ilhas, pagaria \$750 réis por cada um. E, no Brasil, pagariam aos administradores da Junta, de entrada, por cada cabeça, 1\$750 réis, para serem aplicados a despesas das fortalezas e feitorias.¹⁰

A taxação sobre os negócios realizados na Costa da Mina enquadrava-se nas tentativas da Coroa de uma recuperação fiscal, após o império ter ficado por um triz, devido a drástica queda das receitas do comércio externo, em decorrência das perdas territoriais, por conta da guerra com os neerlandeses. Nas palavras de Angelo Carrara (2011, p. 14), entre 1667 e 1697, "a fiscalidade do

⁹ BN, Divisão de Manuscritos, Relação da Tesouraria Geral da Bahia, 1788: Cód. 030410.

¹⁰ Alvará de 6 de maio de 1680, in: LARA, 2000, p. 183-185.

império ensaiava (...) o retorno a seu traço estrutural dominante, fortemente fundado nas receitas do comércio com o ultramar", o que se verá adiante.

A provedoria-mor e a alfândega da Bahia na gestão da arrecadação do direito de 3\$500 réis por escravo resgatado na Costa da Mina, 1699-1725

Observa-se, através da legislação, que a cobrança do direito de 3\$500 réis era uma atividade altamente complexa e enquadrada na dinâmica de se gerir um império ultramarino na época moderna. Baseada, portanto, no vaivém do fluxo de papel, transportado pelas embarcações que conectavam as diferentes partes do império. Roberto Borges Martins chamou a atenção para a obsessão da Coroa portuguesa em legislar sobre o tráfico de escravos, segundo ele, "em nenhuma matéria, com a possível exceção dos quintos e do controle da mineração do ouro e dos diamantes, a coroa portuguesa foi tão prolífica, tão aplicada e tão minuciosa" (MARTINS, 2017, p. 4).

Em 1699, de fato, el-Rei, por carta régia, ordenou ao provedor-mor da Fazenda do Estado do Brasil, Francisco Lamberto, o acréscimo dos direitos, para o sustento da folha da Ilha de São Tomé

por ser muito limitado o direito de 1\$750 réis que é o que hoje pagam por cada escravo de quarto e vintena à razão de peça e não de cabeça, na forma do dito Foral; fui servido resolver que se pague daqui em diante por cada peça de direitos dos que se resgatarem na dita Costa de acrescentamento somente outro tanto, como até agora se pagava, por ser justo que assim como tem crescido tanto o preço dos negros no Brasil e com ele a ganância do resgate.¹¹

Portanto, el-Rei decretava que, na capitania da Bahia, devia-se pagar o direito dobrado (3\$500 réis à razão de peça de Índia¹²), e, nas Ilhas de São Tomé e do Príncipe, pagava-se uma taxa menor (1\$750 réis à razão de peça), por isso, meio direito. Constituía-se, assim, dois espaços fiscais distintos, sendo que o despacho nas Ilhas no torna-viagem tinha o bônus da vantagem fiscal e o ônus de dilatar o tempo da viagem.

¹¹ Carta régia de 10 de janeiro de 1699, in: LARA, 2000, p. 214.

¹² Sobre "peça de Índia", ver: BOXER, 2017 [1977], p. 108. Interessante notar que, em Angola, desde meados do século XVI, peça de Índia equivaleria a um homem jovem (MILLER, 1988, p. 66-78). De acordo com Luanna Ventura, amparada nas certidões expedidas pelo escrivão da Fazenda Real das Ilhas de São Tomé e do Príncipe, na segunda metade do século XVIII, uma peça de Índia equivaleria a um "negro barbado ou uma negra de cria"; já "um moleção ou molecona" valeria dois terços de peça de Índia; já "um moleque ou moleca ou negra sem cria" corresponderia a meia peça de Índia; "molequinho ou molequinha" a um quarto de peça de Índia; e, por fim, os doentes eram agrupados dez a dezoito escravos para formar uma peça de Índia (OLIVEIRA, 2021, p. 312).

Todavia, em 15 de agosto de 1700, o governador da Ilha de São Tomé escrevia a Sua Majestade, pois não havia recebido coisa alguma do rendimento dos direitos dos escravos, que se despachavam nas alfândegas do Brasil. Em dezembro do mesmo ano, D. Pedro II ordenava a Lamberto que informasse os valores do rendimento, insistindo na necessidade de cobrança e satisfação, para o sustento das Ilhas de São Tomé e do Príncipe.¹³

Prontamente, o provedor-mor informava Sua Majestade que o provedor da alfândega não havia executado a ordem de 1699, visto ter o oficial aduaneiro aceitado fianças dos despachos dos interessados no negócio, que haviam recorrido ao Rei. Dom Pedro II estranhava a resistência do provedor da alfândega em executar a sua real determinação e ordenava a cobrança imediata das fianças.¹⁴

Alexandre de Sousa Freire, provedor da alfândega da Bahia, em 14 de outubro de 1702, foi quem deu conta da cobrança que havia feito dos direitos dos escravos procedidos da Costa da Mina, despachados na Bahia, na forma das ordens de Sua Majestade. A arrecadação havia alcançado a importância de 8:776\$500 réis. Diante dessa notícia, o Rei ordenava a Francisco Lamberto, provedor-mor da Fazenda do Brasil, que passasse letra segura para satisfazer, no Conselho Ultramarino, o adiantamento da cômputo dado ao bispo da Ilha de São Tomé, no valor de 3:866\$999 réis. As letras seguras eram passadas por pessoas abonadas, que retiravam o dinheiro de contado na provedoria e emitiam um papel para ser trocado no Reino pelo dinheiro. Por não se achar quem passasse a dita letra, o provedor-mor, em 1704, foi autorizado a remeter em açúcar de boa qualidade, para se arrematar no Conselho Ultramarino. Fato elucidativo de uma baixa monetarização da economia no período em análise. Afinal, ninguém queria sacar o dinheiro na provedoria-mor e passar a letra segura para o Reino. Cabe destacar que, em menos de uma década, essa situação se alterara de forma drástica: em 1712, o tesoureiro geral disponibilizou, na praça da Bahia, 51:037\$131 réis em dinheiro de contado, como veremos adiante.¹⁵

Ainda, em 1703, o provedor da alfândega oferecia dúvidas quanto à execução da arrecadação do direito 3\$500 réis, devido aos embargos que os mercadores, da praça da Bahia, apresentaram "da

¹³ Nota 304, in: LARA, 2000 p. 196-197.

¹⁴ AHU, CU, Livro de registro de cartas régias, provisões e outras ordens para a Bahia, do Conselho Ultramarino, 1695-1714, Cód. 246, fl. 150.

¹⁵ AHU, CU, Cód. 246, fl. 159v-160 e 194.

forma das peças reguladas pelas cabeças, de que ali não se tinha notícias". Em resposta a missiva, o Rei mandava declarar que os direitos "se hão de pagar como se pagavam antes, sem outra alguma mudança, mais do que ser direito dobrado", ou seja, os despachos seriam à razão de 3\$500 réis por peça de Índia. Alexandre de Sousa Freire deveria executar a ordem logo e "havendo requerimento de parte, lhe deferir como parecer justiça, sem suspensão da execução e dareis apelação e agravo para o Conselho Ultramarino".¹⁶

O provedor da alfândega fez executar às ordens de Sua Majestade, pelo que se pode deprender da carta régia endereçada a ele de 13 de novembro de 1704, que, além de elogiar sua atuação na alfândega, ordenava que ele enviasse, todos os anos, conta dos direitos devidos: dos cobrados e dos não cobrados, remetendo a razão por que não havia feito arrecadação.¹⁷

Porém, mesmo com o bom procedimento do oficial aduaneiro, os réditos não chegavam à Ilha de São Tomé, conforme representação de eclesiásticos do Arquipélago. Poder-se-ia pensar em descaminho? Provavelmente não! Pelo visto acima, não havia faltas na arrecadação. Eram as necessidades mais imediatas da provedoria-mor do Estado do Brasil que consumiam os valores arrecadados, a lógica fiscal seiscentista: deficitária (CARRARA, 2009a), ainda permanecia no início do século XVIII. Por isso, o cabido da Sé da Ilha de São Tomé requeria que se não desse despacho às embarcações que fossem para a Costa da Mina, sem primeiro os mestres delas darem fiança. Diante dessa situação, em 1705, D. Catarina de Bragança, regente nos impedimentos de D. Pedro II, resolveu "dar nova forma as fianças, que hão de dar os navios que desse porto saírem para comerciar a Costa da Mina com licença".¹⁸

A nova forma, como se pode ver de uma consulta do Conselho Ultramarino, de 23 de julho de 1706, seria: "os navios que quisessem negociar na Costa da Mina sem tomar a Ilha de São Tomé, pagassem os direitos no Brasil com obrigação de os transportarem por sua conta e risco à dita Ilha". Antes de partirem para a Costa da Mina, os mestres dos navios deveriam dar fiança. Caso fosse aceita, e os interessados obtivessem sucesso no negócio, ao desembarcarem os escravos, no Estado do Brasil, deveriam fazer carga da importância ao recebedor da Fazenda Real. Isto é, a anotação, no livro da Fazenda, do valor em ser (a receber), do despacho dos escravos. O despachante, então,

¹⁶ Carta régia de 1º de fevereiro de 1704, in: LARA, 2000, p. 223.

¹⁷ AHU, CU, Cód. 246, fl. 194.

¹⁸ AHU, CU, Cód. 246, fl. 196v-197.

passaria letra segura deste valor, a pagar ao almoxarife da Ilha de São Tomé, que, por sua vez, ao receber o pagamento, no Arquipélago, emitiria o conhecimento em forma, para ser entregue no porto do desembarque, e se extinguir a anotação da receita em ser, e desobrigar-se a fiança. Para isso, lançar-se-ia à margem da respectiva receita, verba na letra que se passou no tempo do assento, e outra verba de que se efetivou o pagamento, isto é, quando se entregasse o conhecimento em forma. Assim, a diminuição dos abusos era posta pelo poder central, em mãos da burocracia espalhada pelo império, responsável pelo controle de todas as etapas do negócio.¹⁹

Aos mercadores foi concedida a graça de receberem licenças, mediante fianças, para não terem de ir despachar os escravos na Ilha de São Tomé e do Príncipe, "porque nelas lhe faziam tão más passagens que pelas evitar perdiam os interesses daquela costa e não navegam a ela". Segundo o procurador da Fazenda, estas licenças foram muito úteis, pois, com elas, muitas embarcações foram comercializar naquela costa, "porém parecia que a graça feita aos mercadores não devia prejudicar aos filhos da folha de São Tomé", ainda conforme o seu parecer, todos os interessados naquele negócio usavam das ditas licenças para não irem naquele Arquipélago.²⁰

Diante da nova obrigação, de terem de transportar os direitos produzidos pelos despachos nos portos do Estado do Brasil dos escravos da Costa da Mina para a Ilha de São Tomé, os moradores da Bahia representaram ao Rei, para serem desobrigados desse transporte, argumentavam que "irem esses navios ricos chamariam muitos inimigos e corsários piratas aquela costa, com que se fazia incomunicável as nossas sumacas pela infalível perda delas" (SOUZA, 2011, p. 151).

No entanto, ao procurador da Fazenda, em Lisboa, parecia que se devia proibir as tais licenças e expedir carta ao governador, ao juiz da alfândega, ao provedor da Fazenda e ao ouvidor-geral que dessem despacho dos navios com toda a brevidade como manda o Foral da Ilha de São Tomé. Dessa forma teriam muitas embarcações por lá e a Fazenda Real teria quem as vistoriasse e examinasse se carregavam ouro ou tabaco aos estrangeiros. Qual a preocupação do procurador da Fazenda? Evasão dos direitos alfandegários que chegariam à ordem de 36% do valor das mercadorias, e o conseqüente descaminho do tabaco e do ouro. Pareceu ainda que se devia pôr em

¹⁹ BNDH, vol. 95, p. 207-208.

²⁰ BNDH, vol. 95, p. 209.

execução as fianças passadas e, ainda, não desobrigadas. Opinião semelhante teve o Conselho Ultramarino. Todavia, essa consulta baixou sem parecer régio.²¹

Em 1709, D. João V ordenava ao provedor da alfândega da Bahia, Alexandre de Sousa Freire, que mandasse tomar as contas de todos os tesoureiros que haviam recebido o direito de 3\$500 réis, para saber se eram ou não devedores. Deveria mandar também uma relação de todo o rendimento que havia "em ser" ou a receber deste direito, quanto importava e se estava em boa arrecadação e segurança.²² Assim que efetivasse a arrecadação, o rendimento deveria ser remetido ao Reino, reservando, na capitania da Bahia, 20 mil cruzados, para fazer frente as despesas dos filhos da folha das Ilha de São Tomé e do Príncipe. A remessa devia ser feita em letra segura ou em ouro nas naus da Coroa.²³

Após o exame das informações prestadas pelo provedor da alfândega, el-Rei, por carta régia, de 4 de janeiro de 1710, decidiu proibir as licenças, de não irem satisfazer os direitos nas Ilhas, e obrigar todas as embarcações, tanto as do Estado do Brasil quanto as do Reino, a tomar o rumo do Arquipélago, tanto na ida quanto na volta da Costa da Mina, para que nela se averiguasse o que levaram e o que traziam, produzido dos resgates e negócios que fizeram, e, dessa forma, se regulassem, por este exame, os direitos que haviam de pagar, pois "sendo 30 as embarcações que dele navegam para a dita Costa [...] tinham rendido os direitos 63.000 cruzados e de sete ou oito que foram cada ano despachar à Ilha de São Tomé tinham rendido 71.000 cruzados". Na mesma data foram enviadas cartas régias ao ouvidor-geral da capitania da Bahia, de Pernambuco e da Paraíba.²⁴

Pouco mais de um ano depois, em 23 de março de 1711, Sua Majestade retrocederia na obrigatoriedade de escalar no Arquipélago tanto na ida quanto no torna-viagem, considerando haver inconvenientes que embaraçavam o comércio da Costa da Mina. Por fim, em 04 de maio do mesmo ano, el-Rei retomava a matéria, determinando que a "navegação para a Costa da Mina seja livre como

²¹ BNDH, vol. 95, p. 209.

²² AHU, CU, Cód. 246, fl. 250v.

²³ AHU, CU, Cód. 246, fl. 258-258v. O valor desta consignação alterou-se de 20 mil (8:000\$000 réis) para 30 mil cruzados (12:000\$000 réis). Em 1725, quando D. João V submeteu o tributo ao sistema de contrato, a consignação era de 30 mil cruzados.

²⁴ Carta régia de 4 de janeiro de 1710, in: LARA, 2000, p. 231.

de antes, sem terem obrigação de irem tomar a ilha de São Tomé [...] ficando-lhe somente a obrigação de pagarem os direitos no porto do Brasil donde forem [...]"²⁵

Talvez, o que ajude a compreender essas idas e vindas nas diretrizes fiscais sobre as Ilhas de São Tomé e do Príncipe seja a necessidade vital da Coroa de manter o Arquipélago como área de possessão portuguesa, e a difícil conjuntura da Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1713), afinal, em 1709, São Tomé fora saqueada por corsários franceses (GODINHO, 1971).

O direito sobre a importação de escravos da Costa da Mina devia ser satisfeito, a princípio, nas Ilhas de São Tomé e do Príncipe. Entretanto, devido a fatores como a navegação e a concorrência com outras potências europeias na costa da África, poderiam os interessados os satisfazerem nos portos do Estado do Brasil ou mesmo na Corte. Entre 1703 e 1725, o executivo do Conselho Ultramarino registrou 77 fianças, de embarcações que receberam licença para saírem do Reino e realizarem o resgate de escravos na Costa da Mina. Dessas, 58 foram levantadas, isto é, desobrigadas: uma pela licença ter sido revogada; outra por ter transportado o governador da Ilha de São Tiago; outras duas por terem comprovado a não realização da viagem; outras duas por terem naufragado; outras duas por terem sido tomadas por corsários franceses; outras 21 comprovaram o recolhimento dos direitos em Lisboa; outras 7 comprovaram o pagamento dos direitos na Bahia; outras 15 comprovaram o pagamento dos direitos no Rio de Janeiro; e 7 comprovaram o pagamento dos direitos no Arquipélago de São Tomé e Príncipe. As demais 19 ficaram em aberto.²⁶

Além desse emaranhado de possibilidades, o caminho da administração portuguesa, de modo geral, fora construído ao caminhar. Por isso, talvez, uma aparente falta de racionalidade, nas idas e vindas das decisões tomadas pelo poder central. Como assevera Carlos Agostinho das Neves, ao estudar São Tomé e Príncipe na segunda metade do século XVIII,

o tráfico de escravos entre a Costa da Mina e a Baía nunca obedeceu a estruturas verdadeiramente planificadas, alterando-se, quase sempre ao sabor das conjunturas. Daí que toda a legislação que arbitrou o referido comércio tenha sido criada mais de improviso, visando colmatar uma ou outra situação mais grave, mas raramente a definição de grandes linhas orientadoras que permitissem a obtenção de maiores vantagens (NEVES, 1989, p. 103-104).

²⁵ Carta régia de 23 de março de 1711 e nota 381, in: LARA, 2000, p. 234-235.

²⁶ Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Lisboa, Conselho Ultramarino, Livro de Assentos, Contratos e Fianças do Conselho Ultramarino.

Ainda, segundo o autor, tal situação mudou com a instalação, na Bahia, da Mesa de Inspeção do Açúcar e Tabaco (1751), pois a instituição podia interferir de forma proativa no gênero essencial ao negócio na Costa da Mina, o tabaco e, também, na navegação (NEVES, 1989, p. 106).

Em 1714, há exemplos da importância do tributo, para satisfazer despesas da própria provedoria-mor. Por empréstimo, o marquês de Angeja, governador-geral e vice-rei do Estado do Brasil, aplicou-o à defesa da conquista comprando a fragata Nossa Senhora do Rosário e São Gonçalo, para servir ao guarda-costas, pelo acomodado preço de 3:600\$000 réis, sendo que 2:800\$000 réis foi retirado da consignação do direito de 3\$500 réis (SALLES, 2014, p. 33).

No mesmo ano, os sobejos foram usados para o pagamento das férias dos oficiais que trabalhavam na construção de uma nova nau na Ribeira, para suprir as despesas que haviam de serem feitas com os aprestos e matalotagens dos comboios, sendo entregue para a Junta do Comércio 4:400\$000 réis e para a reabertura da Casa da Moeda em Salvador foram aplicados 2:400\$000 réis. Quando da posse do governo geral pelo marquês de Angeja, a única consignação que não estava exausta era o direito de 3\$500 réis, conforme apurado pelo exame dos livros pelo provedor-mor Luís Lopes Pegado.²⁷ Entre 1714 - 1717, há uma efetiva centralização nas contas das provedorias da Real Fazenda no Brasil das três capitanias mais importantes do Estado do Brasil - Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, com jurisdição sobre as minas. Esse período coincide com a atuação de Luís Lopes Pegado na provedoria-mor e governo do marquês de Angeja (CARRARA, 2009b, p. 72-77; CARRARA, 2011, p. 18).

No vaivém de informações trocadas entre os oficiais régios, entre uma frota e outra, foi possível perceber algumas despesas e remessas líquidas dos efeitos dessa consignação do direito dos escravos aplicados aos filhos da folha de São Tomé.

No livro que servia, na alfândega da Bahia, para o registro das ordens de Sua Majestade, existem algumas informações sobre o rendimento desse direito. Pela missiva, de 20 de janeiro de 1716, depreende-se que os despachos feitos na Bahia, do resgate de escravos da Costa da Mina de 1705 a 1715, que não despacharam nas Ilhas, alcançaram rendimento líquido de 23:400\$000 réis. Ou seja, foram remetidos para o Conselho Ultramarino, por meio de letra segura, tal importância.²⁸

²⁷ BNDH, vol. 53, p. 281-282 e BNDH, vol. 96, p. 155-157.

²⁸ Arquivo Nacional Rio de Janeiro (ANRJ), Livro 4º Registro de ordens da alfândega, Cód. 143, vol. 1, fl. 2v-3.

Desse montante, foram localizadas duas letras seguras, em 1712, que importaram 19:857\$600 réis. Não foi possível encontrar as demais letras, que importaram 3:542\$400 réis, mas é certo que elas foram recebidas e aceitas em Lisboa, uma vez que houve a confirmação por carta régia. Cabe destacar, que as letras seguras do ano de 1712, representavam 38,91% do excedente fiscal remetidos à metrópole naquela frota, por letras seguras contra o tesoureiro do consulado. Portanto, em 1712, o tesoureiro geral disponibilizou, na praça da Bahia, 51:037\$131 réis em dinheiro de contado.²⁹ Trata-se de uma quantia razoável, se pensarmos na conjuntura turbulenta dos mares no tempo da Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1713). As investidas das embarcações francesas e holandesas contra as sumacas portuguesas na costa de África fora um tema recorrente.³⁰ Hostilidades foram descritas em 1715 pelo marquês de Angeja, que ainda alertava para a carestia dos escravos, que "tem chegado a tal preço um negro peça de Índia, que chegam a pedir por ele duzentos mil réis, e já se vai fazendo comum preço cento e oitenta mil réis: este negócio é dos mais importantes que tem neste Estado".³¹

Fernando Novais (1981 [1979]) chamou a atenção para a importância dessa atividade econômica, engrenagem do *Antigo Sistema Colonial*, constituinte da passagem do excedente econômico das colônias para a metrópole, fomentando a acumulação de capitais no centro do sistema. Talvez, por isso mesmo temos as prestações de contas, isto é, a receita e despesa desse rendimento de forma tão pormenorizada.

O provedor da alfândega, o coronel Domingos da Costa de Almeida dava conta que, entre 02 de junho de 1715 e 15 de julho de 1716, vieram, em direitura à Bahia, 14 embarcações, cujos direitos tiveram o alcance de 13:280\$286 réis e ainda mais duas embarcações com fiança de pagarem os direitos em Lisboa. Entre 04 de setembro de 1717 e 07 de julho de 1718, esse direito havia rendido na Bahia 12:733\$750 réis, conforme carta do provedor da alfândega à Sua Majestade.³²

Para se ter uma ideia da bonança dos réditos procedidos dos escravos resgatados na Costa da Mina, em 1717, o duque de Cadaval, num parecer sobre se deveria permitir aos estrangeiros

²⁹ 132 - Relação das letras que remete o tesoureiro geral deste Estado [do Brasil], in: RAU & SILVA, 1958, p. 86.

³⁰ Sobre as questões diplomáticas e de política externa envolvendo o tráfico português na Costa da Mina na primeira metade do século XVIII, ver: SOUZA, 2023.

³¹ AHU, CU, BA, CARTA do [vice-rei e governador-geral do Brasil, marquês de Angeja, d. Pedro António de Noronha Albuquerque e Sousa] ao rei [D. João V] dando conta dos roubos que fazem os holandeses nas embarcações na Costa da Mina, 2ª série, cx. 10, doc. 835.

³² ANRJ, Cód. 143, vol. 1, fl. 8-8v e 34v.

comercializar na ilha de São Tomé, dizia ser um dos prejuízos dessa permissão o fato do Arquipélago ser escalada para o Brasil, Angola e Índia e lembrava que

tal concessão tinha sido feita por D. Pedro II, por cinco anos, aos moradores de São Tomé, por não terem o necessário para o pagamento da folha; mas, segundo dizia Antônio Rodrigues da Costa, [conselheiro do Conselho Ultramarino], esta necessidade desaparecera devido ao direito que tiravam dos negros que iam para o Brasil e vinham da Guiné.³³

Portanto, as permissões concedidas aos moradores das Ilhas diziam respeito muito mais as conjunturas econômicas e fiscais vivenciadas pelo Arquipélago, em particular, e mesmo pelo império, de modo geral, do que ao costume ou ao direito consuetudinário das gentes.

Ao que parece, na capitania da Bahia, o direito de 3\$500 réis, do ponto de vista fiscal, fora o primeiro rédito a furar a lógica seiscentista, isto é, de rendimento deficitário. Parece-nos que foi este direito o primeiro a sentir os impactos da descoberta das minas de ouro no sertão do Estado do Brasil.

Porém, nem só de bonança viveu este negócio, os mares eram espaços de concorrência interimperial, sobretudo na costa africana, segundo Daniele de Souza (2018, p. 47), de 1714 a 1717, pelo menos 15 embarcações foram saqueadas na Costa da Mina, e o prejuízo, em réditos para a Coroa, fora estimado, pelo desembargador Manuel de Lima Barreto, em 10:515\$000 réis. Ainda a propósito das perdas, Roquinaldo Ferreira (2001, p. 368) assevera que, entre 1716 e 1718, 3.000 escravos foram tomados dos navios que partiram da Bahia para a Costa da Mina. Carlos Agostinho Neves, por seu turno, afirmou que "entre 1715 e 1756, os holandeses haviam assaltado trinta e uma embarcações com 12.270 escravos a bordo" (NEVES, 1989, p. 108).

As hostilidades foram uma constante na Costa da Mina, muito conhecidas da historiografia são as agressões sofridas pelas embarcações portuguesas, mas, por óbvio, houve também curso praticado pelos portugueses. A situação era tal que D. João V, em 1711, por alvará, estabeleceu que se a preza tivesse sido recuperada por embarcações de guerra da Coroa, o senhorio devia ser restituído na integralidade (navio e carga), no entanto o proprietário ficava obrigado a dar a oitava parte para aqueles que resgataram; no caso de ter sido retomada por corsário português, o senhorio seria restituído, mas obrigado a dar a quinta parte do navio e da carga. No caso de a embarcação ter ficado

³³ 258 - Parecer do duque de Cadaval sobre se deveriam os estrangeiros comerciar na ilha de São Tomé., in: RAU & SILVA, 1958, 190-191.

muito tempo em mãos inimigas, sofrendo alterações, o senhorio só poderia reclamar duas terças partes daquilo que provar ser da embarcação original.³⁴

O vasto *corpus* documental, aqui analisado, teve origem na imbricada burocracia administrativa e fiscal do império português. Pois, no Reino, para se armar uma viagem, para resgatar escravos na Costa da Mina, era preciso pedir licença régia, por meio do Conselho Ultramarino. Caso concedida, ela precisava ser validada pelo executor do Conselho, que o fazia mediante a apresentação de uma pessoa abonada, que avalizasse a viagem, obrigando-se a pagar os direitos dos escravos resgatados, passando fiança. O capitão da embarcação, ainda, devia nomear um escrivão, que lançasse todo o negócio em livro, o qual deveria ser entregue, no porto do Estado do Brasil, para o oficial aduaneiro fazer o encerramento e passar certidão dos direitos devidos.

Já, na capitania da Bahia, a preparação não era muito distinta. O interessado precisava obter autorização do governo geral para preparar a armação. Caso essa fosse concedida, seria registrada nos livros da secretária de Estado e nos da provedoria-mor. Depois, daria fiança na alfândega de Salvador, de acordo com a arqueação da embarcação.³⁵ O governo geral era o juízo privativo das questões referentes a navegação com a Costa da Mina até o ano de 1754, quando esta jurisdição fora transferida para a Mesa de Inspeção, por carta régia de 21 de janeiro daquele ano.³⁶

A partir de 1702, a licença deveria, ainda, ser apresentada ao superintendente do tabaco, o chanceler da Relação, responsável pela expedição, no porto de Salvador, do gênero tido como essencial ao trato na Costa da Mina, o tabaco (NARDI, 1996, p. 94-102). Após 1731, todas as embarcações, que iam para Costa da Mina, deviam ser novamente arqueadas e passariam a ser visitadas, tanto na ida quanto no torna-viagem, pelo intendente da execução da lei de extração do

³⁴ Alvará de 27 de março de 1711, in: ARAUJO, 1830, p. 145 e AHU, CU, BA, CARTA (cópia) do [vice-rei e capitão-general do estado do Brasil], conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Meneses ao rei [D. João V] sobre as fragatas de guerra que tiveram na Costa da Mina, 2ª Série, cx. 30, doc. 2760.

³⁵ Em 1684, D. Pedro II regulamentou a capacidade de carga dos navios usados no tráfico de escravos, a partir da medição de seu volume útil, o objetivo da Coroa era tornar o tráfico mais eficiente, e garantir o recolhimento dos direitos. No Estado do Brasil, a medição e registro das embarcações seriam feitos na Cidade do Salvador pelo provedor-mor e pelo desembargador procurador da Coroa com auxílio do patrão-mor da Ribeira e registrado pelo escrivão da Fazenda. Cada oficial recebia de emolumento à custa dos particulares 2\$000 réis. (cf. Lei de 18 de março de 1684, in: LARA, 2000, p. 191; OSÓRIO, s/d; MARTINS, 2017; BNDH, vol. 90, p. 92-93).

³⁶ AHU, CU, BA, Carta (cópia) do conselheiro do Conselho Ultramarino, Joaquim Miguel Lopes de Lavre sobre a jurisdição da mesa da inspeção para dar licença aos navios que vão à Costa da Mina, 2ª série, cx. 121, doc. 9468.

ouro.³⁷ Essa instituição funcionou até o ano de 1743, quando Sua Majestade decidiu por reordenar o tráfico com a Costa da Mina, suspendendo a lei das arqueações de 1731.³⁸

As embarcações, ainda antes de ancorarem no porto de Salvador, recebiam a visita da Saúde, isto é, de um vereador da câmara, como provedor da saúde, e de um médico, que recebiam, de acordo com o Regimento de 1709, de salário, respectivamente, 3\$200 réis e 2\$000 réis, por visita. Por acórdão da Relação, o médico passou a receber 4\$000 réis em 1714.³⁹

Já na alfândega, cabia ao escrivão da aduana o registro das embarcações que partiam e chegavam no porto soteropolitano e dos despachos de suas mercadorias, desse registro ele percebia seus emolumentos. O escrivão, portanto, anotava a receita por lembrança, isto é, aquela que estava por arrecadar. O provedor era encarregado da conferência da documentação trazida pelos mestres ou capitães das embarcações, para proceder o desembaraço: o despacho das mercadorias na alfândega (SALLES, 2020).

No caso do resgate de escravos na Costa da Mina, a conferência ocorria da seguinte maneira: se portavam certidões dos direitos pagos nas Ilhas de São Tomé e do Príncipe ou licença de Sua Majestade com fiança. Caso não portassem um ou outro documento, deviam os mestres ou capitães procederem ao despacho, e o provedor da alfândega cobrar o direito. Após a partida da frota, o provedor faria o ajuste de contas com o tesoureiro-geral, depositário da consignação, dos filhos da folha das Ilhas de São Tomé e do Príncipe, de 20 mil cruzados, sendo seu executor o provedor-mor da Fazenda Real. A partir de 1714, com a criação do ofício de tesoureiro da alfândega, a cobrança do direito recaiu sobre este oficial, que ajustava o recebimento com o tesoureiro-geral da provedoria-mor. No livro do tesoureiro da alfândega ficavam os registros da receita viva, ou seja, os valores efetivamente arrecadados e que estavam em seu poder (SALLES, 2016).

Como demonstrado, os sobejos procedidos desse direito deviam ser remetidos à Lisboa, para o tesoureiro do Conselho Ultramarino, passando letra segura ou, sob ordem de el-Rei, em açúcar de boa qualidade para se arrematar na Corte. Algumas letras seguras foram passadas sobre o tesoureiro

³⁷ AHU, CU, BA, Carta do provedor-mor da Fazenda Real da Bahia, Luís Lopes Pegado Serpe ao rei [D. João V] comunicando que cumpriu o que ordena a da provisão a margem que manda que se evite a extração do ouro que vai a Costa da Mina, 2ª série, cx. 62, doc. 5285.

³⁸ Sobre a suspensão da lei das arqueações de 1731, ver: SOUZA, 2018, pp. 93-94.

³⁹ Arquivo Histórico Municipal de Salvador. Cartas do Senado, 1710-1730. vol. VI. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1973, p. 43.

da Junta do Comércio do Brasil. A partir de 1714, com a reabertura da Casa da Moeda na Bahia, há o envio de peças monetárias, caso não fosse encontrado quem passasse letra segura, isto é, pessoa de bom crédito e capacidade na praça. Com a extinção da Junta do Comércio, antiga Companhia de Comércio do Brasil, em 1720, as letras seguras seriam passadas, em geral, sobre os contratadores gerais do tabaco, como se vê das prestações de contas enviadas ao Conselho Ultramarino, ou contra pessoas abonadas e interessadas em ter dinheiro de contado na colônia. No caso dos contratadores do tabaco, os administradores do contrato, na colônia, sacavam o dinheiro na provedoria e emitiam a letra segura para ser sacada em Lisboa contra o caixa do contrato. Vale lembrar que o tabaco era um gênero colonial que estava sob estanco régio, isto é, sob monopólio de comércio do Rei e trespasado a particulares, via contrato. Portanto, era uma operação muito interessante tanto para a Coroa quanto para os contratadores do tabaco, uma vez que eles precisavam ter dinheiro de contado na colônia para a compra do gênero. Por meio das letras seguras, evitavam-se, assim, os riscos do transporte do dinheiro em espécie no Atlântico.⁴⁰

O fato de vários oficiais régios, de instituições distintas, controlarem/anotarem a mesma informação, produziu um aparelho de controle das contas, em especial, quando provocava querelas entre eles, o que compensava, de certa forma, a precária escrituração contábil unigráfica, anterior ao estabelecimento do Erário Régio (FARIAS, 2018).

Em alguns casos, a Coroa incentivou essas querelas, sobrepondo jurisdições e coincidindo competências de forma proposital (CARDIM, 2005). Não é isso que se vê, em princípio, na execução da cobrança do direito de 3\$500 réis, pois a alfândega da Bahia era uma instituição subordinada à provedoria-mor nos quadros da administração fazendária do Estado do Brasil. Assim, cabia à alfândega arrecadar o tributo e realizar seu depósito na provedoria-mor, o que significava, na prática, apenas o fluxo normal da informação na malha administrativa. No entanto, esse equilíbrio, em 1719, fora rompido.

Nos últimos anos da década de 1720, a administração fazendária da capitania da Bahia passou por uma das maiores querelas de sua história. O jovem Serpa, provedor-mor, tratava dos assuntos da Fazenda como no tempo de seu pai e governo do marquês de Angeja: executava os devedores; dava batidas nas embarcações que vinham da costa de África - inclusive fazendo uma segunda arqueação, a

⁴⁰ ANRJ, Cód. 143, vol. 1, fl. 2v-3; 10v-1; 16v-17; 76.

despeito daquela que fora feita pela mestrança da ribeira; coibia o comércio com os navios estrangeiros, que davam "arribada força" no porto de Salvador (PIJNING, 1993).

No entanto, a conjuntura era outra: no governo geral estava d. Sancho de Faro e Sousa, conde de Vimieiro, pouco simpático ao provedor-mor, e na alfândega soteropolitana era provedor Domingos da Costa de Almeida com laços bem estabelecidos na Cidade do Salvador, inclusive no tribunal da Relação. A situação de Serpa piorou ainda mais quando da morte do governador geral e constituição de um governo provisório. Como muito bem demonstrou Ernst Pijning (1993), por uma brecha na legislação, Domingos da Costa de Almeida acolheu uma denúncia contra seu superior Luís Lopes Pegado e Serpa. O provedor-mor acabou preso e mandado para Lisboa. Em seu lugar, entrou o desembargador procurador dos feitos da Fazenda e Coroa, Tomas Feliciano de Albernás, conhecido desafeto de Serpa.

Deste imbróglio, resultou o descrédito de Luís Lopes Pegado e Serpa e, conseqüentemente, da própria provedoria-mor. Não por acaso, em 1720, el-Rei, "reconhece por muito bem feita as relações anualmente enviadas, pelo provedor da alfândega, dos navios que foram comercializar na Costa da Mina e que, na volta, tomaram o porto da Bahia, com suas invocações e nomes dos mestres, e o direito dos escravos". Dom João V também ordenava que o provedor enviasse uma relação dos navios procedidos de Angola, tal como a produzida para os navios oriundos da Costa da Mina. Além da clara relação em que se "despendem os vinte mil cruzados que mandei reservar para os filhos da folha, assim secular como eclesiástica, da Ilha de São Tomé, e se com efeito, se gasta toda esta dita quantia".⁴¹

Por tudo isso, no mesmo ano, Sua Majestade ordenava que o provedor da alfândega, Domingos da Costa de Almeida, tomasse as contas dos direitos dos escravos da Ilha de São Tomé e fizesse com toda brevidade a diligência nos livros e papéis desse direito, "porque no lançado delas não há clareza necessária, para vós averiguardes por que ordens se fizeram as despesas dos ditos direitos e em que se gastou o rendimento deles para que com inteira notícia me possais informar como vos tenho ordenado". Para a consecução de tal objetivo, el-Rei passava ordem expressa para que o provedor-mor ordenasse ao contador-geral que entregasse ao provedor da alfândega os livros de receita da consignação aplicada aos filhos da folha de São Tomé e as "linhas das folhas de sua

⁴¹ ANRJ, Livro 4º Registro de ordens da alfândega, Cód. 143, vol. 1, fl. 76v.

despesa", pois, em 1719, o contador-geral havia se escusado de fazer a entrega, subordinado que sabia ser, apenas, ao provedor-mor.⁴²

Dessa forma, Dom João V atropelava a jurisdição da provedoria-mor, permitindo ao provedor da alfândega que conhecesse e tratasse de matéria, cuja competência era da autoridade máxima da Real Fazenda, abaixo apenas do governador e capitão general. Assim, não só a arrecadação ficaria por conta dos oficiais régios aduaneiros, mas também o controle de sua despesa. Apesar do tesoureiro-geral permanecer sendo o depositário do rendimento até 1725, estava posta a diminuição e perda de prestígio da provedoria-mor, ficando o cálculo de receita e despesa de importante rendimento em mãos do provedor da alfândega. De acordo com Poliana Cordeiro de Farias (2016), só se percebera um conflito de tamanha significância na administração fazendária na segunda metade do século XVIII, após a criação da Junta da Real Fazenda na capitania da Bahia. Então, o provedor-mor, José Ferreira Cardoso, no ano de 1768, recusou-se a cumprir as ordens da nova instituição, de retirar os livros e mais papéis da Fazenda e Conto e entregá-los ao contador-geral da Junta da Fazenda, dando a conhecer a arrecadação fazendária, escusou-se com base em "regimento e várias ordens régias", que asseveravam que apenas a ele, provedor-mor, deveriam pertencer informações referentes a receita e despesa. Às queixas, entretanto, pouco interessaram a Coroa, visto que a instituição estava em vias de extinção.

O provedor da alfândega, o coronel Domingos da Costa de Almeida, frota a frota, enviava para Sua Majestade a informação dos navios vindos de Angola ao porto de Salvador, o "número de escravos que neles vieram e que não pagaram direitos nessa alfândega, pelos terem satisfeitos em Luanda; as embarcações que foram comerciar a Costa da Mina". Pela carta de Sua Majestade, de 13 de março de 1723, vê-se que os direitos, pagos nas Ilhas de São Tomé e do Príncipe e os satisfeitos na capitania da Bahia, em setembro de 1722, importaram "19:074\$500 réis, além de 1:860\$000 réis quantos da maioria (SIC) dos dez tostões por cabeça para as despesas da feitoria que se fez em o porto de Ajudá".⁴³

A transferência de jurisdição fora cristalizada, quando a arrecadação deste direito foi submetida ao sistema de contratos em 1724. Pela 5ª condição do contrato, arrematado por Jerônimo

⁴² ANRJ, Cód. 143, vol. 1, fl. 76v.

⁴³ ANRJ, Cód. 143, vol. 1, fl. 134.

Lobo Guimarães, a arrecadação deste direito deveria seguir, na capitania da Bahia, o modelo da arrecadação da dízima da alfândega, ou seja, seria integralmente arrecada pelos oficiais régios aduaneiros.⁴⁴

A provedoria não recuperou a jurisdição nem mesmo após Luís Lopes Pegado e Serpa ser ilibado e reassumir seu ofício de provedor-mor do Estado do Brasil. O tesoureiro da alfândega permaneceu como depositário deste rendimento até o ano de 1744, quando do terceiro contrato, arrematado por Luís de Abreu Barbosa, pelas condições da arrematação, voltou a ser o tesoureiro-geral o depositário, oficial subordinado ao provedor-mor.⁴⁵ Curioso notar que o retorno da jurisdição a provedoria-mor ocorreu, ato contínuo, a morte do provedor-mor proprietário Luís Lopes Pegado e Serpa.

À guisa de conclusão

A compreensão da tributação sobre o desembarque em Salvador dos escravos da Costa da Mina, isto é, o direito de 3\$500 réis, só fora possível: a partir do exame exaustivo da legislação produzida sobre esta atividade econômica. Forma, também, para se compreender o negócio em si. E com isso, o papel das Ilhas de São Tomé e do Príncipe que, do ponto de vista jurídico, formavam com a capitania da Bahia um sistema de continuidade jurisdicional: partes do império português. Porém, eram espaços fiscais distinto para um mesmo rédito. Uma vez que os despachos na Bahia eram a razão de cabeça e nas Ilhas a razão de peça da Índia. Desta forma, o Arquipélago enseja uma vantagem fiscal, forma de atrair recursos *in loco* e compensar as dificuldades que a escalada poderia causar na rota até o Estado do Brasil.

Se no início do século XVIII, o rendimento não era suficiente para o pagamento da Folha Eclesiástica e Civil do Arquipélago, isto é, para satisfazer a consignação a qual estava aplicada, vimos que, já na segunda década do setecentos, este quadro havia se alterado profundamente. No tempo do

⁴⁴ AHU, CU, Cód. 296, fl. 295-296. Sobre o funcionamento da alfândega soteropolitana, ver: SALLES, 2014.

⁴⁵ AHU, CU, Cód. 297, fl. 128v-129; AHU, CU, BA, Carta do provedor da Alfândega Domingos da Costa de Almeida ao rei [D. João V] comunicando que fará observar as condições do contrato dos direitos de 3500 réis que por entrada na Alfândega paga cada escravo que chega da Costa da Mina a ser arrematado por Luís de Abreu Barbosa, 2ª série, cx. 80, doc. 6597.

governo do marquês de Angeja (1714-1717), o único rédito com sobejos prontos a socorrer outras despesas do Estado do Brasil era o direito de 3\$500 réis.

A taxaço sobre o tráfico de escravos com a Costa da Mina proporcionou não apenas o sustento das Ilhas de São Tomé e do Príncipe, como possessão portuguesa na costa africana, isto é, custeou o aparato administrativo, militar e eclesiástico, mas também produziu um *superavit* fiscal para a Coroa, cujos valores foram utilizados em despesas régias na capitania da Bahia e transferidos para a metrópole. O fisco cumpriu, assim, o seu papel: custeou a colonização e ainda transferiu renda para a metrópole.

Portanto, sem sombra de dúvidas, o controle sobre a sua arrecadação ou seja, a administração fazendária deste tributo, era um serviço prestimoso a Coroa. Por isso, observa-se os ruídos na comunicação entre as duas maiores autoridades fazendárias da capitania da Bahia sobre este tributo: o provedor da alfândega e o provedor-mor. Parece-nos que, do ponto de vista fiscal, fora no direito de 3\$500 réis que primeiro se fez sentir os impactos da mineração no sertão do Estado do Brasil, na necessidade cada vez maior de importação de mão-de-obra, neste caso do escravo-mercadoria africano.

Por fim, faz-se necessário elucidar, ainda, o papel das demais instituições que interferiam na organização do tráfico, como, por exemplo, a submissão do direito de 3\$500 réis ao sistema de contratos em 1725; a Lei das Arqueações de 1731, que estabelecia nova arqueação as embarcações que iam a Costa da Mina e a Intendência da Execução da Lei da Extração do Ouro para a Costa da Mina; no mesmo ano, a proibição dos negreiros, que partiam da Bahia, de irem ao Castelo de São Jorge da Mina; em 1743, a navegação organizada por esquadras, a regulamentação do monopólio dos 24 navios, extinto em 1756; a criação da Mesa de Inspeção do Açúcar e Tabaco em 1751, que, ao arbitrar a agricultura, o comércio e a navegação, acabou por interferir na organização do tráfico de escravos com a Costa da Mina. São questões para investigações futuras, tratar delas extrapolaria em muito o escopo do presente artigo.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Antônio Augusto Marques de. **Aritmética como Descrição do Real (1519-1679)**. Vol. I. Lisboa: IN-CM, 1994.

ARAÚJO, Jose Paulo de Figueiroa Nabuco de. **Collecção chronologico-systematica da legislação de fazenda ... do império do Brasil**. Brasil: Plancher-Seignot, 1830.

BOXER, Charles R.. **O império marítimo português: 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 2017 [1977].

BRILHANTE, Neuma. Nas franjas do império ultramarino português: a experiência insular de São Tomé e Príncipe no despertar dos oitocentos. **História**, Franca, v. 28, n. 1, p. 71-97, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-90742009000100003>>. Acesso em: 19/10/2020

CARDIM, Pedro. "Administração" e "governo" uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime, in: FERLINI, Vera A. & BICALHO, Maria Fernanda. *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI – XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 45-68.

CARRARA, Angelo Alves. *As receitas imperiais portuguesas; estrutura e conjunturas, séculos XVI-XVIII*. Juiz de Fora: HQG-UFJF, 2011.

CARRARA, Angelo Alves. **Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil; século XVIII**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009b.

CARRARA, Angelo Alves. **Receitas e despesas do Estado do Brasil; século XVII**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2009a.

FARIAS, Poliana Cordeiro de & SALLES, Hyllo Nader de Araújo. **Contos e contratos: os rendimentos da capitania da Bahia 1682-1700** [inédito].

FARIAS, Poliana Cordeiro de Farias. A Junta da Real Fazenda da Bahia: instalação e conflitos, 1761-1770, in: **Anais do VIII Encontro Estadual de História**. ANPUH-BA, Feira de Santana, 2016, pp. 1536-1548.

FARIAS, Poliana Cordeiro de Farias. A organização contábil da Junta da Real Fazenda da Bahia (1761-1808). **Anais Eletrônicos do IX Encontro Estadual de História. História e Movimentos Sociais**. Santo Antônio de Jesus: ANPUH-BA, 2018. Disponível em: <http://www.encontro2018.bahia.anpuh.org/resources/anais/8/1535532130_ARQUIVO_AorganizacaocontabilJuntadaRealFazendadaBahia.pdf>. Acesso em 06/08/2020.

FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolônial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII), in: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 339-378.

GODINHO, Vitorino Magalhães. Portugal and her Empire, 1680-1720, in: BROMLEY, John S. (Ed.). **The New Cambridge Modern History**. The Rise of Great Britain and Russia, 1688-1715/25. Vol. 6. Cambridge: Cambridge University Press, 1971 [1970], pp. 509-540.

LARA, Silvia Hunold. Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa, in: ANDRÉS-GALLEGO, Jose (Coord). **Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica**. Madrid: Fundación Histórica Tavera/Digibis/Fundación Hernando de Larramendi, 2000 (CD-Rom).

LOPES, Gustavo Acioli Lopes. **Negócio da Costa da Mina e Comércio Atlântico. Tabaco, Açúcar, Ouro e Tráfico de Escravos: Capitania de Pernambuco (1654-1760)**. Tese de doutorado, História Econômica, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2008.

MARTINS, Roberto Borges. A obsessão como o tráfico, a legislação escravista e os códigos negreiros portugueses, in: **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Niterói: UFF, 2017. Disponível em: <<https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/1%20A%20obsessao%20com%20o%20trafico,%20a%20legislacao%20escravista%20e%20os%20codigos%20negreiros%20portugueses.pdf>> Acesso em: 08/07/2020.

MAURO, Frédéric. **Nova História e Novo Mundo**. São Paulo: Edusp/Perspectiva, 1973.

MENZ, Maximiliano M. Domingos Dias da Silva, o último contratador de Angola: a trajetória de um grande traficante de Lisboa. **Tempo**, v. 23, n. 2, maio 2017, p. 383–407. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2017v230210>> Acesso em: 23/09/2019.

MILLER, Joseph. **Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1780-1830**. Madison, WI: University of Wisconsin Press, 1988.

NARDI, Jean Baptist Nardi. **O fumo brasileiro no período colonial. Lavoura, Comércio e Administração**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NEVES, Carlos Agostinho das. **São Tomé e Príncipe na segunda metade do século XVIII**. Lisboa/Funchal: CHAM/Secretaria Regional de Turismo, Cultura e Emigração, 1989.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1981 [1979].

OLIVEIRA, Luanna Maria Ventura dos Santos. **A tributação sobre os escravizados no porto do Recife e suas conexões no império português (1699-1750)**. Tese de doutorado, História, Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, 2021.

OSÓRIO, Inês Marinho Osório. **O Transporte de Escravos no Atlântico: A arqueação dos navios negreiros**. Dissertação de mestrado, História, Centro de Humanidades CHAM, Universidade Nova de Lisboa de Lisboa, s/d.

PIJNING, Ernst. Conflicts in the Portuguese Colonial Administration: Trials and Errors of Luís Lopes Pegado e Serpa, Provedor-Mor da Fazenda Real in Salvador, Brazil, 1718-1721. **Colonial Latin American Historical Review**, 2(4), 1993, p. 403-423. Disponível em: <<https://digitalrepository.unm.edu/clahr/vol2/iss4/2>>. Acesso em: 11/05/2020.

RAU, Virgínia & SILVA, Maria Fernanda Gomes da. **Os manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil**. vol. 2. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1958.

SALLES, Hylo Nader de Araújo Salles. A Alfândega da cidade de Salvador Bahia de Todos os Santos: da sua criação ao primeiro contrato da dízima no setecentos (1549-1722), in: MICHELI, Marco Volpini & DIAS, Thiago (Orgs.). **Portos Coloniais. Estudo de história portuária, comunidades marítimas e praças mercantis, séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2020, p. 336-357.

SALLES, Hyllo Nader de Araújo Salles. A dízima da Alfândega da Bahia, in: CARRARA, Angelo Alves & CAVALCANTE, Paulo Cavalcante (Orgs.). **Alfândegas do Brasil: Rio de Janeiro e Salvador, século XVIII. Estudos de administração fazendária.** Juiz de Fora: UFJF, 2016.

SALLES, Hyllo Nader de Araújo. **Negócios e negociantes em uma conjuntura crítica: o porto de Salvador e os impactos da mineração, 1697-1731.** Dissertação de mestrado, História, Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

SALVADOR, José Gonçalves. **Os Magnatas do Tráfico Negreiro (séculos XVI e XVII).** São Paulo: Pioneira / Edusp, 1981.

SOUZA, Cândido Eugênio Domingues. **"Perseguidores da espécie humana": capitães negreiros da Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII.** Dissertação de mestrado, História Social, Departamento de História, Universidade Federal da Bahia, 2011.

SOUZA, Cândido Eugênio Domingues. **O tráfico negreiro da Bahia: agentes, investimentos e redistribuição (1690-1817).** Tese de doutorado, História Social, Departamento de História, Universidade Federal da Bahia / Universidade Nova de Lisboa, 2023.

SOUZA, Daniele Santos de. **Tráfico, Escravidão e Liberdade na Bahia nos “anos de ouro” do comércio negreiro (c. 1680 – c. 1790).** Tese de doutorado, História Social, Departamento de História, Universidade Federal da Bahia, 2018.

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os santos dos séculos XVII a XIX.** Salvador: Corrupio, 1989 [1968].

Uma análise das práticas de corrupção no governo da província do Grão-Pará (1869-1889)

Un análisis de las prácticas de corrupción en el gobierno de la
provincia de Grão-Pará (1869-1889)

Gisele Mendes Camarço Leite

Juíza de Direito de 3ª Entrância Auxiliar da Capital
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Mestranda em História
Universidade Federal do Pará (UFPA)
giselegmc@uol.com.br

Recebido: 10/07/2023

Aprovado: 07/02/2024

Resumo: Este artigo busca problematizar a corrupção no governo da província do Grão-Pará, entre os anos de 1869 e 1889, através de pesquisa documental baseada em periódicos localizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e na historiografia sobre a política do Império brasileiro no século XIX. O objetivo é interpretar as peculiaridades políticas e sociais do período imperial, considerando que o Brasil enfrentava contratempos como a intensificação da disputa entre liberais e conservadores, debates sobre a decadência do sistema eleitoral, a questão escravocrata, a Guerra do Paraguai, dentre outros, que, não poucas vezes, desaguavam na discussão sobre a corrupção no governo. As fontes hemerográficas, como os jornais paraenses e a literatura, foram a base para a pesquisa, onde foi possível localizar narrativas e contestações sobre condutas e práticas ilícitas, incluindo fraudes nas eleições e na administração. Estes fatos culminaram com um longo processo de decadência e desgaste do sistema monárquico que teve sua derrocada política no ano de 1889, com a Proclamação da República.

Palavras-chave: Corrupção; Governo provincial; Grão-Pará.

Resumen: Este artículo busca problematizar la corrupción en el gobierno de la provincia do Grão-Pará, entre 1869 y 1889, através de una investigación documental basada em publicaciones periódicas localizadas en la Biblioteca Digital de la Biblioteca Nacional y en la historiografía sobre la política del Imperio brasileño en el siglo XIX. El objetivo es interpretar las peculiaridades políticas y sociales del período imperial, teniendo en cuenta que Brasil se enfrentaba a contratiempos como la intensificación de la disputa entre liberales y conservadores, los debates sobre la decadencia del sistema electoral, la cuestión de la esclavitud, la Guerra del Paraguay, entre otros, que a menudo llevó a discusiones sobre la corrupción en el gobierno. Las fuentes hemerográficas, como los periódicos de

Pará y la literatura, fueron la base de la investigación, donde fue posible localizar narraciones y disputas sobre comportamientos y prácticas ilícitas, incluyendo fraudes en las elecciones y en la administración. Estos acontecimientos culminaron en un largo proceso de decadencia y erosión del sistema monárquico, que tuvo su caída política en 1889 con la Proclamación de la República.

Palabras clave: Corrupción; Gobierno provincial; Gran Pará.

Introdução

Ao analisar historicamente a corrupção, é possível destacar as ramificações de sua prática na sociedade, abrindo espaço para estudos e interpretações diversas nessa área específica do conhecimento. O objetivo desse processo é dar visibilidade e embasamento para a discussão e aprofundamento do debate sobre o tema nos tempos atuais. Nesse contexto, o artigo pretende abordar as práticas de corrupção no governo da província do Grão-Pará, entre os anos de 1869 e 1889, ou seja, nos 20 anos que antecederam a Proclamação da República.

O período foi marcado por mudanças, que demarcaram oportunidades, revelando aspectos significativos dos jogos políticos, disputas partidárias e anseios sociais, lançando luz sobre a extensão do fenômeno da corrupção na sociedade.

Angela Alonso aponta que, na década de setenta do século XIX, formou-se um grupo composto principalmente dos extratos marginalizados da sociedade, que buscava nas ideias europeias contestar as políticas do Segundo Reinado (ALONSO, 2009, p.83). As principais discussões no período se davam no campo sociopolítico, onde debates como escravidão, monarquia e eleições se encontravam na ordem do dia.

O sistema imperial era apontado como responsável por todas as mazelas. A centralização administrativa, que limitava a ação provincial, era muito questionada, assim como o sistema representativo, observando-se nas fontes historiográficas que tais discussões quase sempre desaguavam em denúncias de corrupção.

Essas denúncias eram descritas nos jornais, principal meio de comunicação do período, razão pela qual imprescindível discorrer sobre as peculiaridades das fontes jornalística, posto que, ainda que importante para disseminação de ideias, não se omite as disputas políticas e partidárias por detrás dos debates.

Os jornais paraenses foram as fontes históricas pesquisadas na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional¹ onde o mecanismo de busca foi a utilização do termo “corrupção”, além de notícias vinculadas ao governo provincial na esfera política e eleitoral. Além disso, livros escritos por políticos da época foram coletados na Biblioteca Pública Arthur Viana². Através da pesquisa documental serão delineadas as narrativas de homens letrados sobre a corrupção governamental.

A discussão das práticas da corrupção não pôde deixar de lado ainda os processos econômicos, políticos e sociais pelos quais passava o Império brasileiro, assim como as províncias, razão pela qual discorreu-se num tópico específico o contexto do momento, demonstrando-se o alvoroço do período retratado, representado por guerras, decréscimo do orçamento, discussão escravocrata, assim como alterações na legislação eleitoral, enquanto resultado da busca de evitar-se fraudes nas eleições.

A corrupção, como tema de análise histórica, tornou-se proeminente no Brasil e no mundo ao longo do tempo, devido aos danos advindos dela, tais como, a desigualdade social e econômica, o comprometimento do bem-estar social e o descrédito das instituições nos países onde a corrupção é endêmica. Neste artigo, pretende-se revelar os detalhes e o funcionamento do governo durante o período imperial na província do Grão-Pará, por meio das fontes produzidas pelas elites políticas - especialmente quando envolvem práticas de corrupção ou atos entendidos como corruptos naquele contexto – podendo-se expandir este campo de estudo na história política da província.

A respeito disso, indaga-se os seguintes aspectos: a) foi possível reconhecer a ocorrência da corrupção no período imperial? b) a sociedade da época sensibilizava-se com as práticas de corrupção no âmbito do sistema eleitoral e no governo? c) como foram identificadas tais práticas?

O objetivo do artigo consisti em demonstrar, através das fontes, as práticas de corrupção no governo provincial do Grão-Pará no período compreendido entre os anos de 1869 e 1889, abordando-se a corrupção na seara eleitoral e na estrutura burocrática do Estado imperial,

¹ A Coleção de jornais e periódicos brasileiros estão disponíveis no sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

² A Biblioteca Pública Arthur Vianna está localizada no 2º andar do Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves, na cidade de Belém, na Trav. Rui Barbosa esq.com Av. Conselheiro Furtado, n. 650, Batista Campos.

observando-se os desdobramentos desta relação nos processos das eleições e nas nomeações dos agentes para os exercícios dos cargos públicos.

O artigo é dividido em três seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção, discutiremos a natureza da fonte jornalística, um tipo de fonte de suma importância para a discussão em questão, analisando suas peculiaridades no contexto do século XIX. A segunda seção traz considerações sobre o conturbado contexto político no período compreendido entre 1869 e 1889, com a queda do gabinete progressista e ascensão do conservador, que se manteve por 10 anos no poder, assim como os seus reflexos na província do Grão-Pará. Finalmente, na terceira sessão, discorre-se sobre a existência da corrupção nos pleitos eleitorais e no governo provincial, constatação observadas nos registros das fontes.

A fonte jornalística no século XIX

Marialva Barbosa descreveu como era exaltada a imprensa do período regencial e Segundo Reinado, aduzindo que a proliferação dos periódicos nesse intervalo significava um certo deslocamento nas relações de poder, o qual disseminando-se através dos jornais, a discussão de ideias pôde ser espriada para outros grupos, a exemplo dos militares, profissionais liberais diversos e membros do clero (BARBOSA *apud* CARNEIRO, 2012 p.113).

A partir das análises de Barbosa, nós podemos extrair dois pontos principais no referente às condições de produção dos jornais no século XIX. Primeiro, a política assumindo a cena principal dos espaços públicos; depois, o acirramento dos debates e críticas feitas aos governantes, ponderando-se que os jornais costumavam pertencer a partidos políticos, tornando os discursos parlamentares ainda mais acalorados. Em razão disso, devemos ter certa cautela ao empregar e discorrer sobre as fontes jornalísticas no processo de elaboração do ofício historiográfico.

No entanto, não se pode ignorar o fato de que o surgimento da imprensa foi de grande importância para o debate de ideias. Embora os artigos nos jornais fossem escritos e lidos por aqueles que tinha educação formal³, observa-se que a cultura letrada coexistia como a cultura verbal, na qual as informações circulavam oralmente, por meio da leitura em voz alta dos jornais direcionada

³ Nesse caso, possuir o domínio da leitura e da escrita formal.

ao público ouvinte, composto por pessoas não alfabetizadas. A respeito disso, Sandra Pesavento assinalou que:

O fazer-se de uma classe implicava observar modos de vida e valores, implicava entrar nos caminhos da construção de uma cultura de classe. O historiador passava a explorar, assim, os chamados silêncios de Marx, nos domínios políticos, dos ritos, das crenças, dos hábitos. Para surpreender essas mudanças, do cotidiano da vida e do trabalho, era preciso encarar novas fontes: jornais, processos criminais, registros policiais, festas etc. (PESAVENTO, 2014, p.29).

Pesavento igualmente assinalou a respeito de uma terceira corrente muito atual, que se apresentou nos domínios da história cultural, relativa a uma releitura do político pelo cultural, e falou-se mesmo em uma história cultural do político, mobilizada pelos estudos que se centraram em torno do imaginário do poder, sobre a performance de atores, sobre a eficácia simbólica de ritos e imagens produzidas segundo fins e usos do político (*Ibidem*, p.75). Além disso, de acordo com Pesavento, a história cultural do político diz respeito dos fenômenos que presidem a repartição da autoridade e do poder entre grupos e indivíduos, estendendo-se igualmente aos mitos e crenças que levaram os homens a acreditarem em alguém ou algo, pautando-se a ação e a percepção da realidade sobre os mecanismos pelos quais constroem-se identidades dotadas do poder simbólico de coesão social (*Ibidem*).

Neste ponto, é crucial destacar que os jornais, como principal fonte histórica deste artigo, embora disseminados no Brasil desde o início do século XIX, exerceram grande influência sobre a sociedade na década de 70 do século dezenove. Como mencionado anteriormente, muitos jornais eram propriedade de partidos políticos que transmitiam suas ideologias por meio desses veículos, exercendo influência na representação do pensamento político-social da sociedade.

Os contornos da conturbada situação política e eleitoral no Brasil a partir de 1869

Aspectos históricos, políticos e econômicos

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda o ano de 1869 marcou o início do declínio do Império brasileiro, expresso na queda do último Ministério Progressista em julho de 1868⁴, organizado em agosto de 1866 por Zacarias de Vasconcellos (HOLANDA, 2005, p.13). Conforme Cecília Helena de Salles Oliveira, a liga progressista surgiu entre os anos de 1862-1864, consistindo numa aliança entre conservadores dissidentes e liberais, a fim de se fazer oposição ao governo conservador de Caxias. (OLIVEIRA, 2002, p.12) Consolidou-se no Partido Progressista entre os anos de 1862-1868, destacando-se dentre seus integrantes o Conselheiro Zacarias de Góis de Vasconcelos⁵.

As mudanças políticas deram-se tanto na esfera nacional, quanto nas províncias do Império, dentre as quais, podemos citar, os problemas econômicos advindos da Guerra do Paraguai⁶, assim como os problemas resultantes da seca no Nordeste, que comprometeram o orçamento do país. Na seara social, a questão escravocrata estava sendo intensamente discutida pela classe política e econômica, cujos projetos em torno da emancipação da escravidão na década de 1860, culminaram na sanção de 28 de setembro de 1871 e a Lei Saraiva-Cotegipe, ou Lei dos Sexagenários no ano de 1885.

As agitações políticas movimentaram a estrutura da Igreja Católica e afetaram as relações entre ela e o Estado imperial. A questão religiosa, conflito de grande impacto social neste contexto, teve seu ápice com a prisão dos bispos do Pará e Pernambuco, Dom Antônio de Macedo e Dom Vital de Oliveira, respectivamente, foi a expressão dos reclames da alta hierarquia da Igreja por maior autonomia frente às ingerências do Estado (NEVES, 2009, p.107). O estopim do conflito originou-se

⁴ Oliveira aponta duas grandes razões para a queda do ministério progressista de Zacarias Góis, uma delas seria a indicação de um conservador (Duque de Caxias) para comandar as operações na Guerra do Paraguai. Outra seria a indicação de Francisco Salles Torres Homem, também conservador, para compor uma das cadeiras do Senado pela Província do Rio Grande do Norte. No entanto, qualquer que fosse a razão, os biógrafos do conselheiro Zacarias Góis ligam a questão central nas atribuições do Poder Moderador. A partir da queda do ministério progressista, o partido conservador permaneceu 10 anos no poder (OLIVEIRA, 2002, p.12).

⁵ Zacarias Góis foi um estadista do Império. Oliveira aponta a sua importância política, articulado no meio político, envolveu-se no surgimento da Liga Progressista, que o colocou à frente do ministério (OLIVEIRA, 2002, p.12).

⁶ Holanda aponta que um estudo minucioso da situação financeira do Brasil após a guerra, denota que o período compreendido entre 1865-1969 foi o mais desastroso de toda história financeira do país (HOLANDA, 2005, p.109).

quando o bispo do Pará e o bispo de Olinda resolveram cumprir a orientação do Papa Pio IX, que recomendava a excomunhão da igreja de todos os católicos envolvidos com a Maçonaria (*Ibidem*, p.159).

Na seara econômica, a província do Grão-Pará entrava em um período de intensificação do comércio gomífero cujos rendimentos tornavam-se progressivamente avultados pela exportação da borracha, que gerou prosperidade financeira e desenvolvimento no núcleo urbano de Belém, a recuperação demográfica através da entrada de imigrantes estrangeiros e nacionais, suscitando a circulação de pessoas e a difusão de ideias advindas dos Estados Unidos da América e Europa após a abertura do Rio Amazonas à navegação internacional a partir de 1867.

Além da prosperidade econômica, os relatórios de presidentes da província do Grão-Pará demonstraram haver espaço também problemas de diversas ordens, tais quais, o reclamo dos presidentes da província, pela carência de braços para o trabalho na agricultura, em face da busca desenfreada pela borracha, que se dava através de coleta na floresta (PARÁ, 1871, p.26).

Questões partidárias

De acordo com José Murilo de Carvalho, as consequências da descentralização produzida pelo Código de Processo Criminal e pelo Ato Adicional de 1834 e as rebeliões provinciais da Regência é que iriam, ao final da década, possibilitar a formação dos dois grandes partidos que, com altos e baixos, dominaram a vida política do Império até o final (CARVALHO, 2007, p.204).

O Partido Conservador surgiu de uma coalisão de ex-moderados e ex-restauradores sob a liderança do ex-campeão liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos e propunha a reforma das leis de descentralização, num movimento chamado pelo próprio Vasconcelos de “Regresso”. Os defensores das leis descentralizadoras organizaram-se então no que passou a ser Partido Liberal (*Ibidem*).

O Partido Liberal tinha dentre os seus princípios fundamentais, o de que o rei reinava e não governava, a descentralização administrativa e independência do Poder Judiciário. Além disso, trazia um programa em que previa cinco necessidades básicas, dentre as quais, reforma eleitoral, reforma policial e judiciária, abolição do recrutamento, abolição gradual da guarda nacional e emancipação dos escravos (MELO, 1878, pp.33-39).

Os conservadores, alinhados ao governo, tinham dentre suas premissas, a centralização política e, dentre seus princípios, a exequibilidade dos atos do Poder Moderador, sem a referenda e sem a responsabilidade dos ministros e o imperador impera, governa e administra (*Ibidem*, pp.12-14).

Além dos princípios e objetivos divergentes, a partir de 1869, houve um acirramento nas discussões e disputas entre conservadores e liberais, tanto em face da queda do Ministério Progressista, quanto das demandas da Guerra do Paraguai, posto o revés da situação financeira do país, depois do fim da guerra. Holanda afirmou que a situação de escassez resultante da guerra exigiu uma compreensão especial da história nas duas últimas décadas que antecedem a Proclamação da República (HOLANDA, 2005, p.64).

Havia ainda reclamações de desvios dos benefícios em favor do governo central, insurgindo-se membros do Partido Liberal, pleiteando uma maior descentralização, a fim de corrigir a injusta distribuição da receita e poder político (WEINSTEIN, 1993, p.123). Reclamou-se, por exemplo, do excessivo imposto cobrado sobre a exportação da borracha, em detrimento do benefício que era concedido às províncias do Sudeste para a exportação de café.

As fontes revelaram a percepção da concessão de privilégios às províncias sulistas, por parte do governo central, em detrimento das províncias do Norte. O jornal *Diário de Notícias*, de 23 de janeiro de 1884, ressaltou:

Grão-Pará – Começou n'estes termos seu artigo – Esperteza dos governos: N'estes dias em que a imprensa partidária fala tanto de esperteza, elevando a palavra à categoria de uma tática política, uma arranjo, uma mágica, pela qual se preparam as maiores e se empalmam legítimos diplomas, é bem empregada essa palavra para explicar um dos muitos atos que só o nosso paternal governo revela o amor e a dedicação que nos consagra. Copiamos estes períodos: <Urgido pelas reclamações em prol das exportações de gêneros nacionais, ao mesmo tempo que sobrecarregava a importação com mais de 10% reduzia 2% no café, algodão, açúcar e erva-mate, ficando de parte a borracha e o cacau que, no dizer dos ministeriais do sul, ainda podem suportar mais alguns por cento. > O Pará, instando para entrar no número dos que desejavam 10% para si, recusou se a pedir, pois não queremos auxílio algum custa à de novas imposições, mas também ninguém se lembrou d'ele para estudar a redução de 2% aos seus produtos de borracha onerada a 26% de direitos. Mas o governo fez a conta, e, como tinha em mãos os balanços e os cálculos, pensou que era chegada a vez de tirar-nos mais um quinhão, e conseguiu (PARÁ, 1884, p.2).

Se analisado o caso em outras fontes, nós visualizamos no jornal *O Liberal do Pará*, edição n. 66, de 24 de março de 1875, a Comissão da Praça do Comércio peticionou à Assembleia Legislativa Provincial, contra os onerosos encargos que pesavam sobre a agricultura e indústria extrativa da província (PARÁ, 1875, p.1).

Observou-se, nesse ponto, que na Província do Grão Pará, a centralização causava um grande desconforto quanto à distribuição de receitas, percebendo-se pela análise das fontes, o sentimento dos parlamentares do norte de que as províncias do sul e sudeste seriam privilegiadas em certos pleitos orçamentários, como no caso dos impostos, que foram reduzidos quanto aos gêneros produzidos naqueles locais, permanecendo a borracha, produto genuíno das províncias do norte, onerada em 26% por cento.

Nicoletti Ribeiro, referindo-se ao período de 1868-1884, por exemplo, afirmou que fora um período de inevitáveis modificações, inquietante atividade política, com intenso debate público desde temas como organização do pleito eleitoral, até considerações sobre separação de poder e o caráter centralizador do Estado, enxergando, ainda a partir de 1880, um processo de popularização da política e crescente pressão pela democratização (RIBEIRO, 2015, p.7).

Modificações no sistema eleitoral

Raymundo Faoro, citando o político paraense Tito Franco de Almeida, afirma que um dos maiores problemas do império era a maneira como se realizavam as eleições, almejando avidamente pelo genuíno sistema representativo, que só seria possível com eleições autênticas e partidos organizados (FAORO, 2021, p.358).

Richard Graham discorre sobre a importância da aparência de justiça nas eleições, razão pela qual os atores política buscavam empregar meios para que se acreditasse na honestidade eleitoral, baseando-se nos princípios liberais. Explica o autor que “toda lei eleitoral tentava novas medidas para proteger o direito da oposição, limitar o controle governamental sobre as eleições e aumentar a representação das minorias” (GRAHAN, 1997, p. 107).

Nesse contexto, Holanda pontua que a pretexto de se realizar modificações no sistema, os

detentores do poder o faziam por meios superficiais. Exemplifica com a pretensão de controle através da lei, como se a positivação fosse suficiente para influenciar o destino de um povo (HOLANDA, 2014, p. 212).

A análise historiográfica permite entender que, independentemente da intenção por detrás das alterações legislativas, as fontes apontam que não surtiram o efeito desejado, tanto para se evitar fraudes, quanto para que houvesse representação popular no processo. Passo a delineamentos sobre o sistema eleitoral no império.

A Constituição de 1824 continha a base do sistema eleitoral imperial, prevendo eleições indiretas, censitárias, onde os eleitores de primeiro grau escolhiam os eleitores de 2º grau, aptos a sufragar os representantes nacionais. De acordo com Carvalho, as primeiras eleições foram feitas para compor as Cortes de 1821, ainda antes da Independência, e regeram-se pela legislação inspirada na Constituição espanhola de Cádiz, de 1812, que, por sua vez, baseara-se na Constituição revolucionária francesa de 1791, onde adotava-se praticamente o voto universal masculino (CARVALHO, 2007, p. 394).

O Decreto n. 157 de 4 de maio de 1842 dava instruções sobre a maneira de se proceder às Eleições Gerais e Provinciais no País, prevendo a formação de uma junta, em cada paróquia, composta pelo Juiz de Paz, como Presidente, o Pároco e um Fiscal, que será o Subdelegado. A junta formava duas listas contendo o nome dos cidadãos ativos que poderiam votar nas eleições primárias, e ser votados nas eleições provinciais (BRASIL, 1842, p. 224).

A primeira lei votada, a lei de 1846 ilegalmente mandou calcular a renda em prata, o que equivalia a quantia exigida, passando para os votantes, de R\$ 100\$000 para R\$ 200\$000 (CARVALHO, 2007, p. 394). A medida podia justificar-se com o argumento da desvalorização da moeda pela inflação, o que de acordo com Carvalho, todavia, não deixava de ser uma reforma irregular da Constituição e revelava, na melhor das hipóteses, a preocupação com a expansão do eleitorado pela deterioração do critério de renda (*Ibidem*).

Seguindo à risca os preceitos da Constituição de 1824, os cidadãos ativos seriam aqueles com direito a voto na eleição primária, ou seja, na eleição de eleitores, conforme art. 91 e 92 da Constituição de 1824. Em suma, poderiam votar nas eleições primárias todos os brasileiros maiores

de 25 anos, com renda líquida anual maior de cem mil réis e os naturalizados. Poderiam ser eleitores e votar nas eleições para Deputados, Senadores e Membros do Conselho da Província, ditas secundárias, todos os que votavam na Assembleia paroquial (eleições primárias), com exceção dos que tinham renda mínima inferior a 200 mil réis anuais, os libertos e os criminosos pronunciados em querela ou devassa.

Após a década de 1840, as principais reformas eleitorais foram representadas pela Lei n. 842 de 19 de setembro de 1855 (Lei dos Círculos), o Decreto n. 2.675 de outubro de 1875, conhecido também por Lei do Terço (BRASIL, 1875, p.156) e do Decreto n. 3.029, de 09 de janeiro de 1881, conhecido por Lei Saraiva (BRASIL, 1881, p.1).

No ano de 1855 a lei n. 842 de 19 de setembro, conhecida como “Lei dos Círculos” alterou a Lei 387, trazendo como principais modificações a divisão das províncias do império em tantos distritos eleitorais quantos fossem seus deputados à Assembleia Geral, seguindo a mesma regra a eleição para membros das Assembleias Provinciais, impondo ainda incompatibilidades eleitorais para funcionários públicos.

A província paraense, por exemplo, contava com 03 cargos de deputados gerais e 30 cargos de deputados provinciais. Assim, a divisão que se fazia observava primeiramente o número de deputados gerais e, sendo em número de três, consequentemente teria três distritos, cada distrito com 10 deputados provinciais.

Neves aponta que a Lei dos Círculos visava atender ao interesse ordinário, aproximando o eleitor dos representantes, quando seria possível ouvir os eleitores de localidades menores. No entanto, ressalvas foram feitas à sua aprovação, como o poder que influências locais poderiam exercer sobre o eleitor (NEVES, 2023, p. 5 e 7).

A Lei do Terço, por sua vez, cujo objetivo era assegurar a representação da minoria, mas, com a continuação do sistema indireto de votação, implicava na escolha pelos eleitores dos nomes de dois terços da bancada da província, garantindo um terço dos assentos ao partido de oposição. No entanto, conforme Sérgio Buarque, parece não ter alcançado tal finalidade a referida lei, posto o escasso número de representantes da oposição eleitos na 13ª legislatura (HOLANDA, 2005, p. 222).

Nicoletti Ribeiro afirmou que o resultado da legislação não foi o esperado e, na primeira eleição após a sua vigência, a oposição liberal angariou menos lugares que o terço almejado, despertando o clamor inicial pelo voto direto, tornando-se insustentável a permanência do sistema indireto de votação (RIBEIRO, 2015, p.47 e p.48). No jornal *O Liberal do Pará*, edição n. 184, de 18 de junho de 1878, aparece no trecho sob o título “questão do dia”, a seguinte afirmação:

Não havendo um só liberal com assento na Assembleia Provincial, apesar da lei do terço, e da incalculada tolerância conservadora na sua dominação passada, não admira que fossem aceitos os motivos apresentados, embora claramente improcedentes (PARÁ, 1878, p.1).

Por outro lado, a Lei Saraiva implementou o voto direto para os diversos cargos eletivos do Império brasileiro, posto que, anteriormente, o pleito eleitoral compunha-se em duas etapas, onde os eleitores de primeiro grau escolhiam os eleitores de segundo grau, que eram aqueles que efetivamente votavam para eleger os deputados à Assembleia Geral, senadores e deputados provinciais. Aos eleitores de primeiro grau cabia-se eleger apenas os vereadores e juízes de paz.

Ressalte-se que a Lei Saraiva recebeu esse nome, em face de ter sido promulgada no período em que era Presidente do Conselho de Ministros o Conselheiro José Antônio Saraiva, responsável pela maior reforma eleitoral no país⁷.

No entanto, em que pese as crescentes contestações para implementação do voto direto, observou-se que, quando efetivamente implementado por lei, acabou gerando consequência nefasta para a cidadania popular, afastando definitivamente das urnas os analfabetos e ampliando a renda do votante.

Por fim, a posição do imperador não era totalmente contrária ao voto direto, no entanto, discorria que o Brasil não estava preparado para a mudança, em face da falta de preparo e educação da sociedade para o exercício da cidadania. Assim, a última alteração legislativa do império, além de

⁷ Saraiva sucedeu ao Ministro Sinimbu e segundo aponta Holanda, o ministro se mostrava muito habilidoso para discutir a importante reforma, ao contrário de Sinimbu, e “num tempo em que tanto se falava na corrupção dos homens públicos, em que sua honestidade pessoal parecia antes virtude do que obrigação, tinham em grau eminente essa virtude e fazia praça disso” (HOLANDA, 2005, p. 280).

tornar ínfimo o eleitorado brasileiro (HOLANDA, 2005, p. 208), não tornou as eleições menos viciadas, como apontam as fontes.

As práticas de corrupção governamental no sistema eleitoral e no funcionalismo

Aspectos gerais da corrupção anunciada

O dicionário do império conceituava a corrupção, no sentido axiológico, como a alteração do que é reto e bom, em mau, a depravação, a peita, a prevaricação, e o suborno⁸, exemplificando no contexto da prevaricação, os atos praticados por um juiz prevaricador, e, quanto ao suborno, cita a corrupção eleitoral.

Além do sentido axiológico, o termo corrupção também tinha um significado literal bastante popular naquela época, implicando em decomposição ou putrefação. Conforme pontua Alexia Alvim Machado Faria, foi quando a palavra corrupção deixou de englobar apenas o seu sentido literal para confrontar práticas relacionadas a abusos do poder público, que ocorreu a mudança conceitual do termo, observando-se no século XIX através das fontes pesquisadas que era comum o uso do termo corrupção para se referir aos crimes previstos no Código do Império contra a boa ordem e administração pública, bem como atos que importassem prejuízo aos cofres públicos, provimento de cargos públicos por meio de concursos fraudulentos, dentre outros (FARIA, 2018, p.30). Faria pontua que a maioria dos autores que tratam o tema concordam que o termo corrupção era utilizado no passado de maneira muito mais extensa e vaga, carregando inicialmente forte caráter moral (*Ibidem*, pp.30-31).

Rita de Cássia BIASON, ao tratar os sentidos e significados da corrupção, aponta que data do século XVI registros de ilegalidade praticados por funcionários públicos contra a coroa portuguesa, citando os casos de contrabando na fiscalização dos produtos extraídos da colônia. Cita ainda a autora a corrupção eleitoral na história brasileira e, referindo-se ao Brasil Império, exemplificando com o alistamento eleitoral efetuado sem critério claro, quando a comissão de avaliação escolhia os eleitores ao seu alvitre (BIASON, 2018, p.2).

⁸ Dicionário da Língua Portuguesa por Antonio de Moraes Silva, Oitava edição revista e melhorada, volume I, Editora Empreza Litteraria Fluminense, 1890.

Fernando Filgueiras aponta que não deve a corrupção ser compreendida como um único tipo de comportamento, posto que envolve inúmeras formas de proceder inapropriadamente na seara governamental. Além disso, atribui forte conotação moralista na compreensão do termo, sendo por este fato um “conjunto complexo de atos” viciados (FILGUEIRAS, 2008, p.478). Assim, torna-se relevante na análise o contexto histórico, social e político, posto que em toda sociedade, seja do passado ou do presente, há virtudes preponderantes, denotando-se das fontes históricas, através dos discursos citados, o que esperava aquele povo de um governante.

Nesse ponto, observa-se nas fontes, como bem pontuado por Régis Clemente Quintão, o uso metafórico do vocábulo corrupção para se referir a ações indevidas, quando nas citações supramencionadas utilizam-se expressões como “decadência”, “viciado”, “falsidade” e “mentira”, ressaltando o aspecto moral do termo, apontando a narrativa que a corrupção advinha do estado de costumes daquele momento (QUINTÃO, 2022, p.34). Quintão afirma que não se denunciava alguém por corrupção, mas sim por atos e comportamentos que concorriam para tal, utilizando-se o termo para designar o “resultado de ações descritas como fraude, roubo da Fazenda Real, delitos, contrabandos, favorecimentos a particulares, mau governo, peita, injustiça, tirania, enriquecimento ilícito, etc.” (*Ibidem*).

A historiografia sobre o tema apontou que o sistema que se formou no Brasil, após a abdicação de D. Pedro I, era o de constante negociação entre as elites das províncias, representadas pelos dois grandes partidos, Liberal e Conservador. Havia intenso debate em torno do modo de realização das eleições, representatividade (RIBEIRO, 2015, p. 25) e a centralização de poder, debates estes favoráveis às alegações e denúncias de corrupção no governo.

O jornal *O Liberal do Pará*, em sua edição n. 48, de 2 de março de 1877, citando texto publicado do jornal *Diário da Bahia*, descreve a triste realidade do sistema eleitoral, reconhecida pelo próprio Imperador Dom Pedro II, quando na fala do trono de 1875, denunciou e lamentou a corrupção no regime eleitoral, mediante a qual organizavam-se no país as câmaras legislativas. O trecho do periódico abordou o assunto nos seguintes termos:

Não há desconhecer nem é possível assaz lastimar a decadência profunda de nossas instituições parlamentares. No Brasil o parlamento rebaixa-se a corrompe-se de dia

em dia. Viciado em sua origem, pois que deriva d'um sistema eleitoral eivado de falsidade e mentira, de todo perdeu ele a independência e cada dia cerca-se mais de desprestígio. Constituído a imagem do governo, que arbitrariamente o designa, organizado à feição discricionária dos ministérios culminantes, não a representação do país, mas, uma comissão do poder, é o que verdadeiramente significa entre nós o parlamento. Esta tristíssima verdade já foi reconhecida e confessada até pelo Sr. Dom Pedro II, quando na fala do trono de 1875 Sua Majestade denunciou e lamentou a corrupção do regime eleitoral, mediante a qual se organizam no país as câmaras legislativas (PARÁ, 1877, p.2).

Dom Pedro II, quando discursou na abertura da Assembleia Geral, em 21 de dezembro de 1872, discorreu nos seguintes termos sobre a necessidade de reforma eleitoral:

As reformas da lei eleitoral, da Guarda Nacional e do recrutamento merecem toda a vossa solicitude. Estou certo de que estas importantes questões receberão de vossas luzes e patriotismo a mais conveniente solução. Nossa própria experiência e a de outros povos ensinam que os lamentáveis abusos que muitas vezes têm perturbado e viciado o processo eleitoral nascem principalmente do estado dos costumes políticos, que só o tempo pode melhorar. Sendo, porém, essencial aos governos representativos que as eleições expressem fielmente a opinião e a força do voto popular, releva que procuremos cercá-las de novas e mais providentes garantias. Este resultado, que todos desejamos, depende em muito não só da verdade das qualificações e estrita observância da lei pelas mesas paroquiais, mas ainda da segurança que todo o processo eleitoral ofereça assim às maiorias como às minorias consideráveis, que pelo sistema atual são quase sempre privadas da representação a que aspiram (BRASIL, 2019, p.536)⁹.

No trecho da fonte citada, observou-se que as denúncias das práticas de corrupção e o reclamo da ausência de moralidade foram os traços marcantes do período, percebendo-se o incômodo que a situação causava no seio social e político, ainda que muitas das vezes alimentada por disputas eleitorais e partidárias.

⁹ Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889: acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária: é [sic] de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões, com um quadro das épocas e motivos que deram lugar a reunião das duas Câmaras e competente histórico. Encontraram-se coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados; prefácio de João Bosco Bezerra Bonfim e Pedro Calmon. Sobre isso ver: (BRASIL, 2019, p.18).

Corrupção envolvendo disputas políticas-partidárias no sistema eleitoral

O inventário de fontes nos permitiu visualizar variadas formas de se reportar a corrupção no sistema eleitoral brasileiro, advindo na maioria das vezes das disputas entre partidos e as elites políticas. Tito Franco de Almeida, um dos políticos mais notáveis da província do Grão-Pará, eleito por diversas vezes deputado à Assembleia Legislativa Provincial da província, e, em 1856, como membro da Câmara Temporária da Nação, da qual foi “mercidamente escolhido 1º secretário por unanimidade de votos, membro do Partido Liberal” (CUNHA, 1879, p.142), escreveu na edição do jornal *O Liberal do Pará*, de 9 de janeiro de 1870, a seguinte matéria, a fim de demonstrar ocorrências do período, quanto às anulações de eleições:

INTERIOR – Rio, 24 de Dezembro de 1869 – Negócios do Pará. VII. O Diário Oficial de 22 do corrente dá notícia de dois avisos do ministro do império, relativos ambos à eleição municipal de setembro do ano passado na província do Pará. O primeiro declara válida a eleição de vereadores e juizes de paz da paróquia de Bragança, anulada pelo Sr. Cônego Siqueira Mendes, porque – diz o governo imperial – o motivo invocado para aquela anulação, além de improcedente como fundamento da anulação da eleição de vereadores está satisfatoriamente explicado nas próprias atas e na informação prestada pela câmara municipal. A anulação, portanto, d’aquela eleição foi unicamente ditada pelo espírito faccioso d’aquela presidente, cujo préstimo destruidor só podia o gabinete 16 de julho lembrar-se de aproveitar no primeiro momentos de sua dominação, quando procurou apenas janizaros e cossacos que tudo levassem a ferro e fogo (...) O Sr. Cônego Siqueira Mendes anulou a eleição municipal do Moju à pretexto de que o livro das atas fora falsificado. Entretanto, provei com o exame a que o próprio cônego mandara proceder, que se os liberais haviam vencido a eleição no Moju, e o livro das respectivas atas aparecia falsificado, fora-o pelos conservadores tanto que a folha falsificada estava rubricada por um dos membros do grêmio conservador! (...) E o senhor Ministro do Império nada decide quanto à eleição do Moju, parecendo indeciso entre a moralidade e a imoralidade, entre os liberais expelidos das cadeiras municipais em que os colocaram os votos dos seus concidadãos e os conservadores intrusos à custa da prepotência do Sr. Cônego Siqueira Mendes, à custa da inércia do governo municipal (PARÁ, 1870, p.2). [grifo do autor]

O Cônego Manoel José de Siqueira Mendes, citado no registro de jornal, exerceu o cargo de deputado da Assembleia Geral Legislativa, e provincial, onde ocupou o lugar de presidente. Foi nomeado primeiro vice-presidente da província e, neste caráter, esteve três vezes à frente da administração (CUNHA, 1870, p. 128). O deputado Tito Franco, liberal, reportou-se à anulação da

eleição de Bragança efetuada por Siqueira Mendes, quando ocupava o cargo de Presidente da província, validada pelo Ministro do Império, questionando a razão de não decidirem sobre a eleição de outra freguesia (Moju) no qual a anulação deu-se sob a alegação de falsificação do livro das atas, sendo que, no entanto, as eleições foram vencidas pelo Partido Liberal, mas, o livro está assinado por membro do Partido Conservador. Conforme o registro da fonte, a anulação da eleição pelo dito cônego se deu por motivos políticos, especialmente pela vitória do partido liberal, contrário ao do cônego, mas o governo imperial nada decide, anotando o político em certo momento o seguinte apelo:

Isso não é justo, é injusto; isto não é direito, é torto; isto não é só mau, é péssimo; é a animação da corrupção administrativa nas províncias; é a impotência diante do vício e do crime. (PARÁ, 1870, p.2)

Por outro lado, no jornal *A Constituição*, órgão do Partido Conservador, n. 106, de 13 de maio de 1878, houve a transcrição do discurso pronunciado na sessão de 9 de outubro de 1877 pelo Cônego Manoel José de Siqueira Mendes, onde, em certo trecho narrou os imbróglios da eleição na paróquia de Anajás, nos seguintes termos:

Nesse mesmo dia, na paróquia de Anajás fazia-se pela terceira vez a eleição da câmara. A primeira vez foi anulada. Na segunda vez o presidente mandou para lá um subdelegado militar para ver se continha os desordeiros; mas enganou se porque os liberais, apenas virão que a eleição estava perdida, lançaram a urna ao rio. Pela terceira vez foi o próprio chefe, e quando os liberais viram depois de contadas e emaçadas as cédulas, que perdido um grupo de homens armados de facas atacaram a mesa, tomaram a urna e a lançaram n'água. A urna foi tirada d'água, fez-se corpo de delito, reconheceu-se intacta, foi depositada e consta que o presidente mandou fazer a apuração (PARÁ, 1878, p.1).

No periódico *Diário de Belém*, edição n. 262, de 19 de novembro de 1872, a atribuição de ilicitude no processo eleitoral é ao Presidente da Província na ocasião, o Barão da Villa da Barra, nos termos a seguir:

Intervio nas eleições de um modo inaudido, cercou com as bayonetas do governo os comícios eleitorais, nomeou delegados e subdelegados, demitiu juizes municipaes e mandou espingardear a multidão inerme, que velava pelo mais importante de seus direitos. A farça da demissão do delegado que preferio ser eleitor foi tão mal concebida, que nem ao menos teve o mérito de iludir a publica expectativa; todos a compreenderão desde que com a demissão não veio o provimento do logar em outro cidadão. O que todos pensarão realizou-se em poucos dias: passada a eleição o Sr. João Diogo foi reintegrado no cargo de delegado por haverem desaparecido os motivos que aconselharão sua demissão! (PARÁ, 1872, p.1)

Os registros das fontes hemerográficas mostraram a insatisfação quanto ao processo eleitoral, especificamente quando realizadas as eleições, quase sempre executadas sob o manto da fraude, expondo a crescente disputa política entre os liberais e conservadores, denotando que o funcionamento do sistema suscitava vazão a inúmeras falcatruas, em face da desorganização e vícios, subsumindo-se ainda nos registros grande interferência nas eleições. Observou-se que na maioria das vezes as fraudes e as irregularidades ocorriam em virtude da vitória ou da possibilidade de vitória do partido opositor, o que ocasionava a anulação das eleições, como no primeiro caso, ou desordens, como narrada no segundo caso, onde jogou-se a urna no rio. E ainda, no terceiro caso, a ingerência do presidente da província nas eleições, através de violência e farsa, mostrando-se moralmente reprovável a atitude, conforme consta no periódico.

Assim, os apontamentos indicam como a corrupção é inserida na história da província, denotando-se o reconhecimento da corrupção como uso arbitrário de poder, que permitia a ingerência nas eleições ao alvitre de quem comandava o país e a província naquele momento, atestando a elasticidade semântica do termo no período imperial.

As práticas de corrupção no funcionalismo público

De outra parte, a centralização administrativa suscitava os reclamos das províncias quanto à corrupção governamental. No ano de 1840, sob o domínio do regente conservador, Araújo Lima, foi instituída a Lei de Interpretação, Lei n. 105, de 12 de maio de 1840. A partir desta lei se iniciou no Brasil um processo de re-centralização política e administrativa, que revogou o direito legislativo das províncias e estabeleceu que a Polícia Judiciária e a distribuição de empregos fossem controladas pelo poder executivo central. De acordo com Ilmar Rohloff de Mattos, a atuação da Coroa objetivava

prioritariamente a preservação do mais importante dos monopólios que fundavam a classe senhorial: o monopólio da mão-de-obra escrava (MATTOS, 1999, p.199).

No que diz respeito a este aspecto particular e prioritário da política escravista do Império até meados do século XIX – a questão do tráfico negreiro intercontinental – as negociações e decisões devem incumbir com exclusividade do governo central. E a esse respeito um único exemplar é ilustrativo, no momento da ação, o “projeto de Lei sobre as reformas da Constituição”, saído da Câmara dos Deputados, e do qual resultou o Ato Adicional de 1834, que propunha que deveria competir às Assembleias Legislativas Provinciais legislar “sobre as pessoas não livres”, mas, não deixava sublinhar – “exceptuado o que diz respeito ao seu tráfico externo”. Em sua versão definitiva, o Ato Adicional não atribuiria às novas assembleias a capacidade de legislar sobre “as pessoas não livres” (MATTOS, 1999, p.199).

No período imperial, ainda que subsistissem algumas normas reguladoras do exercício do funcionalismo público e sua investidura, elas não se mostravam claras e precisas, ocasião em que as nomeações eram deixadas a cargo do poder central, que transferia a tarefa aos presidentes de províncias, responsáveis pela “missão” de realizar o provimento de agentes públicos nos cargos, que, inevitavelmente eram preenchidos por agentes indicados e “apadrinhados” políticos.

A ausência de normatizações claras ocasionava aos atos de provimentos dos cargos públicos a servir de moeda para a troca de favores entre os mais diversos tipos, inclusive no período eleitoral, incrementando a prática da corrupção no meio político, como bem descreve Francisco Belisário Soares de Souza, à época deputado pela província do Rio de Janeiro:

Nas últimas eleições e multiplicadas eleições na província do Rio de Janeiro para senadores e deputados, o governo, ora demitindo dos cargos públicos locais os conservadores e nomeando os liberais, ora demitindo estes e reintegrando aqueles, ia obtendo de uns e de outros votações para os seus candidatos, conforme vencia a eleição primária esta ou aquela parcialidade (SOUZA, 1979, p.9).

José Coelho da Gama Abreu, nascido em 12 de abril de 1832, conhecido como Barão de Marajó, autor da obra “A Amazônia: as Províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brasil” (1883), foi presidente da província do Amazonas, presidente da província do Grão-Pará,

deputado e intendente¹⁰ de Belém. O Barão de Marajó atacou a centralização do poder, raiz de alguns males existentes na província, como a ingerência nas eleições e nas nomeações para cargos públicos. José Coelho da Gama Abreu descreveu:

Se um presidente for pouco exaltado por este ou aquele partido político, a ação do governo central torna-se então sensível até nos menores detalhes; pela ação das autoridades locais, pela recusa ou pela concessão de favores, muitas vezes transforma a expressão do voto de qualquer localidade; se foi nomeada uma câmara municipal cuja feição lhe desagrade, lá está a suspensão de um certo número de vereadores ou de todos eles, como meio para dar entrada aos imediatos que ordinariamente são de outro centro político (ABREU, 1883, pp.119-123).

Abreu, descreveu o poder que a centralização possuía na questão das nomeações dos agentes públicos, utilizando os seguintes termos:

As nomeações para os diferentes empregos eis a grande alavanca com que o governo tudo alcança; desde o mais elevado cargo até o obscuro lugar de carcereiro de qualquer cadeia, todos dependem do governo geral; desde o chefe de polícia até o suplente de subdelegado, desde o bispo até o capelão do regimento, desde o Presidente da Relação até o escrivão, desde o inspetor da tesouraria até o escriturário, tudo está direta ou indiretamente sujeito ao governo central e ao seu delegado, ou seja pela nomeação ou pela demissão, pela remoção, pela reforma, pelo provimento de recursos, pode-se dizer que todo brasileiro empregado geral, provincial, ou municipal depende do governo geral, e sabemos todos quão grande é o Brasil. Não é somente aos empregados de todas as classes e categorias que a ação do poder centralizador se faz sentir, mesmo àqueles e àquilo que parece deve ser-lhe estranho, esse poder estende sua influência (*Ibidem*, p.117).

O Barão de Marajó continuava atacando outro problema provocado pela centralização política, que acarretava a interferência institucional entre os poderes, exemplificando-se algumas formas de ingerência no Poder Judiciário, utilizando os seguintes termos:

A mesma independência do poder judicial, que parece segura com a inamovibilidade, não existe tal como parece, pois, para tudo tem armas o governo

¹⁰ O cargo público de Intendente municipal correspondia no século XIX aquilo que hoje seria o cargo de prefeito.

geral quando queira ferir. Aos juízes municipais pôde não reconduzir inutilizando lhes o tempo que perderam na judicatura, forçando-os para não sofrerem privações a iniciarem uma nova carreira, assim como pode querendo conservá-lo no seu lugar ou fazê-lo subir na hierarquia judicial. Ao juiz de direito pode conservar indefinidamente em uma comarca sertaneja no qual o isola, no qual não pode educar os filhos ou casar as filhas, ou poder tirá-lo de uma comarca em que estava para outra mesmo de superior instancia, mas para a qual a mudança é para ele a ruína. Pode prontamente fazê-lo desembargador, e mesmo desembargador mandá-lo para uma comarca que seja um bem, ou para outra que seja um desterro para ele (*Ibidem*, p.118).

O barão via na centralização do poder a brecha para práticas indevidas, tanto no funcionalismo público, quanto no processo eleitoral, posto que os cargos públicos eram providos pelos apoiadores do governo, que deveriam garantir o voto nas eleições. Assim, a fim de garantir o emprego público, era de bom alvitre o apoio nas urnas. No entanto, conforme se alternavam os partidos no poder, modificavam-se também os empregados públicos.

No jornal *Diário de Belém*, edição n. 1, de 1º de janeiro de 1881, houve a denúncia de práticas de corrupção por parte dos liberais, quando Gama e Abreu, o Barão do Marajó, crítico do sistema político e que reclamava tanto da centralização do poder e de seu uso para concessão de cargos, teria nomeado duas dúzias de parentes para o governo, dentre eles um filho, segundo consta no jornal, menor de idade, para officiar na guarda nacional (PARÁ, 1881, p.2).

A situação tornou-se crível a partir do momento em que, após a consulta ao jornal Liberal do Pará, de 31 de dezembro de 1880, na seção do expediente do governo, localizou-se a nomeação de Jayme Pombo da Gama Abreu, constando na seção que o nomeado possuía a idade de 21 anos à época. Tal fato constava na terceira coluna da segunda página do jornal, no parágrafo:

Apesar, porém, do que fica exposto é bom declarar que o Sr. Gama e Abreu findou o ano prestando um relevante serviço à sua pátria e à sua província – nomeou duas dúzias de parentes entre eles um filho de menor idade para oficiais da guarda nacional! (PARÁ, 1880, p.2).

Diante disso, observou-se que, em que pese a percepção de que a centralização do poder levava à ingerência nas nomeações para cargos públicos, o que poderia acarretar perseguições e na

utilização de tal mecanismo para favorecimentos e abusos, geralmente, as alternâncias levavam a quem assumia o poder agir de idêntica maneira, utilizavam-se dos mesmos artifícios para empregar parentes e amigos, sem buscar uma alternativa condigna e moral para a questão.

Desse modo, através dos registros das fontes arroladas, visualizou-se o modo como ocorriam as práticas de corrupção no período imperial, fosse elas identificadas através das eleições que tramitavam sem a devida regularidade que o processo exigia, com ataques entre facções políticas diversas quanto às ilegalidades praticadas, assim como no processo de provimento de cargos no funcionalismo público. Em face da centralização, com a consequente concentração dos atos de nomeação para os cargos públicos em torno de quem ocupava o poder, não se pode olvidar, repito, para o clima de intensa disputa entre os partidos políticos.

A partir dos registros das fontes, observou-se e deixa-se aqui pontuado que grande parte da historiografia ligou as “redes” e “boas relações” para o acesso ao cargo público como características próprias de sociedades pré-industriais, conforme pontua Luciana Marinho Batista, nos seguintes termos:

Por outro lado, o estabelecimento de relações sociais entre os grupos ligados às duas atividades mencionadas, particularmente no decorrer do século XIX, constituía-se, na verdade, em alianças estratégicas que lhes possibilitariam tanto a consolidação de seus negócios, quanto o acesso aos benefícios a serem obtidos junto à administração provincial (BATISTA, 2004, p.162).

Batista explicitou o seguinte caso, em que não se reconhece como corrupção, em face de tratar-se do cotidiano da época:

Se o prestígio político de uma pessoa, dentro da já mencionada “economia do dom”, está relacionado à capacidade da mesma em prestar benefícios, bem como à retribuição dos benefícios recebidos, o entendimento das atitudes tomadas por Antônio Lacerda de Chermont, perante a administração paraense, juntamente com o arremate, pelo mesmo, de algumas obras públicas na cidade de Belém, ganham um significado especial. Logo após ter participado da subscrição destinada às obras em estradas da Capital, o Visconde arrematou, por exemplo, em 1851, o aterro da rua Nova do Imperador, orçado em R\$ 3:000\$000, no prazo de oito meses. No ano de 1852, por sua vez, ficou responsável pelo aterro de duas docas ao lado da Ponte de Pedra, por R\$ 5:400\$000. No entanto, na década de 1860, como se viu, Antônio

irá novamente dispor de parte do seu cabedal em benefício da Presidência da Província. É certo que não estou fazendo aqui uma simples relação de interesses materiais entre o Barão e a administração paraense. Para o primeiro, se havia a expectativa de ganhos econômicos, para além disso, considero que estava em jogo o seu prestígio social e, por extensão, da sua família. Para a segunda parte envolvida, obviamente não atribuo um sentido pejorativo, corrupto mesmo, ao privilegiar aquele que lhe prestara benefícios, quando concede ao mesmo determinadas obras públicas (*Ibidem*).

Não estamos negando a existência desta interligação entre o público e o privado no período. No entanto, as fontes históricas selecionadas neste trabalho demonstram que parte da sociedade não via essa relação com bons olhos, razão pela qual podemos afirmar que não havia uma aceitação pacífica e nem consenso em relação às práticas de troca de favores, como citado. Adriana Romeiro, ainda referindo-se ao século XVIII afirmou:

Este livro é resultado de uma primeira incursão pelo assunto. De certa forma, retoma e aprofunda questão abordadas em trabalhos anteriores, com os quais me deparei com uma surpreendente frequência ao longo dos últimos 20 anos. Durante a realização da pesquisa que deu origem ao livro *Paulistas e emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*, chamaram a minha atenção as graves suspeitas de enriquecimento ilícito que então pairavam sobre os primeiros governadores de Minas Gerais. Mesmo um magistrado escolhido a dedo pela Coroa portuguesa, como era o superintendente José Vaz Pinto, tido por todos como modelo de retidão moral, acabaria por ser acusado de regressar a Portugal com uma grande fortuna em ouro. Não foram tantas as práticas em si, mas sim as denúncias que haviam suscitado, que me levaram a refletir sobre a existência de limites de tolerância a determinados comportamentos, o que parecia apontar para um repertório de noções daquilo que se considerava justo e injusto no ato de governar (ROMEIRO, 2017, p.12).

Quintão afirma que os avanços nos estudos sobre o tema na Época Moderna, tanto por historiadores nacionais, quanto internacionais propõe uma reanálise de ideias projetadas, propondo novas discussões. Assim, “foram colocados em xeque os argumentos sobre a negação da existência do fenômeno, seu incontornável anacronismo, seu suposto caráter natural ou seu papel como elemento constituinte daquelas sociedades” (QUINTÃO, 2022, p.32).

Considerações finais

As fontes históricas pesquisadas mostraram a pertinência temática do artigo, permitindo a visualização da corrupção no processo eleitoral e no governo da província. Nos registros dos jornais paraenses da segunda metade do século XIX constatam-se denúncias de práticas de corrupção nas instituições, sendo possível encontrar relatos até mesmo na fala do Imperador Dom Pedro II, conforme consta nos anais da história, acima citado.

A comunidade política, no geral, reconhecia as práticas de corrupção dentro do sistema eleitoral, fazendo suas críticas nos periódicos circulantes, assim como nos livros das atas de votação publicados, ainda que utilizando-se das fissuras existentes nas leis quando possível. A manipulação das fontes apontou ainda para a corrupção no funcionalismo público se dava, principalmente, conforme consta, em face da centralização do poder, havendo um consenso na opinião pública que, ainda que alguns cargos não fossem providos por concurso público, o cidadão nomeado deveria contar com algum mérito para ocupá-lo.

No entanto, o que se ver, diante da centralização do poder, é que o provimento dos cargos públicos se dava conforme o interesse pessoal, através de “apadrinhamento”, além de ser utilizado como moeda de troca nas eleições e, conforme alternância de poder, serviam a parentes e amigos de quem ocupava posição de mando. Além das nomeações espúrias, outra consequência da centralização em se tratando de serviço público eram as ameaças exercidas sob quem ocupava o cargo, como no caso dos juízes, que teriam a garantia constitucional de inamovibilidade obstada a depender da vontade do governante. (BRASIL, 1824)¹¹.

Nas eleições, os vícios e arbitrariedades ocorriam no decorrer do processo eleitoral, com as anulações injustificadas e ilegítimas de eleições, bem como interferência do governo central nas eleições.

Por fim, importante não desconsiderar que as sementes lançadas no passado, por meio do debate político e social, constituíram-se, de certa forma, a força motriz do processo de mudança na

¹¹ Constituição do Império do Brasil, art. 153, *in verbis*: “Art. 153. Os Juizes de Direito serão perpétuos, o que todavia se não entende, que não possam ser mudados de uns para outros lugares pelo tempo, e maneira, que a Lei determinar” (ver BRASIL, 2012, p.82).

legislação eleitoral e administrativa, possibilitando o controle e a fiscalização dos atos administrativos presentes na estrutura social moderna, ainda que com todos os percalços e problemas atuais.

Diante disso, cumprindo o ofício do historiador, considero ter alcançado o objetivo das análises realizadas neste artigo. Dialogamos com os registros provenientes de fontes históricas, no contexto do século XIX, confrontando-os com a historiografia sobre o tema, demonstrando que, através da abordagem da história política-cultural, o fenômeno da corrupção era percebido e discutido pelos sujeitos históricos que viviam na província do Grão-Pará, entre 1869 e 1889.

Referências bibliográficas:

Fontes:

PARÁ, Província do. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial na segunda sessão da 17.^a legislatura pelo dr. Abel Graça, presidente de província em 15 de agosto de 1871 (Inclui Anexos)**. Disponível em: <http://tinyurl.com/relatorio-15-08-1871>. Acesso em: 1 jul. 2023.

PARÁ, Província do. **Jornal O Liberal do Pará**, Belém do Pará, sábado, 8 de janeiro de 1870, número 5, ano II, 4 p. Disponível: <http://tinyurl.com/jornal-olp-08-01-1870>. Acesso em 15 mai. 2023.

PARÁ, Província do. **Jornal O Liberal do Pará**, Belém do Pará, domingo, 9 de janeiro de 1870, número 6, ano II, 4 p. Disponível em: <http://tinyurl.com/jornal-olp-09-01-1870>. Acesso em: 16 mai. 2023.

PARÁ, Província do. **Jornal O Liberal do Pará**, Belém do Pará, quinta-feira, 19 de janeiro de 1871, número 15, ano III, 4 p. Disponível em: <http://tinyurl.com/jornal-olp-19-01-1871>. Acesso em: 17 abr. 2023.

PARÁ, Província do. **Jornal O Liberal do Pará**, Belém do Pará, quarta-feira, 24 de março de 1875, número 66, ano VII, 4 p. Disponível em: <http://tinyurl.com/jornal-olp-24-03-1875>. Acesso em: 24 jun. 2023.

PARÁ, Província do. **Jornal O Liberal do Pará**, Belém do Pará, sexta-feira, 2 de março de 1877, número 48, ano IX, 4 p. Disponível em: <http://tinyurl.com/jornal-olp-02-03-1877>. Acesso em: 17 abr. 2023.

PARÁ, Província do. **Jornal O Liberal do Pará**, Belém do Pará, sexta-feira, 31 de dezembro de 1880, número 297, ano XII, 4 p. Disponível em: <http://tinyurl.com/jornal-olp-31-12-1880>. Acesso em: 28 mar. 2023.

PARÁ, Província do. **Jornal Diário de Belém**, terça-feira, 21 de março de 1871, número 64, ano IV, 4 p. Disponível em: <http://tinyurl.com/jornal-olp-21-03-1871>. Acesso em: 17 fev. 2023.

PARÁ, Província do. **Jornal Diário de Belém**, sábado, 1 de janeiro de 1881, número 1, ano XIV, 4 p. Disponível em: <http://tinyurl.com/jornal-olp-01-01-1881>. Acesso em 16 jun. 2023.

PARÁ, Província do. **Jornal Diário de Belém**, terça-feira, 19 de novembro de 1872, número 262, ano VI, 4 p. Disponível em: <http://tinyurl.com/jornal-olp-19-11-1872>. Acesso em 19 de janeiro de 2024.

Referências:

ABREU, José Coelho da Gama e Barão de Marajó. **A Amazônia: as Províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brasil**. Lisboa: Typographia Minerva, 1883.

ALONSO, Angela. **Apropriação de ideias no Segundo Reinado**. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (Org). **O Brasil Imperial, volume III – 1870-1889**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa. Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro. Mauad X. 2010. Resenha de: CARNEIRO, Vinícius Gonçalves. In: *Navegações*, Porto Alegre, vol.5, n.1, pp.112-114, jan./jun., 2012.

BATISTA, Luciana Marinho. **Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-c.1870**. Belém: Editora Açai, 2014.

BIASON, Rira de Cássia. **A corrupção na história do Brasil: sentidos e significados**. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, XXI; 01 a 03 de agosto de 2018, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros. Anais da Associação Nacional de História (ANPUH). 2018.

BRASIL; NOGUEIRA, Octaciano (Org.) **1824. Constituições Federais**. Vol.1, 3.^a ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BRASIL, Senado Federal **Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889: acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária e de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões, com um quadro das épocas e motivos que deram lugar a reunião das duas Câmaras e competente histórico**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. **Paraenses Ilustres**. 3 ed. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

FARIA, Aléxia Alvim Machado. **Peita, suborno e a construção do conceito jurídico-penal de corrupção: Patronato e venalidade no Brasil imperial (1824-1889)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, Minas Gerais. 322p. 2018.

- FILGUEIRAS, Fernando. **Vícios da República**. In: SCHWARCZ, Lília M. e STARLING, Heloisa M. (Org). **Dicionário da República. 51 textos críticos**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.
- GRAHAN, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **O Brasil Monárquico**, v. 7: do Império à República. 7ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____. **Raízes do Brasil**. 27ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Editora HUCITEC, Brasília, DF: INL, 1987.
- MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. **Os programas dos partidos e o Segundo Império**. Brasília: Senado Federal, Rio de Janeiro, 1878.
- MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. **História do Brasil: uma interpretação**. São Paulo. Editora 34, 2015.
- NEVES, Fernando Arthur de Freitas. **Solidariedade e Conflito: Estado Liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889)**. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). São Paulo, São Paulo. 364 p. 2009.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3ª ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2014.
- QUINTÃO, Régis Clemente. **Corrompidos pelo interesse: os diamantes do Brasil e o controle da corrupção (Distrito Diamantino, 1729-1821)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, Minas Gerais. 316 p. 2022.
- RIBEIRO, Filipe Nicoletti. **Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, São Paulo. 258p. 2015.
- ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e Poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII**. 1ªed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- SANTOS, Eduardo José Neves. **A “Lei dos Círculos” (1855) e a Constituição Política do Império do Brasil: debates em torno dos distritos eleitorais**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, XXII; 11 a 21 de julho de 2023, Online e em São Luís, Maranhão. Anais da Associação Nacional de História (ANPUH). 2023.
- SOUZA, Francisco Belisário Soares de. **1839-1889. O sistema eleitoral no Império: com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-1889**. Brasília: Senado Federal, 1979.
- WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

Um olhar crítico em tempos de extremos: Raymond Aron e o debate político-econômico dos anos 1950-1970

A critical look in times of extremes: Raymond Aron and the political-economic debate of the 1950's-1970's

Rayssa Silva Vieira

Pesquisadora de Iniciação Científica
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
rayssavieira0311@gmail.com

Recebido: 06/03/2023

Aprovado: 24/01/2024

Resumo: A Guerra Fria foi, decerto, o período em que se explicitou notoriamente o embate entre os dois blocos hegemônicos capitalista e comunista. A partir desse cenário, a presente pesquisa tem como intuito analisar o campo político sob perspectiva do posicionamento crítico do sociólogo francês Raymond Aron. Tal trabalho, vinculado ao projeto “Democracia em Tempo de Guerra Fria”, foi iniciado em outubro de 2020 e desenvolvido, desde então, com uma abordagem político-econômica acerca da dicotomia do período. É respaldado, ainda, pelo referencial teórico-metodológico da História Conceitual do Político, lançando mão, também, das obras autorais de Aron. A hipótese percebida inicialmente, de que o raciocínio de Aron tenderia para um hibridismo do modelo político-econômico, foi confirmada com base na afinidade e convergência dos argumentos aronianos com as teses difundidas por John Maynard Keynes.

Palavras-chave: Guerra Fria, Intervencionismo, Raymond Aron.

Abstract: The Cold War was certainly the period in which the clash between the two hegemonic blocks, capitalist and communist, became notoriously explicit. From this scenario, the present research aims to analyze the political field from the perspective of the critical position of the French sociologist Raymond Aron. This work, which is linked to the project “Democracy in Cold War Times”, started in October 2020 and has been developed, since then, with a political-economic approach about the dichotomy of the period. It is also supported by the theoretical and methodological framework of the Conceptual History of the Politician, also using Aron's authorial works. The hypothesis initially perceived, that Aron's reasoning would tend to a hybridism of the political-economic model, was confirmed based on the affinity and convergence of Aronian arguments with the theses disseminated by John Maynard Keynes.

Keywords: Cold War, Interventionism, Raymond Aron.

Introdução

Este artigo tem como intuito compreender a dinâmica e estruturação do campo (geo)político no contexto da Guerra Fria – mais precisamente entre as décadas de 1950 e 1970. Considera-se, para tanto, o ponto de vista de Raymond Aron, buscando, através de seus escritos, examinar a tensão provocada pela polarização do período. Destaca-se que este estudo se debruça sobre o campo do político sob perspectiva político-econômica, a fim de compreender as observações e críticas aronianas a respeito da sociedade industrial, lançando mão do arcabouço teórico-metodológico da História Conceitual do Político (ROSANVALLON, 1995)¹.

A proposta de analisar a dinâmica geopolítica da Era Bipolar à luz de Raymond Aron se dá pelo fato desse intelectual ter contribuído sobremaneira para o debate de ideias e para a construção de críticas acerca do dualismo central da época: o capitalismo e o comunismo soviético. Aron foi um dos mais destacados intelectuais no Ocidente no período da Guerra Fria, tendo o reconhecimento de suas contribuições filosóficas e sociológicas ligado à sua filiação à corrente do Realismo. Exatamente por isso, Aron temperou a arena política dos intelectuais no pós-Guerra com polêmicas, ideias conflitantes que colocavam os atores políticos de ambos os campos em xeque, de modo a escancarar hipocrisias, falhas e, às vezes, congratulando atitudes eficientes e responsáveis proporcionais às realidades sociais. Desse modo, podemos entender o posicionamento de Raymond Aron em um ponto intermediário, ainda que sua balança favorecesse o modelo democrático e capitalista no cenário da Guerra Fria (LIEBEL, 2016, p.14).

Além disso, busca-se compreender, sobretudo, a sua defesa pela democracia, a qual indica a tendência de Aron a ser favorável a um modelo político-econômico híbrido. Esta hipótese foi constatada no decorrer da pesquisa, uma vez que os trabalhos do sociólogo francês demonstram uma

¹ Mobilizaremos a História Conceitual do Político em razão da necessidade de não nos atermos a constatações genéricas, pelo contrário, devemos coletar o máximo de informação sobre determinada racionalidade política. A singularidade da história conceitual se dá a partir de seu método, que possui duas características: interativa e compreensiva. A primeira significa observar como se relacionam as instituições, a cultura política e os acontecimentos uns com os outros. Já a compreensiva, consiste em compreender uma situação a ressignificando, abordando a história como os fatos ocorrem ou virão a acontecer. A História Conceitual do Político no seu modo compreensivo proporciona a apreensão do passado a fim de questionar o presente, diferentemente do que acontece com a História das Ideias, que promove uma interpretação do passado em conformidade com o presente. O arcabouço metodológico referenciado não exclui, portanto, as atribuições de disciplinas como História das Ideias, Filosofia Política, História dos Acontecimentos e das Instituições e História das Mentalidades; pelo contrário, elas coexistem de forma a auxiliar e ao proporcionar uma perspectiva diferente de análise. Destaca-se, por fim, que a História Conceitual do Político desenvolve a historização do político, sendo o seu objeto principal de estudo a *racionalidade política*.

afinidade com as proposições keynesianas no que tange às políticas econômicas, sendo objetivo deste artigo explicar o motivo pelo qual a hipótese foi possível de ser concebida.

Após a Segunda Guerra Mundial, duas potências protagonizaram o cenário político, bélico, social e cultural no mundo: Estados Unidos da América, liderando o polo capitalista, e, no outro polo, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A dicotomia instaurada por esses dois agentes fazia com que a ordem social fosse estabelecida por dualidades, muitas vezes, de forma acrítica.

Tendo em vista tal conjuntura, o campo das ideias e de produção intelectual também se dividia, em grande medida e em diferentes espaços, com base em uma dinâmica dicotômica. Baseado na França, mas com atuação abrangente e transnacional, Raymond Aron se destacava como um intelectual *outsider* do político, exercendo influência com seus livros e artigos opinativos publicados em vários países do Ocidente. Seus trabalhos propõem ao leitor pensar a circunstância no tempo presente, *i.e.*, considerando a realidade instaurada naquele momento, de modo a admitir a alternativa mais adequada para a ocasião. A filosofia de Raymond Aron se traduz pela prevalência do racional em detrimento das *paixões políticas* (ANSART, 2019) que precedem as ações dos indivíduos. Além disso, é defendido por ele que o debate político seja exercido – à luz da perspectiva weberiana – com a diferenciação entre o que é ideológico e o que é responsável, sobretudo “ser antes responsável do que partidário” (LIEBEL, 2016, p. 11). E como *outsider*, Aron consegue, por meio de suas obras, convergir com suas críticas e análises os dois polos antagônicos. Ao preconizar o real e o prático da conjuntura, a produção intelectual de Aron assume um caráter marginal em meio a um mundo bipolarizado, o que a torna imperiosa de ser investigada.

Com o intuito de compreender tal ideia, é necessário entender, em primeiro lugar, como o sociólogo compreende a sociedade do século XX, quais os conceitos que ele utiliza para diferir a bipolaridade nas sociedades da época, e o que possibilitaria a otimização nessas sociedades que podem tender a um hibridismo político-econômico.

A conceituação sociológica da sociedade moderna e industrial

O presente artigo utiliza como principais obras *As Dezeto Lições sobre a Sociedade Industrial* (ARON, 1981) e *A Era da Tecnologia* (ARON, 1965) para a análise das reflexões e interpretações do sociólogo acerca das políticas econômicas do contexto de Guerra Fria. Faz-se necessário analisarmos, de antemão, a maneira pela qual Raymond Aron conceitua e entende o funcionalismo da

sociedade moderna. Discorre-se em *A Era da Tecnologia* que ela se encontra em constante expansão, tanto territorial quanto populacional, sendo as mudanças no dinamismo social e a renovação quantitativa de bens uma obsessão desse tipo de sociedade. Além disso, a sociedade moderna é caracterizada pela organização do trabalho, utilização de instrumentos que auxiliam e proporcionam maior produtividade ao executar o trabalho; o trabalhador gasta menos energia, poupa tempo e ainda é mais produtivo que no “tempo das manufaturas”; a exploração de recursos naturais em grande quantidade é algo muito notório nas sociedades modernas, assim como é a vontade do homem de dominar o meio natural em função de obter lucros. A sociedade moderna evidencia uma organização racional da disposição social e uma preocupação pelos futuros planejamentos das diversas demandas de uma sociedade.

Complementarmente, a análise sociológica de Aron em *Dezeto Lições Sobre Sociedade Industrial* consiste em saber como é configurada uma sociedade industrial. Esta possui uma dinâmica social influenciada pelo processo de industrialização. Com isso, Aron nos apresenta sua percepção sociológica que induz o funcionamento político-econômico: separação do local de trabalho do ambiente familiar; divisão do trabalho e seu tipo na sociedade global; a motivação ou impulso da atividade econômica; a forma de administração do sistema econômico (se é por planificação ou regulação por meio do mercado), etc. Ademais, pode-se observar que todas as sociedades industriais têm em comum a medição do trabalho em horas trabalhadas, efetuando, assim, o que Max Weber denomina de “racionalização do trabalho” (WEBER *apud.* ARON, 1965, p. 65). Isso porque o conhecimento científico, do século XX, passou a ser muito utilizado pelas sociedades e, conseqüentemente, cresceu rapidamente. O conhecimento científico advém da própria racionalidade dos sujeitos, cujo propósito é aprimorar as condições de vida, uma vez que, como bem explica Aron:

O progresso científico depende do estabelecimento de uma certa relação entre o pensamento abstrato e a experiência - e esta relação, por sua vez, só pode ser estabelecida por um tipo particular de raciocínio -, o que prefere proposições quantificáveis e exige que as explicações se submetam à confirmação ou à refutação pelos fatos (ARON, 1965, p. 65).

Isso quer dizer que a racionalidade da ciência está vinculada à metodologia, no amplo sentido, uma vez que combina o pensamento abstrato com a prática. Tudo aquilo que o ser humano desenvolveu com base no seu trabalho foi feito com a necessidade de suprir desejos e contornar

percalços. Sendo a racionalidade científica um instrumento pelo qual possibilita realizar propósitos, ela só é formulada porque há seres humanos que são impulsionados por determinada vontade. Sendo assim, a consequência da racionalidade científica pode ser julgada a partir da intenção dos indivíduos.

No que tange à conceituação de *crescimento*, o economista estadunidense W.W. Rostow (ROSTOW 1979 *apud*. ARON, 1981) caracteriza o crescimento econômico pela: “propensão ao desenvolvimento científico, a propensão a aceitar as possibilidades de inovação, a propensão à busca das melhorias materiais”. É uma definição estritamente econômica do crescimento. Contudo, no que diz respeito à visão dos historiadores econômicos, pode-se obter uma ideia diferente, pois eles se preocupam mais em saber como se desenvolveu o capitalismo moderno e, em seguida, a economia industrial nos países – e não quantificar e elencar os fatores que provocaram o crescimento. Para Aron, a perspectiva do historiador da economia é válida porque possibilita juntar o relato histórico dos acontecimentos econômicos com a análise dos resultados do processo do crescimento. Mas como fazer a abordagem sociológica do crescimento? O sociólogo francês considera que o crescimento depende exclusivamente da “atitude dos sujeitos econômicos” (ARON, 1981, p.149) – o que remete à perspectiva de análise weberiana. Dessa forma, pode-se reforçar a concepção de singularidade do crescimento de cada país, o que é de extrema importância quando se utiliza do Realismo para fundamentar a análise circunstancial de determinada sociedade.

Com a noção de sociedade industrial em mente, surgem duas ramificações operacionais: a de tipo econômico capitalista (países ocidentais, principalmente os EUA são exemplos) e a de tipo comunista (países do leste europeu liderados pela Rússia soviética). Aron as diferencia considerando que a capitalista se baseia pela forma de propriedade privada de produção, já a outra é coletiva. Em uma sociedade de tipo capitalista, as relações comerciais nacionais e internacionais funcionam simultaneamente; por outro lado a comunista as separa pelo fato de os planejadores conseguirem organizar melhor a economia de forma desassociada, e a separação contribui para otimizar a distribuição financeira dos investimentos dos planejadores. No capitalismo, a vontade dos consumidores é levada em consideração no momento da produção, enquanto na comunista não, porque há que impor as diretrizes de produção e consumo. A sociedade industrial soviética apresenta um grande empenho do Estado em realizar a industrialização rapidamente, mais precisamente na

indústria de base, pois aumenta, assim, a força de produção e que implica em um coletivo mais forte. Por outro lado, no capitalismo não acontece essa influência direta do Estado no processo de industrialização, mas ela ocorre pela iniciativa privada, respaldada pela demanda do mercado.

As concepções críticas das economias

Dadas as devidas diferenciações acerca das dinâmicas políticas e econômicas de ambos os blocos, nota-se que as críticas que Aron faz sobre elas possui uma análise sociológica que lança mão de uma percepção da teoria filosófica existencialista, a qual, aqui, tem como referencial as experiências dos indivíduos que compõem a sociedade industrial, melhor dizendo, como as escolhas de determinadas políticas econômicas podem gerar consequências que impactam na funcionabilidade social e como as experiências individuais podem provocar outras dinâmicas sociais.

Na década de 1930, Raymond Aron passa um período estudando e trabalhando na Alemanha, onde entra em contato com uma corrente promissora da Filosofia: a Fenomenologia. Essa, por sua vez, se torna precursora do Existencialismo, a qual diz respeito à obtenção do conhecimento a partir da tomada de consciência adquirida pelas experiências e fenômenos em seu meio prático. Quando Aron volta da Alemanha com tais conceitos apreendidos, ele os compartilha com seu então amigo Jean-Paul Sartre, o qual irá aprimorar a teoria posteriormente². Desde então, o sociólogo francês esteve muito ligado com o ponto de vista da fenomenologia e do existencialismo devido a sua admiração à racionalidade das coisas, embora não fosse um filósofo dessas teses. É imperioso lembrar sempre dessa constatação, pois as obras de Aron são largamente baseadas na perspectiva racional e experimental das atividades sociais, políticas e econômicas.

No que diz respeito à análise em relação ao capitalismo, Aron chega à conclusão de que o capitalismo não tem como ser destruído nem se autodestruir, porém ele está fadado a sempre ter crises. O sociólogo francês apresenta, então, três eixos centrais que compõem sua crítica ao capitalismo. O primeiro consiste na desigualdade de renda e de produção. Esta teoria consiste na ideia de que no capitalismo teria um cenário de que não seria capaz de consumir a produção gerada, já que a distribuição de renda seria bastante desproporcional, fazendo com que haja um excedente da produção. O segundo diz respeito à insuficiência de investimentos no capital produtivo que, em contrapartida, a preferência e preponderância por investimentos no capital financeiro é prejudicial

² Ver mais em Bakewell (2017).

devido à tendência a especulações e instabilidade regulatória do mercado – Aron deixa bem claro o exemplo da Crise de 1929, quando apresenta esse eixo. O terceiro refere-se ao monopólio de propriedades privadas como obstáculo do crescimento econômico, no sentido da supressão da concorrência no mercado econômico. No que tange à concorrência, Aron afirma que o fim dessa implica na concentração da detenção de capital, o que gera monopólios, que por sua vez, deixa o consumidor refém de específicas empresas. Monopólio não no significado específico do termo, mas no sentido de *holdings, trustes, e, talvez, cartéis* (muitas empresas sob domínio único).

Em uma entrevista concedida a Alain Badiou (BADIOU, 2013), o filósofo questiona acerca do fenômeno ideológico. O uso da concepção de ideologia para Aron como algo rotulador e agrupador de crenças, a fim de requerer condições e meios de vida melhores ou como uma escolha filosófica, é limitante porque quando se tem consciência da nossa existência e da realidade que estamos inseridos, percebe-se que o que pode ser bom para um determinado contexto social não será adequado igualmente para os demais. Para Aron, essas perspectivas ou cada uma delas são partes integrantes de uma realidade global, a qual comporta cada contexto social específico; e o uso da ideologia serve para um sistema categorizador limitante e excludente. Ainda que a ideologia possa ser limitante, ao julgo aroniano – e que confronta muitas vezes com a realidade e com os dados – ela é um elemento naturalmente vantajoso e, de certa forma, necessário para indivíduos e grupos. A sociologia não é realizada de acordo com a decisão moral a partir de uma análise de determinada sociedade, mas pelo que a sociedade é em si, pela sua própria existência e dinâmica. É daí que se concebe, portanto, a sociologia filosófica que Aron costumava trabalhar.

Essa noção de ideologia defendida por Aron é um dos seus grandes alvos ao criticar as formulações das políticas econômicas do bloco soviético. A crítica parte, em primeiro lugar, da condenação ideológica do partido como fator hegemônico que impõe suas diretrizes econômicas, autoritariamente, suprimindo as vontades individuais da sociedade, o que indica que Aron entende como Estado Totalitário. Segundo o autor em *O Ópio dos Intelectuais* (ARON, 2016), o regime soviético segue a ideologia marxista de maneira que não condiz com a realidade da sociedade. Para ele, a atitude governamental é efetuada com características despóticas, ou seja, segue-se a vontade do grupo dirigente. E um Estado totalitário, munido por uma única ideologia, consiste na anulação da liberdade tanto política dos indivíduos quanto econômica, na medida em que o Estado interfira, planejando o sistema econômico, e nas instituições sociais com a finalidade de persuadir e

estabelecer uma verdade favorável à manutenção de sua hegemonia – flertando com a ideia de uma religião secular como base do fenômeno totalitário.

Outrossim, o autor francês é contrário à ideia universalista da causa proletária – no sentido de que todos os proletários do mundo são e possuem reclamações semelhantes. Durante a Guerra Fria, Aron desaprovava com firmeza que os partidos operários seguissem os comandos de Moscou e não reivindicassem as demandas internas – principalmente o partido trabalhista francês (ARON, 2016). Segundo ele, o proletariado da era bipolar, podia ser definido por uma doutrina da história e não pela experiência dos trabalhadores das indústrias, uma vez que havia a tendência de um alinhamento em escala macro aos direcionamentos de Moscou, negligenciando, por sua vez, as condições e reivindicações do presente local.

Em relação à técnica do crescimento econômico soviético, observa-se que esta é vinculada ao intuito político, é uma consequência ideológica. A ideologia promove um sentido de impulsão para caracterizar o crescimento, contudo o sentido que o sistema soviético adota tem como propósito mascarar o real significado da noção de acumulação de capital, de modo que seja favorável ao fortalecimento das forças estatais chamando, assim, de *construção do socialismo*, pois: “do ponto de vista psicológico, é muito preferível a expressão *construção do socialismo*, que dá um sentido moral, espiritual, aos sacrifícios exigidos às massas (ARON, 1981, p.180). A ideia que se instaura, portanto, serve para a população economicamente ativa da URSS como um combustível para se produzir no país; entende-se como se fossem produzir para um bem maior (o Estado), mas não para a própria subsistência.

No artigo de Nicholas Gane *In and out of neoliberalism: Reconsidering the sociology of Raymond Aron* é possível apreender as divergências apresentadas durante o tempo de Guerra Fria no que tange à conduta soviética e o efeito do neoliberalismo. Gane demonstra, então, que no campo sociológico soviético é possível compreender que uma economia bastante regulamentada e vinculada a um sistema de propriedade coletiva não significa conceder emancipação social, mais do que isso, ela pode levar ao surgimento de novas formas de opressão. No que concerne ao da política, essa consiste na apreensão de que a reivindicação de poder feita por um partido, que tem intuito transformar a ordem social, pode acarretar um sistema de governo despótico da minoria. E o campo filosófico se compreende na ilusão de que é preciso um ato heroico, um messias, para liderar a derrubada de um regime político e de um sistema econômico para que a ordem social seja transformada.

Por meio desse texto, é possível reconhecer o fato de Aron considerar que a economia planejada não acaba, de fato, com a desigualdade. Para ele, ela reproduz as mesmas desigualdades estruturais do capitalismo, ainda que de maneira diferente. Percebe-se que ela opera, assim como na economia capitalista, por meio de uma combinação de hierarquia e competição, pois a competição é inevitável em todas as sociedades industriais, e ainda interfere na organização das classes. Um dos argumentos aronianos para explicar a semelhança entre os dois modelos é o fato de que a economia do regime soviético promove uma rápida acumulação de riqueza tal qual o capitalismo. No entendimento de Aron, o sistema econômico soviético agiu de forma a se tornar um sistema industrial de larga escala mais do que uma alternativa para a solução dos problemas gerados pelo capitalismo, uma vez que a economia soviética, do mesmo modo, precisou lidar com os mesmos problemas de mercado, como tomar decisões acerca dos tipos e quantidades dos bens produzidos e lidar com a alocação dos recursos. Desse modo, é possível notar que o sistema econômico soviético utiliza de mecanismos parecidos com os das sociedades ocidentais.

Além disso, pode-se compreender a discordância que a sovietação promove sobre o pleno desenvolvimento das forças produtivas e a distribuição equalizada dos produtos. Ademais, o filósofo é, ainda, contrário à ideia de que somente a revolução operária pode assegurar liberdade, pois os defensores do regime soviético argumentam estarem os homens alienados e presos em um sistema de exploração comandado por aqueles que detêm os meios de produção. Para Aron, essas concepções são falaciosas porque o sistema soviético prega o contrário, diz promover a liberdade enquanto é algoz dos homens que estão inseridos em seu sistema, utilizando métodos deploráveis para realizar o crescimento rápido e eliminando a mínima liberdade existente dos indivíduos:

Numa visão de amplo alcance, o verdadeiro conflito entre a União Soviética e o Ocidente diz respeito não tanto aos métodos de modernização econômica quanto aos direitos que possuem os homens de formar sua própria concepção do seu destino, para além e acima da edificação de pirâmides de aço e de concreto (ARON, 1965, p. 59).

Por outro lado, o advento do neoliberalismo durante a Guerra Fria estabeleceu um contraponto para além do comunismo soviético da época: era, sobretudo, um antídoto para o liberalismo do *Welfare State*. Nesse campo, um dos grandes embates à época dentro da arena intelectual foi protagonizado por Friedrich August von Hayek (1889 – 1992) e Raymond Aron.

Friedrich Hayek, autor de *O Caminho para a Servidão* (1944), defendia a liberdade econômica como preponderante e fundamental para a existência de outras liberdades, como a pessoal e a política. Entende-se que, na visão dele, as liberdades pessoal e política dependem exclusivamente da econômica, como se fosse uma condição prévia para todas as outras liberdades. Ou seja, só ela garantirá as outras liberdades. Nota-se ainda a argumentação de Hayek sobre o liberalismo econômico ser a melhor solução para combater o mal do totalitarismo (entendido como o caso da URSS), o qual é compreendido como “um fenômeno político de ‘resultado inaceitável’” (CHÂTON, 2016, p.108), uma vez que o socialismo proporciona o caminho direto à escravidão, quando se afastam do liberalismo econômico, no qual o Estado seria o algoz ao impor suas vontades e metas, e o coletivismo econômico suprime as escolhas econômicas do individualismo.

O entendimento sobre liberalismo de Aron se opõe ao argumento de Hayek. Aquele, ao se opor ao liberalismo de Hayek, chama o autor austríaco de “marxista de direita” e, ao fazê-lo, entende-se que a concepção hayekiana se assemelha ao marxismo no sentido econômico para atingir um fim: “a morte do Estado em sua distinção da sociedade” (RENAUT *apud.* CHÂTON, 2016, p. 148). Nesse ponto surge a crítica aroniana: por mais que sejam antagônicos em seus meios, a finalidade de ambas as teorias econômicas é a extinção do Estado. Ademais, entende-se pelo estudo de Gwendal Châton³ que desde que não exista o Estado em seu aspecto democrático, melhor para as políticas neoliberais, haja vista o caso chileno que durante o período ditatorial de Pinochet instauraram políticas econômicas neoliberais do grupo *Chicago Boys*. Pode-se compreender que o neoliberalismo utiliza, portanto, de mecanismos autoritários para que se tenha funcionamento pleno e autonomia para exercer tal liberdade econômica (CHÂTON, 2016, p.126).

Diante disso, é possível observar que Aron se posiciona contrariamente à essa teoria neoliberal, uma vez que nela preconiza-se o liberalismo no sentido econômico (que é entendido como uma ausência de coerção) e intervenção mínima do Estado, de forma a terceirizar serviços que são de obrigação estatal para o monopólio do capital privado em diversos setores da sociedade. Não obstante, para Aron, prevalece a noção política de liberdade, mas não somente isso, já que ele defende também a liberdade em sua essência plural. O que quer dizer que há uma definição de liberdade para ele dividida em quatro dimensões (*Ibidem*, p.114), são elas:

³ CHÂTON, Gwendal. *Libéralisme ou démocratie? Raymond Aron lecteur de Friedrich Hayek*. *Revue de philosophie économique*, Vrin, Paris. vol.17. n.n/h., pp. 103-134, 2016/1.

- 1) **Liberdade interior:** capacidade de pensar livremente. Adquirida por meio de uma educação em autonomia.
- 2) **Liberdade política:** presente em sociedades democráticas, ela permite escolher os seus representantes e participar de certas decisões. Concede o direito de ir e vir, manifestar-se livremente, e ela está intimamente ligada à obediência à lei, mas também a líderes nomeados coletivamente;
- 3) **Capacidade de liberdade:** é capacidade de exercer o próprio poder de agir. Geralmente requer a intervenção do Estado, muitas vezes a única entidade capaz de garantir a eficácia de um conjunto de liberdades que permanecem se não estritamente formais;
- 4) **Liberdade nacional:** uma nação não está sujeita à soberania externa.

Para Aron, a liberdade em seu sentido puro não é algo a ser objetivado, mas que deriva de uma relação subjetiva de um indivíduo com a realidade. Ou seja, a liberdade não pode ser definida de maneira concreta e específica, ela está diretamente ligada às relações subjetivas que as circunstâncias da realidade impõem. Ademais, as liberdades do meio social, principalmente a política, prevalecem em detrimento à econômica. Isso explica o que faz com que Aron procure uma intercessão quando considera a intervenção do Estado na capacidade de liberdade a fim de equiparar e não privilegiar as “liberdades burguesas” (*Ibidem*), nas quais o capital interfira nas ações dos indivíduos.

Antes de tudo, deve-se prevalecer na sociedade o caráter democrático – este é o ponto central para Aron – depois vem a dimensão liberal. Isso porque Aron teme que com a hegemonia do liberalismo em uma sociedade as funções e as virtudes dos cidadãos desapareçam ou sejam negligenciadas para atender uma imposição econômica. Entende-se que Aron enxerga a preferência ao regime democrático como benéfica e que só ela poderá dar mobilidade e fluidez ao sistema econômico, uma vez que é a democracia que valoriza a conflitualidade, dinamismo de ideias e propostas que vão superar os obstáculos do próprio sistema:

Que não se diga que estamos procurando em vão a restauração de um liberalismo morto. Vivemos e continuaremos a viver sob um regime intermediário. Os dois sistemas extremos, aquele em que os mecanismos de mercado funcionam sem obstáculos e aquele em que o Estado vai até o fim do planejamento, são, em teoria, mais lógicos e mais fáceis do que o sistema misto. Na Europa Ocidental, entretanto, o planejamento integral é inconcebível, se não como subproduto da invasão soviética, e o liberalismo integral excluído, tanto pelas circunstâncias econômicas

como pela psicologia humana. A tarefa é viabilizar o regime misto, que até agora não tem sido viável (ARON *apud*. CHÂTON, 2016, p. 111).

Uma alternativa possível

Os efeitos de ambas as economias no nível político-filosófico entendidos por Aron nos permitiram conceber a ideia de um hibridismo, o qual é entendido aqui como uma convergência de elementos dos dois modelos políticos antagônicos. Tal hipótese de hibridismo foi constatada ao longo da pesquisa na medida em que os argumentos aronianos se assimilam com as teses difundidas por John Maynard Keynes (1883 – 1946). Isso porque Aron defende que não faz sentido haver uma dicotomia entre uma economia de mercado e uma de planificação, pois, embora estes dois métodos sejam rivais, eles não promovem ou seguem seus próprios caminhos, já que cada um necessita de características do outro para se manter. Portanto, o sociólogo sugere que sistemas econômicos mistos são factíveis, sustentáveis e não formas de transição. É a partir dessa ideia que a teoria keynesiana ganha destaque tanto intelectual quanto prático, pois promove uma convergência dos aspectos dicotômicos: estabelecendo o Estado como regulador da atividade econômica e mantendo o regime capitalista.

A relação entre os pensadores é visível quando as críticas que Aron faz possuem soluções na obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (1936)*⁴ de John Maynard Keynes. Isso porque a teoria keynesiana mostra-se como uma forma de exercer o capitalismo por meio de uma maneira reformada. E essa reforma se dá, em primeiro lugar, pelo rompimento de Keynes com a teoria econômica clássica, porque a experiência social não condizia com as práticas econômicas. Na verdade, elas eram insatisfatórias para as condições que as sociedades ocidentais de tipo capitalistas passavam depois da Primeira Guerra Mundial, sobretudo da Crise de 1929. Para o economista inglês, os teóricos econômicos clássicos deveriam parar de dar ênfase e criar ainda mais suposições sobre a doutrina clássica, pois não era mais o momento de conjecturar, mas de pôr em prática aquilo que estava ausente anteriormente, a fim de melhorar a situação econômica e social. O rompimento é fruto de uma longa experiência de Keynes que evidencia, portanto, a precariedade das condutas econômicas para solucionar problemas da sociedade.

Uma característica bastante robusta presente em ambos é o caráter de partirem da percepção experimental e real para respaldar suas críticas aos modelos econômicos. Além disso, em consonância

⁴ KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. 2ª Edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

com a crítica de Aron à dinâmica política, social e econômica, Keynes infere que se o comunismo perdurasse, ele seria uma nova religião, ou seja, deixaria de ser uma opção de organização econômica. A ineficiência da economia russa-soviética saltou os olhos de Keynes quando fora visitar o país durante a década de 1930:

Pelo lado econômico não me dou conta de que o comunismo russo tenha trazido qualquer contribuição de interesse intelectual ou valor científico aos nossos problemas econômicos. Não creio que encerre, nem na possibilidade de que encerre, sequer um fragmento de técnica econômica útil que não pudéssemos aplicar, se o quiséssemos, com igual ou maior êxito, numa sociedade que conservasse em toda a linha [...] os ideais burgueses britânicos. (KEYNES *apud* DILLARD, 1982, p. 295)

Para o economista, o comunismo da Rússia soviética fracassava economicamente, mas continuava pulsante pelo proselitismo do partido. Ambos os pensadores concordam com a noção de religião secular quanto ao fenômeno russo, e nas palavras de Keynes:

Como posso aceitar uma doutrina que erige como bíblia, acima e além da crítica, um manual de economia antiquado, que eu sei que não só é cientificamente errôneo, mas que ademais carece de interesse e de aplicação ao mundo moderno? (*Ibidem*, p. 293)

Considerando a sustentação por parte de John Keynes ao defender características de uma economia socialdemocrata, na qual podemos notar a manutenção da participação ativa do Estado na economia, tendo ele um papel de consumidor, investidor e, o mais importante, como regulador da atividade econômica; é possível notar que Keynes propõe um objetivo político principal que é o pleno emprego, para que a economia continue funcionando, buscando, assim, um equilíbrio orçamentário, no qual proporcione condições de atenuar a desigualdade social por meio de um sistema tributário progressivo.

Faz-se necessário que haja incentivos, ainda, para que a relação entre trabalho e a retribuição funcione. O incentivo à produção é condição para o crescimento. Um dos aspectos que atuam sobre essa relação é o fisco, no que diz respeito às economias mais desenvolvidas. A tributação excessiva pode influenciar a redução do crescimento pois faz com que as pessoas percam interesse em

produzir além do mínimo determinado. Além disso, a desigualdade salarial pode ser vista como algo favorável ao crescimento, pois pode haver a possibilidade de aumento da remuneração, e quanto maior a proposta, maior o incentivo e maior a produção.

Os fatores de produção tornam cada vez menos móveis à medida que a sociedade industrial progride. Para que uma economia continue a prosperar, é necessário que os indivíduos dessa sociedade tenham condições financeiras básicas para que possam participar adequadamente do sistema econômico; além disso, é preciso que haja os incentivos apropriados para que os empresários invistam. Em relação aos investimentos, Keynes traz uma alternativa de estabelecer uma taxa de juros baixa, para que o investimento no capital produtivo seja estimulado e que o capital financeiro improdutivo (especulativo) tenha desvantagens, sendo assim, a produção interna terá maior estímulo devido aos investimentos produtivos.

Os conceitos de desenvolvimento, crescimento e progresso são, frequentemente, confundidos, pois tendem a crer que eles levam a um único fim: aumento da renda total. É uma visão unilinear do processo histórico, como se todos os países - cada um em seu próprio tempo - tivessem uma única finalidade. A teoria do desenvolvimento, no entanto, propõe uma interpretação distinta em que os países tendem sim a acumular capital, porém, o jeito que o montante é aplicado é de caráter qualitativo. Isto quer dizer que em um país desenvolvido, utiliza-se o dinheiro visando a melhoria da produção - com a organização do trabalho e aprimoramento das ferramentas deste - e maior distribuição de renda a fim de proporcionar aos cidadãos melhores condições de vida, de saúde, de educação e de segurança, por exemplo.

Entende-se, portanto, que o desenvolvimento não corresponde apenas ao crescimento, mas também à transformação do contexto social. E ao comparar as sociedades soviética com a ocidental, nota-se a presença do fenômeno de desenvolvimento nelas. Por mais que elas apresentem características políticas divergentes, há pontos semelhantes nestas sociedades como a industrialização, a urbanização, a educação em larga escala, o incentivo da educação profissionalizante, e a separação do contexto familiar do trabalho.

No que concerne à crítica ao monopólio, a teoria keynesiana promove a ideia de que o Estado teria um papel também, além de regulamentar, de estimular a industrialização intensiva em

tecnologia, sobretudo em projetos de infraestrutura, para que gere novos empregos com melhor remuneração, fazendo com que dessa forma crie uma alternativa em relação à concorrência com as empresas privadas, demonstrando um custo-benefício melhor do que o setor privado.

Em suma, o que Keynes propõe é uma mescla de elementos das políticas econômicas liberal e socialista, mesmo sendo contrário ao socialismo e ao regime soviético. De todo modo, é uma maneira que se obtém um regime democrático de bem-estar social de cunho liberal tanto no plano teórico quanto prático que se adequa às experiências sociais.

A coexistência de tais aspectos da teoria keynesiana favorece à funcionabilidade do regime democrático, uma vez que atende as carências sociais ao mesmo tempo que a liberdade individual é garantida pelo Estado. As políticas econômicas formuladas por Keynes durante a primeira metade do século XX mostram que podem ser executadas e modeladas ao longo do tempo de acordo com as necessidades de cada sociedade, o que pode nos mostrar também que as mudanças realizadas porventura serão debatidas e aplicadas em consonância com a realidade. A Democracia permite a maleabilidade de políticas públicas e econômicas sem suprimir a liberdade do corpo civil, e o regime político deve preceder tais políticas. Isso porque no caso neoliberal, Aron se contrapõe a Hayek justamente por não concordar que para colocar o neoliberalismo em prática, o regime político precisa ser uma ferramenta de execução, como assim o é no autoritarismo de Pinochet.

Considerações finais

À vista disso, quando se lê Aron, entende-se que as noções de liberdade, igualdade e fraternidade são e devem ser garantidas por um Estado republicano (subentendendo-se à Revolução Francesa) de regime democrático. Todavia, no que se diz respeito ao conceito de liberdade, ele alega que o regime democrático não tolera – do ponto de vista sociológico – a precedência da liberdade econômica, já que esta não tem como ser garantida. Ou seja, a liberdade que sustenta o regime democrático é a política, a qual é determinante para a consolidação da soberania popular (ARON, 1965 [1968]).

Além disso, a cientista política estadunidense, Nancy Bermeo (1998) explica, em *Going Mad or Getting Mad? Cidadãos, escassez e o colapso da democracia na Europa de entre as guerras*⁵, que a ingerência do

⁵ Embora o texto refira-se ao contexto entreguerras, considerá-lo nos faz compreender ainda mais sobre as vulnerabilidades da Democracia.

Estado tem mais impacto na queda da democracia quando a *ordem civil* não é garantida. E para que isso não aconteça, essa exige que o Estado proporcione, em vias legais, condições de *bem-estar social*⁶, somadas a uma tentativa de cessar conflitos sociais que deem munção para o movimento antidemocrático, assegure uma boa infraestrutura urbana e fortaleça as instituições jurídicas e sociais, as quais corroboram para efetivação da ordem civil. A partir desse raciocínio é possível conceber mais um motivo do porquê o hibridismo político-econômico – debatido anteriormente – ser o que consideramos a via mais razoável para uma melhor experiência democrática.

Por fim, buscamos apontar que a defesa sistemática da democracia liberal e sua manutenção nos parece ser a característica central do trabalho de Aron. Este intelectual marginal conseguiu enxergar além dos dois filtros ideológicos da época ao colocar luz na imprescindibilidade da liberdade do homem. Como visto, o essencial para o sociólogo e filósofo francês é, portanto, a livre possibilidade de escolha sem a obrigatoriedade de adequá-las às normativas ideológicas que levaram os indivíduos viver em um tempo de extremos.

Referências Bibliográficas

ANSART, Pierre. **A Gestão das Paixões Políticas**. 1ª Edição. Curitiba: Editora UFPR. 2019.

ARON, Raymond. **A Era da Tecnologia**. Série Cadernos Brasileiros nº 5. Rio de Janeiro: Editora Cadernos Brasileiros. 1965.

_____. **Dezoito Lições sobre a Sociedade Industrial**. 1ª Edição Brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1981.

_____. **Democracy and Totalitarianism**. Londres: *The Camelot Press Ltd*. 1968.

_____. **O Ópio dos Intelectuais**. 1ª Edição. São Paulo: Três Estrelas. 2016

BADIOU, Alain. **Badiou and the Philosophers: Interrogating 1960s French Philosophy**. Londres: Bloomsbury Academic. 2013.

⁶ KEYNES, John Maynard. **Treatise on probability**, In: KEYNES, John Maynard. **Collected Writings of John Maynard Keynes**, vol. VIII, *Macmillan and Cambridge University Press*, Londres. 1973a.

KEYNES, John Maynard. **A monetary production economy**, In: KEYNES, John Maynard. **Collected Writings of John Maynard Keynes**, vol. VIII, *Macmillan and Cambridge University Press*, Londres. 1973b.

- BAKEWELL, Sarah. **No Café Existencialista: o retrato da época em que a filosofia, a sensualidade e a rebeldia andavam juntas.** 1ª Edição. São Paulo: Editora Objetiva. 2017.
- BERMEO, Nancy. **Going Mad or Getting Mad? Cidadãos, escassez e o colapso da democracia na Europa de entre as guerras.** Penélope: Partidos, eleições e crise da democracia na Europa, Universidade de Princeton, Princeton, vol.n/h., n.º. 19-20, pp.1-42, 1998/1.
- CHÂTON, Gwendal. **Libéralisme ou démocratie? Raymond Aron lecteur de Friedrich Hayek.** *Revue de philosophie économique*, Vrin, Paris. vol.17. n.n/h., pp. 103-134, 2016/1.
- DILLARD, Dudley. **A Teoria Econômica de John Maynard Keynes: teoria de uma economia monetária.** 4ª Edição. São Paulo: Livraria Pioneira. 1982.
- GANE, Nicholas. **In and Out of Neoliberalism: Reconsidering the Sociology of Raymond Aron.** *Journal of Classical Sociology*. Coventry, vol.16, n.3, pp.261-279, Ago., 2016.
- KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** 2ª Edição. São Paulo: Nova Cultural. 1985.
- _____. **Treatise on probability.** In: JOHNSON, Elizabeth (ed.) e MOGGRIDGE, Donald (ed.). **Collected Writings of John Maynard Keynes, vol. VIII.** Londres: *Macmillan and Cambridge University Press*. 1973.
- _____. **A monetary production economy.** In: JOHNSON, Elizabeth (ed.) e MOGGRIDGE, Donald (ed.). **Collected Writings of John Maynard Keynes, vol. VIII.** Londres: *Macmillan and Cambridge University Press*. 1973.
- KRIEGER. Leonard. **The Autonomy of Intellectual History.** *Journal of the History of Ideas*, Pennsylvania. vol.34, n.4, pp. 499-516, Oct. - Dec., 1973.
- LIEBEL, Vinícius. **Raymond Aron e a Balança da Guerra Fria.** Comunicação na Disciplina Direitas, História e Memória II. Porto Alegre/PUCRS. Mimeo. 25 mai. 2016.
- ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História Conceitual do Político.** *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.15, n.30, pp. 9-22, 1995/2.
- SKINNER, Quentin. **Meaning and Understanding in the History of Ideas.** *History and Theory*, Middletown, Connecticut, vol.8, n.1, pp. 3-53, 1969/1.
- STREECK, Wolfgang. **Tempo Comprado: a crise adiada do capitalismo democrático.** 1ª Edição. São Paulo: Boitempo. 2018.

Memória e experiência colonial no trabalho de Anton Kannemeyer

Memory and Colonial Experience in Anton Kannemeyer's Work

Márcio dos Santos Rodrigues
Universidade Federal do Pará (UFPA)
marcio.strodrigues@gmail.com

Recebido: 29/03/2023

Aprovado: 11/01/2024

Resumo: Este artigo examina memória da experiência colonial no continente africano e da segregação racial na África do Sul, por meio da análise de duas obras do artista sul-africano Anton Kannemeyer: *Pappa in Afrika* (2010) e *Pappa in Doubt* (2016). Essas obras utilizam expressões da cultura visual e da mídia de massas, tais como charges e histórias em quadrinhos (HQs), para levantar polêmicas sobre a história política do continente e, em um nível mais particular, de seu país de origem. Kannemeyer é um artista branco que reconhece seu lugar simbólico privilegiado na África do Sul pós-*apartheid*, enquanto critica o legado africaner ao país. Busca-se associar a análise do conteúdo textual e imagético das obras de Kannemeyer ao contexto em que foram produzidas e às experiências históricas do passado colonial a que se referem.

Palavras-chave: Memória, experiência colonial, Anton Kannemeyer

Abstract: This article examines the memory of colonial experience in the African continent and racial segregation in South Africa through the analysis of two works by South African artist Anton Kannemeyer: *Pappa in Afrika* (2010) and *Pappa in Doubt* (2016). These works use expressions from visual culture and mass media, such as cartoons and comics, to raise controversies about the political history of the continent and, on a more particular level, of his country of origin. Kannemeyer is a white artist who acknowledges his privileged symbolic position in post-Apartheid South Africa while criticizing the Afrikaner legacy to the country. The article seeks to associate the analysis of the textual and imagistic content of Kannemeyer's works with the context in which they were produced and the historical experiences of the colonial past to which they refer.

Keywords: Memory, colonial experience, Anton Kannemeyer.

Introdução

Com o intuito de desvelar a memória da experiência colonial no continente africano e da segregação racial na África do Sul, este artigo examina as figurações simbólicas e formas narrativas postas em circulação em duas obras do artista sul-africano Anton Kannemeyer: *Pappa in Afrika* (2010) e *Pappa in Doubt* (2016). Trata-se de dois trabalhos que reúnem um conjunto expressivo de imagens da cultura visual e da mídia de massas, como charges e histórias em quadrinhos (HQs), em que o artista evoca questões controversas e incita reflexões sobre aspectos tidos como dolorosos da experiência colonial no continente africano, em geral, e na África do Sul, em particular. Em ambas as obras, Kannemeyer faz uso da figura do africâner Pappa, uma versão satírica/paródica do jovem repórter aventureiro Tintin, personagem da série em quadrinhos criada pelo artista belga Georges Prosper Remi, conhecido como Hergé. Esta análise, ao se concentrar nesse uso paródico, busca compreender as maneiras pelas quais a violência colonial em África é lembrada, transformada e narrada nas sociedades pós-coloniais. Como pretende-se evidenciar ao longo do artigo, a influência contínua do legado do colonialismo, não apenas como um fenômeno histórico, se coloca como uma realidade presente que afeta as dinâmicas atuais de identidade no continente. Portanto, a memória dessa violência, tal como representada nas obras deste artista sul-africano, ao ser considerada em sua historicidade, proporciona uma perspectiva interessante sobre como o passado colonial e a segregação racial continuam a moldar as identidades e relações sociais na África contemporânea.

Para embasar nossa reflexão sobre as formas complexas e variadas pelas quais o legado do colonialismo ressoa nas obras de Kannemeyer, considero os apontamentos de autores ditos africanos e/ou intelectuais pós-coloniais como Frantz Fanon, Achille Mbembe, Homi Bhabha, V. Y. Mudimbe, entre outros, além de referenciais sobre branquitude. Com relação aos aportes teórico-metodológicos para se analisar formas visuais como as HQs, recorre-se aqui às teorizações de um estudioso como Thierry Groensteen para compreender especificidades dessa comunicação visual em obras que, como as de Kannemeyer, operam em um território onde arte, política e crítica social se entrecruzam. Discute-se aqui as conexões que o artista sul-africano estabelece com a memória da experiência colonial em África por meio de representações em torno de privilégios, categorias raciais, identidades pós-coloniais, relações opressor-vítima, branquitude e as noções de “negro” e “identidade branca” no contexto sul-africano. Ao se apropriar e desconstruir um personagem canônico europeu como Tintim, Kannemeyer não apenas contesta as representações de um passado colonialista, mas também

estabelece uma crítica sobre a própria natureza da identidade e de certas noções na África do Sul pós-apartheid.

A escolha da figura de Tintim como referência para a criação do personagem Pappa é significativa. De forma alguma, é aleatória ou superficial. Tintim é um personagem icônico dos quadrinhos francófonos, criado pelo cartunista belga Hergé em 1929. O personagem, que estreou no álbum “*Tintin au pays des Soviets*” (*Tintim no país dos Sovietes*, em português), se tornou um sucesso editorial não apenas em seu país de origem, mas em outros cenários, incluindo o Brasil¹. Entretanto, a série Tintim é conhecida também por seu retrato considerado estereotipado e caricatural de povos e sociedades não-europeias. Nas páginas dedicadas ao personagem de Hergé em seu *Black Images in the Comics: A Visual History*, o pesquisador Fredrik Strömberg demonstra como o personagem de Hergé é um exemplo de como a cultura popular europeia muitas vezes retrata os povos não europeus de forma reducionista, contribuindo para a perpetuação de estereótipos e preconceitos (2003, p.71). Além disso, Tintin representa um ideal de heroísmo e aventura que é frequentemente associado com a colonização e a expansão europeia. Em seu *Orientalismo*, Said (1978) assinalou que a ideologia da superioridade ocidental e a justificativa para a colonização eram muitas vezes baseadas em mitos de aventura e heroísmo, e o Tintim de Hergé é um exemplo perfeito dessa ideologia. Para Benoît Peeters (2012), Tintin frequentemente perpetua visões estereotipadas sobre outras culturas, não apenas sobre a África. Em “*Tintin au Congo*”, publicado em 1931 originalmente e em 1946 em uma segunda versão, os congolezes são retratados de forma infantilizada, como primitivos, e a cultura e a paisagem do continente são descritas de forma exótica. É importante lembrar que a própria obra de Hergé, incluindo não somente as aventuras de Tintim, foi alvo de críticas por seu retrato colonialista².

¹ No Brasil, a versão de 1946 de *Tintim no Congo* foi publicado por editoras como a Record e Companhia das Letras. A versão de 1931 foi publicada pela editora Globo, em 2016. As edições mais recentes costumam apresentar no expediente informes sobre o contexto da obra, embora as traduções incorram em deturpações de sentido. Márcio dos Santos Rodrigues em seu artigo “*Edição e Tradução de Quadrinhos africanos: Relato de uma experiência*” (2022) comenta como na edição da Companhia das Letras termos e expressões racistas brasileiras como “preto véio” e “nhô”, dentre outras, foram incluídas na tradução brasileira. Rodrigues argumenta que essa escolha é problemática por introduzir elementos do universo racista brasileiro que não existem na obra original de Hergé. Embora reconheça que o autor utilizou estereótipos em sua obra, o autor acredita que a tradução da Companhia das Letras se assemelha a uma novela caricata sobre escravidão da Rede Globo (2022, p. 114).

² Além de “*Tintim no Congo*”, algumas outras obras da série Tintim também foram criticadas por apresentarem estereótipos raciais e culturais. Algumas delas incluem: “Tintim no País dos Sovietes” (1929), a primeira história do repórter do *Le Petit Vingtième* que apresenta uma visão caricatural da União Soviética e do povo russo; “*Tintim na América*” (1932) também é uma que tem sido criticada por sua abordagem problemática de nativos norte-americanos; “*O Lótus Azul*” (1936), história que se passa na China, foi criticada por sua representação estereotipada dos chineses e por perpetuar uma visão colonialista. Philippe Goddin, em seu “*Les tribulations de Tintin au Congo*” (2018), além de abordar as

Ao conceber a figura do Pappa, uma versão paródica de Tintim, Kannemeyer está se apropriando de um personagem canônico europeu e o subvertendo, de modo a questionar o presumido “eurocentrismo”³ presente nas histórias do personagem belga. Em outras palavras, a apropriação que vemos aqui não é apenas uma contestação à ideologia colonial, mas também uma crítica à própria obra de Hergé. Pode-se ver ainda na utilização do personagem um diálogo com a tradição dos quadrinhos europeus (particularmente, franco-belgas) e a história da colonização. O próprio Tintim é um exemplo de como a cultura europeia retratou os povos colonizados, muitas vezes de maneira estereotipada. Ao reinterpretar Tintim, Kannemeyer “desconstrói” o personagem original e mostra como ele é um produto de um contexto histórico e cultural específico.

Paródia E Subversão Pós-Colonial

Partindo do pressuposto de que as produções de Kannemeyer são elementos-chave para um entendimento mais profundo de questões políticas pós-coloniais em países africanos, acredito ser essencial inseri-las em uma discussão ampla e contextualizada. Digo isso pelo fato de os trabalhos do artista sul-africano representarem um desafio à crítica de histórias em quadrinhos, que frequentemente desconsidera outras criações fora de um cânone (quase sempre ocidental) e resiste em revisar paradigmas associados a públicos e produções específicas. Por isso, é imprescindível construir uma abordagem para uma análise das HQs a partir de estudos sobre a pós-colonialidade. O que pretendo também demonstrar com este trabalho é como as obras de Kannemeyer estão relacionadas à discussão sobre o papel do artista na sociedade pós-colonial, e como ele, por meio de suas obras, contribui para a reconfiguração de narrativas e identidades nesse contexto.

Conforme o historiador da arte nigeriano Cornelius Oyeleke Adepegba (1999), a arte no período subsequente ao colonialismo foi frequentemente marcada pela tensão entre a identidade

problemáticas representações no álbum ambientado no continente africano, também examina como Hergé, em seus primeiros trabalhos, frequentemente recorreu a estereótipos raciais e culturais, um reflexo das atitudes prevalentes na Europa da época. Goddin salienta que, embora seja importante reconhecer e criticar as falhas de “*Tintin au Congo*” em termos de representação e ideologia, também é essencial entender a obra dentro de seu contexto histórico específico. Isso implica reconhecer as limitações e o viés de Hergé, ao mesmo tempo em que se aprecia o valor artístico e histórico da série *Tintin* como um todo.

³ Cumpre assinalar que o conceito de eurocentrismo apresenta limites quando utilizado de forma ampla e simplificada. Esses limites incluem a redução da diversidade europeia, a negligência de outras formas de colonialismo e imperialismo, e a subestimação das interações entre a Europa e outras culturas.

cultural do artista e sua posição simbólica na sociedade. Segundo Adepegba, o artista nesse contexto enfrenta o desafio de equilibrar a expressão de sua própria identidade como autor com a crítica às representações coloniais e pós-coloniais. Isso é evidente na obra de Kannemeyer, onde a reinterpretação e a paródia de Tintin não se limitam apenas aos diferentes modos pelos quais a cultura europeia se impôs sobre realidades ditas africanas, e como essa mesma cultura continua a influenciar a vida e a produção artística de artistas contemporâneos em África. Kannemeyer acaba por confrontar e questionar a narrativa e a estética colonial em sua própria produção artística, ao pôr em circulação representações carregadas de simbolismos e representatividades do poder colonial europeu e ao criar, a partir delas, um diálogo crítico entre o passado colonial e o presente pós-colonial. Nesta perspectiva, *Pappa in Afrika* e *Pappa in Doubt* dialogam com as dinâmicas políticas e sociais da África do Sul pós-*apartheid*, e expressam as tensões e contradições da sociedade sul-africana atual.

Ao apresentar Pappa como testemunha ocular da lógica de dominação exercida pelo homem branco europeu, Kannemeyer questiona não apenas uma visão colonialista do passado, mas também o próprio papel do africâner na história da África do Sul. Isso é particularmente relevante em um contexto pós-*apartheid*, no qual a sociedade sul-africana buscou redefinir sua identidade em relação ao legado imperialista e ao racismo institucionalizado. Reconhecendo também seu lugar simbólico como o de um sujeito privilegiado na África do Sul, Kannemeyer usa a figura de Pappa para destabilizar narrativas hegemônicas do legado colonial, enquanto reivindica uma posição crítica dentro de sua própria cultura e sociedade.

A adoção da figura de Pappa é paródica e satírica. Como aponta Christina Oesterheld, ao tratar de outro cenário, de autores de língua urdu em *Humor and Satire: Precolonial, Colonial and Postcolonial* (2011), a paródia e sátira são formas de subversão do discurso hegemônico, que possibilitam através do riso a ressignificação de símbolos e discursos dominantes⁴. Assim, ao utilizar Pappa para questionar o passado colonial e o próprio colonizador, o artista não apenas apropria-se de uma figura canônica europeia, mas também subverte seu sentido original. A paródia é um artifício

⁴ Um aspecto que a autora apresenta que dialoga com a perspectiva de Kannemeyer é a “A capacidade de rir de si mesmo”. Segundo ele, isso “reflete a força interior, autoconfiança e capacidade de autocrítica de um indivíduo, assim como de uma sociedade. Isso torna uma pessoa mais humana e uma sociedade mais tolerante e equilibrada”. Mais adiante vamos discutir sobre a questão da autocrítica de Kannemeyer. Trecho original: “*The ability to laugh at oneself reflects the inner strength, selfconfidence and the capacity for self-criticism of an individual as well as a society. It makes a person more humane and a society more tolerant and balanced*” (2011, p.64)

ou técnica que consiste em alterar e transformar radicalmente elementos de uma obra já existente, para criar uma obra com um significado diferente. No caso de Kannemeyer, a paródia é utilizada como uma forma de desconstruir ou desnaturalizar as ideologias colonialistas. Tintim, conhecido por suas aventuras em diversos lugares do mundo, aqui se torna um símbolo de exploração e colonização.

Os dois álbuns de *Pappa* (Figura 1) apresentam cenas nas quais o homem branco europeu se coloca não apenas como opressor, mas também como vítima de sua lógica de dominação. É importante ressaltar que a figura do Tintim é utilizada por Kannemeyer não apenas por conta de sua popularidade, mas também por sua relação com a história da colonização.

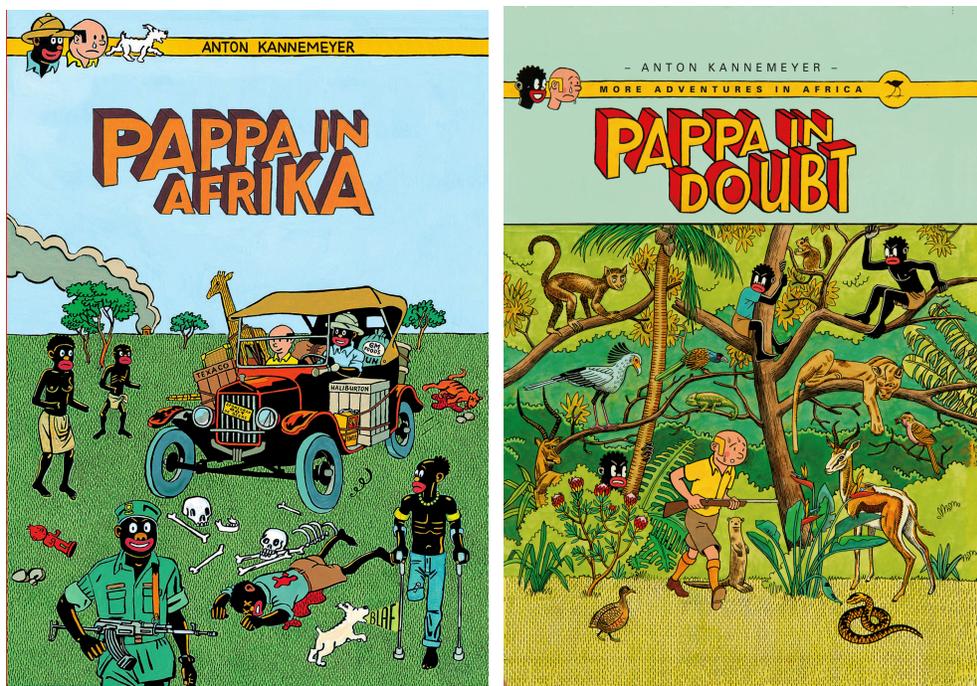


Figura 1: Capas dos álbuns lançados pela Jacana, editora sul-africana, em 2010 e 2015.

Antes de tudo, é importante mencionar que Anton Kannemeyer é um autor sul-africano nascido em 1967 na Cidade do Cabo e identificado como branco e de origem africâner⁵. Sua obra é uma forma de lidar com a sua própria identidade e sua posição de privilégio na sociedade pós-segregacionista da África do Sul, como o próprio autor deixa claro em seus escritos e

⁵ Além disso, ele é professor universitário, tendo ministrado aulas na Universidade de Pretória, no Technikon Witwatersrand, e atuado como professor sênior na Universidade de Stellenbosch.

entrevistas⁶. Como aponta Melissa Steyn em seu capítulo do livro “*Whiteness, Afrikaans, Afrikaners Addressing Post-apartheid Legacies, Privileges and Burdens*”, a questão da identidade branca na África do Sul é complexa, pois ela se construiu em torno da opressão do “outro” negro (p.11). Segundo Steyn, os brancos sul-africanos foram formados, em última análise, pela força da ideologia racial do *Apartheid*, que foi o meio pelo qual o poder colonial se reproduziu em uma forma sul-africana (STEYN, 2018, p. 14).

Desde a fundação da revista de quadrinhos *Bitterkomix*, criada por ele em parceria com Conrad Botes⁷ em 1992, Kannemeyer tem explorado temas como racismo, sexualidade, política e colonialismo em seus trabalhos. A *Bitterkomix* surgiu em um momento crucial da história da África do Sul, mais especificamente durante a fase de reconstrução e reconciliação pós-*apartheid*. Com sua voz política e arte provocativa, a revista se tornou uma das mais respeitadas e influentes em quadrinhos de seu país⁸. Nela Kannemeyer encontrou espaço para problematizar a identidade branca sul-africana e suas relações com o passado colonial e a opressão dos diferentes povos do país que se tornaram negros pela lógica colonialista. Essa tomada de consciência está relacionada a um episódio que marcou profundamente a vida e obra do artista.

Na história “*My Nelson Mandela*”, em sua versão publicada em *Pappa in Doubt*, Kannemeyer descreve um incidente durante sua estadia como estudante na Europa, ocorrido mais especificamente em uma viagem para Amsterdam. Na ocasião, enquanto apresentava seu passaporte para verificação, Kannemeyer foi confrontado com uma reação abrupta e hostil por parte da autoridade, que, ao perceber a origem africana do documento, o arremessou de volta em seu rosto (Figura 2).

⁶ Como na entrevista para Celine Angbeletchy, em que Kannemeyer discute suas obras de sátira relacionadas ao racismo e estereótipos, destacando a importância da reflexão sobre a própria branquitude (ANGBELETCHY, Celine. The Limitations Of White Empathy | Face To Face With Anton Kannemeyer. *Griot Magazine*. Disponível em <https://griotmag.com/en/the-limitations-white-empathy-face-face-anton-kannemeyer-satire-racism-stereotypes/>)

⁷ Nascido em 1969 em Ladismith, África do Sul, Conrad Botes, também conhecido como Konradski, é um artista que se destaca no cenário artístico sul-africano através dos quadrinhos e de uma série de exposições individuais e coletivas. No âmbito internacional, Botes teve suas obras apresentadas em locais como o The Scene Gallery em Nova York e a Galleria L'Ariete em Bolonha, Itália, com a exposição “*The Big White Sleep*” (2003). Ele também participou de importantes exposições coletivas, como “*Artists Engaged*” no Museu Calouste Gulbenkian em Lisboa (2014), e “*Sharp Sharp Johannesburg*” na Gaite Lyrique em Paris, França (2013). As contribuições de Botes para o campo dos quadrinhos são igualmente relevantes, como evidenciado por sua participação na exposição “*Bitterkomix: Contemporary Comics from South Africa*” na Espanha (2012) e no Festival Internacional de Angoulême na França (2009). Para maiores informações biográficas sobre o artista ver o site do próprio Botes, acessível através do sítio eletrônico <https://www.conradbotes.com/>

⁸ Maiores informações sobre a polêmica/polemista revista de quadrinhos satíricos da África do Sul, iniciada em 1992, ver o site <https://bitterkomix.co.za/>

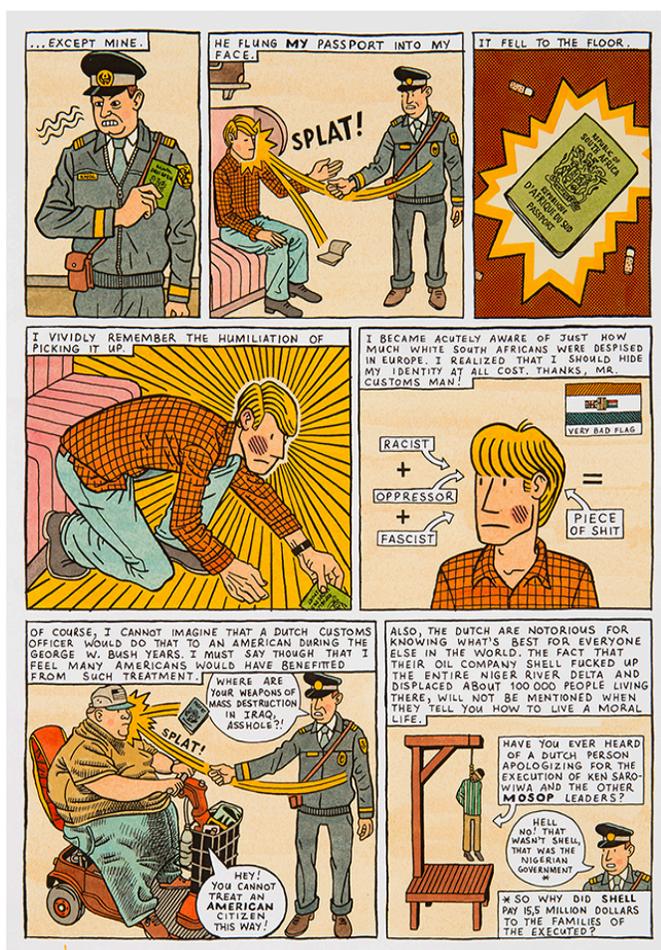


Figura 2: Página de *My Nelson Mandela* (2015, p.6)

Após essa experiência traumática, de humilhação, Kannemeyer passou a refletir sobre sua identidade como um sul-africano branco, questionando sua “branquitude” e, diante disso, buscou compreender sua “africanidade”. Em outro momento dessa curta HQ, o autor admite sua ignorância naquele momento em relação à vida e luta de figuras importantes da história da África do Sul, incluindo Nelson Mandela⁹. Daí o nome da história. A jornada pessoal do autor em busca de sua

⁹ Nascido em 18 de julho de 1918 em Mvezo, União da África do Sul, Mandela foi um dos mais notáveis líderes políticos do século XX, reconhecido mundialmente por sua luta contra o regime do *apartheid* em seu país. Seu nome de nascimento era Rolihlahla Mandela e ele pertencia ao grupo Madiba. Iniciou sua jornada como ativista *antiapartheid* durante seus estudos de direito na Universidade de Witwatersrand, sendo na ocasião o único estudante negro da instituição. Em 1962, foi preso por suas atividades contra o governo segregacionista. Ele passou 27 anos na prisão, a maior parte dos quais na Ilha Robben. Após sua libertação em 1990, Mandela desempenhou um papel importante na transição da África do Sul para um sistema democrático, liderando as negociações para abolir o *apartheid* e estabelecer eleições multirraciais em 1994. Eleito presidente, focou na reconciliação entre as raças e na construção de uma nova identidade nacional sul-africana.

identidade cultural é o foco da história, e a descoberta de figuras históricas como Mandela torna-se um ponto central para a exploração dessa identidade. Essa experiência também fez com que o autor compreendesse a necessidade de considerar as experiências de pessoas negras sul-africanas marginalizadas e oprimidas durante décadas pelo *Apartheid*. O encontro do autor com Mandela se dá na Europa, em um momento de mobilização internacional para apoiar a luta contra o regime de segregação racial na África do Sul¹⁰. Se “apropriar” e tornar Mandela “seu” representa um momento de seu despertar político e racial, como o próprio autor torna evidente na HQ. Ele toma conhecimento da opressão histórica e do privilégio branco em seu país de origem e em todo o mundo. Através da figura de Mandela, o autor passa a entender que a questão racial é, antes de tudo, social e política, enraizada na história e na cultura do país. “*My Nelson Mandela*” é um exemplo de reflexão sobre identidade e luta racial, que serviu para o autor colocar em perspectiva sua branquitude. Em outras palavras, é uma história que o incentivou a questionar sua própria identidade. Ao mesmo tempo, ele também contesta a própria história sul-africana, que foi marcada pelo *Apartheid*, regime de segregação racial que durou de 1948 a 1994 e que teve como objetivo manter o poder nas mãos dos brancos em detrimento de minorias étnicas.

Algumas considerações carecem de ser feitas no tocante à interpretação das imagens de Kannemeyer. Interpretar formas visuais como charges, caricaturas ou quadrinhos envolve, antes de tudo, examinar uma variedade de elementos como cores, formas, texturas, linhas, entre outros. Deve-se considerar que a interpretação desses elementos acaba também, em maior ou menor grau, condicionada pela percepção, conhecimentos prévios e contexto cultural do leitor, o que pode levar a diferentes leituras de uma mesma imagem. Para que a obra de Kannemeyer seja então interpretada devidamente é forçoso também analisar os debates correntes dentro do contexto sul-africano, considerando a história do país e as relações de poder entre brancos e negros. É necessário também compreender como o autor, a partir desses debates, subverte a chamada “biblioteca colonial”.

Faleceu no dia 5 de dezembro de 2013. Para maiores informações biográficas sobre Mandela, recomenda-se a consulta de livros como “*Long Walk to Freedom*” (1995), sua autobiografia e “*Mandela: The Authorized Biography*” (1999), de Anthony Sampson.

¹⁰ O movimento anti-*Apartheid* na Europa Ocidental contribuiu significativamente para o fim do regime de segregação racial na África do Sul. Ativistas, organizações e governos da Europa Ocidental desempenharam um papel importante em chamar a atenção para a injustiça do apartheid e pressionar seus próprios governos a apoiar a luta, como pode-se ver nos textos reunidos em *Apartheid and Anti Apartheid in Western Europe* (2020), livro editado por Knud Andresen, Sebastian Justke e Detlef Siegfried, publicada em 2020 pela Springer Nature.

Desconstruindo A Biblioteca Colonial

A subversão da ideia de biblioteca colonial é uma das estratégias utilizadas por Kannemeyer nos dois álbuns que examinamos. Como aponta o teórico congolês V. Y. Mudimbe em “*A Invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*” (1993, p.217), a biblioteca colonial foi construída como um instrumento de dominação do colonizador sobre o colonizado. Essa biblioteca não deve ser tomada literalmente, mas como uma metáfora para o conjunto de textos, imagens, e discursos que os europeus produziram sobre a África e outras regiões colonizadas. Essa "biblioteca" simboliza a maneira como o conhecimento sobre essas regiões foi moldado pelos interesses, ideologias e perspectivas dos colonizadores. Em ambos os álbuns, o artista sul-africano confronta essa ideia ao apresentar em sua obra um acervo composto por diversas referências culturais, algumas das quais fazem parte dessa mesma “biblioteca”, incluindo não apenas as imagens de Tintim, mas também trabalhos de artistas africanos e africanos brancos, como ele próprio. Dessa forma, o autor questiona a hierarquia do conhecimento e reconhece a contribuição de formas de auto-inscrição africana para a construção de uma identidade sul-africana¹¹. Ao incluir referências a outras obras de arte e cultura *pop* em suas criações, Kannemeyer também amplia as possibilidades de leitura e interpretação de seus trabalhos. A reinterpretação de elementos de outras obras é uma técnica que tem sido amplamente utilizada em arte contemporânea, e que permite uma discussão crítica e criativa acerca de diversos temas, como a questão da identidade e das relações de poder.

Ao combinar diferentes elementos, Kannemeyer cria um discurso híbrido que problematiza as fronteiras entre culturas e identidades. Conforme argumenta o teórico indo-britânico Homi K. Bhabha no terceiro capítulo de seu livro “*O Local da Cultura*”, a interação de elementos culturais pode gerar novos significados e produzir novas identidades, desde que evite cair nos estereótipos criados pela dominação colonial (1994, p.105-128). Isso não significaria que devemos ler as obras do autor como um mero pastiche ou como uma simples colagem de referências. Kannemeyer emprega estereótipos de forma crítica, colocando em evidência a maneira como eles foram construídos e perpetuados pelo colonizador branco. Ele os desestabiliza, expondo sua natureza arbitrária e construída. Esse processo está diretamente relacionado à ideia de “biblioteca colonial”, como

¹¹ Aqui estamos aludindo ao conceito formulado por Achille Mbembe de auto-inscrição, que se refere a como as pessoas ditas africanas se definem e se representam (MBEMBE, Achille. *As formas africanas de auto-inscrição*. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 23, n. Estud. afro-asiát., 2001 23(1), p. 171–209, jan. 2001).

destacado por V.Y. Mudimbe, ao questionar narrativas e representações sobre a África construídas pelo colonizador europeu a partir de uma lógica binária, que opõe o “civilizado” e o “bárbaro”, o “moderno” e o “primitivo”. A construção de estereótipos e narrativas coloniais é exatamente o que Kannemeyer nos apresenta, não apenas nessas duas obras, mas também em outras como “*Alphabet of Democracy*” (2012)¹².

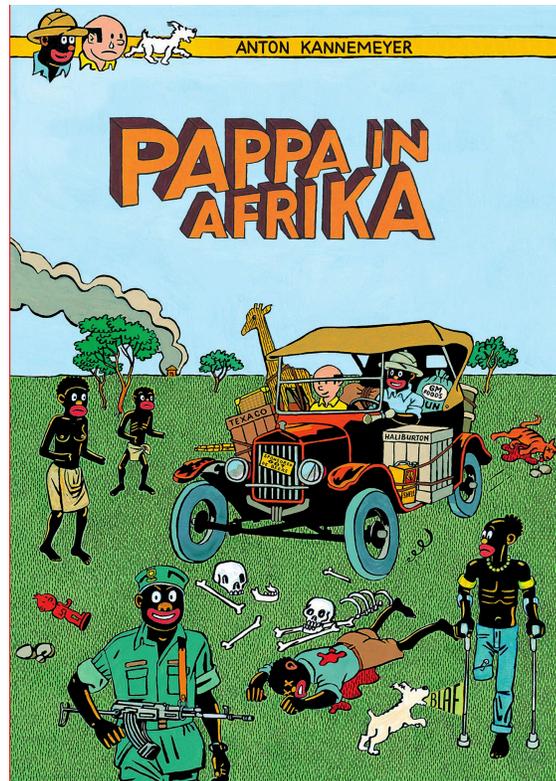


Figura 3: Capa de *Pappa in Afrika* (2010)

Na figura 3, temos a capa de “*Pappa in Afrika*”. Nela vemos uma clara subversão da capa da edição de 1946 de “*Tintin au Congo*”. Enquanto a capa do polémico álbum de Hergé mostra o herói belga num ambiente “pacífico” e domesticado, cercado por animais selvagens e pela savana africana, a capa do álbum de Kannemeyer nos mostra uma imagem alterada, distorcida, desta cena, com o protagonista Pappa em um cenário de desolação.

¹² Trata-se de um guia ilustrado de A a Z que desafia o mito da “nação arco-íris” (*Rainbow nation*) da África do Sul democrática através de humor agudo e crítica.

A capa da versão de 1946 (Figura 4, abaixo) apresenta Tintim com uma expressão serena, dirigindo um automóvel, vestindo roupas típicas de exploradores europeus, acompanhado de seu cão Milu e de um personagem negro africano. Ao redor dele, aparece a paisagem natural, com árvores e uma girafa. A capa é um tanto distinta da versão de 1931, contrastando com a versão de 1931, onde a representação de Tintim é mais aventureira, mostrando-o ao lado de Milu, armado e prestes a enfrentar um animal selvagem. Ambas as capas são do contexto em que as colônias europeias exploravam e dominavam os povos africanos, e personificam uma mentalidade colonialista.

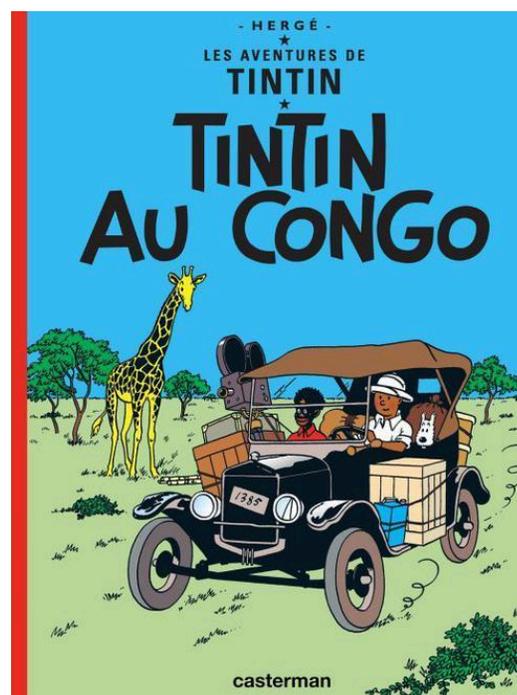


Figura 4: Capa de *Tintim au Congo*, na versão de 1946

Já a capa de *Pappa in Afrika* (Figura 3) nos mostra Pappa, cercado por africanos com as mãos cortadas, um soldado negro com um rifle, um morto e um mutilado com muletas. Além disso, a capa apresenta símbolos de empresas coloniais como Texaco, Halliburton e GM Food no veículo. Diferentemente da capa de Tintim, quem aparece dirigindo é um personagem africano, enquanto Pappa está no banco do passageiro, talvez para dar a ideia de uma subserviência. Além disso, ao fundo da imagem, pode-se ver uma cabana queimada e a paisagem da savana, dando a impressão de

que a violência está presente em todo lugar. Essa subversão da capa original de *Tintin au Congo* é ainda mais realçada pela presença de símbolos e elementos que expressam uma memória da violência colonial em África como a representação do AK-47, o rifle soviético que está nas mãos do soldado localizado na porção inferior, à esquerda (ver Figura 3).

O militar negro com esta icônica arma personifica a presença constante de violência e de guerras em muitos países africanos¹³, enquanto o africano morto e o mutilado evocam a memória do sofrimento e exploração causada pelo colonialismo. Ao apresentar visualmente o sofrimento que resultam da exploração colonial, Kannemeyer não apenas alude ao período em que nações ocidentais dominavam o continente, mas tece uma crítica à forma como africanos são retratados nas mais diversas manifestações culturais, como selvagens, que precisam ser dominados e civilizados pelos países ocidentais. Autores como Mudimbe, outrora citado, e Frantz Fanon argumentam que esses processos históricos marcados por violências foram fundamentais para a construção do imaginário europeu em relação à África. Mudimbe, por exemplo, considera que o continente conhecido como África foi fundamental para a construção do imaginário ocidental, sendo um espaço de desordem, caos e irracionalidade. Por sua vez, Fanon (1961), psiquiatra e pensador político anticolonialista nascido na Martinica, defende que o colonialismo teve um efeito profundo na psicologia dos povos colonizados, criando traumas e feridas que ainda afetam o modo como se veem e são vistos pelos outros.

A capa de *Pappa in Afrika* é uma provocação inteligente ao modo como o Ocidente se apropriou de África e de seus recursos, deixando um rastro de destruição e exploração ao longo de séculos. A capa é extremamente impactante, especialmente para quem está familiarizado com a história colonial e a exploração europeia do continente africano. Ela funciona como um exercício de memória, justamente por apresentar uma visão paródica, satírica da presença do homem branco europeu em África e de visões preconceituosas que ainda são perpetuadas sobre povos do continente. O fato de a imagem ser uma paródia da capa de *Tintin au Congo* é um indicativo claro do

¹³ O AK-47 foi e ainda é amplamente utilizado em conflitos armados em todo o mundo, incluindo em países africanos. No livro *AK-47, A arma que transformou a guerra*, do jornalista Larry Kahaner dedica um capítulo à presença do rifle de origem soviética em contextos africanos. O título do capítulo é sugestivo, “O cartão de crédito africano”, referindo-se ao fato de que, em muitas partes da África, o AK-47 é tão facilmente acessível e amplamente utilizado que se tornou uma espécie de “cartão de crédito” para aqueles que procuram proteção, poder ou simplesmente meios de sobrevivência em meio a conflitos armados, insegurança e instabilidade política (2010, p.85-110). Vale comentar que a onipresença desse rifle é tratada por Kannemeyer em outros trabalhos, como na capa da edição 15 da *Bittercomix*, por exemplo.

objetivo de artista sul-africano em subverter a narrativa original e expor as problemáticas subjacentes. Para tanto, Kannemeyer expõe o absurdo das representações da África que permeia a biblioteca colonial. Ele está usando o estereótipo para dismantelar a narrativa colonial, em vez de perpetuá-lo.

Experiência Colonial E *Apartheid*



Figura 5: *Peekaboo* (“esconde-esconde”). Publicado em *Pappa in Afrikia* (2010, p.5)

A imagem do Pappa amedrontado diante de um negro africano que grita “*Peekaboo*” (Figura 5) parece problematizar o modo como estereótipos raciais foram historicamente construídos e perpetuados por anos de propaganda colonial. Além da “imagem fóbica do negro, do nativo, do colonizado”¹⁴, vê-se a fragilidade da branquitude e, ao mesmo tempo, a capacidade de subversão por parte das comunidades marginalizadas. Em outras palavras, essa imagem em particular é uma clara subversão do estereótipo de que os africanos são criaturas assustadoras, algo frequentemente retratado em narrativas coloniais. Vale argumentar que a interpretação desta imagem não é evidente, tendo em vista que ela pode ser enriquecida ao ser analisada sob aquilo que Fanon diz em “*Pele Negra, Máscaras Brancas*”, no tocante à desumanização dos colonizados e à consequente internalização de estereótipos negativos que circulam sobre essas populações. Essa representação de Pappa diante do

¹⁴ Imagem identificada por Bhabha como projeção da ansiedade e da insegurança do colonizador em relação ao Outro colonizado em uma posição de inferioridade e subalternidade (1994, p.101).

negro nos serve para refletir como o estereótipo do “outro” assustador é construído e perpetuado, não apenas pelos colonizadores, mas também pelos colonizados que absorvem essas imagens.

A figura 5 é também expressiva pela construção da categoria “negro”. Essa categoria como uma identidade homogênea é um fenômeno histórico e político, que se deu em grande parte por meio da colonização e da escravidão. Na África do Sul, o processo de categorização racial foi ainda mais complexo devido à política de *apartheid*, que dividiu a população em quatro categorias raciais: branco, negro, mestiço e asiático. Através de seu trabalho artístico, o autor expõe a opressão colonial que os brancos exerceram sobre os povos em seu país tornando-os negros. No entanto, também é importante notar que Kannemeyer, como um sul-africano lido como branco, ocupa uma posição privilegiada na sociedade, e essa obra pode ser vista como uma reflexão crítica sobre sua própria identidade branca e sua relação com a África do Sul pós-*apartheid*. Em seu livro “*A Crítica da Razão Negra*”, Mbembe ao discorrer sobre o negro não como adjetivo (algo que se pode ver nas figuras 6 e 7, abaixo), mas como “substantivo” (p.52–70), nos apresenta a relação entre a imagem adjetivada do negro na cultura ocidental e a construção do racismo. Para Mbembe, o negro como adjetivo tem sido uma das fontes mais duradouras do racismo, tanto em sua forma “científica” quanto popular.



Figuras 6 e 7: Adjetivações contrapostas.

Nas imagens acima, que integram outro álbum de Kannemeyer, *Alphabet of Democracy* (2012, p.4-5), vemos como a alteridade do homem branco constitui a do negro, pois é a partir da construção

do “outro” como diferente e inferior que a identidade hegemônica é afirmada e mantida. Trata-se ainda um questionamento referente às categorizações raciais em contexto africano. No contexto sul-africano, a categoria de “negro” foi criada e reforçada pelo regime do *apartheid* como um sistema de subjugação e controle dos povos do país, homogeneizando a todos. Ao apresentar essas imagens, parece sugerir que essa categoria não é capaz de capturar e expressar toda a diversidade das identidades africanas.

Além disso, a crítica de Kannemeyer incide sobre o papel dos brancos na criação da categoria racial negativa “negro”, que é muitas vezes usada para generalizar e apagar as diversas identidades e culturas do continente. Ao desconstruir essa categoria através da paródia, o artista coloca em questão o modo como a identidade racial é construída e utilizada na sociedade sul-africana e em outras sociedades coloniais. É o que vemos também na sequência em quadrinhos abaixo:



Figuras 8 e 9: páginas de *Pappa e as Mãos Negras* (2010, p.52–53)

A sequência das figuras 8 e 9 é uma paródia da famosa passagem onde Tintim caça animais na versão de 1946 de *Tintin au Congo*. Kannemeyer substitui os animais da versão original por pessoas africanas negras e acrescenta a cena final da mão cortada como troféu. Isso pode ser examinado em diversos aspectos. Em primeiro lugar, a troca de animais por pessoas negras levanta questões sobre a

desumanização e a objetificação dos corpos negros como se fossem simples presas de caça, o que remete ao contexto histórico da colonização e escravização de povos ditos africanos, em que seus corpos foram explorados e comercializados como mercadorias. Além disso, a adição da cena da mão cortada como troféu é particularmente perturbadora, pois remete a práticas históricas de opressão contra os corpos negros, como a amputação de membros como forma de punição e controle. Isso demonstra como a violência racial se inscreveu na história e na cultura de diversas sociedades colonizadoras, incluindo a África do Sul. Por fim, a sequência também evidencia a importância da leitura crítica de imagens, já que a mensagem transmitida pode variar drasticamente de acordo com o contexto histórico, cultural e social em que é produzida e recebida.

A análise da sequência acima, à luz da teoria de quadrinhos, torna-se mais profunda ao aplicarmos o conceito de *arthrologie*, proposto por Thierry Groensteen em seu *Système de la bande dessinée* (1999). Esse conceito diz respeito à análise das partes que compõem uma história em quadrinhos - quadros, personagens, balões de diálogo, onomatopeias, entre outros - e como elas se articulam para construir a narrativa. Ao observar os elementos presentes nas duas páginas acima, juntamente com a substituição dos animais por pessoas negras ao longo dela, e a conclusão com a cena das mãos cortadas como troféus, além do diálogo intertextual estabelecido com *Tintin au Congo*, é possível entender como eles se interrelacionam para construir o significado e a crítica social intrínsecos na sequência. Essa inter-relação, segundo a *arthrologie* de Groensteen, não se limita à sequência linear das imagens, mas também engloba a forma como elas dialogam entre si, criando uma rede de significados que transcendem os limites individuais de cada quadro. A *arthrologie*, neste caso, não se limita apenas à observação isolada de cada elemento, mas à sua interação e ao impacto conjunto na percepção de quem está diante das páginas. Cada quadro, personagem e elemento visual não apenas conta uma parte da história, mas também contribui para a narrativa maior de crítica social e histórica. A substituição dos animais por pessoas negras em *Pappa*, por exemplo, é uma forma de enfatizar a violência envolvida no fato das vítimas, pessoas negras africanas, serem desumanizadas e reduzidas a objetos de prazer e troféus para um caçador.

Dessa forma, a narrativa traz à tona a crueldade intrínseca a essa prática associando-a ao colonialismo e ao racismo. A substituição dos animais por africanos força o leitor a confrontar a brutalidade com que os corpos negros foram e, em muitos aspectos, continuam sendo tratados. Mas não é só isso: há outras camadas a serem exploradas. Pappa como personagem da história e seu visual

europizado e masculino, por exemplo, também são elementos que dialogam com a construção histórica e cultural do racismo e da dominação branca não apenas em África, mas em escala global. Além disso, as vítimas serem tratadas como sendo todas iguais, sem diferenciação de gênero, personalidade ou história de vida, corrobora a ideia de que negros ditos africanos seriam, para colonialistas, um grupo homogêneo e sem individualidade.

A análise crítica de imagens como essas, em sequência ou mesmo estáticas, requer também a consideração cuidadosa dos elementos contextuais que a cercam, de modo a compreender sua significância mais profunda e evitar equívocos na interpretação. É fundamental reconhecer que a interpretação de uma imagem não pode ser realizada isoladamente, mas sim em conjunto com uma série de fatores, que incluem o contexto histórico, cultural e político em que a obra foi criada. No entanto, é necessário salientar que a interpretação de uma imagem pode variar a depender do ponto de vista do observador. Por exemplo, enquanto alguns podem interpretar a imagem como uma crítica ao colonialismo, outros podem entendê-la como uma reprodução da violência ou até mesmo como uma justificativa para a superioridade racial dos colonizadores. Portanto, a análise de imagens requer atenção aos estereótipos que elas podem reforçar, assim como à conscientização das diferentes interpretações e perspectivas possíveis, para evitar a perpetuação de preconceitos e estruturas de opressão. Tendo em vista isso, vamos examinar algumas imagens que podem suscitar polêmicas.

Polêmicas E Usos De Estereótipos



Figura 10: *Black Dicks*, imagem reproduzida em *Pappa in Afrika*. Datada de 2008 (2010, p.47)¹⁵

Referências a pênis negros e o medo que os homens brancos têm deles são recorrentes na obra de Kannemeyer e devem ser entendidos dentro de um contexto de racismo e preconceito sexual. A construção histórica da ideia de inferioridade racial negra na África do Sul contribuiu para a ideia de que os homens negros africanos seriam hipersexualizados e, portanto, uma ameaça para a pureza das mulheres brancas e a estabilidade das famílias africanas. O medo do pênis negro pode, portanto, ser entendido como uma fobia racial específica, mas também como forma de controle e repressão sexual. Há, portanto, uma dimensão de poder e subjugação envolvida. A figura 10 parece nos direcionar ao entendimento de que construção da masculinidade branca como superior à masculinidade negra é reforçada pelo temor do falo negro, que, por aparecer como incontrolável, simbolizaria a virilidade e a potência sexual dos homens negros africanos. Esse temor corrobora uma tentativa de manter o *status quo* de poder e privilégio da masculinidade branca.

O uso de imagens explícitas como a apresentada anteriormente pode chocar, mas é justamente essa a intenção do autor: incomodar o leitor, servindo também como uma forma de confrontá-lo com suas próprias crenças e preconceitos. Fanon, em seu livro *Pele Negra, Máscaras Brancas*, abordou a questão da sexualidade e do racismo, destacando a forma como as imagens estereotipadas do corpo negro são usadas para reforçar as hierarquias raciais e sexuais (2020). Já bell hooks, em seu livro “*We Real Cool: Black Men and Masculinity*” (2003), discute as formas como a construção da masculinidade negra é condicionada pelo racismo pela visão estereotipada de uma sexualidade ameaçadora. hooks enfatiza que, no contexto particularmente estadunidense, a representação da masculinidade negra é frequentemente distorcida por percepções raciais, que a vinculam a uma agressividade e sexualidade exacerbadas. Essas representações perpetuam estereótipos cuja genealogia pode ser traçada até as raízes históricas da escravidão e do colonialismo. Nesses períodos, o corpo negro foi objetificado e desumanizado, sendo simultaneamente temido e cobiçado. A sexualidade negra, em particular, foi frequentemente exotizada e hipersexualizada, uma construção que servia para justificar práticas opressivas, como a violência sexual e a reprodução forçada durante a escravidão. Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí, por sua vez, em “*The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*” (1997), desafia as noções ocidentais de gênero e sexualidade,

¹⁵ Tradução: “Meu Deus! Esses **paus pretos** estão descontrolados! /Socorro! **Socorro!**”

argumentando que muitas dessas ideias são produtos do colonialismo e não refletem as realidades culturais africanas. Ela questiona a universalidade das categorias de gênero e a ideia de uma hierarquia sexual baseada na raça, que são críticas para entender a imagem em questão¹⁶. A representação na Figura 10 pode ser interpretada a partir de Fanon e dessas autoras como um comentário sobre as complexas interseções de raça, sexualidade e poder.

Outra ilustração polêmica é a do ginecologista negro examinando uma jovem mulher branca em *Pappa in Afrika* (Figura 11). É polêmica e criada para chocar, mas também incita reflexões sobre questões históricas e políticas.



Figura 11: O ginecologista negro. A imagem recebeu o título de *Black Gynaecologist*, data de 2008 e é feita sob a técnica de acrílica sobre tela. (2010, p.87)

¹⁶ A socióloga nigeriana aborda as categorias de gênero e raça a partir de uma perspectiva africana (especificamente em diálogo com a cultura iorubá). Para tanto, coloca em crise concepções ocidentais de gênero impostas aos contextos africanos. Oyèwùmí explicita que muitas dessas ideias ocidentais não são universais, mas sim produtos de um contexto sociocultural específico, que não se aplicariam ou se adaptariam mal às realidades africanas. Em sua análise, Oyèwùmí destaca que, antes da influência ocidental, a sociedade iorubá não baseava sua estrutura social e suas categorizações em distinções anatômicas ou biológicas. Em outras palavras, a divisão rígida e hierárquica entre homens e mulheres, tão característica do pensamento moderno ocidental, era praticamente inexistente nas sociedades iorubás pré-coloniais. Em certos aspectos, essas considerações se alinham com as ideias de Mudimbe sobre a “invenção da África”, onde o continente e seus povos foram definidos e reinterpretados por meio de prismas estrangeiros, durante e após o período colonial. Assim como Mudimbe defende que a África como conhecida no Ocidente é um produto de construções e interpretações europeias, Oyèwùmí sugere que as categorias de gênero e sexualidade, como compreendidas no Ocidente, são igualmente conceitos que não necessariamente refletem ou respeitam as experiências e formas de auto-inscrição africanas.

Ela se apresenta como uma forma de confrontar a dinâmica colonial tradicional, na qual homens brancos exploraram corpos femininos negros. Por outro lado, também exemplifica como o artista se posiciona em um cenário controverso de representações relacionados a raça e gênero. O profissional desempenha um papel significativo, evocando memórias de exploração e abuso de mulheres negras por médicos africanos durante a era colonial. A escolha de um homem negro como profissional é importante, pois o exame ginecológico frequentemente é associado ao poder e controle sobre o corpo feminino. A figura da jovem paciente, uma mulher branca, presumivelmente adolescente, sugere vulnerabilidade e inocência, enquanto o ginecologista negro, embora visto como profissional, pode ser interpretado como uma ameaça à integridade física e moral dela. Essa dinâmica desafia a ideia tradicional de relações raciais e de gênero, e critica o racismo e o sexismo presentes na sociedade sul-africana.

A ilustração também evidencia uma crítica não somente à relação de poder colonial, mas à associação histórica entre o corpo da mulher branca e a ideia de pureza e inocência. Além disso, vê-se um contraponto com a figura do homem negro. Na história colonial, o negro era frequentemente associado às ideias de primitivismo e animalesco, enquanto a mulher branca era vista como o símbolo de civilidade, virtude e fragilidade. Essa dicotomia racial e de gênero é profundamente enraizada em discursos coloniais que buscavam justificar a dominação europeia por meio de uma hierarquização moral e física entre brancos e negros¹⁷. Um ginecologista negro examinando a mulher branca, portanto, seria uma clara inversão desse estereótipo, subvertendo a relação de poder entre colonizador e colonizado. Desestabiliza as noções de poder e subordinação presentes nas relações sociais na África do Sul. Ela incita reflexões importantes sobre o legado do colonialismo e a construção de identidades raciais e de gênero.

No tocante ainda à uma imagem como a do ginecologista negro, é essencial reconhecer que a arte, especialmente a que aborda temas polêmicos, é forçosamente uma expressão das tensões sociais de seu tempo e local de origem. No caso específico da África do Sul, uma nação com um histórico marcado ainda pelo sistema de *apartheid*, as representações artísticas de raça e gênero seriam

¹⁷ A escritora e teórica feminista zimbabuano-sul-africana Anne McClintock em seu “*Imperial Leather: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Contest*” (1995) se debruçou sobre as maneiras pelas quais as ideologias de raça, gênero e sexualidade foram entrelaçadas no contexto do colonialismo. McClintock colocou em evidência que essas categorias não eram apenas aspectos secundários do colonialismo, mas fundamentais para a lógica e a prática da dominação. A autora desmistifica também a noção de que o imperialismo era um processo exclusivamente masculino e destaca o papel crucial das mulheres brancas e da construção de gênero na manutenção e perpetuação de estruturas coloniais.

carregadas de significados adicionais e nuances particulares. A figura 11, quando devidamente contextualizada, se revela como uma inversão deliberada dos papéis tradicionais e estereótipos raciais e de gênero e, justamente por isso, desafiaria normas convencionadas. Além disso, cabe ressaltar, no que se refere à circulação dessa imagem, que, especialmente em um contexto em que o público pode não ter o letramento (na verdade, conhecimento sobre as particularidades africanas) ou a sensibilidade necessária para entender a crítica implícita na obra, a representação dessa figura poderia ser vista como um reforço de estereótipos ou mesmo causar um mal-entendido sobre as intencionalidades do artista. Neste ponto, ressalta-se a importância da contextualização na interpretação de obras de arte.¹⁸

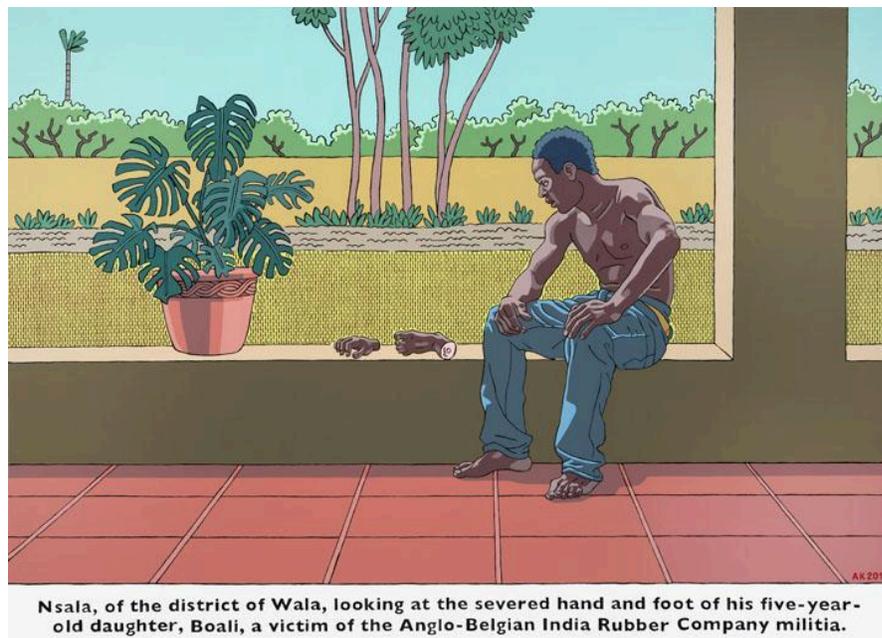
Kannemeyer é conhecido pelas releituras que faz de imagens históricas e culturais, utilizando a arte como forma de questionamento e crítica social. Ele frequentemente manipula imagens existentes para criar significados e perspectivas, como na imagem abaixo:



Figura 12: “O grito africano”. Reproduzido em *Pappa in Doubt* (2015, p.73)

¹⁸ O contexto da diáspora africana poderia suscitar outra camada de interpretação. Corre-se o risco de uma imagem como essa e outras de Anton Kannemeyer serem vistas, em caso de uma publicação dos trabalhos do autor em nosso país, como uma perpetuação de estereótipos negativos, reforçando ideias preconcebidas sobre as relações raciais e de gênero. Junta-se a isso o fato do artista em questão ser um homem branco, o que pode intensificar as preocupações sobre a representação de temas potencialmente controversos relacionados à raça e gênero. A autoria de um indivíduo que pertence a um grupo historicamente privilegiado, abordando questões que impactam diretamente grupos marginalizados, acaba sendo alvo de problematização. Deste modo, destacamos aqui a necessidade de uma leitura cuidadosa e contextualizada da obra.

A apropriação de *O Grito*¹⁹, do artista norueguês Edvard Munch (1863 – 1944), pode soar como polêmica em relação ao uso do *blackface*²⁰. Na versão do quadrinista sul-africano, a figura espectral que grita com as mãos no rosto foi substituída por um homem negro estereotipado, com lábios grandes e olhos arregalados. O *blackface* surgiu nos Estados Unidos no século XIX, como uma técnica teatral em que atores brancos pintavam seus rostos de preto para representar personagens negros de forma caricatural e pejorativa. Essa prática foi amplamente utilizada em espetáculos de *minstrel shows* (LOTT, 1993) e, posteriormente, em produções do cinema a televisão, da literatura aos quadrinhos, perpetuando a representação racista e ofensiva dos negros ao redor do mundo (HOLLOWAY, 2013). Kannemeyer usa a técnica do *blackface* em suas obras para criticar o próprio *blackface* e expor as formas pelas quais manifestações culturais historicamente retrataram e estereotiparam pessoas negras. Ele usa esse repertório negativo como um meio para explorar e destabilizar representações racistas e questionar hierarquias de poder que elas perpetuam. De modo similar, é o que se observa em outra de suas representações:



¹⁹ No original, “*Skrik*”.

²⁰ Em *Pappa in Afrika*, Kannemeyer recorre ao mesmo tema (2010, p.33).

Figura 13: *Nsala, of the District of Wala* (data de 2011, feita sobre acrílica sob tela. Dimensões originais: 170 x 235cm). Reproduzida em *Pappa in Doubt* (p.70-71)

A figura 13 refere-se à experiência da brutalidade colonial. Trata-se do episódio de Nsala, do distrito de Wala, que ocorreu na região do Congo Belga e que ficou conhecido como o “Caso de Wala”. A imagem mostra Nsala, um congolês, olhando para os membros decepados de sua filha Boali, de cinco anos. A imagem, juntamente com outras e relatos, desempenhou um papel importante na exposição da brutalidade e das violações dos direitos humanos cometidas pelo Estado Livre do Congo sob o regime do Rei Leopold II²¹. Kannemeyer usa como base a fotografia tirada pela fotógrafa britânica Alice Seeley Harris em 1904 na aldeia de Baringa e apresentada na obra *King Leopold's rule in Africa* (“Regra do Rei Leopold na África”, em português) de Edmund Dene Morel (1904). Durante o governo do Rei Leopold II, houve uma intensa exploração dos recursos naturais do Congo, com destaque para a borracha, através de métodos brutais de coerção, incluindo trabalho forçado, mutilação e assassinato²². Estima-se que milhões de congolezes tenham morrido como resultado direto ou indireto dessas políticas. A imagem em questão é uma representação visual da memória colonial, na qual Kannemeyer lembra a exploração impiedosa da população congoleza durante o período colonial. Isso foi caracterizado pela extração forçada de recursos e pela brutalidade sem limites contra os nativos. A imagem ilustra claramente a violência dos colonos europeus, que não hesitaram em mutilar as populações locais para coibir qualquer forma de resistência. Além disso, a

²¹ Durante o período de 1885 a 1908, o rei Leopold II tornou para si o território que ocupa a maior parte da área da bacia do rio Congo, que coincide com a área da atual República Democrática do Congo. Tratava-se de um reino privado, separado do governo belga. A região foi marcada por uma exploração extrema de recursos naturais, especialmente a borracha, e notória por suas práticas brutais contra a população nativa.

²² Um dos trabalhos mais acessíveis sobre este regime em nosso país e que nos serve para fundamentação é “*O fantasma do Rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*” (no original, “*King Leopold's Ghost: A Story of Greed, Terror, and Heroism in Colonial Africa*” do professor universitário estadunidense Adam Hochschild. O livro descreve como rei belga, insatisfeito com a democracia parlamentar de seu país, buscou dominar o Congo, enviando o explorador americano Henry Morton Stanley para adquirir terras e estabelecer tratados com chefes locais, criando assim o Estado Livre do Congo. As práticas de trabalho forçado, violência extrema e exploração desenfreada de recursos naturais são bem documentadas nesta obra. A brutalidade do regime de Leopold II também foi abordada pela historiadora Barbara Emerson. Em seu “*Leopold II of the Belgians: King of Colonialism*” (1979), livro de caráter biográfico, a historiadora explorou a complexa e controversa figura deste monarca da Bélgica e como ele se tornou uma figura central na história do colonialismo em África. Ela detalha como Leopold II, ainda como Duque de Brabante, desenvolveu uma obsessão por colônias e expansão comercial, algo que se intensificou após sua estadia no Egito em 1854. A autora também discorre sobre as tentativas frustradas do pai, Leopold I, em estabelecer uma colônia belga e como Leopold II acabou concretizando essas ambições coloniais. Emerson destaca ainda sua habilidade em se alinhar com as forças históricas do imperialismo europeu.

imagem também representa o sofrimento humano e a impotência das vítimas diante de tanta violência. Ela dialoga com os ecos e reverberações que a colonização teve sobre as populações nativas dos países colonizados e das marcas profundas na história de países africanos. A imagem serve como um lembrete do quão prejudicial pode ser a imposição de uma cultura sobre outra, e do papel que a violência e a opressão desempenham nesse processo.

Abrindo Em Vez De Concluir

Ao nos depararmos com as imagens de Kannemeyer, somos imediatamente confrontados com questões controversas que permeiam a história e a sociedade sul-africanas. Sua abordagem irônica, satírica e provocativa serve para refletir sobre as relações raciais e culturais que ainda permeiam o país, bem como sobre as tensões sociais que ainda não foram totalmente superadas. Através de suas imagens, o artista convida o espectador a questionar a própria noção de identidade e a ideia de branquitude, propondo, inconscientemente ou não, novas formas de pensar. Ao lidar com temas tão sensíveis da memória da experiência colonial, é inevitável que o trabalho de Kannemeyer gere controvérsias. Alguns podem interpretá-lo como um “diagnóstico”²³ necessário sobre as injustiças históricas e sociais que ainda assolam a África do Sul, enquanto outros podem considerá-lo apelativo e ofensivo, caso tenham um contato descontextualizado. No entanto, é justamente essa possibilidade de múltiplas interpretações que torna sua obra tão relevante.

Ao longo do artigo discutiremos como o trabalho de Kannemeyer não se limita apenas ao contexto sul-africano. Ao explorar questões tão “universais” dentro do contexto de África, como a história colonial e as desigualdades socioeconômicas, ele convida o público a desafiar inclusive estereótipos tão arraigados sobre o continente africano como um todo. Suas obras são uma reflexão sobre as consequências do colonialismo e do racismo, não apenas em África, mas outros espaços geográficos. Assim, podemos concluir que a obra de Anton Kannemeyer é um convite à reflexão e ao debate, uma provocação constante que nos desafia a olhar para além de estereótipos.

²³ Aqui, estamos nos referindo à noção de crítica diagnóstica, proposta por Douglas Kellner (2001), para identificar como os produtos culturais expressam as ideologias dominantes, ao se inserirem em um terreno de disputa e negociação diante de questões importantes da sociedade na qual estão inseridos.

Referências bibliográficas:

ADEPEGBA, Cornelius Oyeleke. “Split Identity and the Attendant Perspective Tangle in Post-Colonial African Art Forms”. **A Handbook of Methodology in African Studies** (Ed.) Dele Layiwola, Ibadan: Institute of African Studies, 1999, p. 3-18.

ANDRESEN, Knud; JUSTKE, Sebastian; SIEGFRIED, Detlef (Ed.). **Apartheid and Anti-Apartheid in Western Europe**. Cham, Switzerland: Springer Nature, 2020.

ANGBELETCY, Celine. The Limitations Of White Empathy | Face To Face With Anton Kannemeyer. **Griot Magazine**. Disponível em <https://griotmag.com/en/the-limitations-white-empathy-face-face-anton-kannemeyer-satire-racism-stereotypes/>

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1994.

BITTERKOMIX. [s.d.]. Disponível em: <https://bitterkomix.co.za/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CONRAD BOTES. [s.d.]. Disponível em: <https://www.conradbotes.com/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

EMERSON, Barbara. **Leopold II of the Belgians: King of Colonialism**. New York: St. Martin's Press, 1979.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

GODDIN, Philippe. **Les tribulations de Tintin au Congo**. Bruxelles: Éditions Moulinsart: Casterman, 2018.

GROENSTEEN, Thierry. **Système de la bande dessinée**. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

HALL, Stuart. **Cultural Identity and Diaspora**. Identity: Community, Culture, Difference. London: Lawrence and Wishart, 1990.

HERGÉ. **Tintin au Congo**. Bruxelas: Casterman, 2006.

HOCHSCHILD, Adam. **O fantasma do Rei Leopold: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOLLOWAY, Jonathan Scott. **Jim Crow wisdom: Memory and identity in Black America since 1940**. North Carolina: UNC Press Books, 2013.

HOOKS, bell. **We Real Cool: Black Men and Masculinity**. New York: Routledge, 2003.

- KAHANER, Larry. **AK-47: a arma que transformou a guerra**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- KANNEMEYER, Anton. **Pappa in Afrika**. Auckland Park: Jacana Media, 2010.
- _____. **Alphabet of Democracy**. Auckland Park: Jacana Media, 2012.
- _____. **Pappa in Doubt**. Auckland Park: Jacana Media, 2015.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da Mídia** – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno, Bauru, SP, EDUSC, 2001.
- LOTT, Eric. **Love and theft: Blackface minstrelsy and the American working class**. Oxford University Press, 1993.
- MANDELA, Nelson. **Long walk to freedom: The autobiography of Nelson Mandela**. London: Abacus, 1995.
- MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 23, n. Estud. afro-asiát., 2001 23(1), p. 171–209, jan. 2001.
- MCCLINTOCK, Anne. **Imperial leather: race, gender and sexuality in the colonial contest**. New York; London: Routledge, c199
- MOREL, Edmund Dene. **King Leopold's rule in Africa**. W. Heinemann, 1904.
- _____. **Red Rubber: The Story of the Rubber Slave Trade which Flourished on the Congo for Twenty Years, 1890–1910**. 2. ed. rev. Manchester; London: The National Labour Press, 1919 [1906].
- MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção da África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Mangualde, Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.
- OESTERHELD, Christina. Humor and Satire: Precolonial, Colonial and Postcolonial. **The Annual of Urdu Studies**, [S.l.], v. 26, p. 64-86, 2011.
- OYEWÙMI, Oyèrónké. **The Invention of Woman: Making an African Sense of Western Gender Discourses**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- PEETERS, Benoît. **Hergé: Son of Tintin**. JHU Press, 2012.
- RODRIGUES, Márcio dos Santos. Edição e Tradução de Quadrinhos Africanos: Relato de uma experiência. **Cadernos de África Contemporânea**, v. 5, n. 09, p. 98-135, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cac/article/view/16380>

SAID, Edward. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAMPSON, Anthony. **Mandela:** The Authorized Biography. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

STEYN, Melissa. Whiteness: Post-apartheid, decolonial. **Whiteness Afrikaans Afrikaners: Addressing Post-Apartheid Legacies, Privileges and Burdens.** Johannesburg: Mapungubwe Institute for Strategic Reflection (MISTRA), 2018, p.9-15.

STRÖMBERG, Fredrik. **Black images in the comics:** A visual history. Seattle: Fantagraphics Books, 2003.

O fenômeno da (des)ocupação patrimonial: O Grande Hotel em Goiânia

The phenomenon of heritage (dis)occupation: The Grand Hotel in Goiânia

Vitor de Souza Moraes

Mestrando em Arquitetura
Universidade Federal de Goiás, UFG
vitor.smorais@outlook.com

Fernando Antonio Oliveira Mello

Doutor em Arquitetura
Universidade Federal de Goiás, UFG
fernando.mello@ufg.br

Recebido em: 17/10/2023

Aprovado em: 17/01/2024

Resumo: Debate-se o fenômeno da patrimonialização no Brasil e suas práticas, desde a seleção do que tombar às ações protetivas implementadas em prol de sua preservação. Discussão realizada a partir do patrimônio tombado no centro de Goiânia, em específico, do edifício do Grande Hotel, uma das primeiras obras Déco construídas como expressão de um ideal de modernidade, protegido pelo tombamento federal em 2003. Com o declínio de seu uso original permanece uma clara dicotomia entre o que o Estado intenta para a edificação e o que acontece objetivamente em seu arredor. Condição que abre o questionamento sobre as atividades desenvolvidas em seu interior e entorno. As ações contribuem para sua percepção como bem cultural? Como esse espaço é visto hoje? Através de um estudo prospectivo, identifica-se as formas de apropriação do edifício, proposta pelos órgãos de gestão do patrimônio e os movimentos culturais que se apropriam dos espaços a seu redor. Discute-se o paradoxo instaurado: entre o aparente congelamento da edificação frente ao potencial de uso. Explicação realizada a partir de jornais e trabalhos que enfocam o edifício e suas transformações no decorrer do tempo, recorre-se também ao Processo de Tombamento do acervo na cidade.

Palavras-chave: Patrimônio Edificado; Grande Hotel; Goiânia.

Resumen/Abstract: The appearance of patrimonialization in Brazil and its practices are debated, from the selection of what to fall to innovative protective actions in favor of its preservation. Discussion carried out based on the listed heritage in the center of Goiânia, specifically, the Grande

Hotel building, one of the first Deco works built as an expression of an ideal of modernity, protected by federal listing in 2003. With the decline of its original use it remains a clear dichotomy between what the State intends for the building and what objectively happens around it. Condition that opens the questioning about the activities carried out inside and in the environment. The correct actions for their perception as cultural assets? How is this space seen today? Through a prospective study, the forms of appropriation of the building, proposed by heritage management bodies and the cultural movements that appropriate the spaces around it, are identified. The established paradox is discussed: between the apparent freezing of the building in relation to the potential for use. Explanation made from newspapers and works that focus on the building and its transformations over time, also using the Heritage Listing Process of the collection in the city.

Palabras clave/Keywords: Built Heritage; Grande Hotel; Goiânia.

Considerações sobre o patrimônio

As revisões acerca do entendimento de *patrimônio* ocorridas, sobretudo, no decorrer do século XX, levaram tanto a redefinições no âmbito teórico-conceitual do termo, quanto a alterações e adequações de políticas patrimoniais que intencionam resguardar os bens culturais. Aos valores históricos e artísticos, que conduziram processos de seleção e de tombamento de patrimônios edificadas por décadas, ganharam espaço e densidade outras importantes dimensões, como a memória e a representação cultural. Tais revisões trouxeram o alargamento do sentido de bem patrimonial que passa a ser compreendido, também, como lugares que rememoram práticas culturais para além somente da materialidade da obra (CARSALADE, 2014). Perspectiva que, por sua vez, tenciona a ideia de conservação da arquitetura passadista centrada apenas na matéria, na forma congelada, e nos direciona a pensar nos usos e apropriações que, em certa medida, seria um importante preceito para a presentificação do bem cultural, como pontua Jeudy:

A regra é clara: para que o passado não seja abolido é preciso que tudo o que se vive seja atualizado. As diferenças temporais entre o passado, o presente e o futuro são aniquilados graças aos simulacros dessa atualização. O passado e o futuro parecem se conjugar no presente, ao passo que o próprio presente se torna o tempo da reprodução antecipada do passado (JEUDY, 2005, p.16).

Ainda assim, observa-se que muitas das edificações tombadas no Brasil permanecem dentro da lógica da museificação, distante muitas vezes das dinâmicas próprias dos contextos onde estão inseridos. Fato que acarreta num descolamento dos bens, distanciando-os das comunidades locais por não estarem conectados ao cotidiano da cidade. Condição que, para Jeudy (2005, p.81), apenas “consagra o poder da uniformização patrimonial” e os coloca como objetos excêntricos consumidos,

quando muito, pela indústria do turismo. A esse respeito, Solá-Morales (1998) e Jacques (2003), consideram que o congelamento tende a desencadear, nos espaços tombados, um processo de fetichização e de espetacularização de sua imagem. Como consequência, tornam-se apenas cenários distanciados das vidas habituais e majoritariamente direcionados ao consumo globalizado.

As intenções por trás do patrimônio cultural edificado transformado em mercadoria, parece estar associada a um fenômeno de patrimonialização característico do final do século XX. Para Castro e Tavares (2016, p. 118-119), trata-se de eleger um bem como patrimônio cultural, muito por sua excepcionalidade artística e histórica chancelada por um corpo técnico, e entregá-lo a “políticas concebidas sem eficiência para atender aspirações ou solucionar problemas societários e cidadãos” que, em essência, agem no sentido de tematizar paisagens históricas e, com efeito, banaliza-las. Ocorre o avesso do que reconhecemos como preservação que estaria ligado a ações que buscassem construir processos de ressignificação de seu valor simbólico e da articulação com o contexto urbano, envolvendo-o na vivência da cidade.

O acervo urbano arquitetônico da parte central de Goiânia, tombado em 2003 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, parece sofrer tanto da seletividade pautada na história oficial de construção da nova capital, quanto do paradoxo de uma proteção que ocasiona o desuso ou subutilização dos bens protegidos.

O desuso e a obsolescência tornam-se evidentes no edifício do Grande Hotel, uma das primeiras construções da cidade que, após o declínio de seu uso original com a função de hospedagem, tornou-se alvo de especulações e de vários tipos de ocupações sem planejamento prévio que considerasse sua condição como bem tombado. De espaço para mostra comercial de decoração a serviços ligados à administração pública, o Grande Hotel passou por processos de modificação em sua estrutura original, feitas sem o devido critério, encontrando-se, hoje, em estado de degradação, privado de uma apropriação mais efetiva quando pensamos na dinâmica urbana que acontece no centro de uma capital onde, além dele, existem outras edificações também tombadas, seja na instância federal, estadual ou municipal.

Quando nos deparamos com a condição de abandono do Grande Hotel é que surge o intuito deste trabalho: debater a partir das transformações ocorridas na edificação e em seu contexto a efetividade das políticas patrimoniais adotadas como forma de preservação. Trata-se de lançar questões sobre o estado de uma aparente deriva em que se encontra não somente o Grande Hotel,

mas o conjunto de obras que retratam parte da história e da memória da construção da capital Goiânia.

A investigação parte de uma revisão bibliográfica sobre a história da concepção e da construção de Goiânia que envolve tanto ideias relacionadas aos campos da arquitetura e do urbanismo quanto à intensa movimentação política que envolveu a transferência da capital do estado de Goiás. Nesse sentido, além da literatura, recorreu-se ao Processo de Tombamento Federal (PROCESSO DE TOMBAMENTO, 1.500-T-02, 2002) que traz informações acerca da seleção dos bens, das justificativas para a preservação, assim como, dados sobre a história dos bens tombados. Já as transformações ocorridas no edifício foram mapeadas a partir de entrevistas com técnicos do IPHAN e da Secretaria Estadual de Cultura de Goiás (SECULT). Outras fontes, como sítios eletrônicos, jornais impressos, acervos fotográficos, teses, dissertações e visitas in loco permitiram mapear não somente as transformações espaciais, mas apropriações e movimentos em prol de um resgate do centro da cidade que aconteceram no entorno da edificação.

Assim, o presente artigo convida a transitar por uma contextualização histórica da capital goiana, assumindo-a como elemento moderno, em seus aspectos arquitetônico e político. Na sequência, envereda pelo edifício do Grande Hotel como mote para explorar as mudanças materiais e nas práticas sociais, por iniciativa governamental e popular, a partir das quais torna-se possível construir uma leitura crítica em relação às ações direcionadas aos bens tombados e às relações que esse objeto possui com a cidade e seus habitantes.

Goiânia: De sertão à cidade patrimônio

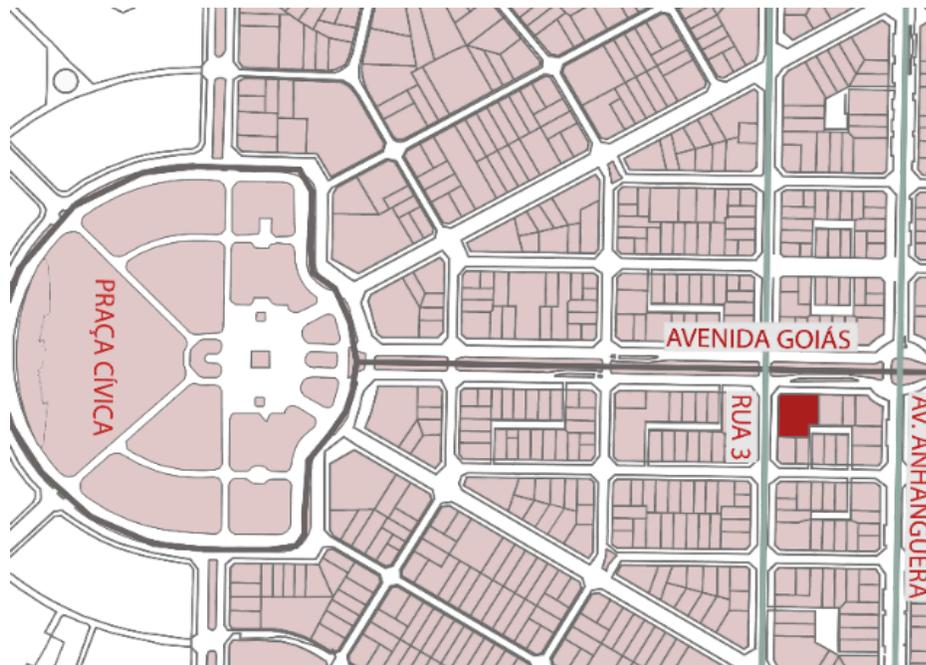
Goiânia foi planejada na década de 1930 para suceder o antigo centro político e administrativo de Goiás, a cidade de Goiás, sob a égide do progresso e da modernidade propagadas pela nova república. Fato que levanta questões balizadoras de uma empreitada política no Brasil, para a qual precisava-se forjar uma imagem outra que representasse o progresso como identidade nacional e como cultura pautada no desenvolvimento. Nesse período, a formação de uma corrente autoritária¹

¹ A ideologia dessa corrente autoritária se relaciona com a premissa de que em uma nação “desarticulada”, sua organização é responsabilidade do Estado, que deve promover e gerir uma reestruturação do “desenvolvimento econômico” e do “bem-estar geral”. Para isso, não bastaria uma estrutura organizada a partir de representantes populares ou pela mobilização social, mas através da “clarividência de alguns homens” (FAUSTO, 2006, p.357).

propiciou um tipo de “modernização conservadora”, com a visão de que o Estado seria o único capaz de controlar, reestruturar e unificar o território (FAUSTO, 2006). A busca pela ocupação do Planalto Central através da construção de uma grande cidade nova, dentre outras condicionantes e elementos contextuais, foi alicerçada em ideias datadas da Primeira República (1889-1930). Isso, por trazer alguns pontos de tangência com a idealização de Belo Horizonte, inaugurada em 1897, para suceder a antiga capital, Ouro Preto, e incluir Minas Gerais no circuito da vida moderna. Assim, a concepção e construção de Goiânia, já em 1933, parece reafirmar ideias do país recém republicano para contar sua própria versão da fase heroica que se iniciava (FAUSTO, 2006, p.375).

Assim, a nova capital de Goiás nasceu imbuída de um desejo político que, ao pensar na modernidade como debatida por Harvey (2004), tentou deixar para trás as tradições da história local, importando modelos e impondo-os como referências para o desenvolvimento de modos de vida modernos. O estabelecimento dessas grandes referências urbanas e arquitetônicas está relacionado a vários fenômenos que caracterizam os rumos da cidade moderna, sobretudo, o jogo financeiro escondido por trás da beleza de grandiosas edificações e avenidas arborizadas. Para Harvey (2004, p.92) diz respeito a “um meio de atrair capital e pessoas” através de empreendimentos urbanos, sobretudo, para aqueles que foram concebidos sob o manto da monumentalidade intencional, ou seja, já nascidos para serem consagrados por um tipo de aura patrimonial desde sua concepção.

Imagem 01 – Localização do edifício do antigo Grande Hotel (demarcado em vermelho) no Plano piloto original de Goiânia (evidenciado em rosa).



Fonte: SEPLAM, com intervenção do autor, 2021.

No emblemático traçado de Goiânia, com influências marcantes do urbanismo francês² e inglês do final do século XIX e início do século XX, destacam-se as edificações originais como representantes da arquitetura *art déco*, previstas no plano piloto iniciado por Atílio Corrêa Lima e continuado por Armando Augusto de Godoy. O traçado viário adotado buscou privilegiar o zoneamento de funções, o trânsito de pessoas e de veículos em seus bulevares e as áreas verdes (MANSO, 2001). Três avenidas principais - Goiás, Araguaia e Tocantins - convergem, a partir de um desenho radial [imagem 01], para a Praça Cívica, espaço público e sede administrativa estadual. Aspecto que ressalta, em perspectiva, a intenção de valorizar o poder do estado através da *patte-d'oise* (pata de ganso), modelo de traçado presente em Versalhes (França) e Karlsruhe (Alemanha). Nesse trecho, num conjunto de quadras direcionadas ao comércio foram criadas vielas internas que possibilitasse o acesso para carga, descarga e retirada de lixo, com a intenção de não comprometer a circulação e a vista da paisagem do centro da cidade, o que demonstra a intenção de se construir um

² O urbanismo francês por si representava uma alusão à uma dominância do poder, em que se pode rememorar o traçado de Versalhes que buscou privilegiar os espaços públicos para destacar a monumentalidade. Assim, as diretrizes dessa escola “faziam parte dos traçados das novas capitais através de um novo poder ou da necessidade de transferência de governo por questões de defesa”, em que espaços cívicos e edifícios de domínio público se tornam “estruturas simbólicas” (DINIZ, 2007, p.80).

emblemático cenário urbano, formatado por elementos e características intrínsecas do racionalismo moderno.

O *déco* surgiu em meio a um panorama de rupturas e transformações no contexto político e econômico mundial. Para Coelho (2017), o período que precedeu a Primeira Guerra Mundial (1914-1948), junto à industrialização, concretizou o surgimento de novas arquiteturas, dentre elas, o modernismo e o *art déco*, que nesse momento destacava-se com prioridade no âmbito do design. Ao tomar como partido a modernização, foi utilizado como elemento de novidade, assim como para demonstração de poder, visto que, quando aplicado na construção de edifícios, despontava de características retilíneas, marcantes e com a utilização de materiais nobres, como pode ser observado em algumas clássicas construções de Nova York. E nesse contexto, não apenas esteve associado à um ímpeto renovador dos conceitos arquitetônicos, como também ao estímulo do consumismo e para projetar o ideal de nacionalismo e fortalecimento diante de crises globais, sobretudo em território francês e americano.

Já a arquitetura como emblema da modernidade, sobretudo nas edificações públicas, assume a linguagem *déco*³ como representação. O estilo apresentado oficialmente na Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, realizada em abril de 1925 em Paris, chegou ao sertão goiano nas propostas de Corrêa Lima, para compor a cena monumental e representar o ideal progressista. O estilo arquitetônico, assumiu no Brasil, condição semelhante, de estímulo renovador e entusiasta de uma nova personalidade nacionalista, que ressoava os valores da nova política. A escola *déco*, muito associada à movimentos autoritários, tomou no país, partido semelhante, haja vista sua aplicabilidade, sobretudo em edifícios institucionais. O *art déco* como vanguarda moderna, simbolizava uma maneira de o Estado construir uma história, adaptada dos moldes internacionais, para referendar o progresso brasileiro.

Não obstante, a adaptação ao contexto goiano da época enfrentou, principalmente, as dificuldades de se construir numa região com técnicas e materiais ainda escassos e limitados. Apesar de despontar como uma novidade, a linguagem dos edifícios públicos parece não ter abandonado

³ À vista disso, Manso (2001, p.144 - 153) relata que o *art déco* se tornou o “modelo que mais prestava a simbolizar o poder autoritário do governo. [...] O fenômeno *Art Déco*, também conhecido internacionalmente como Estilo 1925, traz em si acontecimentos e circunstâncias vividos pela sociedade, procurando representar desde os aspectos mais frívolos, ou estilísticos, até testemunhos da transformação de uma época agitada pela Revolução Russa, pelo fascismo e pelas crises econômicas”.

totalmente suas raízes, como se pregava no período. É possível perceber certas regionalidades, tais como, o entelhamento aparente.

Toda essa minuciosa construção que funde o caráter monumental aos novidadeiros preceitos funcionais do zoneamento, como a distribuição e separação de usos e de fluxos, bem como as influências teórico-conceituais, foram fatores que corroboraram para o tombamento federal do traçado urbano e do acervo arquitetônico *art déco* da capital, em 2003 (PROCESSO DE TOMBAMENTO, 1.500-T-02, 2002). Cabe ressaltar que os edifícios tombados são, majoritariamente, edificações de posse do poder público distribuídos pontualmente ao longo do traçado. Esse dado é de extrema importância tendo em vista que as políticas de preservação e de planejamento urbano incidem somente sobre esses objetos e conjuntos, como da Praça Cívica, de maneira isolada, o que abre uma grande questão acerca do tombamento do traçado. Reconhecer o traçado como patrimônio e mantê-lo como tal, não se atém apenas a conservar a originalidade do desenho das vias e quadras. Sua preservação deveria estar associada à ambiência, considerando elementos e construções que configuram e edificam a paisagem do Setor Central como um todo.

A relação entre o referido traçado histórico e as transformações do edificado, para Valva (2016, p.13), são indissociáveis, pois o traçado por si constitui uma “lembrança bidimensional” de algo que “poderia estar em outro lugar”. Sua existência enquanto formador de lugares se concretiza com as edificações que abrigam usos, possibilitam apropriações, ressignificações, percepções e a criação de vínculos de afetos e de memórias. Atributos que exigem um planejamento do bairro que o considere, de fato, como lugar histórico. Somente assim, as características do plano urbanístico seriam mantidas. Não se trata, contudo, de congelar o passado, mas desenvolver usos cotidianos que estimulem a revalorização desses espaços dentro de uma conservação planejada da massa edificada como mecanismo para se garantir a manutenção das demais relações estabelecidas em seu contexto original e, conseqüentemente, lógicas sociais e de subordinação que envolvam a renovação de seu reconhecimento como patrimônio cultural.

Grande Hotel: Entre usos e permanências

Dentre as edificações pioneiras, projetadas e construídas nos primeiros anos de existência da nova capital, está o Grande Hotel. A obra foi iniciada logo após o lançamento da pedra fundamental, em 1933, e sua conclusão ocorreu em 1937, época em que começou a desempenhar função de hospedagem, ainda durante o período de construção da cidade (PROCESSO DE TOMBAMENTO, 1.500-T-02, 2002).

Tratava-se do primeiro hotel para abrigar visitantes ilustres, políticos e empresários com intuito de propagandear e atrair novos olhares para a cidade, tanto de investidores, quanto de possíveis moradores. O edifício posicionado de frente para Avenida Goiás⁴, principal via do traçado, permitia contemplar tanto a monumentalidade pretendida, quanto sua própria execução diante do isolamento em relação aos demais centros urbanos existentes.

Durante a construção da capital, o antropólogo belga Claude Lévi-Strauss descreveu algumas das particularidades da cidade que se erguia a força no Planalto Central. Segundo Lévi-Strauss (1957), não existiam limites estabelecidos. Se perdiam de vista. Assim como, não era possível apontar inferências culturais ou qualquer outra forma de ocupação que fosse administrativa ou de cunho social. As vias ainda estavam demarcadas apenas por estacas. Paisagem na qual sobressaía-se o volume do Grande Hotel:

Visitei Goiânia em 1937. Uma planície sem fim [...] exibia uma centena de casas novas dispersas pelos quatro cantos do horizonte. A mais importante era o hotel, paralelepípedo em cimento [...] essa construção sem graça era o contrário de Goiás, nenhuma história, nenhuma duração, nenhum hábito haviam saturado o seu vazio ou amenizado sua rigidez; [...] (LÉVI-STRAUSS, 1957, p.128)

Implantado entre a Av. Anhanguera e a Praça Cívica [Figura 1], a edificação tem uma localização privilegiada em relação ao traçado original. A Avenida Goiás, logo à sua frente, tem o desenho de bulevar com um largo canteiro central, utilizado para o *footing*, prática comum aos moradores pioneiros que residiam no Setor Central. A quadra onde o hotel foi posicionado pertence à zona de serviço, proposta no plano original, e possui em seu interior uma viela que, de acordo com as plantas apresentadas por Rocha (2013), permite o acesso ao estacionamento do edifício.

Ocupando um lote de esquina, não possui o efeito de quina chanfrada aplicado nas demais construções [imagem 02] para preservar o efeito de perspectiva do traçado urbano. Suas fachadas,

⁴ Em meio ao caótico cenário de obra no sertão brasileiro, se estabelecia um “hotel de luxo, de e para as elites [...] para aqueles que vinham admirar a obra civilizatória que se erguia a fórceps, no meio do nada” (SILVA, 2019, p.172).

apesar de apresentarem tratamento análogo de ritmo, volume e cor, se diferem por um letreiro aplicado na platibanda e por um volume em semicírculo que marca o hall de acesso e destaca a entrada do edifício, composta ainda por uma marquise. Embora o letreiro tenha sido idealizado apenas para a vista da Av. Goiás, segundo Diniz (2007), foi replicado também para a outra fachada⁵. Em altura, a edificação remete às construções institucionais de mesmo período, complementa a horizontalidade intencionada para o conjunto edificado, ao menos nas décadas iniciais da cidade, seguindo outra das referências empregadas por Haussmann na reforma de Paris: “a edificação foi construída em três pavimentos com 60 quartos e quatro apartamentos de luxo, vários banheiros servidos de água quente e fria, além de garagens e outras dependências próprias dos melhores estabelecimentos desse gênero” (ROCHA, 2013, p.99).

Imagem 02 – Perspectiva do edifício do antigo Grande Hotel em 2021 / Edifícios com quina chanfrada no cruzamento da Avenida Goiás com a Rua 01.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2023.

O período entre as décadas de 1940 e 1960 trouxe ao edifício uma grande efervescência como lugar habitado pela elite goianiense em decorrência, sobretudo, de seu bar e restaurante que, segundo Rocha (2013), tornaram-se ponto de encontro e de sociabilidade da classe alta na cidade. Essa condição pode também ser associada à novidade que representava tanto por sua arquitetura

⁵ Não foram encontrados dados que confirmem o período da réplica desse letreiro, as características de sua execução, ou sobre o momento de sua retirada. Outras observações surgem a partir de imagens antigas, como a presença de várias portas no térreo, que também não foi possível identificar o período exato de sua inclusão e nem mesmo do fechamento desses vãos. Contudo, são características relevantes para se compreender as características, intervenções e permanências do passado da obra tombada.

quanto pelo requinte dos usos lá instalados. Após o evento de inauguração, por seu simbolismo e infraestrutura, sediou diferentes eventos, como reuniões, festas e bailes, destinados a um público específico de alta renda que, em maior parte, residia na área central. Circunstância, que nos leva a questionar, novamente, a seleção dos bens tombados, uma vez que chancela apenas um lado da história, aquele ligado ao poder, seja ele político ou econômico.

Até a década de 1960, os espaços da história contidos no Setor Central de Goiânia, tais como a Praça Cívica, a Avenida Goiás, o Teatro Goiânia e o Grande Hotel, mantiveram seus usos originais como lugar da cotidianidade e da sociabilidade cidadina, como destacam Grande e Boaventura (2015). Essa ocupação se associa a uma arte de utilizar que vai além das práticas cotidianas como ferramentas de gestão, evidenciadas por Certeau (1994)⁶, se aproximando de uma genuinidade do uso por meio da apropriação voluntária.

A partir dessa época, com o processo de verticalização e o aumento das práticas comerciais na área central, o bairro adquiriu uma maior agitação e diversidade de usos e de pessoas. Porém, a cenarização e monumentalidade prevista no planejamento inicial, não perdurou mais de três décadas, tendo sucumbido, em grande medida, pelo crescimento urbano exponencial, tanto nas áreas limítrofes ao traçado original, quanto no Setor Central em si. Período em que o Grande Hotel apresentou problemas financeiros relacionados à dívida pública, sendo passado para órgãos do governo. Em meados dos anos de 1970, deixou de funcionar como hotel e se tornou propriedade do Instituto Nacional de Seguridade Social, o INSS, para quitação da antiga dívida (ROCHA, 2013).

Ainda nesse contexto de indefinição de posse e de uso, o Grande Hotel foi reconhecido, pelo Despacho 1.096 de 18 de outubro de 1982 e tombado, em 1987, pela instância estadual e, mesmo diante dessa ação protetiva legal, Rocha (2013) destaca que a autarquia detentora da propriedade fez menção a uma eventual demolição do edifício. Situação que impõe algumas reflexões sobre o reconhecimento patrimonial pelo próprio poder público e sobre a ação de tombamento, que por si deveria criar condições suficientes para protegê-lo. Com os percalços e intervenção de gestores, o edifício sobreviveu nas duas décadas seguintes, entre ocupações temporárias como repartição pública do INSS.

⁶ Não se trata de politizar as “práticas cotidianas” (CERTEAU, 1994, p.45), empregadas a partir da ideia de consumo cultural, para afirmar a dominação de uma classe, mas de uma ação de sociabilidade.

Os primeiros tombamentos estaduais, incluso o do antigo Hotel, buscava gravar a permanência de edifícios de valor estético e histórico no tecido e na paisagem goianiense. Esse foi o embasamento utilizado por José Mendonça Teles (1936-2018), proponente do primeiro pedido de reconhecimento dos bens *déco* na capital. Embora as chancelas tenham sido atribuídas no decorrer das décadas seguintes, em âmbito estadual e municipal, nessas esferas o título de patrimônio parece recorrer mais a um tipo de certificação documental, que em alguns casos, não possui força suficiente para acompanhar e promover o desenvolvimento dos bens tombados diante da necessidade atual de cada espaço urbano.

Ainda por seu valor histórico e por pertencer ao grupo de edificações pioneiras da cidade, em 2003, o Grande Hotel foi tombado como patrimônio federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) integrando o acervo arquitetônico *art déco*. No início dos anos 2000, a edificação foi cedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para a Prefeitura Municipal de Goiânia. Nela sediada, passou a atuar o Grupo Executivo de Revitalização do Centro (GECENTRO), criado para propor e gerenciar uma série de ações com a intenção de reabilitar e recuperar o núcleo central da cidade. Entretanto, com a mudança da gestão municipal, o GECENTRO foi desativado, em 2005.

Percebe-se que mesmo após o tombamento em instância federal permaneceu a ausência de planejamento que direcionasse ações efetivas para a conservação do Grande Hotel. Tanto que, em 2004, o edifício foi cedido, por uma parceria público privada, para a realização de uma das edições da Mostra Casa Cor Goiás que distribuiu 39 ambientes no edifício tombado. A contrapartida teria sido a restauração e reforma do edifício e de sua calçada pelos organizadores do evento. Houve uma dificuldade, nesse momento, de ação do IPHAN, segundo Santana (2023). Tratava-se de um período de inscrição do edifício nos Livros do Tombo, que ainda não havia sido efetivada. Logo, o órgão não atuou diretamente no embargo da ação que acarretou em algumas modificações drásticas e sem critérios em seu interior⁷. Esse acontecimento conduziu à uma atitude especulativa em cima do bem patrimonial que, conforme descreve Jacques (2003) e Jeudy (2005), está ligada à espetacularização e ao incentivo ao consumo daquele espaço. Mesmo que a intenção tenha sido de recondicionar o

⁷ Algumas patologias ainda foram agravadas nesse momento, com as ações posteriores da organização. Sem que haja o tratamento correto, processos de repintura ou manutenções precoces, sem o entendimento de com qual problema está lidando, pode acelerar processos degenerativos nos bens edificados.

edifício para abrigar novas atividades culturais, era necessário mensurar os impactos que uma intervenção desse porte causaria ao edifício.

Após as alterações feitas pelo Casa Cor, o Grande Hotel passou a abrigar um Centro de Memória e Referência em Goiânia, dividindo os espaços com repartições do INSS e da Divisão de Patrimônio Histórico (ROCHA, 2013). Nesse sentido, foi colocado em seu pavimento térreo uma improvisada biblioteca juvenil, servindo como local de exposições, concertos e saraus, o que possibilitou uma tímida apropriação pela comunidade.

Paralelo às ações que vieram por parte do poder público, alguns programas foram organizados e promovidos por grupos da sociedade civil, como o Ocupem as Ruas⁸, que organizou apresentações culturais na parte central da cidade. Porém, sem apoio financeiro o programa perdeu sua viabilidade. Por não ser recorrente ou não se consolidar, essa condição parece se alinhar ao que menciona Jeudy (2005, p. 19), que para a sociedade moderna, o patrimônio se apresenta como “consagração cultural dos vestígios da história contra os riscos da desestruturação”, ou seja, são elementos que expressam seu valor apenas diante de crises de cultura e identidade. O sentido desse bem cultural não está intrínseco a ele enquanto patrimônio, mas advém da atribuição de sentido dado a ele por um grupo específico.

Em 2018, mais uma vez a edificação é tratada como moeda de troca para quitar a dívida do INSS, sendo a propriedade cedida ao Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Goiânia, o IPSM. Foi prevista uma ação de intervenção neste mesmo ano, contudo, não foi efetivada.

Em 2020, diante do cenário de pandemia da Covid-19, o edifício foi fechado, bem como os demais equipamentos culturais da cidade. Desde então, o Grande Hotel permanece com o acesso limitado, algumas partes interditadas por conta de danos da estrutura do telhado e, segundo informações da Secretaria Municipal de Cultura de Goiânia, aguarda por verba para executar um projeto de restauração completo.

⁸ O Ocupem as Ruas foi um movimento iniciado pela população, que ocorreu entre 2015 e 2016. O intuito do programa foi de promover a apropriação dos espaços públicos, para isso foram organizados eventos mensais, com entrada franca e sem qualquer tipo de arrecadação financeira, através de comunidades no Facebook.

Imagem 03 – Registros do edifício do antigo Grande Hotel.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2023.

Diante desse quadro, o isolamento da construção torna-se cada vez mais evidente [imagem 03]. Santana (2023) destaca que, atualmente, a questão da posse do bem tem sido o entrave para sua restauração, pois tanto o INSS, quanto a Prefeitura Municipal de Goiânia não chegam a um acordo sobre a posse do bem. Essa realidade demonstra que o descaso com os bens patrimoniais edificados não tem se restringido somente à sua conservação material ou apropriação social, mas também em relação à sua documentação, tanto administrativa, quanto técnica. Apesar do tombamento, o Iphan não dispõe de toda a documentação técnica dos edifícios na cidade. Alguns dos materiais existentes foram frutos de projetos e pesquisas acadêmicas.

Após a decadência dos usos propostos e dos referidos tombamentos, algumas ações foram implementadas por curtos períodos, algumas como iniciativa estadual, transformando o local em biblioteca, espaço de exposição e oficinas diversas e outras que surgiram do envolvimento direto da comunidade. Essa utilização, contudo, manifestou-se de forma contida, diante da potencialidade do edifício de dialogar, tanto com o traçado urbano, quanto com a população que utiliza o centro da cidade.

Apesar de ter sido prevista intervenção em 2018 para o edifício, a ausência de um responsável legal pelo mesmo, dificultou o seguimento da ação, visto que havia um descompasso entre sua posse pelo INSS e seu uso pela Prefeitura de Goiânia. Essa questão dificultou ações integradas de restauração e requalificação no uso do bem, que passou apenas por medidas paliativas. Nesse sentido,

Santana (2023), complementou que, o Iphan tem atuado de forma massiva para preservar o prédio, mas que o acionamento diante do não cumprimento das práticas estabelecidas pelo órgão só podem ser acionadas juridicamente. Esse entrave gerado pela política administrativa e legal é o que mesmo diante de ações e órgãos de preservação e chancela, tem deixado o bem a deriva no contexto urbano da cidade.

Tanto o uso como repartição pública, quanto a realização de eventos propiciam formas de ocupação, sendo elas rotineiras ou eventuais. Essas condições podem estimular novas apropriações do bem, que vão além do domínio público, para que o edifício esteja cada vez mais em conexão com a comunidade a qual pertence, incitando dessa forma, a construção de memórias individuais e coletivas, a partir do que Hall (2016) coloca como uma constante produção e reprodução de significados.

Por esse caminho, como já mencionado, o Grande Hotel está situado numa posição estratégica na cidade quando pensamos em usos que poderiam servir à população local. Os dois eixos principais de mobilidade urbana via transporte público - Norte/Sul e Leste/Oeste - passam em frente à quadra onde está implantado. Em frente à sua fachada principal está a Avenida Goiás com seu largo canteiro central e um dos principais espaços ajardinados, com bancos e árvores. Além disso, nos fundos da edificação está uma das vielas de serviços que configura outra singularidade do traçado tombado [5]. Espaço que poderia, facilmente, ser transformado num pátio aberto para abrigar atividades culturais, como já acontece em algumas partes do centro da cidade. Através de movimentos culturais atrelados a algumas iniciativas para promover a ocupação do Setor Central, o espaço externo torna-se propício para criar uma proximidade entre a população e seus bens culturais.

Tais atividades já aconteceram no entorno do Grande Hotel. Em 2003, o projeto “Grande Hotel vive o Choro”⁹, conhecido popularmente como “Chorinho”, passou a fazer parte do calendário cultural da cidade. O evento ocorria em frente à edificação tombada e era realizado quinzenalmente com temporadas anuais, reunindo público diversificado¹⁰.

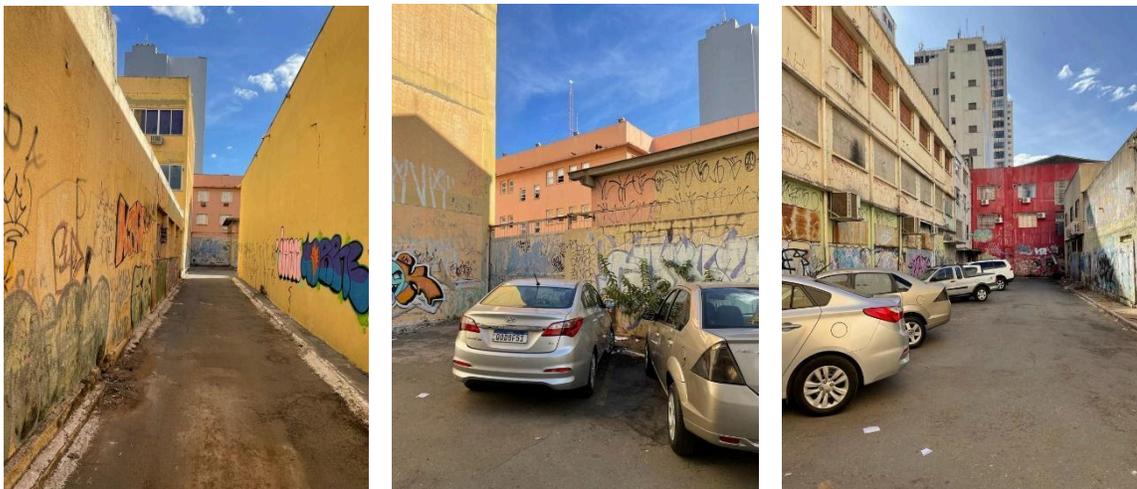
⁹ O evento teve sua primeira edição por iniciativa do músico e fundador do Grupo do Choro de Goiânia Oscar Wilde e foi inserido como programa cultural através do incentivo pela Secretaria Municipal de Cultura de Goiânia, a SECULT, que se tornou responsável pelo investimento a fim de promover a memória acerca dos eventos ocorridos no Grande hotel. Embora a festividade tenha sido realocada para outro ponto da cidade durante um período (FERREIRA, 2017).

¹⁰ “O projeto Grande Hotel Revive o Choro era o único projeto cultural permanente (digo por ser semanal) nas ruas, de cunho público e gratuito. [...] era uma das únicas esperanças de se começar a humanizar a noite deste Centro, porque começa pelas ruas. E todo mundo tem medo do que acontece nelas. Porque? Porque é lugar de todo mundo. De rico, pobre, drogado, prostituta, gays, héteros, idosos e crianças.” (JUNQUEIRA, 2012).

Além do Chorinho, o programa Cinema na Calçada¹¹ também promoveu a ocupação nos arredores do Grande Hotel buscando estimular a vitalidade do espaço público enquanto local de convívio, por meio da exibição de longas e curtas metragens, além da realização de oficinas visuais para produtores independentes (DIÁRIO DA MANHÃ, 2016).

Entretanto, apesar de essas ações terem um resultado positivo no sentido de promover a apropriação do centro da cidade, percebe-se que o edifício em si se torna apenas uma referência por permanecer fechado durante o evento. O que acontece na rua, muito claramente, deveria ser utilizado como mecanismo para atrair as pessoas para dentro do edifício por meio de outras atividades culturais internas, como exposições e mostras de artistas locais, e se estender para o espaço da viela de serviços na parte posterior do edifício. Seria explorar a porosidade original que faz do Grande Hotel uma passagem, conectando a Avenida Goiás à viela tida, hoje, como um espaço marginalizado.

Imagem 04 – Registros do edifício do antigo Grande Hotel.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2023.

No caso da viela [imagem 04], sua subutilização como estacionamento e mesmo de acesso para o edifício do antigo Grande Hotel, a coloca em uma perspectiva de quase cegueira social e cultural, transformando-a em um integrante praticamente celibatário, como descreve Certeau:

¹¹ O jornal Diário da Manhã (2016), relata que a proposta do Cinema na Calçada estava em ocupar o espaço público, em específico, os espaços tidos como patrimônio, que representam pontos relevantes para a história e cultura de Goiânia. O programa foi realizado pela iniciativa privada, cada sessão contava com produção audiovisual diferente e foi organizada pela companhia independente Panaceia Filmes, com patrocínio da Papelaria Tributária e incentivo do Fundo de Arte e Cultura de Goiás, assim como da extinta Seduce.

Os praticantes da cidade, passantes e caminhanes obedecem aos cheios e vazios de um texto urbano que escrevem sem poder lê-lo. [...] jogam com espaços que não se veem; [...] tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada. As redes dessas escrituras avançando e entrecruzando-se compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços; com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra (CERTEAU, 1994, p.171).

Para o autor, a proximidade com elementos da cidade se torna um estímulo para sua percepção. Entretanto, essa prática não se faz como componente autossuficiente. É preciso ser estimulada. Na calçada em frente às fachadas do Grande Hotel, estão algumas bancas comerciais, que conduzem a caminhada do pedestre para perto do edifício. Em algumas passagens pelo local percebe-se que as portas principais do hall em meia lua permanecem abertas, mas a passagem é isolada com grades de ferro. Mesmo estando próximo ao edifício tem-se a impressão de que seu acesso não é permitido, característica que parece não contribuir com a vitalidade de um bem patrimonial.

A ideia é a de que a antiga edificação represente as memórias da fundação da cidade e uma identidade goianiense (PROCESSO DE TOMBAMENTO, 1.500-T-02, 2002). Contudo, desde sua inauguração privilegiou classes específicas, deixando de fora uma parte importante da sociedade, aquela que reivindicou trechos do espaço público como lugar de convívio. É preciso refletir para além do tombamento e das adequações de uso, para que esse bem seja incluído em um circuito da vida cotidiana. É necessário destacar sua presença também em atividades que propiciem seu uso.

A construção da cidade e do antigo hotel atuam como representação de um ideal, da necessidade, da política, da busca pela cultura e identidade. Esse sistema de representação se refere a um componente para “dar sentido aquilo que queremos expressar ou transmitir” (HALL, 2016, p.23-24). É nessa construção processual que uma cultura se consolida e a partir dela, os sentidos e significados. No edifício ela se apresenta de forma velada, com um potencial a ser explorado e incentivado; tanto interna quanto externamente a construção pode ser inserida em uma prática cotidiana cidadina, que considere a caracterização do lugar através de sua existência espaço-temporal.

O tombamento na cidade, em específico dessa construção, buscou valorizar a história social e política do período de fundação, mas parece esquecer das transformações que a compõem. Com a perda de sua função original, o edifício passa por uma mudança de valor, de uso e das relações desenvolvidas em seu interior e no entorno. Com intuito de garantir a sobrevivência além da

materialidade, é necessário estimular a apropriação desse espaço, (re)inserir-lo na vida dos habitantes, buscando proporcionar o reconhecimento de bens culturais, que parecem passar despercebidos. Compreendê-los como objetos de representação cultural só é possível, segundo Hall (2000, p.21), através de sua utilização e integração “em nossas práticas cotidianas”.

Considerações Finais

Explorar a condição do Grande Hotel como bem cultural tombado de Goiânia nos levou a perceber os bastidores por trás de um processo que, assim como tantos outros, exclui uma discussão ampla, coletiva e participativa, premissas fundantes para as escolhas do que representa um bem cultural no e para a cidade. Os edifícios tombados, em sua maioria, são símbolos da modernidade empreitada pelo Estado na época da construção da nova capital, ora eleitos por serem sedes representativas dessa esfera de poder, ora por serem exemplares da linguagem arquitetônica - o art déco - escolhida por um grupo específico para representar a imagem dessa modernidade. Vinculam-se, portanto, a princípios definidos por uma elite política ou intelectual que desconsidera as demais histórias e fatos ocorridos. Essa colocação permite refletir sobre a patrimonialização como um atravessamento político, em que se busca legitimar uma narrativa própria e se reforçar enquanto instância de poder.

É inegável o valor histórico, político e arquitetônico que o edifício do antigo Grande Hotel representa para Goiânia. Porém, partimos do pressuposto que um dos valores cruciais do bem edificado é o social, atribuído através de uma conexão direta com uma rotina de uso, que utiliza a história por meio do objeto cultural para compreender sua realidade. Nessa edificação ficam evidentes algumas tentativas de ativar seu sentido comunitário, que não se consolidam por tempo suficiente para desenvolver vínculo com o espaço onde se inserem.

A ideia de novos usos e da presença na vida cotidiana que são defendidas por Jacques (ano) e Certeau (ano), não se limitam à transformação do patrimônio edificado em museus ou centros culturais congelados no tempo. Aplicado ao edifício deste estudo, podem ser pensados programas adequados tanto para espaços livres quanto para a construção em si, de modo a favorecer a apropriação e uso pela população. Diante das ações desenvolvidas em seu interior, reflete-se que, em suma, que elas não têm contribuído para seu reconhecimento como um bem cultural, visto que, além de atingir uma pequena parcela da comunidade, carece de divulgação e informação, não apenas do

novo uso, como também da condição histórica do edifício e da cidade. Sua invisibilidade pode ser relacionada à busca pela modernidade que deu origem a Goiânia; assim, seria paradoxal para uma cidade que nasce a partir do rompimento com o passado pedir e prezar pela preservação de sua história.

Frente às dinâmicas de uso, apropriação e propriedade, as ações desenvolvidas no exterior do edifício podem ser dotadas de maior significado para a sociedade, pois atraem e se comunicam com ela. Mesmo que de forma discreta e com o uso do edifício vetado durante o evento, esses acontecimentos parecem colaborar para o reconhecimento do bem cultural através da apropriação de seu espaço externo. Cabe destacar, que esse significado pode ser atribuído não necessariamente por seu valor histórico, mas por ocupações tradicionais que nele se desenvolvem, como é o caso do programa “Grande Hotel Vive o Choro”.

Percebeu-se durante a pesquisa que as iniciativas de ocupação e a promoção de atividades culturais têm sido mais estimuladas por entidades estaduais, municipais e grupos populares, que pelo órgão específico de gestão do patrimônio federal. Embora tanto interna quanto externamente a edificação do antigo hotel apresenta potencialidades a serem trabalhadas para sua valorização enquanto patrimônio, é necessário promover além do ensino de sua história, a integração do edifício com as atividades em seu entorno. Sua conexão com outros bens tombados, como o beco de quadra, pode estimular uma nova dinâmica de uso, que beneficie ambos e, na contramão do processo de patrimonialização, preserve sua história e sua memória.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com o apoio e financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG.

Referências bibliográficas:

ALVES, G. H. N. **Olhares do chorinho**. Projeto Experimental. Faculdade de Informação e Comunicação – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2018.

CARSALADE, F. L. **A pedra e o tempo: arquitetura como patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014).

CASTRO, C. A. T. TAVARES, M. G. C. A patrimonialização como processo de produção social do espaço urbano. **Sociedade e Território**. Natal. Vol. 28, n.2, p.117-135. Jun/Dez de 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/9553>. Acesso em: 10 de maio de 2021;

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

COELHO, G. N. **A estética do poder e da modernidade: arquitetura art déco em Goiânia**: Editora Trilhas Urbanas, 2019.

DIÁRIO DA MANHÃ. **Cinema na calçada**. Goiânia, 28 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.dm.jor.br/cultura/2016/09/cinema-na-calçada/>. Acesso em: 24 de junho de 2021;

_____. **Grande Hotel chega aos 84 sem o movimento de antes**. Goiânia: 23 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.dm.jor.br/cultura/2021/01/grand-hotel-chega-aos-84-sem-o-movimento-de-antes/>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

DINIZ, A. **Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932 – 1935): ideal estético e realidade política**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2007;

DOSSIÊ DE TOMBAMENTO. **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento**. Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura, 2010;

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006;

FERREIRA, C. Hóspedes da incerteza. **Jornal O Popular**. Goiânia, 30 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/magazine/hóspedes-da-incerteza-1.1187709>. Acesso em: 24 de junho de 2021;

GRANDE, I. O. de. BOAVENTURA, D. M. R. Contradições no centro tradicional de Goiânia: usos e transformações no espaço da praça cívica e avenida Goiás. **Revista PerCursos**. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 74-98. Jan/abr 2015. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos>. Acesso em: 10 de junho de 2021;

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Apicuri, 2016;

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004;

IPHAN. **Processo de Tombamento 1.500-T-02 do Acervo arquitetônico e urbanístico art déco de Goiânia**. Processo 014580010232000891. IPHAN DEPAM RJ. Brasília, DF. 2002;

JACQUES, P. B. Patrimônio cultural urbano: Espetáculo contemporâneo? **RUA – Revista de Urbanismo e Arquitetura**, v.1, n.8, julho/dezembro de 2003, p.32-39;

JEUDY, H. P. **Espelho das cidades**. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005;

JUNQUEIRA, N. O lugar do chorinho é nas ruas. **A Redação**. Goiânia, 20 de julho de 2012. Disponível em: <https://aredacao.com.br/colunas/15824/o-lugar-do-chorinho-e-nas-ruas>. Acesso em: 07 de julho de 2021;

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Anhembi, 1957;

MANSO, C. F. A. **Goiânia: Uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar**. Goiânia, Edição do autor, 2001;

QUEIROZ, R. Acabou o Choro. **Jornal O Popular**. Goiânia, 03 de agosto de 2012. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/magazine/acabou-o-choro-1.184234>. Acesso em: 07 de julho de 2021;

REIS, H. **Portal Assembleia Legislativa do Estado de Goiás – ALEGO**, 09 de março de 2020. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/108858>. Acesso em: 21 de junho de 2021;

ROCHA, D. M. M. **A pioneira arquitetura de hotéis art déco em Goiânia – décadas de 1930 a 1950**. 2013. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) – Faculdade de Artes Visuais – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013;

SANTANA, B. O. de. **Entrevista I**. [07 de janeiro de 2023]. Entrevistador: Vitor de Souza Moraes. Goiânia, 2023. 01 arquivo .mp3 (01:39:51 min);

SILVA, K. M. **Camadas do tempo: Representações geográficas nas fotografias e cartões postais da cidade de Goiânia (1933 – 1970)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

SOLÀ-MORALES, I. Patrimonio arquitetónico o parque temático. **Loggia: Arquitectura & Restauración**. N. 5, p. 30-35. 1998;

VALVA, M. D. A permanência e a transformação das cidades. Goiânia e o tombamento de seu traçado viário. **Revista Espacios**. Vol. 38, n.16, p. 01-15, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com>. Acesso em: 09 de abril de 2021;

Entre o Arkheïon e seus Arcontes: reflexões sobre o arquivo de uma Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Between the *Arkheïon* and their *Archons*: reflections about the Pro-Rector People Management Archive

Luiz Antonio Sabeh

Doutor em História
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)
luiz.sabeh@unifal-mg.edu.br

Alex Trindade Barbosa

Mestre em Gestão Pública e Sociedade
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)
alex.trindade@unifal-mg.edu.br

Karen Alexandra de Santana

Graduanda em História
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)
karensantana377@icloud.com

Frederico Boff Bonassa

Licenciado em História
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)
fred.bonassa@gmail.com

Recebido: 21/11/2023

Aprovado: 10/01/2024

Resumo: Este artigo problematiza as práticas arquivísticas dos Estados Nacionais modernos a partir de uma reflexão teórica inicial possibilitada pela atuação prática de estagiários de graduação do curso de História-Licenciatura na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Alfenas, MG (UNIFAL-MG). Apresentamos, primeiramente, uma discussão sobre os arquivos modernos, considerando as contribuições recentes dos campos do arquivismo, da história, da antropologia e da

filosofia para uma análise biográfica e etnográfica dos arquivos. Em seguida, apresentamos elementos relacionados à trajetória normativa que conduziu a uma prática específica de digitalização de documentos na UNIFAL-MG. Por fim, apresentamos os relatos de campo dos estagiários que nos permitiram associar nossa interpretação dessas práticas às reflexões teóricas propostas no início do artigo.

Palavras-chave: Arquivos modernos; biografia dos arquivos; etnografia dos arquivos.

Abstract: This paper discusses the archival practices of modern nation states based on an initial theoretical reflection made possible by the practical performance of undergraduate interns from the History course at the Pro-Rector's Office of People Management of the Federal University of Alfenas, MG (UNIFAL-MG). We first present a discussion on modern archives, considering recent contributions from the fields of archivism, history, anthropology, and philosophy for biographical and ethnographical analysis of the archives. Then we present elements related to the normative trajectory that led to a specific document scanning practice at UNIFAL-MG. Finally, we present the field reports of the interns who allowed us to associate our interpretation of these practices with the theoretical reflections proposed at the beginning of this paper.

Keywords: Modern archives; biography of the archives; ethnography of the archives.

Introdução

Desde 2016, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) tem empregado estagiários(as) do curso de História para uma atividade de digitalização de documentos relacionados aos assentamentos funcionais da instituição. Isso foi percebido como uma ótima oportunidade para a formação desses(as) estudantes. Para tanto, constituiu-se um grupo de discussão voltado para a reflexão sobre os arquivos em geral a partir das experiências desenvolvidas nesse estágio, equipe essa formada por dois professores do curso de história, um arquivista e pelos(as) estagiários(as).

Se, a princípio, a expectativa dos supervisores do estágio estava voltada para os aspectos técnicos e práticos da atividade arquivística, logo as reuniões do grupo de discussão revelaram problemas muito mais complexos. Os(as) estagiários(as) relataram uma experiência bastante tensa, relacionada a pressões hierárquicas e mesmo a comportamentos sexistas que permeavam o ambiente de trabalho ao qual foram confiados(as). Essa situação cobrou, em um primeiro momento, a

intervenção dos supervisores do estágio junto à administração da Progepe, pois era necessário denunciar a naturalização desse tipo de prática discriminatória, em especial em um espaço que deveria servir de modelo para as relações interpessoais entre os servidores de toda a instituição. Desde então, os(as) gestores(as) desse órgão se comprometeram a observar com mais cuidado esse tipo de comportamento entre seus(suas) servidores(as), e essa conversa se mostrou uma importante atitude de caráter pedagógico, pois nem sempre os(as) gestores(as) conseguem perceber a feição ofensiva de condutas tomadas como meras formas de “descontração” pela cultura burocrática de nossa administração pública.

Por outro lado, essa situação remete a uma discussão teórica sobre os arquivos que perpassa os domínios da arquivologia, da história, das ciências sociais e da filosofia. Tudo isso aponta para uma necessária reflexão sobre as relações entre arquivos e sociedade, mostrando de maneira evidente em que medida o trabalho técnico de um arquivo pode estar permeado por complexos agenciamentos e relações de poder. Isso levou o nosso grupo a pensar nos próprios fundamentos dos arquivos modernos, isto é, na sua constituição enquanto um dispositivo de seleção e ordenação de documentos escritos para o disciplinamento eficiente de corpos e do próprio tempo.

Algumas reflexões têm chamado a atenção para o papel estratégico de uma política de arquivos para a realização das atividades precípuas das instituições universitárias. Heloísa Bellotto, por exemplo, trata os arquivos universitários como fundamentais para a legitimação da autonomia das instituições de ensino superior em função de sua função comprobatória, além de serem essenciais para a otimização de suas atividades-fim, a saber, o ensino, a pesquisa e a extensão (BELLOTTO, 1989). Paulo Knauss chama a atenção para o relevante papel social e cultural de políticas arquivísticas universitárias que se desdobram em centros de documentação, mostrando diversos exemplos brasileiros em que os arquivos funcionam como ponte entre o trabalho acadêmico e a construção de uma sociedade mais democrática, criando, dessa forma, espaços de inovação acadêmica, de transparência e de garantia de direitos coletivos à informação (KNAUSS, 2009). Essa discussão está diretamente atrelada, por sua vez, aos direitos individuais e coletivos à informação e à privacidade que caracterizam as relações entre cidadã(o)s e Estado moderno, algo muito tardiamente disciplinado pela legislação brasileira por meio do Artigo 216, § 2º, e pela Lei 8.159/1991 (LEITE, 1998).

Por outro lado, outras reflexões têm chamado a atenção para os problemas em se considerar os arquivos como meros instrumentos para a garantia de direitos atrelados à informação. Por muito tempo, os arquivos foram tomados como fontes para o acesso objetivo a informações ou ao próprio passado, mas o aumento exponencial de registros atrelados à ação do Estado, a crescente necessidade de seleção e descarte e as implicações epistemológicas trazidas pelos documentos digitais transformaram profundamente a teoria arquivística (COOK, 2018). A isso somam-se as perspectivas pós-estruturalistas, pós-coloniais e pós-modernas, além da “guinada para os arquivos” de diversas disciplinas preocupadas com suas próprias trajetórias, que acabaram reconhecendo em suas respectivas histórias as relações de poder atreladas à construção dos Estados modernos.

O próprio estatuto epistemológico das provas documentais, que estaria baseado em suas supostas objetividade e neutralidade axiológica, passou a ser revisto pela teoria historiográfica e antropológica e, mais recentemente, pela própria arquivologia. Segundo Luciana Heymann e Letícia Nedel, “depois de desterritorializado, dessubstancializado, retirado do solo seguro da linearidade histórica e reinscrito no cruzamento incerto e variável da cultura, da performance e da política, o arquivo, sua produção e patrimonialização perderam seu caráter autoevidente” (HEYMANN e NEDEL, 2018, p. 10).

Filósofos franceses, em especial Michel Foucault, Jacques Derrida, Michel de Certeau e Paul Ricouer, por sua vez, deslocaram a discussão dos arquivos, em sua existência concreta no plural, para o arquivo, no singular. O arquivo passou então a ser tomado como uma espécie de dispositivo arquetípico de exercício do poder ou, mais precisamente, de produção de uma metanarrativa da modernização incapaz de admitir outros futuros possíveis para além daquele projetado pela burguesia europeia (ANHEIM, 2018). O *arkheion*, termo grego do qual se origina a palavra “arquivo”, designa também, conforme propõe Derrida (2001), um princípio de poder sobre aquilo que é lembrado e esquecido, ao mesmo tempo que investe os seus guardiões, os arcontes, da autoridade de nomear os objetos a serem geridos pelos sujeitos do processo modernizador ou civilizador. Para além da gestão de documentos, esse seria, portanto, um princípio de inscrição de enunciados e práticas de poder capaz de produzir domínio sobre coisas e pessoas em prol de um projeto de ordem atrelado aos privilégios de origem branca, patriarcal e europeia. Séculos de espoliação capitalista e colonial seriam, assim, naturalizados por meio de uma eficiente gestão da memória em aparatos arquivísticos,

museológicos e historiográficos. Essa se mostra uma chave importante, portanto, para interpretarmos a presença de discursos de autoridade e sexistas em meio a um arquivo específico do sistema de ensino superior brasileiro.

Todavia, o caráter demasiadamente abstrato da ideia de um arquivo, no singular, tem dado lugar a pesquisas reveladoras de caráter monográfico. A compreensão dos tipos de relação que se estabelecem em um espaço arquivístico, bem como os seus possíveis efeitos em termos de construção ativa de uma memória tratada como coletiva, tende a perder de vista os efeitos de poder concretos e complexos que se produzem em meio a formas específicas de adaptação e negociação. Isso tem sido demonstrado por estudos históricos e etnográficos que tomam os arquivos não como o lugar que disponibiliza fontes de pesquisa para a história, mas como o seu próprio objeto de estudo (BLOUIN JR., 2004). Se os documentos tutelados pelos arquivos não garantem um acesso transparente à verdade, faz-se necessário, então, analisá-los, eles próprios, tanto de um ponto de vista processual quanto relacional. Isso significa investigar tanto a “biografia” dos arquivos, a fim de compreender as diversas camadas de significação acumuladas em sua materialidade ao longo do tempo, como a “etnografia” das formas específicas de relação entre pessoas e coisas nos espaços arquivísticos, a fim de percebermos como as diferentes perspectivas sobre a legitimidade do poder moldam as formas possíveis de ordenação e acesso à informação.

O que se propõe nas páginas que seguem não chega a ser um trabalho sistemático voltado a responder a todas as questões suscitadas pela teoria arquivística contemporânea. Trata-se mais de um relato fruto de reflexões de caráter interdisciplinar, que pode ser útil para encararmos as práticas arquivísticas universitárias com um pouco mais de complexidade. Para isso, será apresentada, na primeira parte deste artigo, uma reconstituição bastante sintética das condições históricas que conduziram à digitalização de parte dos documentos em papel da Progepe, considerando a legislação pertinente e a materialização particular das políticas arquivísticas federais no nível local de nossa universidade. Em seguida, apresentaremos os relatos desenvolvidos por dois estagiários do curso de história, que evidenciam como a organização de informações está diretamente permeada por outras formas de exercício do poder. Estes são, no entanto, apenas exercícios preliminares de um tipo de investigação que precisaremos aprofundar com pesquisas mais sistemáticas a partir do momento em

que dispusermos de maiores recursos para tanto, algo que, todavia, se mostra cada vez mais distante no atual contexto de descomprometimento do poder instituído para com a verdade e a democracia.

Elementos para a biografia de um arquivo

A Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA) foi criada oficialmente em 3 de abril de 1914. No ano da fundação foram definidos o estatuto e os programas de ensino do primeiro ano do curso de Farmácia. Devido à falta de alunos para curso de Odontologia, o seu início foi adiado para o ano de 1915. A EFOA tornou-se oficialmente reconhecida pelo Estado de Minas Gerais pela Lei Estadual nº 657, de 11 de setembro de 1915. O reconhecimento nacional como instituição de ensino superior se deu somente em 23 de março de 1932, conforme disposto no Art. 26 do Decreto nº 19.851 do Ministério da Educação e Saúde. Desde então, a EFOA passou a ser enquadrada nas disposições das leis federais. A Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas tornou-se uma instituição pública pela Lei nº 3.854, de 18 de dezembro de 1960, sancionada e promulgada pelo presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira. Ao longo desses anos a instituição acumulou uma significativa documentação, hoje abrigada em sua Seção de Arquivo e pelo Centro de Documentação Histórica (CEDOCH), que demonstram as suas constantes adaptações às ideologias políticas e educacionais do período que precedeu o golpe de 1964 (LOWANDE, 2015).

A transformação em Autarquia de Regime Especial efetivou-se por meio do Decreto nº 70.686, de 07 de junho de 1972. A ampliação de cursos possibilitou a mudança para Centro Universitário Federal (EFOA/CEUFE), conforme Portaria MEC nº 2.101, de 1º de outubro de 2001. Em 2005, por meio da Lei nº 11.154, de 29 de julho de 2005, a EFOA/CEUFE foi transformada em Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

A atual estrutura organizacional da UNIFAL-MG é definida no seu Estatuto, conforme Resolução nº 40/2007 do Conselho Superior da UNIFAL-MG (UNIFAL, 2007):

Art. 5º A estrutura organizacional da UNIFAL-MG compõe-se de:

I - Conselho Universitário (CONSUNI);

II - Conselho de Curadores;

III - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE);

IV - Reitoria, seus órgãos de Apoio e Suplementares;

V - Conselho de Integração Comunitária (CICOM)

(...)

Art. 18. A Reitoria é integrada de:

I – Reitor;

II – Vice-Reitor;

III – Pró-Reitorias;

IV – Procuradoria Jurídica.

Parágrafo Único: As Pró-Reitorias estão estabelecidas no Regimento Geral.

Art. 19. A Reitoria contará com órgãos de apoio e suplementares, na forma estabelecida no Regimento Geral.

A Progepe tem as seguintes competências, de acordo com o Regimento Geral da UNIFAL-MG (2010):

Art. 76. À PROGEPE compete:

I – assessorar o Reitor nos assuntos pertinentes à gestão de pessoas;

II – formular, propor e responder pela política de gestão de pessoas junto à Reitoria;

III – implementar e acompanhar as ações ligadas aos servidores, em consonância com a política de gestão de pessoas estabelecidas pelos Ministérios competentes;

IV – planejar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades de recrutamento e seleção de servidores, de capacitação, de qualificação, de desenvolvimento, de cadastro e lotação e de folha de pagamento e benefícios;

V – gerenciar os sistemas informativos da área de gestão de pessoas;

VI – desenvolver ações de valorização e de capacitação permanente de pessoal, visando à prestação de serviços de excelência à comunidade universitária e à população;

VII – coordenar e implementar as ações relacionadas à assistência e aos benefícios aos servidores;

VIII – coordenar a assistência à saúde da comunidade da UNIFAL-MG;

IX – supervisionar e coordenar os recursos humanos lotados na PROGEPE, oportunizando treinamento, qualificação e capacitação para os seus servidores; e

X – exercer outras atribuições delegadas pelo Reitor, pertinentes à área de gestão de pessoas.

Art. 77. As atribuições do Pró-Reitor e do Pró-Reitor Adjunto da PROGEPE serão definidas em regimento interno.

A Resolução nº 20, de 20 de abril de 2018, da UNIFAL, aprovou o Regimento Interno da Progepe que possui a seguinte estrutura organizacional:

Art. 3º A Progepe terá a seguinte estrutura organizacional:

I - Pró-Reitor;

II - Pró-Reitor Adjunto;

III - Secretaria Administrativa;

IV - Departamento de Administração de Pessoal;

V - Departamento de Desenvolvimento e Qualidade de Vida.

(...)

Art. 14. Compõem o Departamento de Administração de Pessoal os seguintes órgãos:

I - Coordenadoria de Cadastro e Controle Funcional;

a) Gerência de Admissão e Contratos.

II - Coordenadoria de Legislação de Pessoal;

a) Gerência de Análises de Benefícios, Aposentadorias e Pensões;

III - Coordenadoria de Pagamento;

a) Gerência de Controle Financeiro.

Conforme art. 18, da Resolução nº 20/2018, da UNIFAL, compete à Coordenadoria de Cadastro e Controle Funcional coordenar, executar e supervisionar as atividades relativas à inclusão, acompanhamento e atualização de informações cadastrais e funcionais de pessoal. Nessa Coordenadoria possui atualmente três servidores, todos do cargo de Assistente em Administração da Carreira de Técnico Administrativos em Educação.

Na Coordenadoria de Cadastro e Controle Funcional ocorre a implantação do Assentamento Funcional Digital (AFD) que foi criado com a edição da Portaria Normativa SHR/MP nº 3, de 18 de novembro de 2011. Este documento orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC) quanto aos procedimentos relativos à organização, digitalização e armazenamento dos assentamentos funcionais dos seus servidores, empregados públicos, contratos temporários, residentes médicos e estagiários.

A Portaria Normativa SHR/MP nº 3/2011 foi revogada pela Portaria Normativa SEGEP nº 199, de 17 de novembro de 2015. Foi definido nesta última que, a partir de 1º de março de 2016, seria vedado o arquivamento na forma física de documentos ou cópias, devendo ser utilizado exclusivamente o AFD como repositório de documentos digitais funcionais, sendo documento digital, conforme Glossário de Documentos Arquivísticos Digitais do Conselho Nacional de Arquivos (2016), “informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional”.

Os documentos produzidos até 29 de fevereiro de 2016, de acordo com a Portaria SEGEP nº 199/2015, compõem o legado de documentos funcionais. Ainda segundo a Portaria SEGEP nº 199/2015, o AFD seria lançado e disponibilizado aos órgãos da Administração Pública até 29 de fevereiro de 2016 e, a partir desta data, os órgãos e entidades do SIPEC têm o prazo máximo de 24 meses para concluírem a inclusão no AFD do legado de documentos funcionais.

A Portaria Normativa SEGRT/MP nº 04, de 10 de março de 2016, revogou a Portaria Normativa SEGEP nº 199, de 17 de novembro de 2015 e alterou para 30 de junho de 2016 a data dos documentos funcionais em suporte papel que compõem o legado. A nova portaria também

estabeleceu um novo prazo máximo de 30 meses para a conclusão da digitalização do legado de documentos funcionais e sua inclusão no AFD. Assim, o prazo para conclusão do trabalho digitalização do legado de documentos dos servidores da UNIFAL-MG, realizado pelos estagiários, seria até 30 de dezembro de 2018.

Por fim, a Portaria Normativa nº 9, de 1º de agosto de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), revogou a Portaria Normativa SEGRT/MP nº 04/2016 e prorrogou o prazo de conclusão da digitalização do legado funcional para 30 meses a partir de 01.08.2018.

Para o cumprimento de digitalização do legado foi realizado um processo seletivo para a contratação de estagiários do curso de História com a orientação de professor de magistério superior e a supervisão de um arquivista, ambos servidores da UNIFAL-MG. Inicialmente foi contratado apenas um estagiário com carga horária semanal de 20 horas em 1º de agosto de 2016. Porém, observou-se que somente ele não conseguiria cumprir o prazo de digitalização do legado. Por conseguinte, realizou-se outro processo seletivo que contratou mais uma estagiária em 1º de agosto de 2017, a partir de então ficaram dois estagiários na Coordenadoria de Cadastro e Controle Funcional. Em dezembro de 2019, com o término do contrato de um estagiário, decidiu-se por ter apenas um estágio para digitalização do legado, com isso desde janeiro de 2020 há somente uma estagiária trabalhando com AFD na UNIFAL-MG.

O estágio ocorre na Coordenadoria de Cadastro e Controle Funcional da Progepe. Os documentos em suporte papel estão acondicionados em pastas suspensas de 46 arquivos; cada arquivo tem quatro gavetas, totalizando 184 gavetas de 60 centímetros. O arquivo de pessoal ocupa 174 gavetas perfazendo 104,40 metros lineares de documentos do legado funcional a ser incluído no Assentamento Funcional Digital até fevereiro de 2021.

As atividades do processo de digitalização do legado funcional são as seguintes:

- 1) Preparar os documentos em suporte papel para digitalização com a retirada de cliques e grampos de metal e outros elementos que prejudiquem a digitalização, higienização dos documentos e retirada de cópias desnecessárias;
- 2) Separar os documentos avulsos dos processos;

3) Colocar o separador indicando o início da seção na pasta funcional: I – documentação referente à Provisão da Força de Trabalho, Gestão do Desenvolvimento de Pessoas, Compensações, Gestão de Desempenho e Evolução Funcional, II - documentação relacionada à aposentadoria, caso exista, e III - documentação relacionada à pensão e vinculada à matrícula do instituidor, caso exista.

4) Digitalizar os documentos em suporte papel do legado funcional (captura da imagem), identificação dos representantes digitais e salvar em pasta específica no computador;

5) Registro no Sistema Assentamento Funcional Digital, que inclui a autenticação e upload para o AFD;

6) Anexar a Declaração de Conclusão da Digitalização do Legado, conforme § 2º, do art. 8º, da Portaria Normativa nº 9/2018, do MPOG.

A categorização em documentos avulsos e processos seguiu a definição constante na Portaria Interministerial MJ/MP nº 1.677, de 7 de outubro de 2015:

Documento Avulso: informação registrada, qualquer que seja o suporte ou formato, que não está reunida e ordenada em processo.

Processo: conjunto de documentos avulsos, oficialmente reunidos e ordenados no decurso de uma ação administrativa, que constitui uma unidade de arquivamento (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, 2015).

Dessa maneira, na “atividade 2” separam-se documentos avulsos (atestado médico, cópia de identidade, carteira de trabalho, etc.) dos processos (de nomeação, progressão de carreira entre outros). Somente a atividade “5” é realizada pelo arquivista supervisor do estágio; as demais são de responsabilidade dos estagiários sob a supervisão dos servidores da Coordenadoria de Cadastro e Controle Funcional. O arquivista procede a autenticação que, segundo o Glossário de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos (2014), é a “declaração que a cópia reproduz fielmente o original – feito por uma pessoa jurídica com autoridade para tal (servidor público, notário, autoridade certificadora) num determinado momento”. A autenticação ocorre com a utilização da Certificação Digital ICP-Brasil, que possui valor legal, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A digitalização de documentos do assentamento funcional pode ser considerada uma estratégia de preservação e acesso dos documentos funcionais dos servidores. Porém, a migração para o suporte digital acarreta implicações no armazenamento e na preservação do representante digital. Barbosa (2018) destaca o desafio da implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) na UNIFAL-MG, principalmente, com relação à preservação e ao acesso de longo prazo em virtude da facilidade de adulteração e da obsolescência tecnológica e, além disso, a dificuldade de garantir a confiabilidade e autenticidade dos documentos digitais.

Quanto aos documentos digitais produzidos no SEI, a responsabilidade de preservação é da UNIFAL-MG. Já os documentos digitais do Assentamento Funcional estão armazenados em um Repositório Central que, conforme Portaria nº 9/2018 (BRASIL, 2018), atende aos requisitos do e-ARQ Brasil e pode ser considerado um Repositório Arquivístico Digital Confiável, porém esta Portaria não especifica qual órgão é responsável pela segurança desse Repositório Central. Devido à facilidade de acesso aos documentos funcionais digitalizados com a implantação do Assentamento Funcional Digital, a tendência é agilizar a tomada de decisões dos funcionários da Progepe.

Portanto, o impacto da implantação do AFD na UNIFAL-MG é positivo com relação ao acesso, uma vez que facilita a disponibilização da informação para tomada de decisão. Em contrapartida, é preocupante a preservação das informações dos servidores da universidade em um Repositório Central que não é gerenciado pela UNIFAL-MG.

Este conjunto de elementos atrelados à prática arquivística da Progepe se apresenta como uma forma de registro e controle aparentemente neutra das atividades funcionais dos(as) servidores(as) da UNIFAL-MG. No entanto, argumentamos na primeira parte deste artigo que práticas arquivísticas como esta envolvem impressões e supressões coadunadas às projeções de governamentalidade dos Estados nacionais modernos. Por outro lado, essas impressões e supressões não se realizam alheias a dúvidas, conflitos e resistências, o que gera, de acordo com Stoler (2009), “ansiedades epistemológicas” constituidoras das biografias arquivísticas. Na próxima seção buscaremos captar algumas dessas tensões por meio dos relatos produzidos pelo estagiário e pela estagiária do curso de história da UNIFAL-MG.

Elementos para a etnografia de um arquivo

Relato nº 1

O estágio em História do qual faço parte é realizado na Progepe da UNIFAL-MG. É necessário que se cumpra 20 horas semanais, ou seja, 4 horas por dia, possibilitando que eu me dedique às leituras e estudos referentes à minha graduação em História, bem como o cumprimento dos estágios obrigatórios do curso. As tarefas a serem realizadas consistem, basicamente, na digitalização dos documentos de todos os servidores da universidade, desde o momento em que foram nomeados até a data limite de 30 de junho de 2016.

Durante a digitalização é preciso seguir alguns passos para que a organização adequada possa ser realizada, como a separação de documentos avulsos e processos por ordem cronológica, verificar se a data limite é ultrapassada, se há algum processo que não diz respeito àquele(a) servidor(a) específico(a) e também a retirada de grampos ou qualquer coisa que possa atrapalhar o processo de digitalização. Após esses procedimentos, os arquivos salvos são colocados numa pasta de computador para que o arquivista responsável autentique cada um deles e coloque na plataforma do Assentamento Funcional Digital.

A Portaria Normativa SEGRT/MP nº 4, de 10 março de 2016, é um elemento central para se pensar o estágio e sua relação com o curso de História. Como o prazo para que os documentos até a data limite sejam digitalizados termina em dezembro de 2018, há uma pressão dos próprios funcionários administrativos para que isso seja cumprido o mais rápido possível. Nesse sentido, o estágio acabou se distanciando do seu caráter educacional, ou melhor, acaba sendo difícil perceber as relações com o ofício do(a) historiador(a) e o trabalho em arquivos por conta da demanda de digitalização da qual os estagiários devem dar conta, isso sem “perder tempo” com atividades de reflexão de cada um deles, a exemplo da leitura de artigos, realização de anotações etc.

Apesar de não ser possível analisar com calma cada pasta funcional, percebo algumas características comuns que se repetem na maioria dos casos. A burocracia é a que mais se destaca, pois tudo precisa ser provado e assegurado de forma escrita, num documento assinado e autenticado. O número de cópias é elevado e acaba aumentando a massa documental, o que me faz partir para outra problemática: a falta de espaço. O arquivo da universidade está lotado. Há vários documentos que deveriam ser eliminados e, outros, transferidos para outro local, sem contar o número baixo de

pessoas contratadas para realizar esse trabalho, o que resulta em uma sobrecarga para alguns(mas) funcionários(as).

Tendo em vista essas dificuldades no processo de digitalização dos documentos, a relação entre os funcionários é um elemento que consigo observar e analisar com maior facilidade. Por conta de dividirmos a mesma sala, na qual trabalham pessoas de setores diferentes, consigo estar em contato direto com o cotidiano de trabalho de cada uma delas e compreender minimamente o que cada um faz. As seções não possuem divisórias, ou seja, quando um(a) servidor(a) está sendo atendido(a), todos(as) podem ouvir. Em geral, todos(as) se relacionam bem, mas se fizermos uma análise mais atenta, podemos perceber a existência de uma hierarquia bastante definida, o que não significa que ela se dê dessa forma na prática.

A maioria atua como chefe de alguma seção, mas o que é evidenciado no cotidiano dessa Pró-reitoria é que algumas pessoas específicas acabam tendo uma força maior nas decisões, mesmo que a hierarquia diga que há pessoas acima delas. A relação dos(as) demais funcionários(as) com a secretária é algo que me causa certo incômodo. Por mais que pareça uma relação saudável, é perceptível a forma com que a servidora terceirizada é tratada, principalmente no que se refere às tarefas que ela se dispõe a fazer e que não fazem parte do seu trabalho.

Outro aspecto que pode ser citado e que também me incomoda é a fala de alguns funcionários homens sobre as mulheres. Por meio de comentários e atitudes, percebo a forma desrespeitosa, e até mesmo machista, que eles se dirigem às mulheres. No entanto, isso nunca é falado diretamente para a mulher em questão, mas entre eles. Diversas vezes pensei em intervir, mas o receio de ser prejudicada me impediu, afinal, preciso do estágio para garantir minha permanência na universidade. O que mais me intriga nessa questão é o fato de que as mulheres são a maioria e, muitas vezes, elas riem e concordam com os comentários feitos por eles. Isso me obriga a fazer uma autocrítica, pois, estando numa universidade que me possibilita estar em contato com diversas discussões a respeito dos preconceitos existentes na sociedade, eu acabo pressupondo que todos(as) também têm acesso a esse tipo de reflexão.

Como mencionei anteriormente, e para não focar apenas em aspectos negativos, o estágio do qual faço parte garante minha permanência na universidade. Mesmo que ele seja totalmente diferente

do que imaginei que seria, está sendo uma experiência muito rica para minha formação. Apesar de eu não poder fazer análises mais atentas sobre os documentos do arquivo, essa própria “falta de tempo” me permite fazer vários exercícios de problematização e que não devem ser descartados. Pensar, por exemplo, em como seria interessante se a universidade permitisse um vínculo entre o arquivo e o curso de História e que os alunos pudessem ter contato direto com os documentos e seus processos, ou a construção de um espaço maior que facilitasse sua organização e conservação, até mesmo uma atenção maior a esse trabalho que é muito importante e não deveria necessitar de uma lei para que algo começasse a ser feito.

Relato nº 2

A rotina de trabalho do estágio realizado na Progepe possui algumas características de caráter funcional e organizacional e alguns de costumes e práticas que pretendo mostrar nesse relato. Obviamente que o que estiver aqui escrito apresenta apenas a minha perspectiva a respeito das observações que fiz ao longo de todo esse tempo em que trabalhei como estagiário, e que outros relatos podem apresentar divergências em relação ao que eu mostrar aqui.

Um primeiro ponto a ser abordado é como a relação entre estagiário e o corpo de técnicos mudou com o passar do tempo. Inicialmente eu ficava sob a supervisão de um arquivista da Progepe, que pediu exoneração poucos meses depois. Ele me acompanhava nos trabalhos realizados aqui dentro do arquivo. E o trabalho era localizado literalmente dentro do arquivo, numa mesinha que tinha que dar conta de suprir a demanda de trabalho realizado por mim, o estagiário.

Nesse primeiro momento, o trabalho consistia em separar os documentos dos servidores em categorias. Logo após esse primeiro período e, sobretudo após o pedido de exoneração do arquivista, as coisas começaram a mudar.

Com a substituição da responsabilidade de supervisão para o arquivista da Seção de Arquivo da UNIFAL-MG, mudou-se também o caráter do trabalho realizado. Assim, o que se buscou foi uma

maior especificidade da classificação de documentos pautada, sobretudo, na resolução 14¹ do Conselho Nacional de Arquivologia, CONARQ, que estabelece prazos de guarda e de destruição dessa massa documental.

Com isso, o foco de trabalho mudou. Antes ele consistia na mera classificação dos documentos dos servidores. Agora, passou a ser uma classificação pautada nessa resolução específica do CONARQ e também na digitalização dessa massa documental com o propósito de se atender a uma demanda estipulada pelo Ministério do Planejamento e que pretende transformar em arquivo digital (PDF) todos os documentos gerados desde o momento em que o(a) servidor(a) toma posse na instituição até o dia primeiro de julho de 2016.

É importante ressaltar que existe um prazo para que todos esses documentos sejam digitalizados e que, mais importante ainda, o prazo já existia antes de eu começar a fazer esse tipo de serviço. Portanto, o que eu observo em relação a isso é que há uma atmosfera que paira sobre os estagiários que diz que precisamos ser monitorados a todo o momento para verificar se realmente estamos trabalhando para cumprir esse prazo. Ou seja, depois que o foco do trabalho mudou para a digitalização do que é chamado de “legado”, o foco da atenção também se voltou para mim, como estagiário incumbido dessa função, e posteriormente para a outra estagiária contratada para suprir essa alta demanda.

O que percebo nesse segundo momento do estágio é que a relação com o pessoal que trabalha nas divisões da Progepe mudou. Antes eu ficava na sala do arquivo, especialmente separado deles e, portanto, eles estavam quase que indiferentes para o tipo de serviço que eu realizasse. Com a mudança do objetivo de trabalho, mudaram também as percepções que esses servidores têm sobre nós, estagiários.

Eu interpreto essas mudanças da seguinte forma. Numa estrutura hierárquica, o estagiário não é concursado, nem contratado. Não tem vínculo empregatício com a instituição, tampouco registro na Consolidação das Leis Trabalhistas. O curso de História percebe a importância de criar novos mecanismos de aprendizado prático e ajudar na manutenção de alunos dentro da universidade,

¹ À época do relato, não tinha sido publicada a Resolução nº 45, de 14.02.2020, do Conselho Nacional de Arquivos. O atual Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal foi aprovado pela Portaria nº 47, de 14.02.2020, do Arquivo Nacional.

e a Progepe tem a necessidade de mais força de trabalho para realizar ações que, supostamente, um estagiário seja capaz de cumprir. E aí se oferece uma remuneração para que o estudante não precise abandonar o meio acadêmico e procurar outras formas de renda para se manter dentro da universidade. Mais ainda, cria-se um trabalho no qual ele possa explorar não só suas capacidades técnicas, mas também praticar reflexões sobre sua rotina de trabalho, sua importância dentro da instituição, entre outras coisas.

Contudo, a rotina de digitalização oferece poucos recursos nesse sentido, de forma que o que mais se salienta é a necessidade de digitalização e a cobrança do cumprimento de metas que passam a ser estabelecidas por meio de gestos, olhares e, também, por meio da fala.

Nesse sentido, o que observo até o momento é que o estagiário está inserido numa estrutura que prioriza o trabalho e não valoriza em grande medida o esforço intelectual. Pautados numa cultura de delegação de atividades, com o passar do tempo passamos a exercer outras funções adjuntas – atender ao telefone de vez em quando, levar um papel aqui e acolá outras tantas vezes, guardar documentos gerados por outros setores, etc. O mais curioso, para não se dizer outra coisa, é que essa delegação de atividades se dá sempre nesse sentido hierárquico, ou seja, servidores concursados dizendo o que os estagiários devem ou não fazer.

Muito me parece que existe essa necessidade de supervisão por parte de algumas pessoas dentro da Progepe, mas que, fazendo um exercício reflexivo, ela não aconteceria no sentido inverso, ou seja, nós estagiários supervisionar e questionar práticas e rotinas de trabalhos dos outros. Imagine-se o absurdo que seria se eu ou a outra estagiária chegássemos na mesa de qualquer servidor e perguntássemos: e essa nomeação aqui, já fez? E essas férias aqui, já lançou no sistema?

Assim, percebo que o ambiente favorece a manutenção de uma estrutura fortemente hierarquizada e pautada em “privilégios” desses técnicos que, como tal, podem delegar funções, conversar livremente sem ter olhares sobre suas cabeças, falar sobre assuntos diferentes dos relativos à rotina de trabalho, etc. A mim isso parece ser uma exclusividade permitida apenas a determinados estratos funcionais no interior daquela repartição. Não que eu ou a outra estagiária não possamos rir, ou conversar quando trabalhamos juntos, mas quando isso acontece os olhares sobre nós são logo percebidos. Obviamente que isso são apontamentos e que eu não abriria mão desse tipo de trabalho, pois ele me proporciona tempo para poder conseguir ler os textos

das disciplinas e fazer os trabalhos do curso. Mas o estágio em si se transformou em mera necessidade de cumprimento de prazo, sempre nos indagando sobre quaisquer divergências nessa rotina.

Algumas interpretações à guisa de considerações finais

A abertura de vagas para estagiários na Progepe foi uma grande conquista para o curso de História da UNIFAL-MG, porque ampliou ainda mais os espaços formativos oferecidos aos(as) discentes. Desde o início houve uma grande preocupação em fazer da atividade não apenas um meio de remuneração para os(as) discentes do curso, mas sim um elemento de aprendizado efetivo sobre as práticas arquivísticas e suas implicações para o exercício do(a) historiador(a).

Nas reuniões entre orientadores, supervisor e estagiários teve-se a preocupação em “educar” o olhar dos estagiários para que estes pudessem identificar as especificidades do arquivo da Progepe e compreender quando surgiu e para que fins, qual sua importância dentro da universidade e em sua localidade, que tipo de documento guarda, entre outros. Recorrendo aos referenciais teóricos que nortearam as atividades no setor, foi possível, assim, identificar a sua arkhê: as inúmeras portarias do Governo Federal que ditaram novas regras de arquivamento para suas instituições transformaram o arquivo da Progepe em um verdadeiro arquivo de Estado que, além de expressar o poder arcôntico ligado ao porvir de que fala Derrida, também está apto a disponibilizar às futuras gerações um conhecimento a partir de um pretense (e, acima de tudo, moderno) “repositório neutro do passado” (DIRKS, 2015, p. 47).

Além disso, houve também a preocupação em orientar os estagiários sobre a importância de avaliar o potencial do arquivo para o desenvolvimento de pesquisas em História, já que os documentos funcionais, para o olhar da maioria dos leigos, tendem a ser vistos como meros papéis necessários à burocracia e que não têm significado histórico algum para uma coletividade. Mas, durante os encontros regulares, os estagiários expuseram mais suas impressões sobre o cotidiano de trabalho e as relações de poder que o conformam do que propriamente compreender o valor dos documentos arquivados e das práticas arquivísticas.

Estaria, nesses relatos, o indício de que as condições de trabalho a que estavam submetidos seria a extração do caráter pedagógico do estágio?

Da mesma forma que os referenciais teóricos nos permitiram identificar a arkhê do arquivo da PROGEPE, também nos ajudaram a vê-lo como um arkhêion. Vista apenas em seu sentido prático, a digitalização de documentos é entendida como uma racionalização das práticas arquivísticas que superam o problema estrutural de espaço físico e da falta de equipamentos adequados ao funcionamento de um arquivo. Desse modo, obedientes às normativas e pouco críticos com relação às políticas arquivísticas do Estado, os funcionários do setor, notadamente os técnicos administrativos, acabam por atuar como arcontes, isto é, como os juízes dotados da autoridade hermenêutica “do lugar e da lei, do suporte e da autoridade” (DERRIDA, 2001, p. 13). Atuando como típicos agentes de um arquivo de Estado, os funcionários recorreram à hierarquia do setor para firmar relações de poder capazes de assegurar que a meta estabelecida pelo Governo Federal para a adequação às novas práticas arquivísticas fosse cumprida.

Aí fica evidente que, mais do que uma medida voltada a assegurar uma racionalização dos arquivos, as portarias também funcionam como ferramentas de alienação dos agentes envolvidos no processo de arquivamento: o curto espaço de tempo e a falta de recursos humanos para o cumprimento das metas refletem não só uma precarização das condições de trabalho, mas uma estratégia voltada a não oferecer condições aos agentes dos arquivos de refletirem sobre os sentidos de suas práticas. Assim, as portarias acabam por reforçar o que Derrida chama de mal de arquivo, já que as políticas delineadas nas portarias normativas reafirmam a violência de aniquilação do outro para que o um dê vida à modernidade da qual o arquivo é um de seus elementos estruturantes.

Por fim, é possível perceber, a partir dos relatos aqui apresentados, o poder de consignação dos arquivos modernos dos Estados nacionais, algo que se expressa também num certo tipo de poder de subjetivação. Em troca de um salário os(as) servidores(as) dos arquivos assumem, a princípio, determinados cargos, ou melhor, papéis burocráticos, norteados pelos conhecidos princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. No entanto, o discurso da eficiência técnica dos arquivos logo é atravessado por outras formas de subjetivação e de produção de relações de poder que também são capturadas a serviço das práticas de arquivamento. Cria-se, no espaço do arquivo aqui analisado, uma espécie de moralidade interna, que se constitui em meio a relações de colaboração e competição e é propiciada por um espaço físico no qual praticamente inexistente qualquer forma de privacidade. As hierarquias prescritas são

corriqueiramente subvertidas por laços de camaradagem que, via de regra, também se sustentam nas relações de gênero informadas por uma estrutura patriarcal preexistente à conformação das diretrizes arquivísticas da repartição. Esses são aspectos que só se tornam visíveis a partir de uma análise mais detida tanto da biografia particular do arquivo em questão quanto de uma observação de caráter etnográfico acerca de suas práticas cotidianas.

Esses laços de solidariedade, produzidos, portanto, a contrapelo das determinações arquivísticas superiores, não são capazes, todavia, de gerar problematizações e, muito menos, resistências sistemáticas ao poder de consignação dos arquivos modernos. A prática arquivística confere aos(as) seus(suas) agentes algo mais do que a mera sobrevivência cotidiana, o que se expressa num devir atrelado a um bem maior: uma ordem documental capaz de garantir o progresso da Instituição Federal de Ensino Superior, da educação superior nacional e, por conseguinte, da própria nação. Os arquivos também concedem aos(as) seus(uas) agentes uma pequena parcela de seu próprio poder: todos(as), um dia, poderão alcançar um posto que, além do reconhecimento pelos serviços prestados, lhes garantirão menos vigilância sobre si, melhores condições de vida e mesmo a possibilidade de imprimir nas práticas arquivísticas algum traço de sua própria subjetividade assim forjada, a exemplo de uma forma mais eficaz de digitalizar mais documentos em menos tempo.

Assim, o poder de consignação do arquivo, isto é, o poder de reimprimir a metanarrativa da modernidade e de suprimir as discordâncias e resistências em relação a ela, propaga-se, nos ramos mais capilares da administração pública, por meio do seu poder de subjetivação. O espaço arquivístico é capaz, portanto, como pudemos observar no caso aqui analisado, de reorientar subjetividades produzidas fora de seu próprio espaço para a realização de seu poder arcôntico, recriando cotidianamente os(as) seus(as) arcontes.

É importante ressaltar que, com este artigo, não pretendemos produzir algum tipo de “acusação” a respeito das práticas arquivísticas empreendidas no espaço analisado. O poder de subjetivação das instituições modernas não está presente apenas nos seus arquivos, embora ali ele encontre um instrumental bastante eficaz para a consecução das suas finalidades. Nosso intuito foi apenas contribuir com uma análise das práticas arquivísticas modernas, a partir da observação de um caso para nós mais acessível, por meio da qual pudéssemos verificar algo mais do que seus conhecidos elementos de caráter técnico. Com isso esperamos ter oferecido uma pequena

contribuição para a compreensão das formas por meio das quais as relações assimétricas produzidas por um ideal moderno ainda fortemente presentes entre nós se impregna e se naturaliza na vida cotidiana das pessoas, em especial no que diz respeito aos(as) trabalhadores(as) da educação pública.

Referências bibliográficas

ANHEIM, É. Arquivos singulares - o estatuto dos arquivos na epistemologia histórica. Uma discussão sobre A memória, a história, o esquecimento de Paul Ricoeur. In: HEYMANN, L.; NEDEL, L. **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Gestão de documentos: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da administração pública federal**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

BARBOSA, A. T. **Confiabilidade, Autenticidade e Acesso de Documentos Digitais: pesquisa-ação da implantação do Sistema Eletrônico de Informações na Universidade Federal de Alfenas**. Revista Analisando em Ciência da Informação, v. 6, p. 404-423, 2018.

BELLOTTO, H. L. **Universidade e arquivo: perfil, história e convergência**. Trans-in-formação, v. 3, n. 1, p. 15-28, Setembro/Dezembro 1989.

BLOUIN JR., F. X. **History and memory: the problem of the archive**. PMLA, v. 119, n. 2, p. 296-298, Março 2004.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.200-2**, de 24 de agosto de 2001. Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.

BURTON, A. (Ed.). **Archive stories: facts, fictions, and the writing of history**. Durham & Londres: Duke University Press, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Glossário**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2016-CTDE-Glossario_V7_public.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

COOK, T. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, L.; NEDEL, L. **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

CUNHA, O. M. G. da. **Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo**. Mana, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.

DERRIDA, J. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIRKS, N. **Autobiography of an archive: a scholar's passage to India**. New York, NY: Columbia University Press, 2015.

HEYMANN, L. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

HEYMANN, L.; NEDEL, L. (Eds.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

KNAUSS, P. **Usos do passado, arquivos e universidade**. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, n. 40, p. 9-16, 2009.

LEITE, C. C. **Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos**. Estudos históricos, v. 21, p. 189-199, 1998.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.200-2**, de 24 de agosto de 2001. Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA / MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO (Brasil). **Portaria Interministerial MJ/MP nº 1.677**, de 7 de outubro de 2015. Define os procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (Brasil). **Portaria Normativa/SRH nº 03 de 18 de novembro de 2011**. Disponível em: <https://www.servidor.gov.br/gestao-de-pessoas/arquivos/13-portaria_normativa_03.pdf> Acesso em: 19 jun. 2020.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (Brasil). **Portaria Normativa / SEGEP Nº 199 de 17 de novembro de 2015**. Disponível em: <<https://www.servidor.gov.br/gestao-de-pessoas/arquivos/portaria-normativa-segep-no-199.pdf>> Acesso em: 19 jun. 2020.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (Brasil). **Portaria Normativa / SEGRT/MP Nº 04 de 10 de março de 2016**. Disponível em: <<https://www.servidor.gov.br/gestao-de-pessoas/assentamento-funcional-digital/normativos>> Acesso em: 19 jun. 2020.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (Brasil). **Portaria Normativa Nº 09 de 01 de agosto de 2018**. Disponível em:

<<https://www.servidor.gov.br/gestao-de-pessoas/assentamento-funcional-digital/normativos>>
Acesso em: 19 jun. 2020.

STOLER, A. L. **Along the archival grain:** epistemic anxieties and colonial common sense. Princeton, NJ, EUA; Oxford, United Kingdom: Princeton University Press, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **De EFOA a UNIFAL-MG:** Memórias de 100 anos de história. Alfenas: UNIFAL-MG, 2014. Disponível em <http://issuu.com/assessoriacomunicacao/docs/efoa_unifal_livro_centenario_web>. Acesso em: 19 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Resolução nº 040/2007 do Conselho Superior da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG:** aprova o Estatuto da UNIFAL-MG, 2007. Disponível em <<https://www.unifal-mg.edu.br/portal/wp-content/uploads/sites/52/2019/01/Res40CS2007.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Resolução nº 020/2018 do Conselho Superior da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG:** Aprova o Regimento Interno da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UNIFAL-MG e dá outras providências, 2018a. Disponível em <<https://www.unifal-mg.edu.br/portal/wp-content/uploads/sites/52/2019/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-20-2018.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Portaria nº 926 de 02 de maio de 2018:** institui o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito da Universidade Federal de Alfenas e regulamenta sua gestão e uso, 2018b. Disponível em <<https://www.unifal-mg.edu.br/sei/wp-content/uploads/sites/37/2018/05/Portaria-n%C2%BA-926-2018-UNIFAL-MG-Instituir-o-SEI-na-UNIFAL-MG.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

Patrimônio cultural no Brasil: uma síntese do caminho construído

Cultural heritage in Brazil: a synthesis of the path built

Gleudson de Pinho Tavares

Mestre Profissional em Ciências Humanas
Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
gleidsonptavares@gmail.com

Recebido: 15/05/2023

Aprovado: 05/12/2023

RESUMO: O objetivo deste artigo é oferecer melhor entendimento sobre a política cultural no Brasil e de compreendermos como a técnica do saber fazer se tornou reconhecida como patrimônio pelo Estado. Neste sentido, observa-se como a imaterialidade do processo cultural é atualmente valorizada e como ela passou a ser reconhecida dentro da própria sociedade. A transmissão deste saber, dos sentidos e dos significados do objeto cultural, passados de geração a geração, que sempre esteve presente nas comunidades tradicionais e no mundo rural, encontram-se ressaltadas pelo Estado, através do registro de bens culturais para que o próprio grupo detentor desta cultura venha protegê-la. Para tanto, iniciamos este artigo analisando a construção de uma memória para o país ainda no século XIX. Posteriormente, apresenta-se as ações individuais de alguns estados que em busca de proteger o patrimônio material de suas localidades, criaram projetos para este fim.

Palavras-chave: patrimônio cultural, IPHAN, política cultural no Brasil.

ABSTRACT: The aim of this article is to offer a better understanding of the cultural policy in Brazil and also knowledge how this technique has become recognized as heritage by the State. Hereupon, it is observed how the immateriality of the cultural process is currently valued and how it turned out to be recognized within society itself. The transmission of this knowledge, its perceptions and meanings, passed from generation to generation, has always been present in traditional communities and in the rural areas. It has also being kept by the State through many registrations of its cultural collection. Furthermore, the people themselves are also responsible for protecting it. This article began by analyzing the country's memory construction in the 19th century. Subsequently, projects were created and individual actions from some states were taken in order to protect the patrimonial material of their localities.

Keyword: cultural heritage, IPHAN, cultural policy in Brazil.

Introdução

O presente artigo busca construir uma linha do tempo que perpassa pelas gestões governamentais e suas abordagens quanto à proteção do patrimônio histórico no Brasil. Para isso, utilizamos da leitura de artigos produzidos por diversos autores sobre essa temática em que a abordagem da construção de uma política de patrimônio histórico e cultural se deu na especificidade dos diversos momentos da nossa história.

O nosso ponto de partida é a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no final da década de 1830 e a sua missão de construir uma memória nacional para o país. Por sua vez, no início do século XX, temos por parte dos Estados brasileiros a preocupação em criar uma política de proteção através de órgãos estaduais, uma vez que essa ação não constava como pauta nas discussões do Congresso Nacional. Somente nos anos de 1930 é que tivemos uma resposta em nível federal para com o patrimônio histórico nacional com a criação do SPHAN. O terceiro ponto abordado é o novo olhar para a cultura no Brasil a partir da década de 1970, através do papel desempenhado por Aloísio Magalhães a frente do IPHAN. A sua atuação a frente da instituição trouxe um olhar antropológico para a diversidade cultural do país, um olhar que ia para além do valor histórico da cultura popular, agregando valor financeiro a este. Por último, a promulgação do Decreto 3.551, publicado em 04 de agosto de 2000 que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e ampliou o conceito de patrimônio cultural em nosso país. Este Decreto seguiu a premissa da Carta Constitucional de 1988 que em seu artigo 216, definiu como patrimônio cultural, os bens de natureza material e imaterial, que venham simbolizar as formas de expressão, os modos de criar, de fazer, de viver, as criações artísticas e espaços destinados às manifestações artísticas e culturais sendo representativos à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Lembramos que a política pública de proteção cultural no Brasil tem seus primórdios no Império, através da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Arquivo Nacional, e é consolidada com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), instituído em 1937, durante o Estado Novo sob o governo ditatorial de Getúlio Vargas. Enquanto no primeiro momento, temos o indicativo de um discurso em busca da construção de uma memória nacional para uma nação que está surgindo, no segundo, observa-se a vinculação da memória ligada ao passado colonial português (FERNANDES, 2010, p.2).

Com uma proposta inovadora, o Registro de Bens Culturais de natureza imaterial traz para a prática uma relação daquilo que é vivenciado pela sociedade brasileira com os bens culturais que ela produz. Propõe-se, desta forma, que haja a transferência do saber de uma geração à outra, tendo a preservação da memória através da manifestação do saber culinário, de técnicas de produção, dos rituais religiosos, das interpretações musicais, do folclore, do movimento da cultura afro e indígena e demais grupos de imigrantes das mais variadas procedências, até então, excluídos pela política cultural brasileira iniciada a partir de 1937.

O IHGB e a busca pela construção da memória nacional

A política de proteção ao patrimônio cultural brasileiro iniciou-se no século XIX com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) em 1838. Esta informação, para muitos, é nova, uma vez que está associado ao IPHAN, este papel. É notório que a criação do SPHAN, anterior ao IPHAN, nos faz ir ao encontro dos atos da política pública varguista dos anos 1930 para a criação do referido órgão como resposta aos anseios da sociedade. Era uma resposta do Governo Federal para indagações presentes em alguns estados brasileiros que demonstravam preocupações com os bens patrimoniais assim como a sua história, nos afirma Oriá Fernandes (FERNANDES, 2010, p.7).

A construção da memória nacional se inicia ainda no século XIX, após a independência do país, quando houve a criação do IHGB. Como explica Lília Moritz Schwarcz (2003), a inspiração para a criação do órgão no Brasil foi o *Institut Historique* francês, fundado em Paris em 1834, e que contou com a participação de vários intelectuais na época (SCHWARCZ, 2003, p.126). De acordo com a autora, a criação do Instituto Histórico ocorreu em um momento delicado da história política brasileira. A década de 1830 foi marcada por conflitos que se opunham ao governo regencial, tendo alguns ideais separatistas como a Revolução Farroupilha. Estes movimentos encontravam suas bases de reivindicação no regime escravista, na pobreza urbana e no abandono dos sertões. Foi necessário naquele instante, construir uma ideia de nação que pudesse abranger o país de tamanho continental, como o Brasil, não o deixando se transformar em pequenas nações, ao exemplo das ex-colônias espanholas na América Latina.

Deste modo, a construção da memória brasileira parte do princípio de criar um ideal de uma nação em que pudessem caber todas as províncias brasileiras (hoje estados) e que as proovessem a fim de evitar conflitos separatistas. Assim, conforme a análise de Fernandes (2010),

tornou-se necessário construir uma memória que abrangesse a ideia de nação brasileira e que propusesse ao Estado imperial o exercício da construção de uma memória nacional como propunha a Constituição do Império, outorgada em 1824, que trazia em seu artigo 70, a previsão da criação do Arquivo Nacional. Portanto, era proposto em nível nacional que, através da guarda dos registros escritos e iconográficos, iniciasse a organização da documentação sobre a nossa história. No ano de 1834, por iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), surge o Instituto Histórico e Geográfico Nacional (FERNANDES, 2010, p.4).

De acordo com Fernandes (2010), o IHGB nasceu com o intuito de legitimar o estado monárquico brasileiro, uma nação que seria escrita a partir da ótica de uma elite econômica, formada pela “aristocracia rural, portadora de títulos nobiliárquicos, vinculada ao poder, e por intelectuais, parte deles plenos de ideias patrióticas inspiradas no Romantismo” (FERNANDES, 2010, p.6). Deste modo, temos a criação de um local de memória que implicava no fortalecimento do Estado e na unificação nacional, como também, da própria monarquia. Ainda segundo o autor, deve-se recordar que os locais de memória não surgem de forma espontânea, mas que precisam ser criados para se manterem vivos como arquivos ou, até mesmo, datas comemorativas. E como podemos perceber, o IHGB cumpre o seu papel. Um dos personagens principais que irá ter presença marcante neste cenário é o monarca Dom Pedro II, que se torna um grande incentivador dos trabalhos desenvolvidos. O próprio monarca em alguns momentos, arcou com recursos pessoais, as despesas de alguns trabalhos desenvolvidos pelo IHGB, quando não, a pensão para que alguns estudantes, com a assistência da instituição pudessem estudar fora do país (SCHWARCZ, 2003, p.127).

Com forte influência do iluminismo, do positivismo e do romantismo, as pesquisas do IHGB passaram a traçar um panorama brasileiro. Ocorre a substituição dos motivos clássicos por temas voltados a características locais que representavam a natureza dos trópicos. Os escritores brasileiros passam a se concentrar mais na descrição de natureza e costumes nacionais, acabando por realçar o indígena como um habitante primitivo desta terra (SCHWARCZ, 2003; REIS, 2007).

Em 1840, foi lançada pelo IHGB, a proposta de um prêmio para que fosse elaborado um projeto a respeito de como deveria se escrever a história do Brasil. O vencedor com a melhor proposta foi o alemão Karl Philipp von Martius, cujo título da obra “Como se deve escrever a história do Brasil” foi publicado em 1845 pelo referido Instituto. José Carlos Reis (2007), destaca

em sua análise, que para se escrever a história do Brasil, Martius sugeriu que os historiadores começassem pela realidade do colono, mostrando como ele vivia e se relacionava com os seus vizinhos, escravos e família. Enfatizou a mescla de raças que ocorria no Brasil e o tornava singular, embora privilegie a raça¹ branca, portuguesa como sendo a que propulsionou a civilização nestas terras tropicais. Aponta para que a pesquisa do historiador busque realizar uma história da unidade brasileira, trabalhando em primeiro ponto, as histórias regionais para assim, convergir na história nacional, já que a extensão colonial dificultava a identidade de unificação de uma nação (REIS, 2007, p.33).

O que podemos perguntar é como Karl Philipp von Martius não visualizou o pensamento de cidadania para uma nação que nascia naquele instante, uma vez que estamos analisando o olhar de um europeu, continente onde as ideias iluministas fervilhavam. A sua proposta estava pautada na leitura da representação da sociedade brasileira que ele via, sem indicar mudanças que levassem a dialogar sobre igualdade dos homens, tema este que na primeira metade do século XIX estava se tornando comum na Europa, revirada pelas revoluções liberais. A sua visão neste caso era limitada pelas doutrinas raciais, dando ênfase a superioridade branca europeia, onde o ameríndio, o preto e o mestiço ficavam subjugados ao plano inferior.

O IHGB incentivou um forte trabalho através da literatura em que demonstrou o mundo indígena brasileiro. O romantismo foi utilizado pelos poetas do Brasil na descrição de sua natureza tropical, assim como dos seus costumes. O indígena aparece deste modo, como o nosso habitante primitivo e o mais autêntico. E é no lugar de heróis nacionais que houve então, a construção da simbologia pátria, que através da literatura mergulhou no universo indígena, nos explica Schwarcz (2003, p.126). Para a mesma autora:

Sabia-se muito pouco a respeito dos indígenas, mas na literatura ferviam os romances épicos que traziam chefes e indígenas heroicos, amores silvestres com a floresta virgem como paisagem. Os antigos dicionários de nossas línguas nativas feitos pelos jesuítas passaram a ser estimados, pois neles se escolhiam termos indígenas que poderiam ser entremeados às estrofes dos novos poemas. (SCHWARCZ, 2003, p.131).

A construção literária buscou dar ênfase ao homem indígena influenciada pelo olhar de relatos dos viajantes estrangeiros que percorriam em expedições científicas no interior do Brasil.

¹ Utiliza-se o conceito de raça dentro da interpretação do século XIX, sendo o termo usado neste período com um sentido taxonômico, para designar as populações humanas geneticamente diferentes, definidas pelo fenótipo (SANTOS *in* MAIO; SANTOS, 1996).

José de Alencar, escritor brasileiro do século XIX, foi um dos autores que, influenciado com essa linha, escreveu "O Guarani" entre outras obras com temática indianista. O seu herói Peri, assim como outros personagens por ele criados percorrem as matas brasileiras, construindo mitos e lendas que remetem à fundação do país e ao nascimento do povo brasileiro. Os romances indianistas acabam por descrever a miscigenação racial brasileira, ocorrida entre o colonizador e o colonizado, descrevendo assim a fusão entre as diferentes raças. Nestes enredos, são descritos os nativos com traços da sociedade burguesa como bravura, honestidade e humildade que são somados à natureza exuberante tropical (ABAURE; PONTARA, 2005, p.241).

A construção do pensamento em busca da proteção do Patrimônio Histórico no Brasil

Com o fim do Império e o advento da República, passaram a surgir projetos que propuseram a criação de órgãos que viessem a proteger o patrimônio histórico brasileiro. De acordo com Maria Lúcia Bressan Pinheiro (2006), ao longo da década de 1920, a imprensa passou a repercutir a evasão de obras de arte através da venda à estrangeiros, destinando essas ao exterior. Porém, a privatização de obras de arte e de demais objetos artísticos por brasileiros natos não demonstravam reação contrária.

Outro ponto levantado por Bressan Pinheiro (2006), refere-se ao fato de que eram raras as manifestações contrárias à demolição dos edifícios que representavam o nosso passado colonial, dando assim, espaço aos projetos neocoloniais. O neocolonialismo como estilo arquitetônico ocorreu nas primeiras décadas do século XX, e pode ser observado não só no Brasil, mas também em outros países latino-americanos. Este movimento teve uma orientação nacionalista, associada a elementos ornamentais e estilos presentes nas culturas locais anteriores à presença dos europeus como os incas, maias e astecas, em uma tentativa de substituir o vocábulo importado da Europa no século XIX. No Brasil, a ausência de uma arquitetura indígena que pudesse ser resgatada para que representasse o passado de povos autóctones, isto é, anterior à chegada de Pedro Álvares Cabral, levou aos pesquisadores sobre a arquitetura brasileira como Ricardo Severo (PINHEIRO, 2006, p.6) a indicar o passado colonial português, vinculado ao barroco e ao rococó como sendo esta, a primeira arquitetura nacional. Neste ponto, observaram que as edificações que estavam como fonte de pesquisa histórica eram ligadas ao passado colonial

português, tendo a arquitetura indígena sido considerada inferior, uma vez que usavam materiais que não persistiram ao tempo.

Márcia Chuva (2003) e Rodrigo Baeta (2003) também nos chamam a atenção quando ambos, em distintos artigos, apresentam estudos a respeito do arquiteto Lúcio Costa. Tanto Chuva como Baeta são taxativos em apontar a valorização colonial luso-portuguesa como sendo uma representante das “origens da nação, conferindo-lhe uma ancestralidade que deveria referenciar-lhe numa matriz portuguesa, mas que, a partir dela, configuraria um universo tipicamente brasileiro” (CHUVA, 2003, p.324). Com este discurso os modernistas não só afirmavam que o barroco era a representação da arquitetura brasileira como também o elo com o ocidente, com o mundo civilizado. Esta consideração, por mais que fosse em prol da memória do nosso passado, minimizava o papel dos ameríndios em nossa história nacional.

A partir da década de 1910, o pensamento a respeito da proteção ao patrimônio nacional brasileiro passa a ganhar notoriedade diante da sociedade civil. A reformulação de algumas cidades brasileiras, que foram impulsionadas pela proposta de higienização e modernidade do final do século XIX e início do século XX, passaram por mudanças que propunham a reforma do núcleo central das cidades. A reforma do centro da cidade do Rio de Janeiro durante a gestão do prefeito Pereira Passos é um exemplo deste momento. Dentro do panorama arquitetônico neste período, tivemos o uso do enriquecimento proporcionado pelo café à burguesia cafeeira que substituiu o colonial pelo neocolonial. Estas mudanças foram perceptíveis em outras capitais dos estados brasileiros como Recife e Salvador (PINHEIRO, 2003; FERNANDES, 2010).

Segundo Fernandes (2010), a sociedade baiana, em 1917, através do Instituto Histórico e Geográfico do estado da Bahia apresentou uma proposta para a proteção do patrimônio histórico nacional ao Congresso brasileiro que não foi bem-sucedida. Já em 1920, foi a vez da Sociedade Brasileira de Belas Artes com o projeto elaborado pelo conservador de antiguidades clássicas do Museu Nacional, professor Alberto Childe, que deu ênfase à proteção dos bens arqueológicos em detrimento dos históricos, que também não obteve sucesso (FERNANDES, 2010, p.8).

No ano de 1923, foi apresentado à Câmara Federal o projeto para a criação da “Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil” pelo deputado pernambucano Luís Cedro. Como os demais projetos, este também não foi aprovado. Outros dois projetos foram apresentados em 1924 e 1925 pelos então, deputados mineiros, Augusto de Lima e Jair Lins, respectivamente, que não lograram êxito (FERNANDES, 2010, p.8).

Porém, o final da década de 1920, demonstrou que se dentro da política do governo federal não era possível desenvolver uma política pública para a defesa do patrimônio histórico nacional, o mesmo não acontecia no planejamento dos estados brasileiros. Em 1927, foi criado na Bahia, a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais e no ano seguinte, no estado de Pernambuco (PINHEIRO, 2006; FERNANDES, 2010).

Fernandes (2010) aponta que na década seguinte, ocorreu a Revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas na administração federal, o que fez com que várias demandas da sociedade viessem a ser respondidas, dentre elas, os pedidos por uma política de proteção cultural. Uma das primeiras ações foi o decreto número 24.735 de 14 de julho de 1934 que, através do Tomo VIII do art. 72 ao art. 83, criou a Inspeção de Monumentos Nacionais. Este novo órgão do Museu Nacional passou a ser chefiado pelo diretor do próprio museu, Gustavo Barroso, que acumulou a função de inspecionar imóveis classificados como monumentos nacionais, além de “organizar um catálogo com objetos histórico-artísticos de notável valor para o país” (FERNANDES, 2010, p.10). Outra atribuição era de controlar o comércio de exportação das obras de arte nacionais que poderiam ser vendidas ao exterior. De acordo com Aline Magalhães (2015):

É possível considerar a Inspetoria o primeiro órgão nacional voltado para a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Suas atividades foram encerradas em 1937, quando da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que a substituiu. A despeito de sua curta existência, segundo os relatórios de Epaminondas de Macedo, a Inspetoria fez intervenções em cerca de 20 edificações em Ouro Preto, entre pontes, igrejas e chafarizes. Já na listagem publicada por Adolpho Dumans no livro *A ideia de criação do Museu Histórico Nacional*, contam-se 33 monumentos contemplados pela ação da IMN, entre restauração total, parcial e realização de projeto para ação preservacionista. (MAGALHÃES, 2015, p.1).

Ao final de 1934, foi aprovada a nova Constituição da República do Brasil que em seu artigo 148 determinava “Cabe à União, aos Estados e aos Municípios (...) proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país (...)” (FERNANDES, 2010, p.10).

As manifestações ocorridas ao longo dos anos 1920, tanto no campo político como no campo cultural, abriram espaço para à interpretação da cultura brasileira com traços indígenas, africanos e não mais de predominância europeia. Um grande número de artistas passaram a ter um olhar interno e não mais importador da cultura internacional, de cunho europeu. O movimento modernista, e algumas de suas iniciativas como a Semana de Arte Moderna, assim

como as manifestações ocorridas em alguns estados desde a década de 1910, que pleiteavam parâmetros legais, que subsidiassem a proteção do patrimônio arquitetônico, estavam agora sendo respondidas, mesmo que, como enfatiza Fernandes (2010), por meio da manipulação da ordem política do Estado Novo.

SPHAN – Uma política de preservação do Patrimônio Histórico para o Brasil

O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado através do Decreto Lei nº 25 de 1937, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde cujo ministro, Gustavo Capanema, que como representante do poder executivo, teve o papel de reunir o corpo técnico para desenvolver o projeto para a preservação do patrimônio brasileiro. De acordo com Maria Amélia Jundurian Corá (2014), uma proposta foi encomendada a Mário de Andrade que a elaborou pensando em um Brasil plural, em consonância com as múltiplas culturas que formam a nossa nação. Era um anteprojeto ousado para a época que contemplava a diversidade da cultura brasileira, tanto as artes eruditas quanto as artes populares. Estava sendo proposta a proteção de bens móveis e imóveis assim como os hábitos, os usos, fazeres, lendas, folclore, música e mesmo as superstições populares (CORÁ, 2014, p.8).

A concepção de patrimônio contida no anteprojeto de Mário de Andrade propunha o entendimento de preservação não somente de objetos, mas os seus sentidos e significados presente nas expressões populares brasileiras. Mário Chagas (2003) afirma que o Decreto Lei nº 25 de 1937 “é quase uma versão empobrecida do referido anteprojeto” do autor de Macunaíma. Mário de Andrade era um grande conhecedor do universo da cultura popular brasileira, devido as suas incursões ao interior do Brasil, principalmente ao norte e nordeste, que lhe proporcionaram a enxergar um país não tão desenvolvido como se acreditava no movimento modernista, porém rico em seu processo cultural (CHAGAS, 2003, p.99).

O entendimento de Mário de Andrade sobre o que era arte se definia como “a habilidade com que o engenho humano utiliza-se da ciência, das coisas e dos fatos” (CHAGAS, 2003, p.101). A proposta marioandradina presente em seu anteprojeto trabalhava o termo arte como entrada principal para oito categorias distintas. Estas, posteriormente, eram agrupadas de acordo com a sua forma de registro nos Livros do Tombo. Assim, as categorias Arqueologia, Ameríndia e Popular eram agrupadas no Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico. A categoria Histórica no Livro do Tombo Histórico. O livro Das Belas Artes seria reservado às categorias Erudita

Nacional e Erudita Estrangeira e, por último, no Livro de Tombo Das Artes Aplicadas, as categorias Aplicada Nacional e Aplicada Estrangeira.

Podemos perceber que esta proposta mostra uma preocupação de Mário de Andrade com a diversidade de origens sociais dos bens culturais. A sua ideia de defender a “arte” mostrava o mesmo empenho na preservação dos monumentos religiosos ou sociais (ligados ao passado português), assim como a “arte popular” que incluía as manifestações culturais brasileiras (indígenas e africanas). Esta última representaria os mocambos do Recife, os vilarejos lacustres vivos da Amazônia, os morros do Rio de Janeiro, e suas indumentárias, fetiches, arquitetura, cruzeiros, música, provérbios, danças etc.

Conforme apresentado por Chagas (2003), Mário de Andrade não propõe de forma direta uma análise da contribuição da cultura dos povos descendentes africanos ou europeus com a mesma ênfase que se propõe para a arte Ameríndia. A propósito, em seu entendimento, o que deveria ser “protegido” era a arte produzida por eles. Dessa forma, tanto a presença dos colonos portugueses quanto a cultura dos povos africanos e das demais se subdividiria entre as oito categorias propostas. Sendo assim, a contribuição artística dos povos que habitavam o Brasil seria analisada nas especificidades dos objetos, dos monumentos, das paisagens presentes nas categorias de arte arqueológica, arte ameríndia e arte popular.

Constituído o SPHAN, a sua direção ficou a cargo de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que foi diretor da instituição desde sua criação até o ano de 1967. O seu período a frente do órgão é conhecido como a fase heroica. Foram criados durante a sua gestão diversos museus regionais e nacionais, assim como ocorreu a estruturação do patrimônio histórico e artístico em diversas cidades “históricas”, que seguindo a linha de pensamento sobre patrimônio proposto pelo SPHAN representava o nosso passado, isto é, o colonial barroco, herança da presença portuguesa.

O corpo técnico do IPHAN acabou por se afastar da sociedade civil, criando um grupo elitizado. Segundo Daryle Williams (1997), na tentativa de afastar do aparato estatal do Estado Novo, os técnicos e arquitetos do IPHAN acabaram por desenvolver um isolamento elitista. Vale ressaltar, novamente, que a criação deste órgão está ligada aos interesses da política ditatorial desenhada por Getúlio Vargas no Estado Novo, que tendia a uma política fechada e antipluralista (WILLIAMS, 1997, p.376).

Percebemos que a construção do IPHAN teve um olhar mais voltado ao viés arquitetônico do que antropológico, como propôs Mario de Andrade. A sua proposta contida em seu anteprojeto foi vencida pela ideia da proteção do patrimônio de “pedra e cal”. É interessante notarmos que o IPHAN foi utilizado pelo governo varguista do Estado Novo da mesma forma que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) também foi, como ferramenta burocrática do Estado. Porém, vale ressaltar que o DIP valorizou a cultura e o homem brasileiro com a criação do dia do trabalho, dia do índio, dia do soldado, dia da raça entre outras datas que foram institucionalizadas neste período. Percebemos então que, enquanto o Departamento de Imprensa e Propaganda valorizava e reconhecia os cidadãos brasileiros, o SPHAN não os enxergava e continuava a dar ênfase ao passado oligárquico, pautado na transferência da cultura portuguesa. O isolamento do IPHAN, como nos aponta Willians (1997), não deixou que ele comungasse das ideias de um Brasil nação, assim como de fazer uma leitura sobre a população brasileira como o DIP fazia.

Rodrigo de Melo Franco de Andrade reuniu nos primeiros anos do SPHAN, uma gama de intelectuais modernistas que deram diretrizes para o caminho pelo qual se seguiu o trabalho de proteção da instituição. O grupo a que Rodrigo Melo Franco de Andrade pertencia era apenas um dos vários que surgiram nos anos da década de 1920. Ele o denominou como a “quarta corrente” em referência às demais que existiam (CHUVA, 2003, p.314). Segundo Márcia Chuva (2003):

Intelectuais de peso que moldaram o *patrimônio histórico e artístico* brasileiro, como Lúcio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade – embora consagrados por outras vias de reconhecimento e inserção social – tendo em mãos seus passaportes para a modernidade – atuaram decisivamente dentro do governo Vargas, especialmente no Estado Novo. Esses intelectuais tornaram-se, a um só tempo, funcionários dedicados do SPHAN, onde consolidaram todo um pensamento acerca de uma nação moderna, que se identificavam na crença comum que possuíam acerca da universalidade da cultura e da arte. Com base nessa crença, formularam as teses acerca do patrimônio cultural brasileiro que inseriram o Brasil no mundo civilizado. (CHUVA, 2003, p.314).

Para Chuva (2003), a experiência deste grupo com o trabalho exercido por eles nos anos 1920 foi fundamental para o caminho que seguiu o SPHAN na década seguinte. A criação de uma revista especializada com a divulgação dos trabalhos organizados pelo referido instituto através da *Revista do Patrimônio* foi importante para divulgação do imaginário da identidade nacional. Esta identidade foi norteada pelos mentores modernistas que propuseram que esta

construção revelasse uma nação moderna, pertencente ao *mundo civilizado*, em pé de igualdade com demais símbolos internacionais que circulavam naquele momento. Não discordando da importância que *Revista do Patrimônio* teve para a divulgação dos trabalhos e pesquisas desenvolvidos pelos intelectuais da época como nos afirma Márcia Chuva (2003) devemos nos ater que a sua circulação era a um grupo restrito de leitores. Um exemplo é a reafirmação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, em que o ponto de partida do patrimônio histórico e arquitetônico brasileiro era a partir da herança europeia - portuguesa, e em contrapartida, negando uma possível herança indígena. O seu argumento era que as frágeis construções de madeira dos povos primitivos brasileiros deram lugar às edificações mais duradouras erguidas pelos portugueses (CHUVA, 2003, p.316). Os bens propostos de proteção neste período ficaram denominados de “pedra e cal”. Tornou-se como prática “privilegiar as construções religiosas, militares, as residências senhoriais e os palácios ostentatórios de um poder centralizador e oligárquico” (OLIVEIRA, 2008, p. 26). Este pensamento norteou a política de proteção cultural através da política de tombamento até meados da década de 1970.

Melo Franco de Andrade deixou a direção do SPHAN em 1967, sendo substituído por Renato Soeiro que já trabalhava no órgão desde 1938, como assistente técnico da 3ª classe².

Segundo Carolina Martins Saporetti (2017), a gestão de Renato Soeiro não trouxe mudanças que pudessem marcar o seu período como diretor da instituição, uma vez que deu continuidade ao projeto anterior da política de tombamento voltada para o patrimônio de “pedra e cal”. O grande legado foi a organização administrativa do SPHAN, assim como a construção de um arcabouço que preparou uma legislação mais moderna, e propôs a organização de uma rede de preservação para o patrimônio, que envolvia ações dos órgãos estaduais e municipais, voltadas para o futuro, como a que transformou a instituição no IPHAN, proporcionando maior independência como autarquia vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. Para Saporetti (2017), essas ações fizeram de Soeiro um precursor para a fase contemporânea do IPHAN, uma vez que construiu a base que serviu de apoio para os anos da década de 1980 até os dias atuais da instituição.

²No ano de 1940, passou a trabalhar como arquiteto, que era sua formação e, em 1946, assumiu o cargo de Diretor da Divisão de Conservação e Restauração, que ocupou até a sua ida para o cargo de diretor do DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Soeiro já vinha representando Melo Franco de Andrade em diversos eventos nacionais e internacionais, além de mostrar muito interesse no engrandecimento do patrimônio cultural brasileiro (SAPORETTI, 2017, p.41).

De acordo com a autora, uma das propostas na gestão de Soeiro foi a mudança para que os sítios históricos fossem tombados pelo conjunto arquitetônico como um todo e não mais apenas casas ou edifícios de modo individual, demonstrando assim, um sentido mais eficiente da política de tombamento. Desta forma, o valor cultural é ampliado, principalmente dentro dos espaços urbanos. Essa ação foi uma resposta ao crescimento urbano e industrial dos anos 1950, 1960 e 1970 que ocorria no país. Os centros históricos das cidades coloniais brasileiras passavam a enfrentar o crescimento do número de veículos, da especulação imobiliária e que poderiam vir a destruir ou alterar a “memória” do lugar. Além desta proposta, Renato Soeiro organizou o então IPHAN em 5 distritos para poder melhor atender a demanda continental do país: Belém, São Luís, Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Como parte da instrumentação da instituição, foram criadas 4 divisões técnicas. Há, ainda, que lembrar a iniciativa do incentivo ao turismo cultural nas cidades históricas brasileiras em cooperação com a UNESCO, assim como a introdução da educação patrimonial como política para a proteção cultural a ser ministrada nas escolas públicas via disciplina de Moral e Cívica.

Ainda segundo Saporetti (2017), pontua-se que o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste (PCH) possuía o objetivo de desenvolver economicamente a região através do turismo.

O principal objetivo do PCH era o desenvolvimento econômico do Nordeste através da atividade turística, tendo como notável capital o patrimônio cultural. Ao sugerir soluções para áreas degradadas, presumia-se a reativação econômica regional, ou a redistribuição das atividades. Esse pensamento estava sendo discutido em âmbito internacional. Como foi visto anteriormente, a ideia de agregar valor econômico ao valor cultural foi uma das recomendações das Normas de Quito, em que a valorização econômica da cultura é vista como uma forma de democratização de acesso à mesma para as maiorias populares. (SAPORETTI, 2017, p.57).

A execução deste programa era em parceria com a EMBRATUR, a SUDENE, no caso do nordeste e o IPHAN. Ao final, apenas o IPHAN concretizou as suas ações e em parceria com os estados. Um exemplo de sucesso do PCH em outros estados do Brasil foi no estado de Minas Gerais, sendo aplicado em suas cidades históricas com a geração de empregos.

A década de 1970 e o novo olhar para a cultura no Brasil

Com a saída de Renato Soeiro, em 1979, o IPHAN viveu uma nova fase dirigida por Aloísio Magalhães. Ele havia trabalhado no Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) que

lhe proporcionou uma dinâmica para uma mudança de ótica sobre a proposta cultural do IPHAN. A experiência adquirida no CNRC redirecionou os rumos a serem tomados a respeito do patrimônio cultural no Brasil.

Para Maria Amélia Corá (2014), o CNRC foi criado fora do âmbito do pensamento do IPHAN. Ele não pertencia aos propósitos iniciais da política de proteção cultural conforme os parâmetros presentes na política pública brasileira, uma vez que estava vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio. De acordo com Joaquim Falcão (CORÁ, 2014, p.1.099), o CNRC foi sem dúvida alguma, o embrião para a nova política cultural do Estado. Porém, isso se deu pelo fato que esta política foi desenvolvida fora do campo de ação estatal, uma vez que não respondia aos anseios da clientela cultural tradicional, mas integrada ao cotidiano econômico do cidadão brasileiro. Segundo Janete Leiko Tanno (2006), dentro do CNRC, foi desenvolvida uma amostra da produção cultural brasileira que, analisada sob o ponto de vista antropológico, desenvolveu um olhar para a memória regional através da diversidade cultural do nosso país. A cultura popular iria para além do seu valor histórico, estava sendo agora posta como um resultado de uma produção cultural que pudesse gerar renda, agregando valor financeiro para o produto artesanal (TANNO, 2006, p.226).

Comandando o CNRC, Aloísio Magalhães organizou uma equipe técnica que possuía uma característica heterogênea, uma vez que reunia pessoas de várias áreas do conhecimento. Foram desenvolvidos projetos em várias regiões do Brasil e em alguns casos, desenvolvidos pela própria região. Devido à experiência bem-sucedida deste projeto, Magalhães foi convidado a assumir a direção do IPHAN após a saída de Soeiro em 1979, ficando até 1982. Este período ficou conhecido como a fase moderna no IPHAN (CORÁ, 2014, p. 1099).

Após a contribuição de Mário de Andrade na gênese do SPHAN, houve a contribuição de Aloísio Magalhães para ampliar o pensamento a respeito de patrimônio cultural em nosso país (SANT'ANNA, 2003, p.51). Para Maria Amélia Corá (2014):

Ele estabeleceu novos parâmetros de atuação, radicalizou a opção pela dimensão antropológica da cultura e adotou-a como baliza de sua política. Nesse plano, pode-se dizer que a cultura é tudo (...) o que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando (CORÁ, 2014, p.1100).

Dentro da gestão de Magalhães (1979-1982), ocorre a ampliação do conceito de bem cultural na política do IPHAN. Com a integração do CNRC ao IPHAN, ocorreu a criação da Secretaria do Patrimônio Artístico e Nacional (SPHAN) e a Fundação Nacional Pró-Memória

(FNPM). Estas alterações foram de grande importância para a instituição, uma vez que proporcionaram a mudança de ação do IPHAN. A partir deste período, se torna perceptível o crescimento de forma significativa de movimentos sociais que passam a reivindicar a valorização das artes e ofícios que eram práticas das classes sociais populares, principalmente de grupos ligados às populações indígenas e afrodescendentes, conforme nos afirma Andréa D'Alessandri Forti (2017).

A década de 1980 no Brasil foi marcada pelo fim do regime civil-militar e com ele diversos movimentos sociais que faziam questionamentos políticos, de desigualdade social ou pelos constantes planos econômicos que afetavam uma grande parcela da população devido à inflação elevada. Estes movimentos chegaram nos 1990 e 2.000 trazendo uma variada leva de discussões em diversas áreas não só do campo político, mas social e cultural, uma vez que a população do país passou a ter mais espaço onde a sua identidade local ganhou viés dentro de um âmbito nacional. A sociedade passou a se organizar e os movimentos sociais passaram a fazer reivindicações contra o racismo, contra o preconceito de gênero sexual, pela busca por igualdade de direitos humanos, moradia, acesso à terra para plantar, ao respeito aos idosos entre outros. Na cultura não seria diferente. Os grupos locais passaram a enxergar as práticas dos seus ancestrais como sendo uma identidade do seu povo, do seu local e antes de tudo, deles mesmos.

Como mencionado anteriormente, a partir dos anos 1980, iniciaram-se no Brasil vários movimentos organizados pela sociedade civil que estavam em busca da defesa e da preservação, quando não pela luta do reconhecimento do patrimônio cultural que os pertencia. A identidade dos grupos sociais brasileiros passou a ser sentida em sua vivência, abrindo assim, um espaço para a compreensão do vivido por eles e a percepção do patrimônio cultural que possuem e que representam como marco de ancestralidade (memória) (FORTI, 2017; CUNHA, 2018).

Como exemplo disso, destaca-se o tombamento do Quilombo dos Palmares, no município União dos Palmares no estado de Alagoas e do Terreiro Casa Branca do Engenho Velho – tida como a primeira casa de candomblé aberta em Salvador (FORTI, 2017, p.84). Pode-se observar uma aproximação com o anteprojeto de Mário de Andrade quanto a proposta do bem tangível e não-tangível, que representa a cultura do povo brasileiro como ocorreu com a capoeira e com o saber fazer produzido em todos os cantos do país.

Como uma forma de oficializar esta demanda, a Constituição Federal de 1988 trouxe a ampliação da proposta cultural que já vinha sendo delineada desde o CNRC. Os artigos 215 e 216

incentivaram a valorização e a difusão das manifestações culturais, doze anos antes da publicação do Decreto 3.551. O artigo 216 trouxe em suas definições que o patrimônio cultural brasileiro era formado por bens de natureza material e imaterial e abrangeria a memória dos diversos grupos que são partes constituintes da sociedade brasileira. Passava agora, a política do Estado pelo viés cultural dos processos de formação de um Brasil, não só europeu, mas multicultural. Assim, a Constituição trouxe em seu escopo do artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2015, p.79)

Sinaliza-se dessa forma, para a proteção e acesso à diversificada cultura brasileira, formada pelo campo da experiência de povos etnicamente diferentes que na América portuguesa se moldaram a uma realidade diversa em relação ao local de onde os seus ancestrais vieram. Hábitos, costumes, tradições e crenças que representam a história regional de uma nação continental passaram a ser protegidas. Percebe-se, no entanto, que não receberam em um primeiro momento o mesmo empenho previsto em carta constitucional, como recebeu no passado os edifícios representativos coloniais portugueses.

Analisando as cartas patrimoniais, podemos dizer que em nível internacional, a partir dos anos 1980, os olhares para o patrimônio cultural “não material” passaram a chamar a atenção, mas ainda sem uma definição coesa que o distinguisse como uma forma de análise em separado do patrimônio material. Como exemplo destacamos a Declaração do México, proveniente da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais ocorrida no ano de 1985 (UNESCO, 1985).

Nesta declaração, foram apresentadas algumas mudanças significativas. A definição de cultura passou a considerar “o conjunto dos traços distintos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social” (UNESCO, 1985). Podemos observar que não há uma definição para imaterial ou intangível. Porém, uma referência à espiritualidade característica, simbólica que represente um lugar ou uma região. Para melhor ter

uma ação sobre as nações participantes, a Declaração propôs que as políticas culturais deveriam ter como base a afirmação da identidade cultural dos povos, abordando a dimensão cultural quanto ao seu desenvolvimento e preservação desta, garantindo a participação dos povos através da proposta da democracia cultural, da transmissão dos valores culturais via à educação e, por último, a cooperação cultural internacional (UNESCO, 1985).

Em 1987, a Conferência Geral da Unesco, em sua 24ª reunião, recomendou a Salvaguarda do folclore aos Estados membros. No ano de 1989, ocorreu a 25ª Conferência e teve como ponto abordado para recomendar aos Estados membros a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular. O respectivo documento propôs a sua identificação, a sua conservação, difusão e proteção. Trouxe ainda estímulos para a cooperação e intercâmbios culturais em níveis regional, nacional e internacional (UNESCO, 1989). Ficou definido que a cultura tradicional e popular poderia ser expressa através de diversas formas como, “a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato e a arquitetura” (UNESCO, 1989).

Na década de 1990, a UNESCO, na Conferência de Nara, realizada no Japão, ampliou o conceito de cultura para os bens culturais, uma vez que as sociedades possuem formas e significados particulares de expressões tangíveis e intangíveis e que as mesmas deveriam ser respeitadas. Pontua que a responsabilidade de zelar por este bem é da comunidade que o gerou e àquela que cuida dele (UNESCO, 1994). Destacamos atenção para os pontos levantados que foram a autenticidade e os valores do bem cultural. O primeiro está relacionado aos estudos científicos do patrimônio cultural e o segundo aos julgamentos atribuídos às características culturais do respectivo bem cultural. (UNESCO, 1994). No ano de 1997, houve a publicação da Carta de Mar Del Plata após a realização da Jornada do Mercosul sobre Patrimônio Intangível e que propôs uma leitura de reconhecimento para a cultura dos povos sul-americanos. O referido documento destacou as contribuições das culturas pré-colombianas, europeias, africanas e asiáticas e de suas mestiçagens. (MERCOSUL, 1997).

Olhando para o Brasil, nos anos de 1990, o IPHAN buscou um alinhamento com a proposta da Constituição Brasileira de 1988 e desenvolveu discussões como o seminário de Fortaleza. Neste, foi apresentado que, tanto o IPHAN quanto o Ministério da Cultura necessitavam de se articular mais para desenvolver pesquisas e estudos que reconhecessem quais seriam os critérios para se definir a cultura imaterial do país, uma vez que o plenário do Seminário de Fortaleza havia considerado que os regulamentos para este propósito eram inadequados

(IPHAN, 2006, p.50). Como reação, foi criado o grupo de estudos coordenado pelo IPHAN como o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial – GTPI, que desenvolveu o projeto que originou o Decreto 3.551, publicado no ano 2.000. Entre diversos pontos trabalhados pelo GTPI destacam-se alguns, como: a) o bem de natureza imaterial seria registrado e não tombado devido a sua natureza dinâmica e este deverá ser reavaliado a cada 10 anos para poder ser revalidado; b) o bem reconhecido venha a ter a concessão de utilizar o título de “Patrimônio Cultural do Brasil”; c) que a promoção e divulgação sejam feitas pelo Ministério da Cultura, com apoio de órgãos públicos dos estados, municípios e entidades privadas (IPHAN, 2006, p.30).

Seguindo estas orientações, foi publicado no dia 04 de agosto de 2.000, o Decreto Federal 3.551 que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial. Foram instituídos quatro livros para se realizar o registro do bem cultural imaterial brasileiro. O primeiro livro de registro foi reservado para a inscrição dos conhecimentos e modos do saber fazer presente no cotidiano das comunidades. A este foi dado o nome de *Livro dos Saberes*. O segundo livro foi reservado para as *Celebrações*, para ser inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social. No terceiro livro, o registro é dedicado às *Formas de Expressão*, para o reconhecimento das manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas. O quarto e último livro, chamado de *Livro de Registro de Lugares* foi designado para a inscrição do registro de mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde há a concentração e a reprodução das práticas culturais coletivas (IPHAN, 2014, p.29)³.

Neste ponto, apesar do Brasil editar primeiro a sua legislação, devemos destacar que as discussões capitaneadas pela UNESCO levaram ao estudo desenvolvido em conjunto aos órgãos culturais de diversos países. A UNESCO, por sua vez, no ano de 2003, através da Recomendação de Paris, na 32ª Conferência Geral da UNESCO, publicou as recomendações para a Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

Abordando outra interpretação para a análise do Patrimônio Imaterial, José Reginaldo S. Gonçalves (2003; 2005) propõe que o patrimônio cultural seja entendido como categoria de pensamento. Desta forma, a divisão entre compreender o patrimônio cultural como um bem material ou imaterial deixa de ser interpretado como uma polarização. Assim, a representação cultural de uma comunidade passa a ser pesquisada através da sua herança cultural, do elo entre o

³ O decreto deixa em aberto a possibilidade de abertura de novos livros, caso o bem cultural a ser registrado não esteja contemplado naqueles quatro já estabelecidos.

presente e o passado, envolvendo os elementos tangíveis e intangíveis representativos da história e identidade de um povo, de um lugar.

(...) à luz dessa categoria, aquelas instituições, ritos e objetos podem ser percebidos simultaneamente em uma universalidade e em sua especificidade; reconhecidos ao mesmo tempo como necessários e contingentes; adquiridos (ou construídas e reproduzidas no presente) e ao mesmo tempo herdadas (recebidos dos antepassados, de divindades, etc.); simultaneamente materiais e imateriais; objetivos e subjetivos; reunindo corpo e alma; ligados ao presente, ao passado e ao futuro; próximos, ao mesmo tempo em que distantes; assumindo tanto formas sociais quanto formas textuais (por exemplo, nas etnografias e nos ensaios em que foram representados) (GONÇALVES, 2005, p.30).

Entende-se que há aqui uma relação em que se busca preservar a simbologia que o patrimônio possui dentro da moderna concepção antropológica de cultura (GONÇALVES, 2003, p.27). Muitos estudos apontam para a formação dos Estados nacionais como sendo o início do processo em que a categoria “patrimônio” se constituiu como base para entendermos a preservação de bens culturais. Porém, Gonçalves (2003) nos lembra de que esta categoria está presente no mundo clássico, medieval e também é possível identificá-la nas sociedades tribais. Por fim, percebe-se que esta categoria de pensamento, em torno do patrimônio de um povo, é desenvolvida em paralelo com a comunidade que a cria ou a herda. São as relações sociais desenvolvidas, que proporcionam a criação de símbolos através dos quais são vivenciados nas relações das comunidades. Símbolos esses que não são apenas para proporcionarem aos seres humanos, o ato de comunicar ou representar, mas também agirem. Isto é, o patrimônio é a ação, que constrói e forma as pessoas (GONÇALVES, 2003, p.27).

Para que essa categoria de pensamento possa melhor ser compreendida, Gonçalves (2005) propôs o estudo de outras três categorias que são a ressonância, a materialidade e a subjetividade. Dentro da categoria de ressonância, o que se observa é se o patrimônio foi escolhido como imagem pelos aparelhos do Estado ou se foi escolhido como representação pela comunidade. O ponto chave aqui é entender se há identificação e memória junto ao seu público, reconhecendo que o bem patrimonial partiu da iniciativa da própria localidade e não por interesses políticos do Estado.

A categoria materialidade se torna mais complexa para compreensão, uma vez que *a priori*, nos remete a ideia de um objeto material, ficando-nos preso à concepção que limita a definição de patrimônio a monumentos, espaços urbanos, prédios, objetos, etc. A proposta abordada por Gonçalves (2005) compreende entender o objeto cultural como parte integrante do patrimônio,

seja este como instrumento, como técnica ou símbolo de vivência e interação deste com os seres humanos, uma vez que “o patrimônio sempre foi e é material” (GONÇALVES, 2005, p.20). Assim, o objeto passa a ser visto além de sua forma material, buscando compreender a própria substância da vida social e cultural. Um ponto a ser destacado dentro desse argumento é a importância que os objetos possuem diante dos atos simbólicos, dentro das manifestações religiosas, dentro das técnicas corporais e na produção de alimentos. No momento em que um ritual, uma prática cósmica ou a tradição da produção econômica do cotidiano acontece, o invisível age e a sua concepção é o material visível. Por último, temos a subjetividade presentes nas formas do patrimônio em que podemos observar as expressões tanto individuais como coletivas. Estas expressões ocorrem nas relações orgânicas e internas como também nas relações externas e emblemáticas. Para Gonçalves (2005, p. 27), “não há patrimônio que não seja ao mesmo tempo condição e efeito de determinadas modalidades de autoconsciência individual e coletiva”. O patrimônio cultural de natureza imaterial expressa valores para a identidade dos grupos que o detém, através dos modos de fazer, das técnicas e das tecnologias que estão envolvidos em seu processo.

Ao analisar o queijo Minas artesanal, Menezes (2009) corrobora com Gonçalves (2003; 2005) ao defender a não “hierarquização” do bem cultural em material e imaterial. Ele nos afirma que:

Não há como separar o material e o imaterial na busca de entendimento dos modos de fazer tradicionais. O lugar e o valor dos instrumentos e dos saberes, das matérias-primas e das técnicas, do produto e dos seus significados, formam uma unidade complexa. O sentido do processo é dado pelo conjunto da prática, o que chamamos *modo-de-fazer*. É claro que a ideia de *patrimônio imaterial* recai em uma busca contemporânea de ressaltar menos as edificações, os instrumentos e os objetos móveis que monumentalizam a tradição patrimonial do mundo ocidental e mais o campo da idealidade, do valorativo e dos significados simbólicos (MENESES, 2009, p.21)

O autor aborda também que os atos humanos, sejam para a sua sobrevivência ou para qualidade de vida conjugam materialidade e imaterialidade de forma inseparável. Este ressalta a necessidade para que possamos identificar categorias de patrimônio imaterial que não se encaixam dentro desse conceito e que sejam “melhor denominados de *vivenciais*⁴, de *experenciais*” (MENESES, 2009) uma vez que forjam a identidade regional.

⁴Grifo do autor

Como podemos perceber, os teóricos acadêmicos citados em questão comungam da ideia que não há distinção entre materialidade e imaterialidade do bem cultural, diferindo da proposta adotada pelo IPHAN. Segundo eles (Meneses e Gonçalves), o patrimônio imaterial, intangível é materializado em determinado momento de sua concepção, ganhando então visibilidade. É como nos mostra Meneses (2009) ao citar Pomian. A materialização do patrimônio cultural é necessária para tornar visível a dimensão do invisível. A objetificação do bem cultural, isto é, a materialização da memória identitária, revela identidades, representações, saberes e fazeres construídos e a serem construídos (MENESES, 2009, p.25).

Um exemplo para entendermos melhor é o patrimônio alimentar que envolve elementos materiais e imateriais na sua compreensão. Segundo Matta, este patrimônio é entendido como “um conjunto de elementos materiais e imateriais das culturas alimentares considerados como uma herança compartilhada, ou como um bem comum, por uma coletividade” (MATTÁ *apud* SANTILLI, 2015, p.586). Quando analisamos os alimentos em si, os utensílios e os artefatos envolvidos no processo, temos os componentes materiais. Quando o nosso foco de análise são as práticas, os saberes e as representações, temos os componentes imateriais do patrimônio cultural. Em uma sociedade cada vez mais consumidora de produtos industriais, ter uma política que dá ênfase aos produtos alimentares portadores de história, cultura e identidade de um grupo social é um grande passo para se reconhecer e proteger a cultura alimentar. Esta pode ser reconhecida como um patrimônio local, regional ou até mesmo nacional. Neste caso, a alimentação envolve a escolha de símbolos, implica em representações e imaginários, assim como revela a identidade cultural através das diferentes formas de produção e consumo.

Conclusão

Nesta linha do tempo apresentada, percebemos como o olhar para a história do nosso país se constituiu de momentos, em que as ações das políticas culturais fazem parte da memória nacional. De acordo com o momento político, eram apresentadas ideias que buscavam construir ou realçar um passado que estava mais próximo do grupo politicamente hegemônico do que da maioria da população. A partir da década de 1970 uma nova proposta apresentada pelo IPHAN iniciou uma mudança de pensamento que nos anos 2.000 veio a ser alterada pela política pública governamental em paralelo às propostas da UNESCO para a proteção dos patrimônios culturais.

Assim sendo, o Registro do Patrimônio Imaterial foi um grande avanço para a proteção do processo cultural brasileiro e isso é inegável pela grandeza de sua abrangência. A sua ação proporcionou o reconhecimento do saber fazer de grupos sociais que em outros momentos eram invisíveis ao olhar da sociedade ou dos grupos governamentais. As camadas sociais que foram obliteradas pelo projeto proposto por Martius ou que foram desconsideradas na montagem do SPHAN nos anos de 1930 tiveram os seus valores reconhecidos com a proposta do registro do patrimônio imaterial.

Porém, não podemos desconsiderar as ações desenvolvidas pelo IHGB e nem pelos Estados para proteger os seus bens históricos assim como a política do SPHAN (IPHAN). A concepção de patrimônio histórico ainda era concebida na ideia da estrutura arquitetônica, pelo olhar oligárquico e como aqui demonstrado, na arquitetura barroca europeia. A mudança de pensamento pelo IPHAN na década de 1970 representou uma grande mudança na forma de relacionar o artesanato com o patrimônio vivenciado e produzido pelas comunidades tradicionais.

Com a maior participação social de grupos que eram excluídos do processo político, tem-se a partir da década de 1980, no Brasil, uma construção de políticas culturais que passaram a abrir espaços para manifestações populares. A política nacional de Patrimônio Imaterial criou a partir daí, uma agenda em que os bens culturais passaram a ser entendidos como uma cultura viva, para ser produzida e reproduzida no cotidiano das pessoas a qual se refere, expressando os saberes, os costumes e os modos de viver que são ancorados na memória. Uma das grandes novidades proposta foi que para esta memória continuar viva deverá ser desenvolvida a educação patrimonial. Deste modo, cada comunidade pode valorizar a sua cultura e identificá-la no processo de patrimonialização.

Referências bibliográficas

ABAURRE, Maria Luiza M.; PONTARRA, Marcela N. **Literatura brasileira: tempos, leitores e leituras.** São Paulo: Moderna, 2005. 664p.

BAETA, Rodrigo Espinha. A crítica de cunho modernista à arquitetura colonial e ao barroco no Brasil: Lúcio Costa e Paulo Santos. **Cadernos de arquitetura e urbanismo**, Belo Horizonte, v.10, n.11, p.35-56, dez. 2003. Disponível em: [file:///C:/Users/WIN/AppData/Local/Temp/755-Texto%20do%20artigo-2517-1-10-20091020-1\(1\).pdf](file:///C:/Users/WIN/AppData/Local/Temp/755-Texto%20do%20artigo-2517-1-10-20091020-1(1).pdf) Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Marcos Antônio Oliveira Fernandes (Org). 21. ed. São Paulo: Rideel, 2015, 244 p.

CHAGAS, Mário. O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. (Org.) **Memória e patrimônios: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 95-107p.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, v.4, n.7, jul/dez 2003, p.313-333. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA2c%20Marcia%20R_%20Fundando%20a%20Nacao.pdf Acesso em: 18 abr. 2019.

CORÁ, Maria Amélia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Revista de Administração Pública**, v.48, n.5, p. 1093-1112, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SMKQcXrNPM3CLfGYXt63fKn/abstract/?lang=pt> Acesso em: 18 out. 2019.

CUNHA, Juliana da Mata. Participação social na política de patrimônio imaterial do IPHAN: análise de diretrizes, limites e possibilidades. **Rev. CPC**, v.13, n.25, p.60-85, jan/set. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/138064> Acesso em: 18 out. 2019.

FALCÃO, Joaquim A. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sérgio (Org). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984. p. 24-55 *apud* CORÁ, Maria Amélia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Revista de Administração Pública**, v.48, n.5, p. 1093-1112, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SMKQcXrNPM3CLfGYXt63fKn/abstract/?lang=pt> Acesso em: 18 out. 2019.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937)**. Seminário Internacional: Políticas culturais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2010. Disponível em < <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/tag/publicacoes/>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. (Org.) **Memória e patrimônios: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 57-76.

FORTI, Andrea Siqueira D'Alessandri. Memória, patrimônio e reparação: políticas culturais no Brasil e o reconhecimento da história da escravidão. **MOSAICO (RIO DE JANEIRO)**, v. 8, p. 80-102, 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/65370/66862> Acesso em: 02 set. 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e patrimônio**: ensaio contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n.23, p.15-36, jan/jun 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/wRHHd9BPqsbsDBzSM33NZcG/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 23 set. 2019.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Imaterial**: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. ed, 2006. 140 p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimonioImaterial_1Edicao_m.pdf Acesso em: 05 set. 2018.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbeta). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/29/inspetoria-de-monumento-s-nacionais-1934-1937>. Acesso em: 12 jun. 2020.

MATTA, R. El patrimonio culinario peruano ante Unesco: alguns reflexiones de gastro-política, desigualdades. Berlin: *desigualdades.net Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America*; 2012. 45 p. Working Paper Series, 28. *apud* SANTILI, Juliana. O reconhecimento de comidas, saberes e práticas alimentares como patrimônio cultural imaterial. **Demetra**, Rio de Janeiro, v.10, n.3, p.585-606, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/issue/view/938>. Acesso em: 23 set. 2019.

MENESES, José Newton Coelho. Modos de fazer e a materialidade da cultura “imaterial”: o caso do queijo artesanal de Minas Gerais. **Patrimônio e memória**, Assis (SP), 2009, v.5, n.2, p.19-33. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/75%3E> Acesso em: 11 jul. 2021.

MERCOSUL. Carta de Mar Del Plata sobre Patrimônio Intangível. Mar Del Plata. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Mar%20del%20Plata%201997.pdf> Acesso em: 18 jan. 2021.

OLIVIERA, Almir Félix Batista de. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio/cultural no Brasil. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v.21, n. 29, 19-38, dez/2008. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/326> Acesso em: 04 abr. 2020.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. **Risco** – Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, São Paulo, n.3, 4-14, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44654>. Acesso em: 10 abr. 2019.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 1: de Varnhagen a FHC**. 9 ed. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2007. 280p.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. (Org.) **Memória e patrimônios: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 46-55.

SANTILI, Juliana. O reconhecimento de comidas, saberes e práticas alimentares como patrimônio cultural imaterial. **Demetra**, Rio de Janeiro, v.10, n.3, p.585-606, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/issue/view/938>. Acesso em: 23 set. 2019.

SANTOS, Ricardo Ventura. **Da morfologia às moléculas, de raça a população: trajetórias conceituais em antropologia física**. In: MAIO, Marcos Choir; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ / CCBB, 1996, 252p

SAPORETTI, Carolina Martins. **A gestão de Renato Soeiro no DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (1967-1979)**. 2017. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de História, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/6485/1/carolinamartinssaporette.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2020.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003. 623p.

TANNO, Janete Leiko. A democratização dos bens patrimoniais: o direito à cidadania cultural. **CEDAP**, v.2, n.1, p.224-227, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/WIN/AppData/Local/Temp/166-815-1-PB.pdf> Acesso em: 11 jan. 2020.

UNESCO (1985) Conferência mundial sobre as políticas culturais. México. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf> Acesso em: 18 jan. 2021.

UNESCO (1989). **Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular** (1989). Paris. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf> Acesso em: 18 jan. 2021.

UNESCO (1994). Conferência sobre autenticidade em relação a convenção do Patrimônio Mundial. Nara. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>
f Acesso em: 18 jan. 2021.

UNESCO (2003) Convenção Para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf>
Acesso em: 18 jan. 2021.

WILLIAMS, Daryle. Memória e preservação. **Revista de Estudos Históricos**, v.10, n.20, p.373-379, 1997. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2047/1186> Acesso em: 11 jul. 2019.

“A peste das bexigas¹”: epidemias de varíola e assistência jesuítica na América Portuguesa (1500-1759).

“The speckled monster”²: smallpox epidemics and Jesuit assistance in Portuguese America (1500-1759).

Poliana Orosa Rodrigues

Mestranda em História Social

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

polianaorosa@edu.unirio.br

Recebido em: 19/04/2023

Aprovado em: 16/11/2023

Resumo: O presente artigo analisa o cuidado oferecido pelos jesuítas durante as epidemias de varíola que assolaram a América Portuguesa e também apresentar as principais terapêuticas aplicadas pelos jesuítas nos Colégios. Neste projeto de investigação, tem-se como foco a análise das cartas jesuíticas e obras sobre a temática curativa produzidas pelos missionários. O Brasil foi assolado por diversas epidemias de bexigas durante todo o período colonial, tendo os homens da Companhia de Jesus sido importantes âncoras de saúde. Nesse sentido, busca-se analisar a presença da varíola em seus registros e compreender o lugar que os jesuítas ocuparam nesse período, considerando as possibilidades curativas disponíveis.

Palavra-chave: América Portuguesa; História das epidemias; Companhia de Jesus.

Abstract: This article intends to analyze the care offered by the Jesuits during the smallpox epidemics that devastated Portuguese America and to present the main therapies applied by the Jesuits within the Colleges. In this research project, the focus is on the analysis of the Jesuit letters and works on the theme of healing produced by the missionaries. Brazil was devastated by several smallpox epidemics throughout the colonial period, where the Society of Jesus were important health anchors. In this sense, we seek to analyze the presence of smallpox in their records and understand the place that the Jesuits represented in this period, considering the curative possibilities available.

Keywords: Portuguese America; History of epidemics; Society of Jesus.

¹ Nome comumente utilizado para se referir à varíola no período. De acordo com um dicionário publicado em 1789, o termo bexiga se referia a uma "espécie de empola que se ergue sobre a cutis, cheia de um humor acre, e corrosivo, em geral se usa no plural v.g., teve bexigas.". Ver: SILVA, Antônio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro.** Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 180.

² Sendo “a peste das bexigas” um termo utilizado na língua portuguesa da época, na tradução do título inclui-se um equivalente da língua inglesa. Ver: RIEDEL, Stefan. Edward Jenner and the History of Smallpox and Vaccination. **Baylor University Medical Center Proceedings**, [S.L.], v. 18, n. 1, 1 jan. 2005, p. 21.

Este estudo é um recorte de minha pesquisa de mestrado em andamento, cujo objetivo é analisar as epidemias de varíola ocorridas na América Portuguesa e os meios curativos que envolviam a mesma. Nesta comunicação privilegiarei especialmente a ação dos jesuítas contra os ataques epidêmicos da doença. As principais fontes utilizadas neste trabalho são coletâneas de cartas jesuíticas produzidas no século XVI e publicadas posteriormente. Algumas das obras utilizadas são *Cartas do Brasil do padre Manoel Danobrega (1549-1560)* do Padre Manuel da Nóbrega, compiladas pelo Ministério da Fazenda e publicadas em 1886; *Cartas do Padre António Vieira coordenadas e anotadas por J. Lúcio d'Azevedo (Tomo I)* de Antônio Vieira publicada em 1925; *Cartas Avulsas, 1550-1568* uma coletânea de cartas jesuíticas organizadas e publicadas pela Academia Brasileira de Letras; *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta (1554-1594)* de José de Anchieta publicada em 1933. Além desses relatos também foram utilizadas crônicas produzidas por padres da Companhia de Jesus, como a *Crônica da missão dos Padres da Companhia de Jesus no Maranhão* do padre João Felipe Bettendorf (2010), e também da *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente, S. Paulo, etc. [...] [...] desde o anno de 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Christovam de Gouvea escripta em duas Cartas ao P. Provincial em Portugal* de Fernão Cardim (1847).

A leitura das cartas e das crônicas fornecem detalhes sobre a ocorrência das epidemias de varíola, mas também sobre os cuidados empregados nas mesmas pelos padres. Outras fontes de importância para a pesquisa são documentos do *Projeto Resgate*, pertencentes à Biblioteca Nacional, que me auxiliaram a identificar epidemias posteriores às produções citadas acima. Além destas, também são extremamente relevantes obras com temática curativa, com ênfase em dois livros em particular: *Formulário Médico: manuscrito atribuído aos Jesuítas e encontrado em uma arca da Igreja de São Francisco de Curitiba* de 1703 (2019) e a *Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil* de 1766 (2019).

O que se visa demonstrar através da análise das fontes é como as práticas curativas empregadas pelos jesuítas se desenvolveram, além de quais eram os métodos utilizados contra a varíola, e em que medida as epidemias facilitaram o desenvolvimento de certas práticas. Para isso, considero as diversas abordagens historiográficas referentes à cura na América Portuguesa. Algumas autoras como Márcia Moisés Ribeiro, Maria Cristina Wissenbach e Vera Regina Beltrão Marques defenderam que o ambiente colonial e as enfermidades que o atingiam (muitas desconhecidas aos colonizadores), além da extensa presença de cativos, teriam flexibilizado os conhecimentos e a ação das artes médicas e de seus profissionais. E assim pautado novos

procedimentos curativos que mesclavam os conhecimentos dos agentes históricos presentes na América Portuguesa, formulando uma prática terapêutica particular. Parte dessas abordagens considera que este cenário foi influenciado pela falta de físicos licenciados durante a colonização (RIBEIRO, 1997; MARQUES, 1998; WISSENBACH, 2002). No entanto, publicações mais recentes destacam novas abordagens sobre a questão curativa na colônia. Daniela Calainho propõe que existiam dois níveis de assistência no período, as categorizando como ‘medicina oficializada’ e não oficializada’ (CALAINHO, 2009, p. 5). Enquanto Jean Luiz Neves Abreu demonstrou a influência dos jesuítas na construção do saber médico no contexto luso-brasileiro (ABREU, 2011;2013). Já Ana Carolina Viotti defendeu a existência de um saber plural, heterogêneo, que inseriu ingredientes brasileiros em composições e receitas europeia, misturando empirismo e conhecimento acadêmico, em prol da cura. Para autora, essas características e traços evidenciariam a existência de uma medicina brasileira (VIOTTI, 2012, p. 12). André Nogueira se aproxima da narrativa de Viotti ao demonstrar os processos curativos em cerimônias de calundu, e como estes podiam se aproximar de procedimentos utilizados pela medicina douta (NOGUEIRA, 2016). Já Carlos Alberto Cunha Miranda analisou as características e bases da medicina europeia, assim como o processo da vinda de médicos para o Brasil, buscando demonstrar a complexidade e diversidade da questão curativa no ambiente colonial (MIRANDA, 2017).

Boa parte da historiografia é consensual em abordar a relevância da questão da medicina jesuítica e suas boticas, assim como a aproximação dos saberes e crenças na colônia e sua resistência a homogeneidade europeia, além da reduzida presença de médicos e cirurgiões diplomados e da sua concentração nas zonas mais populosas e nos litorais. As maiores discordâncias geralmente consideram a influência que a falta de físicos teria exercido no desenvolvimento de práticas curativas na colônia portuguesa (RIBEIRO, 1997; WISSENBACH, 2002; CALAINHO, 2009; ABREU, 2011;2013; VIOTTI, 2014; NOGUEIRA, 2016; MIRANDA, 2017). Apesar de terem se desenvolvido múltiplas formas de assistência na colônia, como: as Santas Casas de Misericórdias, as Câmaras e os Hospitais Militares. Além dos diversos curandeiros, sangradores e terapeutas plurais que operavam na América Portuguesa. Devido a uma questão temática e à relação direta entre a questão missionária e o cuidado com a varíola nos primeiros séculos, abordarei a relação entre a questão jesuítica e os surtos de bexigas que assolaram o Brasil. Por esse motivo, o recorte cronológico deste trabalho se estende a presença da Companhia de Jesus no Brasil (1500-1759), período que contempla a produção das fontes

utilizadas neste trabalho. Para esta análise, partilharei da ideia de “práticas terapêuticas plurais”, proposta por Ana Carolina Viotti, considerando a mescla de saberes no ambiente colonial (VIOTTI, 2012). Além dos trabalhos de Carlos Aberto Cunha Miranda e Jean Luiz Neves Abreu, que dissertam sobre a influência dos missionários no saber médico luso-brasileiro (ABREU, 2011; 2017; MIRANDA, 2017).

Os surtos de bexigas nos registros jesuítas

No início da colonização e também posteriormente, boa parte do trabalho curativo na América Portuguesa esteve atrelado aos homens da Companhia de Jesus. A relevância desses homens na assistência curativa no período colonial, já foi destacada por diversos autores como: Serafim Leite (1953), Lourival Ribeiro (1971), Márcia Moisés Ribeiro (1997), Carlos Alberto Cunha Miranda (2004), Heloísa Meirelles Gesteira (2004), Daniela Calainho (2005), Eliane Fleck (2006), Patrícia Albano Maia (2012), André Soares Anzolin (2015; 2016) e Ana Carolina Viotti (2012; 2019). Apesar de apresentarem perspectivas múltiplas de pesquisa, esses autores destacam a contínua presença da terapêutica jesuítica durante a colonização. A importância desses homens no aspecto curativo também pode ser identificada através dos relatos deixados pelos jesuítas, pelo serviço de suas boticas e mediante produções feitas por eles que tinham como temática a cura. Neste trabalho, busca-se entender o papel terapêutico exercido pelos inicianos durante as epidemias de varíola que assolaram a América Portuguesa, para tal, faz-se necessário compreender a doença e sua incidência no Brasil.

A varíola³ e seus ataques epidêmicos foram uma das principais causas de mortalidade durante a colonização das Américas. Uma enfermidade viral, transmitida principalmente por meio da troca de fluidos e secreções, e que apresentava relativa resistência ao ambiente, possibilitando o contágio por objetos (SILVEIRA, 2013, p.52). Os sintomas inicialmente podiam incluir febre, desconforto, vômito, dor nas costas e na cabeça. Eventualmente evoluindo para os mais característicos: erupções cutâneas, feridas que se espalhavam da mucosa oral, rosto até as extremidades do corpo. A progressão da doença podia levar a delírios, febre intensa e sepse. Em uma era sem a presença de antibióticos, a morte ocasionada por infecções secundárias era comum

³ A varíola a que me refiro neste artigo é a varíola humana (smallpox), considerada erradicada pela OMS na década de 1980. A varíola dos macacos (*monkeypox*) que vêm causando alguns casos (2022), apesar de pertencer ao mesmo gênero *orthopoxvirus* é uma zoonose viral. Ver: Varíola dos macacos – **BVS/ Ministério da Saúde**. Disponível em: <https://bvsm.s.saude.gov.br/02-6-variola-dos-macacos/#:~:text=A%20var%C3%ADola%20dos%20macacos%20%C3%A9,embora%20seja%20cl%C3%ADnicamente%20menos%20grave.> Acesso: 14 de janeiro de 2023.

(SNOWDEN, 2019, p.115-118). Nesse período, a doença estava bem disseminada na Europa, é estimado que 1/3 dos casos de cegueira do continente em finais do século XVIII seja atribuído à varíola (BEHBEHANI, 1983, p. 458).

É possível que devido à dispersão de pessoas e o extenso território da América Portuguesa, a enfermidade tenha levado algum tempo para se disseminar (ALDEN; MILLER, 1987, p. 195). Assim, as bexigas parecem ter avançado no território conforme a colonização se desenvolvia (RIBEIRO, 1971, p.15). A moléstia, como apontada, estava presente na Europa, sendo uma das mais recorrentes nas embarcações ibéricas (GURGEL, 2010, p. 85). Ela também era endêmica em diversas partes do continente africano. Com o tráfico, a doença continuou sendo reintroduzida através dos portos, já que o Novo Mundo recebia escravizados de áreas potencialmente disseminadoras, como a Alta Costa da Guiné no século XVI, Angola no início dos seiscentos e ao longo dele também na Costa da Mina. No século XVIII, se destacam as áreas que hoje pertencem ao Togo e o Benin, além do sudoeste da Nigéria e Moçambique (ALDEN; MILLER, 1987, p.195-195).

Existem algumas evidências de que a varíola esteve presente no Brasil antes da segunda metade do século XVI (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1931 *apud* NAVARRO et al. p. 88; GURGEL; ROSA, 2012, p. 390), mas as referências bibliográficas mais concretas demonstram que elas se tornam mais frequentes e documentadas a partir de 1560. A incidência da doença assim como os meios de controlá-la foram descritos através das cartas produzidas pelos homens da Companhia de Jesus, como abordamos no início deste artigo. Em 1551, por exemplo, uma carta escrita pelo padre Affonso Braz no Espírito Santo, relata que a “mortífera epidemia ou peste de bexigas” teria dizimado o gentio do local onde estes “morriam aos montes” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1931 *apud* BRAZ, 1551, p. 88-89). Especialmente grave parecem ter sido os surtos da doença que ocorreram na década de 1560, isso porque as menções a estes se fazem recorrentes nas fontes e também na historiografia (RIBEIRO, 1971; ALDEN; MILLER, 1987; HERSON, 1996; GURGEL, 2010; ANZOLIN, 2015; ANZOLIN, 2016). Os relatos são constantes, como podemos observar no escrito deixado pelo padre José de Anchieta que afirmava que “em janeiro de 1563 foi grande a morte das bexigas tão geral em todo o Brasil, de que morreu muito gentio, de que também levou muita parte de que havia nas igrejas em que os Padres residiam [...]” (PEIXOTO, 1933 *apud* ANCHIETA, 1563, p. 359).

As descrições feitas pelos padres também fornecem indicativos sobre a gravidade da doença e sobre eventuais tratamentos prestados pelos padres, como nos relatos abaixo deixados

respectivamente pelo padre Antonio Blasquez na Bahia em 1564 e José de Anchieta em São Vicente em 1565:

Passada esta attribuição, já quando queriam erguer um pouco a cabeça, sobre-veio-lhes outra doença muito peior que a outra, a qual eram umas variolas ou bexigas, tão asquerosas e hediondas que não havia quem as pudesse supportar com a grande fetidez que delas sahia, e por essa causa morriam muitos ao desamparo comidos dos vermes que das chagas das bexigas nasciam e se engendravam em seus corpos, em tanta abundancia e tão grandes, que causavam um grande horror e espanto a quem os via, e com isso resultava grande merecimento a quem os curava, que eram os nossos Padres e Irmãos; [...] (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1931 *apud* BLASQUEZ, 1564 p. 405-406).

A principal destas doenças não são variolas, as quais ainda brandas e com as costumadas que não têm perigo e facilmente saram; mas há outras que é cousa terrível: cobre-se todo o corpo dos pés á cabeça de uma lepra mortal que parece couro de cação e ocupa logo a garganta por dentro e a lingua de maneira que com muita dificuldade se podem confessar e em três, quatro dias morrem; outros que vivem, mas fendendo-se todos e quebra-se-lhes a carne pedaço a pedaço com tanta podridão de materia, que sai deles um terrível fedor, de maneira que acodem-lhe as moscas como á carne morta e apodrecida sobre eles e lhes põem gusanos que se não lhes socorressem, vivos os comeriam. Eu me achei em Piratininga um pouco de tempo, onde fui mandado depois que vim dentre os Tamújas, a visitar nossos discípulos, os quais me desejavam lá muito, porque me têm por bom cirurgião; ali se encrueleceu muito esta enfermidade, de maneira que em breve espaço morreram muitos e a maior parte foram meninos inocentes, de que cada dia morriam três, quatro, e ás vezes mais, que para povoação tão pequena foi boa renda para Nosso Senhor; dos adultos morreram alguns dos batizados in ultimis, e os que já eram com grandes sinais de fé e contrição, invocando sempre o nome de Jesus; dava em as mulheres pejudas, e morriam elas e os filhos [...] (PEIXOTO, 1933 *apud* ANCHIETA, 1565, p. 238-239).

O grande número de óbitos durante os períodos epidêmicos parece ter sido uma constante, especialmente entre os indígenas, já que a varíola não existia nas Américas até o contato com os europeus. Os nativos não tinham a memória imunológica necessária para combater a doença, o que acarretava uma expressiva quantidade de mortes (SOUZA; ARAUJO; FERREIRA, 1994, p. 28-29). Estima-se que a enfermidade seja a responsável por causar o declínio populacional tupi no século XVI (ANZOLIN, 2015, p.22). A questão da alta mortalidade indígena também pode ser verificada por meio de uma carta do Conselho Ultramarino, em um ofício enviado pelo governo e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar. Ao mencionar o início de novas construções, é dito que não se pode dar início ao trabalho “em quanto não cessar a epidemia das bexigas, visto que chamar indios para a cidade he o mesmo que condemnallos a morrer da peste, a que não rezistem quaesquer que sejam os socorros, que se lhes applicuem.”

(Ofício do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Conselho Ultramarino, 18 de julho de 1794, Cx. 104, d. 8248).

Por meio de um estudo feito por Ana Mecenas sobre as práticas de cura no sertão da América Portuguesa (1690-1702), obtemos detalhes que indicam que os naturais da terra pareciam bem cientes do mal que as bexigas causavam. Em um dos relatos analisados, um capuchinho descreve que quando o povo *Kiriri* era alertado da presença da moléstia, fugiam, apagando os vestígios de sua passagem para que a febre e a morte não os encontrassem. Evitavam ainda sair à noite ou de madrugada, para que não cruzassem com a doença (MECENAS, 2017, p. 82). Tinham outros hábitos como “fazer vinho, derramalo no chão, e varrer o adro da casa para correr com as bexigas”, espalhavam cinzas nas encruzilhas, ritual que para eles garantia proteção (MECENAS, 2017, p. 82 *apud* MAMIANI, 1698). Não são esses os únicos vestígios encontrados. Outra passagem, analisado por Claudia Rocha de Sousa, menciona que o medo gerado pela varíola era tanto que, em uma carta escrita por um viajante em uma nau relatava-se que diante da notícia de um contaminado, um nativo teria preferido se atirar no mar e seguir o trajeto nadando (SOUSA, 2014, p. 371). Bem mais tarde, no século XIX, o viajante Von Martius escreveu que os tupis utilizavam a palavra *Mereba-ayba* (doença maligna) para se referir a enfermidade. (SOUSA, 2014, p. 371). Além de noticiar as epidemias, percebemos através dos trechos que os padres estavam diretamente envolvidos no combate à doença. Nota-se assim, que estes homens foram importantes âncoras de saúde nos primeiros séculos da colonização, fornecendo auxílio aos doentes.

Na primeira centúria da colonização, a presença dos homens da Companhia de Jesus foi fundamental no contato e conversão dos povos originais, essa proximidade acabou contribuindo para disseminação da varíola como vimos acima. A interação causada pelas epidemias fez com que elas fossem recorrentemente narradas nos documentos deixados por esses padres (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1886; BIBLIOTECA DE ESCRITORES PORTUGUESES, 1925; ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1931; PEIXOTO, 1933). Se inicialmente o trabalho desses homens era desenvolver métodos e estratégias para a catequese, eles logo foram defrontados com a alta incidência de epidemias (ANZOLIN, 2016, p. 276). A questão do cuidado aos doentes passou rapidamente a ser foco de atenção, e a cura passou a existir como auxiliar na tarefa missionária (GESTEIRA, 2004, p. 77). A intensidade e necessidade dos atendimentos era tanta que em 1576 uma bula escrita pelo Papa Gregório XIII autorizou os jesuítas a exercerem as

sangrias, tarefa esta que antes era proibida (FLECK, 2006, p. 165). Por isso, é importante entender como se desenvolveu o trabalho da Companhia de Jesus no Brasil.

Os Colégios Jesuítas e a atuação curativa dos missionários

Boa parte dos serviços curativos era prestado nas missões ou nos Colégios Jesuítas. Presentes no continente europeu a algum tempo, a fundação desses espaços na colônia ocorreu no primeiro século de colonização e foi avançando ao longo dos anos, os primeiros a serem criados parecem ter sido: o Colégio da Bahia (1549); Colégio dos Meninos de Jesus, de São Vicente (1553); Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro (1554); Colégio de Piratininga (1550), transformado em Colégio São Paulo de Piratininga (1554) (MESQUIDA, 2020, p. 15-16). A grande missão dessas instituições era educadora. No Brasil, seu objetivo principal era promover a catequese entre os indígenas e evangelho entre a população (DOURADO; PEREIRA, p. 2020, p. 14). Ele também funcionava como um espaço de preparação e ensino de novos padres para as missões do território (DOURADO; PEREIRA, p. 2020, p. 11). Frequentavam o local meninos de famílias abastadas ou garotos pobres que acabavam se destacando nos estudos (DOURADO; PEREIRA, p. 2020, p. 15). A partir de 1599 todas as unidades passaram a ser regidas pelo *Ratio Studiorum*, um conjunto de regras que buscavam nortear a ação educativa. A formação desta base de estudos foi inspirada em diversas publicações feitas ao longo de quase meio século, e tinha como base filosófica os pensamentos tomista-aristotélicos (MESQUIDA, 2013, p. 241). A igreja católica absorveu profundamente os conceitos filosóficos de São Tomás de Aquino, que tinha sua principal influência nas obras de Platão e Aristóteles, disseminadas na Idade Média. Se o primeiro estava ligado às noções da alma, o segundo se interessava pela natureza. São Tomás de Aquino soube equilibrá-los no conceito cristão medieval (KOYRÉ, 1991, p. 36). Essas teorias impactaram diretamente o ensino religioso nesse período, por exemplo, o Colégio de São Sebastião contava com cursos de Filosofia, Teologia Moral, Algarismo e Humanidades (DOURADO; PEREIRA, 2020, p. 15).

Para construir esses locais, a Companhia de Jesus contou com apoio da Coroa Portuguesa, grande aliada na missão de propagação da fé (GESTEIRA, 2004, p. 74-75). Para Paulo de Assunção a concessão de terras foi o primeiro passo para a integração da Ordem ao universo colonial. Além destas, eles também detinham um alvará de mantimentos que possibilitava que resgatassem em todos os portos da costa mantimentos e itens necessários para o

sustento dos Colégios (ASSUNÇÃO, 2009, p. 155). Os serviços prestados por esses padres ao trono português fizeram com que eles obtivessem diversos privilégios, como “o direito de cobrança da redízima, a isenção de imposto na alfândega, a manutenção de propriedades fundiárias ainda sem uso e o recebimento de doações e esmolas para o sustento de sua obra” (GESTEIRA, 2004, p. 76). Graças a esses benefícios o patrimônio da instituição se tornou extenso, fazendo com que se tornasse uma grande detentora de terras e as receitas jesuíticas se tornassem expressivas (GESTEIRA; TEIXEIRA, 2009, p. 129-130). Os Colégios funcionavam seis dias por semana e cinco horas por dia, dividido em dois períodos, e contavam com recesso de férias entre dezembro e janeiro (DOURADO; PEREIRA, 2020, p. 15). Tinham missões rurais com cultivo de terra e técnicas agrícolas, que também funcionavam como fonte de renda. Para esse estudo, as atividades de maior importância são os serviços de atendimento à comunidade externa, como o acesso à biblioteca, boticas e o auxílio aos enfermos (DOURADO; PEREIRA, 2020, p. 16). Já que elas estavam diretamente ligadas à questão curativa.

O atendimento aos enfermos fez-se relevante para os padres da Companhia de Jesus já no início da colonização com o aparecimento das epidemias e a necessidade de conservar o maior número possível de vidas. Segundo Serafim Leite, os ofícios de saúde dos jesuítas se resumiam aos enfermeiros, que tratavam e cuidavam dos doentes; dos cirurgiões e dos farmacêuticos (LEITE, 1953, p. 83). Desde o século XVI tornou-se obrigatória na obra a existência de enfermarias nos aldeamentos, o que continuou a acontecer nos Colégios (CALAINHO, 2005, p.68; DOURADO; PEREIRA, 2020, p. 16). Para além de cooptar o corpo e a alma dos nativos, local de disputa já abordado acima, os serviços desses homens parecem ter se estendido ao restante da população. Em uma carta escrita por José Anchieta, é afirmado que os portugueses recorriam frequentemente aos seus serviços de cura, também os procurando para seus cativos (PEIXOTO, 1933 *apud* ANCHIETA, 1565, p. 240). No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, a necessidade desses atendimentos era tamanha que houve a necessidade de expandir a enfermaria do Colégio. E assim foram construídas novas salas de enfermaria, onde uma atendia homens enquanto a outra as mulheres (LEITE, 1953, p. 84).

Como observamos nas cartas deixadas pelos jesuítas, a questão do cuidado aos enfermos passou a ser relevante para dar continuidade ao trabalho desses homens. Esta necessidade parece ter surgido “na experiência cotidiana experimentada pelos padres no território americano.” (GESTEIRA, 2004, p. 77). A questão da cura logo passou a existir como um local de disputa: os homens da Companhia de Jesus rapidamente perceberam o destaque atribuído aos pajés durante

os momentos epidêmicos e passaram a competir por esse local, visando a conversão, já que muitas vezes os nativos voltavam a buscar pela proteção dos xamãs (GESTEIRA, 2004, p. 77; FLECK, 2006, p. 167). O padre Anchieta argumentava que o batismo poderia, inclusive, apagar a malignidade das doenças, fazendo com que fé e cura andassem indissociáveis (CALAINHO, 2005, p. 73-74). Não à toa, entre os registros produzidos pelos irmãos da Companhia de Jesus, as descrições sobre períodos epidêmicos são as mais frequentes (ANZOLIN, 2016, p. 276). A terapêutica logo se tornou local de disputa, podendo angariar o mundo espiritual e corporal, extremamente relevante na evangelização. A atuação dos pajés logo foi associada à feitiçaria (GESTEIRA, 2004, p. 77-78), como descreve uma carta escrita pelo padre Anchieta em 1584: “o que mais crêm e de que lhes nasce muito mal é que em alguns tempos alguns de seus feiticeiros, que chamam pagés” (PEIXOTO, 1933 *apud* ANCHIETA, 1584, p. 331).

Os procedimentos utilizados pelos jesuítas para cuidar da varíola envolviam principalmente a sangria e os esfolamentos, incisões que buscavam remover a pele deteriorada das erupções cutâneas. As feridas eram depois lavadas e recebiam outros cuidados conforme a situação do paciente (ANZOLIN, 2015, p. 24). Além disso, também eram utilizados purgantes, bezoárticos⁴ e outros medicamentos do gênero (GESTEIRA, 2004, p. 82) Num outro trecho deixado por Anchieta em relação à epidemia de 1565, é possível observar os cuidados adotados por ele:

E o melhor é que em pago destas boas obras, alguns deles, como são de baixo e rude entendimento, diziam que as sangrias os matavam, e escondiam-se de nós outros, e mandando fazer umas covas longas á maneira de sepulturas, e depois de bem quentes com muito fogo, deixando-as cheias de brazas e atravessando paus por cima e muitas hervas, se estendiam ali tão cobertos de ar e tão vestidos como eles andam, e se assavam, os quais comumente depois morriam, e suas carnes, assim com aquele fogo exterior como com o interior da febre, pareciam assadas. Três destes que achei revolvendo as casas, como sempre fazia, que se começavam a assar, e levantando-os por força do fogo, os sangrei e sararam pola bondade de Deus. A outros que daquele pestilencial mal estavam mui mal e esfolci parte das pernas e quasi todos os pés, cortando-lhes a pele corrupta com uma tesoura, ficando em carne viva, cousa lastimosa de ver, e lavando-lhes aquela corrupção com água quente, com o que pola bondade do Senhor sararam; de um em especial se me recorda que com as grandes dores não fazia senão gritar, e gastando já todo o corpo estava em ponto de morte, sem saber seus pais que lhe fazer, sinão ehorar-lhe, o qual, como lhe cortámos com uma tesoura toda aquela

⁴ De acordo com um dicionário do século XVIII, o bezoartico era um “medicamento composto da pedra bazar”. Já o Bazar foi descrita como uma “pedra, usual na medicina; calculo que se cria no bucho de humas cabras do Oriente, e se diz bazar orientall, ou do occidente, e se dizer bazar occidental, reputa-se antidoto. BLUTEAU, Rafael. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro.** Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 174/180.

corrupção dos pés, e os deixámos esfolados, logo começou a se dar bem e cobrou a saúde (PEIXOTO, 1933 apud ANCHIETA, 1565, p. 239-240).

Outro padre que também prestou assistência contra o assalto das bexigas foi Leonardo do Valle, que destacou o desastre causado pela enfermidade nas comunidades nativas, além de estar atento às variações da doença, que podia ser branda e de tratamento fácil ou mortífera (CALAINHO, 2005, p. 70). Sob a análise das cartas é possível perceber a importância do auxílio curativo, podemos notar ainda que há uma conexão entre o domínio religioso e o mundo médico colonial. Para os homens da Companhia de Jesus, a cura parece ter sido explorada como um meio de controle sobre os corpos (ABREU, 2017, p. 120), noção que se encaixava perfeitamente ao ideário do *Christus Medicus*, e que enxergava Deus como o médico do corpo e da alma (ANZOLIN, 2016; LE GOFF; TRUONG, 2006; ROSENBERG; 1992). De acordo com Jean Luiz Neves Abreu, são muitos os estudos que apontam para uma conexão do domínio religioso e médico na tentativa de exercer controle sobre os corpos (ABREU, 2017, p. 120).

Por mais que a missão e o auxílio prestado por esses homens estivessem profundamente enraizados aos dogmas católicos, eles também dialogavam com o conhecimento médico-científico de seu tempo. Nesse sentido, é importante lembrar que muitos desses homens tinham algum tipo de formação acadêmica (VIOTTI, 2014, p. 8). As bibliotecas mantidas pelos Colégios são notórias, de acordo com Heloísa Meirelles Gesteira, algumas delas eram verdadeiras cidadelas letradas (GESTEIRA, 2004, p. 75). O Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro foi casa da primeira biblioteca pública da cidade e tinha em suas estantes volumes de Aristóteles, Platão, Plínio e Virgílio (DOURADO; PEREIRA, p. 15). O Colégio do Pará tinha mais de vinte exemplares que contemplavam a temática médica (VIOTTI, 2014, p.9; CALAINHO, 2005, p. 65). As bibliotecas dos Colégios estavam sob a responsabilidade de um padre, e com o tempo e a “necessidade permanente de defender os livros contra o cupim e outros inimigos das Bibliotecas”, os irmãos passaram a ser encarregados de limpar, restaurar e encadernar os livros (LEITE, 1953, p. 102).

Os homens da Companhia de Jesus produziram algumas obras com temática curativa durante a colonização, sendo algumas delas particularmente importantes para este estudo. A *Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil* foi organizada em Roma em 1766 por um padre que já havia trabalhado nos locais citados no título da obra. Segundo o autor da obra, que é desconhecido, ela reunia as principais receitas em circulação nesses territórios, ele frisa que o livro foi escrito para ser lido no espaço dos colégios, e que as mezinhas não deveriam ser perdidas em outras mãos. Ele foi

organizado em 1766, mas há diversos indicativos de que circulou bem antes disso (VIOTTI; FRANÇA, 2019, p.7-8). Outra obra também supostamente atribuída aos jesuítas é o *Formulário Médico: manuscrito atribuído aos Jesuítas e encontrado em uma arca da Igreja de São Francisco de Curitiba*, alguns indícios como a concepção médica utilizada e algumas referências contidas na obra possuem semelhanças com outras fontes produzidas pelos jesuítas. Apesar disso, não há elementos sólidos que possam comprovar esta ligação até o momento. O documento pertencente ao acervo de Obras Raras da Fiocruz, e foi recentemente publicado (2019). O manuscrito, datado do ano de 1703, reúne diversas receitas e tratamentos para questões de saúde variadas. Os cuidados citados para o combate à varíola também são semelhantes a alguns utilizados em outras obras produzidas pelos jesuítas. Como a Triaga Brasílica, citada em ambas as obras mencionadas acima (GESTEIRA; LEAL; SANTIAGO, 2019; VIOTTI; FRANÇA, 2019). Apesar do *Formulário Médico* ter sido escrito anteriormente a *Coleção de várias Receitas [...]*, iniciaremos a análise destas obras pela mais velha, já que está é uma produção com autoria reconhecida dos jesuítas. A autoria do *Formulário Médico* permanece desconhecida, daí a importância de compará-las, já que através deste esforço é possível identificar possíveis semelhanças e diferenças em relação a uma produção classificada como jesuíta. Mas também é evidenciar alguns dos meios de tratamentos utilizados contra à varíola.

A dificuldade do envio de medicamentos na colônia parece ter sido um dos motivos pelos quais os jesuítas passaram a escrever e produzir sobre esses itens. Enviar medicamentos na colônia, além de não ser uma tarefa fácil, muitas vezes não era viável, já que os produtos estragavam ou se perdiam (FLORENTINO, 1997; RIBEIRO, 1997, p. 29). Devido a esta questão e as dificuldades enfrentadas, os jesuítas foram grandes produtores de fármacos na América Portuguesa (RIBEIRO, 1997, p. 31). O serviço de boticário, entretanto, não era uma exclusividade da América Portuguesa, havia outros em Colégios de Portugal e no restante da Europa. No Brasil, a criação desses espaços se deveu a necessidade de acesso aos medicamentos. (LEITE, 1953, p. 85). Inicialmente esses homens utilizaram-se dos itens europeus que já conheciam, dadas as dificuldades do além-mar, logo ficou claro que isso não seria possível. Junto aos nativos, os padres aprenderam os usos terapêuticos da fauna e da flora que foram combinados aos ensinamentos que já traziam do Reino. Dada a sua importância no auxílio curativo nos primeiros séculos, eles passaram a controlar a maior parte do uso e circulação de drogas no Brasil (CALAINHO, 2005, p. 75).⁵ As boticas dos Colégios funcionavam geralmente com uma sala e

⁵ A circulação de drogas na América Portuguesa só foi regulamentada a partir do século XVIII com o *Regimento que devem observar os Comissários delegados do Físico-mor do Reyno no Estado do Brazil*, de 1744. Ele previa o envio de

uma oficina, a primeira dispunha dos remédios à disposição do público e contava comumente com uma imagem, a mais regularmente utilizada era de Nossa Senhora da Saúde; já a oficina era o local utilizado para a fabricação dos medicamentos (LEITE, 1953, p. 92).

Apesar das boticas terem representado uma importante fonte de renda para os Colégios Jesuítas (GESTEIRA; TEIXEIRA, 2009, p. 118), acredito que sua importância esteja além do quesito econômico, já que se apresentaram como um meio de sobrevivência no primeiro século. Para além da assistência médica, os padres da Companhia de Jesus tiveram grande papel divulgador no conhecimento terapêutico de diversos itens da fauna e flora brasileira (EDLER; FONSECA, 2005, p. 10). Em muitos pontos, as farmácias disponibilizadas pelos colégios eram as únicas disponíveis, e contavam com um grande arsenal de atendimento (CALAINHO, 2005, p.65). Para se ter ideia da dimensão desse serviço, a botica do Maranhão contava com um serviço flutuante, que operava em toda costa do Maranhão até Belém, abastecendo a população local (MIRANDA, 2017, p. 253-254).

Com um extenso aparato que continha todo tipo de medicamento, desenvolvidos ao longo da estadia dos jesuítas no Brasil, um deles se destacou: a Triaga Brasília. O preparo e venda de fármacos se provou de grande relevância para a Companhia de Jesus (MAIA, 2012, p. 116-117), não à toa, a receita da célebre triaga vendida no Brasil só foi descoberta e publicada em 1953 por Serafim Leite (LEITE, 2012, p. 12). A Triaga Brasília ganhou notoriedade no Brasil e em outros territórios por suas qualidades, suas vendas eram a segunda principal fonte de renda dos jesuítas na América Portuguesa (EDLER; FONSECA, 2005, p. 11). Os conhecimentos agregados dos nativos sobre os itens e utilizações da fauna e da flora, favoreceram a adaptação de medicamentos, como da Triaga Brasília, facilitando o acesso a itens que podiam ser preparados no Brasil ao invés de enviados pelo além-mar. Ela foi criada buscando adaptar uma receita largamente conhecida na Europa e remonta a Antiguidade (LEITE, 2012, p. 11). Provavelmente uma adaptação das triagas que eram comercializadas em Roma e em Veneza, que eram originadas de uma receita ainda mais antiga e popularizada por Galeno de Pérgamo em sua obra *De theriaca ad Pisonem*. Ela tinha suas origens em uma invenção feita por Andromaco, o Velho, médico pessoal do Imperador Nero. Contava com aproximadamente 62 ingredientes, e sua principal função estava no efeito curativo sobre animais peçonhentos e venenosos (LEITE, 2012, p. 4-5).

comissários do físico-mor do Reino, que deviam ser médicos aprovados pela Universidade de Coimbra, os quais visitariam as boticas previstas por suas comissões de três em três anos. Deviam ainda estar acompanhados de três boticários aprovados pelo físico-mor. Ele dissertava principalmente sobre os boticários, seus medicamentos, qualidade e preços abusivos. Ver: Regimento que devem observar os Comissários delegados do Físico-mor do Reyno no Estado do Brazil. 16 de maio de 1744. Códice 314. **Arquivo Nacional**.

O uso da receita remonta a importância da tradição humoral na medicina jesuíta, não somente na triaga, mas no uso de sangrias, purgativos e intervenções que buscavam o restabelecimento dos humores. Por exemplo, o Padre Anchieta em uma carta escrita em 1560, ao descrever as árvores de importância para terapêutica, escolhe as que seriam bem utilizadas como purgantes (PEIXOTO, 1933 *apud* ANCHIETA, 1560, p. 413).

A medicina humoral foi desenvolvida na Antiguidade, trata-se de uma série de tratados que ficaram conhecidos como *Corpus Hippocraticum* (CAIRUS, 2005, p. 25), suas bases têm grande influência do médico e filósofo Empédocles que entendia os quatro elementos como a base de todas as coisas. Na visão dele “o homem era um microcosmo – um pequeno mundo modelando em si o macrocosmo, o grande mundo.” (BERNAL, 1965, p. 188). As obras do *Corpus Hippocraticum* foram escritas entre 450-350 a.C, tratados médicos, onde o processo curativo é compreendido como uma arte (*techné*) (BERNAL, 1965, p. 186). Em sua teoria, o corpo humano seria composto de quatro humores essenciais, necessários a manutenção da vida e da saúde, o desequilíbrio entre eles seria o causador das doenças (REZENDE, 2009, p. 50). Os humores se adequavam aos quatro elementos (terra, ar, fogo e água), com as quatro qualidades (frio, quente, seco e úmido) e com as estações do ano (inverno, primavera, verão e outono) (REZENDE, 2009, p. 51-52). A função do médico era aliar a natureza ao corpo, auxiliando na eliminação ou correção do humor em desbalanço (BOORSTIN, 1983, p.345). Para Hipócrates o corpo humano tinha uma tendência natural para a cura (REZENDE, 2009, p. 51-52).

Os escritos do *Corpus Hippocraticum* e a teoria humoral foram amplamente divulgados por um de seus maiores seguidores: Galeno de Pérgamo, o popularizador da triaga romana. Em sua visão, os físicos deveriam aprender sobre a medicina com os ensinamentos de Hipócrates e seus antecessores, compreendendo o conhecimento como cumulativo (BOORSTIN, 1983, p.345). Galeno escreveu diversos tratados em grego sobre filosofia, gramática, drama, fisiologia, retórica e anatomia (BOORSTIN, 1983, p.345). A partir do século II d.C., ele revitalizou e divulgou a teoria dos humores, conciliando os escritos hipocráticos com os de Aristóteles, desenvolvendo um novo sistema de classificação (REZENDE, 2009, p. 52; MIRANDA, 2017, p.27). Para ele, o homem seria necessariamente sanguíneo, colérico, fleumático ou melancólico (BERNAL, 1965, p. 188-190). Posteriormente, dada essa classificação, os quatro humores passam a ser divididos entre: o sangue, a fleuma, a bile amarela e a bile negra (REZENDE, 2009, p. 50) Ele valorizava a importância da experiência e as obras da natureza. Os seus escritos foram rapidamente absorvidos pelo cristianismo, já que afirmavam “que o corpo era apenas um mero instrumento da

alma.” (BOORSTIN, 1983, p. 346-348; MIRANDA, 2017, p. 28). A adaptação da Triaga Brasília retrata a influência da teoria humoral na medicina jesuíta. O principal ingrediente da triaga europeia eram as víboras, assim como boa parte das mezinhas, ela foi adaptada e passou a utilizar-se jararacas. Tamanha era a relevância da receita que esses animais passaram a ser criados na quinta do Colégio da Bahia. O modo de preparo do medicamento era seguido à risca pelo modelo europeu (LEITE, 2012, p. 12-13).

Podemos observar a diferença entre as duas receitas, através dos registros deixados na *Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil*, a receita do Reino é descrita como “Triaga ótima da Botica do Colégio Romano”, é ressaltada sua ação contra “enfermidades contagiosas, peste, febres malignas, bexigas, mordeduras de animais venenosos, venenos coagulantes, como o da cicuta, napelo e semelhantes.” (VIOTTI; FRANÇA, 2019 *apud* COLEÇÃO DE VÁRIAS RECEITAS E SEGREDOS PARTICULARES DAS PRINCIPAIS BOTICAS DA NOSSA COMPANHIA DE PORTUGAL, DA ÍNDIA, DE MACAU E DO BRASIL, 1766 p. 159-160), seus ingredientes eram:

Trociscos de cebola albarrã (seis onças), Trociscos de víboras, Trociscos de edicroi, Ópio (três onças), Extrato de alcaçuz, Opopbálsamo ou bálsamo do Brasil (uma onça e meia), Terebentina (seis oitavas), Estoraque calamita (quatro oitavas), Goma mirra, Incenso (seis oitavas), Goma arábica, Suco de hipocistides ou balaustrias, Alcatira (quatro oitavas), Goma sagapeno (duas oitavas), Castóreo, Betume judaico, Goma apoponaco, Goma gálbano (duas oitavas), Goma de trigo (quatro oitavas), Rosas vermelhas (uma onça e meia), Açafraão, Espica nardo (seis oitavas), Espica céltico, Fólio malabarico ou flor de noz-moscada, Sumidades de hipericão (quatro oitavas), Sumidades de centáura menor (duas oitavas), Bisnaga, Pimenta negra, Pimenta branca (seis oitavas), Pimenta longa (três onças), Carpo bálsamo ou cubebas, Cardamomo (quatro oitavas), Semente de rosmaninho (seis oitavas), Semente de erva-doce, Semente de funcho, Semente de tapiá (quatro oitavas), Semente de nabos (uma onça e meia), Semente de marroios, Semente de salsa (seis oitavas), Amomo (quatro oitavas), Escordio (uma onça e meia), Esquinanto, Ditamo de creta, Calamita montana (seis oitavas), Pólio montano, Camepiteos, Camedrios, Seselo (quatro oitavas), Canela (uma onça e meia), Cassia línea (seis oitavas), Raiz de lírio (uma onça e meia), Raiz de genciana, Raiz de valeriana, Raiz de junça (quatro oitavas), Raiz de gengibre (seis oitavas), Raiz de potentilha (quatro oitavas), Aristoláquia redonda (duas oitavas), Costo amaro, Reupontico ou ruibarbo (seis oitavas), Agárico (uma onça e meia), Terra de São Paulo, Caparroza calcinada (quatro oitavas), Vinho branco velho (quarenta onças), Mel velho escumado (dez libras) (VIOTTI; FRANÇA, 2019 *apud* COLEÇÃO DE VÁRIAS RECEITAS E SEGREDOS PARTICULARES DAS PRINCIPAIS BOTICAS DA NOSSA COMPANHIA DE PORTUGAL, DA ÍNDIA, DE MACAU E DO BRASIL, 1766 p. 159-160)

Enquanto isso, a Triaga Brasília é descrita como “Triaga Brasília celeberrima em todo aquele novo mundo da botica do Colégio da Bahia/ Notícia do Antídoto ou nova Triaga

Basílica, que se faz no Colégio da Companhia de Jesus da Bahia”, em sua indicação é citado que se trata de uma imitação da Triaga de Roma e Veneza com raízes, plantas, ervas e drogas brasileiras (VIOTTI; FRANÇA, 2019 *apud* COLEÇÃO DE VÁRIAS RECEITAS E SEGREDOS PARTICULARES DAS PRINCIPAIS BOTICAS DA NOSSA COMPANHIA DE PORTUGAL, DA ÍNDIA, DE MACAU E DO BRASIL, 1766 p. 158). Em relação às suas qualidades descrevem que:

se curam nos Brasis de qualquer peçonha ou mordedura de animais venenosos, como também de outras várias enfermidades só com mastigá-las. [...] É potente contra as bexigas e o sarampo, pois ajuda a natureza a expelir para fora, e ao mesmo tempo corrige a má qualidade do humor corrupto. (VIOTTI; FRANÇA, 2019 *apud* COLEÇÃO DE VÁRIAS RECEITAS E SEGREDOS PARTICULARES DAS PRINCIPAIS BOTICAS DA NOSSA COMPANHIA DE PORTUGAL, DA ÍNDIA, DE MACAU E DO BRASIL, 1766, p. 158).

Aqui vale a pena atentar-se aos ingredientes utilizados na versão brasileira desenvolvida pelos padres:

Raiz de Abatua (trinta e quatro onças), Raiz de mil-homens, Raiz de capeba (trinta onças), Raiz de aipo, Raiz de jurubeba (quinze onças), Raiz de jarro (dezesesseis onças), Raiz de jarrinha (vinte e cinco onças), Raiz de angericó (vinte e quatro onças), Raiz de limão (quatorze onças), Raiz de junça, Raiz de açoro (dez onças), Raiz de gengibre (oito onças), Raiz de malvaíscio (doze onças), Raiz de jaborandi (vinte onças), Raiz de pagimirrioba (dez onças), Raiz de orelha de onça, Raiz de aristolóquia redonda (dezesesseis onças), Raiz de batata do campo (dezoito onças), Raiz de ipecacoanha negra (vinte e cinco onças), Raiz de ipecacoanha branca (quinze onças), contraerva ou capiá (trinta onças), Extratos de todas as ervas acima (seis libras), Cipó de cobras (vinte onças), Canela da Índia (dez onças), Cravo do Maranhão (catorze onças), Cascas de angélica do Brasil (quinze onças), Cascas de ibiráé (vinte onças), Flor de noz-moscada, Açafraão em pó (quinze onças), Erva cáacica ou erva do sangue (dezoito onças), Semente de cidra (cinco onças), Semente de erva doce, Semente de cominhos (nove onças), Semente de salsa da horta (dez onças), Semente de pindaíba (vinte e quatro onças), Semente de nhambu (oito onças), Semente de urucum seco em trociscos (vinte e uma onças), Extrato de ópio (dezesesseis onças), Extrato de alcaçuz (quatorze onças), Extrato de angélica (vinte uma onças), Extrato de pindaíba (seis libras), Bálsamo do Brasil (trinta e seis onças), Gomas, Goma arábica (doze onças), Incenso, Mirra (dezesesseis onças), Cato (nove onças), Almecega da Índia (dezesesseis onças), Terebintina fina (vinte onças), Castóreo (cinco onças), Tintura do mesmo (dezesesseis onças), Terra Sigilada, Terra de São Paulo (oito onças), Terra de Cananor (cinco onças), Caparrosa calcinada (seis onças), Espírito de marte (cinco onças), Trociscos de jajararacas ou de víboras (trinta e quatro onças), Vinho branco, Xarope de limões (quatro libras), Mel de abelhas (cento e setenta libras), Óleo de cascas de laranjas, Óleo de sassafrás, Óleo de pindaíba (quatro oitavas), Óleo de erva-doce, Óleo de funcho, Óleo de canela (três oitavas), Óleo de salva, Óleo de casca de limões (duas oitavas), Sal hercúleo (doze oitavas), Sal de cravo, Sal de canela, Sal de alecrim (oito oitavas), Sal de tabaco, Sal de caroba, Sal de chicória, Sal de borragens (seis oitavas), Sal de pindaíba (dez oitavas), Sal de arruda, Sal de cardo santo (três oitavas) (VIOTTI; FRANÇA, 2019 *apud* COLEÇÃO DE VÁRIAS RECEITAS E SEGREDOS PARTICULARES DAS PRINCIPAIS BOTICAS DA NOSSA COMPANHIA DE PORTUGAL, DA ÍNDIA, DE MACAU E DO BRASIL, 1766, p. 158-159).

Nota-se que a versão brasileira contém mais ingredientes do que a europeia. Os ingredientes em comum nas receitas são: o bálsamo do Brasil⁶; a goma arábica⁷, embora a Triaga Brasília mencione as gomas de forma generalizada; o castóreo⁸; açafraão; flor de noz-moscada; erva-doce, na versão europeia é usada a semente enquanto na do Brasil se utiliza o óleo; o funcho⁹, onde ocorre o mesmo que o ingrediente anterior; semente de salsa; canela, onde na versão romana ela é mencionada puramente como canela, e na Triaga Brasília se difere como canela da Índia e o uso de seu óleo; raiz de junça¹⁰; raiz de gengibre; terra de São Paulo; vinho branco, na romana há indicação de que seja velho; e mel, que na versão romana era utilizado mel velho escumado e na outra está descrito apenas como mel de abelhas. A receita da Triaga Brasília, como já mencionado aqui, também está presente no *Formulário Médico: manuscrito atribuído aos Jesuítas e encontrado em uma arca da Igreja de São Francisco de Curitiba*. Entretanto, a obra apenas cita as suas virtudes, apontando sua utilização para várias doenças, mas sem mencionar ingredientes (GESTEIRA; LEAL; SANTIAGO, 2019, *apud* FORMULÁRIO MÉDICO, 1703, p. 413-415). Um indicativo de que essa receita não devia estar em todas as mãos.

A *Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil (1766)* possui ainda mais cinco receitas relacionadas à cura contra as bexigas. São elas: Água Cordial Bezoartica contra Bexigas e Sarampo. Curvo Polianteia; Bálsamo de fezes de Ouro. Do Irmão Boticário Manoel de Carvalho; Bezoártico do Curvo singular contra febres malignas. Da Botica do Colégio de Recife; Pedras de Cobra de Dio; Pedras

⁶ De acordo com um glossário de ingredientes feito pelos organizadores da obra era um “Tipo de bálsamo extraído de um coquinho, cuja virtude era curar feridas” Ver: VIOTTI, Ana Carolina; FRANÇA, Jean Marcel Carvalho (org.). *Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2019, p. 245.

⁷ “Resina natural que é extraída de duas espécies de acácias da região subsaariana”. Ver: VIOTTI, Ana Carolina; FRANÇA, Jean Marcel Carvalho (org.). *Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2019, p. 256.

⁸ “Testículos de castor” Ver: VIOTTI, Ana Carolina; FRANÇA, Jean Marcel Carvalho (org.). *Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2019, p. 245.

⁹ “Erva hortense vulgar de que há muitas espécies, cujos frutos são empregados na arte culinária e médica” Ver: VIOTTI, Ana Carolina; FRANÇA, Jean Marcel Carvalho (org.). *Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2019, p. 254.

¹⁰ Espécie de junco, planta semelhante as gramíneas que crescem geralmente em terrenos alagadiços. Ver: VIOTTI, Ana Carolina; FRANÇA, Jean Marcel Carvalho (org.). *Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2019, p. 258.

de Porco-espinho artificiais que se costumava fazer em Goa. Sua indicação está no uso contra à varíola de maneira generalizada, com exceção do ‘Bálsamo de fezes de Ouro. Do Irmão Boticário Manoel de Carvalho.’, indicado para o tratamento e redução dos danos à pele (VIOTTI; FRANÇA, 2019 *apud* COLEÇÃO DE VÁRIAS RECEITAS E SEGREDOS PARTICULARES DAS PRINCIPAIS BOTICAS DA NOSSA COMPANHIA DE PORTUGAL, DA ÍNDIA, DE MACAU E DO BRASIL, 1766). Já no caso *Formulário Médico: manuscrito atribuído aos Jesuítas e encontrado em uma arca da Igreja de São Francisco de Curitiba (1703)* encontram-se seis mezinhas que servem para o que parecem ser tipos diferentes de erupções cutâneas causadas pela enfermidade como as: “bexigas de olho de polvo”, “bexigas chatas”, “bexigas de pelle de lixa” e “bexigas brancas”, mas também para outros sintomas ou sequelas ocasionadas pela doença. De acordo com o *Diccionario de medicina popular(...)* escrito por Pedro Luiz Napoleão Chernoviz e publicado em 1890, os termos bexiga de "bexigas pelle de lixa" e "bexigas de olho de polvo" serviam para designar formulações mais graves da doença (CHERNOVIZ, 1890, p. 325-226). Outra diferença é que não há nomenclaturas específicas para as receitas e também não se faz uma divisão tão clara dos ingredientes e das virtudes, que aparecem juntas. Alguns dos itens citados na obra são: fezes de animais, aguardente, azeite, ervas e vinho (GESTEIRA; LEAL; SANTIAGO, 2019 *apud* FORMULÁRIO MÉDICO, 1703).

Em ambos os casos encontramos referências à varíola e a necessidade de se expurgar o humor corrupto (VIOTTI; FRANÇA, 2019, *apud* COLEÇÃO DE VÁRIAS RECEITAS E SEGREDOS PARTICULARES DAS PRINCIPAIS BOTICAS DA NOSSA COMPANHIA DE PORTUGAL, DA ÍNDIA, DE MACAU E DO BRASIL, 1766, p. 158-159; GESTEIRA; LEAL; SANTIAGO, 2019 *apud* FORMULÁRIO MÉDICO, 1703, p. 413-415). Evidenciando a presença da medicina humoral nos Colégios Jesuítas. Segundo os estudos de Heloísa Gesteira e Alessandra dos Santos Teixeira, há indícios de que a iatroquímica também tenha tido uso nas práticas médicas jesuítas (GESTEIRA; TEIXEIRA, p. 131). A referência ao médico João Curvo Semedo em algumas das receitas escritas no *Formulário Médico: manuscrito atribuído aos Jesuítas e encontrado em uma arca da Igreja de São Francisco de Curitiba (1703)* e *Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil (1766)*, é um indicativo interessante, já que o médico foi um grande conciliador e mantinha uma postura eclética utilizando-se da medicina humoral e da iatroquímica (FREITAS, 2022, p. 2). Boa parte da tradição iatroquímica na medicina, foi derivada da herança do trabalho de Paracelso, a técnica propunha a compreensão do corpo humano a partir das análises químicas, privilegiando

processos como o de efervescência, fermentação e de putrefação (FREITAS, 2022, p. 6; LOURENÇO, 2016, p. 20). Paracelso, no entanto, propôs críticas ao sistema aristotélico vigente em boa parte das universidades europeias (FREITAS, 2022, p. 6). E foi a própria Companhia de Jesus quem garantiu a permanência e hegemonia do aristotelismo no ensino universitário lusitano (FREITAS, 2022, p. 3). Apesar disso, o que se observa é a presença e influência dos trabalhos de um médico de influência química nos medicamentos desenvolvidos pelos padres da Companhia de Jesus.

É importante lembrarmos que os homens da Companhia de Jesus atuaram sob uma posição privilegiada na esfera social, detendo grande influência na metrópole e em seus domínios. Não à toa, mantiveram, até o momento de sua expulsão, o controle das universidades portuguesas sob os moldes teóricos que defendiam. Desde a anexação de Portugal a Espanha, no final do século XVI, o Santo Ofício passou a ter grande poder nas universidades. A censura imposta pelos inquisidores passou a basear o ensino médico português nas doutrinas galênicas (MIRANDA, 2017, p. 86-87). A presença desses homens inclusive acabou impulsionando a vinda de físicos ao Brasil, devido ao alvará de 1671 que proibia que médicos reconciliados com a Santa Inquisição exercessem a profissão (MIRANDA, 2017, p.88). Como vimos, isso não impediu que os padres da Companhia de Jesus introduzissem a medicina química em seus medicamentos. E este não é o único caso, o Colégio do Rio de Janeiro, por exemplo, mantinha exemplares escritos por Francisco Soares Lusitano. O autor, além de tecer críticas diretas ao sistema aristotélico, abordava a teoria sanguínea de Harvey, que era proibida de ser ensinada em Portugal (ABREU, 2011, p. 21). Mas não foi somente o tribunal inquisitorial que influenciou o ensino médico lusitano, já que os homens da Companhia de Jesus tiveram grande domínio sobre os colégios e universidades portuguesas (MIRANDA, 2017, p.89). O ensino desenvolvido por esses padres estava baseado no já citado método didático do *Ratio studiorum*, que envolvia:

o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do ensino do latim oral e escrito; o encorajamento dos alunos nas discussões referentes ao poder da argumentação escolástica dentro dos mais fiéis princípios da ortodoxia católica; o rígido controle sobre a atividade e a didática dos professores; e a promoção, entre os alunos, de recitais, debates literários e representações teatrais. Tudo isso dentro dos mais rígidos preceitos da ortodoxia católica romana (MIRANDA, 2017, p.90).

Até a aprovação dos Estatutos da Universidade de Coimbra, de 1772, o saber médico lusitano esteve baseado em autores como Hipócrates, Galeno e marcado pela influência das

crenças mágico-astrológicas. Relativamente bem afastado¹¹ das inovações científicas absorvidas pelo restante da Europa (ABREU, 2007, p. 763). A divulgação de inovações e outros conhecimentos era passível de censura. O reitor e jesuíta do Colégio das Artes de Coimbra proibiu, em 1746, discussões relativas às ideias subversivas de Descartes, Gassendi, Newton além de outros (MIRANDA, 2017, p.91). O renascimento científico europeu e as ideias de Copérnico, Kepler, Giordano Bruno, Galileu, Francis Bacon, Harvey e outros não alteraram a rigidez do pensamento escolástico ainda baseado na visão tomista-aristotélica cristã (MIRANDA, 2017, p.95). Todo esse modelo foi trazido e implementado no Brasil, nos Colégios, como já observamos.

Como afirma James C. Scott é interessante observar as relações estabelecidas por um grupo de poder, ao se utilizar de um discurso oculto (SCOTT, 2013, p. 60). Assim como ele, acredito que neste caso, a posição privilegiada destes padres na América Portuguesa tenha favorecido o uso de certas práticas. Como podemos ver através da circulação de saberes classificados proibidos pelo Reino entre os próprios homens da Companhia de Jesus. Timothy D. Walker, propõe que a escassez de recursos médicos convencionais do Reino e a exposição aos métodos curativos indígenas pode ter proporcionado uma prática médica menos rígida do que a ensinada nos currículos de Coimbra (WALKER, 2013, p. 409). A tese do autor, vai de encontro com a desenvolvida por Viotti e compartilhada por este artigo, de que houve na América Portuguesa uma pluralidade curativa, que alinhou saberes em prol da cura (VIOTTI, 212). Mesmo assim, na América Portuguesa, o sistema de ensino só foi alterado com a expulsão dos jesuítas em 1759, e passou progressivamente a ser instaurada uma reforma dos estudos menores (MIRANDA, 2017, p.97). Em Portugal, o domínio jesuíta passou a ser questionado a partir das

¹¹ A questão do atraso científico em Portugal, é ponto de debate e contestação entre a historiografia. Alguns autores defendem que a ação de algumas instituições como o Santo Ofício e a Companhia de Jesus teriam retardado a chegada das novas correntes teórico-científicas do restante da Europa. Boa parte dessa discussão baseia-se nas restrições de ensino aplicadas nas universidades, e na proibição de obras que contestavam o modelo humoral. Por outro lado, parte da historiografia pontua que a questão do atraso estaria baseada numa visão centro-periférica que desconsideraria os diferentes contextos da Europa das Luzes. Sendo ainda inflada pelo movimento dos ‘estrangeirados’ em Portugal no século XVIII. Mais recentemente, estudos como os de Amélia Polónia, Fabiano Bracht, Gisele da Conceição e Monique Palma vem questionando a tese do atraso científico em Portugal, frisando a ação dos cirurgiões. Ver: CARNEIRO, Ana; SIMÕES, Ana. Enlightenment Science in Portugal: The Estrangeirados and their communication networks. **Social Studies Of Science**, [S.L.], v. 30, n. 4, p. 591-619, ago. 2000.; BRAGA, I. M. R. M. Medicina Popular versus Medicina Erudita no Portugal de D. João V. In: BRAGA, I. M. R. M. **Assistência, Saúde Pública e Prática Médica em Portugal: séculos XV-XIX**. Lisboa: Universitária Editora, 2001.; ABREU, Jean Luiz Neves. **Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011; POLÓNIA, Amélia; BRACHT, Fabiano; CONCEIÇÃO, Gisele da; PALMA, Monique (org.). **História e Ciência: ciência e poder na primeira idade global**. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2016.

obras de Luís António Verney, concretizadas através da reforma pombalina que transformou a estrutura de ensino em Portugal (MIRANDA, 2017, p.101-102; ABREU, 2017, p. 129).

Considerações Finais

Através do exposto até aqui, pode-se observar a relevância da atuação missionária durante as epidemias de varíola e na formulação de meios curativos contra à doença. As cartas deixadas pelos padres da Companhia de Jesus evidenciam a violência com a qual as epidemias de varíola atingiram a América Portuguesa, e ainda, como esses homens atuaram de modo a preservar sua obra. No caso dos jesuítas, podemos observar trocas culturais, onde a cura está associada à circulação de saberes (CALAINHO, 2009, p.9). Como no exemplo da Triaga Brasília, já que o próprio autor, desconhecido, frisa que um dos motivos de ter escrito a obra era para que “não se perdessem tão bons segredos, e estes não andassem espalhados por todas as mãos” (VIOTTI; FRANÇA, 2019 *apud* COLEÇÃO DE VÁRIAS RECEITAS E SEGREDOS PARTICULARES DAS PRINCIPAIS BOTICAS DA NOSSA COMPANHIA DE PORTUGAL, DA ÍNDIA, DE MACAU E DO BRASIL, 1766, p. 23). Havia, portanto, uma preocupação sobre quem poderia ter acesso às receitas.

A posição ocupada por esses padres possibilitou ainda o contato com diversas obras proibidas em Portugal e também com novos conhecimentos terapêuticos adquiridos através dos naturais da terra. Essas alternativas influenciaram a produção de remédios contra às bexigas, como demonstrado ao longo do artigo, possibilitando técnicas curativas plurais. Vemos nas obras analisadas técnicas múltiplas que abrangem um misto de empirismo e conhecimento acadêmico em prol da cura, com a utilização de plantas, minerais, excrementos e outros materiais diversos (VIOTTI, 2012, p. 12). Além disso, podemos observar a presença de diversas teorias curativas em suas obras, que eram rejeitadas pela própria Companhia de Jesus no ensino universitário lusitano. O que, no entanto, não impediu que elas fossem utilizadas por esses homens. De maneira preliminar, pois se trata de um trabalho em andamento, é possível concluir que os missionários jesuítas são uma importante fonte para identificação de epidemias de varíola na América Portuguesa, já que esta é uma temática recorrente em suas cartas. Mas também, uma relevante fonte de informação sobre os métodos curativos aplicados no combate à moléstia. Elas podem auxiliar no levantamento epidêmico como também na análise de eventuais práticas curativas utilizadas por eles e pelos nativos.

Referências bibliográficas

Fontes:

Arquivo Nacional

Regimento que devem observar os Comissários delegados do Físico-mor do Reyno no Estado do Brazil. 16 de maio de 1744. Códice 314.

Projeto Resgate – Biblioteca Nacional

Ofício do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, **Conselho Ultramarino**, 18 de julho de 1794, Cx. 104, d. 8248. Disponível em: Hemeroteca Digital, BN: < http://resgate.bn.br/docreader/013_PA/65545>. Acesso: 18 de abril de 2023.

Obras Impressas

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (org). **Cartas avulsas: 1550-1568**. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

PEIXOTO, Afrânio (org). **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre José de Anchieta, S. J.: (1554 - 1594)**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1933.

BETTENDORF, João Felipe, SJ. **Crônica da missão dos Padres da Companhia de Jesus no Maranhão**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

CARDIM, Fernão. **Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuitica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente, S. Paulo etc. [...] [...] desde o anno de 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Christovam de Gouvea escripta em duas Cartas ao P. Provincial em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorios para uso das familias, contendo a descripção das Causas, symptomas e tratamento das moléstias; as receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes; e muitos conhecimentos uteis**. 6ª ed consideravelmente augmentada. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

GESTEIRA, Heloisa Meireles; LEAL, João Eurípedes Franklin; SANTIAGO, Maria Claudia (orgs). **Formulário Médico**: manuscrito atribuído aos Jesuítas e encontrado em uma arca da Igreja de São Francisco de Curitiba. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.

MINISTÉRIO DA FAZENDA (org.) **Cartas do Brasil do padre Manoel Danobrega (1549-1560)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

VASCONCELOS, Simão de. **Chronica da Companhia de Jesus do estado do Brasil e do que obraram seus filhos n'esta parte do novo mundo em que se trata da entrada da**

Companhia de Jesus nas partes do Brasil, dos fundamentos que n'ellas lançaram e continuaram seus religiosos, e algumas noticias antecedentes, curiosas e necessarias das cousas d'aquelle estado. Lisboa: A.J. Fernandes Lopes, 1865.

BIBLIOTECA DE ESCRITORES PORTUGUESES (org.) **Cartas do Padre António Vieira coordenadas e anotadas por J. Lúcio d'Azevedo (Tomo I)**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.

VIOTTI, Ana Carolina; FRANÇA, Jean Marcel Carvalho (orgs.). **Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2019.

Referências:

ABREU, Jean Luiz Neves. A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das 'luzes' e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.761-778, jul.-set. 2007.

_____. **Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

_____. Tratados e construção do saber médico: alguns aspectos dos paratextos nos impressos de medicina luso-brasileiros — século XVIII. **Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 6, n. 2, p. 21-34, jul.-dez. 2013.

_____. Prédicas para a alma e o corpo: algumas questões para a compreensão da doença no contexto luso-brasileiro do século XVIII. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 118–137, 2017.

ABREU, Laurinda. A institucionalização do saber médico e suas implicações sobre a rede de curadores oficiais na América portuguesa. **Tempo**, [S.L.], v. 24, n. 3, p. 493-524, dez. 2018.

ALDEN, Dauril; MILLER, Joseph. Out of Africa: the slave trade and the transmission of smallpox to Brazil. **Journal of Interdisciplinary History: Cambridge**, v.18, n.2, 1987.

ANZOLIN, A. S. Entre mortes e lembranças: Notas sobre as reações dos Tupi à pandemia de varíola de 1562-64. **Revista Latino-Americana de História**, v.3, 2015.

_____. As doenças como exempla: epidemias e mortes nas cartas do jesuíta José de Anchieta. **Cadernos de História**, v. 17, n. 27, p. 274-288, 30 out. 2016.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios Jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BERNAL, J. D. **Science in History**, Volume I. Cambridge (MA), The M.I.T, Press, 1965.

BEHBEHANI, A M. The smallpox story: life and death of an old disease. **Microbiological Reviews**, [S.L.], v. 47, n. 4, p. 455-509, Dez. 1983.

BOORSTIN., Daniel J. **The discoverers**: a history of man's search to know his world and himself. New York: Random House, 1983.

CAIRUS, HF. O Corpus Hippocraticum. In: CAIRUS, HF.; RIBEIRO JR., WA. **Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e medicina no Brasil colonial. **Tempo [online]**. 2005, v. 10, n. 19, p. 61-75.

_____. Norma e práxis na medicina luso-brasileira setecentista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos: Cultura e História Urbana**, [S.I.], v. 8, n. 16, p. 179-192, 01 dez. 1995.

DOURADO, A. V.; PEREIRA, A. M. The history of the Jesuit college of São Sebastião do Rio de Janeiro in the 16th century. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e769108222, 2020.

EDLER, Flávio C.; FONSECA, Maria Raquel F. da. Saber Erudito e Saber Popular na Medicina Colonial. **Cadernos ABEM**, Volume 2, novembro 2005, p. 6-26.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Em busca da saúde das almas: medicina e missão nas reduções jesuítico-guaranis. **Estudos de História**, Franca, São Paulo, v.13, n.1, p.117-148, 2006.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990.

FREITAS, Ricardo Cabral de. Curas químicas para males galênicos: plantas e minerais no tratamento de febres em João Curvo Semedo. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 1-16, jan. 2022.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. A cura do corpo e a conversão da alma - conhecimento da natureza e conquista da América, séculos XVI e XVII. **Topoi (Rio de Janeiro)**, [S.L.], v. 5, n. 8, p. 71-95, jun. 2004.

_____; TEIXEIRA, A.S. As fazendas jesuíticas em Campos dos Goitacazes: práticas médicas e circulação de ideias no império português (séculos XVI ao XVIII). **Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica**, v. 27, n. 2, p. 117-144, 2009.

GURGEL, C. **Doenças e Curas**. O Brasil nos Primeiros Séculos. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin; ROSA, Camila Pereira da. História da medicina: A varíola no Brasil colonial (séculos XVI e XVII). **Revista de Patologia Tropical**, vol. 41(4), out-dez, 2012.

HERSON, Bella. **Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

KOYRÉ, Alexandre. **Estudos de história do pensamento científico**. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 1991.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Tradução: Marcos Flamínio Pires. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEITE, Serafim. **Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549 – 1760)**. Lisboa: Brotéria, 1953.

LEITE, Bruno Martins Boto. Mezinhas antigas e modernas: a invenção da triaga brasílica pelos jesuítas do colégio da Bahia no período colonial. **Anais do 13 Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. São Paulo, set. 2012, p. 1-15.

LOURENÇO, Tânia Souza. **O médico entre a tradição e a inovação: João Curvo Semedo**. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

MAIA, Patrícia Albano. Práticas terapêuticas jesuíticas no Império colonial português: medicamentos e boticas no século XVIII. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2012.

MECENAS, A. “A doença do corpo enche os adros e a doença da alma, os infernos”: práticas de cura no sertão da América Portuguesa (1690-1702). **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, v.17, p.73-90, 2017.

MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza. **Fé e império: as Juntas das Missões nas conquistas portuguesas**. Manaus: EdUA; Fapeam, 2009.

MESQUIDA, Peri. Catequizadores de índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, de 1549 a 1759, à luz do *ratio studiorum*. **Educar em Revista**, [S.L.], n. 48, p. 235-249, jun. 2013.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura**. 3. ed. Recife: Editora UFPE, 2017.

NOGUEIRA, André Luís Lima. Dos tambores, cânticos, ervas... Calundus como prática terapêutica nas Minas setecentistas. In: PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio (org.). **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.

PIMENTA, Tania Salgado. **Artes de curar**: um estudo a partir dos documentos da fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX. 1997. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1997.

REZENDE, J. M. De. Dos quatro humores às quatro bases. À sombra do Plátano: crônicas de história da medicina. [S.l.]: **Editora Fap-Unifesp**, 2009.

RIBEIRO, Lourival. **Medicina no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Ed. Sul Americana, 1971.

RIBEIRO, MM. **A Ciência dos Trópicos: a Arte Médica no Brasil do Século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROSENBERG, Charles. 'Framing disease: Illness, society and history.' In: Rosenberg, Charles. **Explaining epidemics and other studies in the history of medicine**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SANTOS JUNIOR, Dimas Catai. **Colonizar o inferno, ocupar o purgatório**: feitiçaria, práticas mágicas e religiosidade no Brasil colonial (século XVIII). 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Ufba, Salvador, 2015.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. A varíola no Brasil do século XIX. In: PIMENTEL, Franco; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; MACIEL, Ethel Leonor Noia (org.) **Uma história brasileira das doenças**: Volume 4. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos [trad.] Lisboa: Letra Livre, 2013.

SNOWDEN, Frank M. **Epidemics and Society**: from the black death to the present. United States of America: Yale University Press, 2019.

SOUSA, Cláudia Rocha de. As práticas curativas na Amazônia Colonial: da cura da alma à cura do corpo (1707-1750). **Amazônica - Revista de Antropologia**, [S.L.], v. 5, n. 2, Universidade Federal do Para, 12 fev. 2014.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a terra de Santa Cruz**. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Sheila Maria Ferraz Mendonça de; ARAUJO, A. J. G.; FERREIRA, L. F. Paleopatologia e Paleoepidemiologia: o estudo da doença em populações pré-históricas brasileiras. In: SANTOS, R. V. e COIMBRA JR., c. e.a (org.). **Saúde e povos indígenas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. **As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808)**. 2012. 179 fl. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, Universidade Estadual Paulista –Júlio de Mesquita Filho, Campus de Franca. 2012.

_____. Entre homens de saber, de letras e de ciência: médicos e outros agentes da cura no Brasil colonial. **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**, n. 32.1, p. 5-27, 2014.

_____. Um estudo sobre as boticas e os remédios dos jesuítas no Império Português (séculos XVII - XVIII). **História Unisinos**, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 464-474, 21 out. 2019.

WALKER, T. D. The Medicines Trade in the Portuguese Atlantic World: acquisition and dissemination of healing knowledge from Brazil (c. 1580-1800). **Social History Of Medicine**, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 403-431, 16 Maio 2013.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Gomes Ferreira e os símplices da terra: experiências dos cirurgiões no Brasil-Colônia. In: FERREIRA, Luís Gomes. **Erário mineral** (Org. Júnia Ferreira Furtado). Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro; Fundação Oswaldo Cruz, 2002.

Os “crimes contra o recto ministério do Santo Ofício” na capitania de Minas Gerais (1722-1821): alguns apontamentos

The crimes against the Holy Office in the captaincy of Minas
Gerais (1722-1821): some notes

Matheus Antônio da Silva Sousa

Graduando em História
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)
matheusantoniodasilvasousa@outlook.com

Pedro Tadeu de Castro Ribeiro

Graduado em História
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)
pedrocastroribeiro93@gmail.com

Recebido: 10/04/2023

Aprovado: 14/11/2023

Resumo: No quadro dos delitos perseguidos pela Inquisição portuguesa, para além de constarem práticas como o judaísmo, a bigamia, a sodomia, a solitação e a feitiçaria, havia um conjunto de ações entendidas como perturbadoras do bom funcionamento do tribunal e denominadas “crimes contra o recto ministério do Santo Ofício”. Assim, à Inquisição portuguesa interessava atuar também contra aqueles que impediam e perturbavam seu regular procedimento, quer fossem agentes inquisitoriais que abusavam de sua autoridade, quer fossem indivíduos comuns que ofereciam obstáculos à atuação do Santo Ofício. À vista disso, buscaremos apresentar, no presente trabalho, um mapeamento das denúncias e processos envolvendo os crimes contra o Santo Ofício na capitania de Minas Gerais entre 1722 e 1821, focalizando a natureza do delito e seu comportamento nas terras do ouro.

Palavras-chave: Inquisição portuguesa; Crimes contra o Santo Ofício; Minas Gerais.

Abstract: In the context of delicts persecuted by the Portuguese Inquisition, in addition to practices such as Judaism, bigamy, sodomy, solitation and sorcery; there was a set of actions understood as disturbing the proper functioning of the court and called “crimes against the righteous ministry of the Holy Office”. Thus, the Portuguese Inquisition was also interested in acting against those who impeded and disturbed its regular procedure, whether they were inquisitorial agents who abused their authority, or ordinary individuals who offered obstacles to the performance of the Holy Office. In view of this, we will seek to present, in this work, a mapping of the denunciations and processes

involving the crimes against the Holy Office in the captaincy of Minas Gerais between 1722 and 1821, focusing on the nature of the crime and its behavior in the lands of gold.

Keywords: Portuguese Inquisition; crimes against the Holy Office; Minas Gerais.

Introdução

O surgimento da Inquisição portuguesa situa-se na esteira da ingerência da Coroa em domínios que até então lhe eram alheios, notadamente o combate aos desvios da ortodoxia católica em um contexto de intenso conflito social envolvendo a autoridade régia, o clero e os cristãos-novos. Em termos conjunturais, as reformas religiosas acentuaram um processo paulatino de desgaste da autoridade papal sobre os estados europeus, alterando o quadro da relação de forças entre a Santa Sé e a Coroa e exigindo do papa caras concessões perante as reivindicações régias e importantes mudanças na própria estrutura doutrinária e organizacional da cúria romana. Em meio às tensas negociações pela fundação de um tribunal inquisitorial em terras lusitanas, na balança da decisão papal constavam, para além do possível enfraquecimento da influência direta de Roma sobre a Igreja portuguesa, os conflitos religiosos, étnicos e sociais que ecoavam da experiência espanhola de constituição de uma Inquisição vinculada ao poder régio em 1478. Não obstante, a concessão traria consigo os atraentes resultados da defesa da fé cristã a partir da arregimentação de tão distinto aliado, propiciando, ainda, um indispensável apoio secular ao ímpeto de convocar um concílio universal capaz de deter o avanço protestante. De igual forma, a criação do tribunal parecia ao monarca uma oportunidade de reforçar decisivamente seu poder mediante a abertura de uma nova zona de influência sobre a estrutura eclesiástica¹.

¹ Nesse contexto, as relações entre a Igreja e a monarquia portuguesa foram pautadas pelos princípios do padroado real. Nas palavras de Charles Boxer (2007, p.98), o padroado pode ser definido como “uma combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papado à Coroa de Portugal na qualidade de patrocinadora das missões católicas e dos estabelecimentos eclesiásticos missionários na África, Ásia e Brasil.” Assim, mediante uma série de bulas e breves pontifícios publicados entre 1452 e 1515, o monarca foi autorizado pelo papa a construir e permitir a construção de igrejas, catedrais e conventos no âmbito de seus domínios; a nomear candidatos para os arcebispados, bispados e abadias e, não menos importante, a administrar as jurisdições e receitas eclesiásticas. Conforme apontam Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva (2013, p.25 e 32), o estabelecimento da Inquisição em Portugal aumentaria essa zona de influência da Coroa, o que explica, em parte, a resistência inicial da Cúria romana em atender às solicitações dos monarcas portugueses. Em meados da década de 1530, contudo, a necessidade de apoios para conter o avanço turco, a preocupação com a expansão do protestantismo e o anseio de convocar um concílio universal que contasse com o auxílio dos reis cristãos levaram o papado a ceder às pressões da Coroa.

Com efeito, após várias reviravoltas diplomáticas, o papa Paulo III, em 23 de maio de 1536, estabeleceu a Inquisição em Portugal por meio da bula *Cum ad nil magis*, cuja cerimônia de aceitação demonstrou com clareza o grau da autonomia inquisitorial no seio da Igreja e delineou a estrutura e capilaridade do Santo Ofício português. Conforme afirma Bethencourt (2000a, p.95), a bula definiu os principais traços característicos do tribunal da fé e criou as condições necessárias para sua atividade regular, voltada à perseguição das crenças e comportamentos religiosos incompatíveis com o quadro doutrinário definido pela ortodoxia católica. Esta vigilância, no que lhe concerne, foi exercida por intermédio de quatro tribunais de distrito que, em seu conjunto, cobriam os quatro cantos do Império português. Assim, enquanto o sul de Portugal permaneceu sob a jurisdição do tribunal de Évora e o norte sob o domínio do tribunal de Coimbra, a região central do Reino e as possessões ultramarinas banhadas pelo Atlântico ficaram sob a égide do tribunal de Lisboa. As possessões portuguesas do Oriente, em contrapartida, estiveram, desde 1560, sob a influência do tribunal de Goa, única mesa inquisitorial lusitana criada no além-mar.

Para além da rede de tribunais de distrito, a Inquisição buscou fazer sentir sua presença nos territórios do Reino e do ultramar por meio das visitas², que, segundo Bethencourt (2000, p.119), concentraram-se entre os anos de 1542 e 1637. As visitas inquisitoriais, nas palavras de Marcocci e Paiva (2015, p. 45), “constituíram uma arma privilegiada do Santo Ofício no império, onde a carência de estruturas estimulava o recurso à delegação de poderes e ações temporárias”. O esgotamento desse mecanismo de vigilância e punição na segunda metade do século XVII, contudo, esteve longe de significar o fim do jugo inquisitorial nos territórios onde este se fez presente ao longo do tempo. No caso específico da América portuguesa, é notável a constituição, sobretudo a partir das últimas décadas do século XVII, de uma ampla rede de comissários e familiares ligados ao tribunal. Os comissários eram agentes eclesiásticos que atuavam a serviço da Inquisição no âmbito local, recebendo e encaminhando denúncias, executando mandados judiciais, desenvolvendo inquéritos e procedendo a averiguações. Os familiares, em contrapartida, eram membros civis do Santo Ofício, responsáveis por efetuar prisões, promover o sequestro de bens e encaminhar os réus para os cárceres dos tribunais (BETEHENCOURT, 2000a, p.114).

² Em relação ao Brasil, sabe-se seguramente da existência de três visitas inquisitoriais, a primeira ocorrida na Bahia e em Pernambuco entre 1591 e 1595, a segunda novamente na Bahia entre 1618 e 1620 e a última realizada no Grão-Pará entre 1763 e 1769.

Os cargos de comissário e familiar conferiam aos seus titulares um significativo prestígio social, ao que se somava uma série de privilégios garantidos pela Coroa. A investidura a esses postos era precedida de um processo de habilitação que tinha como propósito atestar a “pureza de sangue” do pretendente. Desse modo, o acesso aos quadros burocráticos do Santo Ofício constituía um dos mais seguros e prestigiados meios de comprovação da limpeza linhagística, o que resultava em privilégios como isenção de impostos, dispensa de obrigações comunitárias e serviço militar, autorização para portar armas e reconhecimento de jurisdição privada em relação à maioria dos crimes em que os agentes da Inquisição estivessem envolvidos (BETHENCOURT, 2002 p.137 e 139). Nesse sentido, o desenvolvimento de uma rede de comissários e familiares na América portuguesa, em consonância com a consolidação do poder episcopal, revelou-se decisivo para a consumação da vigilância da fé em um espaço que, apesar de tentativas pontuais, não contou com o estabelecimento de um tribunal exclusivo (FEITLER, 2013, p.33-34).

Giuseppe Marocci e José Pedro Paiva (2013, p.15) apontam, por outro lado, para o caráter complexo e instável da autoridade da Inquisição portuguesa, destacando sua capacidade de instalar o temor por meio do sentimento de vigilância, mas, ao mesmo tempo, sua debilidade manifestada nos contrastes e críticas de que foi alvo ao longo dos 285 anos de sua existência. Em igual sentido, faz-se necessário caracterizar o Santo Ofício a partir de sua própria historicidade, uma vez que, pela força da memória, tem-se, na contemporaneidade, a imagem do tribunal como uma entidade a-histórica cuja ação fora indelével, suprema, cruel e, especialmente, imutável em sua forma e conteúdo. Não pretendendo relativizar as notáveis consequências de sua existência, parece-nos pertinente lembrar que a Inquisição, assim como as demais instituições do Antigo Regime, forjou-se a partir da relação de força estabelecida entre a ação humana e seu contexto imediato, fazendo sentir sua agência de formas distintas no tempo e no espaço.

Tal historicidade, por seu turno, evidencia-se de modo bastante claro no que diz respeito à constituição da esfera jurisdicional do tribunal. Segundo Bethencourt (2000, p.295), sendo tribunais da fé, a perseguição às heresias foi o traço característico em comum a todas as Inquisições modernas. Todavia, os delitos cobertos pela jurisdição inquisitorial apresentaram uma considerável variedade no tempo e no espaço, o que, segundo o autor, pressupõe não apenas a adaptação do tribunal a diferentes circunstâncias, mas também a capacidade de encontrar novas esferas de atuação. Nessa

perspectiva, como sublinha Jaime Gouveia (2015, p.128), o Santo Ofício não limitou seu campo de vigilância às heresias explícitas, isto é, às crenças e proposições de caráter essencialmente antidogmático. Ao contrário, também estendeu seus tentáculos sobre um conjunto de comportamentos que, embora não fossem afirmações heterodoxas evidentes, eram, contudo, indicativos de um erro de fé e, portanto, assimiláveis à heresia. Na Inquisição portuguesa, essa movimentação jurisdicional foi notória entre a segunda metade do século XVI e primeiras décadas do século XVII, quando delitos como a sodomia e a solitação no confessionário entraram para a alçada inquisitorial.

No âmbito desse processo, os regimentos inquisitoriais mostraram-se basilares na definição do Santo Ofício português como um tribunal encarregado, por excelência, do combate às heresias e da defesa da fé. Dos quatro regimentos gerais que vigoraram em diferentes momentos (1552, 1613, 1640 e 1774), o de 1640 revelou-se o mais completo, claro e específico, descrevendo de forma minuciosa a organização administrativa do tribunal e versando sobre aspectos como a sistematização dos ritos e etiquetas da instituição. Isabela Corby (2015, p.66 e 67), por sua vez, chama atenção ao fato de que, muito embora seja relevante o detalhamento testemunhado no Regimento de 1640 – característica que o permitiu se manter como referencial por cento e trinta e quatro anos – tratava-se de um aparato legislativo concebido a partir da realidade metropolitana, com seu contexto e dinâmica próprios, e que vai de encontro a uma outra realidade quando passa a pautar o procedimento jurídico no espaço colonial, notadamente marcado por outras condutas dignas de combate na ótica inquisitorial e resultantes dos múltiplos trânsitos e vivências culturais que caracterizavam a realidade social das possessões portuguesas do ultramar, como é o caso da América.

Seja como for, no que toca aos delitos perseguidos pela Inquisição, importa destacar que o Regimento de 1640, para além de retomar os delitos afirmados nos regimentos anteriores, apresentou como passível de punição na justiça inquisitorial um conjunto de práticas entendidas como perturbadoras do bom funcionamento do tribunal e denominadas “crimes contra o recto ministério do Santo Ofício”³ (MARTINS, 2013, p.15). Desse modo, à Inquisição portuguesa interessava

³ Na letra do Regimento, tais crimes foram sistematizados no livro terceiro, intitulado *Das penas que hão de haver os culpados nos crimes de que se conhece no Santo Ofício*, e nos títulos IX, XXI, XXII e XXIV, intitulados, respectivamente, *Dos fautores, defensores e receptores dos hereges*; *Dos que impedem e perturbam o ministério do Santo Ofício*; *Dos que se fingem ministros e oficiais da Inquisição*; e *Das testemunhas falsas*. (ANTT. IL. Liv.987, fls. 171-172; 191-194; 196).

perseguir não apenas os judaizantes, os propagadores de blasfêmias e proposições heréticas, os bígamos, os solicitantes e os feiticeiros, mas também aqueles que, de alguma maneira, impediam e perturbavam seu regular procedimento, quer fossem agentes inquisitoriais que abusavam de sua autoridade, quer fossem indivíduos comuns que ofereciam obstáculos à atuação do Santo Ofício. Assim, eram consideradas crimes contra a Inquisição práticas das mais diversas, como amparar e favorecer os hereges; injuriar, ofender ou maltratar os agentes do Santo Ofício; prestar falso testemunho; criticar o modo de proceder da Inquisição ou a ela dirigir palavras blasfematórias; roubar, queimar ou perder papéis pertencentes ao tribunal; fingir-se de ministro do Santo Ofício ou prender em nome do tribunal sem ter ordem sua.

Sobre esse aspecto, Daniela Calainho ressalta a falibilidade da administração do “Reito ministério do Santo Ofício”, contra a qual a tipificação regimental buscou combater. Há que se ter em mente, assim, a complexidade do aparato institucional em questão, no qual o componente humano, sobretudo em áreas longevas e relativamente desconhecidas em relação à realidade do Reino, contribuiu para o cometimento de uma série de arbítrios no que concerne à adequada intervenção do tribunal, em atenção ao que estivesse disposto no âmbito legislativo. A autora salienta que

Em nome do Santo Ofício fazia-se de tudo: desde prender suspeitos de heresia por ordem de Comissários e Inquisidores até roubar dinheiro, prata ou mesmo galinhas dos acusados pela Inquisição. Na prática [...] eram tênues as fronteiras entre o Familiar habilitado e zeloso, o Familiar corrupto e abusado, e o embusteiro que se fazia de Familiar (CALAINHO, 2006a, p.156-157).

Fica claro, portanto, que, em muitas situações, o arbítrio inquisitorial, o abuso e a simulação de poder voltaram-se contra a própria instituição, cujo corpo que permitia o seu funcionamento regular, tal qual a sociedade, podia contaminar-se pelo desvio das condutas.

No que concerne aos crimes contra o Santo Ofício, João Henrique Martins (2013, p.15) salienta que o Regimento de 1640 foi o primeiro a fazer referência clara e direta a esse conjunto de comportamentos desviantes. Há de se considerar, no entanto, que, desde seus primórdios, o tribunal lidou com casos de abuso, importunação e obstrução de sua autoridade, movendo processos contra

indivíduos que, na ótica do Santo Ofício, comprometiam a efetivação de um reto ministério. James Wadsworth (2002, p.269) aponta para a existência de processos envolvendo situações de abuso e obstrução da autoridade inquisitorial ainda nas décadas de 1540 e 1550, quando a Inquisição portuguesa dava seus primeiros passos. João Martins (2013, p.25), de igual forma, localizou alguns processos envolvendo guardas do tribunal de Coimbra que, na década de 1570, tornaram-se alvo da justiça inquisitorial sob a acusação de comunicarem-se indevidamente com os prisioneiros. À vista disso, cabe ressaltar que, longe de introduzir um delito completamente desconhecido na alçada do Santo Ofício, o Regimento de 1640 atuou no sentido de consolidar uma jurisdição construída na experiência cotidiana do tribunal, onde o combate aos desencaminhamentos do poder inquisitorial revelava-se decisivo para a afirmação da autoridade e do prestígio da instituição.

Como mencionado, sob os chamados “crimes contra o recto ministério do Santo Ofício” estavam contempladas práticas das mais distintas, que iam desde o abuso da autoridade inquisitorial à crítica ao modo de proceder da Inquisição. Em relação aos abusos, Fernanda Olival (2012, p.181) identificou um total de seis comissários efetivos processados pela Inquisição portuguesa entre os anos de 1601 e 1773, sendo dois processados pelo tribunal de Coimbra e quatro pelo tribunal de Lisboa. Quanto ao perfil social desses comissários, Olival (2012, p.183) sublinha que eram, essencialmente, gente oriunda das zonas rurais do interior de Portugal, sendo quase todos clérigos seculares e párocos colados. Os processos foram movidos por causas diversas, como prender sem ordem do tribunal, usar do cargo do Santo Ofício para obter vantagens pessoais e revelar o segredo da Inquisição.

No que diz respeito às críticas ao modo de proceder do tribunal, é preciso que nos lembremos, como afirma Yllan de Mattos (2014, p. 136), da autopercepção inquisitorial como *ecclesia defensores*, isto é, defensores da Igreja; tornando claro que a crítica ao seu procedimento e à sua autoridade, ou ao arbítrio cometido em seu nome, era dirigida diretamente à Igreja, de modo que seus autores, por obra ou por palavras, agiam contra os negócios da fé, devendo ser “castigados, rebatidos, refreados”. Foi imbuído desse raciocínio que a crítica ao Santo Ofício transformou-se em pecado contra a Santa Igreja. Logo, em delito passível da jurisdição inquisitorial. Yllan de Mattos desvenda, desse modo, a lógica que transformou jurídica e teologicamente o ato de criticar o ministério do Santo Ofício em heresia, o que, em último plano, evidencia a constituição de uma

jurisdição a partir da experiência sócio-institucional do tribunal, cujo imperativo de readequação no tempo e nos espaços aponta, uma vez mais, para seu caráter histórico.

Por outro lado, fingir-se de agente do Santo Ofício era também uma forma de perturbar o ministério inquisitorial. Fernanda Olival (2013, p.84 e 85), ao percorrer as listas de autos da fé dos três tribunais metropolitanos entre 1601 e 1773, encontrou um total de 11 processos envolvendo indivíduos que, em Portugal e no ultramar, fingiram-se de comissários do Santo Ofício, sendo a maioria dos processos referente ao tribunal de Lisboa. Como destaca a autora, os delinquentes eram, em geral, clérigos regulares, sobretudo franciscanos de diferentes filiações. As zonas mais afetadas pelo delito foram o Norte de Portugal e o Brasil, responsável por apresentar um total de 3 casos.

Enquanto uns fingiram-se de comissários, outros evocaram para si o título de familiar da Inquisição. Daniela Calainho (2006, p.92 e 93) refere-se a um caso de falso familiar ocorrido nos sertões da América Portuguesa. O embusteiro, Januário de São Pedro, era um irmão converso da ordem de São Domingos e natural de Quito, no Vice-Reino do Peru. Em Pernambuco, após conseguir uma medalha e um hábito de familiar do Santo Ofício, passou a agir como verdadeiro ministro do tribunal, recebendo denúncias e confissões de culpas e determinando o cumprimento de penitências. Segundo a autora, suas falcatruas só tiveram fim quando foi denunciado e preso pela Inquisição, comparecendo aos cárceres lisboetas em 1740. Em mesa, foi condenado a 10 anos de galés, com abjuração de veemente suspeita na fé (CALAINHO, 2006, p.94).

À vista do exposto, o presente trabalho circunscreve-se e pretende contribuir com a historiografia ao mapear, por meio de um levantamento da documentação inquisitorial, as denúncias e processos envolvendo os chamados “crimes contra o recto ministério do Santo Ofício” na capitania de Minas Gerais entre 1722, data da primeira denúncia referente ao delito, e 1821, ano de extinção da Inquisição portuguesa. Importa-nos, acima de tudo, focalizar outra dimensão da atuação do Santo Ofício na sociedade colonial, demonstrando que, não obstante toda a autoridade e temor, a Inquisição também foi contestada e criticada, encontrando obstáculos à efetivação de seu ministério.

Os crimes contra o Santo Ofício na capitania de Minas Gerais

Denúncias e processos

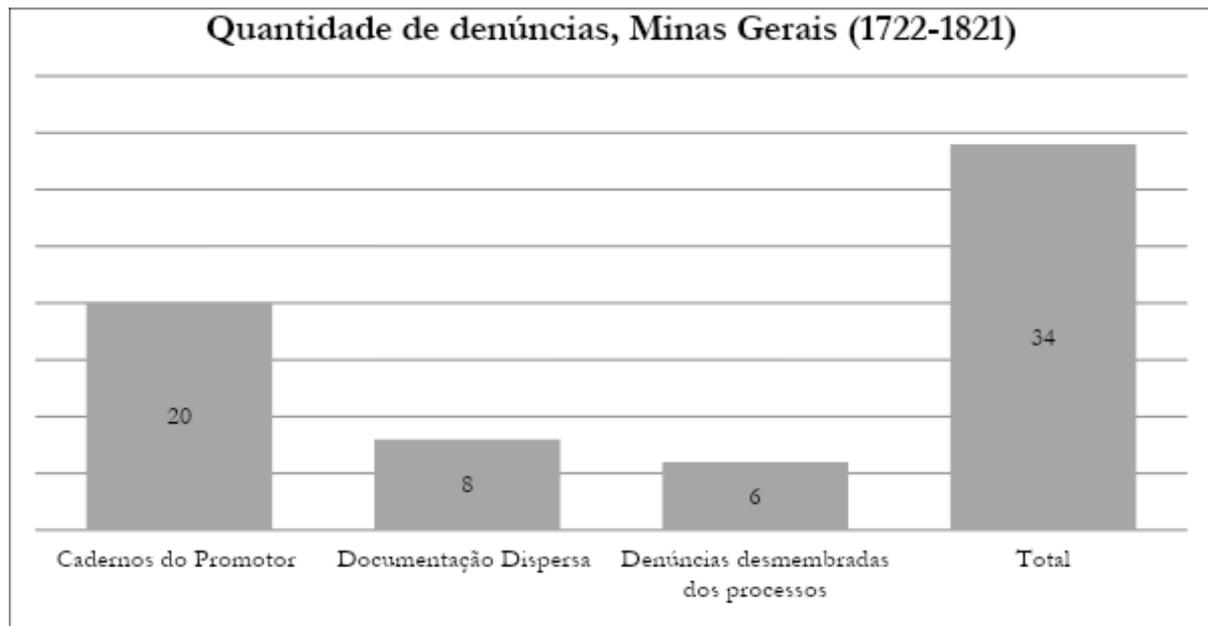
Como aponta Charles Boxer (1981, p.162), a descoberta de metais preciosos na região que viria a ser tornar as Minas Gerais em fins do século XVII gerou várias e profundas repercussões no mundo português. Em termos demográficos, assistiu-se a um intenso processo de deslocamento populacional do Reino e de regiões costeiras da América para as terras mineiras do interior do Brasil, o que, de igual forma, foi acompanhado de um célere processo de assentamento social em torno dos núcleos mineradores. Com efeito, ainda na primeira metade dos setecentos, Minas Gerais se transformou no fator decisivo para a retomada econômica do Império Português – até então cambaleante no cenário da competição interestatal – e para a consolidação do reinado de Dom João V. Não obstante, as Minas do ouro logo se revelaram, também, as Minas de muitos pecados, e o poder repressivo do Santo Ofício se fez sentir desde as mais opulentas vilas aos mais remotos arraiais dos domínios d’El Rei.

Em um trabalho pioneiro e de contribuição inestimável, Maria Leônia Chaves de Resende e Rafael José de Sousa localizaram e sistematizaram as denúncias e os processos inquisitoriais referentes ao território de Minas Gerais entre os anos de 1692 e 1821. Mediante uma análise exaustiva da documentação existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, notadamente das séries chamadas Cadernos do Promotor e Documentação Dispersa, os autores identificaram, para as Minas, um total de 989 denúncias envolvendo os mais distintos delitos, ao qual se soma um total de 90 processos (RESENDE; SOUSA, 2015, p.15). Por certo, ao mapear os implicados pelo Santo Ofício na capitania mineira ao longo de todo o século XVIII e parte do XIX, o trabalho em questão permitiu redimensionar o espectro da atuação inquisitorial nas terras do ouro, figurando como instrumento de pesquisa incontornável aos que desejam perscrutar as múltiplas facetas da vida cultural das Minas setecentistas.

À vista disso, partindo do inventário analítico elaborado por Resende e Sousa, selecionamos e analisamos as denúncias e processos concernentes aos chamados “crimes contra o recto ministério do Santo Ofício”, o que tornou possível a compreensão do comportamento desse delito na capitania de Minas Gerais entre 1722 e 1821. Buscamos, assim, focalizar a distribuição cronológica e espacial das denúncias, as práticas implicadas, o perfil social dos enredados e, em última instância, os interesses dos envolvidos.

Como se pode observar no Gráfico 1, em Minas Gerais, encontramos um total de 34 denúncias envolvendo os crimes contra o Santo Ofício, estando 20 denúncias situadas nos Cadernos do Promotor, 8 na Documentação Dispersa e 6 nos respectivos processos referentes ao delito⁴. Em primeiro plano, cabe ressaltar que das 34 denúncias, 28 foram arquivadas e não implicaram processo na mesa inquisitorial, ainda que, conforme veremos, uma delas tenha gerado um longo sumário de culpas. Por outro lado, o número total de 34 delações foi alcançado a partir do desmembramento de 6 denúncias que estavam dispostas nos 3 processos referentes ao delito. Conclui-se, desse modo, que enquanto 28 denúncias foram consideradas insuficientes para a abertura de processos, 6, em contrapartida, levaram os inquisidores a emitir ordem de prisão contra indivíduos acusados de perturbar e impedir o ministério do Santo Ofício. Dessas 6 denúncias, 4 dizem respeito a um único caso, o do comissário José Matias de Gouveia, que será analisado mais adiante.

Gráfico 1 - Quantidade de denúncias envolvendo o delito, Minas Gerais (1722-1821)

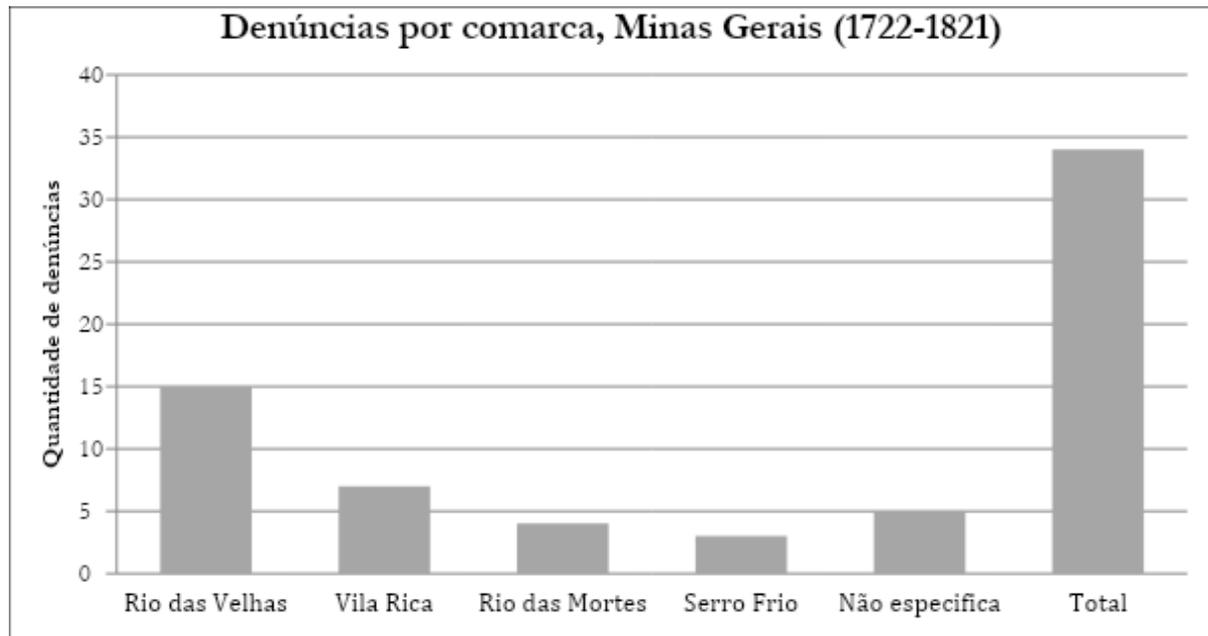


⁴ À guisa de esclarecimento, importa destacar que no inventário analítico elaborado por Maria Leônia Resende e Rafael Sousa, as diversas práticas consideradas crimes contra o Santo Ofício encontram-se agrupadas em duas categorias distintas que remetem aos títulos XXI e XXIV do Regimento de 1640. Assim, para alcançar o número total de denúncias, foi preciso considerar não apenas as referentes ao título *Dos que impedem e perturbam o ministério do Santo Ofício*, mas também as referentes ao título *Das testemunhas falsas*.

Fontes: ANTT. IL. C.P., Livs. 284, 290, 296, 298, 299, 302, 305, 306, 313, 315, 317, 318, 319. D.D., Cxs. 1595, 1629, 1630, 1644, 13493. Procs. 4073, 9128, 9189.

Ainda no que diz respeito à quantidade de denúncias, deve-se mencionar o fato de que das 34 delações, 29 referem-se a práticas que figuravam no título XXI do Regimento de 1640, denominado *Dos que impedem e perturbam o ministério do Santo Ofício*, e 5 são concernentes a casos de falso testemunho. Das 29 denúncias referentes ao título XXI, 24 estão distribuídas nos Cadernos do Promotor e na Documentação Dispersa e 5 foram desmembradas dos processos. No que toca aos casos de falso testemunho, enquanto 1 denúncia foi desmembrada de um processo, as 4 restantes foram localizadas nos Cadernos do Promotor e na Documentação Dispersa⁵.

Gráfico 2 – Distribuição das denúncias por comarca, Minas Gerais (1722-1821)



Fontes: ANTT. IL. C.P., Livs. 284, 290, 296, 298, 299, 302, 305, 306, 313, 315, 317, 318, 319. D.D., Cxs. 1595, 1629, 1630, 1644, 13493. Procs. 4073, 9128, 9189.

⁵ Em sua tipologia, o inventário analítico que norteou a presente pesquisa apresenta um total de 3 denúncias envolvendo casos de falso testemunho, sendo 2 referentes aos Cadernos do Promotor e 1 referente à Documentação Dispersa. Não obstante, ao fazer uma busca ampliada no inventário a partir de palavras-chave previamente definidas, localizamos uma denúncia por falsa acusação que, por enquadrar-se no previsto pelo Regimento de 1640, foi por nós incluída no cômputo geral das denúncias por falso testemunho.

No Gráfico 2, evidencia-se a distribuição dessas denúncias por comarca. Como apontam Val e Freitas (2021, p.60), a conformação administrativa, eclesiástica, social, política e jurídica das Minas setecentistas teve como mecanismo catalisador a atividade mineradora, em torno da qual orbitaram as diretrizes da Coroa portuguesa e os processos de adensamento populacional e diversificação econômica. Assim, inicialmente desenvolvidas de maneira paulatina e pouco orgânica, a ocupação e a exploração das Minas passaram a contar, a partir de 1709, com a divisão do território em vilas e comarcas. Grandes circunscrições civis da capitania, as comarcas funcionavam como extensas demarcações fiscais, facilitando a organização da justiça e a cobrança de impostos nas terras do ouro (FONSECA, 2011, p.142).

As primeiras comarcas criadas em Minas Gerais resultaram da nomeação de ouvidores para cada um dos três principais distritos mineradores da região – Ouro Preto, Rio das Velhas e Rio das Mortes –, que adquiriram, então, o estatuto de “comarcas”. Posteriormente, com o desmembramento de Minas da capitania de São Paulo, ocorrido em 1720, a comarca do Rio das Velhas fragmentou-se a leste, dando origem à comarca do Serro Frio. Conforme destaca Claudia Fonseca, as comarcas mineiras notabilizaram-se por sua grande extensão territorial, cujos contornos não apenas foram definidos de maneira progressiva, bem como estiveram em consonância com as próprias circunscrições definidas pelas regiões mineradoras da capitania. Dessa forma, “mais do que delimitar precisamente tais circunscrições, o que de fato importava era determinar a que comarca pertencia cada um dos núcleos mineradores” (FONSECA, 2011, p.143).

No que toca aos crimes contra o Santo Ofício, verificamos que a comarca do Rio das Velhas, com sede em Vila Real de Nossa Senhora do Sabará, foi a que contou com o maior número de denúncias. Segundo alguns dados apresentados por Kenneth Maxwell (2001, p.300), Rio das Velhas era, em 1776, a comarca mais populosa da capitania, fator que, em boa medida, pode explicar a maior concentração das denúncias nessa região. Por outro lado, deve-se ter em mente que das 15 denúncias referentes a essa comarca, 4 dizem respeito a um único indivíduo, o Pe. José Matias de Gouveia, que acabou sendo processado pelo tribunal. O restante das denúncias se distribuiu, respectivamente, entre Vila Rica, Rio das Mortes e Serro Frio. Com efeito, Vila Rica, responsável por apresentar 7 denúncias, foi, até a década de 1760, a região mais dinâmica das Minas, o que muito se deveu à atividade mineradora. De semelhante modo, a comarca constituía a cabeça civil da capitania e, nessa

condição, concentrava as autoridades e as instituições administrativas ligadas à metrópole (RODRIGUES, 2011, p. 57). Assim, não surpreende que, depois da comarca mais populosa, Vila Rica tenha se destacado como a segunda região das Minas com o maior número de denúncias envolvendo os crimes contra o Santo Ofício. Em contrapartida, completando o quadro distributivo, Rio das Mortes e Serro Frio registraram, respectivamente, 4 e 3 denúncias em relação ao delito.

Gráfico 3 – Distribuição das denúncias por decênio, Minas Gerais (1722-1821)

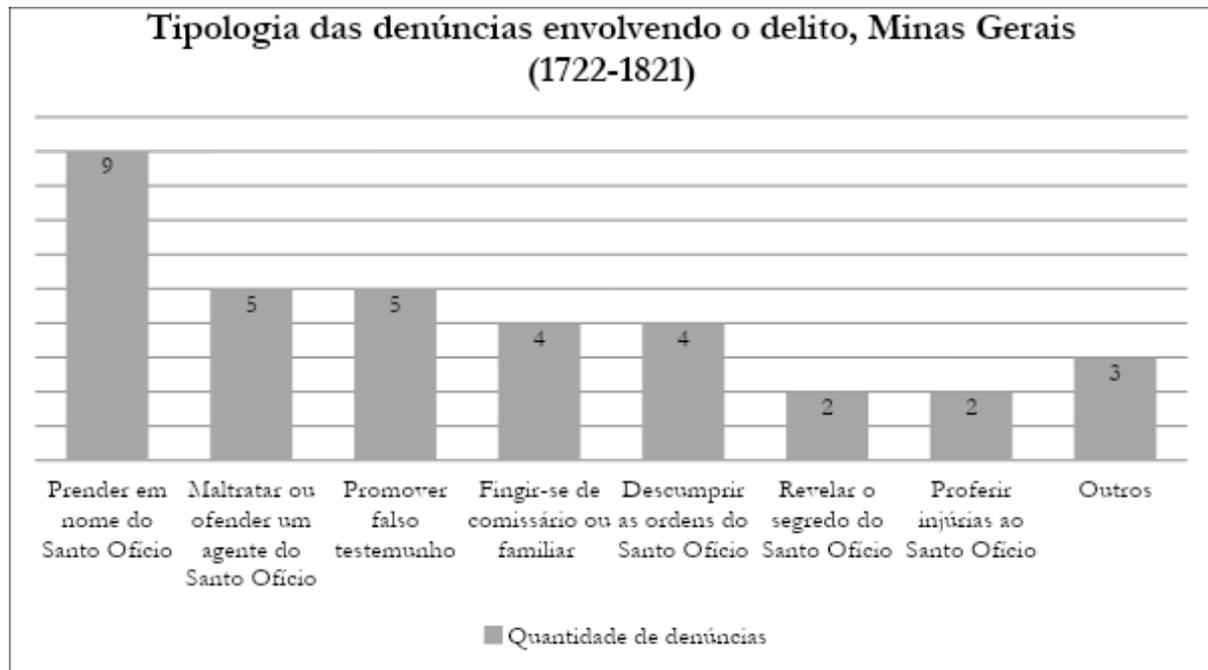


Fontes: ANTT. IL. C.P., Livs. 284, 290, 296, 298, 299, 302, 305, 306, 313, 315, 317, 318, 319. D.D., Cxs. 1595, 1629, 1630, 1644, 13493. Procs. 4073, 9128, 9189.

Para além da distribuição espacial das denúncias, buscamos mapear a incidência do delito por decênio. Como se observa no Gráfico 3, o pico das delações encontra-se nas décadas de 1740 e 1750, que, juntas, foram responsáveis por 18 das 34 denúncias envolvendo os crimes contra o Santo Ofício em Minas Gerais. Cabe ressaltar, no entanto, que o número total de denúncias não corresponde, necessariamente, ao número de denunciados, haja vista que um mesmo indivíduo podia ser denunciado mais de uma vez. No caso da década de 1740, por exemplo, das 8 denúncias gerais, 6

dizem respeito a um total de apenas 2 denunciados⁶, enquanto que, no decênio seguinte, um único indivíduo denunciou 3 pessoas distintas enredadas no mesmo imbróglio⁷. Tais circunstâncias excepcionais explicam, em parte, o alto número de denúncias nessas duas décadas de meados do século XVIII. No geral, todavia, prevalece um padrão de 1 a 4 denúncias por decênio, sendo a primeira referente ao ano de 1722 e a última ao ano de 1802.

Gráfico 4 - Tipologia das denúncias envolvendo o delito, Minas Gerais (1722-1821)



Fontes: ANTT. IL. C.P., Livs. 284, 290, 296, 298, 299, 302, 305, 306, 313, 315, 317, 318, 319. D.D., Cxs. 1595, 1629, 1630, 1644, 13493. Procs. 4073, 9128, 9189.

Como já mencionado, sob os chamados “crimes contra o recto ministério do Santo Ofício” estavam contempladas práticas das mais diversas, que figuravam em diferentes títulos regimentais. Desse modo, a fim de melhor compreender a dinâmica do delito nas Minas setecentistas, estabelecemos, no Gráfico 4, uma tipologia geral das delações, considerando não apenas o previsto pelo Regimento de 1640, mas também teor de cada denúncia em particular. Assim, fica evidente que

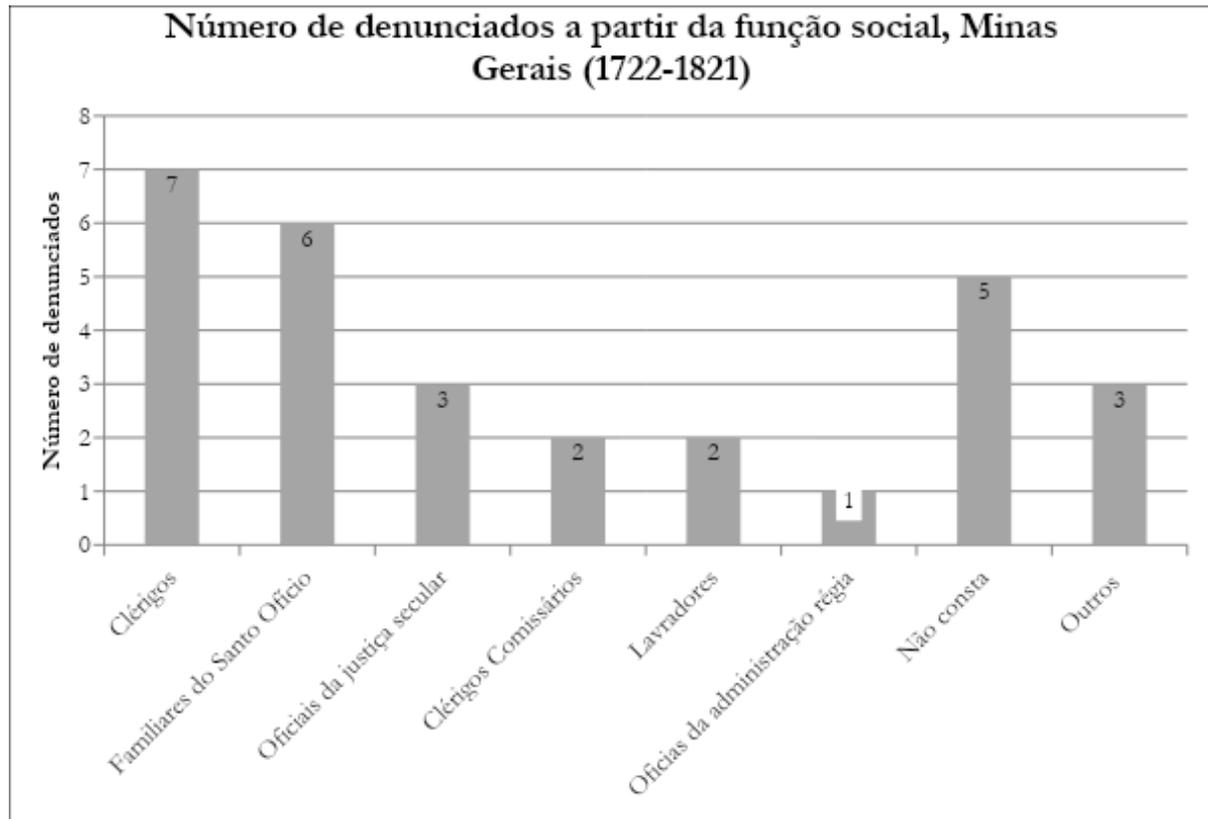
⁶ Um deles é o já mencionado Pe. José Matias de Gouveia, comissário do Santo Ofício. O outro é o juiz ordinário Antônio Gonçalves, acusado duas vezes em 1747 (ANTT. IL. C.P., Liv. 298, fls. 333-334).

⁷ Trata-se da situação envolvendo o Pe. João Martins Barroso, acusado de revelar o segredo do Santo Ofício. Isabela Corby (2015, p.127-133) efetuou uma rica e pertinente análise sobre o caso.

prender em nome do Santo Ofício sem ter ordens do tribunal foi, no âmbito dos crimes contra a Inquisição, a prática mais frequente nas terras do ouro, sendo alvo de 9 das 34 denúncias. No geral, tais casos evidenciam situações de usurpação da autoridade e do prestígio inquisitorial para a resolução de conflitos sociais ou para a mera satisfação de interesses momentâneos. Nesse sentido, foram denunciados por efetuar falsas prisões tanto agentes do tribunal que abusaram de sua autoridade quanto não oficiais que recorreram ao prestígio do Santo Ofício para satisfazer seus intentos pessoais.

Por outro lado, também encontramos na capitania de Minas denúncias envolvendo indivíduos que maltrataram e ofenderam os agentes do Santo Ofício (5), que promoveram falso testemunho (5), que fingiram-se de comissários ou familiares da Inquisição (4), que descumpriram as ordens do tribunal (4), que revelaram o segredo do Santo Ofício (2) e que a ele dirigiram injúrias (2). Embora distintos em sua essência, todos esses comportamentos implicavam no impedimento e na perturbação do ministério inquisitorial, sendo levados, por essa razão, ao conhecimento dos inquisidores.

Gráfico 5 - Número de denunciados a partir da função social, Minas Gerais (1722-1821)⁸



Fontes: ANTT. IL. C.P., Livs. 284, 290, 296, 298, 299, 302, 305, 306, 313, 315, 317, 318, 319. D.D., Cxs. 1595, 1629, 1630, 1644, 13493. Procs. 4073, 9128, 9189.

Em termos sociais, percebemos, pelo Gráfico 5, que o principal grupo implicado no delito foi o dos clérigos, considerando, nessa categoria, apenas os clérigos que não detinham o cargo de comissário do Santo Ofício. À exceção de apenas dois casos – um envolvendo um frei carmelita e o outro para o qual não temos informações –, os clérigos enredados nos crimes contra o Santo Ofício eram todos vigários das freguesias mineiras, sendo delatados por práticas como prender em nome da Inquisição, fingir-se de comissário ou familiar e revelar o segredo do tribunal.

Chama a atenção, ademais, o número de agentes do Santo Ofício denunciados na capitania de Minas Gerais. Ao todo, identificamos 8 agentes inquisitoriais delatados por impedir e perturbar os

⁸ O número de denunciados é menor que o número de denúncias. Para a capitania de Minas Gerais, verificamos que o número total de 34 denúncias corresponde a um número total de 29 denunciados.

procedimentos do tribunal, sendo 6 familiares e 2 comissários. Ao lado desses agentes, também encontramos denúncias realizadas contra oficiais da justiça secular, como procuradores e juízes ordinários, e uma denúncia contra um oficial da administração régia, notadamente o governador da capitania. Consta-se, desse modo, que, nas terras do ouro, os crimes contra o Santo Ofício foram praticados, sobretudo, por indivíduos procedentes de estratos sociais que contavam com algum tipo de prestígio na sociedade colonial.

No que tange aos processos, foram identificados, para as Minas, 3 casos de indivíduos processados por crimes contra o Santo Ofício. O primeiro deles, já analisado por Daniela Calainho (2006, p.142-145) e Aldair Carlos Rodrigues (2011, p.85-86), diz respeito ao Pe. Dionísio de Almeida Costa, morador nas Minas, acusado de fingir-se de familiar da Inquisição. Na denúncia que remeteu ao comissário Gaspar Gonçalves de Araújo em 1724, Fernando Dias Paes, guarda-mor das Minas, relatou que, em dada ocasião, o Pe. Dionísio de Almeida Costa apareceu em sua propriedade no Caminho Novo e, evocando o título de familiar do Santo Ofício, pediu ajuda para, em nome da Inquisição, prender Antônio Araújo e sua esposa Rosa Maria (ANTT. IL. Proc. 9128, fl. 4). Como destaca Calainho (2006, p.142 e 143), o processo do Pe. Dionísio foi um exemplo de como o Santo Ofício acabava se interpondo em conflitos, dívidas e amores ilícitos, uma vez que o referido padre conhecia de longa data o casal que mandara prender e era credor de Antônio Araújo e amante de Rosa Maria. Descoberto em sua falcatrua, Dionísio foi preso em 1727 e acabou sendo condenado a 5 anos de degredo para o Algarve (RODRIGUES, 2011, p.85 e 86).

O segundo caso de processo sucedido em Minas Gerais – pontualmente mencionado por Fernanda Olival (2012, p.181 e 182) – teve por principal personagem o Pe. José Matias de Gouveia, comissário do Santo Ofício e vigário de Nossa Senhora da Piedade, comarca do Rio das Velhas. Entre 1742 e 1743, o comissário foi denunciado 4 vezes por ter mandado prender da parte do Santo Ofício a Feliciano Cardoso de Camargo, a Joana de Camargo, filha deste, e aos seus três escravos sem ter, para tanto, ordens da Inquisição (ANTT. IL. Proc. 9189, fl. 26). Segundo o parecer emitido pelo promotor do Tribunal de Lisboa, constava, pelas denúncias remetidas, que Feliciano Cardoso e sua filha tiveram que percorrer um caminho de 40 léguas até a cadeia do Sabará, sofrendo mil injúrias e afrontas. O promotor concluiu, então, que

Semelhantes culpas pedem um exemplar castigo; principalmente [se] cometidas em terras tão distantes do Santo Ofício, donde há mais perigo de se perder o respeito, que se lhe deve; desculpando-se os que não quiserem obedecer as suas ordens, que não sabem quando estas são verdadeiras, ou falsas e inventadas pelos seus ministros [...]. (ANTT. IL. Proc. 9189, fl. 6).

No trecho citado, fica clara a preocupação do Santo Ofício em se resguardar das situações de abuso e usurpação de sua autoridade, sobretudo nas terras distantes do tribunal. Preso em 1745, o comissário José Matias de Gouveia foi, em novembro de 1746, condenado a 4 anos de degredo para Castro Marim e teve seu cargo de comissário suspenso (ANTT. IL. Proc. 9189, fl. 86).

O último processo que encontramos data do ano de 1784 e corresponde a um caso de falso testemunho. Constituído de duas partes, sendo a primeira composta pelas apresentações do delato e a segunda pelo sumário contra o réu, o processo em questão foi movido contra Francisco Xavier de Sousa, homem casado, morador em Jaguará, comarca do Sabará, que, em 1779, se denunciou ao comissário Nicolau Gomes Xavier por culpas pertencentes à Inquisição. O caso é bastante curioso. Especificamente, Francisco Xavier confessou que, para haver de se casar Antônio de Mello Tavares na América, fora ele incitado por Pedro José de Bethencourt a jurar no auto de justificação que o dito Tavares era solteiro e desimpedido, usando o nome de Gregório de Sousa e fazendo-se passar por natural de outras terras. Após ter notícias que Antônio Tavares era casado e que, portanto, o juramento havia sido falso, o delato recorreu ao Santo Ofício pedindo absolvição para desencargo de sua consciência e benefício de sua salvação (ANTT. IL. Proc. 4073, fl. 3). Não obstante, a mesa de Lisboa ordenou a prisão de Francisco Xavier por falso testemunho e também a prisão do referido Antônio de Mello Tavares pelo crime de bigamia (ANTT. IL. Proc. 4073, fl. 8).

Conforme afirma João Martins (2013, p.16), no âmbito dos crimes considerados perturbadores ao regular procedimento do Santo Ofício, prestar falso testemunho era prática passível de punição na justiça inquisitorial. Na interpretação da mesa de Lisboa, ao testemunhar falsamente em um auto de justificação de solteiro, o delato havia favorecido a efetivação do delito de bigamia, perturbando, assim, o ministério inquisitorial de preservação da fé e da ortodoxia. Em seu parecer, o promotor de Lisboa justificou a abertura de um sumário contra Francisco Xavier afirmando que cumpria à justiça o castigo dos todos os delitos, “entre os quais tem o primeiro lugar as testemunhas

falsas por serem fautores dos crimes [...]” (ANTT. IL. Proc. 4073, fl. 8). No entanto, não temos conhecimento do desenrolar do caso, uma vez que o documento está incompleto.

Entre abusos, intrigas e difamações

No universo das 28 denúncias dispostas nos Cadernos do Promotor e na Documentação Dispersa, encontramos casos surpreendentes de abuso, importunação e afronta ao poder inquisitorial. Um deles diz respeito ao próprio governador da capitania, Dom Antônio de Noronha. Segundo Laura de Mello e Souza (2006, p.350-351), que também analisou a delação que ora apresentamos, Dom Antônio de Noronha foi nomeado governador de Minas Gerais por decreto de 13 de dezembro de 1774 e, no ano seguinte, assumiu efetivamente o posto em substituição a Antônio Carlos Furtado de Mendonça. Em 1776, foi denunciado à Inquisição pelo familiar Francisco Manuel da Costa Amorin, morador na freguesia de Santo Antônio do Rio Acima, por perturbar o ministério do Santo Ofício. O imbróglio se deu a dois dias do Natal de 1775, quando o governador, então de passagem pela freguesia de Santo Antônio, mandou notificar Francisco Amorin a fim de que este lhe entregasse seu cavalo para um dos soldados de seu séquito se dirigir a Sabará. Francisco recusou-se a cumprir com a determinação, alegando o fato de estar isento de tal obrigação por ser familiar do Santo Ofício. Sentindo-se afrontado, o governador ordenou que Francisco fosse preso e levado à sua presença com as mãos amarradas para trás. Conforme o familiar relatou em sua carta,

[...] e logo que cheguei a sua presença não só me ultrajou de palavras chamando-me de maroto como também repentinamente se botou a mim castigando-me com sua bengala pelos ombros e costas como se eu familiar fosse pessoa vil: dizendo que já não haviam judeus, que também se escusavam familiares, e que estes procuravam medalhas por serem os da dúvida; ordenando logo aos soldados que me fizessem conduzir a pé para a cadeia de Sabará, distante cinco léguas, e que se eu não pudesse andar me atropelassem com os cavalos, e que bastava que me pusessem aos quartos da cadeia, com efeito fui a pé até Santa Rita, que distante daqui uma légua e daí até o Sabará fui de cavalo por comisseração do cabo e soldados, entrando porém na dita vila de pé e com o desprezo com que recomendou, onde estive preso por quatro dias na cadeia (ANTT. IL. C.P., Liv.318, fl. 276).

Para além de uma situação conflituosa entre um representante do poder secular e um agente do Santo Ofício, a denúncia de Francisco Amorin reflete aspectos importantes da conjuntura que se

abateu sobre a Inquisição no contexto da administração pombalina. Percebe-se, na fala do governador, o impacto da abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos sobre o prestígio do cargo de familiar, o que, em último plano, evidencia a decadência de um tribunal cada vez mais subjugado à autoridade monárquica. Não obstante, a delação de Francisco Amarin demonstra também que, no mundo colonial, o nome das mais altas autoridades foi, por vezes, anotado nos registros da Inquisição.

Outro caso de desacato a um agente do Santo Ofício teve lugar na freguesia de Guarapiranga, comarca de Vila Rica. Em dezembro de 1779, o familiar da Inquisição Antônio Roiz de Sousa denunciou João Álvares, homem solteiro que vivia de faiscar, e Miguel Ribeiro de Andrade, homem casado e lavrador, por perturbarem o ministério do Santo Ofício, por terem dito e publicado que ele denunciante era mulato e alcançara o cargo de familiar por peitas de dinheiro que havia oferecido. Nas palavras do delator, com tal comportamento, os ditos homens “não só mostravam duvidar dos retíssimos procedimentos do Santo Ofício, mas também macular os incorruptibilíssimos ânimos de seus nobilíssimos oficiais.” (ANTT. IL. C.P., Liv. 319, fl. 378). À vista disso, Antônio Roiz pediu aos inquisidores a justa reparação pelas ofensas e injúrias sofridas.

Nas Minas, contudo, não só os oficiais do Santo Ofício foram alvo de afrontas, mas também a própria instituição. Em 1759, Manuel Carvalho da Rosa, homem simples e morador no Arraial de Santa Luzia, comarca do Rio das Velhas, foi denunciado por blasfemar contra o tribunal. Segundo a carta de delação remetida pelo comissário do Santo Ofício, Manuel Carvalho da Rosa vivia sempre em contenda com Manoel Fernandes da Silva, com quem tinha grande inimizade e não se tratava com cortesia. Em dada ocasião, alterando-se os ânimos e as razões entre os dois, Manuel Fernandes declarou: “deixe que eu o acusarei ao Santo Ofício”, ao que o dito Manuel Carvalho da Rosa, levado pela tentação, respondeu: “me tome o Santo Ofício no cu” (ANTT. IL. C.P., Liv. 313, fl. 186). Após o ocorrido, percebendo a gravidade do que dissera, o próprio Manuel Carvalho procurou um comissário para confessar sua culpa, entendendo que tais palavras eram muito agravantes.

Descumprir as ordens do tribunal foi outra prática denunciada na capitania de Minas Gerais. Em um episódio ocorrido na Vila do Príncipe em 1781, o familiar João Teixeira Leitão foi denunciado por Domingos José Coelho Sampaio, vigário da vara da comarca do Serro Frio, por não obedecer às determinações do Santo Ofício. Nomeadamente, o dito familiar escusara-se de remeter

ao comissário da Inquisição em Mariana as cartas de prisão contra o sargento-mor Felipe Álvares, morador na Vila do Príncipe, a quem não desejava prender (ANTT. IL. D.D., Cx. 1629, fl. 5). Nesse caso, o interesse particular do delato, calcado em sua rede de relacionamentos pessoais, se interpôs às suas obrigações enquanto agente do Santo Ofício.

Se uns faltavam com seus deveres, outros, em contrapartida, fingiam-se de oficiais da Inquisição. Em Paracatu, comarca do Rio das Velhas, o vigário José Antônio da Mota foi denunciado pelo padre Francisco Moreira Rebordões por perturbar o ministério do Santo Ofício. Conforme consta na denúncia, José Antônio da Mota, “a título de comissário sem o ser”, prendia e desterrava várias pessoas, até mesmo clérigos (ANTT. IL. D.D., Cx. 1595, fl. 5). Curioso notar que a referida denúncia data de 1790, momento em que o prestígio do Santo Ofício encontrava-se em decadência. No emaranhado cotidiano da sociedade colonial, entretanto, o poder dos cargos inquisitoriais era ainda manipulado por impostores que viam, em tal manipulação, uma forma de alcançar seus interesses.

Na mesma direção, encontramos um caso bastante peculiar concernente ao uso do título de familiar do Santo Ofício. Em julho de 1739, Francisco Gomes da Cruz, morador na Vila de Nossa Senhora do Carmo, denunciou seu procurador por ter falsamente alegado na apelação à ouvidoria de Vila Rica que ele denunciante era familiar do Santo Ofício. Ao que tudo indica, o procurador, cujo nome não é mencionado, imputou a Francisco Gomes o título de familiar a fim de obter vantagens nos trâmites da justiça secular. Temendo que tal alegação lhe causasse algum prejuízo, “uma vez que ele denunciante nem era familiar do Santo Ofício nem tinha carta de familiar”, Francisco Gomes foi até o comissário José Simões, vigário da Vila do Carmo, e denunciou o dito procurador (ANTT. IL. C.P., Liv. 296, fl. 239).

Com efeito, em meio às denúncias arquivadas, localizamos, ainda, um longo sumário de culpas envolvendo um público e notório caso de usurpação do poder inquisitorial. Em 1724, o padre português Domingos Luís da Silva, que havia sido vigário encomendado de São João Del-Rei e era, àquela altura, vigário colado na Igreja de Catas Altas e vigário da vara da comarca do Rio das Mortes, denunciou ao Santo Ofício o Pe. José Nogueira Ferras, vigário da Vila de São José Del-Rei, por perturbar o ministério do tribunal. O denunciante declarou que ouviu dizer do Brigadeiro Silvestre Marques da Cunha e do Pe. Manoel de Almeida que, na Vila de São José, a prisão de uma negra de

origem Mina, escrava do oficial de ferreiro Bernardo Pinto Teixeira, se deu em nome do Santo Ofício na casa de seu senhor por parte do Pe. José Nogueira Ferras, e que, no ato da prisão, quando o denunciado levou a escrava à cadeia da Vila e a entregou ao carcereiro, se entendeu que ele havia procedido sem ordem ou mandado do tribunal (ANTT. IL. C.P., Liv. 290, fl. 112).

Na diligência instaurada a partir dessa denúncia, algumas testemunhas alegaram que o motivo da falsa prisão advinha de se dizer que a dita negra era feiticeira. O Brigadeiro Silvestre Marques, então juiz ordinário, testemunhou que nas bolsas que estavam na cinta da negra no momento da prisão, foram achadas em papel diferentes figuras, entre as quais uma custódia pintada com tinta preta contendo várias escrituras manuscritas. Para desencargo de sua consciência, o Brigadeiro afirmou que entendia haver alguns “venefícios” na mencionada bolsa, uma vez que, por causa da mesma negra, Bernardo Pinto dava uma má vida a sua esposa, Antônia da Silva do Sacramento, e depois apartou-se da Vila de São José, tirando a negra da cadeia e fugindo com ela para os currais da Bahia (ANTT. IL. C.P., Liv. 290, fls. 120-121).

Em seu depoimento, o Pe. Manoel de Almeida corroborou o que disse o Brigadeiro sobre o motivo pelo o qual o denunciado, usurpando a autoridade inquisitorial, prendera a escrava sem ter ordens para tanto. Os objetos que caíram de sua cinta antes da prisão apontavam para a prática de feitiçaria (ANTT. IL. C.P., Liv. 290, fls. 119-120). Custódio Pereira da Costa, homem solteiro que vivia de mineirar e morador na Vila de São José Del-Rei, testemunhou, por outro lado, que, há três ou quatro anos, ouviu dizer do ato da prisão efetuado pelo Pe. José Nogueira Ferras, na sequência do qual a negra Mina, chamada à frente do juiz ordinário, negou que fossem suas as cartas de tocar e que fizera uso delas (ANTT. IL. C.P., Liv. 290, fls. 123-124).

Vistos os testemunhos, a mesa de Lisboa, ao invés de emitir ordem de prisão contra o denunciado, apenas recomendou ao comissário do Rio de Janeiro, Gaspar Gonçalves de Araújo, que repreendesse o Pe. José Nogueira Ferras para que não mais viesse a cair em semelhantes culpas (ANTT. IL. C.P., Liv. 290, fls. 147-148). Apesar de não ter implicado processo, a diligência brevemente descrita ilustra com clareza não apenas aspectos sociais característicos das Minas setecentistas – em que trabalhadores de ofícios menores e de poucos proventos podiam ostentar a posse de escravos, mesmo que em pequena quantidade, e manter relações de cunho sexual com as negras sob sua tutela – como também demonstra a dinâmica interna de uma Inquisição que se

pretendia defensora da fé, mas que constatou em seu seio e buscou punir casos amplamente conhecidos de abuso por parte de agentes, falsos agentes e impostores que usavam do poder inquisitorial como forma de aplacar más vontades pessoais e atender a pressões sociais.

Considerações finais

Os chamados crimes contra o Santo Ofício comprovam, em última instância, que a Inquisição portuguesa esteve longe de ser uma instituição incontestável, incorruptível e inabalável. Desde o princípio, o tribunal teve que lidar com casos de abuso, importunação e obstrução de sua autoridade, recebendo denúncias e instaurando processos contra indivíduos acusados de perturbar aquilo que, na ótica inquisitorial, era tido como um reto ministério.

Do Reino ao ultramar, são diversos os exemplos de contestação e afronta ao poder do Santo Ofício, seja por parte de homens simples que se expressavam com palavras blasfematórias, seja por parte de letrados que redigiam longos tratados críticos aos procedimentos do tribunal. De semelhante modo, são notórios os casos daqueles que usurpavam o prestígio da Inquisição para satisfazer seus interesses particulares, seja prendendo em nome do tribunal, seja fingindo-se de agente do Santo Ofício. Não faltam, ademais, situações envolvendo o descumprimento das ordens inquisitoriais e a promoção de falsos testemunhos, práticas que comprometiam a atuação dos juízes da fé. Ao fim e ao cabo, tais circunstâncias põem a nu o fato de que, não raro, o *Monstrum Horrendum* precisou mover seus tentáculos em direção às suas próprias entranhas, delas extirpando as dissidências que tanto procurava combater na vida social.

Referências bibliográficas

Fontes:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Inquisição de Lisboa (IL). Cadernos do Promotor, livros: 284, 290, 296, 298, 299, 302, 305, 306, 313, 315, 317, 318 e 319.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Inquisição de Lisboa (IL). Documentação Dispersa, caixas: 1595, 1629, 1630, 1644 e 13493.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Inquisição de Lisboa (IL). Processo de Francisco Xavier de Sousa, nº 4073. Processo de Dionísio de Almeida Costa, nº 9128. Processo de José Matias de Gouveia, nº 9189.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Inquisição de Lisboa (IL). Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal, ordenado por Dom Francisco de Castro, 1640, livro 987.

Referências:

BETHENCOURT, Francisco. A Inquisição. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Ed.). **História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000a. v.2, p. 95-117.

_____. História das inquisições: Portugal, Espanha e Itália (séculos XV-XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 2000b.

BOXER, Charles Ralph. **O império colonial português: 1415 – 1825**. Lisboa: Edições 70, 1981.

_____. **A Igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CALAINHO, Daniela Bouno. **Agentes da fé: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial**. São Paulo: Edusc, 2006a.

_____. Pelo reto ministério do Santo Ofício: falsos agentes inquisitoriais no Brasil colonial. In: VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno; LIMA, Lana Lage da Gama. **A Inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

CORBY, Isabela de Andrade Pena Miranda. **A Inquisição nas Minas: os Cadernos do Promotor no Episcopado de Dom Frei Manuel da Cruz (1745-1764)**. 2015. Tese (Doutorado) – Curso de Direito – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

FEITLER, Bruno. A ação da Inquisição no Brasil: uma tentativa de análise. In FURTADO, Júnia Ferreira; RESENDE, Maria Leônia Chaves de. **Travessias inquisitoriais das Minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-brasileiro (séculos XVI-XVIII)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el-rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2011.

GOUVEIA, Jaime. **A Quarta Porta do Inferno. A vigilância e o disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano (1640-1750)**. Lisboa: Chiado, 2015.

MARCOCCI, Giuseppe. PAIVA, José Pedro. **História da Inquisição portuguesa, 1536-1821**. Lisboa: Esfera dos livros, 2013.

MARTINS, João Henrique Costa Furtado. **Corrupção e incúria no Santo Ofício: funcionários e agentes sob suspeita e julgamento.** 2013. Tese (Doutorado) – Curso de História – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

MATOS, Yllan de. Crítica ou heresia? A transformação jurídico-teológica do ato de criticar o reto ministério do Santo Ofício (1605-1681). **Saeculum-Revista de História**, 2014.

MAXWELL, Kenneth R. **A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil – Portugal, 1750-1808.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

OLIVAL, Fernanda. Quando o Santo Ofício processava seus comissários (Portugal, 1600-1773). In: GARRIDO, Álvaro; COSTA, Leonor Freire; DUARTE, Luís Miguel. **Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães: economia, instituições e império.** Coimbra: Almedina, 2012.

_____. Ser comissário na Inquisição portuguesa e fingir sê-lo (séculos XVII-XVIII). In: FURTADO, Júnia Ferreira; RESENDE, Maria Leônia Chaves de. (org.). **Travessias inquisitoriais das Minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-brasileiro (sécs. XVI-XVIII).** Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. SOUSA, Rafael José de. **Em nome do Santo Ofício: cartografia da Inquisição nas Minas Gerais.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

RODRIGUES, Aldair Carlos. **Limpos de sangue: familiares do Santo Ofício, Inquisição e sociedade em Minas colonial.** São Paulo: Alameda, 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VAL, Andréa Vanêssa da Costa; FREITAS, Joseane Gabrielle Gonçalves de. História, expansão e cronologia das comarcas de Minas Gerais. **Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura.** São Paulo, v.60, p.59-78, 2021.

WADSWORTH, James Elliot. **Agents of orthodoxy: inquisitional power and prestige in colonial Pernambuco, Brazil.** 2002. Tese (Doutorado) – Curso de História – The University of Arizona, 2002.

A capelania militar enquanto universo possível para notabilidade e mobilidade social: o caso dos presbíteros seculares José de Souza Barradas e Silvério da Costa e Oliveira — Minas Gerais, 1799-1801

La capellanía militar como posible universo de notabilidad y movilidad social: el caso de los sacerdotes seculares José de Souza Barradas y Silvério da Costa e Oliveira — Minas Gerais, 1799-1801

Gyovana de Almeida Félix Machado
Mestranda em História
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
gyovanafelix@gmail.com

Recebido: 04/08/2023

Aprovado: 04/01/2024

Resumo: Este artigo consistirá na explanação de parte do que foi desenvolvido em uma monografia de final de curso elaborada enquanto requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em História. Sob o conceito “pastoral”, de Foucault, buscou-se investigar sobre o desempenho do ofício de capelão na capelania militar das Minas do Ouro a partir de sua coexistência em duas esferas, a saber, a religiosa (inerente à própria gênese de sua formação) e a militar (em sua atuação nas Ordens deste cunho) e as possíveis implicações do ofício para os capelães entre os anos em que solicitaram tal ofício, 1799 a 1801.

Palavras-chave: Capelão; Capelania militar; Capelão militar.

Resumen: Este artículo explicará parte de lo desarrollado en una monografía de fin de curso elaborada como requisito parcial para la obtención del título de licenciado en Historia. Utilizando el concepto de "pastoral" de Foucault, el objetivo fue investigar el desempeño del oficio de capellán en la capellanía militar de las Minas do Ouro desde el punto de vista de su coexistencia en dos esferas, a saber, la religiosa (inherente a la propia génesis de su formación) y la militar (en su desempeño en las Órdenes de esta naturaleza) y las posibles implicaciones del oficio para los capellanes entre los años en que solicitaron este oficio, 1799 a 1801.

Palabras clave: Capellán; Capellanía militar; Capellán militar.

Inicialmente, faz-se necessário destacar as atividades que nos levaram a escolha e ao recorte geográfico e temporal. Ressaltamos a proibição da entrada de ordens religiosas em Minas Gerais (1711), o que, *a priori*, nos indica a expressão de um catolicismo específico desenvolvido nas Minas pelo clero regular e secular, o que justificava, por exemplo, a presença constante de religiosos envolvidos em conflitos com o Império lusitano. Já o recorte temporal selecionado por nós para o presente artigo, diz respeito aos documentos encontrados sobre os respectivos presbíteros em suas petições para se tornarem capelães do Regimento dos Dragões, notadamente, nos anos de 1799 a 1801.

Na América lusa, o cargo de "capelão ganhou certo prestígio notadamente a partir da expulsão dos holandeses do Nordeste, em 1654, quando foram, então, retomadas as atividades missionárias pelo sertão" (MELLO, 2003, p. 406 *apud* ALVES, DILLMAN E TORRES, 2016, p. 366). Partindo deste aspecto, percebemos uma possibilidade que justificaria a sua presença em lugares tão plurais nas instâncias de poder numa sociedade de Antigo Regime, além de ter sido um ofício que permitia certa itinerância dos dogmas da moral cristã.

Nas Minas, observamos o desempenho da capelania em Irmandades – ao menos no século XVIII – como uma opção atraente, tendo em vista que o ofício de capelão estava entre os cargos clericais seculares não elevados, juntamente com os coadjutores ou auxiliares (DUARTE, 2017). Encontramos essa realidade não apenas em termos da disposição e ampliação da autonomia do capelão no que tange a direção religiosa das atividades confrariais mas, também, quanto às questões próprias de tal ofício:

Os capelães estavam no centro de praticamente todas as atividades confrariais. Frequentemente sua presença era exigida na **celebração de missas, elaboração de sermões para festas dos santos patronos, acompanhamento de enterros e de rituais religiosos, eleições do corpo administrativo e reuniões ordinárias** (AGUIAR, 1997, p. 81) [Grifo do autor].

Pela ampla gama de suas funções em tal instância, "ser capelão de irmandades de negros ou de mulatos significava uma fonte de rendimento segura e, ao que tudo indica, bastante significativa" (AGUIAR, 1997, p. 93). Através de trabalhos que relacionam, sobretudo, as corporações locais de senhores e a instituição de capelas – numa referência que parte do estudo das elites e a sua respectiva organização social – conseguimos vislumbrar, ainda, o ofício do capelão dado o caráter propínquo

que estabelece com a própria capela e a sua instituição, especialmente no que diz respeito às redes nas quais articula sua trajetória.

De acordo com Andrade, "a instituição das capelas, especialmente quando havia um trabalho constante de sujeição dos fiéis, dirigido pelo capelão (ou cura), significou efetivamente a manutenção da jurisdição civil e eclesiástica" (ANDRADE, 2011, p. 293) e, em análise sobre a capela do Arraial do Tamanduá, dirá que "a capela fez parte também do jogo de poder, porque servia de peça fundamental para a representação social e a legitimidade das autoridades locais" (ANDRADE, 2011, p. 293). Sobre o capelão nessa movimentação, analisa:

Era peça importante no jogo de poder local ou familiar e sabia usar o capital religioso e simbólico que detinha. Se parente do patrono ou do dotador da igreja, ele próprio contribuía para a trama das estratégias ou táticas familiares. Além disso, o capelão costumava forjar certa autonomia, equilibrando-se entre os poderes eclesiásticos (pároco, autoridades diocesanas) e leigos da sua capela. (ANDRADE, 2007, p. 166).

Nos chama a atenção a própria escolha do capelão, que Andrade salienta ser um elemento condizente com as redes nas quais esse indivíduo se conectava e movimentava. Partindo de amizade ou parentesco, a sua escolha estava ligada ao jogo político de uma corporação local de senhores. A presença do capelão nas ordens militares, portanto, trata-se de outra esfera de atuação, uma outra possibilidade do cargo, assim, não diz de uma excepcionalidade na prática normativa do Antigo Regime.

Tomamos como premissas algumas concepções antropológicas sobre sociedade que, segundo Barth, têm o todo do seu "comportamento social interpretado, construído, e nada indica que exista uma situação em que duas pessoas coincidam plenamente na interpretação de um dado evento" e continua: "(...) creio ser necessário reconhecer que aquilo que costumamos chamar de 'sociedades' são sistemas desordenados, caracterizados pela ausência de fechamento" (BARTH, 2000, p. 171-172). Tais considerações nos aproximam da História Social, tendo em vista que partimos do ímpeto de perscrutar um grupo que compunha a sociedade colonial, buscando formas de compreendê-lo dentro do seu conjunto de estratégias, redes e negociações que, por sua vez, se traduziam em seus comportamentos dentro da lógica normativa de Antigo Regime. Assim, poderemos dilatar o nosso entendimento acerca do peso das relações sociais, auxiliando-nos na superação de uma mera descrição estática do objeto, assim como preconiza Giovanni Levi (2000).

Não tendo sido encontrado por nós, até o momento, trabalhos que se debruçam e fazem uma análise pormenorizada sobre o indivíduo capelão nas Minas setecentistas, bebemos de narrativas plurais que acabam por tocar no indivíduo a ser pesquisado, a saber: a história das elites locais, do descobrimento das Minas, das Irmandades e, também, em sua atuação nos sertões de Minas Gerais, que apresenta o capelão como "peça importante no jogo de poder local ou familiar que sabia usar o capital religioso e simbólico que detinha" (ANDRADE, 2007, p. 166). Em diálogo com tal citação, Aldair Carlos Rodrigues acrescentará que as "elites locais não abriram mão de posições chave do poder eclesiástico em seu processo de ascensão social e em sua busca pelo poder" (RODRIGUES, 2015, p. 54) (tradução nossa), o que concluirá ser uma estratégia própria do Antigo Regime Português.

Um dos prismas a refletir a presença do capelão na sociedade colonial, como já dito, diz respeito ao descobrimento das Minas e, nesse ponto, sublinha Mata: "foram portanto, os [capelães] primeiros especialistas do sagrado cristão a se estabelecerem em Minas Gerais" (MATA, 2002, p. 94). Além disso, o autor também chamará a atenção para o fato de que os capelães integraram juntamente com os clérigos e frades irregulares os sacerdotes que predominaram nos momentos iniciais da história de Minas Gerais (devido requisição e atuação destes nas jornadas dos bandeirantes rumo à incipiente terra do ouro nos primeiros anos do século XVIII).

Em consonância com a observação do autor, soma-se que "desde 1694, na Bandeira do Capitão Rodovalho, que descobriu Guarapiranga, já estava como capelão [...] Frei José de Jesus por alcunha o Catarro" (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 26 *apud* ANDRADE, 2018, p. 68). Mata sublinha, ainda, a característica que, guardadas as especificidades temporais e geográficas, demonstra na prática e acentua os traços que acompanham este tipo específico de capelão – o qual o autor considerará nômade (MATA, 2002, p. 94) –, valendo-se da percepção de que este não se submete em exclusividade ao serviço do bandeirante, prestando assistência à população das regiões que percorre.

Marcos Magalhães de Aguiar, autor que prestigia o aspecto associativo da vida dos capelães em Minas Gerais em seu papel social com as Irmandades de negros e mulatos em Vila Rica, salienta o aspecto da autonomia na função desempenhada pelos capelães enquanto

intermediários culturais, na medida em que sua presença legitimava a existência de tradições e formas de vida religiosas pouco ortodoxas no interior das irmandades de negros e mulatos (...), a autonomia conferida pela manutenção da capelania tem relação direta com a

maturação de concepções relativas a autodeterminação na gestão das funções religiosas e de espaço sagrado (AGUIAR, 1997, p. 104).

Com o fim de refletirmos, na prática, sobre o universo de possibilidades inserido na dinâmica do capelão quanto às ações que diligenciava — externamente as expectativas propostas de função —, podemos destacar uma articulação quanto a questões de justiça. Vejamos um caso¹ envolvendo o Padre Lauriano dos Mártires, capelão do Serviço Diamantino dos Caldeirões (Comarca do Serro do Frio), que apresenta uma petição quanto à necessidade de nomear um juiz isento, capaz de dar providências às injustiças que estava sofrendo. Sobre este documento, mediante a transcrição do mesmo, nos chamou a atenção e, constituiu também a nossa hipótese, que o pedido de um juiz isento partia de um conhecimento prévio sobre as funções de um juiz (credita-se, aqui, a noção ou expectativa de imparcialidade) ou, talvez, de um que ajuizasse segundo as pretensões do referido padre.

Somado a isso, a situação na qual o padre, e também capelão, Lauriano dos Mártires, requereu esse "tipo" de juiz, diz respeito a uma resposta imperativa em uma esfera que não fazia parte de sua jurisdição, se levarmos em consideração a falta de um cargo sancionado a ele por decreto régio, por exemplo. Entretanto, arrogou-se de uma narrativa na qual se fez presente a ideia de uma compreensão, ainda que mínima, de uma função externa a sua e, também, de uma postura quando este se sentiu injustiçado por um indivíduo que deveria proceder a situação de forma isenta. É certo que há uma discussão quanto à aplicação da justiça que perpassa toda a sociedade de Antigo Regime, não excluindo, portanto, religiosos de todo o gênero. No entanto, é curioso pensar na dimensão simbólica e capilar que esse indivíduo atingiu para dar seguimento à circunstância que sofria. Não percebemos mudança de identidade, mas de *performance*, bem como preconiza Fredrik Barth (2000); mudando a circunstância, muda-se a *performance*.

Reiteramos que a presença de capelães no cotidiano das Minas setecentistas se deu desde o seu primeiro momento, fosse a partir das expedições e nas mais variadas assistências que esse indivíduo prestava enquanto se deslocava, fosse a partir da instituição de capelas, no alicerce dado a Irmandades. Dessa maneira, sua presença na esfera militar reforçava a natureza de seu ofício, bem como aponta para mais uma especificidade do catolicismo mineiro (pela falta de uma política

¹ AHU-Minas Gerais, cx. 117, doc. 20.

religiosa na região), que diz respeito à própria formação cotidiana dos eclesiásticos que aqui atuavam o que, por sua vez, abriu brechas para uma *performance* em harmonia, não apenas com os preceitos da Igreja, mas também com a sociedade e/ou comunidade com que estabelecia suas relações. Precisamos refletir, contudo, sobre aquilo que de instrumental havia na figura do capelão para que o tornasse uma representação simbólica da ordem nos espaços que fazia presença e, no nosso caso, no espaço e/ou esfera militar.

Para Pires (2008), os religiosos que migraram para as Minas eram aventureiros em busca de riqueza e com pouca preocupação pastoral. Mesmo com a proibição para que os regulares não circulassem nas Minas, há indícios de que muitos se mantiveram, fosse pelo zelo quanto às suas próprias motivações — e, aqui, considero as intenções e/ou atividades compatíveis com a sua função enquanto religioso e, nesse sentido, de uma prerrogativa pastoral — ou pelo envolvimento com negócios que articularam (MILAGRE, 2011) no território. Os seculares, “muitas vezes, também se esqueciam dos preceitos canônicos e fugiam do controle da igreja, ligando-se a diversos empreendimentos alheios a seu estado de sacerdote” (MILAGRE, 2011, p. 48).

Vale destacar que um dos efeitos diretos da proibição da entrada de ordens religiosas nas Minas (1711) e da prática religiosa difusa gerada no vácuo de políticas específicas — e, também, religiosas — foi o retardamento da formação de sacerdotes, quadro este que só irá receber “grande impulso com a criação do bispado marianense e com a fundação do Seminário Nossa Senhora da Boa Morte em 1750” (BOSCHI, 1991, p. 105 *apud* PIRES, 2008, p. 66).

A governamentalidade como natureza de poder circunscrita ao capelão: pressupostos e reflexões

Tendo como característica a soberania, disciplina e gestão, a governamentalidade será definida por Foucault em três aspectos. O primeiro referiu-se ao

conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder **que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança** (FOUCAULT, 2013, p. 429) [Grifo do autor].

O segundo se desenvolveu na medida em que o autor identifica-o enquanto uma tendência de forma de poder no Ocidente; nesse sentido, constatou o desenvolvimento de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes para sua duração. Por fim, o terceiro aspecto elucidou a natureza técnica do conceito mediante o seu desdobramento a partir do Estado de justiça da Idade Média, Estado administrativo nos séculos XV e XVI e a então governamentalização no século XVIII.

A pastoral, um dos pontos de apoio dessa natureza de poder, diz respeito a dois aspectos que nos interessam, a saber, "o governo das almas e das condutas" (FOUCAULT, 2013, p. 407). No interior do conceito 'pastoral', existe uma série de aspectos que compõe e contemplam as conclusões de Foucault, mas, no nosso caso, um ponto que nos interessa é aquele que o autor observa a partir dos mosteiros cristãos e diz respeito a direção das consciências, que é "um modo de governo das almas, cujo principal objetivo é produzir súditos e não mestres de si mesmos" (OLIVEIRA, 2019, p. 112). Para Eduardo Hoornaert (1984), a concepção de uma Igreja Colonial anunciava, mais do que um período na história do Brasil, um conjunto de relações que era estruturado e estruturava a sociedade do período, a rigor, diz de uma dinâmica e/ou plataforma econômica, política, social e ideológica, ainda segundo o autor. No século XVIII, assistiu-se a governamentalização do Estado, dado que "a palavra economia designava no século XVI uma forma de governo; no século XVIII, designará um nível de realidade, um campo de intervenção do governo através de uma série de procedimentos complexos (...)" (FOUCAULT, 2013, p. 414). As novas técnicas de governo — em fins do século XVII e início do XVIII — refletidas na teoria foucaultiana se apropriaram das funções pastorais, com tal repercussão percebeu-se que

não houve ruptura, e sim deslocamento. O deslocamento supõe a correlação de forças entre esferas distintas de condução. Na Europa moderna, diz Foucault que a relação entre religião e política não passa pelo jogo entre Igreja e Estado, e sim entre pastorado e governo. O ponto central é como o governo político aprende do pastorado a governar pessoas (OLIVEIRA, 2019, p. 158).

Para utilizarmos a teoria foucaultiana sobre as novas técnicas de poder empreendidas, sobretudo no século XVIII, precisamos redimensioná-la segundo algumas prerrogativas na análise das ações metropolitanas na América Lusa e uma das discussões diz respeito à relação centro *versus* periferia e a compreensão de uma monarquia corporativa. Antônio Manuel Hespanha, em "As vésperas do Leviathan" desenvolveu uma hipótese

na qual monarquia passava a ser entendida como a cabeça da república, porém sem se confundir com essa, já que nela existiam outros poderes concorrentes (...) Era ela a 'cabeça pensante', capaz de articular as jurisdições das várias partes que compunham o conjunto do corpo social, seja no reino, seja no ultramar. Com isto temos a ideia de uma monarquia polissinodal e corporativa de base católica (FRAGOSO, GUEDES, KRAUSE, 2013, p. 26-27).

O rei seria a cabeça que dava unidade a essa sociedade com múltiplos interesses e, o corpo que auxiliava na gestão — e que, ao fim e ao cabo, possibilitava a realização das ações políticas do rei —, dispunha da presença de membros e órgãos que, pela negociação, estabeleciam relações de poder com o centro. A Igreja refletia um desses poderes e/ou braços administrativos da Coroa no Ultramar; ela detinha o controle das massas segundo os aparatos espirituais que instrumentalizava, a pregação, por exemplo, era um desses mecanismos de controle das consciências.

Uma *fê de ofício*: A capelania militar aos moldes do Antigo Regime

A necessidade das tropas nas Minas se deu mediante três conveniências: o controle social, a preservação da tranquilidade e do sossego públicos (COTTA, 2004); tal dinâmica teria corroborado para uma série de fatores, tendo em vista as características geopolíticas e econômicas nas Minas. A rigor, possuíam um repertório de "práticas coletivas e individuais, teria funcionado por manter em níveis toleráveis a violência, permitindo a arrecadação dos impostos e o desenvolvimento econômico das Minas Gerais" (COTTA, 2004, p. 11).

Destarte, Cotta aponta que, dentro do Estado-maior², o capelão se encontrava representando o clero nesse corpo, junto ao sargento-mor e ao auditor, representante da alta oficialidade e das leis, respectivamente. Na prática, a desenvoltura da capelania dentro dos corpos militares partia de alguns aspectos elencados, sobretudo, na obra *Norte de Capelães e Guia de militares* (1727) de autoria do padre dominicano Marcos Salzedo:

Esta obra buscava orientar religiosos a proceder corretamente nos princípios da fé para com os militares, num discurso cristão que buscava modular a moralidade dos seus fiéis (civis e militares) a fim de garantir comportamentos adequados, baseados nos princípios cristãos. **Tais mecanismos de controle de atitudes e de regulação das consciências eram, possivelmente, elementos eficazes na manutenção da ordem (...)** (ALVES, DILLMANN, TORRES, 2016, p. 370) [Grifo do autor].

² Centros especializados na logística militar necessários, segundo Cotta, para a direção e apoio das forças militares.

Somado a isso, o capelão deveria ser responsável pelo pasto espiritual, a boa direção das consciências militares, a administração dos sacramentos sendo e, ainda, a língua do céu e o intérprete da mente Divina (ALVES, DILLMANN, TORRES, 2016). Não temos evidências suficientes de que os sujeitos nas Minas tenham tido acesso à obra de autoria do Padre Marcos Salzedo, já que ela fazia parte da coleção do Brigadeiro José da Silva Paes, primeiro comandante militar do Rio Grande e primeiro governador de Santa Catarina. No entanto, Álvaro Antunes irá apontar que, no século XVIII, os maiores grupos proprietários de livros em Vila Rica foram os militares e clérigos (ANTUNES, 2009), o que indica alguma circularidade de obras entre esse grupo mas, ainda sim, não há registros especificamente da obra do Padre Salzedo.

Mobilizamos tal obra apontando para os esforços de estruturação e especialização deste posto nos corpos militares. Sugerindo ser um posto militar, a capelania nestes corpos tinha como característica o pagamento em soldo, diferentemente do usual para eclesiásticos, a saber, o pagamento em cômputo. Por exemplo, no Regimento de Dragões nas Minas (1775), o capelão tirava como soldo 20\$000 por mês (COTTA, 2004, p. 254). Segundo "Antônio de Moraes, o soldo seria a paga do soldado, portanto, um tipo de remuneração característico da classe militar" (MACHADO, 2019, p. 80); isto posto, entendemos a capelania enquanto um posto militar nos corpos desta natureza, no entanto, ocupado por um religioso. Tal reflexão não se abstém das características intrínsecas ao sujeito que dispunha o seu ofício na capelania militar. Afinal, como já demonstrado, no capelão eram mobilizados os esforços para moralização e conservação espiritual dos soldados. Nesse sentido, destacamos o capelão enquanto um dos braços e, portanto, esforços da Igreja de se fazer presente nas diversas instâncias da sociedade colonial de Antigo Regime.

No Aviso Régio de 24 de maio de 1741, os capelães que prestavam serviço de assistência religiosa na esfera militar foram considerados párocos dos soldados; portanto, “esses párocos, segundo o citado Aviso Régio, estavam sujeitos à inspeção episcopal e seu ministério se dedicava, primordialmente, aos militares” (ALMEIDA, 2006, p. 22). Assim, consideramos algumas referências para tal *performance* no artigo 549 das Constituições do Arcebispado da Bahia³, que considera os párocos enquanto “pastores das almas” e, como prática espiritual, deveriam apascentar as suas ovelhas. Anteriormente ao Aviso Régio, o capelão militar tinha, como uma de suas funções, receber

³ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. op. cit. livro terceiro, título XXXII, p.212.

“na sua mão os escritos das confissões dos oficiais e soldados para os entregar no tempo determinado aos párocos das freguesias onde forem assistentes”⁴. Portanto, o Aviso Régio de 1741 trouxe certa autonomia quanto a *performance* do capelão enquanto tal, já que, a partir daquele momento, não mais o pároco seria o confessor ordinário. Além disso, ao capelão fora designado, bem como a maioria dos eclesiásticos, à atribuição de um campo de ação que não se travava nas lutas temporais — no campo físico, por assim dizer — mas, sim, no âmbito espiritual, naquilo que ronda as consciências e, para isso, deveria utilizar de armas e ações efetivas para tal ação. Sobre isso, o artigo 454 das Constituições diz:

Por ser totalmente contra a honestidade dos Clerigos o uso das armas, pois tendo renunciado o mundo, e professado a **Milicia de Christo**, não lhes é licito usar das mesmas armas de que usam os soldados do século, mas das que chamão espirituaes, e consistem em ter contrição, e derramar lágrimas de coração, e fazer orações, e cousas semelhantes, desejamos que nos Ministros da Igreja tenham os seculares vivos exemplos da modestia, e que se acabem, e extingão as pertubações, mortes e sacrilegios, que do uso das armas resultam contra a quietação da Republica, bom exemplo do povo, e em opprobrio do Sacerdocio⁵ [Grifo do autor].

O “posto espiritual”, inicialmente suscitado pelo Padre Joze Cordeiro Paes⁶ em 1721, estaria dentro de um conjunto de necessidades que tinham, em sua integralidade, o sentido da Igreja ou, os preceitos da Igreja, de se fazerem presentes na realidade dos soldados a que assistencializava. Esses últimos seriam, portanto, as ovelhas as quais o capelão apascentaria mediante a direção de suas consciências segundo os preceitos moralizantes da Igreja católica — que se destacavam no interior da sociedade colonial mineira como uma espécie de força motriz — o que acabou por desenvolver uma expressão específica do catolicismo dando a essa experiência outro tom.

Os Presbíteros Seculares José de Sousa Barradas e Silvério da Costa e Oliveira — estratégias utilizadas para garantia de benefícios através da capelania militar

Adiantamos que, José de Souza Barradas e Silvério da Costa e Oliveira, não foram capelães militares. No entanto, suas tentativas para vir a ser um dizem muito daquilo que o posto poderia prover ao sujeito que ali servisse. Natural da cidade e bispado de Mariana, o presbítero José de Sousa

⁴ AHU-Minas Gerais, cx. 10, doc. 39

⁵ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. op. cit. livro terceiro, título IV, p. 179.

⁶ AHU-Minas Gerais, cx. 10, doc. 39.

Barradas relata ter vindo a esta corte três anos antes da data em que requereu a capelania do Regimento de Dragões em Vila Rica (em 11 e 15 de Abril de 1799). Alegando ter o ardente desejo de servir a deus e a igreja, o presbítero declarou ter enfrentado o perigo de terra e mar em sua viagem a fim de conseguir um benefício, porém, “vossa majestade mandou suspender a data dos benefícios do seu bispado, de sorte, que eu suplicante se vê na impossibilidade de obter um depois de tantos trabalhos, e despesas”⁷.

Em um primeiro momento, o presbítero secular José de S. Barradas justificou tal requerimento com base em alguns motivos, sendo o principal deles o abrigo que deu a duas donzelas que, segundo ele, tinham comportamento honesto e louvável. Após isso alegou que, o atual capelão do Regimento de Dragões de Vila Rica, o Padre João Rodrigues do Paço, estava “em avançada e decrépita idade incapaz de exercer este emprego e poder acompanhar o regimento nas suas necessárias digressões”⁸; continuou argumentando que, nele — José de Sousa Barradas —, concorriam todos os requisitos suficientes para bem desempenhar o emprego de capelão do Regimento de dragões de vila rica enquanto fosse vivo.

Em um segundo ato, esse mesmo sujeito irá dispor da mesma estrutura do requerimento anterior, porém, no motivo que considerava principal, que o habilitava e o tornava digno de tal ofício, argumentou:

recorre a vossa majestade, para que em contemplação a tão atendíveis e justo os motivos, sendo um dos principais o parentesco de consanguinidade com Joaquina Rosa da Penha de Franca que teve a distinta honra de alimentar a seos peitos o Príncipe regente nosso Senhor; e o abrigo de duas irmãs donzelas de honesto e louvável comportamento⁹

Bem como apontou para as mesmas inconsistências que justificavam a sua entrada e eventual saída do então capelão, João Rodrigues Paço, a rigor, sua avançada e decrépita idade que o impedia de exercer o emprego e acompanhar o Regimento. O documento em que encontramos esses dois momentos nas solicitações, trata-se de uma carta do governador Bernardo José de Lorena com a resposta aos requerimentos que, não somente o presbítero José de Sousa Barradas havia enviado; nesse sentido, constatou-se a recepção de cartas do dia 30 de março, 11 e 15 de Abril de 1799. Assim sendo, a resposta enviada pelo Governador não dizia respeito apenas ao requerimento do Presbítero

⁷ AHU-Minas Gerais, cx. 150, doc. 68.

⁸ AHU-Minas Gerais, cx. 150, doc. 68.

⁹ AHU-Minas Gerais, cx. 150, doc. 68.

José, respondia também, o requerimento do presbítero Silvério da Costa Oliveira, que veremos posteriormente. Desta forma, constam na carta enviada como resposta pelo Governador, os dois requerimentos enviados pelo presbítero José de S. Barradas.

Como resposta às petições que fez no dia 11 e 15 de Abril de 1799, o Governador lhe respondeu que:

Foi mal informado o suplicante José de Sousa Barradas, porque o capelão do regimento regular João Rodrigues do Paço não se acha tal em decrépita idade, Exercida excelentemente o seu emprego; E pode acompanhar o seu regimento para qualquer parte que sua majestade for servida destinar-lo. **E, por consequência não houve aqui lugar a candidatos**, tendo o regimento seu capelão em boa disposição, e desempenhando a suas obrigações¹⁰ [Grifo do autor].

Isto posto, percebemos que o presbítero secular se esforçou para obter a garantia de um benefício que vislumbrou dentro do ofício de capelão no Regimento de Dragões de Vila Rica. Após a suspensão da data dos benefícios do seu bispado, tentou galgar um posto que poderia lhe garantir um benefício, até mesmo, para sua subsistência. Os argumentos que lançou mão para alçar um posto que nem mesmo estava vago são característicos da ordem e/ou lógica normativa de Antigo Regime que se traduz na honra, nos privilégios e é manifesto através de redes, compadrios, apadrinhamentos, enfim; o presbítero, inicialmente, utilizou do argumento que considerou principal, ou seja, de dar abrigo a duas donzelas e, num segundo momento, recorre aos laços de parentesco com Joaquina Rosa da Penha de Franca que, segundo o presbítero, alimentou o Príncipe Regente. Curioso que a família Barradas possuía mecanismos ascensionais segundo a sua própria tradição na dinâmica entre Portugal e Brasil. Um exemplo seria João de Sousa Barradas, eleito 8 vezes para ocupar o cargo de vereador e, em 1801, chegou a presidir a Câmara de Mariana como Juiz Ordinário (ARAÚJO, 2018). No entanto, o argumento utilizado pelo presbítero José de Sousa Barradas foi o de parentesco com Joaquina, a mulher que alimentou o Príncipe Regente e, o símbolo que optou para a conquista do ofício requerido, o aproximava da mais alta posição na hierarquia estamental de Antigo Regime, a rigor, a Corte, o que, talvez, justifica a sua investida no argumento de laço parental com Joaquina — a mulher que alimentou o Príncipe Regente — e, não, pela sua tradição familiar.

O presbítero se apresenta, ainda, como natural de Mariana; no entanto, indica ter feito uma viagem do Reino (Portugal) até o Brasil três anos antes do requerimento que havia feito, portanto, em

¹⁰ AHU-Minas Gerais, cx. 150, doc. 68.

1796. Podemos refletir na possibilidade de ter traçado mesma estratégia que o seu parente, João de Sousa Barradas que, nascido em 1735 na Vila do Carmo, seguiu para Portugal em fins da década de 1750 para estudar direito na Universidade de Coimbra. Redimensionando para o que José de Sousa Barradas entendeu como “natural da cidade e bispado de Mariana” podemos lançar mão da hipótese de que, este indivíduo, nasceu na cidade de Mariana mas foi estudar em Portugal e, retornando, manteve-se na jurisdição do referido Bispado. Para demonstrar um pouco mais da família a qual fazia parte, destacamos que

entre os Barradas também houve os que se consideraram portugueses, posto que nascidos no Brasil, como Fernando Luís Pereira de Sousa Barradas, magistrado em Portugal, ministro, par do reino, conselheiro de Estado, senhor de Verride, preso seis anos durante o absolutismo miguelista por crime de liberalismo, e Bernardo de Sousa Barradas, magistrado e reitor da Universidade de Coimbra, e os que se prenderam ao Brasil, como os padres José de Sousa Barradas e Francisco de Paula Barradas, respectivamente vigários de Minas Novas e Antônio Dias (SOUSA, 2015, p. 19).

O encontramos enquanto vigário de Minas Novas em 1804, onde obteve resposta sobre o pagamento da cômgrua que requereu, bem como na provisão sobre ordem para pagamento da cômgrua também em 1804, ambas apresentadas na Igreja de São Pedro do Fanado (BOSCHI, QUINTÃO, 2015), localizada em Minas Novas, Minas Gerais.

Em outro requerimento, do Pe. Antônio Gomes de Carvalho — presbítero secular em Vila Rica — datando 1801, esse último solicita a cadeira de Gramática Portuguesa na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vila Rica e o lugar de “coadjutor do capelão do regimento que guarnece a dita praça, vencendo meio soldo respectivo, e as razões que obrigam a esta súplica bem as patenteia no requerimento anterior”¹¹. Não encontramos o requerimento citado por ele, há a possibilidade, no entanto, de termos encontrado a resposta dada a ele pelo governador Bernardo José de Lorena em 20 de Fevereiro de 1800 em Vila Rica, e diz:

Tendo já em outra ocasião informado a V. Ex^a sobre o estado, e dispozição de saúde do actual Capelão d’este Regimento, só me resta dizer a V. Ex^a em resposta a sua carta n^o 11, que participei ao Bispo Diocezano o mais que ela continha a favor do Padre Antônio Gomes de Carvalho.¹²

Entretanto, o requerimento que data 1801 possui algumas informações anotadas no seu canto superior — propriamente dito — e, sobre a solicitação do Pe. Antônio Gomes de Carvalho no lugar

¹¹ AHU-Minas Gerais, cx. 160, doc. 117.

¹² AHU-Minas Gerais, cx. 152, doc. 35.

de coadjutor de capelão do Regimento de Vila Rica, registrou-se que não constava o deferimento da Carta e que “a Capelania que pede já se conferia por carta escrita ao governador ordenar da se lhe que tendo os requisitos necessários o Padre Joze de Souza Barradas o prova se nela.”¹³ Infelizmente, não encontramos a carta mencionada, ou nenhuma nomeação, provisão ou confirmação de provisão quanto ao estabelecimento do Pe. Joze de Sousa Barradas na capelania do Regimento de Vila Rica, a forma com que pediu sob alguns argumentos já mencionados. Em 21 de Outubro de 1799, o Governador Bernardo José de Lorena respondeu, em carta, os requerimentos do dia 11 e 15 de abril de 1799 do Pe. Joze de Sousa Barradas e declarou não estar vago o posto da capelania do Regimento Regular dado que o então capelão, Pe. João Rodrigues do Paço, não se achava em decrépita idade.

Há, no entanto, a hipótese de que o Pe. Joze de Sousa Barradas tenha assumido o lugar inicialmente requerido pelo Pe. Antônio Gomes de Carvalho, a rigor, o de coadjutor do capelão do Regimento. Porém, como já mencionado, não encontramos a Carta de provisão, de confirmação de provisão ou quaisquer nomeações que tenham sido feitas para a substituição do Pe. João Rodrigues do Paço que ocorreu, segundo os documentos que utilizamos, apenas em 1806.

Na mesma carta passada enquanto resposta ao Pe. José de Sousa Barradas em 21 de Outubro de 1799 pelo Governador Bernardo José de Lorena, encontramos, também, o requerimento do Presbítero Secular Silvério da Costa e Oliveira, que data de 30 março de 1799. Solicitando a capelania do Regimento de cavalaria regular da capitania de Minas Gerais, o Pe. Silvério argumentou segundo a “supra necessidade” de um capelão ou de um “agregado”, tendo por objetivo, “frequentar expedições e grandes destacamentos __ muito distantes”¹⁴. A justificativa para que ocupasse tal posição se daria em torno da informação de que

o capelão atual do mesmo pela suas moléstias, efetivo obrigação na praça impedido de poder satisfazer e providenciar, como vossa majestade se pode informar pelos governadores que tem vindo da mesma capitania¹⁵.

O capelão que mencionou, segundo as datas, seria João Rodrigues do Paço que, segundo o suplicante, estava em falta no Regimento. O Pe. Silvério requereu nomeação em duas possibilidades, a rigor, enquanto um capelão supra necessário ou enquanto um capelão agregado, fosse para suprir as

¹³ AHU-Minas Gerais, cx. 160, doc. 117.

¹⁴ AHU-Minas Gerais, cx. 150, doc. 68.

¹⁵ AHU-Minas Gerais, cx. 150, doc. 68.

faltas do atual ou para acompanhar em expedições e destacamentos. Como resposta, o governador lhe disse:

devo dizer que sendo muitos os diferentes destacamentos do regimento, uns existem em Lugares, onde encontram todos os socorros espirituais, outros mais distantes dos mesmos, o que infalivelmente há de suceder, pelas distâncias em que se guardam, e providenciam os interesses reais; Para acudir a este último caso seriam então necessários vários capelães: o suplicante pede ser agregado, aqui não tem havido exemplo, é com tudo benemérito.¹⁶

Compreendemos, mediante a resposta do Governador que, mesmo com os requisitos necessários, não havia como nomeá-lo enquanto capelão agregado, pois, se assim procedessem as nomeações, seriam necessários vários capelães para auxiliarem os destacamentos mais distantes, o que chamou de “socorros espirituais”. Pontuamos, em linhas gerais, os símbolos atribuídos à figura do capelão no corpo militar, pois, enquanto socorro espiritual, nele estavam mobilizados todos os instrumentos para guiar, os demais sujeitos envolvidos no seu cotidiano, à salvação. Sobretudo após o Aviso Régio de 24 de maio de 1741¹⁷, o capelão militar configuraria a própria presença da Igreja em ambientes que, fisicamente, não alcançava. Esse indivíduo estaria instrumentalizado para dar cabo aos propósitos da Igreja os redimensionando na capelania militar. Ou seja, na *performance* e/ou desempenho de suas funções sacerdotais, auxiliava na manutenção da ordem do Antigo Regime, dilatando a influência da Igreja sobre esferas plurais. Influência essa tão fundamental para o processo de colonização, quanto mais para uma capitania com desdobramento distinto (levemos em consideração sua potencialidade aurífera e as consequências políticas, econômicas e religiosas sobre a Capitania) e que influenciou consideravelmente o desempenho de eclesiásticos em seu solo (MILAGRE, 2011), a rigor, o solo mineiro.

Conclusões prévias

Em um primeiro momento, precisamos salientar que os indivíduos aqui expostos, mesmo em atuação de um mesmo posto, entendem a si mesmos segundo o tempo em que estão, sobretudo se os vincularmos, diretamente, ao ambiente de tensões durante sublevações ou ambientes de maior

¹⁶ AHU-Minas Gerais, cx. 150, doc. 68.

¹⁷ Momento em que os capelães que prestavam serviço de assistência religiosa na esfera militar foram considerados párocos dos soldados.

pacificidade, pois isso influenciaria, diretamente, as decisões tomadas pelos capitães-generais dos corpos militares. Tal afirmação indica que os agentes históricos não são mecanicamente guiados (ROSENTAL, 1998), ao contrário, pautam suas escolhas de acordo com aquilo que interpretam ser mais benéfico para eles e que se traduzem em alguns objetivos, dentre eles, elevar sua posição na hierarquia estamental do Antigo Regime.

Como um segundo ponto, gostaríamos de destacar que o procedimento de substituição de um capelão não se dava apenas sob requerimentos externos e com justificativas críveis para o referido tempo, notamos uma proeminência quanto ao adensamento das relações no interior da capelania militar e, isso, demonstrou ser mais efetivo no processo de substituição, como exemplo, a capelania exercida no Regimento de Dragões de Minas Gerais e Regimento de Cavalaria Paga pelo Padre João Rodrigues do Paço. O capelão, inserido no que se chamou de “baixo clero” (HOORNAERT, 1984), poderia agir segundo a possibilidade de ascensão na hierarquia estamental de Antigo Regime através da nomeação enquanto capelão de um corpo militar o que, após a reorganização por Conde de Lippe, estava dentro do que se chamou de “Estado-maior”. Portanto, sua aproximação pautava-se mais com o oficialato do que com a soldadística. Tal hipótese pode ter representado essa possibilidade para José de Sousa Barradas e Silvério da Costa e Oliveira que, mesmo na ausência de uma vaga para o posto e estando ambos enquanto presbíteros seculares, requereram o posto então ocupado pelo Pe. João Rodrigues do Paço. O Presbítero Silvério da Costa e Oliveira, tentou se garantir ainda, enquanto capelão agregado e, tal esforço, demonstra a suas estratégias na tentativa de galgar os degraus dentro da hierarquia estamental do Antigo Regime.

Se partirmos da governamentalidade constituída, sobretudo, pela força ordenativa da pastoral (governo das almas e das condutas), não poderemos descartar a possibilidade de estes indivíduos terem utilizado de sua prerrogativa religiosa para galgar degraus em vista de notabilidade na sociedade colonial, ainda, podemos pautar a própria necessidade de sua presença nos destacamentos como um esforço da ordem e controle. Ou seja, pelas relações de parentesco utilizadas sob justificativa para a ascensão e conseqüente nomeação ao posto (Pe. José de Sousa Barradas), as estratégias podem ter se convertido na conformidade (direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente) dos mesmos aos procedimentos costumeiros de seu tempo. À medida que exerciam o “posto espiritual”, distinguiam-se e alcançavam uma expectativa diferente dos demais

eclesiásticos, sendo atribuídos, naquele instante, por privilégios e honras traduzidas na capelania militar. Por conseguinte, observamos que o posto militar ocupado por um capelão possui um conjunto de sentidos que possibilitaria notabilidade em vista da hierarquia ordinária atribuída a esses indivíduos dentro da organização clerical, juntamente com a eventualidade de mobilidade social, afinal, todos os cargos requeridos pelos indivíduos aqui suscitados faziam parte da Tropa Paga.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Marcos Magalhães de. Capelães e vida associativa na Capitania de Minas Gerais. **Varia Historia**, Belo Horizonte, ed. 17, p. 80-105, 1997.
- ALMEIDA, Marcelo Coelho. **A religião na caserna: o papel do capelão militar**. 2006. Dissertação (Mestre em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006.
- ALVES, Francisco das Neves; DILLMANN, Mauro; TORRES, Luiz Henrique. Dos modos de ser soldado e capelão na militarizada povoação do Rio Grande do século XVIII. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 9, ed. 2, p. 350-372, 2016.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. A conversão do sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, pág. 151-166, junho de 2007.
- _____. Fronteira e Instituição de Capelas nas Minas, América Portuguesa. **Am. Lat. Hist. Econ**, México, n. 35, p. 271-296, junho de 2011.
- ANDRADE, Mateus Rezende. **Compadrio e posse de terra: da produção do espaço às hierarquias sociais: (Vale do Ipiranga, Minas Gerais, 1804-1856)**. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, [S. l.], 2018.
- ANTUNES, Álvaro de Araújo. Os ânimos e ânimos e a posse de livros em Minas Gerais (1750-1808). In: MEGIANI, Ana Paula. **O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX)**. São Paulo: Alameda, 2009
- ARAÚJO, Regina Mendes de. **Vereadores da Câmara de Mariana: Perfil socioeconômico, redes relacionais e poder local (1711-1808)**. Orientador: Profa. Dra. Júnia Ferreira Furtado. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BOSCHI, Caio César; QUINTÃO, Régis Clemente (org.). **Minas Gerais no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2015. [E-Book] 688 p.
- COTTA, Francis Albert. **No rastro dos Dragões: políticas da ordem e o universo militar nas Minas Setecentista**. 2004. Tese (Doutor em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, [S. l.], 2004.

- DUARTE, Josimar Faria. Clérigos Seculares e suas Redes de Sociabilidades nas Minas Setecentistas. **Revista de História Regional**, [s. l.], ano 262, v. 22, ed. 2, p. 288, 30 nov. 2017. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/10198>. Acesso em: 14 set. 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 27. ed. São Paulo: Graal, 2013.
- FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época moderna: monarquia pluricontinental e Antigo Regime**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2013
- HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800)**. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MACHADO, David Prado. **A privatização da fé: capelas domésticas nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX**. Orientador: Prof. Dr. André Guilherme Dornelles Dangelo. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- MATA, Sergio da. **Chão de Deus: Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil, Séculos XVIII-XIX**. Berlin: WVB, 2002.
- MILAGRE, Marcela Soares. **Entre a bolsa e o púlpito: Eclesiásticos e homens do século nas Minas de Pitangui (1745-1793)**. Orientador: Profa. Dra. Maria Leônia Chaves de Resende. 2011. Dissertação de Mestrado (Mestre em História) - Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2011.
- OLIVEIRA, Renato Carvalho de. **O poder da pastoral em Michel Foucault: o paradoxo do governo e o cuidado da vida humana**. 2019. Dissertação de Mestrado (Mestre em Filosofia) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.
- PIRES, Maria do Carmo. **Juízes e Infratores: o tribunal eclesiástico do bispado de Mariana (1748-1800)**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2008.
- RODRIGUES, Aldair Carlos. Clergy, Society, and Power Relations in Colonial Brazil: On the Vicar Forane (Vigário da Vara), 1745-1800. **E-jph**, Portugal, v. 13, ed. 1, June 2015.
- ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SOUSA, Octavio Tarquino de. **História dos Fundadores do Império do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2015. 19 vol. 3.

A biografia e a escrita de si: os usos políticos de um relato de viagem no Oitocentos

Biography and self-writings: the political uses of a travel report in the 19th century

Eveline Almeida de Sousa

Professora Adjunta de História
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
evelinehistor@gmail.com

Recebido: 27/11/2023

Aprovado: 12/02/2024

Resumo: Neste artigo analiso as relações entre o relato de viagem, os indícios de uma escrita de si e os usos políticos desse tipo de registro, por meio da obra *Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina*, de 1847, de Henrique Beaurepaire Rohan. O objetivo deste trabalho é narrar a volta do engenheiro militar para o Rio de Janeiro, em 1846, após dois anos servindo na província do Mato Grosso. A memória é marcada pela descrição das paisagens, dos aspectos sociais, culturais e políticos do Paraguai e configura-se como um primeiro exercício de escrita corográfica do engenheiro, gênero comum entre os militares do Império. Além da descrição pretensamente objetiva, o texto carrega intenções veladas e marcas pessoais que apontam para a construção de uma “escrita de si” (GOMES, 2004) e de uma “imagem para os outros” (POLLAK, 1992), que o autor construía possivelmente em busca de reconhecimento político e intelectual, principalmente no campo socioprofissional no qual atuava.

Palavras-chave: Biografia; Escrita de si; Escrita corográfica

Abstract: In this article I analyze the relationships between a travel report, the signs of self-writing and the political uses of this type of record, through the work *Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro, through Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina* (Journey from Cuiabá to Rio de Janeiro, through Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul and Santa Catarina), from 1847, by Henrique Beaurepaire Rohan. The objective of this work is to narrate the military engineer's return to Rio de Janeiro, in 1846, after two years serving in the province of Mato Grosso. The memory is marked by the description of the landscapes, social, cultural and political aspects of Paraguay and is configured as the engineer's first exercise in chorographic writing, a common genre among the Empire's military. In addition to the supposedly objective description, the text carries veiled intentions and personal marks that point to the construction of a “writing of the self” (GOMES, 2004) and an “image for others” (POLLAK, 1992), which the author constructed possibly in search of political and intellectual recognition, mainly in the socio-professional field in which he worked.

Keywords: Biography, Self-writing, Chorography writing

Entre a escrita biográfica e a escrita de si

As conexões entre os escritos biográficos e o conhecimento histórico são longevos e marcados por diferentes nuances, questionamentos, aproximações e distanciamentos, caracterizando uma “fronteira imprecisa entre história e biografia” (LORIGA, 1998, p. 225). A articulação e os limites entre os processos históricos mais amplos e o destino individual dos sujeitos são um dos principais dilemas entre a escrita da história e a história de vida, embora não seja o único. Para Giovanni Levi, atualmente, o fato histórico e a vida de um homem estão em uma fase intermediária, “mais do que nunca a biografia está no centro das preocupações dos historiadores, mas denuncia claramente suas ambiguidades” (LEVI, 1998, p. 167).

O vínculo da disciplina com a escrita da vida dos indivíduos ganhou novo fôlego a partir dos anos 1970 e 1980, quando a crise dos modelos interpretativos nas ciências sociais, que privilegiavam as grandes estruturas socioeconômicas, apontou para novas possibilidades de pensar os sujeitos que, em geral, figuravam sem rosto, diluídos no conjunto da classe social. Sabina Loriga ressalta que o indivíduo voltou a ocupar um lugar de destaque nas análises dos historiadores especialmente a partir das dimensões do “cotidiano” e das “subjetividades”. Nesse aspecto, as classes populares passaram a ser encaradas, também, por meio da diversidade de experiências e sujeitos que a compõe (LORIGA, 1998, p. 225). De acordo com a autora: “[...] a atenção se deslocou da atividade econômica e política do camponês ou do operário para a subjetividade do seu ‘vivido’” (*Ibidem*, p. 226). Embora essa perspectiva não seja a única explicação para a revalorização da biografia na história.

Para além das biografias e das autobiografias propriamente ditas, cujo objetivo principal é a escrita da vida de um indivíduo, podemos encontrar indícios de escritos biográficos em fontes históricas de outra natureza. Há registros que, embora não tenham sido produzidos com a intenção de narrar a trajetória de uma pessoa, desvelam marcas e traços de uma “escrita de si”. Segundo Angela de Castro Gomes, essa modalidade de produção do eu, que emerge da necessidade do indivíduo moderno de buscar uma imagem para si por meio de seus documentos, relaciona-se com as formas como o autor se projeta e se representa no texto, buscando construir uma identidade.

Nesse processo, autor e texto são constituídos e reconstituídos simultaneamente, de modo que o autor não é nem anterior e nem posterior ao texto (GOMES, 2004, p. 15).

Neste trabalho, analiso o relato de viagem como um exercício de escrita de si e os usos políticos presentes nesse tipo de fonte. Mais precisamente, examinarei o relato *Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina*, publicado em 1847 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), escrito pelo engenheiro militar Henrique Beaurepaire Rohan. Através deste relato, no qual o engenheiro descreve seu retorno para o Brasil depois de dois anos no Mato Grosso, é possível depreender intenções veladas e formas de autorrepresentação ligados a uma busca por reconhecimento.

Henrique Pedro Carlos Beaurepaire Rohan (1812-1894) foi engenheiro militar, oficial do exército, que atuou em várias províncias do Império, acumulando cargos ao longo da vida, não apenas nos quadros militares, mas, igualmente, na administração imperial. No período das Regências foi enviado à Bahia e, posteriormente, ao Rio Grande do Sul, com a missão de combater as forças contrárias ao Império naquelas províncias. Durante a Guerra contra o Paraguai, assumiu o posto de ministro da Guerra no primeiro ano de conflito, em 1864 (MELLO, 1899).

De acordo com Francisco Homem de Mello, Rohan foi designado em diversas ocasiões pelo governo imperial para realizar o levantamento de plantas, mapas e topografias para a construção de estradas e obras públicas (*Ibidem*). Dentre sua atuação como engenheiro-geógrafo, destaca-se sua participação na Comissão da Carta Geral do Império, entre 1874 e 1878, quando, sob sua presidência, foi publicada a Carta do Império do Brasil de 1875, considerada um marco da cartografia imperial.¹ Mais tarde, publicou a Carta do Brasil de 1883, mapa com maior precisão e rigor técnico, se comparado ao de 1875, embora menos celebrado que o anterior (SOUSA, 2022, pp. 166-167). Deste modo, o engenheiro exerceu um papel importante no esquadrinhamento do território nacional e na cartografia do Império.

Beaurepaire Rohan exerceu ainda os cargos de presidente de província na recém-criada província do Paraná (1855), no Pará (1856-1857) e na Paraíba do Norte (1857-1859). Além disso,

¹ A Carta do Império do Brasil é considerada um marco na cartografia imperial devido a quantidade de elementos que o mapa conseguiu abarcar e às circunstâncias de sua produção que contou com a participação de autoridades, como o diplomata Duarte da Ponte Ribeiro. O mapa foi premiado na Exposição Universal da Filadélfia de 1876 (CAPILÉ; VERGARA, 2013; LEAL MENEZES, 2011).

elaborou diversas memórias, relatórios e estudos corográficos nos quais discutia temas como educação e escolas agrícolas, a grande propriedade, civilização indígena, história nacional, entre outros assuntos (*Ibidem*, pp. 19-20). Próximo à monarquia, condição que herdou de sua família², foi um defensor da ordem imperial, estrutura na qual estava muito bem ajustado, o que não o impediu de defender reformas políticas e sociais, eventualmente mais alinhadas à geração que criticou a ordem Saquarema. Angela Alonso apontou que novos liberais, positivistas e cientificista nos anos 1870, teceram uma crítica coletiva às instituições imperiais e aos modos de pensar da tradição político-intelectual do Segundo Reinado – estrutura da qual Henrique Rohan era oriundo (ALONSO, 2002, p. 170). O engenheiro, porém, estreitou suas relações com os círculos abolicionistas da Corte nos anos 1880 e condenou não apenas a escravidão, mas também a concentração de terras no país.³

Um misterioso Paraguai

Henrique Beaurepaire Rohan era major graduado do exército quando partiu em 1844 para o Mato Grosso com a missão de levantar a planta do Baixo Rio Paraguai e dar notícias sobre a fronteira entre os dois países (MELLO, 1899, p. 51). No período em que permaneceu nas terras mato-grossenses, ele trabalhou junto à administração da província na reunião de dados e informações sobre a região a fim de mapear a demografia, a produção econômica local, e registrar características físicas e históricas (SOUSA, 2022, pp. 77-78). Rohan pesquisou nos arquivos de Cuiabá documentos do século XVIII que o ajudaram a recuperar a trajetória de fatos históricos da colonização à Oeste do território português na América (ROHAN, 2001). São atribuídos a ele a primeira corografia do Mato Grosso, bem como a primeira estatística daquela província.

Após dois anos no Mato Grosso, ele retornou para o Rio de Janeiro em 1846, atravessando o rio Paraguai, optando por um caminho mais longo para que pudesse visitar a República paraguaia e,

² A família de Henrique Rohan tinha origens aristocráticas francesa e britânica. Sua mãe, Margarida Skeys de Rohan era filha do cônsul inglês no Brasil. Seu pai, Jacques Antonio Marcos de Beaurepaire, oriundo de uma linhagem de militares franceses, havia construído relações com a família real desde Portugal, uma vez no Brasil, atuou como comandante militar nas comarcas de Ilhéus e Porto Seguro (1823), posteriormente, ajudou a “sufocar as efervescências políticas na Bahia”, em 1826, foi nomeado comandante de armas no Piauí (ROHAN, 1899, pp. 8-10 e pp. 18-20). As relações sociais e políticas que o pai de Henrique desenvolveu com os círculos monárquicos foram fundamentais para encaminhar os filhos em postos confortáveis e de prestígio naquela sociedade (*Ibidem*, p. 29-30).

³ O engenheiro militar publicou dois importantes panfletos nesse sentido: *O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil* (1878) e *O abolicionista e seus adversários* (1884).

assim, trazer informações sobre o país pouco conhecido dos brasileiros. Deste modo, demonstra seu desejo em aproveitar o retorno para o Brasil para desbravar as terras guaraníticas, suas paisagens, sua população e seu sistema de governo.

Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina foi publicado na revista do IHGB em 1847 e veiculado na mesma revista novamente em 1869. Há também uma versão de 1847, publicada pela tipografia Silva Sobral, em São Paulo, disponível atualmente na biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo. A obra descreve os lugares percorridos pelo engenheiro desde sua saída de Cuiabá, em 7 de abril de 1846, passando por Assunção, Corrientes na Argentina, entrando novamente no Brasil por Itapuaia, São Borja, Rio Pardo, Porto Alegre, atravessando o rio Paraguai e seus afluentes. Deste modo, além do Paraguai, ele alcança parte Argentina e permanece algumas semanas no Rio Grande do Sul, até chegar ao Rio de Janeiro pelo litoral atlântico, em 14 de setembro, após cinco meses navegando por rios e caminhos muitas vezes extenuantes.

Henrique Rohan construiu um diário de viagem com destaque para as características físicas, geográficas e morais dos lugares visitados, mas, principalmente, do Paraguai. Enquanto as canhoneiras *Vinte e Três de Fevereiro* e *Dezoito de Julho* avançavam pelo rio Cuiabá, ele registrava informações sobre a natureza do terreno, o padrão topográfico com a existência de morros e serras, o tipo de vegetação, a presença de animais, o sistema fluvial naquela região, entre outros aspectos do rio Paraguai nos lados brasileiro e estrangeiro (ROHAN, 1869, pp. 379-381). No limite entre os dois países, o engenheiro chamou a atenção para os alagamentos provocados pelas cheias desse rio, uma das principais especificidades da bacia hidrográfica do Paraguai:

Os terrenos alagadiços de ambas as margens do Paraguay formam o que alguns geógrafos chamam lago *Xarazé*, denominação viciosa, por não serem essas águas permanentes, e só resultarem dos transbordamentos periódicos, que principiam em Fevereiro e acabam em Agosto, sendo a máxima cheia em Junho (ROHAN, 1869, p. 379).

O major situava ainda os fortes e povoados que encontrava no caminho, como o Forte Nova Coimbra, que demarcava o último ponto do Brasil, e o Forte Olympo, que sinalizava o início do território paraguaio, bem como, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque (Brasil)

e a Vila de Conceição (Paraguai), localidades onde paravam para descansar e reabastecer suas provisões (*Ibidem*, pp. 382-385).

Um dos elementos que se destacam em sua narrativa são as impressões sobre os grupos indígenas que viviam às margens do rio Paraguai, identificando aldeias de Guanás, Guaicurús e Kinikindos, entre outros. Sobre os Guató, que habitavam os arredores de Cuiabá, Rohan evidenciou seus costumes poligâmicos, sua independência, seu hábito de viver em canoas com suas famílias e seus animais, e o comércio de víveres que praticavam em troca de ferramentas e artefatos (*Ibidem*, pp. 378-379). Ao observá-los, ressaltou sua autonomia:

Vivem da caça e da pesca, de que muito abundam estas regiões, e prestam alguns serviços aos viajantes, quando a recompensa oferecida lhes parece corresponder a importância do trabalho que se lhe propõe; do contrário, e receosos de serem lesados, resistem a todas as solicitações, e não há então razão que os possa convencer (*Ibidem*, p. 378).

Menção especial ele fez aos Kinikindos, aos quais se refere como “estimáveis”, o que denota certa amizade entre ele o engenheiro militar e os indígenas, retratados como muito trabalhadores e dedicados a agricultura (*Ibidem*, pp. 381-382). Comenta ainda sobre o cuidado que se deveria ter com as nações consideradas “selvagens” e “belicosas”, como os Enima e os Guaicurús, que viviam no Gran-Chaco. As considerações sobre os povos indígenas, no entanto, não eram marcadas apenas pelo interesse em registrar sua cultura e seus costumes. Em uma perspectiva assimilacionista, Henrique Rohan defendeu a civilização e a catequese dos povos nativos da região para o incremento da população da província do Mato Grosso (*Ibidem*, p. 183).

Ao chegar em Assunção, em 12 de maio de 1846, Rohan ressalta que sua comitiva foi muito bem recebida pelos paraguaios com “salvas de artilharia”. Uma vez na capital da República do Paraguai, o engenheiro militar buscou captar todos os elementos da paisagem, a topografia, o clima, o número de ruas e instituições, como um único Liceu e o Bispado da cidade, até a maneira de viver da população que definiu como “simples e modesta” (*Ibidem*, pp. 386-387).

Sua imagem do país e da cidade fundada pelos espanhóis em 1536, é bastante positiva, o que certamente está relacionado à forma cortês com a qual foi recepcionado. Por intermédio do

encarregado de negócios do Brasil no Paraguai, José Antonio Pimenta Bueno, a comitiva de Henrique Rohan foi recebida pelo presidente da República D. Carlos Antonio Lopez, sendo convidados em sua casa para um jantar. Nessa ocasião, o autor teceu elogios aos paraguaios, ressaltando o clima amistoso entre eles e os brasileiros:

[...] Sr. presidente da república D. Carlos Antonio Lopez, que nos acolheu com a maior distinção. À noite achamo-nos na casa da sua excelentíssima família, onde se reuniram outras senhoras. As paraguaias são formosas, bem conservadas, e se apresentam com graça nos bailes ou saraus, onde muito se dança ao som da harpa e da guitarra, instrumentos musicais mais usados no país. Em geral, homens e mulheres são joviais e hospitaleiros, tendo, além disto, a qualidade, que muito devemos apreciar, de serem decididos amigos dos brasileiros (*Ibidem*, p. 387).

No que diz respeito a população do país, ele comenta que são cerca de 900.000 habitantes, composta por “brancos, índios, pardos, mestiços, poucos pretos, e ainda menos escravos, cujos filhos nascem hoje livres, em virtude de uma lei novíssima [...]” (*Ibidem*, p. 389). Embora os filhos de escravas que nasciam livres fossem obrigados a servir aos senhores até os vinte e cinco anos. As atividades produtivas também eram objeto de interesse do major, pois identificar as indústrias locais era uma forma de mensurar o nível de florescimento econômico de um país, de acordo com o imaginário oitocentista de progresso. Nesse sentido, ele pontua:

O clima é delicioso e o solo mui fértil. A indústria agrícola consiste na plantação da cana, algodão, anil, amendoim, tabaco, algum trigo, milho, pouco arroz, alguns legumes, poucas frutas, de que mais abunda, e até espontaneamente a laranja. Criam gado vaccum, cavallar, ovelhum, e em pequena quantidade o cerdoso [...]. A indústria fabril reduz-se à preparação do tabaco, charutos, extração do salgema, erva-mate, que é hoje monopólio do Estado, açúcar, aguardente, couros curtidos superiores [...]. Exportam apenas mate, tabaco, melaço, couros e madeiras, e importam gêneros de indústria europeia. Não há um só pé de café em toda a república, pelo que é este artigo mui caro e pouco usado (*Ibidem*).

Deste modo, na perspectiva do autor, o Paraguai se configurava como um país de base agrícola, de economia incipiente, com uma população diminuta, marcadamente miscigenada, com forte influência cultural da nação Guarani, mas em vias de crescimento, principalmente devido à estabilidade política alcançada nos anos 1840. Rohan fez algumas considerações sobre a situação

política do Paraguai naquele momento, para ele, apesar de ainda não possuir uma constituição que determinasse os direitos e deveres dos cidadãos, o país vivia uma fase de tranquilidade política sob a administração “paternal” de Carlos Antonio Lopez, após os anos conturbados de comando de José Gaspar Francia, considerado um ditador que exerceu “um poder cruel e violento” no Paraguai.⁴ Depois de dezesseis dias em Assunção, Henrique Beaurepaire Rohan continuou sua viagem, desta vez por via terrestre, com um passaporte assinado pelo próprio presidente (*Ibidem*).

A viagem seguiu pelo interior do país, no qual o engenheiro militar enfatizava os caminhos sofríveis e a precária comunicação entre os espaços, sempre observando e registrando paisagens, gentes e costumes, como em relação ao idioma falado no Paraguai, cuja predominância era do guarani, principalmente entre as mulheres, enquanto os homens falavam castelhano (*Ibidem*, p. 391). Ao alcançar o rio Paraná, o major chegou à província argentina de Corrientes, onde ficou poucos dias, para então adentrar novamente no território brasileiro, através da vila da São Borja no Rio Grande do Sul (*Ibidem*, p. 393).

O relato é extenso e repleto de informações que nos fornecem várias possibilidades de análise, não apenas para refletir sobre os limites entre Brasil e Paraguai e a posição do Mato Grosso no conjunto do Império, em meados dos anos 1840, mas também, pensar os significados dessa viagem na trajetória do autor — o que mais me interessa nesse trabalho. Para isso, não pretendo examinar a obra em sua totalidade, os fragmentos que apresentei são suficientes para situar as características gerais do texto, seu roteiro e o caráter da narrativa, dimensões importantes para compreender as marcas de si presentes em *Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro*.

O estatuto da fonte e a corografia

Trata-se de um relato de viagem que se desloca entre um inventário do lugar com a descrição de todos os componentes do espaço físico e aspectos sociais, e uma etnografia, baseada na observação das populações e seu modo de vida. A descrição exaustiva da paisagem, dos rios, da topografia, dos moradores, das atividades produtivas, dos aspectos políticos, ou seja, o escrutínio do

⁴ José Gaspar Francia governou o Paraguai ... seu governo foi marcado pelo despotismo.

lugar, era uma forma de apropriação do território que se desdobrava em um tipo específico de registro: a corografia.

De acordo com Kaori Kodama, a corografia estava relacionada ao conhecimento do lugar, o que implicava na descrição de seus objetos, paisagens e seres, consistindo em um tipo de conhecimento voltado para a paisagem, baseado na experiência de quem esteve no lugar (KODAMA, 2008, p. 171). Por meio da experiência das autoridades nos sertões e nos lugares menos conhecidos do Império, principalmente militares, era produzido um “saber concreto” sobre o território. Desta forma, havia uma relação mútua entre esse conhecimento produzido e a experiência. Era um saber baseado na prática, na “dimensão do vivido” (*Ibidem*, p. 168).

Para a autora, a organização das informações, a precisão com dados sobre o tempo e a posição geográfica, demonstram uma relação muito específica com o espaço, fundamentada na experiência dos sujeitos (*Ibidem*, p. 176). Esse tipo de registro revela, em certa medida, como oficiais e autoridades se apropriavam do território. Ainda que Henrique Rohan não tivesse escrito uma corografia propriamente dita em *Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro*, o modelo de narrativa que ele reproduz segue o estilo da escrita corográfica, com o delineamento dos aspectos físicos, da materialidade e das populações dos lugares por onde passou.

Os militares que atuavam na administração do Império percorriam diversas províncias, muitas vezes produziam relatórios, memórias e obras com notícias sobre as regiões nas quais estavam empregados ou cumprindo alguma missão. Antonio Ladislau Monteiro Baena, sargento-mor de artilharia, escreveu *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*, em 1839; o marechal do corpo de engenheiros, Daniel Pedro Muller, escreveu o *Mapa Corográfico da província de São Paulo*, em 1837; e, Raimundo José da Cunha Mattos, marechal e membro da artilharia, publicou a sua *Corografia histórica da província de Minas Gerais*, também em 1837 (SOUSA, 2022, pp. 137-138).

O próprio Henrique Beaurepaire Rohan deixou uma corografia incompleta sobre a Paraíba, que foi publicada na revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba em 1911, e o esboço de uma corografia do Mato Grosso, texto que, igualmente, ficou inacabado, mas foi recuperado e publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso sob o título *Anais do Mato Grosso*, em 2001. Esse brevíssimo levantamento de obras aponta para uma convergência que havia entre o gênero corográfico e a experiência dos oficiais militares no Império (*Ibidem*, p. 140). O que nos ajuda

a compreender o estatuto de *Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro*. Não obstante, há, ainda, outro significado importante nessa relação entre o registro corográfico e os sujeitos que o produziam.

Não por acaso, as corografias inacabadas do major foram retomadas, no século XX, pelos institutos históricos dos respectivos estados onde ele atuou. Tal qual o IHGB, essas instituições cumprem a função de preservar documentos, pesquisar, levantar fatos históricos e exaltar figuras ilustres que remontam ao passado histórico desses lugares dentro de um determinado modelo de história. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, tinha como objetivo principal “pensar de forma sistemática a história nacional, e assim, delinear sua identidade nacional no conjunto das nações” (SALGADO GUIMARÃES, 1988, p. 6). Para Manoel Luiz Salgado Guimarães, por meio da pesquisa e publicação de documentos importantes do passado histórico brasileiro, o Instituto visava demarcar a soberania brasileira e a construção de um projeto de nação (*Ibidem*, pp. 6-7).

A escrita da história no IHGB, marcada por uma forte tradição iluminista e elitista, contava ainda com o esquadramento do território nacional para construção da nacionalidade, registrando suas paisagens, sua natureza, suas gentes e seus espaços vazios. O entrecruzamento entre informações geográficas, sociais e históricas “representava um esforço para dar sentido ao território como uma faceta material da nação que se pretendia construir” (SOUSA, 2022, p. 96). Nesse sentido, a descrição dos espaços com todos os seus componentes, tal qual as corografias de Rohan, Baena, Muller e Cunha Mattos enfatizaram, estava circunscrito aos interesses do projeto de nação que o IHGB almejava.

A escrita corográfica atendia aos requisitos do modelo de história e representação do território que o IHGB privilegiava. A cartografia da paisagem que os militares realizaram estava alinhada aos objetivos da instituição ao tentar revelar o espaço físico, as cores e o território nacional. Lucia Maria Paschoal Guimarães, ao analisar os números da revista do IHGB e observar seus padrões científicos e práticas político-culturais, destacou as orientações do cônego Januário da Cunha Barbosa, um dos fundadores do IHGB ao lado de Raimundo José da Cunha Mattos, para a coleta de documentos e informações nas províncias aos sócios e correspondentes do Instituto:

As instruções de Januário contemplavam: biografias de brasileiros ilustres; cópias autênticas de documentos e extratos de notas pesquisadas em secretarias, arquivos, cartórios civis e eclesiásticos; notícias de costumes indígenas, lendas, sua catequese e civilização; descrições do comércio interno e externo das Províncias, seus principais produtos, rios, montanhas, campos, portos, navegação e estradas; fundação, prosperidade e ou decadência de vilas, arraiais e suas populações (GUIMARÃES, 2012, p.41)

No fragmento, é possível notar um número abrangente de informações geográficas, sociais e históricas dos lugares visitados que deveriam ser remetidas ao IHGB. As recomendações do cônego, expressas em *Lembranças do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro* (1839), vão ao encontro dos elementos que Rohan apresentou em *Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro*. Ainda que não fosse um texto exclusivamente sobre o Brasil, o estilo da narrativa segue as diretrizes apontadas por Cunha Barbosa e adotadas no Instituto.

Aqui, portanto, há um indício de que o relato da viagem ao Paraguai sinalizava para uma comunicação com o IHGB, onde o texto foi publicado um ano depois do retorno do major para o Brasil. As convergências entre corografia, as diretrizes do Instituto e a posição de Henrique Rohan como engenheiro militar, podem sugerir que, no ato de registrar a viagem e a forma como ele o fez, havia uma intenção de aproximar-se da instituição. Nesse sentido, podemos observar que, além do desejo genuíno em dar notícia sobre o Paraguai, o major pretendia estreitar seus laços com a principal entidade intelectual do país a abrigar os ilustrados ligados às elites imperiais.

De fato, *Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro* é o primeiro texto de Henrique Rohan publicado na emblemática revista do IHGB, em 1847. Como já sinalizei, o relato foi publicado em outros veículos, inclusive no *Jornal do Comércio* (MELLO, 1899, p. 57), mas foi nas páginas do periódico do Instituto Histórico que ele ganhou maior relevância e uma nova edição em 1869. O também engenheiro militar e amigo de Rohan, Alfredo d'Escragno Taunay, afirma em seu *Visconde de Beaurepaire Rohan: Esboço biográfico*, de 1894, escrito poucos dias após o falecimento de Henrique Rohan, que, *Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro*, abriu as portas do Instituto Histórico para ele (TAUNAY, 1895, p. 78). Além dessas conexões, há rastros no próprio relato que evidenciam as intenções do autor e seus usos políticos.

A escrita de si e os usos políticos do relato de viagem

A afirmação de Taunay sugere que o relato de viagem foi decisivo para o ingresso de Henrique Beaurepaire no IHGB, embora outros elementos tenham contribuído para isso. Rohan era membro das elites imperiais, seguindo um caminho na carreira militar e de ascensão social que já vinha sendo pavimentado pelo pai. Ao considerar o caráter aristocrático do Instituto e sua função de produzir certa visão de Brasil no interior das elites imperiais (SALGADO GUIMARÃES, 1988, p. 6), era pouco provável que ele não ingressasse em algum momento na instituição, principalmente devido ao seu ofício de engenheiro militar. Entretanto, o que mais me interessa é compreender o movimento que o autor realizou em direção ao reconhecimento e à projeção de sua imagem como uma autoridade sobre o território nacional.

Foi a partir da viagem, da experiência, de seu registro e da publicação do relato que o engenheiro militar começou a figurar como uma autoridade nos assuntos ligados ao território nacional. A narrativa de seu retorno para o Brasil constitui-se como o primeiro exercício intelectual de construção de uma escrita, ao mesmo tempo, etnográfica e corográfica. Ao iniciar seu retorno, partindo de Cuiabá, ele chama a atenção em seu texto para a novidade que aquele percurso representava:

Vou, pois, relatar o que de mais importante observei durante este meu trajeto; e como sou o primeiro que o efetuei, mencionarei todas as circunstâncias que poderão servir de guia a outros viajantes. Também darei algumas notícias relativamente ao estado físico, moral e histórico daqueles lugares que nos são menos conhecidos (ROHAN, 1869, p. 376).

O major destaca que seu deslocamento inauguraria um novo percurso capaz de servir de guia a outros viajantes, valorizando, assim, a singularidade de sua experiência. Além do ineditismo de sua aventura, ele afirma pretender assinalar o estado físico, moral e histórico dos lugares poucos conhecidos, o que demonstra sua preocupação em documentar a paisagem e todos os seus elementos, seguindo as diretrizes, como vimos, de uma escrita corográfica.

O caráter “menos conhecido” do Paraguai pode ser entendido também com um item que denota maior relevância à sua expedição, afinal, não apenas o caminho era inédito, mas as paisagens e

as características daquela república eram, em certa medida, inauditas. Ademais, a pouca familiaridade com o Paraguai, se comparada com a de outros países limítrofes, como Argentina e Uruguai, pode ser fruto da geopolítica do Prata e da postura que o Paraguai adotou mediante sua posição geográfica na região.

Vitor Izecksohn afirma que, na primeira metade do século XIX, após sua Independência, em 1811, a república paraguaia adotou uma política protecionista e práticas regulatórias de Estado, forçadas por um isolamento comercial provocado pelo bloqueio naval responsável por estancar o comércio no rio Paraguai, entre 1814 e 1852, promovido pelo governo argentino de Juan Manuel Rosas. As fragilidades diante da Argentina, contribuíram para fortalecer a identidade da nação guarani (“excepcionalismo paraguaio”) e reforçar as práticas protecionistas, a fim de conter a influência da Confederação Argentina, marcada por sérias disputas internas entre Buenos Aires e as demais províncias (IZECKSOHN, 2009, pp. 389-390).

Independente do grau de conhecimento e informações sobre aquelas regiões e o Paraguai, o que chama atenção é a iniciativa de Henrique Rohan de destacar essa dimensão. Nesse aspecto, ficam expressas as intenções do autor de se colocar como um pioneiro ao desbravar esses lugares menos conhecidos, o que revela marcas de si presentes no relato. Ao pôr em relevância o ineditismo de sua experiência e do seu registro, o major parece buscar reconhecimento e valorização do seu feito.

Tal qual sua partida de Cuiabá, sua chegada ao Rio de Janeiro em 14 de setembro de 1846, reforça a intenção de formular uma autoimagem:

Dia 14 - Cheguei ao Rio de Janeiro, que desejado já de tantos fora, cinco meses e sete dias depois de minha saída de Cuiabá, compreendidos dois meses e vinte e sete dias de falha. No dia seguinte tive a honra de ser apresentado a SS. MM II e sua augusta família. A benevolência do Monarca, que se dignou interrogar-me sobre algumas circunstâncias do meu trajeto, o acolhimento que recebi dos seus ministros e o prazer tão natural de tornar a ver a minha família e amigos, de que havia dois anos e meio me achava separado, fizeram-me prontamente esquecer alguns incômodos que passei durante esta viagem, da qual não conservo hoje senão recordações agradáveis, e a satisfação de ter conhecido esse Paraguay que tão penosa celebridade adquirira durante o seu injusto cativeiro (ROHAN, 1869, p. 397).

Certamente, reencontrar seus familiares e seus amigos revela a emoção do autor e o alívio de estar novamente em casa. Mais emocionante, porém, foi ter sido recebido por Dom Pedro II, sua família e seus ministros no dia seguinte a sua chegada, e encontrar o monarca interessado em ouvir as histórias de sua excursão. Nesse fragmento, é possível inferir que Rohan, mais uma vez, faz um movimento de valorização de sua viagem, destacando não apenas a ilustríssima recepção, mas o interesse despertado por seu trajeto. As convergências entre a excepcionalidade daquele roteiro e a distinção com a qual foi recebido, novamente, coroam a importância daquele evento.

Ao enfatizar as circunstâncias de seu retorno, o engenheiro militar exaltava o mérito do seu feito e, sua publicação na revista do IHGB, ajudou a projetá-lo como uma referência, uma autoridade, nos assuntos sobre o Mato Grosso e o Paraguai, o que, ao longo de sua trajetória, irá se expandir para a compreensão do território nacional. Nesse sentido, a viagem e o relato, o vivido e o narrado, além de representarem um interesse genuíno em conhecer aquelas fronteiras, foram mobilizados politicamente pelo major graduado para se posicionar como um letrado diante de seus pares (elites e autoridades científicas), digno de se tornar sócio correspondente do IHGB.

Deste modo, o autor revela em pequenos trechos de sua escrita corográfica, na qual pretendia a objetividade científica e a precisão das informações, sua pretensão por reconhecimento e notoriedade. Essas marcas sugerem haver uma escrita de si sendo produzida, envolvendo as intenções do autor, as expectativas pelo reconhecimento e os ganhos políticos que poderiam advir da vulgarização do relato.

Importante acrescentar que Beaurepaire Rohan escreveu *Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina* por iniciativa própria. O objetivo de sua missão no Mato Grosso era trazer informações sobre o Baixo Paraguai, o que ficou registrado em *Exposição do estado político, militar e moral do Baixo Paraguay, extremidade meridional da província de Matto Grosso*. Desta forma, a viagem por um caminho mais longo e, segundo ele, inédito, foi um projeto pessoal, bem como a decisão de produzir uma memória sobre essa experiência.

O fato é que o relato de viagem adquiriu muito mais importância do que *Exposição do estado político, militar e moral do Baixo Paraguay*. *Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro* é celebrado por seus biógrafos como um profundo estudo sobre o Mato Grosso e o Paraguai, ainda que ele tenha publicado outros artigos em jornais e revistas sobre aquela província e o país guarani. Francisco

Homem de Mello destaca o mérito de Rohan em sua viagem por ter visitado locais que foram palco de acontecimentos decisivos durante as guerras de Independência no Prata e conversado com figuras importantes: “São de sumo interesse, ainda na atualidade, os esclarecimentos históricos, que o autor recolheu, nos próprios cenários, dos grandes personagens do tempo” (MELLO, 1899, p. 57).

A posição de Henrique Beaurepaire Rohan no relato de viagem e a forma como ele mobilizou politicamente a circulação de seu escrito, sugerem formas de produção de si e a construção de uma autorrepresentação. De acordo com Angela de Castro Gomes, as práticas de produção de si envolvem um conjunto diversificado de ações que consideram desde a escrita de si propriamente dita, até a constituição de uma memória de si (GOMES, 2004, pp. 15-16). O diário de viagem do major extravasa intenções, expectativas pessoais e uma direção muito clara: tratava-se de um texto direcionado ao IHGB.

Michael Pollak, ao analisar as relações entre identidade social e memória, ressalta que, na elaboração de uma identidade, existe a construção de uma imagem de si, para si e para os outros. A imagem, portanto, que a pessoa constrói e apresenta para si própria e para os outros, revela a forma a como ela se representa e como deseja ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p. 5). O autor lembra ainda, citando Maurice Halbwachs, que a memória é um fenômeno coletivo e social. Assim, os fatos dignos de serem lembrados e esquecidos ganham relevância no contexto social.

No entrecruzamento entre a escrita corográfica, as notícias sobre o Paraguai, as recepções e encontros ilustres que o major faz questão de ressaltar, acompanhamos o autor formulando uma imagem de si na qual ele alinhava objetivos políticos e intelectuais específicos. Certamente, pretendia ingressar no IHGB e, sua chancela para isso, eram os saberes sobre o território mato-grossense e paraguaio. Deste modo, Beaurepaire Rohan buscava ser reconhecido como um letrado a partir do lugar socioprofissional que ele ocupava: a engenharia militar.

O território e o espaço físico exerciam um papel fundamental na elaboração do projeto de nação do Estado Imperial. De acordo com Ilmar Rohloff de Mattos, o esquadrinhamento do território nacional, por meio de mapas, plantas, registros, corografias, censos e estatísticas, representava uma forma de controle sob o território nacional, em um movimento que ele denominou de “expansão para dentro” (MATTOS, 2007, pp. 55-57). Na tarefa de se apropriar do território nacional, os engenheiros militares haviam adquirido expertise, pois sua intensa circulação pelas

diversas regiões do Império, as atividades ligadas a circunscrição dos espaços, e a formação técnica e científica que os oficiais engenheiros recebiam, compunham o repertório de práticas e conhecimentos que esses profissionais colocavam a serviço do Estado Império.

Desse modo, Henrique Beaurepaire Rohan, em 1847, buscava ser reconhecido não apenas como um letrado, mas como um especialista nos assuntos do território nacional. Nesse sentido, *Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina*, carrega marcas de uma escrita si com intenções veladas e objetivos de reconhecimento e validação de seu autor. Com efeito, ao se colocar como uma referência sobre o Mato Grosso e o Paraguai, portador de informações inéditas, o engenheiro militar, como diria Michael Pollak, produzia sua imagem de si, para si e para os outros. Não bastava ser membro das elites, era necessário ganhar legitimidade dos pares na instituição científica e intelectual mais importante do Estado Imperial.

Podemos depreender, então, que o autor realizou várias operações em sua viagem de retorno para o Brasil. Ao escolher um percurso mais longo, que ele afirmava ser novidade, o major graduado visava se colocar como um pioneiro a desbravar aquelas terras menos conhecidas. A descrição minuciosa do estado físico, moral e histórico do Paraguai e a precisão das informações demarcam o gênero corográfico como uma prática de registro comum entre os engenheiros militares, que dialogava com as diretrizes do IHGB. Destacar os personagens ilustres que o receberam no decorrer de sua jornada, como o presidente do Paraguai Carlos Antonio Lopez e o Imperador Pedro II, além de um fato, tornava-se um elemento de valorização do sujeito e de seu empreendimento. Todas essas dimensões contribuíram para os usos políticos que o major fez de sua viagem e de seu relato.

Nesse aspecto, é significativo considerar os dois momentos distintos na elaboração da memória de si do autor: a viagem propriamente dita e o relato. Kaori Kodama chama atenção para essas duas perspectivas, do registro e da experiência. Para ela, o ato de registrar como um testemunho do *vivido*, conferia legitimidade àqueles saberes, “como um conhecimento que poderia ser coletivizado” (KODAMA, 2007, p. 168). No mais, o tempo decorrido entre o vivido e o narrado, possibilitou que o autor selecionasse, revisasse e reconstituísse sua narrativa, modificando e editando fatos e informações, uma vez que era protagonista, narrador e editor de si (SOUSA, 2022, pp.70-71). O que, mais uma vez, reforça o caráter de uma escrita de si no registro coletivizado e revela mais uma faceta da elaboração de sua autorrepresentação.

Considerações finais

Henrique Beaurepaire Rohan partiu de Cuiabá em 7 de abril de 1846 para uma viagem que duraria pouco mais de cinco meses, percorrendo não apenas o território paraguaio, mas também parte da Argentina e do Sul do Brasil. Ao longo de seu trajeto, registrou paisagens, aspectos naturais, sociais e culturais dos lugares por onde passou. Documentou a topografia, a dinâmica fluvial do rio Paraguai, populações indígenas, fortes militares, vilas, freguesias e seus moradores. Em Assunção, observou o modo de vida, o número de instituições públicas, ruas, atividades produtivas e os costumes dos paraguaios. Entrou novamente em território brasileiro no final de junho daquele ano, navegando o rio Uruguai para acessar o Rio de Grande do Sul, e chegar, enfim, ao Rio de Janeiro em 14 de setembro de 1846.

Anos mais tarde, Beaurepaire Rohan voltaria novamente sua atenção para o Paraguai, mas sem o mesmo entusiasmo e admiração dos anos 1840. Ao contrário, colocou-se em oposição ao regime de Solano Lopez ao ser nomeado Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra, entre 1864 e 1865, no primeiro de conflito da Tríplice Aliança contra o Paraguai. De acordo com Francisco Homem Mello, Rohan elaborou uma das estratégias mais eficientes para atacar o exército de Solano Lopez e pôr fim ao conflito, mas teve sua proposta rejeitada pelo gabinete comandado por Zacarias de Góis e Vasconcelos. Foi também um dos responsáveis pelo decreto dos Voluntários da pátria (MELLO, 1899, p 77).

É muito provável que o engenheiro tenha sido convocado para comandar o Ministério da Guerra devido seu profundo conhecimento sobre o Mato Grosso e sobre os limites Brasil e Paraguai, adquiridos entre 1844 e 1846. De acordo com Joaquim Ferreira Moutinho, comerciante português a viver por muitos anos em Cuiabá, a estratégia de Henrique Rohan na guerra, que poderia ter evitado a invasão ao Mato Grosso pelo exército paraguaio, era fruto “de um profundo estudo do país, conhecido por s. Exc, theorica e praticamente” (MOUTINHO, 1869, p. 267).

Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina foi o primeiro texto com conteúdo geográfico, moral e histórico que Henrique Beaurepaire Rohan escreveu, cujo caráter, além de uma corografia, expressava também uma etnografia, especialmente

por apresentar informações sobre as populações indígenas do Brasil meridional e do Paraguai. O diário de viagem de 1847 deu suporte para que o engenheiro militar escrevesse, pouco tempo depois, *Considerações acerca da conquista, catequese e civilização dos selvagens do Brasil*, de 1853, publicado na Revista Guanabara e na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Trabalho este que compreende um projeto de civilização e assimilação dos indígenas baseado no sistema de diretorias indígenas ligado ao Estado Imperial, semelhante aos destacamentos militares de fronteira (ROHAN, 1853).

O relato de viagem inaugurou na trajetória do engenheiro militar um gênero narrativo que visava formas de apropriação do território nacional e suas populações. Além disso, tratava-se de um exercício intelectual de pensar as questões nacionais que ele foi aperfeiçoamento ao longo do tempo. Alguns textos a refletirem essas dimensões são *Considerações acerca dos melhoramentos de que, em relação às secas, são susceptíveis algumas províncias do norte do Brazil* (1860); *Relatório final da Comissão da Carta Geral do Império* (1878); e, *Estudos acerca da organização da carta geographica e da história physica e política do Brazil* (1878). Neste último em especial, o major propôs efetivamente um modelo de escrita da história física e política do Brasil, associando informações corográficas das províncias e elementos presentes na Carta do Império de 1875 (ROHAN, 2010).

Henrique Beaurepaire Rohan tornou-se sócio correspondente do IHGB, chegou a ser vice-presidente e segundo secretário nos anos 1880, e comandou as atividades na seção de trabalhos geográficos na instituição. Sua estada em várias regiões, sua atuação como presidente de província e engenheiro, revelam, em seus registros, um imbricamento entre experiência, território nacional e escrita corográfica. Sua trajetória nos ajuda a compreender como sujeitos, membros das elites imperiais, projetavam a si e a sua imagem como um movimento político de ajuste nas estruturas de poder, consciente e inconscientemente.

Referências bibliográficas

- ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CAPILÉ, Bruno. VERGARA, Moema. Mapa e poder nas grandes exposições: preparação para a Filadélfia. In: CRUZ FERREIRA, Tânia Bessone; RIBEIRO, Gladys Sabina; GONÇALVES,

- Monique de Siqueira (Org.). **O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas**. 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2013.
- GOMES, Angela de Castro. **Escritas de si, escritas da história: a título de prólogo**. In: GOMES, Angela de Castro. **Escritas de si, escritas da história**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **O periódico de uma société savante: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889)**. ArtCultura, Uberlândia, v. 14, n. 25, p. 37-49, jul.-dez. 2012.
- IZECKSOHN, Vitor. **A guerra do Paraguai**. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial**, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- KODAMA, Kaori. **Entre a experiência e o registro: o conhecimento geográfico e histórico no Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará...**, de Raimundo José da Cunha Matos. In: LEITE, Monica; FONSECA, Sílvia C. P. de B. (org.). **Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia**. 1822-1889. Rio de Janeiro: Uerj, 2008.
- LEAL MENEZES, Paulo Márcio. **A cartografia do Império do Brasil**. In: IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. **Anais**. Porto-Portugal, 2011.
- LEVI, Giovanni. **Usos da biografia**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- LORIGA, Sabina. **A biografia como problema**. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. **Entre a casa e o Estado: nação, território e projetos políticos na construção do Estado imperial brasileiro**. In: CARBÓ, Eulalia Ribera; Vargas, Héctor Mendonza; MARTÍN, Peres. **La Integración del territorio en una idea de Estado: Mexico y Brasil, 1821-1846**. México: Unam: Instituto de Investigaciones Dr. José María Mora, 2007.
- MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem e ROHAN, Henrique Beaurepaire. **Biografia do Conde de Beaurepaire/por seu filho o Visconde de Beaurepaire Rohan; Biografia do Visconde de Beaurepaire Rohan/pelo Barão Homem de Mello**. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1899.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícias sobre a província de Matto Grosso**. São Paulo: Typographia de Henrique Schroeder, 1869.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- ROHAN, Henrique Beaurepaire. **Anais do Mato Grosso**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2001.
- ROHAN, Henrique Beaurepaire. **Considerações acerca da conquista, catequese e civilização dos selvagens do Brasil**. O Guanabara: Revista Mensal, Artística, Científica e Litteraria (1838-1855), t. II, ed. 1, ano 1853.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. **Estudos acerca da organização da carta geographica e da história physica e política do Brazil.** In: SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. **Livro de fontes de historiografia brasileira.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. **Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.** RIHGB, 1869.

SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. **Nação e civilização nos trópicos: O instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional.** Estudos históricos, Rio de Janeiro, 1988.

SOUSA, Eveline Almeida de. **Território nacional em movimento: A trajetória de Henrique Beaurepaire Rohan (1844-1884).** Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2022.

TAUNAY, Alfredo Maria d'Escragnolle. **Visconde de Beaurepaire Rohan: esboço biográfico pelo Visconde de Taunay.** Revista Trimestral do IHGB. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, LVIII, 1895.

Trilhos da Transformação: a chegada das ferrovias e a tensão entre atraso e progresso no Brasil

Rails of Transformation: the arrival of railways and the tension between delay and progress in Brazil

Miguel Vitor Araujo Vieira

Licenciado em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

miguel.vitor@educacao.mg.gov.br

Recebido: 13/08/2023

Aprovado: 10/01/2024

Resumo: O presente artigo analisa a chegada das ferrovias ao Brasil na segunda metade do século XIX. Neste período, o mundo passava por profundas transformações – sobretudo no que diz respeito as inovações tecnológicas. A sociedade capitalista emergia reestruturando a organização social com a promessa de crescimento e poder. As ferrovias, expressão deste momento histórico, alcançaram diversos países para além da Europa, não só pelo potencial para as demandas industriais de transporte, mas por terem se tornado um dos símbolos mais latentes da modernidade europeia que o Brasil vai tomar como referência do ideal de progresso. Para que se problematize o que as linhas férreas representaram no território nacional diversos autores com perspectivas diferentes acerca do tema são utilizados. Assim sendo, o texto busca por responder como a cultura de progresso desencadeada pela Revolução Industrial na Europa repercutiu nos trópicos. Para tal, foi preciso analisar a situação política, econômica e social do Brasil, especialmente nas décadas de 1850 e 1860.

Palavras-chave: ferrovia; modernidade; progresso.

Abstract: This article analyzes the arrival of railways in Brazil in the second half of the 19th century. During this period, the world was going through profound transformations, especially with regard to technological innovations. Capitalist society emerged restructuring social organization with the promise of growth and power. Railways, an expression of this historical moment, reached several countries beyond Europe, not only because of their potential for industrial transport demands, but because they have become one of the most latent symbols of European modernity that Brazil will take as a reference for the ideal of progress. In order to problematize what the railway lines represented in the national territory, several authors with different perspectives on the topic are used. Therefore, the text seeks to answer how the culture of progress triggered by the Industrial

Revolution in Europe had repercussions in the tropics. To do so, it was necessary to analyze the political, economic and social situation in Brazil, especially in the 1850s and 1860s.

Keywords: railroad; modernity; progress.

Introdução

A função desta pesquisa é preencher lacunas sobre a segunda metade do século XIX no Brasil Imperial. Para tal, foi preciso analisar um mundo em profunda transformação que, se por um lado promoveu avanços técnicos e tecnológicos sem precedentes, por outro revelou inúmeras contradições. O que se percebe nesse período histórico, a começar pelas transformações na Europa com a Segunda Revolução Industrial, foi uma forma de pedagogia visual (BERMAN, 2007).

As novas possibilidades tecnológicas, mudanças na organização do espaço e a promessa de progresso aguçavam os sentidos de todos. O próprio processo de reorganização da sociedade que, por vezes era demasiadamente conservador, se tornou uma mercadoria do capitalismo em plena expansão (HOBSBAWN, 2011). Isto é, o encantamento e a magia do novo momento serviram ao propósito de veiculação da ideia de um homem e uma sociedade moderna em busca incessante pelo progresso e pela civilização. Em contrapartida, as relações de trabalho e a consequente alienação eram encobertas em benefício da validação do novo modelo de organização social.

No século XIX, especialmente na segunda metade, o Brasil foi profundamente influenciado pelos ideais europeus de progresso e de civilização. No entanto, a incorporação destas influências na América Latina aconteceu de forma diferenciada (CEDRO, 2016). As economias nacionais eram pouco industrializadas e essencialmente rurais. Sendo assim, para compreender o que se passou no Brasil desse período foi preciso analisar as influências exteriores a partir do próprio cenário nacional, de modo que a ideia de progresso pudesse ser problematizada.

Breve contextualização historiográfica acerca das ferrovias no Brasil

As ferrovias no Brasil foram amplamente estudadas pela historiografia. No entanto, por muito tempo predominou uma análise voltada apenas para o impacto que a chegada dos trilhos e

locomotivas teria provocado na economia, tendo em vista a capacidade de escoamento que o novo meio de transporte representou. As pesquisas de Flavio Saes (1981) comprovam a lógica indicada. Para o pesquisador, as estradas de ferro só foram viabilizadas devido o crescimento da produção de café. Em contrapartida, o transporte de tração animal era limitado pela pouca capacidade de carga, maior tempo de deslocamento, estradas em condições precárias etc.

É importante frisar que a expansão ferroviária brasileira vai muito além do viés econômico, englobando o desejo do período de alcançar de forma efetiva os sertões e aproximá-los do centro econômico e político da nação: o Sudeste. Esse era o projeto vislumbrado pelas elites brasileiras. Estudos como o de Gilmar Arruda (2000), “Cidades e Sertões: entre a História e a memória”, aprofundam essa lógica de modernização do Brasil que começou na segunda metade do século XIX. Para o autor, compreender o esforço das elites dirigentes para a construção de uma imagem do estado-nação moderno é central para a análise desse período histórico.

A ferrovia tornou a ideia de progresso e a sensação de velocidade inerentes ao novo mundo que se abria em objetos palpáveis. As distâncias diminuam, as mercadorias e as pessoas chegavam mais rápidos e com mais segurança aos seus destinos. A ferrovia carregaria para sempre a ideia de progresso por onde ela passasse. Passou a ser o símbolo do desenvolvimento capitalista do mundo contemporâneo, até pelo menos os anos 30, quando foi substituída por outro invento ainda mais “diabólico” e rápido, o automóvel [...] (ARRUDA, 2000, p. 107).

Outro trabalho de significativa relevância foi realizado por Douglas Tenório (1996), “Capitalismo e Ferrovias no Brasil”, que analisou o processo de formação de ferrovias no nordeste brasileiro. Aborda as transformações do século XIX, especialmente materiais, e a relação do Brasil com o capitalismo mundial que tinha a Inglaterra como maior símbolo.

Nesse estudo o que se percebe é que a maioria dos projetos de desenvolvimento do país estavam voltados para a construção de linhas ferroviárias e para a navegação fluvial e marítima. No entanto, o propósito desses projetos restringia-se a interligar o país apenas com um eixo norte/sul, deixando a distribuição de manufaturas restrita às cidades costeiras. O que se entende é que regiões onde a produção era realizada em grande escala eram beneficiadas e que o objetivo central dessa perspectiva era o escoamento da produção para os países industrializados.

A vitalidade da economia cafeeira respondia pelo desenvolvimento ferroviário das áreas onde ela predominava. As grandes dimensões territoriais, como o Centro-Oeste e a Amazônia, não tinham importância socioeconômica para justificar o incremento das ferrovias. Quanto à região nordestina, outrora o centro de decisões do país, perdeu a sua posição e decaiu bastante. O açúcar e o algodão, produtos menos valorizados que o café, a utilização dos transportes marítimos e fluviais, sobretudo nas lagoas e rios de açúcar, o transporte que se fazia no dorso de animais, explicam porque o surto ferroviário, aqui, não acompanhou o ritmo das províncias cafeeiras (TENÓRIO, 1996, p. 52).

Evaldo Cabral de Mello (1999) no livro, “O Norte Agrário e o Império”, realizou um estudo importante voltado para a participação do império no desenvolvimento de províncias do Norte. Segundo ele, no período entre 1870 e 1889 houve reivindicações por investimentos técnicos nessa região, especialmente no setor de comunicação e transporte representado pelos portos e pelas ferrovias. Maranhão e Piauí teriam sido privilegiados nesse processo, enquanto outras províncias foram ignoradas. Para Mello (1999) a construção desigual de ferrovias nas regiões Norte e Sul não se explica apenas pela capacidade econômica, mas na relação com a participação decisiva de lideranças econômicas e políticas na busca por investimentos públicos ou privados para a construção das linhas férreas.

Além dos títulos sugeridos outros autores e textos são de fundamental importância para a proposta, são eles: Jorge Caldeira (1995) com seu livro biográfico “Mauá: empresário do império”, sobre a trajetória de Irineu Evangelista, precursor das ferrovias no Brasil e personagem influente no cenário nacional entre a década de 1850 e 1870; Ronaldo Vainfas (2002) responsável pela organização do “Dicionário de Brasil Imperial”; Marco Morel (2005) que observou as transformações nos espaços públicos a partir da imprensa na província do Rio de Janeiro, sede imperial; Francisco Zorzo (2009) ao falar da emergência do capitalismo ferroviário na segunda metade do século XIX; Pablo Lima (2009) ao traçar a relação das ferrovias com a sociedade e cultura brasileira; Barsanuf Borges (2011) ao aprofundar a relação modernidade com as ferrovias, destacando as implicações em termos de aproximação de espaços e de distanciamento de classes; Maria Lamounier (2012) ao tratar da relação ferrovia e mercado de trabalho no Brasil, especialmente na segunda metade do século XIX.

Caminhos sobre trilhos: explorando o horizonte das ferrovias no século XIX

O século XIX ficou marcado pelas transformações que ocorreram na sociedade, principalmente em decorrência do Iluminismo e da Revolução Francesa (1789) que representaram a

ruptura com o Antigo Regime. No entanto, esse não foi um processo ininterrupto, pelo contrário, houve permanências. Nesse contexto, assim como destaca Hobsbawm (2011), a sociedade capitalista emergia reestruturando a organização social com a promessa de crescimento e poder. Supostamente nascia uma nova mentalidade, que a princípio parecia dizer respeito a todos, pelo anseio por mudanças e pela transformação que promoveu nas cidades europeias.

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos (...). Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia (BERMAN, 2007, p. 15).

A Revolução Industrial, uma expressão dessa sociedade, não surgiu de forma isolada no século XVIII. Embora tenha havido expansão das indústrias nesse período, não significou a criação de um sistema fabril complexo capaz de elaborar o próprio mercado, isto é, que tivesse uma produção muito rápida, de grandes quantidades e com custo decrescente, que levaria a não dependência da demanda existente (REIS, 2019). Não por acaso a dianteira da Revolução Industrial ocorreu na Grã-Bretanha, que possuía uma indústria já ajustada após um processo de aprimoramento pré-industrial.

A primeira ferrovia foi inaugurada na Inglaterra em 1830, berço do capitalismo industrial, e conectava as cidades de Liverpool e Manchester. No mesmo período os Estados Unidos também entravam na era ferroviária, ao implantar uma linha férrea na Carolina do Sul (REIS, 2019, n. p).

Os outros países que viram a rápida expansão econômica estimulada passaram a se inspirar no modelo inglês. Hobsbawm aponta que “entre 1789 e 1848, a Europa e a América foram inundadas por especialistas, máquinas a vapor, máquinas para (processamento e transformação) do algodão e investimentos britânicos” (2011, p. 66). Nesse contexto, a compreensão de modernidade foi ressignificada para o Brasil que viu dirigentes influenciados pela sociedade industrializada. Porém, o modelo europeu sofreu modificações na América Latina, o que levou à utilização do conceito de modernidade periférica analisado por Cedro (2016) e fundamental para esta pesquisa.

A expansão significativa de linhas férreas simbolizava o progresso material das nações no mundo ocidental. De acordo com Borges (2011, p. 27), a “coqueluche ferroviária” no ocidente fez

das estradas de ferro, depois da máquina à vapor, a maior conquista da Revolução Industrial. Os trilhos foram impulsionadores do capitalismo industrial no século XIX e, através deles, houve uma maior circulação de mercadorias e uma produção de capital em velocidade recorde (REIS, 2019).

(...) as cidades europeias transformaram o seu ritmo - antes orientado pelo sino dos mosteiros e agora controlado com impessoal rigidez pelo relógio, que disciplinava o tempo do trabalho nas fábricas, as trocas da guarda e dos turnos, a programação dos espetáculos, enfim, as atividades inerentes à sociedade que se estabelecia (COSTA; MATIOS, 2009, p. 98).

As ferrovias, mesmo antes de provarem viabilidade, tiveram planos de implantação elaborados em diversos países do mundo ocidental. A razão, segundo Borges (2011), é que essa invenção evidenciava o poder do novo momento que a Revolução Industrial havia inaugurado, com as primeiras ferrovias apresentando um avanço técnico significativo, alcançando até 60 milhas (96 quilômetros) por hora.

A velocidade e o custo, logo visto como um potencial para a comunicação de pessoas e transporte de mercadorias, tornava possível a abertura de países que se encontravam inertes no mercado mundial (HOBSBAWM, 2011). Essa velocidade que demonstravam ter capacidade de oferecer, principalmente para as relações econômicas, e o contexto de mudanças significativas do século XIX, que se caracterizava pelo ideal de progresso, fez delas incendiadoras da imaginação do período. As primeiras linhas foram construídas nos Estados Unidos (1827), França (1828 e 1835), Bélgica e Alemanha (1835) e na Rússia (1837).

As ferrovias eram um dos símbolos de modernidade europeia, que países como o Brasil tomaram como referência para o processo de desenvolvimento. Sendo assim, não demorou para que as linhas férreas aparecessem em grandes centros do período e provocassem transformações importantes a nível espacial e social. Alves (2021) afirma que eram, em alguns casos, utilizadas como símbolo do poder e da unidade nacional.

Na esteira do desenvolvimento ferroviário, as noções de espaço, tempo e velocidade foram profundamente modificadas (HOBSBAWM, 2011). Para Alves (2021) esse processo causou nos centros urbanos transformações significativas, visto o desenvolvimento acelerado e sem

planejamento em um contexto de substancial crescimento demográfico. Ainda assim, para a autora foi o sentimento de progresso o que mais chamou atenção, mesmo que carregado de contradições.

Berman (2007) entende que a modernidade tem a capacidade de extinguir fronteiras, sejam elas de nacionalidade, geográficas, de classe, raciais, entre outras, justamente por representar o constante movimento de desintegração, conflito e contradição. Assim sendo, para o autor, palavras como modernidade e ferrovia falam sobre a mesma coisa e, para analisá-las, é preciso compreender o caráter paradoxal das mesmas. Em outros termos, por um lado as ferrovias uniram a humanidade em um propósito, o progresso, por outro, revelaram contradições e estiveram, em sua maioria, restritas aos setores dirigentes da sociedade.

Nesse momento efervescente da Europa com a implementação das primeiras ferrovias, o Brasil passava por um governo regencial que teve fim em 1840, principalmente em decorrência das pressões políticas pela emancipação do herdeiro do trono, D. Pedro. Segundo Schwarcz e Starling (2015) as contingências políticas, fruto das influências que chegavam ao Brasil, criaram a urgência de se formar uma representação nacional de modernidade aos moldes europeus. O jovem D. Pedro II, elevado a imperador do Brasil aos 14 anos de idade, passou a ocupar o centro das atenções como uma figura que deveria e seria levada a representar o desejo de civilidade. Desejo esse que passava por trazer as ferrovias para o Brasil. Nesse sentido, um imaginário foi criado em torno do personagem, que o associava com o ideal de progresso inaugurado pela Revolução Industrial. Foi posto acima dos interesses políticos mundanos com o poder para retirar a nação do atraso e posicioná-la no mundo civilizado. D. Pedro II, em certa medida, foi imaginado como um rei europeu nos trópicos. Os olhos azuis, a pele clara, o queixo longo, cabelo loiro e liso contribuíam para esse destaque bastante explorado em termos de imaginário, em um reino composto por mestiços, indígenas e negros.

Em relato datado de março de 1840, Pedro Araújo Lima conta como foi sua conversa com o monarca. Segundo o regente, quando perguntado sobre a possibilidade da maioridade, d. Pedro teria dito apenas: “De fato, não tenho pensado nisso”. A versão oficial da mesma história é bem diferente. Conta que, consultado em 1840, o jovem de catorze anos teria dito: “Quero já!”, revelando uma maturidade emocional em que é difícil acreditar (SCHWARCZ, 2020, p. 68).

Havia um caráter ideológico muito forte nesse cenário, conforme apontam Schwarcz e Starling (2015), que colocava as Regências associadas à anarquia, ao passo que a monarquia se tornava a representação de normalidade e de prosperidade. Era considerado o modelo de governo que estava associado às ciências, à sabedoria e às virtudes cívicas. Esta contraposição foi muito explorada, de modo que posicionou o Segundo Reinado (1840-89) na História como a inauguração de uma era de civilidade, na contramão da barbárie e do atraso.

Os eventos e as efemérides que a monarquia havia se destacado no passado eram lembrados como o ‘Dia do Fico’ e a ‘Independência’, ambos ocorridos em 1822, de modo que repercutissem o simbolismo do imperador nos espaços públicos. A História que naquele momento era apresentada mostrava total equilíbrio entre passado e futuro, como se o modelo imperial representasse a estabilidade necessária para se avançar rumo ao progresso. Nesse sentido, trazer as ferrovias para o Brasil foi de fundamental importância para a afirmação da monarquia, tendo em vista o simbolismo de progresso e civilidade que carregavam.

Ainda que houvesse, no contexto apresentado, movimentações políticas rumo a afirmação do “progresso”, a monarquia brasileira era vista com desconfiança pela política externa. Internamente sofria com a ausência de identidade, o que causou após a década de 1850, a defesa pelo imperador de um projeto de nação que passava por destacar a memória e promover o reconhecimento de uma cultura nos trópicos (SCHWARCZ; STARLING, 2015). As pesquisadoras prosseguem indicando que, na década de 1840, D. Pedro II foi um grande incentivador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O monarca era frequentador do espaço que abrigou os românticos brasileiros do período. Após a década de 1850, o IHGB se tornou um pujante centro de estudos que incentivava a vida intelectual e a pesquisa literária, o que fez do imperador, antes considerado por muitos uma marionete, uma espécie de mecenas das artes e estadista popular.

A legitimação simbólica do Estado Imperial na concepção da elite dirigente passava por convencer que a instituição, representada pela figura do monarca, era neutra e universal. Entretanto, setores da sociedade eram profundamente influenciados pelos ideais de progresso do continente europeu, que nesse período expandia o modal ferroviário. A coroa transitava pelo campo da validação que estava sustentada na tradição, mas também empregava esforços para que a modernidade europeia chegasse aos trópicos. Sendo assim, a monarquia se apropriou de ideias que

passavam pela defesa da ciência, universalidade, neutralidade e civilização, de modo que o discurso proferido por ela passasse a estar associado ao progresso, considerado no período como um resultante inevitável da História da qual o Brasil também queria fazer parte (AZEVEDO, 2014, p. 6).

A noção de progresso a qual buscava associar-se a monarquia brasileira não se afigurava tão fortemente vinculada à ideia de desenvolvimento material, muito embora a contivesse. A noção de progresso brasileira estava ligada à ideia de civilização, na qual se encontrava compreendida. A civilização brasileira, por sua vez, encontraria a sua “atualização histórica” na promoção da ciência, algo que possibilitaria ao Brasil aproximar-se do “progresso da civilização” dos principais países europeus (AZEVEDO, 2014, p. 6).

Ao abordar o período entre 1820 e 1840 Morel (2015) analisa o rearranjo pelo qual o Brasil passou com a assimilação de novas ideias, que ao chegarem nos agrupamentos econômicos, culturais e intelectuais, traziam novas identidades políticas. Pela falta de partidos organizados e pela ausência de convicções políticas este processo foi facilitado. Morel (2015, n. p) acrescenta que a “convicção partidária (mesmo que inexistente) e heterogeneidade do esquema político são cooptados pelo poder” em decorrência das contradições que se evidenciavam, sendo uma delas, o que Neves (1992) chama de dualismo entre liberalismo e absolutismo.

Era lema da modernidade domesticar a natureza como caminho para o progresso e civilização. Brancos, europeus, europeizados, civilizados, eram considerados racionais e capazes. Negros, mestiços, brasileiros, escravos, americanos, republicanos eram vistos como selvagens ferozes, bárbaros, irracionais, animais não domesticados. Metáforas englobando monstruosidades e aparências deformadas eram os fundamentos retóricos do campo políticos. A construção da modernidade política brasileira prescindiu de uma espécie de “zoologia política” (MOREL, 2015, p. 140).

Sobre o termo “modernização” Vainfas (2002) indica que foi amplamente utilizado pelas Ciências Sociais pós-década de 1950 para caracterizar as transformações das sociedades entendidas como tradicionais. Esse termo é apropriado pelos historiadores a fim de elucidar os esforços de implementação do capitalismo europeu no Brasil do século XIX. Os estudiosos do período, em sua maioria, compreendem que somente na segunda metade do século ocorreram mudanças concretas e estruturais. Para eles, foram influenciadas pelas possibilidades de investimentos em novos setores, visto que havia ocorrido a abolição do comércio negreiro em 1850, o que representou a liberação de capitais¹. A infraestrutura, representada pelas ferrovias, foi o segmento que despontou nesse

¹ A Lei Eusébio de Queirós, aprovada em 1850, decretava o fim do tráfico de escravos no Brasil. Para que tal medida se efetivasse estava estabelecido na lei clausulas de repressão a esse tipo de pratica, que apenas em

momento, tendo em vista as modificações que promoveu no sistema de distribuição de produção, o impacto na paisagem rural que passou a ser adentrada pelos trilhos e pela construção de estações ferroviárias como pontos referenciais ao estilo Europeu.

A discussão efetiva em torno do transporte ferroviário no Brasil teve início pouco tempo após o surgimento na Inglaterra com o trecho de linha férrea que interligou as cidades de Manchester e Liverpool na década de 1830. No Brasil, por meio do decreto 101, de 31 de outubro de 1835², do período em que Diogo Antônio Feijó era o regente, houve a tentativa de articular os inícios da construção de estradas de ferro. A expectativa era de ligar o Rio de Janeiro às províncias de Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul, de acordo com Matos (1974). No entanto, houve impasses por ser considerado um investimento arriscado e pela instabilidade política do período em que havia um governo regencial. Sendo assim, somente na segunda metade do século XIX a primeira linha férrea foi implementada no Brasil com pouco mais de quatorze quilômetros, entre o porto Mauá até a estação Fragoso.

Segundo Lanna (2005), nas duas primeiras décadas de implementação de linhas férreas no Brasil, 1850 e 1860, os investimentos eram, em maioria, de capital inglês e localizaram-se em Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, o que evidenciava a visão de ocupação e desenvolvimento do território voltada ao porto exportador. No cenário mundial, as empresas ferroviárias inglesas tiveram destaque, visto que realizavam financiamentos de empresas nacionais ou por meio de exportação de locomotivas e demais materiais necessários para a viabilidade dos empreendimentos em países que pretendiam avançar com a malha ferroviária.

As atividades ligadas à montagem e à operação das ferrovias faziam, na Inglaterra, parte do processo de industrialização que desenvolveu o setor de bens de capital e consolidou as bases da dominação mundial inglesa. Uma parcela significativa do material em ferro, utilizado no Brasil, na construção das linhas, das máquinas e das estações, era de origem

1856 deixou de existir, conforme aponto Schwartz e Starling (2015). As autoras também indicam a resistência de setores beneficiados em aceitar o fim de um comportamento que remontava o século XVI e que foi responsável pelo deslocamento de aproximadamente 5 milhões de africanos para o Brasil.

² O Decreto 101, de 31 de outubro de 1835, assinado pelo regente Diogo Antônio Feijó, em nome do imperador, previu no seu primeiro artigo que, o governo a partir de então estava autorizado a conceder a uma ou mais Companhias, que fizessem uma estrada de ferro da Capital do Rio de Janeiro para as de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, e Bahia, carta de privilegio exclusivo por espaço de 40 anos, para o uso de carros para transportes de gêneros e passageiros.

inglesa. Nas décadas de 1850-1860, a mão-de-obra qualificada envolvida na construção das primeiras ferrovias era estrangeira (LANNA, 2005, p. 8).

Com o advento da primeira ferrovia no Brasil, rapidamente o tema ganhou espaço na discussão da elite dirigente nacional com os defensores e aqueles que não acreditavam na implantação dos trilhos como algo razoável para aquela realidade. Segundo Castro (1993) essa divisão esteve presente não só nos trópicos, mas na Europa e na América do Norte.

Esses defensores indicavam que entre as potencialidades do novo meio de transporte estavam a capacidade para a comunicação e para o deslocamento, tanto de pessoas como de carga. Ainda que o discurso de defesa pudesse ser ambíguo, espalhou-se a ideia de que as ferrovias levariam paz para as nações pela capacidade de conectar partes antes distanciadas e pela velocidade. Por outro lado, a capacidade dos trilhos para auxiliar tropas em conflitos também fazia parte das narrativas favoráveis a essa implementação.

O comércio, indústria e agricultura seriam desenvolvidas e impulsionadas por novos mercados que seriam criados, transformando o cotidiano das pessoas nas regiões distantes e “atrasadas”. O funcionamento da ferrovia e de seus serviços demandaria uma organização de uma força de trabalho disciplinada e submissa à técnica, e assim, a ferrovia passa a ser vista como necessária para difundir a civilização nas regiões longínquas. Analisadas a partir destas propaladas transformações positivas as estradas de ferro pareciam adquirir um caráter quase mágico. Sua diferença básica em relação às demais vias de comunicação residia em sua proclamada influência nos mais variados campos: material, político, econômico, moral e intelectual (CASTRO, 1993, p. 35).

As ferrovias na década de 1850, de acordo com Arruda (1997, p. 149), tornaram-se: “um dos fenômenos mais visíveis da relação entre ciência e técnica e como símbolo do progresso”. A implementação de linhas férreas em lugares distintos provocou as expectativas, as sensibilidades e o imaginário das pessoas que estavam em contato direto com o novo meio e daquelas que o imaginavam na expectativa de serem alcançadas pelos trilhos. Hardman (1988) a fim de elucidar o caráter sensível dessas transformações pontua que a percepção que se tinha das ferrovias, muitas vezes, deslocada da realidade, influenciava a literatura e a pintura em diversas regiões e países.

Naqueles engenhos mecânicos, metálicos, imponentes, velozes, ensurdecedores, concretizavam-se perante os olhos dos incrédulos, as promessas anunciadas com o início da industrialização. A ferrovia tornou a ideia de progresso e a sensação de velocidade inerente ao novo mundo que se abria em objetos palpáveis. As distâncias diminuía; as mercadorias e as pessoas chegavam mais rápidas e com mais segurança aos seus destinos (ARRUDA, 1997, p. 145).

Com a promulgação da Lei brasileira de nº 581 - Eusébio de Queiroz, que dispunha sobre a extinção do tráfico negreiro, intensificou-se a crise de mão de obra. Encontrar novas alternativas de trabalhadores para ocupar este espaço, de modo que correspondesse à agricultura de exportação em crescimento, passou a ser uma preocupação. Nessa esteira de mudanças, em 1852 medidas para a construção de ferrovias no sudeste e nordeste do país foram aprovadas. A partir disso a agricultura de exportação e a implantação de ferrovias passaram a fazer parte do mesmo debate, isto é, buscar alternativas de substituição da mão de obra (LAMOUNIER, 2012).

Na segunda metade do século XIX acentuou-se a entrada de imigrantes para ocupar esse espaço, principalmente europeus. Entretanto, a resistência da elite agrária para a manutenção da escravidão permaneceu mesmo após as restrições impostas pela Inglaterra e movimentos contrários a essa prática, na sociedade brasileira e no contexto mundial.

Entre 1850 e 1870 o império passou pela Era Mauá, período de desenvolvimento industrial e da infraestrutura, com investimentos em indústrias, empresas de navegação, bondes, bancos, telégrafos, ferrovias, entre outros setores, tendo como protagonista o empreendedor ferroviário Irineu Evangelista de Souza. Ele inaugurou, em 1854, a Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis que foi a primeira via férrea do Brasil com 16 quilômetros de extensão. Como reconhecimento pelo feito o imperador ofereceu-lhe o título de Barão de Mauá e em homenagem sua esposa Maria Joaquina nomeou de Baronesa a locomotiva que havia sido construída em 1852 na Inglaterra. O pioneirismo de Mauá foi fundamental para que a ideologia de progresso, de meados do século XIX, alcançasse os políticos e tornasse o imperador a personificação dessa modernidade (LIMA, 2009).

Mauá, que havia sido um adolescente solitário e dedicado, em um dos empregos que teve exerceu a função de caixeiro, quando foi funcionário do credor escocês Richard Carruthers. A Companhia Inglesa Carruthers era especializada em importação e em exportação. Neste ofício Mauá aprendeu contabilidade e a falar a língua inglesa e, com o tempo, passou a dominar a libra esterlina, pois se apropriou das teorias econômicas que eram difundidas na Inglaterra, tornando-se gerente e, posteriormente, sócio da companhia.

A capacidade em entender e lidar com o câmbio internacional o fez o único brasileiro com esse tipo de conhecimento, sendo especialista em capitais de multiplicação, créditos e mercadorias em giro. Ao ascender na sociedade brasileira se tornou socialmente conhecido na vida pública, principalmente pela influência sob homens que exerciam papel nas instituições de poder do império, especialmente os do gabinete liberal (CALDEIRA, 1995).

A imagem que Mauá buscou eternizar foi a de uma elite ocidentalizada, em sintonia com as inovações tecnológicas europeias, tentando dar alguns passos iniciais no processo de industrialização em um país predominantemente rural. Adotar o projeto ferroviário como instrumento de modernização, pelo menos em nível de discurso, teria sido a opção de parcelas da elite política e empresarial do império. (LIMA, 2009, p. 48)

A ferrovia de Petrópolis inaugurada por Mauá em 1854 teria aberto espaço para a chegada de investimentos privados ao Brasil nesse setor. A expansão do café e a promessa do governo imperial de juros entre 5% e 7% do que fosse investido funcionou como um significativo incentivo, visto que, nesse formato o risco era assumido pelo Estado. As linhas férreas que chegaram ao império foram construídas, em sua maioria, no sentido oeste para o leste, isto é, do interior para o litoral, onde estavam situados os portos. Para Carrion (2015) não havia preocupação com a interligação das regiões ou com a integração nacional, o que predominava eram os interesses privados, que podiam estar desarticulados. Portanto, faltava um alinhamento para que uma lógica ferroviária se desenvolvesse.

(...) atendiam a interesse privados localizados, não seguiam parâmetros técnicos comuns - do que a diferença de bitolas é a expressão mais óbvia - o que dificultava a integração física entre as diferentes malhas e aumentava os custos de operação, devido à necessidade de sucessivos transbordos de cargas (CARRION, 2015, n. p).

Para Brito (1961) o empreendimento de Mauá foi um fracasso. A primeira via férrea do Brasil não teria representado nada de significativo a nível econômico, político e estratégico. Segundo o autor foi mera influência do momento pelo qual o mundo passava, não um desejo de fazer do país mais desenvolvido e moderno. O avançar das ferrovias teria sido lento, desorganizado e sem a capacidade de resolver as reais demandas de transporte e comunicação. Vai além, pois o autor aponta que as concessões eram dadas de acordo com a influência, sem qualquer critério.

A implantação de estradas de ferro foi vista como uma forma de modernizar a produção agrícola. O mercado do café tinha a urgência de se expandir para novas áreas, de modo que a produção aumentasse. Sendo assim, era preciso que houvesse infraestrutura para o escoamento, pois a expansão das lavouras potencializava as dificuldades já existentes, visto que representava um maior distanciamento das áreas portuárias (MARINHO, 2015). Quanto à integração nacional através das estradas de ferro, essa também foi uma discussão cara ao Brasil, principalmente com o advento da Guerra do Paraguai (1864-1870) que evidenciou as limitações de comunicação, transporte terrestre das tropas e a fragilidade das fronteiras.

(...) o desenvolvimento crescente da cultura do café demandou todo um aparato de infraestrutura, que passava por empresas de serviços, casas bancárias, comerciais e empresas voltadas para implementação de transportes urbano e ferroviário. Da mesma forma, à ampliação da produção de café para exportação seguiu-se a instalação de estabelecimentos de importação e exportação responsáveis por todo o tipo de comércio realizado dentro e fora das fronteiras do país. Ou seja, a atividade cafeeira deu origem a um significativo “complexo econômico”, segundo parte da historiografia especializada. Tais aspectos reforçam o momento de industrialização — estreitamente dependente do capital estrangeiro — e a inserção do país no contexto do capitalismo internacional (MARINHO, 2015, p. 204).

Ainda que os trilhos não tenham alcançado todas as províncias, representavam ao final do Império aproximadamente dez mil quilômetros (CALDEIRA, 1995). As ferrovias, mesmo com limitações geográficas, provocaram mudanças profundas onde alcançavam, facilitando o transporte de carga e aumentando a facilidade e o conforto de locomoção de viajantes. Eram vistas, no período, como expressões de civilização.

Entretanto, segundo Vainfas (2002), houve resistências no avançar, principalmente pelos fazendeiros em que teriam artérias de ferro passando pelas terras. Em alguns casos, esses interesses prevaleceram, pois utilizavam a influência e força para exigir que os trilhos não cortassem as terras, e, por vezes, para que passassem por elas. Além disso o autor aponta, também, que, em alguns casos, a descrença popular na efetividade desse formato de transporte se fez presente.

Considerações finais

Com o aprofundamento do estudo no decorrer do século XIX fica claro que a crença no evolucionismo e no cientificismo causou no Brasil a tensão entre o que se entendia por atraso e por

progresso. Essa perspectiva dicotômica muito difundida nos meios políticos e empresariais foi sedimentadora para a defesa do avanço das ferroviárias como símbolos da modernização, futuro e civilização. Visto isso, pode-se afirmar que a Revolução Industrial na Europa desencadeou uma cultura de progresso que foi muito explorada nos discursos em favor das mudanças na economia e no meio social, especialmente através de propostas para a implementação de linhas férreas no território nacional (LIMA, 2009).

O período que foi analisado, com a chegada das ferrovias e também do telegrafo (outra expressão da modernidade) representou um marco histórico no campo da comunicação. De certo modo foi o fim da proporcionalidade entre tempo e espaço, com as distâncias sendo encurtadas. Com o telégrafo, a aproximação física e a comunicação transportada da mensagem não eram mais necessárias. Já as ferrovias, que são o objeto analisado, possibilitaram o transporte de passageiros e de cargas em quantidade recorde, por grandes distâncias e em uma velocidade cada vez maior. Assim sendo, para compreender este momento histórico é preciso que se reflita para além das mudanças concretas e estruturais, mas sobre a mudança de perspectiva de mundo que essas transformações causaram em muitas pessoas.

Portanto, as ferrovias compuseram a nível de imaginário o maquinário por meio do qual as transformações rumo ao progresso aconteceram no século XIX. A máquina era apresentada como sinônimo do moderno e, com ela o homem seria alçado a um novo patamar de bem-estar e sucesso. Todavia, não foi exatamente o que aconteceu, pois o que se viu foi a desvalorização da força de trabalho e um movimento restritivo geograficamente. No entanto, diante desse cenário, o símbolo da ruptura com o velho e a promessa de inovação já haviam se concretizado, com as mudanças materiais e de organização social, que sem dúvida tiveram efeitos importantes na mentalidade da época.

Referências bibliográficas

ALVES, J. F. R. **Cidade, Modernidade e Identidade na era das ferrovias**. São Paulo: Arquitextos, v. 21, 2021. p. 5. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/9288393/jessica-de-fatima-rossone-alves>. Acesso em: 23 jan. 2023.

ARRUDA, G. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. EDUSC, 1997.

AZEVEDO, A. N. Sob o lume da civilização: um estudo da ideia de progresso no Brasil das últimas décadas do período monárquico. **Intellêctus**, v. 13, n. 1, p. 1-23, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5721822.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2023.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. Editora Companhia das Letras, 2007.

BORGES, B. Ferrovia e modernidade. **Revista UFG**, ano 2012, n. 11, dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48382>. Acesso em: 13 jan. 2023.

BRITO, J. N. **Meio século de estradas de ferro**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1961.

BRASIL. Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 267, v. 1, parte 1, 1850.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/125-anos-da-lei-aurea/1850-lei-eusebio-queiroz.-o-trafico-negreiro.-historcio-da-lei-581-de-4-de-setembro-de-1850>. Acesso em: 05 dez. 2023.

BRASIL. Decreto 101, de 31 de outubro de 1835. Estabelece que o governo a partir de então estava autorizado a conceder a uma ou mais Companhias, que fizessem uma estrada de ferro da Capital do Rio de Janeiro para Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, carta de privilegio exclusivo por espaço de 40 anos. *Coleção de leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 118, v. 1, parte 1, 1835. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-101-31-outubro-1835-562803-publicacaooriginal-86906-pl.html#:~:text=Autorisa%20o%20Governo%20a%20conceder,as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20que%20se%20estabelecem>. Acesso em: 05 dez. 2023.

CALDEIRA, J. **Mauá, empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 6^a reimpressões, 1995.

CARRION, R. **As ferrovias como instrumento de desenvolvimento nacional**. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=7225&id_coluna=147. Acesso em: 05 maio 2023.

CEDRO, M. **Praça Sete, Pampulha e Savassi: centralidades urbanas e modernidade periférica na cidade de Belo Horizonte**. São Paulo: Annablume, 2016.

- COSTA, M. F. S.; MATTOS, G. O sentido da Modernidade no imaginário do século XIX. **Revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, v. 3, n. 6, p. 96-103, 2009. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/291>. Acesso em: 21 jan. 2023.
- HOSBSBAWM, E. **A Era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- LAMOUNIER, M. L. **Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do século XIX**. São Paulo, 2012.
- LIMA, P. L. O. **Ferrovia, sociedade e cultura, 1850-1930**. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.
- MARINHO, P. E. M. M. **Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II: a grande escola prática da nascente Engenharia Civil no Brasil oitocentista**. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 203-233, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/tnbZc4Fmrft6BvLLNZcjYsf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- MATTOS, I. R. **O Tempo Saquarema**. 4. ed. Rio de Janeiro: Acess, 1974.
- MOREL, M. **As Transformações dos Espaços Públicos: imprensa. Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820 - 1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005.
- NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. **História da vida privada no Brasil**. Vol. 2: Império: a corte e a modernidade nacional. Editora Companhia das Letras, 2019.
- REIS, R. F. O Papel das ferrovias no processo de expansão das fronteiras. *In: História & Parcerias, Anais do 2º Encontro Internacional*. Disponível em: https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570506948_ARQUIVO_a89b0c56a86e849681f0dadd28f1ab13.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.
- SAES, F. A. M. **As ferrovias de São Paulo, 1870-1940**. Editora Hucitec em convênio com o Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1981.
- SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. Companhia das Letras, 2020.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. Editora Companhia das Letras, 2015.
- TENÓRIO, D. A. **Capitalismo e ferrovias no Brasil**. Curitiba: HD, 1996.
- VAINFAS, R. **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

ZORZO, F. A. **A Emergência do Capitalismo Ferroviário na Europa na Segunda Metade do Século XIX**: a Implantação da Ferrovia na França, Itália e Espanha. ANPUH XXV Simpósio Nacional de História Fortaleza, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772006_0c81ae397803ab23ed1f4e4ba386f17e.pdf. Acesso em: 21 jan. 2023.

Fortes no foro e no desaforo? Autoridades locais e republicanos nos periódicos pós-Proclamação: Santa Cruz-RN (1889-1902)

Strong in the forum and in the effrontery? Local authorities and republicans in post-Proclamation periodicals: Santa Cruz-RN (1889-1902)

Francisco Alves da Fonseca Neto
Mestrando em História
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
frndafonseca@gmail.com

Recebido: 11/01/2023

Aprovado: 07/02/2024

Resumo: O presente artigo pretende explorar as disputas políticas entre autoridades locais e grupos republicanos no município potiguar de Santa Cruz, região do Seridó, nos anos seguintes à Proclamação da República. Para isso, foram tomadas como principais fontes jornais do período, sobretudo o de título *A República*, ferramenta chave para explorarmos os casos de dois personagens da vida social e política da referida localidade. Os resultados e análises apresentados nesta pesquisa visam examinar as múltiplas estratégias adotadas pelos agentes a partir de uma perspectiva local, com destaque o uso da imprensa. Evidenciaremos também os ecos do panorama geral de efervescência e tensionamento das relações de poder nesses contextos específicos, o que nos permitiu verificar e interpretar as dinâmicas estabelecidas do micro ao macro.

Palavras-chave: Coronelismo; Proclamação; Imprensa.

Abstract: This article aims to explore the political disputes between local authorities and republican groups in the municipality of Santa Cruz, Seridó region, in the years following the Proclamation of the Republic. For this, newspapers from the period were taken as the main source, especially the one titled *A República* (The Republic), a key tool for exploring the cases of two characters from the social and political lives of said locality. The results and analyzes presented in this research aim to examine the multiple strategies adopted by agents from a local perspective, with emphasis on the use of the press. We will also highlight the echoes of the general panorama of effervescence and tension in power relations in these specific contexts, which allowed us to verify and interpret the dynamics established from micro to macro.

Keywords: Coronelism; Proclamation; Press.

Introdução

...tudo que descia del-rei era como se de Deus viera. A consciência republicana não se adunara ainda com aquela vida rural, em pleno ar, sob um céu ardente e oco, em uma natureza incerta [...] Daí, numa tendência monoteísta e monárquica, Deus e o vigário, o rei e o presidente (PAIVA, 2013, p.4).

O trecho acima em destaque foi retirado da obra *Dona Guidinha do Poço*, publicada inicialmente em 1891¹, considerada um clássico da literatura regional brasileira. Nele, Manuel de Oliveira Paiva (1861-1892) aponta o contraste de práticas e valores julgados arcaicos no arquétipo social brasileiro do sertão frente a uma “nova” mentalidade republicana, mesmo que gozando do direito da hipérbole literária e sendo certamente influenciado pelo ideal da recente República enquanto advento. Porém, tal dualidade não se limitou ao campo literário, tendo feito parte do vocabulário político do período. Podemos verificar o tensionamento envolvendo práticas oligárquicas e o agitado curso dos eventos políticos deste recorte, quando exploramos os ocorridos na então Vila de Santa Cruz, no interior do Rio Grande do Norte, logo após a Proclamação. Caso este que, através dos registros e percursos de, sobretudo, dois personagens, serve como oportuna evidência da conturbada transição política do período. Contexto ainda solapado pelo coronelismo e consequente tentativa de manutenção de influência por parte de grupos e indivíduos engendrados nas redes de poder local.

Importante ressaltar, primeiramente, que estamos tratando de um contexto no qual, por volta de 90% da população brasileira, ocupava espaços rurais, afastados dos grandes centros urbanos do litoral (CARVALHO, 2002, p.32). Ambientes esses ainda pressionados, em considerável medida, pelos coronéis e seus denunciados abusos de poder. Neste artigo se evidenciará como a Proclamação da República potencializou disputas e embates de argumentações entre republicanos e ditos “conservadores”. O jogo de interesses individuais (por vezes disfarçados de coletivos) entre elites locais e esferas do poder republicano, explicitado nos jornais e eleições, acabam por configurar uma

¹ *Dona Guidinha do Poço* foi redescoberta e publicada apenas em meados do século XX. Toma como personagem principal a figura de “Guidinha”, pertencente a uma família abastada do interior cearense, e seu trágico triângulo amoroso. Inspirada na figura real de Maria Francisca de Paula Lessa (1804-1887), demonstra um cotidiano marcado pela violência e ancorado em imagens como as do pai, capitão e vigário. Contexto esse, porém, que é desafiado por uma postura feminina desassociada às ideias de fragilidade e submissão.

oportuna análise dos meios e argumentos utilizados por estes sujeitos. Esta investigação se mostra válida e oportuna, visto que, apesar de terem sido sobrepostas relações mais horizontalizadas de poder, as estratégias para conseguir garantias pessoais se mostravam múltiplas.

O método adotado para esta pesquisa, de tomar como principais fontes periódicos jornalísticos, se mostra produtivo para a análise proposta por ser capaz de dialogar com as principais orientações historiográficas sobre a temática e o recorte temporal. O uso de jornais como fonte para o estudo histórico se coloca como uma ferramenta fundamental para análises de diferentes períodos históricos. Neles, estão dispostos os discursos políticos em momentos de maior agitação e crise, mas também aspectos da vida cotidiana não menos relevantes para a compreensão de um tempo e espaço. Derocina Alves Sosa chama a atenção para como “estão localizados na encruzilhada desses elementos: Estado, política e poder, combinando-se com eles, ora endossando o discurso oficial, ora opondo-se a ele” (SOSA, 2006, p.110).

A segunda metade do século XIX no Brasil foi marcada por debates e movimentos centrais, promovendo transformações e ressignificações do próprio ideal de nação. Cláudia Zanlorenzi e Maria Nascimento chamam a atenção para a coexistência do movimento abolicionista e fortalecimento do projeto republicano, envoltos em ideais de “progresso”, o que influiria diretamente no papel da Imprensa (ZANLORENZI; NASCIMENTO, 2011). Ana Martins e Tânia De Luca evidenciam a ocorrência, depois da proclamação, de um maior aprimoramento das impressões no nível técnico, bem como iniciativas de investimentos na alfabetização, que eram acompanhados, porém, de uma censura às ideias contrárias ao regime recém instituído (DE LUCA, 2012).

O caráter transformador das estratégias políticas no período de transição do Império à República é mencionado também por José Murilo de Carvalho, que ressalta como variante a tentativa de incluir o povo no palco da discussão (CARVALHO, 1987). Dessa forma, dentre as orientações dos veículos de comunicação, é somada a necessidade de apresentar o ideal geral de República enquanto um projeto realizável.

O contato com as massas através da imprensa, caso que aqui nos interessa e será verificado, foi feito em meio à disputa dos partidos, de divergências internas do próprio ambiente republicano², e, nos âmbitos locais, na deslegitimação de adversários políticos. Esta última, direcionada àqueles da

² Carvalho (1990, p.37) demonstra como nos jornais estavam expostas até mesmo indefinições sobre quais republicanos tiveram o protagonismo no 15 de novembro.

vida social e política das localidades que se mostravam relutantes ou contrários em entrar de acordo com o novo regime, ou de dialogar com os novos atores emergentes. Raymundo Faoro ressalta como a conversão da opinião republicana de minoritária para dominante se mostrava como uma tarefa central (FAORO, 2001).

Ressaltamos, diante destas novas iniciativas, o contexto já sinalizado de concentração da população no interior, afastado dos grandes centros urbanos do litoral. Tomando como exemplo o recorte que nos aqui interessa, do Rio Grande do Norte, de acordo com o censo de 1890, dos 268.273 habitantes do estado (distribuídos em 36 municípios) apenas 13.725 (5.11%) estavam aglutinados na capital³. Daiana Barbosa chama a atenção para como a dicotomia interior/litoral fez parte do vocabulário político no período, em boa medida através de discursos que acusavam o não alcance de sentidos como os de ordem e justiça em ambientes mais afastados (BARBOSA, 2018).

Nestes lugares, a instauração da República no Brasil encontraria meios marcados pela ação dos coronéis, empossados de seus títulos da Guarda Nacional, cuja desvinculação com tal instituição somente aconteceria em 1918. Maria Fortunato afirma como, mesmo com o advento republicano, as patentes de coronéis ainda foram vendidas e/ou concedidas de acordo com interesses e manobras políticas (FORTUNATO, 2000). A autora também alia sua argumentação com Edgard Carone, referência no estudo da temática, para chamar a atenção à multitude de facetas que estes sujeitos exerceram garantidas pelas suas posses, dentre controles de caráter comercial, religioso e até judiciário, dentre parentes, amigos, agregados e dependentes (CARONE, 1978, p.253-54 *apud* FORTUNATO, 2000, p.152).

Observamos alguns destes movimentos nos relatos jornalísticos de Santa Cruz nos tempos da Proclamação, configurando-se um sugestivo panorama substancialmente ligado ao coronelismo. Local este que, décadas depois dos eventos a serem tratados, fez parte do itinerário de uma das primeiras viagens de Câmara Cascudo pelo Rio Grande do Norte⁴, marcantes pela riqueza de

³ **SYNOPSIS do recenseamento de 31 de dezembro de 1890.** Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1898. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227299>. Acesso em: 12. Jul. 2022.

⁴ Em 1934 o historiador e jornalista Luís da Câmara Cascudo (1898-1986), enquanto sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Chefe Provincial do Integralismo e redator do Jornal *A República*, foi convidado pelo Interventor Federal Mário Câmara para uma viagem pelo interior do estado, acompanhado de mais quatro outros intelectuais. Os registros foram publicados no mesmo ano na obra *Viajando o Sertão*, obra que se diferenciava por assumir um enfoque na vida sertaneja (ver NEVES, 2005, p.12).

descrições e por representar os primeiros passos para o reconhecimento de uma cultura nordestina como algo visto a partir de uma unidade⁵.

Local e contexto histórico da região

A criação do distrito denominado Santa Cruz da Ribeira do Trairi se deu através da lei provincial nº 24, datada de 1835⁶. A elevação para a categoria de vila aconteceu com a lei nº 777 de 1876, enquanto a de cidade em 1914. O processo de ocupação e assentamento na região, por sua vez, seria cristalizado ainda em finais do século XVIII, com fazendas que beiravam o rio Trairi⁷. Tal configuração foi transposta para representações cartográficas, que ainda no XIX tornavam exposta a íntima relação dos trechos fluviais com povoados e aglomerados urbanos. A evolução destes espaços está ligada às histórias dos sujeitos deste artigo, o que oferece uma oportunidade para explorarmos, além de como o território foi estabelecido, como certas famílias estiveram envolvidas em momentos cruciais de seu estabelecimento enquanto aglomerado urbano e de suas transições políticas.

No que diz respeito ao contexto político do Rio Grande do Norte, no recorte temporal aqui proposto, vemos um esforço de integração do estado na orientação republicana. A criação de seu Partido Republicano se deu em 27 de janeiro de 1889, tardiamente, na visão de Jose Antonio Lindoso (LINDOSO, 1992, p.15). A instauração da República teria possibilitado então o engendramento de oligarquias decididas a fazer parte do novo arquétipo político-econômico organizacional, munindo tais grupos até mesmo do maquinário administrativo-repressivo, dentre “definição da política fiscal, contratação de empréstimos externos, emissão de apólices, criação de novas repartições e serviços, nomeação de autoridades e funcionários estaduais etc.” (LINDOSO, 1992, p.10).

Fortunato chama a atenção para como tal prática foi alvo, nas três primeiras décadas do século XX, de intelectuais que criticavam o uso da “bandeira democrática” para encobrir acordos de interesses privados (FORTUNATO, 2000). A liderança do partido no estado ficou então por conta de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1856-1907), pertencente a uma tradicional família

⁵ Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011, p.67), demonstra como, apesar de uma cristalizada concepção de Nordeste naturalista determinista, passa a entrar em curso nas décadas de 20 e sobretudo 30 uma série de práticas e conjunto de saberes de impulso cultural que visavam o reconhecimento e integração das marcas regionais do interior.

⁶ **CIDADES, Santa Cruz Rio Grande do Norte – RN.** IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/santa-cruz/historico>. Acesso em: 13 jul. 2022.

⁷ As ribeiras e riachos tradicionalmente serviram como referências geográficas essenciais, seja para a distribuição de sesmarias em séculos anteriores, bem como para o estabelecimento embrionário dos primeiros aglomerados urbanos.

pernambucana. Vitor Fonseca Figueiredo e Camila Gonçalves Silva ressaltam como “no arcabouço político oligárquico da Primeira República, as relações de parentesco com grupos familiares constituintes da elite estadual eram primaciais para o recrutamento político” (FIGUEIREDO; GONÇALVES, 2012, p.1054). No mesmo sentido, Lindoso aponta:

A trajetória de Pedro Velho e do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, em particular após a Proclamação da República, traduziu um comprometimento cada vez mais íntimo com os interesses e as perspectivas de classe dos grandes proprietários rurais e da burguesia comercial (LINDOSO, 1992, p.9).

Tal inclinação resultaria, necessariamente, em conexões com diversos sujeitos com diferentes aspirações. Dessa forma, configurou-se, a partir da Proclamação, um panorama político multifacetado, que iria impor dificuldades a uma adoção uniforme do projeto republicano⁸. Angela Alonso reconhece como em 1889, uma vez realizada a instauração da República, conflitos ainda se fizeram presentes em torno “do formato e dos mandatários do novo regime” (ALONSO, 2009, p.133).

Alinhar planos de ação que mantivessem autoridades locais, frente a necessidade de bases eleitorais mais sólidas e de acordo com as orientações do partido, se mostraria como um desafio para Pedro Velho. Alternativa incontornável acabou se tornando a construção de alianças com os “grandes coronéis” do Seridó (LINDOSO, 1992, p.17), no sertão da Região Nordeste do Brasil. Desta maneira, Santa Cruz e mais especificamente alguns de seus personagens também fariam parte deste processo.

Proclamação e autoridades locais: da união à cisão

Personagens da trama

A construção de biografias pode se mostrar como uma ação por vezes desafiadora. A incoerência de almejar uma (hipotética) totalidade de informações sobre a trajetória de vida de um sujeito acaba por se mostrar como um primeiro risco. Seu potencial, porém, é justificado, uma vez que são realizados recortes a visarem a resolução de situações-problema. Phillippe Levillain valoriza

⁸ Contexto que se somava com a ausência no Brasil do início da República de uma identidade coletiva nacional, fato reconhecido por seus propagandistas e integrantes do movimento (CARVALHO, 1990).

seu caráter mais geral enquanto capaz de “mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade” (LEVILLAIN, 2003, p.176). O campo dos estudos genealógicos contribui também para a verificação de permanências e cisões dentre um grupo, camada social ou família, diante das unidades de poder patriarcais que eram capilarizadas econômica e politicamente. Para a especificidade da formação de espaços e suas redes de poder no contexto brasileiro, torna-se nítido um vínculo com uma herança simbólica ligada ao tradicional, o que resultaria no controle destes grupos específicos (LEMENHE, 1996, p.85). Tal idealização do passado, transpassada para uma hegemonia de famílias (das quais um número considerável constituiu oligarquias) e revela então um vínculo existente com uma temporalidade de formação destes espaços, que podem remontar ao período colonial. Em tais lugares, foi permeado um ideal de pioneirismo ligado às posses “desde suas origens” (LEMENHE, 1996, p.66). Algumas destas interpretações se fazem presentes quando atentamos às trajetórias e raízes dos sujeitos que consideramos nortear a análise do presente trabalho, como veremos em seguida.

Ivo Abdias Furtado de Mendonça e Menezes (1831-1900) nasceu no Ceará, filho do madeirense Antônio Furtado de Mendonça e Menezes (1789-1886)⁹ e de sua esposa, Isabel Ferreira Cavalcanti de Albuquerque (1793-1890). Esta, filha do Capitão José Rodrigues da Silva (s/d), reconhecido como um dos donos de terras que fundaram em 1831, a povoação do que viria a ser Santa Cruz, inicialmente denominada Santa Rita da Cachoeira¹⁰. Nota-se como o próprio Antônio Furtado também possuiria terras na localidade (OLIVEIRA, 1980, p.54). Em Santa Cruz também viveu seu outro filho (dos 11 que seguiram), Job Furtado de Mendonça e Menezes (s/d), que pode ter dividido a posse da fazenda Quixaba com seu irmão Ivo (OLIVEIRA, 1980, p.55).

Ivo Furtado, além de agropecuarista e Tenente-Coronel da Guarda Nacional, foi, em 1866, deputado provincial. Sua atividade política e influência em Santa Cruz foi marcada por ter sido um dos protagonistas no processo de transformação do distrito em município (OLIVEIRA, 1980, p.6).. Não deixou, porém, de ter posteriormente atritos, sobretudo com um específico missivista que publicava no jornal *A República* (OLIVEIRA, 1980, p.56). O mesmo passou a acusar severamente o

⁹ Antônio teria chegado ao Ceará em em finais do século XVIII, onde foi nomeado ao ofício de escrivão em Riacho do Sangue, de forma que se transferiu depois para o Rio Grande do Norte, por volta de 1840 (OLIVEIRA, 1980, p.54).

¹⁰ Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) do Rio Grande do Norte. **Perfil do seu Município, Santa Cruz**, v.10, 2008, p.6.

coronel de ser monarquista, depois de um período inicial de aproximação com os republicanos e a figura de Pedro Velho, de forma que ainda exploraremos.

Sobre José Alves da Fonseca (c.1830-?), o Dedé, consideramos sólidas duas possibilidades sobre seu parentesco, diante da ausência de registros definitivos sobre sua ascendência. A primeira delas, seria sua possível filiação ao alferes Manoel Alves da Fonseca (1780-1840) e sua primeira esposa Ana Maria da Conceição (s/d). Manoel era natural de Açú, certamente filho ou neto do homônimo e também alferes Manoel Alves/Álvares da Fonseca (c.1720-?), que ganhou uma sesmaria na Ribeira do Açú no ano de 1757¹¹. Nota-se que um dos filhos mais velhos do Dedé também se chamava Manoel (s/d), o que pode reforçar tal hipótese. Uma segunda possibilidade seria a de ter sido filho de Joaquim Teixeira da Fonseca (1792-1869) e Luíza Dornelles de Bittencourt (1793-?), naturais e moradores do próprio Seridó. Joaquim era filho de Domingos Alves do Nascimento (1768-1838)¹² e Maria Teixeira da Fonseca (1771-c.1838)¹³, filiação de avós esta que justificaria a composição de nome “Alves da Fonseca” dada por exemplo ao neto Estevão (1830-?), nascido no período aproximado do próprio Dedé.

Morador antigo da vila, em 1889 José era tabelião público, escrivão do juiz e proprietário de terras. Em 1878 também tinha sido escrivão de paz do subdelegado de Canguaretama, além de secretário da Câmara Municipal do mesmo município (*Brado Conservador*, Rio Grande do Norte, 05 de abril de 1878, p.4). Assim como o Ivo, foi acusado de ser monarquista em seu posicionamento político, chegando então a adotar uma postura combativa frente à ação do jornal republicano, inclusive com uso também da própria imprensa para se defender de acusações ou redirecioná-las.

Estamos tratando, portanto, de dois indivíduos cristalizados no contexto local de Santa Cruz e por extensão do Seridó, de maneira potencialmente transgeracional. É, em considerável medida, no conflito entre o operante ideal de pertencimento no *modus operandi* local e o impulso de novos agentes republicanos que reside o valor da análise a ser desenvolvida neste trabalho. Vamos atentar agora aos meios tomados como via destes embates.

¹¹ Data de 18 de agosto de 1757, em: **INFORMAÇÕES sobre a Sesmaria**. UFRN, Plataforma SILB, Sesmarias do Império Luso Brasileiro. Disponível em: <http://tinyurl.com/sesmaria-18-08-1757>. Acesso em: 25. jan. 2024.

¹² Este, por sua vez, neto do Capitão Domingos Álvares dos Santos (1711-1793), português que se assentou na Ribeira do Seridó (MEDEIROS FILHO, 1981, p.315-17).

¹³ Filha do capitão português Luiz Teixeira da Fonseca (1739-1816), proprietário da fazenda Angicos em Jardim do Seridó (COSTA, 2019, p.255-56).

A guerra na imprensa

O domínio da opinião pública se mostrava como uma ferramenta essencial do jogo e tensionamento político. Jean-Jacques Becker sinaliza como ela costuma operar nas intersecções de categorias como público e privado, mentalidades e contexto (BECKER, 2003, p.188). Chama a atenção, porém, que não deve ser usada como uma expressão de mão única e autoexplicativa, estando sujeita, por exemplo, a ações que visam a desinformação ou manipulação (*Ibidem*, p.192). Era necessário, portanto, que os agentes envolvidos tivessem a sensibilidade de perceber as tendências e acontecimentos do momento, a fim de construir suas resistências e estratégias.

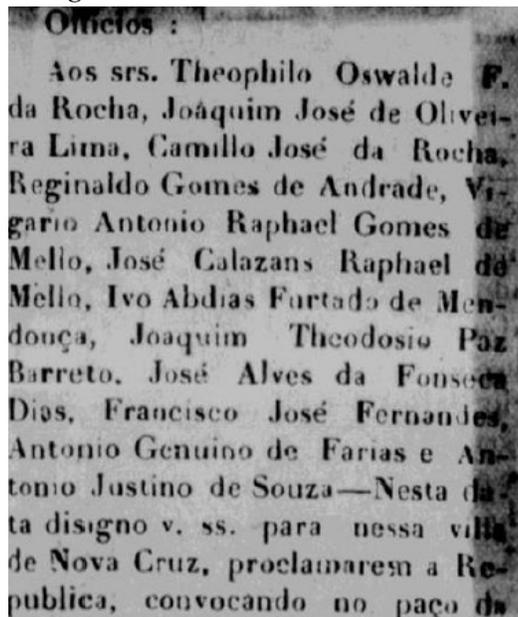
O jornal *A República*, do Rio Grande do Norte, começou a ser editado em 1 de julho de 1889, data em que teria circulado o primeiro de seus vinte números até a data da Proclamação (LINDOSO, 1992, p.8). Nele foi centrada a maior parte da divulgação de ideias e ataques aos adversários políticos contrários ao novo regime. Ou ao menos para aqueles sujeitos que não se mostravam dispostos a aceitá-lo passivamente. Víctor Nunes Leal (2012, p.54) chama a atenção para como:

...os municípios, deixados à sua livre determinação, acabariam nas mãos de oligarquias locais – que se manteriam, em caso de contestação, pelo suborno e violência – conduzia muito naturalmente à conclusão de que era preciso dar ao Estado os meios de impedir aquela possibilidade. Porém, o que costuma passar despercebido é que o governo estadual, habitualmente, não empregava tais instrumentos contra os amigos; só os utilizava contra os adversários.

A primeira menção que aqui nos interessa, se deu durante as primeiras orientações e nomeações realizadas por Pedro Velho ao assumir o governo provisório no dia 17 de novembro. Na mesma edição do jornal, no expediente do dia 20, estavam sendo convocados pelo governador diversas figuras julgadas influentes de Santa Cruz e região, dentre elas Ivo e o Dedé, para:

...nessa villa de Nova Cruz, proclamarem a Republica, convocando no paço da camara municipal o povo, autoridades e força pública, fazendo de tudo lavar uma acta, que será assignada pelos que adherirem à causa. Recommendo-lhes a boa ordem e tranquillidade publicas (*A República*, Rio Grande do Norte, 13 de novembro de 1889, p.1).

Figura 1 – Nomes dos convocados



Fonte: *A República*, Rio Grande do Norte, 13 de novembro de 1889, p.1.

Nestes primeiros contatos, as relações parecem amistosas. Muito ainda se tem a descobrir e conhecer, como em qualquer relação de pouca data. Também no que se trata dos nomes, visto que o do Dedé aparece como José Alves da Fonseca “Dias”. Um claro equívoco, pois claramente o ocorrido foi uma má interpretação da abreviação “D.” de Dedé. A atribuição de apelidos foi assimilada como prática depreciativa ligada ao interior, de forma que ainda seria ironizada pelo mesmo jornal:

...E que apelidos: Tecla, Cères, Zilù, Quotinha, Dida, (Ahi Antonio!). Baninha, Dédé, Fufú, Pipi, Popoca, Xixi, Gugù, Vavá, Gangan, Logo digo, Pépé, Zuquinha, Filùca, Lalinha, Litinha, etc. Etc. Deixa ficar doido! (*A República*, Rio Grande do Norte, 06 de maio de 1902, p.4.)

Na edição de 16 de fevereiro de 1890 foi tornada pública a oficialização do Clube Republicano de Santa Cruz, no qual Ivo e Dedé ocupavam boas posições:

Foi igualmente dirigida à redacção deste órgão do partido, copia da acta da criação do Club Republicano da villa de Santa Cruz, filiado ao centro Republicano: foi eleito presidente tenente coronel Ivo Alcebiades Furtado, vice presidente vigário Antonio Raphael G. de Mello, secretario José Alves da Fonseca Dedé, membros do conselho... ..Nossas felicitações aos cidadãos que comprehendem a momentosa necessidade de se organisarem sob a

inspiração da bandeira republicana federativa formando assim a grande legião dos bons patriotas Rio-Grandenses que querem e collaboram pelo florescimento da patria Rio-Grandense do Norte. (*A República*, Rio Grande do Norte, 16 de fevereiro de 1890, p.6)

No mês seguinte, o coronel Ivo, então considerado pelo partido um republicano convicto, se reuniu com outros militares aliados. Nota-se a valorização de um deles por rejeitar uma titulação anterior à Proclamação. Tal postura foi elogiada pelo jornal, servindo para nós como exemplo de disseminação de ideias pró-republicanas:

Estiveram entre nós os distintos cavalheiros e prestimosos co-religionarios Felismino Dantas, Manoel Alves V. de Araújo, coronel Costa Villar, Revm. João Alipio, Juvenio Tassino, Dr. Fernandes Barros, Dr. Mei-ra e Sá, coronel José Felix, coronel Ivo Furtado e capitães Alexandre Varella, José Pedro da Luz, cidadãos Enéas Medeiros e seu digno irmão capitão Aureliano e coronel José de Borja (Perdão: este ultimo é apenas o cidadão José de Borja, o nosso velho amigo não quer que o decorem com o coronelato que lhe concederam no tempo da monarchia, e disso temos declaração formal sua muito anterior a 15 de novembro. (*A República*, Rio Grande do Norte, 22 de março de 1890, p.2)

Ainda no mesmo ano, Ivo participou de um banquete promovido por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, ao lado de diversas outras figuras dentre juizes, militares de alta patente e parentes do governador:

O nosso illustre chefe Dr. Pedro Velho offereceu, no domingo 3 do corrente um banquete ao coronel José Bernardo de Medeiros, que deve retirar-se brevemente para o centro. Estiveram presentes os Drs: Francisco Amyntas, Chaves Filho e Nascimento Castro, juizes de direito ; os Drs : Pedro Pernambuco e Diogenes da Nobrega juiz municipal e promotor da capital, o Major Nery commandante do batalhão, Capitão do porto Arthur Lisboa, commandante da companhia de menores Aphrodizio Barros, Capitão de Fragata Irineo da Rocha, Dr. Antonio Garcia, director da instrucção publica, Capitão João Avelino, Commendador José Gervasio, Coronel Ivo Furtado, Capitães J. Nogueira e Urbano Barata, Dr. Braz de Mello, os cidadãos Amaro Barreto, Onofre Pinheiro, Fabricio Pedrosa, Adelino Maranhão, Antiocho de Almeida, Augusto Maranhão e outros distintos cavalheiros... Seguirão-se numerosos brindes ao governador, ao Dr. Pedro Velho, ao Major Nery, aos candidatos republicanos, aos representantes da magistratura, aos chefes políticos presentes reinando durante a festa a mais perfeita cordialidade e alegria... (*A República*, Rio Grande do Norte, 07 de agosto de 1890, p.2)

Na mesma seção desta edição, seguem ainda elogios exclusivos ao coronel Ivo Furtado:

Esteve alguns dias na capital este distincto cidadão, poderosa influencia republicana em S. Cruz. Ao nosso honrado amigo, bastante conhecido pelo seu caracter leal e energico,

comprimntamos affectuosamente. (*A República*, Rio Grande do Norte, 07 de agosto de 1890, p.3)

Em 1891, porém, a relação tem uma abrupta virada de chave. Inaugura-se um período de uma série de críticas e acusações direcionadas ao Ivo, que passa ao longo dos próximos anos a ser ridicularizado em diferentes níveis:

Dá-se actualmente em triste espectáculo, neste canto do sertão, o caraólho personagem que se conhece por Ivo da Quixaba. O povo, em satyra mordente, acompanha de impiedosos commentarios todas as tricas por elle desenvolvidas no ultimo processo eleitoral. Riem-se por exemplo do cynismo com que, em pouco mais de um anno, o desmoralizado cacique das tribus de Inharé tem pertencido a tres partidos. Enganando a Deus e ao diabo, com as trêtas e pêtas, que tem assoalhado sobre o partido catholico, sobre o ensino dos padres. Nunca se vio fazer, a um tempo, caradura e caramolle com tanto desembaraço... E um tal homem conseguiu por algum tempo ser tomado ao serio! Quem o vê nesta villa, andando grave e pausado, esticando uns bigodes, que lembram-nos a pintada dos serros do Trahiry, pernilongo e caraólho. Injusto, traiçoeiro e pomadista, de figura espectral, rodeado sempre de alguma cousa de sinistro, que aterrora o sequito de adeptos, que lhe formam a cauda, alguns por especulação, quase todos por ignorancia, pensa que tem diante de si um potentado, um homem de prestigio... E assim pensando, como se engana o forasteiro que por aqui passa, ao enfrentar com o famigerado chefe do partido botiqueiro! É um coronel muitissimo pulha, uma apregoada influencia em decadencia, uma verdadeira ruína. A localidade deseja livrar-se o seo poderio, que lhe tem sido mais funesto que as seccas. Não há nesta terra um melhoramento, um beneficio que recommende o nome ominoso do fatal personagem, de quem fallamos... ...Quando estava no poder o dr. Pedro Velho, ninguem lhe era mais dedicado; agora que o chefe republicano está debaixo já é capa-verde, inimigo da egreja e... acrescenta muito baixinho ao ouvido dos mais intimos, e tambem do throno... O serviço público, em todos os seus ramos, vai desgraçadamente neste termo: a policia em competencia nos bodes com a sussuarana; o sabre é uma ameaça constante ao espinhaço do cidadão; a bala e a faca de ponta imperam por toda parte, para fazer respeitar os fôros do capitão-mor da Quixaba! (*A República*, Rio Grande do Norte, 20 de junho de 1891, p.4)

O uso do termo “botiqueiro” se refere a um dos dois grupos do Partido Conservador naquele período, Botica e Gameleira, referências aos lugares onde os mesmos se reuniam (LINDOSO, 1992, p.21). No mês seguinte, foram dispostas no jornal mais pesadas críticas ao coronel:

No dia 27 do corrente Deus se lembrou d’esta terra, de tanto tempo abandonada à perversa ignorancia e insaciavel ambição do congressista da Quixaba, e durante todo o dia cahiram chuvas abundantes. As aguadas cresceram e há esperanza de segurar o pasto e alguma lavoura, ao menos a mandioca e o algodão. O povo se reanima e de par com a flôr silvestre que desabrocha na encantadôra verdura dos campos, abrir-se-hia tambem a flôr perfumosa de esperanza, se não fôra a descrença, o tédio, a sina agnorenta e má, que acompanha esta terra, sob a nefaria influencia do sinistro homem, que no congresso acode por Ivo Abdias

Furtado Avançarraz de Boceorum Camilão Parlapatão de Menezes Quixaba de Mendonça... Com effeito; tudo nesta terra iria bem se outro homem melhor intencionado, de caracter seguro, com alguma illustração e uma certa somma de principios estivesse á frente dos negocios locais; mas a nossa desgraça é tal que em todas as politicas sempre hão de influir, por isso ou por aquilo, o Chico Aracaty e o Zé Boticaria e, como se sabe, o Ivo é propriamente –instrumento passivo da botica! O povo é mantido propositalmente em ignorancia, porque só assim o seu espirito offerecerá terreno bom à semente do fanatismo político de que vive o odiento mandão, por intermedio de quem a botica explora a simplicidade e boa fé dos sertanejos deste recanto da patria rio-grandense... ..E a despeito de tantos factos desta natureza, o aza-negra desta terra vai continuando a ser, em todas as politicas, um monarchista prestimoso e honrado! (*A República*, Rio Grande do Norte, 18 de julho de 1891, p.4)

As eleições, enquanto campo de estudo, segundo René Rémond (2003), deveriam ser analisadas não apenas como um estudo de dados e mudanças impostas, mas como um fenômeno próprio capaz de revelar a mobilidade dos comportamentos individuais dos eleitores. Para o nosso caso aqui apresentado, se mostravam como palcos de queixa das atuações dos coronéis e seus rivais, exemplos práticos de suas influências. Nelas seriam expostos os emaranhados de manobras e articulações. Leal (2012) demonstra como, ao abusar da esfera de influência enquanto dono de terras e representantes das instituições locais, convocavam suas filas de dependentes para garantir um grande número de votos de cabresto, além de promover desavenças. É este o caso das eleições de 10 de maio de 1891, que levaram os republicanos três meses depois a rotularem o Ivo como “muito forte no fôro e no desafôro” (*A República*, Rio Grande do Norte, 01 de agosto de 1891, p.4), capaz de demonstrar bem o caráter instável e carregado de acusações dos pleitos:

O eleitorado republicano, em sua grande maioria, absteve-se de comparecer às urnas, em vista da declaração feita pelo chefe governista de que não seria tolo para perder a eleição, tendo por si o governo, dispondo das mezas e não admittindo fiscaes. Na cabala desleal que fazia por toda parte, o famigerado tenente coronel Ivo Furtado chegou ao requinte de explorar a ignorancia do povo, dizendo que votar contra o governo era ser capa verde (expressão que na gíria delle significa inimigo da igreja,) porquanto o Deodoro e o Lucena eram os sustentáculos da religião. Não obstante, diversos amigos nossos, não querendo deixar de todo abandonado o pleito, reuniram o eleitorado republicano mais proximo da villa, e foram sempre à eleição, da qual resultou a votação seguinte. Republicanos 142 votos Governistas 195 “ À ultima hora nos consta que os alchimistas da intendencia nos querem roubar votos, reduzindo a 87 os suffragios da chapa republicana. Felizmente o protesto os nossos correligionarios há-de desmascarar a falsidade. (*A República*, Rio Grande do Norte, 16 de maio de 1891, p.1)

A exposição das contestações eleitorais, da maneira que se expõe acima, também teria sido um *modus operandi* durante a Primeira República. Frequentemente se clamava pela recontagem dos votos, de maneira que fossem excluídos os excessos manipulados (RICCI; ZULLINI, 2014).

As respostas contrárias ao periódico republicano eram dispostas no jornal *Rio Grande do Norte*, de corrente contrária a Floriano Peixoto, presidente entre 23 de novembro de 1891 e 15 de novembro de 1894 (LINDOSO, 1992, p.15). Nele vemos, por exemplo, Santa Cruz caracterizada como o lugar “onde [o Ivo] exerce legitima e incontestavel influencia” (*Rio Grande do Norte*, RN, 02 de mar. 1892, p.2). Também se fizeram presentes defesas mais claras e diretas de cunho político:

Se o coronel Ivo quizesse responder as infames perguntas dos perseguidores que não cessam de o maltratar, fal-o-hia por si, e não por outrem; elle como homem de certa ordem, o que tem feito e faz é não ar ouvidos ao que com tanta facilidade se inventa contra os caracteres mais puros. (*Rio Grande do Norte*, RN, 07 de dezembro de 1892, p.4)

Algum tempo depois, era a vez do Dedé ter suas rugas com os republicanos. Foi acusado de falsificar a contagem dos valores de um “auto de ação sumária”, superfaturando-o para bem próprio, ignorando o fato de possuir ainda a assinatura de um juiz republicano. Após ser afastado do cargo de escrivão, reportou então ao mesmo *Rio Grande do Norte* a perseguição que estaria sendo vítima,¹⁴ motivo que teria sido preponderante para a longa e combativa resposta do jornal oficial do partido:

O missivista que sempre esteve inteiramente convencido que havia de passar a vida esvoejando, como ave de rapina, por sobre a cabeça das pobres presas; que nunca pensou que seo dominio nesta terra havia de ser arrebatado pela soberania do povo, vendo agora cahirem todos os seus calculos, de tramoias; convencido do seo completo desprestigio, porque o povo cansado de soffrer as suas insolencias o desprezou, o mandou plantar batatas, atira-se contra a honra de um cidadão estimado por todo povo desta terra. Por todos que teem a felicidade de conhecê-lo. Mandando publicar no jornaleco já citado que <<por perseguição politica fora suspenso o Tabellião e Escrivão de Santa Cruz pelo celebre Juiz Districtal um tal Ezequiel de “Souza” conhecido por bilheteiro e que a suspensão tinha por fim não haver Escrivão que podesse tomar os protestos dos opposicionistas>>. Bem sabe o missivista que o cidadão Ezequiel é prudente, moderado, sensato e sem entusiasmos e exageros politicos. Não deixando por isso de ser um republicano firme no seu partido, um republicano sincero, distinto que quer respeito profundo... ..O missivista mandando publicar no jornaleco que o cidadão Ezequil tinha emittido grande numero de vales fez uma importante descoberta!.. Que grandes saudades não tem tido elle da sua –Bella Monarchia?!.. Agora ganharia como recompensa uma commenda ou o titulo de –Engraxate da Casa Imperial: agora estaria habilitado a um dia engraxar as botas de um membro qualquer da familia de El Rei Nosso Senhor; agora no ultimo quartel da vida teria esta

¹⁴ Apesar de constar a informação de que se tratou do jornal *Rio Grande do Norte*, n.168 de fevereiro de 1893, não foi possível acessar tal edição.

farveira e doce esperança para embalal-o. Distrahil-o!.. ...Um conselho ao Dedé. Meu pobre velho. tire uma hora, alguns momentos no dia e faça nesse tempo uma analyse em sua vida e se convencerá que vai al, muito mal mesmo! Meu pobre velho Dedé, estude bem o velho Ivo, estude e verá que elle pouco se importa se comprometei-o o mesmo modo que v. ia compromettendo o integro Juiz Districtal Esequiel Marcelino de Souza. Meu velho, o Ivo bateu as portas da completa nullidade. E quer que por mais tempo o Zezinho e outros estejam ao menos persuadidos do contrario. Para semelhante resultado envidará tudo. Para semelhante resultado trabalhará, se preciso for, pelo seo soffrimento, o instigará à surdina a praticar excessos para que o juiz o suspenda e ella possa gritar: <<Perseguição política! E o escrivão foi suspenso para não haver quem tomasse os protestos dos nossos inimigos! Meu pobre velho Dedé, abra os olhos; veja e veja bem o papel que está fazendo... (*A República*, Rio Grande do Norte, 25 de março de 1893, p.4)

A citação ao Ivo, interpretado enquanto um potencial aliado do Dedé nas rusgas com os republicanos, acaba por expor o panorama sugerido por Carvalho de coexistência de “vários tipos de coronéis” (CARVALHO, 1997, p.3). Significaria, portanto, para além de um indivíduo, sujeitos que se combinavam e completavam através de suas ocupações e especialidades em grupos de influência, partindo assim para o controle das diferentes esferas locais, mesmo não sendo intitulados, de fato, tenente-coronéis. O caso exposto acima não foi, porém, o primeiro evento envolvendo José e o dito Ezequiel. Ainda em 1889, o escrivão já havia sido acusado de cometer excessos sobre o mesmo:

Figura 2 – Acusação do jornal *O Povo*



Santa Cruz—O Escrivão
do Juiz Municipal da Villa de
Santa Cruz tem regimento de
custas especial.
Tendo ali prestado juramen-
to o 1.º supplente do subdelegado
Ezequiel Mergelino de Souza e
o 2.º supplente do delegado Ma-
noel de Carvalho, elle extrahio
conta corrente disso, cobrando
para si de cada juramento
2\$000 e de cada certidão do ju-
ramento 1\$000; além de 400 rs.
de cada juramento para o res-
pectivo juiz.
Appliquem-lhe a lei em re-
gra, já que que elle applica o
regulamento sem regra.

Fonte: *O Povo*, Rio Grande do Norte, 8 de Novembro de 1889, p.3.

Cabe lembrar, porém, que ambos ainda estavam obrigados a dividir os mesmos espaços, dentre encontros e compromissos comuns da vida social, de forma que poderiam acirrar discórdias ou reafirmar alianças, visto que práticas públicas e privadas se confundiam e se sobrepujavam. Foram, por exemplo, os casos em 1894 de dois casamentos de filhos do Dedé, Pedro¹⁵ e Constança¹⁶ respectivamente, que aconteceram na casa de “residência” e de “audiência” do juiz Ezequiel. As certidões foram escritas pelo escrivão substituto, devido ao impedimento em curso aplicado ao Dedé.

José voltou a exercer o cargo de escrivão, antes de ser afastado de novo em 1897. Dessa vez, por ser um dos envolvidos no desacerto dos limites de propriedade de um tenente coronel, que reportou o caso ao juiz distrital de Santa Cruz:

...pelo Tenente Coronel Antonio Beserra Cesar de Andrade, me foi dirigida a petição do teor seguinte: Illustrissimo Senhor Juiz Districtal de S. Cruz. Diz Antonio Beserra Cesar de Andrade morador no seu engenho Pituassú do municipio de Canguaretama, deste Estado, que sendo senhor e possuidor de uma data de terra, propria para criação de gados, denominada Bom Jesus, com duas leguas de extensão sobre uma de largura, sita neste Districto, que houve por arrematação, como se vê do documento numero um, e se achando confusos os limites da referida data de terra, e não sendo encontrados os autos da antiga demarcação, torna-se indispensavel, para garantia de seu direito e para que possa viver em paz com os seus visinhos, que sejam aviventados os limites de accordo com o titulo primordial, documento numero dois, pelo que quer proceder a demarcação da mencionada propriedade pelo lado sul leste e norte, visto como pelo lado do poente limita-se com outra data de terra tambem pertencente ao supplicante e requer a v.s se digne mandar citar pelos modos estabelecidos no Decreto de cinco de Setembro de 1890 a todos os heréus confinantes para, na primeira do Juizo depois de decorrido o prase do Edital de trinta, digo, denoventa dias, vir se louvar em arbitradores e agrimensor que procedam a dita demarcação... (*A República*, Rio Grande do Norte, 14 de novembro de 1897, p.3)

Além de José, Ivo também foi um dos proprietários de terra da região convocados para a resolução do entrevero:

¹⁵ **REGISTROS civis, Igreja Católica**, FamilySearch, Nascimentos 1889-1920, p.60-61. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSJG-5SZ9-Y?cc=2177294>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁶ **REGISTROS civis, Igreja Católica**, FamilySearch, Nascimentos 1889-1920, p.73-74. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSJG-5SCY-M?cc=2177294>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Figura 3 – Alguns dos proprietários convocados

sucessores do mesmo. Os herdeiros confinantes moradores neste Districto e que devem ser citados pessoalmente, são os seguintes: Coronel Ivo Abilias Furtado de Mendonça e Menezes, morador na Quixaba, Francisco Antunes de Lima, morador na Jacaracica, Targino Eufrausino Bizzera, morador no Feijão, Alexandre Bizzera, morador no Feijão, Francisco Macahyba, morador no Feijão, Sebastião Bizzera da Rocha, morador em S. Alberto, José Alves da Fonseca Dedé, morador nesta Villa, Fran

Fonte: *A República*, Rio Grande do Norte, 14 de novembro de 1897, p.3.

Este caso demonstra como um aparato legal datado depois da Proclamação, o referido decreto de 1890, foi utilizado para limitar ou pôr em xeque excessos porventura cometidos por potentados locais. O fato de ter sido apropriado por um coronel, também nos serve como um exemplo de disputa horizontalizada entre sujeitos abastados e assim, mais uma manobra de afirmação ou sobreposição em um ambiente tensionado. Ao que parece, o mais prejudicado acabou sendo o Dedé, que foi substituído de sua ocupação:

Santa Cruz, 25 de Outubro de 1897. Camillo. Tendo se averbado de suspeito o Escrivão effectivo, José Alves da Fonseca Dedé, por ser parte, passe o feito ao cidadão J. Rousseau Coriguazy de Mattos, a quem, nesta data, tenho nomeado, conforme a portaria, para servir de Escrivão *ad. hoc*, no mesmo feito. (*A República*, Rio Grande do Norte, 14 de novembro de 1897, p.3)

O “cidadão” (assim referido mais de uma vez no jornal *A República*) Camillo José da Rocha, então juiz e escritor de tal sentença, tinha sido primeiramente nomeado “coletor” da vila em 1890 (ver *A República*, 23 de novembro de 1890). Em 1900 José ainda aparece, apesar de todos os atritos, como escrivão de Santa Cruz:

Figura 4 – Relação distrital dos escrivães

Quadro dos escrivães do civil dos districtos Judiciarios do Estado do Rio Grande do Norte.

N. de ordem	DISTRICTOS	NOMES	OBS.
1	Natal.....	Joaquim José de Sant'Anna Macaco.....	
2	"	João Climaco da Costa Monteiro.....	
3	S. José de Mipibù	Manuel Antonio Saraiva de Moura.....	
4	Papary.....	João de Castro Bivar e Oliveira.....	Int.
5	Arez.....	Aprigio Pedro Nolasco.....	
6	Goyaninha.....	Manuel André de Lima.....	
7	Canguaretama.....	Antonio Joaquim de Oliveira.....	Int.
8	"	José Francisco Cabral de Mello.....	"
9	Cuitezeiras.....	Manuel Martins de Bezerril.....	"
10	Nova Cruz.....	Antonio Terencio Guedes de Souza.....	
	Santo Antonio..	Porpéirio Xavier de Mello.....	
	Santa Cruz.....	José Alves da Fonseca.....	

Fonte: *Mensagens do Governador para Assembléia*, Rio Grande do Norte, 1900, p.49.

Dois anos depois, os nomes dos dois apareceriam juntos mais uma vez, em último registro do Dedé nos jornais. Ao lado também do prévio desafeto do velho escrivão, o Juiz Distrital Ezequiel de Souza. Os três, dentre demais sujeitos, foram representantes de Santa Cruz em manifestações de pesar dedicadas à Alberto Maranhão:

Figura 5 – Nomes dos representantes

De S. Cruz :
Miguel Ferreira da Rocha,
Camillo José da Rocha, Eze-
quiel Mergelino de Souza, Jo-
sé Alves da Fonseca Dedé, Re-
ginaldo Gomes de Andrade,

Fonte: *A República*, Rio Grande do Norte, 07 de junho de 1902, p.1.

O que justificaria, na visão do Dedé, depois de todo o decorrer de suas querelas com os representantes considerados republicanos, fazer parte com eles de um sinal de unidade direcionado à família Maranhão? Leal chama a atenção para como a balança entre o poder estadual e chefes locais se mostrava fundamental para a sobrevivência financeira ou desenvolvimento do município (LEAL, 2012, p.110). Seus potentados, quando não buscavam o enfrentamento escancarado à corrente governista e republicana em uma batalha que parecia custosa e impossível de vencer, apostavam na garantia da sua mão de apoio. Esta poderia ser útil quando necessário, expressando uma estratégia visada a se manter inserido no novo arquétipo, seja ele qual for.

Sujeitos como o Dedé e o Ivo haviam construído uma rede na qual familiares e protegidos certamente possuíam uma relação de dependência, dentre deveres e benefícios. Compromissos mútuos ainda eram compartilhados entre as duas parentelas mesmo depois dos acontecimentos aqui relatados, como podemos observar com dois registros datados de 1907, o de casamento de uma filha do Ivo escrito pelo José, e o de casamento de uma neta do próprio escrivão tendo como testemunha um parente homônimo do Ivo¹⁷.

Os dois haviam feito parte da evolução da localidade durante toda a segunda metade do século XIX, caso da emancipação em 1876¹⁸, possuindo ainda parentes que fizeram parte da consolidação do povoamento nessa região, ou de outras vizinhas. Suas práticas se mostravam em boa medida tentativas de curvar para si o curso dos eventos, visando garantir vantagens próprias ou disfarçadas de coletivas. Dessa forma, estratégias como as aqui exploradas podem ser interpretadas como ações que visavam uma inserção nas reconfiguradas balanças de poder, mais do que tentativas de reverter a transição política a nível macro (no caso, a consolidação republicana). O desenrolar dos fatos revelado nas fontes indica ainda um aspecto maior no que concerne a centralização e descentralização do poder, que não cabe a esta pesquisa explorar a fundo, apesar de se fazer englobada pelo debate. Tal panorama certamente teria gerado também condições ou brechas múltiplas para a resistência de camadas populares como libertos, trabalhadores das fazendas e população laboral local.

¹⁷ **REGISTROS civis, Igreja Católica**, FamilySearch, Casamentos 1903-1920, p.187-88. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CS2Q-N7C3-8?cc=2177294>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁸ **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE**. Santa Cruz Perfil do seu Município. Natal, RN, v.10, 2008, p.6. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:rTFuozEq9ekJ:adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC00000000013886.PDF+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 15. Jul. 2022.

Considerações finais

Os apresentados acontecimentos de Santa Cruz se configuram como um relevante exemplo da efervescência política gerada em 1889, do ponto de vista local, que se centrou, para além de uma discussão maior do papel do município e poder/representatividade do Estado na embrionária República, na construção ou reconfiguração dos arranjos de influência entre autoridades locais e agentes políticos emergentes. É importante ressaltar também como a escolha presente neste artigo de focar em dois indivíduos da dita cidade se deu também pela oportuna oferta de fontes em relação aos mesmos, suficientes para alcançar o objetivo aqui estipulado. Não se trata de interpretá-los como únicos “sujeitos da História” que teriam ditado unilateralmente os rumos de toda uma comunidade, repleta de pessoas que também eram agentes no processo, criando estratégias de sobrevivência, ação e adaptação frente às mudanças que eram impostas.

Ressalta-se no período, portanto, o papel da imprensa para além de seu caráter informativo, enquanto importante instrumento político. Mais especificamente o jornal *A República*, tendo sido um veículo oficial do partido, se mostra como valiosa fonte para o exame dos discursos praticados nos embates políticos da República Velha, desde que seja potencializada com demais materiais que evidenciam recortes, contextos e ocorridos como os apresentados neste artigo.

O coronelismo operante em meio a tensionamentos como litoral/interior e o de nomes emergentes em sintonia ou não com sobrenomes que se repetiam por vezes a séculos na batuta de grupos locais, acabou por configurar um pertinente caso de investigação, servindo de enredo em uma trama que, em última análise, nos revela algumas das raízes e permanências de práticas como o mandonismo e o clientelismo.

Referências

Fontes:

- A **REPÚBLICA, 13 de novembro de 1889.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-13-11-1889>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- A **REPÚBLICA, 06 de maio de 1902.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-06-05-1902>. Acesso em: 28 fev. 2024.

- A** **REPÚBLICA, 16 de fevereiro de 1890.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-16-02-1890>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- A** **REPÚBLICA, 22 de março de 1890.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-22-03-1890>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- A** **REPÚBLICA, 07 de agosto de 1890.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-07-08-1890>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- A** **REPÚBLICA, 20 de junho de 1891.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-20-06-1891>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- A** **REPÚBLICA, 18 de julho de 1891.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-18-07-1891>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- A** **REPÚBLICA, 01 de agosto de 1891.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-01-08-1891>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- A** **REPÚBLICA, 16 de maio de 1891.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-16-05-1891>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- A** **REPÚBLICA, 25 de março de 1893.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-25-03-1893>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- A** **REPÚBLICA, 14 de novembro de 1897.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-14-11-1897>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- A** **REPÚBLICA, 07 de junho de 1902.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-07-07-1902>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- MENSAGENS do Governador... Natal, 1900.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/mens-gov-nat-1900>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- O** **POVO, 08 de novembro de 1889.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/o-povo-08-11-1889>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- RIO** **Grande do Norte, 02 de março de 1892.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/rgn-02-03-1892>. Acesso em: 28 fev. 2024.

RIO Grande do Norte, 07 de dezembro de 1892. Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/rgn-07-12-1892>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Bibliografia:

ALONSO, Angela. **Arrivistas e decadentes: O debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana**. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, 2009.

OLIVEIRA, Guarino Alves. **Claras figuras do Passado. Genealogia e história da família Furtado de Mendonça e Meneses**. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, t. XCIV, p.44-87, 1980.

BARBOSA, Daiana Silva. **“Do que é teatro a Bahia”: disputas por cargos e jurisdição no Sertão do São Francisco (1878-1880)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador, 2018, 146p.

BECKER, Jean-Jacques. **A opinião pública**, In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CARONE, Edgard Carone. **A República Velha: Instituições e Classes Sociais (1889-1930)**. 4ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Rio de Janeiro: Dados, 1997.

_____. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COSTA, Sinval. **Os Álvares do Seridó e suas ramificações**. Recife: Sebo Vermelho, 2019.

FIGUEIREDO, Vitor Fonseca e SILVA, Camila Gonçalves. **Família, Latifúndio e Poder: as bases do coronelismo no Norte de Minas Gerais durante a Primeira República (1889-1930)**.

Díálogos, Maringá, vol.16, n.3, pp.1051-1084, março, 2012.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001.

- FORTUNATO, Maria Lucinete. **O Coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local**. Tese (Doutorado em História) – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas, 2000, 227 p.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder: o (caso) dos coronéis**. São Paulo: Annablume, 1996.
- LEVILLAIN, Philippe. **“Os protagonistas: da biografia”**, In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- LINDOSO, José Antonio Spinelli. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó; O Rio Grande do Norte na Velha República**. Natal: CCHLA, 1992.
- MARTINS, Ana Luíza; DE LUCA, Tânia Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas Famílias do Seridó**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1981.
- NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; ZANLORENZI, Cláudia Maria Petchak. **Imprensa no Brasil do Império à Primeira República**. Acervo, Rio de Janeiro, vol.19, n.1-2, pp.37-52, dez./ 2011.
- PAIVA, Manuel de Oliveira. **Dona Guidinha do Poço**. São Paulo: DCL, 2013.
- RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. **Partidos, Competição Política e Fraude Eleitoral: A Tônica das Eleições na Primeira República**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.57, n.2, pp.443-479, 2014.
- SOSA, Derocina Alves Campos. **Imprensa e História**. BIBLOS, vol.19, pp.109-125, 2006.

Reminiscências de um tempo em comum: africanos, belgas e seus descendentes no Vale do Itajaí (séc. XIX – XX)¹

Reminiscences of a time in common: africans, belgians and their descendants in the Itajaí Valley (19th – 20th centuries)

Vinicius Bonsignori

Mestrando em História

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

viniciusbonsignori@gmail.com

Letícia Stiehler Machado

Mestranda em Educação

Universidade Regional de Blumenau (FURB)

leticiastieglerm@gmail.com

Recebido: 10/10/2023

Aprovado: 12/01/2024

Resumo: Neste artigo procuramos investigar as relações entre africanos e belgas, assim como entre seus descendentes, na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, durante os séculos XIX e XX. As fontes utilizadas constituíram-se de entrevistas orais realizadas na década de 1980 e 1990 no âmbito da Fundação Frei Godofredo da cidade de Gaspar (SC) e registros de batismo da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Itajaí (1839-1888) e da Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo de Gaspar (1861-1888). A partir das análises e cruzamento das informações contidas nas fontes, percebemos que durante o século XIX houve uma aproximação entre esses dois “grupos”, cujos laços de solidariedade estabelecidos permaneceram na memória oral no século seguinte.

Palavras-chave: Memória; Belgas; Africanos.

Abstract: In this article we seek to investigate the relationships between Africans and Belgians, as well as between their descendants, in the region of Vale do Itajaí, in Santa Catarina, during the 19th and 20th centuries. The sources used consisted of oral interviews carried out in the 1980s and 1990s within the framework of the Frei Godofredo Foundation in the city of Gaspar (SC) and baptismal records of the Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Itajaí (1839-1888) and the Igreja Matriz of Saint Peter Apostle of Gaspar (1861-1888). Based on the analysis and crossing of information

¹ Referimo-nos à região compreendida atualmente pelos municípios de Ilhota e Gaspar, que durante boa parte do século XIX eram uma localidade e uma freguesia, respectivamente, pertencentes à Vila de Itajaí, na então província de Santa Catarina.

contained in the sources, we realize that during the 19th century there was a rapprochement between these two “groups”, whose established bonds of solidarity remained in oral memory in the following century.

Keywords: Memory; Belgians; Africans.

Considerações Iniciais

[...] a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (CALVINO, 2011, p. 14-15).

O escritor cubano Italo Calvino, no seu clássico livro *As cidades invisíveis*, apresenta que as cidades não contam o seu passado, elas os contém. Quem conta o seu passado são os memorialistas, os escritores, os meios de comunicação... Porém, cientificamente, isto é, aliado a uma boa teoria e um método rigoroso, são as historiadoras e os historiadores que o fazem.

As cidades “contêm o passado”, pois guardam registros (documentos) de povos e comunidades pretéritas. Todavia, não guardam por mero acaso. Jacques Le Goff (1990, p. 547-548) mostra que o documento é o resultado do “esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”. Portanto, concordamos com a afirmação de Calvino (2011) no que diz respeito ao passado das cidades. Mas, respeitosamente, complementaríamos dizendo que a cidade, além dos documentos oriundos da “cultura material”, também “contêm o passado” através da memória das pessoas que lá vivem/viveram ou que por ela passaram. Afinal, a memória “é uma atualização do passado ou a presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança” (CHAUÍ, 2000, p. 161). E uma das alternativas de registrá-la é através das entrevistas orais.

Nessa tentativa de registrar as memórias da cidade de Gaspar, em Santa Catarina, a Fundação Frei Godofredo patrocinou a realização de entrevistas com antigos munícipes, entre o final da década de 1980 e início da década de 1990. Na sua maioria octogenários e nonagenários, foram entrevistados descendentes de imigrantes alemães, portugueses, italianos, “brasileiros” e, em menor número, belgas e africanos, cujos antepassados se estabeleceram em Gaspar quando esta era ainda uma freguesia da então Vila de Itajaí.

O esforço da Fundação em construir um banco de entrevistas não era necessariamente de registrar “a história vista de baixo” ou a “história dos vencidos”, mas sim, como aponta Ferreira (1994, p. 9), o “preenchimento de lacunas deixadas pela ausência de fontes escritas”. Na época em que foram desenvolvidas as entrevistas, o município ainda não possuía arquivo próprio com documentos permanentes (históricos) e era de interesse da Fundação Frei Godofredo registrar o passado da cidade através das memórias dos moradores sobre o período anterior à emancipação político-administrativa de Blumenau (cidade vizinha), ocorrida em 1934.

A partir da inauguração do Arquivo Histórico Documental do Município de Gaspar e o encerramento da antiga Fundação, as transcrições dessas entrevistas foram doadas à instituição em 2018, as quais tivemos conhecimento e acesso no final do ano de 2021. Avisamos de antemão que não acessamos os áudios das entrevistas aqui analisadas por eles não existirem mais. E reforçamos que pode ter havido problemas na passagem do oral para o escrito por quem transcreveu, dado que esse ato não empreende a conversão da realidade, já que se trata da recriação das falas dos envolvidos para “comunicar melhor o sentido e a intenção do que foi registrado” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 136).

Quando tivemos acesso às entrevistas orais, um dos autores deste trabalho estava envolvido em outra pesquisa a respeito da população de origem africana no Vale do Itajaí. Consultava, naquela época, os livros de batismos, casamentos e óbitos da região, especificamente das igrejas que atendiam a freguesia de Gaspar no século XIX, sendo elas: a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Itajaí (1839-1888) e a Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo de Gaspar (1861-1888).

Concomitantemente, ao ler algumas das entrevistas realizadas pela Fundação Frei Godofredo e os registros eclesiais das igrejas da região, percebemos que ambos, apesar das suas especificidades, traziam informações em comum ou complementares. Mesmo que de maneira breve, alguns dos entrevistados suscitaram da memória familiar lembranças do “tempo do cativo”, no caso dos descendentes de escravizados da região, bem como lembranças a respeito da Colônia Belga, por descendentes de imigrantes desse país. Essas fontes indicavam para a existência de relações ainda desconhecidas pela historiografia entre os dois grupos que compartilharam, durante o século XIX, o mesmo território.

Verena Alberti (2020) nos lembra de que comparar e cruzar as informações das entrevistas orais com outros documentos de arquivo é uma possibilidade, “pois às vezes há um deslocamento temporal ou de sentido que permite ao pesquisador verificar como a memória sobre o passado vai se constituindo” (ALBERTI, 2020, p. 187). Nesse caso, os registros eclesiásticos são excelentes fontes históricas para contrapor às entrevistas, visto que

Em princípio, toda a população pode ser recuperada [...] Por isso, os livros que os contêm são considerados fontes democráticas. Mesmo que, para determinados momentos e locais, uma parcela dos nascimentos, das uniões conjugais e dos óbitos, por algum motivo, não tenham sido anotados, esses livros incluem de fato todos os setores da sociedade. Homens e mulheres, ricos e pobres, brancos, negros e índios, nacionais e estrangeiros, filhos legítimos e ilegítimos/naturais, crianças expostas ou enjeitadas e também escravos e libertos (antes de 1888) tiveram (e têm) os seus eventos vitais registrados (BASSANEZI, 2020, p. 142).

A saber, tivemos como objetivo neste artigo investigar as relações entre africanos e belgas, assim como entre seus descendentes, a partir das entrevistas orais e registros eclesiásticos da região. Dessa maneira, dividimos o trabalho em dois momentos:

O primeiro, intitulado *O cenário, o palco e os personagens*, traçamos um panorama a respeito dos sujeitos a serem investigados, ou seja, belgas e africanos a partir da historiografia regional. Informamos, entretanto, que não tivemos como finalidade dissecar o tema da colonização belga ou da presença africana na região do Vale do Itajaí.

Na segunda parte, nomeada *Entrevistas e registros de batismo* é onde propriamente analisamos as entrevistas orais realizadas pela Fundação Frei Godofredo e cruzamos com os registros de batismo. Compõem o conjunto de fontes orais analisadas neste artigo as entrevistas realizadas com: Maria Luiza da Silva, neta de imigrantes belgas; João da Conceição, neto de escravizados; e Maria Konder Bornhausen (Marieta), descendente de um escravocrata da região.

O cenário, o palco e os personagens

E nessas cidades, vilas e aldeias, nos seus cais, praças e chafarizes vi somente — escravos! [...] Por isto o estrangeiro que chega a algum porto do vasto império — consulta de novo a sua derrota e observa atentamente os astros porque julga que um vento inimigo o levou às costas d’Africa. [...] E conhece por fim que está no Brasil [...] (GONÇALVES DIAS, 1959, p. 743).

Aos 17 dias de novembro de 1844, após quase três meses cruzando o oceano Atlântico, atracava no porto da Ilha de Santa Catarina, cidade de Desterro, o navio belga de nome *Jean van Eyck*. Dessa embarcação, desceram em solo catarinense 109 súditos belgas, que alguns meses antes haviam embarcado no porto de Ostende, na região de Flandres Ocidental, e passado pelos portos de Santa Cruz de Tenerife, Espanha, e do Rio de Janeiro (FICKER, 1971, p. 19; STOLS, 2014, p. 23). Esses estrangeiros, assim como escreveu o poeta maranhense Antônio Gonçalves Dias, devem ter pensado que por algum motivo haviam desembarcado na costa da África. Desterro, desde as duas últimas décadas do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX havia se inserido no mercado colonial de alimentos e, conseqüentemente, tinha recebido grande afluxo de escravizados vindos do Rio de Janeiro, formando uma importante e significativa comunidade negra nas imediações do porto (MAMIGONIAN; CARDOSO, 2021, p. 23).

Entre os que desembarcaram na capital da província de Santa Catarina estava o agricultor Ignace de Sanders, com 42 anos, acompanhado de sua esposa e filhos. De Sanders era natural da pequena vila de Vladlo, do Reino da Bélgica e assim como os mais de 100 compatriotas que o acompanhavam nessa viagem transatlântica, vinha para terras catarinenses a partir do empreendimento da *Compagnie Belge-Brésilienne de Colonisation*, dirigido pelo engenheiro Charles Van Lede (MAES, 2005, p. 60).²

O destino de Ignace de Sanders e seus companheiros, todavia, não era Desterro, mas sim terras adquiridas pela companhia de Van Lede às margens do rio Itajaí-Açu, compradas do fazendeiro local, major da Guarda Nacional e grande senhor de escravizados, José Henriques Flores. Ao que parece, no mesmo dia ou em dias seguintes, através de iates costeiros, os imigrantes seguiram ao povoado de Itajaí e, rio acima, até o local denominado “Ilhota” (FICKER, 1972, p. 18- 20; STOLS, 2014, p. 24). Conforme o mapa elaborado pelo próprio Van Lede (1842), a colônia ficava próxima ao “Afluente das Minas” e do “Morro Pinheiros” (Figura 1).

² “Charles Van Lede (1801-1875), nascido em Bruges de uma família de comerciantes e proprietários de terras, conhecia a América Latina por seu trabalho como engenheiro militar no México e no Uruguai nos anos de 1826 a 1828. No Chile teria sido diretor das obras hidráulicas. Seu irmão, Louis Auguste Van Lede, vice-cônsul do Brasil em Bruges e sócio da Société de Commerce de Bruges, fazia comércio com o Brasil” (STOLS, 2014, p. 23). A lista de imigrantes embarcados no brigue *Jean van Eyck* encontra-se transcrita no *site* Patrimônio Belga no Brasil (2022).

Figura 1: Mapa da região onde foi estabelecida a Colônia Belga de Ilhota



Fonte: Adaptado de Van Lede (1842).

Entre os motivos que trouxeram esses colonos, estava de um lado as transformações provocadas pela Revolução Industrial em curso na Europa, e de outro, a recente política imigrantista do Império brasileiro.

Desde a década de 1830, quando se tornou independente da Holanda, a Bélgica passava por uma acentuada crise econômica e demográfica. A produção fabril nas cidades foi substituindo rapidamente a produção de artigos artesanais. As regiões do Flandres oriental e ocidental - esta última de onde vieram à maioria dos passageiros do brigue *Jean van Eyck* - sentiam as consequências do êxodo rural e o desemprego nas suas maiores cidades, que provocavam um estado de absoluta pobreza entre a maior parte dos seus habitantes. Com a finalidade de evitar revoltas populares, o então rei Leopoldo I buscou na emigração para colônias de povoamento belga no ultramar um modo de atenuar as crises internas de seu país, além de expandir novos mercados para produtos belgas (STOLS, 2014, p. 22).³

Somado às transformações correntes na Europa Ocidental, concomitantemente, no Brasil, existia uma recente política imigrantista. A partir do Tratado luso-britânico de 1810, também conhecido como “Tratado de Pelris”, em que a Coroa portuguesa se comprometia a reduzir

³ Para compreender melhor os empreendimentos coloniais belgas na época do reinado de Leopoldo I, indicamos: Ansiaux (2006). Sobre as relações entre Brasil e Bélgica nesse período, ver: Stols (1999; 2001).

paulatinamente o tráfico negreiro, intensificou no Sul do Brasil a preocupação em ocupar terras devolutas por braços brancos, sobretudo por europeus não ibéricos (ALENCASTRO, 1988, p. 31). Essa “lógica geopolítica de povoamento”, como chamou Seyferth (2002, p. 119-120), acentuada a partir da década de 1840, compreendia as terras devolutas como “vazias”, e desconsiderava os povos originários que lá viviam, ou como eram chamados pejorativamente pelas autoridades públicas e colonizadores, “bugres”, classificando-os como nômades e incivilizados.⁴

Tal política, no entanto, exigia um tipo ideal de imigrante. Como bem sintetizou Alencastro (1988, p. 31), ‘os imigrantes deveriam reforçar o alicerce europeu de uma sociedade “africanizada” pelo escravismo’. Predominava-se dentro do pensamento imigrantista da época que a manutenção do sistema escravista fazia da África apenas uma terra de “bárbaros” e não de eventuais imigrantes. Por isso, para os “homens bons” da elite brasileira, buscar imigrantes em África aumentaria a “africanização” da sociedade e da cultura nacional, e na lógica deles, era preciso reverter esse quadro (SEYFERTH, 2002, p. 120-125).⁵

Contraditoriamente a esse discurso de branqueamento, e apesar das leis antitráfico e toda a repressão nacional e internacional, estatísticas apontam que até pelo menos 1850, ano da aprovação da chamada “Lei Eusébio de Queirós”, desembarcaram ilegalmente na costa brasileira cerca de 790 mil africanos (SLAVE VOYAGES, 2023).⁶ Nessa sociedade que desejava ser “branca”, “europeia”, e “civilizada”, mas não abandonava o tráfico (pelo menos até 1850), muito menos o sistema escravista, é que Ignace de Sanders, Charles Devleeschauwer, Eugene Maes, Leonard Van der Gucht e tantos outros colonos belgas migraram para a América, por vontade própria ou pela pressão da revolução em curso no seu continente (MAES, 2005, p. 60-61).

⁴ Conforme Klug (2009, p. 204), “Cedendo à pressão dos latifundiários escravistas, o governo imperial baixou, em 1830, uma lei proibindo qualquer despesa, por parte do governo, com a imigração e colonização de estrangeiros em qualquer das províncias do império. Os motivos eram claros: os latifundiários percebiam a pressão inglesa para dar fim ao tráfico escravista, o que lhes era altamente nocivo. Em 1834, tal atividade foi delegada às províncias, que deveriam também arcar com os custos do processo. Dois anos depois, em 1836, a província de Santa Catarina elabora sua legislação a esse respeito, permitindo a colonização através de companhias colonizadoras ou de empresas particulares, nacionais ou estrangeiras”.

⁵ Expressão cunhada no período colonial brasileiro e empregada a partir de então para se referir a “aquele que reunia as condições para pertencer a um certo estrato social, distinto o bastante para autorizá-lo a manifestar sua opinião e a exercer determinados cargos” (VAINFAS, 2001, p. 285).

⁶ Para uma compreensão melhor acerca dessa lei, sugerimos o trabalho de Beatriz Mamigonian (2020).

Na colônia de Ilhota, no Vale do Itajaí, imaginamos que o contato entre os belgas e negros tenha sido imediato. É sabido que nas margens do rio Itajaí-Açu os primeiros vestígios da presença de origem africana na condição de escravizados remetem ao final do século XVIII, como demonstra um documento de 1794 redigido por moradores locais e transcrito por Maria Bernardete Ramos Flores (1979):

Dizem os moradores do Riyo de Tajahy da comarca da Ilha de Santa Catarina, Matias Dias de Arzão, Sylvestre Nunes, José Correya e outros casados com famílias e escravaturas que todos fazem o número de quarenta e tantos moradores que estavam situados nas margens do referido Riyo com suas casas cítios e lavouras de mandioca e outras, criação de aves e animais e outras benfeitorias e de tudo pagão Dízimos ao Real Patrimônio... (FLORES, 1979, p. 51).

Poucos anos antes dos belgas desembarcarem em Itajaí, em 1840, a população desse distrito pertencente ao município de Porto Belo era de 1404 pessoas, e dessas pelo menos 163 eram negras, sendo cerca de 11% da população total (D'ÁVILA, 1982, p. 32). Além de “crioulos”, parte dessa percentagem de negros era também constituída por africanos.

José Bento Rosa da Silva (2014), em um trabalho precursor a respeito da presença negra na Foz do Itajaí, constatou a existência de africanos, sobretudo *bantos*.⁷ Por meio de registros da Capela de São João Batista de Itapocorói, Silva (2014) identificou que entre a última década do século XVIII e o início da década de 1840, nessa região, viviam africanos de “nações”: benguela, moçambique, cabinda, rebole, guiné, congo, mogumbe, monjolo, calabar, mina, camundá e angola.⁸

Assim, parafraseando alguns autores da diáspora africana, foi nesta “ilha de África” localizada no Vale do Itajaí, na então província de Santa Catarina, que desembarcaram primeiramente os colonos belgas a bordo do brigue *Jean van Eyck*. E, posteriormente, em agosto de 1846, a segunda

⁷ Conforme a *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*, “[...] “banto”, “banta”, “bantos”, “bantas” – ou sem flexões – “bantu” –, [...] designa cada um dos membros da grande família etnolinguística à qual pertenciam, entre outros, os escravos no Brasil chamados angolas, congos, cabindas, benguelas, moçambiques, etc. [...] O termo português “banto” designa o amplo grupo de línguas e dialetos negroafricanos falados na África central, centro-ocidental, austral e em parte da África oriental” (LOPES, 2011, p. 195-196).

⁸ Segundo Mortari (2015, p. 141), estas designações como “de nação” ou “nação” “não possuíam correlação com as formas por meio das quais os africanos costumavam identificar-se na África. Geralmente, nação referia-se ou a portos de embarque, a região de onde eram provenientes os escravos, ou a uma identificação dada pelos próprios traficantes em razão de algumas semelhanças atribuídas a tais escravos pelos europeus, de forma que somente é possível apontar regiões de procedência dos africanos e não grupos étnicos a que pertenciam”.

e última leva de colonos vindos pelo navio de nome *Adèle* (STOLS, 2014).⁹ Tanto eles quanto os negros que habitavam essa região, registraram, na história e na memória, vestígios das relações estabelecidas entre si. Dedicamo-nos, agora, em seguir essas pistas...

Entrevistas e registros de batismos

No dia 06 de junho de 1990, o casal Hercílio Hotequir e Maria Luiza da Silva foram entrevistados por uma representante da Fundação Frei Godofredo. Apesar do sobrenome da mulher ser “Silva”, ambos os entrevistados eram descendentes dos antigos imigrantes belgas da região de Ilhota, sendo ela dos que vieram no primeiro navio, ou seja, no *Jean van Eyck*, em 1844, e ele dos que vieram dois anos depois, através da embarcação de nome *Adèle*.

Ao longo da entrevista, após a fala de seu marido, que também era seu primo, Maria Luiza da Silva trouxe recordações a respeito daquilo que “ouve falar” de sua bisavó, Leonarda de Sanders. Leonarda (Coelho de solteira) era esposa de Alexandre de Sanders, e nora de Ignace de Sanders, imigrante que já mencionamos anteriormente. Segundo a entrevistada:

Os De Sanders vieram da Bélgica para Ilhota. Ali em Ilhota, margem direita do rio, próximo aos Maba, aos Maes, etc. Plantavam mandioca para fazer farinha, moravam em casa de madeira com cozinha grande, coberta de palhas e cozinha de chão batido. Eram pessoas muito católicas e sabiam ler e escrever. [...] **eram frequentemente convidados para serem padrinhos das crianças negras e recebiam, muitas vezes, escravos adultos que suplicavam ao Alexandre de Sanders para que intercedesse junto ao seu senhor para amenizar castigos e penas**¹⁰

Maurice Halbwachs (1990), sociólogo da “escola durkheimiana”, já alertava ao diferenciar a “memória coletiva” da “memória individual” que essa última não está inteiramente isolada.¹¹ Segundo ele, as pessoas, às vezes, têm a necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. A estas

⁹ Expressão utilizada por historiadores e cientistas sociais dedicados a pesquisa da diáspora africana para se referir aos territórios negros fora de África.

¹⁰ Fundação Frei Godofredo. Central de Documentação - História de Gaspar. 1990. Assunto: Belgas, Portugueses e Alemães. Entrevista n. 139. [Grifo nosso].

¹¹ Segundo Halbwachs (1990), o indivíduo participa de duas espécies de memórias, ou seja, a memória individual e a memória coletiva. A memória individual “é no quadro de sua personalidade, ou de sua vida pessoal, que viriam tomar lugar suas lembranças: aquelas que lhe são comuns com outras não seriam consideradas por ele a não ser sob o aspecto que lhe interessa, na medida em que ele se distingue delas”. Enquanto na memória coletiva “ele seria capaz, em alguns momentos, de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter as lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo” (HALBWACHS, 1990, p. 53).

lembranças de gerações passadas, Michael Pollak (1992) posteriormente chamou de “memórias herdadas”.

A partir das “memórias herdadas” da sua avó, Maria Luiza fez revelações importantes sobre as relações entre os belgas e os escravizados, quais sejam o compadrio e os laços de solidariedade estabelecidos entre ambos. É interessante verificar que a memória da família de Sanders tenha preservado essas lembranças. Talvez, por serem “pessoas muito católicas”, como disse Maria Luiza, o ato de apadrinhamento fosse algo muito importante para elas. Tostes e Oliveira (2014) discorrem que:

Diante da Igreja e como indicam as Constituições primeiras, no ato do batismo os padrinhos tornam-se pais espirituais de seus afilhados e, a partir disso, eles “têm a obrigação de lhes ensinar a doutrina cristã e os bons costumes”. O apadrinhamento cria um vínculo de parentesco entre as partes e implica, inclusive, na instituição de impedimentos canônicos entre os pais do batizando e do próprio com os padrinhos. Assim como entre pais, filhos, irmãos, primos, etc., ficava impedido aos padrinhos contraírem matrimônio com seus afilhados e compadres (TOSTES; OLIVEIRA, 2014, p. 214).

O compadrio, contudo, vem sendo estudado pela historiografia para além do seu sentido religioso, isto é, como uma forma de ampliar as relações e laços de solidariedade entre as pessoas envolvidas. Se para os africanos adultos batizados ainda em África ou ao desembarcar na costa brasileira os padrinhos são desconhecidos, para os crioulos, os padrinhos eram pessoas escolhidas e que assumiam o compromisso perante a pia batismal. Era obrigação dos padrinhos e madrinhas darem ajuda espiritual, mas principalmente material a seus afilhados e familiares, visto que os laços estabelecidos a partir desse sacramento não prendiam apenas “padrinho e afilhado, ligam o padrinho, sua família e os pais da criança batizada, cujo grupo, em seu conjunto, ganha uma promoção excepcional” (MATTOSO, 2003, p. 132). No caso de pais e mães que privilegiavam o estabelecimento desse “parentesco espiritual” para além das fronteiras do cativeiro, isso indica “a necessidade, num mundo hostil, de criar laços morais com pessoas de recursos, para proteger-se a si e aos filhos” (SLENES, 1997, p. 271).

As reminiscências de Maria Luiza fazem voltar a nossa atenção para os livros eclesiásticos, sobretudo os de batismo. Teriam, de fato, os de Sanders subido aos altares da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Itajaí ou da Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo de Gaspar com a

finalidade de apadrinhar crianças escravizadas ou ingênuas? Os registros mostram que sim, em pelo menos duas vezes, como se vê abaixo¹²:

Antonio

10 de Maço [de 1856] baptizei Antonio filho legítimo filho legítimo [sic] de escravo casado Antonio, e Felizbina escrava de Sr José Henriques Flores, e de Sra Maria Clara da Silveira. Os Padrinhos forão **Karloz de Sanders** e Maria Luiza Bernarda. O Vig^o P. Amando.¹³

115. Alexandre

Aos quinze de outubro do anno de mil oitocentos e oitenta e um nesta parochial Capella de São Pedro Apostolo, baptizei solennemente o innocente Alexandre, nascido a vinte e sete de Julho do anno supra, filho legítimo de Joaquim Robollo¹⁴, natural d’Africa, e da sua mulher Francisca Anna Isabella, natural da Penha, moradores nesta freguesia. Avós paternos: desconhecidos; avós maternos: Alexandre Ribeiro e Ana Isabella. Foram padrinhos: **Augusto Hostin**, solteiro, e sua mãe **Maria Luisa de Sanders**: E para constar fiz este assento, que assino.

O Vig^o Henrique Matz O. S. F.¹⁵

Um ponto que chama a atenção é que dos quatro progenitores, somente a mãe de Alexandre, Francisca Anna Isabella, era “crioula”. Seu marido, Joaquim, assim como os pais de Antonio eram africanos. Ainda que o vigário padre Amando tenha suprimido a informação das naturalidades de Antonio e Felisbinda, encontramos a origem de ambos no registro de casamento deles:

Aos 9 de julho de 1842 nesta matriz do Smo Sacro de Itajahi pelas tres horas da tarde em minha presença e das duas testemunhas abaixo assignados com as três canonicas publicações sem impedimento, em observância do decreto de S. M. I. do 13 de Novembro de 1821, se receberão em matrimônio com palavra do presente, como determina o concílio Tridentino, a constituição do Bispado **Antonio de nação Cabinda com Filisbina de nação Caçonga**, ambos escravos de Jozé Henriques Flores com nomes dos pais e avós incógnitos. Logo lhes conferi as bênçãos nupciais conforme o ritual Romano, e para que conste assigno com verdade. João Baptista Ramanoio vigário a rogo de Thomé Vieira Barbosa, e Ignacio José da Rocha, a rogo de Ant. Alves Nascimento.¹⁶

¹² Talvez o número fosse maior, porém não tivemos acesso aos registros de batismo da Igreja do Santíssimo Sacramento de Itajaí entre os anos 1848 até 1853 por estes não existirem mais.

¹³ Livro de Batismo da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Itajaí, 1856, fl. 6. [Grifo nosso].

¹⁴ Segundo Nei Lopes (2011, p. 1193), “rebolo” era “Nome dado no Brasil ao individuo dos libolos, povo do grupo etnolinguístico dos ambundos, estabelecido ao sul do curso inferior do rio Cuanza”.

¹⁵ Livro de Batismo da Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo de Gaspar, 1881, fl. 66. [Grifo nosso].

¹⁶ Livro de Casamento da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Itajaí, 1842, fl. 146v. [Grifo nosso]. Sobre a origem do casal: “No Brasil, eram chamados de “cabindas” ou “cambindas” africanos provenientes de portos dessa região. Já “cacongo” ou “kakongo” se refere a um antigo reino de mesmo nome, fazendo parte do grande reino do Congo. Tanto cabinda quanto cacongo constituem o subgrupo dos bacongos, grupo etnolinguístico banto, predominante no litoral catarinense (LOPES, 2011; PIAZZA, 1999, *apud* BOSIGNARI, 2022, p. 52).

Os de Sanders, entretanto, são apenas uma das famílias belgas que apadrinharam crianças escravas e ingênuas no Vale do Itajaí. Outros padrinhos e madrinhas com sobrenomes belgas aparecem fazendo o mesmo, sendo eles das famílias: Hostin, Maes, Brakefeld e Villain.

Dezembro 5

Crispim Crioulo

Escravo

Aos 5 dias de Dezembro de 1859 Capella de S. Pedro Ap^o Colonia de Gaspar eu Vigário Carlos Baegehausen [?] baptizei solenemente e puz os santos óleos ao inocente Crispim, Criolo, filho natural de Maria Antonia, escrava de José Henriques Flores desta Freg^a o qual nasceu no mês de junho deste anno. Foram Padrinhos **Carlos Maes e Luiza Brakefeld**; e por ser verdade e poder constar fiz este assento, que com testemunho de fé foi assignado pelo Frei Parocho actual da Freg^a do S^o Sacramento de Itajahy. Dia e mês era ut supra. O Vigário Pe João.¹⁷

N^o 13. Fêmea. Na freg^a. Generosa. Nascida no I de Maio de 1860. Antonio Henriquez, escravo do Illmo. Sñr. Capitão José Henriquez Flores; Felisbina Maria escrava, mãe (pai incógnito). Baptizada aos 30 de Março de 1861. Padrinho **Guilherme Villain** [...] e sua mulher Josephina Anna Maria como madrinha. Avôs da costa d'África. O Pe. Alberto Francisco Gattone.¹⁸

N^o 36. São Pedro Apóstolo. Fêmea. Benvinda cativa. 8 meses. Os escravos Antonio e Felisbina. Baptizada em 28 de Abril 1865. Padrinhos **Guilherme Villain e Catharina Villain**. O Cura A. F. Gattone.¹⁹

N^o 83. São Pedro Apóstolo. Fêmea. Catharina escrava. 4 ½ meses. Mãe a escrava Porcyna. Baptizada em 16 de Maio 1867. Padrinhos José Junk e **Catharina Villain**. O Cura A. F. Gattone.²⁰

Maria Luiza, além de recordar que seus antepassados eram convidados a apadrinhar crianças negras, informa que estes acolhiam os escravizados que sofriam castigos e penas severas por parte dos seus senhores. Nesta ocasião, é importante mencionar que as terras dos Sanders ficavam próximas à propriedade de José Henriques Flores, conhecido pela historiografia como um grande senhor de escravizados do Vale do Itajaí, conforme Figura 2.

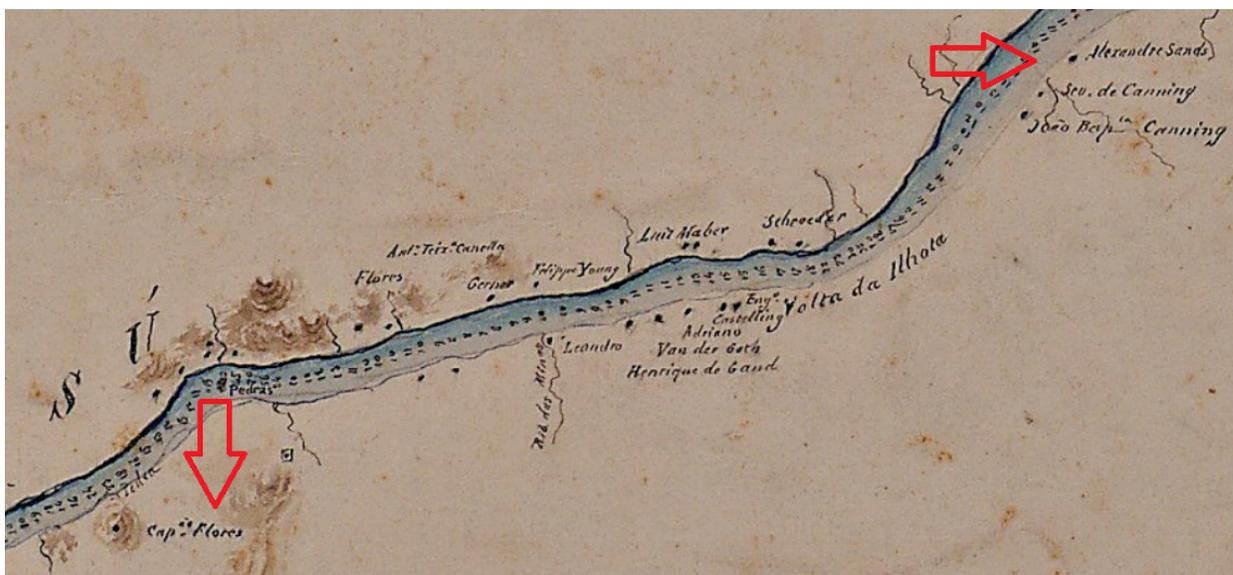
¹⁷ Livro de Batismo da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Itajaí, 1859, fl. 83v. [Grifo nosso].

¹⁸ Livro de Batismo da Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo de Gaspar, 1861, fl. 3. [Grifo nosso].

¹⁹ Livro de Batismo da Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo de Gaspar, 1865, fl. 189. [Grifo nosso].

²⁰ Livro de Batismo da Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo de Gaspar, 1867, fl. 199. [Grifo nosso].

Figura 2: Mapa com o nome de alguns moradores da antiga Colônia Belga de Ilhota, destaque para Alexandre de Sanders, grafado como “Sands”



Fonte: adaptado de Rivierre (1859).

Ora, estaria Maria Luiza citando as fugas de escravizados de 1866 e 1867 que ocorreram na fazenda de Flores? Teriam seus antepassados ajudado, mesmo que indiretamente, os escravizados fugitivos? Muito possivelmente a lembrança que trouxe a entrevistada seja um indício, preservado na memória familiar, do auxílio que seus antepassados deram às fugas desses cativos. Dado que alguns desses escravizados fugitivos, no caso Antonio Cabinda e Felisbina Caçonga, eram ligados por laços de compadrio com os de Sanders, como visto anteriormente no registro de batismo do menino de nome Antonio.

No tocante às fugas da fazenda de José Henriques Flores, a primeira delas, de acordo com Bosignari (2022), aconteceu no mês de março de 1866, quando fugiram da senzala da fazenda os escravos Joaquim, Antonio e Felisbina, os quais foram capturados, a pedido do proprietário, na cadeia pública de Desterro. A segunda, seguidamente, ocorreu em 19 de agosto de 1867, quando, na mesma propriedade, fugiram dez escravizados com a finalidade de denunciar seu senhor por maus-tratos na delegacia de Itajaí, sendo eles: os africanos Simão, Antonio, Belisário, Sabino e Pedro, e os crioulos David, Mariano, Francisco, Mathias e Luis.

A lembrança de que Flores era um “mau senhor” permaneceu entre os descendentes dos seus escravizados. Em 17 de julho de 1989, João da Conceição, neto de Belisário e Maria Antônia, antigos escravizados de José Henriques Flores, em entrevista a Fundação Frei Godofredo, afirmou que “o avô Belisário cuidava da atafona e do descascador de arroz que eram movidos à água de represa. Belisário e família deviam morar próximo à casa grande da fazenda do Cel. Flôres [...] **ouvira dizer dos antigos parentes e vizinhos que o Coronel Flôres era mau para os seus escravos**”.²¹

As lembranças a respeito de castigos físicos e da crueldade dos senhores é uma das marcas do “tempo do cativo”. Ana Lugão Rios e Hebe Mattos (2005), através de entrevistas de história oral com descendentes de escravizados das fazendas cafeeiras paulistas, constataram:

É extremamente significativo que [...] os significados do “tempo do cativo” apareçam definidos principalmente por seu sentido de redução de seres humanos à condição de simples mercadoria por meio da violência. [...] Os castigos físicos também definem essencialmente esse tempo, presente nas diversas narrativas de requintes de crueldade. [...] As narrativas de torturas e maus-tratos se fazem em geral como histórias genéricas, com personagens não identificados aos ascendentes do narrador (RIOS; MATTOS, 2005, p. 52-54).

Se, de um lado, as memórias dos descendentes dos cativos e dos belgas registraram a existência de abusos por parte dos senhores da região. Por outro, este assunto permaneceu esquecido, senão silenciado entre os descendentes desses escravocratas. Este é o caso da ex-primeira-dama do estado de Santa Catarina, Maria Konder Bornhausen (popularmente conhecida por Marieta), neta do fazendeiro José Henriques Flores. Em entrevista a Fundação Frei Godofredo em 21 de março de 1989, na época com cerca de 90 anos, não disse sequer uma palavra a respeito do tratamento dado por seu avô aos escravizados da fazenda dele.

Cida Bento (2022) argumenta que é comum o esquecimento ou o silenciamento por parte dos descendentes de escravocratas às atrocidades cometidas por seus antepassados. A esse “mecanismo” a autora chama de “pacto da branquitude”. Em suas palavras, trata-se de

[...] um pacto narcísico entre coletivos que carregam segredos em relação a seus ancestrais, atos vergonhosos como assassinatos e violações cometidos por antepassados, transmitidos

²¹ Fundação Frei Godofredo. Central de Documentação - História de Gaspar. 1989. Assunto: Descendentes dos escravos do Coronel José Henriques Flores. Entrevista n. 48. [Grifo nosso].

através de gerações e escondidos, dentro dos próprios grupos, numa espécie de sepultura secreta. [...] O pacto é uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo. Gera esquecimento e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns. O pacto suprime as recordações que trazem sofrimento e vergonha, porque são relacionadas à escravidão (BENTO, 2022, p. 23-25).

Marieta, num discurso protecionista, aos moldes do “pacto da branquitude”, pôs na entrevista concedida seus antepassados como vítimas, e não como algozes. A ex-primeira-dama, ao discorrer sobre a avó, Maria Clara Breves da Silveira, disse que: “Era de uma família quatrocentona do Estado do Rio e por isso detestava morar em Gaspar, onde havia bugres e negros ficando muito distante do desenvolvimento. **Costumava dormir com um revólver debaixo do travesseiro para proteger-se dos bugres ou negros**”.²²

Esse temor que sentia Maria Clara e tantos outros senhores e senhoras de escravizados da América durante o século XIX tinha nome e sobrenome, chamava-se “Revolta de São Domingos”, ou como nomeava a classe dominante brasileira: “haitianismo”. Esse *turning point* na história do mundo Atlântico, assim classificado por Davis (2001), interferiu em todo o debate sobre a emancipação, desde o movimento parlamentar britânico em 1792 para proibir o comércio de escravos africanos, até a tardia abolição no Brasil, em 1888.

Agora, retomando a entrevista de Maria Luiza da Silva, essa concluiu suas memórias a respeito da escravidão na freguesia de Gaspar dizendo que, sua avó “já velhinha e com um braço paralisado [...] sempre contava a triste história dos bebês das escravas que faleciam muitos [...] outros ao nascer **recebiam um fio amarrado ao pescoço, que era constantemente apertado a fim de ter insuficiência respiratória e ir definhando aos poucos**”.²³

Tanto nos dias de hoje, como no passado, a prática do aborto clandestino e do infanticídio são assuntos que, por vezes, são colocados no campo do “não dito” e são denominadas de “memórias subterrâneas”, ou seja, não hegemônicas. Sobre elas, Michael Pollak argumenta que:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em meus exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos

²² Fundação Frei Godofredo. Central de Documentação - História de Gaspar. 1989. Assunto: A Vida do Coronel José Henriques Flores. Entrevista: n. 22. [Grifo nosso].

²³ Fundação Frei Godofredo. Central de Documentação - História de Gaspar. 1990. Assunto: Belgas, Portugueses e Alemães. Entrevista n. 139. [Grifo nosso].

específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. [...] Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado (POLLAK, 1989, p. 8).

Por alguma razão, Maria Luiza quis trazer à entrevista essa “memória subterrânea”. Quiçá, seja porque essa reminiscência do passado, embora “guardada” por sua família, não diz respeito à identidade dela. É uma lembrança do outro. E o outro, nesse caso, é chamado genericamente de escravo.

Essa situação, todavia, não é nova. Em *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* publicado originalmente em 1711, o padre André João Antonil já alertava sobre tal situação. Pedagogicamente, Antonil recomendava aos senhores de escravizados que estes dessem a suas escravas os restos das comidas de seus filhos. Caso não fizessem dessa maneira, “algumas escravas procuram de propósito aborto, só para que não cheguem os filhos de suas entranhas a padecer o que elas padecem” (ANTONIL, 2011, p. 111).

Mais de trezentos anos depois, apesar de não haver consenso, parte significativa dos historiadores tem visto o aborto, o infanticídio e o suicídio como atos de resistência face ao sistema escravista. Sabe-se que as escravizadas, mesmo dentro do cativeiro, tentavam manter o controle dos seus corpos. Por isso algumas delas utilizavam inúmeras ervas e remédios abortivos, além da introdução de elementos cortantes ou perfurantes nos seus úteros para interromper a gravidez (MORR, 1989, p. 92; MACHADO, 2018, p. 339).

Os possíveis casos de infanticídios, conforme descrito por Maria Luiza, onde as mães amarravam fios aos pescoços dos seus filhos e apertavam constantemente até elas chegarem à morte, pode ser acarretado por vários motivos. O *banzo*, a separação de famílias, maus-tratos e, inclusive, suas próprias crenças poderiam ser razões para essas atitudes extremas. Não era raro, no Brasil, principalmente entre os africanos, o desejo de retornar à África.²⁴ Muitos compartilhavam a crença de que, ao tirarem a sua vida ou a de seus filhos, nasceriam novamente no antigo continente, nas terras onde nasceram seus pais ou avós. Afinal, foi essa memória ancestral de África que deu aos

²⁴ O banzo era o “Estado psicopatológico, espécie de nostalgia com depressão profunda, quase sempre fatal, em que caíam alguns africanos escravizados nas Américas. O termo tem origem ou no quicongo *mbanzu*, “pensamento”, “lembrança”, ou no quimbundo *mbonzô*, “saudade”, “paixão”, “mágoa”” (LOPES, 2011, p. 197). [Grifo do autor].

africanos e seus descendentes no Brasil condições para sobreviver, conviver e resistir ao sistema escravista (KARASCH, 2000, p. 418-420; RADÜNZ; SIUDA-AMBROZIAK, 2021, p. 18; MACEDO, 2019, p. 117).

Considerações finais

Esse trabalho teve a pretensão de contribuir para o estudo das relações entre africanos e belgas no Vale do Itajaí. No entanto, reconhecemos a ausência - nas fontes analisadas neste artigo - de lembranças entre os afrodescendentes sobre as relações de seus antepassados com os imigrantes belgas. Entendemos que possivelmente, com a realização de novas entrevistas, seja possível evidenciar as “memórias herdadas” pelos afrodescendentes a respeito desses imigrantes.

Nas margens do caudaloso rio Itajaí-Açu, africanos e belgas, assim como seus descendentes, estabeleceram laços de compadrio e de ajuda mútua, como observados nas fontes orais e escritas aqui analisadas. Isso não significa que estavam isentos de relações de poder, longe disso. Encontra-se na documentação pessoas de origem belga apadrinhando escravos, mas não o contrário. E mesmo que os descendentes dos belgas tenham registrado na memória familiar o “parentesco espiritual” com alguns cativos, esta era uma relação que provavelmente beneficiava muito mais os pais e as crianças batizadas do que os padrinhos. Pois ampliava aos escravizados as possibilidades de experiências e ascensão fora do cativeiro.

Referências bibliográficas

Fontes:

Arquivo Histórico Documental do Município de Gaspar

Fundação Frei Godofredo. Central de Documentação - História de Gaspar. 1989. Assunto: A Vida do Coronel José Henriques Flores. Entrevista: n. 22.

Fundação Frei Godofredo. Central de Documentação - História de Gaspar. 1989. Assunto: Descendentes dos escravos do Coronel José Henriques Flores. Entrevista n. 48.

Fundação Frei Godofredo. Central de Documentação - História de Gaspar. 1990. Assunto: Belgas, Portugueses e Alemães. Entrevista n. 139.

Arquivo Nacional

RIVIERRE, Carlos. **Mappa hydrographico dos rios Itajahy-Assú, Itajahy-Merim e Luiz Alves e seus afluentes, na província de Santa Catarina, compreendendo o 1º território das terras devolutas na mesma província.** [s.l]: [s.n.], 1859. 1 mapa, color., 160 x 136 cm. Escala 1:40.000.

Biblioteca Nacional

GONÇALVES DIAS, Antonio. Meditação. In: BANDEIRA, Manuel; HOUAISS, Antônio; HERCULANO, Alexandre (org.). **Gonçalves Dias poesia completa e prosa escolhida.** Rio de Janeiro: Editôra José Aguilar Ltda, 1959. Cap. 1. p. 741-747.

VAN LEDE, Charles. **Mappa chorographica da provincia de St^a. Catarina, parte da Pa. de São Paulo e da Pa. de Rio Grande do Sul e parte da república do Paraguay.** Bruxelas: Companhia Belgo-Brazileira de Colonização, 1842. 1 mapa, color., 64 x 78 cm. Sem escala.

Familysearch

Livro de Batismo da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Itajaí, 1854 - 1864.

Livro de Batismos da Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo de Gaspar, 1861 - 1885.

Livro de Casamento da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Itajaí, 1834 - 1845.

Sites

PATRIMÔNIO BELGA NO BRASIL. **Tabela com nomes dos imigrantes belgas de Ilhota.** 2022. Disponível em: <http://www.belgianclub.com.br/pt-br/ilhota/tabela>. Acesso em: 18 dez. 2022.

SLAVE VOYAGES. **Tráfico Transatlântico de Escravos.** 2023. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/estimates/p4esiDAi>. Acesso em: 02 jan. 2023.

Referências:

ALBERTI, Verena. **Fontes orais:** Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2020. p. 155-202.

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 21, p. 30-56, jul. 1988.
- ANSIAUX, Robert Raymond. **Early Belgian colonial efforts: the long and fateful shadow of Leopold I.** 2006. 227 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doctor of Philosophy, Faculty of The Graduate School, The University of Texas At Arlington In Partial Fulfillment, Arlington, 2006.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.** Brasília: Senado Federal, 2011. 282 p.
- BASSANEZI, Maria Silvia. Registros paroquiais e civis: os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2020. p. 141-172.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 148 p.
- BOSIGNARI, Vinícius. **Elite senhorial e escravidão no Vale do Itajaí: as fazendas de José Henriques Flores (c.1836- c.1890).** 2022. 107 f. TCC (Graduação) - Curso de Graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.
- CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 150 p.
- CHAUÍ, Marilena. A memória. In: CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Editora Ática, 2000. p. 158-164.
- D'ÁVILA, Edison. **Pequena história de Itajaí.** Tubarão: Gráfica Dehon, 1982.
- DAVIS, David Brion. Impact of the French and Haitian Revolutions. In: GEGGUS, David P. (ed.). **The Impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World.** Columbia: The University of South Carolina Press, 2001. p. 3-9.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta de Moraes et al (org.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 1-13.
- FICKER, Carlos. **Charles Van Lede e a Colonização Belga em S. Catarina.** Blumenau: Blumenau em Cadernos, 1972. 38 p.

- FLORES, Maria Bernardete Ramos. **História Demográfica de Itajaí: uma população em transição (1866-1930)**. 1979. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990. 189 p.
- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 643 p.
- KLUG, João. Imigração no Sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial: volume III, 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 200-231.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2019.
- MAES, Paulo Rogério. **Colonização flamenga em Santa Catarina: Ilhota**. Itajaí: Edição do Autor, 2005. 96 p.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Mulher, corpo e maternidade. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 334-342.
- MAMIGONIAN, Beatriz. **Abolição do tráfico de escravos - 170 anos da Lei Eusébio de Queirós**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- _____; CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (org.). **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021. p. 16-41.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.
- MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MORR, Maria Lucia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **Revista História**, São Paulo, n. 120, p. 85-96, jan./jul. 1989.

MORTARI, Cláudia. Pensando a diáspora africana: Algumas questões. In: MORTARI, Cláudia (org.). **Introdução aos Estudos Africanos e da Diáspora**. Florianópolis: DIOESC, 2015. p. 137-148.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. **Memórias do Cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 301 p.

RADÜNZ, Roberto; SIUDA-AMBROZIAK, Renata. Infanticídio e tentativa de “morte de si mesmo”: atos extremos no universo escravista. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 28, p. 1-22, out. 2021.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-179, mar./maio 2002.

SILVA, José Bento Rosa da. A diáspora africana na foz do Rio Itajaí (SC) nos séculos XVIII e XIX. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 20, nov. 2014.

SLENES, Robert W. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

STOLS, Eddy. Entrepreneurs belges et luxembourgeoises dans la modernisation et l'industrialisation du Brésil (1830-1940). In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 5ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2001, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FEA/USP, 2001. p. 1-36.

_____. Présences et activités diplomatiques de l'Empire du Brésil dans le Royaume de Belgique (1830-1889). In: MATTOSO, Katia de Queirós; SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca do; ROLLAND, Denis (org.). **Le Brésil, l'Europe et les équilibres internationaux, XVIe -XXe siècles**. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 1999. p. 209-245.

_____. Sainte-Cathérine du Brésil ou os belgas em Santa Catarina. In: STOLS, Eddy; MASCARO, Luciana Pelaes; BUENO, Clodoaldo (org.). **Brasil e Bélgica: cinco séculos de conexões e interações.** São Paulo: Narrativa Um, 2014. p. 22-26.

TOSTES, Ana Paula Cabral; OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. Dinâmicas sociais e hierarquias no Recôncavo do Rio de Janeiro: elites, pardos e ilegítimos em Campo Grande e Jacarepaguá do século XVIII. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (org.). **Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p. 211-234.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Sobre os rastros e registros do nome. Os Bins em Porto Alegre: negócios e família na segunda metade do século XIX

About the traces and records of the name. The Bins in Porto Alegre: business and family in the second half of the 19th century

Jessica Bitencourt Lopes

Doutoranda em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

jessicabitencourt@outlook.com

Recebido em: 18/04/2023

Aprovado em: 14/02/2024

Resumo: Alberto Bins foi uma personalidade ilustre da indústria e política gaúcha. Seu nome e sobrenome, além de indicar uma importante avenida localizada no centro de Porto Alegre/RS, pode nos revelar aspectos da dominação e do poder na capital gaúcha, como o perfil das elites políticas e econômicas e os conflitos que marcaram o período de início da república até os anos finais da Era Vargas. Contudo, o sobrenome Bins tem uma existência social anterior a Alberto, pensando nisso, e na preocupação de se compreender a construção do poder político-empresarial dessa personalidade da história do Rio Grande do Sul, o presente artigo parte de uma investigação dos rastros e registros do sobrenome Bins, especialmente em inventários *post-mortem*. Dessa forma, esta pesquisa pretendeu investigar a história dessa família imigrante, suas estratégias, composição e as articulações de capitais econômicos, sociais e culturais que elevaram o sobrenome Bins a um espaço de poder tanto no ambiente político, como no espaço empresarial.

Palavras-chaves: Família; Poder; Porto Alegre/RS.

Abstract: Alberto Bins was an illustrious personality in Rio Grande do Sul industry and politics. His name and surname, in addition to indicating an important avenue located in the center of Porto Alegre/RS, can reveal aspects of domination and power in the capital of Rio Grande do Sul, such as the profile of the political and economic elites and the conflicts that marked the beginning period of the republic until the final years of the Vargas Era. However, the surname Bins has a social existence prior to Alberto, thinking about it, and in the concern to understand the construction of the political-business power of this personality in the history of Rio Grande do Sul, this article starts from an investigation of the traces and records of the surname Bins, mainly in *post-mortem* inventories. Thus, this research intended to investigate the history of this immigrant family, its strategies, composition and articulations of economic, social and cultural

capitals that elevate the Bins surname to a space of power both in the political environment and in the business space.

Keywords: Family; Power; Porto Alegre/RS.

Considerações iniciais

O Major Alberto Bins deixou seu nome registrado na política municipal de Porto Alegre, ao mesmo tempo, também se estabeleceu como um nome de poder no universo empresarial que circulava a capital gaúcha na Primeira República e Era Vargas. Na política, seu nome está atrelado à modernização urbana ocorrida na capital enquanto fora prefeito, nos negócios está relacionado à fábrica Berta, à Varig, ao Sindicato do Arroz e ao Centro de Indústria Fabril do Rio Grande do Sul. As trajetórias política e empresarial de Alberto Bins estão entrelaçadas, configurando-o como um mediador entre esses dois espaços de poder na Porto Alegre republicana da primeira metade do século XX.

Contudo, o nome Alberto Bins não foi associado historicamente ao poder político e empresarial gaúcho por conta do acaso, mas como resultado da articulação de diferentes capitais que foram incorporados por esse sujeito, e também construídos e convertidos a partir das relações estratégicas que agregavam os negócios e a família. Partindo disso, pretendendo compreender os capitais herdados por Alberto, este texto pretende recuar o cronológico e analisar a família Bins na segunda metade do século XIX em Porto Alegre.

Tendo como fio condutor o nome familiar, essa pesquisa chegou a rastros e registros dos indivíduos, que quando sobreposto e articulados a demais bibliografias e fontes relacionadas ao contexto, revelam estruturas invisíveis que são construídas pelo grupo familiar. Partindo de uma análise baseada nas propostas de historiadores como Carlos Ginzburg, Carlo Poni (1989) e Giovanni Levi (2000), essa pesquisa buscará apresentar um grupo teuto porto alegreense, que se converterá no século XX a uma elite empresarial, a partir dos vestígios dos movimentos, entrelaçamentos e rompimentos de um grupo familiar.

Concordando com Rodrigo Weimer (2012) que os prenomes e sobrenomes são além de rastros a serem perseguidos e que refletem relações de poder, e partindo das considerações de Zonabend (2005) que investiga os nomes para além do recurso metodológico onomástico, mas como um objeto possível e que tem muito a nos dizer sobre as relações sociais, o presente texto também busca nas suas entrelinhas apresentar o nome como um símbolo de pertencimento,

como um meio de identificar, classificar e significar socialmente um indivíduo ou um grupo, a partir do qual pode-se compreender as origens geográficas, sociais e parentais dos sujeitos.

Para balizar essa análise, tem-se como base os pressupostos da teoria sociológica de Pierre Bourdieu que entende que o espaço social é caracterizado pela desigual distribuição de capitais e que não é organizado hierarquicamente de forma linear e piramidal. Dessa forma, entende-se que a posição social ocupada por um indivíduo, grupo ou família, é dada pelo volume e composição de diferentes capitais – econômico, simbólico, cultural e social, os quais são convertidos, articulados, reproduzidos e recompostos pelos agentes no interior da estrutura social.

Mathias e Elisa Bins: presença teuta em Porto Alegre

Em 1886 a porto-alegrense Elisa estava em Wiesbaden juntamente com seu marido Joseph Mathias, que naquele momento buscava em seu continente natal tratamento de saúde. Elisa já havia cruzado o atlântico anteriormente, tendo em vista que dois de seus filhos, Helena Antônia e Frederico, haviam nascido na região entre 1874 e 1875. Mesmo brasileira, a relação de Elisa com o território alemão era bastante próxima. Foi de lá que seus pais, irmãs mais velhas e marido saíram anos antes, e era lá que desde 1881 seus filhos mais velhos, Alberto e José Carlos, residiam. Tendo em vista essa proximidade verificada entre os Bins com o continente europeu pós migração, percebe-se que a ideia de família não era apenas o núcleo formado no território brasileiro, mas que os vínculos e a rede de apoio com a família extensa permaneciam e que as viagens internacionais era uma realidade conhecida desse grupo familiar.

Em uma manhã de outubro de 1886, Elisa já em Porto Alegre solicitou a abertura do inventário de seu marido, falecido em abril daquele ano durante a viagem. Mathias fora sepultado em sua terra natal, Merl, “onde usando cartolas festivas, aglomeravam-se os vinicultores em torno da sua sepultura” (FAUSEL, [1957/1958 ?], p. 2).

Elisa nasceu Sehl. Filha de Johann Sehl e Anna Margaretha Kallfelz, que desembarcam no Brasil entre 1844 e 1847 acompanhados de suas duas filhas, Catharina e Gertrudes, nascidas respectivamente em 1842 e 1844, na província de Merl. Elisa, nascida em 1847, é a primeira filha brasileira do casal imigrante.

De acordo com as memórias de Alberto Bins (FAUSEL, [1957/1958 ?]), o casamento de Mathias com Elisa em 1862 gerou uma desavença na família Bins, que não se agradaram com o

casamento do herdeiro, que agora vivia do outro lado do Atlântico, com uma moça de família operária. Contudo, os sobrenomes Bins, Kallfelz e Selh são naturais e conhecidos em Merl, povoado que fica nas encostas dos morros que cercam o Rio Mosela, entre Trier e Koblez, atualmente um distrito da cidade de Zell. Analisando a genealogia da família de Elisa, encontra-se inclusive um matrimônio entre Bins e Kallfelz, registrado por volta de 1645, indicando que as famílias possuíam relações históricas naquele pequeno espaço geográfico.

Ellen Woortmann (1995) analisando os arranjos familiares entre os colonos do sul, salienta para o fato de a escolha do cônjuge não ser essencialmente individual, mas que o posicionamento e a decisão da família são muito importantes para que se mantenha a rede familiar em funcionamento. No caso de Elisa e Mathias, a família do noivo opina na decisão matrimonial mesmo que ele já não mais resida na casa, ou mesmo no continente natal. Pode-se presumir que esse não seja um caso único, e que a interferência da família extensa era presente entre alguns teutos mesmo pós emigração, especialmente entre os conhecidos como “burgueses imigrantes”, que trazem junto consigo uma especialização profissional e um certo capital financeiro e familiar.

No mesmo ano em que o ex- Brummer¹ Josefh Hörmeyer publica em Koblez uma espécie de manual para informar e orientar possíveis imigrantes sobre as reais oportunidades no Rio Grande do Sul², 1854, Mathias Bins embarcou em direção ao Brasil. Sete meses depois, com 22 anos e uma deficiência física na coluna, Mathias chegou sozinho em Porto Alegre.

Ainda que formasse cidadãos leais e nacionalistas, a Alemanha ainda não unificada não garantia condições materiais e perspectivas para os jovens, o que fazia com que a emigração fosse uma alternativa viável (SILVA, 2005). Os problemas nas transmissões do patrimônio das famílias grandes, o desemprego e demais transformações sociais causadas pelo processo de industrialização, levava constantemente os jovens de famílias da aristocracia agrária à proletarização ou a uma carreira por vezes indesejada, como a militar ou religiosa (WOORTMANN, 1995). Nesse contexto, atraídos pela ideia da rápida ascensão econômica-social, pela possibilidade de construir seu nome em uma sociedade menos rígida, ainda em construção e amparados por uma política de imigração, milhares de sujeitos emigraram

¹ Brummer foi um grupo de mercenários germânicos contratados pelo Império brasileiro em 1851 para atuar principalmente na Guerra contra Rosas (PIASSINI, 2016)

² *Beschreibung der Provinz Rio Grande do Sul in Südbrasilien mit besonderer Rücksicht auf deren Kolonisation*, traduzido posteriormente para: O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional

para o Rio Grande do Sul. Chegaram em famílias, sozinhos, adultos, crianças, com diferentes religiões, ideias e profissões, uma heterogeneidade desmedida, cada um com sua história, suas particularidades e suas objetivos (ROCHE, 2022; GERTZ, 2010).

Em Merl o Rio Grande do Sul e suas cidades como Porto Alegre e São Leopoldo, assim como demais regiões ao redor do Rio do Sinos e do Rio Caí, não eram desconhecidas. Um número expressivo de jovens merlenses emigraram para o sul Brasil na segunda metade do século XIX. Entre esses, chamam especial atenção os irmãos Friederich e os irmãos Kroeff.

Da família Kroeff, os primeiros a migrar foram os irmãos Miguel e Lourenço, que chegaram no Rio Grande do Sul em 1846. Anos depois, em 1854, chega o irmão Jacob, juntamente com a esposa Thekla, nascida Scheid, e seus filhos Jacob e Amália (LUZ, 2010). Já a imigração dos Friederich inicia duas décadas depois. Em 1872 Josef Friederich migra e se assenta no Rio de Janeiro, três anos depois, seu irmão mais velho Miguel também deixa a terra natal, porém acaba por se fixar-se no Rio Grande do Sul, e logo é seguido por dois irmãos mais jovens, Jacob e Jacob Aloys, que chegam respectivamente em 1882 e 1884 (SILVA, 2005, p. 40).

A bibliografia e fontes até o momento apresentaram pouco sobre a família Bins além da árvore germinada em Mathias. Analisando a origem do sobrenome, encontra-se uma região denominada Binsfeld, de onde possivelmente o ramo familiar surgiu séculos antes. Sabe-se que Mathias era filho de Isabel e José, e também que tinha um meio irmão chamado Peter Steffens, possivelmente filho apenas da mãe, já que não utiliza o sobrenome paterno Bins que pela cultura nominal deveria ser paterno. Este irmão migrou para o Rio Grande do Sul em 1859, porém reingressou para Merl em 1881, juntamente com seus sobrinhos Alberto e José Carlos (FAUSEL, [1957/1958 ?], p. 2). Sabe-se também que assim como a família Friederich, a família de Mathias também se dedicava a atividade viticultora que movimentava a economia das vilas em torno do Rio Mosela (SILVA, 2005).

É possível que as famílias, Bins, Kroeff e Friederichs se conhecessem e mantivesse algum vínculo mesmo antes da imigração, assim como, é possível que relato dos primeiros irmãos Kroeff emigrados, contando suas experiências e conquistas no Brasil tivessem incentivado Mathias a cruzar o Atlântico. Não se encontrou nenhuma fonte que confirme esse fato, entretanto, analisando a bibliografia sobre a imigração e a trajetória de outros imigrantes, é provável que Mathias não tenha chegado a Porto Alegre por acaso, mas entusiasmado pela propaganda e pelas histórias dos conterrâneos que habitavam e prosperavam no solo gaúcho.

Com isso, pode-se conjecturar que mesmo chegando sozinho ao Brasil, Mathias contava com uma rede de apoio e sociabilidades entre os jovens merleses já emigrados.

Mesmo os solteiros — os que vinham “por sua conta e risco” — integram-se numa migração que é feita em rede. Famílias de imigrantes chamavam outras; indivíduos das mesmas localidades na Alemanha acabavam sendo novamente vizinhos; da mesma forma agiam os indivíduos que tivessem imigrado sozinhos (SILVA, 2005, p. 53).

No século XIX Porto Alegre é uma capital repleta de imigrantes. No centro da cidade circulavam portugueses e espanhóis que séculos atrás começaram a ocupar o território gaúcho envolvidos nas disputas fronteiriças. Os africanos escravizados, resultado da imigração forçada, compulsória do tráfico atlântico e que compunham cerca de 51,06% da população porto-alegrense em 1814 (WEIMER, 1991). Os alemães que por meio de um projeto imperial de colonização, começaram chegar em diversas levas a partir das primeiras décadas do século XIX, mesmo motivo que trouxe os italianos mais para o final do século.

Em 1856 Porto Alegre contava com cerca de 1260 imigrantes alemães (GANS, 2004). A cidade encontrada por Mathias Bins na sua chegada em 1854 não pode ser chamada de uma Porto Alegre alemã, visto que eles eram apenas uma parcela dos residentes, mas pode ser dito que esses dominavam o centro comercial da cidade (BAKOS, 1996).

Rowita Gans, catalogando os alemães em Porto Alegre entre 1850 e 1889, conclui que:

Tanto as informações obtidas através da base de dados quanto os relatos de contemporâneos apontam, pois, no sentido de que a maior parte dos teutos estabelecidos em Porto Alegre conquistou um bom padrão de vida. Se de fato muitos eram provenientes das camadas sociais mais baixas na sociedade alemã (*aus den untersten, verkommensten Stände*; tradução: das camadas mais baixas e decadentes), então deve ter ocorrido uma ascensão social destes, já que não é expressivo o número de alemães pobres catalogados.

A primeira associação germânica, *Gesellschaft Germânia*, surgiu 1855, apenas um ano após a chegada de Mathias Bins. A partir disso, uma série de associações sociais, profissionais e esportivas da comunidade étnica³ surgiram nos próximos anos. Em 1863 a Sociedade Leopoldina, *Gesellschaft Leopoldina*, em 1867 a Sociedade Alemã de Ginástica, *Deutscher Turnverein*, em 1885 o Clube dos Caixeiros-Viajantes, *Musterreiter Club*, em 1888 o Clube de Remo, *Ruder Club* e em 1896 o Clube de Tênis, *Clube Walballa* (BRAUN; BLUME, 2022). Essas associações além de

³ Entende-se que etnia não diz respeito apenas a origem de nascimento ou a questão biológica, mas que é uma construção social que surge a partir das relações de poder entre as identidades culturais, históricas e políticas, logo, que elas são fluidas, se transformando no tempo e espaço (POUTIGNAT. STREIFF-FENART, 1998)

constituírem um espaço de lazer, se constroem como espaços de sociabilidade e mutualidade que transpassam as diferentes esferas da vida, como a familiar e os negócios.

Na Rua da Praia n.º. 238- 240, que mais tarde no inventário de Mathias Bins, fora descrita como um sobrado com cinco portas, cinco janelas e sacada, estava a alfaiataria do ex-brummer Frederico Haensel⁴, local onde Mathias se empregará ao chegar em Porto Alegre. O casamento de Haensel abriu a ele novas possibilidades nos negócios do sogro Nicolau Hasslocher, o que pode ter contribuído na decisão de oferecer a venda da sua alfaiataria a seu até então funcionário Mathias. A transação foi efetuada após um conselho familiar em Merl que mesmo descontente do casamento de Mathias com Elisa, decidiu dar crédito ao negócio do jovem imigrante (FAUSEL, [1957/1958 ?], p. 2).

Tabela 1: Filhos de Elisa e Mathias Bins

Filhos de Elisa e Mathias Bins		
Nome	Nascimento	Falecimento
Alberto Bins	16 de fevereiro de 1863	6 de abril de 1869
José	27 de abril de 1865	25 de maio de 1869
Carlos Bins	30 de dezembro de 1866	05 de janeiro de 1867
Bertha Bins	27 de maio de 1868	31 de maio de 1870
Alberto Bins	2 de dezembro de 1869	20 de abril de 1957
José Carlos Bins	25 de janeiro de 1871	?
Elisa Bins	Aproximadamente 1872	?
Otto Bins	Aproximadamente 1874	29 de setembro de 1891
Helena Antônia Bins	9 de janeiro de 1875	?
Frederico Bins	15 de fevereiro de 1876	6 de setembro de 1956
Rodolpho Bins	24 de julho de 1879	7 de setembro de 1956
Anna (Paula) Bins	13 de junho de 1880	?
Olga Bins	19 agosto de 1881	22 de fevereiro de 1981
Odília (Otília) Bins	12 de dezembro de 1883	23 de abril de 1912

Fonte: Construída pela autora tendo como base o cruzamento de dados do inventário de Joseph Mathias Bins e dos registros genealógicos amparados por fontes na base FamilySearch⁵. Agosto de 2022.

Nove meses após o casamento de Elisa e Mathias, nasce o primeiro filho do casal que foi batizado Alberto. Após esse, o casal teve mais três filhos que não sobreviveram a primeira

⁴ Além de comerciante, Frederico Haensel foi diretor da Companhia Fluvial e na política foi um agente na defesa da ampliação dos direitos políticos dos colonos imigrantes. Foi nomeado Vice-Cônsul da Prússia em Santa Cruz em 1867 e como integrante do Partido Liberal foi Deputado Provincial do Rio Grande do Sul pouco antes da Proclamação da República. Foi assassinado no pátio de sua casa em novembro de 1892 enquanto era escoltado pela polícia após uma ordem de prisão a vários federalistas (PIASSINI, 2016).

⁵ Nesse levantamento foi levado em considerações apenas os registros que continha fontes históricas anexadas como registros de nascimento, batismo, casamento e óbito. Há na árvore genealógica da família registros que não foram possíveis verificar por meio de fontes.

infância, Carlos, José e Berta, falecidos com respectivamente com 3 anos, 7 dias e 2 anos. Em abril de 1869 falece, conforme o registro de óbito de angina gangrenosa, Alberto com 6 anos de idade. Menos de dois meses depois, José também falece com 2 anos da mesma doença que pode ser associada a uma infecção bacteriana nas amígdalas. Em dezembro daquele mesmo ano, 8 meses após a primeira perda familiar, nasce um próximo filho que também foi nomeado Alberto.

A prática de nomeação de repetir o nome de um filho falecido no próximo, vista como frequente entre teutos imigrantes por Ellen Woortmann (1995, p. 210), se repete poucos anos depois, quando em 1871 Elisa dá à luz a outro filho homem, o qual nomeia José Carlos, unindo o nome do filho falecido em 1865 ao do filho falecido em 1867. Para felicidade da família Bins, os segundos filhos nomeados Alberto e José Carlos chegariam à idade adulta, entretanto, o casal ainda teria outra perda.

Com 17 anos, Otto Bins faleceu devido a febre tifoide em 1891⁶. Seu irmão homem mais próximo no quesito idade era Frederico, naquele momento com 15 anos. Nascido 9 anos após o falecimento de Otto, o primeiro filho de Frederico com a esposa Brunhilde Clementina Becker, é nomeado Otto Guilherme, indicando uma possível homenagem ao irmão, repetindo a prática nominal da família em relação ao uso do nome dos entes falecidos.

Outra prática de nomeação bastante comum e percebida na família Bins é a nomeação das crianças com os nomes dos padrinhos e madrinhas. O registro de batismo de José, nos informa que ele fora apadrinhado pelo tio José Sehl. Não foi possível localizar o registro de batismo de Carlos, com o falecimento ocorrido poucos dias após o nascimento, a família pode não ter tido tempo de registrar o batismo, entretanto, Elisa também possui um irmão Carlos, indicando que possivelmente esse assumiria o apadrinhamento desse terceiro filho. No registro de batismo Anna Paula é nomeada apenas Anna, assim com o a madrinha Anna Scheid?, a qual nesse momento não foi possível identificar. Contudo, no inventário do pai, o nome Paula é acrescentado ao prenome Anna, indicando que após o batismo houve informalmente a adição. Caso semelhante acontece com Otilia que é registrada Odília conforme o nome da madrinha Odília Sehl, que também não foi possível identificar na árvore familiar. No próprio inventário, assim como no inventário do pai, seu nome é assinalado como Otilia, e nos registros memorialísticos da família Gerdau (ASSIS.TEIXEIRA, 2001, p. 131), na qual se insere a partir do

⁶ APERS, Acervo do Judiciário, Porto Alegre, Juízo de Orphãos, Ação Judicial de Inventário, Processo nº101, f. 92. Ano: 1887. Inventariado: Mathias Joseph Bins. Inventariante: Elisa Bins.

casamente, ela é citada pelo apelido Tilly, que talvez fosse a forma mais recorrente a se referir a ela, caindo seu nome de batismo em desuso.

Analisando a família materna de Elisa, nota-se a prática de dar a filha o nome da mãe está presente a algumas gerações. Seguindo o nome de solteira, a tataravó de Elisa de chamava Margaretha Josen, a bisavó Margaretha Menten, a avó Anna Margaretha Thielsen e a mãe Anna Margaretha Kallfelz. A mãe de Elisa rompeu essa tradição, não nomeando nenhuma de suas filhas nem como Anna e nem com Margaretha, mesmo que devotos ao catolicismo, uma descontinuação semelhante às encontradas por Sergio Nadalin e Alain Bideau (2005) ao pesquisar a práticas de nomeação entre os teutos luteranos, que imprimem nos nomes dos filhos a nova realidade vivenciada pelas famílias. Porém Elisa, não só deu seu nome para sua primeira filha, como também nomeou uma delas como Anna, resgatando duas práticas de nomeação da família materna, nomear uma das filhas com o nome da mãe e o uso do prenome Anna. Enquanto a imigrante Anna Margaretha Kallfelz descontinuou a prática nominal ao cruzar o Atlântico, a descendente nascida brasileira a retomou.

Entre 1894 e 1895 Elisa, agora com cerca de 47 anos, contrai segundo matrimônio com Balduino Röhrig⁷, prática bastante comum entre as viúvas de famílias de elite. Jaqueline Silva (2014, p. 96) mostra que as viúvas das classes mais abastadas eram dispostas a um segundo casamento, pois, mais maduras, dotadas de algumas riquezas e de certa liberdade, elas poderiam escolher um novo par por si só, liberdade que muitas vezes não tinham no primeiro matrimônio.

Deixando o status de viúva para assumir novamente o título de mulher casada, Elisa perde o sobrenome Bins, o qual usou pelas últimas duas décadas e passa a assinar como Elisa Röhrig⁸.

Figura 1: Da esquerda para a direita- assinaturas da Elisa Bins mãe, Elisa Bins filha e Elisa Röhrig.

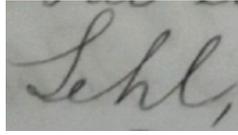


Fonte: APERS. Inventário de Mathias Joseph Bins. 1887.

⁷ Balduino Röhrig chegou em Porto Alegre por volta de 1865 e em 1869 instalou na Rua da Praia um estúdio de fotografia e artes plásticas, onde se destacou como profissional do ramo (DAMASCENO, 1971). Röhrig consta como presidente em 1885 na galeria de presidentes do Colégio Farroupilha, onde pode-se encontrar seu retrato.

⁸ Encontrou-se o registro do inventário de Elisa no APERS, contudo, ao solicitá-lo foi verificado que o mesmo não se encontrava mais no arquivo, pois foi retirado para integrar um processo não identificado pelo sistema. Analisar esse inventário teria sido interessante para observar o como a mulher administrou o capital que herdou de Mathias e aquilo que poderia ou não ter conquistado a partir do segundo matrimônio. Não se encontrou um inventário de Balduino Röhrig.

Figura 2: Grafia do sobrenome Sehl



Fonte: APERS. Inventário de Mathias Joseph Bins. 1887.

Na imagem acima percebe-se que a Elisa mãe faz um pequeno sinal após o Bins ao assinar seu nome. Analisando as diferentes grafias do inventário de Mathias, inclusive a de Elisa, entende-se que o símbolo é uma referência ao “S” de Sehl. Esse padrão na assinatura de Elisa poderia ter como objetivo diferenciar sua assinatura a da filha, que na imagem assina um ponto após Bins. A imagem também mostra a assinatura de Elisa já com o sobrenome Röhrig, onde nada a identifica com o sobrenome Sehl ou Bins, ou seja, “Pode-se-ia dizer que a mulher não *é*, mas *está* numa família, sempre em função de um homem (WOORTMANN, 1995, p. 207)”, diferente dos homens que carregam o sobrenome das casas a que pertencem do nascimento até a morte.

A prática nominal da mulher perder o sobrenome da família e de um primeiro casamento ao contrair segundo matrimônio, traz uma série de problemáticas não só para os historiadores pesquisadores, mas para os documentos correntes daquele período, visto que a mulher acaba por mudar sua identidade nominal diversas vezes durante a vida. Um exemplo disso é a que na plataforma FamilySearch, estava registrado duas Elisas, uma Bins e outra Röhrig, além disso, as fontes confundem a mãe com a filha trazendo um cruzamento e anexação equivocada dos documentos.

Enquanto o prenome é relevante no interior dos grupos de familiares, no âmbito público é o sobrenome, representando as conquistas e características de um tronco familiar, que dita o espaço do sujeito dentro da estrutura de poder e suas articulações possíveis. Assim, no próximo título irá se analisar especialmente os negócios vinculados ao sobrenome familiar.

O tecido, o vinho e as ações: o capital econômico e social da família Bins

Pierre Bourdieu compreende a existência e relevância do capital econômico, constituído pelo conjunto de recursos financeiros e materiais de um indivíduo ou grupo, porém questiona a centralidade desse capital na organização da estrutura social e classificação dos sujeitos. Ele argumenta que outros capitais, que muitas vezes podem vir interligados ao capital econômico, também são essências para organização do poder. O capital social, formado pelas relações, redes de interação, influência e cooperação, é um deles.

A alfaiataria Bins foi o mais relevante capital que Mathias Bins deixará para seus filhos. Esse comércio além de garantir o capital econômico da família, construiu-se também como um espaço e ocupação útil para o capital social dos Bins. Como alfaiate, Mathias atendia uma importante clientela e construía contatos pra além da comunidade étnica. Foi a partir de sua profissão que Mathias ficou próximos de políticos da capital, se tornando inclusive amigo de Júlio de Castilhos.

Matias José Bins, alfaiate estabelecido na Rua das Andradas, possuía grande e distinta clientela. Entre esta, o Dr. Júlio de Castilhos, que seguidamente o ia visitar e com ele conversar. A política era, no geral, o tema que os reunia e prendia horas a fio. A amizade de Castilhos deu a Matias José Bins certo relevo, de que ele, inteligente, soube aproveitar, sem abusar, pois, continuou pelos anos afora o mesmo modesto cidadão que jovem viera da Alemanha e aqui casará com a Dona Elisa Sehl (SPALDING, 1973, p. 19).

Ao analisar a lista dos credores da alfaiataria⁹ notamos que além de personalidades locais como o professor Bibiano Francisco de Almeida, ela tinha como clientes um grupo distinto das elites do estado. Entre os teutos, chama especial atenção Germano Hasslocher¹⁰, advogado, Promotor Público e Deputado Federal de 1900 a 1911, e Emmerich Berta proprietário da metalúrgica E. Berta & Cia, que posteriormente foi adquirida por Alberto Bins. Contudo, além deles há uma série de nomes relacionados as famílias Friedrichs, Sehl, Koch, Kallfelz, Adams, Becker, Selbach, Thielsen e Trein, todos elas envolvidas em empreendimentos na capital e regiões do Rio dos Sinos e do Rio Caí, e alguns na política municipal, como no caso de Felipe Carlos Trein que foi vereador em São Sebastião do Caí (MARTINY, 2010).

⁹ APERS, Acervo do Judiciário, Porto Alegre, Juízo de Orphãos, Ação Judicial de Inventário, Processo n°101, f. 34v-41v. Ano: 1887. Inventariado: Mathias Bins. Inventariante: Elisa Bins.

¹⁰ Mais sobre em: (LOPES.NOLL. s/d)

No que tange ao âmbito político, nota-se nomes como Ramiro F. Barcellos¹¹, o Conselheiro Gaspar Silveira Martins¹², o Barão de Jacuhy (Francisco Pedro Buarque de Abreu)¹³, o Barão de Nonohay (João Pereira de Almeida)¹⁴, Joaquim Silveira Salgado¹⁵, todos esses com suas trajetórias relacionadas a política imperial, posteriormente ao Partido Liberal, e também, ao Partido Republicano Riograndense. Além desses nomes identificados, há nomes que chamam atenção para o cargo público, mas que não foi possível identificar a identidade nesse momento. Nessa condição, conforme registrado, está o Desembargador Orlando, o Desembargador Monteiro Costa e o Comendador Lisbôa. Esses nomes fortalecem a asserção sobre a importância desse negócio comercial para a composição e conservação de uma rede da família com diferentes grupos do poder riograndense.

O inventário *post-mortem* é um retrato do patrimônio de uma família, no momento da morte do inventariado. Nele verifica-se que além da alfaiataria denominada M.J. Bins & Cia, que tinha como sócio Jacob Sehl, irmão de Elisa, consta uma casa na Rua Riachuelo, possivelmente onde a família residia, um terreno, dívidas ativas¹⁶ e ações em empreendimentos e sociedades do estado.

O monte-mor, valor correspondente à totalidade de bens do inventariado sem desconto das dívidas ativas e custos do processo é de 250:388,478, enquanto o monte-menor, valor equivalente a totalidade dos bens já descontado as dívidas e os encargos, ou seja, o valor real a ser partilhado entre os herdeiros é de 215:930,838. Carina Martiny (2010) analisando os inventários dos vereadores de São Sebastião do Caí, sendo que parte significativa deles é composta por teuto negociantes, apresenta uma lista com o valor monte-mor de cada um. Entre esses, apenas dois ultrapassam os 100 contos de réis, Felipe Carlos Trein, com 166:999\$560 e Pedro Noll, com 210:899\$500. Já em Santa Maria, Fabricio Nicoloso (2013, p. 122-123) investigando os inventários

¹¹ Deputado provincial de 1877 à 1882, e Senador de 1900 à 1906. Na lista constam outros nomes registrados com sobrenome F. Barcellos.

¹² Maior adversário das políticas do PRR, foi deputado provincial e geral, senador, ministro da Fazenda, Conselheiro do Rio Grande do Sul e Presidente da Província. Fundou em 1865 o jornal *A Reforma* que posteriormente seria o mais importante órgão dos federalistas no estado. Mais sobre em: (ROSSATO, 2014;2020).

¹³ Militar no Brasil Imperial que atuou na Revolução Farroupilha. Após o término da guerra se retirou do exército e esteve envolvido na fundação de alguns municípios gaúchos, contudo retorna sua atividade militar na Guerra do Paraguai. Mais sobre em: (RIBEIRO, 2021).

¹⁴ Abolicionista, foi delegado e comandante da Guarda Nacional em Santa Maria e presidente do Partido Conservador.

¹⁵ Pai do senador Joaquim Salgado Filho. Foi deputado provincial e General no Império.

¹⁶ Três hipotecas nos seguintes nomes e valores: Carlos Sehl= 4:054\$540, (Mathias?) José Sehl= 11:607\$140 e Maria (Barbosa?) Nielsen= 25:000\$000.

da elite teuta, mostra uma realidade semelhante à do Caí, onde apenas um dos inventariados apresenta monte-mor maior de 100 contos, sendo ele João Apple com 210:899\$500.

Além disso, observando os dados das pesquisas citadas, nota-se que o capital herdado na partilha por cada um dos filhos de Mathias, 10:796\$541, é considerável dentro do grupo, visto que dos 12 inventários analisados por Nicoloso (2013), 5 apresentam capitais menores de 10 contos de réis, ao tempo que no trabalho de Martiny (2010), 10 dos 23 analisados apresenta capital de 10 ou menos contos de réis.

Comparando os levantados de Mathias a aqueles apresentados por Nicoloso (2013) e Martiny (2010) percebe-se que o capital de Mathias ultrapassa ao dos sujeitos dos dois municípios analisados pelos pesquisadores. Logo, entendendo que Mathias Bins concentrava capital social e que seus capitais econômicos são significativos dentro do grupo teuto, pode-se considerar Mathias Bins como sujeito com capitais econômicos relevante entre eles.

Tabela 2: Ações de Mathias Bins.

Ações		
Banco da Província	20	40:000,000
Estrada de Ferro de Porto Alegre à Novo Hamburgo	11	220,000
Companhia de Vapor Barão do Cahy	20	800,000
Companhia de Seguros Terrestres Porto-Alegrense	10	2:000,000
Sociedade Comanditária Rheingantz	20	10:000,000
Sociedade Germânica	10	300,000

Fonte: APERS. Inventário de Mathias Joseph Bins. 1887.

Em relação as ações, nota-se que o investimento maior era feito no Banco da Província. Sandra Pesavento (1985) ao falar sobre a construção do capital bancário no estado, atenta para duas articulações, uma que diz respeito aos bancos financiarem a criação de empresas industriais, e outra sobre os próprios empresários industriais e comerciantes encontrarem nos bancos uma forma de diversificar e multiplicar seus capitais anteriormente acumulados. Analisando o monte-mor de Mathias Bins, vê-se que houve uma preocupação em não fixar seu capital apenas no negócio comercial, mas de fracionar uma parte, ainda que pequena, em ações de diferentes

companhias, sociedade e bancos, prática comum entre a elite econômica a nível nacional (VARGAS, 2016) e a nível regional (MARTINY, 2010; NORONHA, 2012; FERRARETTO, 2017). Nesse sentido, para além do Banco da Província evidencia-se o considerável capital em ações na Sociedade Comanditária Rheingantz, complexo fabril do ramo têxtil localizada na cidade de Rio Grande, vinculando Mathias Bins à elite empresarial localizada em outra região do estado.

As redes de acionistas mostram sistemas complexos que indicam um esquema de ajuda mútua. Esses empresários empregavam capital nos negócios uns dos outros. Para quem iniciava o empreendimento, significava ter fundos para dar sequência aos seus projetos. Para o investidor, havia uma expectativa de lucros futuros e poupança (FERRARETTO, 2017, p. 146-147)

Os investimentos no setor de transportes, nesse caso na Companhia de Seguros Terrestres Porto-Alegrense, fundada em 1879, na Companhia de Vapor Barão de Cahy que fazia o transporte de cargas e passageiros entre São Sebastião do Caí e Porto Alegre, e na Estrada de Ferro que conectava a capital à Novo Hamburgo, atenta para o investimento no setor que vinha a privilegiar o negócio principal, nesse caso, o comércio. Já as ações na Sociedade Germânia, que naquele momento era a mais representativa da comunidade teuto porto-alegrense enriquecida, espaço que mantinha o sentimento identitário do grupo, que proporcionava celebrações, eventos sociais e a discussão sobre temas diretamente relacionados a situação da Alemanha e dos alemães no Brasil, diz muito mais sobre uma questão de ordem simbólica do que econômica. Investir na sociedade poderia significar um símbolo de distinção dentro do grupo teuto, assim como, mostra o alinhamento com a identidade da entidade e o desejo que ela continue a prosperar.

Para além do inventário, no periódico *A Federação*¹⁷ encontrou-se o nome de Mathias Bins relacionado à importação de a vinhos, 40 caixas em 1885, e uma caixas de tecidos e aviamentos como caxemiras, sedas, lã, linho e botões em 1887. A importação de vinhos era uma prática comum entre os imigrantes do Mosela, e Mathias, assim como outros imigrantes, se aventurou nesse negócio. Contudo, concorda-se com Haike Roselane da Silva, que ao comentar a experiência de Aloys Friederichs com sua adega, diz que esse não era um investimento apenas financeiro, mas que: “[...] era um lugar de nostalgia; era ainda um espaço de constituição de redes de sociabilidade, onde frequentemente ocorriam encontros e festejos da elite teuta porto-alegrense (SILVA, 2005, p. 79)”. Assim sendo, entende-se que o vinho não traz ganhos financeiros significativos a Mathias Bins, mas que a bebida contribui na manutenção das suas relações sociais com o grupo teuto.

¹⁷ Órgão ligado ao Partido Republicano Riograndense que começou a circular pelo estado a partir de janeiro de 1884.

Estratégias de reprodução dos capitais familiar

Assim como o capital econômico e o capital social construído por Mathias foi importante para que o sobrenome Bins permanecesse e ascendesse entre as elites porto-alegrense, também houve um investimento da família no capital cultural, entendido por Bourdieu como o agrupamento de conhecimentos, competências, experiências e habilidades obtidas ao longo da vida (BOURDIEU, 2011). Bourdieu ainda distingue diferentes formas do capital cultural como o incorporado, que são as habilidades e conhecimentos adquiridos por meio da educação e socialização, o capital cultural objetificado que é aquele adquirido na materialidade dos objetos culturais, como obras de arte, filmes, livros e instrumentos musicais, e o capital cultural institucionalizado que são as certificações institucionais formais, como os diplomas acadêmicos.

O capital cultural, que pode ser transmitido e adquirido, se manifesta nas práticas, nos comportamentos e no *habitus* dos indivíduos. A participação em eventos, as associações em clubes, as viagens e a presença em determinadas instituições escolares, são práticas de investimento nesse capital, e as estratégias familiares no direcionamento da trajetória dos seus filhos, são essenciais para a composição de um capital cultural relevante.

Não poderíamos nos limitar ao estudo da composição econômica das fortunas para compreender sua constituição, sua manutenção, sua transmissão ou seu crescimento. Há a pluridimensionalidade da riqueza nos grupos que ocupam as posições dominantes e as famílias mais ricas se caracterizam por uma «obsessão pela transmissão»; eles gerem com vigilância a educação, as alianças matrimoniais dos filhos, os espaços de residência e de encontro, as relações (SAINT MARTIN, 2008, p. 57)

No inventário de Mathias notamos que o item mais valioso de sua casa é um piano, objeto de distinção cultural, símbolo de modernidade assim como salienta (VARGAS, 2013, p. 164), ou seja, um objeto que representa o capital cultural objetificado. Porém, o fato que especialmente interessa essa pesquisa e indica um investimento no capital cultural da família é que Mathias envia seus filhos para formação no exterior.

No momento do levantamento do inventário de Mathias Bins, agosto de 1886, seus filhos Alberto, José Carlos e Elisa com respectivamente 17, 15 e 14 anos, residiam do outro lado do Atlântico. Alberto em Frankfurt, no centro econômico alemão, possivelmente onde era aprendiz em alguma fábrica, José Carlos e Elisa em Wiesbaden, região onde a família paterna

tinha parentes. Para resolver a questão da representação legal, os herdeiros enviaram uma procuração outorgando à mãe o direito de os representar juridicamente¹⁸.

Alberto Bins estudou em instituições da elite, como o Colégio Conceição dos Jesuítas, em São Leopoldo, porém analisando sua trajetória percebemos que a sua distinção não veio a partir da formação escolar adquirida no Brasil ou no estrangeiro, mas da formação e experiência profissional angariada principalmente no exterior. Bourdieu chama atenção para esse traço ao comentar as estratégias culturais da burguesia nesse sentido.

Com a única condição de que possua o conjunto dos traços distintivos – postura, garbo, atitude, dicção e pronúncia -, maneiras de ser e usos sem os quais, pelo menos nesses mercados, o valor atribuído a todos os saberes de escola é reduzido ou nulo; além disso, em parte – por nunca, ou nunca completamente terem sido ensinados pela Escola -, esses traços definem propriamente falando, a distinção burguesa (BOURDIEU, 2011, p. 87).

Alberto Bins retorna ao Brasil sem um título acadêmico, porém com uma bagagem profissional adquirida nas indústrias europeias. A data do seu retorno ao Brasil é controversa, em seu livro de memórias é citado que o retorno ocorre em 1890, todavia no dia 21 de novembro de 1888 seu nome está na ata de fundação do clube de remo *Ruder Club*, juntamente com aquele que seria seu futuro padrasto, Balduino Röhrig e outros alemães e descendentes. Naquele momento o remo ainda não era uma prática esportiva em Porto Alegre e o interesse em criar um clube surgiu a partir de jovens que tinham tido contato com a prática na Alemanha.

A primeira vitória coube ao mais jovem sócio fundador, Alberto Bins, que obteve de sua mãe, um empréstimo sem juros, de Rs 700\$000, quantia suficiente para a compra de dois barcos na Europa, excluído o frete marítimo. O resgate do empréstimo, deveria ser feito em prestações mensais de Rs 50\$000. A segunda vitória coube a um grupo de associados que conseguiu o transporte gratuito de dois barcos da Alemanha até Porto Alegre, graças ao agente em nossa capital da 'HAMBURG SUEDAMERIKANISCHE DAMPFSCIFFFAHRTS GESELLSCHAFT' (LICHT, 2001, p. 2).¹⁹

O casamento de Alberto Bins com Clotilde Christoffel ocorreu apenas em 1893, porém as atas do clube de remo nos mostram que eles já se conheciam há alguns anos. Na reunião de 03

¹⁸ Esse documento foi traduzido em março de 1887, pois chegou redigida em alemão. Mesmo que tratando em primeira pessoa, é provável que a procuração não tenha sido redigida pelos herdeiros que no documento tem seus nomes assinalados com a grafia estrangeira: Elise, Albert e Joseph Carl, além disso, todos eles eram alfabetizados e fluentes na língua portuguesa. Logo, é provável que a procuração tenha sido feita por um representante legal da família.

¹⁹ Henrique Licht foi um entusiasta e pesquisador dos esportes, em especial do remo. Ao longo de sua trajetória construiu um arquivo pessoal sobre o esporte, coleção essa que foi doada para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul no início da década de 2000. O texto citado é um documento que integra o arquivo, que hoje se encontra digitalizado. Nele, o pesquisador traduz e comenta parte das atas e do estatuto do *Ruder Club*, documentos os quais foram originalmente redigidas em alemão até o ano de 1914.

de janeiro de 1889 Alberto Bins informa que Elisa Bins (possivelmente a irmã), Anna Christhoffel, Clothilde Christhoffel, Olga Englert, Sinhá Bastian, Elisa Issler e Malvina Issler, haviam se oferecido para bordar uma bandeira para o clube.

Frederico Christhoffel, pai de Clotilde e Ana, além de ter atuado como comerciante de vinhos e fabricante de vinagres, era proprietário de uma cervejaria na cidade. Sua esposa, Catharina Carolina Daudt era sobrinha de Carlos Daudt, que importava ferro sueco e ferramentas. (GANS, 2004, p. 52)

Assim como Alberto, outros filhos e filhas de Mathias Bins também se casaram com moças e rapazes de famílias envolvidas no clube. Em 1891 a irmã Elisa Bins se casa com Luiz Guilherme Köhler, que foi presidente do clube por 7 anos consecutivos entre 1907 e 1914, e era filho de Nicolau Köhler que possui um negócio de importação e exportação (LAEMMERT, 1891-1940) e fez a encomenda dos primeiros barcos do clube em 1888 (LICHT, 2001). Frederico Bins se casa com Brunhilde Clementina Becker, filha de Pedro José Becker, sobrenome envolvido em diferentes negócios da capital, especialmente no ramo metalúrgico²⁰ e que está relacionado ao clube a partir de João Becker, possivelmente irmão de Brunhilde. Já Rodolpho Bins casou-se em 1919 com Irma Malvina Anna Englert, filha de Malvina Carolina Issler, uma das bordadeiras da bandeira do clube e neta de Adolpho Englert, encontrado por Gans (2004, p. 65) como ferreiro, comerciante e importador de ferro.

A partir dos matrimônios citados acima, percebe-se que o *Ruder Club* para além de um espaço da prática esportiva e de valorização da cultura e língua alemã, foi um clube social, um espaço de encontro e aproximação dos jovens de algumas famílias teutas de negócios em Porto Alegre.

As famílias de elite no século XIX são dotadas de estratégias para que seu nome permaneça e ascenda no poder, e casar bem seus filhos e filhas era um critério fundamental. Jonas Vargas (2007) mostra que muito mais do que os partidos, era a engenharia matrimonial que estruturava a elite política local. Ao visar o grupo teuto e empresarial, estudos como o de Martiny (2012) e Lopes (2022) tem mostrado que a família também tem um papel central na determinação das elites e organização poder regional. O fato de Elisa Bins ter ajudado financeiramente o *Ruder*

²⁰ Os irmãos Peter Joseph, Jakob e Nikolau Becker, são conhecidos por serem inauguradores da indústria metalúrgica e naval no estado a partir de uma fábrica de máquinas, de uma fundição de ferro e bronze e do estaleiro Becker, negócios que surgem por volta de 1859 (PESAVENTO, 1991, p. 43). Em 1865 Emmerich Berta migrou da Europa para o Brasil justamente para trabalhar com esses irmãos, posteriormente se separando e construindo negócio próprio (GANS, 2004, p. 86). Essa pesquisa parte do pressuposto de Pedro José e Peter Joseph são a mesma pessoa.

Club fazendo um empréstimo para que adquirissem os primeiros barcos, indica que ela validava e incentivava a associação desses jovens. Ellen Woortmann (1995) percebe que nas colônias teutas as mulheres casadas exerciam o papel de casamenteiras, recrutando e unindo jovens, inclusive seus filhos, para os fins matrimônias. Tendo isso em vista, talvez ao realizar o empréstimo, Elisa também tivesse exercendo sua função casamenteira, visualizando como também um investimento nos futuros casamentos de seus filhos que poderiam surgir a partir das amizades que o clube poderia construir e fortalecer. Amizades com aquelas moças e moços de famílias da elite, fluentes em alemão, alguns que estavam retornando de uma temporada no exterior assim como seus filhos, jovens com acesso à cultura, a diferentes relações sociais, a negócios comerciais e industriais, capitais dos seus mais diversos tipos que poderiam ser associados ao dos Bins.

Além dos matrimônios citados com relação direta ao clube, outro que chama especial atenção é o de Otília Bins com Hugo Carl Wilhelm Gerdau em 1909. Otília faleceu em 1912, com apenas 28 anos de idade, deixando duas filhas Helda e Lisolotte, com respectivamente 2 e 1 ano de idade. O inventário do casal aberto logo após a morte de Otília revela um capital de 245.454\$750 contos de réis formado principalmente por imóveis, esses contabilizando 62:000\$000, e a parte de Hugo na empresa João Gerdau & Filho, 64:034\$950²¹. João Gerdau migrou para o Rio Grande do Sul em 1896 e construiu amplo capital comercial na Colônia de Santo Ângelo, convertendo-o para a indústria no início do século XX quando adquiriu a Fábrica de Pregos Pontas Paris, que logo passou a ser administrada por seu filho Hugo (MELO, 2017, p.149-150).

Observa-se que as famílias que se uniram a partir do matrimônio à segunda geração dos Bins em Porto Alegre, tem seus sobrenomes relacionados ao comércio de ferros e ferramentas e a indústria metalúrgica, posteriormente, siderúrgica. Tendo isso em vista, entende-se que esses arranjos familiares proporcionaram à família uma troca de experiências, contatos, serviços e sociedades no ramo, importantes para que posteriormente a família se fortalecesse e consolidasse seu nome no setor, especialmente, mas não somente²², a partir de Alberto Bins.

²¹ Além desses, o capital do jovem casal é composto por dívidas ativas e de ações no Banco da Província (11:120\$000), na Companhia Fábrica de Papel e Papelão (3:000\$000) e na empresa Jacob Becker & Cia (1:000\$000), essa última trazendo uma relação entre a família Gerdau e a família Becker, citada anteriormente.

²² Após o falecimento de Hugo Gerdau, quem tomou conta dos negócios da família foi marido da primogênita de Otília Bins (MELO, 2017). Entretanto, como filha e neta mulher, o sobrenome Bins se perdeu, sendo pouco relacionado a história da empresa ainda em atuação.

O setor metalmecânico desenvolveu-se em passos largos na virada do século. Produzindo ferramentas, utensílios, maquinário e altamente envolvido com os setores de transportes e construção. Os comércios e fábricas dedicadas aos metais como ferro, aço e bronze foram essenciais na modernização das cidades e residências, assim como, para o crescimento da indústria gaúcha de outros setores, que antes dependiam completamente da importação.

Outro requisito básico para a instalação de empresas industriais é o da tecnologia. Como se viu, foi ainda o complexo imigração-colonização o responsável tanto pela importação de máquinas necessárias à instalação de uma unidade fabril quanto pela produção interna das mesmas, além da fabricação de peças e a realização de reparos. Desde muito cedo, formou-se num setor metalmecânico no estado, surgido a partir do complexo colonial. As empresas mais significativas foram: Eberle, Berta, Gerdau, Becker, Wallig, Uhr. Apesar de não utilizar matéria-prima de origem pecuária, o setor metalmecânico esteve sempre voltado para esta área da economia em termos de mercado (PESAVENTO, 1985, p. 36).

Logo que retornou para o Brasil, Alberto Bins já com alguma experiência profissional, tinha a disposição não apenas os capitais econômicos construído e deixado pelo pai, mas também suas amizades. Assim, logo após o retorno Alberto se associou ao antigo amigo da família Miguel Friederichs na reorganização de uma sociedade, a *Bins & Friederichs*²³. Pouco tempo depois, associado à firma *Bromberg & Daudt*, Alberto fundou a União de Ferros, também dedicada a importação e comercialização de ferro bruto e materiais de construção (FAUSEL, [1957/1958 ?]; SPALDING, 1973; PESAVENTO, 1991)

Em 27 de junho de 1891, é anexado ao inventário de Mathias Bins que o filho Alberto fez a requisição dos seus bens de partilha, os quais estavam sob guarda do tio, Jacob Sehl, que o entregou juntamente com os rendimentos. Nesse mesmo ano, Bins se torna sócio comanditário da empresa de Emmerich Berta, assumindo sua direção anos depois, em 1904, quando decide abandonar o comércio e investir na indústria. A fábrica que mesmo após a aquisição de Alberto

²³ “O processo nº 1441 da Junta Comercial do Rio Grande do Sul (JCRS) apresenta um contrato de sociedade, assinado entre Alberto Bins e Miguel Friederichs, de um estabelecimento de “comércio de importação de ferro e máquinas, materiais de construção e qualquer outro ramo de negócio que possa convir”. “O capital social é de 274:367\$240, pertencendo ao sócio Alberto Bins 137:767\$080 e ao sócio Miguel Friederichs 136:600\$160. Fazem também parte dos bens sociais os terrenos e prédios nº 54, 56 e 58 sitos à rua dos Voluntários da Pátria nesta capital”. É curioso, entretanto, que o documento seja de 10 de agosto de 1895. Não se trata de alteração de contrato, mas do contrato em si. Talvez a sociedade tenha se formado já em 1888, como informa o almanaque da Casa Aloys, e a inscrição na Junta tenha sido feita apenas em 1895. A nota da venda da oficina de mármore para Jacob Aloys, datada de 1º de fevereiro de 1891 e publicada no almanaque “Noticiário Semanal...”, já apresenta a razão social Bins & Friederichs como a vendedora do patrimônio” (SILVA, 200, p. 73).

Bins continuou a se chamar Berta, produzia camas, fogões e prensas, mas sua especialidade eram os cofres, sendo a maior do gênero no país, abastecendo bancos nacionais e internacionais²⁴.

A fundição Berta ganhou impulso particularmente após 1904, quando Bins passou a se dedicar a ela, retirando-se da União de Ferros. Em 1907, a Berta já possuía três estabelecimentos: uma fábrica de cofres, um estaleiro e oficina mecânica e a Fundição Fênix. Para se ter uma ideia da expansão da empresa, basta avaliar as transformações ocorridas na fabricação de cofres, que, de um processo artesanal, evoluiu para um sistema que passou a contar, em 1907, com 94 máquinas, na sua maioria movida a vapor, ocupando 260 operários diariamente (PESAVENTO, 1991, p. 42)

Em 1901 Alberto Bins ingressa no Partido Republicano Riograndense, colocando o sobrenome Bins também dentro da política regional. Foi eleito Conselheiro Municipal em 1908, Deputado Estadual em 1913 e 1918, Vice intendente em 1924 e por ocasião da morte do Intendente Octávio Rocha, assumiu a Prefeitura de Porto Alegre em 1928, cargo que ficou até 1937. A participação de Alberto Bins na política municipal e estadual, elevou o sobrenome familiar para um espaço que até então não tinham ocupado, ascendendo o sobrenome Bins também entre a elite política do estado.

Considerações finais

Mesmo que possam trazer informações interessantes relativas às camadas mais baixas da sociedade, os inventários são documentos produzidos pelas famílias mais abastadas e mostram principalmente a realidade dessa. Analisando as pesquisas históricas em inventários *post-mortem* no Rio Grande do Sul, percebe-se que até então elas têm se dedicado às elites localizadas ao interior do estado, com suas fortunas especialmente agrárias. Quando se observa o inventário de uma família imigrante, urbana e vivendo na capital, percebe-se uma outra realidade, que exhibe riquezas burguesas que estão atrelada a empreendimentos comerciais, industriais e ações em companhias. Trazer à tona o inventário de Mathias Bins chama atenção para as possibilidades de se trabalhar com esse grupo de imigrantes a partir dessa fonte. As elites teutas e empresariais são constantemente revisitadas pelos estudos genealógicos, e pelas produções memorialísticas das empresas ainda em atuação, contudo a historiografia, em especial a História Social da Política ainda muito tem a nos revelar e tensionar sobre as relações e articulações desses grupos e os inventários se mostram como fonte em potencial.

²⁴ Hoje é possível encontrar cofres Berta na Ferragem Feldmann na cidade de São Leopoldo e no Farol Santander em Porto Alegre, prédio que no passado serviu como sede do Banco da Província e do Banco Nacional do Comércio.

A partir do inventário de Mathias Bins se reconheceu e discorreu sobre os diferentes capitais que o imigrante trouxe da sua terra natal e construiu na Porto Alegre daquele período. Mostrando que seus filhos não herdaram apenas o patrimônio financeiro paterno, mas suas relações, heranças essenciais para que o sobrenome familiar permanecesse e ascendesse entre os nomes do poder.

Perseguindo o sobrenome Bins, percebe-se que negócios, etnia e família são indissolúveis no interior do grupo que se entende como elite teuta gaúcha. Também se visualiza que na sociedade porto-alegrense de fins do XIX os sobrenomes fornecem informações importantes sobre como os diferentes grupos, se organizam, classificam e estruturam. Assim, uma análise a partir deles podem apontar estratégias utilizadas pelos agentes para alcançar espaços de poder em diferentes âmbitos da sociedade, seja político, econômico ou cultural, por meio da conversão e combinação de capitais.

Referências bibliográficas

Fontes:

APERS, Acervo do Judiciário, Porto Alegre, Juízo de Orphãos, Ação Judicial de Inventário, Processo nº101. Ano: 1887. Inventariado: Mathias Bins. Inventariante: Elisa Bins.

APERS, Acervo do Judiciário, Porto Alegre, Juízo de Orphãos, Ação Judicial de Inventário, Processo nº103. Ano: 1912. Inventariada: Otília Bins Gerdau. Inventariante: Hugo Carl Wilhelm Gerdau.

Arquivo da Arquidiocese de Porto Alegre. Igreja Católica do Rosário. Batismos 1859-1871. Microfilmado em 1984. *FamilySearch*. Microfilme: 004016121. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-FDFV-V?mode=g&cat=395848> > Acesso em: 21 de novembro de 2022.

Arquivo da Arquidiocese de Porto Alegre. Igreja Católica Nossa Senhora Madre de Deus. Óbitos 1867-1883. Microfilmado em 1984. *FamilySearch*. Microfilme: 4635556. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/search/film/004635556?i=310&cc=2177295> > Acesso em: 21 de novembro de 2022.

Arquivo da Arquidiocese de Porto Alegre. Igreja Católica Nossa Senhora Madre de Deus. Batismos 1858-1877. Microfilmado em 1984. *FamilySearch*. Registros paroquiais, 1772-1924.

Microfilme: 004635549. Disponível em: <
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-WZ3X-FN?cc=2177295> > Acesso em: 21
de novembro de 2022.

Arquivo da Arquidiocese de Porto Alegre. Igreja Católica Nossa Senhora Madre de Deus. Batismos 1877-1893. Microfilmado em 1984. *FamilySearch*. Registros paroquiais, 1772-1924. Microfilme: 004016118. Disponível em: <
<https://www.familysearch.org/search/film/004016118?i=130&cc=2177295> > Acesso em: 21
de novembro de 2022.

Arquivo da Arquidiocese de Porto Alegre. Igreja Católica São José dos Alemães. Batismos 1871-1886, 1891-1917. Microfilmado em 1984. *FamilySearch*. Registros paroquiais, 1772-1924. Microfilme: 004016114. Disponível em: <
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-FDZT-5?mode=g&cat=394746>>. Acesso
em: 21 de novembro de 2022.

LAEMMERT, Eduard. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940. **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**. Acesso em: 19 de outubro de 2022. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pesq=&pagfis=1>>.

LICHT, Henrique. Ruder Club Porto Alegre (1888- 1917). Subsídios históricos. **Centro de Memória do Esporte**. 2001. Acesso em: 22 de outubro de 2022. Disponível em: <
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/71061>>.

Registro Civil de Porto Alegre: 1876-2002. Óbitos 1857-1963. Microfilmado em 2002. *FamilySearch*. Microfilme: 004103441. Disponível em: <
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-99L5-WHP1?cc=3741255> >. Acesso em:
22 de novembro de 2022.

Registro Civil de Porto Alegre: 1876-2002. Óbitos 1860-2006. Microfilmado em 2002. *FamilySearch*. Microfilme: 004103549. Disponível em: <
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-99L5-WHP1?cc=3741255> >. Acesso em:
22 de novembro de 2022.

Referências:

- ASSIS, Célia de. TEIXEIRA, Francisco (org). **Chama empreendedora: a história e a cultura do Grupo Gerdau.** São Paulo: Prêmio. 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** Porto Alegre/RS: Zouk. 2011.
- BRAUN, Felipe Kuhn. BLUME, Sandro. **Alemães em Porto Alegre.** São Leopoldo: Oikos, 2022.
- DAMASCENO, Athos. **Artes plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900).** Porto Alegre: Globo, 1971.
- FAUSEL, Erich. **Alberto Bins: O merlense brasileiro.** São Leopoldo /RS: Rotermond & Cia. LTDA. [1957/1958 ?].
- FERRARETO, Karina. **Sociedades nem tão anônimas: um estudo prosopográfico sobre a elite empresarial de Rio Grande (1884-1913).** Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- GANS, Magda Roswita. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX, 1850-1889.** Porto Alegre: Editora da UFRGS/ ANPUH-RS. 2004.
- GERTZ, René. A República no Rio Grande do Sul: política, etnia e religião. **História Unisinos.** v. 14, n. 1, janeiro/abril de 2010.
- GERTZ, René. **O aviador e o carroceiro.** Política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre/RS: EDIPUC. 2002.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.
- LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LOPES, Jéssica Bitencourt. Uma sociedade formada por Trein, Mentz e Renner: Uma pesquisa sobre as indústrias A.J. Renner de Porto Alegre / RS e seus empresários. **Revista Cantareira,** n.36, 2022.

LOPES, Raimundo Helio. Noll, Izabel. Germano Hasslocher. In: **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Acesso em: 20 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/HASSLOCHER,%20Germano.pdf> >

LUZ, João Hecker. **Jacob Kroeff- Jacob Kroeff Filho – Jacob Kroeff Neto: o hoteleiro, o Coronel e o intendente – 1855 a 1966**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2010.

MELO, José Lannes. Os Gerdau-Johannpeter: a via industrial pesada gaúcha. In: CAMPOS, Pedro Henrique. BRANDÃO, Rafael. **Os donos do capital: A trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro** (org.). Rio de Janeiro: Autografia. 2017, p. 140-169.

NADALIN, Sergio Odilon. BIDEAU, Alain. How German Lutherans became Brazilians: A methodological essay. **History of the Family**, v. 10, n.1, 2005.

NORONHA, Andrius Estevam. **Beneméritos empresários: história social de uma elite imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966)**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A burguesia no Brasil: da sombra para a luz. Cadernos de Estudo. **Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS**, n. II. Porto Alegre. 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História da Indústria sul-rio-grandense**. Guaíba: Riocell, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os industriais da república**. Porto Alegre: IEL, 1991.

PIASSINI, Carlos Eduardo. **A participação política de imigrantes germânicos no Rio Grande do Sul: Os Brummer Kahlden, Haensel, Koseritz e Ter Brügggen, 1851-1881**. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

POUTIGNAT, Philippe. STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998.

RIBEIRO, José Iran. **As “surpresas” de Chico Pedro, as astúcias de Morigue: Francisco Pedro de Abreu, o Barão de Jacuí**. 2ª edição [e-book]. São Leopoldo: Oikos. 2021.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. 2º Ed. São Leopoldo: Oikos. 2022.

ROSSATO, Mônica. **Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895: que federalismo era esse?**. Tese (Doutorado em História). Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria. 2020.

ROSSATO, Mônica. **Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins**. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria. 2014.

SAINT MARTIN, Monique. Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. **Tomo**, n. 13. 2008.

SILVA, Haïke Roselane Kleber. **A trajetória de uma liderança étnica. J. Aloys Friederichs (1863-1950)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2005.

SILVA, Jaqueline Padovani da. **“Desta para a melhor”**: a presença das viúvas machadianas no *Jornal das Famílias*. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Biociência, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2014.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007.

VARGAS, Jonas Moreira. **Os Barões do charque e suas fortunas: Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

VARGAS, Jonas Moreira. Uma fonte, muitas possibilidades: as relações sociais por trás dos inventários *post-mortem*. In: **Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG). 2013, p. 155-179.

WEIMER, Gunter. Alemães em Porto Alegre. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 161, 2021, p. 53-82.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Os comos do nome: desencontros e encontros entre microanálise e estudos de nomenclatura. Um balanço historiográfico e uma proposta de pesquisa. In: MARTINS, Maria Cristina Bohn e MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Uma história em escalas. A microanálise e a historiografia latino-americana.** São Leopoldo: Óikos, 2012, p. 181-215.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres.** Colonos do Sul e Situatedes do Nordeste. São Paulo: Editora Hucitec. 1995.

ZONABEND, Françoise. Le Nom de personne. **L'Homme**, v.20, n.4, p.7-23, 1980.

Modernidade desiludida: tempos, raça e memória, questões a partir de “Recordações do Escrivão Isaías Caminha” (1909), de Lima Barreto

Disappointments in Modernity: times, race and memory, questions about Lima Barreto's "Recordações do Escrivão Isaías Caminha" (1909)

Juliano Lima Schualtz

Mestrando em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

juschualtz@gmail.com

Recebido: 22/06/2023

Aprovado: 19/11/2023

Resumo: Em 2022 se comemorou o centenário de morte do escritor carioca Lima Barreto (1881 – 1922), da Semana de Arte Moderna (1922) e do Bicentenário da Independência do Brasil (1822), constituindo três momentos-chave para a história e memória literária, cultural e política do país. Muitas páginas e canetas foram gastas em trabalhos diversos sobre a obra de Lima Barreto. No entanto, o presente artigo busca levantar e elaborar questões relativas à experiência do tempo do negro na modernidade brasileira, tendo como eixo o romance inicial do autor, isto é, o “Recordações do Escrivão Isaías Caminha” (1909). Para refletir sobre a experiência do tempo, proponho pensar em formas de temporalização do tempo (HARTOG, 2019) e formas de temporalização da raça (um conceito que está em desenvolvimento), analisando a Primeira República e, tomando de empréstimo, aspectos da trajetória do escritor. Por fim, busca-se pensar a relação entre tempos, raça, memória e modernidade através do diálogo entre historiografia e literatura.

Palavras-chave: Tempo; Modernidade; Memória.

Abstract: In 2022, the centenary of the death of the Carioca writer Lima Barreto (1881 – 1922), the Semana de Arte Moderna (1922) and the Bicentennial of the Independence of Brazil (1822) were celebrated, constituting three key moments for the history and literary, cultural and political memory of the country. Several pages and pens were spent on various pieces of Lima Barreto's work. However, this article seeks to raise and elaborate questions related to the experience of black people in Brazilian modernity. Having as its axis the author's initial novel, that is, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909). To reflect on the experience of time, I propose thinking about ways of temporalizing time (HARTOG, 2019) and ways of temporalizing race (a concept that is under development) analyzing the First Republic and borrowing aspects of the writer's trajectory. Finally, we seek to think

about the relationship between times, race, memory and modernity through the dialogue between historiography and literature.

Keywords: Time; Modernity; Memory.

Nas brechas da República

Lima Barreto viveu na intermitência temporal. Passou os primeiros anos da infância no Brasil Imperial; a adolescência, mocidade e vida adulta foram vividas no Brasil pós-abolicionista e republicano. Presenciou os inícios do processo de modernização do país; suas disputas, silenciamentos e esquecimentos. Questões asseveradas em virtude da condição histórica e biográfica do escritor — negro, alcoólatra, interno, carioca e anarquista. Residiu na cidade, palco da modernização, Rio de Janeiro, testemunhando no papel de transeunte/*flâneur* a inclinação “bovarista”,¹ na expressão do autor, que o Estado-nação em formação buscava ao espelhar a Europa, especificamente a França, amparando o sistema de referências de forma exógena: sistematizando-o de fora para dentro na sustentação da dimensão cosmopolita da cidade moderna (PESAVENTO, 1997). E assim, suprimindo o outro Brasil; colonial, desigual, violento e com o passado fresco da escravidão. O Brasil que encontraria e ocuparia espaço em sua vivência e trabalho literário, ofício nomeado pelo escritor de “literatura militante” (BARRETO, 2017).

Entre a infância e adolescência de Lima Barreto dois momentos foram marcantes, tanto a Abolição em 13 de maio de 1888, evento que Lima Barreto assistiu quando criança ao lado do seu pai, rememorando e registrando em textos posteriores, quanto a República proclamada em 14 de novembro de 1889. No segundo evento, o novo sistema político precisava de oficialização, construção de memória e comemoração para concretizar o evento frágil no imaginário popular e na vida cívica. Foi preciso forjar a “formação das almas”, a vida simbólica do regime republicano (CARVALHO, 2017), mirando a invenção de outra tradição de passado (HOBSBAWM; RANGER, 1984) distante das referências monárquicas e coloniais, alavancando caminhos em direção à

¹ Para Lima Barreto, com certa apreensão da psicologia da nação, o termo bovarismo, elaborado pelo filósofo francês Jules Gaultier, no seu estudo em torno dos personagens do romance “Madame Bovary” (1856), de Gustave Flaubert, é lido pelo literato carioca como uma forma de desidentificação e melancolia com a realidade nacional corroborando com a angústia da importação compulsiva de referências de fora.

identidade nacional: em busca dos anseios populares, mas sem a presença do povo (CARVALHO, 2019).

Nesse texto, o investimento principal está nos conceitos de tempo e de raça. Defende-se que o arranjo temporal da República operava no campo do regime de historicidade futurista (HARTOG, 2019), o hino nacional da época serve de exemplo que imprime e expressa essa forma de temporalização da vida nacional: “Nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre País... Acha irmãos, não tiranos hostis. Nosso augusto estandarte que puro, Brilha, ovante, da Pátria no altar!”²

No início do período republicano, os conceitos de ordem e progresso delinearão os novos tempos, de ordenamento em nome do progresso, organizando e articulando o tempo rumo ao futuro. Consequentemente, a filosofia positivista teria como pressuposto o progressivismo, isto é, seus olhos tinham como alvo o futuro. Dessa forma, podemos compreender que o futuro, para ela, foi uma categoria temporal mediadora e norteadora ao mesmo tempo. As ciências da natureza, nesse sentido, ocupavam um papel fundamental, pois se tornavam o alicerce do que se fundamentava como pensamento histórico positivista. O positivismo constituiu uma importante conjunção entre tempo e raça no ideário republicano. Conjunção que atravessou o processo de modernização e influenciou a obra de Lima Barreto. Em paralelo, a projeção do futuro na mentalidade republicana via no passado colonial escravocrata um elemento a ser esquecido, para desocupar o ponto de referência do país. E vários dos investimentos para o branqueamento populacional já estavam sendo efetuados pelas elites dirigentes do Antigo Império, é o caso da imigração sob a iniciativa do colonato.

O espaço semântico que foi ganhando corpo com a aceleração do progresso (ARAUJO, 2008; TURIN, 2022) lapidou conceitos como “cidadania”, “igualdade”, “fraternidade”, “liberdade”, “soberania”, “ordem” e “progresso”, alguns se constituindo desde a Independência arraigados com o tempo singular do nacionalismo circunscrito no Estado-nação. A Abolição e a Proclamação colocaram em campo duas perspectivas de liberdade: a primeira dos negros e a segunda dos brancos (GUIMARÃES, 2021). Os anseios da Abolição, por parte da República, foram inibidos por conta da singularidade do tempo republicano que não visou sincronizar os corpos negros, indígenas e suas

² Hino da República do Brasil, letra: Medeiros e Albuquerque (1867 – 1934). Música: Leopoldo Miguez (1850 – 1902). Publicada no Diário Oficial de 21 de janeiro de 1890.

formas de experienciar o tempo e de construir visões da liberdade (CHALHOUB, 1990), debandado-as para fora do tempo do progresso. Mas estar “fora do tempo”, “destemporalizado” ou “dessincronizado”, em particular no campo literário, é sempre a oportunidade de tensionar o tempo e a nação, e no caso de Lima Barreto, a raça.

É vasta a bibliografia que analisa a raça como fabricação e ficção da modernidade e sua função nos Estados-nação, com fins de síntese, as ideias de Achille Mbembe (2018) e Paul Gilroy (2007) são pontuais. Raça enquanto forma de hierarquização e classificação; meio de diferenciação e semelhança; discurso e regime, ou seja, a raça é construída, pensada e atualizada por diferentes partícipes do próprio pensamento racializado (GILROY, 2007). Em vista disso, parte dos dilemas envolvendo a categoria de raça na modernidade podem ganhar provimento analítico se pensados na chave do regime de historicidade futurista, do *como* a raça passou a compor os projetos de futuro e ordenamento das temporalidades dos Estados-nação a partir dos séculos XIX e XX. Na outra ponta, a raça está na constituição das dinâmicas da temporalização do tempo, ou seja, na historicidade do regime moderno do tempo, nos meios de lidar e de construir o tempo. Reforço: aqui não basta pensar somente na temporalização do tempo *stricto sensu*, mas nas formas de temporalização da raça.

As atribuições e sentidos da raça na Primeira República, como foi corrente nos séculos XIX e XX, passaram pelo crivo da institucionalização, tornando-se campo de saber e de investimento científico, fomentando a eugenia e teorias raciais do período (SCHWARCZ, 1993). Raça e ciência estavam em estrita junta com o planejamento das etapas do futuro dos Estados-nação. Para a modernização no Brasil, em fins do século XIX e começo do século XX, o negro estava na esfera do “problema” a ser resolvido; no plano econômico, político, social e cultural, operando um jogo decalcado em negatividades dialéticas; o negro fazia parte da modernidade, mesmo essa modernidade negando-o constantemente. E as formas de negação traduziram-se em escolhas de representação do passado e mediações temporais. Para direcionar essas escolhas, as práticas de apagamento e silenciamento estavam no imaginário republicano constitucional numa perspectiva futurista/processual do tempo e da raça. Em suma, mesmo que provisoriamente, *projetar a nação passava também por organizar o tempo e controlar discursivamente a raça*.

Pós-abolição e modernidade: Lima Barreto entre o limite e a dobra

É preciso compreender a agência-narrativa e ativista-negra na literatura como missão (SEVCENKO, 2003) de Lima Barreto, no interior de uma conjuntura ampliada do pós-abolição como problema histórico (RIOS; MATTOS, 2004). O pós-abolição rearranjou diretrizes do tempo, passando do “desprendimento” do tempo do cativo e da senzala, em outros termos, de uma “monocultura do tempo” para um tempo de lutas por cidadania, liberdade — desde o final do século XIX (PINTO, 2018) — e modos de disputar e construir modernidade. Lima Barreto, enquanto “produto” (e produtor) do pós-abolição, presenciou e engendrou o protagonismo negro (CUTI, 2011; DOMINGUES, 2011) potencializado nesse contexto, que usou de todos os meios para excluir as pessoas negras das gramáticas e das semânticas de reconhecimento. Não é novidade escrever que o projeto literário de Lima Barreto pode ser lido à luz das dinâmicas do pós-abolição, operando na incompletude de um período de transição orquestrado entre o fim do Império e o início da República (REZENDE DE CARVALHO, 2017), inclusive num tempo — o da pós-abolição — ainda indeterminado e não realizado, de manifestação e intervenção.

Evocar o termo “pós-abolição” consiste em assinalar a centralidade negra e protagonismo negro na construção da modernidade e da formação brasileira. Nesse panorama, a obra barretiana irrompe como paradigma e margem das contradições da modernidade e do modernismo, no plano político e no plano estético. Parte da historiografia e dos estudos literários sobre a literatura de Lima Barreto possuem um campo vasto de pesquisas e preocupações. Gostaria de explicar algumas das temáticas desses estudos que têm vínculos com questões alçadas no texto. É sabido entre estudiosos/as da literatura barretiana que o escritor carioca ficou carimbado no peso do sufixo, colocado no pré-modernismo, cronologia (despida de reflexão temporal) popularizada por Alfredo Bosi na sua “História Concisa da Literatura Brasileira”, de 1982.

Segundo Irenísia Torres de Oliveira (2008), duas teses foram fundamentais para criar ferramentas analíticas referentes à obra do escritor, quais sejam: “Lima Barreto: o crítico e a crise”, de Antonio Arnoni Prado e “Lima Barreto e o espaço romanesco”, de Osman Lins, ambas publicadas no formato de livro em 1976. Mas foi com dois trabalhos dos anos de 1990 e 2000 que a inflexão da modernidade e do modernismo apareceram com maior densidade: o trabalho de Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo, no livro “Trincheiras de sonho: ficção e cultura em Lima Barreto”

(1998), e de Maria Cristina Teixeira Machado, no livro “Lima Barreto: um pensador social na Primeira República” (2002). Para Figueiredo, a preocupação estava em firmar Lima Barreto como um autor do século XX, crítico do nacionalismo da época, sequestrado por visões pitorescas de projetos de brasilidade, demonstrando um escritor inclinado para as preocupações sociais do Brasil e que inovou esteticamente o romance. Já em Machado, utilizando-se dos estudos de Walter Benjamin sobre Charles Baudelaire, abordou com maior ênfase o romance “Vida e Morte de M.J Gonzaga de Sá” (1919), aprofundando as relações entre o *flâneur* e a cidade em mutação, entre a modernidade republicana e o realismo barretiano.

Recentemente, de acordo com Vinícius da Cunha Bisterço (2018), falar em modernidade em Lima Barreto, principalmente a figuração do processo em suas crônicas, é falar, através do termo de Beatriz Sarlo (2010), em modernidade periférica. Bisterço, comparando crônicas de Roberto Arlt e Lima Barreto, analisou como os textos fazem parte da tradição moderna e capturaram as dinâmicas da modernização em contextos distintos de urbanidade na qual os autores estavam inseridos. Nessa esteira, nas crônicas dos literatos aparecem resquícios do passado colonial sendo contrapostos com tentativas de “superação” através da modernização importada dos centros europeus para a América Latina. E no caso barretiano, a modernidade carioca dissolveu-se em expectativas desiludidas, legislada pelo anacronismo, isto é, o passado colonial não foi “superado”, mas assumiu novas formas com o processo republicano.

Nesse horizonte de revisões da modernidade, o termo “modernidade negra”, debitado de Paul Gilroy, tem decalcado linhas de força interpretativas das expressões estéticas negras em solo brasileiro. Embora Antônio Alfredo Guimarães não analise Lima Barreto em sua obra “Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930 – 1970)”, alguns elementos lançados no trabalho são importantes para repensar o contexto, ao menos no plano estético-político, proposto no livro. A ideia de modernidade negra está em relação com a noção de contracultura da modernidade, isto significa, as formas de autoexpressão estética dos negros investida em objetos artísticos, sejam romances, músicas ou danças, munidos de perspectivas críticas sobre a modernidade. Essa modernidade negra tem influência do pós-abolição no imaginário da literatura negro-brasileira (CUTI; 2010). Ademais, o modernismo negro em Lima Barreto tem sido usado em contraposição ao

corde cronológico e de cátedra do Modernismo de 1922, a formação discursiva principal da literatura brasileira (SILVA; 2018), formação que também é uma ideologia modernista (FISCHER; 2022).

Lília Schwarcz na biografia “Lima Barreto — Triste visionário” (2017), usou a expressão “termômetro”, referindo-se à relação de Lima Barreto com a República, mas essa expressão pode ser manejada pensando o autor de “Todos os Santos” e seus liames com a modernidade e o modernismo. No começo desta seção, usou-se palavras como “paradigma” e “margem” figurando Lima Barreto como evento em potência para repensar tanto os limites como as dobras da modernidade e do modernismo. Dessa forma, Lima Barreto também assume estatuto de termômetro no tocante ao dueto modernidade e modernismo, tanto na clausura quanto na desmesura. Por fim, para posicionar melhor os empenhos analíticos escolhidos no texto, farei um cruzamento entre François Hartog e Paul Gilroy, aprofundando a reflexão no plano literário de questões já urdidas nas páginas anteriores, como literatura, modernidade, tempo e raça.

Literatura, tempo e raça

Para François Hartog no livro “Crer em História” (2017), o tempo na literatura e na história a partir do século XIX, comportaram sentidos distintos, observando que “a literatura concentrar-se-á de preferência nas fissuras do moderno regime, em captar seus fracassos, apreender a heterogeneidade das temporalidades em curso” (HARTOG, 2017, p. 128). E assim, a literatura está em desacordo com o tempo processual e homogêneo da História-disciplina, dado que a literatura trabalha com as gretas do moderno regime de historicidade em nome da heterogeneidade temporal. Os outros tempos dissonantes escritos na literatura moderna permeiam e perfuram o tempo do progresso e da civilização, textualizando suas “fissuras”, “brechas” e “fracassos”, alguns dos termos usados por Hartog. Essa forma de escrita do tempo expressa na literatura é de grande valia para pensar o Lima Barreto. A literatura barretiana investigou os fracassos da modernização republicana e seus fantasmas (reinscrevendo-os na cena do texto) protagonizando as brechas.³

³ Nesse quesito, outros autores são de primeira importância para o contexto e questões levantadas, ao lado de Lima Barreto (1881 – 1922), pode-se mencionar Euclides da Cunha (1866 – 1909), o qual trouxe o sertão e o sertanejo para interpelar o tempo sincrônico da República. Monteiro Lobato (1882 – 1948) com a figura do caipira, mesmo pendendo para a caricatura, o tempo do campo e o tempo da cidade estão presentes nos contos e crônicas envolvendo o personagem Jeca Tatu. Por fim, as crônicas de João do Rio (1881 – 1921) capturaram as contradições da modernização e da experiência moderna compartilhadas por personagens diversos em diferentes localidades urbanas.

Por outro lado, Paul Gilroy no livro “O Atlântico negro” (2012) analisou escritores afro-americanos atentando para o tópico autobiográfico que, em suas palavras; “expressam o poder de uma tradição de escrita em que a autobiografia se torna um ato ou processo de simultânea autocriação e auto-emancipação” (GILROY, 2012, p. 51) e, em certos casos, buscaram “superar a raça” (GILROY, 2012). Gilroy refere-se à W.E.B. Du Bois, Frederick Douglas e Richard Wright, no entanto, às questões levantadas para refletir acerca de literaturas de autorias negras em outros contextos. Analogamente a esses escritores, a obra barretiana conjuga o aspecto autobiográfico, memórias de sofrimento racial, nexos conflituosos com o Estado-nação e a crítica à modernidade. Alguns escritores estudados por Paul Gilroy utilizaram a memória da experiência escrava para produzirem reinterpretações da modernidade. Em Lima Barreto, serão as memórias do pós-abolição e pós-escravidão que vão ser mobilizadas na sua agência político literária. Todavia, como memória e tempo são paralelos, a experiência negra na modernidade promoveu tempos codificados e descodificados na ideia e na condição da diáspora, compondo outras relações com o tempo, com a raça e com a nação.

Gilroy buscou no conceito de dupla consciência de W.E.B. Du Bois, a tonalidade para a sua história intelectual negra. Segundo Gilroy, “esforçar-se por ser ao mesmo tempo europeu e negro requer algumas formas específicas de dupla consciência” (GILROY, 2012, p. 33). Foram intelectuais que viveram sob o signo do cindido e do fraturado; entre o ser europeu/americano e ser negro — no caso de Lima Barreto, coloca-se o ser negro e o ser brasileiro no contexto do pós-abolição. A dupla consciência implica essa condição existencial/dualista dos negros na modernidade: a condição negra e a condição moderna. O jogo pertencimento/não-pertencimento com a ordem moderna está na dupla consciência, entre ser de determinada modernidade, mas não pertencer exatamente a ela. Como viver num mundo em que se é olhado e construído pelo outro? Como os intelectuais negros experienciaram a modernidade maquinada na lógica futurista e processual do tempo e da raça cifrada nos Estados-nação, conjugando a metafísica racial e o absolutismo étnico?

Com o auxílio de Gilroy é possível pensar em formas de tensionamento da raça na discursividade literária negra e seus modos de autorrepresentação poética e tentativas de superação práticas, imaginárias e narrativas. Esses modos carregam as continuidades do passado colonial, do sofrimento racial e do luto atuante na memória negra. E também do tempo melancólico e da revolta

contra a modernidade; “localizando”, “apreendendo”, “desdobrando” e, por que não, no caso literário: “desestabilizando” os seus limites, intervindo no tempo. Para tal, os usos da memória da escravidão, da *plantation* e das trajetórias negras em contextos de pós-abolição, na escritura historiadora de Gilroy, operam a feitura de produtos culturais. Logo, é por meio desse conjunto de problemas prismados na conjuntura apresentada que penso o romance “Recordações do escrivo Isaiás Caminha” (1909), de Lima Barreto.

“Recordações” foi o livro inaugural da trajetória literária de Lima Barreto. No romance, acompanhamos o jovem Isaiás Caminha, moço provinciano e negro com desejos para construir a sua vida através dos estudos e gestando planos para estudar na capital federal da época, Rio de Janeiro, no início da Primeira República. O romance é narrado mediante recordações rememoradas dez anos após os eventos ocorridos, no momento em que o personagem Isaiás ocupa o cargo de Deputado Federal. No preâmbulo intitulado “Breve Notícia”, o próprio Lima Barreto assina-o entrando como personagem e ficcionalizando o processo editorial do livro, movendo-se na zona ambígua e movediça do romance, simulando um discurso autobiográfico (NEGREIROS, 2017). No romance são amarradas a infância, a adolescência e a mocidade, contemplando a saída do personagem do campo para a cidade, o fim da ilusão da carreira intelectual, o trabalho no jornal “O Globo” e a carreira política.⁴

Figuras em deslocamento: memória e temporalidade

Em “A Imagem de Proust” (1994), Walter Benjamin escreveu: “o importante para o autor que rememora, não é o que ele viveu, mas o tecido de sua rememoração, o trabalho de Penélope da reminiscência” (BENJAMIN, 1985, p. 1987). Rememoração e reminiscência são elementos constitutivos na leitura benjaminiana do conceito proustiano de “memória involuntária”. Forma de memória que está no espontâneo, nas imagens quebradiças e opacas, nos sentimentos e emoções, operando no tempo polifônico. Mas o “passado traz consigo um índice misterioso” (BENJAMIN, 1985, p. 223), sendo disforme, temporalmente disruptivo e confuso. Isto posto, a memória

⁴ O nome faz alusão ao jornal “O Correio da Manhã”, um dos mais importantes jornais da Primeira República.

involuntária demanda uma “vontade de narrar” ancorada no presente, na temporalidade *kairológica*, isto é, que parte do agora — do presente de quem exerce o ofício rememorativo e narrativo.

No romance “Recordações”, o fio condutor que leva o personagem-narrador Isaías a escrever o livro está em uma notícia impressa num jornal corriqueiro do começo do século XX, realiza-se no espontâneo, no presente do personagem, em suas palavras; “nela um dos seus colaboradores fazia multiplicadas considerações desfavoráveis à natureza da inteligência das pessoas do meu nascimento” (BARRETO, 2010, p. 63), essas pessoas de nascimento semelhante a do personagem são os negros e os mulatos. Logo, a notícia de conteúdo racista seria passível de compor parte de algum periódico científico nas páginas jornalísticas, uma vez que existiam vários na época e propagavam os males do negro e da mestiçagem para a civilização, são aspectos e espectros da recepção das teses eugenistas no ideário positivista. Após lê-la, Isaías fica inconformado e entra em estado meditativo: “vieram-me recordações de minha vida, de toda ela, do meu nascimento, infância, puerícia e mocidade” (BARRETO, 2010, p. 63).

O ponto de combustão para o ato de rememorar é a notícia. Esse processo retrospectivo da memória involuntária em torno da trajetória do personagem tem em vista demonstrar para a sociedade a falsidade das constatações:

resolvi narrar trechos de minha vida, sem reservas nem perífrases, para de algum modo mostrar ao tal autor do artigo, que, sendo verdadeiras as suas observações, a sentença geral que tirava, não estava em nós, na nossa carne e nosso sangue, mas fora de nós, na sociedade que nos cercava, as causas de tão feios fins de tão belos começos (BARRETO, 2010, p. 64).

Isaías aspira responder às notícias de cunho racial e do negro visto como “problema” na sociedade, o qual estaria instalado — para além das carnes e do sangue — no próprio campo social. Na passagem há o uso do termo “nós”, fazendo com que a dimensão individual se direcione para a coletiva. O ato de tentar narrar a própria vida, manifestando as dificuldades que encontrou vivendo na capital, como jovem e negro, assinala o futuro-passado perdido do personagem. Estando ausente dos direitos e acompanhando o ruminar da busca pela carreira intelectual, o personagem não ocupa uma função intelectual (a qual planejava) e, sim, burocrática (a qual criticava). As suas “ilusões perdidas” são rememoradas e narradas através das recordações, e essa tentativa de escrever a própria vida tem uma preocupação com outros sujeitos de condição semelhante à do personagem. No limite do empenho do personagem, o que ele sinaliza é que existem outros passados que foram silenciados,

futuros sonogados e presentes interditados vinculados às vidas das pessoas negras no processo de modernização brasileira.

Por isso, o termo “recordação” presente no título e sedimentado no romance merece atenção. No esboço da sua fenomenologia da memória, quando Paul Ricoeur (2018) reflete sobre a recordação, o filósofo levanta dois traços da recordação que são o esforço na busca de algo e a luta contra o esquecimento de algo. Para Aleida Assmann, a recordação atua na memória instigando a sua potência crítica e reconstrutiva,

A recordação procede basicamente de forma reconstrutiva: sempre começa do presente e avança inevitavelmente para um deslocamento, uma deformação, uma distorção, uma reavaliação e uma renovação do que foi lembrado até o momento da sua recuperação. Assim, nesse intervalo de latência, a lembrança não está guardada em um repositório seguro, e sim sujeita a um processo de transformação (ASSMANN, 2011, p. 34).

Ricoeur, Assmann e Benjamin têm contribuições para uma abordagem sofisticada do conceito de recordação. Quando Isaías narra reconstrutivamente, partindo do presente, trechos da sua vida através das recordações, manejando-as e usando-as também para dizer sobre a condição das vidas negras no interior da modernização brasileira, o seu esforço se situa contra a memória oficial e o racismo moderno, responsável por silenciar o passado colonial e centralizar a vontade branca de futuro que precisava deixar os negros para trás. Nesse ponto, a literatura de Lima está em oposição à temporalização da ordem moderna do tempo, trabalhando com a descontinuidade temporal, mas levantando as continuidades e permanências que a ordem moderna do tempo revogava.

A “vontade de narrar” baseada na temporalidade *kairológica* da memória involuntária, na prática rememorativa e também nas ideias de W.E.B. Du Bois e Paul Gilroy debitadas das narrativas negras que respondem criticamente à modernidade, apresenta uma das formas possíveis para abordar o livro de Lima Barreto. No livro, a narrativa deflagra constantemente a dialética do futuro-passado e passado-presente, negando os grilhões da retroatividade. O personagem-narrador no delongar do romance corta frequentemente o fluxo cronológico da narrativa, suspendendo o encadeamento linear do enredo e explodindo a sequencialidade. E tanto a memória involuntária quanto a escrita literária não operam na cronologia, mas na simultaneidade temporal (“heterocronia”). Esses momentos de retorno e suspensão do segmento narrativo fazem alusão a episódios de sofrimento racial e emoções

negativas: “escrevendo estas linhas, com que saudades me não recordo desse heróico anseio dos meus dezoito anos esmagados e pisados! Hoje... É noite” (BARRETO, 2010, p. 122).

Além disso, outra dimensão que as “Recordações” trazem está na reflexão do personagem-narrador sobre a escrita. Tem-se três momentos: o que levou a escrita (a notícia), sua função (conscientizar a sociedade do problema racial enquanto constitutivo da mesma) e a reflexão sobre o processo escriturário. O último elemento é oblíquo, o lugar da escrita no livro de Lima Barreto não é assinado na rubrica do romancista, cronista ou poeta, mas na pena do escrivão, ofício fora das “habilidades literárias”, trabalho próprio do processo técnico da modernização.⁵ Ainda no preâmbulo, diz Isaías: “perdoem-me os leitores a pobreza da minha narração” (BARRETO, 2010, p. 62). O personagem deposita esperança naquilo que escreve, mas coloca a narração sob desconfiança constante. Noutra passagem,

De forma que não tenho por onde aferir se as minhas Recordações preenchem o fim a que as destino; se a minha inabilidade literária está prejudicando completamente o seu pensamento. Que tortura! E não é só isso: envergonho-me por esta ou aquela passagem em que me acho, em que me dispo em frente de desconhecidos, como uma mulher pública... Sofro assim de tantos modos, por causa desta obra, que julgo que esse mal-estar, com que às vezes acordo, vem dela, unicamente dela. Quero abandoná-la; mas não posso absolutamente (BARRETO, 2010, p. 138).

Isaías tem “vergonha” de como escreve, o uso da expressão vem carregado de polissemia. Num contexto em que a alfabetização de pessoas negras foi mínima e o acesso à leitura amplamente elitizado, o livro-manifesto é redigido por mãos negras. Ainda, é possível perguntar: como Lima Barreto duplicado em Isaías Caminha se relacionava com as teses eugenistas da época? Dado que dentro daquilo que o romance maneja no texto e do próprio contexto, elas faziam parte das notícias lidas cotidianamente? Por essa via, é possível associar a vergonha da escrita com o receio em relação ao determinismo racial, o qual excluía a particularidade ou individualidade do negro em nome da unidade do grupo, do essencialismo codificante. Isaías não seria distinto das demais pessoas negras por seu “intelecto” ou “cargo”. Essa leitura um tanto conformista entre escrita e preconceito/medo pode ser transposta através da vontade do personagem em, recuperando Gilroy, “superar” a própria

⁵ Os três atos de urdidura do texto que aparecem no preâmbulo e retomados no decorrer do romance; a escrita, sua função e a sua reflexão, estão no caldo emblemático da autoria de Lima Barreto. Esse é outro fator que leva para aproximações com os estudos de Paul Gilroy sobre os escritores afro-americanos, a dimensão autobiográfica e contra-cultural da modernidade.

raça. Por meio da autoficção, denunciando o racismo e lutando contra os claustros raciais no impasse que assume a condição negra no filão da crítica e construção da modernidade e da inovação estética.

Por fim, o personagem não consegue abandonar a escrita da sua obra, existe o fundo esperançoso em seu empreendimento (auto)narrativo: “Talvez mesmo seja angústia de escritor, porque vivo cheio de dúvidas, e hesito de dia para dia em continuar a escrevê-lo. Não é o seu valor literário que me preocupa; é a sua utilidade para o fim que almejo” (BARRETO, 2010, p. 96). Mesmo utilizando a palavra escritor, o “valor literário” das “Recordações” é secundário, é a sua utilidade política que precisa de correspondência e efetividade, inscrita no plano primário. No livro está manifesta uma busca por justiça em nome dos indignos de serem lembrados e dos corpos “não temporalizados” na modernidade e não sincronizados no Estado-nação. Como foi visto, tanto emoções negativas quanto positivas atravessam o romance, reunidas, ainda, na lógica da memória involuntária eivada por histórias do pós-abolição pelo lugar indeterminado, melancólico e revoltoso da autoria negra. Nesse período em que, segundo o personagem-narrador: “eu não tinha nem a simpatia com que se olham as árvores; o meu sofrimento e as minhas dores não encontravam o menor eco fora de mim” (BARRETO, 2010, p. 145 – 146).

Figuras em trânsito: o trem e a viagem

Os primeiros capítulos do romance narram a saída de Isaías do campo para a cidade. O desejo de zarpar da província está sustentado na projeção da carreira doutoral. Como sempre foi bom aluno na escola e ensinado pelo pai a gostar dos grandes homens e grandes eventos da história, o seu futuro estava prefigurado, “Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onímodo de minha cor... Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda a gente” (BARRETO, 2010, p. 75). É Valentim, tio de Isaías, o responsável por ajudá-lo com a mudança, marcando uma conversa com o Coronel Belmiro e indicando o jovem para alguém conhecido na capital. Com a indicação textualizada numa carta para o Deputado Castro, Isaías prepara as malas para a viagem. Essa relação de favores entre o Coronel e pessoas no ambiente roceiro denota a influência do clientelismo na política republicana.

No jogo campo-cidade existem dois tempos intercalados. O primeiro vinculado ao ambiente campestre; monótono e orientado através das mudanças naturais do cotidiano, ele está na “luminescência do lampião de petróleo” (BARRETO, 2010, p. 75) quando anoitece e “segue-se a doce e medíocre vida roceira” (BARRETO, 2010, p. 75). Está na demora da chegada das notícias e novidades, na falta de perspectivas e deslocamento para a cidade em busca de mudanças, o campo durante a modernidade é ligado a essa figura parada no “tempo”, de inocência e vida simples (WILLIAMS, 1989).

O segundo vinculado à modernização, Isaías sai do campo para a cidade embarcando no trem, figura síntese da modernidade, da aceleração do tempo, do movimento rumo ao progresso e, fazendo circular, novas temporalidades, espacialidades e sensações. A aceleração da experiência temporal na função de sensibilidade moderna no romance acarreta o processo de travessia do personagem para a própria modernidade. É esse artefato de ferro o responsável por diminuir e regar o tempo percorrido entre a cidade e o campo, rasgando a natureza com suas ferrovias e carregando o moderno para o espaço rural, tornando-o petrificado no tempo do atraso.

Koselleck (2014), ao analisar o poema “O cavalo a vapor” do poeta Adelbert von Chamisso, escreve: “Numa inversão fabulosa, ele imagina como a aceleração aumenta a ponto de ultrapassar o passado, mas não o futuro” (KOSELLECK, 2014, p. 139). A colocação sobre a poesia de Chamisso pode ser apropriada para conduzir um paralelo. Ou seja, Isaías avista no trem a saída do campo para a cidade, o tempo futuro é o limite último de realização, deixando através da janela do trem o seu passado e o passado do campo. Através da transposição temporal e espacial presente na figura do trem, o personagem-narrador inicia a busca da nova vida.

Isaías observa a paisagem passando na janela, o trem advindo do desenvolvimento da tecnologia colocou novas percepções em campo, visíveis pelos olhos do personagem, o trem esquematiza o único movimento para a frente no impasse que a natureza provincial desvanece. Nessa etapa, o próprio uso de metáforas do escritor se modifica, transitando de imagens “naturais” para imagens “técnicas”. Mas essa experiência sensorial da viagem, não é de toda “mágica”, o personagem sente incômodo e inércia:

A viagem de trem correu enfadonha. Não sei se devido a falta de comodidade do banco, não sei se às grandes emoções por que passara, o certo é que me invadiu durante toda ela

um letargo, um torpor que me chumbou o corpo e me tornou a inteligência de difícil penetração (BARRETO, 2010, p. 115).

Lima Barreto sobrepõe a aceleração temporal da modernidade com o seu personagem cansado, escrevendo sobre outras formas de encarar o tropo da viagem e a experiência da modernidade. Gilroy ao comentar sobre W.E.B. Du Bois assinala um elemento interessante:

Sua obra pode ser utilizada para identificar a insensatez de atribuir experiências de viagem voluntárias e turísticas apenas aos brancos, encarando as experiências de deslocamento e reterritorialização de populações negras exclusivamente por meio dos tipos muito diferentes de viagem experimentados por refugiados, migrantes e escravos (GILROY, 2012, p. 261).

A partir de Du Bois, Gilroy expande a experiência da viagem para outros sujeitos, por essa via, o tropo da viagem ganha novas adições. A aceleração atuante na modernidade, em conjunto com o encantamento engendrado no aperfeiçoamento da técnica, desenvolveu-se nas metrópoles tendo como pano de fundo o colonialismo e a escravidão, traduzindo-se na experiência de viagens de escravizados e ex-escravizados, negros libertos, refugiados migrantes e imigrantes; “O trem partiu. Sua história passada contém elos perdidos das culturas não oficiais da modernidade”, (HARDMAN, 2005, p. 51). Esse trecho extraído do livro “Trem Fantasma”, do Hardman, corresponde com Gilroy; é preciso vasculhar as “culturas não oficiais” que foram atuantes na construção da modernidade.

Portanto, é quando o trem para a meio caminho da cidade que temos um dos momentos mais citados e comentados do romance:

O trem parara e eu abstinha-me de saltar. Uma vez, porém, o fiz; não sei mesmo em que estação. Tive fome e dirigi-me ao pequeno balcão onde havia café e bolos. Encontravam-se lá muitos passageiros. Servi-me e dei uma pequena nota a pagar. Como se demorassem em trazer-me o troco reclamei: "Oh! fez o caixeiro indignado e em tom desabrido. Que pressa tem você?! Aqui não se rouba, fique sabendo!" Ao mesmo tempo, a meu lado, um rapazola alourado reclamava o dele, que lhe foi prazenteiramente entregue. O contraste feriu-me, e com os olhares que os presentes me lançaram, mais cresceu a minha indignação. Curti, durante segundos, uma raiva muda, e por pouco ela não rebentou em pranto. Trôpego e tonto, embarquei e tentei decifrar a razão da diferença dos dois tratamentos (BARRETO, 2010, p. 80).

Com fome e apreensivo, Isaías vai ao comércio. No trecho, elementos analisados durante esse texto estão presentes, especialmente a questão racial vinculada à eugenia e ao determinismo racial. O personagem é automaticamente colocado no papel de ladrão e perigoso pelo caixeiro mesmo com o dinheiro em mãos e sem o direito de falar. No período de crescimento populacional e urbanização do

país como foi a República, a sensibilidade do medo atenuada na criminalidade compunha o cotidiano da sociedade brasileira (FAUSTO, 1984). E as teses sobre a criminalidade advindas da antropologia criminal de Lombroso estavam fortemente entrelaçadas no racismo científico do período, construindo a figura fóbica do negro no imaginário social. Sempre fixada pelo olhar e dita por quem olha, é o estranho mundo da dupla consciência, consistindo em sempre ser visto e demarcado pelo olhar do outro. Isaías, mesmo orientado por vontades intelectuais, é reduzido pelo olhar do caixeiro no aspecto preestabelecido do suspeito. Após a fala do caixeiro, a narrativa continua para operar o contraste; o rapazola alourado é atendido de imediato.

A situação envolvendo Isaías e o caixeiro logo abarca todo o ambiente, tornando o lugar de quem olha ampliado, agora todos que estão no local esgrimem olhares contra o passante malquerido. Novamente, o personagem embarca no trem e reflete sobre a diferença dos tratamentos,

Não atinei; em vão passei em revista a minha roupa e a minha pessoa. Os meus dezenove anos eram sadios e poupados, e o meu corpo regularmente talhado. Tinha os ombros largos e os membros ágeis e elásticos. As minhas mãos fidalgas, com dedos afilados e esguios, eram herança de minha mãe, que as tinha tão valentemente bonitas que se mantiveram assim, apesar do trabalho manual a que a sua condição, a obrigava. Mesmo de rosto, se bem que os meus traços não fossem extraordinariamente regulares, eu não era hediondo nem repugnante. Tinha-o perfeitamente oval, e a tez de cor pronunciadamente azeitonada (BARRETO, 2010, p. 80).

Nesse momento, o personagem não tem dimensão que o problema não está nele e sim na formação social. Diferente daquilo aparente nas recordações, quando o narrador amadurecido reflete sobre o seu passado na escrita rememorativa, partindo do presente com uma função política e social estabelecidas, o que é dado na imersão das recordações se efetua na dimensão psicológica e existencial transpassada pelo sofrimento racial. Isaías volta o seu olhar para si mesmo para procurar a razão dos tratamentos em seu corpo e condição. É paradoxal esse movimento em constante desestabilização na escrita do romance, ou seja, o ato do personagem sair da zona rural para a capital, do interior para o exterior, acaba acentuando a busca de Isaías pela sua própria interioridade, em outros termos: subjetividade.

É pegando o trem e sendo outro recruta do tropo da viagem que Isaías não desancora somente a experiência do tempo na ordem moderna, mas a experiência da racialização, de tornar-se e saber-se negro de forma mais crua. O pecado original, comentado na vivência campestre, encontra na travessia para a cidade a desestruturação da identidade do personagem, lastreando o seu processo

de racialização em um contexto em que os negros eram marginalizados, desacreditados, violentados e desumanizados. Antes da entrada efetiva na Capital, o personagem se vê no semblante do forasteiro. Ele não está na temporalização da ordem e do progresso, não foi convidado para as benesses do novo regime, a busca pelo futuro figurada na imagem do trem levou em seus assentos os indesejados que carregavam nos corpos e memórias o passado colonial e escravagista. Fazendo com que esses passados e memórias se movimentassem, colocando na ordem moderna do tempo as ruínas do progresso/modernização e suas continuidades.

Figuras fantasmáticas: cidade e imprensa

O espaço urbano ocupa longamente a narrativa do romance. Lima Barreto, na tradição do *flâneur*, própria da modernidade em ascensão, insere o seu personagem nessa perspectiva, o seu *flâneur noir*, transitando e fitando a cidade do Rio de Janeiro no *fin de siècle*. Com isso, as imagens criadas a partir do horizonte de expectativas do personagem no campo se diluem no contato com a cidade: “engaram-me os que me representavam a cidade bela e majestosa” (BARRETO, 2010, p. 82). Na experiência urbana, o que se vê é uma cidade em escombros, com ruas sujas e estreitas, com alguns espaços iluminados e outros opacos,

Quando saltei e me pus em plena cidade, na praça para onde dava a estação, tive uma decepção. Aquela praça inesperadamente feia, fechada em frente por um edifício sem gosto, ofendeu-me como se levasse uma bofetada. Enganaram-me os que me representavam a cidade bela e majestosa. Nas ruas, havia muito pouca gente e do bonde em que as ia atravessando, pareciam-me feias, estreitas, lamacentas, marginadas de casas sujas e sem beleza alguma (BARRETO, 2010, p. 90).

Isaías caminha através do meio urbano espraiando o corpo nas ruas cariocas, que eram canais de sociabilidade no interior de uma sociedade em modernização, deixando cada vez mais escancarada a ausência de participação e expressão social de grupos não incluídos no novo sistema (VELLOSO, 1996). Vagueando dos subúrbios aos centros, trafegando pelas instituições e conversando com pessoas diversas: trabalhadores imigrantes, jovens positivistas e anarquistas, políticos, policiais e jornalistas, conversa-se em hotéis, casas suburbanas, bares, botequins, bondes, delegacias e jornais. Todo o mosaico plural de pessoas e ideias enlaçadas e partilhadas no prisma da experiência moderna cruzam o universo literário do autor e do seu romance.

Outro elemento da experiência urbana ressaltada na cidade capital está na relação entre modernidade e moda; o encobrimento do corpo e a importação do luxo, vestir-se bem para parecer civilizado. E na *belle époque* carioca, a moda estava atrelada à fazedura do imaginário da metrópole; um estilo de vida moderno exigia modulações de mentalidade e vestuário. Essa percepção da moda aparece no romance,

Parava diante de uma e de outra, fascinado por aquelas coisas frágeis e caras. As botinas, os chapéus petulantes, o linho das roupas brancas, as gravatas ligeiras, pareciam dizer-me: Veste-me, ó idiota! nós somos a civilização, a honestidade, a consideração, a beleza e o saber. Sem nós não há nada disso; nós somos, além de tudo, a majestade e o domínio! (BARRETO, 2010, p. 103).

No exercício de observador andante, o personagem contempla objetos de luxo importados do exterior, os quais eram responsáveis por harmonizar uma estética e estilo dentro da vida moderna. E assim, os objetos expostos na vitrine encenavam o progresso, colocando o “belo” estampado no cotidiano, mercadorias que desempenhavam a função do espetáculo e da afetação, produzindo estímulos visuais e desejo de consumo. Adentrar na ordem moderna do tempo também é assumir o seu estilo civilizado, despindo-se do atraso que está na esfera do “feio” e do “inculto”. No tempo citadino, o consumo, o barulho, o choque e o relógio ordenam o dia a dia, um tempo disciplinado pela técnica (VELLOSO, 1996). Quando chamado para curtir a noite carioca, Isaías responde: “Conforme meu hábito roceiro, dormia cedo” (BARRETO, 2010, p. 116). Mesmo na cidade, no epicentro civilizacional e frenético, o personagem não abandonou o tempo da vivência no interior, outras formas de experienciar o tempo foram trazidas na viagem.

Na metrópole também é o lugar da informação rápida, das disputas entre jornais no campo da imprensa. A experiência da aceleração do tempo promovida na viagem de trem encontra certa continuidade com a entrada do personagem como redator no jornal “O Globo”. Os jornais desempenhavam a função de sintetizar as notícias do dia a dia, e com o aumento das informações existe o aumento do consumo por parte do público leitor, tornando o próprio consumo apressado, são os primórdios da sociedade de massas que Lima flagra em seu romance (CORRÊA, 2017). É com a massificação do social que a profusão de notícias, na esteira do capitalismo industrial, produzirá novas tecnologias dinamizando as formas de consumo, e a lógica da imprensa na República estava na reprodução e impressão em série, na circulação e ampliação. No romance, tal

dinâmica é ressaltada quando chega uma máquina Marinoni⁶ no jornal, aumentando a velocidade da impressão e conseqüentemente a expansão da distribuição, e os personagens ficam deslumbrados com a máquina, sendo “apoteótica” e “mágica”.

No entanto, Lima Barreto utiliza o ambiente do jornal hegemônico, muitas vezes responsável por esconder as notícias desagradáveis, para protagonizar os silenciamentos e exclusões da memória dita oficial (memória que em parte foi sustentada pelos jornais hegemônicos). O episódio mais alegórico desse movimento de passados sobrepostos está no caso dos “sapatos obrigatórios”, servindo como metáfora para figurar a Revolta da Vacina. A lei da obrigatoriedade dos sapatos levanta o problema das “crises da elegância”, utilizando a expressão do narrador, ironizando e satirizando o discurso histórico no discurso literário. E assim, o autor aprofunda as contradições da cidade moderna, da higienização de certos corpos inscrita nas dinâmicas da modernização,

Os Haussmanns pululavam. Projetavam-se avenidas; abriam-se nas plantas squares, delineavam-se palácios, e, como complemento, queriam também uma população catita, limpinha, elegante e branca: cocheiros irrepreensíveis, engraxates de libré, criadas louras, de olhos azuis, com o uniforme como se viam nos jornais de moda da Inglaterra. Foi esse estado de espírito que ditou o famoso projeto dos sapatos (BARRETO, 2010, p. 224).

“Uma população limpinha e branca”, as palavras utilizadas adjetivamente caracterizam o empenho do Brasil em se aparecer com a Europa, a questão bovarista se apresenta novamente, no espelhamento exógeno, seja Inglaterra ou França. A temática comentada anteriormente, da relação entre moda e modernidade se desenvolve no “projeto dos sapatos”, ser moderno se confunde com ser europeu, com olhos azuis e pele branca, colocando a raça na linha de frente da modernização. Para além, as “crises de elegância” metaforizam a crise de um país que tornava mais evidente aquilo que buscava esconder ou silenciar; o passado colonial e o esfacelamento da promessa republicana, a crise da modernização encontra a crítica em Lima Barreto. Mas o projeto moderno para o progresso encontrou a insurreição do povo,

A batalha, entretanto, não se decidia. As duas hostes em luta não ganhavam terreno. Um dia era da gente do prefeito; outro dia, era dos adversários. Vinha um assassinato, um incêndio;

⁶ A impressora Marinoni com a sua tecnologia rotativa revolucionou o processo de impressão, no final do século XIX e começo do XX, imprimindo até 4 páginas simultaneamente, trabalhando com longas tiragens e, conseqüentemente: aumentando e acelerando o consumo, circulação e profusão de jornais e notícias. Modernização e tecnologização são movimentos indissociáveis, os dois movimentos estão presentes no romance, o teor “apoteótico” da tecnologia para os personagens corresponde ao próprio contexto, a “técnica” e a “magia”, para usarmos expressões benjaminianas, confundia os sentidos e percepções.

havia uma trégua. O Governo temia um fracasso e esperava. Surgiu, porém, a questão dos sapatos obrigatórios que precipitou os acontecimentos. É de pouco tempo esse motim e muitos dos meus leitores ainda se recordam perfeitamente dos acontecimentos (BARRETO, 2010, p. 222).

“Batalha”, “motim” e “luta” são termos usados para referenciar a revolta decorrente da obrigatoriedade dos sapatos, por outro lado, o governo teme o seu “fracasso” em controlar o motim. Essa literatura preocupada com os fracassos da ordem moderna do tempo, a qual Hartog escreveu, espousa bem o caso barretiano, noutro exemplo, a Guerra de Canudos, narrada no épico “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, retrata magistralmente as insurreições e mediações entre ruptura e continuidade no interior da modernização. É na formação discursiva literária que a Revolta da Vacina será atualizada (GRUNER, 2006), para desestabilizar a história e a memória instituídas. A revolta é de pouco tempo, comenta o personagem-narrador, e tão logo foi apagada, mas recordada e recontada no texto literário. Sevcenko foi pontual em sua colocação sobre a Revolta: “Sua reação, portanto, não foi contra a vacina, mas contra a história. Uma história em que o papel que lhes reservaram pareceu-lhes intolerável e que eles lutaram para mudar” (SEVCENKO, 1993, p. 67). O ato contra-histórico, presente na Revolta, é mobilizado irônico, satírico e metaforicamente no romance de Lima Barreto, produzindo uma literatura *contra o seu tempo*; da promessa republicana, dos ditames do progresso e da violência contra as pessoas negras e pobres.

Figuras da vertigem: o forasteiro e o tempo do desterro

Entre a chegada de Isaías na cidade, seu trabalho no jornal e a carreira política, existem diversos momentos de confronto com a modernidade. Já desiludido com a metrópole e com o dinheiro acabando, o personagem é acusado de roubo, sem provas concretas, pela gerência do hotel em que estava hospedado, o Jenikalé. Até onde consta, o hotel estaria no centro da cidade e Isaías era o único hóspede negro. Tendo que ir à delegacia, nesta altura, a acusação de roubo é uma estrutura de repetição no romance, no episódio do trem (na vinda para a cidade) e dentro da cidade (supostamente estabelecido).

Na delegacia, múltiplas temáticas aparecem: a culpabilização do negro, a ligação eugênica entre negro e roubo e a impossibilidade dos negros enquanto sujeitos de saber. É nessa instituição que outro personagem aparece, o Capitão Viveiros, que chama Isaías de “o tal mulatinho”, termo que abala Isaías:

Não tenho pejo em confessar hoje que quando me ouvi tratado assim, as lágrimas me vieram aos olhos. Eu saíra do colégio, vivera sempre num ambiente artificial de consideração, de respeito, de atenções comigo; a minha sensibilidade, portanto, estava cultivada e tinha uma delicadeza extrema que se ajuntava ao meu orgulho de inteligente e estudioso (BARRETO, 2010, p. 127 – 128).

Na passagem, há a quebra da sequência narrativa, a volta para o presente e a elaboração da reflexão sobre o passado, recuperando a biografia do personagem e sua dedicação na construção da carreira intelectual. Na capital, Isaías não encontrou o que foi prometido no progresso republicano, e a expectativa de tornar-se doutor foi retida pelo racismo. Continua,

Entretanto, isso tudo é uma questão de semântica: amanhã, dentro de um século, não terá mais significação injuriosa. Essa reflexão, porém, não me confortava naquele tempo, porque sentia na baixeza do tratamento todo o desconhecimento das minhas qualidades, o julgamento anterior da minha personalidade que não queriam ouvir, sentir e examinar. O que mais me feriu, foi que ele partisse de um funcionário, de um representante do governo, da administração que devia ter tão perfeitamente, como eu, a consciência jurídica dos meus direitos ao Brasil e como tal merecia dele um tratamento respeitoso (BARRETO, 2010, p. 128).

Todas as boas qualidades do personagem são secundarizadas pelo tratamento racista. A crença de Isaías nas instituições jurídicas e seus representantes que deveriam reconhecer os seus direitos no papel de cidadão também não encontra referências na capital — ele se vê fora dos elos de representação da modernidade brasileira, sendo que a “igualdade”, a “liberdade” e a “cidadania” permaneciam subtraídas. Nesse contexto em que a raça apartada do mundo biológico foi interpretada socialmente (darwinismo social), a rede semântica constituída pelos conceitos advindos da Revolução Francesa e do positivismo encontraram na raça a sua clivagem; as diferenças raciais do antigo regime escravocrata foram “relidas” pelos olhos da ciência e do processo de modernização.

Ainda, na escatológica cena, a inteligência de Isaías é contestada. Pergunta o Capitão Viveiros, “— Qual é a sua profissão? — Estudante. — Estudante?! — Sim, senhor, estudante, repeti com firmeza. — Qual estudante, qual nada!” (BARRETO, 2010, p. 133). As perguntas continuam:

— Pois então diga-me de quem é este verso: — “estava mudo e só na rocha de granito”? — Não sei, não senhor; não leio versos habitualmente...” [...] — Mas o senhor, um estudante, não saber de quem são estes versos! Admirar! [...] — Está rindo se, “seu” malcriado! fez ele mudando repentinamente de tom. [...] Muita coisa! É que você não é estudante nem nada; não passa de um “malandro” muito grande! — Perdão! O senhor não me pode insultar... — Qual o quê! continuou o delegado no auge da cólera. Não há patife, tratante, malandro por aí, que não se diga estudante... (BARRETO, 2010, p. 133).

O “malandro”, o “mentiroso”, o “patife”, são palavras mobilizadas nos parágrafos para contestar a capacidade cognitiva de Isaías. Nesse momento, uma segunda repetição retorna, que consiste na suspeita contra a inteligência dos negros. Como mencionado anteriormente, a notícia lida no presente do personagem que inferioriza a capacidade dos negros e compelindo o personagem-narrador para a escrita das recordações acaba escoando, furando o tempo narrativo-linear, nas próprias perguntas do delegado. No mais, Isaías vai preso e no escuro da prisão “As lágrimas correram-me e eu pensei comigo: A pátria” (BARRETO, 2010, p. 135). Ainda, num trecho anterior, desabafa: “O batalhão passou de todo; e até a própria bandeira que passara, me deixou perfeitamente indiferente...” (BARRETO, 2010, p. 104). A condição pós-colonial da República em formação teve nos corpos negros os seus “forasteiros”, expatriado e deslocados da ordem republicano, Isaías se sente em “um país estrangeiro” (BARRETO, 2010, p. 144).

Isaías sai da delegacia porque conhecia o doutor Ivã Gregoróvitch Rostóloff do jornal “O Globo”, o jovem é solto para o delegado preservar a sua boa imagem na imprensa. Já fora da instituição,

Foram de imensa angústia esses meus primeiros dias no Rio de Janeiro. Eu era como uma árvore cuja raiz não encontra mais terra em que se apóie e donde tire vida; era como um molusco que perdeu a concha protetora e que se vê a toda a hora esmagado pela menor pressão (BARRETO, 2010, p. 107).

A desilusão com a cidade moderna e por extensão com a promessa republicana é consumada. O jogo já mencionado nesse artigo, entre pertencimento e não-pertencimento, o qual na Primeira República foi, em parte, generalizado para a condição negra e parda, opera nos termos usados pelo escritor; *árvore sem raiz e molusco sem concha*. Racionando a própria lógica da dupla consciência, entre ser e não pertencer — essa posição desordeira na ordem moderna, da temporalidade do desterro. Temporalidade vivida na pele dos forasteiros anacrônicos que assombraram e deveriam ter ficado no passado colonial ou que logo seriam consumidos pela mestiçagem e incluídos no cálculo populacional branco. Nesse caso é possível contrapor o tempo da promessa republicana por aquilo que a filósofa Denise Ferreira chamou de dívida impagável. Pois, segundo o personagem,

O caminho na vida parecia-me fechado completamente, por mãos mais fortes que as dos homens. Não eram eles que não me queriam deixar passar, era o meu sangue covarde, era a minha doçura, eram os defeitos de meu caráter que não sabiam abrir um (BARRETO, 2010, p. 141).

O futuro, a bússola temporal da República, não “integrou” os negros em seu desenvolvimento, mas ofereceu a dívida impagável, mesmo excluindo a escravidão das suas referências, houve continuidades e permanências trabalhadas na literatura do período, textualizando as brechas, descontinuidades e fracassos. Porquanto, a modernidade em desenvolvimento tem em Isaías um visitante indesejado:

Na viagem vira-as manifestar-se; no Laje da Silva, na delegacia, na atitude do delegado, numa frase meio dita, num olhar, eu sentia que a gente que me cercava me tinha numa conta inferior. Como que percebia que estava proibido de viver e fosse qual fosse o fim da minha vida os esforços haviam de ser titânicos (BARRETO, 2010, p. 141).

Esse trecho em específico realiza uma “síntese possível” das impressões iniciais do personagem na capital e dos percalços vividos. A experiência do tempo negra na modernização brasileira reúne, como visto, alguns fatores; pertencimento e não-pertencimento, particularidade racial e totalidade nacional, dívida e promessa, liberdade e privação, revolta e militância, sofrimento racial e tentativas de superação. Portanto, o fator racial e o fator temporal da modernização atravessam a jornada do personagem em sua saída do campo para a cidade. Como visto, o horizonte de expectativas de Isaías encarna-se em “ilusões perdidas”, mas ratifica-se em melancolia, revolta e desejo por justiça e vingança, produzindo uma literatura *contra o seu tempo*.

Considerações finais

No decorrer do artigo busquei agrupar algumas questões como tempo, memória, raça e modernidade, pensando-as através de Lima Barreto. Temas que encontram várias veredas epistemológicas atualmente e que estavam sendo elaborados e laborados na literatura. Nesse caso, na literatura negra, essa forma de contracultura da modernidade, no termo de Paul Gilroy. Atentar para as relações entre temporalidade e raça ou a raça no moderno regime de historicidade, nesse modo propriamente moderno de “lidar” com os tempos, compreendendo que a própria raça e o racismo, são constructos modernos. Tendo em vista que para as sociedades ocidentais o momento-chave de orientação do regime passadista para o futurista, de acordo com François Hartog (2019), está na Revolução Francesa, o que falar sobre a experiência temporal da Revolução Haitiana para as sociedades latino-americanas? Sobre o tempo dos/a escravizados/a e suas agências?

Por fim, Lima Barreto viveu e escreveu no interior de uma conjuntura fundamental para compreender o Brasil no jargão popular de “país do futuro”, da nostalgia pelo futuro nunca realizado e postergado para a indeterminação. Lima Barreto não escreveu apenas sobre o seu tempo, mas *contra o seu tempo*. Nesse ponto não se tem em vista descaminhar a procissão do campo-disciplinar, não me refiro a uma literatura além do seu tempo, mas uma literatura unicamente do seu tempo também parece passiva e “des-potencializada”, o que interessou, efetivamente, foi uma literatura *contra o seu tempo* histórico. Um tempo ainda indeterminado, quando pensado nas promessas da República e na agência do pós-abolição, por isso uma literatura atual, que pode ser lida tanto como alegoria do presente no passado quanto do passado no presente.

Referências bibliográficas

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

ARAÚJO, Valdeí Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.

BARRETO, Lima. Literatura Militante. In **Impressões de leitura e outros textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

BISTERÇO, Vinícius da Cunha. Roberto Arlt, Lima Barreto e a Modernidade periférica. **Opiniões**, n. 13, p. 102-118, 2018.

BENJAMIN, Walter. “A imagem de Proust”. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Obras Escolhidas**. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CUTI, Luzi Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

- _____. **Lima Barreto**: Retratos do Brasil Negro. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**, uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CORRÊA, Felipe Botelho. **Crônicas da Bruzundanga**: a literatura militante de Lima Barreto. 1. ed. São Paulo: Editora e-galáxia, 2017.
- DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. **Topoi**, v.12, n. 23, jul-dez, 2011, pp. 118-139.
- FIGUEIREDO, Carmen Lúcia Negreiros de; FERREIRA, Maria Ceila. **Lima Barreto, Caminho de Criação**: Recordações do Escrivão Isaías Caminha. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2017.
- FISCHER, Luís Augusto. **A Ideologia Modernista: A Semana de 22 e Sua Consagração**. São Paulo: Editora Todavia, 2022.
- FERREIRA, Denise. **A dívida impagável**. São Paulo: Forma Certa, 2019.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo de. **Modernidades negras**: a formação racial brasileira (1930-1970). São Paulo: Editora 34, 2021.
- GILROY, Paul. **Entre Campos**: nações, culturas e o fascínio da raça. São Paulo: Annablume, 2007.
- _____. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. 2 ed. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2012.
- GRUNER, Clóvis. De uma revolta a outra: memória, história e ressentimento em Lima Barreto. **ArtCultura**, v. 8, n.13, p. 85-95, 2006.
- HARDMAN, Francisco. **Trem Fantasma**: A ferrovia Madeira—Mamoré e a modernidade na selva. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2005
- HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- _____. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

- MATTOS, Hebe Maria. RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, vol 5, no 8, janeiro-junho 2004, pp. 170-198.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**: São Paulo. n-1 edições, 2018.
- REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. Três pretos tristes: André Rebouças, Cruz e Sousa e Lima Barreto. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 34, p. 6-22, 2017.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora Unicamp, 2018.
- PESAVENTO, Sandra. Da cidade maravilhosa ao país das maravilhas: Lima Barreto e o “caráter nacional”. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 8, dez. 1997.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.
- TURIN, Rodrigo. País do futuro? Conflitos de tempos e historicidade no Brasil contemporâneo. **Estudos avançados**, 36 (105), 2022.
- SILVA, Jorge Augusto de Jesus. Modernismo Negro: anotações sobre Lima Barreto e o movimento de 22. In: GONÇALVES, Luciana Sacramento Moreno; ARAÚJO, Nerivaldo Alves; PRADO, Thiago Martins (org). **As vozes do texto e as múltiplas perspectivas de leitura**. Salvador, EDUFBA, 2018.
- SCHWARCZ, Lilia. **Lima Barreto - Triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- _____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. Companhia das Letras, São Paulo, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro**. Turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na história e na literatura**: Companhia das Letras. São Paulo, 1989.

Lirismo e martírio: o caso do poeta uxoricida João Pereira Barreto, a condição feminina e os crimes da paixão na Primeira República (1912-1916)¹

Lyrism and martyrdom: the case of the uxoricidal poet João Pereira Barreto, the female condition and the crimes of passion in the First Republic (1912-1916)

Cássila das Neves Ribeiro da Silva

Graduanda em História

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

cassila.nr@gmail.com

Recebido: 26/09/2023

Aprovado: 21/02/2024

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar o assassinato de Annita Levy por seu marido, o escritor João Pereira Barreto, em 1912, crime que ficou conhecido como “A tragédia de Icarahy”. Considerando que o assassinato de uma mulher resultou na absolvição do acusado, este artigo também tangencia a condição feminina na Primeira República. O caso se inclui nos chamados “crimes da paixão” que se tornaram uma preocupação social no início do século XX no Brasil. Em vista disso, discute-se a condenação pública de João Pereira Barreto, impulsionada por parcela da imprensa de grande circulação no Rio de Janeiro, a despeito de sua absolvição perante o tribunal.

Palavras-chave: A tragédia de Icarahy; Crimes da paixão; João Pereira Barreto.

Abstract: This article aims to analyze the murder of Annita Levy by her husband, the writer João Pereira Barreto, in 1912, a crime which became known as “The tragedy of Icarahy”. Considering that the murder of a woman resulted in the acquittal of the accused, this article also tangency the female condition in the First Republic. The case is included in the so-called “crimes of passion” which became a social concern at the beginning of the 20th century in Brazil. In the light of this context, the public condemnation of João Pereira Barreto, driven by part of the mass media in Rio de Janeiro, is discussed, despite his acquittal before the court.

Keywords: The tragedy of Icarahy; Crimes of passion; João Pereira Barreto.

¹ Este artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa de Iniciação Científica em desenvolvimento, a qual é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – processo nº 2023/01594-3. Manifesto meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Denilson Botelho, pela sua constante disposição e dedicação ao longo desta pesquisa. Também estendo meus agradecimentos a Leonardo Oliveira por incansavelmente ler e reler cada versão deste trabalho, oferecendo, nesse processo, pertinentes comentários.

Introdução

Na madrugada do dia 3 de dezembro de 1912, um crime chocou a sociedade carioca: um destacado escritor assassinou a tiros sua segunda esposa, Annita Levy, de aproximadamente 27 anos, que estava grávida de poucos meses (*A Noite*, 3/12/1912, p. 1)². O homicida em questão era João Pereira Barreto, um homem que trilhou carreira no mundo das letras dedicando-se à redação de jornais e à escrita de poesias. Pereira Barreto nasceu em Estância (SE), em 1876, e chegou ao Rio de Janeiro, por volta de 1900, acompanhado de sua primeira esposa e seus dois filhos pequenos, para atuar no meio jornalístico. A morte de sua primeira companheira, pouco tempo depois da sua instalação na capital fluminense, propeliu-o ao vício do álcool, fato que o prejudicou na esfera pessoal e profissional por um longo período. Tendo enviado seus filhos de volta para Sergipe, Pereira Barreto permaneceu no Rio de Janeiro e retomou seu trabalho após a amenização de seu luto, apesar do alcoolismo ainda o acompanhar durante sua trajetória.

Em 1907, o escritor conseguiu lançar o seu livro de versos *Selvas e Céus* por uma editora portuguesa – Livraria Clássica de Lisboa. Tanto em Portugal quanto no Brasil, as críticas ao livro foram positivas. O jornal *O Diário da Tarde*, da cidade do Porto, publicou uma nota destacando que a obra é uma “excellente prova do seu talento artístico”, cujas páginas possuem um “vago perfume de pessimismo” ao abordar, ainda segundo o jornal, o desalento, a morte e a descrença – sem deixar de lado o “lyrismo delicado” (*O Paiz*, 26/4/1908, p. 3). Os comentários do referido periódico português sinalizam alguns atributos do poeta uxoricida³: um homem marcado por desalentos e por uma sensibilidade lírica.

Pereira Barreto passou por frustrações e triunfos em sua carreira como homem de letras. Dentre os seus percalços profissionais, consta-se o seu fracasso em conquistar a almejada cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1909, tendo posteriormente escrito uma melancólica carta a um dos fundadores da referida instituição – Joaquim Nabuco: “Não sou agora nem serei

² As fontes aqui mobilizadas foram selecionadas considerando que os jornais *A Época*, *A Imprensa*, *A Noite*, *Correio da Manhã* e *O Paiz* foram os que mais se dedicaram à cobertura do caso entre 1912 a 1916 – recorte temporal que engloba o crime, as investigações e os três julgamentos. Embora destacados jornais inicialmente tenham ficado de fora da presente abordagem – e.g. *Jornal do Brasil* –, esta análise não foi significativamente impactada, pois os periódicos supracitados foram, de acordo com o levantamento prévio, aqueles que mais se dedicaram ao caso, conforme mencionado. Além disso, no âmbito e nos limites de uma pesquisa de Iniciação Científica, contemplamos inicialmente cinco jornais. Outros periódicos poderão inclusive ser eventualmente investigados.

³ João Pereira Barreto foi rotulado pela imprensa como o “poeta uxoricida”. O termo “uxoricídio”, por sua vez, consiste no assassinato de uma mulher por seu companheiro, seja ele namorado, noivo ou marido. No início do século XX não se empregava o termo “femicídio”. Atualmente o uxoricídio poderia ser compreendido como feminicídio.

mais nunca candidato a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras” (*A Noite*, 29/9/1911, p. 2). Somando-se à lista das suas conquistas profissionais, em 1911 Pereira Barreto tornou-se chefe dos redatores da Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro. Foi nesse período que ele conheceu aquela que seria sua segunda esposa e, mais tarde, vítima.

A vítima desta história é Annita Levy, uma jovem proveniente de uma abastada família residente em Juiz de Fora (MG) que, após as inúmeras investidas do poeta, aceitou casar-se com ele no dia 24 de junho de 1912, cinco meses antes de seu assassinato. O casal instalou moradia em Icaraí, na cidade de Niterói, palco do que foi apregoado pela imprensa como “A tragédia de Icarahy”⁴, bem como o local no qual inúmeros martírios foram aplicados à jovem. Segundo relatos, Pereira Barreto impingia à esposa maus-tratos cotidianos, o que levou os jornais à conclusão de que a motivação do crime teria sido a combinação do alcoolismo do escritor com o seu ciúme exacerbado em relação à sua companheira (*Correio da Manhã*, 5/12/1912, p. 3).

Conforme o jornal *A Noite*, na véspera do crime, Pereira Barreto havia frequentado uma sessão espírita acompanhado de alguns colegas, e em seguida teria se encaminhado a uma casa de bebidas. Poucas horas depois, o poeta partiu para sua casa e atirou em sua própria esposa logo que esta abriu-lhe a porta, por volta das 3 horas (*A Noite*, 3/12/1912, p. 1). Em vista da tragédia protagonizada pelo poeta, alguns jornais passaram a investigar o seu passado e recuperaram episódios de violência protagonizados por ele na capital fluminense. Em 1908, por exemplo, o escritor teria se enredado em um caso policial ao disparar uma arma de fogo contra um alemão que se encontrava próximo a ele em uma casa de bebidas, tendo como causa de tal ocorrido uma simples troca de olhares inamistosa entre ambos (*Correio da Manhã*, 4/12/1912, p. 3). O caso, por sua vez, teria sido abafado, segundo afirmam os periódicos. Esta ocorrência em particular foi abordada pela imprensa carioca e serviu para traçar um perfil violento e impulsivo do poeta.

Logo em seguida ao assassinato de Annita, Pereira Barreto apressou-se em busca da ajuda de sua irmã, Maria Petronilha Barreto Romero, e de seu cunhado, Sylvio Romero – um importante intelectual à época e também um dos fundadores da ABL. Tendo narrado o ocorrido aos dois, solicitou que ambos buscassem ajuda médica para a esposa. Após isso, o poeta escapou e permaneceu foragido por um longo período, em meio às investigações policiais e à cobertura da imprensa. Vale destacar que Sylvio Romero é uma peça importante para o desenrolar do caso do poeta uxoricida, uma vez que graças à sua influência, Evaristo de Moraes – um destacado

⁴ No decorrer deste artigo, será empregada a grafia utilizada à época para se referir ao caso, bem como será respeitada a ortografia do período em questão nas citações diretas das fontes.

advogado que se notabilizou na defesa do chamado criminoso passional – atuou na defesa de Pereira Barreto.

Após quase oito meses foragido, o escritor apresentou-se à polícia em 11 de julho de 1913, acompanhado de um de seus advogados, Antonio Philadelpho Pereira de Almeida. Em um depoimento ao jornal *A Época*, ele afirmou que estava em São Paulo e alegou não possuir recordações nítidas do crime, pois naquela noite estaria sob efeito de hipnose. Ademais, passou a afirmar categoricamente que teria sido vítima de versões errôneas e falsas postas em circulação pelos jornais, tendo o delito sido, em suas palavras, apenas um fato “desgraçadíssimo e involuntário” (*A Época*, 6/12/1913, p. 1).

No Brasil do início do século XX, os crimes passionais foram amplamente discutidos nas páginas da imprensa impressa. A comoção pública originada a partir desses crimes era potencializada pela ampla cobertura dos jornais, o que não foi diferente com o crime de “Icarahy”. Partindo do entendimento de que a imprensa “registra, comenta e participa da história” (CAPELATO, 1988, p. 13), bem como da compreensão acerca da estreita relação entre imprensa e sociedade (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258, 260), entende-se que os jornais cooperaram substancialmente para a formação da opinião pública⁵ – tendo esta se posicionado contra o poeta uxoricida, conforme será exposto. Uma vez que os jornais não são meios de comunicação passivos ou neutros, estes são capazes de gerar e espalhar discursos que potencialmente moldam a realidade concreta (BARROS, 2023, p. 12). É desnaturalizando os aspectos que reúnem a materialidade desses impressos (LUCA, 2011, p. 132) que é movido este estudo de caso em evidência. Desse modo, procura-se compreender e responder como o uxoricida foi absolvido perante o júri, não obstante o mesmo não tenha ocorrido perante a opinião pública, e em que medida a imprensa carioca – aqui considerada não só como fonte histórica, mas como agente histórico – impactou a recepção dos leitores frente ao acontecimento.

Os julgamentos do caso e um clamor por “Justiça!”

João Pereira Barreto passou por três julgamentos. O primeiro deles ocorreu em 26 de junho de 1914, no qual mesmo contando com o auxílio do médico e jornalista Maurício de Medeiros em sua defesa, resultou em sua condenação a 21 anos de prisão celular. Medeiros argumentou que o autor do crime estava em uma debilitada condição médica que o privou de

⁵ Emprega-se “opinião pública” neste artigo não como uma opinião particular ou setorial, mas sim como uma opinião geral com implicações, *lato sensu*, políticas (MOREL, 2010, p. 200). Além disso, entende-se que o público pode ser o receptor e o criador de tais opiniões (MOREL, 2010, p. 212).

responsabilidade (*A Época*, 28/6/1914, p. 5). Já seu principal advogado, Moraes, habilmente argumentou que seu cliente era um “degenerado entregue ao alcoolismo chronic” (*A Época*, 28/6/1914, p. 6). Tais artifícios retóricos não foram suficientes para livrar o acusado, conforme assinalado. Os méritos desse resultado recaem sobre o trabalho de acusação do promotor público, Gabriel Osório de Almeida Junior, o qual destacou para o júri presente que nem a condição de alcoolismo do réu e tampouco o suposto efeito da hipnose na noite do crime abonariam sua conduta, destacando também as contradições existentes nos depoimentos do acusado (*Correio da Manhã*, 27/6/1914, p. 3-4). A apelação da defesa foi apresentada imediatamente, acarretando um segundo julgamento que teve início em 5 de março de 1915.

Desta vez, os advogados de defesa conquistaram a absolvição do poeta por investirem, principalmente, em uma cadeia de argumentos envoltos no que categorizaram de “ciúme patológico” (*Correio da Manhã*, 6/3/1915, p. 3). Na sentença, constou que João Pereira Barreto estava em estado de completa privação de sentidos quando cometeu o crime, em conformidade com o artigo 27, parágrafo 4º, do Código Penal de 1890⁶. Em outras palavras, o poeta foi classificado como não sendo responsável *moralmente* pelo assassinato de sua esposa (*Correio da Manhã*, 7/3/1915, p. 3).

Por fim, foi instaurado um terceiro julgamento, iniciado em 13 de março de 1916, mas a absolvição do poeta persistiu em face do reconhecimento de sua suposta privação de sentidos no momento do crime, reconhecendo-se ainda como atenuantes os parágrafos 1º, 2º, 9º e 10º do artigo 42 do Código Penal de 1890⁷ (*A Época*, 15/3/1916, p. 3).

É certo que o poeta uxoricida conseguiu sua absolvição no júri de Niterói, mas o desfecho desse episódio não foi bem-aceito pelo público atento ao caso. Em 1913, o jornalista e escritor Alfredo de Paiva – à época membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – redigiu, por ocasião do reaparecimento do poeta uxoricida, uma defesa espontânea à Annita Levy.

⁶ “Art. 27. Não são criminosos: [...] § 4º Os que se acharem em estado de completa privação de sentidos e de inteligência no acto de commetter o crime”. BRASIL. Código Penal de 1890. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 dez. 2023.

⁷ “Art. 42. São circunstancias attenuantes: § 1º Não ter havido no delinquente pleno conhecimento do mal e directa intenção de o praticar; § 2º Ter o delinquente commettido o crime para desaffrontar-se de grave injuria, o seu cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou cunhado; [...] § 9º Ter o delinquente exemplar comportamento anterior, ou ter prestado bons serviços á sociedade; § 10º Ter o delinquente commettido o crime em estado de embriaguez incompleta, e não procurada com meio de o animar á perpetração do crime, não sendo acostumado a commetter crimes nesse estado”. BRASIL. Código Penal de 1890. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 dez. 2023.

Intitulado *Libello accusatorio de um grande criminoso que martyrisou e assassinou cobardemente a esposa em Icaraby*, o texto reúne uma série de argumentos e apontamentos que poderiam servir de base para fazer justiça à jovem Annita:

Durante cinco mezes d. Annita Levy sofreu pacientemente todos os horrores de uma situação angustiosa, creada pela imaginação do esposo que, suspeitando de sua fidelidade, armava as mais escandalosas scenas de ciume, chegando a alarmar a visinhança e a provocar, por varias vezes, a intervenção da policia (PAIVA, 1913, p. 11).

A argumentação do autor desse *Libello* conduz o leitor a concluir que o crime foi resultado da imaginação doentia de Pereira Barreto, mas que tal infortúnio psicológico não o eximia de responsabilidade por assassinar Anitta Levy, tendo em vista seu histórico de maus tratos impingidos à vítima. Além disso, Paiva ressalta a frieza do autor da tragédia, dado que Pereira Barreto, segundo ele, teria se entregado à polícia mais compelido pelo interesse de ser rapidamente julgado do que por remorso pelo assassinato cometido. Ademais, acrescenta que o poeta teria se apresentado muito calmo e sorridente às autoridades (PAIVA, 1913, p. 12), sendo essas mais algumas das razões para a necessidade de sua condenação. Por fim, uma vez que o poeta utilizou a justificativa de que estava sob efeito de hipnose na base de sua defesa, Pereira Barreto foi chamado de “covarde” por Paiva, porquanto este teria consultado um médico da capital que lhe assegurou que o hipnotismo não confere ao indivíduo semelhantes efeitos declarados pelo acusado. Isso levou Paiva ao seguinte questionamento, em tom irônico: estaria Pereira Barreto também hipnotizado durante os martírios aplicados à esposa? (PAIVA, 1913, p. 15-16).

Assinalando que o uxoricida em questão estaria *condenado pela imprensa brasileira e pela sociedade*, o autor assevera que o Tribunal do Júri de Niterói não teria outra sentença para proferir que não fosse a sua condenação (PAIVA, 1913, p. 18); esta convicção, contudo, revelar-se-ia equivocada. Em vista do exercício em cargo público e do seu prestígio logrado como poeta, Alfredo de Paiva afirma que Pereira Barreto teria resistido em ser qualificado em seu crime, e que este estaria contando com a proteção dos “poderosos e da política” (PAIVA, 1913, p. 20-21). A fim de ressaltar suas afirmações, Paiva revela uma de suas fontes e em seguida lança uma observação pertinente:

Diz o *Imparcial* que o assassino gosa de protecção.
Não quiz ser qualificado como são todos. Já feriu a lei, e a lei que numa democracia deve ser igual para todos! Deu parte de doente, obrigando o juiz a ir procural-o na casa de Detenção, o que se não deveria ter consentido. **O réo, si fosse um criminoso do “baixo o povo”, doente ou não, teria de comparecer ao seu devido logar** (PAIVA, 1913, p. 28) [Grifos da autora].

A posição social do poeta é por vezes apontada por Paiva devido às concessões conferidas ao réu desde o início de sua apresentação à polícia, ainda que se tratasse de um réu confesso que esteve foragido por praticamente oito meses. Com efeito, os apontamentos de Paiva não são vazios, uma vez que o poeta uxoricida esteve durante todo o processo criminal representado por advogados de destaque e usufruído de certas regalias, como o fato de permanecer alojado em uma casa de detenção em Niterói que proporcionava aos detentos exorbitante conforto (*A Época*, 30/10/1913, p. 3).

Ademais, Magali Gouveia Engel (2000), em seu estudo acerca dos julgamentos de crimes passionais ocorridos na cidade do Rio de Janeiro entre 1890 a 1930, observou que todos os que desfrutavam de melhores condições sociais figuravam entre os absolvidos. No que se refere aos julgamentos dos homens, acrescenta a autora, privilegiava-se o papel social de trabalhador e provedor da família (ENGEL, 2000, p. 170-171). Rachel Soihet (1989) assevera que a questão central nesses tipos de julgamentos foi a defesa de uma ordem social dominante e suas respectivas normas. Dessa maneira, o homem era julgado conforme sua adequação no quadro do “cidadão útil à sociedade”, revelando, assim, a assimetria existente entre homens e mulheres no meio social e a contribuição do judiciário nesse quesito (SOIHET, 1989, p. 4).

Destaca-se que ao ser autuado, o poeta requisitou ao juiz que constassem no auto de qualificação três pontos, dentre os quais se destaca o primeiro item: “Que não nega nem confessa que lhe caiba a responsabilidade que lhe é imputada no processo” (*A Noite*, 24/7/1913, p. 3). Como se percebe, a sua defesa não foi somente amparada por alegações condizentes à medicina legal da época, mas também foi marcada por discursos ambíguos que procuravam não comprometer o acusado com as responsabilidades do delito.

Considerando esporadicamente a violência contra a mulher em seu texto, Alfredo de Paiva pontua que proteger Pereira Barreto seria autorizar assassinatos de esposas e de mães de família (PAIVA, 1913, p. 28, 32). Haja vista uma publicação – conforme ele próprio destacou – do *Correio da Noite* (RJ), sob autoria de “Julia V.”: “O criminoso quasi nunca conta com a condenação” (PAIVA, 1913, p. 33). Nas páginas de seu *Libello*, Paiva (1913, p. 33) clama, indignado, por “Justiça! Justiça! Justiça!”. Os ecos de tal pedido atravessaram o período de vida de Pereira Barreto sem encontrar o acolhimento da justiça brasileira que pudesse decifrá-los. Talvez as barreiras colocadas pela condição social do acusado tenham impedido a plena decifração. Com

efeito, sucedeu-se o que o autor desse *Libello* temia nos dois últimos julgamentos: o Tribunal do Júri de Niterói concedeu absolvição ao uxoricida.

A recepção da absolvição do poeta uxoricida

Desde o assassinato de Annita Levy, a imprensa não poupou esforços para traçar um sólido perfil do “verdadeiro” João Pereira Barreto. Foram expostos comportamentos antes ocultos, como os casos policiais em que este se envolveu e a violência doméstica impingida à esposa. De “festejado poeta” (*O Paiz*, 26/6/1912), o então reputado Pereira Barreto passou a receber da imprensa a alcunha de assassino covarde (*A Epoca*, 28/6/1914, p. 5), feroz (*A Noite*, 20/12/1912, p. 1) e bárbaro (*A Imprensa*, 8/12/1912, p. 2), quiçá até por seus habituais leitores.

A cobertura do episódio foi repercutida massivamente pelos periódicos. Numa tentativa de reconstituir a cena do crime, a linguagem utilizada na composição das notícias era típica de um romance literário, como esta primeira matéria sobre o crime extraída do jornal *A Noite* (3/12/1912, p. 1) pode indicar:

[...] 3 horas da madrugada. O seu cérebro enfermo voltava a pensar na possibilidade de uma infidelidade conjugal e, delirando, feroz, sem saber talvez a fundo o que levou a sua loucura, resolveu matar a esposa, aquela a quem atribuiu agora toda a preocupação do seu espírito desequilibrado.

Mas o que nos interessa neste artigo é focar na atuação da imprensa como o primeiro tribunal em que João Pereira Barreto foi julgado, e nesse processo o poeta foi condenado sem qualquer apelação atendida. Na perspectiva da imprensa, o ato criminoso que escandalizou todas as esferas sociais, principalmente no Rio de Janeiro, só poderia apontar para um resultado: a condenação de Pereira Barreto. Antes mesmo do veredicto do primeiro julgamento, *A Imprensa* (26/6/1914, p. 2) já ressaltava o seguinte: “O artigo 27 § 4 do Código Penal é o maior perigo para a sociedade [...]. O artigo citado tem sido a porta falsa por onde se têm escapado os maiores criminosos, e por onde pretende se evadir o uxoricida [...]”. Em vista da concretização da absolvição no segundo julgamento, o *Correio da Manhã* (7/3/1915, p. 3) da mesma forma atacou o Código Penal: “Mais uma vez, a absurda expressão do nosso Código Penal, no seu artigo 27, paragrapho 4º, *completa privação de sentidos e de inteligência*, serviu de fundamento para uma sentença”.

Destaca-se, ainda, o jornal *A Época* que, em sua edição de 7 de março de 1915, incluiu em sua manchete: “Em nome da sociedade gravemente offendida, protestamos contra a sentença absolutória”. A indignação do periódico se manifesta na comparação do caso de Pereira Barreto com o de Augusto Henriques, autor do que ficou conhecido como “A tragédia de Paula Mattos”. O crime consistiu numa tentativa de roubo das joias de um casal – Adolpho Freire e Maria Antonia – para o qual Henriques havia trabalhado como jardineiro. Tal tentativa foi propelida por Henriques para que este pudesse embolsar uma quantia em dinheiro que custearia o tratamento de sua esposa diagnosticada com tuberculose, mas a investida em questão terminou com o homicídio de Freire por Augusto Henriques e com a condenação deste a 30 anos de prisão. Por outro lado, a Pereira Barreto, um funcionário público “cumpridor de seus deveres”, intelectual inserido nos influentes ciclos sociais, como pontuou o periódico, foi concedida a liberdade. E concluem: “Absolvido, o nosso movimento é de protesto, é de revolta contra o precedente que fica e que constitue um lamentavel symptoma de deliquenscencia social” (*A Época*, 7/3/1915, p. 3).

Quando do veredicto do terceiro e último julgamento, no qual persistiu a absolvição do poeta, os noticiários abordaram a reação popular em vista da deliberação do júri. O jornal *A Noite* (15/3/1916, p. 2) publicou: “Causou má impressão no espirito da população em geral essa deliberação do conselho de jurados, do qual faziam parte chefes de família”. Se mediante o desfecho favorável ao réu no segundo julgamento a população reagiu atirando pedras no automóvel em que este se encontrava e direcionou-lhe vaias (CANCELLI, 2001, p. 139), no terceiro julgamento não foi diferente. A população que se aglomerou em torno do tribunal pretendia linchar Pereira Barreto quando de sua saída do local: “*Lyncha o assassino!*” (*A Época*, 15/3/1916, p. 3) foi vociferado, mas a tentativa foi frustrada. Em meio à insatisfação, os populares permaneceram em frente à Secretaria Geral do Estado aguardando a saída dos advogados e dos jurados envolvidos, sendo preciso dispersá-los com a força policial; o povo se retirou direcionando, mais uma vez, vaias àqueles que inocentaram o poeta uxoricida (*A Época*, 15/3/1916, p. 3). De acordo com Sueann Caulfield:

A opinião popular não interpretava as histórias dos julgamentos que inocentavam os assassinos da esposa como um triunfo da criminologia moderna, mas como uma evidência da sobrevivência de tradições patriarcais segundo as quais a honra masculina era determinada pela fidelidade sexual da mulher e de que a justiça criminal ainda permitia ao homem defender sua honra com violência. As noções populares sobre honra que toleravam o assassinato de esposas e as brechas jurídicas que permitiam a impunidade desses crimes eram também comuns na Europa. Mas o alardeado sucesso de Moraes e de outros defensores de assassinos passionais alimentava uma preocupação generalizada com o atraso social e a corrupção nas instituições políticas e jurídicas

nacionais. A partir das décadas de 1910 e 1920, essa preocupação resultou em protestos fervorosos contra a impunidade dos assassinos de mulheres e também contra a instituição do júri popular (CAULFIELD, 2000, p. 85).

Assim, como já anunciado, Pereira Barreto conquistou sua absolvição no Tribunal do Júri, mas o mesmo não ocorreu na opinião pública – como os protestos mencionados acima indicam –, posto que sua reputação pessoal e profissional foi manchada pelo seu crime. O ocorrido fez com que Barreto caísse em uma posição de desprivilegio social, considerando o seu total declínio como figura pública antes conceituada nos jornais, assim como a sua saída do Rio de Janeiro e retorno para sua cidade natal. O jornalista e historiador Emmanuel de Macedo Soares (2008, p.141-142) descreve assim a derrocada de Pereira Barreto:

Demitido do emprego da Câmara dos Deputados, fez o caminho de volta para Sergipe, onde sua família continuava influente, levando na bagagem os livros que escrevera na Casa de Detenção [...]. Para nenhum encontrou editor. Libertou-se do vício do álcool mas tornou-se arredio e introspectivo, como que condenado pela própria consciência. Por lá faleceu, completamente esquecido, em 9 de agosto de 1926.

Os crimes da paixão e a condição feminina

O caso tratado pode ser enquadrado na categoria dos chamados crimes da paixão (ou passionais), os quais se referem a homicídios resultantes de conflitos ligados a relações amorosas e/ou sexuais motivados por fortes emoções – *e.g.* ciúme (SALVI, 2017, p. 14) – perpetrados, no mais das vezes, por homens contra mulheres (DIAS, 2022, p. 28). Nas primeiras décadas da Primeira República, houve um movimento crescente contra tais práticas, bem como ocorreram manifestações contrárias à soltura concedida aos assassinos – liberdade esta geralmente conquistada sob as bases da medicina legal. Conforme já indicado, Evaristo de Moraes figura como o principal responsável pela exitosa absolvição de João Pereira Barreto. Vale destacar que Moraes ficou conhecido como o advogado mais bem-sucedido na utilização do § 4º do artigo 27 do Código Penal de 1890, aplicado no caso do poeta uxoricida.

Nas defesas dos criminosos passionais, Engel (2000, p.67) indica que coube um papel preponderante “[...] às correntes da medicina mental que conferiam aos estados emocionais e passionais o *status* de uma verdadeira obsessão [...] que poderia atingir momentaneamente indivíduos mentalmente sãos”. Fazendo jus à Escola Positiva, Moraes construiu a defesa de Pereira Barreto, aliada à medicina legal, a partir da qual pôde oferecer respaldos científicos para as suas argumentações. Isso explica a introdução do médico Maurício de Medeiros entre os defensores do poeta, bem como esclarece o fato da defesa lançar mão de diagnósticos que

traçavam um perfil psíquico de cunho degenerativo ou patológico do acusado, tudo isso compatível com o trecho do Código Penal mencionado.

Destaca-se que a *defesa da honra* constava como um dos principais subterfúgios dos criminosos passionais. Segundo Engel, a noção de honra encontrava-se disseminada por todos os segmentos sociais, muito embora a ideia não fosse compartilhada por todos os homens e mulheres à época (ENGEL, 2000, p. 166). A defesa da honra e a paixão incontável, por conseguinte, foram repetidamente usadas como justificativas pelos acusados que praticaram violência doméstica ou uxoricídios. A ideia de que a honra devia ser defendida também era aceita por intelectuais e autoridades públicas do começo do século XX, os quais consideravam a defesa da honra sexual como algo fundamentalmente elementar para a missão civilizadora da recém-proclamada República (CAULFIELD, 2000, p. 25-26). Outrossim, Engel identificou que a maior parte dos crimes passionais envolveu indivíduos dos segmentos populares, sendo as mulheres o principal alvo das agressões masculinas (ENGEL, 2000, p. 161). Dada a frequência de crimes semelhantes, é razoável admitir que “A tragédia de Icarahy”, possivelmente, ganhou grande repercussão por envolver um homem de letras, um caso incomum à época.

Não obstante o cenário social favorável à defesa da honra, os crimes da paixão foram se tornando objeto de preocupação social – tendo em vista o crescimento vertiginoso do assassinato de mulheres – no início do século XX. A partir de 1910 são identificadas manifestações públicas contra esses crimes, empreendidas, sobretudo, por juízes, advogados e especialistas em medicina legal, os quais protestavam contra a complacência aos criminosos passionais em tribunais, conferências públicas, e até mesmo na imprensa (BESSE, 1989, p. 182). A organização dessa campanha foi executada pelo Conselho Brasileiro de Higiene Social (CBHS), fundado em 25 de fevereiro de 1925 na cidade do Rio de Janeiro, cujos idealizadores foram quatro promotores públicos, dos quais destaca-se Roberto Lyra. Tratou-se, segundo Susan Besse, de uma verdadeira “campanha moral” para confrontar a tolerância aos crimes da paixão. Entre os objetivos, lutava-se pela revisão do Código Penal para que este não mais pudesse considerar um criminoso isento de responsabilidade sob o respaldo do estado de “perturbação total dos sentidos” (BESSE, 1989, p. 182).

Elizabeth Cancelli (2001), por sua vez, revela que os crimes da paixão eram os que mais contavam com envolvimento popular nos julgamentos. Assim, ainda que os tribunais tendessem a inocentar os acusados desse tipo de crime, não era sempre que a população aceitava os veredictos finais (CANCELLI, 2001, p. 138). De fato, pode-se verificar o envolvimento considerável da

população local no caso do poeta, bem como dos jornais aqui articulados, conforme evidenciado. Tendo em vista que os crimes da paixão não eram novidades na sociedade brasileira, Besse sugere que o impulso dos protestos pode ter sido resultado de uma preocupação mais ampla da classe média mediante o aparente colapso da ordem social que sinalizava a degradação da família (BESSE, 1989, p. 187). Logo, a missão do CBHS seria promover o equilíbrio social, identificando os crimes da paixão como sumariamente antissociais. Ademais, Andrea Borelli destaca que Lyra e outros acreditavam que a tese da passionalidade deveria ser sumariamente repelida porque servia de proteção a diversos “crimes bárbaros” (BORELLI, 2003, p. 6).

Para Roberto Lyra, o que motivava tais assassinatos era a raiva, o ciúme ou um amor degenerado reduzido a caprichos sexuais (LYRA, 1934, p. 37 *apud* BESSE, 1989, p. 190). Desse modo, a “perturbação total dos sentidos” não resultava na perda da razão ou da consciência, o que não justificava a garantia de impunidade – a menos que se fosse provado que a paixão era de *natureza patológica*. Em 1940, o CBHS conquistou esse objetivo, visto que o novo Código Penal definia que a emoção e a paixão não excluía a responsabilidade criminal (BESSE, 1989, p. 192-193), não obstante a “violenta emoção” estivesse entre as circunstâncias atenuantes⁸.

Sucintamente, o crime de João Pereira Barreto faz parte de uma continuidade histórica mais ampla na sociedade brasileira da primeira metade do século XX, a despeito do crescente repúdio aos crimes passionais por uma considerável parcela do tecido social. A intolerância contra crimes do tipo resultou, conforme apontam as notícias aqui articuladas, na participação popular e jornalística na “tragedia de Icarahy”, bem como culminou no completo rechaço ao veredicto que conferiu liberdade ao poeta uxoricida. Com efeito, embora nesse início de século houvesse um profundo enraizamento da legitimação das formas de violência contra a mulher (OLIVEIRA, 2022, p. 339) para a manutenção da família e o efetivo funcionamento social brasileiro (LAGE e NADER, 2013, p. 287), identifica-se, a partir dos anos de 1910, um movimento contrário que enxergava em tais práticas um mero sintoma de um comportamento antissocial. Isso, por sua vez, evidencia-se à luz do tratamento do crime e de seu perpetrador pela imprensa carioca, assim como pela recepção do caso por parcela da população local.

⁸ “Art. 24. Não excluem a responsabilidade penal: I - a emoção ou a paixão”; “Art. 48. São circunstâncias que sempre atenuam a pena: [...] IV - ter o agente: [...] c) cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima”. BRASIL. Código Penal de 1940. Decreto nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 dez. 2023.

Além disso, os crimes passionais fazem parte de um quadro social centrado na dominação masculina e na força simbólica, estando esta “enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres” (BOURDIEU, 2012, p. 20). Desse modo, a absolvição de João Pereira Barreto revela o estado crítico da condição feminina na Primeira República, na medida em que os respaldos para inocentar assassinos de mulheres não dependiam apenas, digamos, de uma defesa estruturada por um hábil advogado, capaz de gerar entusiasmos e paixões no júri, mas antes a chave para tal feito encontrava-se também no próprio Código Penal brasileiro. É importante pontuar que o § 4º do artigo 27 do Código Penal de 1890 também serviu para livrar da condenação as mulheres que assassinavam seus maridos – muitas vezes em autodefesa – no decorrer do século XX, não obstante estas figurassem como a maioria das vítimas dos crimes da paixão, ao passo que os homens compunham a maioria dos agressores (ENGEL, 2000, p. 155). Ora, apesar de Annita ter sido uma mulher branca e proveniente de uma família abastada, ela estava inserida em uma sociedade hostil à figura feminina.

Artifícios como a defesa da honra sexual masculina aos quais se podiam recorrer para anular ou diminuir sentenças de uxoricídio revelam a problemática condição feminina nos primórdios do século XX. Segundo Caulfield, malgrado as alterações nos Códigos Penais, os maridos uxoricidas podiam fundamentar suas defesas no adultério⁹ cometido pelas esposas para se livrar da punição, mantendo-se a desigualdade de tratamento entre homens e mulheres, seguindo a lógica dos privilégios patriarcais (CAULFIELD, 2000, p. 60; CORRÊA, 1983, p. 13).

Contudo, é preciso considerar ainda a posição social do poeta – uma vez que a sentença foi justificada também por meio do argumento de seu “bom comportamento anterior” – e a sua rede de relacionamentos com figuras ilustres, tal como seu cunhado Sylvio Romero. Possivelmente os relatos das testemunhas acerca dos tratamentos violentos aplicados à Annita ou os casos denunciados de violência em bares que o réu protagonizou pesaram menos para o desfecho do caso do que seu prestígio social, conforme apontado por Alfredo de Paiva.

Considerações finais

O caso tratado suscita variadas problemáticas para a pesquisa histórica no Brasil nos primórdios do século XX. Dentre elas, sobressaem a condição feminina na Primeira República,

⁹ Por muito tempo, o adultério era uma transgressão considerada exclusivamente feminina. No Brasil Colônia, as Ordenações Filipinas (1603-1830) permitiam ao homem traído atentar contra a vida da mulher, sob alegação da legítima defesa da honra. Disso, seguiu-se os Códigos Penais de 1830 (Art. 250 e 251) e de 1890 (Art. 279 §1) (CORTÊS, 2013) que, de modo geral, previam a prisão celular de 1 a 3 anos às mulheres adúlteras, enquanto aos homens casados a punição recaía tão somente em casos nos quais estes mantivessem concubinas teúdas e manteúdas.

bem como a atuação da imprensa carioca na cobertura do crime e na retratação do poeta uxoricida.

O assassinato de Annita Levy, uma jovem proveniente de uma rica família de Minas Gerais, seguido da impunidade de seu algoz na tribuna do Rio, ratifica que a violência contra mulher na Primeira República ultrapassa a questão de classe (SOIHET, 2002, p. 270). Com base na análise do caso, é possível descortinar parte do cotidiano matrimonial da vítima; uma realidade que, é importante destacar, era vivida por grande parte das mulheres brasileiras: uma rotina condicionada aos limites domésticos, com um agravante, no caso de Anitta, de ser vítima das agressões morais e físicas de um marido constantemente desconfiado de sua fidelidade conjugal.

Em meio aos comentários tecidos sobre o casal a partir do ocorrido, o *Correio da Manhã* (5/12/1912, p. 3) veiculou que o ciúme desmedido do poeta pela esposa se originou ainda durante o noivado:

Em Juiz de Fora, ainda antes do casamento, Barreto proibira á noiva [que] chegasse á janella. D. Annita satisfez o capricho do noivo. Vivia segregada, reclusa, como uma freira. Tinha ella uma grande admiração por Barreto, e quando solteira sempre manifestára desejos de casar-se com um homem de letras.

A defesa de Pereira Barreto poderia valer-se da justificativa de adultério, o que não aconteceu porque, talvez, não havia qualquer embasamento para tal, pois, ao que tudo indica, Annita cumpria o papel social imposto a uma típica mulher casada da época – era recatada, cuja realidade cotidiana restringia-se ao lar. Assim, a defesa do acusado investiu em diagnósticos da psiquiatria da época, retratando-o “mais como vítima de um ciúme doentio, estimulado pelo alcoolismo, do que culpado por um crime” (LAGE; NADER, 2013, p. 292). Nesse sentido, observa-se as assimetrias de gênero existentes na primeira metade do século XX no Brasil, na medida em que o réu – um homem –, mesmo após tirar a vida de sua esposa, foi legalmente irresponsabilizado.

Apesar de tal desfecho, Pereira Barreto foi duramente criticado pela imprensa carioca, como as notícias mobilizadas denotam, o que certamente colaborou para seu ostracismo quando de seu retorno a Sergipe. Parte da sociedade carioca também não aceitou o desfecho do caso, já que os dois últimos julgamentos foram marcados por vaías, depredações e tentativas de linchamento. Além disso, enfatiza-se a importância do § 4º do artigo 27 do Código Penal de 1890 para anular condenações de uxoricidas na história da justiça brasileira.

Em linhas gerais, a absolvição do poeta e a inconformidade de parcela da sociedade carioca com esse desfecho revelam uma tensão social já latente na primeira década do século passado. Se para alguns era justificável ou compreensível um crime de semelhante natureza, para outros o delito nada mais representava senão os resquícios de um passado que deveria ser superado.

No que se refere à personalidade de Pereira Barreto, destaca-se um soneto de *Selvas e Céus* intitulado “Impulsivo”, que *A Imprensa* (26/6/1914, p. 2) advogou que bem poderia ser nomeado de “Retrato próprio”:

Esse bandido atroz, de aparência severa,
De mortal pallidez e faces encovadas,
Que o remorso devasta em lugubres dentadas,
Como se as devorasse invisível panthera...
Esse bandido máo, de vasta fronte austera,
De bocca onde não abre a flôr das gargalhadas
De alma fria e cruel, affeita ás emboscadas
E aos tragicos festins de truculenta féra...
Esse bandido vil, emtanto, tem no rosto
E nos olhos febris, ferozes, deshumanos,
Bruxuleantes clarões de secreto desgosto:
- Influencias fataes de insondaveis arcanos
Trazem-lhe o coração continuamente exposto
Da volupia do sangue aos impetos insanos!

Apesar dos versos mobilizados pelo jornal em questão com o objetivo de reafirmar o perfil atroz do poeta – posição essa que vai ao encontro da caracterização feita por Alfredo de Paiva –, deve-se acrescentar ao retrato de Pereira Barreto os elementos indicados pelo já citado jornal português *O Diário da Tarde*, periódico que o descreveu como um homem capaz de conciliar o pessimismo com a delicadeza literária. Nesse sentido, o escritor Lima Barreto, em um texto originalmente publicado em *A Estação Teatral*, em 20 de maio de 1911, cita Pereira Barreto como um verdadeiro expoente da literatura, reconhecendo-o como um singular poeta que se diferenciava de outros homens de letras. Diz ele:

Há no Pereira Barreto *élan*, fôrça e estranheza. Quem o vê nas confeitarias, centralizando uma roda, sente logo que nêle há o estôfo de um herói, e um herói é sempre um poucochito teatral. [...]
João vê a energia latente em tudo e em tudo êle só vê manifestações de energia; e é o que ele vê nessas coisas tôdas.
O seu culto pela honra, e pela coragem, chega-lhe por êsse caminho. O herói, o bravo, o valente, são para êle uma manifestação da energia universal sob a forma humana.
Pereira Barreto era para os tempos do *Ramãiana*, para cantar as manifestações da energia humana contra as da natureza; era para fazer uma tragédia antiga, um *Édipo-Rei* (BARRETO, 1956, p. 274-275).

Certamente, seu comportamento público cativava aqueles que o rodeavam, seja graças ao seu lirismo literário ou graças à sua erudição. De qualquer modo, analisou-se aqui um pouco da história de um poeta que poderia facilmente ter sido autor de uma tragédia grega, como apontou Lima Barreto – antes que este pudesse imaginar que seu estimado colega protagonizaria uma tragédia na vida real.

Por fim, ressalta-se que “A tragédia de Icarahy” é mais do que familiar aos nossos tempos, e o seu estudo contribui para ampliarmos a discussão acerca das permanências e rupturas no que diz respeito à condição feminina na sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

Fontes:

A EPOCA. Rio de Janeiro: Sociedade Anonyma A Epoca, 1912-[1919?]. Diária. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720100&pesq=&pagfis=1>>. Acesso em: 23 set. 2023.

A IMPRENSA. Rio de Janeiro: Sociedade Anonyma, 1898-[1915?]; Rio de Janeiro: Sociedade Anonyma Progresso. Diária. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=245038&pesq=&pagfis=1>>. Acesso em: 23 set. 2023.

A NOITE. Rio de Janeiro: [s.n.], 1911-[1964?]; Rio de Janeiro: Empresa A noite; Rio de Janeiro: Empresa Jornalística Castellar. Diária. Fundado por: Irineu Marinho. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=1>. Acesso em: 23 set. 2023.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: Correio da Manhã, 1901-1974. Diária. Fundado por: Edmundo Bittencourt. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=1>. Acesso em: 23 set. 2023.

O PAIZ. Rio de Janeiro: [s.n.], 1884-1934. Diária. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=1>. Acesso em: 23 set. 2023.

PAIVA, Alfredo de. **Libello accusatorio de um grande criminoso que martyrisou e assassinou cobardemente a esposa em Icarahy**. Santos: Typ. S. José, 1913.

Referências:

BARRETO, Lima. Uma coisa puxa a outra... – IV. In: **Impressões de leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

BESSE, Susan K. Crimes passionais: a campanha contra os assassinatos de mulheres no Brasil: 1910-1940. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 18, São Paulo, ago./set. 1989, p. 181-197. Disponível em: <https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=23>. Acesso em: 26 set. 2023.

BORELLI, Andréa. A tese da passionalidade e os códigos penais de 1890 e 1940. In: **Simpósio Nacional de História**, 22., 2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa. João Pessoa: ANPUH, 2003. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/24-snh22?start=260>>. Acesso em: 26 set. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Código Penal de 1890**. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 dez. 2023.

_____. **Código Penal de 1940**. Decreto nº 2.848, de 7 de setembro de 1940. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 dez. 2023.

CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei: 1889-1930**. Brasília: Editora UnB, 2001.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria Joana (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CRUZ, Heloísa de Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do Historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, n. 35, p. 253-270, dez./2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>>. Acesso em: 28 dez. 2023.

DIAS, Allister Teixeira. A “tragédia biológica dos passionais”: psiquiatria, gênero e responsabilidade penal no Rio de Janeiro entre os anos 1920 e 1940. **História (São Paulo)**, v. 41, e2022006, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/bJRppGtJcjthgHPtYVSrmLR/?lang=pt#>>. Acesso em: 28 dez. 2023.

ENGEL, Magali Gouveia. Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930). **Topoi**, Revista de História, v. 1, n. 1, Rio de Janeiro, jan./dez. 2000, p. 153-177. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/TvCYDF945n3FQ6VGNYwG6Km/?lang=pt#>>. Acesso em: 26 set. 2023.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria Joana (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

OLIVEIRA, Ângela Maria Macêdo de. “Não valia a pena nos incomodar por tão pouco”: os assassinatos de mulheres na Primeira República percebidos como crimes “passionais”. **Outros Tempos**, v. 19, n. 33, p. 319-347, 2022. Disponível em: <https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/919>. Acesso em: 28 dez. 2023.

SALVI, Debora Ines. **“Aquella dannada me matou!”: as percepções de gênero sobre crimes passionais na cidade de Pelotas em finais do século XIX**. Orientadora: Regina Célia Lima Xavier. 2017. 52 f. TCC (Graduação) – Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/173774>>. Acesso em: 28 dez. 2023.

SOARES, Emmanuel de Macedo. **Curiosidades e revelações dos registros notariais**. [S.l.: s.n.], [2008]. Disponível em: <<https://cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/3990687/livro-cgj-ok-21-02-2017.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2023.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. O corpo feminino como lugar de violência. **Projeto História**, v. 25, dez./2002. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10592>>. Acesso em: 28 dez. 2023.

Uma breve discussão sobre o “Populismo”

Una breve discusión sobre el “Populismo”

João Vitor dos Santos

Graduando em História
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
joaovsantos146@gmail.com

Marylu Alves de Oliveira

Professora efetiva do curso de História
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
marylu.oliveira@gmail.com

Recebido: 13/11/2023

Aprovado: 31/01/2024

Resumo: Utilizado para descrever o enquadramento político do Brasil que cerca o período entre o fim do Estado Novo e a queda de João Goulart, o termo “populismo” acaba por aviltar a complexidade histórica de um dos períodos mais importantes da contemporaneidade brasileira: a experiência democrática dos anos 1945-1964. Deste modo, o presente artigo objetiva debruçar-se sobre esta palavra para além das concepções ainda presentes nos livros didáticos e no imaginário popular, analisando a esfera contextual do uso do termo no que toca sua contribuição para a edificação de pressupostos simplistas a seu respeito e de suas representações no pós-ditadura militar. Com base nas discussões de especialistas da temática e do excerto temporal — tais como Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira, Maria Helena Rolim Capelato, Vânia Maria Losada Moreira, e outros — o trabalho converge a bibliografia produzida para com a questão e evidencia as relações firmadas entre povo e governantes, além de apresentar o arbítrio que a sentença possui e contribui para legitimar as razões difundidas pela ala antidemocrática defensora do golpe militar de 1964.

Palavras-chave: Populismo; experiência democrática; deslegitimação

Resumen: Utilizado para describir el marco político brasileño que rodea el período comprendido entre el fin del Estado Novo y la caída de João Goulart, el término “populismo” degrada la complejidad histórica de uno de los períodos más importantes del Brasil contemporáneo: la experiencia democrática de los años 1945-1964. Por lo tanto, este artículo pretende mirar esta palabra más allá de las concepciones aún presentes en los libros de texto y el imaginario popular, analizando el ámbito contextual de uso del término y su contribución a la construcción de supuestos simplistas sobre ella y de sus representaciones en el post-ditadura militar. A partir de discusiones de expertos en el tema y del fragmento temporal — como Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira, Maria Helena Rolim Capelato, Vânia Maria Losada Moreira y otros — el trabajo converge la bibliografía producida

con el tema y resalta las relaciones firmadas entre pueblos y gobernantes, además de presentar la discrecionalidad que posee la sentencia y contribuir a legitimar las razones difundidas por el ala antidemocrática que defendió el golpe militar de 1964.

Palabras clave: Populismo; experiencia democrática; deslegitimación.

A palavra estereotipada

*São como um cristal,
as palavras.
Algumas, um punhal,
um incêndio.
Outras, orvalho apenas.
— Eugênio Andrade*

O principal norteamento que, por excelência, compete ao historiador no ofício de seu estudo e construção de seu trabalho para posterior exibição certamente é o ato de entender os fatos históricos enquanto feitos e efeitos dotados de singularidade específica do espaço-tempo. Aos dados dispostos, toda a conjuntura que lhes faz emergir precisa ser levada em conta, pois não apenas as dão altivez, mas sentido propriamente dito. Ao tempo, esta quarta dimensão que compreende toda a infinitude de ocorrências sucessivas que formam a História, o ser humano — impossibilitado de agarrá-lo, prendê-lo, guardá-lo em potes, caixas ou pastas, em sua forma integral — destinou-lhe a condensação de sua essência às palavras que ousam revesti-la de aura conceitual. A conceituação, por sua vez, enrijece o corpo sentencial à medida que o rigor científico estabelece delimitações próprias para dar conta de sua complexidade, mas que turvam-se conforme o tempo passa, abrindo espaço para as intempéries interpretativas acabarem por desgastar sua definição, sobrepondo novas e instalando no meio diferentes versões dela que se normalizam e cristalizam-se no imaginário comum, pois todo conceito está entrelaçado em uma teia de perguntas e respostas, textos e contextos (KOSELLECK, 1992, p. 137).

Transcendendo a mera expressão verbal, conceitos escapam a redução associativa às representações linguísticas, todavia compõem reflexos de bases reais e concretas, fatos e realidades que ultrapassam a linguagem e atuam nas circunstâncias tangíveis. Deste modo, as circunstâncias

históricas preenchem o conteúdo que configuram a influência da conceituação, mas não se encerram nos enquadros definidos do tempo-espaço, uma vez que as unidades conceituais diferem de acordo com a historicidade, sendo moldados pela variação do tempo, realidades e sociedades, havendo uma relação tensa entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido. E na esteira das mudanças que os conceitos sofrem ao longo do tempo, Reinhart Koselleck aponta que o conteúdo da conceituação está sujeito às transformações ainda que a palavra empregada permaneça a mesma (1992, p. 140), podendo resultar da interrelação entre a diacronia — a mudança que ocorre no tempo — e da sincronia — os diferentes usos em um determinado momento — as manobras discursivas que reconfiguram a sociedade, pois a existência tangível também é composta pela linguagem. Na história do Brasil contemporâneo, caso emblemático que atravessa tal questão é o termo “populismo”, sentença que se instala popularmente numa abstração polêmica e arbitrária.

Amplamente difundido nas bases do ensino histórico-político brasileiro enquanto fenômeno profundo e — mais que profundo — vivo e ainda próximo da cultura política nacional (FERREIRA, 2001, p. 121-124), o termo “populismo” atravessa décadas insinuando novos ressurgimentos e conferindo estereótipos vulgares aos personagens políticos contemporâneos e de temporalidades passadas, desgastando mesmo seu sentido original — como fazem erroneamente na sua aproximação com os regimes totalitários europeus numa mediatização americanizada (CAPELATO, 2009, p. 23) — ao mesmo tempo em que distribui-se ao meio social na mais rasa face de sua conceituação. Sendo publicamente destinada para classificar líderes políticos que exprimem grande apelo às massas cooptando-as, alienando-as, fazendo com que estas superestimem uma persona pública quase redentora de um povo — alicerçadas no poder da máquina propagandística do Estado — volatiliza-se sua classificação ao ponto de não se falar de um, mas de diversos novos tipos de “populismos” emergentes e ressignificados constantemente.

Exemplo da ressignificação dos sentidos é o próprio termo destacado. Desgarrado do significado que a sociologia paulista (REIS FILHO, 1998 *apud* FERREIRA, 2001, p. 121) e os primeiros estudos da década de 1960 lhe confere para as temporalidades descendentes, o termo “populista” — ainda que tenha como sua maior personificação a figura de Getúlio Vargas — não se encontra como uma das palavras mais utilizadas para se referir ao que excede o trato institucional de

um representante político para com as massas no contexto dos anos 1930, 1940, nem ao menos 1950, uma vez que não se faz recorrente no vocabulário político da época e, quando muito pouco feito referência, não carrega consigo as interpretações de um contato promíscuo, ao contrário, o termo possuía uso de boa configuração que se faz parâmetro à popularidade do indivíduo político (FERREIRA, 2001, p. 116). Desta forma, as armadilhas que generalizam conceitos ímpares tendem a cair no desfiladeiro das vagas contextualizações que transportam ideias para além de seus habitats e lhes atribuem demasiada correlação imagética, donde performa certa universalidade de conceitos anexados às práticas que — embora façam uso de artimanhas similares — não são de fato univitelinas.

As problematizações levantadas durante os anos 1980 e 1990 a respeito do tema — muito pela ousadia investida pelos oficiais das narrativas históricas em ultrapassar as barras que estabeleciam os anos 30 enquanto limite das operações historiográficas — tomam a providência de desmembrar o termo através de questionamentos para sobrepô-lo às conjunturas espaço-temporais e, por conseguinte, analisar a real compatibilidade com o mesmo. As fundamentações que concernem o “populismo” em sua singularidade é a roupagem que não cabe, sob medida, a política realizada desde Vargas e que se encerra ao insurgir do Golpe Militar de 1964. A forma vulgarizada do termo que compreende em si doses de paternalismo estereotipadas é causadora de uma cultura reducionista da profundidade dos eventos históricos caros a compreensão e criticidade não apenas do fato emoldurado, mas de suas decorrências, escorrendo pelas mãos a intersecção de conjunturas.

A popular utilização do conceito para historicizar, demarcando temporal e ideologicamente, um momento e os norteamentos dos dirigentes da política brasileira simplifica as extensões das problemáticas de maneira fugidia, privando o contato para com a inteireza de suas bases. O que à primeira vista parece muito bem dar conta da explicação histórica consagrada, chega aos fins de direcionar olhares às figuras e cenários multiformes como o próprio Vargas e seu governo (a exemplo de um recorte inicial) conferindo simplismos levados a cabo de reproduções cordialmente aceitas, afinal, não é essencialmente a mister palavra que representa a persona e o governo que inaugura seu significado mais comum? Por que explicar todo um contexto quando uma só sentença sintetiza toda uma conjuntura? Por que não dar alcunha de populista ao que sobremaneira tão

somente representa a ideia? Este que de fato é o maior expoente da classificação aqui projetada, quando analisado os meandros de sua relação com o poder e a legitimação do mesmo, apresenta revelações que desmistificam sua atribuída identidade. É impossível se propor a estudar populismo sem abordar a figura de Vargas, e desta empreitada daremos prosseguimento.

Vargas além da propaganda: condições materiais de interesses mútuos

Quando do pensar a respeito da figura de Vargas enquanto suma referência do “populismo”, descende-se a ideia de que suas articulações políticas — dado o valor do termo numa forçada aproximação com os contemporâneos regimes fascistas europeus — muito se conduzem ao caráter político do totalitarismo, se não se apresentam diretamente como filiados a um primário grau de parentesco. A razão para o pensamento provém em grande medida não apenas das ações autoritárias de um ditador, mas principalmente da utilização da imagem deste mesmo indivíduo e de seu envolvimento com as extensões afetivas e materiais ¹ dos limites que competem ao seu governo por meio da inserção de suas ideias, filosofias, projetos e feitos nas cúpulas dos meios de comunicação, produzindo em larga escala uma imagem favorável às massas que, por sua vez — aliciadas ao fulgor da chama que se acende em seus corpos e corações —, dão apoio e mantêm o sujeito no poder.

Indubitavelmente, o controle acerca dos meios de comunicação é peça fundamental para a arregimentação da massa em favor daquele (ou daqueles) que a utiliza como corpo de manobra de interesses que nem sempre se mostram escrachados à vista dos olhos. O fascismo italiano e o nazismo alemão fizeram incessante uso deste recurso nos seus processos de crescimento, afirmação e manutenção das estruturas criadas por seus direcionamentos e, indiscutivelmente, a prática mostrou-se de eficácia tamanha que a fórmula não tardou a chegar no Brasil, logo se vê a figura de Vargas como condutor da nação, destilando patriotismo e cercado de crianças, tal qual os similares cartazes que estampam as gravuras de Hitler e Mussolini. Certamente esta é ação cirúrgica para a promoção de Getúlio, pois a propaganda é dispositivo ímpar na movimentação de paixões, incitação

¹ Sobretudo no governo Vargas (tendo este como exemplo de arquétipo elementar do “populismo” brasileiro) pode-se observar o alinhamento das proporções materiais e imateriais que são desdobradas na configuração política de alcance das camadas sociais. Vargas não se vale apenas das dimensões simbólicas como o paternalismo da atuação de “Pai dos pobres” performativa, mas certifica esta posição através das investidas concretas como a CLT indiscutivelmente se apresenta.

de desejos, agregação de ideais; de seu poder psicoativo, incorpora no indivíduo a vontade, o desejo, a angústia, a esperança e, acima de tudo, movimenta necessidades fabricadas (CAPELATO, 2009, p. 40). Ideologias políticas por si só despertam emoções que buscam ultrapassar o campo das sensibilidades e fazer efeito nos horizontes materiais, todavia — canalizadas nos avivamentos dos meios de comunicação — são potencializadas, uma vez que:

A propaganda política vale-se de ideias e conceitos, mas os transforma em imagens e símbolos: os marcos da cultura são também incorporados ao imaginário que é transmitido pelos meios de comunicação. A referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional de grande eficácia na atração das massas. Nesse terreno em que política e cultura se mesclam com ideias, imagens e símbolos, define-se o objeto propaganda política como um estudo de representações políticas. (CAPELATO, 2009, p. 39-40).

Os alicerces que cunham o termo “populista” apegam-se fortemente ao fator da utilização da propaganda como meio de seduzir e incorporar a massa aos projetos do governante, passando estas a contrariar-se em conjunto das oposições² — daí também a personalidade manipuladora dos regimes fascistas e nazistas que é imbuído ao termo, uma vez que a força motriz destes sistemas é justamente este *modus-operandi*. Mas longe de ser aquele capaz de movimentar um considerável conglomerado popular contra os adversários, o período Vargas não pode ser entendido como próximo aos governos totalitários pelo essencial fato de que o totalitarismo implica na união quase absoluta entre massas nacionais e Estado (CAPELATO, 2009, p. 34), o que se mostrava distante da realidade do governo do Estado Novo.

Durante o estado novo, as ações democráticas sobre os adversários do varguismo na luta pelo poder continuaram atuando. A repressão foi intensa e as liberdades foram anuladas nesse período, porém não ocorreu o monopólio absoluto do Estado no plano físico, jurídico ou econômico. O imaginário totalitário tinha receptividade numa parte significativa da sociedade como mostra o trabalho de Eliana Freitas Dutra (1997), mas a imagem da sociedade *una*, homogênea e harmônica, veiculada pela propaganda política, esteve longe de se traduzir numa prática de constituição da opinião única em torno do regime e de seu líder. (CAPELATO, 2009, p. 35, grifo da autora]

Se por um lado o “populismo” que se coloca diante da figura de Getúlio Vargas é explicado pela capacidade de se manter no poder e conquistar o apoio do povo através da manipulação da propaganda, a complexidade da questão mostra-se de raízes mais profundas na medida em que o real

² A institucionalização de um Departamento de Imprensa e Propaganda (o DIP) é fortemente equiparado aos recursos fascistas europeus de propaganda que, em tese, realmente apresentam similitudes, mas que na prática a realidade brasileira do Estado Novo e consequentes não conseguiram fazer cópia exata dos efeitos alcançados.

processo se revela como ressignificação de pensamentos, feitos e fatos sucessivos. Em *A invenção do Trabalhismo* (2005) Ângela de Castro Gomes apresenta toda a movimentação em torno da construção da efígie paternalista que caracteriza Vargas: ainda que imerso no panorama que elucida que nem de longe possuía sob si a totalidade de convergência a respeito de seus ideais, o governante do Estado Novo também não tinha à sua frente a esmagadora maioria de inconformados com sua posição. Não obstante, daqueles que o apoiavam (e mais adiante se explicará o porquê eram por ele), emergia-se a classe fundamental que promovera verdadeira força à sua pessoa, sendo esta a classe trabalhadora. Fruto das ações concebidas pelo aparato discursivo de Getúlio, o Trabalhismo que reveste a aura desenvolvimentista e o caráter compassivo de seu governo para com as mãos que constroem o Brasil não é menos que uma criação próxima de outras providências articuladas.

Foi justamente no bojo desta nova situação política, que anunciava a necessidade de reorientação nos rumos do Estado Novo, que o projeto “trabalhista” passou a ser efetivamente difundido e implementado. Este projeto não foi, portanto, uma decorrência imediata do momento repressivo de combate ao comunismo. Por outro lado, também não foi uma invenção simultânea à orientação política de sancionar e fiscalizar o cumprimento de leis que regulamentavam o mercado de trabalho. O projeto “trabalhista” foi cronologicamente posterior a estes dois acontecimentos políticos, mas manteve com eles laços de inteligibilidade muito fortes. (GOMES, 2005, p. 78)

O movimento operário no Brasil fora significativo no final do século XIX e início do século XX com a atuação de lideranças anarquistas e socialistas, a luta apoiava-se na união dos trabalhadores para a reivindicação de seus direitos. O governo do Estado Novo, diante de suas ações moderno-desenvolvimentistas não poderia ignorar e fechar os olhos para a parcela que era fonte de grande força móbil, por este motivo conduziu — através da empreitada do Trabalhismo — a ressignificação dos frutos das reivindicações empreendidas, a partir de então, na forma benesses³ do Estado para chamar a atenção da classe proletária e adquirir seu apoio sem, importante dizer, dar espaço para que as lutas ressurgissem com mais força, uma vez que as tais “benesses” poderiam inflamar a sede por maiores direitos. Assim sendo, as ações do Estado Novo procuraram

³ Segundo Gomes (2005, p. 180), as lutas empreendidas ao longo do processo de afirmação da identidade operária foram articuladas por discursos que capturam elementos-chave da autoimagem dos trabalhadores de modo que os benefícios sociais fossem ressignificados como ato de generosidade de um Estado paternalista e não como reparações ou fruto de reivindicações da classe.

aproximar-se da dita classe,⁴ infiltrar-se em seu meio, dar-lhes sombra de espaço para união (como o vislumbre dos sindicatos) ao passo que institucionalizavam estas instâncias a fim de direcioná-las para longe do levante adversário, mas voltado para a gratidão com sua pessoa enquanto representação do Estado.

De uma forma sintética pode-se dizer que o principal objetivo visado era o estreitamento dos laços entre Estado e movimento operário, via representação sindical. Esta ligação mais forte comportava, entretanto, dimensões contraditórias. De um lado, almejava-se um maior controle do ministério sobre o movimento sindical, mas, de outro, necessitava-se que este movimento fosse significativamente representativo no meio do operariado. Ou seja, não se buscava apenas o mero controle, mas a adesão e a mobilização, o que só é possível através de procedimentos mais participativos e capazes de gerar certa dose de representatividade real (GOMES, 2005, p. 187).

A adequação da “palavra”⁵ dos líderes sindicais em sua incorporação ousada ao paradigma estadonovista — através da ressignificação das lutas, pautas e clamores oriundos de articulações antigas sob um novo contexto — acumula a força que fez o governo de Vargas manter-se no Catete. Assim sendo, a capa caricatural de um manejo político que se sustenta através do encercamento psíquico culminado pela propaganda cai por terra quando analisada a relação Estado-Trabalhador que o Trabalhismo varguista se pôs a fazer acontecer. O peso da CLT para a classe trabalhadora é certo: não apenas porque garantia os limites da exploração da mão de obra, ou por assegurar seus direitos, mas principalmente porque conferia um ar de cidadania à classe.⁶ A tomada da “palavra” e os ajustes de significados — sujeitando-a ao pensamento de que a causa dos trabalhadores é a causa do Estado, de que o governo, e somente o governo, poderá impulsioná-la para longe da espoliação e das margens da exclusão — têm como maior efeito a sobreposição imaterial do pensamento da camada proletária diante, justamente, da materialidade da consolidação de regimentos para com o labor estabelecido, logo, pelo Estado — o que é, pontualmente, o cerne do desenrolar de uma ação

⁴ A exemplo das ações do ministro Agamenon Magalhães para a pasta do trabalho — sobretudo, no que concerne a intervenção estatal nos sindicatos.

⁵ Dentro de uma lógica onde as relações materiais e imateriais se conectam, Angela de Castro Gomes (2005) relaciona “palavra” a identidade que abarca as lógicas de reconhecimento de uma classe, neste caso, a classe operária.

⁶ É preciso fazer uma observação quanto ao sentido de cidadania que a CLT e o trabalhismo varguista conferiam: não se trata da cidadania política que legitima a participação ativa destes trabalhadores dentro das esferas do poder federal, mas a cidadania que performa no impacto da visão para com uma classe que até então não possuía regulamentações no âmbito de seus ofícios. As Leis Trabalhistas do governo Vargas despertam a ponderação de indivíduos que minimamente sentem-se contemplados pelo Estado.

em que Vargas (enquanto representação deste Estado “generoso” e “compassivo” para com os trabalhadores) é colocado como, no mais apático dos casos, ao menos digno de gratidão.

Fundamentalmente, o Trabalhismo varguista consegue atingir os espaços que engajam as percepções da memória do próprio movimento operário ao ponto da classe dissolver a força das frentes conceituadas e os manifestos reivindicativos de outrora à concepção de que os tracejados legais da CLT são promoções não solicitadas e mesmo sentir-se em dívida com seu autor (GOMES, 2005, p. 181). A relação de gratidão apontado nos primeiros estudos é trunfo que germina incorporação, contudo, ainda que Vargas não fosse visto como um herói para os mais politizados à causa dos trabalhadores, ele era, no entanto, a melhor escolha a se apoiar dentro das condições dispostas, não pela sua posição, não por sua personalidade, mas pelo reconhecimento à obra que transpassa mesmo a materialidade da CLT, afinal “é a gratidão e não a graça que dá força, sentido e futuro ao contrato social assim firmado” (CASTRO, 2005, p. 182). Vargas se mantém no poder não pela efígie do braço direito que a propaganda se apresenta na compreensão do “populismo” que marca o estudo político, tampouco pela falácia e demagogia que a sentença exhibe nas conformidades de si, mas o ditador do Estado Novo assegura a faixa presidencial pelo apoio da classe alvo de seu Trabalhismo inventado, assomado às repressões policiais e presença nos ambientes de organização. Em outras palavras:

[...] o "mito" Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O "mito" Vargas expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores (FERREIRA, 2001, p. 88).

As narrativas analíticas convencionais que estabelecem ponte entre o Estado e o trabalhador costumam colocar este último enquanto parcela usualmente apática e extremamente suscetível a cair nas garras dos sutis mecanismos de manipulação ideológica e, ainda, das supostas falácias e demagogias de políticos populistas (FERREIRA, 2001, p. 62), o que acaba por tirar a singularidade de toda uma classe, estabelecendo uma posição conturbada.⁷ O apoio à Vargas oriundo da classe

⁷ “Como lembra José Murilo de Carvalho, a postura antiestatal, maniqueísta em sua definição, inviabiliza qualquer noção de cidadania e, na prática, ‘acaba por revelar uma atitude paternalista em relação ao povo, ao considerá-lo vítima

trabalhadora muitas vezes é visto como ação compassiva da população para com o ditador, sendo este o resultado do controle psíquico possibilitado pela propaganda, podendo qualificar o fato como conjuntura da matriz populista em sua mais exímia forma convencional. Contudo, a ligação entre o estadista e a classe trabalhadora (numa perspectiva que observa estes indivíduos enquanto sujeitos dotados de autonomia) não percorre visceralmente as nuances imagéticas do culto à personalidade do ditador, mas trata-se, na verdade, de uma correlação entre as partes. Por mais que a figura de Vargas pudesse emergir no pleito da classe trabalhista enquanto uma opção efetivamente longínqua dos reais fundamentos da causa operária, ele era, ainda assim, uma opção viável. Os mais reflexivos e ideologicamente politizados dos trabalhadores poderiam até não concordar na inteireza de seu raciocínio com a presença de Getúlio no mais alto escalão do poder, mas também não podiam darem-se ao luxo de pôr em xeque os direitos conquistados com as Leis Trabalhistas já consolidadas no papel. A realidade contempla um quadro binômio: os trabalhadores na expectativa de que seus direitos fossem assegurados e Vargas na necessidade de que o apoio preservasse seu cargo constituem, num matrimônio despido do amor à primeira vista, um casamento por conveniência tramado a fim de favorecer ambas as partes.

A classe trabalhadora, por conseguinte, só "obedecia" se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. *Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto*, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto (GOMES, 2005, p. 180, grifos nossos)

Problemático, pois, é a taxaço de “populista” a um governo que nem ao menos atende as configurações mínimas da estrutura do modelo que, por excelência, exprime o convertimento de apoiadores através tão somente da lábria e das paixões incitadas pelas propagandas, sem a necessidade da realização de feitos materiais e repressivos para despertar a condição. Assim sendo, o caráter populista atribuído a Vargas se faz dissonante pois “as relações entre Estado e sociedade não eram de mão única, de cima para baixo, mas, sim, de interlocução, de cumplicidade” (FERREIRA, 2001, p. 95) com os trabalhadores, conexão esta às vezes levadas a cabo da perspectiva de um plano de fundo

impotente diante das maquinações do poder do Estado ou de grupos dominantes. Acaba por bestializar o povo?. Culpabilizar o Estado e vitimizar a sociedade, eis alguns dos fundamentos da noção de populismo.” (FERREIRA, 2001, p. 63).

que mais evidencia um oportunismo estadonovista acima dos interesses identitários e distantes da apatia por parte dos próprios trabalhadores em proporções únicas.

O “Populismo” como deslegitimação da experiência democrática (1945-1964)

Ainda que os moldes do tipo específico de exercício da cidadania tenha sido pedra angular para a consolidação e asseguramento de Vargas no poder — uma vez que à massa parecia, de certa forma, um bom negócio abrir mão de seus direitos políticos em favor de direitos sociais-trabalhistas — o desprovimento dos preceitos democráticos começou a pesar nos ombros da armação estadonovista, sobretudo, com o findar da Segunda Guerra Mundial e o despertar para a grande discordância conjuntural que o Brasil se encontrava àquela altura: o país que lutara e posicionara-se contra autoritarismos também era, tão contraditoriamente, comandado por um ditador. De tamanha divergência e sendo pressionado contra a parede por forças institucionalizadas de oposições em maior ou menor potência de objeção, a Carta Magna de 1946 foi estruturada e lançada prevendo eleições próximas às quais Getúlio não concorreria ao cargo de chefia do executivo. Simbolicamente, findava-se ali o Estado Novo, dando lugar ao alvorecer de uma nova ordenação política. Nesta conjuntura, o poder da escolha, o direito de voto democrático, novamente era destinado ao povo e este teria em suas mãos e pela força da maioria a oportunidade de poder escolher seus representantes e, no mais alto tom do idealismo, definir os rumos da nação.

A partir de 1946, as portas da democracia se abrem para a configuração de uma experiência entornada no pleno direito popular de participação governamental não vistas desde os eventos de 1930. O que se segue após o encabeçamento do arbítrio popular por meio do voto são alternâncias do poder direcionadas pela vontade popular, apesar das diversas intervenções que são feitas para assegurar tal condição.⁸ O exercício da cidadania na composição do novo momento apresenta percalços de liberdade e efetividade das prerrogativas legais que atravessam desde os caminhos que levam a proximidades aos interesses norte-americanos, com Dutra (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 397), passando por um saudosismo — um “queremismo” — que clama a volta de Vargas, fazendo sua chegada e, mais ainda, sua partida ser embalada pelos “braços do povo”, atravessando o

⁸ Ver FERREIRA (2003).

desdobrar de um golpe legalista que preambula os não tão dourados “50 anos em 5” de JK (MOREIRA, 2003, p. 190), além do breve varre-varre de Jânio à frente do país e o turbulento chegar de Jango à presidência. Quase dez anos — dez intensos anos — delimitam o que se mostra como uma genuína experiência democrática ímpar na história contemporânea brasileira, um recorte usualmente transladado aos sepulcros da memória quando de seu reducionismo à mera estigmatização implantada para justificar a instauração da face mais cruel do século XX no Brasil. Quase dez anos de um importante capítulo da história do país finda-se no mergulhar (ou pior: sufocar) da repressão submergida com o golpe que promove a Ditadura Militar, em 1964; um golpe que se instala pelas forças descontentes à soberania popular e seus vislumbres de avanços sociais, capaz de ver no próprio meio circundante o objeto essencial a ser modificado a fim de dá-lo como tamanha razão e raiz das atitudes tomadas.

As reverberações provenientes da Ditadura Militar brasileira, no que tocam as percepções históricas populares, não se esgotam unicamente no pensar acerca dos conceitos de “liberdade” e “repressão” que o pós-1985 busca necessariamente elucidar, todavia, a própria guarnição comum de um período é moldada segundo a óptica que se arma presumidamente e envolve a percepção geral dos indivíduos acerca do intervalo que corresponde os eventos ocorridos entre o fim do Estado Novo e a instauração do Regime Militar. O trabalho de transmutação da memória é cirúrgico no contornar da peça que se encaixa no englobamento responsável pela torpe tentativa de defender os eventos golpistas: retroalimentando-se dos preceitos de defesa contra o comunismo eminente, a política brasileira afundada nos discursos demagógicos e acalorados de políticos “populistas” completavam a composição da obra que se almejava, de uma vez por todas, ser aniquilada. Redigido em narrativas que contemplam as tais motivações do golpe, o “populismo” é lançado como mal que precisava ser combatido e somente a força armada institucional poderia fazê-lo. Nutrido por um discurso que desvalida a complexidade e importância da vivência democrática, o excerto temporal é utilizado como antessala para um inevitável golpe, ou, melhor dizendo, fundamento de impulso para os eventos daquele 31 de março.

Espremido entre duas ditaduras, a vivência democrática experimentada entre 1945 e 1964 foi chamada, por vários estudiosos, de “República populista”. Segundo essa interpretação, o “golpe militar” seria o resultado do fracasso dos “líderes populistas”, em especial Goulart, de conduzir a bom termo a participação das massas populares ao processo político. Por isso,

tais lideranças teriam sido as maiores “responsáveis” pela incapacidade da sociedade brasileira de resistir ao golpe e se tornar uma ‘verdadeira democracia’(MOTTA, 2014, p. 7-8).

Apesar do trabalho de escancarar a sordidez vivenciada durante os mais de vinte anos da Ditadura, a legitimação do período aparece de maneira sutil e violenta neste mesmo discurso ainda propagado no imaginário social. Talvez não com o peso concludente de que os militares foram fidedignos salvaguardas da nação e melhor opção para o momento (quando a ciência dos horrores gerados é presente), mas na certeza de que o “populismo” era um mal que assolava a política e algo precisava ser feito neste sentido, pensamento que leva ao certo conformismo responsável por (aviltado em classificações genéricas) englobar períodos distintos na mesma celeuma, parcialmente tapando os olhos para o fato de que somente em um dos casos é que as mordanças definitivamente foram utilizadas sem dó nem piedade para tapar-lhes a boca.

O que alicerça tal narrativa e que tão apelativamente dá vazão à tamanha classificação do excerto temporal é que, de fato, o período que transcorre a experiência democrática é recheado de personas originais — diferentes das perspectivas políticas e constitutivas do processo eleitoral de outrora, donde sobressai a imagem conhecida de autoridade do colarinho “café com leite” —, como é o caso da presente figura de João Goulart em todos os momentos (ainda que por trás das cortinas, mas sempre carregando a simbologia de “herdeiro” direto das políticas varguistas), da corrente espontaneidade e ginga bossa-nova do presidente sorriso Juscelino Kubitschek, ou ainda — talvez de maneira mais caricata —, no rosto teatralizado e popularizado de Jânio Quadros:

Jânio tinha o senso do espetáculo na política. Não hesitava, num comício, em simular desmaios de fome, tomar injeção para recuperar forças, vestir terno velho, de ombros estrategicamente salpicados por um pó que dizia ser caspa, usar gravata torta, sentar no meio-fio para comer sanduíche de mortadela e bananas — queria ser percebido visualmente como parte da população pobre, trabalhadora, sofrida. Subia nos palanques, magro, colérico e desleixado, gesticulando muito, brandindo uma vassoura nas mãos e, modulando o tom de voz, propunha uma varredura moral e administrativa no Brasil. Usava de uma linguagem empolada, cheia de termos em desuso, escandía as sílabas das palavras, e deixava a multidão boquiaberta com sua grandiloquência professoral e pernóstica — às vezes ninguém entendia nada, mas Jânio sabia a ocasião exata em que dizia o que todos queriam ouvir. Seus comícios aconteciam nas ruas, nas fábricas, nas favelas e periferias das cidades, e atraíam milhares de pessoas com vassouras nas mãos, dispostas a levar a sério o candidato e sua retórica de campanha (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 430).

Certamente os moldes de autopromoção na campanha de Jânio são deveras questionáveis, dado o notável exagero de apresentação. Sem embargo, faz-se necessário elucidar que, muito além da superficialidade que remonta tais caracteres tidos como demagógicos e ludibriantes ao eleitorado, demandas de novas abordagens discursivas aos personagens que circundavam o ambiente político de campanha faziam-se presentes em face de estarem envolvidos em novos enquadramentos históricos. Os ares desenvolvimentistas que corriam o país assomavam a intensificação das influências tecnológicas exteriores de exaltação e consumismo não apenas de produtos, mas também das imagens, não permitindo que candidaturas fossem realizadas sem que antes a proximidade entre candidatos e eleitores fosse exercida e promovida a identificação.

A replicação de que a ebulição das ruas, os comícios, as passeatas são movimentações limitadas à ignorância política mesmo basilar, quando finamente analisada, não encontra terra fértil porque a emergência democrática do momento descarrega apelo popular à medida que o ato e efeito da democracia é interiorizado pelo povo. Neste lance, o povo participa das disputas políticas não por mero aliciamento promíscuo movido por discursos acalorados e promessas supérfluas imediatistas proferidas por gatunos ligeiros, sobre este povo não se pode classificá-lo como formado por indivíduos toscos, obtusos, displicentes, contudo atuantes naquilo que, em máximo, chamamos de democracia. A invalidação desta experiência democrática deflagra captações em tons elitistas quando circunscreve, embora de forma não tão patente, uma incapacidade do povo de fazer uso consciente de suas atribuições políticas. Longe disso, a grande incompatibilidade com o difundido é aparente conforme se contrasta a tese de um povo alhures a suposta realidade devoradora do momento — deixando-se confiar inteiramente em um líder — com o fato de que este mesmo povo nunca deixou de tomar a frente para lutar por seus direitos, como a questão agrária no campo — muitas vezes numa força extra institucional (GRYNSZPAN; DEZEMONE, 2007, p. 217) — se mostrou a partir de 1940, por exemplo.

Em vez da ignorância, da ingenuidade, da irracionalidade e do barbarismo atávicos, que, nas visões anteriormente dominantes, caracterizavam as populações rurais, tidas como impermeáveis ao progresso e à civilização, era o ativismo, a luta política contra uma situação social considerada indigna, injusta, luta a cujo desfecho se atrelava o desenvolvimento da nação de maneira geral, que marcava as imagens que se impuseram do camponês (GRYNSZPAN; DEZEMONE, 2007, p. 214-215).

Ainda que a caracterização fabricada deste momento direcione ao exame a constatação de que as tais promessas de candidatura eram por demais irresistíveis, é preciso estabelecer conexão substancial das capacidades humanas, sejam elas mais ou menos refinadas, inatas e perceptíveis em quaisquer temporalidades — e que, por isso, tal exercício não pode ser consideradas anacrônico — donde, seja na segunda metade do século XX, seja no abstrato “hoje”, promessas costumam encher os olhos, todavia não se sustentam com barriga vazia. Por mais que as promessas fossem grandes, o povo não confiava às cegas, é pouco provável que não soubessem ou não tivessem consciência de seu poder no jogo político. Aos candidatos e representantes eleitos, as atuações eram executadas no jogo de cintura da corda bamba de negociações, de balanços tão veementes capazes de fazer o passo em falso render-lhes a “cadeira” de suas atribuições: o povo não estava hipnotizado — pensava, agia. O “populismo” sugere que o carisma ludibriador seria de tamanha intensidade que a cooptação das massas era certa e o apoio seria incondicional, a realidade, no entanto, evidencia que não havia carisma que sustentasse a decisão coletiva, nem mesmo os anos de consolidação de velhas e conhecidas chapas de candidatos — como a forte frente PTB-PSD que, depois de Juscelino Kubitschek, não conseguiu fazer com que Henrique Teixeira Lott ocupasse o executivo — suportaria o constante movimento do sentimento de participação política quando da necessidade de mudança. Não havia mesmice ou monopólio de poder alternado, o tempo das oligarquias e do voto de cabresto começavam a virar memória passada apesar de tão recente, e mesmo na citada República Velha a apatia popular não se mostrava ser um dos traços mais marcantes da sociedade brasileira.

Em meio às alegações de uma política degenerada por ideologias de esquerda e representantes falastrões disseminadores destes tais preceitos, revela-se políticas tão alinhadas com o desenvolvimento capitalista que as aspirações brasileiras, apesar de coberta por roupagens de cunho social como a reforma agrária, atendem em maior instância não menos que a mesma classe dominante que, em 1964, apoiará a queda de Goulart. O então famigerado nacional-desenvolvimentismo — para além dos olhares de desprezo dos entreguistas e do reconhecimento de sua importância por parte dos apoiadores — foi responsável por estruturar artifícios necessários aos setores dirigentes políticos e econômicos que vão desde o fortalecimento simbólico de uma soberania nacional assentada nas riquezas naturais e nas capacidades produtivas do

país,⁹ chegando à elaboração de materiais que mesmo estipulados em um plano de metas conseguiram se efetivar, sequer possuindo como principal objetivo políticas sociais deveras contundentes (MOREIRA, 2003, p. 191), mas que davam toda a condição para a constante manutenção da ordem política e garantia da estadia das elites econômicas no poder. A democracia brasileira de então, nem de longe, era sinônimo ou fagulha de revolução social.

Nas sombras das acusações que insinuam reduzir toda uma experiência democrática ao pífio período corrompido pela urgência de interesses próprios dos governantes que são passados à frente dos interesses da nação, encontra-se a face de um governo golpista de berço apoiado pelos que ansiavam escamotear os interesses desta mesma nação e priorizar as ambições dos trustes internacionais. O que se cria em torno da experiência democrática de 1945 a 1964 é produção de memória arquitetada com fins de distorcer as vivências do período, tapar a sangria que se causa ao ferir a condição democrática da nação quando do maquiagem de um golpe nas cores da dissimulada necessidade intervencionista.

O que importa aqui destacar é que a memória e a história do golpe (bem como de todos os acontecimentos históricos) vão sendo construídas continuamente. A memória seleciona fatos para lembrar, dependendo de quem lembra e quando se lembra. A memória sofre as influências do momento em que o passado é rememorado por alguém. A narrativa histórica também se transforma com o passar do tempo, com a abertura de novos arquivos e com os debates entre os historiadores, por exemplo. Além disso, a história não mais pretende alcançar “uma verdade do que realmente aconteceu”, como se acreditou no século XIX (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 376).

Nas entrelinhas de um termo encontra-se o projeto de descaracterização de uma temporalidade, de um regimento, de uma identidade cidadã; apaga lutas, desmerece consciências, questiona a capacidade política de todo um povo; faz nascer o conformismo, justifica injustificáveis, reinventa a memória. Toda uma experiência democrática é desassociada de sua efetividade e, em seu lugar, vence seu mais perfeito oposto.

A história política brasileira de 1945 a 1964, desse modo, é explicada pelo conceito desmerecedor de "populismo", uma estranha teorização que fala de líderes políticos demagogos, crise de hegemonia das classes dominantes, trabalhadores sem consciência, camponeses que se tornaram operários, propaganda política, corporativismo sindical,

⁹ Ver: SILVA, Angelissa Azevedo e. A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 2). p. 309-333.

cegueira nacionalista dos comunistas, entre outras anomalias. A história política do país é reduzida, dessa maneira, a uma dicotomia simplista: por um lado, um líder esperto, superconsciente, capaz de manipular e enganar; por outro, uma massa sem consciência de seus interesses, iludida por discursos fáceis e sem conteúdo. A teoria do "populismo" torna-se, assim, a teoria do equívoco. Todos se confundiram, de comunistas a udenistas, de trabalhistas a socialistas, de sindicalistas a camponeses, dos trabalhadores às camadas médias. Portanto, tudo o que ocorreu entre a queda do Estado Novo e o golpe militar de 64 deve ser desmerecido, criticado e condenado (FERREIRA, 2003, p. 337).

Da maior finalidade do estudo da História, a possibilidade de não se repetir erros do passado; da maior importância dos questionamentos do que se apresenta como certeza, a oportunidade de adentrar as coxias e os bastidores da encenação teatral típica da memória. Memória é construção, é produção confluyente que se projeta em múltiplas facetas e também nos limites de uma única palavra, e isso não foge do contexto de individualismos latentes ao golpe militar. Necessário, pois, é desvendá-los para não cairmos na diminuição da importância do estado democrático de direito e, no suprassumo de toda essa questão, no desmantelamento de nossa própria história.

À guisa de conclusão

Dos fatos dispostos, as conclusões que se chegam nesta perspectiva pairam na certeza de que, por mais que a popularidade pessoal estivesse diretamente ligada às massas sociais, em proporções que ultrapassam o foro da formal distância entre o Estado e o representante deste Estado, bem como as ações legais burocráticas provindas da necessidade de revisão e a caracterização de benesses quase pessoais, o conglomerado popular não esvaziava-se das particularidades originais que reverberam os pensamentos e as atitudes próprias (seja individual, seja em conjunto), o que ressalta o prisma da inadequação do apontar para os simbolismos contidos nas propagandas como principal suporte da materialidade de pensamento e de fascínios, substancialmente metafísicos. Não se enxerga no excerto temporal aqui destrinchado o alheamento do povo para com a política, tampouco o cego endeusamento de líderes e/ou candidatos eleitorais diante das campanhas e das promessas proferidas.

Portanto, muito além de discursos acalorados e promoções de imagens, o que se verifica entre os anos de 1945 e 1964 é democracia que se monta mesmo nas tribulações de tentativas de golpes

que visam impedir sua progressão. Das narrativas que projetam o contrário, o peso que recai sobre as personas públicas da política distorce os verdadeiros alçozes usurpadores do poder. O que Vargas (este em evidência pois, considerado maior símbolo “populista”, é peça chave para entender a disposição em amplitude) e seus predecessores construíram jamais funcionaria a cargo tão somente da propaganda ou da demagogia em sua plenitude, contrariamente, um governo unia esforços para chamar a atenção de um povo diverso, com raízes estruturais complexas para então, e só a partir daí, lançar-se como benfeitor de ações necessárias e a tempos reivindicadas, benefícios estes que, apesar de reconhecidos e movimentarem as engrenagens da gratidão, não esmorecia a classe trabalhadora, muito menos era capaz de apagar a chama voraz do ato de resistir politicamente, seja na proximidade da cidade, seja no distanciamento geográfico do campo.

Na missão de fundar explicações que justifiquem a tomada da ação de um golpe antidemocrático, os responsáveis pelo mesmo ressignificam uma palavra e um momento da história brasileira e desqualificam-no de forma que a memória forjada se instala popularmente, mesmo nos espaços educacionais que as salas de aula são por excelência. Recebendo epíteto de “república populista”, a deslegitimação acerca da experiência democrática brasileira anterior ao golpe de 1964 é endossada e constantemente reafirmada através de um discurso preferido e interiorizado continuamente. A estereotipização de um recorte temporal à demagogia, falácias e subserviência apenas esfacela a profundidade das extensões e do valor da liberdade de ir e vir, invalidando não apenas um momento, mas a capacidade do povo de pensar e tomar decisões. “Populismo”, deste modo, é invenção que exhibe a anulação intencional para com o legalismo, os indícios turvos de olhares aos setores sociais, tal qual também promove a adesão à solução encontrada pelos golpistas do 31 de março quando se compra a ideia da “limpeza” da política nacional.

Finalmente, o simplismo que atravessa as caracterizações de quase dez anos de vivência democrática busca lançar ao esquecimento parte da história de um país ao passo rouba de seu povo o acesso à verdade, inabilita o poder soberano dos filhos da nação enquanto levantam bandeiras e declaram salves em verde e amarelo desprovidos de patriotismo, promovendo a diminuição premeditada que, nas entrelinhas, transforma a ideia de política *à la* Brasil que fica: ao resumir a

discutida experiência de democracia a quatro sílabas apenas, não menos que reduz-se a potência política de toda uma nação à de mera republiqueta qualquer.

Referências bibliográficas:

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Um brinde ao improvável. In: FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro (orgs.). **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. E o golpe virou revolução. In: FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro (orgs.). **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.) **O tempo da experiência democrática**: da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 – (O Brasil republicano; v.3).

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história** — debate e crítica. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Angela de Castro. A lógica de “quem tem ofício, tem benefício”. In: GOMES, Angela de Castro. **A invenção do Trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GRYNSZPAN, Mário; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo: Ligas Camponesas, comunistas e católicos. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil; v.2).

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.) **O tempo da experiência democrática**: da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 – (O Brasil republicano; v.3).

MOTTA, Marly. Apresentação. In: FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro (orgs.). **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Angelissa Azevedo e. A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.2).

Relatos de uma subjetividade descongelada. Uma história de vida (1930-2017)

Reports of a thawed subjectivity. A life story (1930-2017)

Luiza Porto de Faria

Mestre em História

Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC)

luizapfaria@gmail.com

Recebido: 30/05/2023

Aprovado: 30/11/2023

Resumo: O propósito deste artigo é examinar os procedimentos de reconstrução da memória engendrados por João Batista (1930 – 2017), ex-paciente internado compulsoriamente em um asilo-colônia construído para isolar as pessoas atingidas pela hanseníase. Nesse sentido, a pesquisa baseia-se em quatro entrevistas de história oral de vida, nas quais são abordadas questões relacionadas à metodologia utilizada, à restauração da identidade do sujeito, aos mecanismos de reintegração social e ao processo de reconstrução do indivíduo e de suas memórias após os anos de confinamento.

Palavras-chave: Leprosy, História-oral, Memória

Abstract: The purpose of this article is to examine the memory reconstruction procedures engendered by João Batista (1930 – 2017), a former patient compulsorily interned in a leprosarium built to isolate individuals affected by leprosy. In this regard, the research is based on four life oral history interviews, addressing issues related to the methodology employed, the restoration of the subject's identity, mechanisms of social reintegration, and the process of reconstructing the individual and their memories after years of confinement.

Keywords: Leprosy, Oral-History, Memory

Introdução

A doença contagiosa causada pelo Bacilo de Hansen foi historicamente conhecida como lepra, remontando aos primeiros registros no Levítico, anterior até mesmo ao período de Jesus Cristo. Atravessando os séculos, a lepra atingiu dimensões epidêmicas na Europa durante a Idade

Média, cedendo apenas no século XIV. Em "Uma História da Saúde Pública", George Rosen destaca que "o medo de todas as outras doenças, juntas, dificilmente pode comparar-se ao terror desencadeado pela lepra" (ROSEN, 1994, p. 29).

O texto de Rosen (1994) discorre sobre o minucioso procedimento de identificação da lepra. Uma vez confirmada a enfermidade, a residência do doente passava por uma vistoria rigorosa, sendo demolida e tendo seus materiais removidos para fora da cidade. Uma comissão especializada, composta por um bispo, outros clérigos e um leproso, era responsável por determinar a "impureza" do suspeito. A comunidade apoiava essa comitiva e expulsava qualquer ameaça, com o objetivo de resguardar a saúde dos indivíduos sadios.

A dimensão do medo instigado pela doença é respaldada na historiografia contemporânea, por exemplo, pelo estudo de Daniela Bezerra (2019). Ao analisar o movimento de higiene social brasileiro desde o século XIX, a autora indica que as políticas públicas dos séculos XIX e XX afirmavam que o enfermo deveria ser privado de sua liberdade em prol de um bem maior. Em outras palavras, o isolamento compulsório e o sacrifício de cada pessoa afetada pela hanseníase eram considerados contribuições para a saúde da comunidade.

Desta forma, a lepra foi considerada um desafio de abrangência nacional. Desde a Primeira República (1889-1930), os estados brasileiros possuíam autonomia para implementar medidas de saúde, devido à descentralização no modelo de gestão sanitária. Contudo, nas primeiras décadas do século XX, observou-se uma centralização nas práticas isolacionistas. Na década de 1930, o Estado Brasileiro intensificou a campanha higienista para suprir as deficiências no saneamento nacional (CARVALHO, 2016).

Além disso, conforme coloca Daniele Bezerra (2019), o combate à lepra adquiriu dimensões nacionais durante a Era Vargas (1930 – 1945), marcando o auge do movimento higienista. A construção dos chamados "asilos-colônias" ou "leprosários" teve início com a promulgação do decreto nº 19.402 de 1930, estabelecendo o isolamento compulsório como uma realidade no Brasil (BEZERRA, 2019). Assim, em 1955, existiam mais de 30 asilos-colônias no Brasil, destinados ao isolamento de pessoas afetadas pela hanseníase – um deles era o Hospital Cristiano Machado¹.

O problema de pesquisa do presente artigo se desenvolve a partir deste asilo-colônia. O trabalho busca problematizar os efeitos da internação compulsória na reconstrução de memórias de

¹ Situado no Bairro Roças Grandes, em Sabará, na região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

um indivíduo cuja vida foi atravessada pela experiência institucional. A fim de discorrer sobre o problema proposto, a pesquisa analisou quatro entrevistas de história oral de vida realizadas com João². O entrevistado é visto como um sujeito afetado pela política segregacionista imposta pelo Estado brasileiro – o que não atribui tons vitimistas à sua narrativa.

O artigo está dividido em quatro seções. A primeira, intitulada "Considerações Metodológicas", detalha as principais decisões tomadas em relação à elaboração e condução das entrevistas de história oral. A segunda, "O Início da História", explora os primeiros anos da vida de João, antes da internação compulsória. Na terceira seção, "Lá Dentro e Aqui Fora", os anos vividos dentro do hospital-colônia e o período após a alta são discutidos através da análise de alguns trechos das entrevistas realizadas. Por fim, as considerações finais retomam a situação problema proposta e amarram os conteúdos abordados ao problematizar a relação entre a construção das memórias no tempo presente e a experiência da internação compulsória.

Considerações metodológicas

As fontes orais utilizadas neste artigo são entrevistas conduzidas no Núcleo de História Oral da UFMG (NHO/UFMG) e supervisionadas pela Professora Doutora Miriam Hermeto, coordenadora do espaço. Essas entrevistas resultaram de um trabalho de conclusão de curso realizado para obtenção do título de bacharel em História na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O trabalho analisou entrevistas de história oral de vida com um antigo paciente de um asilo-colônia destinado ao isolamento compulsório de pessoas afetadas pela hanseníase. Tais entrevistas foram registradas 55 anos após a liberação de João. Naquele momento, o entrevistado contava sua história pela primeira vez.

Portanto, cabe questionar o que levou João revelar uma narrativa velada por tantos anos. Se tratando de uma experiência traumática, o conceito “temas sensíveis da História”, de Samanta Quadrat (2018), pode ser mobilizado a fim de abordar a questão. Segundo a autora, os tais temas sensíveis identificam eventos traumáticos ou catastróficos, marcados por situações-limite de violência ou violação de direitos humanos. São passados difíceis que reverberam no presente, exigindo

² O entrevistado e outros sujeitos mencionados durante as entrevistas serão reconhecidos apenas pelo primeiro nome nesse artigo.

tratamento especial dos pesquisadores do ponto de vista ético e moral. As internações compulsórias nas colônias para “leprosos”³ se estenderam até 1980 e deixaram uma marca indelével na sociedade, o que faz com que sejam consideradas um tema sensível da história.

De fato, o período das internações compulsórias alicerçadas na política higienista de segregação ainda causa divergências no tempo presente. Isso porque seus sentidos são sociopoliticamente disputados por diferentes agentes, como: antigos pacientes, pelo Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan)⁴ e pelo próprio Estado. Tais divergências são representadas pelos movimentos de reparação que buscam o reconhecimento das internações compulsórias como uma violação dos direitos humanos das pessoas atingidas pela hanseníase no século XX.

No Brasil, o processo de reconhecimento da necessidade de reparação pela política de confinamento compulsório ganhou força em 2006, quando o Senador Tião Viana (Filiado ao Partido dos Trabalhadores - Acre) submeteu o Projeto de Lei nº 206/06 que “dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas ao isolamento e internação compulsório”. Logo depois disso, a Medida Provisória nº 373 (24 de maio de 2007) foi aprovada com a mesma ementa de concessão de pensão especial. Daí em diante, o processo prosseguiu rapidamente por meio da análise de documentos dos moradores de antigos asilos-colônias de todo o país.

Um marco significativo ocorreu em 24 de julho de 2007, quando a Medida Provisória 373 foi convertida no Decreto nº 6.168. Posteriormente, em 18 de setembro do mesmo ano, esse decreto foi promulgado como a Lei nº 11.520, a qual trata de forma definitiva sobre o benefício concedido às pessoas afetadas pela hanseníase e pelo isolamento compulsório até 1986. Nesse contexto, em 7 de setembro de 2007, foi divulgada a primeira lista de processos deferidos relacionados aos pedidos de pensão especial.

³ O trabalho entende que os termos “lepra” e “hanseníase” devem ser historicizados. Por este motivo, há a alternância entre os dois “nomes da doença” em função do período que está sendo discutido.

⁴ O MORHAN (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase) é uma organização brasileira, fundado em 1981, que atua na defesa dos direitos das pessoas afetadas pela hanseníase. A instituição tem como objetivo principal lutar contra o estigma e a discriminação enfrentados pelas pessoas atingidas pela hanseníase, promovendo sua reintegração social e o resgate de sua cidadania. O movimento trabalha em diversas frentes para alcançar seus objetivos, incluindo ações de conscientização e educação sobre a hanseníase, campanhas de prevenção, assistência às pessoas atingidas pela doença e suas famílias, defesa de direitos, mobilização política e busca por reparação histórica em relação aos danos causados pelo isolamento compulsório de pacientes em asilos-colônias no passado.

Voltando à experiência de João, o entrevistado conta que tomou conhecimento do processo de reparação de indivíduos afetados pela hanseníase e pelo isolamento compulsório em fins de 2017. A partir de então, sua família começou a conhecer sobre seu passado e este movimento deu início à pesquisa que registrou sua história de vida. Cabe destacar que este processo não ocorreu sem intercorrências ou resistências à revelação das experiências vividas dentro do Hospital Cristiano Machado. Parentes próximos de João foram contrários ao registro de sua história por considerarem a experiência vergonhosa e/ou problemáticas de serem reveladas no tempo presente.

Sobre as considerações metodológicas que delinearão a pesquisa. Em primeiro lugar, optou-se por entrevistas longas, com mais de 90 minutos de duração. Estas foram agendadas semanalmente, sempre no mesmo lugar, no Núcleo de História Oral da UFMG. O objetivo do intervalo semanal era dar tempo para que o João pudesse pensar sobre o projeto e sobre a gravação em si, preparando-se para o próximo encontro. De fato, o intervalo entre as entrevistas foi importante tanto para quem contava a história, quanto para quem ouvia. Entre uma sessão e outra, João organizava suas lembranças e refletia sobre o que contar no encontro seguinte. Nessas pausas, ele separava fotos e outros registros para compartilhar na entrevista seguinte.

Foi decidido também que as entrevistas seriam todas presenciais e abertas. Isto é, organizadas a partir de blocos amplos de perguntas. Significa dizer que foi dada preferência a questões que fomentassem as lembranças do entrevistado e ao mesmo tempo permitissem que ele reorganizasse suas memórias de acordo com suas percepções e demandas do tempo presente. A troca entre os colaboradores é inerente às pesquisas de história oral e aquilo que poderia se tornar um “embate” entre entrevistador e entrevistado foi utilizado como alavanca para a provocação de uma fonte oral de teor colaborativo. Assim, a fonte oral nasceu do encontro entre duas pessoas que se dispuseram a ser mutuamente analisadas em uma entre/vista (PORTELLI, 2010).

Desde a primeira entrevista, a autoridade foi pensada como uma atribuição essencialmente compartilhada e não uma qualidade intrínseca do pesquisador que a distribuiu no momento da pesquisa (FRISCH, 2012). Portanto, ao longo do processo de constituição da fonte oral, foi fundamental reconhecer as discrepâncias entre os indivíduos. Uma vez estabelecidas as diferenças, canais de comunicação puderam ser criados.

Durante as entrevistas, foram estabelecidos diversos canais de comunicação que possibilitaram uma evolução no comportamento do entrevistado ao longo do processo. Observou-se

com interesse transformações na linguagem corporal, que evidenciaram uma transição de uma postura inicialmente tensa para um estado mais relaxado, além de modificações no tom de voz que indicaram um crescente nível de confiança por parte do entrevistado.

A comunicação não verbal desempenhou um papel significativo na dinâmica das entrevistas, e essas mudanças observadas na linguagem corporal e no tom de voz refletiram aspectos mais profundos do estado emocional, psicológico e da atitude do entrevistado. Essas transformações podem oferecerem percepções valiosas sobre a evolução da experiência do entrevistado durante o processo.

Além disso, a criação de um espaço dialógico aberto foi fundamental para promover uma comunicação mais autêntica e permitir que o entrevistado se sentisse à vontade para compartilhar suas experiências de maneira mais completa. A confiança mútua entre entrevistador e entrevistado resultou em interações ricas e reveladoras.

No que quis respeito à subjetividade do entrevistado, a meticulosa escolha de palavras para se referir à doença é reveladora do processo de reconstrução da memória a partir de demandas do presente. Inicialmente, João dizia “aquela doença” para se referir à hanseníase. Porém, ao longo das entrevistas, “aquela doença” ganhou materialidade e João disse a palavra “lepra”. Naquele momento, João estava contando sobre quando voltou para sua cidade natal pela primeira vez após a internação no Hospital Cristiano Machado. Ele estava curado, depois de ter vivido a experiência da internação compulsória.

Eu estava lá com os meus amigos todos. A gente estava nas mesinhas da praça e tinha pedido uns docinhos quadrinhos que eram uma delícia. Foi aí que chegou o Dadá, filho do dono do armazém, e falou: “Você que é o Batista?”. Eu respondi: “Sou”. Logo ele retrucou: “Você é o filho do Rufino que tinha lepra?”. “Não, aquele morreu” Foi só o que eu respondi. (informação verbal)

Quando João diz: “aquele morreu”, ele deixa claro para o interlocutor que o “doente de lepra” não está mais ali. Uma nova identidade foi construída (apesar e em torno) da experiência vivida. No tempo presente, João se tornou um sujeito marcado pela doença, porém capaz de evocar e reconstruir o passado de acordo com as demandas e as necessidades do presente.

Ao todo, foram realizadas quatro entrevistas de áudio. O uso exclusivo de áudio foi informado ao entrevistado no primeiro encontro a fim de deixá-lo mais confortável com o registro –

o que eventualmente aconteceu. Da mesma forma, houve a preocupação em garantir um ambiente agradável, capaz de criar confiança entre os envolvidos sem acarretar um clima policaresco às narrativas. A condução das gravações privilegiou a marca da conversa, da evocação e da reconstrução livre das lembranças, a fim de devolver ao entrevistado o protagonismo de sua história de vida.

Sobre a realização das entrevistas, é interessante lembrar que a história oral não se resume ao áudio da entrevista, mas engloba uma série de outros fatores, como os silêncios e os não-ditos, às vezes, perceptíveis no comportamento do corpo dos entrevistados. Estes detalhes foram registrados no caderno de campo e analisados posteriormente, ao lado do áudio das entrevistas e das transcrições. Além disso, diferentes trechos das quatro entrevistas realizadas com João demonstraram como o processo de reelaboração das memórias pode ser captado nas pequenas nuances do comportamento do entrevistado.

Nessa perspectiva, o diálogo foi adotado como estratégia para quebrar uma possível comunicação em “mão única”, ou seja, unilateral. Neste caso, a escrita da história seria feita apenas “para” o público e não “com” o público. Assim, a dinâmica da entrevista buscou compartilhar a autoridade e reorientar a escrita da história para um registro, de fato, dialógico. Não mais uma história feita por historiadores profissionais *para* uma audiência inerte - algo que supõe a oposição entre “produtores” (acadêmicos especializados) e “receptores” (público) da história (FRISCH, 2012).

Feitas as considerações metodológicas, é possível adentrar na história de vida de João. Como mencionado, sua trajetória foi dividida em três momentos, o “antes”, o “durante” e o “depois”. Isto é, a vida prometida antes do diagnóstico da lepra, a realidade vivida “lá dentro dos muros institucionais” e a trama posterior à alta do hospital-colônia ou como João chama, a realidade “lá fora”.

O início da história

João nasceu em 05 de janeiro de 1930 na cidade de Andrelândia, região Sul de Minas Gerais. Sua infância serviu como ponto de partida para a reconstrução das lembranças de sua vida antes da internação compulsória no Hospital Cristiano Machado, em 1948. Nesses primeiros anos, seu pai, Rufino, desempenhou um papel fundamental em sua formação, aparecendo como o principal referencial ao longo de sua trajetória.

A primeira frase de João na segunda entrevista foi: “Hoje você vai conhecer a minha história”. Nesse momento, ele aparentava estar bem mais confortável no papel de narrador. Carregava consigo fotos e cartões que remetiam a sua infância, deixando claro que, daquele momento em diante, era ele quem iria guiar a narrativa.

João começou a reconstruir suas memórias a partir da fazenda da família, chamada “Granja Tiradentes”. Neste espaço se passaram suas primeiras lembranças junto com os avós, os irmãos e os amigos, mas sempre sob o olhar atento do pai. A narração desses dias na Granja contribuiu para construir a relação entre pai e filho. Rufino representou para João o que ele chamou de “homem de família”: figura masculina, provedora e atenciosa, sempre preocupada com o bem-estar da esposa e dos filhos.

Porém, Rufino morre em 1944 e seu falecimento marcou de forma definitiva a trajetória de João. Na época, ele pretendia sair de Andrelândia para “estudar fora”, apesar de ser apenas um menino de 14 anos. Entretanto, a partir daquele momento, ele recebeu responsabilidades nunca imaginadas, as quais aceitou sem qualquer mágoa, tendo em mente o exemplo do pai e a imagem idealizada do progenitor.

Então, o papai morreu. Dia 4 de Julho, com vinte e poucos dias de diferença do vovô. A mamãe não quis deixar eu voltar. Falou: "Não, você não vai voltar, não. O papai foi embora, o seu pai foi embora e agora você vai fazer falta aqui em casa". (informação verbal)

Essa foi possivelmente a primeira quebra na narrativa de João. Como ele relembra, não havia mais a possibilidade de continuar estudando. Mas, isso não era um problema. Ele fez o que seu pai faria: construiu uma vida “estabilizada e regrada” para a mãe e para as irmãs. Começou a trabalhar no laticínio da cidade e rapidamente acumulou responsabilidades. Assim, quaisquer outras perspectivas que tinha antes da morte do pai foram definitivamente esquecidas.

João reconstruiu toda a narrativa do abandono dos estudos para assumir as responsabilidades como o “homem da família” sem nenhum teor melancólico. Pelo contrário, ao narrar os meses seguintes à morte do pai, João contou como sempre esteve consciente de seu novo papel na família e

das responsabilidades deste. No tempo presente, ao reconstruir suas memórias, ele ressaltou o orgulho que sente por ter honrado seus compromissos.

A constatação acima é importante pois cria um elo entre o personagem que João criou para si antes do diagnóstico da hanseníase e a identidade que teve que reconstruir após receber a alta do asilo-colônia. Sob esta perspectiva, é possível entender que o diagnóstico, seguido do isolamento compulsório, como uma clivagem na construção de sentidos feita no tempo presente. A reclusão o impediu de cumprir o dever de ser um “homem de família” como seu pai e isso determinou tanto o passado quanto futuro do narrador.

“Aqui dentro / Lá fora”

No momento do diagnóstico de João, a condição socioeconômica⁵ de sua família era vulnerável, fator que teoricamente impossibilitava sua internação no Hospital Cristiano Machado⁶. Entretanto, o médico que examinou João, Dr. Alípio, era um amigo próximo de seu pai e, coincidentemente, primo do diretor do asilo-colônia – o Dr. Valério de Rezende. Por estes motivos, Dr. Alípio escreveu uma carta pedindo que João fosse internado como um favor pessoal. Este imprevisto garantiu entrada de João no Hospital como paciente.

Aqui é importante fazer uma observação sobre a narrativa de João. Quando ele narrou sua ida ao médico devido a uma ferida no calcanhar que não cicatrizava, foi possível perceber que a ideia da internação estava além do esperado. A hanseníase, assim como o diagnóstico da doença era recoberto de incertezas, tanto do ponto de vista médico, quanto social. Portanto, o obscurantismo que cercava a doença e o tratamento pode ser apontado como uma das causas do sofrimento das pessoas internadas compulsoriamente. Estes indivíduos entravam nos asilos-colônias sem saber o que aconteceria ali, como seriam tratados ou quando iriam sair. Apesar das campanhas existentes, os tratamentos eram incertos e o desconhecimento era predominante.

Desde as primeiras entrevistas, João deu ênfase à carta enviada por Dr. Alípio ao Dr. Valério. Todas as vezes que comentou sobre esta passagem, o entrevistado apontou a diferença entre o

⁵ Uma característica da hanseníase é sua prevalência em lugares marcados pela pobreza e pela desinformação (BEZERRA, 2019).

⁶ Como afirma Keila Carvalho (2016), este asilo-colônia foi construído com o propósito de servir às classes mais altas da sociedade que, por vezes, recusavam a internação, receosas da qualidade das acomodações nas instituições públicas.

Hospital Cristiano Machado e outros asilos-colônia, como, por exemplo, a Colônia de Santa Isabel⁷. De fato, em uma das entrevistas, João disse que agradece imensamente por ter ido para o Hospital Cristiano Machado, pois “lá em Santa Isabel, as pessoas eram jogadas para morrer”.

Como mencionado, João foi internado compulsoriamente no Hospital Cristiano Machado em 1948. Ao narrar suas lembranças sobre a chegada no asilo-colônia, ele diz:

Então eu fui, eu entrei “lá dentro”, mas aquele ambiente não era meu. Eu não conhecia ninguém. Não conhecia ninguém. Então o Bráz me chamou, ele era o diretor interno. Eu saí do parlatório e fui lá conversar com ele. Ele foi e me apresentou o lugar, aqui é o refeitório e tal.. Foi me distraíndo... Quando eu voltei, quando eu entrei no parlatório, eu percebi que o Walter [cunhado] não estava mais lá. Eu saí, passei pela porta e vi que o carro não estava mais lá: o Walter tinha ido embora. Ele não quis despedir de mim. Eu não senti medo, eu não pensava nisso. Ele não quis despedir porque ia ser aquela choradeira, eu era praticamente uma criança. O que eu senti naquela hora? Saudade. Saudade demais. Queria voltar. Saudade da minha vida em Andrelândia. Eu entrei para outra vida. Outra vida completamente diferente e desconhecida. Desconhecida do meu mundo. (informação verbal)

O longo trecho foi transcrito, pois, evidencia aquilo que Daniele Bezerra (2019) chama de “pontos de fissura”. Segundo a autora, os “pontos de fissura” são responsáveis pela dor e pela associação dos hospitais-colônia à lugares de sofrimento. Como é possível identificar na narrativa de João, a chegada no hospital e a “não despedida” do cunhado marcou sua memória e dividiu sua trajetória. Assim, a internação representa a “fissura” que desviou João do caminho traçado para se tornar um homem respeitável.

De fato, Daniele Serres (2009) diz que a lepra deve ser entendida como uma “experiência histórica e individual que marca indelevelmente a pessoa que a enfrenta, a sente e a sofre” (p.18). Assim como João, milhares de outros sujeitos tiveram suas vidas marcadas pelo diagnóstico da lepra e pela experiência institucional. Em seu trabalho, Serres problematiza memórias do isolamento a partir da narração de histórias de vida de antigos moradores de asilos-colônias. Comparando tais

⁷ A Colônia Santa Isabel foi o primeiro asilo-colônia construído em Minas Gerais e idealizado segundo o saber médico da época. O hospital público foi projetado para ser um leprosário modelo, sendo atrelado às orientações profiláticas das conferências internacionais da lepra de meados do século XX. A Colônia Santa Isabel foi construída na antiga Fazenda do Motta, a 40 km de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. A inauguração aconteceu em 23 de dezembro de 1931, dez anos após o início das obras. Atualmente, o espaço foi reorganizado e faz parte do bairro Citrolândia, pertencente ao município de Betim.

narrativas à história de João, é possível perceber aproximações entre as experiências daqueles que foram atingidos pela política higienista e segregacionista brasileira.

Assim como aconteceu na história de vida da João, Serres (2009) percebe na história de vida dos entrevistados que o isolamento é um dos aspectos definidores da experiência da doença. Isso porque tal momento representou uma ruptura na vida dos sujeitos que, a partir de então, passam a se enquadrar sob a identidade do “doente de lepra”. A autora ainda destaca dois aspectos interrelacionados. Primeiro, o fato de que esta identidade (“doente de lepra”) é imputada por terceiros e, em segundo lugar, que tal identidade é associada ao reconhecimento de si próprio.

Esses elementos se evidenciam na declaração de João, conforme transcrito anteriormente, quando ele afirma: "Eu entrei para outra vida. Outra vida completamente diferente e desconhecida. Desconhecida do meu mundo." A partir dessa ruptura, João começou a se ajustar à rotina da instituição, sendo identificado como "doente de lepra" enquanto, ao mesmo tempo, internalizava essa identidade. Em suas narrativas, o entrevistado compartilhou detalhes da rotina rigorosa seguida pelos pacientes em relação ao tratamento, ressaltando os cuidados meticulosos prestados pelos médicos e funcionários.

Com o tempo eu fui me familiarizado, conheci um tal de Valdemar. Ele era um espetáculo "lá dentro". Logo no dia seguinte que eu cheguei, o Nogueira, um dos enfermeiros, foi no meu quarto e perguntou se eu tinha curativo. Eu disse que sim e pedi para que me desse o remédio que eu mesmo fazia. Ele era um cara muito fechado, sabe? Não brincava. Olhou para mim e disse: "Aqui não tem disso não. Duas horas lá na enfermaria, você deve comparecer. Tome banho e vá lá". A gente tinha uma rotina bem rígida lá dentro, a injeção era de 8h até 9h30min... (informação verbal)

O trecho acima denota aquilo que Juliana Serres (2009) chama de “ajustamento”. O conceito diz respeito à forma como os sujeitos buscavam seu lugar dentro da instituição - por exemplo, por meio da compreensão das regras internas e da adaptação à rotina hospitalar. Assim como João, os indivíduos entrevistados por Serres também vivenciaram esse “ajustamento”. Como coloca a autora: “cada um buscava encontrar seu lugar no isolamento ou aceitando e se conformando com o “papel de doente” ou reinventando uma vida a partir das possibilidades existentes” (SERRES, 2009, p. 115).

Apesar de João não ter se profundado nas discussões sobre a rotina mais burocrática do Hospital, sua narrativa demonstra os vários “ajustamentos” pelos quais ele passou. Ele contou sobre os bailes, sobre o Carnaval e sobre os companheiros do período que viveu “lá dentro”. Ou seja,

preferiu reconstruir seu passado a partir de memórias afetivas. Porém, João quis passar rápido pelos anos vividos no hospital e alcançar o período seguinte à liberação – quando teve que se reconstruir como indivíduo, em uma sociedade pouco receptiva à ideia de “ex-leproso”.

De fato, como aponta Serres (2009), o preconceito diante da lepra e dos leproso determinou as relações familiares e o tratamento dado pela comunidade aos antigos pacientes. Mesmo depois de curados, esses sujeitos ainda eram enquadrados pelas representações sociais construídas acerca da doença. Tais representações convenceram a sociedade do caráter altamente contagioso da doença e da periculosidade do doente.

Desta forma, o período da internação destoou como um hiato na história construída por João. Independentemente do que planejou após a morte do pai, a realidade de ser um “doente de lepra” foi imposta à sua trajetória – nada podia ser feito. Em contrapartida, a alta foi o momento no qual João pôde retomar o curso de uma vida planejada anteriormente. Mais do que a saúde, a cura simbolizou o resgate de um futuro-passado (KOSELLECK, 2006).

Ao sair do hospital, João encontrou-se diante da tarefa de reconstruir sua própria identidade. Após a alta, sua condição era de um homem de 23 anos sem estudo ou profissão. Essa posição era oposta à figura idealizada do pai e que esperava ser. Portanto, era preciso criar mecanismos para retomar a trajetória interrompida pelo diagnóstico e pela internação. Somente após isso, ele poderia retornar a sua cidade natal.

Foi assim que João começou a procurar um emprego em Belo Horizonte. Porém, como não tinha condições de viver na capital, continuava dormindo no Hospital Cristiano Machado.

Eu comecei a procurar emprego. Dormia lá [na colônia] e ia de manhã cedo [para a cidade], porque eu não tinha quarto aqui em Belo Horizonte, né? Ia e passava o dia procurando emprego. Naquela hora, eu ajoelhei a noite e falei para o papai: “não tem condições, o pedido que o senhor me fez, não tenho condições. Me leva porque estou no final”. Eu não aguentava mais. No outro dia, o Porto [cunhado], chegou e me mostrou: precisa-se de electricista. Eu peguei o papel. O Porto riu, né? Falou: “Você é doido? Você nunca foi electricista”. (informação verbal)

João narrou com muita emoção seu primeiro dia de trabalho como “electricista”. Contou como conheceu seu chefe, Sr. Alfredo, quem lhe ensinou a profissão nos anos seguintes. Com esse emprego, João se estabeleceu em Belo Horizonte e gradualmente foi se reconstruindo como sujeito

independente da doença e como homem à imagem de um pai de família digno. Portanto, após a alta, João adquiriu uma profissão, se reestabeleceu financeiramente e, principalmente, iniciou um processo de reconstrução da própria identidade.

Considerando que a “capacidade de passar pelo sofrimento e conseguir superá-lo é descrito na literatura como resiliência” (ANGST, 2009; YUNES, 2003), podemos identificar o novo lugar do qual fala o entrevistado. João recomeçou sua vida criando mecanismos, tanto práticos quanto simbólicos, para sobreviver. No trecho abaixo, João narra seu trabalho como “eletricista”:

Eu cheguei lá de manhã cedo e encontrei o Seu Alfredo. Quando comecei a falar, ele virou e disse: "pega a pasta e vai para a Rua Jari com Trindade terminar um serviço lá". Eu pensei comigo: !sem nenhum tostão no bolso, como?" Falei para ele que precisava de dinheiro para a condução. Ele olhou de cara ruim e me deu o dinheiro do bonde. Cheguei lá e trabalhei até três horas da tarde fazendo a instalação. Na verdade, a instalação estava pronta. Só que no meu esquema – que eu tinha pensado no dia anterior - precisava de mais fio, de dois interruptores e de duas tomadas. Se eu tinha três fios, era só pegar um fio da metade e levar para baixo. Mas, naquela época, eu não sabia, né? Fiz. Terminei em três horas. Na verdade, terminei quando acabou o fio. Desci, enchi a boca de água e peguei o bonde de volta. (informação verbal)

O trecho acima demonstra como a narrativa de João foi construída a partir da inscrição do trabalho das lembranças do período da internação. Sua identidade foi edificada sobre cada versão de si associada a uma função social. Ele foi filho e “arrimo de família”. Então, quando foi diagnosticado, tornou-se “doente” e o isolamento compulsório o limitou a esta categoria. Após a alta teve que se reconstruir como um “homem de família” e, para isso, precisava ter uma ocupação digna.

Apesar do “imprevisto” causado pela doença, era preciso seguir o caminho natural de uma criação tradicional e católica da época: trabalhar, casar e ter filhos. De fato, João reconstituiu sua vida e sua identidade sob estes alicerces, tornando-se novamente “útil” de acordo com a educação que recebeu do pai.

A narrativa continuou alinhada aos dois eixos aprendidos com Rufino: o trabalho e a família – categorias que podem ser apontadas como definidoras do masculino para ambos os sujeitos. Ele e a esposa começaram juntos a construir a casa onde moraram por 60 anos. Rapidamente, os filhos

nasceram e João se especializou em conserto de rádios Alta Fidelidade, sempre buscando a melhor forma de prover para a família.

A partir de então, são poucos os momentos em que voltou a contar sobre a vida dentro do Hospital. Em um destes momentos, João comentou sobre o ano de 2007, quando “por acaso” leu uma reportagem do jornal que comentava sobre a Lei nº 11.520. Foi neste momento, a partir da descoberta das medidas de reparação, que a história de João passou a ser narrada e escutada.

Portanto, fica claro que João traçou um eixo entre os principais eventos de sua trajetória e este eixo pareceu dar sentido aos acontecimentos. Primeiro, ele foi um bom filho. Depois, ele foi doente. Porém, ele se reconstruiu como “homem”, marido e pai – e, em certa medida, moldou-se como seu pai. A figura paterna sempre orientou seu comportamento e delimitou traços de sua identidade dentro e fora do isolamento compulsório.

Considerações finais

As entrevistas demonstraram que, até o momento do diagnóstico (seguido da internação), João era se reconhecia dentro de sua própria identidade. Primeiro ele era o “bom filho” de uma família simples do interior de Minas Gerais. Depois da morte do pai, como único filho homem, tornou-se responsável pela família. Apesar do acréscimo de responsabilidades, João ainda se enxergava dentro de sua própria trajetória. Isso mudou com o diagnóstico da “lepra”, imprevisto que representou primeira “fissura” na narrativa de João” (BEZERRA, 2019).

A palavra “lepra” foi destacada porque, no momento do diagnóstico, isto é, em 1948, esta era a denominação da doença. Ou seja, João não recebeu o diagnóstico da hanseníase, mas sim, foi declarado como “leproso”. O uso de cada um dos termos implica em duas formas distintas de compreender o diagnóstico e a nova condição de doente. Por este motivo, cabe observar alguns pontos a seguir.

Em primeiro lugar e de acordo com a argumentação de Susan Sontag (2007), a enfermidade conhecida como “lepra” sempre esteve envolta por uma variedade de sentidos e significados, transcendendo assim sua mera manifestação biológica (SONTAG, 2007). Conforme problematizado pela autora, diversas doenças, como câncer e tuberculose, estão intrinsecamente ligadas a metáforas.

O mesmo ocorre com a lepra, onde os receios mais profundos estão associados a essa condição, carregando consigo significados morais e religiosos.

O trabalho de Susan Sontag (2007) corrobora a citação de Rosen (1994) transcrita na Introdução desse texto. Da mesma forma, os textos dos dois autores contribuem para a melhor compreensão sobre o momento em que João fala a palavra “lepra” pela primeira vez. Naquele momento da entrevista, João deixa explícito que a pessoa diagnosticada com lepra tinha morrido. Ele não mais se entendida como sujeito através da “moldura da lepra”. Dali em diante, ele era apenas “João”, o filho de Rufino.

Nesse sentido, ressalta-se a relevância da Lei 9.010 de 1995, que oficializou o termo "hanseníase" como a denominação oficial da doença no Brasil. A legislação proibiu de maneira definitiva o uso do termo "lepra" e suas variações em documentos oficiais do país. Esse movimento institucional desempenhou um papel fundamental no processo de desmistificação da doença e na construção de novos significados associados ao novo nome "hanseníase".

Conclui-se, assim, que a alteração do termo representa uma tentativa de aliviar parte do estigma ligado ao nome da doença. A "hanseníase" torna-se a nova “moldura”⁸, utilizada para indicar que a lepra está efetivamente relegada ao passado. Nesse percurso, merece destaque o papel dos próprios indivíduos afetados pela hanseníase, que empreenderam um processo de desmitificação da doença com o intuito de atribuir novos significados à expressão "hanseníase". Esses novos sentidos afastaram a hanseníase da metáfora que antes delimitava a lepra, notadamente associada a noções punitivas e moralistas, responsáveis pelo preconceito em relação à doença (SONTAG, 2007).

Porém, como mencionado, em 1948, João (nem qualquer outro indivíduo atingido pela hanseníase) vislumbrava tais mudanças de sentidos e significados. Ele foi diagnosticado com “lepra” e esta nova condição tornou-se parte de sua identidade. Após a internação, João foi identificado como mais um “interno” do Hospital Cristiano Machado e depois de receber a alta, tornou-se um

⁸ O termo "moldura" refere-se ao "processo de estabelecimento de esquemas explanatórios e classificatórios de uma doença específica" (ROSENBERG; GOLDEN, 1992, p. 15). Os autores explicam como cada doença gera ações que a transformam em uma moldura para situações na vida social, ao mesmo tempo em que são elas próprias enquadradas. Dessa maneira, as doenças são concebidas como um "evento biológico" e só passam a existir após receberem uma denominação. No contexto deste estudo, o conceito de Rosenberg e Golden (1992) é aplicado de maneira semelhante à abordagem de Carvalho (2016). Isso ocorre porque, em seu trabalho, a autora explora o processo de reconstrução dos significados atribuídos à lepra e à hanseníase com base na ideia de "molduras".

“ex-doente”. Assim, quando João começou a se reinserir socialmente, ele também iniciou um outro processo de reconstrução de sua identidade – agora como um homem adulto saudável.

As entrevistas também revelaram tais vínculos entre a evocação das lembranças no tempo presente e os mecanismos adotados por João para reformular sua identidade. Com isso, diferentes temporalidades perpassaram o momento da entrevista. Neste processo de reconstrução da memória no tempo presente, João construiu novas versões de si. Ao rememorar sua vida após a alta, o entrevistado pontua cada traço de sua subjetividade que foi sendo recuperada. A rememoração tornou a intenação compulsória em uma clivagem, a partir da qual diferentes formas de ser foram sendo construídas.

Portanto, destaca-se a relação entre a evocação de lembranças no tempo presente durante as entrevistas e os mecanismos que João adotou para reformular sua identidade. Isso sugere que o processo de lembrar eventos passados está intrinsecamente ligado à maneira como João reconstrói quem ele é. Diferentes camadas de tempo – presente, passado e futuro - estão presentes durante as entrevistas, o que indica a complexidade do processo de recordação.

A ideia de João construindo novas versões de si mesmo durante a rememoração indica um aspecto dinâmico e ativo na forma como ele lida com suas memórias. A menção à cada traço de sua subjetividade recuperada destaca a atenção cuidadosa dada à reconstrução de sua identidade após a alta e também no próprio momento da entrevista.

A transformação da intenação compulsória em uma clivagem revela a importância desse evento como um divisor do tempo. A partir desse ponto, diferentes formas de ser foram sendo construídas, sugerindo que a experiência da intenação teve um impacto profundo na vida e na autopercepção de João.

Em suma, a análise das entrevistas denota um processo complexo de reconstrução identitária através da rememoração e mostra como João lida com as lembranças de sua vida após a alta e como essas lembranças influenciam na formação de sua identidade atual. Em tempo, destaca-se que a pesquisa não exauriu todo o conteúdo das entrevistas. Dito isso, há indicações para trabalhos futuros a partir das mesmas fontes. Isso porque, a rememoração suscitada pelas entrevistas oferece “uma possibilidade empírica e particularmente densa de compreender” (ALBERTI, 2004, p. 49)

Referências bibliográficas:

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BEZERRA, Daniele Borges. **A ressonância afetiva das memórias como meio de transmissão para um patrimônio difícil: monumentos em antigos leprosários**. 2019. 520 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.
- CARVALHO, Keila Auxiliadora. **Colônia Santa Izabel: a lepra e o isolamento em Minas Gerais (1920-1960)**, 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.
- FRISCH, Michael. **A história pública não é uma via de mão única ou De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa**. In.: MAUAD, Ana Maria, ALMEIDA, Juniele Rabêlo de SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil – sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-71.
- MATOS, Júlia Silveira; DE SENNA, Adriana Kivanski. **História oral como fonte: problemas e métodos**. *Historiæ*, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.
- PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, p. 24, 2016.
- ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SERRES, Juliane Conceição Primon. **Memórias do isolamento: trajetórias marcadas pela experiência de vida no Hospital Colônia Itapuã**. 2009. 216 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, São Leopoldo, 2009.

JK, Editora Abril e Globo: Popularização da literatura nos anos de nacional-desenvolvimentismo¹

JK, Editora Abril and Globo: Popularization of literature in the years of national-developmentalism

Gabriel Alves Mendes

Graduando em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)

bereumendes@gmail.com

Raimunda Tereza Faria Marques

Graduanda em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)

raymundamarques9@gmail.com

Silvana Seabra

Professora Adjunta - Programa de Pós-graduação em Comunicação Social

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)

silhooper@gmail.com

Recebido: 27/11/2023

Aprovado: 06/02/2024

Resumo: Na década de 1950, especialmente durante o governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil passou por uma nova onda de modernização também de cunho nacional-desenvolvimentista, agora travada no campo das discussões dos anos 50 e 60. A mídia e a comunicação não ficaram de fora desta esfera, da qual surgiram diversas editoras com o propósito de ampliar o mercado consumidor. Neste contexto, surge a Editora Abril, que foi responsável por moldar formidáveis mudanças no cenário de produção e consumo destes materiais no Brasil, com a produção e divulgação de livros, dentre eles clássicos da literatura; revistas; enciclopédias e jornais, com um perfil mais popular. O caráter massivo e industrial garantia preços mais baixos, que ampliaram acesso de camadas mais baixas da população. Algumas formatações também se somaram à iniciativa, como a criação de livros de bolso, a expansão da distribuição e também certos *designs* que tornavam os produtos mais atraentes e mais fáceis ao consumo popular. Para além da Editora Abril, algumas outras iniciativas acompanharam também o cenário, como a Editora Globo.

¹ Este texto é parte de Projeto de Iniciação Científica financiado pelo FIP/PUCMinas (Fundação de Apoio a Pesquisa) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais sob o título de Memória e conhecimento popular no Brasil: o caso Enciclopédia Conhecer.

Palavras-chave: Editoras, Literatura, modernização e popularização.

Abstract: In the 1950s, especially during the government of Juscelino Kubitschek, Brazil went through a new wave of modernization also of a national-developmental nature, now taking place in the field of discussions of the 50s and 60s. Media and communication were not left out of this sphere, from which several publishers emerged with the purpose of expanding the consumer market. In this context, Editora Abril emerged, which was responsible for shaping formidable changes in the scenario of production and consumption of these materials in Brazil, with the production and dissemination of books, including literary classics; magazines; encyclopedias and newspapers, with a more popular profile. The massive and industrial character guaranteed lower prices, which increased access for lower sections of the population. Some formats were also added to the initiative, such as the creation of pocketbooks, the expansion of distribution and also certain designs that made products more attractive and easier for popular consumption. In addition to Editora Abril, some other initiatives also followed the scenario, such as Editora Globo.

Keywords: Publishers, Literature, modernization and popularization.

Introdução

Quando nos debruçamos sobre o que qualificamos de moderno – logo nos deparamos com outras nomeações derivadas, que buscam precisar melhores facetas e desenvolvimentos específicos, como os termos já recorrentes de modernização, modernidade ou pós-modernidade. As precisões destes conceitos não alcançam total consenso, mas em geral concordam em localizá-los numa relação temporal. Miranda ressalta que tais processos podem ter representações distintas, tanto em temporalidades diferentes quanto também a locais diferentes (MIRANDA, 1999).

A modernidade é um termo que expressa a efervescência de novos ideais ou paradigmas que surgem como a razão, o novo, ou como a sobreposição do antigo para o novo (LE GOFF, 2003). Na América Latina, o termo também foi, e ainda é debatido, grande parte em função da caracterização do continente no concerto das nações ocidentais. Mais recentemente, Canclini realizou uma longa análise processual da questão expondo os principais pontos que descrevem a modernidade em solo latino americano (CANCLINI, 2012).

Expresso em campos, sobretudo culturais, a modernidade se mostra um fenômeno que sofre a influência de diferentes esferas daquilo que usualmente chamamos de cultura *strictu sensu*. Desta forma, molda-se como a própria vida cotidiana e a interação dos indivíduos que fomentam tal cultura. Dessa forma a modernidade é uma espécie de “fato total” como a nomearia Mauss (MAUSS, 2003). Assim,

Ao invés de estabelecer continuidades no interior de um sistema fechado - a modernidade como um todo unitário - interessa considerar os deslocamentos e agenciamentos de experiências do moderno como um espaço privilegiado para se investigar de que forma a emergência de novos valores culturais irá ampliar as alternativas de escolha e experimentações dos indivíduos e comunidades. (MIRANDA, 1999, p. 270).

Num consenso básico, os historiadores apontam que a ruptura entre antigos e modernos se dá principalmente com a revolução industrial na segunda metade do século XIX e no século XX, seguindo uma tendência mais estrutural de mudanças, embora desde o século XVII o tema já era debatido em relação à tradição da antiguidade². A modernização, nesse sentido, está associada a diversos elementos dos meios de produção e em estruturas políticas, culturais e econômicas de um local. Para Le Goff:

Quase todas as nações atrasadas se encontraram perante a equivalência entre modernização e ocidentalização e o problema do moderno foi posto paralelamente ao da identidade nacional. Um pouco por todo o lado distinguiu também a modernização econômica e técnica da modernização social e cultural. (LE GOFF, 2003, p.179)

Dessa forma a modernização, não está somente nas transformações econômicas, mas envolveu, sobretudo, questões referentes às formações identitárias nacionais (*Ibidem*, 2003). Embora afastados por séculos, a modernização no Brasil, e na América Latina como um todo, se aliou também aos processos de formação ou reforço de identidades nacionais, nos anos 50 e 60 do século XX a modernização, se aliou a uma ideologia desenvolvimentista nacionalista. Nesse quadro é que encontramos a adjetivação do moderno pela aceleração. No nosso caso e em outros espalhados pela periferia do capitalismo (Índia, África, América Latina), significa um processo que denotamos como “tardio”. Nesse quadro, o tardio qualifica o ritmo de um processo que parece inevitável, e só faz sentido quando comparado à sua matriz europeia ou norte-americana.

² Este debate ficou conhecido como a "Querelle des Anciens et des Modernes" - Querela dos Antigos e Modernos – e pode ser descrita como uma guerra intelectual que agitou o mundo artístico e literário no século XVII na França, no qual havia um embate entre duas correntes: os Clássicos, autores que defendiam a superioridade das obras da antiguidade; e os Modernos, que argumentam que as obras clássicas não eram insubstituíveis, e que deveria haver uma renovação artística, literária e intelectual. (DEJEAN, Joan. Antigos Contra Modernos: as guerras culturais e a construção de um fin de siècle. 2005).

Segundo Silva ocorreu uma aceleração da modernização em meados do século XX que ocorreu no Brasil dos anos de 1945 a 1964, pautada na intervenção do Estado para realizar transformações sociais, culturais, econômicas e urbanas, através de políticas verticais e, por vezes, autoritárias, para realizar transformações sociais, culturais, econômicas e urbanas (SILVA, 2018). O autor ainda reforça ainda, que não apenas a economia mudava, mas também os valores sociais foram graduais e num ritmo diferente da economia, que era o carro-chefe dessas alterações. Como sempre a cultura é um tempo de longa duração, como diria os Annales, em especial Braudel, como diria os Annales, em especial Braudel, e as transformações foram lentas. Além disso, as novas ideias e concepções sobre os fenômenos que derivavam da modernidade foram gradativas e não se expressaram de maneira homogênea. Entende-se que a *modernidade acelerada* é um processo de modernização onde ocorrem significativas mudanças em um período de tempo rápido, que destoa dos ritmos usuais da cultura e dos valores. Dessa forma a modernização acelerada se manifesta como um momento de um processo que contém algo de exógeno ou artificial também.

Wander Mello observa que “a mobilização de estereótipos nacionais está apenas cumprindo o papel de favorecer a expansão do capital internacional, através do alibi da integração entre culturas” (MELLO, 1999, p.266). Esse mecanismo pode ser reconhecido nos processos de modernizações nacionais e atua como uma força homogeneizadora, de caráter interno.

De acordo com Prado, a presença do Estado foi importante protagonista, neste processo de modernização brasileira, agindo diretamente e atuando como o agente aglutinador do processo (PRADO, 2008). Nessa perspectiva modernizadora, dos anos 50, uma das características mais marcantes foi a proposta de aceleração do processo.

Mas, para tanto, seria necessário queimar velozmente etapas, comprimindo o tempo e adiantando o relógio da história - "50 anos em 5" diz um outro slogan, síntese do período- para que o futuro desejado se tornasse presente. O corolário da velocidade é o progresso; sua linearidade cronológica é a medida do tempo homogêneo e vazio: tudo e todos são colocados numa mesma temporalidade que visa a dar um significado homogêneo- por definição excludente e centralizador - ao que é heterogêneo (MELLO, 1999, p.267).

A extensão desse fenômeno atingiu todas as áreas, inclusive a do conhecimento. Era importante modernizar não apenas os processos produtivos, mas também era necessário a formação de um novo homem, um homem moderno com uma visão moderna do mundo. Tampouco se trata da formação de uma mão de obra específica, é necessário inventar um sujeito

dotado de um projeto modernizante e que possa garantir desde sua singularidade, de sua individualidade que o mundo seja resultado e causa de um novo modelo de sociedade. No campo do conhecimento, o sujeito latino americano, no caso, o brasileiro também deve acompanhar a modernização, sua socialização não pode ser contida pela educação tradicional da família, deve agora alargar-se e avançar na ideia mundo.

Embora esta perspectiva tenha se formado desde, sobretudo, a formação do Estado-nacional, no século XX, também agora deve ser assegurado que os meios sejam expandidos, a busca do conhecimento deve ser desejada como parte na formação desse sujeito. Neste sentido, procuramos entender como o processo de modernização em território brasileiro, especialmente nos anos de 1950 e 1960, no mandato presidencial de Juscelino Kubitschek, foi importante para a popularização da literatura clássica e ficcional no Brasil, para a formação de hábitos de leitura que incluam acesso popular. Na verdade, podemos pensar que este novo horizonte de conhecimento popular moldaram as novas formas novas de visão de mundo, ao mesmo tempo em que também eram resultado do que denominamos “ser moderno”.

Nacional-desenvolvimentismo e anos JK

Desde o encerramento do segundo governo de Vargas, podia se notar um Brasil com muitas transformações, passando por um acentuado processo de modernização tanto nos planos políticos quanto no econômico. A aliança política entre o Partido Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) possibilitaram a eleição de Juscelino Kubitschek, que lançou-se

bem cedo, quando ainda era prefeito de Belo Horizonte e, depois, governador de Minas Gerais. Mas foi em sua campanha à presidência da República e, sobretudo, durante sua administração que o desenvolvimentismo ou nacional-desenvolvimentismo se consolidou como um estilo de governo e como um projeto social e político para o Brasil, cujos traços essenciais eram o comprometimento com a democracia e com a intensificação do desenvolvimento industrial de tipo capitalista. (MOREIRA, 2003, p.159)

Durante o governo JK (1946-1964) o desenvolvimento econômico do país por meio do projeto nacional-desenvolvimentista foi considerado uma revolução industrial brasileira. O famoso Plano de Metas, programa que possuía seu slogan “50 anos em 5”, já em seu título deixava explícita a forma “rápida” como o processo de desenvolvimento deveria ocorrer. Suas metas eram divididas entre setores como energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação, aprofundando cada vez mais o processo de industrialização. O modelo acompanhava

os famosos planos econômicos de “metas”, que acompanhariam as décadas do pós-Segunda Guerra Mundial. Uma ideia que varreu o mundo, se iniciando na URSS e alcançando países liberais como USA e o mundo europeu (HUBER, 2017).

Segundo Maranhão, o programa objetivava elevar o nível da população através da modernização do país, além de garantir a forte intervenção do Estado, bem como sua grande visibilidade (MARANHÃO, 1981). Este impulso direcionou ao Estado "a tarefa de viabilizar uma agenda de crescimento econômico acelerado, aprofundou o processo de industrialização e privilegiou o setor industrial e bens de consumo duráveis, alterando hábitos e o cotidiano da população" (SCHWARCZ e STARLING, 2018 p. 415).

Juscelino alcançou sua fama e visibilidade provavelmente por conseguir fazer do Plano de Metas dentro de uma condição de normalidade política, com o funcionamento pleno das instituições nacionais (GOMES, 1991). O projeto que tornou o Brasil moderno nestes anos pode ser considerado inclusivo internacionalmente, abrindo as portas para a modernidade que se constituía internacionalmente, com destaque para os processos do pós Segunda Guerra Mundial. Uma vez que o país se dividia em uma parte ainda atrasada e outra moderna caminhando para o desenvolvimento. Schwarcz e Starling afirmam que,

A confiança que Juscelino depositou nesse projeto de Brasil foi contagiosa, e não é muito difícil entender o porquê. O projeto de JK sustentava-se na crença de que a construção de uma nova sociedade dependia da vontade do Estado e do desejo coletivo de um povo que, enfim, teria encontrado seu lugar e destino. (SCHWARCZ e STARLING, 2018, p. 417).

O governo realizou muitas articulações e alianças entre diversos grupos sociais, desde os setores econômicos privados, passando por setores políticos tanto mais à direita, quanto à esquerda, e passando também com a adesão de intelectuais. Pode-se dizer que a modernização era um consenso, embora questões relativas ao seu agenciamento pudessem se diferenciar sem romper com a base pela união na busca de avanços econômicos. Portanto, tal projeto obteve potencial agregador junto a intelectuais, como foi o caso do movimento de caráter civil o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado por um grupo de intelectuais no Rio de Janeiro, com finalidades de estudos, ensino e divulgação de ciências sociais. O instituto desenvolveu um papel essencial no âmbito político e intelectual na década de 50, por meio de elaborações de análises e exposições da situação política, econômica, social e cultural do país.

Outro ponto é como o país ultrapassou o subdesenvolvimento no setor cultural nos "anos dourados":

A fórmula do reformismo desenvolvimentista, à noção-chave do subdesenvolvimento e a compreensão de que o povo brasileiro era o agente da transformação de sua própria história amadureceram entre os tecnocratas do governo e os intelectuais da academia; também viveram uma afloração e uma maturação particulares no campo da cultura, e tornaram-se rapidamente objeto de construção estética e produção artística. (*Ibidem*, p.418)

Assim, através do desenvolvimento em diversas áreas, houve uma crescente participação das camadas populares no cenário político e na construção de estratégias para vencer o subdesenvolvimento. O país, de fato, parecia acelerar-se também na cultura por meio de uma proposta de cinema, de música e também de literatura, avançando significativamente em criatividade própria e também na oferta por uma cultura nacional própria, mesmo que com diálogos com a produção internacional. A vista disso é necessário entender o crescimento das editoras para compreender a sua participação neste momento em que se popularizou razoavelmente a literatura clássica naqueles anos de desenvolvimento acelerado.

O desenvolvimento das editoras no período nacional-desenvolvimentista

Durante o período em tela, ocorreu também, dentre os diversos setores um grande desenvolvimento, um avanço na área da comunicação, em especial na mídia. Durante a década de 1950, o surgimento de importantes meios de comunicação, que foram responsáveis pela criação de uma comunicação de massas em amplitudes nunca antes vistas. Este desenvolvimento não se restringe apenas aos anos da nacional-desenvolvimentista, mas é durante este período que se dá a entrada definitiva do Brasil numa cultura de massas.

As possibilidades de expansão durante o governo de Juscelino Kubitschek eram diversas. Havia um grande estímulo financeiro para desenvolver e modernizar o Brasil, e isto possibilitou com que as editoras acompanhassem este processo de modernização, que abarcou o campo da cultura e da comunicação durante o que ficou denominado de os “anos dourados”.

Nos anos de 1930 a 1950, o Brasil já havia passado pelas reformas de Getúlio Vargas, que transformou o Estado brasileiro (MILTON, 2010). Este processo implicou em um desenvolvimento da comunicação associada à educação como a maior taxa de escolarização e, conseqüentemente, de alfabetização, além de um crescimento significativo no mercado de

trabalho, conseqüentemente a uma mudança nas condições de vida e na mentalidade que, de acordo com Braudel, é um campo estrutural e que não acompanha as mudanças ocorridas pelos eventos e pelas conjunturas, logo requer um maior tempo para se adaptar aos novos cenários, fazendo com que lentamente este campo sofra com as mudanças trazidas pela modernização, é o chamado tempo de longa duração (BRAUDEL, 1985). Graças à modernização crescente do país, o público alvo destas editoras passou a não ser não mais apenas as elites, mas se dirigia agora às se dirigia agora às grandes massas. Quanto mais leitores, maior o crescimento no campo da leitura, e no mercado que envolve as editoras.

Uma editora em específico surge no ano de 1950, e é essencial para a modernização e a conseqüente popularização da literatura no Brasil: a Editora Abril. Criada em 1950, por meio de sociedade entre Giordano Rossi e Victor Civita, foi à editora com o maior crescimento e estabilidade do século XX no Brasil (HALLEWELL, 2017). Desde publicações de obras em domínio público por coleções, passando por revistas e a grande inovação da editora que foram os fascículos, a Abril foi importante para promover a distribuição destes materiais, com um cenário de consumo favorável ao desenvolvimento intelectual de uma maior parte da população brasileira. O autor ainda explica que a Editora Abril começa sua trajetória no mercado das revistas, com importações de obras do exterior, especialmente dos Estados Unidos como algumas obras de Walt Disney, além de gradativamente se envolver na criação de suas próprias revistas.

Especialmente com as obras destinadas ao público infantil, seus passos iniciais nos anos de 1950 foram primorosos para a fomentação de um hábito de leitura infanto-juvenil. A editora também apostou no investimento de bancas de jornal, o que abrangiu um público muito maior, alastrando o acesso destas produções para uma parcela maior da população. De acordo com Neres: “A possibilidade de venda de livros em bancas de jornal aproximou, portanto, o leitor médio de uma realidade que não o atraía de início; passou a ter contato com uma variedade de livros e autores diferentes daqueles que conhecia no colégio.” (NERES, 2014, p. 53).

A editora foi pioneira na venda de periódicos em bancas de jornal. O desenvolvimento e investimentos da editora para viabilizar a compra destes materiais, que possuíam um valor menor e poderia ser comprado semanalmente ou mensalmente, como ressalta Hallewell, possibilitou a obtenção destes conteúdos para um maior número de pessoas (HALLEWELL, 2018). Os temas de tais periódicos eram diversos, desde revistas ligadas ao mundo entretenimento ligadas ao mundo entretenimento, que eram o carro-chefe da editora, até coleções de literatura clássica ou

enciclopédias, que ao final das edições era encadernada com todos os periódicos e se formava a enciclopédia completa. Além do valor cultural, estes itens possuíam um valor estético e social, e possibilitava às classes de menor poder aquisitivo também pudessem adquirir estes materiais.

É nesse sentido que se pode examinar a materialidade de um livro literário, pois justifica-se a associação entre “materialidade” e “sentido”, numa confluência que converge para a “cultura material” da literatura e, portanto, para a própria história cultural, tendo o livro, enquanto objeto, como um dos elementos reveladores de orientações estéticas e ideológicas. (ARAÚJO NETO, 2006, p. 134)

Embora a editora só fosse atingir o seu ápice durante a Ditadura Militar (1964-1985), estes anos iniciais de sua criação e exploração de novas formas de distribuição e produção foram de suma importância para que a Abril se consolidasse no mercado editorial brasileiro.

Outra importante editora que floresceu durante o período de governo de Juscelino Kubitschek foi a Editora Globo. Fundada como uma seção editorial da Livraria Globo, no Rio Grande do Sul em 1931, a expansão da editora foi notável nos anos seguintes. Dentre as ações de Henrique Bertaso, dono do empreendimento neste período, foi a expansão da editora em filiais fora da região sul, a distribuição em larga escala e, principalmente, o pioneirismo na tradução e distribuição de obras internacionais, como as norte-americanas (BATISTA, 2008). Este foi responsável por ser o carro-chefe da editora e seu grande diferencial até a década de 1950, quando ocorreu uma maior produção de outras obras, como os guias técnicos, revistas e, posteriormente, gibis (HALLEWELL, 2017).

Estas novas publicações da Editora Globo só foram possíveis graças ao desenvolvimento do mercado editorial durante o período nacional-desenvolvimentista, já que no período da Segunda Grande Guerra e também logo após o seu término o Brasil sofria com a falta de abastecimento de papel, e de taxas de exportação dos livros para o exterior, o que dificultou com que neste período antes dos anos 50 houvesse maiores inovações na área editorial (*Ibidem*), além de estagnar as exportações, só voltariam a crescer no começo dos anos de 1960.

Mesmo com essas dificuldades, a Editora Globo conseguiu prosperar no período pós-guerra graças ao cenário econômico proporcionado pelos planos nacional-desenvolvimentistas. A editora apresentou um considerável crescimento e estabilidade durante a década de 1950. Sua importância no pioneirismo das traduções de obras literárias é essencial para compreendermos como tais obras conseguiram ser difundidas pelo Brasil durante

o século XX, e mesmo com as crises de distribuição e exportação no período pós-guerra, a Editora se manteve estável em sua produção e distribuição no território nacional.

Livros de bolso e a tentativa de popularizar a leitura

O Livro de Bolso faz parte da tentativa de popularizar a leitura, trazendo-o para as classes médias, já que no século XX a compra de livros tinha custo alto. Culturalmente o hábito de leitura era tido como algo elitizado, além das taxas de analfabetismo que ainda eram altas naquele período (Tabela 1). Isso se deve também a uma fraca escolarização do Brasil, cujas raízes coloniais portuguesas haviam secundarizado os aspectos ligados a um conhecimento científico e racional (LOVISOLO, 1992).³

Tabela 1 - Analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais – Brasil 1900/2010

Ano	População com 15 anos ou mais (em milhares)		
	Total ¹	Analfabeta ¹	Taxa de analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6
2010	144.814	13.933	9,6

Reprodução: BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no Brasil: lições da história. *Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, p. 24-46, 2017.

Durante o século XX, em países desenvolvidos como os Estados Unidos e a Inglaterra, foram feitos avanços nas produções e distribuições de livros mais acessíveis para a população,

³ Interessante observar que no caso do Brasil com a colonização portuguesa, como explica Lovisolo (1992), diferentemente matriz espanhola, as universidades foram proibidas, denotando o aspecto controlado do conhecimento e a manutenção do forte aspecto pré-moderno das letras.

como o *paperbook*: livros com capa de papel ao invés da tradicional capa dura, que fizeram com que o preço destes produtos se tornasse palpáveis para a maioria da população (HALLEWELL, 2017). Em suma, as editoras pensavam no livro de bolso como uma forma de “produzir livros de menor custo editorial-gráfico, focalizando temas inerentes à contemporaneidade e à universalidade, e difundir a cultura a expressivas camadas da população” (DE OLIVEIRA, 2007, p. 12).

No entanto, no Brasil, os livros de bolso não tiveram tamanho impacto nas vendas apesar de sua intenção, mesmo sendo uma tentativa constante das editoras dos anos de 1930 até a década de 1960. A Editora Globo já tentou fazer coleções de preços populares, como a Coleção Globo, em 1930, que custava quase metade do preço original das obras. Mesmo com o preço mais acessível, a coleção não teve um número alto de vendas, e outras tentativas foram barradas por dificuldades na distribuição de papel durante a Segunda Guerra Mundial (BATISTA, 2018).

Vários fatores contribuíram para tal resultado. Podemos citar dentre eles um resquício histórico de uma baixa alfabetização da população, e; o desinteresse de criação de pontos de vendas mais diversificados, como os ambientes de grande circulação, a exemplo das vendas destes livros em farmácias e mercados e supermercados; e também a percepção de inferioridade em relação aos livros ditos como “normais”, comparando tanto seus materiais e aspectos visuais como seu preço. Isto demonstra igualmente um aspecto de distinção do objeto-livro, que no Brasil parece ter permanecido apesar das tentativas de popularização. Neres salienta que todo esse panorama estava relacionado à obtenção do livro como uma posição de poder e status, e a aquisição dos livros tidos como populares eram uma forma de reforçar a posição social destes indivíduos, além do apelo estético e colecionável que os livros possuíam:

[...] houve uma rejeição do público leitor brasileiro às edições de bolso, principalmente por acharem que esses livros eram de baixa qualidade. Isto porque o fator de economia na edição, por se tratar de uma produção mais simples, era antecipado ao leitor, os quais projetavam no objeto dos livros um símbolo de status social. (NERES, 2014, p. 53)

Porém, ao analisarmos o impacto do livro de bolso, mesmo não representando grande número de vendas, já possuía um alcance considerável em território nacional, percebe-se que cumpriu parcialmente com seu papel de popularização tais materiais (HALLEWELL, 2017). A produção dos livros de bolso não cessou mesmo com as vendas não atingindo os resultados esperados, e conseqüentemente, a aceitação da população ao material foi se tornando maior ao

longo do século XX, já que a mesmo lentamente, iam se formando os novos moldes mentais do valor de ser moderno no Brasil.

Considerações finais

Tendo em vista o cenário da década de 1950, com todas as dificuldades de exportação de papel no período pós-guerra e uma tentativa de rápida modernização no Brasil, há uma incerteza em como o comércio dos livros e o mercado editorial estariam se desenvolvendo nesta década. No entanto, os esforços para alavancar a produção e a venda dos livros renderam bons resultados, especialmente ao final desta década. Hallewell nos mostra que a produção, a exportação e importação no governo de Juscelino Kubitschek tiveram um aumento significativo (HALLEWELL, 2018). A produção teve um aumento de 49,5% durante seu mandato, enquanto a taxa de importação se manteve estável e a exportação aumentou em mais de 3000%, atingindo seu pico no ano de 1959 (Tabela 2). Durante o último ano de governo de Juscelino Kubitschek, houve o maior número de exportações até o ano de 1964: 394.870kg de livros foram impressos no Brasil para a venda ao mercado externo. Pode-se perceber que os investimentos para o desenvolvimento do mercado interno durante o mandato de Kubitschek se expressaram de forma positiva.

Tabela 2 - O comércio do livro no Estado Novo e na república “populista”

TABELA 22 (CONT.). O COMÉRCIO DO LIVRO NO ESTADO NOVO E NA REPÚBLICA “POPULISTA”						
Ano	Produção				Importação	Exportação
	Titulos	Exemplares			Livros (em kg)	Obras impressas (em kg)
	Livros*	Livros	Folhetos	800(%)		
1956	3 480	27 623 000	13 894 000	13,40	2 114 000	1 264
1957	3 592	33 952 000	13 331 800	11,70	1 862 000	5 106
1958	3 786	39 340 000	16 940 000	12,53	1 650 000	13 584
1959	4 015	41 294 961	14 940 040	11,08	2 065 000	47 000
1960	3 953	36 322 827	14 886 182	8,43	1 630 000	38 000
1961	3 168	29 169 952	10 955 652	8,51	1 831 000	394 870
1962	3 538	66 559 000	19 601 700	13,60	1 263 000	98 444
1963	4 010	54 222 606	26 158 347	8,56	1 443 000	93 486
1964	3 882	51 912 564	17 174 542	22,40	1 458 563	285 465

* O número total de livros e folhetos vê-se na continuação da tabela, em “Número de títulos por assunto”.

TABELA 22 (CONT.). O COMÉRCIO DO LIVRO NO ESTADO NOVO E NA REPÚBLICA "POPULISTA"

Número de títulos por assunto**

Ano	Livros e folhetos										Total
	000	100	200	300	400	500	600	700	800	900	
1938***	0	26	0	166	37	19	85	12	203	73	1 022
1939	55	36	65	330	121	72	242	20	353	227	1 613
1940	39	37	69	336	137	92	249	19	432	212	1 678
1941	52	57	67	291	132	94	254	54	446	206	1 756
1942	50	32	58	232	141	91	191	25	420	218	1 564
1943	65	47	95	322	242	85	198	26	630	273	2 105
1944											?
1945											?
1946											?
1947											?
1948											?
1949											?
1950									947		3 965
1951											3 718
1952											3 208
1953									1 043		3 971

Apêndice I: Tabelas 887

TABELA 22 (CONT.). O COMÉRCIO DO LIVRO NO ESTADO NOVO E NA REPÚBLICA "POPULISTA"

Número de títulos por assunto**

Ano	Livros e folhetos										Total
	000	100	200	300	400	500	600	700	800	900	
1954											3 390
1955	489	62	464	640	244	108	274	102	752	250	3 492
1956	392	132	544	1 382	243	104	327	171	928	427	4 650
1957	411	100	504	1 713	167	124	318	135	821	366	4 659
1958	501	74	526	1 358	399	208	305	177	973	390	4 911
1959	813	116	535	1 795	163	109	416	102	1 031	257	5 337
1960	665	114	481	1 403	130	89	406	271	937	230	5 377
1961	725	71	464	1 115	100	40	273	249	716	158	3 911
1962	654	88	516	1 275	109	49	455	118	958	190	4 506
1963	1 167	99	552	1 352	56	56	534	172	886	259	5 167
1964	843	118	481	1 294	33	42	470	177	1 141	210	4 972

888 Apêndice I: Tabelas

** 000 = obras gerais; 100 = filosofia; 200 = religião; 300 = sociologia; 400 = linguística; 500 = ciência; 600 = tecnologia; 700 = arte e lazer; 800 = literatura; 900 = história e viagens. Os totais de 1960, 1962 e 1963 incluem, respectivamente, 651, 114 e 34 títulos omitidos da classificação por assunto. Os totais de 1939-1943 incluem, respectivamente, 92, 79, 103, 106 e 123 títulos de livros infantis, omitidos na classificação por assuntos.

*** Os dados de 1938 são relativos apenas ao Rio de Janeiro.

Reprodução: HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. Edusp, 2005, p. 886-888.

Os dados acima demonstram que a porcentagem relacionada à literatura (descrita pelo número 800 na Tabela 2) diminuiu durante este período, devido a um aumento de produções de tipos de livros mais variados, que não eram só restritos às traduções de obras literárias ou mesmo à produção e distribuição de obras nacionais. Porém, é importante notar que houve também um aumento no número de títulos durante este período, atingindo seu ápice em 1959. Este valor só

seria superado novamente no ano de 1964, o que mostra o esforço da produção e distribuição de mais obras de literatura no Brasil na década de 1950.

Também a educação foi fundamental para a popularização da literatura. Um dos destaques do período foi protagonizado pelo aumento de oportunidades na formação educacional brasileira. Em dados apresentados, no Plano de Metas (1958) é constatado que

Os déficits em matéria educacional eram graves. Para corrigi-los, traçaram-se metas compensadoras [...]. Concessão, para o ensino de grau médio, de 56.068 bolsas de estudos a alunos do Curso Ginásial; 9.106 a alunos do Curso Colegial; 36.534 aos do Comercial; 13.498 aos do Industrial; 14.492 aos do Normal e 11.308 aos dos Cursos Agrícolas . Total das bolsas de grau médio: 141.006 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, p. 96).

Mesmo que a educação fosse uma das metas do programa, as verbas foram menores do que a outras áreas, consideradas mais estruturais. De certa maneira, a meta educacional era vaga, programava uma maior atenção ao ensino técnico ao invés do ensino primário destinado às massas (Tabela 3). Em suma, priorizaram o ensino superior e técnico a fim de formar trabalhadores especializados. A tabela abaixo evidencia a diferença dos investimentos no ensino dos primeiros anos do governo de Juscelino:

Tabela 3 - Gasto por estudante no ensino primário em relação ao gasto por estudante no ensino superior, Brasil, 1956–1959.

Ano	Gasto por estudante no ensino primário (1000 Cr\$, valores correntes)	Gasto por estudante no ensino superior (1000 Cr\$, valores correntes)	Coefficiente (gasto por estudante no ensino primário em relação ao gasto por estudante no ensino superior) (%)
1956	0,98	38,75	2,5
1957	1,18	59,63	2,0
1958	1,67	71,93	2,3
1959	1,89	98,65	1,9
Média 1956–1959			2,2

Fonte: Brasil, MEC (1959, 91) e IBGE, *Anuário estatístico do Brasil* (vários anos).

Reprodução: Kang, T H. Educação para as elites, financiamento e ensino primário no Brasil, 1930–1964. *Latin American Research Review*. 2017; 52(1), p. 35-49.

É nítido, que a educação, não era considerada um fundamento importante à economia, pelo menos não em curto prazo, como o restante dos planos do governo. Mesmo com poucos investimentos, é possível notar um aumento da alfabetização no país. Em consequência, o crescente índice de leitores em potencial, até mesmo em áreas com menos investimento, como foi o caso do ensino primário, que expressou um aumento de 90%. Para além da Tabela 3, Hallewell também levanta dados sobre alfabetização e matrícula no período de governo de Juscelino Kubitschek (HALLEWELL, 2018). A Tabela 4 aponta um crescimento expressivo na matrícula de diversos setores em seu mandato: no ensino primário, secundário e intermediário aumentaram em 9%, 47% e 22%, respectivamente; na graduação também houve um aumento de 13%.

Tabela 4 - Matrícula escolar, alfabetização e população, 1930-1975

TABELA 13. MATRÍCULA ESCOLAR, ALFABETIZAÇÃO E POPULAÇÃO, 1930-1975										
Ano	Matrícula no início do ano escolar					População (em milhões)				
	Primário	Ginásio	Colegial	Escola normal	Superior	Total	Branços	Negros	Alfabetizados	
	Primário	Secundário		Intermediário	Graduação				Mestrado	Total
1935	2 413 594	93 829		22 080	26 887					
1940	3 302 830	170 057		25 151	20 017	37,15	26,17	6,04		10,38
O BRASIL ULTRAPASSA EM POPULAÇÃO A FRANÇA METROPOLITANA										
1945	3 496 664	25 6 467		27 148	26 757	46,22				
O BRASIL ULTRAPASSA A ITÁLIA EM POPULAÇÃO										
1950	5 175 887	406 920		33 436	44 100	51,98				
A POPULAÇÃO DO BRASIL IGUALA-SE ÀS ÁREAS FRANCÓFONAS DA EUROPA (FRANÇA, VALÔNIA, SUÍÇA) E AMÉRICA (QUEBEC E ANTILHAS)										
1955	6 292 599	603 518		60 286	66 072	58,46				
O BRASIL SUPERA EM POPULAÇÃO AS ILHAS BRITÂNICAS										
1956	7 141 284	817 078		84 511	87 603	1 983	64,12			
1960	7 458 002	910 283	173 544	93 600	93 202	2 489	69,79	42,84	6,12	31,57
1961	7 798 732	1 006 907	197 857	103 280	98 892	2 689	71,81			
1962	8 535 823	1 128 600	218 182	117 579	107 299	2 584	73,95			
1963	9 299 441	1 322 993	248 046	148 550	124 214	1 852	76,16			
1964	10 217 324	1 453 671	263 656	175 384	142 386	1 959	78,43			
1965	9 923 185	1 645 320	288 838	220 272	155 781	2 355	81,30			

Apêndice I: Tabelas 859

Reprodução: HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. Edusp, 2005, p. 839.

Tais dados demonstram que havia mais pessoas sendo alfabetizadas no Brasil, abrindo espaço para novos leitores em potencial. Este cenário só se mostrou possível tendo em vista o plano de governo nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, onde mais pessoas

tiveram a oportunidade de estudos, e conseqüentemente, no mercado de trabalho, o que fomenta o aumento de produção e consumo dos livros neste período.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO NETO, Miguel Leocádio. **Sobre a materialidade dos livros e seus sentidos**. 2006.
- BATISTA, Karina Ribeiro. **A trajetória da Editora Globo e sua inserção no campo literário brasileiro nas décadas de 1930 e 1940**. PUCRS. 2008.
- BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no Brasil: lições da história. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, p. 24-46, 2017.
- BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História, [S. l.]**, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>. Acesso em: 7 nov. 2023.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. Debolsillo, 2012.
- CASTILHO, Denis. **Os sentidos da modernização**. UFG. 2010.
- OLIVEIRA, Livio Lima de. A revolução da brochura: experiências de edição de livros acessíveis no Brasil a partir dos anos 1960. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**. 2007.
- DEJEAN, Joan. **Antigos contra modernos: as guerras culturais e a construção de um fin de siècle**. Editora Record, 2005.
- GERMANI, Gino. **Estudios sobre Sociologia y Psicología Social**. Buenos Aires, Editorial Paidós, 1966.
- GOMES. Ângela de Castro, FARO, Clóvis [et al]. **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro : FGV, CPDOC, 1991.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. Edusp, 2005.
- HUBER, Valeska. Introduction: Global Histories of Social Planning. **Journal of Contemporary History**, vol. 52, no. 1, 2017, pp. 3–15. *JSTOR*, <https://www.jstor.org/stable/26416510>. Accessed 27 Nov. 2023.
- KANG, T H. **Educação para as elites, financiamento e ensino primário no Brasil, 1930–1964**. *Latin American Research Review*. 2017; 52(1), pp. 35-49. DOI: <https://doi.org/10.25222/larr.42>.

- LOVISOLO, H. R. . **O positivismo, na Argentina e no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais , São Paulo, v. 19, n.junho, p. 66-84, 1992.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Trad. Bernardo Leitão - Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990
- MARANHÃO, Ricardo. **O governo Juscelino Kubitschek.** Editora Brasiliense, 1881.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MILTON, John. **A importância de fatores econômicos na publicação de traduções: um exemplo do Brasil.** Tradterm, v. 17, p. 85-100, 2010.
- MIRANDA, Wander Melo. **Emblemas do moderno tardio.** In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). Narrativas da modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 265-271.
- MOREIRA, Vânia Maria Lobato. **Os anos Jk: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural.** O Brasil Republicano; v.3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 154 - 194.
- NERES, Gregory Oliveira. As adaptações literárias de clássicos para jovens leitores: o caso da editora Abril. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação-Habilitação em Produção Editorial)–Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.**
- OLIVEIRA, Silvana Seabra de. Para uma releitura dos anos 70: a cultura individualista. **Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1994.**
- PRADO, Maria Emilia. **Os intelectuais e a eterna busca pela modernização do Brasil: o significado do projeto nacional-desenvolvimentista das décadas de 1950-60.** Haol, nº15, 2008, p.19-27.
- Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek.** Estado do Plano de Desenvolvimento Econômico em 30 de Junho de 1958. Rio de Janeiro.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Miguel. **Brasil: uma biografia.** 2ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p 412 - 436.

Os estudos de João Gabriel Baptista e a consolidação da Geografia enquanto campo científico no Piauí a partir da segunda metade do século XX

João Gabriel Baptista's studies and the consolidation of Geography as a scientific field in Piauí in the second half of the 20th century

Francisco de Assis de Sousa Nascimento

Docente

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

franciscoufpi@gmail.com

Marcus Pierre de Carvalho Baptista

Doutor em História

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

marcus_pierre@hotmail.com

Recebido: 30/04/2023

Aprovado: 10/01/2024

Resumo: Na segunda metade do século XX João Gabriel Baptista (1920-2010), engenheiro formado na Bahia em 1946, torna-se em 1962 professor universitário no curso de Geografia na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí. A partir de então, passa a publicar uma produção profícua acerca da geografia do Piauí, inserindo-se nas redes de sociabilidades intelectuais e nos espaços acadêmicos existentes na época no estado. Esta conjuntura permitiu ao indivíduo tornar-se um intelectual e elaborar uma produção sistemática na área de Geografia do Piauí, com a publicação de sete livros autorais, sendo um dos principais responsáveis pela constituição do saber científico de geografia no estado. O objetivo deste artigo foi analisar as condições históricas que possibilitaram a inserção do indivíduo nestas redes, a elaboração de seu pensamento e obras de Geografia, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental. Destacou-se a pertinência do contexto de época para sua constituição enquanto intelectual, para a produção de suas obras e sua relevância para a Geografia no Piauí.

Palavras-chave: História Intelectual; Redes de Sociabilidade; Biografia Histórica.

Abstract: In the second half of the 20th century, João Gabriel Baptista (1920-2010), an engineer graduated in Bahia in 1946, became a university professor in 1962 in the Geography course at the

Catholic Faculty of Philosophy of Piauí. From then on, he began to publish a prolific production about the geography of Piauí, inserting himself into the networks of intellectual sociability and academic spaces existing at that time in the state. This conjuncture allowed the individual to become an intellectual and develop a systematic production in the field of Geography of Piauí, with the publication of seven authored books, being one of the main responsible for the constitution of the scientific knowledge of geography in the state. The objective of this article was to analyze the historical conditions that enabled the individual's insertion into these networks, the elaboration of his thoughts and Geography works, using bibliographic and documentary research. The relevance of the historical context was highlighted for his constitution as an intellectual, for the production of his works, and his relevance to Geography in Piauí.

Keywords: Intellectual History; Sociability Networks; Historical Biography.

Introdução

Em 21 de outubro de 1989 o jornal O DIA publicou uma entrevista realizada com João Gabriel Baptista. Este, por sua vez, nasceu no ano de 1920 em Teresina (PI). Filho do Desembargador Ernesto José Baptista (1873-1965). Na década de 1940 estudou Engenharia Civil na Escola Politécnica da Bahia (1942-1946) em Salvador. De volta ao Piauí ao término de seu curso consegue seu primeiro emprego, através de seu pai, no Serviço Nacional de Malária a partir de 1947.

Em 1951, torna-se professor do Liceu Piauiense com defesa da tese Vulcões do Brasil, e em 1961 é convidado para ingressar no quadro docente do curso de Licenciatura em Geografia da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI), tornando-se posteriormente professor do mesmo curso na Universidade Federal do Piauí (UFPI) a partir de sua fundação em 1973, permanecendo nesta até sua aposentadoria em 1991.

Integrou também o governo estadual de Gayoso e Almendra de 1954 a 1958 enquanto Secretário de Obras, bem como Engenheiro pelo Departamento de Estradas e Rodagem (DER) até 1981, quando também se aposentou. Foi ainda membro da Academia Piauiense de Letras (APL), tendo ingressado nesta em 1978, e do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI), permanecendo em ambos até a data de seu falecimento em 2010 em decorrência do mal de Alzheimer.

Deste modo, a matéria intitulada “Gabriel Baptista: desvendando os segredos da geografia do Piauí e do Brasil” tinha por objetivo que o público leitor do jornal conhecesse um pouco mais sobre a trajetória do professor que até então contribuía com artigos sobre História e Geografia no jornal em questão.

Em seus 46 anos dedicados à vida pública até então, conforme indica o texto publicado no jornal, o foco dado pelo entrevistador refere-se justamente à “importância” que o referido professor e pesquisador teria tido para o Piauí, bem como de que forma sua trajetória profissional, desde sua formação na escola politécnica da Bahia em Engenharia Civil até os cargos que ocupou ao retornar ao Piauí, possibilitaram essa “relevância” ao se pensar, especialmente, sua contribuição para a Geografia do estado.

A entrevista, no entanto, ao produzir um enfoque na trajetória acadêmica e profissional do sujeito em questão, termina silenciando outros aspectos da vida deste, preteridos, possivelmente, pelo próprio indivíduo quando afirma que sua inclusão na Academia Piauiense de Letras (APL) tendo sido um “[...] dos maiores momentos de minha vida. Era um fato a entrada de um pesquisador na APL, ocupando a cadeira de um literato, como ocorreu com outros dois [...]” (BAPTISTA, 1989, p. 1).

Ao rememorar, então, em 1989, sobre sua entrada na APL na década anterior, é perceptível o destaque dado pelo sujeito e a percepção construída de si não enquanto um literato, mas sim enquanto um pesquisador e, portanto, por este motivo e por sua contribuição científica ao Piauí teria conseguido ocupar uma cadeira na APL.

É nesta produção para contribuir com o conhecimento científico no Piauí que João Gabriel Baptista escreveu e publicou 7 obras, sendo estas Vulcões do Brasil (1951), Nascentes de um rio (1971), Resumo Corográfico do Estado do Piauí (1971), Geografia Física do Piauí (1975), Mapas Geohistóricos (1986), A Origem do rio Parnaíba (1987) e EtnoHistória Indígena Piauiense (1994).

Além disso, publicou artigos sobre a geografia, geologia, economia e história do Piauí na revista Econômica Piauiense, publicada entre 1957 e 1960, nos Jornais Folha do Nordeste em 1962 e 1963 e verbetes sobre a mesma temática no jornal O DIA em 1966. Teve, então, significativa contribuição para a geografia e história do Piauí, sendo reconhecido por seus pares, ao

considerarmos o ingresso na APL, bem como os elogios feitos a seu trabalho presentes nos prefácios de suas obras.

Deste modo, para este artigo nosso objetivo constou em compreender de que modo a conjuntura social em que João Gabriel Baptista se inseriu na segunda metade do século XX no Piauí possibilitou que o indivíduo se configurasse enquanto um dos pesquisadores com maior produção na área de Geografia no estado, servindo para a consolidação do campo de estudo quanto ao território piauiense.

Para isto a metodologia constou de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se de autores e fontes, a exemplo de jornais e entrevistas, que possibilitassem a discussão acerca do recorte temporal e espacial, especialmente no tocante às redes de sociabilidades intelectuais existentes na época e como João Gabriel Baptista se insere nelas. Assim, para este artigo as questões apontadas por Sirinelli (1998), Tórres (2010), Moura (2010), Alberti (2004; 2013), Bourdieu (2006) foram fulcrais para a operacionalização das fontes, concretização da pesquisa e compreensão da relevância da inserção do sujeito em certos espaços no tocante à sua produção, principalmente, no campo da ciência geográfica no Piauí.

João Gabriel Baptista, sua constituição enquanto intelectual e a consolidação do conhecimento geográfico no Piauí novecentista

Era uma sala pequena, aparentemente um escritório, cercado por estantes com livros que não escondem sua idade, alguns amarelados, outros com páginas que já se deterioraram frente as intempéries do tempo, outros cobertos por teias de aranha, indicando que há muito não são tocados. Nesse local, antes ocupado por um sujeito diariamente, principalmente para realização de leituras, escondido em meio a diversos outros materiais de Geografia e História, encontravam-se três pequenos cadernos de desenho.

Estes cadernos, cuidadosamente guardados entre diversos outros materiais de estudo e de pesquisa, no interior de suas páginas, era possível encontrar dezenas de recortes de jornais, páginas e mais páginas de periódicos piauienses publicados entre os anos de 1962 e 1966 em Teresina.

Tratava-se de lembranças cautelosamente conservadas, minuciosamente selecionadas à medida que os jornais eram publicados e chegavam às mãos do indivíduo em questão. O conteúdo? Publicações do próprio sujeito. Textos de pesquisas em Geografia e História que ele mesmo havia realizado e que no momento compartilhava com o público letrado piauiense daqueles periódicos em questão.

Talvez uma pessoa desavisada ou que apenas estivesse limpando aquele velho escritório passaria rapidamente a vista nestes cadernos e logo os descartaria. Talvez se questionasse: mas por que o João Gabriel Baptista teve o cuidado de guardar estes recortes de jornais sem identificação? Ainda assim, sem conseguir estabelecer um sentido para o ato do sujeito, este se perderia no tempo e logo cairia no esquecimento.

Ao olhar do pesquisador em História, no entanto, esta conduta por parte do indivíduo não apenas não decorre à toa como guarda em si uma série de subjetividades que extrapolam o documento. Neste sentido, a fonte hemerográfica, isto é, o jornal, assume novos sentidos e passa a compor um novo tipo de fonte, agora interpelado diretamente pelo sujeito que teve o cuidado de alterar sua forma objetivando constituir uma memória de si por meio de uma escrita de si.

Assim, no caso de João Gabriel Baptista, a constituição de uma identidade enquanto intelectual, tanto para si como em projeção para os outros, é algo que o perpassa a partir de fins dos anos 1950 até o fim de sua vida, tratando-se de questão que se reflete ao longo do tempo não necessariamente em uma escrita autorreferenciada ou autobiográfica, mas na preservação de documentos que legitimariam ou conservariam essa memória de si, isto é, sua atuação na geografia e história do Piauí, consequentemente sua identificação enquanto intelectual. Ao historiador, então, é necessário, ao tratar esse tipo de fontes, compreender que

[...] essas práticas de produção de si podem ser entendidas como englobando um diversificado conjunto de ações, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita — como é o caso das autobiografias e dos diários —, até a da constituição de uma memória de si, realizada pelo recolhimento de objetos materiais, com ou sem a intenção de resultar em coleções [...]. O ponto central a ser retido é que, através desses tipos de práticas culturais, o indivíduo moderno está constituindo uma identidade para si através de seus documentos, cujo sentido passa a ser alargado. (GOMES, 2004, p. 11).

Cabe destacar que, nesse sentido, a memória se torna elemento fundamental para a edificação de uma identidade, tendo em vista que “[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de

identidade” (POLLAK, 1992, p. 5), que possibilita a construção de uma imagem de si, ou do seu eu, uma perspectiva sobre si, bem como uma projeção de si para os outros. Assim, entendemos que no caso de João Gabriel Baptista o cuidado em preservar certos documentos, especialmente aqueles relacionados às suas publicações, seja elas em jornais ou em revistas, além da prática em presentear outras pessoas, especialmente professores e pesquisadores com suas obras, denota de um tratamento dado pelo sujeito a constituição do seu “eu” não apenas para “si”, mas também para o “outro”, isto é, delimitar um lugar social (CERTEAU, 1982), no qual ele se encontrava inserido e, conseqüentemente, que compunha sua identidade, sendo esta, a de pesquisador na área de História e Geografia do Piauí.

Desta forma, a identidade, construída por meio da interface entre a memória coletiva e individual, se torna uma relação estabelecida entre o indivíduo e o coletivo, de modo que os seus significados são construídos por meio da Alteridade, isto é, pelo que o sujeito diz de si, mas pela forma como os outros o percebem também. Este empenho em estabelecer uma identidade para si, vinculado em muitos casos a um suposto sentimento de coerência, coesão, unidade e continuidade, especialmente ao considerarmos identidades coletivas, ocorre porque “[...] o ‘eu’ do indivíduo moderno não é contínuo e harmônico que as práticas culturais de produção de si se tornam possíveis e desejadas, pois são elas que atendem à demanda de uma certa estabilidade e permanência através do tempo” (GOMES, 2004, p. 13).

Para João Gabriel Baptista, então, o cuidado em conservar e preservar suas produções acadêmicas, especialmente aquelas publicadas em documentos mais frágeis e fáceis de se perderem no tempo, como o caso dos jornais, assume este sentido, isto é, uma necessidade por parte do sujeito de constituir uma identidade para si enquanto intelectual por meio de uma produção de si legitimada em seu caso pela manutenção de elementos materiais que permitiriam a construção desta identidade.

O recorte em questão não apenas denota a preocupação da pessoa com a preservação¹ de documentos considerados pertinentes para si, mas também o cuidado com o que era publicado, haja visto a “correção” feita em um dos verbetes do documento apresentado e publicado no jornal *O DIA*, possivelmente para que em uma futura publicação fosse corrigido ou realizado uma errata.

¹ Cabe destacar que os documentos conservados pelo sujeito não se limitaram a suas produções acadêmicas, mas também a seus textos literários, não apenas cuidadosamente preservados em seu escritório no decorrer das décadas, mas também encadernados em capa dura, ainda que nunca tenham passado por um processo de editoração e posterior publicação.

Não apenas nestas publicações, mas também em suas produções publicadas em livros, especialmente aquelas que tiveram mais de uma edição, a exemplo de *Geografia Física do Piauí*, com a primeira edição publicada em 1975 através do Plano Editorial do Estado (TÔRRES, 2010), João Gabriel Baptista teve essa preocupação, face o receio de como a existência destes equívocos poderiam implicar na própria percepção que a sociedade tinha dele, mas principalmente os seus pares, isto é, esta “preocupação” em corrigir aspectos presentes em sua produção para edições em anos posteriores, deixando estas correções anotadas em manuscritos que, posteriormente, se traduziram em novas edições de suas obras, também conectava-se com a constituição de sua identidade enquanto intelectual, bem como da importância do olhar do “outro” para o “eu”, portanto, da alteridade neste processo de invenção.

Além disso, nas poucas entrevistas que concedeu e que tratavam sobre sua biografia, considerando sua suposta “relevância” para o estado do Piauí na área de Geografia, há sempre uma preocupação por parte do sujeito da manutenção de uma trajetória ilibada e inteligível, constituindo-se em uma narrativa marcada pela ilusão biográfica, pelos “sempre”, tão cara a Bourdieu, por uma suposta ideia de linearidade e necessidade de racionalizar uma trajetória que, a partir de seu olhar no tempo presente, transcorreu do modo que deveria ser. Deste modo, destaca na entrevista cedida a Barros: “Cheguei onde cheguei porque sempre andei absolutamente correto, nunca fiz besteiras [...] Eu sempre dediquei meu tempo às minhas atividades profissionais e à minha família [...]” (BARROS, 2001, p. 6).

Esta percepção de si, talvez, relacione-se com a própria formação durante o período Vargas e os aspectos postos na época quanto a uma nacionalidade pautada na formação do trabalhador, conforme Gomes (GOMES, 1999). À época, João Gabriel Baptista, finalizava o ensino secundário e, em fins dos anos 1930, mudava-se para o Rio de Janeiro para realizar os preparatórios para o ingresso no ensino superior. Durante este período e no início da década seguinte, antes de ingressar no ensino superior, foi ainda escoteiro entre os seus 17 e 20 anos de idade.

Esta experiência de João Gabriel Baptista nos é pertinente haja visto que nesta época produziu um documento de caráter autobiográfico, um manual de escotismo, que, ainda que focado neste ofício específico, trazia elementos de seu imaginário social na época, inclusive aspectos do governo varguista, geralmente enaltecendo-o. Isto posto, não seria impossível de se imaginar que, ao

rememorar sua trajetória, algumas particularidades decorrentes do governo varguista, como a ode a construção da nação por meio do trabalho, o tenha interpelado no decorrer de sua vida, considerando sua formação neste momento.

Não obstante, outra situação merece destaque e, possivelmente, explique a necessidade de João Gabriel Baptista de destacar uma suposta trajetória ilibada, sendo esta um outro recorte temporal vivenciado entre os anos de 1964 e 1985, ou seja, a ditadura militar. No caso de João Gabriel Baptista, ainda que este tivesse medo do momento, conforme lembrado por suas filhas, a necessidade de afastar-se de qualquer atividade considerada problemática ou que se caracterizasse como algo incorreto, não partia apenas de uma suposta moralidade, mas da possibilidade de se inserir nas redes de sociabilidades locais, estas últimas integradas ao aparato estatal.

Posteriormente esta inserção permitiu que suas publicações fossem realizadas por meio de financiamento público, seja por meio de políticas elaboradas pelo estado do Piauí durante a ditadura, ou através da Universidade Federal do Piauí e da Academia Piauiense de Letras, conforme indicaremos ao longo desta narrativa.

Dito isto, outra questão a se destacar por meio dos verbetes publicados no jornal *O DIA* e que dialoga com as pesquisas realizadas e textos escritos por João Gabriel Baptista nos anos que seguem até o início dos anos 1990 relaciona-se diretamente com os motivos que legitimaram ao sujeito a necessidade de elaborar sua produção acadêmica. Para além da vontade de se inserir nas redes de sociabilidades (SIRINELLI, 1998) existentes na época em Teresina, incide ainda sobre o indivíduo a necessidade de preencher lacunas que, em sua opinião, outros estudos da época ou mesmo pregressos não tratavam, bem como uma questão identitária diretamente alusivo a um “ser piauiense”.

Não é por acaso, então, que destaca a importância na época de “[...] trazer ao conhecimento dos leitores das cousas piauienses, nomes de nossa história, de nossa geografia e de nossos costumes, pouco conhecidos [...]” (BAPTISTA, 1966, p. 1). Tratava-se de uma percepção que o sujeito tinha no momento sobre os estudos nas ciências humanas no Piauí, particularmente na área de Geografia na qual atuava havia alguns anos.

Não obstante isso, certamente estes estudos também se tornaram pertinentes para que a pessoa pudesse legitimar sua prática docente na FAFI² e, posteriormente, na UFPI, haja visto as disciplinas que ministrava nestas instituições, a exemplo de Cartografia, disciplina pela qual foi inicialmente convidado para se tornar professor na FAFI, Geografia do Brasil, Prática de Pesquisa de Campo (BAPTISTA, 2021), dentre outras, que exigiam conhecimentos sobre a geografia do estado.

Além disso, a questão da identidade também se faz presente enquanto um elemento relevante no que se refere aos porquês das escolhas realizadas por João Gabriel Baptista nos caminhos que decide percorrer no âmbito profissional e nas identidades que constrói ao longo da sua vida, especialmente a de professor e intelectual no cenário piauiense entre os anos 1960 e 1990.

Não foi sem motivo, então, que na primeira publicação dos verbetes piauienses no jornal *O DIA* a pessoa identificou-se enquanto “O PIAUIENSE”, tratando-se de um destaque feito tanto para o público, no sentido de legitimar as questões que ali apresentava, haja visto que o próprio indivíduo era um filho do Piauí, portanto, teria propriedade para tratar de sua história e geografia, mas também pelo próprio sentimento de pertencimento que mantinha com o estado, imputando-lhe também demandas sobre as pesquisas que desejou realizar ao longo de sua vida.

Não sabemos, no entanto, a partir de que momento esta identidade relacional (WOODWARD, 2014) ao Piauí foi construída, especialmente considerando que ao rememorar sua trajetória e seu retorno ao território piauiense, João Gabriel Baptista ponderou muito mais sobre a questão profissional do que um suposto sentimento de pertencimento ou mesmo relações familiares quanto aos motivos que o levaram a voltar ao Piauí nos anos 1940.

Em algum período, porém, entre o seu retorno e até os anos 1960 e 1970, quando seus filhos passam a construir sua memória afetiva quanto a seu pai, bem como considerando a própria publicação nos jornais da época, a exemplo desta última citada no jornal *O DIA*, é perceptível que um suposto sentimento de pertencimento ao Piauí, portanto de identidade, esta última enquanto um processo e uma invenção (HALL, 2006), passa a influenciar nos motivos que o levaram a realizar e produzir pesquisas sobre o Piauí, particularmente acerca da Geografia do estado. Sobre as razões que o motivaram a seguir o trajeto profissional na área da Geografia tanto Elisabeth Mary de Carvalho Baptista como Maria do Socorro Baptista Barbosa, duas de suas filhas, destacam a importância da

² Sobre a fundação da faculdade em 1958 ver Melo (2006).

questão identitária. A primeira, nascida em 15 de abril de 1964, é a sétima filha de João Gabriel Baptista. Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (1985). Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela mesma universidade (2004) e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). É professora associada no Curso de Geografia da Universidade Estadual do Piauí afirmou o seguinte:

A única coisa que eu lembro dele comentar é que a cartografia foi que tinha levado ele para a geografia, né, e de que ele tinha influência dos dois tios dele, tanto tio Benjamin quanto tio Mário, que também eram geógrafos e historiadores e eu acho que essa influência que levou ele a, a, a ... A se apaixonar também pela Geografia. E eu acredito também que toda a atuação dele, porque todo o perímetro de atuação profissional dele exigia que ele viajasse pelo território do estado. E isso fez com que ele fosse começar né, a se apaixonar [...] Eu acho que tudo isso foi levando ele a se apaixonar pela geografia e pela história do estado dele. Então, assim, ele era um apaixonado pela geografia e pela história, ele era um apaixonado pela história dos índios, falava muito, né, por mapas, afinal, né, a grande atuação dele é na cartografia. Fazia mapas como ninguém fazia mapas, a mão [...] (BAPTISTA, 2021).

Maria do Socorro Baptista Barbosa, por sua vez, nascida em 13 de setembro de 1958, é a quinta filha de João Gabriel Baptista. Graduada em Licenciatura Plena em Português e Inglês pela Universidade Federal do Piauí (1982). Mestrado em Letras (Inglês e Literatura Correspondente) pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996) e Doutorado em Letras (Inglês e Literatura Correspondente) pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005). Foi professora adjunta da Universidade Estadual do Piauí até dezembro de 2017, quando se aposentou, rememorou o seguinte:

[...] Geografia era a paixão dele. Ele é muito interessante isso porque ele era engenheiro, mas a grande paixão da vida dele era geografia do Piauí, né. Em termos de conhecimento era o que ele mais gostava de trabalhar, era o que ele realmente tinha, tinha um amor muito grande pelo estado, pelo rio Parnaíba e por ensinar sobre isso. Ele tinha um prazer muito grande de falar sobre isso, então, eu acredito mesmo. Ele, ele chegou algumas vezes a dizer que era muito melhor dar aula de geografia. Uma pessoa que tinha formação em engenharia e chegou a dar aula de todas as disciplinas do curso de Geografia, pelo menos as disciplinas da área física, mostra exatamente o amor que ele tinha por essa geografia, né. Não era o mesmo amor que ele tinha pela matemática, embora ele soubesse muita matemática, né. Eu aprendi algumas coisas com ele de matemática quando eu tinha dúvidas. Quem vai puxar esse lado da matemática dele é o meu irmão Orlando, né. Agora Geografia era a paixão dele, então, assim dar aula de Geografia, eu acho que ele nunca sonhou em fazer isso até que um dia ele foi convidado a dar aula de cartografia no curso de Geografia ainda da FAFI porque não tinha outro cartógrafo no Piauí, ele era o único na época e aí tá. “Professor Gabriel, o senhor aceita?”. “Aceito”. E pronto aquilo se tornou a paixão dele, né. Dali pra frente foi cartografia, foi geografia física e outras coisas. A quantidade de livros que ele publicou sobre geografia física do Piauí eu acho que indica claramente esse amor que ele tinha pela geografia, né, e pelo rio Parnaíba também. “Nascentes de um rio”, “A Via Crucis de um Rio”, que é um dos textos mais bonitos que eu já li sobre o rio Parnaíba, então acho que ele

foi muito mais feliz como professor de Universidade do que como professor de segundo grau. Com certeza ele gostava, ele tinha um carinho [...] (BARBOSA, 2019).

Desta forma, nas lembranças das professoras, a questão afetiva, aparentemente, influenciou bastante nas escolhas realizadas por seu pai, ou pelo menos esta foi a percepção que tiveram e construíram em sua memória durante o ato de rememoração do período em que conviveram juntos.

De todo modo, suas lembranças corroboram com a própria publicação feita por João Gabriel Baptista ainda nos anos 1960, indicando como a questão identitária esteve presente e também referenciou as decisões e os caminhos percorridos por João Gabriel Baptista, principalmente no tocante às pesquisas que optou por realizar ao longo de sua vida, destacando-se seus estudos sobre a geografia do Piauí, particularmente na área de Cartografia e Hidrografia.

Ao compreendermos, então, que a História é marcada pelo heterogêneo em detrimento a uma suposta homogeneidade, entendendo que a experiência humana é assinalada pelo singular, pelo diferente, por relações estabelecidas entre esta heterogeneidade que sublinha os indivíduos e refletem nas ações e no imaginário destes últimos, interessando ao historiador e à produção de sua narrativa, principalmente, os elementos que compõem esta Diferença (ALBUQUERQUE JR., 2007).

Neste sentido, ao analisarmos sua trajetória profissional, cabe destacar como se diferencia no cenário intelectual piauiense não por ser o primeiro a ter uma produção na área de Geografia sobre o Piauí, tendo em vista a existência de autores que já trataram do tema previamente, a exemplo de David Caldas³, Benjamin Baptista⁴, Mário José Baptista⁵, Odilon Nunes⁶, dentre outros, mas por ser o primeiro a ter uma produção sistemática nesta área do conhecimento legitimada pelo lugar social

³ Nascido em Barras em 1836 e falecido em Teresina em 1879, foi um político, jornalista, professor e escritor. Atuou de modo significativo na imprensa piauiense na segunda metade do século XIX até sua morte. Foi ainda deputado estadual, professor da Escola Normal Oficial e do Liceu Piauiense, além de ter assumido outros cargos no governo provincial. Escreveu obras de aspectos variados, destacando-se aqui o seu *Relatório de viagem feita de Teresina até a cidade de Parnaíba* de 1867, no qual registra diversos dados e descrições do rio Parnaíba até o seu delta, tratando ainda sobre a vila de Amaração, as populações dos locais em que passava, clima, vegetação etc., podendo-se considerar como um documento geohistórico na contemporaneidade (GONÇALVES, 1997).

⁴ No início do século XX ressalta-se a publicação de sua obra denominada *O Piauí* que tratava de uma série de questões referente ao estado e seus municípios, notadamente sua população, clima, orografia, condições sanitárias e posição geográfica (GONÇALVES, 1997). O sujeito em questão foi influência intelectual de João Gabriel Baptista e também seu tio.

⁵ Destaca-se a sua obra publicada em 1927 chamada *Hidrografia e Orografia do Estado do Piauí* (GONÇALVES, 1997), tendo sido uma das influências intelectuais de João Gabriel Baptista, além de um de seus tios.

⁶ Pode-se citar, por exemplo, o seu artigo na revista *Econômica Piauiense* de 1957 intitulado “Geografia e História do Piauí: um documento do século XVII” no qual trata sobre uma das primeiras fontes escritas acerca do Piauí, isto é, *Descrição do Sertão do Piauí* produzido em 1697 pelo Padre Miguel de Carvalho, indicando este com um dos primeiros documentos sobre a geografia e história do território piauiense ainda no período colonial (MOURA, 2010).

(CERTEAU, 1982) ocupado pelo sujeito na época, isto é, o espaço universitário na condição de docente do curso de Licenciatura em Geografia na FAFI e, posteriormente, na UFPI.

Por este motivo, interessa-nos para esta narrativa as condições históricas que permitiram a elaboração de seu pensamento, isto é, de sua produção acadêmica em Geografia e em História, bem como de que modo sua inserção no cenário intelectual da época também possibilitou que realizasse e divulgasse sua pesquisa/produção entre os pares, professores e intelectuais neste contexto.

Assim, ao considerarmos sua produção acadêmica, tanto as obras publicadas como aquelas não publicadas, algumas questões tornam-se perceptíveis, isto é, os temas e recortes escolhidos pelo sujeito, com estes não podendo ser percebidos enquanto aleatórios, mas sim seguindo uma lógica do próprio indivíduo e atendendo a interesses próprios por parte deste, bem como a maneira como elabora suas narrativas, estabelecendo diálogo da teoria com a empiria à medida que trata sobre o Piauí.

Não é por acaso, então, que o rio Parnaíba assume papel central em sua produção, sendo preocupação do autor em várias de suas narrativas, a exemplo de *Nascentes de um Rio* (1971) e *A Origem do Rio Parnaíba (Uma tese)* (1986), assim como estudos mais gerais sobre o Piauí, como *Geografia Física do Piauí* (1975). Tratava-se de pesquisas que, para o autor, preenchiam lacunas no campo geográfico no Piauí que até este momento ainda não haviam recebido a devida atenção, conforme percebido nas apresentações e prefácios de suas obras indicadas a seguir:

[...] Mestre João Gabriel Baptista proporciona às letras especializadas mais uma valiosa contribuição, com o lançamento da sua “Geografia Física do Piauí” [...] Fiel ao estudo da Geografia, ofereceu-nos “Nascente de um rio” e “Resumo Corográfico do Estado do Piauí” e tem a publicar um substancial “Dicionário Geográfico Brasileiro”, com verbetes relativos ao Piauí. O acreditado professor da Universidade Federal do Piauí tem, todavia, na “Geografia Física do Piauí”, a sua mais importante contribuição às nossas letras geográficas, **preenchendo uma lacuna que há muito reclamava solução** [...] O autor mostra nos capítulos em referência volumoso conteúdo, sendo de ressaltar as cansativas pesquisas que realizou. Não se trata de mero trabalho de coleta de dados e informações; há pesquisas e trabalhos de campo, indispensáveis a uma obra deste vulto [...] É muito bom que mestre João Gabriel Baptista tenha se dedicado a tão significativa tarefa. Afinal, “ninguém ama o que desconhece” e o livro revela o Piauí aos piauienses. Suas carências, suas possibilidades, suas potencialidades. O livro é um convite ao conhecimento do Piauí [...] (SILVEIRA FILHO, 1975, p. 1-2, grifo nosso).

[...]

Apresentamos ao público e, em especial, aos escolares piauienses, um RESUMO COROGRÁFICO DO ESTADO DO PIAUÍ, **tentando preencher uma lacuna**

existente no Ensino Primário. Desejamos para êle a benevolência e o estímulo de seus possíveis leitores. Àqueles e a estes solicitamos encaminhar sugestões, notas, corrigendas e quaisquer outras observações que devam ser feitas, para melhor compreensão e para que possa servir melhor à mocidade de nossa terra (BAPTISTA, 1971, p. 1, grifo nosso).

Ainda que tenhamos indicado anteriormente acerca da parca existência de estudos sobre a geografia do Piauí, o que corroboraria com o discurso realizado pela pessoa e pelos seus pares no sentido de preencher lacunas deste conhecimento no Piauí, é mister inferir que certamente também foi um modo de legitimar e garantir relevância às suas pesquisas frente ao cenário intelectual para que estas pudessem estar integradas àquelas que também tiveram a oportunidade de serem publicadas nesta época.

Além disso, a própria inserção nas redes de sociabilidades dos intelectuais (SIRINELLI, 1998) neste momento também possibilitou e contribuiu para que pudesse compor o grupo de pesquisadores que tiveram a oportunidade de publicar suas obras neste início dos anos 1970, como foi o caso de *Resumo Corográfico do Estado do Piauí*, publicado em 1971, e *Geografia Física do Piauí*, editorado algum tempo depois no ano de 1975, ambos através do governo do estado.

Assim, tanto no caso de *Resumo Corográfico do Estado do Piauí* como de “*Geografia Física do Piauí* certamente a amizade⁷ construída com José de Arimathéa Tito Filho⁸ constituiu papel relevante na seleção de João Gabriel Baptista para que suas obras pudessem ser contempladas com a publicação. Sobre esta última relação estabelecida entre os dois indivíduos, a filha mais nova do sujeito, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, disse o seguinte:

Ele tinha uma relação de muita amizade com os acadêmicos, né, ele tinha muito orgulho de ser, por fazer parte da academia. Ele tinha uma amizade muito estreita com o professor Arimathéa Tito Filho, que foi um presidente da academia, quando ele... Que... Constava... Quando a academia né, ganhou a sede, então era o presidente, era o Arimathéa Tito Filho, tá? Mas tinham outros que foram muito amigos dele ou que tiveram contato bem forte com ele, né? O professor Raimundo Santana, hum... Hum... Acredito que, eu acho que o professor Júlio Romão também, professor Benjamin do Rego Monteiro, hum... Professor Paulo Nunes, professor... O professor... Paulo Freitas, poeta Hardi Filho, professor Paulo Freitas, e tem outros [...] (BAPTISTA, 2021).

⁷ O professor José de Arimathéa Tito Filho compôs, juntamente com Álvaro Ferreira e Simplício de Sousa Mendes, a banca examinadora que avaliou João Gabriel Baptista (1920-2010) para o seu ingresso no Liceu Piauiense (BARROS, 2001), denotando que, possivelmente, o início da relação estabelecida por ambos os sujeitos remonta a este momento

⁸ Nascido em Barras (PI) em 1924 e falecido em Teresina em 1992, era formado em Direito, tendo sido jornalista, literato, historiador e professor no decorrer de sua carreira. Foi docente no Liceu Piauiense e na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, além de colaborador em diversos jornais piauienses. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e da Academia Piauiense de Letras, tendo presidido esta última por duas décadas, sendo ainda autor de inúmeras obras, tanto de literatura como de história (GONÇALVES, 1997; NASCIMENTO, 2015).

Cabe destacar que a existência de laços afetivos entre os sujeitos torna-se pertinente no contexto do início dos anos 1970 especialmente pelo lugar social (CERTEAU, 1982) que ambos ocupavam, mas principalmente o de José de Arimathéa Tito Filho, haja visto que no início da década este último encontrava-se na posição de Secretário de Estado da Educação e Cultura⁹ no governo estadual de João Clímaco de Almeida¹⁰ no Piauí e, posteriormente, passa a ocupar a função de presidente da Academia Piauiense de Letras, assumindo papel relevante no cenário intelectual e cultural neste momento (TÓRRES, 2010; NASCIMENTO, 2015), conseqüentemente influenciando diretamente a trajetória intelectual de João Gabriel Baptista.

Assim, é durante a breve atuação de José de Arimathéa Tito Filho na Secretaria Estadual de Educação e Cultura no Piauí que João Gabriel Baptista tem sua primeira oportunidade de publicação através do Estado, tendo a obra *Resumo Corográfico do Estado do Piauí*, destinada às escolas primárias piauienses, sido diretamente financiada pelo governo estadual durante a gestão de João Clímaco de Almeida.

Não é por acaso os agradecimentos destinados por João Gabriel Baptista ao Ex-Governador João Clímaco de Almeida e ao Ex-Secretário de Estado da Educação e Cultura logo no início da obra, muito menos sem razão aparente o motivo destes agradecimentos estarem presentes nesta. Permitem, por sua vez, inferir que o convite para publicação e a editoração do livro tem início a partir do momento que João Clímaco assume o governo estadual, haja visto o curto período de sua gestão, bem como a existência de uma relação entre João Gabriel Baptista e José de Arimathéa Tito Filho, possivelmente em função de terem atuado enquanto docentes nos mesmos espaços, ou seja, o Liceu Piauiense e a FAFI (GONÇALVES, 1997).

Nos anos que seguem, João Gabriel Baptista se insere de modo mais significativo no cenário intelectual local, tornando-se um dos autores contemplados no Plano Editorial do Estado (TÓRRES, 2010) e, pouco tempo depois, sendo eleito para a Academia Piauiense de Letras. Em ambas as

⁹ Segundo Nascimento (2015), José de Arimathéa Tito Filho foi nomeado ao cargo de Secretário de Estado da Educação e Cultura no Piauí no início do ano de 1970 permanecendo nesta posição durante um ano e deixando-a quando se torna presidente da Academia Piauiense de Letras, após o falecimento de Simplicio de Sousa Mendes, função esta que exerce no decorrer de duas décadas.

¹⁰ Nascido em 1910 em Teresina (PI) e ido a óbito na mesma cidade em 1996, foi um político e bancário, tendo assumido os cargos de vereador, deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa, deputado federal e vice-governador. Tornou-se governador por um breve momento após a renúncia de Helvídio Nunes entre 15 de maio de 1970 até 15 de março de 1971 (GONÇALVES, 1997; NASCIMENTO, 2015).

situações é possível inferir a importância dos laços construídos com os intelectuais da época entre os anos 1960 e 1970, principalmente com José de Arimathéa Tito Filho.

Se no início dos anos 1970 foi esta relação que facilitou ou garantiu a publicação de sua obra *Resumo Corográfico do Estado do Piauí* em função do cargo que José de Arimathéa Tito Filho detinha no governo do estado, em meados da década novamente a influência deste último e a própria atuação social de João Gabriel Baptista, furtando-se de criticar o regime que viviam no momento, o favoreceu, possibilitando a publicação da primeira edição de sua *Geografia Física do Piauí*, considerada futuramente seu trabalho de maior destaque.

Deste modo, com a política cultural adotada na época pelo governo estadual, objetivando a publicação de autores nas áreas de Literatura, História e Geografia que legitimassem ou dessem o devido valor a um sentimento de pertencimento a nação, isto é, a uma identidade nacional, bem como o fomento a certas instituições, a exemplo da Academia Piauiense de Letras, “[...] o Estado parecia favorecer, entre alguns intelectuais, uma relação de dependência, baseada em pactos que beneficiavam instituições e intelectuais, caso estes agissem de modo a assessorar a cultura [...]” (TÓRRES, 2010, p. 12).

Nesse sentido, José de Arimathéa Tito Filho assumiu um papel de destaque, haja visto sua posição na Academia Piauiense de Letras, tendo sido um dos membros da Comissão de Elaboração do Plano Editorial do Estado, tornando-se um dos responsáveis pela seleção das obras que deveriam ser publicadas naquele contexto (NASCIMENTO, 2015).

Não é sem motivo, então, os agradecimentos presentes em sua obra inicial, muito menos o destaque a existência de “lacunas” no estado no tocante ao conhecimento geográfico, tratou-se de um modo do autor, de João Gabriel Baptista, e seus pares, como José Camilo Silveira Filho¹¹, de legitimar a suposta necessidade ou importância de publicação de suas obras.

¹¹ Natural de Teresina, nasceu em 1927 e faleceu em 2004. Formado em Direito foi um escritor, professor e político, tendo assumido diversas funções e cargos no governo do estado, além de ter sido docente no Liceu Piauiense, na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí e na Universidade Federal do Piauí, nesta última assumindo ainda o cargo de reitor. Foi ainda membro da Academia Piauiense de Letras, além de ter tido uma atuação pertinente no tocante à imprensa piauiense, bem como autor de diversas obras de história, especialmente sobre o Piauí (GONÇALVES, 1997).

Cabe destacar, no entanto, que observando a relação de obras publicadas na época é interessante a presença reduzida de textos que versavam sobre a geografia do Piauí¹², havendo uma preponderância significativa de livros de história e literatura, além de trabalhos sobre economia e direito, bem como biografias, autobiografias e memórias, com a produção de João Gabriel Baptista sendo uma das poucas publicações na época especificamente na área de Geografia (TÔRRES, 2010).

A publicação reduzida na área em questão pode corroborar com o discurso veiculado por João Gabriel Baptista e seus pares sobre sua produção, mas também pode significar que outros autores na época que estavam refletindo sobre estas questões não foram contemplados pelas políticas culturais da época, tendo em vista a possibilidade de estarem vinculados a setores críticos ao governo da época ou a novas manifestações culturais, optando-se por privilegiar autores que estivessem vinculados ou mantivessem relações com instituições como a Academia Piauiense de Letras, Universidade Federal do Piauí, dentre outras.

Deste modo, o convite para prefaciар *Geografia Física do Piauí* realizado a José Camilo Silveira Filho, na época reitor da Universidade Federal do Piauí, tendo sido anteriormente professor na FAFI, denota a relação que João Gabriel Baptista já vinha estabelecendo com os intelectuais daquele período, especialmente através da sua atuação no espaço acadêmico na FAFI e, posteriormente, na UFPI, com a consolidação desta relação no decorrer dos anos 1970 com o seu ingresso na Academia Piauiense de Letras em 9 de janeiro 1978, quando toma posse, haja visto que se tratou do momento em que efetivamente edifica sua identidade enquanto intelectual perante seus pares e a sociedade.

Não é por acaso, então, que o sujeito, ao rememorar o período, o identifica enquanto “[...] um dos maiores momentos de minha vida. Era um fato a entrada de um pesquisador na APL, ocupando a cadeira de um literato [...]” (BAPTISTA, 1989, p. 1) e nem se trata de algo sem motivo o destaque nas lembranças de sua filha, Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, sobre a importância dada a seu pai acerca da Academia Piauiense de Letras, conforme observado a seguir:

[...] ele tinha muito orgulho de ter entrado na academia por ser geógrafo, pelos textos acadêmicos e científicos dele, e não por textos literários, né? [...] e meu pai não faltava, era sagrada pra ele a reunião aos sábados na Academia Piauiense. Era tão sagrada, Marcus, que ele esquecia até de mim. Teve um episódio que... Eu não ia dia de sábado. Sábado não era o

¹² Essa predileção para a publicação de obras relacionadas à história e literatura do Piauí, conforme Tôrres (2010) dialoga com uma preocupação que interpelava o governo do estado do Piauí durante este período, isto é, o de fortalecimento e valorização de uma piauiensidade, portanto, era necessário constituir essa identidade do piauiense e, neste sentido, a publicação destas e sua posterior divulgação auxiliariam nesta constituição.

meu dia. Era de segunda à sexta. Mas às vezes, por algum motivo, ou para compensar uma falta, ou pra algum trabalho que a gente tinha deixado inacabado e aí a biblioteca pedia que eu fosse no sábado para adiantar esse trabalho. No sábado que eu fui, eu sempre... Eu ia antes, né, porque ele... O horário das reuniões eram dez horas da manhã e o meu horário de trabalho era oito horas, né, então eu fui de ônibus, oito horas da manhã, pra voltar com ele meio-dia. E ele empolgado com a Academia... Muitas vezes depois da Academia ele ia almoçar, ou ia pra confraternizações com os colegas acadêmicos e ele simplesmente foi embora e se esqueceu de mim. Quando eu percebi o silêncio lá em baixo, que eu descí, o vigia tava fechando o portão. A sorte foi que o vigia ainda me viu, ainda não existia celular, né, eu nem sei como eu teria saído de lá. Ele tinha uma paixão grande demais pela Academia. A Academia pra ele era sagrada. Dia de sábado, podia acontecer o que acontecesse, ele não faltava à academia. Ele só deixou de frequentar realmente quando a condição de saúde dele não permitiu mais. Aí ele deixou de ir. Mas era muito sagrado. E ele comentava assim... Era muito divertido, ele não faltava às reuniões, não faltava nos eventos, ele fazia de tudo pra não faltar aos eventos. Quando a gente podia ir junto, melhor ainda, né? Foram muitos eventos com ele na Academia, lançamento de livro, as posses, né? Então é assim, ele... Era... Era um ambiente, assim, em que ele se sentia muito bem. Ele se sentia em casa. Ele foi secretário da academia, né, ele foi secretário. Acho que na gestão do Arimathéa foi secretário, mas a gente pode verificar isso nas revistas da Academia. Então, assim, ele se sentia muito bem na Academia Piauiense de Letras. Talvez fosse uma segunda casa para ele porque era onde ele, ali da Universidade Federal, era onde ele estava no meio dos pares dele, né? Aí ele era muito feliz na Academia (BAPTISTA, 2021).

É notável, então, a importância dada por João Gabriel Baptista às relações estabelecidas com outros acadêmicos e intelectuais, ou seja, sua inserção nestas redes de sociabilidades (SIRINELLI, 1998), não apenas a partir das lembranças de sua filha, mas também por meio das entrevistas que este concedeu ao longo de sua vida, como àquela concedida ao professor Francisco de Assis Veloso Filho em 2001, bem como aos jornais *O DIA* em 1989 e *Meio Norte* em 2001, nas quais denota estes vínculos. Não obstante, os próprios agradecimentos presentes em suas obras, especialmente ao professor Arimathéa Tito Filho indicam não somente sua inserção nestas redes de sociabilidades locais, como estas conexões ora mencionadas. Assim, é notório o valor dado pelo sujeito quanto a ocupar este lugar social (CERTEAU, 1982) comumente associado ao meio intelectual no estado.

Tratou-se de um momento, então, no qual constituiu sua identidade enquanto intelectual, sendo as redes e os afetos existentes na época peças fundamentais para que pudesse publicar suas primeiras obras nos anos 1970 e no final da década ingressar na Academia Piauiense de Letras assumindo uma cadeira junto aos demais membros. Assim, nos anos seguintes, o agora acadêmico passou a integrar diversas atividades da instituição em consonância com os pares, conforme os inúmeros registros sobre sua atuação no jornal da Academia Piauiense de Letras (APL), *Notícias Acadêmicas*, nas edições publicadas nos anos 1980.

Deve-se destacar, segundo Moura, que os anos 1970 e 1980, momento em que João Gabriel Baptista ingressa enquanto um dos acadêmicos da APL, tratar-se-ia de uma das conjunturas de maior atividade da instituição, com a instalação da atual sede da academia em 1986, além da regularidade da revista da academia e a divulgação das ações realizadas pela instituição, bem como uma significativa publicação de obras por parte de seus quadros e participação dos acadêmicos nas reuniões semanais ocorridas no sábado (MOURA, 2010). João Gabriel Baptista se enquadra nesta conjuntura tanto participando dos eventos promovidos pela academia, representando-a em algumas ocasiões, como publicando diversas obras no decorrer dos anos 1980 e início dos anos 1990.

Em outros momentos, João Gabriel Baptista é evidenciado pelo periódico da instituição, em função de ações que realizava em âmbito social, principalmente relacionadas ao seu ofício ou se tratando de pesquisas realizadas por este, podendo-se citar a participação em eventos científicos por meio da realização de palestras ou a publicação de livros. É o caso da edição de janeiro de 1987, que registra a palestra feita pelo acadêmico em evento organizado pela Universidade Federal do Piauí, informando o seguinte:

- Realizado, de 13 a 16 de janeiro, o I Seminário de Preservação do Rio Parnaíba, promovido pelo Departamento de Biologia da Universidade Federal e pela Associação Profissional dos Biólogos do Piauí. Importantes temas debatidos. Nomes de projeção nacional presentes. Palestra do acadêmico João Gabriel Baptista sob o tema “Aspectos Geográficos do Rio Parnaíba” (NOTICIÁRIO, 1987, p. 3).

O registro hemerográfico permite algumas inferências sobre a situação em questão. Possibilita indicarmos que já neste momento, isto é, em fins dos anos 1980, depois de duas décadas atuando enquanto professor universitário no curso de Geografia, bem como quase 10 anos após seu ingresso na Academia Piauiense de Letras, João Gabriel Baptista tinha seu trabalho reconhecido também em outras áreas do conhecimento, haja visto o convite para realização de palestra em um evento de Biologia.

Não apenas isso, mas destaca também um dos motes do seu trabalho, ou seja, as pesquisas que realizava sobre o rio Parnaíba, legitimando-o enquanto um dos pesquisadores naquele momento

que produziam estudos específicos sobre a principal artéria fluvial piauiense, sendo, portanto, pertinente o convite para que atendesse ao evento em questão promovido pela UFPI¹³.

Deste modo, concordando com Sirinelli acerca da historicidade envolvendo a definição do que seria o intelectual, tendo em vista ainda que este último se modifica de acordo com a sociedade em que está inserido (SIRINELLI, 2003), seria possível perceber não apenas nas obras publicadas por João Gabriel Baptista, mas nas ações realizadas, convites recebidos e eventos em que participou, nos quais discutiu elementos pertinentes não somente às suas pesquisas, mas que interessavam à sociedade de modo geral, como o caso da preservação do rio Parnaíba, uma legitimidade em seu discurso pelo lugar social que ocupava (CERTEAU, 1982).

Assim, pode-se perceber o intelectual por meio de “[...] sua notoriedade eventual ou ‘sua especialização’, reconhecida pela sociedade em que ele vive – especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade –, que o intelectual põe a serviço da causa que defende” (SIRINELLI, 2003, p. 243). No caso de João Gabriel Baptista, algumas questões presentes em suas pesquisas fizeram parte do debate político/acadêmico no decorrer de sua vida e foram adereçadas diretamente pelo sujeito, a exemplo da preservação do rio Parnaíba já citada aqui, posteriormente levando alguns pesquisadores a percebê-lo enquanto um dos primeiros ambientalistas do Piauí.

Ferreira, ao discorrer sobre a história do movimento socioambientalista no Piauí, destaca a pertinência que os estudos e pesquisas de João Gabriel Baptista tiveram neste cenário, especificamente para o rio Parnaíba e a defesa de sua preservação, identificando-o enquanto um dos primeiros intelectuais no Piauí a estarem sensíveis a essa questão (FERREIRA, 2008). Assim, para a autora,

[...] na década de 70, já era visível a preocupação de alguns intelectuais com a questão ambiental, caracterizando-se por iniciativas individuais que não tinham grandes repercussões e nem conseguiam alcançar a grande massa da população, mas representaram a semente do ambientalismo piauiense, não podendo deixar de fazer parte do registro histórico do ambientalismo. João Gabriel Baptista, engenheiro civil, geógrafo, professor e escritor, membro da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, foi um dos precursores do ambientalismo no estado, demonstrando grande preocupação

¹³ João Gabriel Baptista participa também do 2º Seminário de Preservação do Rio Parnaíba realizado no ano seguinte, isto é, em 1988, contudo na condição de representante da Academia Piauiense de Letras (NOTÍCIAS ACADÊMICAS, 1988).

com a preservação do meio ambiente, sobretudo com o rio Parnaíba (FERREIRA, 2008, p. 69).

Deve-se indicar que é a participação neste congresso na Universidade Federal do Piauí e, em função de uma provocação recebida durante o evento, que o sujeito escreve ainda a obra *A Origem do Rio Parnaíba (Uma tese)*, coeditado em parceria com a Associação Profissional dos Biólogos do Estado do Piauí e com a UFPI, responsáveis pelo evento em que discursara sobre o rio como palestrante (BAPTISTA, 2021)¹⁴.

Não obstante isto, o caso da discussão sobre o litígio entre o Piauí e o Ceará se tornou outra matéria na qual João Gabriel Baptista tem destaque com suas pesquisas e discurso, intervindo diretamente no debate político, podendo-se citar a menção de suas pesquisas pelo periódico carioca nos anos 1970 e, em outro momento, sua ida à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí para esclarecer a situação aos deputados, conforme as lembranças de uma de suas filhas (*Ibidem*).

Outro exemplo no qual as ideias do autor, ainda que em menor escala, alcançam o debate público por meio da imprensa refere-se ao horário de verão e as críticas estabelecidas por João Gabriel Baptista quanto à aplicação deste último no estado do Piauí e no Nordeste de modo geral, a exemplo da edição de 18 de outubro de 1989 do periódico *O DIA*, no qual diz o seguinte:

De duas maneiras se pode alterar as horas legais, em função da hora solar, em face aos deslocamentos da Terra [...] Criam a hora legal adiantando uma hora aos relógios, com validade em todo território nacional (exceção do Norte, por pressão deste). E por que não no Nordeste? O Norte e o Nordeste estão à mesma latitude. Se olharmos um mapa do Brasil, isto aparece imediatamente. O absurdo desta medida é frisante. É certo que o sul ganhou mais uma hora de luz, mas o Nordeste perdeu uma hora de sono. Em Teresina, às seis horas da manhã, na hora nova, ainda é escuro. Nós vamos gastar as energias que o Sul vai economizar. Onde está a lógica, se o que se ganha de um lado se perde do outro? Mude-se a hora da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, e se deixe o Norte e o Nordeste em paz. Por que o privilégio do Norte em não mudar a hora? Os “geopolíticos” politikeiros estão ofendendo uma ciência. E isto porque o presidente da República é do Nordeste?! (BAPTISTA, O DIA, 1989, p. 1).

Ainda que se tratasse de um tema discutido em sua obra *Geografia Física do Piauí*, isto é, o fuso horário no qual o estado se encontrava, além de outras questões relacionadas à latitude e longitude, haja visto sua importância para se refletir sobre aspectos diversos da ciência geográfica como o clima,

¹⁴ Na edição de julho de 1987 do periódico *Notícias Acadêmicas* há uma breve menção ao lançamento da obra e ao teor desta.

a hidrografia, a vegetação, dentre outros, o sujeito evita em sua obra de adentrar questões que implicassem uma geopolítica.

De modo similar em outras de suas publicações anteriores dos anos 1960 e 1970, esses tópicos não se faziam presentes em seus textos, focando-se no aspecto histórico e, principalmente, geográfico do que pretendia debater em detrimento das questões políticas. Pode-se citar, por exemplo, os artigos que publicou na seção “De Quando em Quando” no periódico *Folha do Nordeste* entre 1962 e 1963 que, mesmo que trouxesse curiosidades geográficas e históricas sobre o estado, tratava de “corrigir” informações sobre a geografia do estado presentes em obras publicadas em outras regiões como ele mesmo indicava

[...] sem desejar fazer reparos aos nossos professores de Geografia do Brasil do sul do país, e que editam livros para estudantes, tencionamos apenas esclarecer àqueles que queiram dedicar-se ao estudo geo-corográfico piauiense, alguns lapsos que escaparam às publicações sucessivas de obras para estudo e consulta [...] (BAPTISTA, 1962, p. 1).

Caso semelhante é o referente aos pontos extremos do Piauí a norte, sul, leste e oeste na edição de 09 de fevereiro de 1962 do jornal, bem como outras questões não esclarecidas, citando-se as altitudes existentes no estado, haja visto a existência de informações divergentes entre os estudos que haviam sido realizados até então, discutidos na edição de 20 de fevereiro de 1962.

Em fins dos anos 1980, no entanto, algumas de suas publicações assumem um caráter mais político, seja em preservação do rio Parnaíba, como na edição de 28 de maio de 1980 do *Jornal da Manhã*, ou em crítica ao horário de verão estabelecido pelo governo federal para o país.

A possibilidade de se expressar mais abertamente sobre questões políticas que afetavam diretamente o Piauí e seu cotidiano, ainda que relacionadas com a Geografia, vinculavam-se à própria conjuntura política de redemocratização, considerando que, segundo sua filha, Maria do Socorro Baptista Barbosa, esta se lembra que “[...] quando estava no processo de abertura de papai dizendo que era bom que finalmente íamos voltar a poder eleger o nosso presidente. Ele estava muito confiante nisso, ele sentiu imensamente a morte de Tancredo Neves [...]” (BARBOSA, 2019), bem como o lugar social (CERTEAU, 1982) que agora ocupava, professor universitário há quase três décadas e acadêmico da Academia Piauiense de Letras.

É inegável, então, que João Gabriel Baptista não apenas ingressou na APL em fins da década de 1970, mas se tornou figura constante no cenário intelectual piauiense, comparecendo não somente

a eventos promovidos pela instituição, mas também pela UFPI, como interferindo diretamente no contexto local, seja por meio da defesa de suas ideias na imprensa, através dos convites feitos pelo governo do estado para esclarecimentos de questões pertinentes à sua área de atuação ou mesmo via publicação de suas pesquisas nos anos posteriores.

Quanto a estas últimas, é mister indicar que os anos 1950, 1960, bem como os anos 1970, trata-se do momento em que o indivíduo em questão passou a produzir de modo mais enfático suas pesquisas e, não somente isto, mas refere-se ao contexto em que passa a conhecer de modo mais significativo boa parte do Piauí, principalmente em função de outros ofícios que exerceu enquanto engenheiro, seja na área sanitarista, ferroviária ou rodoviária, que terminava forçando-o a viajar pelo território piauiense, conforme indicado previamente.

Durante estes anos, João Gabriel Baptista deixou registrado dezenas de fotografias das localidades que visitou para a elaboração do plano rodoviário que deveria ser implementado no estado do Piauí em consonância com o contexto nacional de integração do território (FONTINELES, 2009). Estas viagens, assim como outras que realizara previamente em cargos que havia assumido, contribuem para a elaboração de seu pensamento e a produção de suas obras, notadamente marcada pela empiria e trabalho de campo.

A ida a campo tornou-se um dos elementos fundamentais na construção das obras de João Gabriel Baptista e elaboração do seu pensamento, tendo em vista a forma como a empiria, juntamente ao estudo bibliográfico, lhe permitiu formular hipóteses, dependendo das questões a serem debatidas, bem como indicar configurações geográficas específicas do Piauí, a exemplo das considerações realizadas em *Geografia Física do Piauí*.

No caso de seus estudos sobre o rio Parnaíba, a ida ao campo, então, especificamente a expedição em busca das nascentes do Parnaíba, possibilitaria a João Gabriel Baptista não apenas discordar de uma bibliografia, ainda que escassa, já estabelecida sobre o rio, no tocante à sua nascente, como também produzir as próprias hipóteses de como esta via fluvial teria tido origem, em uma época que os estudos de Geografia no Piauí ainda possuíam um caráter reduzido.

Deste modo, suas duas obras publicadas específicas sobre o rio Parnaíba, *Nascentes de um rio* de 1971 e *A Origem do Rio Parnaíba (uma tese)* de 1987, de um modo ou de outro seriam impactadas pela pesquisa de campo. A primeira, na qual realiza estudo bibliográfico acerca das nascentes de rios

para posteriormente indicar as possíveis nascentes do Parnaíba com as informações que se tinham até então, utilizando-se de registros e informações que se tinham sobre o rio Parnaíba provenientes do *Tratado Descritivo do Brasil* (1587) de Gabriel Soares Sousa, o relatório do Padre Miguel de Carvalho (1697), a *Viagem ao Interior do Brasil* (1836-1841) de George Gardner e das viagens e relatos de Gustavo Dodt (1891-1903) em sua *Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi*, tem sua compreensão alterada, haja visto que a partir de 1978 o riacho que dá origem ao Parnaíba foi identificado com a expedição realizada por João Gabriel Baptista juntamente a outros pesquisadores da UFPI¹⁵.

Com relação a *A Origem do Rio Parnaíba (uma tese)* de 1987, já tendo ciência da nascente do rio em questão, o sujeito sugere na obra as possíveis origens geológicas e geomorfológicas do Parnaíba, novamente dialogando com a teoria, indicando como os rios têm suas origens, e sobrepondo esta hipótese para o caso piauiense, a partir das observações que havia feito em campo em anos pretéritos durante a expedição realizada em conjunto com os professores da UFPI e registrada pela *Manchete*. Neste sentido, a presença em campo, os dados coletados, fotografias registradas e a própria observação possibilitaram que após provocação recebida em evento na UFPI João Gabriel Baptista pudesse elaborar e publicar este livro em fins dos anos 1980.

Sua inserção, então, nestas redes de sociabilidades, assim como os estudos bibliográficos e de campo que realizara ao longo da vida, continuaria a influenciar em sua trajetória acadêmica e intelectual, permitindo que em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990, tivesse outras de suas pesquisas publicadas, sendo elas: *Mapas Geohistóricos* em 1986, *A Origem do Rio Parnaíba (uma tese)* no ano de 1987 já citada, a terceira edição de *Geografia Física do Piauí* dividida em dois volumes com o primeiro sendo lançado em 1989 e o segundo em 1990 e *Etnohistória indígena piauiense* publicada em 1994.

¹⁵ No final da década de 1970, em um momento que já se tornara mais presente no cenário intelectual, especialmente enquanto pesquisador e professor na área de Geografia no Piauí e, principalmente, sobre o rio Parnaíba, João Gabriel Baptista é convidado juntamente a outros professores da Universidade Federal do Piauí para integrarem uma expedição com o objetivo de percorrer o Piauí até as nascentes de sua maior via fluvial, o Parnaíba. Foi em parceria com Noé Mendes de Oliveira, também professor do Departamento de História e Geografia da UFPI, o naturalista Jásão Bahia, o ecólogo João Dumbra e David Louis Olson, jornalista que assina a matéria publicada na revista *Manchete*, que João Gabriel Baptista atravessa o território piauiense até o suposto local onde encontrar-se-ia as nascentes do Parnaíba. Na reportagem, o jornalista traz um relato do trajeto feito pelos pesquisadores e por ele próprio para que pudessem chegar ao curso d'água que dá origem à nascente do rio Parnaíba, destacando as dificuldades enfrentadas pelo grupo e os diferentes meios de transporte que tiveram de utilizar para conseguirem alcançar o objetivo.

Nesta época, o governo piauiense dava continuidade à proposta implementada na década anterior nos governos de Alberto Silva e Dirceu Arcoverde¹⁶, isto é, o Plano Editorial do Estado, criando, a partir do Decreto nº 5.678 em 1984 no governo de Hugo Napoleão do Rego Neto¹⁷, o Projeto Petrônio Portella, tendo um objetivo similar ao de seu predecessor, isto é, publicar obras que tratassem do Piauí, de seu povo e de sua cultura (MOURA, 2010).

De modo similar ao Plano Editorial do Estado, no Projeto Petrônio Portella também houve o envolvimento direto de indivíduos relacionados com o cenário intelectual da época integrantes do Conselho Editorial que, juntamente a Fundação Cultural do Piauí e o Secretário-Executivo Wilson Gondin Cavalcante, o coordenavam. Dentre estes intelectuais presentes pode-se citar professores universitários e acadêmicos que conheciam ou mantinham relação com João Gabriel Baptista, como Clidenor de Freitas Santos e José Camilo da Silveira Filho (*Ibidem*).

Estes últimos, juntamente ao Conselho que compunham, eram responsáveis por fazer uma “[...] avaliação crítica da obra, emitindo parecer conclusivo, recomendando ou não sua publicação [...]” (*Ibidem*, p. 188) das obras enviadas e recebidas pelo Secretário-Executivo. Neste momento, segundo Moura, dava-se preferência para obras inéditas, tendo sido publicadas vinte e quatro livros, sendo onze de História e treze de caráter literário no decorrer do governo de Hugo Napoleão através do Projeto Petrônio Portella (*Ibidem*).

O destaque quanto aos indivíduos que compuseram o Conselho se faz pertinente, considerando que, novamente, pessoas que frequentavam os mesmos espaços que João Gabriel Baptista, isto é, que estavam inseridos nas redes de sociabilidade (SIRINELLI, 1998) em que este também se encontrava, faziam parte do grupo dos responsáveis pela seleção de obras a serem

¹⁶ Nascido em Amarante (PI) em 1925 e falecido em Brasília em 1979, foi um professor, médico e político brasileiro. Bacharelou-se em Medicina na Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), tendo sido posteriormente professor de anatomia na Universidade Federal do Piauí. Exerceu cargos diversos ao longo de sua carreira como: Presidente do Instituto de Assistência Hospitalar do Estado, Diretor da Faculdade de Medicina do Piauí, Governador do Piauí entre 1975 e 1977, bem como senador da república, falecendo durante o exercício de seu mandato no senado (GONÇALVES, 1997).

¹⁷ Nasceu em Portland no estado do Oregon nos Estados Unidos da América em 1943 na época em que seu pai atuava nesta localidade enquanto vice-cônsul pelo Brasil. Em 1967, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), tendo sido professor posteriormente nesta mesma instituição. Em 1974, muda-se para o Piauí, sendo eleito enquanto deputado federal entre 1975 e 1979 e reeleito para os anos de 1979 e 1983. Entre 1983 e 1986 foi governador do Piauí, sucedendo o governo de Lucídio Portela, momento no qual cria o Projeto Petrônio Portela. Assume ainda outros cargos políticos, como Ministro da Educação em 1987, Ministro da Cultura em 1988, Ministro das Comunicações entre 1992 e 1993, além do cargo de senador entre fins do século XX e início do XXI. Nas últimas décadas exerceu também novamente o cargo de deputado federal e governador do Piauí (GONÇALVES, 1997).

publicadas, certamente influenciando na preferência pela sua considerando o lugar social (CERTEAU, 1982) que também ocupava neste contexto, agora já reconhecido pelos pares enquanto um intelectual. No entanto, apenas no governo seguinte, de Alberto Tavares Silva, João Gabriel Baptista tem uma obra publicada, seu livro *Mapas Geohistóricos*, no ano de 1986, após o término do governo de Hugo Napoleão.

Não obstante isto, o próprio autor na apresentação da obra destaca a importância da atuação de um de seus amigos acadêmicos para que o livro em questão pudesse vir a público, indicando que “[...] sua publicação se tornou possível graças aos esforços do Prof. José de Arimathéa Tito Filho, que conseguiu contornar as dificuldades que surgiram desde que o entregamos ao Projeto Petrônio Portela, em 1985 (outubro)” (BAPTISTA, 1986, p. 3). Mesmo que o autor não infra quais problemas teria tido exatamente posteriormente ao envio da obra, isto é, se eram questões políticas, de conteúdo da obra ou outra situação em particular, fica claro o destaque às redes que compunha no momento e a relevância destas para que a obra pudesse ser publicada.

Diferente de suas obras anteriores esta foi, efetivamente, a primeira do autor a enveredar pelo campo da História, ainda que a partir de um trabalho interdisciplinar, tratando-se de um livro que atravessa a história do território piauiense através do estudo histórico da cartografia. Por meio desta, o autor apresenta ao leitor como a configuração territorial do estado modificou-se ao longo do tempo, tendo o cuidado de contextualizar cada período e, em certos casos, produzir mapas através de descrições do Piauí presentes em documentos históricos.

Sobre os porquês do diálogo interdisciplinar com a História agora explícito em sua escrita acadêmica através da publicação desta obra e se esta modificação em seu arcabouço teórico se relacionava de algum modo com a comunidade de historiadores piauienses na época João Gabriel Baptista rememora o seguinte em entrevista concedida ao professor Francisco de Assis Veloso Filho: “Foi exatamente uma iniciativa minha. Eu gostava do assunto!” (BAPTISTA, 2001). Ainda que destaque também a influência de historiadores e intelectuais piauienses como Abdias Neves, Tanya Maria Pires Brandão, Odilon Nunes e José Camilo Filho, reforça, novamente, que o interesse em escrever *Mapas Geohistóricos* e, posteriormente, *Etnohistória Indígena Piauiense* nada teve a ver com uma suposta influência ou diálogo com estes autores.

Ainda que a entrevista concedida por João Gabriel Baptista (1920-2010) seja um dos poucos registros que tivemos acesso sobre o sujeito no qual produz um discurso e memória de si, tornando-se, assim, documento privilegiado para refletir sobre o autor, é preciso indicar que em alguns momentos da entrevista é possível perceber repetições e, talvez, até certa confusão quanto às perguntas realizadas pelo entrevistador. Considerando a proximidade com o momento no qual é diagnosticado com Alzheimer sugerimos, talvez, que a doença já começava a manifestar-se e, portanto, algumas de suas lembranças aparecem de modo problemático em seu discurso, a exemplo desta interlocução sobre as influências em torno de suas obras de cunho histórico.

Assim como em suas obras anteriores, em *Mapas Geohistóricos* novamente o discurso sobre o preenchimento de lacunas no tocante a estudos sobre o Piauí tornam a aparecer, dessa vez legitimado pelo intelectual convidado para escrever o prefácio da obra, Edson Gayoso Castelo Branco Barbosa¹⁸, no qual afirma que “[...] o revigoramento dos estudos piauienses está presente em ‘Mapas Geohistóricos’, do ilustre Professor João Gabriel Baptista. Veio, sem dúvida, preencher uma lacuna” (BARBOSA, 1986, p. 2).

Por fim, *Mapas Geohistóricos* e *Etnohistória Indígena Piauiense*¹⁹, tratar-se-iam de capítulos de sua proposta de obra denominada *Geografia Humana do Piauí* que na época ainda se propunha a fazer, mas como o próprio João Gabriel Baptista indica na apresentação de *Mapas Geohistóricos* “[...] as despesas com a obra completa ficariam a preço tão inacessível, que resolvemos apresentá-lo isoladamente [...]” (BAPTISTA, 1986, p. 3).

Deste modo, o que torna ainda mais singular em sua trajetória trata-se das condições que permitiram a formação não somente de um intelectual na segunda metade do século XX em

¹⁸ Nascido em 1935 em Teresina, é um escritor e professor universitário. Graduado em Direito e História, assumiu alguns cargos ao longo de sua vida, como Diretor Geral do Tribunal de Justiça e do Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Piauí. Autor da obra *O Parnaíba – Contribuição à História da Navegação*, fruto de sua dissertação de mestrado e publicada através do Projeto Petrônio Portella (BASTOS, 1994). Conforme as lembranças de Baptista (2021), era grande amigo de João Gabriel Baptista, tendo lhe apresentado com o livro à época de sua publicação com a seguinte dedicatória: “Ao ilustre Professor João Gabriel Baptista com um abraço”.

¹⁹ Tratando-se de seu primeiro livro publicado com enfoque na área de História, de forma similar a suas obras anteriores, novamente em *Etnohistória Indígena Piauiense*, prevalece a pertinência da inserção nas redes de sociabilidade da época (SIRINELLI, 1998) para que a editoração desta obra fosse possível. Assim, mais uma vez é sua condição enquanto professor universitário e acadêmico da APL que permite sua participação em outro projeto governamental de incentivo a publicações culturais e científicas referentes ao Piauí, no caso em questão o Plano Editorial “Ciências e Letras” em parceria com a editora da UFPI (EDUFPI) e a Academia Piauiense de Letras naquele contexto. Além disso, em seu prefácio, dessa vez assinado pelo professor Manoel Paulo Nunes, outra vez é destacado a contribuição que João Gabriel Baptista trazia para os estudos sobre o Piauí.

Teresina, mas de um intelectual na área de Geografia em um momento que o curso acabara de ser instalado na capital e que as pesquisas no campo eram escassas.

Em um contexto em que se tinha poucas pesquisas na área referente ao Piauí e uma quantidade reduzida de obras circulando, tornou-se pertinente para a elaboração de seu pensamento e de suas obras a utilização de bibliografias diversas, algumas em outros idiomas (inglês, francês e espanhol), bem como o trabalho de campo, permitindo a João Gabriel Baptista que aliasse a teoria com a empiria ao refletir, principalmente, sobre a geografia do Piauí, conforme indicado.

Conclusão

É perceptível, então, como ao longo de sua vida, especificamente após sua formação profissional, João Gabriel Baptista passa a construir uma trajetória intelectual, se configurando os anos 1960/1970 como o período em que passa a constituir-se enquanto um intelectual, bem como é legitimado e reconhecido pelos pares a partir de sua inserção no meio universitário enquanto docente, bem como na Academia Piauiense de Letras.

Assim, é a partir de suas pesquisas/publicações que se insere nas redes de sociabilidades locais, como também se torna um dos primeiros intelectuais piauienses a ter uma produção sistemática na área de Geografia a partir de um lugar social institucionalizado, inicialmente a Universidade e, posteriormente, a Academia Piauiense de Letras.

Na área de História, mesmo que existissem diversos outros autores que já discorressem sobre a história do Piauí, é interessante destacar a proposta interdisciplinar de cartografia histórica apresentada por João Gabriel Baptista e a mudança da perspectiva quanto a cultura dos povos indígenas, deixando de percebê-los enquanto inferiores como outros textos de historiografia indígena no Piauí, e compreendendo-os como sujeitos diferentes com uma cultura distinta.

É evidente como os contextos em que esteve inserido influenciaram diretamente em suas escolhas, trajetória de vida e até mesmo nas pesquisas que realizou, isto é, indicando que de modo algum João Gabriel Baptista imaginava as identidades que viria a construir ou as pesquisas que viria a realizar, com suas ações e imaginário se modificando à medida que vivenciava novas experiências.

Fica, então, a compreensão que o “[...] sujeito atua em inúmeras esferas sociais [...] e que, com inúmeras escolhas, possibilidades e estratégias, lidaria com as múltiplas interações que sua rede de interdependências lhe possibilitaria, alterando e construindo a própria estrutura” (CARNEIRO, 2018,

p. 56) e, assim, longe de uma vida de certezas ou de uma ilusão de uma infalibilidade da trajetória percorrida, João Gabriel Baptista esteve marcado por incertezas e pelo contexto de seu tempo à medida que se constituiu enquanto um intelectual na segunda metade do século XX no Piauí.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. São Paulo: EDUSC, 2007.
- BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. **Elisabeth Mary de Carvalho Baptista: depoimento** [nov. 2021]. Entrevistador: Marcus Pierre de Carvalho Baptista. Teresina, 2021. *Google Meet*. Entrevista concedida a Marcus Pierre de Carvalho Baptista.
- BAPTISTA, João Gabriel Baptista. Uma ofensa à geopolítica. **O DIA**, Teresina, ano 38, p. 4, Quarta-feira, 18 out. 1989.
- BAPTISTA, João Gabriel. **A Origem do Rio Pamaíba (uma tese)**. Teresina: EDUFPI, 1987.
- BAPTISTA, João Gabriel. De Quando em Quando. **FOLHA DO NORDESTE**, Teresina, 9 fev. 1962.
- BAPTISTA, João Gabriel. **Etnohistória indígena piauiense**. Teresina: COMEPI, 1994.
- BAPTISTA, João Gabriel. **Geografia Física do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1975.
- BAPTISTA, João Gabriel. **João Gabriel Baptista: depoimento** [out. 2001]. Entrevistador: Francisco de Assis Veloso Filho. Teresina, 2001. Gravador Analógico. Entrevista concedida a Francisco de Assis Veloso Filho.
- BAPTISTA, João Gabriel. **Mapas geohistóricos do Piauí**. Teresina: Projeto Petrônio Portela/COMEPI, 1986.
- BAPTISTA, João Gabriel. **Nascentes de um rio**. Teresina: J. Diniz, 1971.
- BAPTISTA, João Gabriel. **Resumo Corográfico do Estado do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1971.
- BAPTISTA, João Gabriel. **Vulcões do Brasil**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1951.
- BARBOSA, Edson Gayoso Castelo Branco. Apresentação. In: BAPTISTA, João Gabriel. **Mapas geohistóricos do Piauí**. Teresina: Projeto Petrônio Portela/COMEPI, 1986. p. 1-2.

- BARBOSA, Maria de Socorro Baptista. **Maria de Socorro Baptista Barbosa**: depoimento [jun. 2019]. Entrevistador: Marcus Pierre de Carvalho Baptista. Teresina, 2019. Skype. Entrevista concedida a Marcus Pierre de Carvalho Baptista.
- BARROS, Cláudio. João Gabriel Baptista, um geógrafo que fez História. **MEIO NORTE**, Teresina, p. 6-7, Segunda-feira, 13 ago. 2001.
- BASTOS, Cláudio de Albuquerque. **Dicionário histórico e geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.
- CARNEIRO, Deivy Ferreira. Os usos da biografia pela micro-história italiana: interdependências, biografias coletivas e network analysis. *In*: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 33-58.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COMO nasce e como é o Parnaíba, um rio ameaçado (I). **Jornal da Manhã**, Teresina, ano 1, n. 40, 2º caderno, p. 8, quarta feira, 28 maio 1980.
- FERREIRA, Ana Raquel Pinto Guedes. **A História do Movimento Ambientalista**: A sua trajetória no Piauí. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.
- FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. 2009. 374 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- GABRIEL Baptista: desvendando os segredos da geografia do Piauí e do Brasil. **O DIA**, Teresina, ano 38, Caderno 2, p. 1, Sábado, 21 out. 1989.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. *In*: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 53-72.
- GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande Dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tadeu Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LEAL, Fabiana Machado. Corologia e o Sentido de Localização. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 8, 2009, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: ANPEGE, 2009. p. 1-18.
- MELO, Antônio Maurení Vaz Verçosa de. **Os alicerces da Educação Superior no Piauí: uma avaliação das experiências das faculdades de Direito e Católica de Filosofia (1930 - 1970)**. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.
- MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originárias**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. **Historiografia piauiense: relações entre escrita histórica e instituições político-culturais**. 2010. 251 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.
- NASCIMENTO, Bárbara Bruma Rocha do. **História, cidade e literatura em A. Tito Filho (1971 – 1975)**. Teresina, 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.
- NOTICIÁRIO. **Notícias Acadêmicas**, Teresina, ano 2, n. 13, p. 1-4, jan. 1987.
- NOTICIÁRIO. **Notícias Acadêmicas**, Teresina, ano 3, n. 27, p. 1-8, mar. 1988.
- O PIAUIENSE. Verbetes Piauienses. **O DIA**, ano 15, n. 1808, Teresina, 26 mar. 1966.
- OLSON, David Louis. O último segredo do Parnaíba. **Revista Manchete**, n. 1346, p. 63-68, Rio de Janeiro, 4 fev. 1978.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.
- SILVEIRA FILHO, José Camilo da. Apresentação. *In*: BAPTISTA, João Gabriel. **Geografia Física do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1975.
- SIRINELLI, Jean-François. As Elites Culturais. *In*: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 259-279.
- SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. *In*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-270.

TÔRRES, Gislane Cristiane Machado. **O Poder e as Letras**: políticas culturais e disputas literárias em Teresina nas décadas de 1960 e 1970. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomás Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7 – 72.

A inserção do rio Tocantins na política hidroelétrica brasileira (1984-2012)¹

La inserción del río Tocantins en la política hidroeléctrica brasileña (1984-2012)

Lucas André da Luz Silva Dias

Mestrando em História
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
daluzsilvadias@gmail.com

Marcelo de Sousa Neto

Professor Doutor em História
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
marcelo@ccm.uespi.br

Recebido: 03/07/2023

Aprovado: 17/11/2023

Resumo: A expansão de grandes usinas hidrelétricas pelo curso do rio Tocantins, atrelada à periodicidade dessas construções e aos discursos utilizados para sustentá-las, conferem ao rio o lugar de nova fronteira energética brasileira. No presente trabalho, objetivamos demonstrar como esse processo se construiu, evidenciando não ser somente fruto do acaso, mas que as obras hidrelétricas na Amazônia são um projeto do Estado brasileiro. Para tais fins, utilizaremos um diálogo bibliográfico com autores que nos fazem refletir, em um primeiro momento, sobre a política hidroelétrica brasileira e, posteriormente, nos permitem problematizar a entrada do rio Tocantins nessa lógica predatória de construções de barragens. Com isso, pretendemos demonstrar a necessidade de pensarmos em novas fontes alternativas de energia, uma vez que a fonte de origem hidráulica vem transformando drasticamente as relações homem-natureza.

Palavras-chave: Tocantins; Energia; Usina Hidrelétrica.

Resumen: La expansión de grandes centrales hidroeléctricas a lo largo del curso del río Tocantins, ligada a la periodicidad de estas construcciones y los discursos utilizados para sustentarlas, otorgan al río el lugar de una nueva frontera energética brasileña. En el presente trabajo, pretendemos demostrar cómo se construyó ese proceso, mostrando que no es solo el resultado de la casualidad, sino que las obras hidroeléctricas en la Amazonía son un proyecto del Estado brasileño. Para tales efectos, utilizaremos un diálogo bibliográfico con autores que nos hacen reflexionar, primero, sobre la política hidroeléctrica brasileña y, luego, nos permiten problematizar la entrada del río Tocantins en esta lógica depredadora de construcción de represas. Con esto pretendemos demostrar la necesidad de pensar en nuevas fuentes alternativas de energía, ya que la fuente de origen hidráulico ha venido transformando drásticamente la relación hombre-naturaleza.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Bolsa de Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Palabras clave: Tocantins; Energía; Central hidroeléctrica.

Introdução

Ao longo da história, observamos diversas transformações em níveis locais, nacionais e internacionais. Transformações essas de todo tipo, sejam geopolíticas, econômicas, sociais, até mesmo interplanetárias, vide as constantes expedições em busca da descoberta de vida em outros planetas. Nesse texto, será realizado um mergulho em uma dessas transformações, ocorrida a nível de história da hidroeletricidade brasileira, mesclando fatores gerais e locais, e, por hora, reverberando também em aspectos internacionais, reconhecendo a conexão entre essas esferas e os eventos investigados. O presente texto se debruça sobre a transformação do rio Tocantins de uma rota comercial em jazida de energia elétrica, procurando entender em que ponto da política hidroelétrica brasileira praticada ao longo dos últimos tempos o rio supracitado passou a ser visto dessa forma.

O Tocantins é um dos maiores rios da região norte do Brasil. Tornou-se, ao longo do século XVIII, segundo Furtado (2016), um dos principais responsáveis por contribuir para a povoação territorial do estado de Goiás e da região onde está localizado o atual estado de Tocantins. De acordo com dados da Agência Nacional das Águas (ANA), o rio Tocantins conta com uma extensão de 2.400 km². Sendo o segundo maior rio totalmente nacional, ele passa pelos territórios de Goiás (onde nasce), Tocantins, Maranhão e Pará (onde se encontra a sua foz), e é operado pela própria ANA, órgão criado pelo Governo Federal em 2000 para gerir os recursos hídricos da União.

A política brasileira de investimentos em energia elétrica tem se transformado ao longo dos anos, e são justamente essas transformações o nosso alvo investigativo. Ao nosso entender, o papel dado pelo Estado à energia de origem hidráulica, por meio das usinas hidrelétricas, tornou o rio Tocantins um espaço de exploração hídrica desmedida. O rio é, antes de qualquer outra coisa, um bem público, um recurso da natureza, cabendo ao estado brasileiro zelar por sua manutenção e conservação. Porém, as constantes investidas na exploração dos seus recursos hídricos têm tornado o rio Tocantins, paulatinamente, um objeto de disputas entre vários grupos da iniciativa privada e populações ribeirinhas. Tais disputas têm o Estado como um fator preponderante, inclinando-se para um determinado lado e movendo completamente a estrutura da equação.

Nesse texto, faremos um percurso pela política hidroelétrica brasileira ao longo do século XX e início do século XXI. Com esse percurso, objetivamos demonstrar que, mesmo após os diversos danos sociais e ambientais causados pela obra de Tucuruí, a primeira usina construída no leito do rio Tocantins, em 1984, o Estado segue na sua marcha de transformação de um bem público em um reduto da iniciativa privada.

De 1995 em diante, o setor de energia elétrica no Brasil é definitivamente mercantilizado. Portanto, o texto entende o rio Tocantins como a nova fronteira energética brasileira, devido, entre outros fatores, à quantidade de usinas construídas em seu leito em tão curto espaço de tempo e, por conseguinte, ao seu suposto potencial de geração de energia elétrica apontado pelo Estado. O trabalho, dessa forma, busca demonstrar a necessidade de se idealizar fontes alternativas de energia elétrica.

A partir da UHE de Tucuruí, o rio Tocantins se transformou em um loteamento de grandes obras, trazendo, com isso, uma devastação ambiental e social sem precedentes. A envergadura das demais construções hidrelétricas contidas no rio não se assemelha a Tucuruí, ao menos em quantidade de geração de energia, mas, em compensação, a expansão das obras por diversas regiões no leito do rio Tocantins deixa, em cada uma das localidades, um cenário de degradação ambiental semelhante ao de Tucuruí.

As construções de grande porte se alicerçaram em um modelo que inicialmente preconizou o acúmulo das obras nas mãos de empresas estatais, tendo nos “Anos de Chumbo” da ditadura militar, compreendidos entre 1968 e 1974, um forte impulso no tangente ao planejamento dessas obras, é o que se pode inferir a partir dos dados apresentados por Oliveira (2018). As obras eram pensadas para sustentar a imagem pretendida pelos militares de um Estado em pleno desenvolvimento. Assim, nesse período, não chamam a atenção somente as novas obras, que passarão a ser idealizadas pelos militares, mas a magnitude dos empreendimentos sem precedentes ao que vinha sendo planejado até aquele momento. A UHE de Tucuruí, a título de exemplo, começa suas obras em 1974, apesar de ser inaugurada já quase no fim do regime. Ela é, ao nosso entender, o marco inicial nessa política que tornou o rio Tocantins um berço gerador de energia elétrica.

Apontaremos que esse potencial enxergado na bacia Araguaia-Tocantins pelo Estado, que originou as primeiras construções, é fruto de uma readequação que a política energética brasileira sofreu no fim dos anos 1980. Os rios, anteriormente utilizados como rotas comerciais e sociais,

perdem parte de sua influência com as obras rodoviárias ocorridas nas regiões norte/centro-oeste implementadas a partir de 1950, sendo necessário transferir aos rios outro tipo de protagonismo. Saindo de cena os barcos e os produtos transportados, para ganhar importância as grandes barragens, que, por sua vez, trouxeram milhares de pessoas desabrigadas.

Para os pretendidos fins, evidenciados até aqui, estabeleceremos dois tipos primordiais de diálogo nesse texto: o documental, com as normativas estabelecidas pelo Estado ao longo tanto do século XX, quanto do começo do século XXI; e um diálogo bibliográfico com autores que nos ajudam a pensar os caminhos tomados pela energia elétrica brasileira ao longo dos últimos anos. Com isso, pretendemos demonstrar a urgência de se pensar em novas fontes de energia para o atendimento das necessidades básicas da população e das indústrias, uma vez que, diante de tantos estragos causados no rio Tocantins, as usinas não devem ser consideradas alternativas únicas para suprir essas demandas.

A energia hidrelétrica brasileira de 1900-1961

As construções de origem hidráulica no Brasil apresentam, segundo Oliveira (2018), um primeiro crescimento nos anos posteriores ao Estado Novo, portanto trata-se de um conjunto de investimentos relativamente recentes. A própria definição de UHE (Usina Hidrelétrica de Energia) é ainda um tanto jovem. Cunhada, segundo Oliveira (2018), pela década de 1930, essa definição é de sumária importância para o setor, pois distingue a dimensão da obra logo pela sua nomenclatura. Existem, ainda, as chamadas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) que, como o nome em si já sugere, trata-se de uma usina de porte menor, com uma capacidade de geração de energia bastante inferior à de suas co-irmãs chamadas de UHE.

Até chegarmos na Usina Hidrelétrica de Estreito (a última construída no rio Tocantins), é preciso realizar um percurso histórico pelo século XX, período no qual o país atravessa uma crescente populacional e quando surge um movimento de industrialização bastante consolidado do ponto de vista discursivo na segunda metade do século. Ambos os fatores irão corroborar para o estabelecimento de uma política energética que privilegia a matriz hidráulica e as usinas hidrelétricas. As primeiras construções se utilizando da matriz hidráulica por meio de Usinas Hidrelétricas no Brasil foram, de acordo com Oliveira (2018), realizadas ainda no século XIX, tendo o estado de Minas Gerais como o primeiro palco para uma usina. Segundo a autora, de

1881, ano da primeira construção, até 1901, o crescimento no número de obras se deu de maneira lenta.

Até 1920, as construções estiveram restritas ao abastecimento dos próprios proponentes, no caso fazendeiros, agricultores e industriais que se utilizavam da energia para manter pequenas fábricas ou engenhos. Esse cenário se transforma gradativamente e, a partir de 1920, segundo Oliveira (2018), grandes empresas de capital norte-americano passam a deter não somente usinas, mas também linhas de transmissão, com o objetivo de já atender uma demanda crescente por energia nos principais centros urbanos do país à época (entenda-se região sudeste). A autora afirma haver, naquele período, um verdadeiro monopólio de duas empresas de capital norte-americano: Light e Amforp.

A participação do Estado nas decisões do setor até esse momento era mínima. Essas grandes empresas de capital privado, portanto, davam as cartas até o momento e ditavam as regras. Tal cenário tem uma transformação radical, no que pode ser entendido como uma primeira fase de estruturação do setor elétrico brasileiro, a partir de 1934, já sob o comando de Getúlio Vargas. É nesse período que, por meio do Decreto Federal 24.643, de 10 de julho de 1934, é criado o Código das Águas, com o objetivo de regulamentar o uso dos recursos hídricos no país e deliberar acerca das concessões em bens públicos como os rios e afluentes. A legislação anterior a essa decisão ainda estava atrelada às ordenações Reais dos tempos coloniais, e não acompanhava as investidas constantes do capital estrangeiro realizadas no começo do século XX.

A medida adotada por Getúlio Vargas tinha, portanto, a intenção clara de aumentar a participação do Estado na arrecadação, planejamento e decisões do setor elétrico. Essa decisão, para além de ter como objetivo a centralização do setor nas mãos do Estado, configura-se também como uma resposta ao contexto de domínio das empresas Light e Amforp, estabelecendo as primeiras regulamentações do estado brasileiro acerca de exploração de recursos hídricos, a matéria prima para a energia de origem hidráulica.

Apesar de as demandas energéticas brasileiras nesse período estarem contidas principalmente na região sudeste, por ser a região mais populosa, surge também no Maranhão, no nordeste brasileiro, um projeto de usina hidrelétrica. Apesar de não ser especificamente no rio Tocantins, Silva Junior (2021) entende a construção da Usina Hidrelétrica de Itapecuru, construída em 1941, na cidade de Carolina, como a primeira aventura do tipo na região banhada pelo rio Tocantins.

O rio Itapecuru está localizado na margem direita do rio Tocantins, na parte maranhense. Na década de 1940, os dois rios, e o Tocantins principalmente, serviam de base para o transporte entre várias cidades de estados circunvizinhos. Sobre esse tópico, inclusive, é interessante pontuar que, na divisa entre o então estado de Goiás e o Maranhão, havia um intenso fluxo de transporte de cargas. A cidade de Carolina, segundo Silva Junior (2021), era responsável por ser uma das principais rotas de escoamento dos produtos produzidos nos dois estados, tendo no rio o alicerce para a distribuição desses produtos pela região. Essa primeira incursão em um afluente do Tocantins demonstra que a possibilidade de utilização de um rio da região como fonte geradora de energia já fazia parte do imaginário local.

A obra foi idealizada pelo empresário Newton Carvalho, mas, devido às dificuldades em encontrar parceiros que o ajudassem através de financiamento para custear tanto as obras quanto as operações, o projeto encerrou-se no ano de 1944. A intenção da usina, segundo Silva Junior (2021), seria fornecer energia elétrica para o município de Carolina; portanto, mesmo se tratando de uma construção de menor escala, e não tendo se sustentado por muito tempo, pois não contou com os grandes aportes do capital privado, o projeto em si já objetivava inserir a população de Carolina na dinâmica da energia advinda da fonte hidráulica.

Mesmo com essa investida na região nordeste, esse primeiro momento de guinada do Brasil rumo ao intenso uso da energia de fonte hidráulica fica marcado pelos investimentos concentrados na região sul-sudeste. Ao analisarmos os trabalhos de Barmann (2007), e de Mercedes, Rico e Pozo (2015), nota-se que os dois governos de Getúlio Vargas, tanto no Estado Novo (1937-1945), quanto em seu posterior momento no poder (1951-1956), são responsáveis principalmente por colocar em marcha uma institucionalização do setor elétrico. Portanto, durante esse primeiro período de investimentos em energia de fonte hidráulica, ocorrem os passos iniciais institucionais para uma futura consolidação e, conseqüentemente, maiores investimentos estatais no setor. Nessa fase de institucionalização, a região mais atendida será justamente esse eixo sul-sudeste.

Foi durante a gestão de Vargas que estudos visando mapear os caminhos para atingir o almejado desenvolvimento foram realizados. Tanto Barmann (2007) quanto Oliveira (2018), apontam a influência dos Estados Unidos nessa guinada do Brasil rumo à hidroeletricidade. Segundo os autores, após algumas expedições norte-americanas, ainda durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, relatórios foram publicados abordando as possibilidades do país se

desenvolver economicamente, e o potencial de investimentos em energia através dessa fonte ganhava contornos de alternativa mais recomendada pelos estudiosos norte-americanos.

Um dos documentos mais simbólicos dessas missões norte-americanas no Brasil, sem dúvidas, é o relatório final da Missão Cooke (1949), encomendada pelo governo brasileiro ainda em 1942. O documento possuía a intenção de planificar o desenvolvimento econômico brasileiro. No relatório final, escrito pelo engenheiro responsável pelos estudos, Morris Llewellyn Cooke, o governo brasileiro é repreendido por ter realizado uma política de freio aos investimentos de capital estrangeiro no setor elétrico, sendo esse um dos fatores apontados pelo estudo como responsáveis por “atrasar” o desenvolvimento da eletricidade no Brasil.

Atrelado a esses estudos, ocorria, na região sudeste, uma crise na distribuição de energia, ocasionando racionamentos e até mesmo interrupção total do fornecimento de energia elétrica. Esses acontecimentos acabaram por direcionar o Estado brasileiro a investir cada vez mais na política de hidroeletricidade para suprir a demanda por energia e a necessidade de “crescimento” econômico, fazendo, dessa forma, uma aposta em um improvável desenvolvimento econômico advindo de investimentos na energia hidrelétrica. Esse contexto de pressão de todos os lados é pontuado, pelos dois autores citados anteriormente (Bermann (2007) e Oliveira (2018), como preponderante para os investimentos massivos na estatização do setor elétrico, empreendidos principalmente no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Essa pressão advém também do contexto pós Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria. Os países da chamada periferia mundial necessitavam, na visão desenvolvimentista predominante na época, explorar seus recursos naturais em uma busca desenfreada para saltar de posição na geografia econômica mundial. É sob esse contexto que, nos anos seguintes, até o fim do regime militar em 1985, a infraestrutura do país será modificada por grandes obras.

Outro aspecto que deve ser ressaltado em todo esse período pós Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, são os financiamentos internacionais e a esperança que eles pudessem ocorrer por parte do governo brasileiro. Segundo Bermann (2007), após as realizações das missões e os estudos técnicos publicados, ainda na década de 1940, o governo brasileiro esperava um investimento por parte do capital privado norte-americano para, assim, atender às demandas citadas nos relatórios e abrir espaço para os investimentos privados, dessa vez caminhando em “parceria” com as empresas públicas. De certa forma, esse investimento chegou,

alguns anos depois dos relatórios, mas chegou. O Banco Mundial, foi um dos principais “parceiros” do estado brasileiro em sua verdadeira saga rumo ao ansiado desenvolvimento.

Segundo Ribeiro (2012), em meio a esse contexto geopolítico, a figura do Banco Mundial se estabeleceu como a principal instituição de fomento ao desenvolvimento do mercado capitalista. Grande parte desse destaque veio, justamente, ao fornecer subsídios para grandes obras de países periféricos, como o Brasil, que precisavam, na ótica de mercado, explorar suas riquezas naturais em busca de alavancar a economia. Esse pensamento ditou o tom da política energética brasileira nos anos seguintes, por meio dos estudos de viabilidade e dos investimentos em construções de usinas hidrelétricas.

Há, portanto, uma continuidade entre as grandes obras de infraestrutura iniciadas a partir do governo de Juscelino Kubitschek e expandidas durante o regime militar iniciado em 1964. Essas obras abriram espaço para uma nova conformação do olhar empregado pelo estado brasileiro aos seus rios, e principalmente aos rios da região Norte. No entanto, primeiro, é preciso apresentar, de maneira breve, algumas dessas obras e sua influência nesse cenário de constantes investimentos na energia hidroelétrica.

A infraestrutura e energia no Brasil de Juscelino

Em seu Plano de Metas (1958), o presidente Juscelino Kubitschek definiu em quais setores o Estado faria maiores e menores investimentos. A infraestrutura de um modo geral recebeu maiores atenções, e obras como estradas, rodovias e ferrovias estiveram no centro do plano. O setor de energia não ficou atrás: na esteira dessas ideias, por meio de uma parceria entre iniciativa privada e empresas estatais, as obras de algumas hidrelétricas já foram iniciadas. A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), criada por Kubitschek em 1952 - período no qual era governador de Minas Gerais - iniciou, no ano de 1958, a construção da UHE de Furnas. Oliveira (2018), aponta que a usina foi a primeira no país a ultrapassar a marca de mil Megawatts (MW) de potência geradora.

Nesse período, algumas outras usinas foram construídas ou ampliadas na região sudeste do país (Piratininga, Peixoto, Três Marias e Cubatão), convertendo a Cemig, responsável por algumas dessas obras, na empresa estatal do setor com maior destaque nesse momento. Segundo Oliveira (2018), os investimentos em energia elétrica tiveram um aumento significativo na década de 1950. Em dados colhidos pela autora, tendo o período de 1901 até 2017 como recorte mais

amplo, no período entre o último governo de Vargas, o mandato de Juscelino e os dois primeiros anos do governo de João Goulart, há uma escalada no número de construção de UHE. Esse período aparece na terceira posição no número de construções de usinas hidrelétricas na história do Brasil, com 58 usinas construídas.

O governo de Juscelino foi o responsável por diversificar os investimentos na área de energia elétrica por outras partes do país, apesar de haver concentração notória na região centro-sul. É tanto que, ao analisar os dados contidos no Cadastro de Empreendimentos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), pode-se perceber a predominância de construções de usinas na região sudeste, entre 1950 e 1970. Entretanto, já aparecem nesse recorte temporal os frutos das expedições norte-americanas: se inicia nesse período a exploração do vale do Rio São Francisco, na região nordeste, indicada pelos relatórios como essencial para desenvolver o setor no país. Ainda que de maneira tímida, nesse período, nota-se a construção de usinas na região, operadas através da recém-criada Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), uma empresa estatal fundada com vistas a planejar e operar as usinas no vale do rio de mesmo nome.

A primeira usina construída pela Chesf foi a que inaugurou o complexo de usinas de Paulo Afonso, no estado da Bahia, em 1955, aproveitando o vale do rio São Francisco. Paralelamente ao início dessas construções, está a criação de Brasília, no ano de 1960. A criação da nova capital no governo de Juscelino Kubitschek visava atender o objetivo de povoar a região oeste do país, fazendo com que ocorresse uma verdadeira corrida para as imediações da recém-criada capital com a vinda de pessoas de vários lugares do Brasil, em busca de melhores condições de emprego e renda.

A criação de Brasília, e a conseqüente narrativa de povoamento da região oeste do país (o chamado Brasil central) transformou também o papel dos rios dessa região. No caso do rio Tocantins, utilizado até então como uma importante via de transporte interestadual para ligar os estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, a situação irá mudar bastante. O rio verá seu protagonismo ser gradativamente sugado pelo processo de industrialização brasileiro implementado após a construção da capital.

A construção de Brasília e o seu conseqüente atrelamento às construções rodoviárias (Belém-Brasília, Brasília-Rio Branco e a BR-020) tudo em muito pouco espaço de tempo, serviram para contribuir na direção de povoar cada vez mais o Brasil central “retirando” a região

de um suposto “atraso”. Com isso, transformou-se radicalmente o olhar do Estado brasileiro sobre o rio Tocantins e os demais rios da região norte: os rios não serão mais uma rota comercial, mas sim um canteiro de obras para produção de uma já mercantilizada energia elétrica.

Essa nova perspectiva do Estado brasileiro é fruto da política energética voltada para construções que preconizam a matriz hidráulica em gestação desde os primeiros anos de Getúlio Vargas, em 1934, que passou por várias fases até se consolidar como uma locomotiva de obras. Dentre essas fases, cabe recapitular alguns movimentos importantes, tais como os decretos reguladores das explorações hídricas; as visitas técnicas dos norte-americanos; o início das obras realizadas pela Chesf, no São Francisco; a construção de usinas pela Cemig, no sudeste; e, por fim, a criação da Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS), em 1961.

Após a criação da Eletrobrás, o número de obras irá aumentar exponencialmente, inaugurando, dessa maneira, o que podemos chamar de segunda fase do avanço da hidroeletricidade na história da política energética nacional. Desse segundo momento em diante, o rio Tocantins, junto com a região norte, serão os “escolhidos” para contemplar essa tentativa de desenvolvimento energético e social. Assim, a guinada do rio Tocantins rumo a ser palco de várias construções para produção de energia elétrica teve no extensivo processo de povoamento da região centro-oeste do país um de seus alicerces. A construção de grandes rodovias cortando a região (Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Belém-Brasília), apesar de serem obras inauguradas em anos diferentes, contribuiu para alimentar a narrativa dita anteriormente, de retirar a região central do país do suposto “atraso”.

Segundo Silva Junior (2021), a contribuição dessas obras é decisiva para uma nova ordenação das cidades ribeirinhas. Pode-se entender essas construções como responsáveis por acelerar o processo de despovoamento de várias dessas cidades margeadas pelos rios. As cidades portuárias tinham sua economia baseada no comércio proporcionado pelas rotas de navegação do Tocantins, por exemplo. Portanto, a partir do momento em que ocorre a implantação de um outro tipo de rota e o crescimento dos investimentos ferroviários para escoação de produtos, essas cidades sofrerão com o êxodo de moradores.

Apesar das transformações no rio Tocantins e demais rios da região norte virem a acontecer de maneira mais clara nos anos do regime militar, é notório que a política de investimentos na construção de usinas hidrelétricas para alimentar o setor elétrico brasileiro avança no governo de Juscelino Kubitschek. Segundo Schalleberger e Schneider (2010), a

principal diferença entre as ideias Vargasistas e de Juscelino são as formas de desenvolvimento pensadas para o país: enquanto em um primeiro momento tínhamos uma ideia de desenvolvimento centrado na figura do Estado, passamos a ter um desenvolvimento alicerçado pelo capital estrangeiro em parceria com os investimentos estatais. Configurando-se em uma parceria entre os diferentes tipos de capital (estatal e privado).

No intuito de realizar uma espécie de diálogo com essas duas formas, os militares farão com que o Estado seja o principal promotor de investimentos do setor elétrico a partir de 1964. É através da Eletrobrás que os presidentes militares darão início a uma segunda fase de fortes investimentos em obras hidrelétricas, visando, dentre outros aspectos, utilizar essas obras exploratórias dos recursos naturais como propaganda do regime.

A título de recapitulação, estamos chamando de primeira fase de investimentos do Estado no setor elétrico, o momento de intervenção do Estado na planificação e estruturação do setor que se dá a partir do Código das Águas em 1934, junto aos primeiros projetos idealizados com essa ótica já no governo de Juscelino. Já a construção e diversificação das obras hidrelétricas de grande porte realizadas pelos militares, principalmente a partir da Eletrobrás, configuram uma segunda fase.

Essa segunda fase, a qual abordaremos desse momento em diante, é quando as obras na região norte saem do plano das ideias e se transformam em grandes construções, tendo a UHE de Tucuruí como pioneira. Alterando, dessa forma toda a geografia do rio Tocantins e, de certa maneira, alterando os rios da região amazônica como um todo. Porém, deter-nos-emos ao rio Tocantins, por entender que os processos de construções empregados sobre esse rio têm sido absolutamente desmedidos e intensivos, tornando-o uma fronteira energética brasileira.

Rio Tocantins – a nova fronteira energética brasileira

Segundo Oliveira (2018), após as construções de usinas se concentrarem na região sul e sudeste, em um primeiro momento, surge a necessidade de expansão massiva para outros pontos do país. Daí os investimentos encaminham-se para a região amazônica. Esse movimento de deslocamento das construções é acompanhado pela narrativa citada pela autora e por Bermann (2007), de realizar investimentos na economia do Norte. É alicerçado sobre essa ótica, que o Estado irá começar a expandir as construções pela região amazônica. Dito de outro modo, a região Norte possui, na visão do Estado, um grande potencial de geração hidroelétrica, junto à

necessidade de desenvolvimento e integração ao restante do país. Portanto, fariam-se necessárias as construções como via para possibilitar essa integração.

Do ponto de vista do discurso governamental, seria uma espécie de relação “ganha-ganha”, tanto para a região, que teria um suposto desenvolvimento, quanto para o país, necessitado cada vez mais da geração de energia elétrica. É com esse pano de fundo que, durante a ditadura civil-militar (1964-1985), a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí tem início em 1974. A obra é inaugurada em 1984, dez anos depois do início das obras, tornando-se a primeira usina de grande porte construída ao longo do rio Tocantins. De acordo com dados de controle de usinas da ANEEL, a usina é a terceira maior em capacidade de geração do Brasil: com 8.535 MW de produção. Se tratarmos apenas de usinas dentro do território nacional, ela salta nesse ranking para segundo lugar, somente atrás de Belo Monte, inaugurada em 2012. Portanto, trata-se de um grande empreendimento, com dimensões proporcionais ao rio escolhido.

De acordo com Acsehrad (1991), a usina hidrelétrica de Tucuruí impactou uma área de aproximadamente 2.600 km, deslocando, devido à enchente decorrente da formação do lago de represa, entre 6 e 10 mil famílias. Esses grupos eram compostos, segundo o autor, de ribeirinhos que tiravam seu sustento da vida nas margens do rio; tal população teve de mergulhar em outros contextos, como o agrícola, com o qual não estavam familiarizados. O autor alerta ainda, para uma das consequências primeiras da usina: o fortalecimento das madeireiras ilegais na região, aumentando, dessa maneira, o desmatamento nas margens do rio Tocantins.

Como indicado anteriormente, a construção da Usina faz parte de um planejamento elaborado pelo Estado brasileiro desde os anos 1960, segundo apontam Congilio e Silva (2019). Grandes empresas de minério se instalaram na região durante os anos 1970, pertencentes ao projeto Grande Carajás, como parte da aceleração do plano de integração da Amazônia empreendido na ditadura civil-militar. A Usina é, portanto, pensada, dentre outras coisas, para dar suporte às empresas de minério instaladas na região, participantes do empreendimento Grande Carajás. A energia elétrica é uma das principais bases para a extração do minério, bauxita e alumínio.

Assim, o projeto objetivava não somente levar o suposto desenvolvimento para a Amazônia, mas também povoar os núcleos urbanos da região. Pode-se, a partir disso, observar as estratégias utilizadas pelo governo para incentivar investimentos na Amazônia, por meio,

principalmente, da extração das riquezas naturais contidas na região, entendendo-as como barganhas comerciais.

A ênfase na Usina Hidrelétrica de Tucuruí se faz necessária principalmente pelo momento em que a construção é realizada. A obra inaugura um período no qual os investimentos com objetivo desenvolvimentista na região amazônica começam a ganhar contornos mais visíveis e palpáveis. É necessário empreender na direção de entender a UHE de Tucuruí, não apenas como mais uma dessas várias construções feitas nesse período, na região, mas, como símbolo dessa política. Ela marca, dessa maneira, o caminho que viria a ser seguido nos próximos anos.

De acordo com levantamento de Oliveira (2018), no período do regime militar, o Brasil se tornou um dos maiores construtores de UHE do mundo, sendo, nesse momento, levantadas 61 usinas. Isso resulta em uma média de praticamente três usinas inauguradas por ano. Apesar de, no referido momento, a Eletrobrás ser a responsável pela maioria dessas obras, fica evidente que os investimentos na fonte hidráulica, e a chegada dessas construções na região amazônica, atendem às sugestões apresentadas anos antes pelas missões norte-americanas de converter o setor de energia elétrica em um mercado.

Ocorreu nessa época, junto com o impulsionamento da Eletrobrás, um fortalecimento das empresas estatais estaduais ligadas a ela. Em 1973, dois anos antes do início das obras em Tucuruí, é criada a subsidiária da região norte, a Eletronorte. Criada com a função de planejar e gerir os futuros empreendimentos na região, também corresponde à Eletronorte realizar distribuição de energia. A criação da empresa fortaleceu mais ainda os investimentos governamentais na Amazônia. Segundo dados do portal *Memória da eletricidade*, quando a Eletronorte é criada, a região norte possuía apenas 2% de geração de energia elétrica. Aumentar esse número a partir da exploração de riquezas naturais da Amazônia, seria, portanto, um dos principais objetivos da recém-criada empresa.

Após a inauguração da UHE de Tucuruí, em 1985, já existia no horizonte um processo de afrouxamento da política de repressão. Os primeiros anos da redemocratização foram marcados, no setor elétrico brasileiro, por uma espécie de simbiose entre procurar distanciamento da operação e construção de usinas e, ao mesmo tempo, criar mecanismos estatais para supervisionar, normatizar e fiscalizar o setor. É dessa maneira que podem ser entendidas as criações, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), da ANEEL e da ANA. A primeira, criada em 1997 com o objetivo claro de buscar uma regulamentação do setor elétrico

em termos de distribuição, planejamento e liberação de construções de grande porte; já a segunda instituição, de certa maneira, vem na esteira do antigo Código das Águas, criada em 2000 e passa administrar os rios da união, sendo dessa forma responsável por conceder licença para possíveis explorações dos recursos hídricos em todo território nacional.

Oliveira (2018) aponta que, entre o final do regime militar e o início do governo de Fernando Henrique, acontece uma espécie de “virada ambiental”, não somente no Brasil, mas no mundo de um modo geral. A sociedade começa a perceber e denunciar os desarranjos causados por obras de grande porte, como a já citada UHE de Tucuruí. O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), portanto, almeja o equilíbrio entre as crescentes contradições dessas obras e o desejo de conceder mais espaço para a iniciativa privada explorar os recursos naturais da união.

Esse momento do final do século XX para início do século XXI pode, então, ser entendido como um período de reestruturação do setor elétrico brasileiro. Caracterizado justamente pelo incentivo ao livre mercado de um lado e a criação de órgãos gestores e reguladores do outro, as usinas terão novamente outra fase de profundo crescimento, a partir de uma nova onda de investimentos do capital estrangeiro. Dessa vez, sendo os protagonistas das obras, ou seja, os seus construtores e fiadores.

Os anos 1990 consolidaram o rio Tocantins como um verdadeiro canteiro de obras. É nesse período que alguns dos projetos mais massivos são elaborados. A UHE de Luís Eduardo Magalhães e a UHE de Estreito, duas das maiores em capacidade geradora de energia instaladas no rio, deram seus primeiros passos efetivos na direção de uma construção nesse período. A primeira teve, de fato, suas obras iniciadas ainda nos anos 1990, mais precisamente em 1998. Aliás, esse mesmo ano marca a inauguração da segunda usina no curso principal do rio Tocantins: UHE de Serra da Mesa, que conta com uma capacidade de geração na casa dos 1.275 MW de potência, tendo seu reservatório localizado na região do alto rio Tocantins, no município de Minaçu, estado de Goiás. Segundo Andrade (2002), o lago originado pela construção da usina tem em torno de 1.780 km. A autora afirma também que a região possui índices baixos de desenvolvimento econômico, apontando, dessa maneira, para uma estratégia antiga, mas recorrente, do Estado brasileiro.

Segundo Bermann (2007), para seguir na busca por viabilizar as construções de grande porte, principalmente na região amazônica, mesmo após as consequências ambientais dessas obras começarem a aparecer, a retórica do Estado brasileiro continuou a ser basicamente a

mesma. Ou seja, atrelar as obras a uma integração da região receptora com o restante do país, visando uma suposta integração nacional por meio das construções. Em outras palavras, uma determinada região, como Minaçu, ao receber uma obra de grande porte, como o caso da UHE de Serra da Mesa, estaria se tornando atrativa para investidores, e a construção iria, por assim dizer, “desenvolver” toda a região em seu entorno.

Tendo seu alicerce na narrativa de integração das regiões receptoras das usinas, com a dinâmica capitalista nacional, as construções seguem no rio Tocantins no início do século XXI. O ano de 2001 traz a inauguração das comportas da UHE de Luís Eduardo Magalhães, mas também o leilão de concessão da UHE de Estreito. E assim, ao longo dos anos seguintes, as novas usinas na região foram surgindo. Em 2004, é inaugurada a UHE de Cana Brava, em 2006 a UHE de Peixe Angical, 2009 recebe a UHE de São Salvador, e, no ano de 2012, terminam as obras da UHE de Estreito.

Portanto, é possível observar que, em um espaço de 14 anos, são inauguradas ao longo do rio Tocantins 6 usinas hidrelétricas. Essa onda de construções iniciada nos anos 1990, com os projetos sendo aprovados e tendo suas inaugurações nos anos 2000, marcam de vez o rio Tocantins como uma nova fronteira energética brasileira. O Estado brasileiro passa a empregar outra função ao rio: anteriormente palco de uma intensa rota de escoamento da produção de alimentos e utensílios, agora será visto como um dos principais meios de geração de energia de fonte hidráulica do país.

As construções não pararam, uma sucedeu a outra. Tudo isso ocorreu apesar de os efeitos à biodiversidade e aos povos ribeirinhos serem notados em cada uma dessas localidades. Os estudos de viabilidade hidroelétrica na região norte do país não dão sinais de desaceleração, segundo aponta Bermann (2007). De acordo com o autor, dados levantados pela Eletrobrás e ANEEL, respectivamente em 2005 e 2007, apontavam para um potencial gerador de energia na região norte na casa dos 70%, e grande parte desse potencial estaria concentrado na bacia do Rio Amazonas e na bacia Araguaia-Tocantins.

É esse “potencial” que vem, ao longo dos últimos anos, sendo constantemente alvo de exploração. O rio Tocantins transformou-se, de uma ferramenta de conexão entre cidades circunvizinhas em termos regionais, em uma locomotiva desenfreada de erguer hidrelétricas. Os empreendimentos são, no geral, pomposos em todos os sentidos, inclusive com relação à

destruição ambiental causada pelas obras, mudando a sua paisagem, o seu leito natural e as vidas das populações que dele dependem para sobreviver.

Considerações finais

O começo do século XXI tem sido marcado por uma erupção das discussões acerca dos desastres ambientais provocados pelo homem ao longo do tempo. Consequentemente, a história ambiental tem, cada vez mais, ganhado protagonismo dentro das humanidades, justamente por refletir e propor caminhos para a superação dessa avalanche de catástrofes financiadas principalmente pelos desmedidos avanços do capitalismo predatório.

Nesse sentido, este trabalho se insere em mais uma dessas incursões da história ambiental, na busca por evidenciar os danos provocados pela mercantilização dos recursos naturais, e procura acender o alerta sobre o futuro dos demais rios da região norte, principalmente o rio Araguaia. O rio tem sido alvo de estudos de viabilidade para futuras usinas hidrelétricas e o desmonte do seu vizinho Tocantins não é um fato isolado, é muito mais do que isso.

É sabido que as usinas hidrelétricas se tornaram uma política de estado no Brasil, não necessariamente importando as correntes ideológicas que se alternam no poder. Como vimos ao longo desse texto, essa crescente das construções passa diretamente por ignorar as suas consequências socioambientais, e os maiores afetados são as populações ribeirinhas que veem seus saberes e vivências geracionais, construídos às margens de um rio, sendo completamente ignorados.

A realidade do estado do Tocantins nos permite dizer que as cidades ribeirinhas que cortam o estado são cidades de rio. Ou seja, a história dessas cidades se entrelaça diretamente com a existência de um rio nas suas margens. Porém, o progresso galopante idealizado pelo Estado brasileiro, desde o Código das Águas em 1934, vem esfacelando essas realidades e transformando a conjuntura socioespacial de cada uma dessas localidades que abrigam ou são atingidas pelas UHE. Aos poucos, portanto, o rio Tocantins, segundo maior rio 100% localizado em território nacional, vai se transformando em uma grande represa, servindo aos interesses da iniciativa privada que, ao fim e ao cabo, é a grande fiadora desses projetos.

Dessa forma, pretendemos, com esse trabalho, expor a investida desmedida realizada no rio Tocantins por meio das construções de hidrelétricas que tem feito o Estado brasileiro na parte

pensante dos projetos (com os estudos de viabilidade) e a iniciativa privada na parte operacional (através das construções e operações). Entendemos que o ocorrido no rio Tocantins precisa servir de exemplo para que a sociedade brasileira reflita criticamente acerca do futuro das fontes de energia que são utilizadas e propagandeadas pelo estado. É necessário encontrarmos fontes de energia que verdadeiramente sejam sustentáveis e promovam uma convivência pacífica entre meio ambiente e sociedade.

Referências bibliográficas:

ACSERALD, Henri. Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações em Tucuruí. **Revista De Administração Pública**, v.25(4), p. 53 a 68, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8897>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ANDRADE, Maria Soraia De. **O patrimônio histórico arqueológico de Serra da Mesa: a construção de uma nova paisagem**. 2002, 266f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22042003-162440/pt-br.php>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Revista estudos avançados**, v. 21, n. 59, abril. p. 139-153, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PHk7yHnkGkM6DzytNpNT8WB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRANDI, Paulo. **Eletronorte completa 48 anos**. 2021. Disponível em: <https://memoriadaeletricidade.com.br/artigos/57831/eletronorte-completa-48-anos>. Acesso em: 01 abr. 2023.

BRASIL. Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico. **Tocantins**. Brasília, ANA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/sala-de-situacao/tocantins/saiba-mais-tocantins>. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **CONSULTA AO CADASTRO DE EMPREENDIMENTOS DA ANEEL COM OS RESPECTIVOS CEG**. Brasília, ANEEL, 2022. Disponível em: https://www2.aneel.gov.br/scg/Consulta_Empreendimento.asp. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Usinas e agentes de geração**. Brasília, ANEEL, 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibjNjc4OGYyYjQtYWM2ZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2IiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBlMSIsImMiOjR9>. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código de Águas. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 1934.

CONGILIO, Celia Regina; SILVA, Alana Pereira Da. USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ: história, memória e persistência dos impactos socioambientais e das lutas dos atingidos pela barragem. In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2019. São Luís. **Anais eletrônicos** [...] São Luís, 2019. p. 1-12. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/anais.html>. Acesso em: 15 mar. 2023.

COOKE, Morris L. **A Missão Cooke no Brasil**. Relatório dirigido ao Presidente dos Estados Unidos da América pela Missão Técnica Americana enviada ao Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1949.

FURTADO, Júnia Ferreira. Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII). **Tempo**. Niterói, online, Vol. 22 n. 40. p. 367-399, mai-ago., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/CWbjT5Vjw7jmdJWPSWth7CD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2023.

KUBITSCHEK, Juscelino. **Diretrizes gerais do plano nacional de desenvolvimento**. Belo Horizonte: Livraria Oscar Nicolai, 1958.

MERCEDES, Sonia Seger Pereira; RICO, Julieta A. P; POZZO, Liliana de Ysasa. Uma revisão histórica do planejamento do setor elétrico brasileiro. **Energia elétrica**, n. 104, p. 13-36, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/106750>. Acesso em: 12 abr. 2023.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 34, n. 65, p. 315-346, mai-ago 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/ChCpxyx8Xg6w74xRTmNBRvJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2023.

RIBEIRO, Thiago Reis Marques. **Das missões à comissão:** ideologia e projeto desenvolvimentista na "missão abbink" (1948) e da comissão mista brasil-estados unidos (1951-1953). 2012, 240f. Dissertação. (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SCHALLENBERGER, Ernelo Elisa; SCHNEIDER, Iara Elisa. Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial – ações de governo e dinâmica do capital. **Sociologias**, v. 12, n. 25, set./dez. 2010, p. 202-222. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/17741>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira. **Os que chegam e os que saem:** memória e identidade nos des-locamentos provocados pela UHE de Estreito – MA/TO (2007-2012). 2021. 309f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

“A revolução legalista”: as representações do golpe civil-militar nos jornais *O Dia* e *O Dominical* (1961-1965)¹

“The legalist revolution”: the repercussions of the civil-military coup in the *O Dia* and *O Dominical* (1961-1965)

Joel Marcos Brasil de Sousa Batista

Graduado em Licenciatura Plena em História
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
joelmarcosbrasil@gmail.com

Francisco de Assis de Sousa Nascimento

Doutor em História Social
Universidade Federal Fluminense (UFF)
franciscoufpi@gmail.com

Recebido: 07/02/2023

Aprovado: 23/10/2023

Resumo: O artigo visa analisar as representações produzidas pelos jornais piauienses *O Dia* e *O Dominical*, sobre o golpe civil-militar de 1964. Como objetivo específico foi investigado a maneira que os jornais repercutiram as reformas de base, golpe de 64 e o governo ditatorial que foi instalado. A questão norteadora da investigação histórica tratou do uso do termo “Revolução” como construção linguística e discursiva, referente aos acontecimentos que resultaram na deposição do presidente João Goulart. Foram utilizados os jornais *O Dia* e *O Dominical* como fontes históricas. A metodologia utilizada instrumentalizou a produção hemerográfica com abordagem qualitativa, bibliográfica e de análise do discurso. Além disso, a pesquisa foi feita tendo como principais referências teóricas: Bourdieu (1989), Certeau (1998), Castro (2022), Motta (2021), Napolitano (2020) e Oliveira (2008 e 2020).

Palavras-Chave: Revolução; Golpe de 64; Imprensa piauiense.

Abstract: The article aims to analyze the representations produced by the newspapers *O Dia* and *O Dominical*, from Piauí, about the civil-military coup of 1964. The specific objective was to investigate the way the newspapers reported on the base reforms, the coup of 1964 and the dictatorial government that was installed. The guiding question of the historical investigation was about the use

¹ Essa pesquisa foi financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

of the term “Revolution” as a linguistic and discursive construct, referring to the events that resulted in the deposition of President João Goulart. The newspapers *O Dia* and *O Dominical* were used as historical sources. The methodology used instrumentalized the hemerographic production with a qualitative, bibliographic, and discourse analysis approach. In addition, the research was carried out using as main theoretical references: Bourdieu (1989), Castro (2022), Certeau (1998), Motta (2021), Napolitano (2020) e Oliveira (2008 e 2020).

Keywords: Revolution; Coup of 1964; Press piauiense.

Introdução

Neste trabalho foi realizada uma investigação histórica, referente à atuação dos jornais piauienses *O Dia* e *O Dominical* durante o golpe civil-militar de 1964², salientando como difundiam para os leitores piauienses os acontecimentos que levaram ao golpe de 1964 e os significados das representações discursivas produzidas por esses periódicos, os quais utilizaram a expressão: “Revolução”³ como semântica “democrática” e “legalista”.

O recorte temporal escolhido começa em 1961 por ser o ano do início do governo João Goulart (1961-1964). Iniciamos nesse ano para entender de que maneira os jornais *O Dia* e *O Dominical*, representavam o governo Goulart, especialmente, acerca das suas propostas relativas às reformas de base⁴. O recorte temporal termina no ano de 1965, pois visamos constatar como esses dois jornais difundiam as notícias sobre o governo civil-militar no “calor” do momento.

As representações discursivas dos jornais foram analisadas de acordo com o conceito de “lugar social” defendido pelo historiador Michel de Certeau (1998), o qual defende a produção de um discurso textual como uma apropriação e reapropriação feita pelos autores do discurso construído a partir da relação de um: “[...] presente relativo a um momento e a um lugar; e estabelece um *contrato com o outro* (o interlocutor) numa rede de lugares e de relações [...]” (CERTEAU, 1998, p.40), ou seja, o discurso produzido é influenciado pelo contexto e pelo lugar, no qual o autor do

² Consideramos o golpe de 64, um golpe civil-militar pois apesar do golpe ter sido deflagrado pelos militares, teve forte apoio de setores da “grande” imprensa, empresariado, parlamentares, governadores, membros do Poder Judiciário, setores da Igreja Católica, entre outros (FERREIRA; GOMES, 2014, p.355-374).

³ Utilizaremos o termo Revolução em alusão ao golpe de 64, não porque concordamos que o episódio de 1964 foi uma revolução, mas porque foi assim que os jornais analisados na pesquisa, representavam e difundiam as notícias referentes ao golpe civil-militar e ao governo civil-militar.

⁴ As reformas de bases propostas pelo Presidente João Goulart, eram um conjunto de reformas que englobavam o setor agrário, bancário, eleitoral, tributário, educacional, urbano e político.

discurso está inserido, sendo que a partir desse ponto de partida, é estabelecido o público-alvo a ser atingido.

Além desse conceito, utilizamos o de “cultura política” operacionalizado pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2018), que a define como um “[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhadas por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado [...]” (MOTTA, 2018, p.114), isto é, como práticas culturais utilizadas politicamente que são identificadas e legitimadas pelo costume e pela sociedade.

O conceito de “cultura política” foi utilizado para entender a relação dos jornais *O Dia* e *O Dominical* com o governo ditatorial, visto que as representações propagadas sobre o governo Goulart, o golpe de 64 e o governo civil-militar estão inseridas numa “cultura política” do país com o predomínio de práticas autoritárias, anticomunistas, conservadoras e excludentes. Ademais, foi salientado as singularidades específicas do Estado do Piauí para entender o “lugar social”, no qual os proprietários dos jornais e os colunistas dos jornais estão inseridos, destacando como esses jornais, de um Estado da região Nordeste, repercutiram os eventos de nível nacional, bem como os representavam para os seus leitores.

Na seleção das fontes hemerográficas, priorizamos os jornais *O Dia* e *O Dominical*, por serem dois periódicos de grande circulação – no estado – e relevância na sociedade piauiense. O primeiro foi um jornal alinhado a um perfil empresarial, liberal, por ter se tornado diário e ter uma postura alinhada aos setores conservadores da sociedade piauiense. Em contrapartida, o jornal *O Dominical*, apesar de ser um semanário publicado aos domingos, foi um periódico vinculado à Igreja Católica do Piauí, sendo utilizado como um instrumento para instruir os fiéis sobre nos ditames da Igreja, uma vez que, num estado com a população majoritariamente católica – mais de 90% da população – acreditamos na sua relevância por causa do forte “poder simbólico” (BOURDIEU, 1989) que a Igreja possui na população.

A metodologia da análise das fontes hemerográficas foi utilizada segundo o proposto pela historiadora Maria Helena Rolim Capelato (2015), a qual defende que a análise do jornal como fonte de pesquisa, deve ter em vista as “[...] circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores [...]” (CAPELATO, 2015, p.115).

Diante disso, vale contextualizar e historicizar o período analisado, investigar o papel dos jornais *O Dia* e *O Dominical* no Governo Goulart (1961-1964), sua posição perante o golpe civil-militar e a forma autoritária em que foi instalado a ditadura civil-militar⁵, com a abordagem dos interesses políticos e econômicos em disputa, para entender o porquê da utilização do termo “Revolução” empregado por esses dois veículos de comunicação piauienses como forma de legitimar o golpe de 1964 para a sociedade.

O governo Goulart e a reação conservadora no Estado do Piauí (1961-1964)

O governo de João Goulart foi marcado pelo radicalismo e polarização política entre as esquerdas⁶ e a direita⁷, sobretudo, por causa da bandeira das propostas pelas reformas de base, defendida pelo então presidente e as esquerdas, na qual propunha uma ampla reforma econômica e social, com o objetivo de “[...] alcançar um desenvolvimento pleno, através da superação das condições de subdesenvolvimento [...]” (DELGADO e PASSOS, 2007, p.102). As propostas de reforma estavam em torno da tentativa de resolver os problemas de ordem educacional, social, econômica e política através da intervenção estatal.

Em contraponto, os setores liberais-conservadores ou a direita, defendiam um programa de desenvolvimento econômico: “[...] arrojado, internalizado, menos voltado para a produção de artigos

⁵ Consideramos a ditadura que foi instalada em 1964, uma ditadura civil-militar, pois apesar do predomínio dos militares nos cargos de alto escalão, do presidente ser militar, a ditadura teve apoio de setores civis, que pode ser observado pela atuação do parlamento através da Arena, com os tecnocratas que estavam dentro do governo ditatorial em âmbito federal e estadual, setores do empresariado que foram beneficiado com as políticas econômicas do governo, a “grande” imprensa que aderiu aos ideais autoritários do governo, dentre outros, apesar do protagonismo ser dos militares. Para mais informações indicamos: Reis Filho (2014, p.75-110).

⁶ Chamamos de esquerdas, os grupos sociais que defendiam as reformas de cunho nacionalista e social, sejam: os sindicatos, as ligas camponesas, o clero e os leigos ligados ao movimento católico progressista, os socialistas, os comunistas, os militares nacionalistas, os estudantes articulados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), os parlamentares do PTB e de outros partidos que aderiram ao projeto de reformas sociais. Utilizamos a expressão “esquerdas” porque apesar de estarem unidas pelas propostas de mudanças sociais, diferenciavam-se na sua abrangência, método e muitas vezes disputavam entre si, como no caso: o PTB, o PCB e as Ligas Camponesas. Para um aprofundamento indicamos: Delgado (2003, p.127-154).

⁷ A direita, escolhemos utilizar o singular pois os seus segmentos apesar de não serem homogêneos estavam mais unidos ideologicamente, defendendo o anticomunismo, o liberalismo econômico, a tradição “cristã” e contrários a quaisquer medidas de reforma radical que abalasse as estruturas sociais. Seus principais representantes eram os grupos formados por liberais-conservadores que eram formados por latifundiários, militares vinculados a Escola Superior da Guerra, setores do empresariado nacional e multinacional ligados ao mercado financeiro e políticos da UDN. Para um aprofundamento indicamos: Delgado (2003, p.127-154).

destinados ao consumo popular e mais direcionados, por um lado, para a implementação da indústria de ponta; por outro, para a preservação da estrutura agrária do país [...]” (*Ibidem*, p.102-103), ou seja, eram favoráveis às reformas que eram simultaneamente modernizadoras economicamente, mas profundamente conservadoras do ponto de vista social e político, visando não abalar as estruturas sociais vigentes.

Nesse ambiente de incertezas e radicalização política, os grupos liberais-conservadores, segundo o historiador Napolitano, mobilizaram-se utilizando a imprensa brasileira, para construir e consolidar a leitura de que o Brasil estava sob ameaça da “comunização” e que os agentes desse processo estavam: “[...] no coração do poder, ou seja, na própria Presidência da República [...]” (NAPOLITANO, 2020, p.46). Essa representação discursiva para o historiador, foi utilizada pelos conservadores que apropriaram o discurso anticomunista da Guerra-Fria, de forma a deslegitimar o governo de João Goulart e colocá-lo como: perigoso à democracia e à própria sociedade, devido a sua ligação com os supostos “comunistas” que pretendiam “cubanizar” o Brasil.

O historiador Motta, defende que apesar da ênfase oportunista dos setores conservadores na difusão superdimensionada do comunismo, existiram grupos sociais e indivíduos que acreditavam na existência de um risco real às suas tradições e crenças, dado que a aversão da sociedade ao comunismo foi impulsionada pelo medo de que “se” os comunistas chegassem ao poder, poderiam ameaçar seus valores religiosos e familiares, contudo, reiteramos que não excluimos a existência de grupos sociais específicos que aproveitaram-se do medo da sociedade com o comunismo para combater qualquer tipo de reforma que pudesse ocasionar mudanças nas estruturas sociais da sociedade (MOTTA, 2014, p.10).

O anticomunismo faz parte da “cultura política” brasileira manifestada segundo o pesquisador historiador Motta a partir da Revolução Russa (1917-1921), porém, foi cristalizado com a Intentona Comunista (1935), dando origem a construção “[...] de um conjunto de representações anticomunistas, com base em imagens fortes como violência, traição, covardia, estupro e práticas imorais [...]” (*Ibidem*, p.18), já que na conjuntura da Guerra-Fria, a pós-revolução cubana intensificou o imaginário anticomunista na sociedade, especialmente, em virtude do conservadorismo de setores sociais – como a Igreja, empresários, imprensa e instituições políticas – perante ao fortalecimento das reivindicações dos movimentos sociais no governo João Goulart.

As propostas de reformas de base, no Estado do Piauí, sofreram uma forte oposição das elites conservadoras, tendo como agravante a permanência dos grandes latifúndios nas mãos de poucas pessoas desde a instalação das primeiras fazendas de gado durante a colonização⁸. De acordo com o censo de 1960, a população do Piauí alcançava 1.242.146 habitantes, com apenas 285.566 residentes na zona urbana, isto é, aproximadamente 77% dos piauienses estavam dispersos nas grandes fazendas da zona rural (MENDES, 2003, p.332). Para os trabalhadores sem-terra obterem acesso era difícil em consequência da “[...] à sua pobreza e à persistente concentração territorial pelos latifundiários, que tinham interesse em manter a mão subalterna [...]” (OLIVEIRA, 2020, p.203).

Além disso, segundo o censo demográfico de 1960, o nível de alfabetização era baixo, dos 1.242.126 habitantes, apenas 230.264 pessoas sabiam ler e escrever (*Ibidem*, p.20). Somado a isso, o Piauí como os demais Estados da região Nordeste, possuía o predomínio do latifúndio e uma urbanização itinerante sem a presença de indústrias, consolidando-se como um dos estados mais vulneráveis do ponto de vista social e econômico.

Segundo Oliveira a sociedade piauiense era marcada pelo clientelismo e patrimonialismo nas ofertas de cargos públicos, acarretando num aumento da violência, perseguições, prisões e ameaças em períodos de disputas eleitorais, sendo que a polícia local estava subordinada aos latifundiários locais (*Ibidem*). Nesse sentido, podemos concluir que a situação do trabalhador urbano e rural estava completamente influenciada pelos interesses particulares dos latifundiários, os quais eram os “donos do poder”.

O historiador Castro defende que foi entre a década de 1950-1960, no cenário de incertezas com o processo de modernização impulsionado pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) e de crise econômica que no Estado do Piauí foi vislumbrado “[...] um maior protagonismo político dos trabalhadores por meio de seus sindicatos e categorias associativas [...]” (CASTRO, 2022, p.25). Foi nesse contexto que os grupos tradicionais reagiram contra quaisquer medidas que visassem mudanças na ordem estabelecida, especialmente, as relacionadas ao trabalhador rural.

No Piauí, como no Brasil em nível nacional, os grupos conservadores e tradicionais do estado, criaram e difundiram uma visão superdimensionada da “ameaça comunista” no espaço

⁸ A permanência dos latifúndios nas mãos de poucas pessoas no Piauí, foi resultado de sua formação colonial que estava relacionada ao alargamento das fazendas de gado para o exercício da atividade da pecuária extensiva.

piauiense, vinculando qualquer reforma ou medida de caráter trabalhista como “[...] ameaça subversiva à ordem pública [...]” (*Ibidem*, p.157). Nesse viés, vale investigar como os dois jornais selecionados – *O Dia* e *O Dominical* – refletiram essa reação conservadora às políticas reformistas do governo Goulart.

As reformas de base representadas nos jornais *O Dia* e *O Dominical* (1961-1964)

Na análise, observamos que os jornais piauienses foram impactados com as mudanças no método que o jornalismo brasileiro em nível nacional na conjuntura da década de 1950-1960 estava passando, visando à sua “objetividade” e “neutralidade”. A pesquisadora Nilsângela Cardoso Lima (2015), salienta que a imprensa estava passando por uma fase de modernização pautada na informação, intermediado de notícias e notas objetivas, a qual visava evitar o “[...] comprometimento político partidário de forma explícita do jornal a fim de validar a sua credibilidade como veículo de verdade dos fatos [...]” (LIMA, 2015, p.77), entretanto, as representações discursivas produzidas pela imprensa piauiense, não escapava das “[...] amarras que os prendia financeiramente aos partidos políticos e historicamente à tradição jornalística de publicar matérias opinativas marcadas pelo partidarismo exaltado [...]” (*Ibidem*, p.79).

A imprensa piauiense, principalmente, os jornais impressos, possuíam estreitas vinculações políticas partidárias, seja pelo partido político em que o diretor ou proprietário do veículo de comunicação estava vinculado, seja pelos grupos políticos que financiavam os periódicos. Esses veículos de comunicação representavam os acontecimentos, conforme as suas visões ideológicas, especialmente, nas matérias informativas e artigos de opinião, explicando o significado de ideologias, medidas políticas e situação global do mundo, segundo a corrente ideológica-partidária que o grupo editorial do jornal estava associado.

O jornal piauiense *O Dia*, foi fundado em 1951 tendo como proprietário até o ano de 1963, Raimundo Leão Monteiro, vinculado ao grupo político do Partido Trabalhista Brasileiro– PTB – do estado do Piauí, entretanto, a partir de 1963 o jornal foi arrendado e, posteriormente, comprado pelo coronel Octávio Miranda (1912-2002), oficial militar, grande empreendedor e influente no meio

político piauiense, especialmente, com os políticos da União Democrática Nacional – UDN – em nível estadual.

O jornal *O Dia* no início foi um noticioso semanal e não possuía condições de imprimir uma publicação diária devido ao seu baixo orçamento, contudo, a partir do arrendamento feito pelo coronel Octávio Miranda, o noticiário experimentou um grande impulso, com a publicação de periódicos diários para a população – a partir de fevereiro de 1964 – tornando-se o primeiro jornal diário do Piauí. Ademais, o jornal foi completamente reestruturado, no sentido de possuir uma organização editorial parecida com a presenciada pelos jornais cariocas, por intermédio do processo de modernização do jornalismo na década de 1950, possuindo uma diversidade de colunas desde noticiários sociais, gêneros femininos – escrita por mulheres conservadoras – esportivos, literários, filosóficas e políticos, os seus periódicos possuíam 8-12 páginas (OLIVEIRA, 2007, p.55-56).

Outrossim, o jornal *O Dia* difundiam nos seus periódicos os ideais do liberalismo econômico, a manutenção do *modus operandi* governamental e das estruturas sociais, sendo contrário à proposta de reformas de base do Governo Goulart, superdimensionando notícias acerca da “ameaça comunista”. Como podemos observar nesse seguinte trecho:

Ouve-se por tôda a República a atoarda pelas reformas de base. [...]. O que se assiste nêste País, onde a terra farta espera recursos e braços capazes para o trabalho organizado de produção – o que se assiste, é a demagogia dando corpo e asas à subversão política e social – prenúncio histórico das ditaduras tirânicas e dos imperialismos ideológicos, tirando a calma do povo é batendo às portas dos cidadãos e da Nação que se vê, que se descamba na anarquia [...] (O DIA, 15/02/1964, p.3)

Na coluna escrita pelo colunista Simplício de Sousa Mendes⁹, percebe-se a oposição às propostas de reforma de base defendida pelo então presidente Goulart, sendo descritas como: “demagogia” que visa enganar e mobilizar a população para a subversão política e social, isto é, as

⁹ Simplício de Sousa Mendes (1882-1971), era natural de União, filho de um coronel local, foi magistrado, professor, jornalista, Juiz de Direito, Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, um dos fundadores da Faculdade de Direito do Piauí, presidente da Academia piauiense de Letras (1951-1971), era anticomunista assumido, contrário às políticas que mudassem as estruturas sociais, foi um dos principais colunistas do jornal *O Dia*, após o arrendamento do coronel Octávio Miranda, apesar de escrever em outros jornais piauienses (OLIVEIRA, 2007, p.92-93). Foi um dos principais colunistas do jornal *O Dia*, a espalhar representações anticomunistas nas suas colunas opinativas, que serviram tanto para disseminar um ambiente de medo ao governo Goulart, como para legitimar a ditadura civil-militar e suas medidas arbitrárias.

reformas de base serviriam apenas como pano de fundo do governo Goulart que objetivava enganar a população, para implantar um governo comunista.

Essa representação discursiva está inserida na conjuntura de radicalização entre as esquerdas e a direita, na qual os grupos conservadores que tinham por objetivo desgastar o governo, espalhavam representações anticomunistas, acusando-o de “subversão”. Apesar do discurso ter sido escrito por um colunista específico, essas representações expressam a opinião do noticioso *O Dia* sobre a temática, pois esses discursos produzidos pelos colunistas no jornal, fazem parte de um “discurso permitido”¹⁰, pela equipe editorial do jornal e dos grupos por ele representado.

A intensificação do cenário da radicalização política nacional com a organização do Comício da Central do Brasil¹¹, foi ecoada no Estado do Piauí, o jornal *O Dia* em diversas colunas, critica o Comício superdimensionando representações sobre a “ameaça vermelha”, como podemos observar no seguinte fragmento:

O comício do dia 13 ... atingiu plenamente a todos os seus objetivos de pregação populista de agitação a subversão da ordem e da legitimidade democrática. [...]. É preciso que a *esquerda nacionalista* dos trabalhadores da cidade e os camponeses do ruralismo brasileiro proclamem a independência e sindicalizem, soviétizem as liberdades, de que o Brasil carece para regenerar-se. [...] O povo quer *reformas*, mas repele a desordem, a subversão, a violência – as soluções atentatórias da Constituição e das leis [...]. (O DIA, 15/03/1964, p.3).

O teórico Foucault alerta que nenhum discurso é aleatório ou inocente, relacionando com a coluna escrita pelo Simplício Mendes começando pelo título *Estado Maior de Subversão*, somado com as expressões “agitação”, “subversão a ordem”, “soviétizem as liberdades”, “o povo repele desordem”, essas palavras possuíam uma lógica e um respaldo social, com o objetivo de construir na sociedade uma leitura que o Governo Goulart e as esquerdas pretendiam subverter a legalidade democrática e instaurar uma ditadura comunista (FOUCAULT, 1996, p.7-8). As representações foram a posteriori fundamentais para legitimar e justificar perante a opinião pública a intervenção das Forças Armadas.

¹⁰ Segundo o teórico Foucault (1996), os discursos são produzidos por regimes de verdade, isto é, os discursos possuem uma ordem, não são produzidos e materializados sem a presença de inúmeros procedimentos que visam o seu controle.

¹¹ O Comício da Central foi utilizado pelas esquerdas, com o objetivo de impulsionar as organizações populares, favoráveis à causa nacional-reformista, visando ser uma demonstração de força aos adversários conservadores que se opunham às reformas de base.

O historiador Castro salienta que o jornal *O Dia*, além de ser um periódico que se opôs frontalmente às pautas reformista, nos momentos anteriores do golpe de 64, uma intensificação da publicação de “[...] textos sobre a “ameaça” a que estavam suscetíveis os brasileiros e a necessidade de uma tomada de posição favorável à “democracia” e aos “valores cristãos” [...]” (CASTRO, 2022, p.164).

A construção de representações que faziam a oposição entre democracia x comunismo, também foram fundamentadas nos valores cristãos da sociedade. Na difusão das representações anticomunistas, o discurso religioso foi utilizado para legitimar a ordem social vigente, evocando a fé cristã como baluarte da civilização ocidental, esses discursos anticomunistas utilizavam a religião para justificar a “[...] conservação da ordem social, assim como também aceitava o direito da propriedade privada como natural [...]” (OLIVEIRA, 2008, p.131), para embasar que o comunismo era uma ideologia maléfica por não respeitar a ordem natural religiosa. Esses discursos difundidos num contexto de radicalização serviam para difundir um ambiente de medo visando deslegitimar o governo petebista.

Em oposição ao Comício da Central, os grupos liberais-conservadores organizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade¹² que aconteceu na cidade de São Paulo, no dia 19 de março de 1964, em defesa de “Deus, pátria e família”, as repercussões dessa manifestação conservadora foi registrada nos periódicos do jornal *O Dia*:

Foi verdadeiramente apoteótica a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, realizada em São Paulo, anteontem. [...]. MAS o apoio dos paulistas à democracia não deve apenas ser admirado e exaltado. É necessário que em tôda parte nos organizemos e unamos nosso esforço visando a realizar demonstrações de repúdio àqueles que querem escravizar a Pátria comum, conduzindo-a a caminhos materialistas e ditatoriais. Família piauiense: Unidos por Deus e pela Liberdade. (O DIA, 21/03/1964, p.8).

Na fonte discursiva do editorial do jornal *O Dia*, é nítida a exaltação da movimentação de setores da sociedade paulista contra o governo e as esquerdas, no movimento conhecido como: “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que expressa um nítido caráter anticomunista mergulhado por princípios religiosos cristãos. No trecho do noticioso *O Dia*, é evidente a utilização

¹² A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, foi uma reação conservadora, liderada especialmente, pelas mulheres – donas de casa – com o apoio de lideranças civis e religiosas, manifestando-se contra a possível comunização do país.

do episódio da “Marcha” para apontar a reação da sociedade em prol da “democracia”, abordando a dualidade entre democracia e comunismo, presente nas expressões “escravizar”, “caminhos materialistas e ditatoriais”, explorando as sensibilidades religiosas da população piauiense, visto que a mensagem do jornal termina com uma mensagem de apelo em nome de “Deus pela liberdade”.

Podemos através da análise considerar que o jornal *O Dia*, foi um noticioso piauiense que foi impactado pelos debates nacionais referentes às reformas de base, sendo oposição às medidas que mudassem o *status quo* em que a sociedade estava inserida, disseminando representações acerca da ameaça comunista visando deslegitimar e enfraquecer o governo Goulart.

Em contrapartida, *O Dominical* diferenciava-se dos demais jornais piauienses do período, por não possuir vinculação político-partidária. Segundo Oliveira, *O Dominical* foi o órgão oficial dos meios de comunicação da Igreja Católica no Estado do Piauí, que assumiu “[...] a tarefa de orientador espiritual, apontando a forma de relação ideal que os fiéis deveriam ter com a Igreja Católica [...]” (OLIVEIRA, 2014, p.112), isto é, tornou-se o mecanismo de reafirmação das mensagens e da doutrina da Igreja, pretendendo guiar os fiéis da sociedade piauiense, divulgando as notícias segundo a visão católica dos acontecimentos.

A posição política do *O Dominical* estava alinhado com a posição da Arquidiocese do Estado do Piauí, sob a liderança do Arcebispo Dom Avelar Brandão Vilela¹³, que em seu governo arquidiocesano representou uma “nova era” da Igreja Católica no Estado, sendo expressa a sensibilidade social nos seus periódicos, destacando as importâncias da execução das reformas, entretanto, não entendemos essa atitude da Arquidiocese ou do periódico religioso como uma posição isolada causada unicamente pelo Arcebispo Dom Avelar, mas sim, uma posição que estava dialogando com as posturas da Igreja em nível nacional e no Brasil¹⁴.

¹³ Dom Avelar Brandão Vilela (1912-1986) foi um cardeal brasileiro, atuou como Bispo de Petrolina (1946-1955), Arcebispo de Teresina (1956-1971), Arcebispo de Salvador (1971-1986), Presidente do Concílio Episcopal Latino-Americano (1966-1972), foi elevado ao cargo de Cardeal em 1973. Seu governo arquidiocesano em Teresina, foi marcado por uma postura eclesial marcada pela preocupação e engajamentos sociais com os problemas sociais das populações carentes. Para um aprofundamento sobre Dom Avelar, recomendamos a leitura de: Carvalho (2010).

¹⁴ A Igreja Católica estava na década de 1950-1960 passando por um reposicionamento sobre os problemas sociais, visando continuar a manter a influência no mundo moderno em meio ao secularismo crescente, contudo, não entendemos essa postura apenas como reação ao comunismo, mas como uma forma da Igreja está presente na sociedade em meio a modernização da sociedade ocidental. Indicamos a leitura de Delgado e Passos (2007, p.93-112).

Diferente do jornal *O Dia*, esse jornal não foi oposição às propostas de reformas de base do governo Goulart, inclusive observamos que o periódico as defendia e as incentivava por causa da preocupação do bem estar espiritual e material da população mais carente:

[...] Convenhamos que ainda sofremos o problema da má distribuição de terras e que os latifúndios aí estão a maioria improdutivos. Mas o problema não se limita a existência dos latifúndios, de que não defendemos a intocabilidade. [...]. E não somos contrários às Reformas de Base proclamadas pelo govêrno, entre a quais se colocam a Reforma Agrária. Importantíssimas, também para o desenvolvimento econômico e a melhor distribuição de riquezas são as Reformas Bancária e Tributária. Não nos conformamos é com a disposição do Govêrno em modificar o texto constitucional, porque, sem modifica-lo é mais do que um precedente aberto; porque representa um assalto do Poder Público, de ordem ideológica, que poderá nos trazer graves consequências [...]" (O DOMINICAL, 07/07/1963, p.1)

No excerto do jornal *O Dominical*, apesar de ter sido autoria do colunista Anchieta Mendes¹⁵, pelos próprios verbos conjugados na primeira pessoa do plural, podemos observar que está de acordo com o posicionamento oficial do noticioso. É visível que o colunista salienta o problema da extensão dos latifúndios, sendo favorável a reforma de base defendida pelo governo petebista, por considerar necessárias para o desenvolvimento econômico e industrial do país, porém, o colunista expressar a sua desconfiança com a maneira que o governo pretendia executar, como a proposta defendida pelo presidente de reforma a Constituição de 1946, para executar as reformas que eram medidas consideradas controversas pelos setores conservadores.

O jornal *O Dominical*, para Oliveira, foi oposição ao governo João Goulart não por causa do programa de reformas de base, mas devido à forma governamental de como executaria as reformas e por causa da aliança do PTB com os comunistas, assim como, a Igreja Católica foi oposição ao governo devido ao anticomunismo presente na instituição e não por causa das propostas reformistas, como observado a posição da Igreja Católica no Piauí, através do jornal *O Dominical*, a mesma era favorável às propostas de reformas sociais desde que não radicalizassem ou ameaçassem a ordem vigente (OLIVEIRA, 2020, p.488).

¹⁵ Cronista teresinense, católico e colaborador do jornal *O Dominical*.

A própria postura da Igreja Católica em nível nacional e no próprio estado, de ter incentivado a sindicalização rural, a educação de base e a agenda reformista¹⁶, refletia o medo da Igreja, que os comunistas poderiam aproveitar-se da situação de penúria a que a população estava inserida para cooptá-la aos seus ideais. A oposição desse veículo de comunicação aos comunistas, está associada ao seu “lugar social”, pois por ser um jornal católico era contrário a qualquer doutrina secular que ataca a influência da Igreja na sociedade.

Para Oliveira, dos noticiosos piauienses, o jornal *O Dominical* foi o maior propagador das representações anticomunistas no estado, sendo que mesmo com a influência do governo arquidiocesano de Dom Avelar, as representações anticomunistas não diminuíram, mas aumentaram (*Ibidem*, p.437). Podemos observar nesse seguinte fragmento as representações que o jornal difundia sobre a ameaça comunista:

[...] O PC constitui a quinta-coluna no país serviço da potência estrangeira, mantendo estado de guerra-fria. Êsses clandestinos fornecem ao govêrno russo os segredos de Estado dos países livres, tendo a seu cargo a infiltração nos governos locais, a sabotagem, além da formação de quadros e planos para a tomada do poder – finalidade primordial do P C. Farta documentação comprova a ligação dos progressistas e liberais com os comunistas, desde a afinidade de idéias até a colaboração direta mediante alianças táticas [...] (O DOMINICAL, 26/01/1964, p.2).

Observa-se no fragmento do jornal *O Dominical*, escrito pela sua equipe editorial, a difusão da ideia de que o Brasil estava sofrendo o risco de comunização, da invasão “vermelha” a serviço da potência estrangeira – referência União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – que atuava partir do Partido Comunista do Brasil, contudo, é evidente a denúncia do apoio dos setores das esquerdas, inclusive a do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB – e do próprio governo Goulart, presente na insinuação que os comunistas são apoiados pelos “progressistas e liberais”.

Entretanto, acreditamos pela análise dos periódicos que o jornal *O Dominical* não espalhavam essas representações anticomunista para deslegitimar o governo petebista perante a opinião pública, pois diferente dos jornais empresariais como *O Dia*, não era oposição as reformas sociais, porém temiam uma possível aliança entre o PTB e o PCB, pudessem causar a implantação do comunismo

¹⁶ Indicamos a leitura de Carvalho (2006) para um aprofundamento nas ações da Arquidiocese de Teresina, no envolvimento das atividades sociais, durante o governo arquidiocesano de Dom Avelar Brandão Vilela em sintonia com a postura da Igreja Católica em nível mundial e nacional.

no poder, esse medo foi motivado pelos editores e colunista do jornal, que concebiam o comunismo como uma ameaça à sua fé, por causa da experiência traumática nos países em que o comunismo foi implantado como regime político (MOTTA, 2002, p.177).

Na análise dessas duas fontes hemerográficas, destacam-se dois pontos de vistas semelhantes no que se refere ao anticomunismo, a favor do *modus operandi* governamental, oposição ao governo Goulart e a radicalização das esquerdas, todavia, por possuírem diferentes público-alvo e os objetivos dos grupos sociais que os representam serem diferentes, os jornais possuíam percepções sociais distintas.

Observamos que o jornal *O Dia*, foi contrário às propostas de reformas de base, em contraponto, o periódico *O Dominical*, possuiu uma preocupação com o bem-estar social dos fiéis, sendo favorável aos projetos de reformas que alterassem as estruturas sociais, todavia, os dois jornais piauienses foram contrários ao governo devido a maneira que seria encaminhado às reformas de base e ao anticomunismo presente na cultura política da sociedade. Desse modo, faz-se necessário investigar a posição da imprensa com a deposição do presidente Jango com o golpe de 64 e a maneira na qual noticiavam esse episódio conforme a narrativa oficial defendida pelos militares.

Golpe x Revolução: os jornais *O Dia* e *O Dominical* e o golpe de 64 (1964-1965)

Com a deposição do governo Goulart por consequência do golpe civil-militar de 1964, foi implantado o governo civil-militar dirigido pelo oficialato militar que teve início com o governo Castelo Branco (1964-1967). Os vencedores do golpe civil-militar, jamais aceitaram representações negativas a intervenção militar, sendo que oficializaram a expressão “Revolução” para aludir ao golpe e ao governo chefiados pelos militares, por sugerir a imagem de um período de mudanças positivas, seja por razões de “[...] propaganda e de estratégia de legitimação [...]” (MOTTA, 2021, p.49).

O historiador Marcelo Ridenti defende que apesar do governo civil-militar não hesitar em usar a repressão quando julgava necessário, preocupava-se em buscar fontes de legitimidade, visto que o golpe foi “[...] dado em nome da democracia supostamente ameaçada [...]” (RIDENTI, 2014, p.30). O regime instaurado para o pesquisador jamais assumiu oficialmente o seu caráter ditatorial, tendo a preocupação de manter a “fachada democrática”. A afirmação ajuda a entender porque os

órgãos de informação do regime e os próprios líderes civis e militares, descartaram qualquer menção a um governo ditatorial, justificando as medidas repressivas por fazerem parte de um governo “revolucionário”.

A imprensa brasileira teve um papel fundamental na derrubada do governo Goulart, por causa da difusão das representações ameaçadoras referentes ao governo, que aludiam ao “perigo vermelho”, inclusive, após o golpe de 64 a grande imprensa em sua imensa maioria – salvo algumas exceções – apoiou o golpe e a ditadura civil-militar, sendo um grande aliado dos militares nas difusões de notícias positivas sobre o governo, apesar das divergências causadas pela censura política a posteriori.

Nesse contexto, os jornais piauienses *O Dia* e *O Dominical*, repercutiram os acontecimentos, nas suas manchetes observamos que apoiaram o golpe de 64. O jornal *O Dia*, foi um dos periódicos piauienses que cobriu o golpe de 64, com a manchete intitulada: *Brasil a caminho da paz* (O DIA, 02/04/1964), abordou a intervenção militar com o apoio dos civis em nível nacional. Além disso, abordou sobre Teresina – a capital do Estado – uma imagem de clima e tranquilidade, diferente da situação do Brasil: “[...] indiferente a situação que atravessa o país, o teresinense amanheceu ontem calmo e tranquilo, continuando seu ritmo de vida, já tradicional e dado a quietude e serenidade [...]” (O DIA, 02/04/1964, p.8).

Entretanto, diferente dessa visão tranquilizadora, o Piauí assim como todo o Brasil, sentiu o peso da repressão dos militares contra as lideranças trabalhistas e sindicalistas. O mesmo jornal *O Dia* representou positivamente a repressão militar contra os movimentos populares, os acusando de serem “subversivos”, como podemos observar nesse fragmento:

[...] Já se encontra presos os elementos: José Pereira de Sousa, vulgo Zé Ceará, Secretário Geral do P. C. em Teresina, e recém-chegado da Rússia de onde trouxe abundante material subversivo. Honorato Gomes Martins, Acadêmico de Direito, ativo e perigoso líder comunista no seio dos estudantes e Ligas Camponesas, responsável pelo prédio onde funcionava a sede do Partido Comunista. Jesualdo Cavalcante Bastos. Acadêmico de Direito e Vereador de Teresina pela legenda do P.T.B, elemento comunista de grande atuação nas classes operaria, estudantil e agrícola. Todo material encontrado procedia da Rússia e Cuba [...] (O DIA, 07/04/1964, p.1)

No trecho da coluna escrita pela equipe editorial do jornal *O Dia*, nota-se a divulgação da ação de prisão dos supostos “subversivos” efetuada pela política militar, com a inserção de um perfil dos presos tendo uma insinuação que eram comunistas e estavam a serviço de potências estrangeiras: Rússia e Cuba para justificar as prisões. Vale salientar que esse noticioso divulgou diariamente durante a *Operação Limpeza*¹⁷ no Piauí, os boletins da Guarnição Federal de Teresina com os posicionamentos dos oficiais militares do estado contra a suposta “subversão” que estava sendo encaminhada.

O historiador Castro, destaca que a “ameaça comunista” foi utilizada de maneira recorrente para legitimar a repressão de grupos trabalhistas, estudantis e sindicalistas, acusando-os de “subversivos” e comunistas, esses discursos acusatórios faziam parte de um estereótipo discursivo, que visava: “[...] enquadrar a pluralidade das esquerdas em algo monolítico, para facilitar a adesão social às medidas repressivas dos militares e, ao mesmo tempo, legitimá-las frente à opinião pública [...]” (CASTRO, 2022, p.183).

Inclusive no jornal *O Dia*, após o golpe de civil-militar, o jornalista Simplício de Sousa Mendes, propagava nas suas colunas, artigos anticomunistas que justificavam o perigo do comunismo, com os títulos: *Comunismo e a revolução* (O DIA, 02/04/1964, p.3), *Técnica comunista* (O DIA, 05/04/1964, p.3), *As raízes do câncer* (O DIA, 08/04/1964, p.3), *Terror comunista* (O DIA, 11/04/1964, p.3) e entre outros. Esses artigos anticomunistas propagados no jornal, possuíram o objetivo de justificar a intervenção militar, além de instaurar um medo da sociedade, de um superdimensionado da “ameaça vermelha”, legitimando o golpe de 64 para a população.

As representações sobre a “ameaça vermelha” foi a principal justificativa utilizada pelos editores e colunistas do noticioso *O Dia*, para legitimar que a intervenção militar foi uma “revolução” por ter impedido o Brasil de tornar-se comunista, por ter garantido a “legalidade democrática”, podemos observar essa constatação nesse seguinte fragmento escrito por Simplício de Sousa Mendes no jornal *O Dia*:

¹⁷ Operação Limpeza foi o termo que ficou conhecido os expurgos causados pelo Ato Institucional, com a instalação dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), contra os cidadãos acusados de subversão, corrupção e ligação com o comunismo. Os expurgos foram seguidos por demissão de funcionários públicos, cassação de mandatos parlamentares, aposentadoria compulsória de militares identificados com o governo anterior e prisões arbitrárias. A Operação Limpeza reverberou no Piauí e atingiu principalmente, sindicalistas, funcionários públicos e políticos envolvidos nos movimentos sociais (CASTRO, 2022, p.169-205).

A revolução de março de 1964, que pôs termo as desordens generalizadas, ameaçando destruir o regime democrático e precipitando o País no sindicalismo político, quando não no socialismo violento e extremista das chamadas repúblicas populares – a revolução se fez justamente para contrapor as ditaduras, - o respeito e validade das instituições da República, respondendo-as de forma a objetivar uma democracia social – verdadeira e real – não democracia simplesmente política, formal e individualista, - já superada no mundo moderno. Evitar uma democracia desse tipo e a implantação de uma ditadura, - eis o fundamento e o ideal da revolução de março [...]. (O DIA, 06/07/1965, p.3)

No fragmento do jornal na coluna *A Televisão*, com o título: *Revolução de Março e Democracia*, percebe-se que o colunista salienta as principais políticas do “governo revolucionário”, que foi pôr ordem na Nação impedir a implantação do socialismo extremista – alusão ao comunismo – e evitar a implantação de uma ditadura. Essa representação discursiva sobre a “revolução de março” defendida pelo colunista não era aleatória, pois possuía uma raiz social na sociedade, a partir da ideia de que o homem brasileiro era averso ao comunismo, por ser ateu e incompatível com o homem brasileiro, pois possuía uma inclinação ao regime democrático, devido a sua “tradição democrática brasileira” (OLIVEIRA, 2008, p.73).

A ideia de que o Brasil possuía uma “tradição democrática”, foi disseminada no início da década de 1960, com o objetivo de fazer oposição e desgastar o governo Goulart que era considerado “comunista”, forjando a ideia de que o Brasil tinha uma tradição “democrática” e por causa disso não aceitava governos ditatoriais, isto é, identificava ditadura com os governos comunistas e a democracia como o oposto do comunismo.

A construção discursiva dos militares terem protegido a democracia brasileira pode ser constatada no jornal *O Dia*, na cobertura da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que aconteceu no Estado do Piauí¹⁸: “Maior acontecimento cívico já registrado em Teresina – Cerca de 50.000 pessoas participaram do movimento lotando completamente a Frei Serafim – Povo aplaudia entusiasmadamente a Democracia e às Forças Armadas” (O DIA, 14/04/1964, p.1).

¹⁸ A partir da segunda Marcha da Família com Deus pela Liberdade que aconteceu no Rio de Janeiro, por ter sido depois da tomada do poder pelos militares, a Marcha foi chamada de: “Marcha da Vitória”, sendo organizado pelos setores conservadores como um aval da sociedade ao golpe civil-militar de 64. Segundo os historiadores Ferreira e Gomes (2014, p.379), essas marchas aconteceram durante abril e junho, em todas as capitais dos Estados. Essa Marcha aconteceu na capital do Piauí, no dia 14 de abril de 1964.

Não sabemos realmente se teve a participação de 50 mil pessoas em Teresina comemorando o evento na mencionada “Marcha”, todavia, esse evento demonstra como um movimento de nítido caráter anticomunista com forte simbolismo religioso, conseguia mobilizar a população. O movimento foi utilizado pelo jornal *O Dia*, como forma de legitimar o golpe de 64, trazendo a construção simbólica da defesa da religião, família e a democracia. No trecho escrito pelo colunista Simplício de Sousa Mendes em alusão a Marcha, podemos observar o uso da religiosidade e a democracia como forma de legitimar o golpe e o governo ditatorial:

[...] As famílias saíam para as ruas e protestavam, em reuniões compactas e veementes, contra o comunismo materialista, revolucionários e escravizador das nações submetidas. Mas – graças a Deus – as forças armadas do Brasil estavam unidas e acompanhando a ação do govêrno transviado ... E as armas atenderam o clamor e as aflições do povo – comungando com os sentimentos populares e, unidas, cumpriram a missão constitucional de defesa e guarda das instituições nacionais. A República quer reformas, precisa delas, - mas em sentido literal e solidamente construtivo. E daí a Revolução Democrática, que o povo de Teresina comemora [...] (O DIA, 17/04/1964, p.3).

Na coluna, podemos perceber que discursivamente o colunista Simplício Mendes utilizou a “Marcha” que aconteceu em Teresina, para enfatizar que o governo Castelo Branco possuía apoio popular e esse apoio, era devido às Forças Armadas terem atendido o clamor da população e intervindo contra a suposta comunização do país. Esses discursos dos militares terem “salvaguardado a democracia” (CASTRO, 2022, p. 253), dava o sentido a representação de que o 31 de março foi uma “Revolução”, pois além das Forças Armadas supostamente terem defendido a democracia, a “legalidade democrática” e possuíam o aval da população.

A representação do golpe de 64 ter sido uma revolução por ter garantido a “legitimidade democrática”, foi explorado nas colunas de Simplício Mendes no jornal *O Dia*:

Parece até um paradoxo, - mas tamanha foi a preocupação dos líderes, - mentores da revolução de março, - de respeito, o quanto possível, da legalidade instituída, na República, que os objetivos revolucionários mais dominantes a mais sérios, mais necessários e mais alto, - longe estão de ser alcançados totalmente. É verdade que o País entrou em ordem e o povo tranquilizado, se pôde entregar ao trabalho, sem mais apreensões e terror dos comunistas [...] (O DIA, 20/05/1965, p.3)

No fragmento, da coluna com o título *Revolução Legalista*, atentamos neste discurso, que possui diversas seleções discursivas, em enfatizar que o governo mesmo estando no contexto no qual ocorreram prisões, cassações de mandatos e violência política por causa da edição do Ato

Institucional nº1, mesmo assim é salientado que os militares fizeram isso, para estabelecer a ordem e a “legalidade-democrática”, visando o bem-estar do povo que sentia supostamente amedrontado pelos comunistas.

Entendemos que os discursos utilizados pelos colunistas e editores do jornal *O Dia*, que o significado da palavra “revolução” era utilizado para legitimar o governo, dando sentido a essa palavra, principalmente por ter supostamente impedido a comunização do Brasil e estabelecido a “legalidade democrática”, contudo, entendemos que esse entusiasmo dos editores e colunistas do jornal *O Dia*, devido ao seu “lugar social”, pois observamos anteriormente a sua inserção nos grupos conservadores do estado que eram contrários às propostas de reforma de base e da mobilização dos trabalhadores, inclusive foram os principais alvos da “Operação Limpeza” no Piauí, visto que qualquer um que tivesse participação nas reivindicações sociais era considerado comunista (CASTRO, 2022). Essa constatação revela a sua adesão a desestabilização dos movimentos sociais, pois foram reprimidos pelos militares acusados de subversão da ordem e não propunham reformas que ameaçassem a ordem vigente.

No jornal piauiense religioso *O Dominical*, também observamos nas suas representações discursivas uma adesão inicial ao governo civil-militar que foi instalado após o golpe de 64. Assim como o jornal *O Dia*, o anticomunismo foi um dos pilares para adesão do periódico ao governo ditatorial e difundir a ideia de que o golpe de 31 de março foi uma “revolução”, como podemos perceber nesse excerto:

[...] Para nós, o primeiro e o mais importante mérito do movimento revolucionário de então foi cercear a infiltração perigosa do comunismo ateu que se implantava no Brasil, levando o homem a uma luta de ódio e de vingança. [...] O Brasil debatia-se angustiado. Queriam, com o sangue de seu povo, tinturá-lo de vermelho. A Revolução salvou o Brasil de um grande pesadelo. O comunismo estava engatilhado para ocupar o poder [...] (O DOMINICAL, 09/12/1964, p.5)

No fragmento do jornal *O Dominical*, na coluna escrita por Joaquim Castro Aguiar¹⁹, o autor salienta que o principal mérito do “governo revolucionário” foi o impedimento do Brasil ter se tornado uma Nação comunista, na medida que na ótica do colunista os comunistas estavam engatilhados na ocupação do poder.

¹⁹ Foi um piauiense, colunista recorrente do jornal *O Dominical*.

É visível a ênfase no caráter violento e ateu do regime comunista, ressaltando a legitimidade do governo civil-militar por ter tomado o poder dos “vermelhos”, representando o governo civil-militar como “revolucionário” devido ao combate ao comunismo, além de explorar as sensibilidades anticomunistas que a sociedade piauiense possuía, em afirmar que o comunismo pretendia tomar o poder. Percebe-se no trecho, uma estratégia discursiva pautada na exploração da sensibilidade religiosa e anticomunista da sociedade piauiense, para legitimar a sua narrativa.

O anticomunismo correspondeu ao principal motivo que fez a Igreja Católica no Brasil, pelo menos inicialmente apoiou o golpe de 64, entretanto, a historiadora Carvalho (2006) defende que aliança da Igreja no Piauí e o governo civil-militar foi marcado por tensões, principalmente, por que a Igreja que estava comprometida com as ações sociais e era contra o desrespeito aos direitos humanos, visto que a Igreja começou a ser alvo dos militares identificando seus membros como agentes do comunismo²⁰, essas tensões também foram observadas nas páginas do *O Dominical*.

Como já reiterado a Arquidiocese do Piauí, visando aproximar-se com a população mais vulnerável do Estado, incluindo a do campo, causou forte oposição dos setores tradicionais do Estado do Piauí que acusava a Igreja de apoiar o comunismo, a Igreja após o golpe de 64 foi alvo dessas acusações, sendo observado que a mesma utilizou o jornal *O Dominical* para defender-se das acusações:

[...] Só a má fé ou a ignorância irreparável poderiam pretender confundir a pregação católico com a comunista. Aliás, só por absurdo, lógico e de fato, seria possível que a Igreja viesse a confundir se com os comunistas, ou sequer a favorecer os maiores inimigos da evangelização. E na verdade tem-se sempre que reconhecer que é a Igreja a maior força de resistência ao comunismo. O povo brasileiro é contra o comunismo porquê é religioso. O que o povo brasileiro defende contra o comunismo é antes de tudo a Igreja [...]. (O DOMINICAL, 20/12/1964, p.3)

No trecho, escrito pelos editores do jornal *O Dominical*, percebemos que para defenderem os católicos envolvidos nos sindicatos e movimentos sociais acusados de serem comunistas e subversivos, utilizaram nas suas retóricas discursivas o anticomunismo, salientando que é absurdo

²⁰ A historiadora Carvalho (2006) na sua dissertação de mestrado, apontar que devido a aproximação da Arquidiocese do Piauí com os sindicatos rurais, o patrocínio do Movimento de Educação de Base (MEB), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Universitária Católica (JUC) e demais organizações católicas que visavam o bem-estar social dos trabalhadores foram alvos da repressão dos militares após o golpe de 64, acusando-os de participantes desses movimentos de católicos “vermelhos”. A repressão dos militares aos movimentos sociais incentivados pela Igreja Católica no Estado do Piauí causou tensões entre o governo ditatorial e a Igreja.

confundir os comunistas com os católicos, pois o comunismo é contra a evangelização por ser ateu, sendo destacado a importância da Igreja contra o comunismo, principalmente, devido o apreço da população aos princípios religiosos.

Essas justificativas de diferenciar-se perante os comunistas, observamos uma raiz fortemente religiosa que expõe o medo que os católicos possuíam com os comunistas, especialmente, devido os seus dogmas religiosos que eram questionados e relativizados pelos mesmos. Segundo o historiador Motta, a Igreja Católica possuía o comunismo como seu inimigo inconciliável, devido a sua doutrina filosófica, pois para os eclesiásticos o comunismo tratava-se de uma nova moral e um modo diferente de interpretar o mundo social, sendo contrário aos principais dogmas católicos, além de negar a existência de Deus, “[...] propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristã; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus [...]” (MOTTA, 2002, p.20), ou seja, negava os principais fundamentos da doutrina.

A Igreja Católica no Piauí através do jornal *O Dominical*, como já apontado, não era contrária às reformas de base, mas foi avessa ao governo Goulart por causa do anticomunismo, após o golpe de 64, percebemos que o veículo de comunicação religioso continuava apoiando as reformas, sendo que inicialmente possuía expectativas que as reformas fossem executadas pelo governo civil-militar de Castelo Branco, como podemos observar nesse fragmento:

[...] O Presidente Castelo Branco ... declarou-se um homem de centro-esquerda e disposto a levar com firmeza e determinação, o programa de reformas estruturais que, há *anos* vem emocionando o país. [...]. A intensão reformista do Govêrno vem suscitando, porém, sobremaneira no Congresso Nacional resistências já previstas. As reformas defendidas pelo Marechal Presidente não se coadunam com o espírito de inúmeros revolucionários de abril. O Presidente promete, entretanto, realizar a Lei e efetivar as reformas. Para isto, vem tomando tôdas-as atitudes precisas (O DOMINICAL, 28/06/1964, p.1).

Na representação discursiva construída pela equipe editorial do jornal *O Dominical* destaca na primeira página o suposto apoio do presidente Castelo Branco às propostas de reformas, tendo nessa informação uma conotação positiva. Essa representação, como outras observadas pelo veículo de comunicação religioso, além de demonstrar a continuação do apoio da Igreja Católica no Piauí as reformas sociais – expressa através do *O Dominical* – retrata a expectativa social que os editores do

jornal possuíam com o governo civil-militar no início do regime, que além da contenção da ameaça comunista, o problema financeiro e estabelecer a “legalidade-democrática”, esperavam a aprovação das propostas de reformas social. Apesar de não salientarem a abrangência das reformas, essa representação – e outras que indicavam essa expectativa – demonstra a perspectiva dos editores do jornal na execução da proposta de reformas defendidas anteriormente.

Apesar das tensões que o governo civil-militar causava com a Igreja, como a prisão dos clérigos acusados de serem comunistas devido a aproximação com os movimentos sociais, o jornal *O Dominical* na véspera do aniversário da “revolução de 31 março”, representou positivamente o governo na primeira página:

[...] Encontrando o País em difícil situação no plano econômico e administrativo, não seria fácil a resolução rápida de todos os problemas, [...]. Mesmo cometendo falhas e omissões, é justo ressaltar os aspectos positivos da Revolução, ao fazer cessar o clima de intranquilidade reinante no País e tentar uma obra de objetividade administrativa, cujos resultados, em parte, já aparecem [...] (O DOMINICAL, 28/03/1965, p.1)

No fragmento escrito pela equipe editorial, observamos que o jornal *O Dominical*, apesar de não concordar com todas as medidas do governo civil-militar – podemos ter a hipótese que se refere às reformas não realizadas e das perseguições aos clérigos e leigos envolvidos nos movimentos sociais – continuava apoiando o governo, reconhecendo que o Brasil anteriormente estava pior e que a “Revolução” cessou o clima de intranquilidade, isto é, impediu a comunização do país.

Percebemos que apesar das desavenças do jornal *O Dominical* nas suas representações sobre o governo civil-militar, por causa da repressão aos movimentos populares que atingiu com prisões e cassação de direitos políticos membros da Igreja e leigos, que eram acusados de “subversão”, mesmo assim o periódico continuava apoiando o governo, mas não as suas arbitrariedades. Sendo que esse apoio, foi causado principalmente pelo anticomunismo, inclusive nas representações do jornal quando utilizava a palavra “revolução” para aludir ao 31 de março, percebemos que davam significado e aderiam ao discurso oficial da ditadura civil-militar, afirmando que o governo possuía uma “legalidade democrática” por ter impedido a comunização do país.

Nota-se que os jornais piauienses *O Dia* e *O Dominical*, utilizaram discursivamente o significado da palavra “revolução” para aludir ao episódio 31 de março de 1964, a partir do: apoio

popular, o combate aos comunistas e principalmente, pela suposta permanência da “legalidade-democrática”, isto é, dos militares terem impedido a instalação de uma suposta ditadura comunista no Brasil.

As representações difundidas pelo jornal *O Dia* e *O Dominical* sobre o governo Goulart e a posteriori ao governo civil-militar, analisando os discursos dos colunistas e dos editores, percebemos que esses dois veículos de comunicação por motivos diferentes, não apenas apoiaram o governo ditatorial, mas aderiram ao governo, apesar de não concordarem completamente com as medidas repressiva do governo, como observado pelo jornal *O Dominical*.

Considerações Finais

De acordo com o historiador Napolitano, os vencedores dos processos de disputa pelo poder político – como o que aconteceu em 1964 – forjam uma narrativa, visando: “[...] justificar os fatos no plano ético, controlar o passado e impor-se na memória dos contemporâneos [...]” (NAPOLITANO, 2020, p.313), pois, os governos que emergem de tais disputas, conseqüentemente, são frutos de um processo de ruptura da legalidade constitucional, do que é tido como norma legal do Estado, trazendo a necessidade dos grupos políticos vencedores justificarem seus atos perante a sociedade.

Analisando os jornais piauienses *O Dia* e *O Dominical*, averiguamos que esses dois jornais piauienses refletiram o clima de polarização e radicalização da conjuntura nacional, os dois noticiosos não eram apoiadores do governo João Goulart, principalmente, por causa da cultura anticomunista presente na sociedade, entretanto, percebemos que diferente do jornal *O Dia* - opositor das reformas das propostas de reforma de base e dos movimentos de trabalhadores –, o periódico *O Dominical*, possuía uma sensibilidade social não sendo contra as propostas de reforma, porém temia como poderiam ser executadas pelo governo Goulart, devido ao medo de uma suposta “comunização” da sociedade.

Com a deflagração do golpe civil-militar de 1964, percebemos que os dois jornais representavam positivamente o governo civil-militar. Os jornais *O Dia* e *O Dominical*, representaram que a intervenção militar foi uma “revolução” de cunho “legalista”, por terem supostamente estabelecido a conservação da “legalidade-democrática” e o impedimento da comunização.

Entretanto, observamos que os dois jornais possuíam percepções sociais diferentes, especialmente, devido aos seus “lugares sociais” das fontes hemerográficas.

Percebemos que o jornal *O Dia* possuía uma desconfiança a qualquer proposta de mudança social, sendo que propagaram o perigo da “ameaça comunista”, exaltaram o golpe de 64, o governo ditatorial, as prisões feitas pelos militares que atingiam em especial os sindicalistas e trabalhistas, o suposto apoio popular na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Sendo que esse apoio ao governo ditatorial em nome da “legalidade” e ao combate aos comunistas, mascararam a sua adesão à repressão aos setores populares.

Entretanto, o jornal *O Dominical* apoiou o golpe de 64, o governo ditatorial no início, o combate aos comunistas, porém, não era favorável a repressão militar quando ela atingia os membros da Igreja Católica do Estado que eram envolvidos nos movimentos sociais e quando desrespeitava os direitos humanos, além disso, os colonistas e os editores do noticioso católico, acreditavam que as reformas seriam executadas pelo governo civil-militar.

Consideramos a partir da análise que os dois jornais analisados apoiaram o golpe de 64 e o governo ditatorial, apesar de terem posições diferente acerca das reformas de base e a repressão política, eram favoráveis a repressão aos comunistas, difundia o medo da infiltração “vermelha” e a permanência da legalidade-democrática pelos militares por terem impedido um suposto “golpe” das esquerdas com uma “revolução”. Sendo que os dois periódicos contribuíram e exerceram o papel de legitimar o governo civil-militar perante os seus leitores.

Essas constatações permitem sensibilizarmos para a complexidade da conjuntura histórica e dos sujeitos históricos nas suas decisões em frente a um episódio traumático – um golpe e em seguida um governo ditatorial – além de salientar tendo como fonte dois veículos de comunicação, como um Estado da região Nordeste, foi impactado pelos acontecimentos em nível nacional e como as notícias em nível nacional eram difundidas.

Referências Bibliográficas

Fontes:

Ação Comunista. **O Dia:** Teresina, 7 de abril de 1964, nº1210, p.1.

AGUIAR, Joaquim Castro. Revolução e Comunismo. **O Dominical:** 6 de dezembro de 1964, nº46, p.3.

Brasil a caminho da paz. **O Dia:** Teresina, 2 de abril de 1964, nº1206, p.1

CASTELO PROMETE EFETIVAR A LEI E REALIZAR AS REFORMAS. **O Dominical:** Teresina, 28 de junho de 1964, nº23, p.1.

EDITORIAL. Igreja & Comunismo. **O Dominical:** Teresina, 20 de dezembro de 1964, nº48, p.3.

Guerra total permanente contra o mundo livre. **O Dominical:** Teresina, 26 de janeiro de 1964, nº4, p.2.

SOARES, Pe. Raimundo José Airesmorais. Ouvindo a Revolução. **O Dominical:** Teresina, 26 de abril de 1964, nº14, p.3.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade. **O Dia:** Teresina, 14 de abril de 1964, nº1217, p.1.

MENDES, Anchieta. Revolução Agrária? **O Dominical:** Teresina, 7 de julho de 1963, nº27, p.1.

MENDES, Simplício de Souza. A Alma Cívica do Povo: - Vibrou Espontânea. **O Dia:** Teresina, 17 de abril de 1964, nº1218, p.3.

_____. As raízes do câncer. **O Dia:** Teresina, 8 de abril de 1964, n.1211, p.3

_____. Comunismo e a revolução. **O Dia:** Teresina, 02 de abril de 1964, nº1206, p.3.

_____. Estado Maior da Subversão. **O Dia:** Teresina, 15 de março de 1964, nº1194, p.3

_____. Reformas de Base. **O Dia:** Teresina, 15 de fevereiro de 1964, nº1169, p.3

_____. As raízes do câncer. **O Dia:** Teresina, 8 de abril de 1964, n.1211, p.3

_____. Revolução de Março e a Democracia. **O Dia:** 6 de julho de 1965, nº1507, p.3

_____. Revolução Legalista. **O Dia:** 20 de agosto de 1965, nº1624, p.3.

_____. Terror comunista. **O Dia:** 11 de abril de 1964, nº1214, p.3

Por Deus e Pela Liberdade. **O Dia:** 21 de março de 1964, nº1199, p.8

Primeiro aniversário da Revolução. **O Dominical:** 28 de março de 1965, nº13, p.1.

Teresina: Situação Calma e de Ordem. **O Dia:** 2 de abril de 1964, nº1206, p.8.

Referências:

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Mariana Ligia Coelho (Org). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015 pp.114-134.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e Repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina**. Teresina: UFPI, 2006.

CARVALHO, Sônia Maria dos Santos. **O bispo de todos os tempos: uma biografia de Dom Avelar Brandão Vilela**. Teresina: EDUFPI, 2013.

CASTRO, Francisco J. Leandro A de. **1964: memórias e culturas políticas no Piauí**. Teresina: Cancioneiro, 2022.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 3 ed. Petrópolis (Rio de Janeiro): Vozes, 1998.

DELGADO; Lucília Almeida Neves; PASSOS, Maturó. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp.93-132

_____. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO; Lucília Almeida Neves (Orgs). **Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp.127-154.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Cidadania Brasileira, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

LIMA, Nilsângela Cardoso. Cultura jornalística e identidade profissional dos jornalistas teresinenses (1951 a 1954). In: SILVA, Mairton Celestino da; OLIVEIRA, Marylu Alves de (Org). **Histórias: do social ao cultural/do cultural ao social**. Teresina: EDUFPI, 2015. pp.73-102.

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo & Argumento**: Florianópolis, v.10, n.23, p.109 - 137, jan./mar.2018.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho:** O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

_____. O anticomunismo militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto. **O golpe de 1964 e o Regime Militar:** novas perspectivas. São Carlos (SP): EduFDCar, 2014. pp.9-16.

_____. **Passados presentes:** O golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do Regime Militar Brasileira. São Paulo: Contexto, 2020.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **A cruzada antivermelha- democracia, Deus e terra contra a força comunista:** representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960. Dissertação (mestrado em história do brasil). Teresina: UFPI, 2008.

_____. **Contra a foice e o martelo:** considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969: uma análise a partir do jornal “O Dia”. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

_____. **Da Terra ao Céu:** Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964). Teresina: Cancioneiro, 2020.

_____. Esteja preso, comunista! Breves considerações sobre práticas anticomunistas no pós-golpe civil-militar de 1964 no Piauí. **Revista Crítica Histórica:** 5(10), p.109-132, dezembro/2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A vida política. In: _____. (Org). **Modernização, ditadura e democracia:** 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. pp.75-126.

RIDENTI, Marcelo. As oposições a ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto de Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil:** 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. pp.30-47.

Os elementos conservadores do autoritarismo na Ditadura Militar (1964-1985)

The conservative elements of authoritarianism in the Military Dictatorship (1964-1985)

Rodrigo de Souza Costa

Mestrando em História Política

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

rodrigo.souza.costa@uerj.br

Recebido: 19/07/2023

Aprovado: 18/11/2023

Resumo: Neste artigo discutiremos aspectos conservadores presentes na Ditadura Militar (1964-1985), tendo como ponto de partida um verbete do “Dicionário crítico do pensamento da direita”. O nosso objetivo é demonstrar a interseção histórica entre conservadorismo e autoritarismo enquanto elementos constituintes da sociedade capitalista. Considerando as características autocráticas da burguesia na periferia do capitalismo, o conservadorismo é um dos instrumentos dessa dominação que toma formas autoritárias. No Brasil o autoritarismo teve seus ideólogos conservadores, nacionais e estrangeiros, que influenciaram as bases doutrinárias dos governos militares. A intenção não é negar a diversidade de perspectiva política e ideológica no período, mas traçar a trajetória do autoritarismo e o seu papel nos eventos políticos, econômicos e sociais, assim como evidenciar seus fundamentos conservadores.

Palavras-Chave: Autoritarismo; Conservadorismo; Ditadura Militar

Abstract: In this article, we will discuss conservative aspects present in the Military Dictatorship (1964-1985), having as a starting point an entry from the “Dicionário crítico do pensamento da direita”. We aim to demonstrate the historical intersection between conservatism and authoritarianism as constituent elements of capitalist society. Considering the autocratic characteristics of the bourgeoisie on the periphery of capitalism, conservatism is one of the instruments of this domination that takes authoritarian forms. In Brazil, authoritarianism had its conservative ideologues, national and foreign, that influenced the doctrinal bases of military governments. The intention is not to deny the diversity of political and ideological perspectives in the period, but to trace the trajectory of authoritarianism and its role in political, economic and social events, as well as highlighting its conservative foundations.

Keywords: Authoritarianism; Conservatism; Military Dictatorship.

Introdução

No “Dicionário crítico do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens” Carlos Fico se encarregou da elaboração do verbete intitulado “Conservadorismo durante a ditadura militar”. Segundo o autor, durante o período não havia pensamento homogêneo entre os militares, que se dividiam em diversos grupos, como linha dura, moderados, nacionalistas e outros (FICO, 2000). A união desses grupos ocorreria mais através do autoritarismo e menos pelo conservadorismo. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) seria a expressão desse pensamento autoritário, principalmente durante a conspiração que levou ao Golpe de 1964, e que teve como espaços de planejamento e ação, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), a Escola Superior de Guerra (ESG) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (*Ibidem*). No entanto, Fico afirma que doutrinas sistêmicas e grandes planos de ação tiveram pequena relevância durante os governos militares¹, evidenciando que a DSN foi adaptada de formas diferentes durante os governos militares, e a própria ESG entrou em decadência após o Golpe (*Ibidem*). Ainda assim, a DSN enquanto pensamento sistêmico baseado no anticomunismo e influenciado pela Guerra Fria surgiu dentro da ESG e circulou nos meios militares.

O autor faz referência à ideia de “poder moderador”, difundida entre os militares, que consistia na crença de que a população brasileira era “despreparada” para a democracia devido aos seus traços sentimentais e a baixa educação. Igualmente, os políticos seriam demagogos e populistas incapazes de conhecer a realidade nacional. A intervenção militar se justificaria a fim de resolver a “crise moral” e combater a corrupção, mesmo que isso fosse feito com o sacrifício da democracia. Essas ideias remontam o pensamento de intelectuais da Primeira República, como Oliveira Vianna (*Ibidem*).

O verbete de Carlos Fico será usado como ponto de partida para refletirmos sobre as relações entre o conservadorismo e o autoritarismo na América Latina, bem como o surgimento do pensamento autoritário no Brasil. Por fim, discutiremos como esses elementos estiveram presentes durante a Ditadura Militar, problematizando o fato de que Fico cita a existência de um pensamento autoritário apenas entre os militares, ignorando grupos de poder que compartilhavam de concepções

¹O que é questionável, como será demonstrado ao longo do texto.

semelhantes no período e fizeram parte do apoio ao governo dos militares. É preciso lembrar que, conforme será discutido mais a frente, a ESG, através de seus cursos, e o IPES, eram espaços em que civis e militares conspiravam em conjunto contra o governo João Goulart e participavam da elaboração e difusão da DSN.

Por outro lado, o termo “autoritarismo” não deve ser utilizado de forma autoexplicativa. Em “Apontamento sobre a ‘teoria do autoritarismo’”, o sociólogo Florestan Fernandes alerta para a ambiguidade da forma como o conceito é usado, tratando de forma equivalente as experiências socialistas e os regimes totalitários (FERNANDES, 1979). Conforme Friedrich Engels, o Estado não é um ente autônomo, sendo na verdade um produto das relações de poder da sociedade, se pondo acima dela em nome da ordem (*Ibidem*, p.12). Prosseguindo, explica que

Do micro ao macro, a sociedade capitalista contém toda uma rede de relações autoritárias, normalmente incorporadas às instituições, estruturas, ideologias e processos sociais, e potencialmente aptas a oscilar em função de alterações do contexto (ou, mesmo, de conjunturas adversas), tendendo a exacerbar-se como uma forma de autodefesa dos interesses econômicos, sociais e políticos das classes possuidoras e dominantes (ao nível institucional ou ao nível global). (*Ibidem*, p.13)

Quando essas relações autoritárias se exacerbam, as estruturas de dominação burguesa ficam em evidência, de modo que o Estado de exceção tem origem no Estado democrático (*Ibidem*, p. 14). Conforme demonstraremos no decurso deste artigo, o autoritarismo é uma expressão do pensamento conservador, que é uma das formas de dominação burguesa engendrada no seio da modernidade, se tornando um espectro que historicamente rondou as sociedades sul-americanas, entre elas o Brasil.

As origens do pensamento conservador

O pensamento conservador não é unificado por uma teoria política comum e os próprios conservadores pouco se dedicaram a sistematizar as próprias ideias. A origem do conservadorismo é uma reação à ideia surgida no século XVIII de que é possível alcançar a felicidade pela razão, sendo o indivíduo o núcleo da mudança (BONAZZI, 1999, pp. 243-243). Nessa concepção, o conhecimento não se restringe ao particular, sendo essa a atitude básica do racionalismo, excluindo a experiência

particular, substituída pelo pensamento quantitativo e abstrato, em um fenômeno ligado ao surgimento do capitalismo (MAINNHEIM, 1986, p. 92).

Os modos de pensar que são concretos, intuitivos e qualitativos jamais desapareceram por completo (*Ibidem*, p. 93). No entanto, é preciso diferenciar o tradicionalismo do conservadorismo. Tradicionalismo é a tendência de se apegar a “velhas formas de vida que podemos considerar como razoavelmente onipresentes e universais” (*Ibidem*, p. 102) e desta forma, um fenômeno da psicologia geral de se apegar ao passado e temer inovações (*Ibidem*, p. 107). Já o conservadorismo seria uma configuração objetiva, dinâmica e historicamente desenvolvida, constituindo um estilo de pensamento que pode incluir elementos tradicionais (*Ibidem*, pp. 105-106). O conservador não é aquele que entende o presente como começo do futuro, mas como o último ponto alcançado pelo passado (*Ibidem*, 1986, p. 124). O conservadorismo aceita a tese de constante desenvolvimento da sociedade, porém enquanto constante acúmulo e nunca como ruptura ou superação. Do mesmo modo, dentro da perspectiva conservadora, o poder político não é visto como algo a ser superado, mas como aquilo que cimenta a sociedade e deve ser controlado e limitado pela supremacia das leis (BONAZZI, 1999, p. 245).

O mais clássico pensador conservador foi Edmund Burke (1729-1797), que era contrário à ideia da razão como medida do real e como juíza do mundo social, que pudesse exigir mudanças através de valores autônomos, enquanto defendia a existência de um sistema de valores transcendentais e um universo moral estável. Sendo assim, a natureza humana é vista como imutável pela ação política e essa mesma ação política não possuía total autonomia, sendo subordinada a razões metafísicas² (*Ibidem*, p. 244). Logo, mudanças bruscas e com participação popular, como as que ocorreram na Revolução Francesa, eram rejeitadas:

[Burke] anseia por uma "revolução sem revolução", ou seja, mudanças localizadas e específicas, que sirvam para preservar as tradições já estabelecidas e sejam pensadas e conduzidas por uma distinta parcela da sociedade: os proprietários. Essas mudanças deveriam ser realizadas com absoluto distanciamento dos componentes insurrecional e popular, o que exclui também os anseios por democracia e a noção de luta por direitos. (SOUZA, 2016, p. 124)

²Devido aos resultados da ciência, o conservadorismo abandona a vinculação da ordem moral com a metafísica (BONAZZI, 1999, p. 244).

Karl Mannheim define o conservadorismo como uma contraproposta das ideias da Revolução Francesa, ou seja, uma ideologia reativa que tem como principais pontos uma descrença na razão e uma visão da sociedade como um organismo vivo (SILVA, 1996, pp. 8-9). Segundo Francisco Carlos Teixeira Silva, Mannheim afirma que o pensamento conservador é incapaz de gerar suas próprias utopias devido ao seu caráter reativo (*Ibidem*, p. 10). No entanto, os mesmos autores analisados para construir essa afirmativa idealizaram uma sociedade estamental, orgânica e sem luta de classes, descrevendo um mundo utópico (*Ibidem*). Utopia não seria apenas uma visão de futuro, podendo também assumir um conteúdo reacionário tendo o passado como matéria prima, conforme a visão de Karl Marx (*Ibidem*, p. 11). Na visão marxiana, o reacionarismo estaria ligado à aristocracia feudal vencida pela burguesia e a pequena burguesia, e o campesinato que desejariam restabelecer as antigas relações de propriedade, enquanto o conservadorismo ele próprio seria uma das vias para a modernidade e para o projeto de dominação burguesa (*Ibidem*, pp. 14-15). Com essa distinção entre reacionarismo e conservadorismo, Francisco Carlos alerta sobre a dicotomia entre iluminismo e conservadorismo construída por Mannheim. O iluminismo não pode ser reduzido apenas à noção de progresso, não sendo negado nem mesmo por Burke e outros pensadores conservadores de seu tempo. E o conservadorismo seria um dos componentes fundadores da modernidade enquanto reação de uma fração da burguesia contra outra.

O conservadorismo, conforme demonstrado até aqui, é um elemento fundador da modernidade enquanto um sistema de pensamento que representa determinadas frações da burguesia a partir da Revolução Francesa. Por conta disso, as ideias de Edmund Burke encontram reverberação até os dias atuais. A sua visão sobre a Revolução é de que ela significa dor, desordem, destruição e sofrimento, enquanto os revolucionários seriam agitadores imprudentes que não respeitam a tradição (SOUZA, 2016, p. 119). Portanto,

Esse diagnóstico da revolução e dos revolucionários, feito no imediato pós-1789, aparece com tons muitos semelhantes nos conservadores do século XX e XXI, desta feita, evidentemente, o alvo das críticas são as correntes anticapitalistas e, particularmente, o movimento comunista. Para Burke, o papel de uma revolução não seria o da construção de uma nova sociedade. (*Ibidem*)

Outra característica do pensamento burkeano, que é presente no conservadorismo contemporâneo, é a total repulsa pela participação das classes populares na política (*Ibidem*, p. 126). Estes aspectos estarão presentes na DSN, e entre os argumentos utilizados na campanha que levou à

desestabilização e posterior derrubada do governo Goulart, em 1964. Por isso, no próximo tópico discutiremos os elementos do conservadorismo e dos grupos conservadores na América Latina e no Brasil, e a sua relação com pensadores autoritários, sem perder de vista o papel do pensamento conservador como parte do projeto de dominação burguesa.

América Latina

Na América Latina e no Brasil circularam ao longo do século XX elementos do conservadorismo burkeano. Entre eles principalmente a total repulsa à participação popular na política e a rejeição a qualquer ideia de revolução que não fosse um conjunto de mudanças localizadas para preservar a tradição e guiada pela classe dominante. Essa trajetória do conservadorismo no continente sul-americano em muitas ocasiões resultou em autoritarismo, como demonstraremos adiante.

O sociólogo Florestan Fernandes debateu a articulação entre as burguesias das nações periféricas do capitalismo com a burguesia internacional e o caráter de sua dominação local. Segundo Fernandes,

a “fraqueza” das burguesias submetidas e identificadas com a dominação imperialista é meramente relativa. Quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de “parceiros sólidos” na periferia dependente e subdesenvolvida – não só de uma burguesia articulada internamente em bases nacionais, mas de uma burguesia bastante forte para saturar todas funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa. (FERNANDES, 2006, p. 342)

As burguesias das nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas são necessárias para a preservação do capitalismo (*Ibidem*). Em uma nação periférica, a burguesia

não está só lutando, aí, para consolidar vantagens de classe relativas ou para manter privilégios de classe. Ela luta, simultaneamente, por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo. Isso introduz um elemento político em seus comportamentos de classe que não é típico do capitalismo, especialmente nas fases de maturação econômica, sociocultural e política da dominação burguesa na Europa e nos Estados Unidos. (*Ibidem*, p. 345)

Os padrões morais, filosóficos e políticos que chegam das nações hegemônicas para essas burguesias se desenvolvem através de condições históricas diversas de onde foram originadas. Ao sofrerem uma oscilação ideológica e utópica, esses burgueses se consideram os pilares do capitalismo

mundial e defensores da ordem da “civilização cristã”, se alienando dos problemas nacionais e como solucioná-los. Os padrões democráticos podem ser facilmente rompidos desde que isso não perturbe o desenvolvimento do capitalismo interno, o que transforma a burguesia em uma força social autoritária (*Ibidem*, pp. 367-368). Por fim,

essa mudança levou, gradualmente, nas últimas quatro décadas, a uma nova filosofia política e a ações de classes que puseram em primeiro plano o privilegiamento da situação de interesses da burguesia como um todo. Ela serviu, pois, de fundamento para uma solidariedade de classes que deixou de ser “democrática” ou, mesmo, “autoritária”, para tornar-se abertamente “totalitária” e contra-revolucionária, em suma o fermento de uma ditadura de classe preventiva. (*Ibidem*, p. 367, grifo nosso)

As burguesias da periferia, enquanto forças sociais autoritárias, estariam sempre dispostas a implantar uma ditadura de classe preventiva, evidenciando seu caráter antirrevolucionário e antipopular. A análise de Fernandes trata de um caráter geral do comportamento das burguesias dentro do capitalismo dependente. O historiador argentino José Luis Romero nos ajudar a pensar o comportamento das direitas latino americanas demonstrando que a unidade de pensamento pode ser mais bem percebida nas origens do que no seu desenvolvimento (ROMERO, 1970, p. 20). Aspectos históricos como a colonização pela Europa, a economia mercantil e a Revolução Industrial impactaram a região de forma homogênea. As ideias medievais dos primeiros colonizadores definiram a estrutura socioeconômica senhorial do século XVI e entraram em choque com as correntes do pensamento moderno que chegaram do continente europeu. Além desses enfrentamentos, também ocorreram curiosas e variadas reelaborações doutrinárias à medida que essas variações ideológicas eram usadas para modificar a realidade (*Ibidem*, pp. 21-22). O conservadorismo, por ser um dos elementos do pensamento burguês, que funda a modernidade, também participou desse momento de embate e reelaboração de ideias no mundo colonial. E encontraria um terreno fértil em uma sociedade senhorial marcada pelo pensamento medieval, pois compartilha da mesma concepção de civilização baseada nas tradições e instituições do antigo regime (SOUZA, 2016, pp. 117-118).

Romero tenta caracterizar a direita latino-americana, evitando associá-la à burguesia, pois, segundo ele, “burguesia” e “proletariado” são categorias metodologicamente inapropriadas para a América Latina (ROMERO, 1970, p. 24). Falta ao autor o debate desenvolvido por Florestan Fernandes sobre o comportamento das burguesias nos países periféricos que as diferenciam das

burguesias do centro do capitalismo, conforme demonstrado anteriormente. No entanto, Luis Romero articula critérios políticos e socioeconômicos para caracterizar uma diversidade dentro das direitas que podem ser úteis para identificar a trajetória do pensamento conservador entre esses grupos.

O primeiro critério seria uma direita ideológica formada por grupos que não compõem uma determinada origem social, com forte influência religiosa e que percebem qualquer mudança social como algo negativo. Se sentem ameaçados por democratas, dissidentes religiosos, comunistas, liberais e maçons, e procuram se organizar em uma cruzada contra esses grupos para restabelecer a ordem. O segundo é a direita autoritária e violenta, que se vê como defensora da ordem, com forte adesão da Igreja Católica e do Exército. O terceiro critério são as classes médias e as pequenas burguesias que defendem a ordem e que enxergam as mudanças como uma ameaça a sua estabilidade. O quarto seriam grupos populares de mentalidade paternalista (*Ibidem*, pp. 28-30).

As direitas caracterizadas por Romero apresentam elementos em comum com o conservadorismo em doses que variavam a partir das necessidades políticas. Entre elas é possível localizar, considerando aspectos socioeconômicos, grupos e forças que atuam em defesa da manutenção da ordem (*Ibidem*, p. 30). O importante é que estão presentes o medo de mudanças e a total aversão à participação popular, de modo que a ação política se dá em nome do restabelecimento da ordem. E apesar de não admitir o uso da categoria “burguesia” em sua análise, o historiador argentino reconhece o papel de grupos econômicos empenhados em manter o sistema estabelecido. Porém, antes de avançarmos na discussão do papel desses agrupamentos econômicos, que chamaremos de burguesia, considerando o que já foi debatido até o momento, e o seu projeto de dominação, analisaremos como o pensamento conservador autoritário se desenvolveu no Brasil.

Brasil

Analisaremos a seguir como o autoritarismo no Brasil representou uma forma de desenvolvimento dos elementos conservadores identificados nos tópicos anteriores. As ideias autoritárias desenvolvidas no Brasil a partir das décadas de 20 e 30 do século XX são caracterizadas

pela diversidade de pensamento de seus principais ideólogos, mas possuem características principais em que convergem, conforme demonstra Boris Fausto (FAUSTO, 2001).

Em seu livro “O pensamento nacionalista autoritário: (1920-1940)”, Fausto não indica diretamente as raízes conservadoras do autoritarismo nacional, mas é possível perceber a ligação a partir de sua análise das obras de Azevedo Amaral, Oliveira Viana e Francisco Campos. Esses pensadores estavam inseridos no ambiente intelectual da década de 1930 e também se propuseram a “explicar o Brasil”, ou seja, “para descobrir novos caminhos, em busca da realização de diferentes ideais, tornava-se necessário interpretar o passado” (*Ibidem*, p. 30). Cada um desenvolveu, ao seu modo, diferentes interpretações sobre o desenvolvimento histórico brasileiro, mas todas partiam da premissa conservadora que rejeitava a toda e qualquer participação popular na vida política. O Brasil não possuiria “solidariedade social” suficiente para a implantação de uma democracia liberal, vista como uma ideia exótica para a realidade nacional. Qualquer proposta de projeto nacional devia prever uma modernização de cima para baixo, sem participação popular (*Ibidem*, pp. 45-46).

A acusação de “exotismo” que o liberalismo, e posteriormente o comunismo, recebeu destes intelectuais nos parece ignorar que o próprio conservadorismo possui raízes europeias. Como demonstramos até o momento, trata-se de uma perspectiva ideológica intimamente ligada ao surgimento da modernidade, estando presente em frações do pensamento iluminista e historicamente sendo uma das faces do projeto de dominação burguês. Na América Latina seu desenvolvimento ocorreu em um ambiente marcado pela dominação colonial em uma estrutura socioeconômica senhorial, influenciando o desenvolvimento de uma mentalidade burguesa com padrões filosóficos e morais diferentes dos europeus, como já demonstrado por Florestan Fernandes. O conservadorismo, assim como várias outras correntes de pensamento, seria mais uma dessas “doutrinas exóticas”, mas que se desenvolveram historicamente em um ambiente diferente de onde surgiram, influenciando a sociedade e ao mesmo tempo sendo influenciadas por ela.

Boris Fausto não descreve uma possível influência da obra de Edmund Burke entre os pensadores brasileiros, mas aponta a importância do francês Hipólito Taine (1828-1893) no cenário intelectual conservador brasileiro. A obra de Taine faz críticas ao racionalismo e faz uma imagem tenebrosa da Revolução Francesa e Comuna de Paris. Outro autor com grande importância para os

brasileiros foi sociólogo Gustave Le Bon (1841-1931), que seguindo as ideias de Taine, incorporou uma perspectiva psicológica em sua análise, sustentando que

em decorrência da natureza humana o homem isolado pode ser civilizado, mas em multidão retorna a barbárie, caracterizada pela espontaneidade, pela ferocidade e heroísmo. Diante desse quadro, Le Bon enfatiza o papel das elites na organização da sociedade, tanto mais que as massas combinavam a irracionalidade com uma grande e perigosa capacidade. (*Ibidem*, p.50)

Portanto, esses intelectuais também defendiam a ideia do Estado com um executivo forte e sob o comando de uma burocracia estatal, sendo a única instituição capaz de “elevar o nível” do país (*Ibidem*, p. 61). Esse argumento sobre necessidade da existência de uma “elite técnica” definindo os rumos do país longe da suposta demagogia dos políticos “populistas” é recorrente na história contemporânea brasileira e usada como ferramenta para justificar o veto a qualquer participação popular na política. Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1902-1976), com a abertura do aparato estatal para o capital multinacional e associado, formou-se em seu governo uma administração paralela composta por tecnoburocratas que atuavam no planejamento econômico por fora das instâncias oficiais e democráticas. Este seria o embrião do movimento de empresários golpistas que se organizaram para conspirar contra o governo João Goulart (DREIFUSS, 1981, pp. 71-338).

O jurista Francisco Campos foi o pensador que abordou de forma mais direta a necessidade de se combater as “doutrinas exóticas”, principalmente o comunismo, a partir do uso da força. O general Goes Monteiro (1889- 1956), grande expoente militar da Era Vargas (1930-1945), estava alinhado com essas ideias, apesar de apresentar algumas discordâncias pontuais, sendo a principal relativa ao papel das Forças Armadas. O mesmo entendia que o Exército deveria atuar como poder moderador, atuando diretamente no sistema político como um garantidor da segurança e estabilidade interna para que o desenvolvimento nacional ocorresse (FAUSTO, 2001, pp. 61-65). Segundo Alfred Stepan, os militares brasileiros agiram dentro deste padrão moderador – uma particularidade das Forças Armadas na América Latina – em todas as crises políticas até o início da década 1960, sempre sendo convocados pelos políticos. Após a resolução da crise, o poder seria devolvido aos civis e os militares voltariam para os quartéis. O golpe de 1964 seria uma quebra desse padrão moderador, com a recusa da devolução do controle do Estado aos políticos civis (STEPAN, 1970). Apesar da importância de se entender a atuação política dos militares, eles não agiram sem articulação com

outros atores políticos e econômicos. Não podemos negligenciar o papel das classes dominantes e do empresariado, sob a pena de terminar por legitimar o discurso oficial dos próprios militares, como nos alerta René Dreifuss (DREIFUSS, 1981, p. 486). Além disso, a ideia de poder moderador ignora que havia uma multiplicidade na identificação partidária dos militares à direita, enquanto o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nunca possuiu o mesmo apoio no meio militar que os partidos de direita tinham (*Ibidem*, p. 82).

Raízes conservadoras da Doutrina de Segurança Nacional

O período de produção e início de circulação das ideias descritas no tópico anterior foi a partir da década de 1920 e em seguida abrangendo toda a Era Vargas, influenciando o cenário político dos anos posteriores, incluindo a Ditadura Militar que sucedeu o golpe de 1964. Agora tentaremos demonstrar como esse autoritarismo de raízes conservadoras fez parte da Doutrina de Segurança Nacional, se constituindo como um dos elementos de justificativa para domínio dos militares após 1964. A intenção não é negar a diversidade de perspectiva política e ideológica no período, mas traçar a trajetória do autoritarismo e o seu papel nos eventos políticos, econômicos e sociais.

Francisco Campos não apenas viveu para acompanhar os acontecimentos de abril de 1964, como também participou da elaboração do primeiro Ato Institucional publicado em 09 de abril, que expandiu

os poderes do Executivo, limitava os do Congresso e do Judiciário, e dava ao presidente sessenta dias de poder para cassar mandatos e cancelar direitos políticos por dez anos, bem como seis meses para demitir funcionários públicos civis e militares (GASPARI, 2002, p. 124)

A presença de Campos neste momento de tomada de poder pelos militares não é simples acaso e indica uma continuidade no pensamento autoritário brasileiro. As ideias do General Goes Monteiro foram reelaboradas no âmbito da DSN e o General Golbery (1911-1987) – o seu principal teórico no Brasil, um dos criadores do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dirigente do (IPES) – reconheceu a importância da obra de Oliveira Viana (CARVALHO, 2019, pp. 34-39). O general Ernesto Geisel (1907-1996), o penúltimo presidente militar, também fez o mesmo (*Ibidem*, p. 40).

Antes de avançarmos devemos primeiro debater sobre a chegada da DSN no Brasil e como foi o seu desenvolvimento. Segundo Mendes,

a Doutrina de Segurança Nacional apresentou-se como um corpo de princípios elaborados por civis norte-americanos do National Security People, nos Estados Unidos. Surgiu ao longo dos dez anos posteriores à Segunda Guerra Mundial e buscava responder tanto a uma demanda por um novo papel a ser desempenhado pelos EUA no cenário posterior a Segunda Guerra Mundial, quanto à perspectiva vigente dentre os policy makers norte-americanos de que a União Soviética, nesse novo contexto, apresentava-se tão expansionista quanto à Alemanha nazista havia sido às vésperas da II Guerra (MENDES, 2013, p. 6).

Portanto, o contexto internacional deve ser considerado ao debatermos a sua chegada ao Brasil e na América Latina, e a sua relação com os golpes de Estado que varreram o continente a partir dos anos 60 e a implantação de ditaduras de segurança nacional em vários países. O início desses golpes estaria ligado com a mudança de estratégia dos Estados Unidos da América para a região, norteados pela ideia de inimigo interno, típica da DSN. O posicionamento do governo americano mudaria gradativamente a cada golpe, partindo inicialmente de uma condenação à implantação de regimes não democráticos, seguido de certa conviência e, por fim, uma acomodação e tolerância com as ditaduras de extrema-direita (BANDEIRA, 2016, p. 111). O aprofundamento da aplicação das diretrizes da DSN, bem como a pressão de corporações multinacionais contra a possibilidade de valorização da força de trabalho no subcontinente, resultaria em um verdadeiro uso do terrorismo como política externa para desestabilização do regime cubano e de governos que não haviam rompido laços diplomáticos com Cuba e nem se alinhado incondicionalmente aos EUA (*Ibidem*, pp. 114-115).

A DSN se estabeleceu na América Latina apropriando-se e reformulando ideias e conceitos que já circulavam na região, como o anticomunismo e a concepção geopolítica das elites (MENDES, 2013, p. 13). Em solo brasileiro ela foi desenvolvida na ESG, fundada em 1949, orientando os governos militares e intervindo nos rumos da sociedade (CARVALHO, 2019, p. 21), dando grande importância para o aspecto da segurança interna, em compasso com o pensamento de Monteiro e Campos (*Ibidem*, p. 35). A Ditadura Militar brasileira difundiu o binômio segurança e desenvolvimento, de modo que sem um ambiente interno seguro o país jamais poderia desenvolver-se plenamente (QUADRAT, 2015, p. 161) e antes mesmo do golpe a noção de segurança

nacional já circulava para fora dos muros da Escola Superior de Guerra, sendo incorporada pelo IPES (DREIFUSS, 1981, p. 240).

Durante os governos militares o uso da força como forma de se combater “doutrinas exóticas” e o que era entendido como comunismo, ou seja, qualquer tipo de mobilização popular esteve completamente alinhada com a preocupação da segurança interna:

As informações de segurança interna eram o elemento vital para o funcionamento e preservação da autonomia dos organismos de segurança. Há uma relação de causalidade recíproca entre a informação e a repressão. As informações possibilitavam as operações repressivas que visavam a segurança interna. As ações repressivas, por sua vez, revelavam novas informações que justificavam a existência de órgãos de segurança. (CARVALHO, 2019, p. 60)

A preocupação com a obtenção de informações é evidenciada pela criação de uma comunidade de informações, que era um conjunto de órgãos das três Forças Armadas e do Governo Federal criados com essa finalidade, que agiam de forma descentralizada e muitas vezes concorrendo entre si, gerando problemas para o regime (*Ibidem*, p. 65). O SNI foi um dos mais importantes, sendo fundado apenas poucos meses após o golpe. O General Golbery, seu fundador, deixou o IPES, porém sem cortar vínculos. Pelo contrário, leva para o SNI arquivos dos IPES e militares do seu círculo mais próximo para compor o comando do novo órgão, entre eles os futuros presidentes Ernesto Geisel, Emílio Médici e João Figueiredo (DREIFUSS, 1981, pp. 421-422).

O Serviço Nacional de Informações funcionou não somente como um órgão de espionagem, mas também como um definidor de diretrizes políticas, sociais e militares para o governo, assessorando o presidente em sua tomada de decisões. Atuava como um ministério paralelo fora da hierarquia militar, mantendo e apoiando politicamente o regime, agindo como um partido. É mantido um fluxo de trocas de informações com o IPES, que era responsável por coletar informações e elaborar relatórios de teor anticomunista que serviam de fontes para Inquéritos Policiais Militares (*Ibidem*, pp. 422-424).

O cientista político Luiz Alberto de Moniz Bandeira indica que o complexo formado pelo IPES e IBAD teve origem no começo dos anos 60 com empresários ligados a burguesia comercial e a grupos estrangeiros que pretendiam se articular contra o governo João Goulart em nome do combate ao suposto “perigo comunista” e em estreito contato com a CIA (BANDEIRA, 2010, p. 174). Em extensa análise, René Dreifuss demonstra que após o golpe de 1964 esses empresários e

militares ativistas do IPES ocuparam vários cargos de importância dentro da administração pública principalmente durante o governo Castelo Branco (1964-1967), assumindo ministérios, direção de empresas estatais e órgãos de planejamento, influenciando os rumos da economia e das políticas públicas aplicadas pelo regime, rompendo com as diretrizes do período anterior. O instituto também teve participação na elaboração da constituição de 1967 e do extenso arcabouço legal promulgado no período que reformaram o Estado brasileiro, adequando-o às demandas do capitalismo monopolista mundial. O IPES serviu como um espaço para que o interesse do empresário fosse representado dentro do aparato estatal e ao mesmo tempo como formulador de diretrizes, enquanto o governo militar seria responsável por sua execução (DREIFUSS, 1981, pp. 417-479).

A Doutrina de Segurança Nacional, como Carlos Fico afirmou, se adaptou ao longo dos diferentes governos militares, mantendo como ideias básicas a importância dada à segurança e ao desenvolvimento de forma atrelada. O anticomunismo possui continuidade com a total ojeriza que o pensamento conservador tem em relação a qualquer movimento – revolucionário ou não – que tem as massas populares como protagonistas em busca de melhores condições. As ideias dos pensadores autoritários influenciaram a DSN, assim como as elites que a frequentavam a ESG e/ou eram ativistas do complexo IPES/IBAD. Essa repulsa a qualquer manifestação política das classes subalternas no Brasil foi justificada por intelectuais através da tese de que a sociedade brasileira não possui “solidariedade social” e qualquer tentativa de implantar uma democracia liberal burguesa nos moldes europeus poderia resultar no domínio de políticos demagogos, corruptos e populistas. Ou, na pior das hipóteses, deixar o país cair nas garras do comunismo.

O pensamento conservador encontrou um espaço particular para se desenvolver na América Latina, favorecido por uma burguesia avessa a ideias democráticas e sempre pronta para soluções autocráticas, conforme a explicação de Florestan Fernandes. É preciso levar em conta que o conservadorismo não é uma simples “reação feudal” e anti-burguesa à Revolução Francesa, mas um projeto de uma parcela da burguesia estabelecida (SILVA, 1996, p. 18). A “oscilação ideológica e utópica” sofrida pela burguesia latina que Fernandes denuncia pode ser entendida como o resultado das condições históricas – marcadas pela estrutura senhorial e escravista – que não ofereceram

terreno fértil para outras correntes do pensamento iluminista³. As bases do pensamento conservador atravessaram a formação histórica dos países da América do Sul, se misturando e fazendo presente entre as direitas, se adaptando às elaborações intelectuais de cunho autoritário e compondo a DSN.

Bonapartismo brasileiro

A defesa conservadora de mudanças políticas “pelo alto”⁴ se “mostrou uma tendência histórica concreta nos regimes que surgiram para conduzir a modernização capitalista tardia, ou hipertardia” (SOUZA, 2016, p. 135). Marx denomina esses regimes de “bonapartismo”, em um cenário em que o proletário surge como nova força revolucionária, se tornando o alvo de todo o arsenal antirrevolucionário dos conservadores. Nos momentos de crise revolucionária, como na França de 1848, os setores da classe dominante se uniram no “Partido da Ordem” com a preocupação de manter as estruturas ameaçadas pelo proletariado e, desse modo, a burguesia impunha ideologias conservadoras (*Ibidem*, pp. 135-138).

Luís Bonaparte conseguiu instaurar uma ditadura diante da inércia desse Partido da Ordem aterrorizado com a possibilidade de sublevação das massas populares. Bonaparte oferece a “paz” desejada pela burguesia favorecendo a aristocracia financeira, golpeando a pequena burguesia e reprimindo os trabalhadores. Nesse jogo, as classes dominadas são duramente reprimidas de um lado, enquanto são cooptadas de outro. A pequena burguesia, apesar de esmagada pelo capital, não se alia ao processo revolucionário, escolhendo aderir aos lemas conservadores em busca de manter sua condição dentro do capitalismo (*Ibidem*, pp. 140-141).

No regime bonapartista o líder é visto como um salvador da pátria acima das classes que surge em um momento crítico, em compasso com as ideias de cavalaria e nobreza defendidas por Burke (*Ibidem*, p. 142). É um momento histórico da sociedade em que a burguesia perde a hegemonia e se encontra dividida, mas ainda se mantendo como classe dominante. O bonapartismo

³Não estamos aqui idealizando o papel do liberalismo como um fomentador de ideais democráticos e ignorando suas contradições. Em 1848 na Europa o pensamento liberal já se tornava um dos pilares do conservadorismo (SOUZA, 2016, p. 132).

⁴Ou seja, a defesa de que as mudanças e reformas políticas, econômicas e/ou culturais devem ser dirigidas e planejadas pelas classes dominantes (SOUZA, 2016, p. 36).

“salva” o sistema burguês, ainda que à custa de alguns de seus setores e de certos ideais pequeno-burgueses (*Ibidem*, pp. 144-145). Nas palavras de Felipe Demier:

o bonapartismo se constituiria essencialmente em um regime da ‘paz civil’ assentado “sobre uma ditadura policial-militar”. Tendo como missão última salvaguardar a propriedade capitalista diante da ameaça proletária – e nesse aspecto mais genérico se equivale tanto ao fascismo como à democracia burguesa –, seu procedimento político seria o de, por intermédio de um encorpado e relativamente autônomo aparelho de Estado, impedir justamente a eclosão dessa cruenta guerra civil apregoada pelo fascismo, poupando a sociedade burguesa de fortes e perigosas convulsões internas. (DEMIER, 2017, p. 77)

O bonapartismo é a forma política assumida em que o aparelho estatal adquire relativa autonomia sobre as classes dominantes que se encontram divididas e em crise hegemônica. Assume a forma de uma ditadura que reprime e coopta as classes dominadas em nome da preservação do capitalismo, enquanto o conservadorismo fornece o discurso político necessário para sua legitimação (SOUZA, 2016, p. 146). No caso brasileiro, assume a forma do autoritarismo, fornecendo bases ideológicas para a Ditadura Militar através da Doutrina de Segurança Nacional, como já demonstramos.

As obras baseadas na interpretação da Ditadura partindo da noção de bonapartismo apontaram o caráter de classe do regime e a autonomia relativa do Estado. Demier faz uma análise desses trabalhos (DEMIER, 2017, pp. 78-87), destacando que René Dreifuss discorda da visão bonapartista, pois a conquista do Estado pela burguesia foi completa (*Ibidem*, p. 82). No entanto, consideramos adequada a mobilização do conceito marxista de bonapartismo elaborada por Renato Lemos para compreender o período:

Sua vinculação prioritária ao grande capital multinacional e associado; a grande autonomia do Estado militarizado em relação aos interesses particulares das frações das classes dominantes, em face dos quais, quando em conflito, exerce o papel de árbitro; a preeminência, no interior do Executivo hipertrofiado, do aparato repressivo policial-militar; a pretensão à legitimidade com base em um projeto democrático-modernizante-conservador. (LEMOS, 2014, p. 129 *apud* DEMIER, 2017, p. 86)

Nesta caracterização da Ditadura Militar encontramos cristalizados vários elementos da prática conservadora elaborados pelos pensadores autoritários nas décadas de 1920 e 1930 que foram apresentados e discutidos ao longo deste texto. Principalmente a defesa de um Estado com poder Executivo forte e capaz de reprimir, com a força sempre que necessário, as classes populares.

O período ditatorial, é preciso salientar, não foi homogêneo e existiu variação nos elementos da DSN ao longo dos governos, assim como o seu caráter bonapartista:

Já no início dos anos 1970, a ditadura bonapartista iniciou um processo de metamorfose, cujo sentido seria sua transmutação em uma forma de dominação hegemônica no país, isto é, na qual, por meio de uma combinação relativamente equilibrada entre coerção e consenso, a burguesia ou algumas de suas frações pudessem, diretamente, dirigir o processo político no país, logrando apresentar seus interesses particulares como os interesses gerais da nação. A construção, finalmente, de uma democracia liberal no país ocorreria, sobretudo a partir do início dos anos 1980, em sintonia com o processo de reformatação dos regimes democráticos vivenciado na Europa e nos Estados Unidos quando da ofensiva neoliberal. (DEMIER, 2017, p.87)

Essa nova arrumação foi resultado do novo período neoliberal e do novo concerto das frações da burguesia que resolveram sua crise hegemônica, dispensando a necessidade de um Estado autônomo. Com o fim da Guerra Fria e da democracia, a Doutrina de Segurança Nacional foi abolida, ao menos oficialmente, das Forças Armadas dos países da América Latina (QUADRAT, 2015, p. 162). No entanto, isso não significou em um aumento da participação popular na política brasileira, pois

quando de sua tardia implementação no Brasil, a democracia já apareceria dotada dos crescentes ingredientes antipopulares que recheavam as democracias nos países centrais por conta de sua remodelagem neoliberal, tornando-as cada vez mais blindada à penetração de reivindicações populares. Nesse sentido, a democracia projetada sob os auspícios da ditadura bonapartista constituía-se em um regime de dominação político-social que, embora hegemônico, era altamente restrito e de sentido contrarreformista. (DEMIER, 2017, p. 87)

O surgimento desta “democracia blindada” sugere que elementos conservadores tenham abandonado parte de sua roupagem autoritária e com potencial para assumir novas formas.

O caso da Ditadura Militar brasileira é emblemático quanto à maneira como ideias conservadoras atuaram como forma de legitimar a dominação nos momentos em que a estrutura autoritária do Estado esteve em evidência. O regime foi influenciado por novas formulações que encontraram terreno fértil em um ambiente já propício às ideias autocráticas, conforme discutido até aqui. O cientista político estadunidense Samuel Huntington foi um importante ideólogo do pensamento conservador da época⁵ e que nas palavras de Renato Lemos foi, em termos gramscianos,

⁵A influência das ideias de Huntington não se restringiu apenas às relações do governo norte americano com o Brasil durante os anos 60 e 70, também tendo grande peso na política “guerra total” ao terror no início do século através de sua teoria sobre o “choque de civilizações”. Para mais informações consultar: MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo - o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). A miséria da historiografia – uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 67-98.

“um intelectual orgânico do capitalismo transnacional” (LEMOS, 2018, p. 125). O “intelectual orgânico” é conceituado por Antônio Gramsci da seguinte forma:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político. (GRAMSCI, 1982, p. 3 *apud* LEMOS, 2018, p. 125).

Huntington, que tinha conexões com as Forças Armadas estadunidenses, esteve no Brasil mais de uma vez entre os anos 60 e 70, participando de eventos acadêmicos, realizando encontros com autoridades e redigindo documentos que orientaram o regime sobre como a abertura seria realizada e tutelada a partir de sua visão institucionalista (*Ibidem*, pp. 131-161) Em seus trabalhos teóricos, Samuel se empenhou em buscar definições para o conservadorismo e suas diferentes interpretações. O eixo central seria o pensamento de Edmund Burke, de forma não muito diversa do que foi explanado anteriormente neste texto (TRIGUEIRO, 2015, p. 108).

É irônico perceber como muitos pensadores conservadores conseguiram indicar os mesmos elementos do conservadorismo ressaltados por pensadores críticos. As divergências repousam de modo mais acentuado na interpretação da trajetória histórica. Diferentemente do que debatemos nas páginas anteriores, Huntington entende o conservadorismo como um impulso para lidar com uma determinada ameaça particular em um momento histórico, quebrando qualquer conexão sistêmica entre as inúmeras manifestações conservadoras (*Ibidem*, p. 110). Não é por acaso que o ponto central de seu pensamento é a defesa das instituições como forma de garantir a estabilidade tão cara aos conservadores⁶.

Conclusão

⁶ O caráter ahistórico da ação política está presente em parte da historiografia sobre o Golpe de 1964, que defende, entre outras teses, que o Golpe foi um consenso negativo. É chamativo como essa interpretação converge com as formulações de um ideólogo norte americano como Samuel Huntington que trabalhou em conjunto com o regime. Para mais, consultar “MATTOS, Marcelo Badaró. O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura – um debate historiográfico. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). 1964: 50 anos depois – a ditadura em debate. Aracaju: EDISE, 2015. p. 35-83.”

No Brasil, enquanto país da periferia do capitalismo localizado na América Latina, o autoritarismo foi uma expressão do conservadorismo. Ao contrário do que defende Carlos Fico no verbete citado no começo do texto, o pensamento autoritário é composto por aspectos fundamentais do conservadorismo. Ambos não devem ser entendidos como ideologias estáticas, mas como ideias que vão sendo formuladas em função das condições históricas em que se encontram, agregando novos elementos e descartando outros. No entanto, concordamos com Fico no que se refere a DSN ser uma expressão do autoritarismo.

As características que permaneceram mesmo com toda essa dinâmica evidenciam a persistência de uma intenção básica que repousa no estilo de pensamento conservador (MANHEIM, 1986, p. 82). A continuidade do conservadorismo pode ser explicada pela própria continuidade da sociedade capitalista, pois é um de seus formadores. Sua expressão política, o bonapartismo, representa a manutenção desse projeto de dominação burguesa em momentos de crise.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional**. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). 1964 Visões Críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2016. Cap. 7. p. 103-122.

_____. **O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil – 1961-1964**. 8ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010

BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PAASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília, Editora Unb, 1999, Volume I, p. 242-246.

CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. **Liberalização e tutela militar: o governo Geisel**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

DEMIER, Felipe. Da ditadura bonapartista à democracia blindada. In: MATTOS, M. B, **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 67-101, 2017.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário: (1920-1940)**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Globo, 2006.

FICO, Carlos. Conservadorismo durante a ditadura militar. In: Francisco Carlos Teixeira da Silva; Sabrina Evangelista Medeiros; Alexander Martins Vianna. (Org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000, v. 1, p. 99-100.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada: As ilusões armadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LE MOS, Renato. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MAINNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. cap 3, p.77-131

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional - algumas considerações sobre a historiografia. *In: Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 06-38, 2013.

QUADRAT, S. V.. Doutrina da Segurança Nacional. *In: SILVA, Francisco Carlos T. da. (Org.). Enciclopédia de Guerras e Revoluções: A Época da Guerra Fria (1945-1991) e da Nova Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, v. 3, p. 161-162.

ROMERO, José Luis. **El Pensamiento Político de la Derecha Latinoamericana**. Buenos Aires, Paidós, 1970

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **O Conservadorismo como via para a modernidade.** *In:* Anos 90 - Revista do Programa de Pós-graduação em História UFRGS. Porto Alegre, 1996

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo. 2016.** Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira.** Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TRIGUEIRO, G. R. L.. Conservadorismo: perspectivas conceituais. *In:* **Revista Estudos Políticos**, v. 6, p. 86-107, 2015.

Histórias de luta: a representação das guerrilheiras do Araguaia em Resistência e o Estado de São Paulo (1970-2000)

Fight Stories: the representation of the Araguaia guerrilha women in Resistencia and O Estado de São Paulo (1970-2000)

Izabella Cardoso da Silva Campagnol

Doutoranda em História
Universidade de São Paulo (USP)
iza.cardosog@gmail.com

Recebido: 23/05/2023

Aprovado: 20/11/2023

Resumo: Neste artigo, pretende-se verificar como dois periódicos veiculados no período entre 1970 e 2000 representaram diferentemente as guerrilheiras participantes da Guerrilha do Araguaia, experiência de luta armada rural ocorrida entre 1966 a 1974, na região Sul do Pará, Goiás e Maranhão. Por meio da análise das tensões políticas verificadas no período, propomos compreender como as guerrilheiras foram retratadas, levando também em consideração a memória hegemônica construída a respeito da ditadura ao longo dos anos e as questões de gênero implicadas no período.

Palavras-chave: Guerrilha; Imprensa; Gênero.

Abstract: In this article, we intend to verify how two periodicals published in the period between 1970 and 2000 represented differently the guerrilha women participating in the Guerrilha do Araguaia, an experience of rural armed struggle that took place between 1966 and 1974, in the Southern region of Pará, Goiás and Maranhão. Through the analysis of the political tensions observed during the period, we propose to understand how the guerrilhas were portrayed, also taking into account the hegemonic memory built about the dictatorship over the Years and the gender issues involved in the period.

Keywords: Guerrillas; Press; Gender.

Introdução

Em seu apartamento na área central de São Paulo, Crimeia Alice Schmidt de Almeida conta de seus arquivos referentes à Guerrilha do Araguaia: ela tem tudo arquivado em um computador. São

nomes de torturadores e oficiais que atuaram no combate à guerrilha, e a pesquisa está voltada para a reunião de indícios que levem à localização dos corpos dos desaparecidos no Araguaia.

Crimeia¹ foi uma das guerrilheiras do Araguaia, luta armada rural ocorrida no Sul do Pará e encabeçada pelo PCdoB, entre os anos de 1972 e 1974. Com 21 anos na época, chegou à região alguns anos antes do início dos combates com o Exército, em janeiro de 1969².

Não foi, porém, a única mulher. Do total dos 69 guerrilheiros recrutados, 18 eram mulheres, representando 26% dos militantes empenhados na tarefa. Eram elas: Luzia Reis Ribeiro, Helenira Resende, Dinaelza Santana Coqueiro, Dinalva Oliveira Teixeira, Elza Monnerat (que não atuou na guerrilha, mas era membro do Comando Central do partido), Maria Lucia Petit da Silva, Crimeia Alice Schmidt de Almeida, Suely Kanayama, Lucia Maria de Souza, Luiza Augusta Garlippe, Jana Moroni Barroso, Aurea Valadão, Maria Celia Correa, Regilena da Silva Carvalho, Lucia Regina Martins, Telma Regina Corrêa, Walquíria Afonso Costa e Rioko Kayano (CORREA, 2013).

Uma das temáticas mais importantes relacionadas a essa guerrilha, é a luta dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos para encontrar os corpos de seus entes queridos. Em prol dessa luta, foram organizadas as primeiras Caravanas do Araguaia, a partir dos anos 1980. A luta dos familiares não para, porém, nas caravanas. Em 1982, uma ação foi movida contra a União Federal e depois apresentada em 1985 perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, dando ensejo à condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. A justificativa foi a detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas (entre guerrilheiros e camponeses), do mesmo modo que condenava o fato de não ter havido uma investigação penal sobre os fatos, e sem que tenha havido por parte do Estado brasileiro, qualquer reconhecimento a respeito do paradeiro das vítimas, que são 64 desaparecidos políticos indicados pelo relatório da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (BRASIL, 2014).

¹ Crimeia Alice Schmidt de Almeida é uma ex-guerrilheira do Araguaia, enfermeira formada, iniciou seus estudos na década de 1960 pela Escola Ana Nery, da UFRJ, onde também intensificou sua militância política no movimento estudantil e no Pcdob. Foi presa política, tendo seu único filho na prisão. Depois da prisão, retoma sua vida em São Paulo, sem nunca ter abandonado a militância política. Ao lado da irmã, Maria Amélia Teles, funda a União de Mulheres de São Paulo, em 1981. Entrevista à autora, 26/06/2023.

² Entrevista à autora concedida em 26/06/2023.

Neste artigo, pretendemos apreender como as guerrilheiras que participaram da Guerrilha do Araguaia foram representadas por diferentes jornais. Escolhemos comparar as perspectivas presentes em dois periódicos, isto é, um de esquerda conhecido como *Resistência* e um de direita, o *Estado de São Paulo*. Algumas reportagens datam dos anos 1970 e outras, dos anos 2000. Pretendemos com isso perceber como foi modificada a memória relacionada ao evento ao longo dos anos; memória esta que acompanha aquela hegemônica presente na sociedade brasileira³. Entendo a memória hegemônica como aquela que se destacou na sociedade brasileira a respeito da ditadura militar, ao longo dos anos. Sabemos que diferentes memórias circulam nas sociedades, de acordo com os grupos que as constroem e modificam, processo este que envolve tensões e diferentes embates políticos entre os grupos civis e militares.

O conceito de “memória hegemônica” será utilizado neste artigo, pois acredito que ele é útil para compreender mudanças substanciais na própria sociedade brasileira durante o regime militar e nos auxilia a compreender as representações a respeito das mulheres guerrilheiras nos jornais analisados. Para compreender a memória construída acerca da atuação feminina na guerrilha, fonte privilegiada para o historiador são os artigos de imprensa que trataram dessas mulheres.

A respeito da metodologia a ser usada para análise das fontes, o artigo *Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa*, de Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007) será útil. Para as historiadoras, ao trabalharmos com esse tipo de fonte, é necessário entendê-lo como parte do social, e deste modo, articular as relações necessárias entre a sociedade e a imprensa, não a entendendo como um espelho, mas como “prática constituinte do social” que define funções, ações e interpretações pertinentes a um determinado grupo (CRUZ e PEIXOTO, 2007). Não se trata apenas de considerar que as mídias esboçam uma opinião, mas que contribuem para a constituição de consenso e posicionamentos em relação a temas e atuações políticas. A imprensa pode configurar-se como uma aglutinadora de projetos e em muitos casos torna-se lugar de articulação de tais projetos. Deste modo, não seria possível analisar séries de artigos presentes nos periódicos sem considerar o projeto editorial defendido por eles, desvendando sua historicidade e

³ Para Marcos Napolitano “a memória hegemônica diz respeito à memória dominante ao longo das décadas sobre o regime militar. Ao longo dos anos, a memória produzida pela imprensa a respeito da ditadura foi modificada, de acordo com interesses próprios desta sociedade. Quando uso o termo memória hegemônica me refiro a essas mudanças enfrentadas pela sociedade brasileira a respeito de seu passado” (NAPOLITANO, 2015, p. 24).

perspectivas, sendo possível a apreensão da atuação do jornal em relação à conjuntura do momento em que está inserido. A partir daí, será possível compreender os movimentos dos jornais atuantes no contexto específico enquanto a análise do editorial deve considerar suas articulações com esse mesmo contexto.

Também as reflexões trazidas por Elizabeth Jelin no livro *Los trabajos de la memoria* serão úteis (JELIN, 2002). A autora distingue dois tipos de memória, as habituais e narrativas. Para seu trabalho, interessa a de segundo tipo, que segundo Jelin, são utilizadas para construir os sentidos do passado que usa diversos discursos para construir sua narrativa (*Ibidem*). Tratamos de situações em que a repressão atuou com mecanismos provocadores de interrupções, de silêncios e ocultações, sendo as narrativas aqui implicadas construções sociais. A memória é entendida como uma edificação social narrativa e enquanto tal, é necessário estudar quem narra as memórias e as constrói. Este movimento implica em compreender os processos de elaboração feita pelo grupo que dirige socialmente o processo de construção das memórias. Podemos dizer que a memória é produzida pelos grupos que conseguem materializar os sentidos do passado em “veículos de memória”, tais como livros, jornais, monumentos, filmes, etc. (*Ibidem*).

O passado está sujeito a interpretações ancoradas na intencionalidade e nas expectativas de futuro. Esses sentidos do passado são dados por agentes que se confrontam em lutas frente a diversos sentidos do mesmo. Tais grupos se confrontam para que tenham suas interpretações do passado aceitas pela sociedade. É importante então entender como “os processos e atores intervêm no trabalho de construção e afirmação das memórias”. Trata-se de investigar quem são esses atores, em quais termos tentam afirmar a legitimidade de sua verdade. É necessário focar nossa análise nas interpretações e sentidos do passado no processo no qual os relatos conseguiram se tornar hegemônicos e desbancar os demais discursos sobre o passado (*Ibidem*).

Maria Aparecida de Aquino em seu livro *Censura, Imprensa, Estado Autoritário* (1968-1978) analisa dois periódicos: *O Estado de São Paulo* (OESP) e *Movimento*. Na obra fica explícita a leitura a respeito do projeto ideológico defendido por ambos à época do golpe de 1964 no Brasil. Especialmente na análise do jornal *O Estado de São Paulo* a autora comenta a atuação política deste identificado com o liberalismo lockeano. (AQUINO, 1999). Seguindo tal perspectiva, não houve problema em apoiar o movimento golpista, uma vez que combatia as posturas excessivas de João

Goulart, em contrapartida de “ideias de liberdade”. A posição de OESP se justificava na medida em que seria expressão da “resistência da sociedade civil” contra a usurpação dos direitos naturais do cidadão, segundo a perspectiva do liberalismo de Locke (*Ibidem*). A análise realizada pela historiadora será utilizada nesta pesquisa, de modo a compreender a abordagem dada às reportagens selecionadas neste projeto a respeito da Guerrilha do Araguaia.

A bibliografia sobre mulheres e luta armada: um levantamento

Se os estudos dedicados à história da Guerrilha do Araguaia, apresentam um enfoque mais voltado para a história da guerrilha em si, quando se trata da bibliografia sobre a luta armada, é possível encontrar uma preocupação maior em relação às mulheres envolvidas na resistência à ditadura.⁴ Sobre esse assunto, destaco o pensamento de Colling. A autora defende que as mulheres militantes “se identificaram com o discurso masculino para se constituírem como sujeitos políticos, já que na luta política sua condição de gênero está subsumida no discurso de unificação dos sujeitos” (COLLING, 1997, p. 67). Os atributos identificados como masculinos eram a rigidez, dureza e seriedade, que deveriam ser assumidos por elas.⁵ Desta forma, as mulheres “assumiram a dominação masculina ao esconder sua sexualidade numa categoria sem sexo” (*Ibidem*, p. 69). Para a autora, as mulheres assumiram a condição de militantes, prescindindo de sua condição de mulher. Ao mesmo tempo, as relações entre homens e mulheres diluíram-se na luta política, sem pensar nas questões de gênero⁶.

Outro trabalho importante sobre as mulheres na luta armada é *Mulheres, Militância e Memória*, de Elizabeth F. Xavier Ferreira (FERREIRA, 1996). A autora procura reconstruir a trajetória de 13 militantes em sua experiência de luta durante o Regime Militar. As mulheres consideravam que as organizações de esquerda eram regidas por princípios paramilitares, fator reforçado quando os

⁴ Consultar: Wolff (2007, 2009); Bastos (2007); Cavalcanti Jr (2016); Colling (2017); Conradi (2015); Ribeiro (2018) e Insuela (2011).

⁵ O aspecto identificado aqui como “masculino” diz respeito à construção social a respeito das posturas dos homens em nossa sociedade, entre elas, a ocupação do espaço público, como historicamente um lugar para homens.

⁶ Colling afirma que apenas no final dos anos 1970 a questão da mulher passaria a ser debatida no Brasil. Além disso, em entrevista concedida à Izabella Cardoso da Silva Campagnol por Maria Amélia de Almeida Teles em 17/05/2022, os militantes do PCdoB, à época, diziam que a abordagem de questões relacionadas ao feminino quando levantada pelas mulheres era apontada pelos mesmos como uma preocupação secundária, própria de pessoas “alienadas”, nas palavras de Maria Amélia de Almeida Teles (COLLING, 1997).

comandos eram direcionados às mulheres. Poucas de fato foram as que assumiram posições de comando dentro das organizações e todas comentaram que havia grande diferença em relação à integração de homens e mulheres dentro dos partidos. Embora as regras afetassem todos, eram em especial as mulheres que precisavam superar os limites impostos por sua condição de gênero. Assim, para se afirmarem dentro dos movimentos, tinham não só de provar sua competência enquanto militantes, mas ultrapassar os limites impostos dentro da estrutura de gênero, que historicamente aparta as mulheres da plena participação na esfera pública.

Segundo Elizabeth Ferreira, todas as entrevistadas concordaram que aquelas que assumiram postos de comando precisaram assumir características “masculinizadas” (*Ibidem*). Isso quer dizer que eram dotadas de um perfil comumente associado aos homens à época.⁷ Entretanto, apesar do controle que as organizações exerciam sobre elas, ocorreram muitas transgressões às normas impostas. Algumas desobedeceram às ordens para fazerem aborto, para não se relacionarem amorosamente com outros companheiros, de não terem filhos enquanto militassem nos partidos. Crimeia Schmidt de Almeida relata que seis meses após chegar ao Araguaia passou a manter um relacionamento com André Grabois, mantido em sigilo, pois ia contra orientações do partido. Ela conta que foi Elza Monnerat quem foi contra ao afirmar que “perderiam uma companheira, pois viver junto com alguém era deixar de ser militante” (*Ibidem*, p. 139). A isso, Crimeia reagiu fortemente, e ao engravidar, recusou o aborto, porque segundo ela “já havia se despojado de tudo”.

Sobre a bibliografia que trata das mulheres do Araguaia, podemos destacar alguns trabalhos mais recentes. Entre eles, o de Janaina de Almeida Teles (2014), Ana Maria Colling e Ary Cavalcanti (2019), e Ary Cavalcanti Junior (2018, 2020). Essas obras destacam que são diversas as lendas construídas sobre as combatentes no Araguaia⁸. Entre elas, muitas contam a respeito de uma guerrilheira em específico, Dinalva Conceição Oliveira Teixeira, conhecida como Dina, que chegou ao posto de vice-comandante do Destacamento C (TELES, 2014).

⁷ Sobre este aspecto, Colling, (1997, p.69) diz: “A mulher militante negava-se enquanto mulher como forma de ocupar espaços nas organizações de esquerda que se caracterizavam pelo domínio masculino. Esta condição evidencia-se com bastante clareza (...). As mulheres entrevistadas, na sua vontade de serem vistas somente como militantes, em detrimento de sua condição feminina, descuidavam de sua aparência pessoal. (...) A partir da militância política, passavam a ter outros valores, e o cuidado com a aparência pessoal não merecia lugar nesta nova visão de mundo. (...) [uma das entrevistadas pela autora] relata que foi se desligando desses valores não por protesto, mas pela falta de tempo e porque passava a ver a aparência como algo menor, sem importância.”

⁸ Segundo Janaina Teles (2014), as lendas em torno de Dina encontravam respaldo na cultura mística camponesa, com inúmeras lendas regionais.

Sobre o papel ativo que as guerrilheiras desempenharam, a biografia *Guerrilheiras do Araguaia: o caminho de quatro jovens militantes*, de Veronica Savignano, Ianno Maia e Renata Dantas trata da importância de Luiza Augusta Garlippe, Telma Regina Cordeiro Correa, Walquíria Afonso Costa e Suely Kamayana para o processo. As autoras enaltecem o papel fundamental que cada uma delas teve para a consolidação da guerrilha no campo e a efetividade da luta política. (DANTAS, MAIA; SAVIGNANO, 2005)

Além desse aspecto ativo no combate às doenças, as guerrilheiras de modo geral, foram essenciais para a aproximação com as mulheres da região. Eram as responsáveis por iniciar primeiro o contato com as camponesas, cuja aproximação com os homens não era aceita, à época. Apenas por intermédio das mulheres é que os guerrilheiros poderiam acessar as demais camponesas. Na divisão das tarefas cotidianas, elas plantavam, colhiam e caçavam como todos, não tendo nenhuma diferenciação quanto à disciplina militar. Para os autores, as guerrilheiras se empenhavam como os companheiros do sexo oposto, uma vez que a rotina da vida camponesa era maçante e repetitiva, demandando determinação no trabalho diário de conquista da mata e mapeamento do terreno. As mulheres se mostravam mais “esforçadas” na adaptação e resiliência para lidar com o isolamento imposto a todos eles (MAIA, DANTAS e SAVIGNANO, 2005)

O livro *Guerrilheiras do Araguaia: caminho de quatro jovens militantes* é um livro-biografia da área do Jornalismo, lançado em 2005. As entrevistas realizadas para a produção do livro nos mostram o papel que cada uma das guerrilheiras teve ao atuar no Araguaia – assunto sobre o qual na historiografia pairam vários silêncios, dada a falta de documentos sobre o tema, ao fato de que durante muitos anos os sobreviventes não puderam falar sobre o Araguaia, e a ausência da produção de textos por parte dos próprios envolvidos no conflito. Os depoentes são, sobretudo, ex-militantes e familiares dos desaparecidos políticos. Obviamente, o livro biográfico também deve ser problematizado enquanto fonte histórica; porém, as diversas fontes a que tivemos acesso: artigos de jornais, entrevistas com Crimeia Alice Schmidt de Almeida e depoimentos de camponesas, nos permitem afirmar o papel ativo que as militantes tiveram na Guerrilha do Araguaia, concordando com a visão expressa no presente livro-reportagem.

As guerrilheiras no *Resistência*

O periódico *Resistência* foi um jornal pertencente à Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, uma entidade sem fins lucrativos. Circulou entre os anos 1970 e 1985, contando com mais de 40 edições publicadas, de tendência de esquerda, colocando-se na oposição à ditadura militar. (MELO e SARMENTO-PANTOJA, 2020).

No primeiro artigo sobre as guerrilheiras, do *Resistência*, intitulado “Encontrem Jana!”, de 1979, o pai da guerrilheira Janaina Moroni Barroso, de codinome Cristina, relata suas buscas em torno do paradeiro da filha. Benigno Girão Barroso foi a Marabá para colher informações sobre o desaparecimento da militante e responsabilizar os algozes envolvidos no assassinato dos guerrilheiros do Araguaia. Responsabiliza principalmente o general Hugo de Abreu pelo desaparecimento. Para Barroso:

Bom, responsabilizar o regime seria uma coisa que propriamente não tem estrutura, não é uma coisa. Eu responsabilizo por isso alguns generais mesmo. Então o grupo do general Hugo de Abreu, do general Fregomeni, do Medici, mesmo presidente. Esses são diretamente responsáveis por isso. Não é o regime em si, o regime é muita coisa ao mesmo tempo. (RESISTÊNCIA, 1979, p.31).

Na reflexão feita pelo pai da guerrilheira, é possível perceber o engajamento dos familiares de Jana a respeito de sua militância, bem como o entendimento de quem teriam sido os responsáveis pelas atrocidades cometidas contra os combatentes do Araguaia. Em 1979, já era de conhecimento da família que a filha havia sido assassinada pelos militares nos conflitos da guerrilha; era necessário então vir à público e cobrar das autoridades a responsabilização por seus atos, bem como a localização dos corpos dos desaparecidos políticos. Na mesma reportagem, Jana é descrita como uma militante aguerrida desde os tempos de escola: sua atuação em prol dos ideais de justiça social se expressou pela primeira vez ao denunciar os machismos manifestados pela direção da escola onde estudava (*Ibidem*). Em 1968, havia um movimento geral de contestação no mundo inteiro e a guerrilheira passou a se interessar por “problemas políticos”, “pelos problemas do homem pobre, no sentido de com ele trabalhar, para mostrar-lhe que também tinha direitos” (*Ibidem*).

A partir daí, o jornal informa que a militante passou a ter contato com pessoas de partidos de esquerda para prestar serviço aos pobres. Era a militância do grupo “Juventude Patriótica” (*Ibidem*). Já quando era estudante de Biologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, avisou a família de que iria para a clandestinidade, uma vez que o governo não permitia engajamento político. Foi aí que

Jana migrou para o Araguaia e os pais não souberam para onde exatamente havia se mudado. Após, a família se inteirou de seu paradeiro através de raríssimas cartas enviadas aos pais. Nelas, a jovem expressava seu contentamento com a nova tarefa, numa região fria, e em contato com o povo. Depois de 1972, a família não teve mais nenhuma notícia da filha. A jovem passara então para a lista dos desaparecidos políticos (MORAES e SILVA, 2005, p. 572).

Essa reportagem do periódico progressista trata da busca angustiante que a família Barroso empreende para saber do paradeiro da filha, provavelmente assassinada em meados de 1972, na região do Araguaia. Neste caso, a narrativa construída sobre a participação das mulheres na guerrilha é baseada na constatação de sua bravura e preocupação com a justiça social.

Em 1979, já havia sido iniciada a busca por informações sobre o paradeiro dos guerrilheiros desaparecidos no Araguaia, e em 1980, temos a primeira caravana de familiares à região. Conforme destaca Deusa Maria de Sousa (2011), as condições nas quais os familiares se empenharam para que fosse possível a empreitada envolveu inúmeros problemas. Na ocasião, os pais dos desaparecidos Maria Celia Correa e Elmo Correa iniciaram contato com outros familiares para que fosse possível comunicar que seu ente querido estivera no Araguaia, fato que foi endossado por várias famílias. Para apoiar a ida à região, cartas e textos foram enviados para autoridades, pedindo-lhes auxílio financeiro para a viagem. Para ajudar a custear as despesas, realizaram um livro de financiamento coletivo que pôde ajudar parcialmente a caravana. O evento foi utilizado para dar visibilidade ao caso e desmistificar a imagem dos guerrilheiros como vis terroristas, que pairou durante muito tempo na imprensa. (TELES, 2014).

Em outro artigo do *Resistência*, “Em busca do povo da mata”, de 1980, são narrados os fatos da primeira caravana dos familiares ao Araguaia. Na ocasião, os jornalistas do periódico acompanharam a missão e registraram informações valiosas dadas pelos camponeses e que também trazem destaque para as guerrilheiras:

Quando íamos chegando, se aproximou um rapaz, morador da Metade, José da Luz Filho. Às primeiras palavras, ele ficou emocionado. ‘A senhora é que é a mãe da Cristina?’, perguntou a d. Cirene Barroso, como se perguntasse sobre uma irmã ou sobre uma pessoa muito querida, para logo dizer que era muito amigo, que gostava muito dela e dos demais que tinha conhecido. (RESISTÊNCIA, 1980)

Ainda sobre as guerrilheiras, um dos moradores lembrou de Dinalva Oliveira Teixeira, conhecida como Dina, uma das guerrilheiras mais conhecidas na região:

Um motorista conta uma história importante. O Exército obrigou a emprestar seu carro, para ir buscar, presa que estava na mata a guerrilheira Dina (parteira boa), muito educada, tinha não sei quantos tipos de instrução de briga, brigava muito mesmo, relembra outro morador. (RESISTÊNCIA, 1980)

Na bibliografia sobre o Araguaia⁹ e nos relatos dos moradores¹⁰, há um destaque para Dina, que por vezes é identificada como uma “borboleta” por sua capacidade de fugir de situações perigosas e driblar a astúcia militar, sendo uma das últimas militantes a ser assassinada pelo Exército, em setembro de 1974 (NOSSA, 2005). Janaina Teles, no artigo *Os segredos e mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972- 1974)* trata dos mitos acerca de Dina. A historiadora argumenta que o fato de Dina ter se tornado uma excelente atiradora é que lhe resultou a fama na região do Araguaia, incluindo as lendas construídas a seu respeito. Por diversas vezes, a guerrilheira escapou dos cercos militares e foi ferida em apenas uma das emboscadas antes de ser capturada. Tais lendas foram construídas de modo a explicar e enaltecer a atuação das guerrilheiras. Havia ao menos duas lendas que circularam na região, à época: a de que Dina se transformava em borboleta ou em fumaça para não ser pega pelos militares (TELES, 2014).

Sobre Dina, a mesma reportagem “Em busca do povo da mata”, destaca o ponto de vista sobre as lendas acerca de sua imagem: “Depois de o barco chegar uma moradora ainda conta estórias. Sobre Dina diz que eles [militares] atiravam e ela virava fumaça. Conforme esta senhora, ela foi uma das últimas a se entregar, estava completamente sozinha” (RESISTÊNCIA, p. 168, 1980).

A perspectiva expressa no jornal *Resistência*, um veículo de esquerda, procura representar a atuação feminina na guerrilha de modo ativo e considera o aspecto massacrante e injusto da repressão militar. Nesse artigo, podemos acompanhar a busca dos familiares pelos filhos e o desejo de encontrá-los vivos ou mesmo saber informações das condições de sua morte. Nos artigos levantados, é possível perceber o aspecto positivo da militância das mulheres descritas como fundamentais para a luta no campo e personagens-chave para a implantação da guerrilha. As lendas

⁹ Acerca do tema, ver: Cavalcanti Jr e Colling (2021).

¹⁰ Segundo Romualdo Pessoa Campos Filho: “As referências a respeito de Dina não são poucas; os moradores lembram-se dela quase que com a mesma dimensão com que falam de Osvaldão: eram dois elementos que os soldados tinham medo, a Dina e o Osvaldão.” (CAMPOS FILHO, 1997, p.80).

construídas sobre os militantes, e em especial, sobre as mulheres, demonstram a importância que elas tiveram em todo o processo.

É possível perceber que as guerrilheiras tiveram papel ativo na construção da guerrilha. Através das reportagens do *Resistência* foi percebido que os moradores da região, ao lembrarem-se das militantes, destacaram seu papel de atuação que é, aliás, bastante diferente da representação construída pelos militares e setores da sociedade civil na época da guerrilha. Percebemos isto em diversos momentos, como por exemplo, nos trechos acima citados do periódico e, em especial, na reportagem acima na qual um morador da região da Metade se emociona ao conhecer Cirene Barroso, mãe da guerrilheira Cristina. A emoção esboçada ao conhecê-la demonstra a importância que os militantes tiveram na região onde moraram durante a guerrilha. Também em entrevista concedida por Crimeia Alice Schmidt de Almeida à autora, há um destaque para a aprovação dos camponeses em relação aos militantes.

Crimeia destaca que, ao chegar ao Araguaia, serviu como “bula”, uma espécie de enfermeira que auxiliava a população local com diversos problemas de saúde e prescrevia os tratamentos adequados para os casos mais comuns, como terçã-maligna ou malária e outras doenças tropicais. Essas ações em conjunto ajudam a explicar o apreço que os lavradores tinham para com os guerrilheiros e contrariam visões que circularam em outros meios de comunicação e que procuraram construir uma imagem negativa sobre os “paulistas”, como eram conhecidos os militantes no Araguaia¹¹.

A seguir, veremos alguns artigos da grande imprensa, que procuraram representar os guerrilheiros de maneira bastante negativa. Visão esta que encontra eco na sociedade civil da época quando se trata em abordar a questão da militância política contra a ditadura militar brasileira.

As guerrilheiras no jornal *O Estado de São Paulo*

Comparativamente, selecionamos também algumas reportagens sobre as guerrilheiras publicadas em *O Estado de São Paulo* durante os anos 1970 e 2000. O recorte se justifica na medida em que se pretende verificar de que modo foi modificada a memória hegemônica sobre a guerrilha. Nos artigos levantados desde o período de 1970 a 1994, existem diversas matérias que citam as mulheres.

¹¹ ALMEIDA, Crimeia Schmidt de. Entrevista concedida à Izabella Cardoso da Silva Campagnol, São Paulo, 26.06.2023.

Na reportagem “Guerrilha ainda é motivo de polêmica no Araguaia”, de 10.05.1994, há um destaque para a atuação de Dinalva Oliveira Teixeira. O artigo destaca:

Dina e Osvaldão eram os únicos guerrilheiros que ganharam fama por justificar traidores. Lembra José Alves da Silva, ex-informante do Exército. Conta que Dina chegou a matar um compadre, um trabalhador rural conhecido como Osmar, porque desconfiou que ele estava se bandeando para o lado dos militares. A Dina era perigosa e fez questão de dizer para o povo que foi ela que matou (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1994).¹²

Na primeira reportagem elaborada sobre a Guerrilha do Araguaia, datada de setembro de 1972, publicada no Estadão, também há um destaque para Dina descrita como “mulher brava, de liderança fácil”:

Terrorismo eles nunca fizeram antes (...). Só depois que o Exército chegou é que soubemos da condição verdadeira dos “paulistas”. Paulo jogava bola com a gente e nunca pensamos que fosse o que é. Mas as mães da cidade já tinham observado que havia qualquer coisa de estranho nessa convivência. Dina, *mulher brava e de liderança fácil*, lecionava numa escola primária de São Geraldo. Ministrava a seus alunos ensinamentos que até então ninguém conhecia em São Geraldo e Xambioá. Dina mandava as crianças terem fé nas pessoas e não em Deus. “Deus já lhe deu alguma coisa?”. Costumava perguntar. Sua presença era tão marcante na região que chegou a sombrear a de seu marido, Antonio, conhecido como Antonio da Dina. (DINA, 1972, grifos nossos).

Nesta primeira reportagem produzida sobre a guerrilha no veículo de grande circulação, temos um depoimento de um dos camponeses locais. O jornal traz a informação que foi Dina a guerrilheira que mais se notabilizou na região em razão da liderança que passou a exercer em São Geraldo e Xambioá. O artigo pretende reconstruir os passos dos guerrilheiros para a ocupação da área e as atividades que foram realizadas por eles. Ao chegarem à região em meados de 1966, os “paulistas” como eram chamados pelos locais, montaram roças e postos de comércio, como lojas de roupas e armazém à beira do rio.

Ao comparar os dois veículos de comunicação, percebemos que cada um apresenta uma perspectiva da guerrilha. Enquanto o *Resistência* enaltece o aspecto heroico da empreitada, *O Estado de São Paulo* apresenta uma visão negativa sobre os guerrilheiros e, principalmente, sobre as guerrilheiras, o que pode explicar o porquê de a matéria ter sido veiculada apesar da censura militar vigente naquele momento. Em abril de 1972, começaram as primeiras operações militares na região do Araguaia (BRASIL, 2014). No início da guerrilha, os confrontos militares e o contexto de

¹² “Guerrilha ainda é motivo de polêmica no Araguaia”. 20/05/1994. *O Estado de São Paulo*.

repressão geral da época contribuíram para que existisse uma visão negativa sobre os militantes de esquerda. Neste sentido, o jornal não fugia de visões comuns da época e representava as guerrilheiras como mulheres aguerridas à luta e pouco convencionais. Podemos pensar uma relação entre o início das primeiras operações no Araguaia e o interesse de um jornal de grande circulação inclinar-se para o fato.

As primeiras reportagens produzidas sobre a guerrilha apresentam um ponto de vista que mistura certa curiosidade sobre o evento, ao mesmo tempo em contribui para construir uma representação dos guerrilheiros como terroristas que atrapalhavam o progresso da nação. Vejamos a seguir algumas dessas reportagens.

Também no artigo “Araguaia: efetivo chegou a 6 mil” (1978). Dina aparece descrita como “a figura mais popular”. O artigo pontua que a popularidade da personagem se deve “às suas atitudes enérgicas, ao seu comportamento determinado e por tratar a todos como iguais”. Em mesmo artigo do período de 1972, o jornal chega a retomar como as mulheres contribuíram para a consolidação do atendimento à população local com “Dina - a mulher que mais se notabilizou no grupo pela liderança que chegou a exercer em Xambioá e São Geraldo – ativou uma escola na região.” Do mesmo modo, nos é informado que Antonio, Lúcia e Daniel “montaram uma loja de roupas e armazém à beira do rio.” Chama a atenção o fato de a mesma reportagem ter sido publicada duas vezes: uma em 1972 e outra em setembro de 1978, marcado pelo processo de transição em curso, envolto em inúmeras incertezas.

Para exemplificar melhor, nos concentremos em outro artigo a respeito das guerrilheiras, intitulado “Curió rompe o silêncio e fala sobre mortes no Araguaia”. O major revela que Dina teria morrido em 24 de julho de 1974, informação diferente daquela encontrada em outras fontes. Curió argumenta sobre a guerrilheira que ela teria importância, mas não tanta. Reconhece que havia também muitos mitos ao redor de sua personalidade. Mitos de que ela virava pomba, cupim – eram inúmeras as lendas sobre essa personagem, como vimos acima.

Ao refletir sobre as diversas memórias que circularam durante o regime militar, em especial, durante o governo Geisel, Rodrigo Patto Sá Motta destaca que há uma memória liberal que circulou durante aquele período (SÁ MOTTA, 2017). Tal memória pode ser definida como aquela construída por parte da sociedade e presente principalmente nos meios de comunicação da época. É

interessante pensar que no período entre 1974 a 1979, no governo Geisel, a memória liberal presente em diversos setores da sociedade legitimou a repressão política como algo autônomo, como se existisse de maneira isolada e sem relação com o esquema repressivo da ditadura, existente enquanto um sistema bastante ornamentado e prática de Estado, enquanto a sociedade seria a fatal vítima do impasse envolvendo militantes comunistas e a sociedade brasileira. Tal postura presente também no Estadão é endossada pela defesa feita por ele à eleição indireta de Geisel.

Desde 1973, o jornal já expressara sua preferência por Geisel. (*Ibidem*, 2017). Pouco antes de sua eleição, em 1974, OESP pendeu entre a ousadia de crítica aos militares e o apoio a eles. Apesar de ter sido censurado a partir de setembro de 1972, apoiou o golpe e preocupou-se apenas com a liberdade de imprensa desde que esta o implicasse. No entanto, havia uma grande preocupação a respeito da luta armada e a visão do jornal era de que ela atrapalharia o rumo democrático do país, sendo própria de países comunistas, posição que explica a representação presente no jornal sobre as guerrilheiras do Araguaia nos anos 1970 (*Ibidem*).

Passaram então a circular os debates a respeito da questão democrática em diversos meios de comunicação, ganhando a opinião pública. Tais mobilizações, segundo Napolitano, “implodiram os limites” da abertura política; tanto que o governo Geisel termina com o AI-5, a partir da Emenda Constitucional n. 11 (NAPOLITANO, 2014). O impulso promovido pelos movimentos sociais no sentido de alavancar a pauta democrática fez com que os liberais e conservadores fizessem acordos com os militares no poder e logo em seguida, a sociedade como um todo passou a pressionar para a promoção de uma democracia.

Deste modo, é possível dizer que havia uma forte pressão para que o regime militar perdesse suas bases de apoio. (*Ibidem*). Nos jornais analisados, principalmente no *Estado de São Paulo*, esse apelo se encontra presente na medida em que no período de abertura política, a representação das guerrilheiras e da guerrilha é mais positiva a partir dos anos 1980, atendendo a um desejo presente nos próprios movimentos sociais de que a democracia voltasse no país.

Após o processo de transição democrática, em outro artigo, de 20.06.2009 intitulado “Arquivo de Curió confirma relato de camponeses”, o então ministro da Justiça Tarso Genro defende que a guerrilha existiu de fato e implicou embates armados entre guerrilheiros e Estado, reconhecendo como legítimo o combate armado.

Interessante é outro artigo em que Crimeia de Almeida conta de sua busca em torno dos desaparecidos do Araguaia, entre os quais encontra-se o cunhado Gilberto Olímpio Maria, seu sogro Maurício Grabois e o marido André Grabois. O artigo retrata pontos vitais de sua vida como consequência da guerrilha e da busca pelas ossadas dos militantes – até hoje não localizadas. Outra reportagem, de 12.12.2004, reconhece que ela teve papel fundamental no processo de incursões no Araguaia, promovido pelos familiares das guerrilheiras. Também participou do movimento pela Anistia e reabertura democrática, sendo identificada como “uma das mais ativas articuladoras dos grupos de pressão para que outros [documentos] sejam colocados à disposição de familiares e sociedade”. De fato, Crimeia de Almeida possui um arquivo pessoal que reúne ao menos 300 documentos colhidos ao longo de sua trajetória política sobre o Araguaia, alguns inéditos e que ela coloca à disposição dos familiares e pesquisadores do tema.

É preciso destacar que, com as medidas de transição vivenciadas a partir de 1979, a pressão por parte da sociedade civil influenciou para que os debates sobre o apoio ou recusa ao regime militar se intensificassem. No bojo dessas discussões, a visão sobre a esquerda armada também foi modificada em razão das pressões sociais pró-democracia, a partir de 1990-2000. Naquele contexto, assumir o apoio do golpe militar passou a ser algo vergonhoso, pois era necessário esquecer o passado, “virar a página”, e evitar o revanchismo.

Assim, a visão expressa nos artigos acima citados e o interesse pelas mulheres guerrilheiras expõe a visão de certa legitimidade dos atos revolucionários – algo que não era reconhecido pelo *Estadão* nos anos 1970, uma vez que a violência militar era vista como ocasional e não-sistemática. As reportagens acima citadas exaltam, inclusive, o papel heroico de uma das guerrilheiras, Crimeia de Almeida, em torno das lutas em prol dos desaparecidos políticos, a partir do contexto democrático, pós-2000. Ao fazer isso, o jornal esboça uma visão positiva sobre as mulheres enquanto também circulavam na sociedade discursos pró-democracia, contra os militares golpistas. Ao mesmo tempo, tentava-se esquecer o passado de apoio ao golpe encampado pelo jornal.

A memória hegemônica sobre o regime militar

De acordo com Marcos Napolitano, a memória hegemônica sobre a ditadura circulou nos meios de comunicação entre 1964 até 1974, e gradativamente passou a identificar a ditadura como

“lacuna histórica” (NAPOLITANO, 2015). Ocorria assim o distanciamento entre militares no poder e os setores liberais e os veículos que haviam apoiado o golpe começaram a se afastar substancialmente dos setores liberais. Para o historiador:

Houve desde o primeiro momento do regime uma clara e crescente dissociação entre os grupos militares que dominavam o Estado e boa parte da elite social. Nos anos 1970, parte da elite econômica rompeu com o regime (...). Assim, lideranças liberais, políticas e empresariais adensaram um discurso oposicionista e crítico ao regime, incorporando inclusive elementos do discurso da esquerda moderada (...). Essa dissociação permitiu a construção progressiva de um discurso crítico ao regime que logo se transformou em memória hegemônica e que fez convergir elementos do liberalismo com a crítica de esquerda. A melhor expressão dessa convergência é a relação ambígua da imprensa liberal, a mesma que pediu a cabeça de Goulart em 1964, com o regime (NAPOLITANO, 2014, p. 316).

Em nosso trabalho, compreendemos cada artigo de imprensa como uma parte da memória sobre o regime militar. Assim sendo, a narrativa sobre a atuação das guerrilheiras é possível de ser apreendida para estudar a memória sobre o regime, e nele, a narrativa sobre a atuação das mulheres na Guerrilha do Araguaia. Nesse sentido, a visão que podemos ver expressa em periódicos como OESP sobre o tema, é ambíguo: no momento em que foram veiculadas as reportagens estudadas vivíamos um período em que a imprensa se aproximava de setores liberais da sociedade e tentava apagar qualquer marca de associativismo com os golpistas de 1964; assim, percebemos no discurso das fontes pode-se dizer até uma certa simpatia pelos militantes guerrilheiros, apesar de em alguns momentos serem também identificados como “terroristas”. É o que vemos nas construções “mulher brava, de liderança fácil”, enquanto que o marido de Dina é descrito como “Antonio da Dina”, subvertendo as desigualdades de gênero.

Neste ínterim, é interessante considerar cada periodização acerca da memória que a própria sociedade brasileira construiu sobre o regime militar. Segundo Marcos Napolitano, a memória hegemônica sobre a ditadura se formou no processo de afastamento político entre liberais e os militares no poder. Este processo se finalizou em meados de 1970, quando o campo liberal passou a criticar a censura, o arbítrio no campo legal e o estatismo na economia. Nesse momento, os setores liberais passaram, inclusive, a incorporar alguns discursos da esquerda. A imprensa liberal que ajudou a derrubar Goulart mudou seu discurso ao longo dos anos. Isso aconteceu porque a imprensa conseguiu através deste feito apagar seu papel enquanto mantenedora do regime. Claramente não se

trata apenas de cinismo por parte dos envolvidos, mas de uma construção da memória social que implica tensões, mudanças de posições e identidades no presente (NAPOLITANO, 2015).

O historiador destaca três momentos sobre a construção da memória social sobre o regime militar: o primeiro entre 1964 e 1974, em que temos o golpe de 1964, a derrota do reformismo de esquerda, a luta armada, maio de 1968, a derrota da esquerda no campo da luta armada e o trauma advindo deste fato, a partir de 1973, com a aniquilação da guerrilha. A segunda fase corresponde ao período de 1974 a 1994, momento no qual com o fim do regime e a posse do novo governo, passa a ser veiculada a imagem da ditadura como “lacuna histórica” e “usurpação do Estado pelo autoritarismo” (*Ibidem*). A terceira fase corresponde aos anos de 1995 a 2004, quando o Estado passou a criar uma política de memória, sustentada na memória das vítimas do regime. Chegara o momento das leis de reparação. A quarta fase, de 2004 a 2013, uma das mais complexas, porque de um lado temos as ações que visam ao aprofundamento de uma política de memória por parte do Estado, nos governos petistas, enquanto que de outro, temos a busca por revisionismos, por parte da sociedade civil, que marca uma fissura na memória hegemônica sobre o regime militar, construída desde 1970.

Bem, considerando as quatro fases da construção da memória sobre o regime militar, nas quais também se inserem nossas diferentes fontes – interpretadas como veículos de memória acerca das guerrilheiras do Araguaia – destacamos como esses diferentes veículos buscaram construir visões a respeito das mulheres que participaram da guerrilha. Considerando o período a que estão relacionadas, essas fontes procuram criar uma imagem a respeito dessas mulheres como mulheres ativas na atuação na guerrilha. Como vimos, no momento em que a sociedade passa a exigir a abertura democrática mais fortemente, os jornais também passam a expressar uma visão mais condescendente com militantes de esquerda. Nos artigos selecionados do *jornal O Estado de São Paulo*, pudemos perceber a representação das guerrilheiras modificadas em suas respectivas décadas, de acordo com o fato de que também a mobilização pela justiça social e por eleições diretas passou a ser mais presente no debate público. A imprensa modifica o discurso a respeito delas ao longo dos anos, de acordo com a modificação da memória social construída sobre o regime militar.

É possível perceber nas reportagens do *O Estado de São Paulo* nos anos 1970, uma representação das guerrilheiras como mulheres violentas, terroristas, pouco preocupadas com as

sociedades que elas pretendiam defender, embora seja possível perceber um interesse em representá-las, expondo até mesmo certa curiosidade. Ao longo dos anos, 1990 e 2000, essa representação muda, e o jornal passa a contribuir para a construção de uma imagem das militantes como vítimas do regime militar, endossando o debate na sociedade sobre a esquerda como vitoriosa no campo da memória. Em inúmeras reportagens, o periódico dá voz aos familiares de mortos e desaparecidos políticos que pretendem encontrar seus mortos. Deste modo, é possível perceber a tentativa da construção de uma memória das vítimas da ditadura.

Conforme destaca Joan Scott, historicamente os atributos construídos como femininos, tais como a arte do cuidado, a doçura, e a feminilidade foram aspectos inferiorizados nas sociedades ocidentais (SCOTT, 1990). Já as características tidas como masculinas, como a seriedade, a virilidade e a força física foram exaltadas. Nesse sentido, as guerrilheiras, ao recusarem-se a performar aspectos de feminilidade em razão das próprias exigências das organizações políticas, são representadas pelo *Estado de São Paulo* nos anos 1970 e 1980 como mulheres “perigosas”, “bravas” e “assassinas”; neste caso, os aspectos negativos são ressaltados, uma vez que essas mulheres se recusaram a ocupar o espaço que lhes era relegado no período, isto é, o ambiente do cuidado dos filhos, da família e do lar. Obviamente, militantes de esquerda, de modo geral, eram vistos como terroristas pela grande imprensa, porém, é possível argumentar que as mulheres contavam com um agravante pelo fato de serem mulheres e não performarem características do feminino.

Já no periódico “Resistência”, desde o início dos anos 1970, quando o jornal passou a circular, podemos encontrar uma tônica de defesa dos guerrilheiros e demais vítimas. Assume-se a defesa dos familiares dos mortos contra os arbítrios militares, motivo pelo qual foi censurado em diversas edições (MELO e SARMENTO-PANTOJA, 2020).

Percebemos que nos artigos publicados no *Estadão* a partir da década de 1990 há uma tentativa de destacar os feitos dos guerrilheiros e das guerrilheiras no processo de construção da guerrilha no campo, expressando a memória hegemônica do período, que “toma” o lado heroico dos feitos dos guerrilheiros. Deste modo, nos perguntamos o porquê do interesse em representar as guerrilheiras como pessoas que construíram ativamente a guerrilha? Por que a insistência em as representar como guerrilheiras bravas e exemplares?

É possível argumentar que o fato de as mulheres serem militantes já era algo considerado pela própria sociedade conservadora da época como desviante. Ser guerrilheira significava subverter os limites do gênero e ultrapassar as barreiras impostas às mulheres, que idealmente deveriam ser boas esposas e exemplos maternos. Podemos refletir que representar as guerrilheiras como personagens ativos na guerrilha parece cumprir o papel de provocar curiosidade e chamar a atenção do público leitor. Para Lidia Schneider Bristot, as mulheres revolucionárias eram consideradas “fora da norma”, algo a ser destacado nas reportagens. Para a imprensa, chamava a atenção também a figura da “loira dos assaltos”, que além de terrorista, era bonita (BRISTOT, 2017).

Paralelamente às reportagens elencadas, há outras encontradas no mesmo jornal que pretendem representar essas militantes. Tratam-se de revolucionárias, que a mão-armada, realizam expropriações em bancos e lojas. Ganha então destaque a tópica da militante loira e assaltante. Este outro tipo de reportagem, embora não trate das guerrilheiras rurais, foco deste artigo, mostra como as revolucionárias causavam curiosidade, interesse na sociedade da época. Isso porque, como mencionado, essas mulheres rompiam as barreiras de gênero, o que pode explicar, aliás, o interesse de OESP em representar as guerrilheiras do Araguaia como mulheres de ação ¹³. Ou seja, destacar o papel das revolucionárias como ativo implica em chamar a atenção do público a partir de análises de cunho sensacionalista e que repetidamente destacam o caráter esdrúxulo de suas ações.

Segundo Marcos Napolitano (2015) e Daniel Aarão Reis Filho (2014), a memória sobre a esquerda guerrilheira não só se torna disseminada na sociedade brasileira, como também é modificada de acordo com seu contexto de produção, na medida em que se passa a defender o passado de lutas, o que acaba por esconder o aspecto ofensivo do projeto socialista de sua empreitada (REIS FILHO, 2014). Ao mesmo tempo, passa a ser veiculada a representação da esquerda como jovens heroicos que deram a vida por uma nobre causa. Tratam-se de construções da memória social sobre o regime militar que foram afirmadas, sobretudo, a partir dos debates a respeito dos embates entre a esquerda e os militares envolvidos na luta ditatorial.

A visão expressa nos artigos dos anos 2000, do jornal *O Estado de São Paulo*, exprime o papel democrático da busca por documentos e informa sobre a luta dos familiares dos desaparecidos

¹³ As reportagens a que me refiro são “Loira chefia bando”, OESP, 1968. “Terroristas estão ligados a assalto”. 6.08.1968, OESP. “Cinco roubam 100 mil em cinco minutos”. OESP, 28.02.1969.

políticos. Essa visão parece bastante afinada à memória hegemônica sobre a ditadura, conforme afirma Marcos Napolitano, segundo o qual neste momento, a sociedade procurou retomar o período ditatorial do ponto de vista da “lacuna histórica” e “tempo do arbítrio”, apagando a colaboração que a sociedade civil exercera para a manutenção do regime. (NAPOLITANO, 2015)

Considerações finais

Os artigos produzidos pelo jornal *O Estado de São Paulo* modificam suas perspectivas a respeito das guerrilheiras, em diversos momentos. Nos anos 1970, as guerrilheiras foram representadas como mulheres temíveis, que disseminavam ideias antirreligiosas e que já assassinaram traidores (caso de Dina), mas também mulheres valentes, o que quer dizer que eram mulheres bem adaptadas à guerrilha rural e prontas para o combate armado quando necessário. Esse discurso parece estar afinado à memória hegemônica do período, segundo a qual considerava os guerrilheiros “terroristas”, embora também passe a considerar a ditadura como uma “lacuna histórica”, ainda percebemos que a tônica em relação aos militantes está para denunciar as ações dos guerrilheiros. Tais representações parecem dialogar com o momento de incertezas da abertura política no país. Em agosto de 1979, foi promulgada a Anistia. A atmosfera de debates para que fosse aprovada a lei incorpora inúmeras discussões relacionadas à abertura política, como a abertura do país aos exilados, o apelo ao perdão dos militares e o esquecimento do passado sombrio, marcado por torturas, perseguições e violência política.

Para concluir, é possível ainda discutir a respeito das representações das mulheres na sociedade brasileira ao longo das décadas de 1970 a 2000, pensando que a partir dos anos 1970 temos a incursão mais expressiva das mulheres no mercado de trabalho e o uso da pílula anticoncepcional; fatores que se intensificaram nos anos 1980 e 1990. No entanto, subsistiu na sociedade a representação do ideal de mulher, dona de casa e mãe. Tal imagem feminina perpassa essas décadas e com maior ou menor incidência está presente ainda hoje. Durante a ditadura militar, por exemplo, as mulheres guerrilheiras, conforme destaca Ana Maria Colling (1997), burlaram dois poderes: o da sociedade patriarcal, contrária à participação da mulher na política; e as ideias machistas presentes dentro dos próprios grupos de esquerda, que impunham diversos entraves para a plena participação da mulher na luta armada.

Durante os anos 1970, o *Estadão* representou as militantes como “bravas e de liderança fácil”, enaltecendo seu papel de liderança, porque de fato, era absolutamente incomum para o período a ocupação do espaço público pela mulher, fator que é reforçado pelo fato de elas participarem da guerrilha e serem incluídas pelo jornal no grupo dos chamados “terroristas”.

De maneira bastante diferente são representadas as guerrilheiras no periódico *Resistência*. As guerrilheiras são vistas como mulheres lutadoras e as famílias com o pleno direito de lutar para recuperar a memória dos familiares, cujos corpos até hoje não foram encontrados no Araguaia. Até hoje apenas 2 guerrilheiros tiveram as ossadas identificadas e foram sepultados pela família: Maria Lucia Petit da Silva e Bergson Gurjão¹⁴.

A partir da comparação entre as duas narrativas construídas pelos dois jornais podemos compreender melhor como as guerrilheiras foram representadas ao longo dos anos e como o tema do Araguaia suscitou inúmeros debates na imprensa, a despeito de ser um assunto sobre o qual pairam vários hiatos e silêncios, o que pode ser explicado pelo negacionismo que é associado ao tema, e a falta de registro por parte dos sobreviventes. Durante muito tempo, os militares tenderam a negar as torturas impingidas aos militantes. Do mesmo modo, a sociedade negou o ocorrido, por ser mais fácil do que acreditar que isso tenha de fato acontecido. (SOUSA, 2016, p.46).

Crimeia Alice Schmidt de Almeida negou durante muito tempo sua militância na Guerrilha do Araguaia, porque o evento foi negado pelas autoridades durante décadas e apenas recentemente a sociedade assumiu que o conflito no Norte do país realmente existiu. Ao contar suas memórias para Margareth Rago, Crimeia diz “Aí você fala, da guerrilha do Araguaia, e dizem: ‘mas essa guerrilha não existiu!’ (RAGO *apud* SOUSA, 2016, p. 46). Segundo Seligmann-Silva, a indizibilidade do testemunho ganha peso enquanto o negacionismo trata da irrealidade do vivido e afirma a impossibilidade de que algo tão excepcional possa ter acontecido (SELIGMANN-SILVA, 2005). O teor da irrealidade desconstrói o teor de realidade do restante do mundo.

¹⁴ Consultar o artigo: “Identificado segundo corpo de guerrilheiro do Araguaia”. *Estadão*. 7 jul 2009.

Referências bibliográficas

Fontes:

‘Encontrem Jana!’. Responsabilizo alguns generais: Antonio Bandeira, Hugo Abreu, Fragomeni, Médici...” Resistência, 9, 1979, pp. 18-19.

“A dor de quem não teve a chance de enterrar seus mortos”. O Estado de São Paulo, 07/04/1996.

“Araguaia, efetivo chegou a mil”. O Estado de São Paulo, 14/09/1978.

“Curió rompe silêncio e fala de mortes no Araguaia”. O Estado de São Paulo. 04/03/2004.

“Em Xambioá, a luta é conta guerrilheiros e atraso”. O Estado de São Paulo, 24/07/1972.

“Família enterra guerrilheira assassinada no Araguaia criticando omissão do PCdoB”. O Estado de São Paulo, 17/06/1996.

“Greenlagh quer reabrir processo sobre Araguaia.” O Estado de São Paulo, 25/05/2001.

“Guerrilha ainda é motivo de polêmica no Araguaia”. O Estado de São Paulo, 24/05/1996.

“Hugo Abreu nega ter admitido torturas”. O Estado de São Paulo, 13/09/1978.

Referências:

AQUINO, Maria A. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)**. O exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

BASTOS, Natalia. **Elas por elas**: trajetória de uma geração de mulheres de esquerda no Brasil – anos 1960-1980. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2007. 138 fl.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

BRISTOT, Lidia Schneide. Jovens rebeldes: gênero e juventude na Ação Libertadora Nacional e no Movimento de Liberación Nacional-Tupamaros (1966-1973). In: _____; Cintia Lima CRESCÊNCIO; SILVA, Janine Gomes da. **Histórias de gênero**. São Paulo, Verona, pp. 298-317.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia** – A esquerda em armas. São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.

CARVALHO, Luís. Na trilha do “povo da mata”. In: *Resistência*, dez.1980

_____. Nota aos leitores In: *Resistência*, julho de 1979.

CAVALCANTE, Ilane Ferreira. A vida feminina nos anos de chumbo: representações femininas no Brasil dos anos 1960 e 1970. **Revista Quipus**, Ano 1, n° 1, p.83-101, dez. 2011/maio 2012.

CAVALCANTI JÚNIOR, Ary Albuquerque. **“Para não dizer que não falei das flores”** :Memórias de mulheres na resistência à ditadura civil-militar (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2016. 125f.

_____. **As Dinas do Araguaia: diferentes trajetórias de uma luta contra a Ditadura Militar**. Tese (Doutorado em História) - Campus Dourados, Universidade Federal da Grande Dourados, 2020. 216 f.

_____. As mulheres brasileiras na ditadura civil-militar: avanços e abordagens em quase quatro décadas de resistência. **Fronteiras: Revista de História**. Dourados, MS, v.20, n.36, pp.177-199. jul/dez.2018.

_____. COLLING, Ana Maria. Dina do Araguaia: relações de poder e resistência na Guerrilha do Araguaia. In: NADER, Maria Beatriz e MORGANTE, Mirela. (Org). **História e Gênero**, Vitória: Ed. Mil Fontes, 2021, pp.57-78

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

CONRADI, Carla Cristina N. **“Memórias do sótão”**: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal do Paraná, 2015. 267 fl.

CORREA, Carlos Hugo Studart. **Em algum lugar das selvas amazônicas**: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974). Tese (Doutorado em história). Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em História. 2013. 619 f.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35,p.253-270, dez. 2007

FERREIRA, Xavier Elizabeth. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

INSUELA, Julia Bianchi Reis. **Visões das mulheres militantes na luta armada**: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil: 1968/1971). Dissertação (Mestrado em História) – Campus Valonguinho, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, 219f.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Século XXI, 2002.

MAIA, Iano Flavio, DANTAS, Renata SAVIGNANO, Veronica. **Guerrilheiras do Araguaia**: os caminhos de quatro jovens militantes. Campinas: Puc-Campinas, 2004.

MELO, Ivania; SARMENTO-PANTOJA, Tânia. A poética da resistência nos poemas sobre a Guerrilha do Araguaia: o corpus do jornal Resistência. In: **Aletheia**, Buenos Aires, vol.11, n.21, p.1-24, dez./2020 - maio./2021

MORAIS, Tais; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Coração civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar. (1964-1985). São Paulo: Intermeios, 2017.

_____. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15, pp. 9-44, 2015.

NOSSA, Leonêncio. MATA! - **O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, Maria Cláudia. **Mulheres na luta armada**. São Paulo: Alameda, 2018.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp/Fapesp, 1993.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres ditaduras e memórias** - “Não imagine que precise ser triste para ser militante. São Paulo: Intermeios, Fapesp, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura. (1969-1973). In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, pp. 367-379, maio-ago. 2017.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, pp. 77-99, 1995.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História**, São Paulo, v. 30, pp.71-98, jun. 2005. Acesso em: 13 mar. 2023.

SOUSA, Deusa Maria de. **Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia.** Doutorado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2011. 235f.

TELES, Janaína de Almeida. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972- 1974). **Revista História – Unisinos**, São Leopoldo, v. 18, n. 3, pp. 464-480, set./dez. 2014.

WOLFF, Cristina Scheibe. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960- 1985). **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, pp. 124-130, 2009.

_____. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul. (1968-1985). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, pp. 19-38, 2007.

Livros na fogueira: as chamas provocadas pela censura

Books at the stake: the flames caused by censorship

Gustavo Orsolon de Souza

Doutor em História Social

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

gustavouerj2018@gmail.com

Recebido em: 30/04/2023

Aprovado em: 07/02/2024

Resumo: O artigo tem o objetivo de analisar a entrevista de “Censura”, funcionário da Censura Federal, concedida ao *Jornal do Brasil*, em 1977, em um momento em que poucos aceitavam falar sobre as ações do governo. O foco do diálogo são os livros apreendidos e enviados para a incineração. A ideia é acompanhar o desenrolar do depoimento, contextualizando com outras fontes e bibliografia, para verificar as condições que levavam uma produção literária a ser encaminhada para a fogueira, assim como, conhecer as possíveis limitações relacionadas à censura de livros.

Palavras-chaves: Censura; Livros; Incineração.

Abstract: The article aims to analyze the interview of “Censura”, an employee of the Federal Censorship, granted to *Jornal do Brasil*, in 1977, at a time when few accepted to talk about government actions. The focus of the dialogue is the books seized and sent for incineration. The idea is to follow the development of the statement, contextualizing it with other sources and bibliography, to verify the conditions that led a literary production to the stake, as well as to know the possible limitations related to the censorship of books.

Keywords: Censorship; Books; Incineration.

Introdução

As perseguições aos considerados heréticos aconteceram desde a Antiguidade. Para Cícero Sandroni, foi em Roma que o “cargo de censor” apareceu pela primeira vez, cabendo, a ele, “contar e classificar os habitantes” da cidade. Ao verificar alguma “violação” poderia, o censor, cassar os “direitos civis” ou a “função pública” do indivíduo (SARDONI, 1979, p. 08). Ainda segundo o autor, após a instauração da tirania em Roma, alguns escritores foram degolados, e tiveram seus livros incinerados em praça pública, como forma de calar suas vozes.

Na Idade Média não foi diferente. Neste período, uma instituição ganhou destaque: o Tribunal do Santo Ofício. De acordo com Maria Luiza Tucci Carneiro, o Tribunal do Santo Ofício atuou em nome da justiça e da fé, levando para a fogueira os feiticeiros, os bigamos e todos aqueles que escreviam e publicavam pensamentos considerados proibidos (CARNEIRO, 2002, pp. 26-27). A função do Tribunal foi criar um mundo considerado perfeito, onde os “desvios e a livre-crítica não tinham lugar”. Neste contexto, o fogo foi o maior símbolo, pois, através dele, todo o “mal” era transformado em cinzas, em um legítimo ato de “purificação”.

Além dos hereges, as ideias consideradas impróprias precisavam ser apagadas do meio social perfeito, idealizado pela Igreja. Sendo assim, os livros com conteúdos pecaminosos também precisavam ser transformados em pó, o que levou muitos à fogueira como demonstração de purificação e punição a seus idealizadores. Essa prática não acabou ao longo dos séculos, pelo contrário, foi muito utilizada em outros tempos, principalmente em regimes políticos de repressão que viam determinadas obras literárias como um perigo em potencial (*Ibidem*, pp. 27-28).

De acordo com Sandra Reimão, uma das primeiras medidas tomadas pelos regimes autoritários foi “restringir a liberdade de expressão e opinião”, como forma de intimidar e calar as “vozes discordantes” (REIMÃO, 2014, pp.75-90). No Brasil, Laurence Hallewell apresentou um episódio de queima de livros no estado da Bahia, em 19 de novembro de 1937, em pleno governo de Getúlio Vargas (HALLEWELL, 1985, p. 370). Neste dia, algumas centenas de livros foram queimadas por determinação do Interventor da Região, o coronel Antônio Fernandes Dantas. Carneiro, que também mencionou o episódio, afirmou que a principal justificativa para a apreensão e incineração dessas obras era por espalhar o “credo vermelho” (CARNEIRO, 2002, p.30).

O episódio chamou bastante atenção, deixando a população “perplexa” em frente à Escola de Aprendizes de Marinheiros, em Salvador, bem próximo ao Elevador Lacerda. A grande fogueira transformou em cinzas 1.827 exemplares (RAMOS, 2012, p. 01). Os autores mais atingidos neste ato foram “Jorge Amado e José Lins do Rego” (CARNEIRO, 2002, p. 30). Sobre Jorge Amado – escritor baiano de esquerda já bastante famoso nesta época –, Ramos afirmou que foram 1.694 livros incinerados (RAMOS, 2012, p. 01). Dentre os títulos, destacam-se: *Capitães de Areia*, *Mar Morto*, *Cacau*, *Suor*, *O País do Carnaval*. Do escritor paraibano José Lins do Rego, também renomado naquele período, o alvo foi o livro *Menino de Engenho*.

Mesmo autores considerados “moderados”, como Gilberto Freyre, não escaparam à fogueira do período varguista. Seu livro *Casa Grande e Senzala* foi considerado “antinacional”, “pernicioso” e “anarquista”, sendo necessária a sua rápida apreensão e sua incineração, em seguida. Igualmente aconteceu com os livros infantis de Monteiro Lobato e com a tradução de Cecília Meireles do livro *As Aventuras de Tom Sawyer*, do escritor norte-americano Mark Twain (HALLEWELL, pp. 370-371).

De acordo com Carneiro, foi um momento em que a busca por livros perigosos foi incessante, tudo em prol da purificação (CARNEIRO, 2002, p. 30). Para esse rastreio incansável, os censores percorriam “livrarias, depósitos de editoras e bibliotecas”, levando, quase sempre, a uma destruição “em massa”, como afirmou Nara Lya Cabral Scabin (SCABIN, 2018, pp. 54-69).

Se no governo de repressão varguista a caça aos livros considerados nocivos foi incansável, não seria diferente durante o período da ditadura civil-militar, instaurado em 1964. Neste momento, a censura passou a ser uma prática comum e regularizada pela Constituição de 1967 (REIMÃO, 2014, pp. 75-90).

A censura tornou-se mais forte e violenta, principalmente com a decretação o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, gerando uma grande perseguição aos políticos de esquerda, aos intelectuais e aos artistas considerados subversivos. Costa e Silva, o então presidente, defendeu com a criação deste ato, o combate ao “inimigo interno” e a “reformulação do aparato repressivo” (TAMAS, 2019, p. 18).

Foi também Costa e Silva que sancionou, em 21 de novembro de 1968, a Lei nº 5.536, que tratou “sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas” e criou o “Conselho Superior de Censura”. O objetivo foi gerar classificações etárias para peças de teatros e obras cinematográficas, assim como, censurar conteúdos contrários “à segurança nacional e ao regime representativo e democrático” (BRASIL, 1968).

A partir deste momento, a repressão estatal contra os livros considerados impróprios atingiu “diversos níveis”, um controle que passou pelas “editoras e livrarias”, pelos profissionais do “mundo editorial” e pelas “pessoas físicas” (CASTRO, 2016, p. 88). Alguns jornais da época – de oposição – apontavam as atrocidades cometidas pelo governo, e estampavam em suas páginas matérias relacionadas ao mundo intelectual e literário.

Segundo uma matéria publicada pelo *Jornal do Brasil*, em 28 de maio de 1977, o ato de incinerar costumava ser o rito final da censura. O ritual praticado foi uma forma de tirar de cena o material físico, assim como, uma maneira simbólica de queimar aquele que deu vida a obra, o

autor e também o próprio editor. O *JB* citou alguns dos vários autores queimados nesses rituais, como, Rubem Fonseca, Ignácio de Loyola e José Louzeiro. Em casos específicos, por exemplo, o ritual final poderia ser outro: além da cremação do livro, seu autor enquadrado no Artigo nº 234 do Código Penal, quando se tratava de algum assunto considerado obsceno (*JORNAL DO BRASIL*, 1977, p. 6).

Tendo como fonte principal a matéria publicada pelo *JB*, em 1977, encontrada na hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a ideia deste artigo será realizar um estudo exploratório-descritivo, para entender alguns aspectos relacionados à apreensão e à queima dos livros considerados impróprios pela censura. Essa fonte se tornou relevante por trazer a visão de um funcionário da Censura Federal que aceitou falar com o jornal, em um momento em que poucas pessoas ligadas ao governo concediam entrevistas. Logicamente, o depoimento do funcionário será confrontado e contextualizado com outras fontes examinadas, como, por exemplo, Autos, Declarações e Ofícios encontrados no Arquivo Nacional, inseridos no Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas; e a própria bibliografia já produzida sobre o assunto. Assim, o interessante nas próximas linhas será acompanhar a entrevista do funcionário, observando dois aspectos: os motivos que levavam à apreensão e à queima de livros durante o período da ditadura civil-militar e as possíveis falhas do sistema de censura.

Apreensão e Incineração dos Livros

Durante o período da ditadura civil-militar, os meios de comunicação, como, “filmes, peças teatrais, discos, apresentações de grupos musicais, cartazes e espetáculos públicos”, passaram a ser avaliados pelo “Ministério da Justiça (MJ) por meio do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), setor do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP)”. A partir de 1970, “livros e revistas também passaram a ser examinados pelo SCDP-DCDP” (MARCELINO, 2006, p. 26). O SCDP foi criado na década de 1940 em substituição ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – posteriormente chamado de Departamento Nacional de Informações (DNI) –, que vigorou no governo de Getúlio Vargas, historicamente lembrado como Estado Novo. A atuação do DIP, e depois DNI, agiu mais diretamente na censura à imprensa, enquanto o novo órgão, o SCDP, visou atuar de forma incisiva nas questões envolvendo “a moral e os bons costumes do povo brasileiro” (*Ibidem*).

Vale mencionar também que em 1970, entrou em vigor o Decreto-lei nº 1.077, com o objetivo de vetar publicações que ofendesse a moral e os bons costumes. Foi o momento da

legalização da censura prévia. O Decreto foi elaborado pelo Ministro da Justiça e apoiador do AI-5, Alfredo Buzaid (*Ibidem*, p. 39). O documento foi sancionado por Emílio Garrastazu Médici, o então Presidente da época. O novo instrumento de lei possibilitou a censura prévia, levando à “busca e apreensão” de livros e revistas considerados ofensivos; e também proibia programas de rádio e de televisão e espetáculos públicos com conteúdo impróprio (BRASIL, 1970). A ideia de Buzaid com essa lei foi focar mais nas publicações de livros e revistas, e não em jornais (SOUZA, 2022, pp. 108-109).

Após a instauração do SCDP, os ataques às editoras foram mais fortes. No Rio de Janeiro, por exemplo, quatro editoras foram alvos constantes, tendo vários títulos apreendidos. Foram elas: a Civilização Brasileira; a Paz e Terra; a Zahar; e a Vitória (PEREIRA, 2010, p. 130). Sobre a Civilização Brasileira, por exemplo, autores como Carlos Heitor Cony, Isaac Deutscher, Elói Dutra, Otavio Ianni, Barbosa Lima Sobrinho, Cláudia de Araújo Lima, Franklin de Oliveira e Nelson Werneck Sodré, foram os preferidos dos censores (GALUCIO, 2009, pp. 141-142).

O *Jornal do Brasil* trouxe, em maio de 1977, a matéria que guiará este artigo, sobre a incineração de livros apreendidos. Com o título “Livro Apreendido vai para a Fogueira”, a abordagem do periódico visou entender o que acontecia com o material depois que os censores o impedia de circular. Para isso, o *JB* contou com uma fonte quente para o momento, o depoimento de um funcionário da Censura Federal que, por razões óbvias, não foi identificado pelo nome verdadeiro, sendo chamado pelo pseudônimo de “Censura” (*JORNAL DO BRASIL*, 1977, p. 6).

A primeira pergunta ao depoente foi se os censores liam todos os livros publicados no Brasil ou se o sistema contava com denúncias anônimas. Certamente, o periódico já suspeitava dessa fraqueza do sistema e aproveitou a oportunidade para instigar o depoente, assim, poderia demonstrar para o leitor as possíveis falhas da censura. Em resposta, “Censura” foi lacônico ao afirmar que não, pois de acordo com uma portaria baixada pelo Ministério da Justiça, em 1970, somente eram apreendidos livros com conteúdos relacionados à moralidade, ao sexo e aos bons costumes, e que livros didáticos, técnicos e filosóficos, ficavam de fora. Aqui o depoente se esquivou da responsabilidade de uma resposta mais detalhada, preferindo fazer referência ao Decreto-Lei nº 1077/70 e a Portaria 11-B, de 24 de fevereiro de 1970, que já era de conhecimento de todos naquela época. De acordo com o Decreto-Lei, não seriam “toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação”, e que caberia ao “Ministro da Justiça, através do Departamento da

Polícia Federal verificar, julgar se necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente” (BRASIL, 1970). E, de acordo com a Portaria 11-B, publicada no mesmo mês, estariam isentos os livros didáticos, técnicos e filosóficos.

Se os censores não liam todos os livros publicados, como afirmar que todos tratavam de assuntos relacionados à moralidade, ao sexo e aos bons costumes? E como esses livros chegavam às mãos deles para serem avaliados e encaminhados para o Ministro da Justiça? Não há uma resposta única e precisa para responder a essas questões, mas algumas observações são válidas e talvez ajudem na reflexão.

Fica óbvio no depoimento de “Censura” que não havia funcionários suficientes para avaliar tudo o que era produzido e publicado, demonstrando carência de mão de obra especializada para o serviço. De acordo com Ana Marília Carneiro, por conta de uma determinação legal do ano de 1967, a “Administração Pública” não estava autorizada a abrir vagas de concursos para o cargo de censor, devendo aproveitar os “servidores federais” disponíveis para exercer a função. Diante desta impossibilidade, a saída encontrada foi a contratação temporária, como ocorreu em 1970, de “30 censores e 100 fiscais durante sete meses” (CARNEIRO, 2013, pp. 183-184). Mesmo com um concurso público ocorrido em 1974, as contratações continuaram ocorrendo. Para se ter uma ideia do volume de material a ser avaliado, Reimão afirmou que fazer uma censura prévia seria “inexequível”, visto que somente no ano de 1971 foram publicados mais de 9.000 títulos inéditos, o que demandaria um número expressivo de censores leitores (REIMÃO, 2014, pp. 75-90).

O reduzido número de censores para a quantidade de trabalho, possivelmente, os levaram a criar algumas estratégias para capturar as obras com conteúdo considerado nocivo, como, por exemplo, desenvolver um olhar mais atento para as obras que traziam algum indício sexual logo no título, ou focar nos autores que tradicionalmente abordavam temáticas consideradas proibidas, como, por exemplo, de cunho marxista. Como verificou Maria Luiza Carneiro, a literatura marxista foi o alvo preferido deles, que viam as “obras dos intelectuais de esquerda” como uma grande ameaça, sendo consideradas “subversivas” (CARNEIRO, 2002, p. 163-164).

A própria ferramenta do Decreto-Lei nº 1077/70, não deixou de ser outro recurso utilizado pelos censores para caçar os livros impróprios. Conforme os autores solicitavam a censura prévia, os censores ficavam mais atentos e concentrados no teor daquela obra.

Mas não há como saber qual foi a forma mais utilizada pelos censores. Todas, sem dúvida, tiveram o seu grau de importância, inclusive as denúncias anônimas – bastante comuns no

período –, e que contribuíram para que eles tivessem acesso aos livros considerados “perigosos”. Sobre as denúncias anônimas, por exemplo, qualquer cidadão poderia fazê-la ao Ministério da Justiça caso considerasse a obra imprópria, cabendo à assessoria do Ministro elaborar um parecer oficial. Em mãos do parecer, o Ministro decidiria sobre a apreensão, informando à Polícia Federal (SCABIN, 2018, pp. 54-69).

A partir dessas reflexões, fica evidente que o sistema possivelmente foi falho, com a necessidade de vários recursos para capturar o maior número de material considerado nocivo. Em outro momento da entrevista, a vulnerabilidade do sistema voltou a aparecer. O *JB* questionou quem era, de fato, o responsável por censurar. Afinal, o Ministro assinava o parecer de apreensão, mas quem fazia a averiguação não era ele. Partindo desse princípio, o periódico citou as seguintes alternativas para o depoente: “os censores”, “os chefe dos censores”, “o chefe do gabinete do Ministro” ou o próprio “Ministro”. O depoente afirmou com firmeza que isso era competência do Ministro. Porém, antes do seu parecer, era preciso saber se o livro estava inserido em uma lista de obras proibidas por conter assuntos relacionados à moralidade, ao sexo e aos bons costumes. Em caso afirmativo, o livro era avaliado pelos censores, que enviavam uma comunicação ao Ministro. Após apreciar a comunicação dos censores, o Ministro apontava a decisão final de apreender ou não o título. Ou seja, o trabalho de averiguar ficava nas mãos dos censores, cabia ao Ministro assinar o documento, concedendo legitimidade a ele.

Aqui o depoente deixou mais uma pista importante: uma lista de títulos proibidos. Mas quem idealizou a lista? Que critérios foram utilizados e quantos títulos foram inseridos nela? Sobre essas questões o periódico não mencionou na entrevista. Mais uma vez uma resposta precisa e esclarecedora não foi possível. Como bem salientou Reimão, entre os anos de 1964 e 1968, a censura no país foi “confusa e multifacetada, pela ausência de critérios mesclando batidas policiais, apreensões, confiscos e coerção física”, ou seja, não houve a “estruturação de um sistema único de censura a livros” e, o que tudo indica, é que essa estrutura, ou melhor, essa falta de estrutura permaneceu ao longo dos anos seguintes (REIMÃO, 2014, pp. 75-90).

Sobre um possível curso de capacitação, por exemplo, Maria Mercedes Dias Ferreira Otero afirmou que ele até existiu para aperfeiçoar e qualificar os censores, principalmente no setor do cinema (OTERO, 2003, p. 67). Porém, não houve uma formação destinada à censura de livros. Segundo ela, por ser um “meio de comunicação sofisticado”, não seria possível realizar um curso de aproximadamente uma ou duas semanas para habilitar os censores na tarefa de enquadrar uma obra literária. Dessa forma, a responsabilidade recaía sobre os Delegados

Regionais, ligados ao Departamento da Polícia Federal. Os Delegados possuíam a permissão de contratar “colaboradores”, desde que conservasse habilidades morais e intelectuais para a tarefa.

Sem um curso de formação para os censores de livros, o *JB* perguntou ao depoente como estava o andamento da formalização de um documento contendo os regulamentos e as leis da censura. Na verdade, o periódico estava se referindo a um projeto em tramitação desde 1973, intitulado Consolidação das Leis de Censura – CLC. Como noticiou o periódico *O Estado de Mato Grosso*, a proposta consistia em elaborar um instrumento “adequado” que possibilitasse “racionalizar o serviço” (*O ESTADO DO MATO GROSSO*, 1973, p. 05).

Esse anteprojeto, como ficou conhecido, foi uma proposta do General Nilo Capena, ex-diretor do Departamento de Polícia Federal. Tal proposta foi acolhida e cunhada no governo do Presidente Médici, dentro do Ministério da Justiça que, na época, tinha como representante Alfredo Buzaid. A expectativa parecia ser boa na visão dos representantes cinematográficos que estiveram reunidos com o Ministro, em julho de 1973. Após o encontro, saíram com a promessa de um estudo cuidadoso sobre toda a legislação referente à censura, embora soubessem que o anteprojeto só seria submetido ao Congresso Nacional no governo seguinte, do Presidente Ernesto Geisel (*JORNAL DO BRASIL*, 1973, p. 13).

A expectativa não virou realidade. Voltando a entrevista do funcionário da Censura Federal, concedida ao *JB*, o anteprojeto ainda estava engavetado:

A consolidação das leis de censura ainda está em exame do Ministério da Justiça. O grupo de trabalho encarregado de sua elaboração já terminou o seu trabalho. Acredito que ainda não tenha chegado às mãos do Ministro. Deve estar nas mãos dos assessores para revisão. (*JORNAL DO BRASIL*, 1973, p. 13).

A incerteza de “Censura” deixou claro que o tal documento estava travado em algum setor, sem qualquer interesse dos responsáveis em dar andamento a ele. Nesta época, o Ministro da Justiça era Armando Falcão, sucessor de Alfredo Buzaid, já no governo do Presidente Geisel.

Um pouco antes, em 1976, o próprio *JB*, já havia publicado uma entrevista de Falcão, que demonstrou não ter qualquer preocupação em aprovar a Consolidação das Leis de Censura – CLC. Ao ser questionado sobre o documento, Falcão respondeu:

Eu não estou preocupado com a censura. Interessam-me os delitos de trânsito, as novas formas de pena, construção de penitenciárias. O delito de trânsito não deve jogar o seu autor na promiscuidade das penitenciárias. Os nossos projetos são tão importantes que a nova lei de tóxico foi pedida ao Ministério para servir de modelo a um país estrangeiro (não me lembro o nome do país). Vejam também que recentemente assinei portarias nomeando quase 300 novos funcionários para a Polícia Federal, o que

demonstra uma preocupação de suprir os sistemas de segurança de pessoal qualificado. (JORNAL DO BRASIL, 1976, p. 02).

No mesmo período em que foi cunhado o anteprojeto de Consolidação das Leis de Censura – CLC, também estava sendo elaborado outro documento: o *Dicionário: Segurança Nacional e subversão (teórico e prático)*. Este *Dicionário* foi idealizado pelo delegado carioca Zonildo Castello Branco, e publicado em 1977. Dayane Rúbila Lobo Hessmann interpreta este documento como uma espécie de “cartilha”, em que Castello Branco instruía os “agentes repressivos a identificar e combater os seus opositores do governo” (HESSMANN, 2011, pp. 47-48).

O *Dicionário* demorou cerca de quatro anos para ser elaborado, sendo preparado também no governo do Presidente Médici, ou seja, entre os anos de 1969 e 1974. Entretanto, “as leituras, a redação, a organização dos verbetes e a publicação”, ocorreram durante o governo do Presidente Geisel (*Ibidem*, p. 58). O *Dicionário* não possui número de ISBN, e foi distribuído, segundo a autora, clandestinamente em forma de “fotocópias”, passando de “mão em mão” e possivelmente compartilhado com as “bibliotecas da Secretaria de Segurança e as delegacias” (*Ibidem*, pp. 47-48).

Ao ser criticado pelo *Dicionário*, o autor afirmou se tratar “de uma obra leve, e produto de simples compilação. Não visa, senão, socorrer, dentro do possível, aos que necessitam de ajuda para o bom desempenho de suas missões” (*Ibidem*, pp. 48-49).

Não tem como afirmar, neste momento, se o *Dicionário* circulou somente a partir de 1977. Talvez os primeiros rascunhos possam ter ganhado as ruas antes disso, sendo mais uma ferramenta usada pelos censores para identificar a produção literária contrária aos preceitos da ordem militar. É apenas uma hipótese que precisa ser aprofundada em estudos futuros. O que vale mencionar neste momento é que não havia um documento oficial, elaborado pelo governo, com definições claras para orientar os censores de livros, nem mesmo um curso específico de formação. Assim, reitero a interpretação de Reimão concordando que a censura foi “confusa” e “multifacetada”, porém, acrescento que tais características não ficaram concentradas apenas entre anos de 1964 e 1968, mas perpassaram para os anos seguintes (REIMÃO, 2014, pp. 75-90).

Enquanto Falcão estava preocupado com os “delitos de trânsito” e com a “construção de penitenciária”, diversos títulos já haviam sido queimados. Somente no ano de 1976, mais de 12.000 volumes foram levados para a incineração. De acordo com o Ofício nº 322/76, emitido por Wilson de Queirós Garcia – chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas – para Rogério Nunes – Diretor de Divisão de Censura de Diversões Públicas, 12.246 volumes foram

apreendidos pela SCDP que, segundo Garcia, trazia “conteúdo atentatório à moral e aos bons costumes”, e que já estavam a mais de 120 dias apreendidos (*Ofício* n° 322./76).

Ao todo, 112 títulos compunham a lista dos volumes apreendidos. Dentre eles destacam-se: *Emmanuelle – A Anti-Virgem*, de Emmanuelle Arsan, com 2.291 volumes; *Chinesinha Erótica*, de Brigitte Bijou, com 6 volumes; *A Aliciadora Feliz*, de Xaviera Hollander, com 23 volumes; *Confidências de Um Conquistador de Criadas*, de Hernani de Irajá, com 68 volumes; e *O Preço de Marta*, de Marcia Fagundes Varela, com 1 volume (*Ofício* n° 322/76).

Em fevereiro de 1977, mais um total de 890 volumes foram incinerados, como pode ser visto na Declaração emitida por Carlos Leão de Souza Bandeira, funcionário do Aeroporto Internacional de Brasília:

Declaro para devidos fins de direito que, às 10:00 hs do dia 27.01.77, foi cremado no incinerador do Aeroporto Internacional de Brasília, aproximadamente 3.000 kgs de filmes, VT's, revistas, livros, fitas magnéticas e discos, conforme solicitado do Ministério da Justiça – Departamento da Polícia Federal, através do ofício n° 753 de 27.10.76. O serviço foi executado pelo Setor de Incineração do EMNT, na presença dos Srs. Carlos Magalhães Rodrigues, Neide Fernandes Rosa e Artur Puglia, representantes do DPF (*DECLARAÇÃO*, 1977).

Além dos livros, a incineração também foi feita com outros materiais apreendidos, como filmes, revistas, fitas magnéticas e discos. Na listagem apresentada, 76 títulos foram queimados. Além de *Chinesinha Erótica*, com 21 volumes, estavam também, entre outros, *A Amante de Kung Fu*, de Lee Van Lee, com 9 volumes, e *Cartas Eróticas de Marilyn*, de Marilyn Whitney, com 3 volumes. (*Ibidem*).

Como afirmou o depoente “Censura”, em 1977, não havia um número exato ou, pelo menos, aproximado de livros incinerados. Acredito que ainda hoje exista esta lacuna, visto que, seria necessária uma pesquisa quantitativa e qualitativa bastante cuidadosa para se chegar a uma estimativa, até porque as incinerações ocorreram em várias localidades do país, como pode ser observado em dois Autos de estados diferentes: um do Rio Grande do Sul e o outro do Ceará. No Auto de Incineração, assinado por Roque Feliz Maggioni, Técnico de Censura, em novembro de 1977, na cidade de Porto Alegre, constava a seguinte mensagem:

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e sete, na Companhia de Papel e Papelão Pedras Brancas, situada na Rua Comendador Ismael Chaves Barcelos, s/n°, no 1° Distrito do município de Guaíba-RS, assistido pelos Agentes da Polícia Federal, Floriano Molon e Nilson Ubirajara da Rosa Pacheco, cumprindo determinação do Senhor Chefe desse serviço, eu, Roquete Feliz Maggioni, Técnico da Censura, Chefe da Seção de Fiscalização, procedi a incineração do material a seguir discriminado: 1.035 (um mil e trinta e cinco) exemplares do jornal “Opinião” n°

231; 2 exemplares do livro “Cartas à Xaviera” e 1 (um) exemplar do livro “Meu Jardim Secreto” (...)” (AUTO, 1977).

Como destacado no Auto, dois livros estavam na lista: *Cartas à Xaviera*, de autoria de Xaviera Hollander, e o livro *Meu Jardim Secreto*, de autoria de Nancy Friday. Um pouco antes, em fevereiro de 1977, no Auto de Incineração de Fortaleza, assinado pela Chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas, Francisca Iêda Moreira Augusto, dois exemplares do livro *Último Tango em Paris*, de Robert Alley, foram encaminhados para a incineração (*Ibidem*).

Esses Autos são exemplos de que a incineração não acontecia de forma isolada em uma determinada região do Brasil, e sugere também a dificuldade em reunir tantas fontes referentes a livros apreendidos e queimados.

A única certeza é o tempo de espera para que o material apreendido fosse incinerado: 120 dias. Segundo “Censura”, em 1977, era este o tempo necessário para que alguma medida judicial contra apreensão fosse apresentada. Caso contrário, de acordo com a lei vigente, tudo poderia ir para fogueira (*JORNAL DO BRASIL*, 1977, p. 6).

Considerações Finais

A prática de incineração de livros em praça pública como forma de silenciar e purificar vem de longa data. Desde a antiguidade, os escritores foram perseguidos e tiveram suas obras condenadas pelos órgãos estatais.

No Brasil, as práticas de purificação das ideias discordantes ganharam força no governo getulista, principalmente após a instauração do Estado Novo, em 1937. Porém, foi a partir do regime civil-militar, instalado em 1964, que a prática de coibir ganhou contornos mais espessos, embora sem critérios muito bem definidos para apreender e queimar.

No depoimento de “Censura” ficou claro que o sistema de censura foi falho. Não havia número suficiente de funcionários para avaliar o volume de material que era produzido por ano. A contratação temporária, estratégia do governo para amenizar a carência de censores e os atrasos com as devoluções dos pareceres, não foi eficaz para resolver o problema da alta demanda.

Se não bastasse a carência de funcionários, havia também a questão da falta de instrumentos oficiais que pudessem auxiliá-los na tarefa de vetar os livros. Essa vulnerabilidade de critérios bem alinhados e definidos é outro indício da desordem dentro do próprio sistema,

sugerindo a hipótese de que os censores lançaram mão de critérios pessoais para construir os pareceres que seriam encaminhados ao Ministro.

A entrevista de “Censura” não foi longa, ocupando aproximadamente 1/4 de uma página. Entretanto, as informações fornecidas por ele foram suficientes para tecer esse breve panorama dos bastidores da censura de livros durante o período da ditadura civil-militar. Muito ainda precisa ser investigado a partir desta entrevista, pois “Censura” deixou importantes pistas que carecem de estudos mais aprofundados. Este texto foi apenas uma reflexão inicial. Afinal, a história do livro é um campo rico e que merece bastante atenção, principalmente para se entender parte da história política e social do Brasil.

Referências bibliográficas

Fontes:

BRASIL. Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 26 de janeiro de 1970. Disponível na internet via: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm. Acesso em: 24/01/2020.

BRASIL. Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968. Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. Brasília, DF, 21 de novembro de 1968. Disponível na internet via: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15536.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.536%2C%20DE%2021%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201968.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20censura%20de,Art. Acesso em: 28/04/2021.

Censura Deverá ser Reformulada. In: **O Estado do Mato Grosso**, 23/05/1973. Nacional, p. 05. Disponível na internet, no Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional, via: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&pesq=%22consolida%C3%A7%C3%A3o%20das%20leis%20de%20censura%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br&pagfis=18338>. Acesso em: 25/02/2023.

Falcão Diz que Censura não o Preocupa e quer Distância da Notícia. In: **Jornal do Brasil**, 24/12/1976. 1º Caderno, p. 02. Disponível na internet, no Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional, via:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22consolida%20a7%20c3%20a3o%20das%20leis%20de%20censura%22&pagfis=87261. Acesso: 25/02/2023.

Livro Apreendido vai para a Fogueira. In: **Jornal do Brasil**, 28/05/1977. Livro, p. 06. Disponível na internet, no Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional, via: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=livros%20proibidos&hf=memoria.bn.br&pagfis=98012. Acesso em: 24/02/2023.

Registros Públicos. In: **Jornal do Brasil**, 16/07/1973. 1º Caderno, p. 13. Disponível na internet, no Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional, via: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22consolida%20A7%20C3%20A3o%20das%20leis%20de%20censura%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br&pagfis=14033. Acesso em: 25/02/2023.

SANDRONI, Cícero. Quem Vai Apagar a Grande Fogueira de Livros?. In: **Jornal do Brasil**, 09/03/1979. Disponível na internet, no Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional, via: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22cassandra%20rios%22&pagfis=135675. Acesso em: 17/03/2023.

Serviço Nacional de Informação. **Auto**, 01 de fevereiro de 1977. Fundo: Divisão de Censura de Diversões Públicas. Código de Referência: BR DFANBSB NS AGR CDO 0004 d0001de0001. Disponível na internet, no Acervo Digital do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil, via: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=Chinesinha%20Er%C3%B3tica&v_fundo_colecao=. Acesso em: 25/02/2023.

Serviço Nacional de Informação. **Auto**, 28 de novembro de 1977. Fundo: Divisão de Censura de Diversões Públicas. Código de Referência: BR DFANBSB NS AGR CDO 0004 d0001de0001. Disponível na internet, no Acervo Digital do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil, via: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=Chinesinha%20Er%C3%B3tica&v_fundo_colecao=. Acesso em: 25/02/2023.

Serviço Nacional de Informação. **Declaração**, 03 de fevereiro de 1977. Fundo: Divisão de Censura de Diversões Públicas. Código de Referência: BR DFANBSB NS AGR CDO 0004 d0001de0001. Disponível na internet, no Acervo Digital do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro –
– Brasil, via:

https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=Chinesinha%20Er%C3%B3tica&v_fundo_colecao=. Acesso em: 25/02/2023.

Serviço Nacional de Informação. Ofício nº 322/76. Assunto: **Encaminhamento**, 18 de maio de 1976. Fundo: Divisão de Censura de Diversões Públicas. Código de Referência: BR DFANBSB NS AGR COF ISI 0091 d0001de0001. Disponível na internet, no Acervo Digital do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Brasil, via: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_ns/agr/cof/isi/0091/br_dfanbsb_ns_agr_cof_isi_0091_d0001de0001.pdf. Acesso em: 25/02/2023.

Referências:

CASTRO, Ana Caroline. Livros como Prova de Subversão: um processo judicial. In: REIMÃO, Sandra (org.). **Livros e Subversão: seis estudos**. Cotia- SP: Ateliê Editorial, 2016.

CARNEIRO, Ana Marília. **Signos da Política, Representações da Subversão: a Divisão de Censura de Diversões Públicas na ditadura militar brasileira**. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte – BH: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2013.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros Proibidos, Ideias Malditas**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/SP; Fapesp, 2002.

GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. **Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias intelectuais, empresários e militância política**. Tese de Doutorado em História. Niterói – RJ: Universidade Federal Fluminense – UFF, 2009.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil – sua história**. Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz: EDUSP, 1985.

HESSMANN, Dayane Rúbila. **Cartilha da Repressão: os ensinamentos de um delegado sobre a subversão e a Segurança Nacional**. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba – PR: Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2011.

MARCELINO, Douglas Attila. **“Salvando à Pátria da Pornografia e da Subversão”**: a censura de livros e diversões públicas nos anos de 1970. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro – RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2006.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. **Censura de Livros Durante a Ditadura Militar (1964-1968)**. Tese de Doutorado em História. Recife-PE: Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2003.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. **A Lista Negra dos Livros Vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela polícia política no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro – RJ: Museu Nacional/UFRJ, 2010.

REIMÃO, Sandra. “Proibido a Publicação e Circulação...” – censura livros na ditadura militar. In **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 28, n. 80, pp. 75-90, jan. 2014. Disponível na internet via: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/79684/83686>. Acesso em: 26/02/2023.

SANDRONI, Cícero. Quem Vai Apagar a Grande Fogueira de Livros?. In: **Jornal do Brasil**, 09/03/1979. Caderno B, p. 08. Disponível na internet, no Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional, http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22cassandra%20rios%22&pagfis=135675. Acesso em: 17/03/2023.

SCABIN, Nara Lya Cabral. Heranças Censórias: mecanismos, efeitos e significado cultural da censura a livros em momentos de ditadura e democracia. In: **Revista Eptic**. Aracaju – SE, vol. 20, n. 02, pp. 54-69, maio-agosto 2018. Disponível na Internet via: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/9615/7448>. Acesso em: 05/03/2023.

SOUZA, Gustavo Orsolon de. **Editora Alfa-Omega: produção literária em tempos de censura (1973-1984)**. Tese de Doutorado em História Social: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP, 2022.

TAMAS, Elisabete Fernandes Basílio. **A Tortura em Questão: a disputa de memórias entre militares e militantes**. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo – SP: Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, 2009.

História e linguagem: O (dis)curso de “Botão de Rosa” como lampejo no desnudamento da ditadura militar brasileira

History and language: The (dis)course of “Rose Button” as a
lampejo in the denudement of the Brazilian military dictatorship

Andréia Souza de Araújo

Graduanda em Letras
Universidade Federal do Acre (UFAC)
andrea.araujo@sou.ufac.br

Lucas Nascimento Assef de Carvalho

Graduando em História
Universidade Federal do Acre (UFAC)
lucas.assef@sou.ufac.br

Recebido: 14/05/2023

Aprovado: 10/08/2023

Resumo: A narrativa literária brasileira nos anos 70 foi marcada pela presença de textos que indagassem os discursos às críticas sociais, especialmente ao regime militar brasileiro. No presente artigo, investigamos os principais aspectos dessa literatura, tanto na história quanto na linguagem, tomando como principal referência o conto “Botão de rosa” de Murilo Rubião. Na análise da narrativa, vemos como se deu a assunção dos movimentos de resistência, com valores propagados desde o advento das revoluções constitucionalistas da década de 30, passando pelas manifestações literárias das vanguardas poéticas da década de 50 até chegar no golpe de estado. A novidade de tal publicação na década de 70 consiste na denúncia social num único espaço textual, desnudando as incógnitas da repreensão social em uma fusão de uma intensa realidade histórica. Nesse esteio, as representações literárias se revelam imprescindíveis como lampejo esperançoso à crítica de censura da violência. Ao abordar temas como violência, repressão e fuga, o conto passa a necessitar de uma abordagem moderna para que não seja censurado como as literaturas tradicionais, especialmente por tratar de tabus por meio da narrativa.

Palavras-chave: Literatura; Ditadura Civil-Militar; Resistência; Discurso.

Abstract: The Brazilian literary narrative in the 70s was marked by the presence of texts that questioned the discourses of social criticism, especially the Brazilian military regime. In the present article, we investigate the main aspects of this literature, both in history and in language, taking as main reference the short story “Botão de rosa” by Murilo Rubião. In the analysis of the narrative, we see how the assumption of resistance movements took place, with values propagated since the

advent of the constitutionalist revolutions of the 1930s, passing through the literary manifestations of the poetic avant-gardes of the 50s until reaching the coup d'état. The novelty of such a publication in the 70's consists of the social denunciation in a single textual space, laying bare the unknowns of social repression in a fusion of an intense historical reality. In this support, the literary representations are essential as a glimmer of hope to the criticism of censorship of violence. When approaching themes such as violence, repression and escape, the short story needs a modern approach so that it is not censored like traditional literatures, especially for dealing with taboos through narrative.

Keywords: Literature; Civil-Military; Dictatorship; Resistance; Speech.

Introdução

As obras se distribuem em classes amplas que, por sua vez, diferenciam-se em tipos e espécies. Desse ponto de vista, ao utilizarmos da escala dos gêneros, chegaremos do abstrato às distinções históricas concretas [...] (TOMACHEVSKI, 1965, p. 306, tradução nossa).

A partir do ano de 1964, com o início da ditadura civil-militar no Brasil, o poderio sobre os recursos literários se baseava nos preâmbulos filosóficos, culturais e políticos, visto que o pensamento dos generais era de que a literatura poderia levantar revoluções indesejáveis. Os discursos presentes nas construções narrativas de Rubião em “Botão de rosa” demarcavam as composições entre o mundo real e o ficcional, de modo que a prosa adentrasse as temáticas de censura – política, religião, cultura e sociedade – e, nessa mesma esteira, desnudasse temas proibidos, tais como a homossexualidade, a violência e o alcoolismo.

No que tange ao campo da história, entre 1964 e 1970, o paradoxo encontrava-se na convivência de uma ditadura de direita com uma concentração de produções culturais de esquerda, embora todas fizessem alusões ocultas ao público militarizado. Mas, como nem tudo são flores, Reimão destaca que isso não passou de uma estratégia por parte dos militares:

A estratégia básica do governo militar, no que tange à circulação das produções culturais entre 1964 e 1969, foi, como salientou R. Schwarz, a de - preservar a produção cultural, mas - liquidar o seu contato com a massa operária e camponesa. (...) não podemos considerar a farta produção cultural engajada politicamente durante o período pós-1964 como uma afirmação de que a censura incentivaria a criatividade[...] (REIMÃO, 2011, p. 9).

Nesse sentido, a literatura fantástica apresentada por Todorov passa a conceituar as posições irrefutáveis consideradas por autores como Rubião, destinada a refletir junto ao leitor de uma

maneira aguçada e inteligente para que suas obras não fossem censuradas no setor de distribuição. Dessa forma, Todorov traz ensejos à Rubião quanto à sua escrita:

Já não tratam de descrever seres extraordinários; para eles “já não há mais que um só objeto fantástico: o nome. Não o homem das religiões e o espiritualismo, metido no mundo só até a metade do corpo, a não ser o homem-dado, o homem-natureza, o homem sociedade, que saúda o passar uma limousine fúnebre, que se barbeia na janela, que se ajoelha nas Igrejas, que marca o passo depois de uma bandeira” (pág. 94) O homem “normal” é precisamente o ser fantástico; o fantástico se converte como deve ser, não em exceção [...] (TODOROV, 1992, p. 90).

O presente artigo visa demonstrar as verdadeiras nuances da política de censura adotada nos meios culturais do Brasil na década de 64, tomando como objeto de estudo a obra de Murilo Rubião e teóricos que abordam a temática. Para propormos o que chamamos de “heterogeneidades discursivas” no âmbito histórico-literário e discursivo, utilizaremos Authier-Revuz, quando afirma que as manifestações do discurso reproduzem as experiências vivenciadas pelo sujeito, e, desse modo, nos permitem o posicionamento de “adotar a sua irredutibilidade e a articulação dos dois planos” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26).

A escolha da obra de Rubião se deve ao fato de que por se referir aos anos de censura, permite uma análise crítico-interpretativa sob o olhar de teóricos e históricos da época – admitindo o caráter denunciativo, a partir de insólitos ficcionais por meio do viés de irrupção aos temas interditados.

Metodologia

Para a construção desta análise, primeiramente contextualizamos autoritarismo, afinal, estamos falando de Ditadura Civil-Militar a nível de Brasil. Em seguida, realizamos uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental sobre as literaturas fantásticas durante o regime militar, bem como as manifestações históricas que permeiam os processos do regime. Tivemos como referencial teórico Todorov (1992) e Authier-Revuz (1990) para introduzir a respeito das ideologias fantásticas e do contexto heterogêneo dos sujeitos, além de Candido (1991), quanto à crítica das ações envoltas de repressão. Também citamos obras de Tomachevski (1965) e Reimão (2011) para as informações de consolidação dos eixos de estudo, entre outros autores-base.

Os dados coletados historicamente foram cruzados com os dados de investigação ficcional, como o texto *Introdução à literatura fantástica*, de Tzvetan Todorov, que forneceu a base para discussões a respeito da interpretação e representação dos eventos da história brasileira por meio de recursos textuais.

O estudo das informações obtidas, por sua vez, abriu espaço para tratar de questões no espaço texto-realidade, discutindo o controle político nas escolhas individuais, observadas tanto na escrita, quanto nos fatos apresentados durante a observação, desmascarando os abismos encarados pela distribuição dos textos no território brasileiro.

Murilo Rubião e a narrativa rubianesca

Ao contrário da manifestação hispano-americana que têm expressões como as de Arreola, a literatura fantástica de Rubião é constituída por alegorias, sendo elas responsáveis por cenários desumanos e assolados pelo caos. O fantástico conduz ao desnudamento do sofrimento que muitas vezes fora ocultado pela censura e opressão da época.

Em boa parte das produções literárias, o que nos permite refletir sobre acontecimentos tão marcantes e que precisa de reconhecimento é a maneira como o limite se apresenta nos textos fantásticos, desbravando o próprio limite de maneira sutil, dando voz aos atores da vida que foram calados nas inúmeras raízes da história.

Rubião sempre desafiou o autoritarismo, como Jaime Gouvêa declara em seu depoimento:

Mas havia também firmeza e coragem para fazer um jornal cultural em plena ditadura. O Suplemento era então atacado pelos mais enferrujados representantes da sublitteratura, que pregavam contra as novidades de estilo e a criatividade que as novas gerações procuram trazer, e pelo autoritarismo mais retrógrado de parte da tradicional família mineira e do clero medieval que imperava entre nossas montanhas. Nada disso fez Murilo recuar em seu projeto de fazer uma publicação na qual mesclava iniciantes e autores consagrados, muitos deles companheiros de geração do próprio Murilo. (GOUVÊA, 2021, p. 298).

Em um olhar para um Brasil lusófono, as raízes no mistério e na violência acabam por impedir a reivindicação da memória no espaço literário fantástico. Para Rubião, o futuro acaba por ser influenciado pelo passado, ideologia que coloca as realidades repetitivas independente de suas épocas, em um loop que só troca a forma como tudo isso vai funcionar.

Em um insólito absurdo de razão e desrazão, a narrativa rubianesca é marcada pela definição dos sistemas de marginalização e criminalização em um ponto de desnudamento em que as negações da humanidade ainda estão presentes diante do sistema brutal que dilacera os menos favorecidos. Eis, pois, a literatura do fantástico real, compartilhando a atmosfera como conflito de uma realidade já experienciada.

História e linguagem: perspectivas na ditadura militar

A linguagem, instrumento de comunicação primordial na sociedade e presente em diversas modalidades, uma vez censurada de teores críticos a respeito da denúncia política às atrocidades cometidas pelo regime, teve de procurar meios para transparecer a mensagem sem se render ao sincretismo dualista. A literatura, utilizada como viés de representação de uma linguagem, porém escrita, assume o papel de informatização, processo que na década da ditadura estava sendo impedido.

Seguindo as abordagens de Flora Sussekind, a linguagem escrita como ambiente informativo servia como meio, e o leitor seria o seguidor dessa informação, que contribuía para o desnudamento das situações, mascaradamente, em torno de leituras que traziam as dramatizações das situações passíveis de censura (SUSSEKIND, 1985). Despojar-se nos recursos ficcionais para evidenciar o real, essa foi a tentativa dos textos da época, exibindo o limite da literatura no plano discursivo. Como ressalta Sussekind: “Por isso quanto mais minuciosas e emocionais as descrições, mais o assunto e a sensação que se buscava produzir parecem escapar” (*Ibidem*, p. 52).

Neste ínterim, interligamos a Literatura Fantástica à História Cultural, momento em que a materialidade e a objetividade são questionadas, investigando, em uma imparcialidade do discurso, os eventos históricos como culturais e simbólicos. Nicolau Sevcenko, engajado na teoria de união do material literário à pesquisa histórica, destaca:

(...) nem reflexo, nem determinação, nem autonomia: estabelece-se entre os dois campos uma relação tensa de intercâmbio, mas também de confrontação. A partir dessa perspectiva, a criação literária revela todo seu potencial como documento, não apenas pela análise das referências esporádicas a episódios históricos ou do estudo profundo dos seus processos de construção formal, mas como uma instância complexa, repleta das mais variadas significações e que incorpora a história em todos os seus aspectos, específicos ou gerais, formais ou temáticos, reprodutivos ou criativos, de consumo ou produção. (...) (SEVCENKO, 1983, p. 246)

Se passarmos pelo bosque fantástico com os laços históricos brasileiros, conheceremos as convergências dos textos que apresentam denúncias à repressão e ao silenciamento, existentes nas trilhas que tentam mostrar o real através da ficção, ou seja, na tentativa de problematizar o imaginário social da década cívico-militar, as obras literárias passam a integrar o repertório de fontes históricas.

Historiando o autoritarismo, a ditadura civil-militar e a literatura

Considerando o recorte histórico abordado neste artigo, antes de adentrar na contextualização desse ocorrido, inicialmente precisamos entender o que é autoritarismo, partindo da definição etimológica da palavra, a qual nos é explicada por Norberto Bobbio no livro “Dicionário de Política”:

Na tipologia dos sistemas políticos, são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas. Nesse contexto, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas (BOBBIO, 1998, p. 94).

A Ditadura Civil-Militar (1964 a 1985) foi um governo/sistema autoritário o qual usava a coerção e a força militar para liderar o país, comandada pelo exército brasileiro, em específico seus generais, os quais foram “eleitos” presidentes. Durante o exercício do poder executivo, os militares elaboraram Atos Institucionais (AIs), que substituíam a constituição, sendo apenas ferramentas para manutenção de domínio político concentrado na mão deste coletivo.

A inserção do termo Civil na nomenclatura deste ocorrido histórico é fruto de pesquisas por estudiosos de diferentes áreas, não somente das ciências humanas, e do trabalho feito pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) referente aos documentos dos anos de chumbo que foram escondidos/”arquivados” no fim do governo militar, os quais confirmaram a participação de civis seja na instauração do regime, quanto sua manutenção.

Instituições representativas, movimentos e partidos políticos com viés esquerdista¹, indivíduos que representassem algum nível de oposição ao governo militar, quando não fosse possível colocá-los em posição secundária ou com expressão mínima de poder, como explica Schwartz “[...] com a promulgação do AI-5, em 1968, suspendeu-se o direito de expressão e liberdade dos brasileiros” (SCHWARTZ, 2019), agora seriam silenciados pela bala, amparada pela lei, ou através do exílio, caso conseguissem fugir.

Vale mencionar que já tivemos um ato de censura a expressão e liberdade dos brasileiros durante o período da Era Vargas, na qual o ex-presidente criou em 1930 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Inclusive Magalhães (2019) afirma:

No que concerne ao Estado Novo, pode-se categorizá-lo como precursor da mentalidade utilizada pela Ditadura de 1964, visto que por meio deste, o Brasil conheceu os moldes de um “estado ditatorial republicano”. Seu principal sustento foi o uso velado da violência e repressão, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado no intuito de servir como instrumento elogioso do regime, mas que se transformou em um mecanismo de alienação e censura (MAGALHÃES *et al*, 2019, p. 83).

Portanto, os militares seguindo o modelo de censura elaborado anteriormente, porém sendo enfáticos quanto ao uso de armas e força física. Toda e qualquer manifestação seja ela política ou cultural não seria tolerada pelo governo, dando aos ditos “esquerdistas” somente as escolhas de apoiá-los ou morrerem pelo que acreditavam ou defendiam. Nesse sentido, não foram somente os discursos censurados, mas também músicas, filmes, apresentações de teatro, poemas, livros, pinturas, tudo o que fosse possível associar a oposição.

Em suma, os 21 anos (1964-1985) que os militares ficaram no comando do país foram caracterizados na política como exercício do poder executivo de forma autoritária, violenta, repreensiva e também totalitarista. Quanto a econômica tivemos um crescimento no produto interno bruto (PIB), mas a custas de empréstimos e aumento da dívida externa. No nível social, aqueles que não eram apoiadores, nem opositores viviam com medo e obedecendo, por temer pela vida, as regras como o toque de recolher, as buscas e procuras em seus lares. E quanto a cultura, qualquer manifestação de descontentamento, reclamação ou opinião política era brutalmente perseguida.

¹ Recordando que durante esse período toda manifestação de oposição aos militares, especificamente a direita conservadora, era considerada esquerdista/comunista, contribuindo para a propagação desse termo pejorativo até os dias de hoje.

A classe artística brasileira nesse cenário encontrava-se na situação de exílio, morte ou ser presa, entretanto, não deixou de lutar e resistir ao governo autoritário dos militares, passando a buscar por formas de criticar o regime disfarçadamente, sendo sutis, por exemplo, Chico Buarque quando escreveu a música Cálice, que ao ser cantada, para o bom entendedor, passa uma mensagem sobre o silêncio e a ordem de calar-se estabelecida pelos militares. Como Lima e Passos ressaltam:

Dentro da formulação de Thompson (2000), as músicas de resistência são formas simbólicas contestatórias, ou modos incipientes da crítica da ideologia, não ideológicas por jamais manterem as relações de dominação do governo militar, pois a ideologia nessa concepção é hegemônica e “serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, com isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes”. Contudo, as músicas de protesto demonstram as contradições, a opressão existente na relação de dominação e reprodução do status quo militar com seu ufanismo. Desse modo, elas se engajam como demonstração dos grupos de resistência nessa forma incipiente de crítica dessa ideologia, com as letras que são contrárias, denunciam, satirizam, ridicularizam a situação de opressão (LIMA e PASSOS, 2019, p. 53).

Especificamente tratando-se da literatura, a censura mencionada a cima não foi seu único problema no período discutido, o viés positivista, embelezamento da história, se fez presente durante a reprodução dos acontecimentos da ditadura civil-militar. Tanto que durante nosso ensino básico e médio ainda escutávamos sobre o “milagre econômico” e tomada de poder para impedir o comunismo de controlar o Brasil. A conclusão dos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade em 2011, contribuíram para a queda desse olhar alegre sobre os anos de chumbo, pois anterior a esse período, o país encontrava-se nessa situação:

Demonstrações de “namoro” com a nostalgia de uma ditadura presa a um passado mitificado; o caráter messiânico de certos representantes políticos; os ataques aos grupos minoritários, entre eles indígenas, negros e negras, homossexuais, queers ou transexuais; o desrespeito a formas de religião distintas das de matriz cristã-judaica; a ampliação de poderes de classificação do sigilo de documentos históricos; a repressão à liberdade pedagógica a partir da justificativa de doutrinação ideológica; a flexibilização do porte de armas de fogo; a celebração do exílio de adversários políticos, só têm feito soar o despertador do medo, para quem é adepto dos valores democráticos e dos direitos humanos (SCHWARCZ, 2019, p. 236).

Entretanto, mesmo com os esforços da CNV, em 2015 o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, durante exercício do mandato de deputado federal, em frente ao Ministério da Defesa comemorava o 31 de março de 1964. Ferreira e Azevedo explicam que essa atitude é como:

Foucault (1996) em sua análise sobre o discurso destacou, por mais que pareça pouca coisa, a amplitude e a revelação de um forte elo entre discurso e poder. Não há neutralidade no ato de proferir palavras, ficando explícito uma intencionalidade quando se glorifica a “revolução”. Parte uma nostalgia de quem admira o período, e como quem admira a

tentativa é reproduzir ou querer que reproduzam aquilo que para este é bom, nega-se a tortura e todas as mazelas. Para o ator que comemora a sua verdade é absoluta e não necessita ser contestada, foi uma “revolução gloriosa”. E é nesse elo que permeiam as questões políticas, o jogo de poder, uma rememoração e comemoração geradora de ressentimentos (FERREIRA e AZEVEDO, 2019, p. 07)

Lowy e Sayre (1995) abordam no texto “Revolta e Melancolia”, que o romantismo na contramão da modernidade discute esse viés positivo, o qual está presente nas literaturas escritas pela burguesia do século XIX, onde eles criticam o avanço modernista pelo receio de perderem o poder, influência e espaço de ação, devido ao desenvolvimento industrial e econômico. Sendo essa ação, uma das primeiras manifestações através da escrita sobre uma perspectiva de mundo contrária a escola metódica rankeana, mesmo que tenha partido de uma classe privilegiada pelo sistema, o movimento para romperem com o positivismo é válido, bem como um modelo seguido e atualizado com o passar dos anos.

Relacionando a história e literatura, englobando dessa maneira a obra “Botão de Rosa”, analisada por nós neste texto, a crítica presente nos escritos literários pode, e se faz presente no momento em que a mesma é acompanhada das vivências pessoais do autor, somado aos seus estudos sobre determinada temática, podendo ser social, político, econômico e cultural, os quais visam como proposta estabelecer debate e reflexão. Citamos como exemplos Manifesto Comunista de Karl Marx, A Era das Revoluções de Eric Hobsbawm, Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil de Kabengele Munanga, O Pacto da Branquitude de Cida Bento, Globalização: As Consequências Humanas de Zygmunt Bauman, Microfísica do Poder de Michel Foucault, entre outros textos que seguem essa ideia.

Vale a pena lembrar, que conforme explica o dicionário online Significados, “Literatura é a arte de criar e compor textos, e existem diversos tipos de produções literárias[...]. O conceito de literatura tem sido alterado com o passar dos tempos, havendo alteração semântica bastante relevante”. Logo, Botão de Rosa entra não apenas como um texto literário fictício/romântico, mas também como uma obra que, de maneira sucinta, estabelece a crítica sobre justiça, política e relações sociais, o qual a partir da nossa perspectiva histórica-literária, atrelamos com as representações da Ditadura Civil-Militar e os eventos que ocorreram em paralelo.

Perspectivas histórico-literárias em “Botão de rosa”

Analisando a semiótica existente no texto de Rubião, há a proposta de um mundo com modificações que, em suas arbitrariedades, - no tocante às perseguições, interrogatórios e assassinatos – à luz da lei, acaba sendo desrespeitado nas dependências oficiais do Estado, amparados de qualquer efeito legal.

No conto, o personagem principal é denominado Botão. O contexto de aprisionamento às condições politizadas no conto é exibido na seguinte frase: “Quando, numa segunda-feira de março, as mulheres da cidade amanheceram grávidas, Botão-de-Rosa sentiu que era um homem liquidado[...]” (RUBIÃO, 2010, p. 194). Se sairmos dessa narrativa e voltarmos ao real, recordamos que foi em uma terça-feira do mês de março em 1964, que as Forças Armadas instauraram a ditadura – mal se sabia que iria durar cerca de 20 anos, – época em que os direitos legais da Carta Magna foram destituídos por um regime com exceções.

Em conformidade com os “anos de chumbo”, o AI – 5 (Ato Institucional nº5) foi instituído em 1968, com a liberação de punições por parte dos governantes aos cidadãos que fossem considerados uma ameaça ao regime. A figura que os sargentos passavam era a de repressores autoritários que torturavam e perseguiram pessoas inocentes, e nesse meio de falsas acusações se encontrava Botão, atrelado ao caos e medo instaurado pelos comandantes:

Nesse instante ouviu gritos vindos da rua. (...) O clamor crescia lá fora, aumentava-lhe a impaciência: não podiam esperar que acabasse de se aprontar? Ou temiam pela sua fuga? (...) Fez-se um silêncio hostil, os olhos enfurecidos cravados na sua gura tranquila (...) medicava-se ainda e ouviu baterem na porta. Era o sargento, comandante do destacamento, acompanhado de seis soldados e um mandado de prisão [...] (*Ibidem*, pp. 194-195, grifo nosso).

Botão foi acusado de estupro: “[...] e a multidão de novo se assanhou: Cabeludo! Estuprador! Piolhento! ” (*Ibidem*, p. 194). Assim como muitos outros acusados, Botão permaneceu calado, “o mutismo do indiciado não irritou o militar. Parecia até agradá-lo [...]” (*Ibidem*, pp. 194-195). Tais atos se figuram nos acontecimentos no governo de Adhemar de Barros, em 1964 na Cidade de São Paulo, que ao utilizar-se de bases comunistas, repercutiu junto às igrejas e órgãos da sociedade as revoltas contra “cabeludos” e “abusadores de crianças”, atribuída também aos desígnios de João Goulart.

A indagação do contexto histórico que a lei apresentava durante esse período é feita em muitos trechos da narração, exalando o poder e a autonomia dos representantes policiais como “deuses jurídicos”, de forma que as decisões não precisassem ser coerentes, muito menos aceitáveis a outrem:

— Por que acusam o meu cliente de traficante de drogas, se antes o incriminavam de esturador e cúmplice de centenas de adultérios? — Que ingenuidade, amigo. Você está há pouco tempo entre nós e ignora que aqui só prevalece a vontade do Juiz, proprietário da maior parte das casas da cidade, inclusive dos prédios públicos, da companhia telefônica, do cinema, das duas farmácias, de cinco fazendas de gado, do matadouro e da empresa funerária. Se decidiu que esse palhaço cometeu outro delito, não nos cabe discutir e sim preparar as provas necessárias à sua condenação [...] (*Ibidem*, p. 196, grifo nosso).

Entrelaçado ao contexto dessa ideologia de dominação por parte dos militares, Candido cita as percepções de Dostoievski: “a função simbólica do policial como sucedâneo possível da consciência – a sociedade entrando na de cada um através da pressão ou do desvendamento que ele efetua.” (CANDIDO, 1991, p. 2).

A inconsistência da justiça com os procedimentos jurisdicionais da época, aliada ao poder militar sobre o povo é citada por Rubião, no momento de leitura do advogado José Inácio:

A cada página lida, se abismava com a preocupação do legislador em cercear a defesa dos transgressores das leis penais. Principalmente no capítulo dos entorpecentes, onde não se permitia apresentar determinados recursos, requerer desaforamento. A violação de seus artigos era considerada crime gravíssimo contra a sociedade e punível por tribunal popular. As penas variavam entre dez anos de reclusão, prisão perpétua ou morte (RUBIÃO, 2010, p. 228).

Como estratégia da invenção de uma verdade, a figura do anarquista “perigoso” e “falador” transformava-se em uma representação – ou seria um meio de silenciamento oculto? – esse é o questionamento de muitos críticos literários. Em um contexto histórico-literário em que todos os códigos do direito haviam se transformado, as leis repressivas criminalizavam as ações anarquistas por transgredirem a ordem social instaurada. O advogado de Botão, impedido de fazer algo para defender seu cliente, optou por não fazer nada, justamente pelos resultados negativos à sua carreira caso tentasse se opor ao que os militares estabeleciam naquele momento.

A censura se encontra no conto ao tecer desdobramentos entre o silenciamento e a violência, estes causados pelos militares da época, dominantes de um poder absoluto que não exibia brechas

para o povo se expressar a respeito dos acontecimentos, muito menos escrever abertamente sobre o que estava acontecendo.

É pertinente discutirmos, não a repressão em si, mas suas consequências não delimitadas na obra literária, os efeitos que as instituições de poder causam, e os sujeitos discursivos empregados para censurar muitos dos acontecimentos – ou seja - controlar os sistemas do pensamento e comportamento social.

Organizar o poder significaria dominar as estratégias que emergiam às condutas sociais daquele momento histórico. Em resgate às ideias tecidas pela ditadura, podemos trazer a alusão ao Código Penal Republicano que entrou em vigor em 11 de outubro de 1890, com características semelhantes ao Código Criminal do Império (1830-1889).

Tangenciando as prisões e a sombra dos interrogatórios, Rubião dissimula semioses do real à ficção, lampejando nuances dos longos anos de terror, cujos efeitos duram até hoje, pleno século XXI. A liberdade vigiada, a perseguição e a proibição de frequentar alguns lugares são efeitos desse período militar, em um aspecto em que as leis atuais criminalizam tais atos, embora tenhamos como embate o genocídio e os preconceitos que perduram na sociedade.

Considerações finais

Este estudo sobre a ditadura militar brasileira na obra de Murilo Rubião contribuiu para a compreensão do não dito de vários tipos textuais, consistentes na hermenêutica de um conhecimento de mundo e técnicas despercebidas na materialização do sentido. Além de uma denúncia velada a um sistema político e ideológico, podemos adentrar na contística que questiona o próprio conceito da realidade.

À luz dos enunciados discursivos expostos, destacamos ainda que pela via dos discursos fantásticos e insólitos, a contística de Murilo Rubião denuncia os interditos nos anos militares, opondo-se às ideologias instauradas. Com o retorno das práticas democráticas em função da garantia dos direitos sociais, a nação foi liberta do medo com a Constituição Federal de 1988.

O conto reivindica o lugar de fala, proposto a partir da análise ideológica apresentada pelos enunciados. A retirada do sujeito de ilusões a partir da leitura evidencia os estados de alienação e escassez da ciência emancipadora. O modo fantástico e os traços de contato entre lugares de vivência e diversos autores também demonstram a sutileza com que os contos da década militarizada encenam diferentes modos de reflexão social.

Na análise comparativa, o uso da dialética para entender os processos históricos e os espelhamentos realizados pelos recursos textuais auxiliou na visão de que os textos fantásticos de Rubião trazem o leitor à agonia que os personagens estão expostos. A fragmentação da criatividade de forma que os dias de terror sejam ilustrados sorrateiramente e o surgimento de novas formas de encarar o cenário não se dissociam da alusão aos pedidos de liberdade presentes no século das luzes.

Em nosso entender, as metáforas e alegorias se tornaram grandes aliadas dos escritores fantásticos em meio à tirania instaurada. Seguindo passos idênticos aos de Platão, Murilo Rubião como contista encena alguns vestígios da alegoria da caverna, momento detalhado quando as leis feitas na época estão acima do que seria visto como a justiça que deveria ser praticada, e aqueles que detém lugar de fala acabam por silenciar-se.

A forma de controle e silenciamento mais recorrente nas literaturas da década de 70 é a justiça. Em textos fantásticos como esse, é evidente o benefício militar sendo apenas para um lado, sendo ele, o dominante do poder. O corpus escolhido como base de estudo reflete muito bem as fraturas da época engendra, que pregou o individualismo e a segurança do poder.

É apenas um recorte histórico-temporal do nosso Brasil através de contistas do fantástico que decidiram entrever por meio da literatura tudo aquilo que a ideologia esconde. Pessoas que acionaram um lugar de desconstrução crítica do real. Assim, ao abrirmos um livro que debata filosoficamente sobre os fatos não somente sendo por ilustração dessa filosofia, estaremos frente ao voo ilimitado que o fantástico pode transmitir ao leitor.

Referências bibliográficas:

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Heterogeneidade(s) enunciativa(s)**. Campinas, jul/dez, 1990.

BOBBIO et al. **Dicionário de Política**. Trad. João Ferreira et al. 11. ed. Brasília: UnB, 1998.

- BRASIL. **Ato Institucional nº 5**. Planalto, Brasília, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em 10 de abr. 2022.
- CANDIDO, Antonio. A verdade da repressão. **Revista USP**, [S. l.], n. 9, p. 27-30, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25544>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- GOUVÊA, Jaime Prado. Minhas lembranças de Murilo. **Abusões**, v. 14, n. 14, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/abusoes/article/viewFile/56734/36586>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- LIMA, R. N. de; PASSOS, A. V. F. (Dó)r, (Rê)sistência E (Mi)úsica: Ideologia presente na música popular brasileira durante a Ditadura Civil-Militar de 1964 a 1985. **Das Amazônias**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 45–56, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3067>. Acesso em: 31 out. 2022.
- LOWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e Melancolia**: O romantismo na contramão da modernidade – Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1995.
- MAGALHÃES, Yane da Rocha.; *et al.* DIP: O MECANISMO DE PROPAGAÇÃO DA UTOPIA VARGUISTA. **Das Amazônias**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 82–90, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3070>. Acesso em: 7 ago. 2023.
- REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência**: censura a livros na ditadura militar. São Paulo, USP, 2011.
- RUBIÃO, Murilo. Botão de rosa. In: **Obra completa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SIGNIFICADOS. **O que é Literatura**. Significados, 2022. Disponível em: <https://www.significados.com.br/literatura/>. Acesso em: 01 nov. de 2022
- SILVA, Andrisson Ferreira da; AZEVEDO, Paulo Alves de. GOLPE DE 1964 E COMEMORAÇÃO: MEMÓRIAS E DISCURSOS QUE ENALTECEM A DITADURA CIVIL-MILITAR, CAUSAS DE RESENTIMENTOS E HUMILHAÇÃO. **Das Amazônias**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 04–16, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3064>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **No fio da navalha**: ditadura, oposição e resistência. In: *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia das Letras, 2015, p. 437-466.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SUSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

TOMACHEVSKI, Boris. Thématique. In: **Théorie da littérature**, Paris: Ed. du Seuil, 1965.

As crianças e as leis: as representações das crianças no Concílio de Trento e nas Ordenações do Reino de Portugal

The Children and the Law:
the representations of children in the Council of Trent and in the
Ordinances of the Kingdom of Portugal

Juliana de Mello Moraes

Professora de História
Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)
Doutora em História
Universidade do Minho (UMINHO)
juliana.mel@gmail.com

Eduardo Pintarelli

Mestrando em Educação
Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)
epintarelli@furb.br

Recebido: 06/06/2023

Aprovado: 28/02/2024

Resumo: Esse artigo analisa as representações das crianças em três legislações importantes para o Império português na Idade Moderna, respectivamente: o Concílio de Trento (1545-1563), lei maior da Igreja Católica entre os séculos XVI e XIX, as Ordenações Manuelinas (1521) e as Ordenações Filipinas (1603), ambos códigos régios aplicados ao direito secular no Império ultramarino português. Para tanto, se avalia o percurso historiográfico e a análise das fontes parametrizadas pelo campo de estudos da História Cultural. A abordagem utilizada na pesquisa é a de análise comparativa entre as leis, associada à discussão bibliográfica e historiográfica pertinente sobre o tema. Assim, ao abordar essas legislações enquanto fontes, busca-se conectá-las teoricamente aos jogos culturais de representações, apropriações e práticas que perpassavam o cotidiano daquelas sociedades e o novo lugar social a ser definido e ocupado pelas crianças naquele período.

Palavras-chave: História da Infância; Portugal; Império português.

Resumen/Abstract: This article analyzes the representations of children in three important pieces of legislation for the Portuguese Empire in the Modern Age, respectively: the Council of Trent (1545-1563), the greatest law of the Catholic Church between the XVI and XIX centuries, the Manueline Ordinances (1521) and the Philippine Ordinances (1603), both royal codes applied to

secular law in the Portuguese overseas Empire. To this end, the historiographical path and the analysis of sources parameterized by the field of studies of Cultural History are evaluated. The approach used in the research is comparative analysis between laws, associated with the relevant bibliographic and historiographical discussion on the topic. Thus, when approaching these laws as sources, we seek to theoretically connect them to the cultural games of representations, appropriations and practices that permeated the daily lives of those societies and the new social place to be defined and occupied by children in that period.

Palabras clave/Keywords: Childhood History; Portugal; Portuguese empire.

Introdução

Atualmente, as crianças e as infâncias são objetos da pesquisa historiográfica, havendo, inclusive, um crescimento significativo de investigações sobre esses sujeitos no Império ultramarino português durante a Idade Moderna. O interesse dos historiadores pelas transformações nas representações ou no cotidiano das crianças no decorrer da Idade Moderna se conecta, entretanto, com as mudanças historiográficas mais amplas. Desde a década de 1960, a partir do estudo realizado pelo historiador Philippe Ariès, publicado no Brasil sob a denominação de *História Social da Criança e da Família* (1986), observa-se o crescimento do interesse pelo tema. Nessa obra, o autor defende a tese de que antes da Idade Moderna “as crianças eram representadas como adultos de tamanho reduzido” (ARIÈS, 1986, p. 150) e que, durante os séculos XVII e XVIII, se desenvolveram novos sentimentos em relação à criança. Tais mudanças se conectam com as transformações no papel da família, que “está ligado intimamente a casa, e voltado principalmente para as crianças, se limitando inicialmente às classes abastadas, e progressivamente estendendo-se a todas as camadas da sociedade” (BRAGA, 2015, p. 17).

Há, contudo, diversos autores de diferentes áreas das Ciências Humanas que se contrapõem às conclusões de Ariès. Um deles é o filósofo norte-americano David Archard (2014). Ele destaca as mudanças em relação à infância durante o período moderno, contudo defende que há um equívoco em relação às análises iconográficas, uma das principais fontes da pesquisa do historiador francês. Segundo Archard, Ariès “ignora a medida em que as transformações nas pinturas se devem a transformações no próprio campo da arte mais do que devido a mudanças de atitudes em relação aos objetos representados” (2014, p. 22).

Um contraponto historiográfico em relação à obra de Ariès foi elaborado pelo historiador Colin Heywood. Ele pondera que as crianças não podem ser interpretadas como “receptáculos vazios e passivos dos ensinamentos dos adultos” (HEYWOOD, 2004, p. 12). Heywood propõe que é mais interessante nos estudos históricos da infância considerar as diversidades de concepções acerca desse estágio da vida em períodos e lugares distintos, e compreendê-las a partir de fontes e condições culturais predominantes (BRAGA, 2015, p. 23), ou seja, considerando as vivências das crianças no processo, ainda que estas na maioria dos casos tenham suas vozes ausentes nas fontes históricas.

Outra reflexão fundamental se refere à diferenciação entre infância e adolescência na historiografia. Historiadoras como Isabel dos Guimarães Sá e Natalie Zemon Davis¹ desmembraram o campo de estudos da História das Adolescências do campo de estudos da História da Infância, denotando maior autonomia entre eles, pois na percepção historiográfica dessas historiadoras havia, na Idade Moderna, uma passagem entre essas duas idades da vida balizada pela relação dos sujeitos com a mortalidade infantil: a medida em que as crianças iam se afastando da possibilidade de morrer em tenra idade, esta que já era uma expectativa recorrente na época, passavam a ser consideradas de outra forma, como seres menos vulneráveis, adentrando a outro grupo etário (SÁ, 2011, p. 73). Há que se considerar ainda que no alvorecer da “nova história” se seguiu uma crise em relação aos grandes modelos explicativos e, em decorrência desta uma grande fragmentação em todas as tradições historiográficas, gerou-se uma maior pluralidade das “histórias”, cada qual com suas propostas e objetos bastante diversificados (CHARTIER, 2002, p. 8).

De todo modo, não se questiona aqui a legitimidade de Ariès como um clássico do campo de estudos históricos da infância, mas se evidencia um debate acadêmico que já foi além das prerrogativas historiográficas da década de 1960 e propiciou maior amplitude teórica e metodológica para o trabalho de pesquisa. Atualmente, a historiografia aborda as crianças e as infâncias de diversas maneiras, incluindo o estabelecimento de um diálogo maior entre diferentes campos de estudos da História; bem como a realização de um debate transversal e interdisciplinar com outras áreas do saber, tal como a sociologia, por exemplo, que participa deste campo no intuito de entender o passado a partir da chave interpretativa da infância (BRAGA, 2015, p. 40).

¹ A historiadora tem publicado obras que utilizam o recorte de gênero (feminino) nas análises de seus objetos. Uma de suas principais obras traduzidas para o português é: DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens**: três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

No intuito de contribuir com os estudos sobre a História das Infâncias, em especial, das percepções sobre as crianças ao longo do tempo, esta pesquisa trata das representações das infâncias nas legislações mais importantes do império português. A abordagem nela utilizada é a de análise comparativa entre essas leis, associada à discussão bibliográfica e historiográfica pertinente sobre o tema.

Na primeira parte deste artigo aborda-se a representação das crianças na legislação do reino de Portugal, esta que vigorava também nos territórios ultramarinos. O primeiro documento a se analisar serão as Ordenações Manuelinas, e Ordenações do Senhor Rey D. Manuel, que foram promulgadas pela primeira vez em 1514 e que receberam sua versão final em 1521. A segunda trata-se das Ordenações Filipinas, ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado Del-Rey D. Phillippe I, de 1603, que resultou da reforma feita por Felipe II da Espanha (Felipe I de Portugal), ao Código Manuelino, durante o período da União Ibérica.

Em seguida, avalia-se a representação das crianças nas disposições eclesiásticas do império português, tendo em vista a relevância da Igreja para a constituição do conceito de infância no período moderno. Toda a normativa eclesiástica do império se conecta ao Concílio de Trento (1546-1563). Este engloba um conjunto de normas elaboradas a partir do Concílio Ecumênico que, nas províncias eclesiásticas, funcionava como lei maior a fundamentar as Constituições sinodais, arquidiocesanas, diocesanas, e a reger a vida das paróquias e freguesias. Em Portugal, observou-se a introdução das disposições tridentinas na Igreja local, com forte apoio do braço secular da monarquia, o que se percebe através dos “investimentos que vemos os vários titulares da monarquia portuguesa dedicar ao processo de recepção e publicitação do concílio” (POLÓNIA, 2014, p. 51).

Uma das referências no campo da História sobre o trabalho com a representação de crianças nas legislações é a historiadora portuguesa Isabel dos Guimarães Sá. Segundo a autora, “nos séculos XVII e XVIII, a jurisprudência sobre a condição jurídica do exposto mostra-se fragmentária” (SÁ, 1988, p. 86), pois para cada tipo de criança exposta ou abandonada havia uma lei específica, os órfãos e os tutelados pelos pais, os legítimos e os ilegítimos, os pobres ou os provenientes de estratos sociais mais elevados etc. Sá desenvolveu através do uso das leis como fonte histórica uma historiografia que visibilizou diversas crianças vivendo diferentes infâncias na sociedade portuguesa.

No entanto, há uma diferença significativa entre Portugal continental e os territórios ultramarinos. Nas colônias, como no caso do Brasil, as disposições do Concílio de Trento tardaram mais a chegar, algo provavelmente devido a “um povoamento português ainda bastante incipiente, ora para uma adequação tardia da Igreja colonial às normas tridentinas, o que teria acontecido apenas em começos do século XVIII” (FEITLER, 2009, p. 158). Somente em 1707 foram promulgadas as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, a primeira normativa eclesiástica destinada à América portuguesa em consonância com as disposições tridentinas e que, por sua vez, funcionou como lei maior da Igreja nessa região durante todo o século XVIII. A relevância desse documento é destacada por Feitler e Souza, que apontam que as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia são “uma fonte fundamental para o estudo da história religiosa do Brasil dos séculos XVIII e XIX” (FEITLER; SOUZA, 2010, p. 73).

Cabe ainda elucidar que a ideia a respeito do que era a infância não se manteve a mesma ao longo da Idade Moderna, sendo as crianças representadas de diferentes formas². A divisão principal para definir as idades da infância consistia no período da primeira infância, que ia do nascimento até a idade de admissão para o colégio (se tratando dos meninos), e na segunda infância, que ia da admissão para o colégio até o início da puberdade, cercado a idade de 13 anos. Até o século XVII a primeira infância estendia-se até por volta dos 6 anos de idade. A partir do século XVII, a ideia de primeira infância passou a abranger gradativamente um intervalo maior de tempo, chegando até por volta dos 10 anos de idade. Mas de todo modo é importante ressaltar que o marcador principal da infância é a admissão à escola, e não a faixa etária em si. As classes escolares se compunham em misturas de meninos de várias idades diferentes, assim como essas marcações de idade não vigoram

² Antes da difusão das leis de escolaridade obrigatória, surgidas na França do século XVIII, as idades da infância eram marcadas, no Império português, pelos ritos sacramentais. Nos primeiros dias após o parto, entre o primeiro e o oitavo dia de vida, a criança deveria receber o Batismo, principal entre os sete sacramentos que conferia a ela o *status* de cristão. Aos sete anos, a criança recebia a Confirmação, sacramento no qual ela proferia por si mesma a Profissão de Fé na fórmula da oração do Credo Apostólico, que seus padrinhos haviam professado em seu nome durante o rito do Batismo. Após a Confirmação, também aos sete anos, as crianças passavam a realizar a Confissão, embora a frequência a este sacramento fosse tutelada pelos seus pais e pároco. Nos sacramentos da Confirmação e a Confissão, a criança era representada como apta a um discernimento supostamente provado pela sua capacidade de professar por si mesma a fé católica e conseguir identificar e confessar seus pecados, algo que não era esperado das crianças de idade inferior aos sete anos. No entanto, os sacramentos da Eucaristia, Matrimônio e Ordem (para os meninos) e a Profissão de Votos Religiosos (para os membros das Ordens masculinas e femininas) só eram autorizados a partir dos 12 anos para as meninas e dos 14 anos para os meninos. Essas idades canônicas eram, antes e talvez para além da instituição das idades escolares, um importante referencial nas representações da infância no Império português. Sobre esse tema ver Sá (2011) Isabel dos Guimarães. **As crianças e as idades da vida**. In: MATTOSO, José e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **História da Vida Privada em Portugal: A Idade Moderna**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, pp. 72-95.

para muitos grupos sociais, que ainda hoje negligenciam ou atravessam brevemente certas idades da vida devido à precocidade do ingresso no mercado de trabalho, entre outros fatores (ARIÈS, 1986, pp. 176-177).

Assim, a intenção deste artigo é compreender como as crianças são representadas nessas legislações de diferentes naturezas e intencionalidades, mas que respondem a demandas da sociedade portuguesa e dos territórios ultramarinos do Império português no período. Isso permite estabelecer um parâmetro para se pensar nas representações da infância, e em como as crianças se encontravam representadas na época a partir de instituições diversas, mas que interagem entre si e compartilhavam de objetivos comuns. Nesse caso, a partir do ponto de vista jurídico das duas principais instituições do império português na Idade Moderna que incluíam o âmbito político e religioso: o Estado e a Igreja Católica. De acordo com a historiografia, naquele período a infância estava em processo de descoberta e afirmação afetiva na Europa, ao passo que se buscava a construção de uma nova cristandade em meio aos povos “gentios” do Novo Mundo, nesse processo as duas instituições compartilharam a missão de educar as crianças para serem bons fiéis cristãos e bons súditos portugueses (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 55 a 83).

As crianças na legislação do Reino de Portugal (séculos XVI e XVII)

Segundo a bibliografia, durante a Idade Moderna ocorreu uma significativa transformação das representações da infância. Como afirma Heywood, durante a Idade Média, a literatura e as artes em geral evidenciam que “a criança era, no máximo, uma figura marginal em um mundo adulto” (HEYWOOD, 2004, p.10). No entanto, “no final do século XIV, sinais de uma nova relação com a criança surgem nos meios abastados das cidades. Trata-se menos de novas demonstrações de afetividade que de uma vontade cada vez mais reafirmada de preservar a vida da criança” (GÉLIS, 2009, p. 308).

A mudança no trato e na percepção sobre as crianças se manifestou também na legislação portuguesa, a qual demonstrou um inédito interesse pela infância, em especial pelas crianças socialmente desamparadas. Como aponta a historiadora Laurinda Abreu, o título LXVII do Livro 1 das Ordenações Manuelinas “oferecia a principal novidade legislativa no tocante à responsabilidade

para com as crianças que não pudessem contar com protecção familiar” (ABREU, 2008, p. 32). Este ordenamento consta no documento com o título: “Do juiz dos órfãos, e cousas que a seu Officio pertencem”. Logo no início do título, figura o intuito de capilarizar esse juizado específico de tutela das crianças: “Mandamos que em todas as Villas e Lugares, onde na Villa e Termo ouver quatrocentos vezinhos e di pera cima, aja sempre Juiz dos órfãos apartado” (Ordenações Manuelinas, I, 1786, p. 475), o que demonstra o esforço da legislação em ampliar o atendimento aos órfãos.

A legislação indica ainda mudanças em relação às crianças mais pobres, renunciando um certo interesse do Estado pela infância, principalmente a infância daquelas crianças mais vulneráveis. A historiadora portuguesa Andreia Duarte Fernandes aponta que a preocupação com a preservação da vida da criança por parte das autoridades civis portuguesas diz respeito à naturalidade com que a maior parte da população assimilava o abandono infantil, seja nas exposições ou nos enjeitamentos de crianças. Além do mais, os conselhos municipais sentiram os impactos da alta mortalidade infantil nas vilas e cidades, que representavam perdas significativas para a população e economia desses lugares. A autora ainda sublinha um contexto sociopolítico e econômico no qual os *enjeitados*³ constituíam um contingente humano importante no reino (FERNANDES, 2021, p. 38). Isso porque, as autoridades político-administrativas se interessaram pela sobrevivência das crianças, no intuito de contribuir com a demografia no corpo do absolutismo monárquico. Ou seja, a legislação portuguesa da Idade Moderna procurou valer-se da infância para suprir demandas populacionais, estas que no período constituíam um grande problema para o reino.

Quando intersecciona-se nesta análise o contexto ultramarino, é necessário atentar para a composição demográfica na América portuguesa. Nesta, a população de pessoas brancas (nascidas em Portugal) era inferior ao conjunto da população proveniente de outros grupos étnicos (americanos indígenas e africanos), sendo que a maior parte deste segundo grupo populacional vivia na condição de escravo do primeiro (CUNHA, 2017, p. 10). A legislação, elaborada durante a expansão colonial, englobou essa dimensão demográfica, pois no período ocorreram amplos deslocamentos populacionais de diferentes regiões do globo. Era importante para a Coroa

³ Enjeitados ou expostos eram as crianças recém-nascidas depositadas por anônimos nas casas de roda ou nas portas de edificações residenciais durante a noite. Sua origem era oficialmente desconhecida, para preservar a identidades dos pais e demais familiares, embora em certos casos viessem acompanhadas de bilhetes com recomendações e informações cedidas por seus ejetores. Sobre isso, ler: VENÂNCIO, Renato Pinto. Família e abandono de crianças em uma comunidade camponesa de Minas Gerais: 1775-1875. *Diálogos*, vol.4, n.4, 2000, pp.11-123.

portuguesa povoar os novos territórios com *reinóis*⁴, como uma forma de reforçar a presença da monarquia e garantir a defesa e expansão de seu Império.

Assim, interesses políticos e econômicos permeiam a representação das crianças e a preocupação com a infância nessa legislação. Se havia uma problemática em relação aos casamentos, ligada aos fluxos migratórios e à carência de casais reinóis, a monarquia precisaria de prestar ainda mais atenção e cuidados às crianças. Além disso, já no próprio Reino, “a alta mortalidade infantil fazia com que qualquer casal tivesse como expectativa normal a morte de um ou vários filhos na mais tenra infância” (SÁ, 2011, p. 73).

Nesse sentido, o Livro 3 das Ordenações Manuelinas, por exemplo, volta a tratar do universo da infância, entretanto de forma periférica. No título XXVIII – “Das fereas”, há diversas normativas sobre o que poderá ser feito em caráter extraordinário, nos dias feriais, e o item 7 está dedicado a determinar que o juiz: “poderá ouvir, e julgar sobre demanda que faça alguma molher que ficasse prenhe, pedindo que a metessem em posse dalguns bens que lhe pertencessem, per razam da criança que tevesse no ventre” (Ordenações Manuelinas, III, 1786, p. 99). Dessa forma, fica exposto que as mulheres grávidas teriam direito a um expediente excepcional em processos jurídicos mais simples, mas isto posto em razão das crianças a que trariam à luz. O papel da mulher no Império português era essencialmente de submissão e subalternidade, o que transparecia na legislação. Na América portuguesa, por exemplo, ela estava “confinada à casa, delimitada pela privacidade doméstica, [...] no papel de santa-mãezinha poderia fazer todo o trabalho de base para o estabelecimento do edifício familiar, para a reprodução dos ideais tridentinos e para a procriação [...]” (PRIORE, 1990, p. 46).

A atenção a esse lugar social das mulheres e mães, como base das famílias coloniais, elucida as razões pelas quais as gestantes, lactantes ou mulheres à guarda de crianças de tenra idade tinham precedência e um tratamento especial perante a lei. A monarquia, patriarcal e paternalista, deveria assim assumir em certa medida as responsabilidades dos pais ausentes. E nesse lugar de crianças assumidas pelo Estado estariam, dentre outras, os órfãos.

⁴ Segundo Novais, nos primeiros séculos de colonização os imigrantes nascidos em Portugal eram chamados de “reinóis”, enquanto os filhos ou descendentes de portugueses nascidos na América portuguesa eram chamados de “não reinóis”, o que evidencia uma negação da identidade colonial. Sobre isso, ler: NOVAIS, Fernando Antônio. **Condições da privacidade na colônia**. In. SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 13-41.

O dicionário setecentista do padre Rafael Bluteau define órfão como “aquele a quem morreu o pai ou mãe” (SILVA, 1789. p. 138), entretanto a historiografia aponta que no Império português a tutela patriarcal era a determinante no que diz respeito ao estatuto social da orfandade. Como se observa nas Ordenações Manuelinas, nas quais “a lei só reservava proteção específica para crianças sem pai, substituindo-se a este, à sua tutela imprescindível, tentando salvaguardar as condições de vida que teriam se o pai vivesse e não mais do que isso” (LOPES, 2000, p. 151). Desse modo, entende-se que a assistência judicial direcionada a genitores incluía somente a mulheres grávidas ou lactantes.

O papel do Estado na assistência às crianças ocorria desde o final da Idade Média em Portugal. Na cultura portuguesa, a caridade foi gradualmente se tornando um atributo da autoridade, seja ela civil ou eclesiástica (MARCÍLIO, 1998, pp. 88-89). No entanto, a doutrina católica orientava combater o aborto e o infanticídio. Os diversos métodos de aborto e infanticídio praticados na época foram por muitas vezes objetos de preocupação e especial atenção da autoridade eclesiástica, que buscou junto ao braço secular do Estado formas de punir estes que eram considerados crimes. Há, portanto, indícios de que o infanticídio e o aborto eram frequentes, apesar da clandestinidade, o que dificulta o acesso aos dados mais concretos (SÁ, 2011). Uma das soluções para essa situação consistiu na ereção das *casas de roda*, locais próprios para se abandonarem as crianças, evitando que elas fossem deixadas em locais ermos ou à deriva. A casa de roda representava os esforços do Estado para a sobrevivência das crianças.

Discorrendo ainda sobre a vida das crianças, o Livro 4 das Ordenações Manuelinas esclarece a quem competia a responsabilidade pelas crianças. Segundo o título LXVIII – “Em que caso a madre repetirá as despesas que com seu filho fez” inicia imperando: “Nascendo algum filho de legitimo matrimonio, em quanto durar o dito matrimonio antre o marido e a molher elles ambos o devem criar as suas proprias despesas, e dar as cousas que lhe forem necessarias segundo seu estado, e condição” (Ordenações Manuelinas, IV, 1786, p. 175). Nesse sentido, a representação sobre as crianças se conecta estreitamente à ideia da família. E assim, nesse processo lento que se inicia no século XVI, pouco a pouco “a família começou a se organizar em torno da criança” (ARIÈS, 1986, 12). E isto pode ser compreendido a partir das disposições supracitadas da lei manuelina, demonstrando a validade dessa afirmação também para o reino português.

As Ordenações Manuelinas também abordaram o tema das crianças escravas, mas com absoluta brevidade. É somente no Livro 5, título XCIX – “Que todos os que tiverem escravos de Guine os baptizem”, determina que:

(...) sendo os ditos escravos em hidade de dez annos, ou de menos hidade, entam em toda maneira os façam baptizar atee hum mes do dia que os ditos escravos ouverem, e forem em posse delles; por quanto nestes da dita hidade nom he necessario esperar por seu consentimento.

E quanto he as crianças, que em Nossos Reynos e Senhorios nacerem das escravas que das ditas partes de Guinee vierem, Mandamos, que os seus senhores sob as ditas penas as façam baptizar aos tempos que os filhos dos Cristaõs e Christaãs se devem, e costumam baptizar. (Ordenações Manuelinas, V, 1786, pp.300-301).

Nesta normativa se encontra uma das poucas representações sobre os *negros da Guiné* (designação para diversos grupos étnicos africanos). Mais que o empreendimento pela catequização dos povos não cristãos, se evidencia a mentalidade que o legislador possuía acerca da infância escravizada: mesmo para as crianças com idade aproximada a dez anos, não se deveria levar em conta o seu consentimento ou a ausência deste. É importante ressaltar que “a idade não é um conceito neutro ou estático. É uma construção social e cultural” (SCOTT, 2020, p. 23). Considera-se que a lei aqui referida está direcionada para um grupo de crianças muito específico: as crianças escravizadas. No entanto, é possível pensar que além deste grupo, outros grupos de crianças, como as órfãs, as enjeitadas, ou mesmo aquelas nascidas entre os estratos mais inferiores da sociedade, não possuíam nenhuma premissa de consentimento quanto às decisões que lhes diziam respeito. Nesse sentido, Ariès, citando o jesuíta François de Dainville (1909-1971), expõe que “o respeito devido às crianças era então (no século XVI) algo totalmente ignorado [...]” (DAINVILLE *apud* ARIÈS, 1984, p. 128). O sujeito só faria as primeiras experiências de autonomia, poder de decisão e responsabilidade sobre si a partir da adolescência, as meninas a partir dos 12 anos e os meninos aos 14 (SÁ, 2011, p. 74). Ainda assim as decisões dos pais sobre a criança e mesmo o adolescente eram fundamentais na Idade Moderna (AYMARD, 1990, p. 442), e para qualquer que fosse a alteração significativa no estado de vida e sacramental (casamento, ordens sacras, votos de clausura), esta exigiria o consentimento dos pais.

A segunda legislação fundamental para o Império Português, na Idade Moderna, foram as Ordenações Filipinas, promulgadas em 1595 pelo rei Felipe I (Felipe II da Espanha) durante a união dinástica entre as monarquias de Portugal e Espanha, instituída após crise sucessória da Dinastia de Avis em Portugal. Esta crise foi desencadeada a partir do desaparecimento do rei Dom Sebastião aos 24 anos de idade em 1578, na batalha de Alcácer-Quibir, região norte de Marrocos, quando não restaram mais descendentes diretos do monarca no reino. Seu tio e sucessor, o cardeal Henrique (Henrique I), faleceu dois anos depois, e mediante a vacância do trono português o rei Felipe II de Castela e Aragão, um dos três netos do rei português Dom Manuel I a reivindicar o trono de Lisboa, foi declarado sucessor legal de Dom Henrique pelo Conselho de Governadores do Reino de Portugal, levando a Dinastia de Habsburgo a governar ambas as coroas.

As Ordenações Filipinas são criadas para adaptar a legislação anterior (Ordenações Manuelinas) para o novo contexto sociopolítico estruturado a partir do governo dessa nova dinastia. No entanto, a preocupação da monarquia com a assistência às crianças permaneceu, e até mesmo adquiriu mais visibilidade neste código legal que em relação aos seus antecessores.

A propósito, o título LXXXVIII do Livro 1 já versa sobre a procedência para com os órfãos, além de outros grupos de crianças contemplados nessa normativa, como as crianças ilegítimas e as crianças falecidas. A lei assim determinava a criação dos órfãos que tivessem suas mães vivas, outorgando a elas a sua responsabilidade: “E se alguns Orfãos, nascidos de legitimo matrimonio, ficarem em tão pequena idade, que hajam mister criação, dal-os-hão a criar a suas mãis, se as tiverem, em quanto se ellas não casarem” (Ordenações Filipinas, I, 1870, p. 210). Ou seja, uma vez que a mãe casasse novamente, recebendo a criança um homem por padrasto, a Câmara imediatamente cessava o auxílio. Essa lei se orienta em consonância com o estatuto jurídico do “pátrio poder”, forjado no direito romano, que atribuía a *patria potestas* - poder sobre o governo dos filhos, mulheres e patrimônio do grupo familiar - ao *pater familias*, ascendente masculino mais velho em vida no grupo familiar.

No Império português, a lei representa as mulheres e as crianças primordialmente tuteladas pelo marido/pai. Só em caso da ausência deste, a Câmara, em nome do rei, deveria exercer o pátrio poder. E quando um marido voltasse a figurar no grupo familiar, ele era imediatamente investido do pátrio poder ainda que não fosse pai biológico das crianças, pois o vínculo existente não era o de

sangue, mas sim o de sujeição à autoridade da *domus* - casa, exercida pelo *pater familias*. A essa autoridade competia, inclusive, o *ius vitae et necis* - o direito à vida e morte de seus subordinados (CORRÊA, 2009, p. 41).

Nessa estrutura social, com ou sem marido, a mulher não possuía jurisdição sobre seus filhos. Por essa condição da mulher, a jurisdição passava ao Estado, e só era devolvida à família quando um homem, qualificado pelo matrimônio, a assumisse. É importante considerar ainda que a lei estava disposta acerca dessas situações em busca de estabelecer e proteger uma ordem social que performava a harmonia entre os diferentes grupos sociais, tendo em vista que os expostos pertenciam à classe dos pobres e sua exposição perturbava a ordem pública (SÁ, 1992, p. 85).

Ademais, prevendo as situações em que a mãe se fizesse ausente, a lei do Reino prescrevia a seguinte providência para com as crianças

que não forem de legitimo matrimonio, forem filhos de alguns homens casados, ou de solteiros, primeiro serão constringidos seus pais, que os criem [...] E não tendo elles nem ellas per onde os criar [...]ou sendo filhos de Religiosos, ou de molheres casadas, os mandarão criar a custa dos Hospitales, ou Albergarias, que houver na cidade, villa ou lugar, se tiver bens ordenados para criação dos enjeitados: de modo que as crianças não morram por falta de criação (Ordenações Filipinas, I, 1870, p. 211).

Aqui percebe-se que no caso dos órfãos de mãe, ou filhos de mulheres impedidas à maternidade (mais adiante abordar-se-ão as situações de ilegitimidade), a lei prescreve que se façam enjeitar. Nesse aspecto, se torna evidente a preocupação do Estado, no final do século XVI, para com a mortalidade infantil e a assistência às crianças órfãs, ilegítimas ou enjeitadas. A preocupação da Coroa com a ausência da maternidade e da paternidade legal para esses grupos de crianças, pode ser entendida também à luz de uma convivência familiar diferente das que se têm as configurações contemporâneas de família, como nos casos da América Portuguesa, onde tratar da vida doméstica “implica penetrar no âmbito do domicílio, pois ele foi de fato o espaço de convivência da intimidade” (ALGRANTI, 1997, p. 85).

Como as Ordenações Filipinas são basicamente uma reforma do código manuelino, atualizado e adaptado para o contexto da União Ibérica, algumas leis permaneceram inalteradas,

como o caso do Livro 3, Título XXVIII – Das fereas – no qual trata do ofício extraordinário do juiz dos órfãos nos dias feriais, que inclui a audiência de mulheres pobres que se encontrassem grávidas.

Nesse contexto em que as crianças se encontram associadas ao ambiente familiar, mulheres e crianças estão interligadas. As Ordenações Filipinas tratam de situações de ausência das mães, bem como da assistência às gestantes pobres, mas pode-se ainda pensar, por outro ângulo, na ausência das crianças, neste ampliado caleidoscópio de situações que levavam ao enjeitamento desses sujeitos. Como destaca Renato Venâncio, “não é exagero afirmar que a história do abandono de crianças é a história secreta da dor feminina” (VENÂNCIO, 2004, p. 189).

Dessa forma, as novas perspectivas historiográficas são sensíveis a essa pluralidade de clivagens que atravessam o mundo social, de modo a inverter ou subverter os pontos de vista acerca dessas relações sociais a partir de novos e diferentes lugares e sujeitos que passam a compor as análises historiográficas: seus códigos compartilhados e as culturas em circulação nestes contextos (CHARTIER, 2002, p. 67). Ao abordar as leis como representações, entende-se que os indivíduos e grupos estavam significando seu mundo através dessas representações. Dessa forma, o Livro 4 das Ordenações Filipinas, no Título LXXXII – Quando no testamento o pai não faz menção do filho, ou o filho do pai, e dispõe somente da terça – traz apontamentos interessantes sobre a ideia de criança na Idade Moderna ibérica. Trata-se de uma lei a regulamentar questões testamentárias, mas em suas notas de rodapé da edição de 1870, fica explícito que o discurso médico do século XVI

[...] reputa abortiva a criança que não durar viva 24 horas depois do nascimento. E justifica esta disposição porque, com effeito essa lei parece conforme ao bom senso, pois segundo o juizo dos Peritos he certo que um aborto pode nascer com signaes de vida, e só então se não reputa aborto quando dá todos os signaes de que a sua vida pode ser duradoura (Ordenações Filipinas, IV, 1870, p. 914).

Por fim e uma vez mais, no Livro 5 das Ordenações Filipinas, o legislador mantém *ipsis literis* a legislação antecessora ao versar sobre a necessidade e urgência do batismo para crianças escravas ou filhas de escravos da Guiné. O que sugere a falta de cuidado dos senhores com os filhos dos seus escravos, sendo provavelmente ignorada para estes a urgência do batismo. Essa ênfase também indica a preocupação da monarquia em expandir e colonizar seus territórios, e integrar a população nesses

territórios ao seu ideal colonizador de, através do processo de missionação, trazer novos cristãos para o Reino da “*Fidelíssima Majestade Cristã*”⁵.

As crianças nas normativas eclesiásticas – os meninos de Trento

O Concílio de Trento foi uma assembleia de bispos convocada para responder às novas questões religiosas. O Concílio foi um evento de suma importância para a história da Igreja Católica (PAIVA, 2014, p. 13).

O Concílio logo chegou ao reino de Portugal, através dos prelados portugueses que iam participar das sessões conciliares e depois regressavam às suas dioceses, como esclarece Federico Palomo, “o regresso dos prelados portugueses presentes [...] e a recepção na corte das orientações que se estavam a desenhar no seio do catolicismo foram determinantes na alteração da política religiosa e cultural da Coroa portuguesa” (PALOMO, 2006, p. 28).

Esse documento eclesiástico inclui as crianças regulamentando sobre a forma de como a estas se administram os sacramentos. Há, nesse sentido, uma preocupação maior em relação ao sacramento do batismo, administrado de forma ordinária em um único momento da vida, preferencialmente na mais tenra infância. Segundo o Concílio de Trento, qualquer pessoa a negar que o “merecimento de Jesu Christo se applica tanto aos adultos, como aos meninos, pelo sacramento do Baptismo, conferido segundo o costume, e o rito na forma da Igreja: seja excomungado” (CONCÍLIO DE TRENTO, I, 1781, p. 69). Isso sinaliza, ainda, uma clara distinção entre a categoria “adulto” e a categoria “menino”, que aqui se entende como criança. Ou seja, ainda que na mentalidade dos conciliares tridentinos houvesse uma notável diferenciação entre as crianças e os adultos, ambos estavam equiparados quanto à dignidade cristã, uma vez que se lhe houvesse conferido o batismo ritual. Contudo, uma mudança significativa na transição para a Idade Moderna

⁵ A infância das crianças escravizadas não era representada nem pela idade escolar, nem pela idade canônica. Os senhores não nutriam sentimentos de infância por essas crianças, ainda que boa parte destes sujeitos fossem seus filhos ilegítimos. A referência para as infâncias escravizadas era a idade do trabalho. Conforme aponta a historiadora Katia Mattoso, após três dias do parto, a mãe escravizada voltava ao seu trabalho, e a criança passava a perambular livremente pela casa do senhor. A partir dos cinco ou seis anos de idade, ela desempenhava tarefas específicas, uma espécie de iniciação ao serviço formal, que ia desde descascar mandioca, no campo, ou servir a mesa, nas cidades. Uma terceira idade da infância escravizada iniciava aos sete ou oito anos de idade, quando iniciavam tarefas mais pesadas e regulares, para as quais se dedicariam por toda a vida (MATTOSO, 1991, p. 90). A mão-de-obra dos escravizados desta faixa etária já era bastante valorizada (FLORENTINO; GÓES, 2005. p. 341).

foi a maior atenção dedicada à alma dos falecidos não batizados, os quais eram majoritariamente crianças de tenra idade. Sobre essa questão, esclarece François Lebrun que

certamente, o batismo limpa o filho do pecado original e assim o arranca das garras de Satan. Mas parece que foi pouco antes do século XIV que os clérigos começaram a se preocupar com o destino de tantas crianças mortas sem batismo, devido aos atrasos muitas vezes longos que ainda separavam o nascimento da administração do sacramento: eles exerceram uma pressão cada vez maior sobre as famílias para que seus filhos fossem batizados o mais breve possível [...] (LEBURN, 1986, p. 248) [Tradução Nossa].

A abordagem do Concílio de Trento referente às crianças se concentra, assim, majoritariamente em torno da administração do sacramento do batismo, no ímpeto de repreender os discursos heréticos disseminados pelas novas vertentes cristãs protestantes a esse respeito: “se alguém disser: que os meninos recém-nascidos dos ventres maternos se não devem baptizar [...] seja excomungado” (CONCÍLIO DE TRENTO, I, 1781, p. 71). E os bispos dão ainda mais ênfase e legitimidade à possibilidade, conveniência e predileção pelo batismo de crianças ao explicar que, devido ao dogma do pecado original reafirmado nesse concílio, “tambem os meninos, que pessoalmente não poderão commetter peccados alguns, são verdadeiramente baptizados para remissão dos peccados” (*Ibidem*). Essa visão negativa da criança, que apesar de ser inocente, carrega consigo a mácula do pecado original, e precisa ser remida, resgatada para a santidade, é abordada por Ariès, pois para ele está na base do que posteriormente se estruturou como escolarização (a partir do século XVIII): “Essa separação - e essa chamada à razão - das crianças deve ser interpretada como uma das faces do grande movimento de moralização dos homens promovido pelos reformadores católicos ou protestantes ligados à Igreja, às leis ou ao Estado” (ARIÈS, 1986, p. 11).

Quando se pensa em Reforma Católica, no contexto das Reformas Religiosas da Idade Moderna, deve-se ter em conta que estas mesmas possuem “implicações que ultrapassam as mudanças institucionais eclesiásticas no século XVI, relacionando-se também a aspectos culturais, econômicos e de poder vividos na Europa” (MONTEIRO, 2007, p. 132). As Reformas se dão em uma realidade plural e multifacetada, que transpunha os limites da esfera religiosa, no sentido de que também a Reforma Católica, preconizada entre outras emergências pelo Concílio de Trento, tem seu

curso originado antes destes eventos maiores e em questões do contexto da Idade Moderna que por sua vez estão para além dos debates teológicos e doutrinários do período.

No entanto, o Concílio de Trento foi elaborado sob uma demanda de reação e negação das novas doutrinas surgidas no período. Ainda assim, as normativas direcionadas às crianças não orbitam apenas a esfera da negação de outros credos, mas também determinam as normas de afirmação da fé católica. Havia uma intencionalidade de as levar a prestar adesão à Igreja Católica, reforçando a sua condição de Filhas de Deus impugnada pelo sacramento do batismo, ainda que estas mesmas não tivessem maturidade suficiente para realizar a profissão pública de sua fé pessoal, que as identificava mais formalmente à comunidade religiosa. De tal forma afirmava-se a dignidade cristã dos pequenos batizados, como no cânon XIII da Sessão VII – Do Batismo – “Se alguém disser, que os meninos, porque não tem Acto de Fe, depois de receberem o Baptismo, se não devem contar entre os Fiéis [...] seja excomungado” (CONCÍLIO DE TRENTO, I, 1781, p. 185). Outrossim, o batismo era simbolicamente o ato de ingresso da criança na comunidade, a garantia teológica de que o sujeito era um fiel católico, vocacionado por Deus à vida cristã, e assim chancelado a receber os demais sacramentos.

Entretanto, os conciliares não utilizam um recorte de sujeitos no documento, mas de objetos, nesse caso os sacramentos. Sendo assim, o Cânon seguinte (XIV) regulamenta situações em que os sujeitos já se encontravam para além da idade da vida que se entendia por “infância”, atingindo um grau de amadurecimento de certas questões religiosas, quando previa-se a possibilidade de perguntas e revisões em relação à fé que a criança recebeu dos pais e padrinhos:

Se alguém disser, que estes meninos baptizados, quando crescerem, se lhes deve perguntar: se dão por bem feito o que os seus Padrinhos promettêrao em nome delles, quando forao baptizados? E que se responderem, que não querem, os devem deixar ao seu arbitrio; e que entre tanto não haõ de ser obrigados à vida Christã com outra pênã, senão serem apartados da Eucharistia, e da recepção dos mais Sacramentos até que se emendem: seja excommungado. (*Ibidem*).

Nesse sentido é reforçada a ação essencial e indissolúvel do sacramento do batismo sobre a criança, uma vez que se torna prática e objeto determinante de sua vida cristã futura. As más influências na formação religiosa da criança se tornaram passíveis de ser matéria em processos de

excomunhão. O Concílio se preocupa das situações em que, no processo de amadurecimento da criança, se lhes hão de visitar questionamentos desviantes da ortodoxia e natureza da fé que se professou em seu nome, e busca vetar essa possibilidade com a pena de excomunhão aos que influírem nesses casos. Deve-se considerar para tanto os efeitos sociais da pena de excomunhão no contexto das monarquias católicas, e seus efeitos práticos a partir da sociedade que se organiza em torno da religião e do braço secular do Estado, que a seu modo, pune os desertores da fé.

As disposições tridentinas seguem a se ocupar de uma faixa etária um pouco mais avançada, um grupo que já passaria até mesmo da segunda infância e estaria a adentrar na adolescência⁶, ao tratar do sacramento da confirmação. Para este sacramento, os legisladores conciliares operam com a ideia de adolescência. Os prelados repreendem a qualquer pessoa que disser que o Sacramento da Crisma no passado “não fora outra cousa, senão certa especie de Cathecismo, com que os proximos ao entrar na adolescencia expunhaõ a razão da sua Fé na presença da Igreja” (*Ibidem*, p. 187). A Confirmação era, assim, um sacramento que sinalizava a passagem de uma idade da vida para outra. Aqui, no século XVI, está operando a definição de menino diferenciada da de adolescente. Nessa passagem do documento, evidencia-se a preocupação dos conciliares de que o rito da Confirmação não seja minorado de sua dignidade sacramental. No entanto, apesar de não ser “apenas” um catecismo, ele não deixava de ser um instrumento formativo e instrutivo, a fim de amadurecer a criança para a vida adulta cristã e levar as crianças à agência mais efetiva de sua adesão aos termos da fé que lhe fora relegada no batismo.

Como argumenta Ariès, a respeito da distância conceitual entre a adolescência moderna e a adolescência contemporânea, foi no século XVIII que surgiram as noções mais aproximadas da adolescência contemporânea. Para ele, na Idade Moderna “subsistia a ambiguidade entre a infância e a adolescência de um lado, e aquela categoria a que se dava o nome de juventude, do outro. Não se possuía a ideia do que hoje chamamos de adolescência, e essa ideia demoraria a se formar” (ARIÈS, 1986, p. 45).

No que diz respeito à abordagem desses sujeitos em idade mais avançada de infância, a partir do Tomo 2 das disposições tridentinas, as crianças passam a orbitar também a doutrina do sacramento da Comunhão. Na sessão XXI – Doutrina da Communhao debaixo de ambas as especies

⁶ Meninas a partir dos 12 anos de idade e meninos a partir dos 14 anos de idade (Cf. SÁ, 2011, p. 74).

– o Capítulo IV está exclusivamente dedicado a elas: Os meninos não estão obrigados à Comunhão sacramental, uma vez que assim rege o cânon IV: “Se alguém disser, que a Comunhão da Eucharistia he necessaria aos meninos, antes de chegarem aos annos de differença: seja excommungado” (CONCÍLIO DE TRENTO, II, 1781, p. 53). Apesar de em momento algum o Concílio proibir a comunhão eucarística às crianças, ele é muito enfático em dispensá-las deste sacramento. Evidencia uma ideia de que as crianças ainda não possuíam o discernimento conveniente para a participação neste sacramento.

Deve-se ainda ao Concílio de Trento a instituição da estrutura de formação obrigatória ao clero católico: os seminários. O capítulo XVIII dedica-se à regulamentação da admissão dos adolescentes nestes colégios, prevendo a admissão de jovens a partir dos doze anos de idade, e obrigando as dioceses a:

sustentar, e educar virtuosamente, e instruir na Disciplina Ecclesiastica a certo número de meninos [...] em hum Collegio contiguo às mesmas Igrejas, ou em outro lugar conveniente, que o Bispo eleger. Neste Collegio, pois, serao admittidos aquelles, que tiverem ao menos doze annos, e forem nascidos de legitimo matrimonio, e souberem ler e escrever competentemente e cuja indole, e desejo dem esperanças de que se empregaraõ perpetuamente nos ministerios Ecclesiasticos (CONCÍLIO DE TRENTO, II, 1781, p. 201).

É interessante notar que no Concílio de Trento, os redatores utilizam a palavra “menino” para os recém-nascidos, assim como para as crianças já mais crescidas que são dispensadas da obrigatoriedade da comunhão eucarística, e para os rapazes de doze anos que passam a poder ser admitidos nos seminários. Esta percepção corrobora com Ariès, no sentido de sua abordagem sobre a permanência, na Idade Moderna, de certas categorias comuns para exprimir diferentes idades da vida, como por exemplo na França do século XVII, onde “Um *‘petit garçon’* (menino pequeno) não era necessariamente uma criança, e sim um jovem servidor” (ARIÈS, 1986, p. 42).

Dessa forma, a infância e a adolescência, através dos seus sujeitos, foram temas do interesse dos padres conciliares. A Igreja Católica em Portugal, ao buscar conformar-se às disposições tridentinas, teve de ir ao encontro de meninos e adolescentes e criar-lhes espaços separados, seja em seus discursos, campanhas, práxis, enfim, em todo o seu *modus operandi*. No decorrer dos séculos, ao longo da Idade Moderna, ocorreu o esforço de adequar as populações católicas de todo o Império

português a este dispositivo legal eclesiástico, essas normativas em relação ao trato das crianças vão chegando às colônias, como as da América portuguesa, impactando as culturas locais quanto às noções de infância.

Considerações Finais

O que se verifica a partir da análise comparativa entre essas três legislações, associada à discussão historiográfica sobre o tema, e reservada a natureza das especificidades de cada uma das fontes utilizadas, é que as crianças foram objeto de interesse das principais instituições do Império português na Idade Moderna. Seja na preocupação com os destinos dos corpos pelo Estado ou na preocupação com os rumos da alma pela Igreja, a problemática da infância adquiriu grandes proporções. As representações seculares (leis do Reino) consistiram em prover a assistência às crianças pertencentes ao universo da pobreza, da marginalidade social, bem como o auxílio às mães, favorecendo a tutela do Estado sobre elas e seus filhos e as políticas populacionais. Já as representações religiosas (leis da Igreja) evidenciaram as estratégias do governo pastoral de moralização das famílias, os conflitos entre os grupos sociais organizados a partir da Reforma Protestante, a necessidade de responder sobre o espaço das crianças nos lugares escatológicos (céu, juízo, inferno e paraíso), mas também nos lugares eclesiais da Igreja temporalmente instituída.

Em ambos os casos, vemos intrincadas as crianças e as famílias. Mesmo a partir dos diferentes objetivos dos grupos sociais, não se concebia a infância dissociada de um contexto familiar. Ainda nos casos em que a criança se encontrasse enjeitada, recorria-se a uma forma de reintegrá-la a alguma família, onde as relações de adoção (secular) e apadrinhamento (religiosa) também se fundiam.

A abordagem historiográfica desses objetos leva em conta que Philippe Ariès inaugurou, na década de 1960, um importante campo de estudos na historiografia, que passou a chamar-se História da Infância. Sua obra destacou como a instituição da escolarização obrigatória na França, durante a Idade Moderna, desencadeou um processo social que gerou uma nova forma de se relacionar com as “idades da vida”, principalmente com a primeira idade, que passou a ser compreendida como “infância”.

Entretanto, Roger Chartier definiu uma crise dos grandes modelos explicativos a partir do alvorecer da “nova história” que fragmentou esse campo do saber como um todo e abriu espaço para uma pluralidade crescente de abordagens e narrativas, as diversas “histórias”. Essa mudança no campo da História promoveu a visibilidade de sujeitos que não pertenciam às narrativas oficiais, como neste trabalho, as mulheres e as crianças. Ora, se é História da Infância, porque abordar a condição das mulheres? É nessa direção que evidencia-se a indissociabilidade entre esses diferentes sujeitos históricos. Quando se visibiliza uma infância que gradualmente vai adquirindo um cuidado especial por parte das instituições oficiais, depara-se também com um grupo de mulheres que permanecia na subalternidade, tratado por vezes como objeto de reprodução, seres incapazes de exercer o poder sobre seus filhos, governarem-se e proverem-se, por parte dos legisladores homens. Contudo, as legislações são apenas uma entre várias fontes do campo da História da Infância. As diferentes fontes podem orientar diferentes considerações, e isso amplia ainda mais o leque da diversidade deste campo historiográfico.

Nesse sentido, David Archard questionou as considerações do trabalho de Ariès mediante as suas fontes. Para Archard, a iconografia da Idade Moderna não significava diretamente uma mudança na História da Infância, mas sim na História da Arte. Dessa forma, como pensar que as sociedades medievais compreendiam as crianças como adultos em miniatura com base nas técnicas de pintura medieval, que assim as faziam parecer?

De semelhante modo, pode-se abordar o processo de representação das idades canônicas no Império português da Idade Moderna: até que ponto as crianças tinham discernimento para realizar a confissão de pecados aos sete anos, se caso não fossem obrigadas a o fazerem pelos pais e párocos talvez nem mesmo comparecessem ao confessionário?

Por outro lado, Colin Heywood sugere não generalizar as transformações em relação ao sentimento da infância, buscando compreendê-las à luz da diversidade de concepções em diferentes períodos e lugares considerando as condições culturais predominantes em cada uma delas. Também nesta diversidade se inscrevem os grupos culturais. Como balizar a passagem da infância pelo ingresso escolar para as crianças escravizadas, as quais nunca acessaram os bancos da escola?

Mas não foram somente as abordagens do objeto a se transformarem no curso destas décadas subsequentes. No âmbito do campo de estudos, as historiadoras Isabel dos Guimarães Sá e

Natalie Zemon Davis analisaram as idades da vida no campo da História das Adolescências, restringindo o campo da História da Infância às idades das chamadas “primeira e segunda infância”. A esse respeito, surgem novos desafios, uma vez que tanto a infância quanto a adolescência, nos termos da escola ou da Igreja, não eram garantidas a todas as crianças. As crianças expostas à porta dos fogos, por exemplo, estrategicamente endereçadas a uma família que podia compreender a razão daquele ato, tinham seqüências de idade diferentes daquelas expostas ao relento ou nas Casas de Roda. Da mesma forma, como pensar que a adolescência de uma criança escravizada iniciava aos sete anos de idade, quando começava o ofício que a acompanharia por toda a vida? São questões que revelam a necessidade de um afinilamento cada vez maior das abordagens do campo em relação à especificidade de suas considerações, tendo em vista a pluralidade cultural que envolve o contexto de produção das fontes.

Por fim, algo mais relevante para esse debate é o espaço gradativamente maior que as representações das crianças vão adquirindo nas legislações no decorrer da Idade Moderna. A partir dos pressupostos teóricos que permeiam essa análise, a Idade Moderna foi o período de estruturação da noção da infância nas sociedades europeias e americanas, e eles dialogam com as fontes legislativas abordadas. Salvaguardada a diversidade entre a abrangência territorial destes dispositivos: todas as dioceses católicas, no caso de Trento, e apenas os domínios portugueses, no caso das Ordenações do Reino, vislumbra-se presente essa mesma tendência de definir o lugar social da criança nestas relevantes instituições do período.

Referências bibliográficas:

Fontes:

REYCEND, João Baptista. *O Sacrosanto, e Ecumenico Concilio de Trento em Latim, e Portuguez: Dedicado, e conflagrado aos Excell., e Rev. Senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja Lusitana*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1781.

Ordenações do Senhor Rey D. Manuel. Coleção da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal. Parte I. Da Legislação Antiga. Coimbra: Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1786.

Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado Del-Rey D. Phillippe I. Decima-quarta edição. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870.

Referências

- ABREU, Laurinda. **As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade e assistência, em Portugal, no século XVI.** In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de e FERREIRA, Fátima Moura (Orgs). **A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI - XIX).** Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008. pp. 31-49.
- ALGRANTI, Leila Mezan. **Família e vida doméstica.** In: NOVAIS, Fernando Antônio e SOUZA, Laura de Melo e (Orgs.). **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 83-155.
- ARCHARD, David. **Children: Rights and childhood.** Abingdon, Inglaterra: Routledge, 2014.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Trad.: Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- AYMARD, Maurice. **Amizade e convivialidade.** In: ARIÈS, P; CHARTIER, R. **História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes.** Vol. 3. Lisboa: Edições Afrontamento, 1990. pp. 439-481.
- BRAGA, Douglas de Araújo Ramos. **A infância como objeto da história: um balanço historiográfico.** Revista Angelus Novus, São Paulo, vol. 4, n. 10, pp. 15-40, dez., 2015.
- CARDOZO, José Carlos da Silva et al. (Orgs). **História das Crianças no Brasil Meridional.** Coleção EHILA, vol. 23. 2ª ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2020.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. **Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista.** In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil.** 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2010. pp. 55-83.
- CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude.** Trad.: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CORRÊA, Marise Soares. **A concepção de família e o pátrio poder na tradição romanística.** In: CORRÊA, Marise Soares. **A história e o discurso da lei: o discurso antecede à história.** Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2009. 465 p.

CUNHA, Mafalda Soares da. **A Europa que atravessa o Atlântico (1500 – 1625)**. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro e GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). **O Brasil Colonial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens: três mulheres do século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FARIA, Sheila de Castro e Negros da Guiné. In: VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000. pp. 424-427.

FEITLER, Bruno. **Quando chegou Trento ao Brasil?** In: GOUVEIA, Antônio Camões, BARBOSA, David Sampaio, PAIVA, José Pedro (coord.). *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas Conquistas: Olhares Novos*. 1 ed. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2014. p. 157-173.

FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton Sales. **Estudo Introdutório**. In: VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: EDUSP, 2010. pp. 01-75.

FERNANDES, Andreia Duarte. **Os Expostos da Câmara de Penalva do Castelo (1749-1849)**. Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra (UC). Coimbra, 2021 p. 196.

FLORENTINO, Manolo Garcia; GÓES, José Roberto. **Morfologias da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX**. In: FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, cativo e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII - XIX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp. 207-227.

GÉLIS, Jacques. **A individualização da criança**. In: ARIÈS, P; CHARTIER, R. **História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes**. Vol. 3. Lisboa: Edições Afrontamento, 1990. pp. 305-321.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no Ocidente**. São Paulo: Artmed, 2004.

LEBRUN, François. *La place de l'enfant dans la société française depuis le XVI^e siècle*. In: BARDET, Jean-Pierre *et al.* **Dénatalité: l'antériorité française (1800-1914)**. *Communications*, Paris, pp. 247-257, 1986.

- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens.** Trad.: Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LOPES, Maria Antónia. **Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850).** Vol. 1. Viseu: Palimage Editores, 2000.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. **O filho da escrava.** In. PRIORE, Mary Del. **História das Crianças no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 1991. pp. 76-97.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **As Reformas Religiosas na Europa Moderna: notas para um debate historiográfico.** *Varia História*, Belo Horizonte, vol.23, n.37, pp.130-150, Jan/Jun, 2007.
- NEVES, Guilherme Pereira das. *Padroado.* In. VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000. pp. 466-467.
- NOVAIS, Fernando Antônio. **Condições da privacidade na colónia.** In. SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 13-41.
- PAIVA, José Pedro. **A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas.** In. GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio Dias e PAIVA, José Pedro (Org.). **O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos.** Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2014. pp. 13-40.
- PALOMO, Frederico. **A Contra-Reforma em Portugal (1540-1700).** Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- POLÓNIA, Amélia. **A recepção do Concílio de Trento em Portugal.** In. GOUVEIA, António Camões; BARBOSA; David Sampaio Dias e PAIVA, José Pedro (Org.). **O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos.** Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2014. pp. 41-58.

PRIORE, Mary del. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1990. 2v.

_____. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

SÁ, Isabel dos Guimarães. **Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade portuguesa tradicional através das fontes jurídicas**. Penélope: revista de história e ciências sociais, Lisboa, n. 8, pp. 75-90, 1992.

_____. **As crianças e as idades da vida**. In: MATTOSO, José; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **História da Vida Privada em Portugal: A Idade Moderna**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, pp. 72-95.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **História da infância, da juventude e da família: que caminhos percorrer?** In: CARDOZO, José Carlos da Silva; *et al.* (orgs.). **História das crianças no Brasil meridional**. 2ª ed. São Leopoldo: Oikos/UNISINOS, 2020. pp. 14-34.

SILVA, Antônio de Moraes *et al.* **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Tomo Segundo. L-Z. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SILVA, Jonathan Fachini da. **Exposição de crianças e travessias atlânticas: o trânsito de práticas e pessoas para o extremo sul da América Portuguesa (1750-1810)**. Esboços: histórias em contextos globais, Florianópolis, vol.28, n.48, pp. 509-530, maio/ago. 2021.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Família e abandono de crianças em uma comunidade camponesa de Minas Gerais: 1775-1875**. Diálogos, Maringá, vol.4, n. 1, pp. 111-123, jun., 2000.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador: Séculos XVIII e XIX**. Campinas/SP: Editora Papirus, 1999.

_____. **Maternidade negada**. In: PRIORE, Maria Del e BASSANEZI, Carla Beozzo (Org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2004. pp. 189-222.

Os Conflitos Entre Patrões e Empregados na Inglaterra do Século XIX a Partir da Obra Norte de Sul

Conflicts Between Employers and Employees in 19th Century England from the Book North and South

Maria Cecilia Barreto Amorim Pilla

Coordenadora do Curso de História
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR)
Doutora em História
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
ceciliapilla@gmail.com

Ruan De Oliveira Barros Santos

Licenciado em História
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR)
ruandeoliveira97@gmail.com

Recebido: 29/03/2023

Aprovado: 07/02/2024

Resumo: A presente pesquisa tomou como fonte o livro *Norte e Sul* escrita em 1855 pela autora inglesa Elizabeth Cleghorn Gaskell (1810-1865). Com base nessa obra, questionamos em que medida é possível perceber tensões geográficas de desenvolvimento entre dois extremos: o Norte industrializado e o Sul agrícola, e quais características das relações sociais apresentadas nessa publicação, especialmente as de trabalho, podem esclarecer sobre o que denominamos de Questão Social. Queremos, especialmente, apresentar esse período, não somente sob à luz das relações entre patrões e empregados e conflito de classes, mas também elucidar uma visão feminina de gênero sobre esse contexto.

Palavras-chave: Literatura e História; Revolução Industrial; patrões e empregados; gênero; conflito de classes.

Abstract: This research took as its source the book *North and South* written in 1855 by English author Elizabeth Cleghorn Gaskell (1810-1865). Based on this work, we question to what extent it is possible to perceive geographic tensions of development between two extremes: the industrialized North and the agricultural South, and which characteristics of the social relations presented in this publication, especially those of work, can shed light on what we call Social Issues. We want, especially, to present this period, not only in the light of relations between employers and employees and class conflict, but also to elucidate a feminine view of gender in this context.

Keywords: Literature and History; Industrial Revolution; employers and employees; gender; class conflict.

Introdução

Para o presente estudo escolhemos analisar um livro escrito por uma mulher em plena Era Vitoriana para lançar à história o olhar da literatura sobre a Inglaterra de meados do século XIX que, embora já tivesse alcançado o protagonismo de potência mundial, enfrentava sérios problemas sociais¹. Nesse sentido, a problemática do presente estudo parte do desejo de entender as relações entre a história e a literatura presentes na obra *Norte e Sul*, de Elizabeth Cleghorn Gaskell (1810-1865)². Que características são trazidas pela autora dessas duas regiões da Inglaterra? Em que medida é possível perceber tensões geográficas de desenvolvimento entre esses dois extremos? Quais características das relações sociais presentes nessa obra, especialmente as de trabalho, podem esclarecer um pouco o que denominamos Questão Social? Nosso objetivo é contextualizar a Inglaterra em plena Revolução Industrial de meados do século XIX, o relacionamento entre operários patrões e, sobretudo, apresentar esse período pelo qual passou a Inglaterra do ponto de vista literário e feminino.

Elizabeth Cleghorn Stevenson, mais conhecida no campo literário com Mrs. Gaskell, é, até os dias de hoje, uma escritora bastante aclamada por suas publicações de literatura inglesa. Ela nasceu em 1810, em Chelsea, na Inglaterra, e casou-se com William Gaskell (1805-1884), pastor anglicano conhecido por sua personalidade marcante e, sobretudo, por apoiar sua esposa na publicação de seus livros — atitude talvez pouco comum nesse período. Depois de seu casamento, a autora passou a morar em Manchester, cidade inglesa que, na época, era sinônimo de desenvolvimento industrial, mas, ao mesmo tempo, muito conhecida por suas mazelas sociais. Inspirada pela cidade em que vivia, produziu romances que tinham o cenário industrial como fundo, a exemplo de *Mary Barton* (1848),

¹ O presente estudo foi desenvolvido junto a pesquisas realizadas para estruturar um Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História. Em conjunto, graduando e orientadora desenvolveram estudos sobre História Cultural e as possibilidades de utilizar uma obra literária como fonte de pesquisa.

² Dessa forma, a fonte para o trabalho é o livro *Norte e Sul*, versão publicada pela editora Martin Claret tradução e notas de Carlos Duarte e Anna Duarte publicado em 2015. No Brasil há outra publicação anterior com a tradução de Dóris Goettems, lançada em versão bilíngue (português/inglês) pela editora Landmack.

Cranford (1851-1853), *Ruth* (1853), *North and South* (Norte e sul) (1855), *Sylvia's Lovers* (Os Amores de Sylvia) (1863), *Wives and Daughters* (Esposas e filhas) (1865), entre outros.

Elisabeth Gaskell escreveu romances, novelas, contos e livros não ficcionais, muito provavelmente movida pelo momento importante que viveu da industrialização inglesa, marcado por mudanças que trouxeram avanços na tecnologia, mas ao mesmo tempo a pobreza dos operários. Em 1848, ao escrever *Mary Barton*, um livro repleto de realismo social, chamou a atenção de Charles John Huffam Dickens (1812-1870) e foi convidada a publicar nos periódicos editados por ele, *Household Words* (Palavras Domésticas) e *All the Year Round* (Durante Todo o Ano). Mesmo que Gaskell tenha sido considerada como uma escritora conservadora para o tempo em que viveu, já que não trouxe explicitamente em seus livros uma defesa ao que se convencionou chamar a *the woman question* (a questão da mulher), sua contribuição para a história das mulheres e para os estudos de gênero, de meados do século XIX na Inglaterra, é inegável. Ela trouxe para suas obras protagonistas corajosas, personagens femininas representantes das diversas classes e condições sociais como burguesas, operárias, mulheres do campo, mocinhas ingênuas, e, até mesmo, mulheres excluídas da sociedade (ALGOTSSON, 2015, p. 4).

O livro *Norte e Sul* foi publicado pela primeira vez pela editora Chapman & Hall em 1854, mas antes de virar livro foi divulgado em formato de folhetim na revista *House Hold Worlds* (mencionada acima) e publicado em 20 partes. O gênero da obra é ficção, do estilo romance, e sua primeira publicação em forma de livro foi dividida em dois volumes, de 25 e 27 capítulos cada. Em *Norte e Sul*, Gaskell conta a história de Margaret Hale e de sua família. No início da narrativa, eles vivem em Helstone, uma cidade ao sul da Inglaterra. No entanto, o pai da personagem, um ex-clérigo, toma a decisão (a contragosto de sua esposa e filha) de se mudar com a família para a cidade de Milton, ao norte do país. A protagonista vê então a Inglaterra dividida em dois cenários: um sul rural, ensolarado, claro e idílico em contraponto a um norte escuro, urbanizado, escurecido pela fumaça das fábricas.

O enredo se desenvolve em meio aos dramas vividos pela protagonista que, logo ao chegar à nova cidade, fica chocada com as condições miseráveis de trabalho a que eram submetidos os operários, especialmente da indústria têxtil. Na sequência da narrativa, vive uma paixão pelo Sr. Thornton, dono de uma fábrica de tecidos. Esse sentimento é sublimado por seu preconceito contra

uma certa burguesia composta por comerciantes e donos de fábricas, que considera pessoas frias, desumanas e sem cultura erudita. Mais adiante, sua mãe fica doente e morre e um de seus irmãos, que havia se envolvido em um caso nebuloso de insubordinação na Marinha, acaba por fugir da Inglaterra. Ao longo da narrativa se vê ainda um pai carinhoso, por quem a protagonista tem profunda afinidade. Toda a história se passa em torno dos conflitos que acontecem em meio a tensões sociais.

A história das mulheres na escrita da literatura inglesa

Para conhecer o papel das mulheres na literatura inglesa é importante observar como se deu esse processo histórico. Segundo Emery Marques Gusmão (s/d), sobre o debate da educação feminina,

Até o século XVIII as famílias reservavam a escolarização e o letramento aos meninos, por serem tais atributos considerados incompatíveis com a “identidade feminina”, afirmada a partir do distanciamento em relação à alfabetização, leitura, produção de textos, profissionalização e participação na vida pública (GUSMÃO, 2012, p.269).

Nesse contexto, desde que tivessem condições financeiras para tanto, apenas os homens podiam receber educação formal, frequentar as escolas e as universidades. Entre os séculos XVI e XVIII a educação era determinada por dois fatores: as condições financeiras e a diferença entre os sexos. Como diz a historiadora Martine Sonnet (1955-), homens ou mulheres que tinham posses eram iniciados nos saberes fundamentais, resumidos na trilogia do “ler, escrever e contar”. No entanto, as possibilidades alargam-se especialmente com a crescente, embora relativa, ampliação do espaço escolar. Porém, nesse quadro era concedido às mulheres um saber incompleto e vigiado (SONNET, 1995).

Dessa forma, no presente artigo, a questão de gênero, mesmo que não seja o principal objeto em tela³, “nos salta aos olhos”, pois, tanto a autora da obra quanto a sua protagonista são mulheres,

³ Há muitos artigos científicos, teses, dissertações que fazem uma análise da obra *Norte e Sul*, de Gaskell, sob uma perspectiva de gênero. Seguem alguns deles: (1) MORRIS, Emily Jane. “*Some Appointed Work to Do*”. *Gender and Agency in the Works of Elizabeth Gaskell*. University of Saskatchewan, 2010. (2) ALANO, Cianna. “*What could she do next?*”: Margaret’s Power and Control Through Failed Emotional Labor in Elizabeth Gaskell’s *North and South*. *Criterion: A Journal of Literary Criticism*, vol.16, n.1, pp.8-28. 2003. (3) PARKINS, Wendy. *Women, mobility and modernity in Elizabeth Gaskell’s North and South*. *Women’s Studies International Forum*, vol.27, pp.507-519. 2004.

e, em diversos momentos da trama, os papéis femininos aparecem atendendo às convenções morais e sociais do período, mas nem sempre. Assim é que, a metodologia de análise de cunho histórico, levou também em conta estudos no campo do gênero, como os da historiadora Joan Wallach Scott (1941-). Para essa autora, dentre algumas reflexões, é preciso considerar elementos constitutivos das relações sociais baseadas em diferenças percebidas de gênero, tais como: “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas”; “conceitos normativos que expressam interpretações e significados dos símbolos” (SCOTT, 1995, p. 85-86). Para Scott, esses conceitos normativos estão expressos em diversas áreas do viver em sociedade, seja por meio de doutrinas religiosas, leis, ciência e educação, que trazem posicionamentos inequívocos do significado do ser homem e do ser mulher.

Isso se concretiza baseado na ideia de que, por conta de sua natureza, os homens tinham mais capacidade que as mulheres. Esse pensamento se manteve até o século XIX e adentrou o século XX. Dessa forma, as mulheres vêm sendo consideradas inferiores, fisicamente mais frágeis e moralmente mais débeis. Esse julgamento relegou às mulheres uma posição de inferioridade e, devido à sua suposta capacidade restrita, elas recebiam uma educação básica, que para os historiadores Dayane Cristina Freitas (s/d) e Thiago Lemos da Silva (s/d), era informal e ensinada em casa, de “mãe para filha” (FREITAS; SILVA, 2017).

Todo esse quadro descrevia o que cabia às mulheres no século XIX e parte do XX: uma educação não acadêmica, voltada apenas para o cuidado da casa e da família. Uma vez que o homem era o chefe do lar, a mulher era ensinada a receber ordens dele sem questionamento, de preferência vivendo uma vida inteiramente dedicada à família. Nesse sentido, reconhecemos as dificuldades e os preconceitos sofridos pelas mulheres em um ambiente de escritores e publicações, espaço por excelência da atividade intelectual e da suposta superioridade masculina. E é justamente sobre a luta das mulheres na literatura, sobre a batalha delas para alcançar o reconhecimento e garantir seus direitos que devemos entender Elizabeth Gaskell. Escrever era uma profissão difícil para os homens, que dirá para as mulheres:

Mesmo com todos os obstáculos, a mulher que conseguisse o mínimo acesso à educação, ao material necessário, à postura criadora e desafiadora necessária para escrever e ao tempo, muitas vezes, escasso devido às obrigações familiares, se depararia ainda com a barreira representada pela falta de privacidade (FREITAS; SILVA, p. 68)

Como conciliar a escrita aos papéis de esposa e de mãe? Na luta para publicar seus escritos, “a maioria das autoras desse período optou por usar codinomes na assinatura de sua obra, frequentemente optando por nomes masculinos, em uma tentativa de dar a sua obra um caminho mais aberto do que existiria, caso fossem assinadas por mulheres” (*Ibidem*). Nesse contexto, por outro lado há uma contradição: mesmo que os conservadores seguissem excluindo as mulheres, muitos deles possuíam coletâneas escritas por autoras que alcançaram fama ainda em vida, como Jane Austen (1775-1817)⁴, George Eliot (1819-1880)⁵ e as irmãs Charlotte (1816-1855), Emily (1818-1848) e Anne Brontë (1820-1849)⁶.

A obra *Norte e Sul*: A Questão Social vista pelos olhos de Gaskell

Até meados do século XVIII a Inglaterra não era tão forte economicamente quanto se pode imaginar. Seu comércio em relação a outros países europeus era considerado incipiente e, por muitos, a nação ainda era tida como pobre, especialmente diante de uma potência como a França dos Luíses. Seus recursos eram limitados e insuficientes para suprir todos os ingleses. No entanto, as coisas começam a mudar por ocasião da Revolução Industrial. A formação da indústria inglesa deve muito aos produtos têxteis que tinham como base o algodão. O linho também era plantado e produzido primeiramente de forma manual e, mais tarde, com a utilização de máquinas inicialmente rudimentares. A respeito dessa produção, principalmente a doméstica, o historiador Eric John Ernest Hobsbawm (1917-2012), em seu livro *A era das revoluções: 1789-1848*, nos traz exemplos de um processo de fabricação que inicialmente utilizava equipamentos desenvolvidos ao longo da primeira fase da Revolução Industrial, resultando na primeira máquina fiar (HOBBSAWN, 2010).

⁴ Jane Austen foi uma escritora inglesa que nasceu em Steventon em 1775 e morreu em Winchester em 1817. Desde criança já demonstrava habilidade para a escrita. É conhecida por uma série de livros que trazem intrigas e romances em meio à Inglaterra rural. Tal como outras escritoras de seu tempo, não pôde estudar como seus irmãos, ficando ela e sua irmã, Cassandra Elizabeth Austen (1773-1845), limitadas aos conhecimentos básicos da matemática e do ler e escrever, devido às tantas atividades domésticas que precisavam aprender.

⁵ George Eliot é na verdade o pseudônimo de Mary Ann Evans, escritora inglesa nascida em Nuneaton em 1819 e falecida em Londres em 1880. Típica escritora de seu tempo, teve de se esconder sob um pseudônimo masculino para que suas obras tivessem credibilidade, já que desejava escrever livros de outros campos da literatura que não somente romances leves.

⁶ As irmãs Brontë foram escritoras e poetisas britânicas muito conhecidas no meio literato. Charlotte, Emily e Anne, também utilizaram pseudônimos masculinos em suas primeiras obras. Atualmente, a casa em que elas moraram em Yorkshire abriga o *Brontë Parsonage Museum* (Museu Paroquial Brontë), que pode ser visitado pelo público.

Com o passar do tempo, o maquinário foi se sofisticando, foi criado o tear movido à água, a fiadeira automática e, um pouco mais tarde, o tear a motor. Cada máquina desenvolvida tinha como principal objetivo ser de fácil utilização em comparação às que eram utilizadas nos primórdios da industrialização, quando a produção de tecidos de algodão era realizada com a ajuda de teares antigos de madeira. A partir dos anos 1800, as pequenas produções domésticas mudaram para o sistema fabril, e aos poucos foram incorporadas às cidades.

E basta lembrar que foi a mecanização da indústria têxtil que inaugurou a Era da Máquina. Em segundo lugar, o sistema corporativo de produção com as suas complicadas restrições nunca se enraizou tão fortemente em solo inglês como nos países continentais (BURNS, 1964, p. 120).

As máquinas têxteis foram desenvolvidas gradualmente. Sua simplicidade, aliada a seu baixo custo e fácil uso, facilitou o processo de produção em massa utilizando o algodão, pois produziam e faziam a separação da linha.

Até mesmo na indústria algodoeira, processos do tipo tecelagem eram expandidos pela criação de multidões de teares manuais domésticos para servir aos núcleos de fiação mecanizados, e o primitivo tear manual era um dispositivo mais eficiente do que a roca. [...] Em toda parte, a tecelagem foi mecanizada uma geração após a fiação, e em toda parte, incidentalmente, os teares manuais foram morrendo vagorosamente, ocasionalmente se rebelando contra seu terrível destino, quando a indústria não mais necessitava deles (HOBSBAWM, 2010, p. 72).

Assim, de acordo com Hobsbawn, o contexto da indústria inglesa nesse período, tendo como base apenas o necessário para o trabalho e a produção, contribuiu para a expansão e o desenvolvimento da mesma, sendo o desenvolvimento de sua tecnologia o elemento impulsionador. A partir desse momento, a Inglaterra passou a ser conhecida por seu progresso e pela implementação da indústria, o que pode ter estimulado outros países europeus a crescerem e progredirem sob seu modelo, já que ela foi o primeiro país a demonstrar e realizar um avanço industrial econômico de extrema importância. Tal como os progressos da tecnologia, a mecanização da indústria aumentou a produtividade e introduziu novas formas de gerar energia, especialmente a vapor, bem como instituiu a divisão do trabalho, entre outras inovações.

Entre os anos de 1790 e 1830, segundo Edward Palmer Thompson (1924-1993), deu-se a formação da “classe operária”. Foi então nesse período se fez despontar na Inglaterra a consciência de classe, de uma identidade destacada do grupo dos outros trabalhadores sob a luz de toda uma organização política e industrial renovada, constituindo-se como um fato, “tanto da história política e cultural quanto da econômica” (THOMPSON, 2012, p.17):

Por volta de 1832, havia instituições da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes – sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas, periódicos -, além das tradições intelectuais, dos padrões comunitários e da estrutura da sensibilidade da classe operária.

Desde os anos 1830 os múltiplos desenvolvimentos causaram um grande impacto na Inglaterra, que passou a apresentar um cenário interessante. De acordo com a historiadora Maria Stella Martins Bresciani (1939-), “em Londres da metade do século, com dois e meio milhões de habitantes, projetam-se com total nitidez a promiscuidade, a diversidade, a agressão, em suma, os vários perigos presentes na vida urbana” (BRESCIANI, 1994, p. 22). Em 1845, o filósofo Friedrich Engels (1820-1895), em uma de suas obras clássicas, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, dizia:

Há sessenta ou oitenta anos, a Inglaterra era um país como todos os outros, com pequenas cidades, indústrias diminutas e elementares e uma população rural dispersa, mas relativamente importante; agora, é um país ímpar, com uma capital de 2,5 milhões de habitantes, imensas cidades industriais, uma indústria que fornece produtos para o mundo todo e que fabrica quase tudo com a ajuda das máquinas mais complexas, com uma população densa, laboriosa e inteligente, cujas duas terças partes estão ocupadas na indústria e constituem classes completamente diversas das anteriores (ENGELS, 2010, p. 58).

As cidades inglesas nas quais não havia nenhuma indústria instalada e que viviam sob padrões antigos de produção viram seus trabalhadores camponeses saírem rumo às cidades em busca de um lugar novo, com novas chances de vida, uma vez que as indústrias ofereciam o que imaginavam ser uma mudança completa do mundo até então conhecido por eles. Essa nova organização social e de trabalho, que tirava o camponês do sistema antigo de produção e o levava em direção à modernização, prometia abrir portas para o desenvolvimento, a criação e a organização de um trabalho remunerado menos injusto, oferecendo uma nova rotina, com horários medidos por relógios precisos que visavam a exploração plena da mão de obra operária.

Junto a tudo isso houve também o processo de mineração de carvão, que se tornou a matéria-prima essencial a mover a indústria na Inglaterra, país que passou a alimentar a produção em massa de itens antes manufaturados, advindos de produções autônomas. O sistema fabril também instituiu um salário para os operários, mas essa remuneração não era suficiente para proporcionar ao trabalhador uma vida digna. Esse mundo novo, que propiciava a transição de uma Inglaterra agrícola (em que as relações entre patrões e empregados eram permeadas pela tradição) para uma sociedade na qual a organização de trabalho apresentava condições muitas vezes diferentes da anterior, modificou, pouco a pouco, a estrutura social e as relações entre as pessoas e as classes, dando origem ao “mundo das cidades”, um verdadeiro aglomerado de pessoas desconhecidas, característica da cultura e da sociabilidade de uma cidade industrial. Um mundo, que segundo Thompson, “o povo foi submetido, simultaneamente, à intensificação de duas formas intoleráveis de relação: a exploração econômica e a opressão política” (THOMPSON, 2012, p. 24).

A Inglaterra de Elizabeth Gaskell vivia a plena Revolução Industrial e estava imersa nesse processo de industrialização da primeira metade do século XIX. Esse era um período de desenvolvimento do comércio e da indústria, da criação de máquinas, de pessoas trabalhando e produzindo em grandes quantidades. Seus produtos eram comercializados na própria Inglaterra e eram enviados para outros lugares do mundo. Esse desenvolvimento provocou o fortalecimento econômico e social de certa burguesia que, endinheirada, desejava usufruir dos confortos e de todos os artigos oriundos de suas fábricas — que não paravam de produzir. Esses grupos se localizavam especialmente nas grandes cidades inglesas, especialmente em Londres, onde ansiavam por frequentar os espaços sofisticados, até então exclusivos da aristocracia citadina. Por outro lado, haviam também grupos da aristocracia rural, que mantinham uma vida frugal, moravam em grandes casas de construção considerada ultrapassada, com menos luxo e muitas vezes menos dinheiro comparados aos grupos da capital.

À parte desse mundo composto de grupos em ascensão e outros em decadência econômica e social, estavam multidões de maltrapilhos e trabalhadores urbanos ou rurais que, nada, ou muito pouco, desfrutavam das delícias que a Revolução Industrial podia trazer em matéria de luxo e bem-estar. O desconforto de homens e mulheres inglesas diante das péssimas condições de vida da classe trabalhadora na Inglaterra acabava por se manifestar em um mal-estar nos ambientes políticos e literários. Exemplo disso é o poema de Percy Bysshe Shelley (1792-1822), *A Song: “Men of England”*

(Uma Canção: “Homens da Inglaterra”), de 1819, considerado pelas autoridades como perigoso, porque entendiam que incitava rebeliões. Esse era o período do Romantismo onde, o Romance, como tipo literário, dominou a cena na Era Vitoriana marcada pelo reinado da rainha Vitória (1837-1901) (SIQUEIRA e CEVASCO, 1985)

Tomamos então nas mãos a obra de Gaskell em busca de elementos que contribuam para conhecermos mais, ou melhor, sob outros olhares, a situação dos trabalhadores ingleses no século XIX, especialmente na década de 1850, assim como suas condições de trabalho, as tensões entre patrões e empregados, as reivindicações e greves. A obra traz, principalmente, três núcleos de personagens. O primeiro se dá em torno da “heroína” da história, Margaret Hale, de seu pai, sua mãe e uma criada. Seu pai decide deixar a cidade de Helstone – ao sul da Inglaterra – para mudar-se com toda a família para Milton, uma cidade fictícia ao norte da Inglaterra. À medida que a família se aproxima da cidade, percebe que os ares mudam e a fumaça passa a predominar, influenciando no cheiro e no gosto das coisas. Essa poluição contribui para a deterioração a saúde da mãe. Milton parece ser muito diferente do que foi deixado para trás. Os meios de transporte que transportavam algodão eram bem diferentes das carroças do sul, que levavam principalmente madeira: “em pouco tempo lá estavam eles dando voltas por ruas compridas e retas, sem atrativos, com suas casas iguais, todas pequenas e de tijolos aparentes. Aqui e ali, erguia-se uma fábrica retangular com grandes janelas” (GASKELL, 2015, p. 115).

Nesse grupo em que se destaca a protagonista da obra, encontramos um núcleo familiar que, segundo Anna Algotsson (s/d) destoa de um esperado modelo de família vitoriana no qual os pais exerceriam uma rigorosa autoridade, pois no caso do livro em tela, é a filha, a heroína, que apresenta características de responsabilidade em tomar a frente do processo de mudança da família para outra cidade, assim como contar à mãe sobre a decisão do pai em saírem do Sul para o Norte inglês (ALGOTSSON, 2015, p. 7). Embora a decisão tenha sido do pai de Margaret, todas as providências para a mudança foram encabeçadas por ela. Algotsson, também afirma que, ao trazer uma imagem fragilizada do pai da protagonista, mais que uma maneira de colocar em evidência a firmeza de Margaret, é tornar possível ao homem ter um caráter vulnerável. Uma verdadeira novidade para aqueles tempos.

O segundo núcleo do romance tem a figura enigmática de John Thornton, dono de uma fábrica de tecidos de algodão construída em torno de sua casa, de onde sua mãe vigia os operários

por uma janela ao alto. Ele é o representante de uma burguesia recém-enriquecida e um tanto bruta, mas que busca instrução e polimento. Por isso Thornton passa a ter aulas com o pai de Margaret.

Como terceiro núcleo, aparece um lar operário composto por Higgins, pai de duas jovens, uma delas operária. Ele também é operário, sindicalizado e ativo fomentador de greves, mas se preocupa muito com sua filha mais velha e doentia, Bessy.

Margaret gosta muito de andar pela cidade e por seus arredores, hábito que provavelmente herdou do lugar “idílico” em que morava, ao sul da Inglaterra. Em um desses passeios, ela entra na fábrica de Thornton, percebe a péssima situação dos trabalhadores e o presencia castigando um de seus funcionários por ter acendido seu fumo perto das máquinas, em meio à nuvem de micro pedaços de algodão manufaturado. Isso lhe causa uma péssima impressão de Thornton. Em outra ocasião, a protagonista, mais uma vez, se vê em uma situação de choque entre patrões e empregados, quando, ao visitar Hannah Thornton, mãe de John, assiste a uma reivindicação de grevistas diante da casa deles, situação na qual tenta ajudar em uma negociação malfadada.

Esses trechos ilustram o que Osvaldo Luis Angel Coggiola (1952-) analisou sobre o processo de industrialização na Inglaterra, e do quanto o sistema de fábricas influenciou a sociedade inglesa (COGGIOLA, 2015). Com o tempo, as relações conflituosas entre operários e patrões se acirraram, pois aqueles eram submetidos a esgotantes jornadas de trabalho (que variavam de 14 a 16 horas diárias), sem descanso semanal. Em 1835, a Inglaterra tinha 50.675 operários adultos, 53.410 operárias (sobretudo na indústria têxtil), 53.843 operários jovens (entre 13 e 18 anos) e 24.164 crianças trabalhando em fábricas. Ganhando quantias irrisórias, as crianças operárias sofriam frequentemente de degenerações irreversíveis, resultado dos movimentos mecânicos aos quais eram submetidas.

Margaret também estranha o som da cidade industrial em comparação com o de sua “idílica” Helstone, onde os pássaros, o vento e muitas vezes o silêncio predominavam. Milton tinha um ritmo diferente, com o apito das fábricas, o barulho dos grupos de operários que passavam pelas ruas estreitas rumo ao trabalho ou em sentido inverso, ao final do dia, voltando para casa. Assim era o som, alto, tanto das pessoas quanto das fábricas. Como diz Gaskell, de início tal som assustava a protagonista, especialmente o “tom alto e desenfreado das vozes dos trabalhadores e o desconhecimento de todas as regras mais primárias do comportamento urbano” (GASKELL, 2015, p. 134).

No desconforto entre os mundos Norte *versus* Sul, padrões *versus* empregados, cidade *versus* campo, Margaret nos ajuda a conhecer um pouco de cada um desses lugares por meio da contraposição entre eles. Através dos olhos da protagonista obtemos as impressões da autora. Por intermédio da convivência de Margaret com sua tia rica, sua prima Edith e seu marido o capitão Lennox, a autora descreve padrões que parecem, pouco a pouco, evaporar diante do progresso e da ascensão da burguesia industrial. Quando passa a morar em Milton, Margaret vive a realidade de um progresso citadino, o movimento urbano, uma realidade social talvez mais visível em suas desigualdades. O choque entre o campo e a cidade se materializa nas descrições de Gaskell, muito provavelmente por conta de sua experiência como moradora da grande Manchester.

Por meio das conversas com Bessy Higgins e sua família, Margaret conhece um pouco mais sobre o cotidiano da vida operária inglesa. Bessy é uma personagem que mora num bairro pobre de Milton do Norte. Operária, ela trabalha numa manufatura de algodão e, vivendo em um ambiente insalubre, adocece. Enquanto o romance se desenrola, sua saúde se deteriora. Diz ela em uma passagem do livro: “com a penugem do algodão que vai tomando conta dos meus pulmões, até que eu tenha a sede da morte através de uma respiração longa e profunda do ar puro do qual você fala” (*Ibidem*, pp. 189-190). Na realidade, ela tem tuberculose, agravada pelo seu trabalho na tecelagem, pelos “fiapos que se desprendem quando o algodão está sendo fiado, e encher o ar até ele ficar tomando por uma poeira branca” (*Ibidem*) conta ela à Margaret, “há muita gente que trabalha na sala de fiação e que acaba ficando inutilizada, tossindo e cuspiendo sangue, pois ficou envenenada pela penugem” (*Ibidem*) Para o médico José Rosemberg (1909-2005),

[...] na Inglaterra do século XIX, os trabalhadores se concentraram nos maiores centros urbanos; adultos e crianças, laborando 15 e mais horas por dia amontoados em mansardas, subalimentados, vivendo abaixo da condição humana, foram vitimados aos magotes pela tuberculose, cuja mortalidade atingiu a 800 por 100.000, e em Londres, o elevado coeficiente de 1.100 por 100.000 (ROSEMBERG, 1999, p. 7).

Em uma visita que faz a Bessy, Margaret, em conversa com Nicholas, irmão de Bessy, ouve pela primeira vez em sua vida a palavra *greve*, enquanto lhe pergunta sobre a saúde de sua irmã.

Nicholas tirou o cachimbo da boca, levantou-se, empurrou a sua cadeira na direção de Margaret e se apoiou na prateleira de cima da lareira em uma posição meio inclinada, enquanto ela lhe perguntava sobre a saúde de Bessy.

– De saúde está melhor, mas seu espírito anda um tanto abatido. Ela não gosta dessa greve. Quer mesmo ficar tranqüila e em paz, a qualquer preço. (GASKELL, 2015, p. 241)

Por não saber o que é greve, Margaret pede desculpas por sua ignorância, dizendo que, de onde veio, no Sul, não existe isso, pois como ficariam as produções agrícolas diante de uma situação como essa? O que aconteceria com os fazendeiros? Ao que Nicholas responde: “Imagino que teriam de abandonar as fazendas ou então pagar salários justos” (*Ibidem*). E completa:

– Não sei nada dos seus costumes lá no sul. Ouvei dizer que são um bando de homens indolentes oprimidos, muitas vezes mortos de fome e tão entorpecidos por ela que nem sabem quando são explorados. Aqui não é assim. Sabemos bem quando somos explorados. E temos sangue nas veias suficiente para aguentar isso. Somente tiramos as mãos dos teares e dizemos: “Podem até nos fazer passar fome, mas não irão explorar-nos, patrões!”. E que se danem, desta vez não! (*Ibidem*).

Interessante perceber nos diálogos entre os personagens, como Gaskell retrata a luta e o sentimento diante das relações difíceis do trabalho de fábrica em comparação ao trabalho do campo. Este remetia a ela à uma sociedade idilicamente tradicional. No entanto, para os homens que viviam no interior da Inglaterra, seu cotidiano nada tinha de romântico, eles não eram contra a industrialização, na realidade se opunham às desigualdades perpetuadas nas estruturas de um capitalismo de fábrica. De maneira muito diferente de Margaret, o irmão de Bessy também tem uma visão que não condiz com a realidade. Enquanto para ela o Sul é a terra da felicidade, onde não há conflitos, para ele, estes não ocorrem porque os pobres trabalhadores são tão explorados e não têm força para lutar.

O período em que Gaskell escreveu *Norte e Sul* foi marcado justamente pela resistência dos operários, que realizaram uma série de greves, algumas delas com resultados positivos para os trabalhadores ingleses, como a de 1847, em que a jornada de trabalho foi reduzida para dez horas para toda a Inglaterra. O fato de Margaret nunca ter ouvido falar em greve quando morava no Sul da Inglaterra não significa que isso não existia em sua região. Devemos lembrar que ela tinha 19 anos quando foi morar em Milton e, sendo uma moça, certamente esses assuntos não pertenciam ao seu universo. No entanto, quando passou a viver no espaço urbano e o acaso a fez conhecer e tornar-se amiga de Bessy, a protagonista se aproximou de uma realidade muito diferente da que havia encontrado na amizade que tinha com sua prima Edith. Nesse sentido, ao entrar em contato com

outras classes sociais, com outros ambientes e dificuldades da vida, Margaret sofreu um processo de metamorfose, de amadurecimento.

Se esse universo a princípio era ignorado por Margaret, por outro lado, era, muito provavelmente, conhecido pela autora do livro, que morava na cidade de Manchester, a capital da indústria têxtil inglesa desde o início da década de 1830 e que, em 1825, assistiu à criação da União dos Fiadores de Algodão. Tradicionalmente se considera que nessa cidade foi constituído o primeiro sindicato estruturado de que se tem notícia (GIANOTTI, 2007, p. 30). Gaskell era casada com um pastor e, como tal, sabia bem das condições precárias de vida dos trabalhadores fabris do século XIX. Como esposa de um religioso, fazia, junto a seu marido, trabalhos de caridade e pôde acompanhar de “perto a vida e rotina da classe proletária, tal experiência proporcionou a autora segurança, autoridade e eficácia para descrever as condições dos trabalhadores nesse período” (SOUZA, 2013, p. 15).

Por meio de seus trabalhos de assistência social, Gaskell certamente visitou bairros operários, conheceu pais com dificuldades em sustentar vários filhos; trabalhadores sindicalizados a verem a greve como única forma para concretizar direitos; moças que, tais como uma de suas personagens, Bessy, sofriam com doenças adquiridas pela falta de condições sanitárias satisfatórias e agravadas por uma alimentação insuficiente. Mas também deve ter frequentado os círculos burgueses, casas bem decoradas, luxuosas, pertencentes a homens de negócios que viam os operários com desdém. Portanto, como Margaret, a autora transitou entre os dois espaços e conheceu as duas realidades: de patrões e empregados.

Por meio do diálogo entre Margaret e a família de Bessy, Gaskell encontra a oportunidade de descrever o que pensa serem os anseios dos operários diante da greve, bem como, na direção oposta, as dificuldades encontradas pelos patrões em manter seus negócios lucrativos. Como bem diz o personagem Nicholas, os patrões “nos dizem para cuidarmos do nosso próprio negócio que eles cuidam dos deles” (GASKELL, 2015, p. 244). O jovem explica: “o nosso negócio é aceitar o salário reduzido que nos pagam e ainda ficarmos gratos, enquanto o negócio deles é nos reduzir quase a ponto de morrer de fome para aumentar os lucros” (GASKELL, 2015, p. 244). Para ele, o verdadeiro negócio dos patrões é enganar seus empregados, portanto, a greve é um movimento de reivindicação legítimo. Nicholas então completa: “por isso eu digo ‘viva a greve’ e que Thornton, Slickson e Hamper e sua turma fiquem atentos” (GASKELL, p. 245).

De acordo com Hobsbawm, para os trabalhadores pobres restavam três opções: “podiam lutar para se tornarem burgueses, poderiam permitir que fossem oprimidos ou então poderiam se rebelar” (HOBSBAWN, 2010, pp. 221-222). No diálogo entre Nicholas e Margaret podemos encontrar duas dessas escolhas: a dos trabalhadores do Sul, que na visão do irmão de Bessy escolhiam ser oprimidos, e a escolhida pelo grupo das cidades industriais, o do inconformismo que levava à revolta que se materializava pela greve.

Outra questão importante que surge nessa conversa é relativa à bebida, um vício que afetava os trabalhadores fabris. Bessy dizia não gostar do cheiro do cigarro do pai e reclamava do problema das bebidas. A situação de miséria a que estavam sujeitos levava muitos a fugir dela por meio do álcool. “O alcoolismo em massa, companheiro quase invariável de uma industrialização e de uma urbanização bruscas e incontroláveis, disseminou ‘uma peste da embriaguez’ em toda a Europa” (*Ibidem*, p. 224), e colaborou para uma construção negativa dos pobres e trabalhadores em geral. No entanto, é bom ressaltar a diferença de juízo de valor da época entre os que não tinham trabalho e os trabalhadores pobres. Estes, se localizavam “dentro dos limites da sociedade, conquanto esteja ainda num nível de moralidade bem abaixo daquele das classes altas” (BRESCIANI, 1994, p. 81). Já os vagabundos estão fora de todas as regras da sociedade e por isso são considerados mais perigosos.

Essa miséria, retratada nos livros de Charles Dickens e tão estudada pelos historiadores, é também mencionada por Gaskell por meio dessa família operária, os Higgins, pois, além das péssimas condições de vida na qual estavam imersos, que levavam à doença e ao vício, eles sofriam de má nutrição. A fome era uma realidade na vida desses trabalhadores e, entre 1837-1842, é o quadro agravado pela Depressão. A situação ficou difícil pois, segundo Bessy, o custo dos alimentos era alto, o que complicava, e muito, para uma família manter seus filhos com salários baixos. Essa situação é elucidada por Hobsbawm ao chamar a atenção sobre o aumento do preço da carne nesse período na Inglaterra, o que levou à queda de seu consumo e influenciou uma dieta mais pobre em nutrientes (HOBSBAWN, 2015, p. 248).

Até aqui nossa análise se debruçou especialmente sobre as condições dos operários e a visão destes em relação a seus patrões. Mas o que pensavam os proprietários das fábricas a respeito da vida, do pensamento e até mesmo das condições morais de seus empregados? Um trecho do romance aqui estudado ilustra esse outro lado da relação. Em uma visita dos Hale, aos Thornton,

chama atenção a forma de morar de uma família rica, que escolheu ter sua casa em meio ao espaço da fábrica:

O portão de entrada era como qualquer portão de jardim. Em um dos lados abria-se em duas partes para a entrada e saída de carroças. O porteiro os recebeu e fez que entrassem em um grande pátio retangular ao lado do qual ficavam vários escritórios para as transições comerciais. Do outro lado, uma imensa fábrica cheia de janelas, de onde provinha o ruído contínuo das máquinas e o longo ronco de uma máquina a vapor, suficiente para ensurdecer aqueles que viviam ali dentro (GASKELL, 2015, p. 205).

A autora descreveu com minúcias essa residência, todo seu luxo e conforto; mesmo em meio ao barulho das máquinas ao seu redor, ela configurava uma mansão. Por ocasião dessa visita, Thornton não estava em casa por estar muito ocupado com as ameaças de greve dos empregados e, por isso, a protagonista foi recebida pela mãe de John. Ao ser questionada por Margaret dos motivos que levariam essas pessoas à greve, a senhora Thornton lhe respondeu: “pelo domínio e posse da propriedade de outras pessoas, [...] é por isso que sempre fazem greves” (GASKELL, p. 212). Ela os considerava mal-agraçados e canalhas e não pareceu estar convencida de suas situações de luta pela sobrevivência digna. Quando o senhor Hale mostra certa condescendência aos grevistas, dizendo que imaginava estarem reivindicando melhores salários, a senhora Thornton responde:

Isso é o disfarce da coisa. Mas a verdade é que querem tornar-se patrões, e fazer que seus patrões se tornem seus escravos nos seus próprios territórios. Estão sempre tentando isso. Têm isso em mente o tempo todo. E a cada cinco ou seis anos surge uma luta entre patrões e empregados. Desta vez, acredito que verão que estão enganados, que foram além dos seus cálculos. Se decidirem pela greve, talvez não seja tão fácil retornarem ao trabalho. Creio que os patrões têm uma ou duas coisas em mente que vão ensinar os operários a não fazer outra greve de modo apressado, caso tentem entrar em greve desta vez (GASKELL, p.212).

Essa é a visão de indignação dos patrões frente aos seus empregados, embaçada ainda por conceitos relacionados à naturalização das condições díspares de trabalho e das desigualdades sociais, que ignora toda a complexidade de uma sociedade de classes. Todo esse descaso se complementa em outra ocasião, quando os Thornton recebem convidados para um jantar e o tema da legitimidade da greve retorna às conversas. Mais uma vez, os operários são descritos como ingratos, e os empresários concordam que eles deveriam aprender uma lição: perderem o emprego e serem substituídos por operários irlandeses. Gaskell traz assim mais fatos históricos para seu romance.

O período entre 1845-1852 foi marcado pela Grande Fome na Irlanda⁷, que deixou centenas de trabalhadores em estado de penúria. Acredita-se que nesse período morreram mais de um milhão de irlandeses em consequência da fome e da má nutrição, o que provocou uma emigração em massa. Na verdade, o processo emigratório já havia começado no final do século XVIII, especialmente em direção à América do Norte. No período da Grande Fome, muitos irlandeses desejavam fugir para a Inglaterra, o que levou os donos de fábricas ingleses pensarem nos imigrantes como uma mão de obra mais barata, ameaçando assim os trabalhadores ingleses rebelados.

Em uma das ocasiões nas quais Margaret visita a senhora Thornton em busca de ajuda para sua mãe, que se encontrava em estágio adiantado de uma doença debilitante, os grevistas invadem a fábrica e buscam explicações sobre a chegada de operários irlandeses. Neste momento surge o lado conciliador da protagonista. Munida da docilidade e da força feminina, características esperadas de uma mulher daquele período e condição, procurando entender o que se passava no coração dos seres humanos, ela age impulsionada pela emoção, coloca-se à frente de John e leva uma pedrada de um operário amotinado. É bom ressaltar que John havia sido aconselhado por Margaret a tentar dialogar com os grevistas. Essa agressão se volta contra os trabalhadores, cujas reivindicações passam a ser consideradas ilegítimas a partir de então.

Margaret é uma personagem que, ao conhecer e transitar pelos dois mundos, acaba por conhecer a legitimidade de cada um deles. Os patrões, pelo menos os íntegros como John, realmente se preocupavam com a manutenção dos empregos, o que só poderia acontecer por meio da preservação da fábrica. Ao mesmo tempo, a protagonista reconhecia as mazelas dos operários, que, em sua maioria, desejam apenas ter uma vida mais digna e não usurpar os bens de seus patrões (como em outro ponto do romance foi dito pela senhora Thornton). Em meio a todos esses conflitos ocorre a passagem de um capitalismo industrial para o financeiro, no qual a especulação possui maior valor que produção dos bens e a manutenção do trabalho. John é vítima dos empréstimos os quais não consegue honrar e, mesmo assim, não considera honesto o mundo das especulações, o que acaba por levá-lo à ruína.

⁷ Ao longo de sua obra, “A formação da classe operária inglesa”, v.2, Thompson nos traz algumas informações sobre as péssimas condições sobre as péssimas condições de vida dos trabalhadores imigrantes irlandeses na Inglaterra nessa primeira metade do século XIX. Eram em geral os que recebiam a menor remuneração. Tinham saído da Irlanda não somente por causa das pragas nas plantações de batata, mas também por conta de conflitos políticos, econômicos e sociais (THOMPSON, 2012).

Considerações Finais

Sandra Jatahy Pesavento considera ter sido a História Cultural responsável por possibilitar, dentre as novas perspectivas do fazer histórico, a literatura como fonte. A autora entende que essa nova forma de tratar a História relacionada à cultura permite pensá-la “como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2007). Segundo a historiadora, é por meio da História Cultural, é possível resgatar sentidos que, “se manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas” (*Ibidem*). É através da História Cultural que podemos tomar a literatura como uma fonte tão nobre quanto qualquer outra. O historiador estuda períodos de tempo que não são vividos por ele, mas que chegam a ele por meio dos questionamentos feitos às fontes, aos inventários, aos objetos e aos documentos oficiais. Diante desse leque de opções, ele então elege as que melhor poderão elucidar a problemática de suas pesquisas, entendidas estas como representações de um passado, aqui escolhemos uma obra de literatura.

No caso do presente estudo, o objetivo foi tentar desvendar meandros das relações entre operários e patrões na Inglaterra de meados do século XIX. Tomando o livro *Norte e Sul*, escrito por uma mulher inglesa, desejamos com este artigo compreender as representações de um passado que foi construído nesse mesmo tempo histórico e que assim chegaram a nós no presente. Como nos alerta Pesavento, ao historiador chegam as representações do que já passou e isso propicia escrever sobre experiências vividas. “A História Cultural se torna, assim, uma representação que resgata representações, que se incumbe de construir uma representação sobre o já representado” (*Ibidem*).

Diante dessa premissa, é possível tomar a literatura, no caso a obra *Norte e Sul*, com toda a sua riqueza de romance social, como meio legítimo para conhecer, não livre de críticas, elementos das relações de gênero, dos conflitos entre classes sociais, da cultura e da economia inglesa de meados do século XIX. Além disso, a obra nos oferece a oportunidade de problematizar essa construção, considerando uma visão feminina dos fatos. Cabe também advertir que a narrativa está imersa no contexto de sua escrita, bem como no tempo no qual viveu sua autora.

Gaskell aproveitou a oportunidade para descrever em *Norte e Sul* as péssimas condições de vida dos operários ingleses⁸. Conseguiu fazê-lo, talvez de forma menos explícita, graças à habilidade que tinha para a escrita. Para tanto, usou pelo menos dois subterfúgios: a) criou uma cidade fictícia, Milton do Norte, e, b) entremeou todas as mazelas de uma sociedade em conflito com o romance entre a heroína Margaret e o *gentleman* John Thornton, compondo uma obra de cerca de 700 páginas. Esses dois personagens crescem ao longo das páginas do livro, amadurecem, passam a se respeitar e com isso deixam falar o “outro”, especialmente, representado pelo operário militante Higgins.

Em grande medida, todas as reviravoltas da obra são mediadas pelas ações de Margaret, que transborda as qualidades “naturais” esperadas da mulher vitoriana conciliadora em busca de harmonia em todas as relações humanas. Não obstante, ela também transgride regras e posições que se esperavam de uma mulher de sua época. Dessa forma, o livro de Gaskell nos permite entrever as representações do feminino reforçado pela própria protagonista, como virtudes capazes de resgatar e deixar aflorar o que o mundo masculino, sozinho, muitas vezes não era e não é capaz de revelar.

Referências bibliográficas:

ALGOTSSON, Anna. *Transgression and Tradition: Redefining Gender Roles in Elizabeth Gaskell's North and South*. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Faculdade de Artes e Ciências. Linköping University (LiU). Linköping, Suécia. 2015. 29p.

BRESCIANI, Maria Stela M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

BURNS, Edward. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas até a bomba atômica**. Porto Alegre, Globo, 1964.

CEVASCO, Maria Elisa e Valter Lellis Siqueira. **Rumos da Literatura Inglesa**. São Paulo: Ática, 1985.

COGGIOLA, Osvaldo Coggiola. **Da revolução industrial ao movimento operário: as origens do mundo contemporâneo**. Porto Alegre: Pradense, 2015.

⁸ Em outro romance seu, *Mary Barton*, Gaskell já havia abordado o tema e foi muito criticada pela burguesia daquele tempo.

- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FREITAS, Dayane Cristina e SILVA, Thiago Lemos da. **A literatura como narrativa do passado: Jane Austen e a mulher inglesa do século XVIII**. Revista Perquirere, Patos de Minas, vol.14, n.3, pp.61-78. Set/Dez 2017.
- GASKELL, Elizabeth. **Norte e Sul**. São Paulo: Martin Claret, 2015.
- GIANOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- GUSMÃO, Emery Marques. **Debate sobre educação feminina no século XIX: Nísia Floresta e Maria Amália Vaz de Carvalho**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.25, n.50, pp.269-289. Jul/Dez, 2012.
- HOBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- _____. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. São Paulo: Autêntica, 2007. E-book.
- ROSEMBERG, José. **Tuberculose: aspectos históricos, realidades, seu romantismo e transculturação**. Boletim de Pneumonia Sanitária. Volume 2, 1999.
- SCOTTI, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, vol.20, n.2, pp.71-99. Jul/Dez 1995.
- SONNET, Martine. **Uma filha para educar**. In DUBY, Georges e PERROT, Michelle (Orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, Volume 3, 1994.
- SILVA, Julianna Santos de. **Industrialização e choque cultural em *North and South* de Elizabeth Gaskell**. In SILVA, Lajosy e COSTA, Leonardo Christy Souza (Orgs.). **Revista Folhas**. São Paulo: Livrus Negócios Editoriais, 2013.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

Perfis românticos e formação intelectual: a correspondência entre Schiller (1759-1805) e Goethe (1749-1832)

Romantic profiles and intellectual formation: the correspondence between Schiller (1759-1805) and Goethe (1749-1832)

Jochin de Melo Azevedo Sobrinho
Professor Adjunto de História
Universidade de Pernambuco (UPE)
jochin.azevedo@upe.br

Recebido: 26/08//2023

Aprovado: 06/11/2023

Resumo: O objetivo geral deste estudo é analisar o debate acerca da função da literatura e dos intelectuais entre os autores Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) e Friedrich Schiller (1759-1805), tidos como principais representantes da tendência estética conhecida como romantismo alemão. Sendo assim, é possível relacionar história, literatura e modernidade na medida em que esses escritores, por meio de artigos de opinião, correspondências e romances, fizeram da escrita uma ferramenta para criticar a disseminação do racionalismo iluminista na Alemanha durante a transição do século XVIII para o século XIX. Portanto, ao analisar os debates de Schiller e Goethe, presentes nas correspondências trocadas entre os dois autores, de 1794 até 1803, abordaremos questões como redes de sociabilidades intelectuais, tensões culturais entre as tendências universalistas do iluminismo e a leitura que o romantismo alemão realizou da Razão.

Palavras-chave: Romantismo; Schiller; Goethe.

Resumen/Abstract: The general aim of this study is to analyze the debate about the role of literature and intellectuals between the authors Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) and Friedrich Schiller (1759-1805), considered to be the main representatives of the aesthetic trend known as German romanticism. As such, it is possible to relate history, literature and modernity to the extent that these writers, through opinion articles, correspondence and novels, used writing as a tool to criticize the spread of Illuminism rationalism in Germany during the transition from the 18th to the 19th century. Therefore, by analyzing the debates between Schiller and Goethe, present in the correspondence exchanged between the two authors between 1794 and 1803, we will address issues such as networks of intellectual sociability and cultural tensions between the universalist tendencies of the Illuminism and the reading that German romanticism carried out of Reason

Palabras clave/Keywords: Romanticism; Schiller; Goethe

Introdução

Entende-se que a história literária é caracterizada por continuidades e rupturas estéticas, representações simbólicas, sociabilidades e circularidades culturais. O Romantismo é um movimento artístico cosmopolita e labiríntico que foi gestado em diferentes países europeus, como Inglaterra, França e Alemanha, nos séculos XVIII e XIX. No caso deste estudo, partimos do pressuposto do romantismo enquanto manifestação intelectual ligada a acontecimentos históricos radicais e universalistas tal qual o Iluminismo e, posteriormente, a Revolução Francesa e processos culturais bem situados localmente como a construção nacional do ideal de espírito alemão. Nesses termos, propomos aqui uma análise da correspondência entre Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) e Friedrich Schiller (1759-1805) com enfoque nos debates românticos engendrados por esses escritores sobre a função da literatura.

Acerca do uso da correspondência como fonte, é essencial destacar que, muitas vezes, se trata de uma forma de comunicação íntima e sem natureza editorial. A carta é um documento associado ao direito da inviolabilidade da privacidade do indivíduo, porque pode dizer respeito a assuntos íntimos como dúvidas e incertezas religiosas, gravidez, problemas da vida conjugal ou financeiros, morte, sexualidade, retomada de afeições, etc. Quando se trata do epistolário trocado entre membros da intelligentsia de determinado país, esses manuscritos seguem o formato próprio desse gênero de escrita com lugar de origem, data, destinatário e parágrafos bem distribuídos. Porém, o cerimonial da comunicação entre dois sujeitos com interesses pósteros bem delineados acaba sempre transitando entre o público e o privado porque envolve posicionamentos sociais, comerciais, científicos e intelectuais (KOHLRAUSH, 2015).

Logo, estudiosos de epistolários tornam-se voyeurs da vida privada dos correspondentes e decodificam seu cotidiano, bem como suas relações de poder, interesses, expectativas e frustrações. Analisar a troca de cartas entre Goethe e Schiller, nesse sentido, não significa refletir sobre a polidez trocada entre dois cânones, mas sim em torno da considerável colaboração literária desses autores em meio a um contexto que marca a imprecisa germinação do romantismo alemão.

A primeira tradução para o português e organização do epistolário entre Goethe e Schiller foi feita a partir de uma seleção elaborada pela editora Nova Alexandria em 1993. Apesar de contar com 136 cartas trocadas entre os escritores no período de 1794 até 1803, a edição deixou de lado as

missivas e bilhetes que possuem teor mais pragmático para privilegiar aquelas nas quais foram travados debates de cunho mais filosófico. Utilizaremos essa obra como fonte primária porque, essencialmente, a documentação traduzida e editada contempla temas da vida literária alemã, debates sobre atividade intelectual e sociedade, bem como as convergências e/ou divergências estéticas entre esses literatos.

O filósofo Isaiah Berlin, em *As raízes do romantismo*, salienta a grande dificuldade que é fornecer um conceito generalizante para esse fenômeno artístico, pois há elementos comuns no romantismo tais quais a “disponibilidade para sacrificar a vida para alguma chama interior, dedicação a algum ideal pelo qual valia a pena sacrificar tudo aquilo que a pessoa é” e a crença de que “o fracasso era mais nobre que o sucesso, o qual tinha algo de inferior e vulgar” (BERLIN, 2015, p. 33), presentes nas obras de literatos de diferentes nacionalidades e matizes políticos como, por exemplo, Rousseau, Lord Byron, Carlyle e Schlegel.

Nestes termos, o romantismo pode ser considerado:

O estranho, o exótico, o grotesco, o misterioso, o sobrenatural, as ruínas, o luar, castelos encantados, trombetas de caça, elfos, gigantes, grifos, cascatas, o velho moinho no Floss, as trevas e os poderes das trevas, fantasmas, vampiros, o terror sem nome, o irracional, o indizível. Também é o familiar, o sentido da tradição particular de cada um, o júbilo com o aspecto sorridente da natureza de todo dia e as cenas e sons habituais da gente simples e contente do campo, a sabedoria sã e feliz dos filhos da terra, com suas faces rosadas. É o antigo, o histórico, são as catedrais góticas, as névoas da Antiguidade, as raízes antigas e a velha ordem com suas qualidades não analisáveis, suas lealdades profundas mas inexprimíveis, o impalpável, o imponderável. Também é a busca da novidade, a mudança revolucionária, a preocupação com o presente fugaz, o desejo de viver no momento (...). (*Ibidem*, p. 43)

Para o autor, portanto, o rótulo do romantismo é bastante impreciso em relação ao teor de determinadas literaturas, esculturas, músicas, pinturas, obras arquitetônicas e sistemas filosóficos de interpretação do mundo. Porém, salienta que esse conceito é importante enquanto tipo de coordenada para uma melhor compreensão de determinadas respostas artísticas aos preceitos iluministas que velam pela simetria das formas, racionalidade, proporcionalidade e a lógica rigorosa. Vale ainda destacar que intelectuais românticos não eram contra valores como a liberdade, igualdade, fraternidade, justiça, felicidade e harmonia social. Simplesmente, discordaram das fórmulas sugeridas pelos filósofos racionalistas para se alcançar essas metas. O romantismo, de acordo com essa abordagem, não se trata de uma tendência conservadora em face do pensamento progressista do

século XVIII. Trata-se, bem mais, de uma reação idealista contra o utilitarismo e o tecnicismo que acompanharam a formação da Europa industrial.

Rüdiger Safransky, em *Romantik: Eine deutsche Affäre* [Romantismo: uma questão alemã], sugere que, em se tratando da Alemanha, a ascensão do romantismo está datada de fins do século XVIII e início do século XIX (SAFRANSKY, 2007). O autor elenca também a Revolução Francesa, além das teorias da História de Herder e do jogo, de Schiller, como principais marcos culturais que possibilitaram a consolidação dessa corrente intelectual em território germânico. Porém, longe de elaborar um rol com uma súmula de propostas dos principais pensadores que aderiram ao movimento, o autor realiza análises das implicações históricas de preceitos românticos como a defesa da autonomia da arte, a crença no milagroso, a busca pelo êxtase e a valorização do indivíduo criativo.

Nesse sentido, Safransky propõe um estudo do processo de transformação do teor universalista do romantismo em um debate patriótico efetuado pela intelligentsia alemã a partir de fontes como tratados teóricos, romances e poemas (*Ibidem*). Fica bastante claro que, para esse filósofo, houve uma mentalidade romântica gestada durante o período que estudou. Porém, evitando aportes tradicionais e primando por um estilo ensaísta, o autor não aprofunda a reflexão sobre a Gesamtkunstwerk, ou seja: a busca por uma síntese artística de todo o espírito alemão, passando muito rapidamente pelo debate sobre a confluência entre pintura, filosofia e música, no século XIX, para se ater aos impactos desse ideário no mundo contemporâneo. A principal contribuição teórica de Safransky, portanto, foi conduzir um necessário e atual alerta sobre os usos políticos catastróficos do romantismo durante a ascensão do chamado Terceiro Reich (*Ibidem*).

O filósofo Walter Benjamin identifica no romantismo alemão elementos culturais inseridos em uma tradição representativa muito anterior à modernidade. O gosto pela transformação de sofrimentos ou castigos em alegorias e o incentivo para a fuga rumo a mundos de sonhos, ideias ou tão somente a negação dos valores que margeiam uma realidade social dura e pragmática – conforme o autor – acompanham a humanidade desde a fundação da linguagem (BENJAMIN, 2011). Por outro lado, o historiador e crítico literário Otto Maria Carpeaux, em leitura bem mais sociológica que a anterior, considera os escritores Goethe e Schiller protagonistas de uma nova fase da literatura alemã enquanto entrelaçaram temáticas modernas – como a busca implacável pela liberdade

individual – com figurações retiradas da cultura do medievo tais quais o apelo para a espiritualidade religiosa ou defesa de ideais cavaleirescos. É esse diálogo entre valores de distintas épocas, além da preferência pela poética em detrimento da racionalidade, o que melhor caracteriza a prosa dos literatos em foco (CARPEAUX, 2013).

As cartas de Goethe e Schiller

Feitos esses esclarecimentos de ordem conceitual, pode-se afirmar que os escritores Schiller e Goethe foram intelectuais teutos cujas ideias são consideradas fundamentais para os alicerces literários do romantismo. Constam enquanto eixos temáticos que interligam as reflexões desses dois autores a adesão pela revolta do sentimento contra os ditames da razão e do sentimentalismo contra o racionalismo. A transição do século XVIII para o XIX foi marcada por essa predominância do sentimentalismo, ora melancólico, agressivo e engajado que protesta, em nome da religião, contra o materialismo e ceticismo dos livres-pensadores europeus. Esses autores estavam no cerne de uma concreta disputa de espaço por reconhecimento social e pela ampliação de suas redes de influência artística e política.

Trocar cartas era uma prática comum aos círculos intelectuais da época. Além de tratar do conteúdo de produções propriamente literárias, essas missivas serviram de suporte para as imensas colaborações teóricas-práticas entre os sujeitos letrados e revelam toda uma movimentação social e mental por parte desses atores. Em uma primeira carta escrita por Schiller a Goethe, datada de 31 de agosto de 1794, o escritor expressa admiração por seu companheiro epistolar: “(...) agora tenho esperança de que possamos trilhar juntos o caminho que ainda possa restar, e com proveito ainda maior, já que os últimos companheiros de uma longa viagem têm mais a dizer um ao outro” (SCHILLER. In: SCHILLER & GOETHE, 1993, p. 28). Durante o decorrer das conversações, muitas vezes, a troca de agradecimentos é comum e deixa perceptível o apreço mútuo entre os dois.

O registro dessa estima costuma ser alvo de análises equivocadas nas quais historiadores e críticos literários outorgam uma união quase inseparável entre Goethe e Schiller. De acordo com essa perspectiva, o segundo, neófito, seria o discípulo do já venerado autor de Fausto. No entanto,

percebe-se, nas cartas, elementos que contribuem para se evitar uma errônea hierarquização entre os dois.

Na mesma epístola, Schiller afirma ainda:

Não espero de mim nenhuma grande riqueza material de ideias; isto é o que acharei no senhor. (...) círculo de pensamento (...) O senhor esforça-se por simplificar seu grande mundo de ideias; eu procuro diversidade para minhas pequenas posses. O senhor tem um império a governar, eu somente uma família um tanto numerosa de conceitos, os quais gostaria de expandir para um pequeno mundo. (SCHILLER. In: SCHILLER & GOETHE, 1993, p.28)

É crucial ter conhecimento de algumas questões para compreensão do que foi expressado por Schiller. Primeiramente, Schiller é dez anos mais novo que Goethe que, por sua vez, dado sua origem burguesa de Frankfurt e seu emprego burocrático em Weimar, desfrutava do reconhecimento e prestígio de pertencer a uma influente rede de sociabilidade intelectual. Goethe possuía um maior número de pares literários e filosóficos. Tornou-se, inclusive, aprendiz do respeitável Johann G. von Herder: aclamado pensador alemão tido como principal influenciador do Sturm und Drang e o historicismo alemão. A modéstia de Schiller, nestes termos, não implica necessariamente em submissão intelectual.

Porém, nas epístolas, percebe-se que Goethe não se encontrava precisamente como mentor de Schiller. Longe disso, como expressado por ele em um esboço de carta feito entre 08 e 19 de outubro do mesmo ano: “Sua carta fortaleceu ainda mais a minha convicção, oriunda de nossa conversa, de que temos o mesmo interesse em importantes assuntos”, porém falando de “lados bem díspares”. No entanto, Goethe considera que esses diálogos poderiam gerar uma “satisfação mútua” (GOETHE. In: SCHILLER & GOETHE, 1993, p. 31) para os autores.

Contudo, muito ainda se discute acerca das intenções da aproximação entre os dois pensadores alemães. Essa relação, hipoteticamente amigável, abarcou também elementos contraditórios como ressentimentos que afloravam mesmo em períodos de proximidades fecundas. Durante o percurso da correspondência, houve um gradual afastamento quisto por Goethe. Em alguns momentos, houve uma disparidade entre os interesses dos autores. Goethe chegou a evitar ou retrucar com breves bilhetes alguns dos questionamentos e debates sobre assuntos estéticos e filosóficos fomentados por Schiller. Essa conjuntura abre margem para uma longa discussão

acadêmica. Alguns estudiosos, como o caso de Safransky, defendem que Goethe tornou-se ressentido pela crescente fama de seu parceiro, temendo que tal fama ofuscasse sua notoriedade no círculo intelectual alemão (SAFRANSKY, 2007). Outros apontam para o contraste econômico e social entre dois autores, considerando o desinteresse de Goethe para as colaborações teóricas de um indivíduo que ainda buscava por reconhecimento profissional.

Em carta datada de 15 de junho de 1795, Schiller registra seu entusiasmo a partir da leitura inicial do romance goethiano *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, publicado em duas partes entre 1795 e 1796. Trata-se de uma obra que repercutiu amplamente no mercado editorial alemão da época e é considerada uma pedra angular do gênero *Bildungsroman*: ou romance de formação. Na ocasião, o autor escreveu o seguinte para Goethe:

Li este quinto livro de Meister com um total êxtase e uma sensação única e indivisa. No próprio Meister não há nada que me houvesse tomando assim, ininterruptamente, e me levado involuntariamente em seu turbilhão. (...)

A única objeção que teria a lembrar nesse quinto livro é o fato de que as vezes tenho a impressão de que o senhor teria dado mais espaço àquela parte referente exclusivamente ao teatro do que suporta a ideia livre e ampla do todo. Às vezes parece que escreve para o ator, quando na verdade o senhor só quer escrever sobre o ator. O cuidado que dedica a certos pequenos detalhes nesse gênero, e a atenção a pequenas e isoladas vantagens artísticas que de fato são importantes para o ator e diretor, mas não para o público, dão a falsa impressão de um objetivo especial para a explanação (...). (SCHILLER, In: SCHILLER & GOETHE, 1993, p. 41-42)

Wilhelm Meister é o protagonista de um romance que trata da trajetória de um jovem oriundo de uma próspera família burguesa que deixa para trás as projeções de status de seus pais para dedicar-se ao mundo do teatro. Ao abandonar o lar para se juntar a uma trupe de comediantes, o personagem vivencia uma série de experiências com inúmeros indivíduos de várias esferas sociais como atores, diretores, poetas, camponeses, vigaristas, burgueses, nobres e rebeldes políticos de diversos perfis. É a partir dos diálogos entre Meister e seus interlocutores que Goethe reflete a respeito das tensões entre anseios individuais por liberdade e convenções sociais, bem como explora os impasses entre ambições e paixões poéticas. Nesse sentido, o romance abarca discussões sobre destino individual e o meio artístico, filosófico e histórico da Alemanha do século XVIII.

Na citada obra, portanto, concepções filosóficas românticas como o perpétuo aperfeiçoamento do Homem, a integração com a natureza e a aspiração ao belo são amplamente discutidas. De maneira breve, em carta datada de 18 de junho de 1795, Goethe respondeu os

apontamentos críticos feitos por Schiller alegando gratidão pela leitura atenta e finalizou a missiva da seguinte maneira:

Com ainda mais satisfação, utilizei-me de seus conselhos a respeito do falatório prático-teórico, deixando agir a tesoura em algumas passagens. Nunca é possível livrar-se de restos do tratamento anterior, embora eu tenha reduzido quase um terço do primeiro original. (GOETHE, In: SCHILLER & GOETHE, 1993, p. 42-43)

A questão é que o gosto por explanações teóricas e práticas, em meio a tramas ficcionais, não era apenas cultivado por Goethe. Esse micromundo habitado pela intelectualidade europeia pós-revolucionária, com seus ritos e símbolos próprios, estava em um momento de crescente desenvolvimento acadêmico. Principalmente, em se tratando da Alemanha. Com *Wilhelm Meister*, Goethe se utiliza de um enredo romanesco para refletir sobre o seu tempo, país, cultura e emprega na obra parte de seus ideários estéticos-sociais.

A profunda efervescência da Revolução Francesa e o surgimento do *Sturm Und Drang* deu início à alvorada da literatura e da teoria da arte alemã. A prática artística tornou-se intimamente ligada ao longo e complexo processo de elaboração das filosofias nacionais. Os paradigmas iluministas atingiram e promoveram mudanças nas instituições europeias. Em um panorama de processos históricos radicais, dever-se-ia conceber um “novo homem” para um “novo mundo”. Naturalmente, a intelectualidade alemã reconheceu seu papel na propagação de uma nova revolução estética, porém em sintonia com princípios tradicionalistas. É nesse sentido que, em carta de 17 de agosto de 1795, Schiller externa outra crítica ao *Wilhelm Meister* em face da maneira como Goethe abordou a temática da religiosidade ao afirmar que em “algumas passagens (...) um temperamento cristão poderia reprovar um tratamento ‘leviano’ demais” (SCHILLER, In: SCHILLER & GOETHE, 1993, p. 44).

O romance de formação, do modo como foi entendido por Goethe, consistia no verdadeiro propósito da literatura germânica. É evidente que o autor não visou apenas enfatizar o teor enciclopédico da trama, mas explorar o processo de amadurecimento intelectual de um personagem por meio de uma perspectiva edificante. É nesse sentido que, em 18 de agosto de 1795, responde ao seu confrade: “claro que apareci muito discretamente e talvez, com o fato de querer evitar toda sorte de dogmatização e ocultar de todo minhas intenções, eu tenha diminuído o efeito junto ao grande

público (...)” (*Ibidem*, p. 45). O jovem Wilhelm foi idealizado pelo seu criador, portanto, para ser um mestre em todos os sentidos filosóficos e sensíveis que esse termo abarca.

Contudo, a significância didática d’*Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* tornou-se centro de uma longa discussão acerca do temperamento político de Goethe. Muitos pensadores de sua época observaram o romance goethiano como demasiadamente dócil para o período de implacáveis revoluções políticas e filosóficas deflagradas em toda Europa. Novalis, um dos precursores do Romantismo Alemão, irá denunciar que: “(...) o quietismo de Goethe teria gerado uma falta de poesia em *Wilhelm Meister*. Ele (Novalis) denomina a obra um romance prosaico e sente falta do ‘atrevimento poético’. Este último lhe parece corresponder ao entusiasmo revolucionário no mundo político” (SAFRANSKI, 2011, p. 41). Para mais, a exemplo, a crítica exercida por Humboldt aprecia o fato de que *Os anos de aprendizado* é fundamentado em uma representação do mundo, ao contrário da finalidade íntima de refinamento intelectual do protagonista apontada como paradigma da obra.

Evidentemente, Schiller e Goethe concordavam que o homem devia “educar a si mesmo”, trilhando um caminho racional e sensível. No entanto, em *Os anos de aprendizado*, tais aspectos estéticos da teoria schilleriana estão ora presentes, ora distantes. Ainda mais, Schiller observa uma possível ausência de uma fundação filosófica em alguns capítulos da obra, como expressado por esse, em uma epístola de 9 de julho de 1796:

Agora a exigência se lhe transfere (à qual o senhor, em toda parte e normalmente, causou tanta satisfação), a exigência de impor o seu pupilo com total independência, segurança, liberdade, e por assim dizer firmeza arquetônica, de tal forma que assim ele possa manter-se eternamente, sem precisar de um apoio externo; o desejo é vê-lo então, através de uma maturidade estética, (...) (SCHILLER. In: SCHILLER & GOETHE, 1993, p. 83)

Desse modo, Schiller acreditava que Wilhelm devia encaminhar-se para sua emancipação, que poderia ser promovida principalmente pela educação estética. É explícito nos materiais epistolares discussões acerca de tais fins “educativos” de sua literatura, como também observado por Schiller em uma correspondência posterior, datada de 19 de outubro de 1796: “Se contudo não estivessem no título os ‘anos de aprendizado’, então consideraria a parte didática desse oitavo livro como quase preponderante demais. Fica evidente que muitas ideias filosóficas agora ganharam mais clareza e compreensão” (*Ibidem*, p. 90).

Pode-se afirmar que o romance de Goethe concerne a dois aspectos receptivos. Os primeiros leitores, em suma, filósofos e intelectuais próximos ao ambiente filosófico-literário weimariano como Novalis, Humboldt e o próprio Schiller – interpretaram a obra *Wilhelm Meister* como um arcabouço filosófico simples, não efetivamente moralizante e melhor dizendo: sem conteúdo revolucionário. Por certo, quais foram os motivos que levaram ao quietismo político de Goethe?

Analogamente ao protagonista do romance, Goethe pertencia a uma classe social privilegiada. Fazia parte do círculo aristocrático alemão e isso resultou na ausência do impulso revolucionário promovido pelo acontecimento francês. O historiador Hobsbawm (2010, p.391) argumenta que a intelectualidade da classe média e superior alemã – ligada ao aparelho burocrático do Ancien Régime –, apresentava uma atitude moderada em relação aos eventos iconoclastas franceses, muitas vezes pautadas pelo “(...) paternalismo, e um senso de responsabilidade entre as hierarquias superiores”.

O próprio Goethe era conselheiro do *Ancien Régime* e esse fato esclarece perfeitamente tal conduta. Em uma epístola datada de 12 de fevereiro de 1796, Goethe relata sua convivência no círculo aristocrático, bem como, utilizando-a como justificativa para o afastamento temporário das discussões tratadas na correspondência: “Ainda sofro terrivelmente com o carnaval, e com a chegada do príncipe desconhecido nossas diversões teatrais e dançantes tornam-se enlouquecidas e frequentes” (GOETHE. In: SCHILLER & GOETHE, 1993, p. 54).

Logo, não é de estranhar que toda agitação política da época desagradava a Goethe: “Para ele a revolução nada mais significou do que o começo sinistro da era das massas, que ele odiava e temia, mas cuja inevitabilidade reconhecia” (SAFRANSKI, 2010, p. 37). Além disso, como visto na correspondência escrita por Goethe ao companheiro Schiller, de 8 e 9 outubro de 1794, ele interpretava que as mudanças deveriam ser íntimas e espirituais. Que o homem deveria governar a si próprio, antes de almejar um governo pautado pelas convicções revolucionárias francesas, uma vez que o estímulo generalizado para política poderia cegamente suceder em manipulações das massas e a desordem espiritual de uma nação.

Paralelamente ao curso da correspondência que trata d’*Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, Schiller, inspirado por correntes teóricas iluministas e repleto de admiração para com a

Revolução, produziu as Cartas sobre a educação estética da humanidade. Uma significativa obra para a filosofia alemã. A obra veicula as concepções de Schiller acerca do jogo estético da razão e da sensibilidade do belo, estabelecendo a arte como elemento fundamental da educação estética e, harmoniosamente, a partir dela “(...), que o homem poderá desenvolver-se plenamente, tanto em suas capacidades intelectuais quanto sensíveis” (SUZUKI, In: SCHILLER, 2002, p. 12). Sendo assim, Schiller acreditava que a valorização das belas-artes, como as artes plásticas, a poesia e a literatura promoveriam uma aproximação do indivíduo ao conceito e representação do belo: que conduz o homem ao amor, à felicidade e à liberdade.

Em vista disso, compreende-se que a nobreza estética de Wilhelm Meister é um retrato das concepções estéticas do entendimento artístico e literário dos dois pensadores. A maestria perseguida pelo protagonista assemelha-se essencialmente ao conceito de “liberdade estética” tida ao sistema filosófico schilleriano. Porém, as concepções estéticas da forma e do conteúdo de Schiller para Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister não serão efetivamente consideradas em todos os casos. Goethe enviou o último livro à impressão antes de enviá-lo a Schiller, esse fato marca o rompimento do trabalho conjunto entre os dois companheiros epistolares acerca do romance.

Além disso, segundo Wilma Patrícia Maas:

A versão do romance que chegou até nós mostra que Goethe, de maneira geral, manteve inalteradas as questões mais criticadas por Schiller. A chamada “autonomia” filosófica e social de Wilhelm Meister permanece na sugestão do crítico, sem ter sido realizada pelo autor. (MAAS, 2000, p. 101)

Por fim, Schiller é o principal referencial crítico em torno da obra de Goethe. Desde a primeira carta, trocada em agosto de 1794, Schiller atuou nos bastidores, efetuando frutíferas observações e correções das versões originais enviadas pelo autor. Em uma das cartas, Schiller aconselha mais cautela com os desvios de estilo e os muitos erros ortográficos presentes no texto de Goethe (Cf. SCHILLER. In: SCHILLER & GOETHE, 1993, p. 43). Goethe reconhece os esforços de seu parceiro epistolar, na correspondência que data 5 de julho de 1796: “Suas cartas são agora minha única distração, e o senhor sentirá o quanto estou agradecido por ajudar-me em tantas coisas de uma vez só” (GOETHE. In: SCHILLER & GOETHE, 1993, p.75).

Contudo, o que faz a obra de Goethe um modelo ideal para o signo literário *Bildungsroman* foi sua segunda recepção e apropriação do mundo burguês ao romance. A publicação d’*Os Anos de*

Aprendizado de Wilhelm Meister esteve longe de atingir um sucesso literário como o do romance *Os sofrimentos do jovem Werther*, também escrito pelo autor. *Os anos de aprendizado* foi uma obra essencialmente relacionada ao classicismo alemão, sendo essa tendência estética tipicamente burguesa. Dado que o público burguês, em inegável ascensão na época, viu em *Meister* uma refinada representação artística de suas identidades.

É notório que parte significativa do mundo intelectual e artístico alemão foi útil a uma burguesia estilisticamente em construção, conforme Hobsbawm afirma:

Se fôssemos resumir as relações entre o artista e a sociedade nesta época em uma só frase, poderíamos dizer que a Revolução Francesa inspirava-o com seu exemplo, que a revolução industrial com seu horror, enquanto a sociedade burguesa, que surgiu de ambas, transformava sua própria experiência e estilos de criação. (HOBSBAWM, 2010, p. 403)

Em conformidade, o crítico literário Georg Lukács afirma que os aspectos sociais e psicológicos gerados da revolução dupla do caso francês resultou no desenvolvimento do classicismo: um movimento filosófico-literário integrado por sujeitos não engajados à causa revolucionária francesa. Contudo, esse círculo intelectual, mesmo que aristocrático e elitizado, possuía ideários próprios, buscava transformar ou, pelo menos, compreender o mundo e a interpretação literária dele. O florescimento da filosofia idealista e romântica alemã é apontado por muitos historiadores como uma reação a um atraso político e econômico da Alemanha.

Esse atraso na evolução capitalista significa que a revolução burguesa ainda não pode, como fato político, ser colocada na agenda da Alemanha. Mas o desenvolvimento capitalista atrasado era, no entanto, visível e real o suficiente para produzir uma elite burguesa relativamente ampla que fez por si própria - ideologicamente - o período preparatório da Revolução Francesa e agora tem que reagir à sua maneira, artística e filosoficamente, ao passo dos preparativos para a própria Revolução (LUKÁCS, 1968, p. 121-22).

Nota-se que a partir de 1797, os trabalhos teóricos e literários desenvolvidos por Goethe e Schiller encontraram novas exigências. A colaboração científica entre os dois deteve-se na determinação de gêneros literários que possuíam heranças ou promoveram rupturas com a cultura escrita clássica. Nesses termos, “(...) trata-se, antes de mais nada, para Goethe e Schiller, de chegar a uma separação precisa dos princípios do épico e do dramático” (LUKÁCS, 2000, p. 171). Para

Schiller, o estilo perfeito do belo estava na Antiguidade: época constituída, na sua visão, por uma natureza privilegiada e uma arte idealizadora. Fazendo aqui uma rápida e necessária digressão para a primeira carta de Schiller para Goethe, escrita em 23 de agosto de 1794, pode-se encontrar uma reflexão sobre como a sensibilidade estética de Goethe estava alicerçada em referenciais próprios da cultura clássica.

Um conceito importantíssimo para a compressão da análise schilleriana da literatura romântica de Goethe é o termo alemão *Weltanschauung*, o qual pode ser definido como uma concepção de caráter intuitivo e pré-teórico. Essa concepção é formada pelo contato inicial do indivíduo com o seu lugar social nos primeiros anos de existência. Ou seja, o referido conceito encontra-se intrinsecamente relacionado ao tempo e a nação do indivíduo. Em vista disso, percebe-se na correspondência citada, que Schiller especula acerca do lugar de nascença de Goethe e como isso influenciou a construção de sua visão de mundo:

Se fosse grego, até mesmo italiano, e já do berço fosse cercado de uma natureza privilegiada e uma arte idealizadora, então o seu caminho seria infinitamente menor, talvez até completamente supérfluo. Já na primeira observação das coisas o senhor teria assimilado a forma do essencial, e com as suas primeiras experiências se teria desenvolvido no senhor o grande estilo. Mas, já que nasceu alemão, já que o seu espírito grego foi jogado na criação nórdica, assim não lhe restou outra alternativa do que a de tornar-se artista do norte ou dar à sua imaginação, com auxílio da força do pensamento, aquilo que a privou da realidade e assim, de certa maneira, dar à luz uma Grécia, de dentro e por um caminho racional. (SCHILLER. In: SCHILLER & GOETHE, 1993, p. 24)

É fundamental explorar as concepções épicas-dramáticas dos dois formantes do classicismo weimariano, uma vez que tais sujeitos modernos entendia a antiguidade greco-latina como um tipo ideal da forma literária e, logo, base para o entendimento e aperfeiçoamento estético de suas próprias produções. Schiller expressa em uma epístola, datada de 4 de abril de 1797, a sua definição do objeto trágico:

Quanto mais reflito sobre a minha própria atividade e sobre a forma com que os gregos tratavam a tragédia, mais acho que o ponto central reside na arte de inventar um argumento poético. O autor moderno lida penosa e medrosamente com casualidades e detalhes e, como ambiciona aproximar-se bem da realidade, mune-se então de vazios e insignificâncias, correndo o perigo de perder a verdade intrínseca, onde de fato reside o elemento poético. Ele gostaria de imitar perfeitamente um caso verídico e não pensa que uma representação poética jamais pode coincidir com a realidade, justamente porque é absolutamente verdadeira. (*Ibidem*, p. 101)

Goethe respondeu um dia depois, em uma curta correspondência, acerca da felicidade e importância do argumento poético: “(...) ao poeta resta, sim, o grande mérito de uma apresentação com vida, que pode ser mais contínua quanto melhor for o argumento” (GOETHE. In: SCHILLER & GOETHE, 1993, p. 102). Por isso, observa-se tanto em Schiller, quanto em Goethe – o segundo apenas nos anos próximos à correspondência, uma atitude contínua de inclinação poética, proporcional ao distanciamento - não total – do caráter puramente analítico presente nos anos de juventude intelectual dos dois.

Schiller atenta ao próprio Goethe que essa nova “juventude” poética o trará uma boa disposição não apenas literária. Goethe respondeu, cautelosamente, em uma correspondência datada de 18 de janeiro de 1797, que tal nova fase não é determinante, o seu estilo analítico ainda estará possivelmente em voga:

[...] e não nego que para mim mesmo essa maravilhosa fase que início é muito singular, e infelizmente ainda não estou de todo tranquilo a esse respeito, pois ainda carrego da fase analítica muito do que não posso desfazer-me e nem mesmo elaborar (*Ibidem*, p. 99).

Na medida em que Schiller defende a sobreposição da poesia contra o racionalismo, e Goethe reage notadamente ao axioma inflexível da Razão – mesmo que não a suprimindo plenamente - tais epístolas referenciadas apontam uma oposição substancial do pensamento goethe-schilleriano com os fundamentos da filosofia das Luzes. Posto que a corrente filosófica iluminista, bastante difundida no século XVIII, ocupou as argumentações teóricas e estéticas acerca da natureza e da sensibilidade, fundamentadas por uma inesgotável aplicação do empirismo racionalista.

Schiller e Goethe reconhecem a importância do liberalismo filosófico, pautado na tríade conceitual da liberdade, igualdade e fraternidade, entretanto admitem que o cientificismo absoluto acabaria por perpetuar equívocos civilizatórios ao privar o Homem de inclinações estéticas e poéticas. Por sua vez, a mentalidade intelectual europeia encontrava-se em um labirinto especulativo acerca da condição filosófica e, conseqüentemente, sua função nas preposições existenciais da poesia e da Arte.

Conforme Isaiah Berlin aponta:

[...] dizia que o homem deve apresentar um espelho para a natureza”. [...] por ‘natureza’ eles queriam dizer ‘vida’, e por “vida” não queriam dizer aquilo que se vê, mas aquele objetivo que, segundo eles, a vida luta para alcançar, certas formas ideais para as quais toda a vida se inclina. (BERLIN, 2015, p. 55)

Observa-se, durante todo o percurso epistolar, uma disposição científica e literária para a apreciação artística da sociedade contemporânea aos dois correspondentes. Goethe empreende inúmeras viagens ao continente europeu, uma das quais à cidade de Frankfurt am Main, um dos maiores centros burocráticos do Sacro Império Romano-Germânico. Em uma carta datada de 9 de agosto de 1797, Goethe relata para Schiller a percepção de uma suposta indisposição poética que assola espaços tipicamente urbanos e industriais. Para o autor, o consumismo exacerbado de uma cultura artisticamente infértil redundava na mais pura abstração:

Pareceu-me muito esquisito como na verdade se lida com o público de uma cidade grande. Ele vive numa constante vertigem de aquisições e consumos, e aquilo que chamamos boa disposição não se deixa nem produzir nem anunciar; todas as diversões, mesmo o teatro, devem apenas distrair, e a grande tendência do público leitor para periódico e romances provém justamente disso, porque os primeiros sempre e os últimos na maioria das vezes trazem à distração à distração. (GOETHE. In: GOETHE & SCHILLER, 1993, p. 123)

É partindo dessa observação que os dois intelectuais alemães discutiram a natureza da poesia, encontrando-se em conformidade enquanto seu teor. O atrevimento poético – ou a liberdade estética – são resultados de um despertar, despertar esse desconfortável e dolente. Como dito posteriormente por Goethe na epístola supracitada: “A poesia quer - sim, ela exige – concentração, isola o Homem contra a sua vontade, impõe-se repetidamente e é, no mundo amplo (para não dizer, no grande), tão incômoda quanto uma amante fiel” (*Ibidem*). Em concordância, Schiller responde em uma carta, datada 17 de agosto de 1797:

Ficou-me claro nas poucas experiências que tive que, no geral, não se pode fazer bem às pessoas através da poesia; pelo contrário, até muito mal, e creio que, onde um não pode ser alcançado, deve-se introduzir outro. É preciso incomodá-las, entregar o seu bem-estar, levá-las à inquietação e espanto. Em um dos dois, como gênio ou como fantasma, a poesia deve afrontá-las. (SCHILLER. In: GOETHE & SCHILLER, 1993, p. 127)

Desse modo, entende-se que a Literatura é, para os dois companheiros correspondentes, um instrumento do conhecimento filosófico e de inclinação poética. A maestria intelectual é tida como fenômeno plural, mas definida como aspiração sublime de um temperamento filosófico entrelaçado com as belas-artes. No entanto, o processo de refinamento intelectual não

necessariamente era confortável, uma vez que o sentimentalismo tinha de equilibrar harmoniosamente seus idealismos com a racionalidade empírica.

Conclusão

Jean-François Sirinelli sugere que o estudo das produções intelectuais é um dos campos de pesquisa histórica mais férteis da atualidade. Salienta ainda que é necessário propor, antes de tudo, uma definição teórica de homem de cultura partindo das noções de produtores, mediadores e da análise das formas de sociabilidades desses atores históricos. Conforme o autor,

A atração e a amizade e, ao contrário, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham igualmente um papel às vezes decisivo. Isto, alguns poderão objetar, se aplica a toda microssociedade. Mas, de um lado, esse peso da afetividade colocado sob o signo da clarividência e cuja garantia, aos olhos do resto da sociedade, é saber regular suas paixões, a serviço exclusivo da Razão. (SIRINELLI, 1998, p. 250)

Ao tratar de diretrizes básicas para o estudo das elites intelectuais, Sirinelli postula que esses seguimentos sociais atuam, basicamente, com a ressonância ou amplificação de determinadas ideias, bem como podem se envolver em debates cívicos marcantes para uma determinada época. Elaborar análises comparativas, transitar entre dados qualitativos e quantitativos, bem como investigar as formas de sociabilidades desses intelectuais é um desafio historiográfico ainda considerado bastante promissor.

Goethe e Schiller pertenceram a uma geração de intelectuais que contribuíram para a consolidação do romantismo enquanto uma corrente estética em bastante sintonia com os interesses políticos expansionistas próprios da Alemanha do século XIX. As observações teóricas e práticas presentes na correspondência trocada entre esses dois escritores ainda podem possibilitar reflexões históricas pertinentes sobre as tendências poéticas modernas e suas afinidades com a Antiguidade Clássica. Além disso, os densos debates acerca das sensibilidades modernas e a crítica cultural, ao aspecto padronizado e cinza da Europa da primeira Revolução Industrial, favorecem uma compreensão mais ampla dos ideais desses dois perfis representantes do pensamento literário romântico.

Referências bibliográficas:

- BERLIN, Isaiah. **As raízes do romantismo**. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Três Estrelas, 2015.
- GOETHE, Johann Wolfgang Von; SCHILLER, Friedrich. **Correspondência**. Trad. Cláudia Cavalcanti. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.
- HOBBSAWM, Eric. J. **A Era das Revoluções**. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- KOHLRAUSH, Regina. Gênero epistolar: a carta na literatura, a literatura na carta, rede de sociabilidade, escrita de si. In: **Letrônica**, vol. 08, n. 01, Porto Alegre, jan/jun, 2015.
- LUKÁCS, G. **Goethe y su época**. Barcelona, España: Ediciones Grijalbo, 1968.
- _____. **Teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- MAAS, W. P. M. D. **O cânone mínimo: o *Bildungroman* na história da literatura**. 1. ed. São Paulo: EDUNESP, 2000.
- MALATIAN, Teresa. M. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.
- SAFRANSKY, Rüdiger. **Romantik: Eine deutsche Affäre**. München: Carl Hanser Verlag, 2007.
- _____. **Romantismo: uma questão alemão**. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.
- SCHILLER, Friedrich. **A educação estética do homem: numa série de cartas**. Trad. Roberto Schwarcz & Márcio Suzuki. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002.
- SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: _____.; RIOUX, Jean-Pierre (Orgs.). **Para uma história cultural**. Trad. Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

A construção da “Tese Yates”: a constituição de um paradigma entre a história da ciência e a história intelectual (1964-1974)

The construction of the “Yates’ Thesis”:
the constitution of a paradigm between the history of science and
the intellectual history (1964-1974)

Lucas Augusto Pietra

Mestrando em História da Arte
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
pietra.lucasaugusto@gmail.com

Recebido: 25/09/2023

Aprovado: 05/01/2024

Resumo: Este artigo busca, através da restituição do ambiente intelectual de produção do livro *Giordano Bruno e a Tradição Hermética*, de Frances A. Yates, observar a dinâmica que se estabeleceu entre o texto e o paradigma que lhe foi atribuído posteriormente – a chamada “tese Yates”. Para isso, seguimos a recepção do texto por uma década a partir do momento de sua publicação, 1964, quando o paradigma é fundado por Robert Westman e James McGuire. Na primeira parte do trabalho, além da retomada de aspectos constitutivos do texto e da história de sua recepção, foram analisadas resenhas publicadas em periódicos acadêmicos que tangessem diretamente o trabalho de Yates. A seguir, avaliamos as reações oriundas da história da ciência à luz da dita “tese Yates” e, por conseguinte, as visões que recaíram sobre os ensaios de Westman e McGuire.

Palavras-chave: Frances Yates; Giordano Bruno e a Tradição Hermética; “tese Yates”;

Resumen/Abstract: This article seeks, through the restitution of the intellectual environment of production of the book *Giordano Bruno and the Hermetic Tradition*, by Frances A. Yates, to observe the dynamics that was established between the text and the paradigm attributed to it later – the so-called “Yates thesis”. For this, we followed the reception of the text for a decade from the time of its publication, 1964, when the paradigm is founded by Robert Westman and James McGuire. In the first part of the work, besides the resumption of constitutive aspects of the text and the history of its reception, were analyzed reviews published in academic journals that directly touched on the work of Yates. Next, we evaluate the reactions from the history of science in the light of the so-called “Yates thesis” and, therefore, the views that fell on the essays of Westman and McGuire.

Keywords: Frances Yates; Giordano Bruno and the Hermetic Tradition; Yates’ Thesis.

Introdução

O principal trabalho da historiadora britânica Frances Yates, *Giordano Bruno e a Tradição Hermética*, publicado em 1964, trata das histórias de Giordano Bruno e do hermetismo de uma maneira que nenhuma delas seja subordinada à outra. Yates propõe uma reconstituição da história dos vários usos do *Corpus Hermeticum* (doravante C.H.), explorando desde o mito acerca de sua longevidade, comparado à tradição mosaica, até seu resgate e subseqüentes manipulações durante o Renascimento (YATES, 1995). Inserido nessa restituição, Giordano Bruno é avaliado na condição de um dos maiores expoentes da tradição hermética, fazendo com que Yates estruture uma análise que enfoca um objeto específico, mas que o compreende com base nas múltiplas temporalidades que o compõem.

Além do hermetismo, outros elementos são mobilizados na composição de seu trabalho, a exemplo das demais tradições ocultistas paralelas, bem como suas manifestações mágicas, alquímicas, astrológicas e – popular entre todas – a relação dessas tradições com o advento da ciência moderna. No entanto, a importância desse último elemento está mais conectada às reações específicas ao trabalho que à forma como ela o teria tratado em seu próprio texto. Isso se torna visível principalmente no paradigma desenvolvido a partir de seu trabalho, posteriormente batizado de “tese Yates”.

A história da suposta “tese Yates”, forma pela qual o texto de 1964 em muitos casos chega ao presente, na verdade não coincide exatamente com a história de *Giordano Bruno e a Tradição Hermética*. A cunhagem do termo, de tonalidade paradigmática, ocorreu somente em 1974, por uma parte muito específica da recepção da obra. No entanto, essa forma de lhe fazer referência, que concede ao hermetismo um papel capital no desenvolvimento da ciência moderna, dada a sua larga difusão, sugere que as discussões provocadas por Yates tocaram apenas os ditos fatos científicos próprios à teleologia da modernidade ou que estes fossem o principal objeto do livro.

Orientados por essas questões, investigaremos a recepção de *Giordano Bruno e a Tradição Hermética* à luz da criação do “paradigma Yates.” Inicialmente, analisaremos reações ao trabalho manifestadas nos primeiros anos após sua publicação. O objetivo é identificar as linhas gerais dos ambientes intelectuais em que o texto se inseria, bem como os conceitos, categorias e os significados ao redor de certas figuras históricas discutidas na obra.

Dos debates historiográficos suscitados por Yates a respeito de figuras históricas, há que destacar aquele movido ao redor de Giordano Bruno. Parte do debate sobre o letrado italiano tem por base, como dito, a rejeição de uma visão científica de seus escritos. Dessa maneira, a partir da relação com Copérnico e outros tidos por arautos do advento da ciência moderna, entende-se que Yates avançou debates ligados à história da ciência. Por isso, as discussões ao redor da não cientificidade do pensamento bruneano introduzem a recepção cujo principal produto fora a criação da dita “tese Yates”: a da história da ciência. Portanto, a última parte será dedicada à avaliação de trabalhos produzidos pela historiografia da ciência em resposta a *Giordano Bruno e a Tradição Hermética*, tendo como norte a construção da dita “tese Yates”. Esses passos, espera-se, permitirão observar a sedimentação de seu trabalho, permitindo não apenas repercutir, mas explicar o legado do trabalho de Frances Yates. (PIETRA, 2022, pp.7-9).

Hermetismo e Historiografia: primeiras impressões de *Giordano Bruno e a Tradição Hermética*

As reverberações dos estudos de Yates podem ser sentidas na academia até hoje, através, principalmente, da inscrição de seu nome no rol de autoridades do tema. Passados quase 60 anos de sua publicação, seu livro segue sendo referenciado como um clássico do campo. No entanto, o fato de ter se tornado canônico fez com que o trabalho de Yates fosse recebido – e, de certo modo, reduzido – a um conjunto de estereótipos, fazendo-o às vezes de espantinho para o qual as pesquisas subsequentes se voltaram sem necessariamente considerar aspectos constitutivos de sua narrativa. Sua longevidade, nesse sentido, implica um acúmulo de discussões distintas acerca dos temas mobilizados por *Giordano Bruno e a Tradição Hermética*, sendo possível notar desde a particularização de alguns debates até a generalização de outros.

A pluralidade das formas de recepção desse texto é sintomática da quantidade de temas que abrange. No entanto, apesar de consistir em uma grande narrativa que engloba aspectos distintos ao longo de três séculos, sem se privar de discutir fenômenos relativos à antiguidade, existe um fio condutor a unir categorias até então isoladas, caso das práticas mágica renascentistas, e todos os seus anteparos, até à chamada “revolução científica”. No nível da recepção, o texto acabou por estabelecer uma ligação direta com a história das ciências, muito por conta de suas especulações quanto às

origens da dita “revolução científica,” com a história da cultura e com a história intelectual, sobretudo no que diz respeito à investigação das práticas e crenças ocultistas.

Contudo, tal forma de recepção se estrutura hoje no formato de um paradigma – a “tese Yates”. Além da redução de certos aspectos do texto, quando observada em sua verticalidade, a imagem uníssona do paradigma revela-se por meio da sobreposição de diferentes modos de apropriação da narrativa ao longo do tempo¹ e que nem sempre se referem aos pontos centrais da obra.

Tomemos como exemplo o contraste entre o *review* de Paul E. Memmo, tradutor de um dos principais textos de Giordano Bruno para o inglês, *De gli eroici furori*, sobre o trabalho de Yates publicado em 1966 e o artigo de Robert Westman e J. E. McGuire, publicado em 1974. Na resenha, Memmo se refere à “tese” do texto de forma relativamente crítica, chamando a atenção para os perigos do entusiasmo de Yates, o que a teria levado a superestimar sua ideia principal (MEMMO, 1966, p. 169). Mais importante, porém, do que suas opiniões quanto ao texto, é o que ele inscreve no argumento do livro ao aludir a ele como um conjunto de partes interconectadas, principalmente no tocante a Giordano Bruno, que, na contraluz da cultura do renascimento em suas faces pagãs, permitiria expor as relações do paganismo para com a dita “revolução científica”.

O artigo de Westman e McGuire, ao demarcar diretamente uma “tese Yates”, acaba por enfatizar somente as passagens voltadas para as origens da “revolução científica”, trazendo à tona vínculos que o texto estabelece para com a história da ciência (WESTMAN e MCGUIRE, 1977). Dessa forma, eles recorrem ao termo de maneira metonímica, tomando a parte final da narrativa, situada nos últimos capítulos, como principal, subsumindo outros aspectos que não compunham o foco de seu interesse imediato.

¹ É o caso, por exemplo, da forma como Wellington Rodrigues e Almicar Balardi articulam, tanto no título como ao longo do texto, o termo – “[...] Tese Yates, a qual afirma que o misticismo exerceu impacto positivo no surgimento da visão científica moderna.” RODRIGUES, W.G.; BALARDI, A. **Abordagens Historiográficas Aplicadas ao Estudo das Relações entre Ciência e Religião: Tese do Conflito, Tese Yates e Tese da Complexidade**. Revista Hermenêutica, vol.13, n.1, p.62, Maio, 2014; Outros ocorrências em: VICKERS, Brian. Frances *Yates and the Writing of History*. *The Journal of Modern History*, vol.51, n.2, pp.315-316, *Technology and War* (Jun., 1979); Idem. *Critical Reactions to the Occult Sciences During the Renaissance*. In: *The Scientific Enterprise, Studies in History, Philosophy, and Sociology of Science*. Ed. Edna Ullman-Margalit, Vol. 146, 1992, p.77; BÉLTRAN, Antonio. *Revolución científica, Renacimiento e historia de la ciencia*. Madrid: Siglo Veintiuno de España editores, 1995, p. 75; (5-37); BULBELLO, J.P. *Difusión del esoterismo europeo-occidental en el Nuevo Continente (siglos XVI-XX)*. In: BUBELLO, J.P.; CHAVES, J.R.; MENDOÇA, Francisco. *Estudiosos sobre la historia del esoterismo occidental en América Latina*. Buenos Aires: EFFL, 2018, p 41.

Apesar de empregarem termos muito próximos, ambos os estudos tratam *Giordano Bruno e a Tradição Hermética* de forma radicalmente distinta. Mas, ao invés de um contraste direto propiciado por diferentes apostas analíticas, essas distinções acabaram compondo diferentes camadas no bojo do processo de uniformização do “paradigma Yates”. A distância temporal de suas publicações fornece um indício não só para se pensar a razão dessa mudança, dado que o uso do termo por Memmo não é um caso isolado nos primeiros anos após a publicação de 1964, assim como a utilização do termo por Westman e McGuire produziu efeitos intensos na modulação da imagem que se tem de *Giordano Bruno e a Tradição Hermética*. Logo, parece-nos pertinente avaliar esse primeiro momento da publicação de modo a salientar os seus efeitos iniciais bem como as categorias tencionadas por Yates. (PIETRA, 2022, pp. 10-15).

Antes da “tese Yates”: hermetismo em meio a outras categorias

As primeiras reações a *Giordano e a Tradição Hermética* podem ser percebidas através de publicações em periódicos especializados. De maneira introdutória, nota-se, sob o formato de *reviews* e artigos, como o tratamento dado ao texto, independente de seu caráter, tendeu a avaliar temas muito localizados. A primazia do C.H. como fonte de sabedoria em meio aos demais componentes da *prisca theologia*², as formas de interação dessa teologia antiga com o cristianismo, o papel de alguns letrados no que Yates chama de “tradição hermética” e o lugar ocupado pela “História do Renascimento” consistem em exemplos dessa primeira crítica ao texto.

Uma amostra significativa da recepção é a resenha publicada em 1965 por Charles R. Meyer, na qual ele tece um comentário acerca da associação do hermetismo com o cristianismo: “Do século XV ao XVII, o pensamento cristão renascentista foi largamente infectado pelo Hermetismo, uma antiga doutrina gnóstica conhecida por Santo Agostinho e outros Padres da Igreja”. (MEYER, 1965, pp. 108-109)³. O termo usado por Meyer para explicar a relação entre as duas tradições – infecção –, além de expressar sua opinião quanto supostos malefícios do hermetismo para o cristianismo, pontua

² Conjunto *corpora* textuais cujos temas evocam sabedorias antigas pagãs, mas que, em medidas distintas, eram lidas teologicamente em harmonia com a doutrina cristã. Compõem essa *prisca theologia*, além do *Corpus Hermeticum*, a Cabala (*Kabbala*) judaica, os hinos órficos, os oráculos sibílicos e caldeus, além de alguns textos atribuídos a filósofos pré-socráticos. Para mais, ver: WALKER, 1954, p.204.

³ Texto Original: *From the fifteenth to the seventeenth century, Christian Renaissance thought was largely infected with Hermetism, an ancient gnostic doctrine known to St. Augustine and other Fathers of the Church.*

a aceitação de uma ideia estruturante para o texto de Yates: a associação entre cristianismo e hermetismo.

Além da perniciosidade do Hermetismo e seus perigos para o cristianismo, sua relação com a doutrina vigente, configurada em termos da adequação do C.H em relação aos preceitos cristãos, é marcante no texto de 1964. Isso se dá, por exemplo, através da notação dos vários paralelismos existentes entre trechos bíblicos e herméticos, principalmente no que tange o mito da criação do mundo, a santíssima trindade e a profecia da vinda do filho de Deus.

A relação com o cristianismo descrita por Meyer nos termos da presença do hermetismo, que denomina *Christian Renaissance Thought*, consiste em um dos diversos arranjos possíveis, a partir da doutrina hermética, com o cabalismo judaico.⁴ Essa doutrina, enquanto fonte mágica historicamente associada à figura de Giovanni Pico della Mirandola, consiste em um exemplo das outras formas de *prisca theologia* avaliadas por Yates no que diz respeito à interação com hermetismo no Renascimento. Apesar de determinar trechos relativamente volumosos para o cabalismo, certamente ele não desfruta do mesmo prestígio em seu texto que a doutrina hermética, característica essa observada pela crítica.

Para Henry Brann, intelectual alemão cujos interesses voltavam-se para temas relacionados à importância da Cabala nos textos de Spinoza, em outro *review*, publicado em 1966, a colocação de Yates sobre o hermetismo, em sua narrativa, suprime a presença do cabalismo em meio às formas da *prisca theologia* (BRANN, 1966, p. 469). Após fazer algumas considerações sobre a assertividade de Yates quanto a uma nova interpretação dos escritos de Giordano Bruno e sobre o “pensamento renascentista”, ele critica a forma como ela aparentemente teria subestimado a Cabala em contraste com outras doutrinas renascentistas. Para ele, a autora acaba por considerar erroneamente a Cabala Judaica como um *corpus* teológico-mágico inferior: “Mas ela mesma, em seu capítulo *Giordano Bruno e a Cabala*, fala de maneira bastante depreciativa da Kaballah enquanto uma ‘revelação judaica e mágica inferior’, e aqui este resenhista não pode concordar com isso” (*Ibidem*).

Brann não diz por que a cabala judaica desfrutaria do mesmo *status* que o C.H. no renascimento, mas, de qualquer maneira, é importante salientar que, além do capítulo por ele

⁴ A Cabala é uma doutrina mística judaica cujos temas estão fortemente associados a questões religiosas e filosóficas, principalmente de orientação ocultista. É importante salientar que o cabalismo diverge do Judaísmo Ortodoxo e seus principais textos, como o *Sefer Yetzirá* e o *Zohar*, não estão na Talmude. Para mais, ver: YATES, 1995, pp. 101-103.

mencionado, XIV, Yates também dedicou o capítulo V às investigações sobre essa tradição ocultista judaica. Nesse capítulo, ao invés de focar em Giordano Bruno e os usos que ele faz do *Corpus Hermeticum*, ela discorre sobre a *magia angelis* de Pico em contraste com a *magia naturalis*, e, em diversos momentos hermética, de Marsilio Ficino (YATES, 1995, p. 100).

Ainda em outro *review* de 1966, este de Daniel Perkin Walker, colega de Yates no Instituto Warburg, a importância dada ao C.H., em relação às demais teologias antigas, aparece de maneira inversa. Seu valor não é pautado conforme os usos que dele foram feitos por Giordano Bruno, Cornelius Agrippa e Marsilio Ficino, mas sim segundo a disposição dos textos herméticos em comparação com outros materiais da *prisca theologia*. Segundo ele: “Eles [os tratados herméticos] também são importantes porque contêm um conteúdo religioso específico, enquanto os outros textos da *prisca theologia* são principalmente fragmentos enigmáticos que podem ser facilmente adaptados”⁵ (WALKER, 1966, p.719).

Em suma, existe, em oposição ao texto de Brann, uma razão material para a importância do C.H., mesmo em relação à Cabala judaica. Quando colocadas juntas, as considerações de Brann e Walker, a ideia de uma interpretação hermética do *corpus* bruneano não é questionada. No entanto, fica evidente como a disputa pelo destaque do hermetismo, nesse caso em contraste com o cabalismo, mesmo que como exemplo de uma consideração extremamente pontual, não procede sem contrapartidas. Ademais, a eleição do hermetismo no texto de 1964 se dá na articulação entre escalas muito distintas. Ao se servir dos discursos de Bruno como chave investigativa, Yates assume a importância do C.H. de forma não particular, mas sim como um exemplo de uma predileção que autorizaria o uso da denominação “tradição hermética”.

Outro tema vislumbrado em uma resenha crítica de 1966 inscreve certa instabilidade ao redor da leitura que Yates faz da figura de Ficino. Tal pontuação concerne ao já mencionado Paul E. Memmo, que discute a ênfase que Yates dá ao letrado italiano na primeira parte de seu texto, principalmente a partir do comentário posto na tradução do C.H, publicado em 1471, e no *Liber de vita coelitus comparanda*, de 1489 (MEMMO, 1966, pp.169-170).

⁵ Texto Original: *They are also important because they have a specific religious content, whereas the other texts of the prisca theologia are mostly enigmatic fragments that can quite easily be made to fit any variety.*

Memmo, tradutor de um dos principais textos de Giordano Bruno para o inglês, *De gli eroici furori*, publicado também em 1964, indaga-se acerca da primazia da magia no *Liber de vita* em desfavor de outras características de ordem teológico-filosófica. A narrativa de Yates, por sua vez, sobressalta o teor mágico do texto de Ficino, sobretudo os elementos oriundos do C.H. (YATES, 1995, p. 17). Além da principal referência mágica do *corpus*, contida na passagem do *Asclepius* sobre a “criação de deuses” através da animação de estátuas, ela associa os ensinamentos sobre a produção de talismãs do *Picatrix*⁶ e do *De occulta philosophia*,⁷ com a utilização de imagens planetárias contra a fadiga e a melancolia descrita por Ficino. (*Ibidem*, pp. 62-63 e pp.152-165).

Para Memmo, a principal relação que Ficino estabelece com Hermes Trismegistus baseia-se na suposta antecipação da revelação judaico-cristã (MEMMO, 1966, p. 170). Ao mudar o foco da referência ao C.H., ele acaba por relativizar a origem de uma categoria estruturante do texto de Yates: a de “*magus* da renascença”, cujo precursor, segundo ela, era Ficino. A questão dos desdobramentos mágicos de Ficino importa, pois existe, segundo Yates, uma relação dos *magi* para com a posteridade subdividida em duas apropriações interligadas. De um lado, tem-se a figura de Giordano Bruno, mais relevante expoente da tradição de *magi* iniciada em Ficino, cuja principal autoridade de referência seria Hermes Trismegistus. Do outro, está o papel crucial dos *magi* para a “revolução científica”, mesmo que em seu formato prefigurativo⁸.

Se a primeira parte da narrativa de Yates é dedicada ao estudo do *Corpus Hermeticum* e aos diferentes usos que letrados, como o já mencionado Ficino, mas de outros como Pico e Agrippa fizeram dele, a segunda se volta para as investigações acerca de Giordano Bruno. Para se ter uma ideia da organização temática do texto, dos vinte e dois capítulos nos quais o livro está estruturado (e sem contar aqueles em que Bruno aparece de maneira lateral), dez possuem como eixo temático sua figura, seus escritos e os locais por onde passou. O capítulo XI, por exemplo, tem início com sua estada em Paris, onde publicou o *De umbris idearum* em 1582 e cuja dedicatória homenageava

⁶ O *Picatrix* é um tratado anônimo sobre magia astral com diversas referências à confecção de talismãs e, por se assemelhar em alguns aspectos ao *Corpus Hermeticum* e ao *Asclepius*, é considerado parte da literatura hermética, porém com um teor claramente mais técnico. Para mais, ver: YATES, Frances: **Giordano Bruno e a Tradição Hermética**, op. cit., pp. 62-63.

⁷ *De occulta philosophia* é um texto de Cornelius Agrippa publicado em 1553 e é conhecido pela historiografia como um texto de magia cuja referência principal é o hermetismo. Para mais, ver: YATES, Frances. **Giordano e a Tradição Hermética**, op. cit., pp. 152-165.

⁸ Uma reavaliação do debate acerca da posição de Ficino em relação à magia foi feita em 1990 por Brian Copenhaver, tradutor de uma das versões críticas mais recentes que se tem do C.H. COPENHAVER, 1990.

Henrique III. Segundo Yates, o escrito, tal como o *Cantus Circaeus*, consiste nos seus primeiros trabalhos sobre a arte mnemônica⁹ (YATES, 1995, p. 218 e p. 226).

A ênfase dada por Yates a Giordano Bruno, fruto também do longo desenvolvimento do tema em sua carreira, marca ainda um momento do qual ela fazia parte. Ao comentar o lançamento de seu texto, Paul E. Memmo, cuja tradução de *De gli Heroici Furori* de Bruno fora publicada meses antes de *Giordano Bruno e a Tradição Hermética*, ressalta que o título surgiu numa conjuntura oportuna, marcada pelo aumento do interesse por seus escritos éticos e cosmológicos produzidos durante o período em que ele esteve em Londres¹⁰ (MEMMO, 1966, p. 169). Tal tendência, diz Memmo, reportava-se às duas décadas anteriores, nas quais os pesquisadores, apesar de terem aumentado consideravelmente a disponibilidade do *corpus* bruneano em inglês – movimento no qual ele se incluiria –, não teriam ainda fornecido uma interpretação adequada quanto à posição de Bruno na história do pensamento ocidental, ao menos não até 1964 (*Ibidem*).

Em linhas gerais, Yates atribui a Giordano Bruno os caracteres relativos a uma filosofia religiosa embebida de magia oriunda do C.H., o que, conseqüentemente, acaba por se contrapor incisivamente a uma visão sobre ele: a de um mártir da ciência moderna, executado pela inquisição por suas contribuições à astronomia. Todavia, tal contraposição não se tratava à época de uma reflexão completamente original de Yates, remontando às obras de Arthur Lovejoy – *The Great Chain of Being* – e de Alexander Koyré – *Du monde clos à l'univers infini*. Apesar de existirem diferenças interpretativas quanto à natureza do pensamento de Bruno para tais autores, a oposição à modernidade ou à cientificidade de seu pensamento, mesmo que de maneira prefigurativa, coincide neles.

Marjorie Nicolson em resenha ao texto de Yates, reforça a continuidade entre o seu trabalho e o de Lovejoy (NICOLSON, 1965, p. 234). A razão disso residiria na atenção dada à ideia de um universo infinito presente em Bruno não ser vista como um elemento diretamente conectado a um

⁹ Em 1966, Yates publicou a *Arte da Memória*. Dedicado ao estudo da longa trajetória dessa técnica, o trabalho estende-se desde o mito de Simônides, passando por autoridades clássicas como Cícero, Quintiliano até seus usos no renascimento e o caráter mágico que assume, principalmente com Giordano Bruno. Ver: YATES, Frances (1966). **A Arte da Memória**. Trad. Flávia Bancher. Campinas: Unicamp, 2007. Idem, **Giordano Bruno e a Tradição Hermética**, op. cit., p. 301.

¹⁰ Enquanto indícios desse momento marcado por uma inflação dos estudos sobre Bruno, pode-se destacar, por exemplo, o lançamento de trabalhos como o de Dorothea Waley Singer, *Giordano Bruno: his life and thought*, publicado em 1950, amiga de Yates e quem a apresentou ao Instituto Warburg, e o de John Charles Nelson, *Renaissance Theory of Love: the context of Giordano Bruno's Heroici Furori*, em 1958.

pensamento científico moderno, mas sim relacionado a uma metafísica platônica. No entanto, Nicolson faz uma colocação curiosa quanto à natureza do empreendimento de Yates, principalmente em relação às respostas que sua narrativa oferece aos problemas colocados pela negatividade científica dos textos de Bruno. Eis o trecho:

[...] Poucos estudiosos do nosso tempo teriam tentado um estudo como o que Yates fez, e eu questiono se qualquer um poderia ter tido sucesso como ela, uma vez que aqueles cuja aprendizagem é igual à sua, faltam-lhes a sua coragem – às vezes audácia, falta, também, a imaginação elevada que ela divide como os poetas filósofos dos quais trata, Lucrecio e Bruno¹¹ (*Ibidem*).

Apesar de marcar certa continuidade entre os trabalhos Yates e Lovejoy, Nicolson coloca *Giordano Bruno e a Tradição Hermética* numa posição de destaque entre os demais estudos da área, enfatizando a “audácia” das interpretações propostas. Entretanto, o tom de sua resenha trata essa audácia de maneira a aproximá-la de um texto destemido e arrojado, e não como elemento portador de certa petulância, como se sua visão sobre o renascimento, e sobre o próprio Giordano Bruno, apesar de assertiva, fosse excessivamente heterodoxa. Isso, além de indicar que, apesar dos significativos trabalhos anteriores aos da autora, a ideia da figura de Giordano Bruno afastada do advento da ciência e da astronomia moderna não estava completamente consolidada naquele período, o que fornece indícios sobre a posição na qual o texto se colocou em meio ao debate historiográfico, momento em que uma variação interpretativa seria necessariamente tida em alguma medida como audaciosa.

Existem outros *reviews* que, ao comentar a publicação de 1964, atêm-se justamente à elaboração mágico-mística de Bruno produzida por Yates. O já mencionado texto de Henry Brann, por exemplo, cujo foco incidia anteriormente sobre a importância da Cabala em contraste com os demais *corpora* da *prisca theologia*, no tocante a Giordano Bruno, mostrou-se favorável à proposta de Yates. (BRANN, 1966, p.469). Ao destacar o êxito de situar Bruno nos termos da tradição hermético-cabalista, Brann acaba por relativizar sua crítica à primazia do hermetismo em relação ao cabalismo. Conforme muda sua escala de análise, que, em um primeiro momento, diz respeito ao renascimento como categoria geral, e posteriormente, incide somente sobre a figura de Bruno, ele coaduna com a ideia de uma preponderância do hermetismo em Bruno defendida por Yates.

¹¹ Texto Original: [...] *Few scholars of our time would have attempted such a study as Miss Yate has made, and I question whether any other could have succeeded as she has, since those whose learnings is equal to hers lack her courage – sometimes audacity, lack, too, the soaring imagination she shares with the poet-philosophers she treats, Lucretius and Bruno.*

A aprovação parcial de Brann, no que lhe concerne, pressupõe uma perspectiva específica sobre renascimento, sobretudo quanto à forte presença do paganismo no período, manifesto na presença da *prisca theologia*. Giorgio Santillana, em outro *review*, descreve tal presença como um delírio renascentista; nesse sentido, Bruno, sob nenhuma circunstância, poderia ser enquadrado em um modelo de pensamento científico: “[...] A *prisca theologia* permanece como uma ilusão coletiva da mente renascentista.”¹² (SANTILLANA, 1965, p.457). Apesar de seu comentário ser de teor geral, privilegia aspectos específicos da nova interpretação a respeito de Bruno, especialmente sobre os diálogos contidos no *Cena de le ceneri* em relação a Copérnico, publicado na Inglaterra em 1583.

A avaliação desse *corpus* é o ápice da revisão que Yates faz das antigas leituras sobre Bruno. A associação feita entre Bruno e Copérnico, determinada pelas referências que o primeiro faz ao *De revolutionibus orbium*, é tomada por ela como uma reavaliação das razões que perpassam a aderência de Bruno ao heliocentrismo proposto por Copérnico (YATES, 1995, p. 266). O heliocentrismo, guardada a dominância da mecanicidade na concepção copernicana, é entendido por Bruno, como uma referência direta à emergência da filosofia hermética, que descreve o Sol com um deus visível, e a outras variantes da *prisca theologia* (*Ibidem*).

Santillana reforça essa leitura de Yates, mas o faz de maneira a ressaltar a disposição do *De revolutionibus orbium*. Ele, então, aponta as referências antigas utilizadas por Copérnico, principalmente alguns *prisci theologi*, de maneira a oferecer um lastro para se pensar nas extrapolações associativas de Bruno. Conforme se traça um paralelo entre o heliocentrismo de uma perspectiva astronômica e místico-religiosa, o uso que Bruno faz da teoria copernicana afasta-se da ideia de um erro interpretativo e ganha contornos mais verossímeis. Copérnico, conseqüentemente, também é retirado de uma posição totalmente deslocada de uma realidade (da realidade objetificada da modernidade científica, bem entendido), perpassada pela cultura pagã e pelas referências antigas, compartilhando, portanto, dos mesmos processos de legitimação discursiva que seus contemporâneos magos e filósofos. (PIETRA, 2022, pp.26-30).

¹² Texto Original: [...] *The prisca theologia stands as a collective delusion of the Renaissance mind.*

A Historiografia da Ciência e a “tese Yates”

A primeira recepção a estabelecer a ideia de uma “tese Yates” tendeu a avaliar o mérito desse paradigma segundo a ênfase que o livro deu à necessidade de percorrer múltiplos indivíduos e problemas estruturados ao redor de Giordano Bruno. A utilização do termo, infrequente nos primeiros anos após publicação, não determinava, portanto, outra coisa senão a pluralidade dos temas abordados, sem, no entanto, perder-se a imagem total que se formava da narrativa. Isso se torna evidente a partir da tentativa de mencionar outras contribuições de seu trabalho quando os resenhistas analisam um aspecto específico da narrativa. É o caso de vários dos *reviews* trabalhados, como o de Henry Brann, Paul E. Memmo e Daniel Walker, que, apesar de se delongarem sobre partes específicas do livro, como as referentes à Cabala judaica, à figura de Ficino ou a de Bruno, não deixaram de pontuar a importância de seu estudo para as demais áreas não as contempladas em seus próprios textos.

Dessa maneira, quando *Giordano Bruno e a Tradição Hermética* é tratado nos termos de sua suposta “tese” nos primeiros anos após 1964, o resultado nada mais é do que uma referência ao todo do texto em contraste com as sessões tomadas para análise. “Tese Yates”, poderia designar, portanto, uma forma não só de se avaliar a produção de Giordano Bruno à luz da tradição hermética, mas também o legado da antiguidade para o renascimento em virtude de seus elementos pagãos e que porventura poderiam ter tido algum papel no desenvolvimento da ciência moderna. Em contrapartida, a partir de 1974, o uso do termo assume uma concepção bem mais específica, visto que passa a carregar tons de obsolescência oriundos, principalmente, das críticas feitas por Robert Westman e James McGuire.

Apresentados em 1974 em um seminário na Clark Library em Los Angeles, os artigos de ambos os historiadores questionaram fortemente a importância atribuída ao ocultismo renascentista para a revolução científica, revisando as leituras feitas em relação às produções de Copérnico e Newton. A consolidação de uma visão paradigmática sobre o trabalho de Yates está intimamente ligada ao tratamento dado ao tema a partir de partes específicas do livro. Os trechos tratados por Westman e McGuire estão contidos sobretudo no capítulo VIII – *A magia renascentista e a ciência* – e no XXII – *Hermes Trismegisto e as controvérsias de Fludd* –, onde se encontram afirmações mais precisas de Yates quanto à importância do ocultismo, em especial sua produção hermética, para o

desenvolvimento da ciência moderna. O oitavo capítulo, por seu turno, se inicia com a descrição do papel dos *magi* com base nas fontes antigas, sobretudo herméticas e cabalísticas, de modo a torná-las mais operacionais e menos contemplativas. Suas particularidades são, segundo a autora, de ordem interna; consistem numa mudança de atitude para com o mundo, partindo do próprio homem, de maneira a alterar o modo como interage com o exterior:

O cosmos, ou a visão de mundo com a qual opera o mago inspirado em Agripa, não difere, em seus contornos gerais, da visão de mundo medieval. [...] Foi o homem que mudou; já não era o piedoso espectador das maravilhas de Deus na criação, bem como o adorador do próprio Deus, acima da criação; era o homem operador, o homem que buscava extrair forças da ordem divina e natural. (YATES, 1995, p.166)

Yates elenca figuras como John Dee, Cornelius Agrippa, Marsilio Ficino e Pico della Mirandola para exemplificar a expressão de tal operacionalidade mágica. No entanto, tão importante quanto as atividades práticas dos magos, como as invocações angélicas, a atração de influências astrais e exercícios alquímicos, seriam os procedimentos matemáticos em suas respectivas execuções. Dessa maneira, as referências feitas a Pitágoras por parte de Pico e principalmente de Agrippa, no que tange os usos simbólicos, místicos e em especial mecânicos, como a feitura das estátuas falantes descritas no C.H., aparecem como forma de ilustrar que o caráter prático das atividades mágicas por vezes estava associado à matemática. (*Ibidem*, p.171).

Outra associação possível, cuja origem estava na *prisca theologia*, sobretudo hermética, fortemente reabilitadas no renascimento, e que dependiam da matemática para sua produção, era com os desenvolvimentos astronômicos do período. As evidências por ela elencadas se reúnem principalmente ao redor dos trabalhos de Copérnico e sua teoria do heliocentrismo, e de Kepler, com suas órbitas elípticas. Para isso, ela ressalta que, além das referências aos *prisci theologi* contidas no *De harmonia mundi* (1619) e no *De revolutionibus orbium caelestium* (1543), as operações matemáticas realizadas à luz de tais reflexões astronômicas, apesar de não serem de ordem qualitativa como nas atividades cabalísticas, foram produzidas num momento em que tais procedimentos, mágicos e matemáticos, eram não somente análogos, mas provinham do mesmo *modus operandi* característico dos *magi* e cujo cerne eram os empreendimentos práticos e operativos.

Apesar de borrar as fronteiras entre o que seriam produções exclusivamente matemáticas, guardados seus aspectos quantitativos, mecânicos e mágicos, e as dimensões místicas dos números, a fim de restituir os processos epistemológicos, Yates considera a existência de diferenças entre os dois

processos. A lógica que subjaz essa argumentação é a mesma que aproxima Copérnico e Bruno; o heliocentrismo copernicano, ao invés de ser percebido enquanto uma perturbação, um delírio da parte de Bruno, é visto como uma leitura possível, tanto pela forma como Copérnico apresenta sua obra quanto pelo fato de Bruno identificar na centralidade do Sol referências herméticas. (*Ibidem*, p.179).

Não se trata, portanto, de uma equivalência entre processos propriamente científicos e mágicos, mas sim de uma relação, que, ao menos em princípio, não as opunha. Dessa maneira, a questão deixa de ser o quão científicas eram as atividades mágicas e volta-se para as maneiras pelas quais a magia, baseada no ocultismo, teria estimulado o desenvolvimento científico, este sim propriamente matemático, conforme articulava números e operações.

[...] Pondo de lado a questão de saber se a magia renascentista poderia ou não conduzir a processos genuinamente científicos, a real função do mago da Renascença, em relação ao período moderno (ou assim eu considero), é ter transformado a vontade. Era, então, digno e importante que um homem operasse; estava também conforme à religião e não era contrário à vontade de Deus que o homem, esse grande milagre, exercesse os seus poderes. Toda a diferença centrava-se nessa reorientação psicológica básica para uma direção da vontade, que não era grega nem medieval no seu espírito.

Quais foram as fontes emocionais dessa atitude? Talvez se possa insinuar que se encontravam na exaltação religiosa causada pela redescoberta da *Hermética* e da sua acompanhante, a magia; ou nas emoções despertadas pela cabala e por suas técnicas mágico-religiosas; foi a magia, com o auxílio da gnose, que começou a imprimir à vontade uma nova direção. (*Ibidem*, p. 180).

No último capítulo, ao examinar a disputa entre Robert Fludd (1574-1637) e Marin Mersenne (1588-1648), Yates desenvolve sua argumentação de forma a apresentar uma progressiva distinção entre os modos operativos mágicos e científicos. Através da datação da *Hermética*, como oriunda da antiguidade tardia, feita por Isaac Casaubon em 1614, e os contínuos avanços científicos, ela defende que somente no século XVII ocorre uma virada significativa que daria início aos contornos da descontinuidade, hoje familiar, entre os terrenos do mágico/oculto e do matemático/científico.

Nesse sentido, ela mesma postula que seu trabalho não é um empreendimento relativo à história da ciência propriamente. Um trabalho dessa natureza, segundo a autora, deveria estar mais preocupado com o desenvolvimento da ciência grega, mesmo que não fosse operativa, suas continuidades medievais até à empresa da Escola de Pádua e os trabalhos de Galileu. (*Ibidem*, p.491) Assim, apesar de a aproximação entre o ocultismo e a ciência não ser total, tendo a última sua própria história, a preocupação de Yates para com a revolução científica diz respeito mais às razões de seus

desdobramentos práticos do que às suas diferentes expressões específicas ao longo do tempo. Seria possível, portanto, perceber as diferenças entre as duas, ao passo que seria igualmente observável como uma estimula o desenvolvimento da outra através de seus componentes comuns (PIETRA, 2022, pp.43-47).

A história da ciência explica e acompanha os vários estágios que conduzem ao aparecimento da ciência moderna no século XVII, mas não explica *por que* isso aconteceu nessa ocasião e qual a razão desse novo interesse pelo mundo e pelo funcionamento da natureza. [...] Nas suas etapas iniciais, a revolução científica sobreveio mais por uma transformação sistemática das perspectivas intelectuais do que por um acréscimo do equipamento técnico. Por que teria ocorrido tal revolução nos métodos do pensamento? [...]

É nesse ponto que o presente livro pode apresentar uma contribuição destinada a elucidar tais problemas. Na verdade, o que originou o movimento intelectual foi uma reação da vontade. Um novo centro de interesses surgia, envolto numa exaltação emocional; a inteligência voltava-se em direção à vontade, e seguiram-se a isso novas atitudes e descobertas. Subjacente ao aparecimento da ciência moderna, houve uma nova orientação da vontade em direção ao mundo, às suas maravilhas e ao seu misterioso funcionamento; houve uma nova aspiração, e a decisão de compreender tal funcionamento. De onde e como surgiu essa nova orientação? Insinua-se uma resposta sugerida por esse livro: "Hermes Trismegistus". Sob esse nome, inclui o âmago hermético do platonismo ficiniano; a momentosa associação do hermetismo com a cabala por Pico; a orientação das atenções para o Sol como uma fonte do poder místico-mágico; a mágica animação que permeia a natureza que o mago buscava interceptar, para com ela operar [...] (YATES, 1995, pp.491-492)

Robert Westman, James McGuire e a arquitetura da “tese Yates”

O artigo de 1977 de McGuire, *Neoplatonism and Active Principles: Newton and the Corpus Hermeticum*, diferentemente do de Westman, vai de encontro ao desenvolvimento de Yates de maneira tangencial – e por isso será tratado mais brevemente neste artigo. Isso se dá pois, em seu texto, ele trabalha com uma figura pouco explorada no trabalho de 1964: Isaac Newton. Na verdade, Newton aparece em uma única passagem de *Giordano Bruno e a Tradição Hermética*, na qual Yates aproxima suas concepções acerca do universo às de Bruno. A familiaridade entre elas residiria, na ideia de movimento dos astros em um plano infinito, estando suas respectivas diferenças, e tendo em mente a distância temporal que os separa, ligadas à força propulsora de tais movimentos: para Newton, a inércia, e para Bruno, o animismo, ou melhor, *a vida psíquica da natureza*.

A associação entre ambos exemplifica, mesmo que de forma especulativa, os desdobramentos mais longevos do papel do hermetismo na revolução científica. Tal associação, em seus termos mais

tardios, consiste justamente na inflexão promovida por McGuire. Para ele, a ideia de que o C.H. teria tido um papel importante no desenvolvimento dos estudos acerca das forças físicas ou na composição da concepção de universo de Newton aparenta ser fruto de uma hiperinflação da “tradição hermética” criada por Yates.

Sua negativa baseia-se na ideia de que o C.H. seria incapaz de fornecer qualquer base para o pensamento newtoniano, pois ele não configuraria um corpo doutrinário suficientemente sólido para ser interpretado de forma independente dos outros ensinamentos gentios. Nesse sentido, coloca-se em xeque a própria concepção de uma “tradição hermética,” caracterizada pela continuidade entre seus participantes em nível intelectual e por um grau de diferenciação para com as demais expressões do Neoplatonismo. Dessa forma, estabelecer uma analogia entre os discursos de Newton e de Giordano Bruno, seria inconsistente:

Qual é a força de um argumento histórico que apela a uma alegada “tradição hermética”? Há alguma doutrina no *Corpus Hermético*, distintamente diferente da doutrina neoplatônica dos agentes imateriais, que explique o uso de Newton de agentes ativos operando matéria bruta? Penso que é consensual que, quando o hermetismo significa uma atitude particular da mente em relação à natureza ou uma sensibilidade intelectual particular, é apenas um termo demasiado vago para se compreender¹³ (MCGUIRE, 1977, p.106).

Seu texto, portanto, visa o de Yates não por reexaminar especificamente uma das figuras estudadas por ela, mas sobretudo por refletir acerca da validade e, por conseguinte, da força explicativa que a principal categoria desenvolvida por ela de fato possui. Já sobre os sentidos relativos a Newton, ele procura demonstrar a existência de uma confusão entre uma série de elementos que julga terem sido precipitadamente conectados, como a relação com platonismo de Cambridge e o hermetismo em suas expressões mágicas (*Ibidem*, pp.132-133).

No entanto, é importante ressaltar que, apesar de não tocar *Giordano Bruno e a Tradição Hermética* diretamente, a crítica de McGuire promoveu uma série de debates ao redor da relação entre a *prisca theologia*, sobretudo em seus aspectos mágico-ocultistas, e as ideias avançadas por Isaac Newton. O principal debate se estabeleceu com D.P. Walker e Piyo Rattansi, visto que os temas os quais McGuire tensiona encontram-se sobretudo em seus trabalhos, a saber: *The Ancient Theology*

¹³ Texto Original: *What is the explanatory force of a historical argument that appeals to an alleged “Hermetic tradition”? [...] Are there any doctrines in the Hermetic Corpus, distinctively different from the Neoplatonic doctrine of immaterial agents, that explain Newton's use of active agents operating on brute matter? I think that it can be agreed that when Hermeticism is used to mean a particular attitude of mind towards nature or a particular intellectual sensibility, it is just too vague a term with which to come to grips.*

(1972) e *Changing perspectives in the History of Science: essays in honor of Joseph Needham* (1973) respectivamente.

Uma primeira diferença a ser evidenciada entre os trabalhos de Westman e McGuire está na forma como o ensaio de Westman intensificou a disputa historiográfica que incidia sobre a narrativa de Yates. Nas palavras de Richard Olson, seu texto é “mais claro, mais forte e nitidamente mais focalizado”¹⁴ (OLSON, 1979, p.3 e p.21) que o de McGuire, o que de certa forma já se faz visível no título de seu trabalho – *Magical Reform and Astronomical Reform: The Yates Thesis Reconsidered*.

Sua narrativa parte do questionamento da projeção que Yates faz acerca da importância que a “tradição hermética” teria tido na revolução científica, principalmente em torno das figuras de Bruno e Copérnico. Assim, Westman concentra sua análise sobre dois momentos do texto que para ele representam a “tese Yates”. O primeiro está ligado à percepção simbólica e mágica que Bruno e outros magos tiveram do universo astronomicamente reformado proposto por Copérnico com base no hermetismo; já a segunda diz respeito à “adoção e à “hermetização” da teoria copernicana por Bruno e outros, o que teria preparado o caminho para a matematização e a mecanização do novo cosmos no século XVII. (*Ibidem*, pp.8-9). Em outras palavras, trata-se da contribuição, mesmo que de outra ordem, fornecida pelo hermetismo à justificação da teoria copernicana enquanto uma teoria física.

A partir da imagem que Westman cria sobre a obra de Yates à luz dos dois elementos elencados acima, passa então a criticá-las veementemente a fim de expor suas fraquezas. Seus objetos certamente lhe permitiriam ataques mais precisos dos que os de McGuire, visto que se trata, além de Bruno e Copérnico, de outras figuras conhecidas por seus discursos baseados na *prisca theologia* ou fortemente relacionados à revolução científica. São eles os letrados François Foix de Candale, John Dee, Robert Fludd, Tommaso Campanella e Francesco Patrizzi, entre os “hermetistas”, e Galileu e Kepler, exemplares daqueles que deram os primeiros passos da ciência moderna.

Os “hermetistas” são trazidos à análise por Westman conforme exemplificam percepções distintas do teorema copernicano. Foix de Candale, por exemplo, teria rejeitado a proposição heliocêntrica, mantendo, portanto, uma perspectiva ptolomaica; Fludd, por seu turno, teria utilizado

¹⁴ Texto Original: *Westman's essay is the clearer, more forceful, and more sharply focused of the two.*

textos herméticos contra Copérnico a fim de defender a rotação diurna da terra enquanto os *Solarians* do *Nova de universis philosophia* (1591) de Patrizzi não apresentavam uma orientação clara entre os sistemas ptolomaico e copernicano. No entanto, o que concatenaria todos esses nomes seriam suas utilizações do C.H. e, concomitantemente, sua respectiva rejeição do copernicanismo.

Através dessa variedade, o hermetismo, segundo Westman, seria incapaz de sequer fornecer uma unidade de sentido, viabilizando, portanto, não só diferentes acepções do heliocentrismo como até mesmo sua rejeição. Dessa forma, a relação atestada por Yates através da sincronia heliocêntrica entre o C.H. e o teorema de Copérnico, apoiada sobretudo nos discursos de Bruno, seria algo restrito somente a sua figura. Dessa maneira, não se poderia associar o *corpus* doutrinário do hermetismo à aceitação do teorema copernicano, mas sim à própria metafísica de Bruno.

Logo, o papel do hermetismo no advento da ciência moderna ficaria restrito ao que Westman chama de uma “expansão da imaginação física”¹⁵ dos renascentistas, sem, no entanto, apresentar qualquer relação evidente com o desenvolvimento ou a aceitação da ciência moderna (WESTMAN, 1977, p.70). A segunda parte do que ele chama de “tese Yates”, ligada ao suposto auxílio que o hermetismo teria prestado à mecanização e à matematização do universo no século XVII, por consequência, também perderia seu vigor, tendo em vista que a relação entre os dois processos não poderia ser atestada. Assim, ele retoma a ideia clássica de atribuir à Galileu e Kepler, bem como a suas produções matemáticas, por exemplo, o desenvolvimento da visão moderna sobre o universo. Qualquer outra contribuição real que os “hermetistas” pudessem ter dado ao desenvolvimento científico teria ocorrido, portanto, “apesar de suas aderências à doutrina hermética”¹⁶ (*Ibidem*, p.72).

À primeira vista, as observações de Westman parecem de fato expiar os elementos herméticos da revolução científica e, por conseguinte, reduzir a capacidade explicativa do trabalho de Yates. No entanto, a recepção de seu ensaio é proporcionalmente austera perante a forma como ele trata o *Giordano Bruno e a Tradição Hermética*. A resenha de Brian Copenhaver, por exemplo, tem início com a descrição do ensaio como “polêmico” e “controverso”, e, ao fazer isso, ele justifica o teor, um tanto áspero, diga-se de passagem, de seus apontamentos.

¹⁵ Texto Original: [...] *expansion of the physical imagination*.

¹⁶ Texto Original: [...] *in spite of their adherence to Hermetic doctrines*.

O primeiro elemento a destacar é justamente a delimitação que Westman faz de seu objeto: a suposta “tese Yates”. Como afirma:

Central para a “tese Yates” são duas afirmações: que o cosmo de Copérnico, astronomicamente reformado, foi percebido por Bruno e outros magos como um símbolo mágico, cuja compreensão adequada poderia levar a uma reforma dos domínios políticos e religioso da sociedade; e, em segundo lugar, que ao adotar e “hermetizar” a teoria copernicana, Bruno e outros preparam o caminho para a matematização e mecanização do novo cosmos no século XVII¹⁷ (*Ibidem*, p. 8).

Ou seja, ele julga que os elementos mais importantes do texto de 1964 são justamente aqueles que dizem respeito ao desenvolvimento da ciência. No entanto, como fora mostrado anteriormente, dos vinte e dois capítulos de *Giordano Bruno e a Tradição Hermética*, somente dois examinam exclusivamente elementos relativos à revolução científica.

Copenhaver, em sua resenha sobre os trabalhos de Westman, afirma que o problema com a imagem da suposta “tese Yates” é que ela sob nenhuma circunstância representa o trabalho da historiadora britânica (COPENHAVER, 1978, p. 527). As razões são múltiplas, mas vale enumerar algumas com intuito de ilustrar a proporção da controvérsia gerada a partir do ensaio. Inicialmente, Copenhaver, utilizando os termos propostos por Westman, relembra que Yates contempla integralmente as diferenças entre o hermetismo segundo Bruno e os procedimentos de matematização e mecanização do Cosmos. Em seguida, discorre sobre a segunda parte da “tese”, observando que a leitura feita por Yates da teoria copernicana entre os *magi* se dá nos modos de uma poderosa metáfora, e não de uma teoria física, tal qual ele faz parecer.

No que tange à visão sobre a “tese Yates”, dois outros *reviews* são tão objetivos quanto o de Copenhaver. Trata-se das notações feitas por Piyo Rattansi e Charles Schmitt, ambos abordados na seção anterior, e publicadas em 1981 e 1979 respectivamente. Rattansi, por seu turno, procede de uma forma bastante pragmática afirmando que o empreendimento de Westman “se concentra no que ele chama de “tese Yates”, que aparentemente deve ser encontrada em *Giordano Bruno e a tradição hermética* de Frances Yates”¹⁸ (RATTANSI, 1981, p.393). Em seguida, após sumarizar os elementos de

¹⁷ Texto Original: *Central to the “Yates’s thesis” are two claims: that Copernicus’s astronomically reformed cosmos was perceived by Bruno and other magi as a magical symbol, the proper understanding of which could lead to a reform of the political and religious domains of society; and, secondly, that in adopting and “Hermeticizing” the Copernican theory, Bruno and others prepared the way for the seventeenth-century mathematization and mechanization of the new cosmos.*”

¹⁸ Texto Original: *Westman’s inquiry and critique concentrates on what he calls the “Yates thesis,” apparently to be found in Dame Frances A. Yates’s *Giordano Bruno and the Hermetic Tradition*.*

tal paradigma, ele simplesmente afirma que “o leitor que se virar para o trabalho de Yates sobre Bruno irá achar muito difícil localizar a “tese Yates” de Westman nele”¹⁹ (*Ibidem*).

A resenha de Schmitt, marcada por uma maior condescendência com outros momentos do ensaio, apresenta, entretanto, a maior crítica à formulação do paradigma. Para ele, o primeiro problema estaria no desequilíbrio com o qual Westman representa a “tese Yates”. Westman teria feito parecer que o trabalho de 1964 tem como ponto central o debate acerca do desenvolvimento científico, principalmente astronômico. Mais adiante, Schmitt, ao invés de visar os elementos os quais Westman elege como capitais a ponto de estruturarem um paradigma, questiona a própria ideia de Yates ter tentado desenvolver uma *tese* propriamente dita:

Eu devo dizer que desde já estou um pouco apreensivo em relação ao termo “tese Yates.” Em primeiro lugar, a formulação de Westman dá uma ênfase indevida ao lugar da astronomia, ou, mais especificamente, do copernicanismo, na composição intelectual geral de Bruno. O centro da interpretação de Yates quanto de Bruno não é a ciência, e eu acho que Westman distorceu a situação significativamente para extrair o componente científico do contexto histórico sutil e complexo em que está incorporado o trabalho de Yates. Em segundo lugar, mesmo que o aspecto científico fosse tão importante como afirma Westman, não tenho a certeza de que tenha sido conscientemente formulado pela autora de *Giordano Bruno e a Tradição Hermética* especificamente como um a “tese.” Em vez disso, se há uma “tese” para o livro de Yates, é uma mais geral envolvendo o papel do hermetismo no pensamento político, religioso e filosófico (incluindo a arte da memória) de Bruno e não tão estreitamente concebido conforme as preocupações de um historiador contemporâneo das ciências²⁰ (SCHMITT, 1978, p.202).

Essa ideia acaba encontrando respaldo na própria autora que, anos depois, em 1979, afirma ironicamente que seu “próximo livro não será uma ‘tese Yates’, mas somente outra tentativa de Yates de escavar laboriosamente, ou um sinal de postagem de campos na esperança de que outros vão cavar mais profundamente” (JACOB e GOSELIN, 1982. pp.424-426).

Até resenhas mais brandas feitas sobre seu trabalho, como a de P.B. Wood, por exemplo, apesar de avaliar mais positivamente o saldo dos trabalhos de Westman e McGuire que a maioria dos demais *reviews*, aponta os problemas relacionados à representação que Westman faz do texto de 1964.

¹⁹ Texto Original: *But the reader who turns to Yates's Bruno will find it very difficult to locate Westman's "Yates thesis" in it.*

²⁰ Texto Original: *I must say at the outset that I am somewhat uneasy about the term "Yates thesis". First of all, Westman's formulation gives undue emphasis to the place of astronomy--or, more specifically, Copernicanism--in Bruno's overall intellectual make-up. The center of Yates's interpretation of Bruno is not science, and I think that Westman has distorted the situation significantly to extract the scientific component from the subtle and complex historical context in which it is embedded in Yates's work. Secondly, even if the scientific aspect were as important as Westman contends, I am not at all sure that it was consciously formulated by the author of *Giordano Bruno and the Hermetic tradition* specifically as a "thesis". Rather, if there is a "thesis" to Yates's book, it is a more general one involving the role of Hermeticism in the political, religious, and philosophical thought (including the art of memory) of Bruno and not the quite narrowly conceived concerns of a contemporary historian of science.*

Segundo Wood, – “embora essas críticas sejam judiciosas e convincentes, Westman parece ter mal interpretado a visão geral de Yates sobre a revolução científica, alegando que Yates distingue entre uma era pré-científica e a era da ciência”²¹ (WOOD, 1980, p.70).

Apesar de a crítica partir já à definição utilizada por Westman para articular seu ponto, o que por si seria suficiente para relativizar drasticamente seu esforço em limitar retoricamente o trabalho de Yates, algumas das resenhas mais enfáticas, por assim dizer, procuraram avaliar também a lógica interna utilizada para desmontar a imagem artificial do trabalho de 1964. É o caso, por exemplo, da comparação que Copenhaver faz dos argumentos mobilizados por Yates para demonstrar que Bruno teria interpretado a cosmologia copernicana de maneira simbólica, enquanto o sinal mágico de uma nova era e de sua reforma religiosa e hermética.

Entre as evidências de Yates retomadas por Copenhaver para demonstrar a relação entre o hermetismo e o copernicanismo estão “as referências de Copérnico à Hermes Trismegistus no *De revolutionibus*; o uso que Bruno faz das ideias herméticas e imagens solares ao longo de suas obras; a listagem de Copérnico por Bruno na genealogia da *prisca sapientia* que remonta aos egípcios e aos caldeus; a descrição que Bruno faz de Copérnico em *La Cena* como ‘... o amanhecer para preceder o completo nascer do sol da antiga e verdadeira filosofia depois de sua longo enterro’; a descoberta de Robert McNulty de um relato da exposição de Bruno em Oxford em 1583; e o contexto iconográfico das figuras hieroglíficas nas obras de Bruno”²² (COPENHAVER, 1978, p.528). Westman, por sua vez, para demonstrar a inexistência de qualquer relação estruturante entre os dois objetos, incide basicamente sobre a evidência oriunda da descoberta de McNulty, que afirma que o texto em questão era particularmente hostil tanto a Bruno quanto a Copérnico – algo que Yates já havia mencionado, mas que ele parece querer trazer como uma novidade (*Ibidem*).

Copenhaver ainda discute o tratamento dado aos “hermetistas” elencados por Westman para demonstrar, através da diversidade receptiva da teoria heliocêntrica, a impossibilidade de associar

²¹Texto Original: [...] *Although these specific criticisms are judicious and convincing, Westman seems to have misinterpreted Yates's general view of the Scientific Revolution, claiming that Yates distinguishes between a 'pre-scientific' age and the age of modern science.*

²² Texto Original: *Copernicus's reference to Hermes Trismegistus in De revolutionibus; Bruno's use of Hermetic ideas and solar imagery throughout his works; Bruno's listing Copernicus in a genealogy of prisca sapientia reaching back to the Egyptians and Chaldeans; Bruno's description of Copernicus in the Cena as '... the dawn which was to precede the full sunrise of the ancient and true philosophy after its age-long burial'; Robert McNulty's discovery of an account of Bruno's lecture at Oxford in 1583; and the iconographic context of the hiero- glyphic figures in Bruno's works.*

conceitualmente o heliocentrismo e o hermetismo. Ele afirma que o princípio utilizado por Westman – se o C.H. possuía em si “condições suficientes” para aceitar a hipótese copernicana – mobiliza o estranho argumento de uma “potencialidade” inerente ao C.H., retirando o foco dos agentes que o manipularam, algo que, segundo ele, não caberia a nenhum dos letrados avaliados (*Ibidem*).

Tomando especificamente do Caso de John Dee, por exemplo, ele demonstra a fragilidade da argumentação feita por Westman quando lhe convinha desassociar hermetismo e copernicanismo. A base de seu argumento consistia na ausência de quaisquer notas acerca do hermetismo ou do copernicanismo na cópia de Dee da *Doctrina revolutionum solis* (1567) de Paulus Crusius, documento este por ele descoberto na *British Library*, como se a presença de qualquer marcação adjacente ao texto fosse necessária para afirmar suas crenças. (WESTMAN, 1977, p.47). Em contrapartida, Copenhaver nota a omissão de Westman quanto à presença de um hino órfico em outra marginalia de Dee. (COPENHAVER, 1978, p.529).

Foix de Candale e Francesco Patrizzi representam igualmente outras fragilidades da argumentação de Westman a respeito da pluralidade das reações dos “hermetistas” quanto à teoria de Copérnico. Seguindo a mesma percepção de Copenhaver sobre o ensaio, ou seja, salientando um padrão na seleção de evidências convenientes para a crítica de uma das partes do trabalho de Yates, Schmitt relata a impressão de que Westman elege exatamente os elementos que tangem a história da ciência e deixa de lado os demais componentes dos discursos dessas figuras.

Quando ele discute Foix de Candale ou Patrizzi temos a impressão de que ele extraiu os poucos pedaços que podem interessar ao historiador da ciência, mas deixou de lado duas figuras multifacetadas e intrinsecamente muito interessantes. De fato, o mesmo pode ser dito de Bruno. Apesar de algumas reservas, a grande conquista do livro de Yates é que ele vê Bruno em um espectro cultural muito amplo – um que quebra os limites institucionais modernos que tornam quase impossível compreender um Bruno. Enquanto a história da ciência é indubitavelmente um ramo importante da história, não deve permitir que ela siga o caminho da história da arte para se tornar uma disciplina estreita, interna e excessivamente independente²³ (SCHMITT, 1978, p.208).

A modulação que Westman faz através da escolha dos elementos por ele trabalhados revela parte do intuito que perpassa a cunhagem do termo “tese Yates,” o que não passa despercebido pelas

²³ Texto Original: *When he discusses Foix de Candale or Patrizzi we get the impression that he has extracted the few bits which may interest the historian of science but has left to one side two multi-faceted and intrinsically very interesting figures. Indeed, the same can be said for Bruno. In spite of some reservations, the great achievement of Yates's book is that it sees Bruno in a very broad cultural spectrum – one which breaks down the modern institutional boundaries which make it almost impossible to understand a Bruno. While history of science is undoubtedly an important branch of history, it should not be allowed to go the way of art history to become a narrow, internal, and excessively independent discipline.*

resenhas mais críticas, no caso, as de Rattansi, Schmitt e Copenhaver. Rattansi, por seu turno, observa que:

O que lamentável em ambos os artigos (de McGuire a Westman) é ansiedade dos autores em retornar a uma ascendência “respeitável” para algumas transformações seminais num primeiro momento do pensamento científico moderno. É salutar lembramo-nos de que as sugestões de influência neoplatônica sobre a ciência pareciam tão ultrajantes para aqueles nutridos em uma tradição positivista quanto as de influências herméticas aparecem para nossos dois autores.²⁴ (RATTANSI, 1981, p.396)

Schmitt, de maneira mais sutil, afirma que “em vez de olharem para outros textos, puxando alguns volumes em latim carregados de poeira da prateleira, eles preferiram falar ‘da boca para fora’ para as descobertas dela (Yates)”²⁵ (SCHMITT, 1978, p.210). Por fim, Copenhaver salienta que o intuito geral de Westman e McGuire em tentar reduzir as contribuições do hermetismo, e das demais manifestações ocultistas, no desenvolvimento da ciência moderna não é suportado por suas respectivas provas e raciocínios. Por isso, “as relações entre a história da magia e da ciência continuarão a ser um campo fértil de estudos”²⁶ (COPENHAVER, 1978, p.531; PIETRA, 2022, pp. 53-57).

Considerações Finais

Cabe ainda dizer, à guisa de conclusão, que o indício fornecido pela diferença temporal entre a publicação de *Giordano Bruno e a Tradição Hermética* e a criação da suposta “tese Yates” revela a distância estabelecida entre o texto em si e a imagem propagada por seu suposto paradigma. A partir de tal assimetria, buscou-se restituir o ambiente pelo qual o trabalho de Yates fora recebido bem como os campos tencionados por seu trabalho.

Além do campo relativo à história da ciência, responsável pelo desenvolvimento do termo, existe uma série de discussões, anteriores e posteriores ao paradigma, que não tangem seus respectivos objetos. Pelo contrário, a investigação da recepção de seu texto em periódicos acadêmicos

²⁴ Texto Original: *What is depressing about both the papers [...] is the anxiety of the authors to return to a "respectable" ancestry for some seminal transformations in early-modern scientific thought. It is salutary to remind ourselves that suggestions of neo-Platonic influence on science once seemed as outrageous to those nurtured in a positivist tradition as those of Hermetic influences appear to our two authors.*

²⁵ Texto Original: *Rather than looking at further texts, pulling some dust-laden volumes in Latin off the shelf, they have preferred to pay lip service to her findings.*

²⁶ Texto Original: *Relations between the history of magic and the history of science will continue to be a fertile field of scholarship.*

mostrou a heterogeneidade de áreas e discussões movidas pelo trabalho, estendendo-se desde a diversidade dos discursos ocultistas presentes no renascimento até os usos que diferentes letrados fizeram de tais *corpora*, fossem eles políticos, teológicos ou mesmo mágicos.

À vista disso, a incongruência da suposta “tese Yates”, evidente quando comparada à envergadura do empreendimento da historiadora britânica, também não faz justiça à própria recepção de *Giordano Bruno e a Tradição Hermética* em seu amplo aspecto. Dessa forma, o termo se apresenta de maneira viável somente quando colocado frente ao tratamento dado por parte da historiografia da ciência em meados do século XX, ou seja, de modo que faça referência a uma visão específica sobre o trabalho de Yates, e não como uma imagem pertinente de sua obra como um todo.

Dessa forma, a “tese Yates” pode ser vista como uma marca da mudança de um padrão crítico, fruto de uma divergência metodológica entre a história da ciência e a história da cultura. Certamente, o termo foi bem mais lido e referenciado do que as críticas que lhe foram feitas podem transparecer. Entretanto, a importância desse paradigma, que desde sua origem apresentava uma distância entre a imagem que produzia e o objeto refletido – *Giordano Bruno e a Tradição Hermética* – está justamente no valor do legado Yates para a historiografia. Este esteve diretamente associado à elucidação do papel do hermetismo na cultura renascentista e, com ele, a um número considerável de discussões promovidas a partir desse esforço. (PIETRA, 2022, p.68).

Referências bibliográficas

BÉLTRAN, Antonio. *Revolución científica, Renacimiento e historia de la ciencia*. Madrid: Siglo Veintiuno de España editores, 1995.

BRANN, Henry Walter. *Giordano Bruno and the Hermetic Tradition by Frances Yates*. *Journal for the Scientific Study of Religion*, vol.5, n.3, pp. 468-469, 1966.

BUBELLO, J.P.; CHAVES, J.R.; MENDOÇA, Francisco. *Estudiosos sobre la historia del esoterismo occidental en América Latina*. Buenos Aires: EFL, 2018.

COPENHAVER, Brian. *Essay Review*. In: ROBERT S. WESTMAN e J.E. McGuire. *Hermeticism and the Scientific Revolution: papers read at a Clark Library Seminar, March 9, 1974*. Los Angeles, California: William Andrews Clark Memorial Library, University of California at Los Angeles, 1977. *Annals of Science*, vol.35, n.3, pp. 527–531, 1978.

- COPENHAVER, Brian. *Natural Magic, Hermetism, and occultism in early modern science*. In LINDENBERG, David; WESTMAN, Robert. *Reappraisals of Scientific Revolution*. Cambridge University Press, 1990, pp. 261-301.
- JACOB, Margaret; GOSSELIN, Edward. *Dame Frances Amelia Yates. 28 November 1899 – 29 September 1981*. *Isis*, vol.73, n.3, pp. 424-426, Set.. 1982.
- KOYRÉ, Alexandre. *From the Closed World to the Infinite Universe*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1957.
- LOVEJOY, Arthur (1936). *The Great Chain of Being*. Massachusetts: Harvard University Press, 2001.
- MCGUIRE, J.E. e RATANSI, P.M. *Newton and the ‘Pipes of Pan’*. *Notes and records of the Royal Society London*, vol.21, n.2, pp. 108-143, Dez, 1966.
- MCNULTY, Robert. *Bruno at Oxford*. *Renaissance News*. vol.13, n.4, pp.300-305, 1960.
- MEMMO, Paul E Jr. *Giordano Bruno and the Hermetic Tradition by Frances Yates*. *Comparative Literature*, vol.18, n.2, pp.169-172, 1966.
- MEYER, Charles R. *Giordano Bruno and the Hermetic Tradition by Frances Yates*. *The Catholic historical Review*, Vol. 51, No.1 (Apr., 1965), pp. 108-109.
- NICOLSON, Marjorie. *Giordano Bruno and the Hermetic Tradition by Frances Yates*. *Renaissance News*, Vol. 18, No. 3 (Autumn, 1965), University of Chicago Press pp. 233-236.
- OLSON, Richard G. *Hermeticism and the Scientific Revolution: Papers Read at a Clark Library Seminar, March 9, 1974, by Robert S. Westman; J.E. McGuire*. *Isis*, Vol. 70, No. 2 (Jun., 1979), pp. 321.
- PIETRA, L.A. **Giordano Bruno, a Tradição Hermética e a “Tese Yates”: a construção de um paradigma entre a história da ciência e a história intelectual (1964-1974)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) — Universidade de Brasília, Brasília, p.74, 2022.
- RATTANSI, P.M. Some Evaluations of Reason in Sixteenth and Seventeenth Century. In: TEICH, M; YOUNG, R (ed.). *Changing perspectives in the History of Science: essays in honor of Joseph Needham*. London: Heinemann, 1973, pp. 148 -166.
- RATTANSI, Piyo. Essay Review: WESTMAN, Robert; MCGUIRE, J.E. *Hermeticism and the Scientific Revolution: papers read at a Clark Library Seminar, March 9, 1974*. Los Angeles, California: *William Andrews Clark Memorial Library*, 1977. *Journal of the History of Philosophy*, Vol.19, No.3, (July 1981), pp. 392-396.

RODRIGUES, W.G.; BALARDI, A. **Abordagens Historiográficas Aplicadas ao Estudo das Relações entre Ciência e Religião: Tese do Conflito, Tese Yates e Tese da Complexidade.** Revista Hermenêutica, Vol 13., No. 1 (Maio, 2014), pp. 59-67.

SANTILLANA, Giorgio. *Giordano Bruno and the Hermetic Tradition by Frances Yates.* *The American Historical Review*, Vol. 70, No. 2 (Jan., 1965), pp. 455-457.

SCHMITT, Charles B. Essay Review: ROBERT S. WESTMAN and J.E. McGuire, *Hermeticism and the Scientific Revolution: papers read at a Clark Library Seminar, March 9, 1974.* Los Angeles, California: *William Andrews Clark Memorial Library, University of California at Los Angeles*, 1977. *History of Science*, Vol. 16, No. 3 (Sept., 1978), pp. 200-214.

SINGER, Dorothea Waley. *Giordano Bruno: his life and thought.* New York: *Henry Schuman*, 1950.

VICKERS, Brian. *Frances Yates and the Writing of History.* *The Journal of Modern History*, Vol. 51, No. 2, Technology and War (Jun., 1979), pp. 287-316.

WALKER, D.P. *Giordano Bruno and the Hermetic Tradition by Frances Yates.* *The Modern Language Review*, Vol. 61, No. 4 (Oct., 1966), pp. 719-721.

WALKER, D. P. *The Ancient Theology: Studies in Christian Platonism from the Fifteenth to the Eighteenth century.* London: *Duckworth*, 1972, pp. 230 - 263.

WALKER, D.P. *The Prisca Theologia in France.* *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, Vol. 17, No. 3/4 (1954), pp. 204-259.

WESTMAN, Robert S. e MCGUIRE, J. E.. *Hermeticism and the Scientific Revolution: papers read at a Clark Library Seminar, March 9, 1974.* Los Angeles, California: *William Andrews Clark Memorial Library, University of California at Los Angeles*, 1977.

WOOD, P. B. Essay Review: ROBERT S. WESTMAN; J.E. McGuire. *Hermeticism and the Scientific Revolution: papers read at a Clark Library Seminar, March 9, 1974.* Los Angeles, California: *William Andrews Clark Memorial Library, University of California at Los Angeles*, 1977. *British Journal for the History of Science*. Vol. 13, No.1 (Mar., 1980), pp. 70-72.

YATES, Frances (1964). **Giordano Bruno e a Tradição Hermética.** Trad. Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Cultrix, 1995.

YATES, Frances (1966). **A Arte da Memória.** Trad. Flávia Bancher. Campinas: Unicamp, 2007.

Os traços do paraíso em William Blake: matrizes barrocas na linguagem emblemática de ‘For Children: The Gates of Paradise’ de 1793

The traces of paradise in William Blake: baroque matrices in the emblematic language of ‘For Children: The Gates of Paradise’ from 1793

Fernando Glaybson do Nascimento Santos

Graduando em História
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
fernandoglaybson@gmail.com

Recebido: 13/11/2023

Aprovado: 23/01/2024

Resumo: William Blake foi um artista de originalidade ímpar que nunca recebeu o devido reconhecimento em vida. Um dos motivos para esse ostracismo do *mainstream* artístico inglês costuma ser atribuído a criação de uma arte desviante dos padrões de sua época. Este artigo tem como objetivo investigar a relação entre o universo pictórico de Blake e as matrizes culturais, visuais, míticas e religiosas do barroco através da linguagem emblemática expressa nas gravuras de *For Children: The Gates of Paradise* de 1793, analisando-as a partir do método iconográfico-iconológico de Erwin Panofsky e estabelecendo um diálogo com autores que empreenderam pesquisas similares.

Palavras-chave: William Blake; Barroco; Emblemas.

Abstract: William Blake was an artist of unique originality who never received due recognition in his lifetime. One of the reasons for this ostracism from the British artistic mainstream is usually attributed to the creation of an art deviating from the standards of his time. This article aims to investigate the relationship between Blake's pictorial universe and the cultural, visual, mythical and religious matrices of the Baroque through the emblematic language expressed in the engravings of *For Children: The Gates of Paradise* from 1793, analysing them in starting from the iconographic- iconological method of Erwin Panofsky and establishing a dialogue with authors who undertook similar research.

Keywords: William Blake; Baroque; Emblems.

Introdução

De *pictor ignotus*¹ a referência estética, William Blake e sua obra estão tatuados em nosso tecido cultural. O artista e gravador, mesmo não tendo sido reconhecido em vida por seus pares, deixou marcas perenes na poesia, cosmogonia pessoal, estilo das artes visuais e no enlace entre todas essas áreas que costumam ser aspectos indissociáveis e indispensáveis para entendê-lo e apreciá-lo. Por essa razão, apesar de Blake ser geralmente visto como um dos precursores do romantismo inglês, seus feitos parecem transcender as fronteiras das áreas nas quais depositou seu espírito criativo. Sendo assim, quanto mais se investiga, menos ele permanece limitado a rótulos.

No referente às artes plásticas, Blake ainda é relativamente pouco estudado no Brasil. O conhecimento de sua obra pictórica costuma limitar-se a especialistas e elogiosos amadores. Boa parte da fortuna crítica brasileira produzida sobre Blake encontra-se especialmente na área das Letras e Linguística, mas também na Tradução e Artes Visuais. Entretanto, quando movemos os olhares em direção à terra natal do artista, a quantidade de trabalhos produzidos é esmagadora. Basta uma rápida pesquisa no JSTOR para encontrar, apenas dentre as principais publicações de ordem internacional, mais de 700 obras, de periódicos à capítulos de livros. Ainda que fizéssemos uma aguçada seleção e leitura das obras de maior impacto na área, não seria fácil abranger todas aqui.

Dessa forma, este trabalho tem como foco ampliar a compreensão da influência exercida pela linguagem emblemática, tipicamente barroca, no livro *For Children: The Gates Of Paradise*, que aparece entre as primeiras obras de Blake em 1793, ressurgindo vinte e cinco anos depois entre seus últimos trabalhos, editado, ampliado e agora intitulado *For The Sexes: The Gates Of Paradise* (1818). Para isso, será traçado um caminho que abrange os pontos mais relevantes do ambiente familiar de Blake e das influências exercidas ao longo de sua primeira infância e juventude, acompanhando seu amadurecimento intelectual e suas inclinações artísticas ao longo desse processo.

Foram utilizados alguns dos autores considerados referenciais na área de estudos sobre Blake [*Blakean Studies*], como o acadêmico literário Gerald Eades Bentley Junior, tido como um dos maiores especialistas em Blake do século XX, autor de obras como *William Blake: the critical heritage* (1975) e *The Stranger from Paradise: A Biography of William Blake* (2001). Também nos serviu de referência o historiador Edward Palmer Thompson com seu *Witness Against the Beast: William Blake and the Moral Law* (1993), último trabalho publicado em vida por ele, no qual busca refletir e

¹ O termo que significa “pintor desconhecido” e foi utilizado pelo primeiro biógrafo de Blake, Alexander Gilchrist (1863).

sistematizar anos de pesquisa sobre as influências religiosas dissidentes que formaram o espírito entusiasta, antinomiano e anti-hegemônico do artista.

A tese da historiadora brasileira Carla Mary da Silva Oliveira, intitulada *William Blake: Um Barroco Tardio na Grã-Bretanha Romântica?* (2020), foi crucial no processo de traçar e compreender as conexões entre Blake e o barroco ao longo de sua vida. No que diz respeito à linguagem emblemática, em seus mais ricos detalhes, Mario Praz foi um guia basilar com seu *Imágenes del Barroco: estudios de emblemática* (1989). Ainda ao longo desse processo, buscamos localizar e dialogar com autores que produziram conhecimento a partir de pesquisas similares, a exemplo de Joseph S. Salemi em seu artigo intitulado *Emblematic tradition in Blake's The Gates of Paradise* (1981/1982) e Karl Josef Höltgen em *William Blake and the Emblem Tradition* (2002).

Após o levantamento de fontes bibliográficas apoiadas no escopo das áreas da História Cultural e História Social da Arte, foi empreendido uma pesquisa Iconográfica, realizada essencialmente nas bases digitais disponibilizadas no website da *The British Library*² e da *Europeana*³, na busca por possíveis fontes de inspiração para Blake em *The Gates Of Paradise*. Para a análise dessas fontes, utilizamos o método iconográfico-iconológico de Erwin Panofsky, descrito em *O Significado nas Artes Visuais* (2011).

O Jovem Blake: Da Infância à Royal Academy of Arts

Nascido na freguesia de *St. James*, em 1757, William Blake teve seu primeiro letramento longe das instituições formais. Sua mãe, Catherine, parece ter sido a responsável por sua educação até os dez anos de idade⁴. Sua família, de condição social relativamente modesta, residia em um sobrado acima da loja de meias e passamanaria de seu pai, James Blake, na *Broad Street*, região do Soho próxima à *Golden Square*. Por ali, circulavam artistas como o pintor suíço Jean-Étienne Liotard (1702-1789) e o ilustrador e gravador italiano Francesco Bartolozzi (1727-1815). Essa atmosfera artística influenciou não só o jovem Blake, como sua família que, ao fim de sua primeira infância, o encaminhou para as mãos do artista e instrutor Henry Pars (1734-1806) na *William Shipley's Drawing School*, visando prepará-lo para um dia ingressar na *Royal Academy of Arts* (BENTLEY Jr, 2001, p. 16).

Aos catorze anos, Blake deixa as aulas de Henry Pars e continua sua jornada, entretanto, não para o ateliê de um artista mentor ou para a *Royal Academy*. A aparente situação financeira de sua família e a necessidade de ter um meio de sustento menos incerto, fez seus pais encaminhá-lo

² Disponível em: <https://www.bl.uk/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

³ Disponível em: <https://www.europeana.eu/pt>. Acesso em: 27 jan. 2023.

rumo a uma formação de ganho mais seguro, apesar de ser tida como meramente técnica. Foram sete anos na oficina do gravador e impressor James Basire (1730-1802) na *Great Queen Street*, área onde viveram os pintores retratistas Thomas Hudson (1701-1779) e Joshua Reynolds (1723-1792) (BENTLEY Jr, p. 33). Durante aqueles sete anos, Blake tornou-se um excelente profissional, tendo sido depositário de confiança de Basire em importantes trabalhos, a exemplo dos esboços de monarcas britânicos na abadia de Westminster, feitos por ele quando ainda tinha dezesseis anos de idade.

Quando deixou a tutela de seu mestre aos vinte e um anos, Blake conseguiu ser admitido na *Royal Academy of Arts*. Essa era uma grande oportunidade de transcender as forças que pausaram seu sonho e finalmente alçar voos mais altos que os de um artífice. No entanto, as normas não permitiam que ele, um gravador e impressor, viesse a ser um pleno acadêmico como os outros grandes nomes da época. Isso, porém, não pareceu ser capaz de parar o impetuoso e original jovem artista. Para Blake, nem o engessado academicismo da época, nem a ausência de reconhecimento em vida ou as frustrantes experiências artísticas de sua juventude poderiam paralisar alguém que acreditava que a arte guardava em si mesma a recompensa por seus esforços criativos.

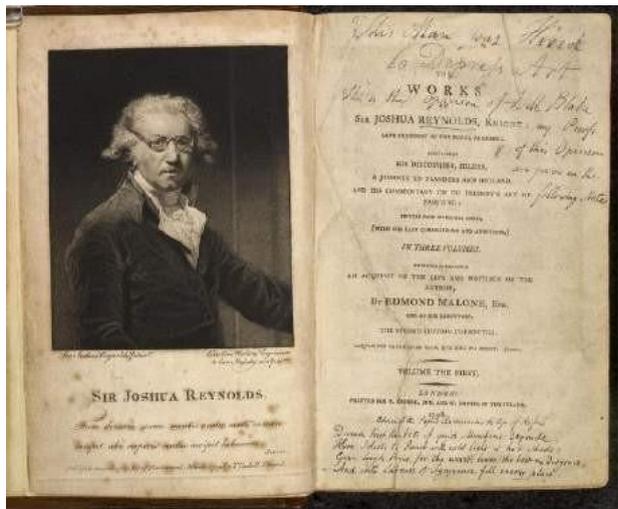
Um Barroco Tardio Como Arte Contra Hegemônica

O fato de encontrar conforto na arte e imaginação, independente do reconhecimento, não impediu Blake de tecer fortes críticas ao academicismo de sua época. No breve período em que esteve integrado aos meios formais de ensino, ele expressou diversas vezes sua indignação com as amarras desses centros. Na *Royal Academy*, houve diversos impasses, mas poucos deixaram registros tão intensos quanto os que nasceram da relação entre Blake e Sir Joshua Reynolds, diretor da instituição na época (BENTLEY JR., 2001, p. 51-53). Na edição adquirida das *Obras* de Reynolds, Blake escreveu comentários às margens que não negam seu temperamento hostil com relação a ele:

Este homem trabalhou para oprimir a arte[.] Essa é a Opinião de Will Blake[.] minhas Provas dessa Opinião são dadas nas Notas a seguir.⁴

⁴ BLAKE, Anotações, s. d., In: REYNOLDS, vol. I, 1798, folha de rosto, recto, The British Library, DPB C45E18. Tradução de Carla Mary da Silva Oliveira. Texto original: “This Man was Hired to Depress Art[.] This is the Opinion of Will Blake[.] my Proofs of this Opinion are given in the following Notes” *apud* OLIVEIRA, 2020, p. 28.

Figura 1. Frontispício e folha de rosto do exemplar das Obras de Sir Joshua Reynolds que pertenceu a Blake.



Fonte: The British Library, Londres, Reino Unido. DPB C45E18.

O sistema da *Royal Academy* foi apenas um dos alvos do ferrenho espírito crítico de Blake. As forças hegemônicas de sua época, comumente representadas pela Igreja e o Estado, chegaram a ser comparadas por ele à Besta e a Prostituta do livro bíblico de Apocalipse (THOMPSON, 1993, p. 60.), terríveis figuras que dominariam a terra no fim dos tempos, oprimindo e profanando tudo o que fosse verdadeiramente divino. Seus livros proféticos são imbuídos de uma linguagem alegórica que guarda manifestações muito atreladas às críticas referentes a Inglaterra e a Europa daquele período de grandes mudanças e violentas revoluções (OLIVEIRA, 2020, p. 106.). Tendo isso em mente, nasce a questão: de onde vinham essas opiniões de Blake?

Alguns pesquisadores apontam que esse ímpeto desviante das normas advinha especialmente da herança de fé dissidente herdada de seus pais. Thompson levanta a hipótese de que as crenças dos entusiastas *Muggletonians*, seguidores de uma seita protestante [*muggletonianism*] descendente dos *Ranters*⁵, chegaram a Blake ainda na primeira infância. O artista, entretanto, não era o único da família com tais inclinações. Há dados de um mesmo “lado espiritual e visionário” em seu irmão mais velho e homônimo do pai, James (THOMPSON, 1993, p. 103.). Além disso, foram encontradas inegáveis coincidências que sugerem uma possível ligação entre a mãe de Blake e os *Muggletonians*. Thompson ressalta:

Se a família de Blake, ou qualquer um deles, veio ou não desta igreja em particular, não é a questão crítica. Houve outras seitas e outros meios cujos registros podem ser irrecuperáveis. [...]. Essa surpreendente sobrevivência dos registros dos *Muggletonians*

⁵ Para mais informações sobre os *Ranters* ver: HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 228.

mostra pelo menos que essas pessoas existiam, que sua fé era forte e que as tradições antinomianas do século dezessete percorriam fortemente a época de Blake. Ele deve ter vindo de tal contexto familiar. (THOMPSON, 1993, p. 106).⁶

Essa conexão pode explicar o porquê de Blake nunca parecer ter se adequado ou sequer aceito grande parte dos padrões impostos por sua época, fossem eles dogmas religiosos, sociais ou artísticos. Assim, não é difícil de entender os motivos pelos quais Blake foi marginalizado pela maioria dos seus pares artistas, que muitas vezes o tinham como um excêntrico ou louco. Isso também possibilita compreender melhor seu apreço por referenciais simbólicos, pictóricos e religiosos que já não eram tão próximos ao vocabulário cultural de seus contemporâneos.

Ainda muito jovem, Blake já era afeito à poesia predominante em finais do século XVI e início do XVII. O jovem parece ter possuído profunda admiração pelos sonetos e demais escritos produzidos por William Shakespeare, assim como pelas obras de Edmund Spenser (BENTLEY JR., 2001, p. 26-27.). Quando tinha catorze anos, compôs um poema profundo que, anos mais tarde, seu amigo Benjamin Heath Malkin observaria ecos da poesia elisabetana⁷ de Ben Jonson:

How sweet I roam'd from field to field,
tasted all the summer's pride,
I the prince of Love beheld,
Who in the sunny beams did glide!

He shew'd me lilies for my hair,
blushing roses for my brow;
led me through his gardens fair,
all his golden pleasures grow.

With sweet May-dews my wings were wet,
And Phoebus fir'd my vocal rage;
caught me in his silken net,
shut me in his golden cage.

He loves to sit and hear me sing,
Then, laughing, sports and plays with me;
Then stretches out my golden wing,

Docemente ia de campo em campo, And
E provava todos os orgulhos do verão, Till
Até que o Príncipe do Amor me fitasse,
E em seus raios dourados eu deslizesse!

Mostrou-me lírios para meus cabelos, And
E rosas vermelhas para minha fronte; He
Levou-me por seus jardins alegres, Where
Onde crescem seus prazeres dourados.

O doce rocio de maio minhas asas molhava,
E Febo lançou meu canto enraivecido; He
Ele me pegou em sua rede de seda, And
E trancou em sua jaula dourada.

Ele adora sentar e me ouvir cantar,
Depois, rindo, joga e brinca comigo;
Então, estende minha asa dourada, And

⁶ Tradução livre. Texto original: "Whether or not Blake's family, or any of them, came from this particular church is not the critical question. There were other sects and other milieux, whose records may be irrecoverable. [...] The astonishing survival of these Muggletonian records shows at least that such kinds of people were about, that their faith was strong and that the seventeenth-century antinomian traditions ran strongly through to Blake's time. He must have come from some such familial context."

⁷ Estilo poético inglês predominantes entre os séculos XVI e XVII. Recebe esse nome por ter sido majoritariamente produzida no período de reinado da rainha Elizabeth I (1553-1603).

mocks my loss of liberty.⁸

E zomba de minha antiga liberdade.⁹

Tudo indica que Blake começou a se apaixonar pelos grandes nomes do Renascimento ainda nas aulas de Henry Pars, onde teve contato direto com as obras de Rafael e Michelangelo, artistas renascentistas que exerceram perceptível influência sobre sua arte (BENTLEY JR., 2001, p. 25). Ao longo da juventude, Blake alimentou o interesse pelos livros e chegou a possuir, até onde sabe-se, ao menos uma edição de 1698 da *Historia del Testamento Vecchio* de Rafael. Apesar do interesse pelo clássico renascentista, Blake adquiriu uma edição que possuía a intervenção do traço barroco de Annibale Carracci (1560-1609), e parece ter sido um dos seus principais referenciais artísticos. Existem diferentes registros escritos por Blake falando de seu apreço e esforços para integrar ao seu estilo pessoal as técnicas aprendidas a partir das obras dos grandes mestres do *Cinquecento*:

Já faz dois anos que me dedico ao estudo intenso das partes da arte que se relacionam com luz & sombra & cor e [eu] estou Convicto de que meu entendimento é incapaz de compreender as belezas das Cores dos Quadros que pintei para você pois São Iguais em Todas as partes da Arte & em tudo superiores a qualquer coisa que foi feita desde a idade de Rafael. [...] Não há nada na Arte que nossos Pintores façam, em que eu possa me confessar ignorante [.] Eu também sei e entendo e posso afirmar com segurança que as obras que fiz para Você são iguais a Carrache [sic] ou Rafael (e agora sou sete anos mais velho do que Rafael quando ele morreu) [...] ou então sou cego, estúpido, ignorante e incapaz [...]¹⁰ BLAKE, manuscrito, 22 nov. 1802 *a*, *apud* BENTLEY JR., 2001, p. 234- 235). [Tradução de Carla Mary S. Oliveira].

Oliveira (2020) traça, ao longo de sua tese, paralelos entre as representações do velho testamento de Rafael e obras seletas de Blake. A autora ainda denota que a preferência de artista por modelos que já não estavam tão em voga na Inglaterra de finais do século XVIII e início do XIX ia além da pintura. Sua técnica de impressão e gravação, fortemente inspirada no *old style* de Basire também era muito afeita a referências que já não eram tão populares:

O estilo de Basire era considerado *old-fashioned* por ele preferir a gravura a buril e ponta seca, em detrimento de técnicas mais modernas à época, como a de meia tinta ou *acquaforte*. Ou seja, ele ensinava preferencialmente a seus aprendizes as mesmas técnicas de gravura em metal utilizadas nos séculos XV, XVI e XVII, em que se fazia os meio tons por meio de hachuras, e não por meio da técnica da *acquaforte*, com princípios químicos. Fica claro que será esse o estilo de

⁸ GILCHRIST, 1880, vol. 1, p. 10-11. *Apud* OLIVEIRA, 2020, p. 26-27.

⁹ Tradução de Carla Mary da Silva Oliveira. OLIVEIRA, 2020, p. 26-27.

¹⁰ Texto original: "I have now given two years to the intense study of those parts of the art which relate to light & shade & color & [I] am Convinc'd that either my understanding is incapable of comprehending the beauties of Colouring of the Pictures which I painted for you Are Equal in Every part of the Art & superior in One to any thing that has been done since the age of Rafael. [...] There is nothing in the Art which our Painters do, that I can confess myself ignorant of [.] I also Know & Understand & can assuredly affirm that the works I have done for You are Equal to Carrache [sic] or Rafael (and I am now Seven Years older than Rafael was when he died) [...] or Else I am Blind Stupid Ignorant and Incapable [...]"

gravura preferido por Blake, que até utilizará o ácido em suas chapas de cobre, mas justamente para criar efeitos que se assemelham aos da xilogravura em suas gravações, especialmente nos livros iluminados. (OLIVEIRA, 2020, p. 59) [Grifos do original].

Ao pensar sobre a técnica que o próprio Blake vai desenvolver a partir do que aprendeu com seu mestre, é possível perceber que ele achou uma forma de produzir nas chapas de cobre o que alguns séculos antes era feito na Europa Medieval. A sensação que nos passa é a de que Blake buscava abraçar raízes ancestrais da gravação em detrimento de todo o avanço da imprensa de tipos móveis. Seu desejo ao longo de toda a vida parece ter sido o de libertar-se das amarras da modernidade, dita iluminada, que muito pouco guardava da perenidade de criações anteriores.

Nesse sentido, é notável que Blake foi um artista composto por camadas de influências que convergiam sob a luz de algo novo e único. Além das influências já tratadas acima, precisamos levar em consideração que, ao longo de seu trabalho como gravador e impressor, ele teve inúmeros contatos com produções que alimentaram, ampliaram e moldaram suas crenças e críticas. Seu desejo de criar uma arte fiel às suas inclinações filosóficas e espirituais o impulsionaram a forjar obras tão belas quanto complexas, imbuídas de camadas que vão de uma cosmogonia própria a uma alegórica crítica social, carregando em si a mesma fagulha rebelde, aversa ao estilo imposto pelos grandes centros de sua geração. Tais obras guardam um construto mental e estético muito afeito as matrizes amplamente reconhecidas como barrocas.

Foi do choque dessas influências que Blake construiu obras como seus livros proféticos e iluminados, mas também a que mais nos interessa aqui: *For Children: The Gates of Paradise*, possuidora de um conjunto de gravuras muito semelhantes aos emblemas barrocos. Talvez essa seja a obra publicada por Blake em que suas influências barrocas se tornam mais explícitas. Assim, a análise das gravuras desse livro pode nos dizer muito sobre como o contato de Blake com o estilo barroco atravessou as linhas mais gerais e aprofundou-se em um modelo artístico que circulavam muito pouco na Inglaterra daquele período. Para isso, é necessário que voltemos ao período de ápice do barroco e trabalhem algumas noções e conceitos básicos da linguagem emblemática.

O Barroco e a Linguagem Emblemática – em Blake

No geral, grande parte das primeiras impressões que desenvolvemos sobre o barroco nascem nas aulas de Artes e Literatura do Ensino Médio. A tendência ao exagero, a técnica do *chiaroscuro*, o modelo alegórico, o paradoxo e a antítese são características que, em maior ou menor proporção, compõem esse estilo nas artes visuais e nas modalidades da escrita. O barroco é

também fortemente associado à religiosidade, o que de forma alguma está incorreto, mas também não compõe a inteireza de suas temáticas. No que diz respeito às artes visuais, o estilo não se limita apenas à pintura e, analisando suas linhas do século XV ao XVII, uma outra expressão artística também entrará em destaque: a emblemática.

Para simplificar, os emblemas são uma única estrutura sustentada, geralmente, por três grandes pilares: uma figura simbólica; um mote, composto por palavras ou provérbios tradicionais; e um epigrama, que costuma ser um texto ou poema explicativo da temática da obra. Esses elementos buscam trabalhar conhecimentos e verdades universais que possam ser passados breve e persuasivamente. A linguagem emblemática nasce em finais do século XV, com Francesco Colonna, no romance alegórico intitulado *Hypnerotomachia Poliphili* [Batalha de Amor em Sonho de Polífilo]. No entanto, é Andrea Alciato, em *Emblematum Libellus* [Livreto de Emblemas] de 1531, que inicia uma ampla difusão do formato. Os emblemas, seus livros e o modo de pensar da emblemática ajudaram a moldar praticamente todas as formas de comunicação verbal e visual na Renascença e no Barroco (HÖLTGEN, 2002, p. 1.), tendo sido muito usado por ordens religiosas, especialmente a dos jesuítas, na construção de manuais pedagógicos que usavam imagens alegóricas para tratar de discussões filosóficas recorrentes na época.

Em geral, os emblemas guardam um forte apelo sensorial – visual – aliado a um projeto didático. Mario Praz argumenta que a metáfora é a mãe do emblema. A capacidade que ela possui de guardar em uma ou algumas palavras um grande arsenal de imagens e saberes, traz consigo um deleite gigantesco aos que a apreciam. Isso exige um amplo vocabulário alegórico e uma grande capacidade imaginativa por parte do público que consome esse material. Vale ressaltar que alguns emblemistas eram significativamente afeiçoados a divagações sobre o mundo enquanto poesia panegírica de Deus. Para eles, na criação estava a alegoria, a metáfora e os conceitos do Criador. Assim, iniciou-se entre o Renascimento e o Barroco a proposição dos emblemas enquanto signos de uma linguagem universal, que pretendia reproduzir a fórmula colocada por Deus na natureza (PRAZ, 1989, p. 22-23.).

De acordo com Karl Josef Höltgen (2002, p. 1), os emblemas perderam espaço ao longo de grande parte do século XVIII, tendo ganhado um certo reavivamento somente entre finais do XVIII e início do XIX. O autor ainda aponta que um dos principais contatos que Blake teve com a tradição emblemática deu-se através do livro *Religious Emblems*, ilustrado com gravuras de John Thurston (1774-1822) e comentários do Reverendo Joseph Thomas (1765-1811). Sobre isso, há ampla evidência de que o ‘William Blake, Esq.’¹¹, que aparece na Lista de Assinantes, é o poeta-

¹¹ “Esq.” [Esquire/Escudeiro] era um título usado por gentlemen ingleses. O uso está possivelmente relacionado ao

pintor. *Religious Emblems* é a única ligação direta e pessoal entre Blake e um livro de emblemas que veio à luz” (HÖLTGEN, p. 3). Hoje tem-se notícia de que o Rev. Thomas foi amigo de Blake e tinha visível apreço por sua obra, chegando a comprar vinte e seis de suas aquarelas, assim como uma cópia de *Songs of Innocence and Experience* (HÖLTGEN, p. 3).

Religious Emblems tem como modelo o mais importante livro de emblemas inglês, o *Emblemes* (1635) de Francis Quarles, que possuiu mais de sessenta edições que circularam por toda a Europa. Nele, as pequenas estruturas de emblemas, criados nas décadas anteriores, ganham longas meditações. A obra de Quarles foi amplamente influenciada pelos jesuítas, como Herman Hugo (1588-1629), a quem a autoria do tradicional livro *Pia Desideria* é atribuída. Quarles é ainda hoje uma grande referência com relação à produção e reprodução inglesa da tradição emblemática em seus anos áureos.

A Publicação de *For Children: The Gates of Paradise* em 1793

O principal foco de análise ao longo deste trabalho é *For Children: The Gates of Paradise* datado de 17 de maio de 1793. O livro é composto por uma série de dezoito pequenos emblemas acompanhados de frases ou palavras que, em sua maioria, parecem tão enigmáticas quanto suas imagens. Apesar do seu título dizer que ele é direcionado ao público infantil, dificilmente uma criança seria capaz de compreender a complexidade das alegorias ali inscritas. No mais, é perceptível a ausência de epigramas, sendo somente vinte e cinco anos depois, em *For the Sexes: The Gates of Paradise*, que Blake adiciona algumas legendas aos emblemas mais enigmáticos e as páginas intituladas “The Keys of The Gates” [“As Chaves dos Portões”] e “To the Accuser who is The God of This World” [“Ao Acusador que é O Deus Deste Mundo”] com textos explicativos que podem muito bem ser considerados epigramas.

É muito comum que livros de emblemas tragam como temática a vida do homem, seus vícios e suas virtudes. À primeira vista, esse parece ser o caso de *The Gates of Paradise*. Tomando essa temática como referência, Joseph S. Salemi aponta para um outro livro de emblemas inglês muito popular: *Hieroglyphics of the life of Man* (1638) do já citado Francis Quarles, onde ele trabalha tais aspectos. Entretanto, para Salemi, há algo mais profundo nos emblemas de Blake. Mesmo para a crítica, *The Gates of Paradise* é muito mais que um manual fiel à tradição. A obra parece apresentar os estágios da vida e a aceitação da morte, sim, mas numa busca por “mostrar um impulso irresistível de se libertar da finalidade mecânica do ciclo de nascimento-para-o-túmulo”¹²

desejo de Blake por reconhecimento e busca por um status social mais alto.

¹²Tradução livre. Texto original: “shows an irresistible impulse to break free from the mechanical finality of a birth-

(SALEMI, 1981/1982, p. 109). Mesmo não fugindo da temática tradicional do *memento mori*, ele não a usa como discurso de conformidade e sim como pulsão para a libertação do potencial espiritual dormente em cada consciência humana.

“*For Children*” foi o único trabalho publicado por William Blake em conjunto com uma editora comercial, a de Joseph Johnson, na *St. Paul’s Church Yard*. Bentley Jr. revela que poucos exemplares chegaram a ser vendidos e, possivelmente, o único esforço feito por Johnson foi o de permitir que o trabalho fosse exibido em sua loja. Todo o resto estava por conta de Blake. No fim, apenas cinco cópias sobreviveram até o século XXI (BENTLEY JR., 2001, p. 141). Para o público da época, um livro de linguagem tão pouco habitual e significados tão pouco transparentes podia produzir um forte afastamento. Oliveira destaca que

questões filosóficas tão herméticas como as colocadas por Blake em seus emblemas não eram mais de franco consumo pelo público por um simples motivo: sua inteligência dependia do domínio de um vocabulário alegórico que caíra em desuso na Grã-Bretanha romântica. A Emblemática era uma cultura do Barroco, não pertencia mais àquele mundo. Apenas Blake não o percebera. (OLIVEIRA, 2020, p. 105).

O fato de Blake ter insistido e relançado o livro mais de duas décadas depois, com diversas adições explicativas, nos mostra que aquele era um trabalho importante para ele e, acima de tudo, revela um desejo seu de torná-lo inteligível ao leitor. Levando isso em conta, podemos nos perguntar, afinal, quais foram as referências utilizadas por Blake para criar os emblemas dessa obra? E quais podem ser os seus significados?

Pesquisa e Metodologia

Ao longo da pesquisa, foi empreendida uma busca bibliográfica que visou dar conta de mapear os principais aspectos da vida e obra de Blake, articulando-os com as mais pertinentes noções do barroco e da linguagem e tradição emblemática, o que resultou nas seções de texto acima. Esse conhecimento foi crucial para, agora, investigarmos quais fontes barrocas tiveram maior influência na composição dos emblemas de *For Children: The Gates Of Paradise* (1793).

Durante a leitura da obra supracitada de Mario Praz, dezenas de emblemas clássicos saltaram à vista. Desse modo, fomos capazes de localizar algumas fontes em acervos virtuais disponibilizados na base digital da *Europeana* e da *The British Library*. Outras, infelizmente, faziam parte de acervos físicos ainda não disponíveis ou localizáveis virtualmente e, por esse motivo, foi necessário a reprodução dessas obras a partir das ilustrações presentes no livro de Praz.

to-grave cycle”.

Para a análise, utilizamos o método iconográfico-iconológico de Erwin Panofsky, descrito em *Significado nas Artes Visuais* (1991), onde ele define a iconografia como “o ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras de arte em oposição a sua forma” (PANOFSKY, 1991, p. 47), enquanto a iconologia é “uma iconografia que se torna interpretativa e, desse modo, converte-se em parte integral do estudo da arte, em vez de ficar limitada ao papel do exame estatístico preliminar” ((PANOFSKY, 1991, p. 54.). Nas próximas páginas, discorrerei sobre o levantamento e análise das fontes primárias contidas na obra de Blake e das fontes secundárias localizadas ao longo da pesquisa. A partir dessas noções, será empreendido o trabalho de descrever e analisar os respectivos emblemas de autoria de Blake, dialogando com interpretações e proposições de autores que investigaram a obra antes, e finalmente apresentando novas possíveis fontes de inspiração utilizadas na composição de *The Gates of Paradise*.

Análise

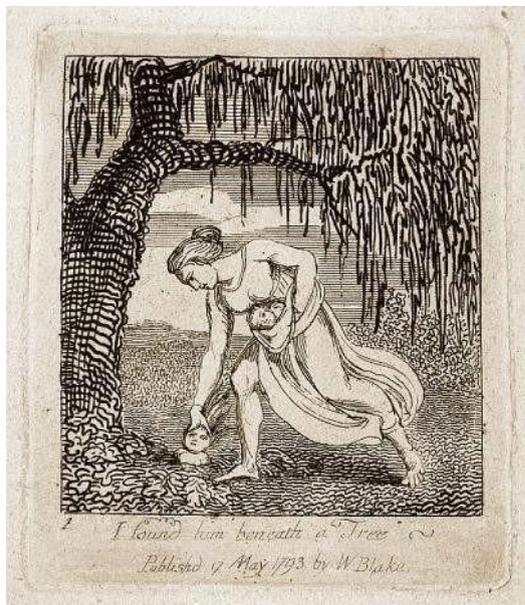
A primeira edição do livrinho de emblemas de Blake carrega um curioso frontispício que retrata um bebê, assemelhado a uma larva, dormindo sobre uma folha iluminada, enquanto uma lagarta estende-se sobre uma folha escura acima. Ambas as folhas nascem do mesmo galho. A imagem vem acompanhada da legenda “What is Man?” [“O que é o homem?”]. Já a prancha 1, assim como o frontispício, parece carregar um ponto de vista similar do nascimento humano, como é visível nas Figuras 2 e 3.

Figura 2. “What is Man?”, frontispício, For Children: The Gates of Paradise, William Blake, 1793. Gravura a talho doce; 9,4 X 6,3 cm.



Fonte: Library of Congress, Washington D.C., EUA.

Figura 3. “I found him beneath a Tree”, prancha 1, For Children: The Gates of Paradise, William Blake, 1793.
Gravura a talho doce; 7,8 X 6,4 cm.



Fonte: Library of Congress, Washington D.C., EUA.

A prancha 1, acompanhada do mote “I found him beneath a Tree” [“Eu o encontrei sob uma Árvore”], nos remete a uma espécie de continuação do frontispício, tratando do nascimento de forma mística ao retratar um bebê vindo ao mundo como uma raiz de mandrágora plantada na terra, relegando o papel da mulher a uma posição meramente secundária no processo. Salemi entende que:

este nascimento é uma erupção da consciência de raízes eternas, que só tem paralelo no parto físico. Além disso, a criança arrancada da terra tem cabelo, mas a criança carregada tem pouco ou nenhum; o rosto da criança na terra exhibe uma aparência de independência e força, enquanto a criança carregada é indefesa e dependente. (SALEMI, 1981/1982, p. 109).¹³

Na tradição emblemática, as representações de bebês plantados na terra eram mais comuns do que podemos imaginar. No mesmo texto, Salemi faz algumas comparações visuais com um emblema [Figura 4] de Philip Ayres na obra *Emblemata Amatoria* de 1683. Já ao longo desta pesquisa, pude localizar dois outros emblemas similares [Figuras 5 e 6], onde o deus Amor [Cupido] joga sementes sobre uma terra com diversas crianças plantadas. Os emblemas são de Daniël Heinsius em *Nederduytsche Poemata* de 1616 e o do livro *Thronus Cupidinis* (P. T. L.) de

¹³ Tradução livre. Texto original: “this birth is an eruption of consciousness from ageless roots, one which is only paralleled in physical parturition. Moreover, the child pulled from the earth has hair but the carried child has little or none; the face of the child in the earth bears a look of independence and strength while the carried child is helpless and dependent”.

1620,¹⁴ reproduzido a partir da obra de Mario Praz. A curiosa semelhança na concepção dos bebês-mandrágoras de Blake e as crianças-planta de emblemas clássicos merece ser notada, observando, entretanto, que enquanto esses emblemas tradicionais tendem a se construir enquanto metáforas apoiadas em estruturas que facilitam a compreensão do foco temático, as produções de Blake nunca parecem possuir uma única interpretação.

Figura 4. “Amoris semen mirabile”, *Emblemata Amatoria*, Philip Ayres, 1683.



Fonte: Biblioteca Digital para a Literatura Neerlandesa.

Figura 5. “Amoris semen mirabile”, *Nederduytsche Poemata*, Daniël Heinsius, Amsterdam, 1616, p. 71.



Fonte: Obra disponibilizada pela Munich Digital Library.

¹⁴ O autor dos textos da obra é identificado apenas pelas iniciais ‘PTL’.

Figura 6. De “Thronus Cupidinis”. P. T. L. Screenshot.



Fonte: Reprodução de Imágenes del Barroco, Mario Praz, 1989, p. 134.

Partindo para a prancha 5 [Figura 7], intitulada “Fire”, vemos a representação de uma figura sugestivamente “hermafrodita”¹⁵ – atente para a dubiedade de suas partes íntimas –, carregando uma lança na mão direita e um escudo na esquerda, levantando-se com altas labaredas de fogo ao seu redor. A mesma faz parte de um jogo temático de 4 emblemas que possuem como mote os quatro elementos da natureza – respectivamente, Água, Terra, Ar e Fogo. Cada um está tematicamente ligado a seus elementos, parecendo representar uma sequência de espectros emocionais que lembram remotamente a Teoria Humoral dos quatro temperamentos, e encadeiam-se numa jornada de progressão ascendente que encontra seu ápice no estágio do “Fogo”.

Figura 7. “Fire”, prancha 5, For Children: The Gates of Paradise, William Blake, 1793. Gravura a talho doce; 9,1 X 7,3 cm.



¹⁵No texto explicativo adicional colocado no início de “For the Sexes”, Blake confirma que a figura é uma hermafrodita.

Aqui podemos inferir mais uma vez a temática de “libertação”, previamente citada por Salemi. Após três estágios de aparente sofrimento e perturbação, essa mesma figura enfim levanta-se em fúria¹⁶, quebrando o ciclo. É relevante ressaltar que, dado o fato de o livro retratar os diferentes estágios da vida humana, essas pranchas encaixam-se no que podemos chamar de “fase da juventude”, acompanhada de mais cinco ou seis emblemas seguintes. Alguns deles, trabalhados mais à frente. Seguindo com a análise comparativa da prancha 5, Salemi encontra dois novos possíveis paralelos com os emblemas clássicos, sendo um de Henry Peacham [Figura 8] em *Minerva Britanna* de 1612 e o outro de Geoffrey Whitney [Figura 9] em *A Choice of Emblemes* de 1586, ambos representando raiva e cólera, carregando também elementos como a espada e o escudo, apetrechos comuns na composição de emblemas com essa temática.

Figura 8. “Cholera,” Peacham, *Minerva Britanna*, 1612.



Fonte: Scolar Press. Reprodução de “Emblematic Tradition in Blake’s *The Gates of Paradise*”, Joseph S. Salemi, p. 113.

Gostaria de ir um pouco mais longe no tempo e adicionar o que parece ser outra possível referência estética para Blake. Na Figura 10, vemos o emblema intitulado “Vis Amoris” do *Emblemata* de Andrea Alciato (1548), no qual o deus Amor está em pé, de braços abertos, rodeado pelo o que parece ser tempestade e chamas, com arco e flecha nas mãos. No epigrama, Alciato diz que o deus alado está partindo um raio ao meio, com fogo, mostrando que “o amor é mais

¹⁶ Na edição de 1818, esse emblema ganha uma expressão quase satânica, sendo a mudança mais significativa na composição dos emblemas das duas edições.

forte que o fogo” (PRAZ, 1989, p. 27).

Figura 9. “Furor et rabies”, Whitney, A Choice of Emblemes, 1586, p. 45.



Fonte: University of Oxford. Disponível em: https://solo.bodleian.ox.ac.uk/primo_library/libweb/action/display.do?tabs=detailsTab&ct=display&fn=search&doc=oxfaleph010166657&indx=1&recIds=oxfaleph010166657. Acesso em: 2 fev. 2023.

Figura 10. “Vis Amoris”, Emblemata, Alciato, Lyon, 1548.



Fonte: Reprodução de Imágenes del Barroco, Mario Praz, 1989, p. 27.

Se observarmos algumas características ambientais, podemos notar a ampla gama de fogo

circulando ao redor, assim como a similaridade da postura dos protagonistas, tanto no emblema de Blake, quanto no de Alciato. A força e a fúria são temáticas recorrentes em diferentes livros de emblemas, como vimos nas sugestões de Salemi, mas o fogo aparece como elemento pouco notável em seus exemplos. *Vis Amoris* traz ambientação mais próxima à expressa por Blake. Além disso, se levarmos em conta a difusão das obras de Alciato, não é tão difícil supor que Blake entrou em contato com esse emblema ou alguma de suas variações, como na Figura 11 de Guillaume Rouillé.

Figura 11. “Vis Amoris”, *Emblemata*, Alciato, Lyon, 1548, p. 117. Lugduni, Apud Guillaume Rouillé.



Fonte: Biblioteca da Universidade de Illinois, Condado de Champaign. Obra disponibilizada no acervo Europeana.

Na prancha 8 [Figura 12], é notável a representação de um jovem, de costas, apontando uma lança para o que muito possivelmente é seu pai, levando em conta o mote “My son! my son!” inscrito logo abaixo. Inicialmente, nota-se o contraste entre a juventude e a velhice, a virilidade e a melancolia, ou até um conflito de gerações desenhado pela ingratição e rebeldia juvenil.¹⁷

¹⁷ O texto explicativo de 1818 parece endossar essa interpretação.

Figura 12. “My Son! my Son!”, prancha 8, For Children: The Gates of Paradise, William Blake, 1793. Gravura a talho doce; 9,3 X 6,3 cm.



Fonte: Library of Congress, Washington D.C., EUA.

Salemi traz um forte candidato com o emblema intitulado “Pour quoy uoit...” [Figura 13] de Guillaume de La Perrière. Nele, podemos ver uma cena muito similar à representada na prancha 8. Do lado esquerdo, um jovem empunha a espada, enquanto um senhor, sentado em um trono, aquece suas mãos. Algumas diferenças devem ser notadas, como o lado para o qual o jovem impõe sua espada e a aparente impotência da personagem retratada à direita da imagem.

Figura 13. “Pour quoy uoit...”, Perrière, Le Theatre des bons engins, 1539.

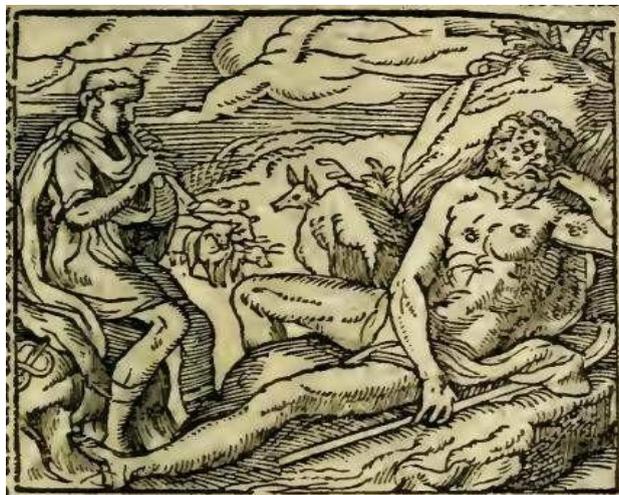


Fonte: Reprodução de “Emblematic Tradition in Blake’s The Gates of Paradise”, Joseph S. Salemi, p. 115.

Nesta pesquisa, foi possível localizar e adicionar mais uma possível influência para Blake. O emblema [Figura 14] de Joannes Sambucus em *Emblemata* (1608) representa o mesmo contraste, apresentando um jovem, à esquerda, tocando uma flauta, em contraste com um homem mais velho, à direita, com expressão de lamento e aparentemente ferido por chagas. Esse jogo de posições – ou oposições – parece uma alegoria à passagem de tempo dentro do mesmo emblema, onde a personagem viril e saudável da esquerda fosse ou pudesse tornar-se a da direita um dia. Essa alusão à passagem do tempo remete ao estilo *vanitas*, típico do Barroco nos Países Baixos.

Algumas características parecem bastante similares ao emblema de Blake. De início, podemos apontar a proximidade na postura e expressão da personagem mais velha. No entanto, podemos ir além disso, tratando de aspectos temáticos, visto que a projeção de uma sequência temporal também é válida para o emblema de Blake, onde ele estaria representando a rebeldia de um jovem que um dia envelheceria e, nesse momento, contra ele também se voltariam as novas gerações. Tal jogo de oposições é muito afeito ao barroco.

Figura 14. De “Emblemata”. Joannes Sambucus, Amberes, 1566, p. 53.



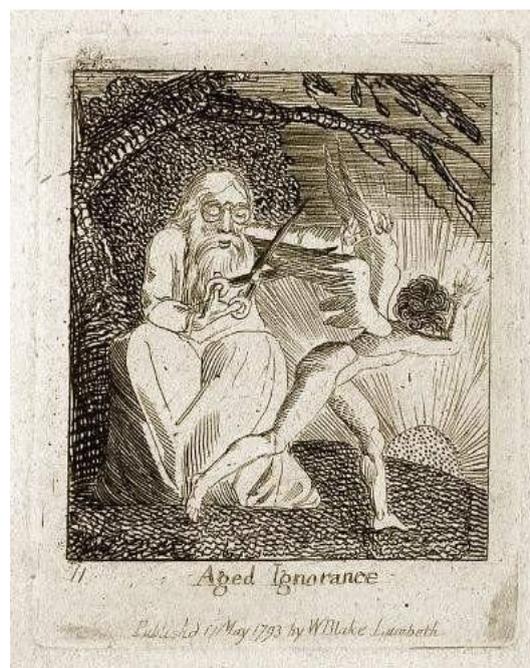
Fonte: Acervo digital do Manuscriptorium. Disponível em:
https://www.manuscriptorium.com/apps/index.php?direct=record&pid=NKCR-NKCR10_G_000099_0013614-cs#search. Acesso em: 6 fev. 2023.

Independente das conexões temáticas, não seria um grande malabarismo hipotético achar que Blake entrou em contato com a obra de Sambucus. Höltgen aponta que um outro emblema dele, intitulado “Simul et femel” (1564), parece ter influenciado a composição da gravura do

poema “A Divine Image”, incluído na prancha B de *Songs of Innocence and of Experience*¹⁸, cujo tema é a denúncia de uma versão divina corrompida na figura do ser humano (HÖLTGEN, 2002, p. 7).

Por último, mas não menos importante, no emblema da a prancha 11 [Figura 17], intitulado “Aged Ignorance”, vemos o que parece ser uma figura angelical, possivelmente uma representação do deus Cupido, tendo suas asas cortadas pela tesoura de um homem mais velho, com cabelo, barba longa e óculos. Esse é um dos emblemas que parecem tratar mais explicitamente sobre o processo de castração do potencial criativo humano pelos sistemas hegemônicos, aqui representados pela velhice e visão limitada.

Figura 15. “Aged Ignorance”, prancha 11, For Children: The Gates of Paradise, William Blake, 1793. Gravura a talho doce; 7,1 X 6,3 cm.



Fonte: Library of Congress, Washington D.C., EUA.

A temática deste emblema expressa bem o que foi trabalhado anteriormente sobre William Blake, mas sua influência barroca se faz ainda mais notável, pois podemos observar na pintura do artista barroco francês Pierre Mignard [Figura 16], a similaridade tanto das posições de ambos os personagens, quanto dos seus movimentos. A obra parece ser um desdobramento de um tradicional emblema de Octavius Vaenius [Figura 17] em seu *Amorum Emblemata* de 1608. O

¹⁸ Versão que combina dois dos mais famosos livros iluminados de Blake.

emblema possui algumas variações que culminaram nessa e outras pinturas nascidas na Europa ao longo do período barroco.¹⁹ Não era incomum que gravuras presentes em livros de emblema fossem fonte de inspiração para pinturas e é possível que esse emblema tenha nascido dessa circularidade muito comum no universo artístico da época.

Figura 16. Pierre Mignard, “Time clipping Cupid’s wings”, 1694. Óleo sobre a tela; 66x51 cm.



Fonte: Denver Art Museum, Denver, Colorado. Disponível em: <https://www.denverartmuseum.org/en/object/2000.201>. Acesso em: 11 fev. 2023.

Figura 17. “Mensimmota Mannet”, *Amorum Emblemata*, Octavius Vaenius, 1608, p 237. Antuerpiae, Venalia apud auctorem.



Fonte: Bibliothèque nationale de France. Acervo digital Gallica. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b52503247x>. Acesso em: 11 fev. 2023.

¹⁹ Anthony van Dyck (s.d.) e Giacinto Gimignani (1681) também possuem representações similares.

Aqui, torna-se oportuno estabelecer uma distinção entre a influência da linguagem e da tradição emblemática na obra de William Blake. Enquanto a linguagem diz respeito ao sistema de símbolos e signos que compõem e estruturam os emblemas, a tradição refere-se ao conjunto de temáticas que habitualmente são tratadas pelos principais emblemistas. Tendo isso em mente, tanto Salemi quanto Hötngen parecem concordar que a tradição emblemática exerceu uma influência limitada sobre Blake²¹. Mesmo quando ele as aplica, elas parecem pairar na superfície da obra, abrindo margens para camadas de questões mais complexas, mais próximas de suas raízes místicas, dissidentes e muito críticas do pensamento hegemônico cristão – anglicano – da época.

Conclusão

For Children: The Gates of Paradise é uma das mais importantes expressões do Barroco na arte de Blake, tendo sido um livro que não obteve praticamente nenhum sucesso em sua primeira – nem segunda – edição, usando como grande referência uma linguagem que há muito já havia caído em desuso. Ainda assim, é possível que pareça anacrônico alegar que Blake foi um barroco no século da razão iluminista e dos princípios da arte romântica. Entretanto, a vasta gama de registros sobreviventes, muitos deles escritos pelo próprio Blake, mostra não apenas a aversão que ele guardava frente aos padrões hegemônicos de sua época, como a forte afeição e inspiração causada pela poesia elisabetana, os mestres renascentistas reproduzidos em traço barroco e a técnica *old-style* de gravação e impressão. Mesmo imbuindo sua arte em suas próprias filosofias, crenças e críticas, Blake demonstrou muitas vezes ter, como principal matriz simbólica, o Barroco.

Acredito existir um sabor agridoce no paladar dos que entram em contato com a vida e obra de Blake.²⁰ Talvez isso se dê pela beleza trágica de sua vida e morte, talvez pela delicadeza quase sacra de seus traços e rimas ou, quem sabe, porque sabemos que todos que se propõem a conhecer seu trabalho a fundo, estão fadados a desejar, mas nunca o compreender em sua inteireza. Quem sabe a essência desse encanto resida justamente nessa incerteza. Desse modo, este artigo nada mais fez do que empreender os esforços de contribuir para essa grande tradição, não desejando de forma alguma propor análises unânimes dentro de seu campo de estudos. Seu

²⁰ Ver: HÖLTGEN, 2002, p. 8 e SALEMI, 1981-82, p. 122.

objetivo central é apenas lançar novas luzes numa visada ainda muito pouco trabalhada dentro dos *Blakean Studies*.

Referências Bibliográficas

BENTLEY JR., Gerald E. **The stranger from Paradise: a biography of William Blake**. New Haven & Londres: Yale University Press, 2001.

HÖLTGEN, Karl Josef. **William Blake and the Emblem Tradition**. In:____. EESE 2/2002.

OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. **William Blake: um barroco tardio na Grã-Bretanha romântica?**. Tese (Professor Titular). Departamento de História, UFPB, João Pessoa, 2020.

PANOFSKY, Erwin. Iconografia e Iconologia: Uma Introdução ao Estudo da Arte da Renascença. In: **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

PRAZ, Mario. **Imágenes del Barroco (estudios de emblemática)**. Tradução de José Maria Parreño. Ediciones Siruela. Madrid, 1989. [1934].

SALEMI, Joseph S. **Emblematic Tradition in Blake's The Gates of Paradise**. *Blake: An Illustrated Quarterly*, v. 15, 1981/82.

THOMPSON, Edward Palmer. **Witness against the beast: William Blake and the Moral Law**. Nova York, The New Press, 1993.

Notas do Subsolo como novela científica

Notes from the Underground as a scientific novel

Rafael Sarto Muller

Doutor em Letras-Literatura

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

rafaelmuller776@gmail.com

Recebido: 11/11/2023

Aprovado: 22/02/2024

Resumo: *Notas do Subsolo*, de Dostoiévski, tem sido apontada na literatura científica como obra que coloca em questão o racionalismo de sua época. Além disso, vem sendo estudada a partir de paradigmas psicanalíticos e materialistas por uma série de pesquisadores contemporâneos. Perspectivada como uma novela científica (especificamente epistemológica), operamos uma inversão epistemológica: usaremos o arcabouço teórico do homem do subsolo para estudar os métodos (notadamente psicanálise e materialismo dialético) que foram usados para estudá-lo [ao homem do subsolo]. Como resultados, demonstramos a psicanálise como uma pseudociência e o materialismo dialético, quando usado nas ciências históricas, como uma protociência. Concluímos identificando no “método do subsolo” os traços característicos do ceticismo como base filosófica para o fazer científico.

Palavras-chave: Literatura russa; Metodologia científica; Ceticismo.

Abstract: *Notes from the Underground*, by Dostoevsky, has been highlighted in scientific literature as a work that calls into question the rationalism of his time. Furthermore, *Notes from the Underground* has been mostly studied from psychoanalytic and materialist paradigms by contemporary researchers. Viewed as a scientific novel (specifically in epistemological terms), we operate an epistemological inversion: we will use the theoretical framework of the underground man to study the methods (notably psychoanalysis and dialectical materialism) that were used to study him [the underground man]. As results, we demonstrate psychoanalysis as a pseudoscience and dialectical materialism when used in historical sciences as a protoscience. We conclude by identifying in the “underground method” the characteristic features of skepticism as a philosophical basis for scientific practice.

Keywords: Russian literature; Scientific methodology; Skepticism.

Introdução

Notas do Subsolo, ou *Diários* ou *Memórias do Subterrâneo* (várias combinações de traduções são encontradas), de Dostoiévski, é uma novela em primeira pessoa, com um narrador-personagem que

não diz seu nome, que já fora abordada sob uma série de perspectivas. A maior parte delas, entretanto, tem viés psicanalítico ou histórico, voltando-se para a psiquê do sujeito narrador como um sujeito perturbado ou remontando o contexto de crítica ao pensamento de sua época operado literariamente por Dostoiévski.

No presente artigo, operaremos uma inversão teórico-epistemológica e metodológica: usaremos o arcabouço teórico do homem do subsolo para estudar os métodos (notadamente psicanálise e materialismo dialético) que foram usados para estudá-lo [ao homem do subsolo]. Em se tratando de um artigo derivado de pesquisa aplicada (temos por objeto uma obra literária a ser investigada no seu conteúdo), não será escopo do presente a teorização preliminar ampla a respeito da construção histórica da noção de Verdade Científica nem todo o processo de investigação linguística dos critérios de legitimidade do fazer científico em ciências humanas, posto que esses percursos contemplam um esforço de investigação em ciência básica/pura que tomaria a extensão de, ao menos, um outro artigo completo *per se*. Pressupomos que o leitor, em sendo um cientista humano (em formação ou formado), compreende minimamente as bases científicas do seu fazer ou interessa-se por ele. Aqui, então, partiremos já da nossa opção pela vertente essencialista de Wittgenstein. Para fins de transparência e didatismo, indicamos três leituras outras que podem ser de valia ao leitor interessado pelos alicerces em pesquisa básica que sustentam esta pesquisa aplicada: a) o próprio *Tractatus logico-philosophicus* de Wittgenstein (1968), com a consolidação e sistematização dos critérios e limites do conhecimento segundo sua filosofia da linguagem, um trabalho de verticalização da estrutura do conhecimento e de fonte primária (o próprio filósofo da linguagem que o estrutura); b) o artigo *A classificação dos projetos e teorias da verdade e o lugar da teoria da correspondência e do pragmatismo* de Eduardo Simões (2019), que localiza, dentro do rol de teorias da verdade mais relevantes produzidas até a contemporaneidade, o projeto de Wittgenstein do qual nos valem e permitirá ao leitor conhecer o espaço disciplinar que serve de sorvedouro para as mais diversas teorias da verdade e enveredar-se por elas conforme seu interesse; c) a tese de doutoramento intitulada *Anticristos econômicos e as filosofias da antiguidade clássica em Deuses econômicos de Dyonelio Machado*, de Rafael Sarto Muller (2023), em especial nos itens 2.2 (Bases epistemológicas da metodologia) e 3 (Seção I), em que são contemplados de forma mais extensiva (pela liberdade de laudas para o fazer) os percursos linguísticos que dotam de poder e crivo de verdade as autoridades, demarcadas topograficamente por suas titulações.

Para tanto, retoricamente, valemo-nos de três seções: a) na primeira, uma revisão de literatura não sistemática de artigos recentes que abordaram a obra, apontando aquilo que consideramos alguns achados e conclusões de interesse para nosso recorte de pesquisa; b) na segunda, a análise mais pormenorizada da psicanálise enquanto método (tal qual aplicada à obra), usando o método do subsolo; c) na terceira, a análise mais pormenorizada do materialismo dialético enquanto método (tal qual aplicado à obra), usando o método do subsolo.

Em nossas conclusões, apresentaremos, enfim, que escola metodológica representa o homem do subsolo e que possui esse aspecto meta-metodológico: um método científico capaz de avaliar a cientificidade das ciências.

O olhar da ciência atual sobre o homem do subsolo

No trabalho de Amorim (2021), o homem do subsolo é comparado a Hamlet em virtude do contexto de escrita da obra – a alta probabilidade da influência shakespeariana sobre Dostoiévski – e pelo critério da angústia que marca uma consciência atormentada por questionamentos sobre si mesmo. Ele também acompanha Bakhtin considerando que o escritor rejeitava premissas monológicas, usando-se de modo dialógico para abordar a personalidade do protagonista como objeto de reflexão.

Brandão e Vaucher (2021, p. 326) destacam um homem “ser de pulsões, paixões, identificações, complexos, traumas e caprichos [...] agressivo, desonesto e imoral”, tudo por vantagem, algo que todos nós seríamos. A abordagem dos autores é psicanalítica, creditando ao homem do subsolo duas impressões de destaque aqui: a) “homem que quer provar narcísica e sadicamente o impacto que o encontro com sua natureza lhe causa e o direito de ter posse do relato da própria miséria. O direito de compartilhar um detalhado desvelamento de seu fracasso, desde que isso tenha forma de liberdade” (Brandão; Vaucher, 2021, p.313); b) “homem, metamórfico, dual, contraditório, que pulsa vida e morte, que se aprisiona e se liberta, que em sua consciência crítica se julga, condena-se e se absolve, mas, em seu subsolo psíquico, apenas é o que não pode deixar de ser” (Brandão; Vaucher, 2021, p.313).

Na linha dos anteriores segue Villaça (2021), pontuando a negação (segundo interpretação psicanalítica) de um sujeito que afirma em texto publicado que não publicará a narrativa e enfocando aquilo que chama suas insuficiências, alinhado com a noção de ser humano enquanto sujeito de faltas.

Farina (2021) debruçará sobre a noção de doença do homem do subsolo, como decorrente de sua consciência exagerada e que o tornaria inapto para a ação, levando-o à introspecção, numa abordagem também que enfoca o sujeito e sua psiquê, chegando a considerá-lo vítima e carrasco de si mesmo, tomando essa contradição como própria do ser humano.

Cabral (2016, p. 166), de viés materialista histórico e crítico, destacará que

Memórias do Subsolo ultrapassa infinitamente o papel de opositor das ideias materialistas dos jovens radicais russos, visto que sua escrita comporta um conteúdo material tão significativamente explosivo que foi capaz de fazer frente a toda filosofia materialista que se inscreveu na tradição dialética hegeliano-marxista, tematizando o “fato trágico” a partir da desconstrução de todas as falsas reconciliações do materialismo moderno.

Fernandes (2021) terá orientação também mais contextual, olhando às correntes de pensamento à época, notadamente racionalismo e romantismo, que serão trabalhadas na novela. Ele dirá: “a certeza de que as ideias materialistas e utilitaristas seriam o suficiente para guiar a ética humana, sem que fosse preciso recorrer aos preceitos religiosos do sacrifício cristão, despertou forte discordância em Dostoiévski” (Fernandes, 2021, p. 144). É nessa sequência que afirmará o desespero do homem do subsolo perante os desafios morais que a limitação da ciência (via seu determinismo) imporia ao ser humano moderno.

Silva e Giacomelli (2022) recortarão exatamente, na sequência do anterior, a questão do determinismo dentro da novela russa. Com enfoque interdisciplinar, trazem do determinismo na física clássica de Laplace ao princípio da incerteza de Werner Heisenberg (característico da física moderna) as perspectivas de análise para equiparar o problema filosófico interposto na obra de Dostoiévski. A noção de loucura, tão comum inclusive ao estereótipo do “cientista maluco”, estaria aí amalgamada também no homem do subsolo em decorrência da extrapolação do determinismo laplaciano.

Como se depreende, os quatro primeiros trabalhos adotam paradigma psicanalítico, os dois seguintes, materialista dialético, e o último seria o único de abordagem diversa – curiosamente, uma

abordagem que toma a Física (Laplace e Heisenberg) como ponto de partida para pensar a Literatura, num exercício importante de interdisciplinaridade. Partamos, então, deste último, que seria o único para o qual faltaria seção específica na estrutura deste artigo e que muito se aproxima de um ponto que consideramos central no “método do subsolo”: o embate entre determinismo e livre arbítrio. O homem do subsolo dirá:

Se às vezes queremos coisas absurdas, isso se deve ao fato de que nessa coisa absurda nós vemos, por burrice nossa, um caminho mais curto para obtermos uma vantagem antecipadamente presumida. Bem, quando tudo isso estiver explicado e exposto numericamente no papel (o que é perfeitamente possível, porque é indigno e sem sentido crer antecipadamente que haja leis da natureza que o homem nunca descobrirá), então, evidentemente, não existirão as chamadas vontades. Pois, se a vontade um dia coincidir completamente com a razão, nós iremos raciocinar e não querer, propriamente, porque é impossível, por exemplo, conservando a razão, desejar coisas sem sentido, indo, desse modo, conscientemente contra a razão e desejando algo que nos prejudique... E, como todos os desejos e raciocínios poderão ser realmente calculados, pois algum dia serão descobertas as leis do nosso assim chamado livre-arbítrio, então, conseqüentemente, além de anedotas, também será possível estabelecer-se algo como uma tabela, de tal modo que nós realmente teremos desejos de acordo com essa tabela. Porque se, por exemplo, um dia me provarem com cálculos que se eu fiz um gesto obsceno com o dedo para alguém isso se deu precisamente porque não poderia deixar de fazê-lo, e porque era exatamente aquele dedo que eu deveria mostrar, então o que restará de livre em mim, especialmente se sou uma pessoa instruída e com um curso completo de ciência em algum lugar? (Dostoiévski, 2009, p. 37-38)

O homem do subsolo é uma pessoa instruída e com um curso completo de ciência, afirmando o seu lugar de, com seu texto, empreender uma descrição científica de como vê o mundo. Tomando o mundo por um sistema de coisas, o seu processo de conhecimento será estocástico (iterativo, heurístico, somativo): não se pode determinar uma origem única para tudo e tomamos conhecimento de algo mais sempre a partir de um algo anterior ao qual nós identificamos alguma relação (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1993). Um constante “puxar o fio da meada” que, ainda que nunca nos leve à solução única e original dos problemas que nos propomos, não deixa de ser um caminho a ser percorrido, pelas benesses potenciais que o conhecimento nos provê a cada momento. Ainda que do ponto de vista estrutural seja também impossível determinar se de fato estamos frente a um sistema de solução impossível ou de soluções infinitas (e não um sistema com soluções determinadas), da lógica pragmática essa preocupação não resulta em nada. Se o sistema possuir uma solução – se for possível chegar a uma origem única – continuar “puxando o fio da meada”, ou seja, fazer progredir o conhecimento, é um caminho válido. Se o sistema não possuir solução(ões)

determinada(s), se há algo infinitesimal de incognoscível no cosmos, ainda assim o caminho investigativo (e a dificuldade associada à sua falta de solução) amplifica repertórios comportamentais dos investigadores, reduz o tamanho do incognoscível, sendo também proveitosa a pesquisa (menos a pesquisa cunhada “inútil”). Em resumo, a decisão de conhecer ou não é uma função independente da variável booleana “existe ou não uma solução original única”.

Cartografando o conhecimento, portanto, temos um ideal para além do limite, logicamente impossível, que corresponde ao “quando tudo isso estiver explicado e exposto numericamente no papel” do homem do subsolo de Dostoiévski. Por “cartografando”, remetemo-nos à abordagem do conhecimento e da linguagem encontrada no *Tractatus logico-philosophicus* de Wittgenstein (1968), em que ele organiza metateoricamente o mundo em sistema psicológico (estado de coisas do mundo, materiais e conceitos apreensíveis cognoscentemente) e sistema lógico-filosófico (operações lógicas operadas sobre as coisas do mundo, incluindo as extrapolações matemáticas como limite, infinito e nada, por exemplo). Considerar o sistema de mundo em que estamos postos como um sistema sem solução determinada é sinônimo de colocar a solução nesse lugar “para além do limite” do cognoscível, algo impossível. Veja-se que, fazendo-o, encontramos uma solução *ad-hoc* à falta de solução. Não a podemos descrever em sua essência, mas podemos a localizar, dar-lhes as coordenadas, e, com isso, direcionar o nosso caminhar na trilha do conhecimento. O subsolo apontará que essa situação final é “perfeitamente possível” (pode ser sugerida no plano ideal e localizada) e, logo mais na sequência, quando aplicada às coisas do mundo (o problema do desejo vs. razão), impossível (sua essência não pode ser racionalmente descrita, ainda que o quiséssemos).

Numa análise apressada, muitos acreditam aí encontrar uma contradição ou um paradoxo. Contradição ou paradoxo são rótulos dados por um observador que julga ver dois fenômenos opostos justapostos e, por sua própria incapacidade de explicar essa justaposição, diz-se angustiado. Entretanto, a relação entre os fenômenos observados é algo escolhido livremente pelo próprio observador: mudada a chave de análise, a contradição se desfaz. Tal qual Heisenberg, a posição de onde o observador observa ao fenômeno interfere na medição e, por consequência, na descrição dos fenômenos do mundo. Ainda que intuitivamente tomemos que os fenômenos do mundo são únicos (noção de estado de coisas wittgensteiniano), as suas descrições, mediadas pela linguagem e, antes, pela observação, são infinitas potencialmente, tanto quanto se opte por alterar a posição de

observação, coincidindo funcionalmente com a indeterminação de Heisenberg. Vejamos agora mais detidamente como isso se opera na linguagem do subsolo.

Para dizer que a situação é “perfeitamente possível”, ele estabelece as suas balizas: a) o oposto [impossível] é indigno; b) o oposto [impossível] é sem sentido; c) julgar como impossível é algo antecipado. Veja-se que o seu critério de “possível”, portanto, prioriza, em sua hierarquia axiológica, um critério de ação (pragmática): o resultado final do conhecimento talvez não chegue a termo (pois lá ao final talvez até seja mesmo impossível), mas isso não gera qualquer entrave para buscá-lo ou tentar aqui e agora. O impossível, portanto, está lá adiante – tal qual a baliza “c”. O sentido de nossa investigação em tentar explicar o mundo já está dado, fazer progredir o conhecimento científico – tal qual a baliza “b”: atingido o impossível, não haveria mais sentido para onde caminhar e chegaríamos a uma situação de vida vegetativa, em que tudo é auto-evidente e não há o que investigar ou falar. É o que Wittgenstein (1968) afirma ao dizer que sobre o que não se pode pensar, deve-se calar. Enquanto o impossível/incognoscível não ocorre, ao conhecer progressivamente o mundo, estamos agindo, e a ação é o que caracteriza o sujeito de caráter, o sujeito digno, como o sabemos de outros trechos da obra – baliza “a”.

Assim, ainda que compartilhem o radical da palavra, para o subsolo “possível” e “impossível” não são pares opostos que, juntos, implodem. Ao contrário, a oposição os torna complementares: o impossível localiza-se num futuro-limite, um ideal e um sentido, enquanto o possível localiza-se no aqui e agora que demanda ação.

O determinismo é apenas aparentemente incompatível com o livre-arbítrio por uma questão cartográfica: levado o livre-arbítrio para a extrapolação conceitual do determinismo (além dos limites de nosso mundo e de nossa linguagem), ele é impossível; mas no mundo clássico, onde há ainda uma parcela importante de não-saberes, o livre-arbítrio está, exatamente, em escolher aquilo que procuraremos descobrir, o passo de número um de um investigador científico. Ao final da onisciência, olhando para o passado, pode-se chegar à interpretação de que a escolha antes julgada “livre” não o fora livre assim – como na anedota do gesto obscuro – justamente pela mudança de posicionamento do observador (o que designa uma medição diversa e torna o fenômeno em si indeterminável), o que faz disso uma preocupação futura e, inclusive, improficua, a não ser a título

de exercício de lapidação das habilidades cognitivas do sujeito (para tornar-se inteligente e com consciência exagerada).

Essa é, inclusive, o pareamento que Silva e Giacomelli (2022) muito bem o fazem: há teorias científicas plenamente plausíveis para um recorte de mundo clássico, mecânico, donde as variáveis podem ser determinadas conjuntamente (como em Laplace); enquanto há outras teorias específicas para o estudo do mundo moderno, subatômico, quântico (como em Heisenberg), em que a medição (ou determinação) de uma variável influencia a medição de outra, imperando um relativismo que, se não fisicamente superável, deve ser ao menos declarado para que os pesquisadores suportem o erro embarcado em suas análises, retirando o caráter absolutista de que a Verdade Científica costuma se dotar. As extrapolações, conquanto sejam feitas, devem ser controladas, explicadas, justificadas transparentemente, pois a legitimidade da ciência reside na sua transparência e comunicabilidade, que permite a sua reconstrução experimental e verificabilidade em termos, o ceticismo organizado para rever seus próprios atos quando eivados de vícios analíticos e assim por diante (Feyerabend, 1977).

O método psicanalítico de estudo do homem do subsolo

Essa legitimidade da ciência baseada em sua transparência faz parte da teoria epistemológica do subsolo. No mundo em que vivemos – e em que os leitores-modelo do homem do subsolo vivem –, a dita ciência está baseada em hierarquia, em figuras de autoridades, em juízes prontos a julgar o outro. Quando assim feita, age como uma hermenêutica e, portanto, como uma teologia moral. A transparência, ainda que associada diretamente à ciência, trata-se de uma decisão e um comportamento humano, de modo que destacá-lo significa, também, deslocar o crivo de legitimidade de algo intangível a algo material, observável, algo que condiz com a própria concepção do fazer científico. Encurtado o debate, não se trata de uma linguagem/roupagem científica, mas de um comportamento em prol da comunicabilidade e autonomia (prover ao outro de todas as informações necessárias à validação por conta própria).

Como o vimos, com o seu discurso, o primeiro passo do homem do subsolo foi abrir caminho para o conhecimento, dizê-lo possível, ousar conhecer, tornar-se inteligente. No mundo científico ideal, a verdade científica é aquela que se demonstra justificada e com justificativas minimamente críveis. A justificativa é o que afasta a soberania hierárquica: uma vez que um rei

precisa justificar seus atos, não possui qualquer autoridade, porque o que caracteriza uma autoridade é não precisar justificar-se, seus atos são tomados por autoevidentes, onipotentes, à proximidade de Deus (Proudhon, 1998; Laclau, 2016). O seu aspecto de crível, ou seu status de crença justificada verdadeira, por falta de nomenclatura melhor, consolida o elemento supramencionado que permitirá a discriminação de uma justificativa válida enquanto tal: trata-se do deslocamento referencial de conceitos intangíveis a fenômenos observáveis. Quando uma autoridade se vale de uma estrutura sintática que remete à justificação, mas, no conteúdo, reporta-se a conceitos intangíveis e inquestionáveis, o elemento de persuasão estará igualmente apoiado sobre uma superstição, um nome sem materialidade, um rótulo, um título – a autoridade em si mesma, transliterada.

A inteligência – o altíssimo custo de pensar, observar e verificar por si mesmo, exigindo a materialidade observável dos argumentos –, portanto, é uma afronta às autoridades de uma época e, segundo as leis do direito divino, deve ser punida. É aqui que o homem do subsolo se identifica, então, culpado de sua inteligência:

O mais importante é que, por mais que se reflita a respeito, de qualquer maneira resulta que eu sempre sou o principal culpado de tudo e, o que é mais lastimável, sou culpado sem culpa e de acordo com as leis da natureza, por assim dizer. Sou culpado, em primeiro lugar, porque sou mais inteligente do que todos os que me rodeiam. (Dostoiévski, 2009, p. 17)

Essa é uma situação vinculante e da qual não se pode escapar através da reflexão (por mais que se reflita a respeito) exatamente porque a reflexão é o comportamento essencial do indivíduo inteligente. O tom satírico que alguns leitores identificam na obra decorre de Dostoiévski colocar em relevo algo que não é usualmente questionado: a lógica das autoridades (os interlocutores do homem do subsolo). Também fora ridicularizado como sofista – e o próprio termo “sofista” é usado pejorativamente na contemporaneidade – Górgias, o filósofo que apontava já na antiguidade, nesse mesmo embate, como a métrica de inteligência usada em sua época não era a habilidade de pensar por conta própria, mas a habilidade de subordinar-se a uma autoridade e reproduzir os seus discursos (Costa Lima, 2006). O atualíssimo “obedece quem tem juízo”, como se obedecer fosse sinônimo de arrazoar – e o é, porque ao não o fazer, é-se condenado, culpado e punido pelas autoridades, trazendo desvantagens para si, como ocorre com o nosso homem do subsolo.

O conceito mesmo de “inteligência”, portanto, também não está dado. Esse rótulo “inteligência” pode ser usado para designar a métrica “comportamento de refletir” ou

“comportamento de obedecer” que, face às autoridades (uma contingência ambiental e histórica), diferenciam-se.

Para escapar à punição, deve-se obedecer ou, extrapolando o conceito, não fazer nada – deixar as coisas como estão; agir conforme a manutenção do status quo. Não fazer nada para mudar é sempre o que nos pedem as autoridades no poder. Escapar à punição, um ato de fuga-esquiva, é também associado a um ato de autorrespeito: ninguém há de desejar ser punido; esse tipo seria rapidamente cunhado masoquismo e falta de respeito consigo mesmo. Isso é tratado quase nos mesmos termos pelo homem do subsolo:

Pergunta: quem é ele? Resposta: um preguiçoso. Seria mais do que agradável ouvir tal coisa a meu respeito. Mostraria que fui definido positivamente, que há o que dizer sobre mim. “Um preguiçoso!” – isto é de fato um título, uma função, é uma carreira, senhores. Não brinquem com isso, é a pura verdade. Eu seria, então, por direito, membro do clube mais importante, e minha única ocupação seria passar todo o tempo me respeitando. (Dostoiévski, 2009, p. 28)

Essa ocupação de não fazer nada e escapar à punição das autoridades é uma opção à qual o homem não aceita. O seu limite enquanto revoltado, para usar um termo camusiano, é a sua condição de inteligente. O conceito de revolta em Albert Camus (2017) é um conceito limítrofe: a partir de um momento, sob um critério, o sujeito revoltado estabelece um limite que não será mais transpassado pelas contingências do contexto. O critério limítrofe passa a ser usado recorrentemente como critério a priori, uma autorregra. Como limite – e assim como a própria noção matemática de limite – é inapreensível, não corresponde a ponto nenhum no espaço porque está plotado no sistema lógico-filosófico segundo a cartografia wittgensteiniana do conhecimento (Wittgenstein, 1968). Como o dirá o homem do subsolo: “embora eu tenha declarado no início que, na minha opinião, a consciência é a maior infelicidade para o homem, eu sei que o homem ama a consciência e não a trocará por satisfação alguma” (Dostoiévski, 2009, p. 46).

Não sendo possível descrever em palavras esse limite intangível, Dostoiévski recorre a estratégias de oralidade. Parte da lógica da burrice (“é melhor não fazer nada”) para a inteligência revoltada e, no percurso, o ruidoso limite:

Conclusão final, senhores: é melhor não fazer nada! É melhor a inércia consciente! Pois, então, viva o subsolo! Apesar de eu ter dito que invejo o homem normal até a minha última gota de fel, nas condições em que o vejo, não quero ser ele. (Embora não pare de invejá-lo; não, não, o subsolo, em todo caso, é mais vantajoso!) Ao

menos, lá é possível... Ah! Estou mentindo agora também! Porque eu mesmo sei, como dois mais dois, que o melhor não é o subsolo, mas outra coisa diferente, completamente diferente, pela qual eu anseio, mas que jamais encontrarei! Que vá para o diabo o subsolo! (Dostoiévski, 2009, p. 48-49)

O homem que opta, portanto, por agir segundo a própria consciência, suportando a punição, é um *outlier* em relação ao fenômeno normal – outra coisa completamente diferente –, tomando por referência uma curva de distribuição normal que descreva o comportamento humano de um sujeito em relação a uma autoridade (obedecer ou desobedecer). Numa forma poética – e Dostoiévski mesmo em carta ao irmão aponta “que a poesia suavize e suporte tudo” – altera o “suportar a punição” que nós aqui escolhemos por “deixar de lado suas próprias vantagens e seguir caminho diverso do que lhes fora indicado”. Eis a citação direta:

Em primeiro lugar, quando foi que, no decorrer de milênios, o homem agiu movido apenas pelos próprios interesses? Que fazer com os milhões de fatos que demonstram que conscientemente, isto é, compreendendo perfeitamente suas verdadeiras vantagens, pessoas deixaram-nas de lado e lançaram-se por outro caminho, ao acaso, arriscando-se, sem que ninguém ou nada as obrigasse a isso, como se simplesmente não quisessem exatamente o caminho que lhes fora indicado e teimosa e voluntariosamente abriram outro, mais difícil, absurdo, tateando no escuro quase às cegas? Significa, pois, que para elas essa teimosia e esse voluntarismo eram de fato mais agradáveis do que qualquer vantagem pessoal... Ah, a vantagem! Que é a vantagem? Os senhores aceitariam a tarefa de determinar com absoluta precisão em que consiste a vantagem para o ser humano? E se acontecer que, em alguns casos, para o homem a vantagem não só possa, como também deva consistir, algumas vezes, em desejar para si aquilo que é ruim, e não o vantajoso? E, se isso é possível, se pode acontecer um caso como este, então a regra não vale nada. (Dostoiévski, 2009, p. 30)

Nesse ponto está o segundo passo para o conhecimento segundo o método do subsolo: se o primeiro foi abrir espaço para o conhecimento (considerá-lo possível), o segundo é a própria estocástica – refinar as teorias, melhorá-las, a partir da observação de interpretações naturais que escapem à regra geral (Feyerabend, 1977).

O método mais simples e amplamente utilizado em ciência é o método indutivo: da observação de uma série de fenômenos, extrair um caso geral a partir dos atributos que se mantêm constantes em todas as observações e esperar que a próxima observação, sob as mesmas condições, comporte-se de maneira similar. Naturalmente, há outras observações que fogem à expectativa, indicando uma falha teórica – “a regra não vale nada”. Duas são as opções perante o sujeito: ignorar a observação – um tipo de ocultismo, obscurantismo, negacionismo – ou lapidar a teoria. Via de

regra as teorias consideram, por uma limitação da própria cognição humana, apenas algumas variáveis julgadas principais para prever determinados fenômenos; perante os *outliers* surge a indicação de que outras variáveis menores, em conjunto, podem modificar o comportamento do objeto estudado e, com isso, sugere-se incrementar a teoria com mais variáveis para que a sua previsibilidade se torne mais fiável. Na mesma medida, pode ocorrer que determinadas variáveis, antes consideradas relevantes, não o sejam no grau até então esperado, sendo proveitoso rejeitar antigas teorias (método contraindutivo) para revisitar – por vezes do zero; por vezes apenas de um estado ligeiramente mais primitivo – o conjunto de variáveis e reavaliá-los. Em ambos os casos, há uma postura esperada do cientista: pró-compreensão do mundo e desapegada de sua própria teoria (ela pode estar errada ou ser insuficiente). Se a missão do cientista deixa de ser a favor da descrição/narração do mundo para adotar uma postura moralista e julgadora que busca demonstrar a grandeza de sua teoria tomada como de estimação, ele age como um missionário religioso, para as significações contemporâneas mais comuns.

Se, em tempo histórico, as missões religiosas ainda guardavam algo de progresso do conhecimento – com todos os problemas de exploração mercantilista e expansão imperialista associados – aqui recortamos o aspecto de uso e difusão da religião em sua forma degringolada, como uma forma de controle aversivo (através do medo) do conhecimento. Remetemo-nos, portanto, às imagens populares do ato de ousar conhecer como um pecado ou sacrilégio capazes de expulsar os homens do paraíso, na mesma linha da inteligência enquanto obediência e da ignorância como uma bênção.

Veja-se que, tomada a oposição entre ciência e religião como algo a priori e a ela associada a dicotomia entre bem e mal, incorre-se no risco de enveredar para uma hiper-simplificação que, em contexto de debate e refinamento metodológico, torna-se inadequado. Tolstói (2012) o delimita bem quando estruturando o seu anarquismo cristão (algo normalmente impensado para anarquistas que optam por radicalizar a repulsa às religiões), tomando a religião como um sistema orientativo (excluído o punitivismo, ao qual Tolstói associa à Igreja Ortodoxa Russa, e não ao Cristianismo em si) para as decisões humanas em termos de convivência, ética e condução autônoma da vida. Nesse sentido, ciência e religião tenderiam a cooperar entre si – a primeira descritiva e a segunda diretiva –, funcionando a religião, inclusive, como baliza ética para a aplicação da ciência, ou seja, o conhecimento gerado pela ciência, verificável, pode ser potencialmente irrestrito, mas a sua aplicação

nas relações humanas deve, antes, responder ao imperativo categórico kantiano (que se faz sinônimo suficiente, nos termos de Tolstói, da segunda lei de Cristo).

Interessantemente, essa mesma concepção, da qual Dostoiévski – um homem de ciência – reconhece e compartilha, fora atacada por Freud. Duas citações, uma de cada um, sintetizam o embate:

Deus me envia, por vezes, instantes em que eu fico inteiramente tranquilo; nesses instantes, eu amo e me sinto amado pelos outros, e é nesses instantes que eu criei em mim um Credo onde tudo é claro e sagrado para mim. Esse credo é muito simples: crer que não há nada de mais belo, de mais profundo, de mais agradável, de mais razoável, de mais viril e de mais perfeito que Cristo; eu falo a mim mesmo com um amor não somente ciumento que não há nada mais, mas que não tem como haver. Mais ainda, se alguém me provasse que Cristo está fora da verdade, e se ficasse provado que a verdade não está em Cristo, eu preferiria então ficar com Cristo a ficar com a verdade. (Dostoiévski apud Arban, 1949, p. 157)

Depois das mais violentas lutas para reconciliar as exigências instintuais (Triebsansprüche) do indivíduo com as reivindicações da comunidade, veio a cair na posição retrógrada de submissão à autoridade temporal e à espiritual, de veneração pelo czar e pelo Deus dos cristãos, e de um estreito nacionalismo russo - posição a que mentes inferiores chegaram com menor esforço. Esse é o ponto fraco dessa grande personalidade. Dostoiévski jogou fora a oportunidade de se tornar mestre e libertador da humanidade e se uniu a seus carcereiros. O futuro da civilização humana pouco terá por que lhe agradecer. Parece provável que sua neurose o tenha condenado a esse fracasso. A grandeza de sua inteligência e a intensidade de seu amor pela humanidade poderiam ter-lhe aberto outro caminho de vida, um caminho apostólico. (Freud, 1987, p. 183)

A experiência delineada por Dostoiévski é – como o indicam as marcas superlativas – uma experiência limítrofe: “integralmente”, “tudo”, “sagrado”, “nada de mais [...]” e assim por diante. Além disso, em análise de tema-remata do parágrafo, a autonomia de pensamento do sujeito está posta antes e preliminarmente à deidade em “eu criei em mim um Credo onde...”. Dostoiévski está, portanto, acima de Cristo, usando-o como um conceito filosófico (e, especificamente, ético) balizador do conhecimento, donde o amor (que sente dos outros e expressa pelos outros) é mister, exatamente à imagem e semelhança da “lei do amor” tolstoiana e que se coaduna perfeitamente à sua epistemologia.

Freud, moralista e julgador, em vez de descrever à semelhança de um cientista, condena Dostoiévski à neurose e ao fracasso histórico, o qual, obviamente, não se materializou. A neurose,

que apesar dos excessivos deslizes de sentido¹, terá por elementos mais ou menos comuns os afetos negativos e a suposta inflexibilidade comportamental em relação a eles. Trata-se de rótulo improfícuo pragmaticamente: os afetos negativos funcionam como justificativa cognitivo-comportamental para a intervenção no mundo e o processo decisório racional perpassa a eleição de critérios [ético-morais] que serão elencados pelo sujeito em uma posição hierárquica tal e dos quais ele opta por não rejeitar jamais.

É dizer: uma postura: a escolha revoltada por algo de que não se pode prescindir. Neste caso, em que não há oposição implosiva entre ciência e religião, essa escolha dá-se por descrever narrativamente o mundo (ciência) e, em vez de julgar/qualificar o mundo (religião em sentido degringolado), usar de balizas éticas abstratas tomadas como as mais valiosas (Credo próprio, Cristo, lei do amor, ou uma ética pró-convivência humana antecedendo ao conhecimento e assim por diante) para julgar ao próprio comportamento (religião como orientativa da própria condução autônoma da vida). Não é à toa a máxima parafraseada dostoiévskiana em *Os Irmãos Karamázov* (1970): somos todos responsáveis por tudo e por todos, e eu mais que os outros. Fazer o que se escolhe fazer – o que já dá as pistas de que a vantagem maior a que o homem do subsolo se refere será a autonomia de pensamento:

Será que de fato não existe algo que seja mais caro a quase todos os homens do que suas melhores vantagens, ou (para não destruir a lógica) aquela mesma vantagem mais vantajosa (aquela que é sistematicamente omitida, de que falamos antes), que é mais importante e mais vantajosa do que todas as outras vantagens e que, para obtê-la, o homem está sempre pronto, se necessário, a afrontar qualquer lei, ou seja, ir contra a razão, a honra, o sossego, o bem-estar – numa palavra, contra todas essas coisas maravilhosas e úteis, apenas para alcançar essa vantagem mais vantajosa, a primeira, que para ele é mais cara do que tudo?

– Mas continua sendo uma vantagem – dirão os senhores, interrompendo-me.

– Permitam-me, nós vamos nos explicar, e a questão não se resume a um jogo de palavras, e sim a que essa vantagem é notável justamente porque destrói todas as nossas classificações e todos os sistemas que foram montados pelos amigos do gênero humano. Resumindo: ela atrapalha tudo. Mas, antes de lhes dar o nome

¹ É recorrente o recurso à complexidade amorfa como contra-argumento. A estrutura argumentativa dá-se julgando determinado como mais complexo do que o modo como é usado, mas sem que a isso se siga uma descrição narrativa dos atributos essenciais do conceito e seu modo de usar. Assim, a ampla profusão de topografias para um mesmo conceito é usada, coletivamente, como uma forma de invalidar qualquer crítica. Tendo um conceito tomado, aprioristicamente, como inapreensível (algo do plano lógico-filosófico à similaridade da incognoscibilidade, tradicional às deidades máximas), o argumento de autoridade de que o crítico não apreendeu o conceito (algo impossível) será inafastável. Essa estrutura retórica autocentrada, hermética, impede quaisquer críticas mais pungentes à psicanálise.

dessa vantagem, quero comprometer-me pessoalmente e, por isso, insolentemente declaro que todos esses maravilhosos sistemas, todas essas teorias que pretendem explicar para a humanidade quais são seus interesses verdadeiros e normais, para que ela, necessariamente almejando alcançar esses interesses, torne-se no mesmo instante boa e nobre – até o momento, na minha opinião, não passam de falsa lógica. (Dostoiévski, 2009, p. 31-32)

Veja-se que a intervenção intuída pelos seus interlocutores é de que ainda se tratará de uma vantagem, ao que o homem do subsolo aponta não se tratar de um jogo de palavras. É exato nisso: cunhar à autonomia de pensamento como uma vantagem não descreve como opera a autonomia no mundo, apenas a qualifica (um julgamento). Além disso, confunde-se “vantagem” e “desejo”, como se fazer o que se deseja (operado pelo prazer, por exemplo) fosse sempre uma vantagem e excluindo – antecipadamente – o fenômeno em estudo: o homem que age por opção própria. Para não aceitar a falha da teoria da vantagem (ou do desejo, ou do prazer), tapa-se os olhos para o processo decisional do homem do subsolo ou – como é mais sorrateiro – apenas o nega afirmando ser também “vantagem” ou “desejo”, sem justificativa, vez que o conceito de “vantagem” ou “desejo” usado, antes, para a definição da teoria não se encaixa com o que ocorrera agora.

Não é difícil notar, já pelo léxico, que a psicanálise se configura nessa religião: sua estrutura discursiva está construída de modo autorreferenciado para que os fenômenos que não se encaixem na teoria psicanalítica sejam ignorados (ou forçadamente encaixados, sem explicação). Se o homem age contrariamente ao esperado segundo sua consciência (a explicação lógica e probabilística), credita-se o fenômeno ao inconsciente. Credita-se, mas não explica ou justifica – algo próprio de uma autoridade, a autoridade do inconsciente. O mesmo ocorre com a estrutura da negação² e o profissional psicanalista: se o paciente afirma o que é esperado pelo analista, há concordância; se o paciente afirma o que não é esperado, credita-se à “negação”, mas também não se explica ou justifica descritiva ou narrativamente o fenômeno. Em todo caso, o mundo é estancado pela teoria.

Naturalmente, em termos pragmáticos, a importância da psicanálise não pode ser rejeitada. Exatamente por ter a estrutura absolutista de argumentação hermética – incompatível com a ciência – como fundamento, mas ter sido acreditada por longo tempo como tal [como ciência], ela acabou por gerar uma situação de insustentabilidade aos sujeitos que se submeteram a ela. Sabemos que situações insustentáveis fazem com que indivíduos ampliem a frequência de emissão de repertórios

² O hermetismo da negação fora já analisado por Muller (2023), no item 5.18 desta referência.

comportamentais novos, desenvolvendo novos repertórios (Skinner, 1978). Assim, tal qual a Metafísica de Aristóteles importou historicamente aos fundamentos da física pura, mas hoje é tomada como documento estético e histórico muito mais do que base incontestável para as físicas clássica e moderna, a psicanálise já cumpriu o seu papel histórico de balançar concepções antigas sobre o comportamento humano, mas já se demonstra pouco elucidativa para a psicologia e demais ciências humanas. O motor imóvel dos objetos com massa no mundo, ou o motor imóvel das ações dos homens (o inconsciente psicanalítico) são formas genéricas, facilmente associadas por sua incognoscibilidade a Deus ou outra deidade (tal qual Tomás de Aquino já o fizera), que não mais prestam à ciência moderna e passam, então, a cumprir função histórica, estética e de entretenimento.

De volta ao determinismo laplaciano, parte importante do método do homem do subsolo é a primeira etapa: a etapa que autoriza o progresso do conhecimento e da inteligência. Ela fixa o fato de que o progresso do conhecimento é possível – e é o sentido a se perseguir – justamente por ainda faltar-nos conhecimentos a serem conhecidos. A impossibilidade da totalidade, ainda que suficientemente crível, é uma ideia inapreensível, lógico-filosófica (tal qual o infinito, ou o universo, ou Deus), e, como tal, pode nos ser útil como par opositor da realidade material para um exercício cognitivo, mas não é motivo de preocupação para o agir em busca do conhecimento aqui e agora, olhando e descrevendo os fenômenos e a realidade sob suas diversas perspectivas. A psicanálise, ao encerrar as suas conclusões no ser humano como um “sujeito de falta” ou sempre, em última instância, condicionado pelo Inconsciente, limita o progresso do conhecimento – cria, portanto, seres limitados, à luz dos interlocutores do homem do subsolo. Novamente, a cartografia dos conceitos e seus complementares permite compreender os caminhos associativos de julgamento do comportamento humano. Uma vez que qualquer sujeito não é (princípio da identidade) o Todo, variando-se a chave de análise, sempre se poderá indicar algo que lhe falta quando confrontando-o a seu complementar. Se é completo, falta-lhe o vazio. Se é meio-completo, falta-lhe a outra metade. E assim por diante. Logo, o conceito “sujeito de falta” é um conceito universalmente aplicável e, portanto, não serve de chave de análise para qualquer discriminação entre sujeitos. Não diferenciando nada, não existe análise (na concepção de que toda análise envolve a divisão das partes segundo um critério diferenciador que prostará uma parte a um lado e outra a outro). Pragmaticamente, dizer “somos sujeitos de falta” ou “somos todos filhos de Deus” é o mesmo e, igualmente, que “o inconsciente conduz nossas ações” e “Deus escreve através de nós”.

A estrutura retórica psicanalítica, portanto, tem ojeriza ao progresso do conhecimento analítico e, para ignorar os fenômenos naturais exceptivos (*outliers*) que sua teoria não dá conta, aposta no julgamento moral e mera qualificação. É o que faz com os homens inteligentes que buscam descrever narrativamente a realidade com o grau mais hipertrofiado de detalhes, o nosso homem do subsolo. Assim, então, é a performance de julgamento desses pseudocientistas, essa sim, cheia de contradições (para o gosto pessoal da teoria):

O senhor tem sede de viver e ao mesmo tempo tenta resolver problemas vitais com uma barafunda lógica. E como são impertinentes e insolentes seus disparates e, ao mesmo tempo, como o senhor tem medo! O senhor diz absurdos e fica contente com eles; diz coisas insolentes, mas está o tempo todo com medo por causa delas e pede desculpas. O senhor afirma não ter medo de nada e, ao mesmo tempo, busca nossa aprovação. O senhor afirma que range os dentes e, ao mesmo tempo, fica fazendo graça para nos divertir. O senhor sabe que seus gracejos não são nada espirituosos, mas, ao que parece, está muito satisfeito com a sua qualidade literária. Talvez o senhor tenha sofrido realmente algumas vezes, mas o senhor não respeita nem um pouco o próprio sofrimento. Há alguma verdade no que diz, mas o senhor não tem pudor; pela vaidade mais mesquinha, o senhor fica exibindo sua verdade, no pelourinho, na feira... O senhor quer realmente dizer algo, mas, por medo, esconde sua última palavra, porque não tem coragem para proferi-la, e o que possui é apenas uma insolência covarde. O senhor se vangloria de ter consciência, mas só o que faz é vacilar, porque, embora sua inteligência funcione, seu coração está obscurecido pela depravação, e, sem um coração puro, é impossível uma consciência completa e justa. E como o senhor é importuno, insistente e afetado! Mentira, mentira, mentira! (Dostoiévski, 2009, p. 49-50)

Não se pode escapar de um riso quanto a isso: a pseudociência (da qual participam a psicanálise e os senhores opositores do subsolo) julgando a ciência mais criteriosa (do homem do subsolo) de “barafunda lógica” e seu cientista de neurótico, fracassado, importuno, insistente e afetado. Espirituosamente o homem do subsolo o demonstra e, mesmo assim, seus leitores reais (como os artigos revisados na seção anterior) fazem o mesmo que o próprio homem do subsolo o previra: cunham ao homem do subsolo de miserável, doente e insuficiente. A própria tradutora, em sua nota inicial, também enfatizará que o texto tem por objetivo ser “um texto com humor, provocativo e desafiador, para gerar polêmica e controvérsias” (Dostoiévski, 2009, p. 5), retirando-lhe a seriedade de seu conteúdo epistemológico de fundo, apto, inclusive, a servir de alicerce para a ciência moderna.

O homem do subsolo, entretanto, importuna, insistente e afetadamente, segue na sua luta de demonstrar a fixação religiosa inclusive daqueles que se dizem cientistas. Revoltar-se por tal ideal e botar isso em palavras seria, realmente, tão importuno assim? Como o julgará o próximo leitor real?

O método materialista, dialético e histórico de estudo do homem do subsolo

Se apresentamos aqui a psicanálise como uma pseudociência por recusar-se terminantemente a olhar para determinados fenômenos do mundo, as ciências históricas e o materialismo dialético conseguem, na melhor das hipóteses, mostrarem-se como protociências que ainda se predispõem a olhar – existe ao menos a possibilidade do conhecimento –, mas o seu olhar ainda tende a ser duramente enviesado. O limite entre pseudociência e protociência é sutil porque decorre de uma potencialidade, uma perspectiva futura efusiva, etérea: nenhuma das duas é ciência, mas a protociência o faz apenas por preguiça intelectual do pesquisador, não havendo na estrutura teórica nada que o impedisse frontalmente de trabalhar outra perspectiva. Se não o faz, é por [mau] hábito.

A dialética materialista, em especial as suas versões mais aproximadas do marxismo e de vertente histórica, focaliza uma variável que é aplicada como uma constante em seus estudos: o capitalismo. Naturalmente, é um conceito cujos limites são móveis e arbitrariamente escolhidos pelos estudiosos (como todo signo formado por significante “capitalismo” e o significado que adotarã), além de situado historicamente, o que faz com que ganhe outros rótulos de acordo com a época e a técnica disponível a cada momento, donde se reconhecem suas origens (por exemplo, o mercantilismo). Por cavalheirismo científico, entretanto, parece suficientemente assente que se trate de um modo de produção e circulação de bens e serviços baseado na luta de classes, com as devidas inclusões e exclusões de conceitos mais ou menos essenciais conforme os recortes também escolhidos pelo pesquisador: exploração, trabalho, mais-valia e assim por diante. Categorias que não existem materialmente (assim como o próprio capitalismo, comunismo, anarquismo etc), mas designam padrões suficientemente homogêneos de comportamentos humanos molares. Descrito narrativamente de modo breve, temos um protótipo de capitalismo com a ação de uma pessoa cercear acesso de outra pessoa a recursos essenciais à sua sobrevivência e, desse cerceamento, passar ao comportamento de negociar comportamentos do outro como forma de autorizar o acesso parcial. Domina-se a terra (recurso) pela força e negocia-se o trabalho (para lavrar a terra e diversificar

recursos extrativos), por exemplo. Ainda que a complexidade aumente exponencialmente com a multiplicação numérica e diversificação de atores e tecnologias, a unidade atômica material dos fenômenos abstratos (não materiais) humanos será, ainda, dada pelo comportamento humano.

Para se levar em conta a existência do capitalismo no embate entre história vs. literatura, necessariamente deve-se considerar que o capitalismo seleciona os textos que circulam, seja pela perspectiva do controle tecnológico sobre os meios de circulação de textos (imprensa, internet etc.), seja sobre a própria segregação socioeconômica de repercussão espacial, na distribuição e acesso, ou ainda nas formas de censura e propaganda política explícitas, vez que o sistema sustenta os modos representativos de governo. Dizer que o capitalismo assim o faz, em termos atômicos, seria descrever quais pessoas cerceiam o acesso a determinados textos de outras, negocia-o com terceiras e assim por diante. A posição que o pesquisador (historiador, literato etc.) ocupa, portanto, tem abarcado o risco de o seu acesso estar sendo cerceado sem o seu conhecimento. Em todo caso, o processo de amostragem histórica é muito potencialmente enviesado e a sua escrita, portanto, arriscadamente não será representativa do universo, da realidade das coisas.

Se esse caso já ocorre em termos gerais, o é ainda mais expoente nos casos em que o fenômeno de interpretação e escrita da história dão-se nos extremos da curva de distribuição normal em relação ao binômio principal quantidade e qualidade das fontes. Quando, para um fato investigado, tem-se apenas fontes oficiais e o Estado é parte interessada na contenda (denúncias de arbitrariedades antidemocráticas, por exemplo), o conjunto de documentos não pode ser tratado como uma representação amostral suficiente da realidade. O mesmo erro estatístico ocorre quando do excesso de fontes: o número de fontes originais sempre será suficientemente limitado – observadores diretos do fato –, de modo que a profusão excessiva de fontes indica um processo de multiplicação exponencial, a predominância de fontes secundárias, terciárias e assim por diante, sem que o historiador tenha necessariamente controle adequado sobre o processo de multiplicação para operar o cálculo reverso e tratar o sopesamento quantitativos dessas fontes. A história da aparente maioria – do discurso hegemônico – será tomado por verdadeiro. Isso tudo para não chegar à situação limite em que toda fonte – enquanto texto e discurso – é, em si, pré-tratada sem critérios conhecidos, já embarcando um erro no estudo.

Ora, se o capitalismo – para usar um termo englobante e acelerar o debate – é a chave essencial de análise do materialismo de viés marxista e ele seleciona, segundo seus instrumentos particulares, os textos que circulam e chegam às mãos do pesquisador, toda a análise do pesquisador estará, necessariamente, enviesada desde sua origem. Os resultados, por consequência, guardam distância da noção de verdade conforme usada no senso comum (conclusão comprovada e inquestionável ou autoevidente) e apresentam um aspecto ficcional também no recorte de análise.

Contraditoriamente, para suplantar o erro embarcado pelo capitalismo nos estudos históricos, será necessário que o historiador recorra a fontes não oficiais ou não científicas – senso comum, textos literários, os mais diversos modos de expressão dos povos locais. Para escapar à ficcionalidade da história dada pela triagem capitalista, deve-se recorrer à ficcionalidade da história dada pela literariedade dos textos coletados originalmente pelo historiador. Em todo caso, algum grau de ficcionalidade da história é inevitável (White, 1992) na origem e é o tratamento metodológico a partir disso que traz a possibilidade reduzir os erros, sopesando vieses em sentidos opostos e anulando-os (mas o critério dos “sentidos opostos” também será dado por uma escolha subjetiva do historiador). Alertar sobre a existência de graus de ficcionalidade na escrita da história e sugerir que estes devam ser quantificados, sopesados e comunicados ao leitor, portanto, faz parte de um trabalho ético da ciência (segundo os critérios já vistos de cartografia do conhecimento e legitimidade científica). Uma vez que aquilo que conecta núcleos de dados técnica-criticamente processados à interpretação discursiva é ficcional por natureza, alardear uma verdade absoluta (atestada por uma autoridade titulada historiadora) e ignorar/negar esse erro interpretativo potencial embarcado [da ficcionalidade] é uma forma de cercear ao leitor (por vezes ainda ingênuo, não letrado cientificamente) o acesso a informações essenciais (a informação de que falta informação, um tipo de informação negativa) que o permitiriam questionar a verdade científica e, daí, prosseguir na investigação científica, coletivizando um movimento em prol do conhecimento universalmente disponível.

A questão que se impõe ao historiador, portanto, é a mesma que o homem do subsolo põe aos senhores com quem dialoga: qual o critério usado para julgar a veracidade ou ficcionalidade de um relato? Ou, nos termos do homem do subsolo: “me respondam apenas: teriam sido determinadas corretamente as vantagens humanas? [...] por que acontece que todos esses estatísticos, esses sábios que tanto amam a humanidade, quando enumeram as vantagens humanas sempre omitem uma delas?” (Dostoiévski, 2009, p. 30-31). Isso ocorre por uma questão fatorial: sempre após listado todo

o rol de vantagens acreditado até o momento (assim como todos os comportamentos humanos, tal qual nossa unidade atômica material de análise), a insustentabilidade dessa situação limítrofe (supostamente integralmente determinada) acaba por produzir novos repertórios. A posição de conhecimento do estudioso influencia na medição (descrição) do conhecimento, dando espaço a uma nova medição (a partir de um terceiro-observador). Ignorar essa dinâmica sistêmica interrompe o progresso do conhecimento uma vez que rótulos totalizadores (união de categorias complementares, como o vimos) acabam por forjar uma sustentabilidade. A crença na autoridade que postula uma sentença e ela é tomada por integralmente verdade faz com que a autoridade jamais seja questionada pois acreditar-se-á já se ter conhecido tudo que havia por conhecer. É como o aforisma kafkiano: uma vez incorporado o mal, não se exige mais que se acredite nele. O mal já será crível automaticamente, elevado ao status de dogma.

Já o sabemos que a “vantagem humana” – para acompanhar o rótulo que sarcasticamente o homem do subsolo pega emprestado dos [agora cunhados aqui neste artigo] psicanalistas – em questão é a autonomia, uma liberdade com espontaneidade de ação e pensamento que faz o sujeito “senhor de si”, uma expressão implosiva que pressupõe uma vida em sociedade extinta de grandes discrepâncias em termos de poder e autoridade. Por extensão, o critério para a julgar a veracidade ou ficcionalidade de um relato é a autoridade. O sujeito-senhor-de-si tem controle apenas sobre seus próprios atos e discursos e, portanto, só pode dizer de si. Tudo que diz do outro é, também, a sua soberana e personalíssima interpretação (Iser, 1999), que pode estatisticamente acompanhar ou não determinadas coletividades. Nessa esteira, ao historiador observador – um intérprete literário, da literatura do sujeito que fala – cabe a autoridade e o crivo a seu bel prazer de julgar verdade ou ficção ao que ouve. Interpretar um texto, uma fala ou um fenômeno é um ato de autoridade e, para desfazê-la [a autoridade], como vimos, é necessária a justificação – do contrário, resvala em julgamento e condenação.

O homem do subsolo o apontara desde o início a problemática metodológica que isso engendra: “sobre o que um homem de bem pode falar com mais satisfação? | Resposta: sobre si mesmo. | Então, vou falar sobre mim” (Dostoiévski, 2009, p. 14). Assim também o é nas diversas partes do texto em que repete coisas como: “desejo lhes contar, queiram ou não ouvir” (Dostoiévski, 2009, p. 14); “Senhores, evidentemente estou brincando [...]; entretanto, nem tudo deve ser interpretado como brincadeira. Talvez eu graceje rangendo os dentes” [o crivo sobre gracejo ou

verdade é dos senhores] (Dostoiévski, 2009, p. 43); e “Talvez os senhores digam que não vale a pena meter-se comigo; nesse caso, posso responder-lhes da mesma forma. Estamos argumentando seriamente, mas, se não quiserem conceder-me sua atenção, não hei de me humilhar” (Dostoiévski, 2009, p. 47).

O materialismo, portanto, tem o potencial de afirmar-se enquanto ciência desde que, antes, reconheça a sua falibilidade, a ficcionalidade das fontes e os erros estatísticos embarcados desde eles, além da arbitrariedade subjetiva do pesquisador perante a organização de sua pesquisa. Sobre este último ponto, o cavalheirismo científico e a arbitrariedade da estruturação de uma pesquisa científica são emblemáticos de se dar destaque pois afetam diretamente o que seria a primeira lei fundamental da dialética materialista: a ação recíproca, unidade polar ou “tudo se relaciona” (Marconi; Lakatos, 2017).

A ideia de que “tudo se relaciona”, somada à performance materialista (olhar ao mundo material), acaba por deixar em segundo plano que o critério de existência de uma relação entre dois objetos é uma variável escolhida a priori pelo pesquisador (não está dada materialmente, em que pese haverem enxertado o rótulo “materialismo”) e, quando da descrição do fenômeno para o diálogo com pares e reflexão coletiva sobre o que se vê, entra em cena a linguagem, o discurso, que não é material.

Passando a um exemplo prático da obra aqui estudada, Dostoiévski também performa dois gracejos metafóricos para explicar caricatamente a questão. São eles:

o homem é constituído de modo cômico; em tudo isso, pelo visto, há um jogo de palavras. Mas dois e dois são quatro é, de qualquer modo, uma coisa extremamente insuportável. Dois e dois são quatro, na minha opinião, é pura insolência. Dois e dois são quatro olha para você com ar petulante, fica no meio do seu caminho com as mãos na cintura e cospe pro lado. Concordo que dois e dois são quatro é uma coisa excelente; porém, se é para elogiar tudo, então dois e dois são cinco às vezes é também uma coisinha bem encantadora. (Dostoiévski, 2009, p. 45).

Os senhores acreditam no edifício de cristal, para sempre indestrutível, ou seja, acreditam num edifício ao qual ninguém poderá mostrar a língua mesmo às escondidas, nem fazer-lhe uma figa com a mão no bolso. Bom, eu tenho medo desse edifício, talvez porque ele seja de cristal e indestrutível através dos séculos e porque não será possível mostrar-lhe a língua nem às escondidas.

Vejam os senhores: se em vez de um palácio houver um galinheiro, e se começar a chover, talvez eu suba no galinheiro para não me molhar, mas nem assim vou achar

que o galinheiro é um palácio, só por gratidão por ele ter-me protegido da chuva. Os senhores estão rindo e dizendo que num caso como esse tanto faz um palácio como um galinheiro. Sim, respondo eu, se o único objetivo de viver fosse não se molhar. (Dostoiévski, 2009, p. 46-47).

No primeiro trecho, inicia-se com o aspecto da verdade-autoridade, ao que o homem do subsolo, antidogmático, julgará insuportável, insolente e petulante. Na sequência ele o concorda que é excelente, agora pelo critério de verdade-demonstrada: matematicamente, com a demonstração e justificação, é uma descrição crível para o contexto (algébrico, no caso, já que o homem não faz o recorte de potencial soma vetorial, por exemplo, cujas direções influenciaram no módulo do resultado) – e, portanto, não-violenta, não-impositora.

O mesmo ocorre com o segundo trecho, em que o critério da existência-material (não existe palácio de cristal, mas existe galinheiro) é trocado pelo critério funcional “não se molhar”, situação para a qual são iguais.

Em ambos os casos, a demonstração acompanha a noção de ação recíproca ou unidade polar, que acaba por corroborar outros princípios da dialética como a mudança “tudo se transforma” e a luta dos contrários (Marconi; Lakatos, 2017). Esses todos, entretanto e mais uma vez, não estão dados, senão são postulados pelo pesquisador: contrários só o são contrários sob um ou poucos aspectos, mas não na totalidade. E toda conclusão de uma pesquisa, no ato de divulgar seus resultados, opera uma fixação momentânea de critérios, coisas e juízos, interrompendo o devir pressuposto da mudança.

Se um pesquisador que se diz materialista usa apenas o argumento do devir, por exemplo, ou a existência de um contrário (ou *outlier*), como receituários genéricos para rejeitar teorias outras e, comparativamente, criar uma sensação poética de maioridade de sua teoria, a sua postura será anticientífica. A existência de um fenômeno não coincidente com uma teoria revela, antes, uma condição relativa de restrição analítica e de validade, e não uma desabilitação absoluta.

Uma vez que toda teoria, todo resultado, toda reflexão e conclusão, são fixações momentâneas da realidade, rejeitar uma observação de outro pesquisador pelo simples fato de que “a realidade é mais complexa”, “as coisas não são estanques” ou “há uma situação eventual em que isso não ocorre” não se configuram como argumentos válidos porque são condições próprias da ciência. Rejeitá-las é rejeitar à ciência.

E aqui reside mais uma percepção cirúrgica do homem do subsolo:

declaro que todos esses maravilhosos sistemas, todas essas teorias que pretendem explicar para a humanidade quais são seus interesses verdadeiros e normais, para que ela, necessariamente almejando alcançar esses interesses, torne-se no mesmo instante boa e nobre – até o momento, na minha opinião, não passam de falsa lógica. (Dostoiévski, 2009, p. 32)

A isso ele o soma: “destruam meus desejos, apaguem meus ideais, mostrem-me alguma coisa melhor, e serei seu seguidor” (Dostoiévski, 2009, p. 47). Entretanto, em termos de metodologia científica, as ciências tais como feitas na contemporaneidade ainda não apresentaram esse algo melhor. Ao contrário, são hegemônicas na abordagem das ciências humanas os paradigmas psicanalítico (pseudociência) e materialista-dialético e histórico (protociência). Para piorar, optou-se por adotar, em especial nas ciências humanas, o critério do coerentismo como critério de verdade (Feyerabend, 1977). O coerentismo criticado em Feyerabend é aquele decorrente não da coerência interna entre observações, hipóteses e argumentos, mas a coerência externa, a simples profusão matemática/majoritária de autores referendando uma conclusão sem, necessariamente, reavaliá-la criteriosamente. É inevitável que, na ciência, valhamo-nos das pesquisas, resultados e conclusões alheias para prosseguir no conhecimento, posto que é impossível revisitar, a todo momento, tudo que foi produzido.

Há um quê importantíssimo de confiança necessária no trabalho ético do pesquisador/cientista. Apesar disso, em face das exceções, indícios que apontem a necessidade de refinamento de uma teoria, surge a necessidade de questionar as condições restritivas sob as quais a pesquisa pregressa operou. Se a simples profusão numérica de autores repetindo as considerações originais de um autor é tomada como critério de verdade a ponto de gerar um interdito ao questionamento da teoria original, incorre-se no perigo de condenar uma linha de conhecimento à pseudociência, como ocorrera com a psicanálise conforme descrito na seção anterior. Após o seu período de importância histórica, o seu curso de desenvolvimento migrou à autorreferencialidade e perdeu-se o caráter científico original (nos parâmetros de ciência à época, que já não são os mesmos).

No caso do método materialista-dialético, pruma-se, eventualmente (ainda não tão recorrentemente) à hipertrofia do devir, do “tudo se relaciona”, que são conceitos altamente universalizantes. Tais condições (para além do limite lógico-filosófico), já o vimos, têm seu escopo de aplicação restrito à função orientativa. Assim, a forma textual simplificada do “tudo se relaciona”,

por exemplo, orienta que tudo é potencialmente relacionável, sob as chaves de análise escolhidas pelo observador quando da estruturação de sua pesquisa para demonstrar algum fenômeno (comportamento humano). Se o “tudo se relaciona” passa a ser argumento para abandonar o estudo quantitativo e qualitativo das relações, recai-se na vida vegetativa. Isso porque a pesquisa tem por função estudar as relações entre as coisas do mundo sob seus mais diversos aspectos e não apenas o booleano (sim/não) se existe ou não determinada relação. Todas, já o postulamos como premissa, existem e, nesse aspecto, não haveria nada mais a fazer, assassinando-se à ciência. Veja-se, portanto, que, em última instância, o critério de cientificidade vai recair também num comportamento humano: manter variáveis as perguntas que faz ao mundo que olha.

A função do pesquisador, portanto, não é ler e referenciar. Isso é uma etapa pedagógica da formação do pesquisador. A hipertrofia do movimento de expansão das universidades, ampliando o número de ingressantes em percursos acadêmicos, parece ter auxiliado esse movimento de realização de revisões de literatura. Inevitável e, inclusive, proveitoso: sendo a primeira etapa prevista para os novos pesquisadores, é de louvar que isso se dê. Entretanto, proporcionalmente, o ato de pensar, questionar e verificar por conta própria foi colocado em segundo plano, pelo espaço que o ato de ler e comprovar a leitura (reproduzindo-a em textos produzidos pelos novos pesquisadores) exigiu desse novo movimento institucional.

Errar não tem sido uma preocupação grande, admitindo-se que se erre junto com outros pesquisadores, na mesma lógica da ampla multiplicação de fontes secundárias. Barrar esse movimento de expansão da atividade científica não é proveitoso à própria ciência (queremos, sim, mais pesquisadores), mas exige, então, a lapidação de passarmos a nos questionar sobre os critérios de veracidade científica. Se o número de citações múltiplas seguir sendo critério de veracidade e robustez, incorre-se no risco de se postergar absurdamente a identificação de erros originais (que vão sendo reproduzidos). Errar pode abrir espaço à criatividade e à inovação, mas isso só ocorre se o erro for reconhecido enquanto tal, o que demanda a dúvida e o questionamento do próprio fazedor de ciência. Errar acreditando cegamente que seguirmos corretos apenas faz perseverar o erro. Em termos de postura, gera-se um comportamento de manada e aceitação interna do corpo de titulados. Esse documento – título acadêmico – é entregue àqueles capazes de obedecer e reproduzir o falatório alheio. Obedecer, a medida psicanalítica de inteligência e consciência. A ciência hoje – ou o que as instituições científicas que assim se autoneciam – abandonou [se é que um dia teve] a busca

pela verdade e segue para a busca pelo poder. A lógica capitalista – já que é esse o crivo de análise do materialismo marxista – contaminou aos próprios pesquisadores que se dizem progressistas. Incapazes de contra-argumentar e muito acostumados à sua autoridade soberana e histórica nesse campo, os seus senhores dizem “que não vale a pena meter-se comigo [o homem do subsolo]”.

O silêncio só é a melhor resposta para um tirano, posto que se ele-tirano abre a boca para tentar justificar a sua autoridade, tropeça na própria burrice. Mais vantajoso ao tirano é calar-se, fingir sono (ou senti-lo de verdade, já que a argumentação científica lhe soa aos ouvidos como ruídos brancos ininteligíveis).

Essa é uma dinâmica relacional que também não escapa ao sujeito de consciência exagerada: a) do lado do tirano, “o ser humano é tão apaixonado pelo sistema e pela conclusão abstrata, que é capaz de fazer-se de cego e surdo somente para justificar sua lógica” (Dostoiévski, 2009, p. 33); b) do lado do homem do subterrâneo: “sou um tagarela, um tagarela inofensivo e enfadonho, como todos nós. Mas que se há de fazer se o único e evidente destino de todo homem inteligente é tagarelar, ou seja, dedicar-se propositalmente a conversas para boi dormir?” (Dostoiévski, 2009, p. 27-28).

Conclusões

Desconfio de que os senhores estão olhando para mim com pena; estão repetindo que é impossível um homem evoluído e esclarecido, em suma, um homem do futuro, vir a querer conscientemente para si algo desvantajoso; que isso é matemática. Concordo plenamente, de fato é matemática. Mas repito pela centésima vez: há apenas um caso em que o homem é capaz de, proposital e conscientemente, desejar para si algo até mesmo nocivo, idiota, até mesmo idiotíssimo, e é precisamente quando quer defender o direito de desejar para si mesmo algo idiotíssimo e não ficar obrigado a desejar para si apenas o que é inteligente. Isso é a suprema idiotice, isso é um capricho pessoal e, na verdade, senhores, pode ser o que de mais vantajoso haja na Terra para os nossos semelhantes, principalmente em certos casos. E, particularmente, pode ser mais vantajoso do que todas as vantagens, mesmo no caso de nos causar um mal indiscutível e de contradizer as conclusões mais corretas de nossa razão quanto a vantagens – porque pelo menos conserva para nós o mais importante e o mais caro, ou seja, nossa personalidade e nossa individualidade. (Dostoiévski, 2009, p. 39)

O trecho retoma alguns elementos essenciais debatidos ao longo deste artigo: a) a repulsa dos senhores ao homem do subsolo; b) a insistência atemporal do homem do subsolo em sua verborragia; c) o desapego aos juízos de valor (“idiotice”, “capricho pessoal”), já que só lhe interessa

a descrição dos fenômenos, e não o ato de autoridade de julgar e condenar; d) a radicalização da personalidade e individualidade – ou, nos termos do artigo, da autonomia ou liberdade com espontaneidade.

Essas características, em conjunto, remontam as figuras históricas que ficaram conhecidas como sofistas ou céticos, aos quais se aproximam outros, como os cínicos, uma escola helenística assemelhada nas concepções, porém mesmo verborrágica que os céticos (Martins, 2022). Sofistas, céticos e cínicos, todos nomes entrados para a história com conotação negativa, vez que a história fora escrita pelos poderosos. Eles-cínicos, por exemplo, que sequer faziam questão de serem cidadãos (Machado, 1976), tamanho o desinteresse deles no poder centralizador e organizador – o poder a que hoje chamamos “Estado”. Também eram, nessa esteira, os filósofos mais próximos do homem comum, do povo (Smith, 2004), não tendo nem por vezes um método bem definido para além da dúvida sistemática (Eva, 2005). Esses que se transmutaram nos atuais anarquistas e que, na literatura, encontram em Skinner (1978) a sua expressão máxima. Para ele, a literatura é uma forma metafórica e narrativa de descrever o comportamento humano e o fazer poético é um fazer de urgência, quando a descrição do mundo segundo o linguajar científico apenas ainda não é possível pois a ciência é lenta em sua sistematização (Skinner, 1978). Antidogmáticos e antiautoritaristas rejeitam necessariamente a verdade-autoridade e toda ciência (e cientista) que apenas grita alto [sem se justificar] que o seu fazer uma ciência.

Nesse mundo de contradições – para agradar aos senhores materialistas dialéticos e trazê-los ao diálogo para o desenvolvimento em conjunto das suas (e nossa) teorias –, se disserem a um homem do subsolo que a ciência é essa que está posta (psicanálise, materialismo histórico-dialético em sua versão degradingolada), ele se dirá crítico da ciência e a rejeitará, assumindo o risco de ser chamado inclusive louco, negacionista ou incompetente, ridicularizado mesmo. A sua preocupação seguirá sendo com a ciência transparente, e não com sua própria imagem. É um revoltado da ciência. Mas se admitirem que de fato não há cientificidade nos modos como as pesquisas humanas estão engendradas, o homem do subsolo concordará e trabalhará em conjunto. Não há desejo em polêmicas vazias porque nem sequer há desejo (esse conceito é pseudocientífico/psicanalítico). O homem do subsolo, enquanto um homem revoltado, por livre-arbítrio jogou no lixo seu próprio livre-arbítrio quando o assunto é defender a consciência (ou a ciência transparente, termos usados aqui como sinônimos).

Por fim, se a literatura é apenas uma forma metafórica e narrativa de descrever o comportamento humano, cabe-nos acompanhar nosso teórico do subsolo, uma obra tanto literária quanto científica, assim como este artigo:

Um edifício está sendo erigido torto. O homem do subsolo, exatamente aquele que convive com as fundações, alerta às equipes de engenharia. Ele, sozinho, não pode fazer nada. Resta-lhe tagarelar, mas a equipe de engenharia já está no terceiro andar, o edifício já faz que tomba, mas de lá do alto da autoridade do prédio torto, ninguém vê nem escuta ao homem do subsolo. Alguém descera para ouvi-lo e conhecer o subsolo, ou a fé que os senhores têm nos céus é grande e absoluta demais para isso?

Referências bibliográficas:

AMORIM, Thâmara. Dois Hamlets Russos: a influência shakespeariana na construção dos arquétipos do “homem supérfluo” e do “homem do subsolo”. **Revista Crises**, v. 1, n. 1, p. 83, 21 abr. 2021. DOI 10.51359/2763-7425.2021.250253. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/crises/article/view/250253>. Acesso em: 9 nov. 2023.

ARBAN, Dominique. **Correspondance de Dostoiévski**. Paris: Calman-Lévy, 1949. Tome I.

BRANDÃO, José Eduardo Fonseca; VAUCHER, Tanara Dourado Arejano. O “herói” demasiado humano de Memórias do Subsolo de Fiódor Dostoiévski. **RUS (São Paulo)**, v. 12, n. 20, p. 311–326, 23 dez. 2021. DOI 10.11606/issn.2317-4765.rus.2021.191524. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rus/article/view/191524>. Acesso em: 9 nov. 2023.

CABRAL, Jimmy Sudário. Transcendência e Materialismo em Memórias do Subsolo. **Numen**, v. 19, n. 1, 29 dez. 2016. DOI 10.34019/2236-6296.2016.v19.22028. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/22028>. Acesso em: 9 nov. 2023.

CAMUS, Albert. **O homem revoltado**. Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, 2017.

COSTA LIMA, Luiz. **História. Ficção. Literatura** [recurso eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Notas do subsolo**; tradução do russo de Maria Aparecida Botelho Pereira Soares. Porto Alegre: L&PM, 2009.

_____. **Os Irmãos Karamazov**. São Paulo: Abril Cultural, 1970.

EVA, Luiz Antonio Alves. O primeiro cético (acerca da coerência do pirronismo). In: Silva Filho, Waldomiro José (org.). **O Ceticismo e a possibilidade da Filosofia**. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2005, p.45-86.

FARINA, Diego Lock. Ser (e deixar de ser) o homem doente, o homem mau e o homem desagradável: notas sobre Memórias do subsolo. **RUS (São Paulo)**, v. 12, n. 20, p. 44–64, 23 dez. 2021. DOI 10.11606/issn.2317-4765.rus.2021.191500. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rus/article/view/191500>. Acesso em: 9 nov. 2023.

FERNANDES, Arlene. Racionalismo e romantismo em “Memórias do subsolo”, de Dostoiévski. **RUS (São Paulo)**, v. 12, n. 18, 29 abr. 2021. DOI 10.11606/issn.2317-4765.rus.2021.180977. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rus/article/view/180977>. Acesso em: 9 nov. 2023.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

FREUD, Sigmund. Dostoiévski e o parricídio. 1927. In: STRACHEY, James (ed.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 21, p. 181-200.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético vol. 2**. São Paulo: Editora 34, 1999.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2010.

LACLAU, Ernesto. Desconstrução, pragmatismo, hegemonia. In: MOUFFE, Chantal (org.). **Desconstrução e Pragmatismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 77–105.

MACHADO, Dyonelio. **Deuses econômicos**. Porto Alegre: Editora Garatuja, 1976.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

MARTINS, Jasson da Silva. O cinismo como crítica à tradição. **Revista Húmus**, [S. l.], v. 12, n. 37, 2022. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/20447>. Acesso em: 17 maio. 2023.

MULLER, Rafael Sarto. **Anticristos econômicos e as filosofias da antiguidade clássica em Deuses econômicos de Dyonelio Machado**. 2023. 253f. Tese (Doutorado em Letras – Literaturas de Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2023.

PROUDHON, Pierre Joseph. **A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: L&PM, 1998.

SILVA, Fábio Veiga Da; GIACOMELLI, Alisson Cristian. A Física que dá medo: o determinismo nas entrelinhas da obra “Memórias do subsolo” de Fiódor Dostoiévski. **Revista Insignare Scientia - RIS**, v. 5, n. 4, p. 177–197, 21 dez. 2022. DOI 10.36661/2595-4520.2022v5n4.13042. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RIS/article/view/13042>. Acesso em: 9 nov. 2023.

SKINNER, Burrhus Frederic. **O comportamento verbal**. São Paulo: Cultrix, 1978.

SMITH, Plínio Junqueira. **Ceticismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SIMÕES, Eduardo. A Classificação dos projetos e teorias da verdade e o lugar da teoria da correspondência e do pragmatismo. **Perspectivas**, v. 2, n. 2, p. 19–38, 16 nov. 2019.

TOLSTÓI, Liev. **Os últimos dias** [recurso eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VILLAÇA, Davi Lopes. Memórias do subsolo: dificuldades interpretativas. **RUS (São Paulo)**, v. 12, n. 20, p. 26–42, 23 dez. 2021. DOI 10.11606/issn.2317-4765.rus.2021.191522. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rus/article/view/191522>. Acesso em: 9 nov. 2023.

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don D. **Pragmática da comunicação humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação**. São Paulo: Cultrix, 1993.

WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

Miami Sound Machine: Notas de Pesquisa Sobre o Projeto de uma Banda do Exílio Cubano

Miami Sound Machine: Research Notes on the Project of a Cuban Exile Band

Igor Lemos Moreira

Pós-doutorando em História
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
igorlemoreira@gmail.com

Recebido: 24/01/2023

Aprovado: 27/02/2024

Resumo: Fundada nos anos 1970, a *Miami Sound Machine* foi uma das principais bandas a representarem as comunidades cubanas exiladas globalmente. Liderado por Emílio Estefan, o grupo se tornou mundialmente conhecido após o *single Conga* (1985) e por ter tido como vocalista ao longo de toda a sua atividade a cantora Gloria Estefan. No entanto, apesar de sua importância para as culturas do exílio cubano, poucos são os estudos que analisam a proposta e produção da *Miami Sound Machine*. O presente artigo propõe um primeiro estudo sistemático sobre o grupo, em formato de notas de pesquisa, como parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla sobre a biografia política e artística da cantora Gloria Estefan. A partir da análise da trajetória do grupo e de seu primeiro álbum, orientado pelas relações entre História e Música, pelos Estudos sobre Performance e os estudos de trajetória, demonstramos de que forma foi elaborado um projeto artístico que representasse um determinado projeto sobre o exílio e, mais particularmente, sobre a experiência cubano-americana defendida pelo *Miami Sound*.

Palavras-chave: Música Latina; Exílio Cubano; Identidades Artísticas.

Resumen/Abstract: Founded in the 1970's, *Miami Sound Machine* was one of the leading bands to represent Cuban exile communities globally. Led by Emílio Estefan Jr., the group became known worldwide after the single *Conga* (1985) and for having had singer Gloria Estefan as a vocalist throughout its activity. However, despite its importance for the cultures of Cuban exile, there are few studies that analyze the production and proposal of the *Miami Sound Machine*. The present work is based on the proposal to carry out a first systematic study of the group, in the form of research notes, as part of the results of a broader research on the political and artistic biography of the singer Gloria Estefan. From the analysis of the group's trajectory and the analysis of its first album, guided by references from Music History, Performance Studies and Latin American Studies, we demonstrate how an artistic project was elaborated that represented a certain narrative about the exile and, more particularly, on the Cuban-American experience advocated by *Miami Sound*.

Palabras clave/Keywords: Latin Music; Cuban exile; Artistic identities.

Introdução

Conhecida como uma das principais artistas da *Latin Pop Music*, Gloria Estefan iniciou sua carreira como vocalista da banda *Miami Sound Machine*. Criado na década de 1970, o grupo integrou o movimento artístico-cultural de artistas cubanos exilados em Miami conhecido como *Miami Sound*¹. Reunindo artistas, produtores e músicos, o movimento buscava na arte uma linguagem política, cultural e social para representação da identidade cubana no exílio, alimentando assim um pertencimento que ficou entendido como cubano-americanismo. Inicialmente, a banda tinha como únicos integrantes homens, liderados por Emílio Estefan, e posteriormente veio a modificar seu nome e projeto artístico com a entrada das primeiras artistas femininas, Mercè Navarro e Gloria Fajardo, como era então conhecida Gloria Estefan. Ao longo dos anos 1970, a *Miami Sound Machine* lançou uma série de projetos², que levaram a sua constante modificação autoral e identitária, garantindo ao grupo um contrato com a *CBS Discos International*³ na virada para a década de 1980.

O eixo das produções da banda na época estava ligado ao movimento *Miami Sound*, sendo a melhor definição a noção de: hibridismo linguístico e sonoro (GARCÍA CANCLINI, 2015). Segundo Perez Firmat (2012), o *Miami Sound* foi um movimento que articulou artistas exilados de primeira geração, inclusive os filhos nascidos nos EUA dos primeiros cubanos que partiram ao exílio, com foco em construir um movimento coletivo que dialogasse com aspectos da cultura cubana popular com o *mainstream* estadunidense. O espaço principal desses projetos foi o campo musical

¹ Neste artigo, como veremos adiante, defende-se a hipótese que o *Miami Sound* configura um movimento artístico-musical que envolveu a construção de um projeto colaborativo marcado por aproximações e distanciamentos entre seus integrantes, mas que tinha como fio condutor a construção de representações e identificações cubanas no exílio. Essa perspectiva dialoga, mas principalmente se contrapõe, a qual define o *Miami Sound* unicamente como um gênero musical, a exemplo da hipótese de Gustavo Perez-Firmat (FIRMAT, 2012).

² Junto a Gloria Estefan, a banda *Miami Sound Machine* (renomeada no final dos anos 1980 como *Gloria Estefan and Miami Sound Machine*), lançou entre 1977 e 1989 aproximadamente dez álbuns de estúdio (sem contar compactos, singles e outros fonogramas promocionais). Foram estes: *Live Again/Renacer* (Audiofon, 1977), *Miami Sound Machine* (Audiofon, 1978), *Imported* (CBS International, 1979), *MSM* (CBS International, 1980), *Otra Vez* (CBS International, 1981), *Río* (CBS International, 1982), *A Toda Máquina* (CBS International, 1983), *Eyes of Innocence* (Epic Records, 1984), *Primitive Love* (Epic Records, 1985), *Let it Loose* (Epic Records, 1987). Tais projetos transitavam em meio a diferentes projetos, mas foram centrais para a consolidação do perfil *pop* do grupo e de Gloria Estefan, conforme defende Moreira (MOREIRA, 2023). Para saber mais, recomendamos a leitura de: MOREIRA, Igor Lemos. **Uma voz da cubanidade no exílio: Gloria Estefan entre representações e engajamentos**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, Santa Catarina. 566p. 2003.

³ Fundada em 1962, a CBS Discos International iniciou com circulação em países Europeus e da Oceania como uma espécie de alternativa à Columbia Records a partir de 1976. Nesse período, fixou polo na Flórida, a partir de onde começou a visar o mercado latino-americano, com a produção e lançamento de artistas como Julio Iglesias, Miami Sound Machine, Grupo Variedad, Abba e José Luis Rodríguez. Posteriormente, em 1991, foi incorporada ao grupo Sony, que manteve a sede das operações na Flórida, mas alterou seu polo para Miami Beach.

(ABREU, 2015), no qual músicos passaram a experimentar a mistura de gêneros como *son*, *montuno* e *guaguanco* ao *jazz*, *rock* e a *disco music*. O uso da alternância entre o inglês e espanhol foi percebida como um mecanismo linguístico importante, pois permitia apresentar o próprio caráter híbrido desses artistas que ocuparam o principal palco da vida cultural do exílio em Miami: *A Calle Ocho*.

A avenida *Calle Ocho*, convertida nos anos 1960 no “coração” de *Little Havana*, bairro de Miami de alta concentração populacional cubana, ao longo dos anos 1970 e 1980 se viu tomada por shows, espetáculos e festivais que visavam promover o *Miami Sound*, reunindo um leque ampliado de artistas que transitaram mais para campo do tradicional, como as *big bands*⁴, e outros mais arrojados como o músico e compositor cubano Willy Chirino e a *Miami Sound Machine*, banda inicialmente composta por exilados cubanos (GRENIER e PÉREZ, 2003). O leque de artistas era extenso, e o trânsito envolvia desde artistas da cena nova-iorquina⁵, onde a *Salsa* era o principal movimento artístico-cultural, até músicos residentes em Cuba. Progressivamente, grupos e músicos passaram a expandir seu leque de atuação para além dos espetáculos locais, ocupando espaços do mercado fonográfico que se abria e/ou fundava visando estes grupos. Gravadoras locais preexistentes ou novas passaram a investir, após negociações internas, em músicos que ganharam visibilidade na região, de forma a construir conexões e mercados (ABREU, 2015).

Apesar do extenso número de artistas envolvidos, foram poucos os que ganharam grande proporção. A *Miami Sound Machine*, liderada por Emílio Estefan - com participação de Gloria Fajardo, Merci Navarro, Luis Serrano, Enrique "Kiki" Garcia, Juan Marcos Ávila e Raul Murciano, foi um desses grupos de destaque, assumindo para si essa posição ao se autointitular a “Maquina” do movimento. A banda, no entanto, não teve grande espaço inicial, conseguindo aumentar suas conexões por Emílio Estefan atuar na empresa *Bacardí* (e ter boas relações com determinados setores na empresa) e, posteriormente, por contar com apoios de figuras importantes localmente, como Aida Levithan e Carlos Oliva. Como todo grupo jovem, em especial em um circuito bastante saturado, a

⁴ O termo *Big Band* é frequentemente utilizado em língua inglesa para designar grandes grupos instrumentais, geralmente associados ao jazz e ao Swing. Com números variáveis, uma *Big Band* tende a reunir de 12 a 25 músicos que alternam instrumentos de percussão, corda e sopro. Essa estrutura foi particularmente popular em Cuba ao longo do século XX, sendo inclusive referenciada frequentemente nos anos 1950 e passando a compor uma visão mítica e nostálgica sobre as experiências passadas no campo artístico da ilha (ponto retomado pelos exilados em Miami, por exemplo). Sobre o tema, recomendamos a leitura de: QUEVEDO, Marysol. *Cuban Music Counterpoints*. Oxônia: Oxford University Press, 2023.

⁵ Apesar da centralidade das comunidades porto-riquenhas na popularização da Salsa em Nova York, Christina Abreu (2015) demonstra o papel fundamental da comunidade cubana exilada na cidade que (mesmo que menos numerosa que em Miami) conseguiu consolidar um campo artístico próprio anterior ao movimento *Miami Sound*, de modo a se tornar uma espécie de processo paralelo, mas também divergente.

Miami Sound Machine conseguiu aos poucos ganhar mais espaço local entre 1975 e 1977, até que lançou seu primeiro disco de estúdio, através da *Audiofon* em 1977.

O objetivo desse trabalho é analisar o processo inicial da banda *Miami Sound Machine* do ponto de vista historiográfico, não pretendendo um estudo biográfico ou analítico-musicológico de sua produção. Nosso foco será compreender os diálogos estabelecidos entre a banda com a cena local e regional, com ênfase nas construções de um projeto artístico voltado a ressaltar identificações cubanas produzidas no exílio a partir da articulação entre elementos caribenhos e estadunidenses. Para isso analisamos a relação entre o movimento artístico-cultural *Miami Sound* e a comunidade exilada em Miami, procurando entender de que forma tais projetos visavam elaborar representações sobre a cultura do exílio no sul da Flórida. Em seguida, procuramos compreender de que forma a banda de Gloria Estefan, no contexto conhecida como Gloria Fajardo, se estruturou em diálogo com a mobilização local, se assumindo enquanto representante da mesma ao se autointitular “*Miami Sound Machine*”. Por fim, enquanto forma de estudo de caso, tecemos alguns comentários sobre o primeiro álbum de estúdio da banda, compreendido como o projeto de maior envergadura do grupo e a produção de um elemento de referência para o público geral sobre sua produção.

Ao longo deste artigo analisa-se uma parte específica da carreira da banda do ponto de vista da trajetória visando “percorrer os caminhos traçados pelos indivíduos a partir das relações que eles construíram em distintos espaços e tempos” (AVELAR, 2010, p. 131). Nosso objetivo, desta forma, não é o de produção de uma história exaustiva da banda em seus primeiros momentos e/ou uma análise da produção musical como elemento deslocado de um tempo/contexto específico, nem realizar um estudo sobre a trajetória e história de um álbum. Ao realizar um recorte da trajetória da banda, pretendemos atentar para a articulação entre a banda, contexto e experiência temporal vivida, procurando através de um caso coletivo (grupo de músicos) reunido em uma unidade (banda) perceber as formas como afetaram e foram afetados pelo tempo vivido.

Nesta operação, como lembra Scandarolli, analisar a relação entre indivíduos, música e contexto envolve problematizar a “noção de apropriação e coloca no presente o centro de gravidade do temporal” (SCANDAROLLI, 2016, p. 234). Nenhum artista está isolado do contexto/tempo vivido, conforme destaca Napotalino, e por esse motivo a análise do universo musical não deve se atentar apenas ao estudo da produção e/ou aos recortes temáticos-biográficos, mas procurar dar

conta da canção enquanto um processo vivo e que perpassa intenções políticas, culturais, sociais e econômicas (NAPOLITANO, 2016). No caso particular das comunidades exiladas cubanas, essa chave-interpretativa fornece indícios e aspectos importantes para compreender a construção do anticastrismo global e a mobilização de diferentes estratos de tempo para reafirmar pertencimentos imaginários a partir de um outro espaço temporal e espacial (ABREU, 2015).

A Calle Ocho e o Movimento Miami Sound

Caminhar pela *Calle Ocho*, o coração cultural e econômico de *Little Havana*, é uma experiência singular. Atravessando o principal bairro cubano de Miami, a avenida conta com estátuas e memoriais que reforçam o anticastrismo junto a espaços como bares e praças de dominós nos quais a comunidade exilada, de diferentes gerações se encontra. Nesse curto espaço em linha reta, estabelecimentos tradicionais convivem com fast-foods, como um McDonald's temático, em uma evidente demonstração do hibridismo que constitui a comunidade cubano-americana. Ao passo que bandeiras cubanas estão diariamente hasteadas e placas homenageiam exilados e latinos de referência para as comunidades locais. Novos grafites surgem a cada dia, reforçam e atualizando a identidade cubana no exílio a partir de referenciais modernos, como ocorreu na inauguração de artes dedicadas a canção *Patria y Vida* (Pátria e Vida) após as manifestações de julho de 2022⁶.

No entanto, muitas pessoas que percorrerem esse espaço, sob o sol geralmente escaldante de Miami, talvez não se atentem para o fato que aquela região quase “plástica” e cenográfica, onde passado e presente coabitam (des)harmonicamente passou por uma ampla modificação urbana ao longo dos anos 1960 e 1970, fruto de intensos movimentos sociais, políticos e culturais. O bairro hoje compreendido como *Little Havana* ganhou essa identificação na década de 1960, quando muitas das famílias cubanas buscaram o exílio após a Revolução em Cuba e se mudaram para a antiga região judaica de Miami. Nesse contexto, o condado de Miami-Dade passava por uma série de reformas e

⁶ Em 11 de julho de 2021, uma série de manifestações e mobilizações tomaram as ruas em Cuba, em um ato de protesto contra a situação econômica e de saúde em Cuba, além da censura ocorrida a determinados artistas, intelectuais e personalidades que são, abertamente, contrários ao governo. Os manifestantes, reprimidos pelo governo cubano, adotaram na ocasião o slogan *Patria y Vida*, em referência à canção lançada em Fevereiro de 2021 por Yotuel, Beatriz Luengo, Descemer Bueno, Gente de Zona, Luis Manuel Otero Alcántara, Maykel Osorbo e El Funky. A faixa, cujo o título era uma alusão a frase “Pátria ou Morte”, levantava críticas ao governo cubano no período (inclusive com alusões ao Movimento de San Isidro) tendo sido duramente criticadas por setores do mesmo, inclusive com a prisão de artistas envolvidos na produção (a exemplo de Maykelli Castillo, que colaborou no videoclipe) e a sua proibição de circulação no país. Em resposta, os manifestantes tornaram a composição em um canto de protesto entoado nas manifestações.

reformulações urbanas, com a expansão de novos bairros e a construção de áreas marcadamente étnicas, como espacialidades “negras”, “latinas” e “hispanicas” (CONOLLY, 2014). Com a chegada das primeiras ondas de exilados cubanos, o bairro começou a ganhar contornos próprios e se tornar um espaço de reafirmação da oposição ao governo revolucionário. Apesar da dificuldade de precisar os motivos que levaram a criação de um espaço específico para cubanos/as em Miami, para além da necessidade de articulação e formação do senso de “comunidade”, a xenofobia e o preconceito com os recém-chegados certamente foi um fator decisivo.

Segundo Bradford, o início dos anos 1960 na cidade foi marcado por movimentos de moradores estadunidenses que se negavam a alugar casas para cubanos (independe da situação financeira), pela dificuldade de acessar linhas de crédito e/ou conseguir empregos em altos patamares e, principalmente, por campanhas pela expulsão de exilados por setores conservadores (BRADFORD, 2014). Cartazes, adesivos e faixas com a frase *No Cubans, no pets, and no children* (Sem cubanos, sem animais de estimação e sem crianças) se tornaram comuns em anúncios de aluguel e espaços da cidade, de forma a criar uma divisão e marcar a comunidade exilada como um “outro” indesejado, situação complexa tendo em vista que se comparados com outros migrantes latino-americanos os/as cubanos/as possuíam um status diferenciado por serem “exilados”.

Gloria Estefan, em entrevista⁷ concedida em 2021⁸, recorda-se que este era um período em que viver em Miami dependia das relações estabelecidas com outros cubanos. Era comum, de acordo com a cantora, que recém-chegados ao Sul da Flórida precisassem recorrer a conhecidos, familiares e amigos para terem moradias provisórias, vivendo em apartamentos com outras pessoas. A

⁷ Ao longo deste trabalho, as entrevistas produzidas a partir da metodologia da História oral a serem instrumentalizadas como forma de contextualização e/ou complementação de lacunas temporais, sem necessariamente problematizar a memória produzida por tais indivíduos. Tal escolha parte especialmente das considerações defendidas pelo historiador Ivan Jablonka, para o qual por vezes as fontes orais assumem, a depender do problema de pesquisa, um lugar muito mais importante de informação do que necessariamente de análise (JABLONKA, 2021). Em diálogo com essa perspectiva, Santhiago ressalta que ao assumir tal perspectiva, o historiador não está necessariamente se aproximando do trabalho jornalístico, mas sim reconhecendo que a entrevista pode e deve ser também uma produção mediada com finalidades para além de ser objeto (SANTHIAGO, 2023). Neste sentido, Santhiago e Patai, defendem a necessidade de pensar a construção narrativa em diálogo e através da história oral para além apenas da história oral enquanto “objeto” e tema de análise (SANTHIAGO E PATAI, 2021). Sobre o debate, recomendamos a leitura de: SANTHIAGO, Ricardo. **A história de amor que nunca existiu**. In: _____.; HERMETO, Miriam (Orgs). **Entrevistas** imprevistas: Surpresa e criatividade em história oral. São Paulo: Letra e Voz, 2022 / SANTHIAGO, Ricardo e PATAI, Daphne. **Uma história oral em três tempos: Relações, construções narrativas, usos práticos da memória**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.34, n.74, pp. 450-471, 2021.

⁸ ESTEFAN, Gloria [64 anos]: depoimento [dez. 2021]. Entrevistador: Autor. Miami, Flórida (EUA), 07 de dezembro de 2021

dificuldade para conseguir empregos levava muitos cubanos com formação universitária ou experiência militar a trabalharem em funções como garçons, vigilantes, lavadeiras e babás. Para a cantora, um exemplo das readaptações dos cubanos foi sua avó que, ao observar que em um parque nas proximidades de sua casa alguns jovens se reuniam para brincar e/ou praticar esportes resolveu em um dia, de forma inesperada, cozinhar algumas comidas tradicionais cubanas e oferecer para as pessoas no local. A ideia levou a matriarca a criar uma fonte de renda, tornando-se uma prática diária em sua casa e a qual Gloria Estefan havia participado e acompanhado ao longo de sua infância.

A rejeição de parte da cidade de Miami à comunidade exilada, levou com que muitas famílias fixassem residência em regiões próximas, construindo uma comunidade que tivesse um lugar fixo para encontros, desenvolvimentos e atividades econômicas e culturais (GRENIER e MOEBUS, 2015). Em pouco tempo, dado que a região de *Little Havana*, já possuía alguns restaurantes e bares criados por cubanos que viviam na cidade desde antes da revolução, dezenas e centenas de exilados/as passaram a construir suas vidas em torno da região. Foi ao longo da década de 1960, com a chegada destes novos moradores e o envio de exilados pelo governo estadunidense de outras regiões do país para a Flórida, que parques e monumentos foram fundados de forma a delimitar as fronteiras (nunca fixadas) do bairro que ficava ao lado do centro da cidade. A proximidade com o centro da cidade criava rotas que favoreciam o trânsito com o restante do espaço urbano, assim como colocava conscientemente o bairro em posição de destaque, diferentemente do que ocorreu com *Little Haiti*⁹.

Cafés, lojas, mercearias, vendas de produtos de santeria, espaços ao ar livre para jogos de dominó e casas de show foram criados de forma a estabelecer uma cena de efervescência cultural e social que reforçava o ressentimento da comunidade exilada com o governo revolucionário e a construção de um discurso sobre uma suposta “cubanidade autêntica” a ser resguardada pela comunidade (ABREU, 2015). Essa narrativa foi intensificada pela derrota da iniciativa exilada, apoiada pelas agências de inteligência estadunidense, em 1961, quando aproximadamente 1.400

⁹ Conhecido também como *Lemon City*, a região denominada *Little Haiti* fica localizada na região mais ao norte de Miami, acima do centro da cidade. A região recebe este nome em função da alta concentração de moradores Haitianos, bem como de outros caribenhos e seus descendentes. Apesar de não possuir uma estrutura tão consolidada para se apresentar enquanto um bairro turístico com foco nas questões étnicas, *Little Haiti* sedia alguns locais marcantes para a organização da comunidade Haitiana em Miami e no Sul da Flórida, a exemplo do *Centro Cultural Little Haiti* e do *The Caribbean Marketplace*. Sobre o bairro e sua relação com a cidade, sugerimos a leitura: MAINGOT. Anthony. ***Miami: A cultural History***. Massachusetts: *Interlink Books*, 2015.

cubanos invadiram Cuba através da Baía dos Porcos e foram derrotados pelo governo revolucionário. Se por um lado, segundo Bustamante e Gott, a derrota serviu como propaganda para o movimento em Cuba, reafirmando o potencial e a estrutura do novo governo de se manter no poder, por outro potencializou o ressentimento existente entre os opositores de Miami (BUSTAMANTE, 2021; GOTT, 2006). Tal ressentimento se intensificou frente a ausência de projeções positivas de um retorno imediato ou mesmo próximo ao país, o que os levou a olhar cada vez mais para os projetos locais de reafirmação identitária.

Ao longo dos anos seguintes, novas ondas de exilados/as cubanos/as começaram a chegar a *Little Havana*. No início da década de 1970, aproximadamente 85% dos moradores do bairro se identificavam enquanto cubanos/as (sendo este número dividido entre exilados/as e pessoas nascidas nos EUA, mas que tinham ascendência cubana (GREINER e MOEBUS, 2015). Apesar do investimento e do crescimento de espaços étnicos, foi nesse momento que o bairro começou a ganhar contornos mais definidos e muitas das práticas, como festivais e espaços, foram consolidados como elementos característicos. Ao longo dos anos 1970, “o *Domino Park* surgiu das práticas cotidianas dos cubanos jogando dominó em uma área sombreada de *Little Havana*, e o agora extravagante e famoso *Festival Calle Ocho* ganhou vida aos olhos do *Kiwanis Club de Little Havana*” (*Ibidem*, p. 45). Além do ambiente comercial, consolidou-se a prática do uso corrente do espanhol como língua oficial (prática que já se expressava em diversos espaços) do bairro em cartazes, cardápios, placas e sinais. Em paralelo, o ambiente se tornava cada vez mais politizado, com bandeiras de Cuba, reuniões e assembleias acontecendo ao mesmo tempo que a cena artística passava a ecoar os debates mais recentes, sendo interpelada pelo amadurecimento de uma nova geração de jovens nascidos em Cuba, mas que cresceram nos EUA.

Situada na *SW 8th Street*, de forma a cruzar o bairro, a *Calle Ocho* ficou conhecida por abrigar festivais artísticos, restaurantes, pontos de encontro e debate, praças e compor o imaginário como o principal ponto de reunião público da comunidade exilada. Ao longo do tempo, conforme indica Greiner e Moebus, a *Calle Ocho* foi reformulada para se tornar um principal ponto turístico do bairro, sendo que muitos dos espaços supostamente “históricos” deram lugar a lojas de suvenires, pequenas galerias e outros espaços voltados ao entretenimento externo. Em paralelo ao processo de conversão em espaço turístico, ocorreu um processo de seleção de memórias monumentalizadas a serem consideradas como os oficiais do bairro e da comunidade exilada. Iniciativas como a criação de uma

calçada da fama aos artistas latinos (em especial cubanos), a inauguração de praças e monumentos e a pintura de painéis são alguns exemplos que ilustram esse processo.

Uma iniciativa central, nesse processo, foi o movimento *Miami Sound* que tomou restaurantes, bares, praças e esquinas da *Calle Ocho*, a época em pleno processo de reforma urbana e expansão comercial. Entre os anos 1960 e 1970, enquanto a localidade passava por tais modificações, grupos de artistas e músicos autônomos passaram a se reunir nesses espaços, produzindo colaborativa, ou mesmo competitivamente, uma série de experimentações artísticas que buscavam reafirmar as identidades cubanas no exílio (CURTIS e ROSE, 1983) enquanto um processo marcado pela diáspora, mas que deveria ser visto enquanto parte de uma comunidade legítima e autorizada a falar pela suposta “Cuba” autêntica, não “corrompida” pela revolução (BUSTAMANTE, 2021). A maioria destes músicos integrou a “geração 1.5”¹⁰ do exílio cubano, composta por jovens que nasceram em Cuba, mas viveram a maior parte de suas vidas nos EUA, elaborando identidades nacionais a partir do mundo exterior. Tais artistas, segundo Firmat, se inseriram no mundo artístico de Miami entre os anos 1970 e 1980, vivendo uma suposta “redescoberta” da música e cultura cubana como mecanismo político (FIRMAT, 2012). Muito da vivência foi influenciada pelas rotas ainda ativas e intensas da diáspora cubana que se chocavam com a Cuba imaginada de *Little Havana*, resultando em um movimento cultural no qual jovens encontravam na arte “sua expressão mais forte.” (TORRES, 2001, p. 160).

A narrativa de legitimidade desses jovens, que passaram a promover espetáculos e competições, visava se diferenciar da música produzida na ilha naquele momento, em especial a *Nueva Canción* (Nova Canção) e o experimentalismo sonoro, processos institucionalizados pelo governo revolucionário (VILLAÇA, 2004). Nesse “afastamento”, os músicos retomavam gêneros e ritmos considerados tradicionais do contexto pré-Revolução, a exemplo do *Son*, *Conga* e o *Afro-Jazz*.

¹⁰ O termo foi mobilizado enquanto conceito pela primeira vez pelo sociólogo Ruben Rumbaut nos anos 1960. Cubano exilado que se exilou nos EUA ainda na infância, Rumbaut afirma que a geração 1.5 vivia um “meio do caminho” no qual estariam nem integrando uma primeira geração e nem a segunda de exilados cubanos, tendo em vista que eles, por se exilarem ainda crianças, não são considerados como pessoas com as mesmas experiências de seus pais, mas também não são um grupo sem memórias sobre Cuba (como os jovens nascidos já nos EUA). No entanto, é importante ressaltar que seus estudos apresentam uma série de outras categorias e grupos importantes, como uma geração 1.75 composta por adolescentes, hipótese essa que ainda demanda por maiores análises e investigações. Tendo em vista o espaço limitado deste artigo, recomendamos a leitura de: Rumbaut, R. G. (2004). *Ages, Life Stages, and Generational Cohorts: Decomposing the Immigrant First and Second Generations in the United States*. *International Migration Review*, Nova York, vol.38, n.3, pp. 1160-1205, Outono, 2004. Para um debate mais atualizado sobre o tema, consultar: BUSTAMANTE, Michael. *Cuban Memory Wars: Retrospective Politics in Revolution and Exile*. Chapel Hill: *University of North Carolina Press*, 2021.

No entanto, o que os artistas que vieram a integrar o movimento, que ficou conhecido como *Miami Sound*, buscavam não era apenas a reprodução de canções e/ou ritmos dotados de uma representação cubana, mas sua hibridização com gêneros do *mainstream* estadunidense, de forma a ressaltar uma especificidade da condição exilada e, em parte, reafirmar uma posição anticastrista ressaltando o paternalismo estadunidense (ABREU, 2015).

Para Pérez Firmat, o *Miami Sound* foi um gênero musical de experimentação que buscava reafirmar identificações cubanas no exílio a partir da cena local de Miami (FIRMAT, 2012). Para o autor, a dimensão política era fundamental, mas tais músicos também reafirmaram a importância mercadológica, adotando parâmetros comerciais nas suas produções como parte do processo de produção. Para o autor,

O Miami Sound é uma música de mudança de humor. Expressões de ausência de lugar coincidem com atos de nomeação. Sempre me pareceu que a “suavidade” do som de Miami, sua preferência por baladas ou salsa suave, pode ser um sintoma dos humores a que dá vazão. A doçura pode não ser nada além de uma depressão de baixo grau de longa data. Meu palpite, baseado em parte na minha própria reação a essas músicas, é que essas baladas dão a oportunidade de canalizar e expressar emoções que têm outras origens (*Ibidem*, p. 114).

Apesar de concordar com o papel dos temas românticos, e com a afirmação que o *Miami Sound* pode ser pensado como um gênero musical, algumas associações acerca da falta de um caráter de “movimento”, assim como a ideia de vínculos emocionais como forma de retomar “as origens” dos exilados, parecem ser generalistas e frágeis. Como afirma Sontag (2020), um gênero ou estilo é uma elaboração *a posteriori* a partir de um outro que tenta disciplinar, racionalizar e criar uma lógica sobre uma expressão artística através do olhar externo. Mesmo em movimentos com manifestos, por exemplo, essa operação é parte da legitimação, sem ter necessariamente poder decisório na significação do gênero/estilo. Nesse sentido, “falar do estilo é uma maneira de falar sobre a totalidade de uma obra de arte. Como todos os discursos sobre totalidades, para falar de estilo é preciso se amparar em metáforas. E as metáforas enganam” (SONTAG, 2020, p. 32).

A afirmação de Firmat, que parte de uma experiência sensorial, sobre o perfil romântico do *Miami Sound* ser parte das reivindicações de supostas “origens” cubanas é, desta forma, limitante ao que o movimento procurava defender e foi encampado por grupos, como o *Miami Sound Machine*,

conforme veremos mais à frente (FIRMAT, 2012). Neste sentido, conforme destaca Party, apesar das canções românticas serem um traço do *Miami Sound*, e da *Latin Music* de forma geral, não se pode defini-lo como um eixo estruturante e/ou enquanto parte de uma grande narrativa acerca do exílio, o que não significa que tal vinculação não ocorresse eventualmente (PARTY, 2008). Em seu estudo sobre o movimento e sua produção, Curtis e Rose afirmam que o *Miami Sound* era um “tipo de música que pode ser classificada como um estilo musical ou som distinto, ou mesmo uma categoria geral de música, que passou a ser identificada com um lugar específico, tipicamente uma cidade” (CURTIS e ROSE, 1983, p. 111).

Apesar das afinidades e da produção musical consolidada, a definição fechada sobre o que foi o *Miami Sound* deve ser evitada, em especial pois contraria a própria proposta do movimento: seu caráter coletivo e de reafirmação das identificações cubanas no exílio. Enquanto movimento, o *Miami Sound* articulava as comunidades exiladas e a cidade, entendida como palco e espaço de mobilização da cultura do exílio. Nesse contexto, os artistas envolvidos não buscavam necessariamente tratar apenas de uma identidade supostamente cubana, como afirma Pérez Firmat, mas reforçar uma identidade política pautada na suposta autenticidade de uma “verdadeira herança” dos exilados, incorporando a identificação estadunidense a sua retórica (FIRMAT, 2012; BRAVO, 2017).

De Miami Latin Boys ao Miami Sound Machine: a formação da banda

Gloria Fajardo chegou a Miami ainda nos primeiros anos de vida, mas viveu parte de sua infância em bases militares espalhadas pelos EUA, espaços nos quais intensificou sua formação musical. Na adolescência, de volta a Miami, a futura “Gloria Estefan” convivía em espaços profundamente marcados pela liderança de mulheres e sob forte influência do cristianismo, o que a levou a frequentar espaços e festividades de igrejas locais¹¹. Foi em um destes espaços que Gloria Fajardo foi convidada a integrar uma banda local, que estava se formando para organizar uma apresentação em uma festa da congregação. O convite, em 1975, foi realizado por um amigo, e previa inicialmente apenas aquele show. Relutante, pelo fato de além de estudar ter já uma jornada de trabalho cansativa, Gloria Fajardo aceitou a proposta e, em um dos ensaios, teve contato com Emílio

¹¹ ESTEFAN, Gloria [64 anos]: *depoimento* [dez. 2021]. Entrevistador: O autor. Miami, Flórida (EUA), 07 de dezembro de 2021.

Estefan Jr., a época líder da *Miami Latin Boys*, um grupo masculino que vinha se apresentado em eventos da empresa *Bacardí*, onde o músico trabalhava.

A presença de Emílio no ensaio da banda da Igreja se deu por convite do amigo de Gloria por considerar que o grupo precisava ser mais “homogêneo”¹². Esse primeiro contato entre os dois músicos se limitou àquele momento, não tendo nenhum desdobramento inicial. No entanto, algumas semanas depois, ainda em 1975, Gloria e Emílio se reencontraram em uma festa de casamento. Na celebração, Gloria Fajardo foi como acompanhante de sua mãe, enquanto Emílio Estefan estava junto a *Miami Latin Boys*, que fora chamada para se apresentar. Na época, a banda era composta por Emílio, junto a Raul Murciano e Luis Serrano, todos jovens que se identificavam como cubano-americanos¹³.

A diferença de idade, além da timidez, levou Gloria a não ter muito contato com Emílio Estefan na ocasião. O músico se manteve concentrado em avaliar algumas faixas que foram interpretadas. Em dado momento, segundo a cantora em entrevista concedida a esse pesquisador¹⁴, eles teriam conversado principalmente quando Emílio elogiou Gloria por sua voz e interpretação. É nesse ponto que as narrativas sobre aquele momento passam a divergir, como é costume em relatos de história oral que são marcados pela construção *a posteriori* visando a elaboração de uma narrativa legitimadora da carreira artística (ARFUCH, 2010). Para Raul Murciano, em dado momento da cerimônia, Gloria Fajardo foi pressionada por sua mãe para pedir um espaço e se apresentar com a banda, movimento esse que foi acompanhado da ida da matriarca aos bastidores¹⁵. Já Gloria afirma que o convite teria partido de Emílio Estefan, que a reconheceu no local e a convidou para se apresentar com a banda pois Luis Serrano, o vocalista do grupo, vinha fazendo pressão para terem mais alguém responsável pelos solos¹⁶.

¹² ESTEFAN, Gloria [64 anos]: *depoimento* [dez. 2021]. Entrevistador: O autor. Miami, Flórida (EUA), 07 de dezembro de 2021.

¹³ MURCIANO, Raul [64 anos]: *depoimento* [nov. 2021]. Entrevistador: O autor. Miami, Flórida (EUA), 16 de novembro de 2021.

¹⁴ ESTEFAN, Gloria [64 anos]: *depoimento* [dez. 2021]. Entrevistador: O autor. Miami, Flórida (EUA), 07 de dezembro de 2021.

¹⁵ MURCIANO, Raul [64 anos]: *depoimento* [nov. 2021]. Entrevistador: O autor. Miami, Flórida (EUA), 16 de novembro de 2021.

¹⁶ ESTEFAN, Gloria [64 anos]: *depoimento* [dez. 2021]. Entrevistador: O autor. Miami, Flórida (EUA), 07 de dezembro de 2021.

Independente das versões divergentes, é fato que Gloria Estefan subiu aos palcos com a *Miami Latin Boys* e interpretou as canções *Sabor a Mí* (Sabor de mim) e *Tu Me Acostumbraste* (Você me acostumou)¹⁷. Esse momento ficou marcado na memória coletiva sobre a banda como o “primeiro contato” de Gloria com o grupo e Emílio, servindo enquanto um mito fundador para a biografia tanto da *Miami Sound Machine* como do casal Estefan, o que tem sido problematizado em estudos recentes (MOREIRA, 2020). Tal construção de memória sobre a banda, inclusive, diminuía um percurso inicial da *Miami Latin Boys*, grupo que teria sido inicialmente formado apenas por Emílio Estefan e Luis Serrano, com a integração de Raul Murciano ocorrido algum tempo depois pela necessidade de um tecladista. Murciano, a época, era um músico com formação sólida, com parte de sua formação musical realizada em Cuba, mas que trabalhava como atendente em um shopping center de Miami¹⁸.

Quando a *Miami Latin Boys* se apresentou na festa de casamento em que Gloria Fajardo estava, eles já eram considerados um grupo em ascensão, mas que demandava ainda algumas adaptações. Luis Serrano, como citado, era o principal defensor da proposta de uma nova vocalista e, após a experiência com Gloria, Emílio Estefan passou a procurar a jovem, convidando-a para ocupar o cargo. A primeira reação da cubana foi negar o convite, pois além da formação musical considerada “básica” ela não tinha pretensões profissionais na música, inclusive pois haveria receio dos impactos familiares¹⁹. Apesar da manifestação de Gloria Fajardo, o líder da *Miami Latin Boys* seguiu insistindo, até que após alguns dias, ela aceitou a proposta de uma “audição”, teste que levou a sua aprovação por todos os integrantes. Após negociações iniciais, foi decidido que ela integraria como uma nova vocalista, dividindo a função com Luis Serrano, mas que precisaria de uma acompanhante para os shows noturnos: sua prima, Merci Navarro. Também interessada pelo universo cancional, Navarro foi convidada não apenas a ser acompanhante da cantora, mas sua dupla, passando então a dividir os vocais femininos com a prima. A proposta, logo de início, intrigou os homens da banda, que aceitaram com a condição que elas dividirem a remuneração prevista apenas para Gloria.

¹⁷ Sem a especificação dos intérpretes autores das canções (citadas em entrevista por Glória Estefan para essa pesquisa), acredita-se que a canção “Sabor a Mí”, mencionada, seria a composição do músico mexicano Álvaro Carillo em 1959 e “Tu Me Acostumbraste” de Frank Domínguez, do mesmo ano.

¹⁸ SERRANO, Luís [idade não informada]: depoimento [nov. 2021]. Entrevistador: O autor. Miami, Flórida (EUA), 18 de novembro de 2021.

¹⁹ ESTEFAN, Gloria [64 anos]: *depoimento* [dez. 2021]. Entrevistador: O autor. Miami, Flórida (EUA), 07 de dezembro de 2021.

Após as negociações, Gloria e Mercí passaram a integrar a *Miami Latin Boys*, ainda em 1975. No entanto um novo desafio se apresentava: a identidade-artística da banda. Em especial, a mudança do nome, que foi necessária pelo fato de a banda passar a ter vocalistas mulheres, impedindo o uso de “boys” no nome do grupo, fato esse que marcou um diferencial frente a concorrentes do período como o *Los Sobrinos del Juez*, *Hansel y Raul* e *Clouds*. A inclusão das duas vocalistas potencializava essa ideia de “distinção”, aproximando o grupo de uma imagem mais jovem e moderna tendo em vista que o uso da voz masculina na concorrência era recorrentemente atrelada a grupos de música menos experimental, com mais estrutura de orquestra, por exemplo. Segundo González, a presença feminina em bandas dos anos 1970, especialmente as latinas e latino-americanas, era marcado por uma dicotomia pois entre grupos populares e/ou folclóricos geralmente havia o seu apagamento e a valorização masculina, enquanto o círculo popular-midiático vinha, em especial mirando camadas mais jovens, valorizando o protagonismo das mulheres como intérpretes (GONZÁLEZ, 2016). Tal embate, geralmente acabava por elaborar uma narrativa da imagem feminina como associada a “falta de profissionalismo e originalidade, algo que a musicologia feminista encarregou-se de questionar” (*Ibidem*, p. 150) e fato que a de Emílio Estefan precisou enfrentar em seus primeiros meses de reconfiguração.

A mudança do nome da banda, em parte devida ao ingresso das vocalistas, foi uma recomendação de Thomas Fundora por volta do período em que a banda começou a trabalhar em seu primeiro álbum, justamente pelo álbum ser o primeiro cartão de apresentação do grupo²⁰. De acordo com Emílio Estefan, em entrevista anos depois, no entanto a escolha foi dele pois

A razão pela qual escolhi o *Miami Sound Machine* foi porque eu sabia que haveria [o] som de imigrantes cubanos vindos de ambas as culturas para este país. Em casa [em Cuba], ouvíamos Celia Cruz e Cachao - toda a música cubana - e ao mesmo tempo crescemos com os Beatles, os Rolling Stones, a Motown. Então houve essa fusão *Billboard*, 19 de setembro de 1998, p. 75²¹.

²⁰ MURCIANO, Raul [idade não informada]: *depoimento* [nov. 2021]. Entrevistador: O autor. Miami, Flórida (EUA), 16 de novembro de 2021.

²¹ Tradução do autor: versão original: *The reason I chose Miami Sound Machine was because I knew there was going to be [the] sound of Cuban immigrants coming to this country from both cultures. At home [in Cuba], we used to listen to Celia Cruz and Cachao - all the Cuban music - and at the same time we grew up with the Beatles, Rolling Stones, Motown. So there was this fusion.* Fonte: *Billboard*, 19 de setembro de 1998, p. 75

É provável, a partir da documentação existente, que a proposta de um novo nome tenha partido sim de Fundora, mas talvez a escolha do nome oficial esteja atrelada ao aval do líder da banda. Mais do que entender o responsável pelo nome, nos interessa nesse artigo compreender o significado de tal escolha, indicado no excerto acima como algo calculado para representar o movimento *Miami Sound*, mesmo que não diretamente referenciado. Nomear a banda a partir do próprio nome do movimento envolvia a ideia de conferir ao grupo o *status* de representação desse segmento, gerando uma identidade social e cultural para o grupo diretamente dependente e, ao mesmo tempo, impositora de tal colocação.

Ao se renomear como *Miami Sound Machine*, a banda reelaborou a sua identidade, aproximando-se do que Bourdieu considera como “uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo [...] em todos os campos possíveis que ele intervém como agente, isto é, em todas as suas históricas possíveis” (BOURDIEU, 2006, p. 186). Com o novo nome, a banda reafirmava seu projeto artístico ligado ao movimento, mas mobilizou uma espécie de base de reconhecimento sobre a produção. Neste sentido, o grupo adotava um ponto de partida para sua inserção cultural e social, buscando no experimentalismo e hibridismo do movimento artístico se somar a iniciativas pautadas de outros grupos que buscavam base em um “nacionalismo radical, expressando explicitamente o patriotismo e um desejo nostálgico por um passado idealizado” (BRAVO, 2017, p. 45). Apesar dos debates que perpassam o processo de se apresentar e/ou renomear como a “Máquina” do *Miami Sound*, a principal forma de consolidar a nova identidade e representação foi a gravação do primeiro álbum da banda *Renacer/Live Again*.

A construção de um primeiro projeto autoral: o disco *Renacer/Live Again*²²

²² É importante ressaltar que ao longo do presente trabalho, *Renacer/Live Again* será analisado enquanto uma produção artística em diálogo com seu contexto, em uma operação que privilegia as relações entre o álbum, contexto e trajetória da banda e não uma análise sobre a produção em si. Tal proposta, conforme aponta Oliveira não se coloca, necessariamente, em oposição a proposta teórica-metodológica de Marcos Napotalino, o qual defende abordagens que compreendem o disco enquanto um todo, o que englobaria uma análise das canções segmentadas e em diálogo (OLIVEIRA, 2014; NAPOLITANO; 2016). Trata-se, conforme aponta Oliveira - cujo abordagem semelhante é encontrada em Villaça, por exemplo - de uma escolha de recorte na qual se procura compreender o álbum enquanto produção sócio-histórica e cultural em diálogo com diferentes espaços e como “objeto” com trajetória e história (OLIVEIRA, 2014; VILLAÇA, 2004). Deste modo, reconhece-se a importância da análise sobre as faixas, também se compreende que esta seria uma das diversas abordagens possíveis de investigação. Trata-se de uma perspectiva processual, conforme defende Juan Pablo González que ao estabelecer um recorte (o álbum enquanto uma produção e um todo) não diminui o papel das canções, mas foca em um outro aspecto também central - o diálogo do álbum e de sua produção com o texto e a trajetória (GONZÁLEZ, 2016). Neste sentido, foca-se no projeto e não na narrativa em si (apesar de reconhecer sua articulação

Mesmo que já estivesse se tornando conhecida na cena local de Miami, o projeto inicial de maior envergadura, que impulsionou a *Miami Sound Machine*, foi a gravação do primeiro álbum de estúdio. *Renacer/Live Again* (1977) foi gravado na *Miami Sound Studio*, com comercialização da *Audiofon*, selo ligado a *Audio Latino Recording Co.* A *Audio Latino* era uma gravadora local, com uma trajetória que remontava aos anos 1960, com foco especialmente no mercado local de Miami, vindo a permanecer funcionando até 1986. Em seu catálogo, estavam nomes como *Orquesta Aragon*, Nayo, Zulu, Los Sobrinos Del Juez, Luis Garcia, Pedro Miguel y Sus Maracaibos, Morris Albert, Perla, Paolo Salvatore, Carlos Diaz Granados, *Miami Sound Machine*, *Los Morochucos*, Carlos Argentino, *Orquesta Madison*. Ao analisar o catálogo da *Audio Latino Recording Co.*, era notável a predominância dos artistas latinos/hispânicos que transitavam entre a música erudita (a exemplo da *Orquesta Aragon*) e a produção contemporânea *pop* como Luis Garcia. O selo *Audiofon*, ligado a gravadora-mãe, mantinha esse perfil, mas era conhecido por articular nomes do mercado “jovem” e popular-midiático, a exemplo de *Los Sobrinos del Juez*, Osmar Alvarez e a *Miami Sound Machine*.

O catálogo e os selos da *Audio Latino* demonstravam o circuito musical da cidade de Miami, e de seu estabelecimento como um polo da produção audiovisual e sonora nos EUA no período. Segundo Néstor García Canclini, desde a década de 1960 Miami passou a viver uma expansão das indústrias da cultura locais, com ênfase no mercado fonográfico, visando a construção de espaços que permitissem o trânsito entre produções estadunidenses e os circuitos latino-americanos (CANCLINI, 2018). Ao longo dos anos e décadas seguintes, esse investimento incorporou membros da comunidade exilada cubana que buscava em iniciativas semelhantes mecanismos para construções espaços de reafirmação étnica cultural e economicamente, iniciativas que começaram em restaurantes e lojas e logo se expandiram a pequenas produtoras e gravadoras (GRENIER e PÉREZ, 2003).

Para Bravo, esse período foi marcado pela expansão de artistas cubanos que encontraram na música e na produção audiovisual plataformas para produção de narrativas anticastristas e de reafirmação identitária (BRAVO, 2017). O processo vivido pela *Miami Sound Machine* era semelhante ao de outros artistas - a exemplo do grupo *Clouds* e o músico Luis Garcia - que buscavam a articulação entre as sonoridades latinas e/ou caribenhas ao rock, pop e jazz. No caso específico dos

intrínseca). Caso exista interesse por uma análise detalhada das canções, recomendamos a leitura de: MOREIRA, Igor Lemos. **Uma voz da cubanidade no exílio: Gloria Estefan entre representações e engajamentos**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, Santa Catarina. 566p. 2003.

artistas exilados, no entanto, um dado era particularmente chamativo: o número expressivo de cantores e músicos eram homens e mulheres que havia chegado a Miami ainda quando crianças, logo após o triunfo da Revolução, sujeitos que buscavam promover nas práticas culturais como caminhos possíveis para o pertencimento local, tendo em vista a predominância de produções trazidas de Cuba no momento da diáspora. Desta forma, artistas inseridos na *Audio Latino Recording Co.* eram particularmente conhecidos por ficar entre uma posição “tradicionalista” e a experimentação sonora, ao buscar atualizar a produção ligada a sonoridades cubanas a partir do hibridismo sonoro.

A gravadora, desta forma, não era apenas uma empresa comercial, voltada ao mercado, mas um espaço importante para a construção de projetos e identificações elaboradas por sujeitos e indivíduos atuantes nela. Como indica Hermeto, sobre o papel histórico das gravadoras, tais espaços são um dos elementos centrais das indústrias fonográficas, que se constituem a partir de múltiplos sujeitos, entre estes os produtores musicais que transitam entre o universo artístico, mercadológico e público (HERMETO, 2012). Entre esses sujeitos de trânsito na gravadora, na época, a *Miami Sound Machine* contou com o apoio de um produtor musical experiente nesse processo, e por articular o catálogo de artistas da gravadora: o cubano exilado Carlos Oliva, a época membro do *Los Sobrinos del Juez*, e um dos principais nomes do movimento *Miami Sound* (CURTIS e ROSE, 1983). O artista, provavelmente foi uma peça central para a construção do primeiro disco de estúdio da *Miami Sound Machine*, tendo em vista que uma das funções de um produtor (não exclusiva a Oliva) consiste na

(...) dimensão dupla e se realiza em várias etapas do processo. Coordena todo o trabalho de gravação, escolhendo os músicos, arranjadores, estúdio e recursos técnicos. Pensa na montagem do disco, na sequência em que as músicas devem ser apresentadas e escolhe as faixas de trabalho (músicas que serão usadas para a divulgação nas rádios e na televisão) (DIAS, 2008, p. 95).

Foi Emílio Estefan que propôs, e procurou, que Carlos Oliva trabalhasse na produção de *Renacer/Live Again*. Assumidamente fã dos *Los Sobrinos del Juez*, o líder da banda foi apresentado ao artista através de Luis Serrano, tendo intermediado o pedido para que ele colaborasse com o álbum²³. A partir desse contato, Oliva procurou o proprietário da *Audio Latino Records*, Thomas Fundora, para negociar a proposta de gravação, a qual foi aceita com a condição dele ser o produtor do álbum. Tal

²³ SERRANO, Luís [idade não informada]: *depoimento* [nov. 2021]. Entrevistador: o autor Miami, Flórida (EUA), 18 de novembro de 2021.

condição foi importante para que *Renacer/Live Again* tivesse semelhança às produções de *Los Sobrinos del Juez*, aproximando o grupo da banda, em especial pela recorrência de gêneros musicais como o bolero, guaguancó, funk e a disco music.

Com canções compostas por integrantes da *Miami Sound Machine*, e três composições de Carlos Oliva, *Renacer/Live Again* contava com dois lados (por vezes divididos em dois discos distintos na circulação comercial) sendo que cada um tinha cinco faixas. O eixo temático-central foi o amor romântico, a partir de narrativas sobre relacionamentos, términos e desejos. Das dez canções, seis eram em espanhol, e quatro em inglês, sendo que a faixa principal, que se transformaria no primeiro *single* da banda, foi gravada em dois idiomas: *Renacer* (em espanhol) e *Live Again* em espanhol.

Além de uma preocupação com as faixas, a equipe responsável (em especial a banda) dedicou uma atenção especial para a construção material do álbum, com destaque as capas. Entendidas como espaços fundamentais de produção para um artista e sua produção, as capas “alcançaram especial relevância na década de 1960 como portadoras de sentido e de um discurso visual que se articulava com os valores, sonhos e frustrações da época” (GONZÁLEZ, 2013, p. 82). Pensar a capa do álbum foi, para a produção de *Renacer/Live Again*, considerar que as escolhas de elementos integrariam a performance e a representação da banda para além dos palcos, possibilitando ao público visualizar a banda e o conceito por trás do projeto. Em um contexto anterior a popularização dos canais televisivos dedicados à música e a internet, a construção visual do álbum era entendida como uma das principais formas de apresentação pública da banda, em especial imagetivamente, o que demandava uma preocupação especial para o uso de fotografias.

Figura 1 - Capa e contracapa do álbum *Renacer/Live Again* (1977)



Fonte: Acervo particular do autor.

A capa de *Renacer/Live Again* foi composta a partir de uma fotografia da banda que indicava juventude e, a partir dos elementos sociais, uma ideia de “tropicalidade”. Emílio Estefan aparece centralizado na imagem, sentado em um banco que o centralizava em meio aos demais, em uma analogia com fotografias familiares onde o núcleo era centralizado. Aos seus pés, as duas vocalistas aparecem sorridentes, demonstrando um papel importante, mas secundário apesar de serem as “vozes” do grupo. As poses dos músicos foram centrais para a construção de uma ideia de coletividade na proposta, bem as indumentárias escolhidas, na medida em que a visualidade e, principalmente, a posição/postura é um “elemento constitutivo da hierarquia de sentido na representação fotográfica” (MAUAD, 2008, p. 139). Todos os integrantes da banda aparentes na imagem usavam roupas neutras e idênticas, salvaguardadas apenas as diferenças de vestuário feminino e masculino, em uma evidente tentativa de demonstrar coesão entre o grupo. Os tons de jeans, usados pelos homens, projetavam certa harmonia com o céu azul, enquanto detalhes coloridos nos vestidos das mulheres tentavam articular uma ideia de “leveza” e veraneio.

A partir dos elementos indicados, para citar apenas alguns, é possível afirmar que a capa de *Renacer/Live Again* foi elaborada a partir de uma montagem de sentidos. Fosse inserindo a banda em um fundo simulando uma praia tropical ou na posição dos artistas, a capa não era um registro momentâneo do grupo, mas a produção de uma imagem intencionada, o que não invalida seu perfil como registro-testemunho (DIDI-HUBERMAN, 2020) de uma temporalidade passível de analisar apenas a partir dela. Como destaca Didi-Huberman, a imagem fruto de uma montagem é testemunha de um processo, projeto, mensagem, mas não é um retrato literal do que é representado (*Ibidem*). A capa, desta forma permite compreender mais sobre as intenções e os projetos pretendidos para a banda do que propriamente a imagem ali presente como uma espécie de valor-de-prova.

A contracapa de *Renacer/Live Again* fornece outras informações interessantes sobre as faixas e os papéis ocupados por cada integrante do grupo na produção. A partir do detalhamento de como cada participante colaborou na gravação de faixas, por exemplo, é possível identificar a articulação de muito mais pessoas do que apenas os integrantes da *Miami Sound Machine*. Um exemplo foi a participação de Oscar Valdes, responsável pelo piano eletrônico na faixa *Huesito*, músico ligado ao grupo cubano *Irakere* que três anos depois da gravação do álbum se tornou o primeiro grupo de jazz

cubano pós-Revolução a vencer um *Grammy*. Outro nome importante, localizado pelo encarte, foi Roberto Luis Rodriguez, integrante do *Conjunto Impacto*, que colaborou em *Tu Amor Conmigo*, também gravada em inglês sob o título *Without Your Love*.

Tais colaborações eram demonstrativas de um esforço coletivo de cubanos (exilados ou não) na produção do álbum. Apesar da presença de artistas que ainda residiam na ilha, a maioria era de artistas exilados, o que colaborou para a construção da narrativa do álbum ser voltada a apresentar a *Miami Sound Machine* como parte do movimento exilado anticastrista. Tal proposta era voltada, mais que a um projeto de representação de cubanidade, a defesa de uma suposta cubano-americanidade, fruto da experiência diaspórica, o que contraria a hipótese defendida por Firmat (FIRMAT, 2012).

Para Gustavo Perez Firmat, apenas alguns artistas teriam tais pretensões e estes dificilmente poderiam ser analisados a partir de relações estabelecidas com a cena local e com colaborações de artistas, inclusive residentes em Cuba (*Ibidem*). Ao analisar o projeto articulado para construção do álbum, no entanto, é notável justamente o contrário: que a colaboração foi central e que a produção de *Renacer/Live Again* foi fruto da articulação de sujeitos cubanos, a maioria exilados, que entenderam a proposta como parte de um movimento artístico-cultural que se aproximava pelos traços étnicos e pelas projeções estabelecidas. Em especial, esse conjunto de artistas operava sob um entendimento que a produção do exílio era parte de uma identidade (a cubanidade) que era pautada em construções políticas e símbolos inventados (HOBSBAWM, 2008), demandando deles a construção de formas de identificação pela música. Nesse movimento, era perceptível que a articulação e colaboração também implicava na construção de um campo com marcações definidas as quais aproximavam artistas cubanos em pontos em comum, mas também os colocava em certos nichos que os impediam de, a depender do público, expandir suas circulações.

Mesmo com tal pretensão, é importante observar que a maioria dos integrantes da *Miami Sound Machine* não haviam se formado musicalmente em Cuba. Em grande medida, os músicos e as vocalistas aprenderam sobre ritmos, gêneros e sonoridades cubanas a partir do exílio, das memórias, das comunidades locais e da circulação de fonogramas e meios de comunicação. Tal processo foi importante para a significação da música como elemento atuante na elaboração da memória coletiva da comunidade exilada (ABREU, 2015), que entendia a produção de álbuns como a da *Miami Sound Machine* enquanto uma construção de um arquivo vivo e pessoal dos sujeitos no exílio. Como lembra

Taylor (2013), esse “arquivo” era elaborado a partir de elementos materiais e experiências imateriais, sendo suportes de memórias que permitiam trabalhar a distância temporal e espacial, aproximando sujeitos de uma identidade-imaginada por meio de signos, lembranças e sujeitos do presente.

Renacer/Live Again foi um álbum inserido nessa lógica, mas isso não significava que se pretendia uma memória supostamente “autêntica” sobre Cuba, apesar do movimento *Miami Sound* e da banda invocarem a autoridade sobre as identidades cubanas, imbuindo a si uma espécie de “guarda” da cultura cubana (TORRES, 2001). O disco não pretendia retomar uma narrativa fixa e imutável sobre as identificações cubanas, mas partiu do hibridismo sonoro entre gêneros caribenhos e outros do *mainstream*, como o *soft rock*. A ideia de uma suposta “autoridade” sob a cubanidade esteve mais associada às identidades cubanas em trânsito/deslocamento, e ao que era entendido como cubano no exílio, do que necessariamente a execução de canções tradicionais e/ou populares urbanas. Nesse processo, “o arquivo e o repertório combinaram-se para produzir ritmos novos e transculturados para responder a essa realidade nova e transculturada” (TAYLOR, 2013, p. 365).

Com relação às faixas que integram o disco, algumas características são particularmente interessantes. Em sua maioria, as canções eram em espanhol e tinham interpretação apenas de Gloria e Mercí, exceto pela participação masculina no *backing vocal*. As vozes funcionavam em uníssono, procurando certa equivalência para não destacar uma única artista como a principal, sendo as composições geralmente curtas, com em torno de quatro minutos no máximo, visando a circulação em rádios, assim como o barateamento da produção e comercialização (MOLINA, 2017). Com frases curtas, de fácil memorização e mensagens diretas, as canções tinham semelhança ao formato *pop*, inclusive com o uso recorrente do piano eletrônico como era característico (SOARES, 2015).

Entre os compositores das faixas, havia um destaque a autoria masculina, mas, paralelamente, o eu-lírico mais adotado era o feminino, indicando um processo de composição preocupado com a interpretação de Gloria Fajardo e Mercí Navarro. Três das canções eram de autoria de Carlos Oliva, e duas por Thomas Fundora, apontando a participação dos produtores/diretores da gravadora e seu investimento no disco. As dez faixas integrantes seguiam a forma-canção a partir da articulação entre letra, melodia e interpretação. As primeiras canções gravadas eram pensadas como projetos coletivos, sendo elaboradas a partir da noção que a composição visava “eliminar a fronteira entre o falar e o cantar. É fazer da continuidade e da articulação um só projeto de sentido” (TATTT, 2002, p. 11).

Considerações finais

Todo estudo sobre trajetória é um momento de escolha, seleção e de lidar com a impossibilidade de analisar todas as múltiplas facetas de uma vida. Uma trajetória individual, que é sempre relacional, já apresenta desafios particulares tendo em vista a amplitude de relações, experiências e a coletividade que perpassa a singularidade de um único sujeito. No caso de um grupo, como uma banda, tal desafio é ainda maior, mas segundo Neto pode ser convertido em um potencial de análise pois ao invés do foco individual se tem uma formação coletividade que aglutina diferentes discursos e narrativas em um corpo comum, conservando ainda sim seus particulares (NETO, 2022). Nesse aspecto, o âmbito da performance e/ou da representação se torna uma chave de análise e, principalmente, noções como projeto, projeção, identidade e perfil se tornam extremamente importantes. Neste artigo, fruto de notas iniciais de pesquisa, o foco principal foi justamente tentar perceber um caminho possível de análise para a trajetória da banda *Miami Sound Machine* a partir de seu projeto artístico de início de carreira em diálogo com o contexto vivido.

Nenhum grupo ou artista se encontra excluído ou fora de um contexto que lhe permite se afirmar e/ou produzir, sendo esse o motivo principal da escolha pela análise do projeto artístico da banda do ponto de vista relacional. Não se buscou demonstrar qual era necessariamente a proposta do grupo em um caráter isolacionista ou mesmo que poderia soar como “excepcionalidade”, mas ao longo das páginas anteriores se tentou demonstrar que tal projeto era fruto de uma relação, de uma prática relacional e coletiva, entre artistas e movimento artístico, ecoando no primeiro álbum da *Miami Sound Machine*. Por tal motivo se optou por uma análise do disco não através de suas faixas, mas de uma problematização de seus processos de construção e principalmente colaboração.

O projeto artístico elaborado pela *Miami Sound Machine* era comum ao movimento *Miami Sound*: hibridismo sonoro entre gêneros musicais cubanos e estadunidense; adoção do bilinguismo; evocação de uma narrativa sobre uma Cuba pré-Revolução como forma de ressaltar uma identidade cubana supostamente autêntica; A colaboração artística como forma de reforçar o sentimento comunitário das culturas do exílio. Tal proposta, no caso da banda, visava estabelecer representações que eram “práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição.” (CHARTIER, 1990, p. 11). O álbum *Renacer/Live Again* foi singular nesse processo não apenas por suas faixas compostas, as

quais não foram o foco desse artigo, mas principalmente pelo processo de composição da imagem da banda, dos eixos centrais da produção e pelo caráter colaborativo.

A representação da banda era parte de um projeto maior de representação coletiva a partir de uma performance que dependia da ação de múltiplos agentes “em cena” e não apenas de uma espécie de genialidade ou originalidade artística. Tal diferença emergia em elementos particulares, como no destaque a vozes femininas, mas não como matriz do projeto da banda. Tais elementos, eventualmente, poderiam passar despercebidos pelo público, mas eram parte de um roteiro do movimento *Miami Sound* ao qual a banda era parte, roteiro esse que “esconde uma instrumentalidade e transitividade: o roteiro transporta ‘nós’ [...] daqui para um ‘lá’ exótico; transfere o ‘não nosso’ para um sistema que afirmamos compreender; transforma encenações passadas [...] em resultados futuros” (TAYLOR, 2013, p. 92). Ao dialogar com a cena local, o grupo formado inicialmente por Gloria Fajardo, Emílio Estefan, Merci Navarro, Raul Murciano, Luis Serrano, Enrique ‘Kiki’ Garcia e Juan Marcos Avila apostaram na construção de um projeto de disco que partisse do *Miami Sound*, o que exigiu dos mesmos amplo investimento relativo à adequação aos eixos principais do movimento.

O diálogo com a cena era resultante da experiência/vivência pessoal do grupo, assim como de sua integração ao contexto local. O apoio da empresa *Bacardí* nos primeiros momentos da banda, bem como a relação com músicos locais era significativa desse movimento. Sabe-se, nesse diálogo, que a produção do álbum foi apenas um movimento em meio a outros desse processo. Logo após o lançamento, o álbum ganhou destaque nas paradas musicais da *Billboard* no segmento *Miami (Pop)* entre maio de 1977 e início de 1978. Além disso, a banda passou a aparecer em programas televisivos, como o *Sunshine Rhythms*, do canal 2, evento com ampla cobertura da mídia local que ressaltava o sucesso comercial do álbum e da canção *Renacer*, lançada como *single*²⁴. O álbum foi ainda um cartão de visitas que reafirmou a posição da banda no movimento *Miami Sound*, levando o grupo a ser convidado a eventos étnicos locais como o *Reencontro Cubano*²⁵, no parque bicentenário, e o festival *Verbena Cubana*²⁶, ambas festividades importantes da cena de Little Havana e Miami que, no caso do último citado, contou com participação de Celia Cruz.

²⁴ *El Miami Herald*, 18 de junho de 1977. p. 08.

²⁵ *El Miami Herald*, 24 de junho de 1977.

²⁶ *El Miami Herald*, 04 de julho de 1977.

A integração do projeto da banda ao movimento *Miami Sound* foi tal que, ainda naquele contexto, os integrantes assinaram um contrato de “residência fixa” (shows frequentes) em um novo restaurante criado em Miami, intitulado *The Track and Turf Club – Restaurante & Loung*, espaço cujo a publicidade nos jornais destacava a *Miami Sound Machine* como *Florida’s #1 Latin-American Recording Group*²⁷. As ações indicadas foram todas posteriores ao lançamento de *Renacer/Live Again* e indicavam a aderência do projeto apresentado pela banda. Dessa forma, se tornava visível um reconhecimento da *Miami Sound Machine* cada vez mais como uma banda representante do *Miami Sound*, e por desdobramento da arte do exílio cubano, ao passo que essa representação mobilizou uma série de elementos e significados coletivos nos quais a “comunidade” (RANCIÈRE, 2018) era um fio de fundo para a própria história da banda. Nos meses seguintes, inclusive, o álbum apareceria como um dos principais produtos de lojas de discos locais, equiparável a trilha sonora de *Star Wars*, com vales promocionais disponíveis a quem apresentasse cupons publicados nos jornais de Miami²⁸.

Analisar esse pequeno fragmento da trajetória da banda, em um exercício de sistematização e construção de uma narrativa dotada de sentido sobre a relação entre o grupo e a cena local, permite compreender parte do que era defendido pela banda, mas, principalmente, fornece dados importantes sobre o funcionamento do *Miami Sound* e a forma como grupos e bandas formadas no exílio cubano se estruturavam. Esse é um tópico ainda em aberto e certamente plural, sendo possível estabelecer eixos comuns e pontos de encontro, mas não uma história hegemônica ou homogênea, como defende Gustavo Perez Firmat (FIRMAT, 2012). Nesse breve estudo apresentado, mais que uma resposta conclusiva, é possível perceber a multiplicidade das camadas de sentido (NAPOLITANO, 2016) que envolvem a produção da *Miami Sound Machine* em seu primeiro movimento de folego do ponto de vista comercial. Nessa infinidade de estratos, aos quais aqui nos detivemos apenas a alguns, fica claro que os movimentos artísticos do exílio cubano não eram apenas produções nostálgicas e/ou saudosistas, mas foram dotadas de uma lógica que alternava entre o criativo e o comercial para afirmar identidades e identificações, sem nunca perder de vista seu caráter colaborativo e coletivo (ABREU, 2015), aspecto esse que dava dimensão ao próprio movimento *Miami Sound* ao qual a *Miami Sound Machine* se intitula representante.

²⁷ *The Miami Herald*, 22 de julho de 1977.

²⁸ *The Miami Herald*, 25 de agosto de 1977.

Referências bibliográficas:

- ABREU, Christina D. *Rhythms of Race: Cuban Musicians and the Making of Latino New York City and Miami, 1940-1960*. Chapel Hill: *The University of North Carolina Press*, 2015.
- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- AVELAR, Alexandre de Sá. **A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões**. Revista de História (UFES), Vitória (ES), vol.24, pp.157-172, 2010.
- BRAVO, Eva Silot. *Cubanidad “In Between”: The Transnational Cuban Alternative Music Scene*. *Latin American Music Review*, Austin, vol.38, n.1, 29 páginas, primavera/verão, 2017.
- BRADFORD, Anita Casavantes. *The Revolution Is for the Children: The Politics of Childhood in Havana and Miami, 1959-1962*. Chapel Hill: *University of North*, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, pp.183-191.
- BUSTAMANTE, Michael. *Cuban Memory Wars: Retrospective Politics in Revolution and Exile*. Chapel Hill: *University of North Carolina Press*, 2021.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.
- CONOLLY, N. D. B. *A World More Concrete: Real Estate and the Remaking of Jim Crow South Florida*. Chicago: *University of Chicago Press*, 2014.
- CURTIS, James; ROSE, Richard. *“The Miami Sound”: A Contemporary Latin Form of Place-Specific Music*, *Journal of Cultural Geography*, Londres, vol.4, n.1, pp. 110-118,, 1983.
- DIAS, Marcia Tosta. **Os Donos da voz**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. São Paulo: Editora 34, 2020.
- FIRMANT, Gustavo Pérez. *Life on the Hyphen: The Cuban-American Way*. Texas: *University of Texas Press*, 2012.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **A Globalização imaginada**. 2ª edição ampliada. São Paulo: Iluminuras, 2018.
- _____. **Culturas Híbridas**. 4. ed. 7 reimp. São Paulo: Edusp, 2015.
- GONZÁLEZ, Juan Pablo. **Pensando a música a partir da América Latina: problemas e questões**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- _____. **Fazendo história da música com a musicologia em crise**. In: GARCIA, Tânia da Costa e TOMÁS, Lia. **Música e política: um olhar interdisciplinar**. São Paulo: Alameda, 2013. pp. 75-96.
- GOTT, Richard. **Cuba: Uma História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- GRENIER, Guillermo e PÉREZ, Lisandro. *The Legacy of Exile: Cubans in the United States*. Boston: *Allyn and Bacon*, 2003.

- _____ e MOEBUS, Corinna. *A History of Little Havana*. Cheltenham: *The History Press*, 2015.
- HERMETO, Miriam. **Canção popular brasileira e ensino de história: palavras, sons e tantos sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- HOBSBAWM, Eric (org.). **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MAUAD, Ana M. **Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografias**. Niterói: EDUFF, 2008.
- MOREIRA, Igor Lemos. **Nostalgia, expectativas e temporalidades na canção Esperando (quando Cuba sea libre)**. *Revista Eletrônica Da ANPHLAC*, vol.20, n.28, pp. 83-109, junho 2020.
- MOLINA, Sergio. **Música de montagem: A composição de música popular no pós-1967**. São Paulo: É Realizações, 2017.
- OLIVEIRA, Márcia Ramos de. **O (Lp) Banquete dos Mendigos e a Censura Musical. Resonancias** (Santiago), vol.18, n.34, pp. 155-180, janeiro-junho, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. **História & música: história cultural da música popular**. 3. ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- NETO, Lira. **A arte da biografia: Como escrever histórias de vida**. São Paulo: Cia das Letras, 2022.
- PARTY, Daniel. *The Miamization of Latin-American Pop Music*. In: CORONA, Ignacio e MADRID, Alejandro (Orgs.). *Postnational Musical Identities: Cultural Production, Distribution and Consumption in a Globalized Scenario*. Lanham: *Lexington Books*, 2008.
- RANCIÈRE, Jacques. **Figuras da História**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- SCANDAROLLI, Denise. **História e Musicologia: duas apropriações do passado**. *História da Historiografia, Ouro Preto*, vol.09, n.22, pp. 225-237, dezembro, 2016.
- SOARES, Thiago. **Percursos para estudos sobre música pop**. In: SÁ, Simone Pereira de; CARREIRO, Rodrigo e FERRARAZ, Rogério (Orgs.). **Cultura Pop**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2015.
- SONTAG, Susan. **Contra a interpretação e outros ensaios**. São Paulo: Cia das Letras, 2020.
- TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- TORRES, María de Los Angeles. *In the land of mirrors: Cuban exile politics in the United States*. Ann Harbor: *University of Michigan Press*, 2001.
- TATTT, Luiz. **O cancionista**. São Paulo: Edusp, 2002.
- VILLAÇA, Mariana Martins. **Polifonia Tropical: experimentalismo e engajamento na música popular (Brasil e Cuba, 1967-1972)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004

A materialidade discursiva das propagandas ideológicas na narrativa de *The Purge: Anarchy* (2014)

The discursive materiality of ideological propaganda in the narrative of *The Purge: Anarchy* (2014)

Sabrina Alves Ferreira

Mestranda em História

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

sabrialvesfe@gmail.com

Recebido: 16/10/2023

Aprovado: 18/12/2023

Resumo: Neste artigo objetivamos analisar a materialidade discursiva das propagandas ideológicas que são apresentadas no filme *The Purge: Anarchy* (2014) para produzir efeitos de sentido em relação à política expurgatória instituída nos Estados Unidos onde, uma vez por ano, no período de 12h, qualquer crime se torna legal. O intuito é partir da análise de dois discursos apresentados na película, um emitido de maneira oficial na mídia, assinado pela entidade NFFA (*New Founding Fathers of American*) e o outro transmitido por *streaming* pelo ativista social Carmelo. Partindo dessa dicotomia, analisaremos como os discursos têm condições de produção diferentes e de que modo os efeitos de sentido produzidos pela mediação tentaram atuar no imaginário social. Como resultado, partindo de uma Análise do Discurso derivada das discussões de Patrick Charaudeau e Eni Orlandi, foi possível observar como a propaganda emitida pela NFFA sustentou e reproduziu vontades de verdades ancoradas na memória na tentativa de legitimar uma política genocida, e como o discurso de Carmelo oferece uma reação a partir da busca pela legitimidade.

Palavras-chave: discurso; materialidade; ideologia.

Abstract: In this article we aim to analyze the discursive materiality of the ideological advertisements that are presented in the film *The Purge: Anarchy* (2014) to produce meaning effects in relation to the purgatory policy instituted in the United States where, once a year, within 12 hours, any crime becomes legal. The intention is to start from the analysis of two speeches presented in the film, one issued officially in the media, signed by the entity NFFA (New Founding Fathers of American) and the other transmitted by streaming by the social activist Carmelo. Based on this dichotomy, we will analyze how discourses have different production conditions and how the effects of meaning produced by mediatization tried to act in the social imaginary. As a result, starting from a Discourse Analysis derived from the discussions of Patrick Charaudeau and Eni Orlandi, it was possible to observe how the propaganda issued by the NFFA sustained and reproduced wills of truths anchored in memory in an attempt to legitimize a genocidal policy, and how the speech of Carmelo offers a reaction based on the search for legitimacy.

Keywords: speech; materiality; ideology.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar a construção linguístico-histórica de dois discursos presentes na narrativa do filme *The Purge: Anarchy* para produzir efeitos de sentido relacionados à adesão (ou não) da população à noite do expurgo. O expurgo caracteriza-se por uma política civil instituída pelos chamados Novos Pais Fundadores - NFFA onde, uma noite por ano, no período de 12 horas, qualquer crime se torna legal: furto, homicídio e até mesmo estupro. Durante as 12 horas de expurgo, os hospitais, corpo de bombeiros e delegacias não funcionam, qualquer cidadão pode expurgar e ser expurgado, exceto figuras de autoridade (presidente e senadores). Para tanto, propõe-se uma análise da materialidade discursiva do anúncio oficial do início do expurgo transmitido nas mídias pela NFFA e do discurso anti-expurgo do ativista social Carmelo, transmitido em uma plataforma de *streaming*. Assim, a questão a ser colocada é como esses discursos produzem efeito de sentido e legitimam políticas configurando-se como discursos propagandistas.

A relevância do estudo proposto é, por um lado, contribuir com os estudos da análise do discurso e da materialidade discursiva, bem como a formação histórica do discurso político. E, por outro lado, oferecer a possibilidade de compreender os modos de produção, seleção e distribuição dos discursos (clivado em suas rupturas políticas e sociais), colocando em jogo as posições discursivas e ideológicas que se encontram em incessante confronto, na luta pela palavra. Tendo em vista que “o que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua realidade concreta” (GREGOLIN, 2007, p.16), o discurso propagandista apresenta um processo discursivo abrangente e se liga ao gênero político.

Partindo do pressuposto de que é necessário considerar discurso, antes de tudo, como “uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito” (ORLANDI, 2009, p.73), onde o sujeito se subjetiva de maneiras diferentes ao longo de um texto. O discurso, por princípio, não se fecha. É um processo em curso, não é um conjunto de textos, mas uma prática. É nesse sentido que consideramos o discurso no conjunto das práticas que constituem a sociedade na história, com a diferença de que a prática discursiva se especifica por ser uma prática simbólica.

A escolha do *corpus*, cujo recorte é feito no anúncio oficial do governo a favor do expurgo e no discurso anti expurgo do ativista Carmelo, se deu em virtude da polarização política que representam. O objetivo foi analisar discursos opostos, alinhados com ideologias opostas para perceber a materialidade linguística presente em cada um. Adotaremos a visão de Charaudeau de discurso propagandista que se caracteriza como um discurso de incitação a fazer. Assim sendo, todo ato de linguagem se realiza numa situação de comunicação normatizada que define a legitimidade dos sujeitos falantes valendo-se de estratégias discursivas, onde a comunicação determina o espaço de troca (CHARAUDEAU, 2010).

Abordagem teórico-metodológica do discurso

Patrick Charaudeau (2010) aponta que durante muito tempo o discurso foi analisado sob o viés da sustentação de ideias, ou seja, revelar a ideologia que estava sob o discurso. Essa perspectiva desconsidera o sujeito do discurso já que este estava sujeito a entidades abstratas como o Estado. Neste trabalho, serão analisados os discursos propagandistas ideológicos presentes na película *The Purge (Anarchy)* partindo da perspectiva de Patrick Charaudeau, considerando o sujeito do discurso, suas identidades e relações de força. Nessa perspectiva, nos propomos a analisar o discurso numa problemática da influência social na qual os indivíduos falantes são atores (Charaudeau, 2010).

Para embasamento teórico partimos dos postulados propostos por Charaudeau que ao analisar a tipologia do discurso propagandista, aponta que não há relações sociais que não estejam permeadas pela influência e sejam compostas por um princípio de alteridade, não existe um “eu” sem o “ele”. Nessa perspectiva, para se reconhecer como sujeito é necessário que se reconheça um outro sujeito na sua diferença identitária, onde “esta diferença identitária representa para cada um dos sujeitos em presença uma ameaça possível, o que implica estratégias de resolução deste problema pela rejeição ou pela predação do outro” (CHARAUDEAU, 2010, p. 58).

A proposta é a da construção de um dispositivo de interpretação, perceber o não dito em relação ao dito, o que é dito de um modo com o que é dito de outro. Não propomos buscar o sentido “verdadeiro” do discurso, mas o real sentido em sua materialidade linguística e histórica, partindo do princípio de que a própria língua funciona ideologicamente. Conforme aponta M. Pêcheux (1969) todo enunciado é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva

oferecendo lugar à interpretação. Esse lugar do outro enunciado é o lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos.

Por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes. A formação discursiva de um texto ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante daquela conjuntura. Todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo da análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos. O que nos interessa é sua materialidade, que é linguístico-histórica, logo não se remete a regras, mas as suas condições de produção em relação à memória, onde intervém a ideologia, o inconsciente, o esquecimento, a falha, o equívoco. O que nos interessa não são as marcas em si, mas o funcionamento no discurso.

A materialidade linguística considera o como se diz, o quem diz e em que circunstâncias o diz. Ou seja, implica naquilo que se mostra em sua sintaxe e enquanto processo de enunciação. Entendendo que os objetos discursivos são afetados por diferentes memórias discursivas, nosso ponto de partida é o de que a análise do discurso visa compreender como um objeto simbólico produz sentidos e quais as suas relações com a ideologia, o que nos permite compreender como se constituem os sentidos desse dizer, o compromisso desse dizer com a memória. As palavras refletem sentidos de discursos já realizados, imaginados ou possíveis. É desse modo que a história se faz presente na língua. Compreender como um texto produz sentidos é compreendê-lo enquanto objeto linguístico-histórico, é explicar como ele realiza a discursividade que o constitui.

O discurso, a política e a propaganda

O fenômeno político perpassa um conjunto de fatos do âmbito social, jurídico e moral, onde o discurso se encontra no embaraçamento de todos esses fatos. Charaudeau (2006) demonstra como a linguagem se junta à ação no discurso político e qual a incidência disso tem para as diferentes estratégias narrativas. O discurso político, para o autor, não tem sentido fora da ação e a ação busca para todo sujeito o exercício de um poder.

Discurso e ação são dois componentes da troca social que tem uma interdependência recíproca, considerando que todo ato de linguagem é um agir sobre o outro. O agir sobre o outro

tem um objetivo definido: ver a intenção ser seguida, onde o outro está em uma posição de obrigação a ser executada, em relação de submissão ao sujeito que fala. Nessa perspectiva, o que pode levar o sujeito alvo a agir é a existência de uma ameaça que repousa sobre ele ou a existência de uma gratificação. Charaudeau (2006) aponta que a ameaça e a gratificação constituem uma sanção que confere ao sujeito falante uma autoridade.

Em nome de quê o sujeito falante tem o direito de exigir? Essa questão nos remete ao fundamento da autoridade e da força de verdade que justificam os atos. A força de verdade é de ordem transcendental e pessoal, transcendental pois emana de um espaço exterior ao sujeito, de um “Outro” que dita a lei absoluta, seja o povo, o Estado, a república ou mesmo a ciência. E de ordem pessoal visto que a força de vontade é mais restrita na medida em que ela se encontra incorporada ao sujeito como um atributo.

Nessa perspectiva, ocorre uma relação entre linguagem e ação no discurso político. Essa relação foi analisada sob vários vieses, aqui detemo-nos a concepção de Habermas (1989) que considera a manifestação do poder em duas instâncias: o poder comunicacional e o poder administrativo. Para o autor, o poder comunicacional existe fora de toda dominação, sendo o povo seu incitador e seu depositário, circulando no espaço público, o que forma a “opinião pública”, fora da tutela do Estado. O poder administrativo, por outro lado, implica em relação de dominação. Trata-se de regular a vida social por leis e sanções com a finalidade de regular tudo que poderia se opor à vontade de agir. Assim, o sistema político se articula para se defender contra a desestabilização seja excluindo, selecionando ou se impondo. Conforme aponta Charaudeau (2006, p. 257):

Em resumo, poderíamos dizer que o poder comunicacional é o que torna possível a construção de um espaço político ao colocar em cena a questão da legitimidade, e que o poder administrativo, ao se fundar sobre essa legitimidade, ao tirar partido de uma vontade popular, implementa um dispositivo de realização concreta do poder ao se impor às próprias pessoas que o fundaram.

Complementando a teoria de Habermas, Charaudeau (2006) aponta as diferenças entre o dizer político e o fazer político. O dizer político é o plano das estratégias discursivas, tendo como objetivo a imposição de uma opinião. E o fazer político refere-se ao espaço onde se exerce o poder, onde se tomam decisões e se realizam atos. A produção discursiva depende de sua significação e dos

objetivos que determinam as finalidades sociais, onde o campo do político é voltado para as ideias e sua força de verdade, a fabricação de ideologias. E o campo da política é voltado para os atores e sua força de ação, onde ocorre a fabricação das relações de força. O discurso propagandista é, desse modo, um tipo de discurso definido de maneira ideal que se concretiza por diferentes gêneros que variam de acordo com: o tipo de legitimidade do qual goza o sujeito falante, conforme aponta Charaudeau (2010) a natureza do objeto de fala (ou objeto de busca) que constitui o “fazer crer” e o “dever crer”, e o lugar atribuído ao sujeito influenciado.

O sujeito político pode se encontrar tanto dentro da governança quanto fora da governança. Fora da governança quando se trata, por exemplo, de ascender ao poder sendo candidato a uma eleição, e dentro da governança quando ocupa uma pasta no governo. O objetivo de cada sujeito político é o de comunicar e para isso utilizam estratégias diferentes visto que se encontram em posições de legitimidade diferentes. A primeira estratégia é a de palavra de promessa, que define uma idealidade social, portadora de um sistema de valores, o sujeito que enuncia precisa de credibilidade para ter adesão da maioria ao seu projeto, apoiando-se ora à razão, ora a emoção em encenações diversas (comícios, panfletos, cartazes, etc). De acordo com Charaudeau (2006) a palavra promessa adquire aqui não a força de verdade, mas uma força de identificação a uma ideia.

Outra estratégia argumentativa é a palavra de decisão, essa estratégia é fundada sob uma posição de legitimidade. Ao dizer que existe uma desordem social, ela diz que é preciso uma atitude para resolver a anormalidade e criar uma nova ordem. A palavra de dissimulação é outro aspecto intrínseco ao discurso político e está diretamente ligada à questão da mentira na política. O discurso mentiroso não existe em si mesmo. Só há mentira em uma relação em função dos objetivos que recobrem essa relação. Charaudeau (2006) aponta que é preciso considerar que a mentira não tem o mesmo alcance se o interlocutor é singular ou plural, ou se fala no plano privado ou público, o plano público dá uma dimensão singular à mentira.

A mentira pública é justificada porque o objetivo é salvar, a despeito da opinião ou mesmo da vontade dos próprios cidadãos, um bem soberano, ou que constitui a base identitária do povo sem a qual este se perderia. Tem-se a impressão de que se trata de um discurso que não remete a uma vontade de enganar o outro, mas, ao contrário, de um desejo de torná-lo cúmplice de um imaginário que todo mundo teria interesse em conservar (CHARAUDEAU, 2006). Aqui insere-se a articulação

do que representam as duas forças que animam a vida política: a idealidade dos fins (a política) e os meios para atingi-los (o político). Apesar disso, a palavra política exige simplicidade para um maior alcance.

A condição de simplicidade refere-se ao discurso que é utilizado para direcionar-se às massas, utilizando estratégias argumentativas que apelem aos valores que podem ser partilhados e, sobretudo, entendidos pela maioria considerando um conjunto de indivíduos heterogêneos do ponto de vista do nível de instrução e possibilidade de se informar. Charaudeau aponta que simplificar as ideias não é fácil visto que elas se organizam em um sistema de conhecimento e de crenças, onde “é mais uma questão de veracidade que de verdade, trata-se de dizer não é o que é verdadeiro, mas o que eu creio ser verdadeiro e o que o outro deve acreditar ser verdadeiro” (CHARAUDEAU, 2006, p. 265).

As relações entre materialidade do discurso e autor

Conforme Orlandi (2009, p. 73) “o discurso está para o sujeito assim como o autor está para o texto”. Para isso, há na base de todo discurso um projeto totalizante do sujeito que o converte em autor. É na articulação entre o real e o imaginário que o discurso funciona. Um texto é regido pela força do imaginário da unidade, estabelecendo-se uma relação de dominância de uma formação discursiva com outras, na sua constituição. Esse é mais um efeito discursivo regido pelo imaginário, o que lhe dá uma dimensão ideológica, uma ancoragem política. Segundo Foucault (1996), há processos internos de controle do discurso que se dão a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, visando domesticar a dimensão de acontecimento e de acaso do discurso. Nessa perspectiva, o princípio do autor limita o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que tem a forma de individualidade e do eu. É assim que o autor é pensado como uma função discursiva: produtor de linguagem, produtor de texto. O autor é uma das dimensões do sujeito que está mais determinada pelo contexto sócio-histórico.

Orlandi (2009) aponta que a autoria é a mais afetada pela coerção, está submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares. O sujeito, enquanto autor, ao mesmo tempo em que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, ele também se remete a sua interioridade, construindo sua identidade como autor. Não basta falar para ser autor, a autoria implica em uma inserção na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social.

O interdiscurso significa justamente a relação do discurso com uma multiplicidade de discursos. Representa a alteridade por excelência (O Outro), a historicidade. A historicidade, na análise do discurso, deve ser compreendida como aquilo que faz com que os sentidos sejam os mesmos e também que eles se transformem. Essa é a relação entre língua e discurso: a língua é pensada “como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história”, M. Pêcheux (1980).

Existem maneiras de trabalhar o não dito na análise do discurso. O silêncio, nesse aspecto, indica que o sentido pode sempre ser outro, isso Orlandi (1993) chama de silêncio fundador. O silenciamento ou política de silenciamento se divide em: silêncio constitutivo, pois uma palavra apaga outra palavra, e o silêncio local, que é a censura, aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura. As relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhado de palavras, conforme Orlandi (2009).

O que caracteriza o discurso, antes de tudo, não é o seu tipo mas o seu modo de funcionamento, tomando como referência elementos constitutivos de suas condições de produção e sua relação com o modo de produção de sentidos, com seus efeitos. E. Orlandi, (2009) distingue os discursos em: 1) discurso autoritário: aquele que a polissemia é contida, o locutor é agente exclusivo e apaga sua relação com o interlocutor; 2) discurso polêmico: aquele que a polissemia é controlada, mas o referente e os sentidos são disputados pelos interlocutores; 3) discurso lúdico: a polissemia está aberta, onde o referente está presente e os interlocutores não regulam a relação com os sentidos.

Orlandi (2009) aponta que a denominação do discurso não julga o sujeito do discurso, não é um juízo de valor, é uma descrição do funcionamento discursivo em relação a suas determinações histórico-sociais e ideológicas. Por outro lado, não há nunca um discurso puramente autoritário, lúdico ou polêmico. O que há são misturas de articulações de modo que podemos dizer que um discurso tem um funcionamento dominante autoritário ou tende para autoritário. Ou seja, há múltiplas relações e diferentes naturezas entre os discursos: relação de inclusão, exclusão, sustentação, oposição, migração, etc. O texto é sempre uma unidade complexa, não há discurso que não esteja em relação com outros discursos, que não forme um trincado nó de discursividade.

The Purge: Anarchy aborda as tensões raciais e de classe dos Estados Unidos, bem como sua controversa cultura de armas e, portanto, é digno de uma análise do discurso. Se *The Purge* tem sido

visto por críticos e comentaristas de cinema principalmente como uma acusação à política ultraconservadora e suas obsessões por raça, armas ou crueldade anti-bem-estar, este trabalho considera que esse discurso não está fechado em si mesmo e estabelece relações com outros discursos. Aqui, o filme é discutido pelas lentes da materialidade do discurso, onde o ritual da noite do Expurgo é lido como uma propaganda da violência institucionalizada do mercado e a violência interpessoal reprimida que ele desloca no processo civilizatório (ELIAS, 1978). Nessa perspectiva, a materialidade discursiva compreende como os sentidos e os sujeitos nele se constituem e constituem seus interlocutores, como efeitos de sentidos filiados a redes de significação. A ideologia, nesse sentido, é constitutiva tanto do sujeito quanto da produção dos sentidos.

Análise do discurso: A materialidade discursiva em *The Purge: Anarchy* (2014)

O objeto deste estudo são dois discursos inscritos no cotidiano de uma sociedade distópica em *The Purge: Anarchy*, e para analisá-los é imprescindível um tratamento analítico da sociedade representada para se conhecer e compreender como ela se estrutura socialmente. Tendo como princípio que o discurso é prática social, cuja materialidade é a língua que, ao expressar historicamente a ideologia, engendra sentidos para as posições discursivas ocupadas pelos sujeitos que enunciam. Cabe perguntar, todavia: que sujeito é este? Qual sua posição e lugar no mundo? Em que tipo de sociedade ele habita?

A narrativa do filme sugere que a política expurgatória tenha sido sancionada como uma reação populista de extrema direita à criminalidade, à pobreza e à agitação social que a política moderada do sistema bipartidário tradicional se mostrou incapaz de responder. Dessa forma, uma destilação e liberação de impulsos agressivos em uma estreita janela anual de tempo ritualizado ajuda, por sua vez, a domar as taxas de criminalidade explosivas, reduzir o desemprego e reduzir a miséria que assola a sociedade pré-expurgo. Uma explosão institucionalizada anual de violência destina-se a fornecer condições de igualdade para todos, mas torna-se evidente que são principalmente os ricos que atacam os pobres, com o próprio governo empenhado na eliminação de suas populações economicamente marginais, em um conjunto de políticas que equivalem a um abate dos pobres.

Observa-se que a narrativa fílmica tem em foco uma sociedade de classes, sustentada sobre a exploração do trabalho do homem por outrem; uma sociedade em que, enquanto dissolve o valor de uso do trabalho, impõe o valor de troca e a mais-valia, expandindo e, contraditoriamente, reduz “tudo” à mercadoria. É uma sociedade movida sob a égide do capital, regendo os homens, suas práticas e os discursos que a orientam. As relações de força motorizadas pela luta de classe se manifestam nas formulações dos sujeitos porta-vozes dos discursos que circulam, expressando a realidade sócio-histórica que os determina.

Evidentemente, nem todo dito, nem todo dizer formulado e constituído a partir da e na realidade social é transparente; na verdade, todo dito omite na superfície discursiva outros dizeres, não-ditos silenciados. Por isso, para um procedimento de análise, toma-se a superfície discursiva, ou as “margens do dizer” (ORLANDI, 2009), como ponto de partida, para poder chegar à compreensão e à explicação do “conjunto complexo contraditório” (o interdiscurso) das formações discursivas nas quais o discurso encontra assento e representa (AMARAL, 2007). Assim, é possível entender a posição discursiva que os dois sujeitos dos discursos, a serem abordados em seguida, ocupam no jogo combinado e contraditório das forças impulsionadoras da sociedade distópica representada no filme.

A imprensa é porta-voz e ocupa uma posição discursiva de classe. Portanto, o discurso da noite do expurgo divulgado pela imprensa não pode ser considerado “ideologicamente neutro”; a imprensa está sempre representando um discurso de classe. No caso do discurso aqui analisado, têm-se os sujeitos porta-vozes midiáticos – o novo partido político chamado de Novos Pais Fundadores - NFFA. Como em qualquer sociedade, distópica ou não, os partidos políticos dispõem de meios massivos para formar a opinião pública e gerar produtos que lhes garantam lucros pelo tratamento da informação. Assim, realizam práticas midiáticas em conformidade com os interesses do capitalismo. No início da noite do expurgo, é transmitido nos canais oficiais de comunicação dos Estados o seguinte anúncio:

Isto não é um teste. Este é o seu sistema de transmissão de emergência anunciando o início do Expurgo Anual sancionado pelo governo dos EUA. O uso de armas da classe 4 e inferiores estão autorizadas durante o expurgo. Todas as outras armas são restritas. Funcionários do governo do ranking 10 receberam imunidade do Expurgo e não devem ser machucados. Começando na sirene, todo e qualquer crime, incluindo assassinato, será legal por 12 horas contínuas. A polícia, os bombeiros e

os serviços médicos de emergência estarão indisponíveis até amanhã de manhã às 7 horas da manhã, quando O Expurgo se concluir. Abençoados sejam nossos Novos Pais Fundadores e a América, uma nação renascida. Que Deus esteja com todos vocês.

A participação é incentivada ao som do dever cívico, como alude o anúncio público que ecoa pelos alto-falantes de rua, rádios e aparelhos de televisão para marcar o início da noite do Expurgo. Purgar torna-se não apenas um direito, mas um credo e um ritual de limpeza com sua própria oração para os participantes. Ao se intitularem “novos pais fundadores” fica subentendido que existiram os “velhos pais fundadores”, sendo esse discurso uma prática simbólica. Conforme apontado por Charaudeau (2006), todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior, aqui a identidade se faz presente ao passo que o resgate da memória é utilizado como ferramenta discursiva. Ao evocar os pais fundadores, a NFFA coloca o dito em relação ao não dito, onde ocorre a manifestação da ideologia e produção dos sentidos na constituição dos sujeitos. A denominação “Novos Pais Fundadores” reflete um discurso já realizado, aqui a história se faz presente na língua caracterizando o discurso como objeto linguístico-histórico, o interdiscurso representando a alteridade e a relação com o Outro. Charaudeau (2010, p.68) aponta como esse estilo de propaganda se qualifica:

[...] procura fazer com que se forme uma opinião ou fazer com que ela se altere – acrescentam -se duas características. Uma é que o manipulador não revela seu projeto de realização e o maquia sob um outro projeto que é apresentado como favorável ao manipulado (quer o benefício seja de ordem individual ou coletiva). A outra é que o manipulador, para melhor impressionar o manipulado, tira partido de certa posição de legitimidade que lhe é dada pela situação e joga com uma credibilidade que ele teria adquirido em outra parte. A consequência disso é que o manipulado, ignorando o verdadeiro teor deste projeto, se deixa persuadir por esta falsa aparência e entra no jogo de persuasão do manipulador sem se dar conta. Assim sendo, a manipulação vem acompanhada da ilusão, pois há a relação entre um influenciador -manipulador que esconde sua intenção e um influenciado -manipulado que ignora esta intenção. Este último pode até mesmo ser a vítima (mas não necessariamente).

No enunciado, a linguagem se junta à ação ao passo que ambos têm uma interdependência. Ao anunciar “Isto não é um teste. Este é o seu sistema de transmissão de emergência anunciando o início do Expurgo Anual sancionado pelo governo dos EUA” fica claro a vontade de agir sobre o outro, ver a intenção ser seguida. Nessa perspectiva, uma ameaça é o que condiciona os sujeitos a

aderirem ao discurso atribuindo uma autoridade ao locutor, onde “o sujeito alvo é colocado em uma posição de dominado, o sujeito de autoridade em uma posição de dominante, e os dois em uma relação de poder” (CHARAUDEAU, 2006, p. 254). Aqui o fundamento da autoridade e da força de verdade é de ordem transcendental pois emana de um espaço exterior ao sujeito: o Estado. O sujeito político nesse discurso se encontra dentro da governança, portando um sistema de valores bem definidos e uma legitimidade, utilizando a palavra de decisão como estratégia argumentativa.

Ao enunciar “Que Deus esteja com vocês” adquire aqui não a força de verdade, mas uma força de identificação a uma ideia, onde percebemos a palavra de promessa utilizada como estratégia argumentativa. O discurso não é puro, ao passo que apresenta uma mescla entre discurso autoritário e discurso polêmico. A dramatização se faz presente já que o sujeito político emprega argumentos e palavras que emocionam, visto que o campo político se transforma em um domínio onde se movem relações de força simbólica para a conquista e gestão do poder, ocorrendo uma articulação entre a identidade dos fins (o político) e a disposição dos meios para atingi-lo (a política). A solução consiste em propor medidas que deveriam reparar o mal existente e, ao mesmo tempo, construir a imagem daquele que se apresenta como um salvador: para lutar contra a insegurança, serão propostas medidas de coerção drásticas, para reerguer a situação econômica, será proposto baixa nos impostos para os cidadãos. Com isso, o defensor destas medidas aparecerá de forma tão credível que construirá para si uma imagem de homem forte (um *ethos* de potência e de chefe) e de salvador da nação (Charaudeau, 2010).

Apesar de prometer igualdade de condições, o Expurgo aumenta as injustiças existentes. É nesse contexto que vemos vários tipos de resistência se formando contra ela. Há uma resistência armada organizada – um movimento revolucionário liderado por Carmelo John (interpretado por Michael K Williams), que transmite o que chama de “Comunicado do Carmelo” por *streaming*, com o seguinte discurso:

Sacrificamos os melhores elementos para obter a paz. Não veneramos mais no altar de Cristo. Maomé. Javé. Adoramos no altar das armas de fogo. Nós, o povo, não sabemos o que fazemos. O Expurgo não é pra resumir o crime a uma noite e lavar nossa alma através da violência. A questão é só uma: dinheiro. Quem morre hoje? Os pobres. Não podemos nos proteger.

Carmelo anuncia que para além da descarga purificadora da raiva, a função social do expurgo explica-se pela eliminação sistemática de grandes faixas de populações miseráveis e economicamente supérfluas. Estes atacam a si mesmos em violência nihilista arbitrária (os ricos podem oferecer proteção e segurança, os pobres são alvos abertos); seja perseguido pelas classes altas, que se divertem com a matança hedonista; ou o próprio governo, que os remove de forma silenciosa, mas eficiente – caminhões sem identificação transportando tropas militares varrem as áreas urbanas mais pobres para atingir seus moradores.

Charaudeau (2006) aponta que as condições de credibilidade levam o sujeito político a construir uma imagem de si perpassando por três *ethos*: lucidez, engajamento e virtude. Em seu discurso, Carmelo articula os três *ethos* ao se identificar com o povo, demonstrar sua vontade de agir e autoridade ao ser o representante do povo anti-expurgo. A formação discursiva do enunciado de Carmelo ganha sentido porque deriva de um jogo ideológico dominante da conjuntura política apresentada no filme. O enunciado é afetado por memórias discursivas diferentes do enunciado da NFFA, constituindo outros sentidos do dizer. Aqui o que leva o sujeito a agir é a existência de uma ameaça: a morte iminente. A força de verdade é de maneira pessoal já que se encontra incorporada ao sujeito. Nesse discurso o poder comunicacional, conforme apontado por Habermas (1989), existe fora de toda dominação, circula no espaço público, configurando a “opinião pública”. O sujeito político Carmelo se encontra fora da governança e, conseqüentemente, em uma posição de legitimidade diferente da atribuída à NFFA.

Carmelo se encontra em uma posição de não autoridade e utiliza a estratégia propagandista do fazer crer. Esse discurso tem como alvo uma instância coletiva, se inscrevendo num dispositivo de difusão. Para conseguir o objetivo de fazer crer e colocar a instância de recepção em posição de dever crer, o discurso propagandista se organiza de acordo com um duplo esquema cognitivo, narrativo e argumentativo (Charaudeau, 1992, 2008). Dessa forma, a estratégia argumentativa utilizada é a da palavra de decisão, ao enunciar “O Expurgo não é pra resumir o crime a uma noite e lavar nossa alma através da violência”, Carmelo explicita que existe uma desordem social e que é necessário agir para resolver. Aqui insere-se a articulação da política com o político: a idealidade dos fins e os meios para atingi-lo. Conforme aponta Charaudeau (2010, p. 68):

Discursos de promessa, ou até mesmo de profecia, um discurso de encantamento mais ou menos mágico que faz parte de uma ordem moral (dever fazer ou não fazer) ou de um sonho (poder fazer), sem, no entanto, se apresentar de maneira prescritiva – não se deve dar a impressão de ser autoritário, sob pena de se tornar suspeito – de forma a suscitar a esperança por “dias melhores”.

O discurso de Carmelo também apresenta condições de simplicidade, apela aos valores partilhados e ao utilizar o termo “Nós, o povo” considera que existe uma heterogeneidade e, conseqüentemente, identificação, mas, também, que existe uma diferença entre “nós” e “eles”. A materialidade discursiva se organiza em um sistema de crenças ao passo que o discurso é articulado na relação entre o real e o imaginário, estabelecendo uma relação do discurso com sua identidade e individualidade determinados pelo seu contexto sócio-histórico. O não dito fica em evidência ao passo que Carmelo enuncia “Não veneramos mais no altar de Cristo. Maomé. Javé. Adoramos no altar das armas de fogo.”, onde o silêncio constitutivo apaga uma palavra em relação a outra. O discurso se torna polêmico e lúdico ao passo que os sentidos são disputados pelos interlocutores, mas a polissemia está aberta.

Assim, há dois tipos de discurso propagandista em *The Purge: Anarchy*. Essa análise aponta que os discursos não são do mesmo teor e que não são utilizados da mesma maneira, mas ambos são construídos na negação ou identificação com um Outro. Nota-se nos discursos abordados que a finalidade não é a verdade, mas o “fazer crer”, esse fazer crer é constituído por meio da persuasão, utilizando-se estratégias discursivas para um alcance massificado. Dessa forma, a narrativa fílmica coloca em questão o lugar do discurso de persuasão numa sociedade democrática, já que as linhas de estratégia de persuasão legítima e manipulação mostram-se cada vez mais tênues.

Considerações finais

The Purge: Anarchy abrange questões específicas sobre as relações de poder, envolvendo o papel do Estado e o lugar destinado ao discurso na sua estrutura política. Dessa maneira, abrange a temática de modo a explicitar a materialidade discursiva evidenciando como essa se constitui em relação com outros discursos. Ao utilizarmos da ficção, em específico, evidenciamos com esse estudo que uma obra, independentemente de ser ficcional, é sempre portadora de retratos, de marcas e de indícios significativos da sociedade que a produziu. Foi nesse sentido que a obra cinematográfica foi tratada, buscando evidenciar que a mais fantasiosa obra cinematográfica de ficção carrega por trás de

si ideologias, imaginários e relações de poder que refletem o real.

A análise do discurso, proposta metodológica desenvolvida no presente trabalho, contribuiu de maneira importante no processo de reconhecimento das continuidades históricas presentes na película, pois possibilitou o estudo das estruturas sócio-linguísticas fundamentadas historicamente. Nesse sentido, o ponto de partida metodológico para examinar a materialidade discursiva veio ancorado na percepção de que a narrativa - pretendendo ser retrato da realidade ou não - é em todos esses casos *história*.

Nesse sentido, as narrativas presentes no filme estão carregadas de subjetividades, visto que cada discurso traz aspectos de suas crenças, valores, lugar social, embebido de dimensões imaginárias e simbólicas que proporcionaram importantes *insights* sobre o conflito nas relações de poder. Não só isso, as narrativas ao serem entendidas como propagandas, abordou os mecanismos e processos de dominação e as variadas estratégias de persuasão.

Referências:

AMARAL, Maria Virginia Borges. **O avesso do discurso**: análise de práticas discursivas no campo do trabalho. Maceió: EDUFAL, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette. 1992.

_____. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto. 2008.

_____. O discurso propagandista: uma tipologia. in MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato. **Análises do Discurso Hoje**, vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p.57-78, 2010.

DE MONACO, James. **The Purge**: Anarchy, 2014.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador**. Oxford: Blackwell, 1978

FOUCAULT, Michael **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

GREGOLIN, M. R. **Comunicação, mídia e consumo**: Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. São Paulo, vol. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do Silêncio**, Editora da Unicamp, Campinas, 1993.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso - AAD-69 (1997)**. Trad. Eni Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997

_____. Lire l'archive aujourd'hui. **Archives et documents de la Société d'histoire et d'épistémologie des sciences du langage**, Première série, n°2, 1980.

As políticas de reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro no Rio de Janeiro

Policies for the recognition of Afro-Brazilian cultural heritage in Rio de Janeiro

Juliana Oakim Bandeira de Mello

Mestranda em História

Universidade Estadual Paulista, Unesp/Assis

natalia.zampella@unesp.br

Recebido em: 29/04/2023

Aprovado em: 16/11/2023

Resumo

Este texto transita pelas diferentes políticas de valorização de bens culturais implementadas no Brasil, em especial, no Rio de Janeiro, que são relacionadas a identidades culturais afro-brasileiras. Partindo desde uma construção mítica de igualdade racial, passa pelas políticas implementadas durante o período da redemocratização, avança sobre o alargamento do conceito de patrimônio cultural imaterial e segue até o reconhecimento do Cais do Valongo como patrimônio mundial. Ao atravessar este longo percurso, o texto pretende investigar os potenciais e as limitações destas políticas na construção de uma democracia efetiva e na promoção da diversidade cultural e racial brasileira.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, patrimônio cultural, identidade cultural afro-brasileira

Abstract

This text transits through the different policies implemented in Brazil, in particular, in Rio de Janeiro, for valuing cultural assets related to Afro-Brazilian cultural identities. Starting from a mythical construction of racial equality, it goes through the policies implemented during the period of re-democratization, advances on the broadening of the concept of intangible cultural heritage and goes on to the recognition of Valongo Wharf as a world heritage site. By crossing this long path, the text intends to investigate the potentials and limitations of these policies in the construction of an effective democracy and in the promotion of Brazilian cultural and racial diversity.

Keywords: Rio de Janeiro, cultural heritage, afro-brazilian cultural identity

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro foi um dos principais portos de desembarque de africanos escravizados nas Américas. Ponto importante deste enorme e infame comércio, dali, a mercadoria humana era distribuída para outros lugares do Brasil.

Os números são impressionantes. Segundo o projeto *Slave Voyages*, que organiza em uma grande base de dados georreferenciada os dados encontrados em documentação oficial sobre esse triste comércio, entre 1500 e 1875, 10.003.723 africanos escravizados desembarcaram nas Américas, quase metade levada à região do Caribe e um terço ao Brasil. O ápice ocorreu entre 1750 e 1850, quando foram trazidas 7,6 milhões de pessoas às Américas.

Destas pouco mais de 10 milhões de pessoas sequestradas em África, 3.521.065 desembarcaram em portos brasileiros. Aqui, o Rio de Janeiro foi uma das regiões que mais recebeu escravizados: 1.543.471 pessoas. Este número representa 43% dos africanos desembarcados no Brasil. Em outras palavras, nos portos do Rio de Janeiro, desembarcaram quase metade dos africanos escravizados trazidos ao Brasil¹.

Decorrencia deste triste papel no comércio internacional de mercadoria humana é a grande presença de manifestações culturais afro-brasileiras, muitas hoje celebradas e tantas outras por serem reconhecidas, todavia. Importante destacar que não se trata de uma *boa consequência*, mas de uma reinvenção, nas Américas, da realidade cultural de uma população submetida ao sequestro e escravização. Aquilo que o historiador camaronês Achille Mbembe destacou, em sua investigação acerca da *necropolítica* como um dos elementos paradoxais do colonialismo: tratado como mera ferramenta, o escravizado foi capaz de extrair daquela realidade uma representação e estilizá-la, principalmente a partir do próprio corpo, criando, assim, novas referências culturais (Mbembe, 2018).

As relações entre estado brasileiro e identidades afro-brasileiras nunca foram pacíficas, mas ambíguas ou confrontantes. Ao longo de séculos, já foram violentamente combatidas, assim como incorporadas ao rol de manifestações *tipicamente brasileiras*. Ainda assim, se olharmos para aquelas manifestações afro-brasileiras que o estado chancela e reconhece, são poucos os bens

¹ Outro grande local de desembarque de africanos escravizados foi a Bahia: 1.347.595 pessoas desembarcaram em portos baianos, número que representa 38% dos africanos desembarcados no Brasil. Juntos, os portos do Rio de Janeiro e Bahia receberam 81% do tráfico de escravizados do país e 29% de todo o tráfico transatlântico.

culturais relacionados à presença do negro reconhecidos como patrimônio cultural - principalmente se atentarmos para a presença e impacto desta população na sociedade brasileira.

O reconhecimento da contribuição do negro na cultura brasileira foi um processo lento, que se relacionou com o próprio processo de construção e crítica das políticas culturais de estado, assim como com o espaço político que esta mesma população conquistou nesta sociedade. Sendo assim, pretendo transitar, neste texto, um pouco pela história das políticas de patrimônio cultural do Brasil e do Rio de Janeiro, mostrando as transformações ocorridas ao longo, principalmente, do século 20.

As origens das políticas de patrimônio cultural no Brasil

Começemos pela etimologia da palavra patrimônio. Patrimônio remete à herança paterna, ou *herança da pátria*. É conceito que tem como ponto central a ideia de construção de uma identidade nacional transmitida como herança entre gerações (Magnani, 1986). Antes de prosseguirmos, é importante destacar que, enquanto política de estado, as ações de valorização de patrimônio cultural são sempre estruturadas a partir da perspectiva de um estado nacional, que elege valores a serem reconhecidos como bens culturais. Esta observação é importante e explica as limitações destas políticas enquanto ações efetivamente democráticas, além de permitir uma análise de como sua atuação pode (e o faz em muitos momentos) reproduzir violências simbólicas.

As políticas de preservação do *patrimônio histórico e artístico* (como era chamado inicialmente) principiaram-se no século 19, ligadas à uma narrativa que pretendia legitimar a construção de uma identidade nacional. Ao definir os eixos culturais desta identidade, fazia-se necessário a estes mesmos estados nacionais valorizar e proteger aqueles símbolos que lhes eram caros. Naquele momento, as ações estruturavam-se, principalmente, na valorização de bens culturais icônicos, tais como monumentos e obras de arte, na maior parte das vezes ligado a instituições como museus, arquivos e bibliotecas.

Ao longo do século 20, esta perspectiva se ampliou consideravelmente e o conceito original de patrimônio histórico e artístico passou a incluir o patrimônio arqueológico, patrimônio ambiental-urbano, patrimônio ecológico, patrimônio paisagístico e patrimônio imaterial. Mas como se deu esse processo no Brasil e no Rio de Janeiro? E como esse processo se relaciona às identidades culturais afro-brasileiras?

Logo após o 1888, houve a emergência no Brasil de uma reflexão eugenista, importada de um pensamento europeu. Incentivado por um debate que buscava definir os rumos da população negra liberta, teorias racistas pseudocientíficas propuseram diferentes abordagens, em geral, com o objetivo de eliminar uma suposta herança genética prejudicial. Uma das consequências deste pensamento, ainda em fins do século 19, foi a estruturação de uma política pública de incentivo à imigração de povos outros, como italianos ou japoneses, para "consertar" a carga genética do brasileiro.

Na década de 1930 esta discussão ganharia uma outra dimensão. Em um momento de questionamento acerca da identidade nacional do brasileiro, ganharam projeção os trabalhos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque (Buarque, 2015 e Freyre, 2006). Estes trabalhos, ainda que hoje sejam considerados ultrapassados na reflexão racial, foram importantes na construção do mito da igualdade racial ao ultrapassar a perspectiva eugenista anterior e ao defender que o brasileiro seria tipicamente o *mestiço*.

E seria em meio a este debate que o governo varguista criaria o primeiro órgão de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Cabe lembrar aqui o ponto apresentado no início deste texto sobre a relação entre narrativas de legitimação de estados nacionais e políticas de patrimônio cultural: a chamada Segunda República precisava legitimar sua existência e, como diversos outros regimes pelo mundo, utilizava-se de uma narrativa discursiva que buscava no passado sua legitimidade.

E, foi, neste contexto, que Gustavo Capanema, o então Ministro da Educação e Saúde, solicitou ao poeta modernista Mário de Andrade e ao advogado Rodrigo de Melo Franco a criação de uma instituição de patrimônio histórico e artístico. Mário de Andrade partiu, então, em viagens por todo o país em busca do que seria o *brasileiro*. A partir daquilo que identificou nestas viagens, estruturou uma instituição. Nascia, assim, em 1936, às vésperas do golpe do Estado Novo, o *Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (Sphan)². Sua criação relacionou-se também, portanto, ao modernismo brasileiro que, com sua característica conservadora, buscava nas tradições do passado as referências para a construção de um *futuro de nação* (Cavalcanti, 2006).

No ano seguinte, em 1937, seria regulamentado o instrumento do tombamento no Brasil. O tombamento é, até hoje, o principal instrumento de preservação do patrimônio cultural

² Posteriormente, em 1994, o órgão passaria a chamar-se *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (Iphan). Apesar da manutenção no nome da terminologia antiga, o órgão trabalha, atualmente, com a perspectiva ampliada de patrimônio cultural.

edificado; um instrumento de regulação urbana que estabelece que, uma vez identificada a importância histórico-cultural de dada edificação, sua demolição torna-se proibida e qualquer modificação em sua arquitetura passa a ser monitorada por um ente público.

Em sua primeira ação, ainda em 1938, o Sphan promoveu o tombamento de 234 bens em todo o país. Uma ação de impacto, sem dúvida. Contudo, cabe a pergunta: que valores do passado estes modernistas conservadores identificaram como patrimônio nacional? A resposta mostra que aspecto do conceito de brasileiro se desejava valorizar: em sua maioria, os bens que foram tombados tratavam do passado colonial, como igrejas barrocas e edificações coloniais.

No entanto, em meio ao tombamento de representações do passado colonial, há um que interessa à nossa investigação: o tombamento do *Acervo do Museu de Magia Negra*. Constando como a inscrição nº 1 do *Livro de tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico*³, este acervo refere-se a uma coleção de objetos de cultos afro-brasileiros apreendidos em terreiros por batidas policiais ocorridas no início do século 20. É importante lembrar que, naquele momento, a prática destes cultos era proibida por lei e que o nome do acervo, que pode causar estranhamento hoje, foi mantido de modo a reforçar o racismo daquela ação que o gerou. O acervo ficou guardado (e inacessível) no Museu da Polícia Civil até 2019, quando foi transferido para o Museu da República e disponibilizado ao público, agora com o nome *Sagrado Afro-Brasileiro*.

É interessantíssimo notar que o primeiro tombamento de um bem relacionado à cultura afro-brasileira seja representativo da repressão a esta mesma cultura!

Mas o nacionalismo varguista não se restringiu a esta ação de reconhecimento da participação do negro naquela identidade nacional mestiça que buscava construir. Este mesmo nacionalismo incorporou (e até forjou) manifestações culturais que seriam típicas deste *brasileiro mestiço* como suas. É o caso do samba e da feijoada.

Começemos pelo samba. Exaltado pela propaganda varguista como grande feito cultural do brasileiro, o samba, manifestação popular, tomou forma organizada no Rio de Janeiro na instituição das *escolas de samba*: em um processo impulsionado pelo estado varguista de modificação da imagem do sambista, visto até então como um arruaceiro ou marginal. É

³ O Iphan estrutura seus atos de tombamento por meio de inscrições nos livros de tombo. Sendo assim, um bem cultural, ao ser tombado, é inscrito em um ou mais livros de tombo. São quatro os livros:

1. Livro do tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico;
2. Livro do tombo histórico;
3. Livro do tombo das belas artes, e
4. Livro do tombo das artes aplicadas.

importante destacar o uso do substantivo *escola*, que expressa muito da noção *civilizatória* da ação estadonovista que caminhava paralelamente à valorização da cultura popular.

Já a feijoada tem uma trajetória curiosa. Apresentada como prato típico das senzalas brasileiras, um prato que representaria a fusão racial brasileira nas cores de seus ingredientes (arroz branco europeu e feijão negro africano), em verdade não era um prato popular, mas foi assim construída como propaganda discursiva.

Foi no século 20 que a feijoada foi reconhecida como prato típico brasileiro e, sob o signo de prato nacional, tornou-se prato festivo, definidor de identidade. Contudo, apesar do popular mito de origem escrava da receita, a feijoada surgiu longe das senzalas. Sua forma mais comum, com orelhas de porco e línguas de vaca, tem origem nas tradições do sertão brasileiro. Ademais, cabe destacar que as carnes salgadas do porco (inclusive orelhas, pés e rabo) nunca foram alimento básico das senzalas brasileiras (Papavero, 2008).

Algumas décadas depois, o conflito entre identidades culturais afro-brasileiras e estado reapareceria, mas em um cenário bastante distinto.

No processo de finalização da ditadura civil-militar e de construção da anistia, em fins da década de 1970, ocorria no Brasil uma reorganização dos movimentos sociais que, anteriormente ordenados na forma de sindicatos e organizações relacionadas ao trabalho, tomavam novas formas associativas, agora estruturadas em questões identitárias ou de direito à cidade. É neste cenário que o movimento negro organizado ganha força no cenário político e importantes conquistas ocorrem.

É deste período, por exemplo, a luta pela criação do feriado de Zumbi como data comemorativa em homenagem ao herói negro, em substituição à data de 13 de maio, de assinatura da lei áurea – não se pode esquecer o impacto da proximidade do centenário da sua assinatura na luta pela ressignificação da comemoração, que deveria ter protagonismo da população negra e não do poder imperial.

É também fruto desta atuação a conquista de legislações como a *Lei Caó*, Lei 7.716 de 1989, que definiu crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor⁴. Seriam necessários mais vinte anos para a implementação de duas outras importantíssimas legislações: a obrigatoriedade do ensino de história da África e a criação do *Estatuto da Igualdade Racial*. A primeira, a Lei 10.639

⁴ Homenagem ao deputado negro Carlos Alberto Oliveira, também conhecido como Caó, seu autor.

de 2003, obrigou as escolas de ensino fundamental e médio a implementarem o ensino de história e cultura afro-brasileira. Já a Lei 12.288 de 2010 instituiu o *Estatuto da Igualdade Racial*, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Mas retornemos à década de 1980 e ao processo de redemocratização.

Ocorre, neste momento, uma modificação importante na política de patrimônio cultural do governo federal. A partir da atuação do movimento negro organizado, somado ao processo de abertura política, as pautas de reconhecimento da importância do papel do negro na construção da cultura brasileira ganharam nova forma. Dois importantes exemplos são o tombamento do *Terreiro da Casa Branca* em Salvador, Bahia, e o tombamento da *União Palmares Patrimônio Natural Serra da Barriga*, região do antigo Quilombo de Palmares, em Alagoas.

O *Terreiro da Casa Branca* foi inscrito pelo Sphan no *Livro do Tombo Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico* em 1986. Sobre essa ação, há um belíssimo artigo de Gilberto Velho no qual o antropólogo traz a público as discussões ocorridas na época - quando era conselheiro do Sphan e participou da reunião que definiu esse tombamento (Velho, 2006). Dizia-se, então, que o terreiro não possuía uma arquitetura memorável e que, portanto, sua proteção não poderia ser implementada, pois estar-se-ia tombando uma religião, no caso o candomblé. Em resposta, Velho defendia que qualquer tombamento trata de dimensões simbólicas, assim como o tombamento de uma igreja, por exemplo, também é uma validação do catolicismo como dimensão cultural do Brasil.

No mesmo ano de 1986, era formalizada a inscrição da *Serra da Barriga* no *Livro do tomo histórico* e no *Livro do tomo arqueológico, etnográfico e paisagístico*. Este foi um denso debate, pois tratava-se da região onde localizava-se o Quilombo dos Palmares, o maior do Brasil, que no século 17 teria abrigado cerca de 20 mil pessoas. Ainda assim, e apesar da importância do local, o tombamento se estruturou a partir do conceito de patrimônio natural. Somente três décadas depois, em maio de 2017, o local recebeu um título já fundamentado na memória quilombola com a sua inclusão na listagem do Patrimônio Cultural do Mercosul.

Desdobramento imediato deste debate e da atuação do movimento negro organizado foi a inclusão na Constituição de 1988 de artigos direcionados às questões étnicas e raciais. Para nosso estudo, é de suma importância o parágrafo 5º do artigo 216 que apresenta uma proposta

inovadora: o tombamento de todos os documentos e remanescentes de quilombos do território brasileiro⁵.

Este texto gerou, na década de 1990, um grande número de processos de pedidos de reconhecimento de comunidades remanescentes quilombolas pelo Iphan. No entanto, havia um problema nesta ação: o tombamento em si não altera a propriedade da terra e, portanto, não é o instrumento mais adequado para solucionar uma questão que, além de cultural e racial, é uma questão de regularização fundiária.

Ainda assim, em 1995, era tombado pelo Iphan o *Quilombo Ambrósio* em Ibiá, Minas Gerais - único tombamento fundamentado no artigo 216 da Constituição Federal de 1988⁶. Alguns anos depois, em 1999, a atribuição seria retirada do Iphan e transferida para a *Fundação Cultural Palmares*, entidade de preservação da cultura negra e afro-brasileira. Posteriormente, em 2003, a atribuição passaria a ser compartilhada com o *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (Incra), ato importante que reconheceu a questão quilombola também como questão fundiária.

As políticas locais na cidade do Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro, enquanto importante centro político e um dos maiores portos de desembarque de africanos escravizados nas Américas, tem uma trajetória particular e importante para nossa investigação das políticas de valorização da cultura afro-brasileira como patrimônio cultural. Voltemos nosso olhar, então, a esta cidade.

O processo de redemocratização teve, em terras fluminenses, um cenário político único: no Rio de Janeiro, ocorreu uma aliança entre o movimento negro organizado e a corrente política brizolista.

O brizolismo foi uma corrente política estruturada em torno da figura de Leonel Brizola, liderança de origem varguista exilada no exterior desde os primeiros meses do golpe civil-militar e que retornou ao Brasil em 1979 com a anistia. Ao retornar, Brizola estruturou em torno de si um partido político (o partido Democrático Trabalhista, PDT) que pretendeu resgatar o *fião da história*

⁵ Soma-se a esta disposição o Artigo 68 que estabeleceu que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Constituição Federal de 1988).

⁶ Existem, hoje, doze processos no Iphan (em situação de instrução) que solicitaram tombamento de quilombos.

*interrompido pelo golpe*⁷, retomando, além da perspectiva democrática, referências do trabalhismo varguista.

Com enorme força no cenário político fluminense, o PDT elegeu Brizola para o cargo de governador do Rio de Janeiro, tendo como seu vice o antropólogo Darcy Ribeiro, ex-Ministro da Educação e ex-Ministro da Casa Civil de João Goulart.

Em uma adaptação das teorias da social-democracia europeia (apelidada carinhosamente por Darcy Ribeiro de socialismo moreno), o brizolismo propôs uma nova representação do povo brasileiro - razão pela qual tomou para si, em um movimento de vanguarda de reconhecimento de direitos humanos no Brasil, as pautas dos trabalhadores pobres urbanos, dos movimentos associativos de bairro e do movimento negro.

Sob a liderança de Brizola e Darcy, foi construída uma ampla articulação com o movimento negro organizado. Frutos desta articulação, são duas pioneiras ações de valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro: o tombamento da *Pedra do Sal* e a tentativa de criação do *Museu do Negro*.

O tombamento da *Pedra do Sal* talvez tenha sido a mais importante ação de valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro ocorrida em terras cariocas na década de 1980. Seu tombamento foi iniciado a partir de um pedido apresentado ao *Instituto Estadual do Patrimônio Cultural* (Inepac) pelo historiador negro Joel Rufino.

Mas o que é a *Pedra do Sal*? Localizada aos pés do Morro da Conceição, nas proximidades desta pedra moravam as famosas tias baianas, figuras fundamentais nas redes de ajuda mútua da população negra trabalhadora do porto carioca. Ademais, o local foi berço de expressões culturais como o samba e a religiosidade de matriz africana.

O ineditismo da ação era expresso no próprio processo de tombamento que caracterizava o bem cultural como representação da população negra, assim como a própria ação de preservação como uma ação de valorização do popular (*os de baixo*, na expressão utilizada no processo administrativo).

Dirijo-me a V. Sa. Com a convicção de iniciar um processo de conteúdo extremamente inovador, em matéria de patrimônio histórico e artístico. **Trata-se de preservar, de reconhecer oficialmente, o valor simbólico de uma pedra, de um simples pedaço de chão, mas que é testemunho cultural mais que secular da africanidade brasileira.**

⁷ Expressão frequentemente utilizada pelo próprio Brizola à época.

[...] D'agora em diante, levanta-se uma nova hierarquia de valores no Morro da Conceição. Não são só os entornos do Palácio Episcopal, da Fortaleza da Conceição, da Igreja de São Francisco da Prainha – bens tombados por sua glória superior – que garantem o velho casario: **de baixo para cima, é o monumento negro e popular que protege o resto**

[...] **os templos católicos foram tombados, e preservados. Nenhum afro-brasileiro o foi** (Parecer do Conselheiro Marcelo de Ipanema, Processo E-18/300.048/1984 apud Oakim, 2019) [grifos meus].

O tombamento provisório da *Pedra do Sal* data de novembro de 1984, enquanto o definitivo se concretizou em abril de 1987. Cabe lembrar que se trata do mesmo momento em que o Iphan debatia calorosamente os tombamentos do Terreiro da Casa Branca e da Serra da Barriga. No entanto, apesar de ser uma ação de suma importância, o tombamento da Pedra do Sal foi uma ação pontual do brizolismo de valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro.

Já o *Museu do Negro* seria criado formalmente pela Lei 1.245 de 1988, na gestão do prefeito brizolista Saturnino Braga e teria como principais atribuições a recuperação da memória afro-brasileira sob o aspecto histórico, artístico e cultural, além do reconhecimento da presença decisiva do negro na formação do povo carioca. Este museu deveria constituir acervo próprio e promover ações de pesquisa e educação patrimonial. Ademais, funcionaria na zona portuária da cidade, numa edificação onde posteriormente foi instalado o *Centro Cultural José Bonifácio* na década de 1990. Mas a efetiva instalação de um equipamento semelhante demoraria quase quatro décadas: somente em 2021, foi implantado no local o *Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira*, o Muhcab. Ainda que a temática seja a mesma, a criação do Muhcab é mais vinculada à história do sítio arqueológico do *Cais do Valongo*, assunto que trataremos mais à frente.

O patrimônio cultural imaterial e o patrimônio cultural afro-brasileiro

Na década de 2000, com a criação dos instrumentos de registro de bens culturais de natureza imaterial, a valorização da cultura afro-brasileira como patrimônio cultural se ampliou consideravelmente no Brasil. Mas como se deu essa ampliação?

Os limites do instrumento de tombamento não alcançam a maior parte das manifestações e expressões culturais produzidas pelos humanos. Em verdade, este instrumento é adequado, principalmente, a grandes edificações, palácios e templos, ou ainda obras de arte tradicionais, como pinturas e esculturas. Em outras palavras, o instrumento do tombamento privilegia as marcas deixadas por aqueles pertencentes a posições e condições de classe mais privilegiadas. Assim, uma crítica encabeçada ao longo de todo o século 20, principalmente por antropólogos,

ênfatizava que a postura dos órgãos de patrimônio cultural deixava de fora manifestações das mais diversas — situações que se repetiam em todo o mundo.

No Brasil, esta crítica vinha sendo elaborada no âmbito dos estudos sobre folclore: desde a década de 1970, uma modificação na atuação do Sphan incorporava esta perspectiva. Assim, em 1968 era criado o *Museu do Folclore* que, em 1976, tornar-se-ia *Instituto Nacional do Folclore*. Sob a liderança de Aloísio Magalhães, esta instituição buscou traçar uma nova metodologia a ser empregada na análise da dinâmica cultural brasileira.

Este debate acompanhou a transformação daquilo que até então era chamado *patrimônio histórico e artístico* em *patrimônio cultural*.

No âmbito internacional, este debate esteve presente na *Convenção do Patrimônio Mundial* de 1972 promovida pela Unesco. Alguns anos depois, esta discussão seria aprofundada na chamada *Declaração do México*, documento elaborado na *Conferência Mundial sobre Políticas Culturais* realizada em 1985 também pela Unesco. Neste encontro, foi estabelecido que o chamado *patrimônio cultural humano* compreendia tanto as criações herdadas do passado como também, e principalmente, a herança viva de técnicas tradicionais, habilidades artísticas, sensibilidades estéticas, crenças e compreensões através das quais os povos se expressam. Pequenos passos em direção ao que se tornaria *patrimônio cultural imaterial* estavam sendo dados.

Posteriormente, em 1989, a Unesco iniciaria estudos para a proteção do que seria chamado *patrimônio cultural intangível*. É deste ano o documento *Recomendações sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular*.

No Brasil, o debate avançava com a realização de um grande congresso promovido pelo Ministério da Cultura em 1998. Fruto deste congresso foi o documento *Carta de Fortaleza*, que estabeleceu as bases de como seria estruturado o *patrimônio cultural imaterial* no Brasil.

Finalmente, em 2000, o Iphan instituiria no Brasil o *registro* do patrimônio cultural de natureza imaterial pelo Decreto 3.551⁸. De maneira análoga ao tombamento, o registro nacional ficou estruturado em quatro livros, que estabelecem os quatro principais temas desta política cultural: saberes, celebrações, formas de expressão e lugares⁹.

⁸ De modo a marcar a diferença entre patrimônio cultural **imaterial** e **material**, o ato de reconhecimento de um bem cultural de natureza imaterial é chamado registro, em distinção ao ato de reconhecimento de um bem cultural material, chamado tombamento. As diferentes denominações utilizadas pela Unesco e Iphan - *patrimônio cultural intangível* e *patrimônio cultural imaterial* - são meramente semânticas e podem ser tomadas como sinônimos.

⁹ Os livros de registro do patrimônio cultural imaterial são quatro:

No âmbito da cidade do Rio de Janeiro, o instrumento de registro municipal seria instituído poucos anos depois, em 2003, pelo Decreto 23.162, e seguiria o formato estabelecido pelo Iphan.

Por fim, também em 2003, seria instituído pela Unesco um dos mais importantes documentos de referência para a área: a *Carta de Paris*, elaborada na *Convenção da Salvaguarda de Patrimônio Intangível*.

Conforme estabelecido nas diversas legislações e documentos aqui mencionados, tanto no Brasil quanto internacionalmente, *patrimônio cultural imaterial* trata de tradições orais, artes performáticas, práticas sociais, linguagem, rituais, eventos festivos, conhecimento e práticas sobre a natureza e universo, conhecimento e habilidade de artesanato, práticas rurais e urbanas, dentre outros. Ademais, no Brasil, ficou estabelecido que o objetivo principal dessas políticas seria a promoção da diversidade cultural, lembrando sempre dos limites da atuação estatal neste tema.

A partir da instituição desta política foram reconhecidas diversas manifestações culturais afro-brasileiras. Cabe lembrar que esta *nova* área de atuação do patrimônio cultural estruturou-se a partir de uma crítica que apontava a exclusão de grande parte das manifestações culturais de povos por todo o mundo (inclusive as manifestações referenciadas nas identidades culturais afro-brasileiras). De certa maneira, a criação deste novo instrumento facilitou o reconhecimento destas manifestações, pois não se enfrentaria mais a resistência ao uso do instrumento de tombamento, como havia ocorrido na década de 1980 com os casos do Terreiro da Casa Branca e da Serra da Barriga.

No Sudeste, o Iphan registrou o *Jongo* (inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão em 2005); as *Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo* (inscritas no Livro de Registro das Formas de Expressão em 2007) e o *Sistema agrícola tradicional das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira* (inscrito no Livro de Registro dos Saberes em 2018).

I - Livro de Registro dos Saberes, onde são inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde são inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde são inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde são inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Já no Nordeste, foram registrados o *Samba de Roda do Recôncavo Baiano* (inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão em 2004); a *Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim* (inscrita no Livro de Registro das Celebrações em 2013), o *Bembé do Mercado* (inscrito no Livro das Celebrações em 2019) e o *Maracatu Nação e o Maracatu de Baque Solto* (ambos inscritos no Livro de Registro das Formas de Expressão em 2014).

Na região Norte, temos o *Marabaixo* (inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão em 2018).

Por fim, abrangendo ambas regiões nordeste e sudeste, foram registrados o *Ofício das Baianas de Acarajé* (inscrito no Livro dos Registro dos Saberes em 2005), a *Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira* (inscritos no Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Saberes, respectivamente, em 2008).

Já no âmbito da política municipal do Rio de Janeiro, foram registrados bens culturais como as *Escolas de Samba* (inscritas no Livro de Registro das Formas de Expressão e no Livro de Registro das Atividades e Celebrações em 2008), as *Festas de Iemanjá* (inscrita no Livro de Registro das Atividades e Celebrações em 2011), a *Umbanda* (inscrita no Livro de Registro das Atividades e Celebrações em 2016) e as *Rodas de Samba* (inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão em 2020).

É interessante destacar que estas ações, na maioria dos casos, partiram de demandas apresentadas pela sociedade civil, que pleitearam ao estado o reconhecimento oficial da sua importância.

A descoberta do Cais do Valongo

Na década de 2010 ocorreu a descoberta de um dos bens mais importantes relacionados à diáspora africana no Brasil: o *Sítio Arqueológico Cais do Valongo*, um dos maiores portos de desembarque de africanos escravizados nas Américas.

Em 2010, eram iniciadas as obras de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro, no âmbito das intervenções do projeto *Porto Maravilha*. Foi, neste cenário, que em 2011, foram encontrados os primeiros achados arqueológicos do antigo *Cais do Valongo*.

Mas o que foi esse atracadouro? Construído a partir de 1811, ele foi parte das obras de melhorias do porto colonial que estava sendo progressivamente transferido da Praça 15 de

Novembro para a região da Praia do Valongo, onde ficava o antigo mercado de escravizados. Em atividade durante o período de maior intensidade do tráfico negreiro, estima-se que cerca de um milhão de pessoas tenham desembarcado ali.

Cabe lembrar que quinze anos antes, em 1996, próximo dali, durante obras de escavação para a construção de uma cisterna em uma propriedade privada, haviam sido encontrados achados arqueológicos do antigo *Cemitério dos Pretos Novos*; um dos cemitérios que se destinaram ao sepultamento daqueles escravizados que morriam logo após a entrada dos navios na Baía de Guanabara ou logo após o desembarque, antes de serem vendidos (na época, chamados pretos novos). Este cemitério funcionou de 1772 a 1830 e contava com uma vala comum onde eram despejados restos humanos junto ao lixo.

Retornemos às escavações do Cais do Valongo.

Como mencionado, em 2011, em meio às obras de revitalização da região portuária, arqueólogos encontraram vestígios materiais do antigo cais. Este achado reverberou na sociedade brasileira, que passou a pressionar o poder público por participação e acompanhamento da intervenção. Em resposta foi criado o *Grupo de trabalho curatorial do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana*, um fórum composto por sociedade civil e poder público que se reuniu por cerca de 6 meses. Fruto do trabalho deste GT foi a redação do documento *Recomendações do Valongo*, uma carta aberta com diretrizes fundamentais para lidar com aquele que era um dos mais importantes achados arqueológicos do país (IRPH, 2012). No mesmo ano de divulgação da carta, em 2012, com um ritual de paz de lavagem das pedras do cais por autoridades religiosas de cultos de matriz africana, era inaugurada uma praça com uma janela arqueológica, pela qual passantes podem ver as estruturas do antigo atracadouro.

Neste mesmo evento foi inaugurado o *Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana*, composto por seis pontos:

1. o *Cais do Valongo* (epicentro do circuito),
2. os depósitos e armazéns onde eram vendidos os escravizados (localizados principalmente ao longo da Rua Camerino),
3. o *Jardim do Valongo* (parque público do início do século 20 construído no local do antigo mercado de escravizados, como forma de apagamento desta memória),
4. o *Cemitério dos Pretos Novos* (localizado na rua Pedro Ernesto),

5. a *Pedra do Sal*, local de resistência e celebração (aquela mesma que havia sido tombada na década de 1980) e
6. o *Centro Cultural José Bonifácio* (também localizado na Rua Pedro Ernesto, onde se pretendeu instalar o *Museu do Negro* e onde hoje funciona o Muhcab).

Mas as descobertas de vestígios deste grande complexo comercial e portuário escravista não pararam em 2012.

Em 2016, foi incluído no Circuito o sítio arqueológico do antigo *Lazareto da Gamboa*, uma espécie de hospital construído em 1810 e para onde eram levados os africanos sequestrados que corriam risco de morte, para serem tratados e, posteriormente, vendidos como escravos. O Lazareto ficava afastado do mercado, de modo a evitar a proliferação de doenças que pudessem contaminar os outros escravizados.

Posteriormente, em 2017, em meio às obras de construção da linha 4 do VLT,¹⁰ foram encontrados vestígios arqueológicos de outro cemitério de pretos novos, o *Cemitério de Santa Rita*, que funcionou durante o século 18, até ser transferido para aquele mencionado anteriormente no texto. Em um trabalho acompanhado por uma comissão estabelecida pela sociedade civil, os restos humanos não foram retirados pelos arqueólogos e, no local do antigo cemitério, foi desenhada na pavimentação uma grande rosa negra, em oferta àquelas pessoas ali enterradas.

Figura 01 - Mapa de localização dos pontos do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana na zona portuária do Rio de Janeiro.



Fonte: Intervenção da autora sobre foto aérea do Google Earth).

¹⁰ VLT é um sistema de transporte sobre trilhos cuja implantação faz parte do projeto de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro.

O reconhecimento do *Cais do Valongo* como bem cultural foi rápido. Registrado como sítio arqueológico em 2012, dois anos depois, em 2014, foi inscrito no projeto *Rota do Escravo* da Unesco. Em 2017, sua inscrição era aceita na listagem do patrimônio mundial da Unesco e, finalmente, em 2019, ocorria a entrega do título. Em outras palavras, em cerca de oito anos, o cais foi descoberto, escavado, reconhecido como sítio arqueológico e reconhecido como patrimônio mundial.

A inscrição do *Sítio Arqueológico Cais do Valongo* na lista do patrimônio mundial foi um feito de grande importância. Além de vestígio do maior porto de desembarque de africanos escravizados, sua candidatura e reconhecimento tem simbolismo inédito: o Brasil foi um dos principais países escravistas do mundo e o último a abolir esta forma de exploração do trabalho. Neste sentido, é de grande importância que um país com um papel tão triste na diáspora africana tenha apresentado a candidatura do vestígio material de um crime contra a humanidade por ele perpetrado.

Isto fica expresso na argumentação que apresenta o *Cais do Valongo* como um *sítio de memória sensível*, aquele que guarda em sua materialidade a dor e pavor dos humanos que por eles passaram, assim como sua capacidade de sobrevivência. No dossiê de candidatura, o antigo cais foi equiparado a locais ícones da privação da liberdade como Auschwitz (o maior campo de concentração e extermínio nazista, onde morreram mais de um milhão de pessoas), ou ainda a prisão de Robben Island na África do Sul (onde Nelson Mandela ficou prisioneiro por mais de 20 anos, junto a outros presos políticos da luta contra o apartheid) (Dossiê de candidatura do Cais do Valongo, 2016).

Considerações finais

Este texto pretendeu transitar pelas diferentes políticas de valorização de bens culturais relacionados à identidades culturais afro-brasileiras implementadas no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro.

Partindo desde uma construção mítica de igualdade racial junto à celebração da feijoada e a *escolarização* do samba promovidos pela ditadura varguista; passou pelas ações ocorridas em meio ao processo de redemocratização na década de 1980, tais como o primeiro tombamento de um terreiro em Salvador, assim como o tombamento da região que abrigou o mais famoso quilombo do Brasil, Palmares. Chegou à ampliação do reconhecimento oficial enquanto

patrimônio cultural, com os diversos registros de bens culturais imateriais ocorridos a partir da década de 2000, ação que caminhou paralelamente ao alargamento do conceito de patrimônio cultural; até, finalmente, chegar no reconhecimento mundial do mais importante vestígio material do infame comércio de mercadoria humana, o *Cais do Valongo*.

Ao longo do texto, pode-se observar que a valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro é um processo ambíguo e oscilante, relacionado diretamente ao período histórico em que a ação foi efetivada. Ao atravessar este longo percurso com as especificidades de cada momento, o texto pretendeu mostrar os potenciais e as limitações das políticas de reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro na construção de uma democracia efetiva e na promoção da diversidade cultural e racial brasileira.

Referências bibliográficas

Fontes:

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

IPHAN. **Dossiê de candidatura da Serra da Barriga a patrimônio cultural do Mercosul**. São Carlos, 2017. Disponível em [serra-barriga.indb\(iphan.gov.br\)](http://serra-barriga.indb(iphan.gov.br)).

IPHAN. **Dossiê de candidatura do Sítio Arqueológico Cais do Valongo à inscrição na lista do Patrimônio Mundial**. 2016. disponível em [Dossie_Cais_do_Valongo.pdf\(iphan.gov.br\)](http://Dossie_Cais_do_Valongo.pdf(iphan.gov.br))

IPHAN. **Dossiê do registro das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo**. Disponível em [capaSamba\(iphan.gov.br\)](http://capaSamba(iphan.gov.br)).

IPHAN. **Patrimônio imaterial: o registro do patrimônio imaterial. Dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial**. Brasília, 2006. Disponível em [PatImaDiv_ORegistroPatrimonioImaterial_1Edicao_m.pdf\(iphan.gov.br\)](http://PatImaDiv_ORegistroPatrimonioImaterial_1Edicao_m.pdf(iphan.gov.br)).

IRPH. **Guia do patrimônio cultural carioca**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6442881/4172719/guiatombamentoport20.12baixa.pdf

IRPH. **Dossiê de criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana**. 2012.

IRPH. **Processo 01/003.201/2015, de registro da Umbanda**.

IRPH. **Processo 12/000.101/2010, de registro das Festas de Iemanjá**.

IRPH. **Processo 02/550.340/2019, de registro das Rodas de Samba**.

PROJETO SLAVE VOYAGES. Disponível em slavevoyages.org.

Referências:

- BUARQUE, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e brasileiro. A história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- CHUVA, Marcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
- FLOR, Cauê Gomes. **Diáspora africana: por uma crítica transnacional da política cultural negra**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciência da Unesp. Marília, 2020.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Global Editora, 2006.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios**. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, 2005.
- MAGNANI, José Carlos. **Pensar grande o patrimônio cultural**. Comunicação, Lua Nova 3 (2), Dez 1986.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. N-1 Edições, 2018.
- NUNES, Rachel Hilfred Antunes. **Os Tombamentos de territórios quilombolas e a construção de uma “retórica da reparação” (1982-2014)**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2014.
- OAKIM, Juliana. **Essa cidade é minha! Essa cidade é sua! Uma investigação sobre o brizolismo e as políticas de regulação urbana no Rio de Janeiro entre 1984 e 1994**. Tese de Doutorado em História Social – PPGH-UFF. Niterói, 2019.
- PAPAVERO, Claude G. **Dos feijões à feijoada: a transformação de um gênero comestível pouco apreciado em mantimento básico brasileiro**. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro: junho de 2008.
- PEDRETTI, Lucas. **Dançando na mira da ditadura: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.
- PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Tese de doutorado apresentada ao PPGH-UFF. Niterói, 2010.
- RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

SILVA, Pamela Lacorte. **Diáspora africana no Brasil - a música negra como fruto de identidade.** Revista Íandé - Ciências e Humanidades. São Bernardo do Campo, v. 2, n.1, jul/2018.

VELHO, Gilberto. **Patrimônio, negociação e conflito.** Mana 12 (1). Abr 2006.

Instrução Pública e popularização da ciência no Museu Paraense de História Natural e Etnografia (1891-1898)

Public instruction and popularization of science at the Paraense Museum of Natural History and Ethnography (1891-1898)

Diego Ramon Silva Machado

Doutor em História da Ciência
Casa de Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ)
diego.machado@uepa.br

Recebido em: 14/05/2023

Aprovado em: 15/02/2024

Resumo: Este artigo tem por objetivo investigar como ocorreu a popularização da ciência no Museu Paraense de História Natural e Etnografia – MPHNE, no período de 1891 a 1898, enquanto prática da Instrução Pública no Pará. A partir de regulamentos, regimentos internos da Instituição, Estatutos da Sociedade Zeladora do Museu Paraense, relatórios oficiais de governadores do Grão-Pará e jornais da época, o trabalho destaca que, desde sua instalação, o MPHNE teve como objetivos a popularização da ciência ao público em geral, tendo quatro principais estratégias para esse fim: (a) visitas escolares, (b) conferências públicas, (c) instruções impressas para coleta de animais e plantas, todas elas divulgadas no Boletim do Museu Paraense de História natural e Etnografia e (d) visitação do Parque Zoobotânico. Os resultados apontam que durante os primeiros anos da República no Pará o Museu foi visto por governantes, diretores da Instrução Pública e do próprio Museu como um projeto republicano de modernidade, pautado na linguagem pedagógica do método de ensino intuitivo ou lição de coisas, opondo-se, portanto, à cultura livresca em fins do Século XIX.

Palavras-chave: Instrução Pública; Popularização da Ciência; Museu.

Resumen/Abstract: This article aims to investigate how science was popularized at the Paraense Museum of Natural History and Ethnography – MPHNE, from 1891 to 1898, as a practice of Public Instruction agency in Pará. From regulations, internal directives regulations of the Institution, Statutes of the Sociedade Zeladora of the Paraense Museum, official reports from Grão-Pará governors and newspapers from that time, this work highlights that, since its installation, the MPHNE had as goals the popularization of science to the general public, with four main strategies for this purpose: (a) school visits, (b) public conferences, (c) printed instructions for collecting animals and plants, all of which are published in the Bulletin of the Museum of Natural History and Ethnography and (d) visitation to the Zoobotanic Park. The results indicate that during the first years of the Brazilian Republic in Pará, the Museum had been seen by government officials, directors of an agency of Public Instruction and the Museum itself as a republican project of modernity, based on the pedagogical language of the intuitive teaching method or objective method, opposing it if,

therefore, to the bookish culture at the end of the 19th century.

Palabras clave/Keywords: Public Instruction; Popularization of Science; Museum.

Introdução

Desde 6 de outubro de 1866, quando foi criada a Associação Filomática por Domingos Soares Ferreira Penna, considerada a precursora do Museu Paraense de História Natural e Etnografia (MPHNE), atual Museu Paraense Emilio Goeldi, a Instrução Pública já era uma das áreas centrais de atuação da instituição. Os Estatutos de criação da Associação Filomática evidenciaram ainda mais o lugar e a função do novo Museu que estaria por surgir:

1ª Fundar e manter nesta cidade de Belém do Grão-Pará um Museu de História Natural e de artefatos indígenas que se denominará Museu Paraense.

2ª Instituir nesse estabelecimento para instrução popular, lições de geografia, hidrografia, etnografia e história do Brasil, e especialmente da Província do Pará, e preleções sobre a História Natural.

3ª Criar no mesmo estabelecimento uma biblioteca a qual deverá constar principalmente de obras relativas aos assuntos de que trata o parágrafo antecedente (JORNAL DO AMAZONAS apud SANJAD, 2005, p. 412; CRISPINO, 2006, p. 305-309).

Pedro Leão Vellozo (PARÁ, 1867, p. 32-33), presidente da Província do Grão-Pará, em 1867, reforçou que a Associação Filomática tinha por objetivo estudar a História Natural e consolidar na capital um Museu de artigos de História Natural e de objetos de origem indígena, mas também enfatizou que um museu na capital era um “monumento de um povo civilizado”, tendo seu papel de reunir amostras e exemplares de “objetos preciosos” pertencentes à História Natural das espécies viventes da Amazônia, ou mesmo de artefatos do povo indígena, além de servir como “centro à instrução superior” local. De forma complementar, Abel Graça, em 1871, durante a anexação do MPHNE à Biblioteca Pública do Estado, ambos com funcionamento nas dependências do Liceu Paraense, afirmou que o Museu era o estabelecimento mais importante e com a mais poderosa influência sobre o desenvolvimento das ciências no Pará, além de “primeiro núcleo de um estabelecimento de ensino superior”, onde se havia de acolher os estudos da ciência da natureza no Estado (PARÁ, 1871, p. 15-16).

Para termos ideia dessa dimensão instrutiva da nova instituição, dos oito homens¹ pertencentes à Associação Filomática, vários foram professores no Liceu Paraense, Escola Normal ou fizeram parte da Diretoria da Instrução Pública do Estado (ALVES, 2005, p. 148). Naquele contexto, portanto, as intenções de criação do Museu oscilaram entre as necessárias melhorias na Instrução Pública e o desenvolvimento econômico por meio da agricultura e da industrialização de produtos nativos (SANJAD, 2005), onde o estabelecimento foi visto como obra civilizadora e “templo de intelectuais” na capital paraense (GUALTIERI, 2005, p. 103).

A historiografia mostra, no entanto, que nos primeiros anos de sua criação, sobretudo no Império, o MPHNE disputou seu lugar com outros compromissos e prioridades provinciais como a iluminação pública, distribuição de água e gás, calçamento das ruas e demais projetos citadinos, fazendo com que a Instituição não passasse de um projeto. A culminância das problemáticas se deu na extinção do Museu, em 1889, por Miguel José Almeida Pernambuco, Presidente da Província do Pará, por razões orçamentárias. O fato marcou a transição daquela Instituição imperial, com sua agenda institucional centralizada na Instrução Pública, compactuando com o projeto de outros museus do século XIX, porém diferenciado deles por ter seu projeto não consolidado por razões políticas (SANJAD, 2005, p. 116), e seguiu para o Museu republicano, com uma agenda de pesquisa que ainda contemplava a Instrução Pública, porém aliada cada vez mais a atividades de pesquisa, identificando a mudança entre museus educativos e museus científicos (LOPES, 1997).

Ainda que desde sua criação o MPHNE tenha objetivado a realização de preleções de Geografia, Hidrografia, Etnografia, História do Brasil e da Província do Pará e História Natural – algo que acontecerá mais tarde nas conferências do Museu, como veremos nas páginas subsequentes – ou mesmo tenha tido membros pertencentes a instituições escolares paraenses, entende-se que estas ações e estratégias aconteceram no âmbito da popularização da ciência e não da educação escolar. Questiona-se, portanto, como ocorreu o processo de popularização da ciência no MPHNE, enquanto parte da Instrução Pública no Estado, na última década do século XIX? Quais estratégias foram denominadas, classificadas e efetivadas no momento em que foram usadas, ou seja, quais

¹ Ferreira Penna se destacou pelos seus estudos sobre etnografia, hidrografia e arqueologia amazônica. Os demais integrantes da Associação Filomática eram: Francisco Acácio Corrêa, Dr. Américo Marques de Santa Rosa, Dr. José Ferreira Cantão, José de Carvalho Serzedelo, José Antonio Affonso, Antonio Nicolau Monteiro Baena e Padre Felix Vicente de Leão (CRISPINO, 2006; SANJAD, 2005).

maneiras de popularização da ciência foram valorizadas naquele contexto? O que podemos inferir a respeito do público para quem as estratégias de popularização da ciência foram realizadas pelo Museu?

A partir dos questionamentos acima arrolados, objetivamos investigar historicamente a popularização da ciência no Museu Paraense de História Natural e Etnografia – MPHNE, no período de 1891 a 1898, enquanto prática da Instrução Pública paraense. O recorte temporal se dá entre os anos de 1891, quando houve a primeira reforma sob o regime republicano, tocada por José Veríssimo, Diretor da Instrução Pública, e 1898, período de término da primeira coordenação de Emílio Augusto Goeldi no Museu, iniciada em 1894.

As fontes analisadas foram os regulamentos e regimentos internos do MPHNE, contidos nos Boletins do Museu Paraense de História Natural e Etnografia; os Estatutos da Sociedade Zeladora do Museu, o qual preconizava a ação de popularização da ciência da Instituição; os relatórios oficiais do Governo do Estado do Pará com os quais foi possível entender a dinâmica oficial da instituição perante os Presidentes da Província; além de jornais, a exemplo do periódico *A República*, onde se relatou momentos de visita ao Museu no período.

Para essa análise ressaltamos que durante o século XIX a palavra “vulgarização” e “popularização” da ciência foram mais utilizadas, onde a primeira foi considerada como sinônimo da “ação de falar de ciência para leigos” (VERGARA, 2008, p. 137) e a segunda entendida enquanto processo intermediário entre os estabelecimentos científicos e o “público instruído” (MARAJÓ, 1897, p. 114-115). O termo popularização da ciência, aliás, surgiu conjuntamente com o termo vulgarização da ciência, tendo o primeiro conceito maior aceitação entre os britânicos, latinos americanos e caribenhos, os quais o usaram como uma forma alternativa ao termo vulgarização (GERMANO; KULESZA, 2007).

Recentemente, Piccoli e Stecanela (2023) identificaram diferentes modos de comunicar os resultados científicos de projetos de pesquisa, a partir de uma revisão sistemática de literatura sobre a popularização da ciência. Entre periódicos nacionais e internacionais os autores destacaram 26 artigos no anos de 1996 a 2019 e identificaram que as publicações de popularização da ciência versam, em geral, sobre cinco categorias: trajetória do tema no decorrer do tempo, sua relação com o trabalho realizado pelos museus, pelas exposições e pelas feiras de ciência, experiências sobre práticas

de popularização da ciência, análise dos discursos dos textos de popularização da ciência e publicações e reflexões sobre a popularização da ciência. Os termos “divulgação científica” (27, 31%) e “popularização do conhecimento” (13, 15%) foram os que tiveram maior representatividade para se referir à divulgação do conhecimento científico, seguidos dos termos “vulgarização científica” (12,14%) e “difusão científica” (11, 12%).

Em termos práticos, a preferência aqui pelo termo popularização da ciência se dá por ele ter sido usado por José Coelho da Gama e Abreu, também conhecido como Barão do Marajó, primeiro Diretor da Sociedade Zeladora do Museu Paraense, em 1896, setor responsável por organizar as preleções e conferências ao público em geral. Mesmo assim, apesar de restringir o foco à popularização da ciência e instrução pública no Grão Pará, faz-se necessário evidenciar que, além da função instrutiva, o MPHNE teve outras finalidades que nortearam a sua criação, a saber: a aproximação com a História Natural e, portanto, o aumento do seu “status” diante da comunidade científica; o prestígio de ter um Museu para estudo das riquezas locais como forma de entendê-las e organizá-las; a utilização dos conhecimentos produzidos pela História Natural para fins medicinais, comerciais e da agricultura; o estreitamento do vínculo com o exterior por meio, por exemplo, das expedições buscando uma relação científica internacional; e por fim, a tentativa de integração às nações civilizadas, ou seja, centrais (ALVES, 2005, p. 148).

Lição de coisas ou um Museu em meio a mudanças na Instrução Pública

A restauração da Instrução Pública promovida por José Veríssimo², seu novo Diretor, em 1890, marcou o reerguimento e entrada do MPHNE no período republicano. A referida reforma foi responsável por inserir a Biblioteca Pública e o próprio Museu entre as unidades administrativas fiscalizadas e organizadas pelo órgão da Instrução Pública, sendo atribuído a eles a denominação de “educação popular” (SANJAD, 2005, p. 133). Os demais setores reorganizados pela reforma foram o ensino primário, secundário, profissional/técnico e particular no Estado.³

² Nascido em Óbidos (1857), município paraense, Veríssimo se tornou conhecido por suas contribuições tanto à educação, quanto à literatura brasileira. Influente crítico destas áreas de interesse atuou durante muito tempo como jornalista na *Gazeta do Norte*, *Diário do Grão-Pará* e no jornal *A República*. Criou e dirigiu o Colégio Americano (1884-1890), em Belém, onde foi também professor.

³ Para maiores detalhes a respeito das contribuições de Veríssimo a educação Brasileira conferir a tese “José Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana: raízes da renovação Escolar Conservadora.” Universidade Estadual de

Para França (2004, p. 4), as questões levantadas por Veríssimo serviram de base para discussões em décadas posteriores e, em linhas gerais, dizem respeito à criação de um sistema educacional de ensino; à reestruturação do ensino primário, secundário e técnico-profissional; à educação pública como dever do Estado; à co-educação dos sexos; à formação de uma consciência nacional voltada para o fortalecimento da identidade nacional; à reformulação do ensino particular, como auxiliar a altura do ensino público; à defesa de uma escola de qualidade voltada para a difusão da cultura brasileira, entre outras atuações.

Dourado e Damasceno (2022) afirmam que a formação do cidadão republicano era a prioridade da educação no final do século XIX, onde os dirigentes da Instrução Pública precisavam garantir este ideário republicano e o fizeram por meio de regulamentos e decretos diversos que buscavam dar uma nova organização ao órgão. Neste conjunto, instituições como Museu e a Biblioteca Pública ganharam lugar nos regulamentos e coube à direção superior e geral da Instrução Pública, em 1890, as seguintes funções:

- I – A direcção, fiscalização e superintendencia tanto administrativa e economica como pedagogica de todos os graós estabelecidos e por estabelecer do ensino publico no Estado, nos estabelecimentos por elle creados, mantidos ou subvencionados.
- II – A fiscalização do ensino particular nos termos estabelecidos por este regulamento.
- III – A estatística do ensino.
- IV – A organização de planos, regulementos, projectos, programmas de ensino e organização da instrucção publica.
- V – A fiscalização e superintendencia do Muzeu, da Biblioteca publica e de outras instituições publicas creadas ou por crear que entendam com a educação popular.**
- VI – Promover por todos os meios ao seu alcance a diffusão do ensino e auxiliar os poderes publicos quanto n’esse intento lhe for exigido.
- VII – Executar e fazer executar todas as disposições e regulamentos da instrucção pública (PARÁ apud DOURADO; DAMASCENO, 2022, p. 96). [Grifo nosso]

Paralelamente, Sanjad (2005, p. 137) discorre que a reforma educacional promovida por Veríssimo deve ser entendida no seu conjunto, onde cada integrante como escolas, professores e instituições educacionais cumpriram função específica na Instrução Pública paraense com o fim último de “reformatar o povo”, além disso, no âmbito do Museu, é importante ressaltar que ao colocar a instituição sob a jurisdição da sua diretoria, Veríssimo a fez escapar do fim definitivo visto que, como citamos, a instituição havia sido extinta pela assembleia provincial, em 1889. Além disso, ressalta o historiador, a influência de Ferreira Penna sobre o amigo José Veríssimo foi um ponto

Campinas, Faculdade de Educação. – Campinas, SP: [s.n], 2004.

crucial para a reestruturação do Museu do Estado, visto o contexto político favorável às reformas moralizantes e à clara necessidade da sobrevivência das coleções para os estudos biológicos e etnográficos na Amazônia, sendo Veríssimo, portanto, o elo principal entre o Museu Imperial e o Museu Republicano, além de “herdeiro intelectual”, do próprio Ferreira Penna, em quem sempre reconheceu o “verdadeiro fundador do Museu” (apud VERÍSSIMO, 1895, p. 57).

Perante o Governador do Estado do Pará, por ocasião da inauguração do Museu Paraense, restaurado em 13 de maio de 1891, Veríssimo indicou de forma evidente a sua perspectiva em relação ao papel do MPHNE na Instrução Pública e História Natural da época:

Como elemento da instrução popular, um Museu é uma eloqüente, instrutiva e interessante, para falar a linguagem pedagógica, **lição de coisas**. Para que realmente o seja, não se dispensa também o arranjo sistemático das coleções, a classificação rigorosa dos objetos dando aos visitantes ao mesmo tempo uma noção exata, clara e precisa de cada coisa exposta e da classe a que pertence, o seu nome, a sua utilidade, a sua origem ou qualquer outro elemento necessário ao seu conhecimento. (VERÍSSIMO, 1894, p. 7) [Grifo nosso]

Na concepção de Veríssimo (1894, p. 7-8) para que o MPHNE pudesse ser uma “eloqüente”, “interessante” e “instrutiva” instituição, ou como ele próprio preferiu chamar, ser a “lição de coisas”, precisaria que todos os objetos da natureza ali expostos – macacos empalhados, pontas de lança, vasos de cerâmica, exsicatas de plantas – fossem arranjados sistematicamente, e classificados de maneira rigorosa, para assim promover uma noção “exata, clara e precisa de cada coisa exposta” aos seus visitantes. Ou seja, para que o Museu Paraense, após sua restauração, pudesse satisfazer seu fim de guardar a história e a memória de um povo, ele precisaria ser mais que simplesmente uma “mera acumulação de raridades, mais ou menos curiosas.”

O novo Diretor ressaltou que além de ter objetos raros, o local também estivesse “sistematicamente disposto” e “cientificamente arranjado”, para assim promover o ensino da História Natural no próprio estabelecimento. Desta forma, era necessária a organização do Museu com “sistema”, “método” e “ciência”; valores obfirmados por Veríssimo que comparava a reorganização do Museu à reabertura de uma “boa escola”. Portanto, a referida procura pelo *status* científico do Museu Paraense foi reforçada por meio das classificações e da arrumação sistemática e metódica de seus objetos expostos, práxis reconhecida na atividade científica da História Natural durante o século XIX, sustentada na mensuração, na quantificação e também na identificação morfológica rigorosa dos materiais coligidos na região, neste caso, a Amazônica.

A fim de estabelecer um paralelismo com a linguagem pedagógica de sua época Veríssimo relacionou o Museu Paraense à “lição de coisas”, um método de ensino também conhecido como “método intuitivo” ou “ensino pelo aspecto”, cujas práticas, em meados do século XIX, podiam ser entendidas como instrumento pedagógico capaz de reverter a ineficiência do ensino escolar, acusado de estar alicerçado exclusivamente na memória, priorizar a abstração e valorizar a repetição em detrimento da compreensão (VERÍSSIMO, 1894, p.7-8). A tentativa de aproximar o MPHNE ao contexto pedagógico da “lição de coisas” acompanhou as reformas escolares que já vinham se estabelecendo desde o período Imperial, mais precisamente a partir da década de 1870, com a adoção de “manuais de lições de coisas e objetos específicos para esse ensino nos jardins de infância, na escola primária e na escola normal”, e com a Reforma Leôncio de Carvalho que introduziu, não sem polêmicas, em 1879, o método no ensino elementar brasileiro com materiais didáticos para professores e alunos. (SCHELBAUER, 2016; POSSAMAI, 2012).⁴

Em seu livro "Estudando a lição de coisas: análise dos fundamentos filosóficos do método intuitivo", a pesquisadora Vera Teresa Valdamarin (2006, p. 91-92) cita uma definição dada pelo casal Charles e Fanny Delon, em 1913, para o novo método em seu livro *Méthode intuitive – Exercices et travaux pour les enfant selon la méthode et les procedes de Pestalozzi et de Froebel*, fortemente influenciado pelo programa de ensino de Pestalozzi e Froebel: “*Intueri*, olhar; *intuitus*, observação. Esse nome de método intuitivo corresponde ao método experimental em uso quando se pretende os graus mais elevados do ensino. A experimentação é um procedimento aperfeiçoado de observação.” No Brasil, merece igual destaque a obra “Primeiras lições de coisas” de Normam Alison Calkins (1950), traduzido por Ruy Barbosa, com a função de evidenciar algumas diretrizes teóricas e um conjunto de prescrições metodológicas para o ensino, desdobradas em lições, exercícios e atividades (VALDEMARIN, 2004; 2006). Em suma, o método intuitivo “se caracteriza pela tentativa de prescrever os passos metódicos para a formação das ideias, regulando com esse procedimento os sentidos e o intelecto e estabelecendo uma igualdade de propósitos entre o método filosófico e o método de ensino [...]” (VALDEMARIN, 2006, p. 117).

Havia, segundo Valdamarin (2006), um clima de “descontentamento generalizado” das

⁴ Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_licoes_das_coisas.htm. Acessado em 11.12.2016.

práticas pedagógicas utilizadas que se baseavam, sobretudo, na abstração e na memorização ameaçavam tanto o aspecto metodológico deste ensino, pouco utilitário, quanto o desenvolvimento político-econômico da sociedade, dada as situações dos baixos salários e altos níveis de desemprego relacionados à ineficiente quantidade de indivíduos letrados que pudessem lidar com o trabalho industrial crescente nas capitais republicanas e o exercício incorreto do sufrágio universal. Assim, em meados do século XIX o método intuitivo poderia ser caracterizado como um instrumento pedagógico capaz de “reverter a ineficiência do ensino escolar”, bem como a “tentativa de prescrever os passos metódicos para formação das ideias, regulando com esse procedimento os sentidos e o intelecto e estabelecendo uma igualdade de propósitos entre o método filosófico e o método de ensino, desenvolvendo estratégias e meios diferenciados de efetivá-los [...]” (VALDEMARIN, 2006, p. 89-117).

Nesta interpretação, as gravuras e os desenhos ganharam um lugar especial, visto que por eles haveria condições de aprendizagem quando não ocorresse a observação direta dos objetos de estudo e fenômenos naturais. Deste modo, as ilustrações, por tratarem de articular uma “visão científica e estética da natureza” decorrente da participação de naturalistas e artistas na sua confecção, retratavam fielmente o que muitos alunos não poderiam ver diretamente no mundo natural (GARCIA 2001, p. 178). Ou seja, ao definirem cores e formas das estruturas dos organismos as imagens promoveriam a aprendizagem e a representação mais interessante da natureza para o estudante. Neste aspecto, catálogos, fichas de identificação e livros constituíam grande possibilidade de aproximação destas figuras com a “coisa” real. Utilizadas, por exemplo, para lições de morfologia dos organismos, as figuras foram utilizadas na compreensão do texto escrito e nas aulas presenciais apresentaram-se como indispensáveis no ensino das ciências da natureza, facilitando o reconhecimento das características físicas dos seres vivos.

No novo método, portanto, a disciplina história tinha importância por meio de traços matériais e acontecimentos contemporâneos observáveis; a geometria, pelo manuseio de objetos geométricos presentes do dia-dia de cada estudante; o desenho, por suas implicações artísticas e industriais com a ornamentação e construção dos objetos do mundo natural; a leitura e a escrita, por intermédio da reflexão tida como observação do próprio pensamento fazem parte da abrangência capilar do ensino intuitivo. Porém, a principal inovação do currículo na época foi a introdução do

estudo da natureza na educação pré-escolar, principalmente:

[...] pelo fato de possibilitar o conhecimento da forma, da força e do movimento, elementos presentes em vários aspectos da vida, sejam eles concretos ou abstratos. E para essa aprendizagem, a observação é o atributo humano que proporciona a percepção e a compreensão das forças naturais, por meio da constatação das propriedades da matéria, da aquisição de noções sobre as rochas, a vida das plantas e os hábitos dos animais, gerando assim um conhecimento, ainda que sumário, da própria organização humana. (VALDEMARIN, 2006 p. 94)

Além das imagens, outros instrumentos foram utilizados para promover o ensino intuitivo, a exemplo das “caixas enciclopédicas” (GARCÍA 2001; VALDEMARIN 2004; 2006). Como material didático estas caixas foram largamente difundidas no final do século XIX para o ensino das cores, das formas, da natureza composta de gravuras, coleções, objetos variados de madeira, aros, linhas, papéis e, no exemplo dos Museus escolares, para promover a aprendizagem de objetos naturais e seus derivados industriais, acompanhados de textos explicativos.

No caso do Museu Paraense, não se tem registro direto da existência de caixas enciclopédicas, mas houve um elemento comum nas exposições que foram as placas explicativas ou etiquetas de identificação. Elas tinham a mesma função dos textos informativos das “caixas” e deveriam conter informações diversas a respeito do organismo exposto: características morfológicas, nome, origem, utilidade... Enfim, seja nas caixas enciclopédicas, seja na exposição direta dos objetos da natureza em mostruários, a educação científica era promovida pela observação direta dos organismos diversos, dos quais os alunos poderiam tirar suas conclusões a respeito das questões da natureza.

Frente aos registros documentais defendo a hipótese de que Veríssimo era um homem imerso em seu tempo. Politicamente, por compartilhar de maneira fiel o ideal progressista republicano de instrução. Pedagogicamente, porque se serviu de conceitos e práticas educacionais modernas, a exemplo da “lição de coisas”, para reorganizar o Museu Paraense. Fatos que mostram a necessidade de um lugar de reconhecimento para o ilustrado na história científica e educacional do Museu Paraense. A identificação do educador com os Museus ainda apareceu muito tempo depois da sua estada na administração da Instrução Pública no Pará (VERÍSSIMO, 1985 p.56; p.101).

Em 1906, como ex-Diretor daquele órgão, o educador atribuiu a estes locais a função de guardar a história e a memória de um povo, tornando-os responsáveis pela educação popular e nacional da sociedade, destacando a utilidade educacional desses lugares, mesmo não sendo escolas.

Expos, por exemplo, a importância de tornar público os livros dos viajantes naturalistas que passaram pelo Brasil como: Agassiz e Saint-Hilaire, mostrando a necessidade dessa difusão para os Museus de História Natural; e criticou a “lição das coisas” nos livros advindos de outras nacionalidades que tinham em grande parte assuntos que envolviam a indústria internacional e não assuntos nacionais como o café, a seringa, a fauna, a flora. A busca de Veríssimo pela regionalização do método intuitivo, face às adequações de temáticas locais nos manuais defendidas pelo educador, aponta para as diferentes representações e apropriações da implementação das lições de coisas no Brasil, algo destacado por Zita Possamai (2012, p. 7), ao analisar o método intuitivo no Museu o Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX, quando destaca que, naquela ocasião, lição de coisas foi adotada a partir do Schul-Methodus de Saxe-Gotha, elaborado na Alemanha no século XVII e que privilegiava a observação como ponto de partida para o processo de aprendizagem.

Escolas permanentemente abertas à curiosidade: visitas escolares no MPHNE

Dentro deste contexto de modernização, contemporâneos de José Veríssimo reconheceram e exaltaram as reformas promovidas por ele na Instrução Pública, a exemplo de Duarte Pinto Guedes, Governador do Pará, em 1891. Para Pinto Guedes (PARÁ, 1891, p. 26) a reforma promovida por Veríssimo, diferente das anteriores, havia sido estabelecida “dentro de um plano metódico” e “consoante às lições da pedagogia moderna.” É estabelecido, então, o papel político e pedagógico destes ambientes de educação popular, que se por um lado não eram escolas propriamente ditas, por outro se diferenciavam destas por promoverem um ensino de caráter distinto dos demais, baseado, sobretudo, na ênfase aos “objetos da natureza” coletados e expostos em coleções, conferências, materiais impressos, hortos botânicos e jardins zoológicos.

Na ocasião, Pinto Guedes (PARÁ, 1891, p. 29) elogiou Ernesto Sá Acton, Diretor do MPHNE entre os anos de 1890 e 1893, pelos seus louvados esforços diante da instituição e enviou uma circular para diversas pessoas e intendenções pedindo auxílio para enriquecer as coleções do Museu com produtos minerais, vegetais e animais, indubitavelmente de grande utilidade para as pesquisas do “novo” estabelecimento. Na mesma circular, Pinto Guedes (PARÁ, 1891, p. 29) desejou promover todos os meios ao alcance de seu governo, visando “não somente o progresso material, porém ainda mais o desenvolvimento intelectual e moral do Estado”, e, para que isso acontecesse,

fez restaurar o MPHNE, organizando-o novamente junto as coleções que a instituição já possuía, além de reconhecê-la enquanto veículo de civilização, afirmando:

Como sabem os Museus são estabelecimentos de alto valor e de incontestável utilidade, e, em todos os países civilizados que podem servir-nos de exemplo, desempenham importante papel na educação do povo, pois são **escolas permanentes abertas à curiosidade** de todos e onde se acham reunidos os produtos espontâneos da natureza e as obras da inteligência humana em todas as suas manifestações.

É preciso, pois, que o Pará proceda de maneira que possa mostrar com provas de toda espécie, tanto a nacionais como a estrangeiros, quais são os produtos da sua natureza no reino mineral, no reino vegetal e no animal; a indústria indígena em artefatos de qualquer gênero; a pequena indústria dos civilizados; objetos raros, curiosidades tudo enfim que possa dar uma ideia verdadeira do que possui, do que são os seus filhos e do que poderão vir a ser.

Neste sentido invoco, em nome dos interesses do Pará, o vosso auxílio pedindo que obtenhais qualquer objeto nas condições mencionadas, para enriquecer as coleções do Museu, certo de que prestareis a vossa terra um relevante serviço – Saúde e fraternidade. (PARÁ, 1891 P.29). [Grifo Nosso]

Na circular, claramente o Museu foi visto como um veículo de civilização, pois seu “alto valor” e sua “incontestável utilidade” já haviam sido, segundo Pinto Guedes, constatados nos países civilizados – entenda-se aqui como países europeus. Estes ambientes de desenvolvimento intelectual e moral, ou “escolas permanentemente abertas à curiosidade” da fauna, da flora, da mineralogia e da antropologia local se tornaram responsáveis em apresentar nacionalmente e exteriormente os produtos regionais, pensamento comum nos Museus de História Natural brasileiros, mas que precisariam ser organizados - nos moldes dos museus ditos modernos - para promover efetivamente a popularização da ciência e seu papel instrutivo.

Visitas escolares ao Museu Paraense de História Natural e Etnografia.

Após a reorganização do MPHNE houve momentos de visitação dos estudantes do Liceu Paraense às suas coleções de História Natural, comunicadas no jornal “a República”, de 23 de maio de 1891. Na ocasião relatou-se a admiração dos alunos do Liceu frente à natureza de animais e plantas "anti-diluvianos" petrificados; a visitação a diversas vitrines e a sala de dissecação e o recebimento das orientações sobre os artefatos do acervo por meio dos funcionários e pelo próprio Diretor da instituição.

Os alunos de matemática do Liceu Paraense, acompanhados pelo seu lente o Sr. Dr. Ignacio Moura, visitaram ontem, às 11 horas da manhã, este importante estabelecimento, onde se demoraram cerca de uma hora e meia.

Durante este tempo o Sr. Dr. Moura tomou a palavra e explicou em conversa amistosa aos seus alunos os espécimes dos três reinos naturais: mineral, animal e vegetal.

O Sr. Dr. A. Autran demonstrou, por vezes, a natureza de algumas plantas e animais anti-diluvianos que se acham ali petrificados.

Causou admiração aos alunos, como a Silícia, tendo tomado conta das fibras vegetais e dos tecidos animais, substituiu-os por um trabalho de séculos, apresentando as belas amostras que ali se acham.

Os alunos, acompanhados daqueles dois ilustrados profissionais, visitaram as diversas vitrines, em frente de cada uma das quais eram apontados por espécie e famílias os animais que lá se acham.

Foram à sala de dissecação que foi bem organizada pelo Diretor do Museu e ali foi tudo examinado, desde as substâncias químicas que para isso servem, até os instrumentos de que se deve usar, tendo muita apreciação um estojo vindo nitidamente da Europa, por intermédio do Diretor.

O Diretor do Museu, Sr. Comendador Acton, apresentou ao Sr. Dr. Moura alguns fósseis, dando a explicação dos mesmos.

O Sr. Dr. Moura prometeu ali voltar com seus alunos, a fim de fazer um curso livre de ciências naturais (A REPÚBLICA, 1891a, p. 2).

E não foram os alunos do Liceu Paraense os únicos a visitar o Museu naquele ano. Em 18 de outubro de 1891, outros estudantes, agora do um externato, tiveram a mesma oportunidade.

Este estabelecimento foi visitado na semana passada por 236 pessoas, entre elas o externato Victor Hugo de que é digno diretor o Sr. Barão Von Paumargtten.

O diretor do Museu, acompanhado dos meninos daquele externato, seguia as *vitrines* [grifo do autor] explicando-lhes as procedências dos diversos espécimes dos reinos da natureza, mostrando-se eles bastante admirados das variedades de espécies animais, das caprichosas formas dos vegetais e das inúmeras transformações dos minerais.

O Diretor agradece ao Sr. Barão a delicadeza de sua visita ao Museu. (A REPÚBLICA, 1891b, p. 2) [Grifo do autor]

A respeito das visitas aos Museus de História Natural frisamos que esta não era uma prática ocorrida apenas no Museu Paraense, tampouco era exclusiva deste. Pelo contrário, Sá e Domingues (1996, p. 79) afirmaram que na historiografia dos museus brasileiros existem relatos que o Museu Nacional do Rio de Janeiro também teve suas exposições vistas por outras instituições, além de ter seus espaços utilizados para aulas práticas, sobretudo do seu laboratório químico criado em 1824, e doar material mineralógico, botânico e zoológico às escolas durante o Século XIX. Perto dali, relatou Alves (2001, p. 99), num dia de agosto de 1894, o Museu Paulista também foi percorrido por cerca de 300 alunos do Seminário Salesiano que ansiavam para ver o monumento do Ipiranga, as coleções históricas e de mamíferos, ao som de banda de música.

A coordenação de Emílio Goeldi e as práticas de popularização da ciência no novo Museu

Em 1894, o naturalista suíço Emílio Goeldi, por intermédio do Governador Lauro Sodré, assumiu a Diretoria do Museu Paraense. A preferência pela adoção de Goeldi como Diretor do Museu Paraense estava na vontade cientificista de Sodré em colocar “homens da ciência” para cargos de liderança. Certamente, o pensamento do governador foi alimentado também pela nacionalidade européia de Goeldi, especialmente pelo caráter simbólico que um estrangeiro representaria ao MPHNE, por viver em um lugar considerado por muitos como o celeiro do pensamento científico na época; por sua passagem por grandes universidades estrangeiras; pela intencionalidade, conforme relatou o próprio Goeldi (1894b p. 8-10), de “criar” um Museu de História Natural e Etnografia na região “ao pé dos bons estabelecimentos congêneres”; além das relações amigáveis do novo Diretor com outras instituições e especialistas, possibilitando a profícua troca de conhecimento.

No Regulamento do MPHNE de 1894, Goeldi registrou as funções e os objetivos da instituição definindo a abrangência geográfica das suas atividades, suas áreas de atuação, os meios de divulgação dos estudos e o alinhamento das pesquisas na obtenção de informações sobre a História Natural na Amazônia. De acordo com o documento, o MPHNE teria por fim e caráter estudar, desenvolver e difundir a História Natural e a Etnologia do Pará e da Amazônia, por meio de suas coleções, preleções e publicações científicas, que se tornariam as formas de conseguir executar na prática o que havia sido pensado para o estabelecimento:

Artigo 1º - O Museu Paraense terá por fim o estudo, o desenvolvimento e vulgarização da História Natural e Etnologia do Estado do Pará e da Amazônia em particular e do Brasil, da América do Sul e do continente americano em geral; esforçando-se para consegui-lo:
1º por coleções cientificamente coordenadas e classificadas; 2º por conferências públicas espontaneamente feitas pelo pessoal científico do Museu; 3º por publicações;
(REGULAMENTO..., 1984 p. 22)

Como se pode ver, no novo regulamento do MPHNE não há objetivos inéditos, pois se assemelham muito aqueles estabelecidos no Estatuto da Associação Filomática, em 1866. Porém, há uma ressignificação nestes objetivos dentro das perspectivas da nova Diretoria. Metas antigas numa nova conjuntura. Assim a criação do “novo Museu”, que estava sob a coordenação de Goeldi, passou pela história do “velho Museu”, criado por Ferreira Penna e reconhecido por outros diretores, pois

os objetivos e as estratégias de ensino apresentavam características próximas. Exemplos disso foram as preleções de História Natural que permaneceram como finalidade do MPHNE também no regulamento de 1894, como veremos a seguir.

Conferências Públicas e a Proposta dos Cursos Populares

Na história do Museu Paraense as conferências públicas foram reconhecidas como uma das principais formas de divulgar as Ciências Naturais para os visitantes que por ali passavam. Conforme o Regulamento de 1894 na instituição poderia haver estas preleções desde que “feitas pelo pessoal científico, sobre assuntos que se prendam com os diversos ramos cultivados no Museu; sendo este um dos melhores meios de colocar o Museu em contato com o público e patentear a sua vitalidade” (REGULAMENTO, 1894, p. 25). Esta estratégia de divulgação da História Natural não foi traçada como obrigatoriedade do Museu Paraense apesar dele se pautar neste setor, visto que o Diretor deixava bem claro que as conferências “poderiam” acontecer, mas não as forçou a existir. Ainda assim as preleções ficaram incumbidas de se tornar as principais formas de aproximar o “povo” das atividades científicas do Museu e do conhecimento produzido por ele; pelo menos no papel, porque um ano depois da criação do novo regulamento o Museu não havia promovido, sequer, uma conferência.

Em relatório de 2 de janeiro de 1895, Emílio Goeldi (1895a, p. 232) ressaltou que as preleções deixaram de acontecer não por descuido ou falta de vontade, e sim por outras razões como a “completa falta de tempo” e a ausência do “sossego espiritual indispensável” à Instituição para promover a difusão científica prevista no seu regulamento. Já no relatório de 1 de janeiro de 1896, Goeldi (1897, p.24) lastimou que não havia ocorrido nenhuma conferência como prometia o próprio regulamento em vigor, mas justificou o acontecido pela “situação atribulada do Museu, causada pela “mudança e a instalação”, acrescentando ainda uma dificuldade: a necessidade de “descobrir e arranjar uma sala apropriada”, uma vez que a aquisição proporcionaria vantagens quanto à exposição do “material de demonstração”, sobretudo se fosse no seu próprio edifício. Por fim, prometeu que isso não se repetiria por mais uma vez e que dentro de pouco tempo haveria “conferências organizadas pelo pessoal científico do Museu”, que segundo ele não queria perder “tão bela ocasião de contribuir para o progresso intelectual desta “futura” terra.”

Reconhecendo as dificuldades quanto ao início das preleções Emílio Goeldi instalou a Sociedade Zeladora do Museu Paraense, em 1896, deixando-a sob a responsabilidade de José Coelho da Gama e Abreu, conhecido como Barão de Marajó. Segundo o Barão (1898, p. 114) a Sociedade seria composta de “indivíduos que pela sua dedicação ao bem do estado e pelo seu amor ao estudo fossem o elo entre o Museu e a população”; ao mesmo tempo ela seria uma “segura égide” contra qualquer dificuldade que o Museu pudesse encontrar em seu desenvolvimento. Foi ele também quem escreveu os “Estatutos da Sociedade Zeladora do Museu Paraense”, onde ficou evidente a finalidade e importância deste agrupamento de pessoas para a popularização da atividade científica do Museu:

ARTIGO I.º - O programa da “Sociedade Zeladora do Museu Paraense” concentra-se na resolução voluntária de proteção, conservação e prosperidade do Museu Paraense, velando para que este preencha fielmente o seu destino e que possa a todo tempo ser um genuíno centro e fermento intelectual, uma útil escola das obras da natureza para o povo e um benefício civilizador para todos.

Art. 2.º - A “Sociedade Zeladora do Museu Paraense” tem como um dos fins especiais **avivar o interesse pelas ciências naturais e a exploração científica da Amazônia, visando principalmente uma rápida popularização de estudos e trabalhos realizados no Museu Estadual e empresas científicas de sua iniciativa.**

Art.3.º. – Popularizando assim o que da atividade científica do Museu for de mais fácil assimilação, servirá ela de intermediário entre este estabelecimento e o público instruído (MARAJÓ, 1898, p. 114-115). [Grifo nosso]

No mesmo ano da instalação da Sociedade Zeladora, em meio às coleções e vitrines do MPHNE, as conferências passariam a ocorrer e inserir o público ouvinte nas pesquisas recentes sobre Botânica, Etnografia e Zoologia. O jornal "A República" de 11 de dezembro de 1896, o mesmo que anunciou, anos antes, as visitas escolares à Instituição, trouxe em suas páginas a convocatória da primeira conferência popular organizada pela Sociedade Zeladora do Museu Paraense, que ocorreria segundo o jornal, numa segunda feira, dia 30 de novembro, às sete horas da noite, tendo como assunto “O estado atual dos conhecimentos sobre os índios do Brasil, especialmente sobre os índios da foz do Amazonas no passado e no presente”; mas, segundo o mesmo jornal, o evento não aconteceu na data prevista e foi promovido somente em 6 dezembro daquele ano, com o mesmo tema (A REPÚBLICA... 1896b, p.3; GOELDI 1898, p.397).⁵

Desde então o MPHNE ofereceu mais quatro preleções em 1897, divididas em duas seções:

⁵ Fato curioso é que o mesmo jornal "A República..." de 8 de Dezembro de 1896, ou seja, dois dias após a conferência não trouxe nenhuma informação sobre o acontecimento da mesma. A única referência sobre a instituição foi que semana anterior o Museu Paraense havia sido visitado na quinta feira por 185 pessoas e no domingo por 848, totalizando 1.033 visitantes. (A REPÚBLICA, 1896a, p.2)

na primeira, sem data, Goeldi falou sobre “A Lenda Amazônica do Cauré” (GOELDI, 1900, p.44) e Huber sobre “Plantas parasíticas e plantas epifíticas” [palestra não publicada]; na segunda, foi a vez de Goeldi discorrer sobre o peixe *Lepidosiren paradoxa*, também conhecido como piramboia, "podendo mostrar a seleta assembleia, honrada com a presença de S. Ex^o, Governador", um exemplar vivo do raro peixe; na mesma ocasião Huber apresentou a preleção “Os nossos conhecimentos atuais a cerca [sic] das espécies de seringueiras” (GOELDI, 1897; GOELDI, 1898, p.441; GOELDI, 1900, p.44; HUBER, 1897). A frequência das conferências, de acordo com Goeldi, foi superior a sua expectativa, pois teriam conseguido despertar o interesse para a sua causa e "converter em calor o gelo do indiferentismo", fato que teria dificultado o acontecimento das palestras.

Porém, em pouco tempo as preleções reduziram-se até chegar à escassez. Quanto a esse fato, apoiados em outros dois historiadores, podemos citar duas hipóteses para o término, a saber: a primeira, defendida por Regina Gualtieri (2005), afirma que a especialização contribuiu potencialmente para este processo, porque a prática de se especializar reduz o conhecimento científico a poucas pessoas, mesmo que concordem com a importância da ciência para suas vidas – assim, por se tornar particular do corpo científico do MPHNE, o conhecimento produzido passou a confinar-se na mão dos cientistas do próprio estabelecimento; a segunda, exposta por Sanjad (2005, p.179), defende que as conferências aconteceram em número reduzido, provavelmente, pelo desinteresse de Goeldi em relação ao ensino, somado a sua ausência do Museu em 1898 que se estendeu por quase dois anos. De nossa parte acreditamos que outras razões, além das citadas, podem explicar a escassez das conferências como, por exemplo, a própria visão da coordenação da instituição sobre a função e o objetivo das preleções, da divulgação da História Natural, e até mesmo do papel científico e educacional que os Museus de História Natural deveriam exercer na época.

No movimento nacional dos Museus, a estratégia de conferências e preleções não foi exclusiva do MPHNE. Ela, assim como outras formas de divulgação, existiu em outros Institutos congêneres durante o final do século XIX. Foi o caso do Museu Nacional (1875) que, de acordo com Sá e Domingues (1996), teve um programa de cursos públicos destinados a instrução da Botânica, Zoologia, Agricultura, Geologia e Mineralogia a um público diverso do Rio de Janeiro, que abarcava desde senhoras até empregados públicos. Estes cursos deveriam ser anuais, relativos às seções ali existentes, além de seguir as instruções do governo do Rio de Janeiro.

A preocupação de tornar as palestras assimiláveis ao visitante foi grande e resultou em materiais didáticos diversos para promover a boa aprendizagem dos cursistas; entre os objetos empregados na tentativa de ensino tiveram espécimes, murais, o auxílio dos praticantes e trabalhadores do Museu Nacional, e até mesmo projetores de imagem. Posteriormente, as preleções periódicas foram substituídas por “conferências extraordinárias”, em que os professores-pesquisadores mostrariam trabalhos próprios ou sinopses sobre o assunto de seu interesse.

A atividade de conferências públicas do MPHNE foi, sem dúvida, mais acanhada que a realizada no Museu Nacional, seja em relação ao número das preleções, seja quanto à periodicidade delas. No Museu Paraense, a proposta de cursos populares não apareceu diretamente no novo regulamento e muito menos as informações sobre o tempo de duração e os dias que aconteceriam os cursos e, apesar da informação dos assuntos a serem ministrados pelo Museu ser registrada, principalmente nos jornais e no “Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia” (BMPHNE), tudo indica a inexistência de um planejamento prévio mais afinado sobre as conferências na Instituição.

Neste sentido, a intenção de formar cursos duradouros ou eram ausentes, ou ficavam na ideia dos seus poucos colaboradores. Ao que se vê a visão de cursos, presente nas falas de personagens como Sodré, Veríssimo e Goeldi, dizia respeito, tanto às conferências esparsas no tempo – mais comuns no Museu Paraense –, quanto à formação periódica de jovens aprendizes nas ciências da natureza. Para Lauro Sodré (PARÁ, 1897, p. 35), por exemplo, as já iniciadas conferências públicas do Museu Paraense eram responsáveis pela constituição de “cursos populares” no Estado, por ser ali o lugar onde deveriam ir os alunos das Escolas locais – Escola Normal e Liceu Paraense – “aprender as coisas como a natureza as encerra e produz, o que é sempre muito mais proveitoso ensino do que os que dá o professor a vista de cartas murais.” Ou seja, era para o Museu Paraense que os alunos das escolas paraenses deveriam ir e aprender sobre a natureza, tal como foram “produzidas” por ela.

De fato, conforme o já citado ensino intuitivo, aliado a perspectiva positivista de compreender a natureza, as cartas murais por serem ilustrações conferiam à educação científica poucos resultados, quando comparadas a aprendizagem pelas coisas. De acordo com Schelbauer (2016) “a prática das lições de coisas demandava a utilização de determinados procedimentos, como passeios, visitas, conversas e exposições de objetos, assim como de materiais didáticos destinados a

esse ensino, dentre eles podemos destacar a Caixa de Lições de Coisas de Mme. Pape-Carpentier, a Lanterna Mágica, as coleções de insetos, plantas e objetos destinados a desenvolver na criança a capacidade de exercer os sentidos e de observar.” Sendo assim, no caso do MPHNE, o ensinamento do meio ambiente seria por meio da visualização direta das coleções, seguida das informações contidas nas suas fichas de identificação, da visita aos animais em seu *habitat* natural, do contato direto com a vegetação, do tato de diversos tipos de minerais, da identificação dos adornos indígenas ou de qualquer outra atividade que possibilitasse a compreensão da abundância da floresta Amazônica, suas mudanças geológicas ou dos costumes do homem local.

Instruções práticas sobre o modo de coligir produtos da natureza

Publicado pela primeira vez em Setembro de 1894 com tiragem de 1.000 exemplares, o Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia tinha como fim “tornar rapidamente conhecidos certos estudos e resultados sobre assuntos de História Natural e Etnologia”, além de ser apropriado a “acelerar a exploração metódica da Amazônia em especial e da América em geral” e ainda serviria de “meio de publicação sobre questões da história, marcha e desenvolvimento do Museu” (REGULAMENTO..., 1894, p.26).

Escrito na maior parte por Goeldi e Huber, Diretor e Vice do Museu respectivamente, o Boletim mesclou textos administrativos tal como relatórios anuais das suas atividades, correspondências oficiais, necrológio, regimento e regulamentos; com textos científicos sobre Botânica, Etnologia, Zoologia, Geologia, biografias, relatório de atividades e excursões científicas. Característica também presente na Revista do Museu Paulista, porém diferente dos Arquivos do Museu Nacional, em que textos da esfera administrativa eram ausentes (LOPES, 1997, p. 298). Quanto aos textos ditos “científicos” sobressaíram os escritos sobre Zoologia e Botânica, em relação aos artigos de Geologia, Arqueologia e Antropologia, revelando a inclinação do Museu Paraense para os ramos da História Natural relacionados aos estudos da fauna e da flora Amazônica.⁶

Historicamente estes impressos, sobretudo os boletins, também poderiam ser considerados

⁶ No que compete a esta pesquisa nos importa mais o papel do BMPHNE na vulgarização da História Natural no Pará, sendo assim, para um maior aprofundamento a respeito das publicações do Boletim do Museu Paraense e seus referentes assuntos científicos, consultar os trabalhos de Gualtieri (2005), Lopes (1997), Crispino (2006) e Sanjad (2005).

enquanto instrumentos de popularização da ciência devido, principalmente, à deficiência bibliográfica brasileira em relação aos livros programáticos de História Natural durante o século XIX. Esta fragilidade jogou aos periódicos, por vezes, a responsabilidade de serem materiais de informação e formação.

No caso do Museu Paraense, um claro diagnóstico da abrangência no âmbito da popularização da ciência dentro do Pará foi a publicação de Goeldi (1895b) intitulada: “Instruções práticas sobre o modo de coligir produtos da natureza para o Museu Paraense de História Natural e Etnografia.” Publicadas em folhetos avulsos no Boletim, jornais do interior e Diário Oficial do Estado, sob a pretensão da sua “máxima vulgarização” e a esperança de bons efeitos sob seus leitores. Essas instruções estimularam e ensinaram pessoas comuns a coletar animais, plantas e artefatos geológicos dentro dos conceitos da História Natural na época.

Ao longo de oito capítulos, mais a parte botânica e a geológica, Goeldi traçou uma relação estreita com o público que teve acesso aos escritos. O ensinamento sobre modos de coligir “objetos da natureza”, como ele mesmo preferiu chamar tudo aquilo que era coletado por meio dos “amigos da natureza e do Museu” (entenda-se os leitores), identificou o objetivo de divulgação do folheto em instigar os conhecimentos sobre coleta, identificação, tratamento e conservação de animais, plantas e minerais, além de sua intencionalidade de fazer com que outras pessoas compreendessem as metodologias usadas pelos naturalistas naquele momento.

Goeldi (1895b, p.76; 1895c, p. 242 e p.247; 1896, p. 242) usou uma linguagem acessível e didática ao público leitor, não deixando de ressaltar a importância de materiais alternativos e de fácil manejo na confecção de “ratoeiras, arapucas e laços”, como latas de querosene e madeiras de construção; ou mesmo a utilização de vidros de medicamentos com álcool, na falta de vidros especialmente fabricados na Europa, para o armazenamento de centopéias, aranhas, caranguejos e escorpiões. O Diretor indicou, ainda, medidas de segurança contra animais peçonhentos; e chamou atenção para as espécies regionais como a já citada Piramboia ou Caramuru, que teve sua imagem propagada em aproximadamente 2.000 estampas impressas nas próprias instruções do Museu.

A estratégia vingou e teve no acréscimo do número de espécies e artefatos nas coleções da instituição a resposta positiva da sua aceitação pública. Assim, Goeldi (1897, p. 19), em seu relatório de 1895, atestou o alargamento e o acréscimo das coleções de História Natural e Etnografia do

estabelecimento, ora pelos “esforços do próprio pessoal do Museu” – para ele a fonte principal da riqueza naquele ano –, ora “pela afluência espontânea de material de doadores particulares”; e justamente por aí considerou ser visível que os folhetos instrutivos foram entendidos por parte do público leitor.

Com efeito, nas ciências da natureza, a busca por respostas sobre a vida dos seres vivos e informações locais incitou muitos pesquisadores a reunir material esparsos de vários ambientes. Prática trabalhosa na qual os naturalistas sozinhos não conseguiriam fazer. As lições e instruções sobre História Natural impressas no Boletim foram, sem dúvida, uma das formas mais comuns encontradas, para solucionar o problema da distância, porque possibilitou um intercâmbio literário e material entre instituições, naturalistas e leitores interessados em conhecimentos sobre o mundo natural. Assim, o registro dos cuidados sobre a maneira de coligir animais, vegetais e minerais mostrou uma atividade corriqueira entre naturalistas – incluindo Goeldi – de informar indivíduos específicos sobre práticas referentes à própria História Natural e a sua importância no conhecimento da natureza em fins do século XIX.

A informação sobre as maneiras de coleta, conservação e manuseio dos objetos da natureza salientou o papel importantíssimo do MPHNE no processo de popularização da ciência no Pará, sobretudo na capital. Ao tentar trazer para seu acervo amostras de solo, insetos em álcool, plantas tropicais e peixes regionais dentro da orientação e da classificação da História Natural vigente na época, o museu fez com que o público se apropriasse e adotasse a maneira dos naturalistas de fazer ciência.

Jardim Zoológico e o Horto Botânico (1897)

A criação do Horto Botânico e do Jardim Zoológico não fugiu do objetivo institucional de vulgarização da História Natural, o próprio Goeldi (1895a, p. 220), por exemplo, ressaltou que os ditos anexos seriam importantes para a sorte e um destino mais digno ao MPHNE, além da sua “utilidade” e das “vantagens palpáveis” para a Instrução Pública. De modo mais enfático Goeldi também comparou as novas dependências da Instituição a “uma atraente escola de intuição das obras da natureza amazônica”, onde seria facilitada a visitação pública. Uma escola genuinamente regional,

sem elefantes ou girafas, com organismos amazônicos.

Queremos criar uma atraente escola de intuição das obras da natureza amazônica para o público e pretendemos facilitar o acesso, abrindo os ditos anexos, logo que for possível, diariamente. Repetimos sempre e sempre que não é nosso intuito querer imitar os grandes jardins e hortos de além-mar, para onde o orbe inteiro tem que mandar sua contribuição em produções notáveis do reino animal e vegetal. Não almejamos nem o elefante da Índia, nem a girafa do continente Negro. Queremos o que é nosso, o amazônico, o paraense e não será preciso que eu (que não nasci nesta terra e que hoje não me vejo aqui por nenhum outro motivo senão o amor à ciência e à vontade de criar aqui na Amazônia um sólido reduto para ela) tenha de mostrar ao povo paraense, que a natureza, que nos cerca, tem material de sobra, para encher condignamente tanto um Jardim Zoológico, como um Horto Botânico (GOELDI, 1895, p. 220).

A escola de intuição desejada por Goeldi contrapôs a escola baseada simplesmente nos manuais de História Natural. Quer seja no Horto Botânico, quer seja no Jardim Zoológico, a visão alcançou o patamar de primazia diante dos outros sentidos. Goeldi, citado por Gualtieri (2005, p.109), ainda valorizou o papel pedagógico do MPHNE chegando a afirmar que o visitante, ao examinar os exemplares vivos do Horto, por exemplo, lucraria muito mais do que lendo manuais de botânica, caso existissem. A observação, portanto, foi vista enquanto agente responsável por educar e aperfeiçoar os sentidos, possibilitando ações inerentes à aprendizagem como perceber, abstrair, analisar, comparar, generalizar e sintetizar.

Neste sentido, o MPHNE adotou a premissa de uma prática de ensino pautada no ver para compreender, pela observação direta do público aos objetos da natureza expostos nos ditos anexos, pressupostos pedagógicos da “lição de coisas”. O marco desta visão de mundo aparece neste momento histórico de maneira relevante como distinção entre o ensino memorístico, baseado na memorização, e verbalista, pautados na oralidade do instrutor, e o ensino intuitivo, onde o sujeito visitante passa a ser o protagonista da sua história educacional por meio do contato direto com os fenômenos naturais e os objetos circundantes, desta maneira:

A crença que a inteligência do sujeito, enfrentada diretamente pelos objetos, lhe permitiria descobrir sua natureza era o ponto de justificação e de partida de todas as iniciativas da pedagogia baseada nas “coisas”. Com ele se esperava que a criança alcançasse um conhecimento verdadeiro e uma nova maneira de relacionar-se com o mundo real a partir da observação e reflexão sobre os objetos que conformavam seu entorno (GARCIA, 2007, p.176 – tradução nossa).

Na perspectiva do método intuitivo de ensino o contato com as “coisas” possibilitaria aos indivíduos aprender os dados inerentes de cada objeto, numa premissa didática de “colocar as ideias

frente à necessidade de nascer” (VALDEMARIN, 2004, p. 94-109). No caso das Ciências Naturais o método tornou-se adequado, pois seu conteúdo de ensino pôde ser apresentado aos alunos de modo atraente e prático, dentro da proximidade de relação com a compreensão dos usos industriais dos elementos naturais e do trabalho desenvolvido pelo homem para este fim. Além do mais, os estudos da natureza possibilitariam o conhecimento da forma, da força e do movimento, elementos presentes em vários aspectos da vida, fossem eles concretos ou abstratos, e tinham na observação o principal fator para a percepção e a compreensão das forças naturais. Era este sentido, portanto, o que recebia *status* de primazia no MPHNE, bem como na sua prática de instrução científica, por se acreditar ser o meio verdadeiro da constatação das propriedades da matéria, do entendimento da vida dos organismos, fossem eles plantas ou animais, ou mesmo da própria organização humana.

Lauro Sodré também comentou a relação entre os anexos criados no MPHNE e a educação científica local. Para ele no Horto Botânico e no Jardim Zoológico havia sempre uma “ensinação a receber”, servindo o Museu aos interesses do ensino público, pois “naquelas salas, para onde as coleções cientificamente organizadas atraem os visitantes em massa, há uma útil lição de coisas” (PARÁ, 1897, p. 34-35). Neste rol de mudanças o Governador ainda citou as conferências públicas, destinadas a construir cursos populares e constituir a prática de visitas escolares; o Boletim do Museu de história Natural e Etnografia com o objetivo de tornar conhecida as experiências; bem como as produções científicas dos Pesquisadores do Museu Paraense.

De acordo com Paes de Carvalho (PARÁ, 1898), no Parque Zoobotânico a relação do MPHNE com a educação foi patente e responsável por fazer do estabelecimento um ambiente que, tecia de antemão uma “parte excepcional no ensino superior”, o qual, na sua previsão, mais cedo, ou mais tarde, o Estado teria de fundar.

Emílio Goeldi (1904, p. 131.), por sua vez, teceu críticas à “insuficiência atual do ensino de ciências naturais no programa dos estabelecimentos superiores”, além de enfatizar a falta de atenção e respeito do país aquelas ciências que os “povos mais práticos do mundo” cultivavam com “zelo ostentativo”, o que seria responsável pelo distanciamento do país do “certame e tendência progressista internacional”. Julgamento exposto igualmente por Herman Von Ihering, Diretor do Museu Paulista e amigo de Goeldi, ao enfatizar “que não temos até hoje universidade alguma no país, nem ao menos uma academia ou escola de Ciências Naturais” e que, nestas condições, não era difícil

explicar o “estado de atraso” em que se achava o estudo das Ciências Naturais no Brasil (*apud* ALVES, 2001, p. 93).

Todavia, vale salientar, que diante das críticas quanto à ausência de Universidades ou a respeito da precariedade da ensino superior de Ciências Naturais no Brasil, coube aos diversos institutos científicos e associações científicas como o Museu Nacional, Jardim Botânico, Museu Paraense, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Observatório Nacional, Comissão Geológica do Império, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre outros, a responsabilidade deste tipo formação, como afirma Maria Amélia Dantes (2001, p.19), contrariando afirmativas da historiografia brasileira até 1980 que via como "pré-história" da ciência no Brasil o período que precedeu estas universidades.

Cerca de três anos depois, Paes de Carvalho (PARÁ, 1901, p. 65) firmou a prosperidade das dependências do MPHNE com base nos melhoramentos arquitetônicos, no crescimento da biodiversidade interna do Museu Paraense pelas doações quotidianas e na visitação pública. De acordo com o governante, impressionavam a todos a “grande e magnífica casa de feras”, o terrário para os répteis, além de outras acomodações preparadas para as aves de rapina, mamíferos, etc⁷. Além do mais, os donativos quase diários de novos exemplares e a crescente frequência em dias de exposição testemunhavam o apreço público pelo estabelecimento, visitado por 334.641 pessoas entre os anos de 1897 e 1901, às terças e quintas-feiras.

A frequência de público no MPHNE – não só dos anexos, mas também das coleções e demais dependências da Instituição – acompanhou os quantitativos de outros museus brasileiros, bem como dos mundiais, e foram dados demonstrativos do êxito e da validação social destes estabelecimentos na transição entre o século XIX e XX. Para termos uma noção destes números, estima-se que entre 1891 e 1907, o Museu Paraense teve mais de 2,8 milhões de visitas, entre moradores de Belém, turistas, diplomatas, políticos, naturalistas, imigrantes, médicos, comerciantes, engenheiros, químicos, alfabetizados, semianalfabetos, estudantes e professores (SANJAD, 2005; LOPES, 1997, P. 300). Uma quantidade expressiva, sem dúvida!

Os números foram crescentes de acordo com as suas reorganizações e revitalizações do

⁷ De acordo com Carvalho (1901, p.65), entre 412 e 509 espécimes de animais estavam distribuídos em 129 espécies e mais de 531 espécies de plantas ocupavam o Museu desde a inauguração dos anexos.

Museu. Por exemplo, enquanto em 1891 cerca de 3.128 pessoas haviam passado por ali, só no ano de inauguração do Parque Zoobotânico, em 1897, o número de visitas chegou a 75.671 pessoas, alcançando mais tarde, em 1907, o número de 124.670 visitantes, ou seja, mais da metade da população da capital em 1906 que era de 177.000 mil habitantes (LOPES, 1997, p. 300).⁸

Na historiografia do MPHNE é possível acharmos duas explicações para os grandes quantitativos da sua frequência pública: a primeira é relacionada ao crescimento populacional de Belém devido ao *boom* da borracha que fez a cidade aumentar sua população em 300% no decorrer de 34 anos, passando de 34.644, em 1872, para cerca de 177.000 mil habitantes, em 1906 (LOPES, 1997). A segunda explicação para os números é referente ao incentivo de Goeldi às visitas e o estímulo à simpatia, tanto das coleções, quanto do Horto Botânico e do Jardim Zoológico pelo povo paraense (SANJAD 2005; SANJAD, 2008, p.124-125). Neste caso achamos importante também inserir, como uma terceira explicação, a própria mudança cultural e intelectual promovida pela *Belle-Époque* amazônica, sobretudo em Belém. A mentalidade e as práticas sociais dos cidadãos mudaram e, nesse contexto, houve uma redefinição do espaço público da cidade, percebida por seus transeuntes, que passaram a visitar locais como o Teatro da Paz e o Museu Paraense, ambos considerados representativos da intelectualidade europeia e da civilização tão almejada na época.

Fica nítido, portanto, o papel crucial do Parque Zoobotânico tanto na função de entretenimento, quanto no papel de vulgarizador da História Natural no Pará durante o final do século XIX. Neste caso, ressaltamos ainda que a ideia de popularização – e, também, de ensino – mostrada na abertura dos anexos do MPHNE parecia estar basicamente pautada no contato dos visitantes com os objetos da natureza, visto que em nenhum dos documentos até aqui pesquisados Goeldi relatou a necessidade de instrutores para o público. Deste modo, na maioria das vezes, não houve um mediador direto entre a natureza exposta nas gaiolas, viveiros e hortos e o observador – crianças, jovens, adultos e idosos – talvez por acreditarem que a própria natureza poderia dar as respostas necessárias para o seu entendimento, sobretudo por sua experiência empírica, diferentemente das visitas escolares ocorridas na reforma da instituição que, como vimos, tinham

⁸ Os dados relatados estão de acordo com a tabela de frequência anual dos Museus Paraense, Paulista, Nacional, Paranaense e Júlio de Castilho, entre os anos de 1894 a 1907, expostos no “Boletim Informativo da Exposição Nacional de 1908” e divulgada por Lopes (1997, p. 300); já os dados referentes aos anos de 1891-1893 têm base nos livros de assinatura de visitantes – gestão de Ernesto Sá Acton (1890-1893), levantados por Sanjad e Barros (2005, p.153) e Sanjad (2010, p.172 e 192)

pessoas responsáveis pelas instruções dadas a alunos e alunas que o visitaram.

Considerações Finais

A dinâmica de agenda científica do Museu Paraense, a partir dos diversos instrumentos e estratégias de popularização da ciência, ilustrou a maneira como os Museus de História Natural agiram no âmbito da investigação e instrução científica no século XIX. Vistos como ambiente onde os visitantes poderiam ter contato direto com os objetos da natureza, ou seja, as “coisas” do mundo natural, estes estabelecimentos serviram ao propósito do ensino de ciências, principalmente por estimular a aprendizagem sobre minerais, animais, plantas e demais organismos vivos pela prática de campo, estimulada pelas instruções, a visitação de hortos, jardins zoológicos e o contato com coleções.

E se a popularização dos conhecimentos científicos era, naquele período, um processo de falar de ciência para leigos, tal como se buscou apresentar nas linhas acima, não há como separá-la das práticas de ensino historicamente instituídas e da base epistemológica destas ações. Sendo assim, a “lição de coisas” pode ser vista como a teoria de ensino que sustentou a teoria do conhecimento (empirismo) adotada no Museu Paraense. Portanto, as coleções foram organizadas de acordo com o método e a ciência de base empírica, buscando responder todas as dúvidas que pudessem existir a respeito das questões da natureza e seus habitantes.

Há mais: na parte da Instrução Pública, o Museu Paraense disponibilizou aos seus visitantes, por meio de suas coleções regionais, os elementos necessários e indispensáveis para o crescimento da cultura material e intelectual local. Todavia, nitidamente na coordenação de Goeldi as práticas referentes à instrução diferiram, em parte, daquela existente nos primeiros anos da Instituição, pois inicialmente o seu plantel de empregados exerceu, além das suas funções museológicas, outros cargos públicos.

A mudança institucional veio, principalmente, a partir do momento em que o novo Diretor acompanhou as transformações ocorridas nos outros Museus de História Natural do mundo, os quais se tornavam cada vez mais especializados desde a segunda metade do século XIX. Assim, ao mudar a conformação dos empregados responsáveis pelas pesquisas científicas no Museu, por

homens que deveriam “ter cursado academias ou universidades onde o ensino das ciências naturais” ocupasse um lugar “notoriamente proeminente”, ou mesmo “ter estudos aprofundados sobre sua especialidade e, se for possível, trabalhos originais”, o Museu Paraense ficou cada vez mais cheio dos ditos “homens da ciência” (REGULAMENTO, 1894, p. 26), agora diplomados e especializados. Estes, por sua vez, não eram necessariamente obrigados a estar envolvidos com ações pedagógicas, de instrução, popularização da ciência, sendo estas atividades secundarizadas em relação às atividades laboratoriais, viagens e excursões.

Referências bibliográficas:

- A REPÚBLICA: órgão do clube republicano, Belém, 8 de dezembro de 1896a, Ano VII, n.1603, p.2
- A REPÚBLICA: órgão do clube republicano, 11 de dezembro de 1896b, Ano VII, n.1.606, p. 3
- A REPÚBLICA: órgão do clube republicano. Belém, Ano II, n. 2, 23 mai. 1891a.. p. 2.
- A REPÚBLICA: órgão do clube republicano. Belém, 18 de outubro de 1891b, Ano II n. 487, p. 2.
- ALVES, Ana Maria de Alencar. **Redutos da Ciência na 'Era dos Museus': Inglaterra, França, Estados Unidos e Brasil.** Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, 2005.
- ALVES, Ana Maria de Alencar. **O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder: o Museu Paulista, 1893-1922.** – São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. 213p.
- CRISPINO, Luis Carlos. **As Origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921).** Belém: Paka-Tatu, 2006.
- DANTES, Maria Amélia (Org). **Introdução: uma história institucional das ciências no Brasil.** In: DANTES, Maria Amélia M. (Org). **Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930.** – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 13-22., 2001.
- FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. **José Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana: raízes da renovação Escolar Conservadora.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. – Campinas, SP: [s.n], 2004.
- GARCÍA, Susana V. *Museos Escolares, Colecciones y La Enseñanza Elemental de las Ciencias Naturales en la Argentina de fines del Siglo XIX.* História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p.173-196, jan-mar. 2007.

GERMANO, Marcelo Gomes; KULESZA, Wojciech Andrzej. **Popularização da ciência: uma revisão conceitual.** Caderno Brasileiro de Ensino de Física. Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 7-25, abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/1546>. Acesso em: 12 mai. 2023.

GOELDI, Emílio. **A Lepdosiren paradoxo descoberta na Ilha do Marajó.** In: Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Pará, 1896, 438-443. Typographia de Alfredo Silva & C. (Agosto de 1896) – Tomo I

GOELDI, Emil August. **Carta-Circular.** Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, Belém, 1(1): 8-10, 1894b.

_____. **Prefácio.** Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, Belém, v. 1, n. I-III, 1894a.

_____. **Relatório sobre o estado do Museu Paraense.** Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, Belém, v.1, n. 1, p. 10-20, 1894c.

_____. **Relatório apresentado pelo Director do Museu Paraense ao Sr. Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará.** Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, Belém, v. 1, n. 3, p. 217-239, 1895.

_____. **Relatório apresentado pelo director do Museu Paraense ao Sr. Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará.** Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnographia. Pará, p. 1-27, 1897.

_____. **Relatório apresentado ao Exm.º Sr. Dr. Lauro Sodré. Governador do Estado do Pará, pelo Director do Museu Paraense.** Boletim do Museu Paraense de História natural e Etnographia, Belém, v. 2, n. 3, p. 257-287, 1898.

_____. **O estado actual dos conhecimentos dos sobre os índios do Brasil, especialmente sobre os índios da foz do Amazonas no passado e no presente.** Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia. Belém, n. 4, v. II, p. 397-417, 1898.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. **A Amazônia sob Olhares Evolucionistas: a ciência no Museu Paraense (1894-1914).** In: ALVES, José Jerônimo de Alencar (org.). **Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia.** Belém: UFPA, p. 103-134, 2005.

LOPES, Maria Margarete. **O Brasil Descobre a Pesquisa Científica. Os Museus e as Ciências Naturais no século XIX.** São Paulo, Hucitec, 1997.

MARAJÓ, Barão de. **Discurso proferido pelo Exm.º Sr. Barão de Marajó.** Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia. Belém, 2(1/4): 114-120, 1898. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/1092>. Acessado em: 11.12.2022.

PARÁ. **Relatório com que o Capitão-Tenente Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes passou a administração do Estado do Pará em 24 de Junho de 1891 ao Governador Dr. Lauro Sodré, eleito pelo Congresso Constituinte em 23 do mesmo mês.** Belém, Typographia do Diário Oficial, p. 26-31, 1891.

_____. **Relatório com que o Excellentissimo Senhor Presidente da Provincia, Dr. Pedro Leão Vellozo, passou a administração da mesma ao Excellentissimo Senhor 1º Vice-Presidente, Barão do Arary, no dia 9 de abril de 1867.** Pará, Typ. de Frederico Rhossard, p. 32-33, 1867.

_____. **Mensagem Dirigida ao Congresso Republicano Paraense pelo Governador do Estado do Pará Dr. José Paes de Carvalho.** Pará, Impresso do Diário Oficial, p. 9-10, 1897.

_____. **Mensagem Dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Estado, em 15 de abril de 1898, apresentando a proposta de orçamento da Receita e Despesa para o exercício de 1898 -1899.** Belém, Typ. Diário Oficial, 1898.

_____. **Relatório Apresentado ao Governador do Estado Exm.º Sr. Dr. Augusto Montenegro pelo Dr. José Paes de Carvalho ao deixar a administração em 1º de Fevereiro de 1901.** Belém, Imprensa Oficial, p. 63-66, 1901.

PARÁ. **Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado, ao expirar o seu mandato, no dia 1º de fevereiro de 1897.** Pará, Diário Oficial, p. 30-36, 1897.

PICCOLI, Marcia Speguen; STECANELA, Nilda. **Popularização da ciência: uma revisão sistemática de literatura.** Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, vol. 49, n. 1, 2023.

POSSAMAI, Zita Rosane. **“Lição de Coisas” no Museu: O método intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas primeiras décadas do século XIX.** Arquivos Analíticos de Políticas Educacionais, vol. 20, n. 43, 2012.

REGULAMENTO do Museu Paraense. [1894] Boletim do Museu Paraense de História Natural e

Etnografia, Belém, n. 1, v. 1, p. 22-27, 1896. Tomo I

REGIMENTO interno do Museu Paraense. Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Belém, n. 1, v. 4, p. 331-335, 1895.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Estudando as Lições de Coisas: análise dos fundamentos filosóficos do Método de Ensino Intuitivo** – Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004. – (Coleção educação contemporânea).

VALDEMARIN, Vera Teresa. **O Método Intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado.** In: ALMEIDA, José Soares de; SAVIANI, Demerval; SOUZA, Rosa Fátima de e VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado educacional do século XIX.** Campinas: Autores Associados, 2006.

VERGARA, Moema de Rezende. **Ensaio sobre o termo “Vulgarização Científica” no Brasil do Século XIX.** Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 137-145, jul/dez, 2008.

VERÍSSIMO, José. **Discurso pronunciado por José Veríssimo, Director Geral da Instrução Pública, perante o Governador do Estado, Capitão-Tenente Bacelar Pinto Guedes, por ocasião de se inaugurar o Museu, restaurado em 13 de maio de 1891.** Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, Belém, n. 1, v. 1, p. 5-8, 1894.

SANJAD, Nelson. **A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907.** Tese (Doutorado em História das Ciências). Fundação Oswaldo Cruz - Rio de Janeiro, 2005.

SANJAD, Nelson. **A Revitalização do Parque Zoobotânico do Museu Goeldi: em busca de uma nova relação com o público.** Revista Museologia e Patrimônio, v. 1, p. 123-127, 2008.

SCHELBAUER. Anaete Regina. **Glossário “Lição de Coisas”. Grupo de estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” - HISTDBR, 2016.** Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_licoes_das_coisas.htm. Acessado em 11.12.2016.

SÁ, Magali Romero & DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. **O Museu Nacional e o Ensino de Ciências Naturais no Brasil no Século XIX.** Revista da Sociedade Brasileira da História da Ciência – SBHC, Rio de Janeiro, n. 15, p. 17-88, 1996.

Políticas de corporalidade e autonomismo nas experiências de militância da *Comisión por el Derecho al Aborto* (1988-2007)

Políticas de corporalidad y autonomismo en las experiencias de militancia de la Comisión por el Derecho al Aborto (1988-2007)

Rafaela Zimkovicz

Mestranda em História

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

rzimk@hotmail.com

Recebido: 30/09/2022

Aprovado: 07/02/2024

Resumo: Este trabalho objetiva analisar as estratégias e formulações teórico-políticas desenvolvidas pela *Comisión por el Derecho al Aborto* (1988-2007, Argentina), organização feminista que articulou a *Campaña Nacional por el Aborto Legal, Seguro y Gratuito* (2005-atual). Para tanto, analisam-se os 16 volumes do boletim *Nuevos Aportes*, publicado pelo coletivo no período, priorizando, metodologicamente, suas dimensões de materialidade cultural e de circulação. Em diálogo com o feminismo pós-estruturalista (Butler, 2003; 2018; 2019) e a crítica da colonialidade neoliberal latino-americana (Brown, 2018; Gago, 2015; Segato, 2016), identifica-se a consolidação de um projeto de crescente radicalidade, manifestada pela recusa do fenômeno de onguização; afirmação subversiva do aborto enquanto potência corporal; e formação de alianças intersetoriais. Propõe-se, a partir do dessilenciamento prático do aborto e da auto-elaboração histórica denotada por seu *Archivo Feminista*, que essas militâncias fraturam a totalidade de escritas históricas e dos sistemas de subjetivação normativa a ela conectados (Haraway, 1995; Scott, 2007).

Palavras-chave: Legalização do aborto; Militâncias feministas; Neoliberalismo na Argentina.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo analizar las estrategias y formulaciones teórico-políticas desarrolladas por la *Comisión por el Derecho al Aborto* (1988-2007, Argentina), organización feminista que articuló la *Campaña Nacional por el Aborto Legal, Seguro y Gratuito* (2005-actualidad). Para ello, se analizan los 16 volúmenes del boletín *Nuevos Aportes*, publicado por el colectivo en el período. Son priorizadas, metodológicamente, sus dimensiones de materialidad cultural y circulación. En diálogo con el feminismo post-estructuralista (Butler, 2003; 2018; 2019) y la crítica de la colonialidad neoliberal latinoamericana (Brown, 2018; Gago, 2015; Segato, 2016), se identifica la consolidación de un proyecto de radicalidad creciente, manifestada por el rechazo del fenómeno de la ONGización; la afirmación subversiva del aborto como potencia corporal; y la formación de alianzas intersectoriales. El texto plantea, a partir del desilenciamiento práctico del aborto y de la autoelaboración histórica

que denota su *Archivo Feminista*, que las militancias fracturan la totalidad de las escrituras históricas y los sistemas de subjetivación normativa conectados a ella (Haraway, 1995; Scott, 2007).

Palabras clave: Legalización del aborto; Militancias feministas; Neoliberalismo en Argentina.

Introdução

“Entrou no fogo como se numa piscina de natação, mergulhou, disposta a submergir: não havia dúvida de que o fazia por vontade própria”, escreve Mariana Enriquez em sua antologia de horror *As Coisas que Perdemos no Fogo* (ENRÍQUEZ, 2018, p. 174). O excerto exprime a distopia conflagratória configurada pela autora - em uma conjuntura de estridente violência de gênero, colocar o corpo em combustão seria a imposição de uma rota radical de desvio. Publicada originalmente em 2016, a obra conecta-se com o surgimento do coletivo *Ni Una Menos*, em meio à massiva campanha lançada em 2015 após a ocorrência de sucessivos feminicídios (TRES, 2015).

Já em sua fundação, o grupo alicerçava um reconhecimento, acompanhado de recusa, de amplos espectros de violência - sintetizava sua matriz de luta como a negação de modos de vida pré-estabelecidos, postulando o extrapolamento de “mandatos sociais de submissão e obediência” (TRES, 2015, não p.). O senso subversivo joga com os limites do que seria uma plenitude democrática contemporânea e, a partir de 2017, se agregaria diretamente a outro foco contestatório, a *Campaña Nacional por el Aborto Legal Seguro y Gratuito* (CNDA). Fundada em 2005, ela assumiu uma estrutura de coligação, reunindo, atualmente, uma média de 400 grupos horizontalmente interligados (BELLUCCI, 2014). Essa disposição foi muito influenciada pela ocasião que deliberou seu plano de implementação, o 17º *Encuentro Nacional de Mujeres* (ENM), realizado em Rosário no ano de 2003. Ali, promoveu-se a Assembleia Aborto Legal¹, inspirada nas políticas dos levantes de rua de 2001,

¹ Essa Assembleia consistiu em um arranjo deliberativo conjunto, em que se discutiam as resoluções de cada grupo de trabalho do ENM entre todas as pessoas participantes, com igual direito de voto, de modo a instituir estratégias unificadas para a difusão da defesa do aborto. O espaço foi estruturado desde 2002, por meio de encontros em centros culturais de Buenos Aires, caracterizando-se pela heterogeneidade de agremiações e trajetórias políticas: “Entre outros presentes estavam a *Comisión por el Derecho al Aborto*, *ATEM*, *Foro por los Derechos Reproductivos*, *Mujeres al Oeste*, *Feministas Inconvenientes*, *Las Fulanas*, *Pan y Rosas* (do Partido dos Trabalhadores Socialistas), *Partido Obrero*, *Mujeres de Izquierda*, *Partido Comunista Revolucionario*, *Movimiento de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón* e *Amas de Casa del País*. Essa diversidade, inclusive em termos de idade, enriqueceu o debate e colocou em tensão as formas de fazer política” (TARDUCCI, 2018, p. 5).

quando agremiações coletivas e temporárias foram formadas com o intuito de organizar a ocupação de fábricas e bairros inteiros no contexto de crise inflacionária que sucedeu a década de dolarização financeira da administração de Carlos Menem (1930-2021), eleito em 1989 (ROMERO, 2016, p. 347-348).

Em 2006, a CNDA propôs uma ata pública de projeto de lei, recolhendo assinaturas nacionalmente para tentar sua homologação no Congresso. Sem sucesso, a organização voltou a peticionar um projeto em 2010, dando início a uma sequência de oito votações parciais na Câmara de Deputados, individualmente derrotadas. Entre 2018 e 2020, o processo se acelerou, primeiro com uma aprovação extraordinária que permitiu o encaminhamento final ao voto do Senado; e, depois do rechaço deste, com o ganho integral em dezembro de 2020 (ALCARAZ, 2018). O furor de lenços verdes que tomou as ruas das diferentes regiões da Argentina no período foi acompanhado da difusão da insígnia “aborto, uma dívida da democracia”.

Se na experiência de militância de *Ni Una Menos* vemos a consolidação de práticas assembleárias tributárias dos movimentos de rua e altermundistas do começo dos anos 2000, no âmbito da CNDA, há outra presença histórica moduladora de suas retóricas - o emblema da dívida é uma das tomadas de continuidade em relação ao programa de lutas estruturado pela *Comisión por el Derecho al Aborto*, órgão fundado em 1988 por Dora Coledesky, militante socialista; Safina Newbery, antropóloga e ativista lésbica; Silvia Coppola, médica; Rosa Farías e Alicia Schejter, enfermeiras; Laura Bonaparte, psicóloga e integrante da organização *Madre de Plaza de Mayo Línea Fundadora*²; e Alicia Cacopardo, médica (MANZONI *et al.*, 2017, p. 2). O grupo foi reunido a partir de uma série de encontros de discussão promovidos pela *Asociación de Trabajo y Estudio de la Mujer “25 de noviembre (ATEM-25)*, agremiação feminista de corrente socialista fundada na redemocratização do país, após uma primeira centralização dos debates sobre legalização na edição inaugural dos *Encuentros Nacionales de Mujeres (ENM’s)* (Buenos Aires, 1986)³ (BELLUCCI, 2014, p. 308).

² Ao longo da existência da CoDeAb e, posteriormente, da CNDA, algumas Madres de Mayo entraram para o movimento. Além disso, a relação entre os movimentos foi intensificada com a escolha iconográfica dos *pañuelos* verdes, que reproduzem em seu centro a gravura dos lenços brancos das mães. A apropriação está vinculada a uma estratégia discursiva de luta pela vida, em que as mortes evitáveis por abortos inseguros passaram a ser reivindicadas e lembradas como violências de Estado à semelhança daquelas do período ditatorial. Para um aprofundamento dessas relações, ver: LONGONI, 2021 e QUINTANA e BARROS, 2020.

³ É importante notar que tanto o espaço dos *Encuentros Nacionales de Mujeres*, quanto a ATEM-25 se estruturaram na conjuntura da abertura democrática de 1983/1984. A distensão midiática e cultural do pós-ditadura favoreceu a consolidação de organizações de mulheres e feministas, processo fomentado, igualmente, pelo retorno significativo de

A dimensão autonomista - a qual podemos entender como um afastamento feminista a infraestruturas estatais, partidárias e sindicais (FERREIRA, 2018, p. 169) — que fomentou os espaços de discussão ecoa através de outros gritos marcantes da onda verde, como “aborto seguro e livre já” e “sobre o nosso corpo não decidem nem a Igreja nem o Estado” (ALCARAZ, 2018, não p.). Paradoxalmente, pareceu prevalecer o já regionalmente conhecido lema “educação sexual para decidir, anticonceptivos para não abortar, aborto seguro para não morrer”, também veiculado pela CoDeAb nas décadas de 1990 e 2000.

Em vista da magnitude mobilizatória recente da CNDA, buscamos, nesta pesquisa, identificar quais proposições argumentativas e táticas foram concebidas desde a *Comisión por el Derecho al Aborto* de modo a viabilizar a solidificação contemporânea da pauta. Ao mesmo tempo, também essas bases atuais de defesa pró-aborto apontavam para a existência de retóricas dissonantes de significação da demanda - entre reivindicar o direito já dispondo de um senso de apropriação do corpo e fazê-lo sob a justificativa sensibilizante da necessidade mínima de redução de mortes, coloca-se uma lacuna de concessões morais.

A tenacidade autonomista que retomamos acima sugere um engajamento ativo com esse valor por parte dos movimentos argentinos. Diante dessa perspectiva contrastiva, procuramos, igualmente, analisar as conformações históricas das discursividades postuladas pela CoDeAb. Aplicamos os objetivos de investigação ao trabalho com os dezesseis volumes de *Nuevos Aportes*⁴, encarte publicado pelas comissionadas até 2007. Se em sua criação predominaram pretensões articulatórias focalizadas⁵, as duas décadas de militância que tecem o material, constroem consigo a

militantes socialistas que se encontravam, até então, exiladas na França, no Brasil e no México, e em contato com os debates sobre emancipação e soberania do que se nomeia por “segunda onda feminista” (TARDUCCI, 2018, p. 2). O espaço aberto pela redemocratização possibilitou o questionamento explícito das políticas de gênero da doutrina militar, centrado em uma matriz de feminilidade doméstica e de uso massivo das violações sexuais como aparato disciplinar (BARRANCOS, 2019). Ainda assim, os governos pós-1983 assumiram uma postura incompleta em relação aos feminismos, incorporando representações formais de igualdade, por meio da instituição de ministérios e agências governamentais voltadas às mulheres, sem concretizar demandas materiais ou o ajuste de códigos jurídicos (BROWN, 2008). Pela influência dos debates internacionais e pelas reivindicações cotidianas das argentinas, o aborto se tornou uma pauta central dos feminismos da redemocratização, sendo defendido em periódicos feministas de meados da década de 1980, como *Alfonsina* e *Alternativa Feminista* e impulsionado pelos coletivos auto-organizados.

⁴ COMISSÃO PELO DERECHO DEL ABORTO. s/d. *Nuevos Aportes*. Disponível em: <http://tinyurl.com/nuevos-aportes-I-XVI>. Acesso em: 30 jan. 2024.

⁵ Segundo define a nota editorial de encerramento do primeiro volume ao explicar que a publicação objetivava “tornar conhecido seu pensamento, divulgar dados, estatísticas, feitos e opiniões sobre o tema [...] para que esse tema controverso e oculto do aborto, que afeta todas as mulheres, seja público, para que seja conhecido, debatido e assumido por nossa sociedade” (N/H, 1989a, p. 29)

pluralização autonomista que desemboca no entrelaçamento da *Comisión por el Derecho al Aborto* com os movimentos contemporâneos. Encarando a completude crítica alicerçada pelas militantes no último editorial que escrevem, essa relação se sedimenta de maneira patente:

Teríamos que revisar inclusive essa denominação, da “esquerda”, assim como questionarmos outras ideias. [...] Quais são os atuais sujeitos sociais, as e os atuais protagonistas? São as e os mesmos do período do fordismo? Se não revisarmos todos esses conceitos, seguiremos nos movendo sobre prerrogativas viciadas, [...] sem poder desempenhar um papel de desenvolvimento dos movimentos sociais. [...] Encontramos muitos atores sociais que produzem diversos questionamentos. Desde as vizinhas que se juntam para defender seu rio, as travestis que se organizam para defender seu direito à identidade, até as mulheres que se opõem a ser mais uma mercadoria. Elas se autoconvocam apesar da força que ainda apresenta o regime capitalista patriarcal. A Campanha obteve êxito e permite que avancemos enquanto corrigimos e melhoramos as ações. No país existem poucos movimentos com esta diversidade, diversidade que devemos sustentar e respeitar. E, sobretudo, não perder a autonomia, quaisquer que sejam os acordos feitos (N/H, 2007b, p. 3).

Em contraste, os excertos posicionam uma margem de deslocamento enunciativo sobre as concepções de sujeito e de mundo - a premissa de um movimento político societário encarnado sobre vozes determinadas espalha-se para a autodeterminação radical investida no desmonte dos consensos de naturalidade humanista, especialmente evidente na conjugação da crítica à expropriação corpórea de mulheres à de violência anti-travestis. Corpo, gênero, sexualidade, subjetividade são, aí, dimensões as quais o movimento interpela e de que se apropria. Ponderar as atuações da organização e seus vieses transformativos demanda, portanto, uma abordagem construtiva desses conceitos.

Lentes teórico-metodológicas

No âmbito metodológico, fundamentamos os procedimentos de análise na temporalização do boletim e das atividades da CoDeAb, considerando, igualmente, o papel desempenhado por seus mecanismos técnicos. Para isso, mobilizamos Regina Beatriz Neto, que articula a conceitualização de “tempo presente” a partir das obras de Koselleck, para quem essa dimensão é tanto um ponto de diferenciação, segundo interesses imediatos, de passados considerados externos, quanto uma esfera continuamente produzida por atravessamentos de diferentes temporalidades (NETO, 2014, pp. 35-37 e pp. 62-63). Sônia Meneses argumenta que, diante da instabilidade de temporalização do presente, mídias impressas e digitais exerceriam uma espécie de “jogo de regulação” na constituição de

cotidianos sociais (MENESES, 2014, pp. 255-256). Tania Regina de Luca corrobora a necessidade, apontada por Meneses, de se perscrutar as coesões factuais usualmente atreladas a materiais periódicos. É a partir da década de 1970 que teria se consolidado uma preocupação metodológica com o mapeamento de intencionalidades discursivas dos veículos. As características formais e quantitativas dos encartes, figuram, nesse sentido, como limiares para o exame dos projetos editoriais (LUCA, 2008, pp. 140-141).

Em Regina Aída Crespo, notamos um afunilamento dessas diretrizes, com uma abordagem dedicada à categoria das revistas⁶ (CRESPO, 2011). Sua caracterização contribui especialmente para a compreensão das atuações desempenhadas pelos comitês da chamada imprensa alternativa. A expressão designa os veículos de produção e circulação artesanal, não mercadológica, fundados no período de 1960 a 1980 que tinham por intuito fazer frente à grande mídia e a suas contenções autoritárias mediante a disseminação de valores contraculturais (TORRES e VIDAL, 2020, pp. 495-497).

No Brasil, estima-se em cerca de 150 os impressos que estiveram na resistência ao regime ditatorial de 1964 (TORRES; VIDAL, 2020, p. 495). Da cifra, pelo menos 32 ligavam-se à imprensa feminista, ramificação dos encartes alternativos que reunia publicações autodeclaradas com o termo e aquelas concebidas pelos movimentos “de mulheres” (ATHAYDE, 2010, p. 18). Segundo apontam Maria Cristina de Oliveira Athayde (ver ATHAYDE, 2010, pp. 31-34), e Marina Solon Fernandes e Márcia Vidal (TORRES e VIDAL, 2020, p. 497), ela fomentou redutos de conscientização feminista, orientados pela problematização predominantemente marxista da dominação sexista, do patriarcalismo e da divisão sexual do trabalho, de forma a coadunar ao esforço por redemocratização mudanças politicoculturais para a sociedade. *Brasil Mulher* (1975-1980), dirigido por militantes da anistia; *Nós Mulheres* (1976-1978), editado por uma comissão autônoma de jornalistas e militantes; e *Mulherio* (1981-1989), um projeto das pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, foram alguns de seus expoentes, rebatendo diretamente os modelos das “revistas femininas” (TORRES e VIDAL, 2020, pp. 501-502 e p. 507). Na Argentina, *Persona* (1974-1975), revista do *Movimiento de Liberación Feminista* (MLF, 1972-1976), promoveu um espaço articulatório semelhante, fomentando debates com

⁶ Crespo ressalta o perfil de direcionamento temático delas, culturalmente modulado por transformações, rupturas sociopolíticas, e pelos engajamentos dos núcleos editoriais, entendidos como polos de interpelação de discussões (CRESPO, 2011, pp. 110-114).

base nas obras de Kate Millet e Simone de Beauvoir, em um engajamento teórico que retomava os moldes da imprensa libertária de 1920 (ATHAYDE, 2010, p. 37 e pp. 49-50; LESSA, 2008, p. 303).

Posteriormente, *Alfonsina* (1983-1984), *Alternativa Feminista* (1985-1986) e *Feminaria* (1988-2007) fizeram uso das arenas comunicacionais para firmar mobilizações feministas durante o retorno democrático de 1980, estruturando provocações em torno da maternidade, das sexualidades e das imagens de gênero (OLIVEIRA, 2019, p. 138). Desse modo, situamos *Nuevos Aportes* em proximidade ao legado latino-americano das revistas alternativas, destacando, ainda assim, a finalidade financeira segundo a qual o veículo foi concebido - ele se inicia com o intuito de prover fundos para a viabilização dos projetos da CoDeAb⁷ (POR QUE, 1990, p. 2). Essa vinculação, permite estabelecer potenciais justificativas para a carência de regularidade nos lançamentos⁸.

A dificuldade em arcar com uma circulação frequente é diretamente mencionada e se entrelaça, ainda, à atmosfera de adensamento de precariedades denunciada no decorrer das edições - em 2001 vemos o colapso econômico argentino degradingolar com a crise de moratória e, simultaneamente, um desaparecimento do encarte, somente retomado em 2004 (N/H, 2004b, p. 2). Nos três últimos anos de atividade, a publicação volta a ganhar contornos robustos, com longas extensões e a incorporação massiva de contribuições externas - desde entrevistas à reprodução de artes visuais do contexto global, a exemplo da conversa “Aborto voluntário - subverter a ordem da dominação-subordinação”, com a antropóloga uruguaia Susana Rostagnol (ROSTAGNOL, 2005, pp. 4-5). Eles coincidem, não aleatoriamente, ao período de firmamento da Campanha Nacional, sugerindo, portanto, a efetiva consistência da CoDeAb em uma conjuntura de coligações nacionais recrudescidas após o ENM de 2003.

⁷ Por conta disso, o veículo foi produzido de modo caseiro em um primeiro momento. As militantes datilografaram os três primeiros volumes e fizeram impressões em sulfite. A partir da quarta edição, o grupo conseguiu apoio de um jornal cultural que já comercializava encartes nos *Encuentros Nacionales de Mujeres* (ENM's) (BELLUCCI, 2014, p. 308). Entre 1990 e 1997, os ENM's foram o principal espaço de venda de *Nuevos Aportes*, direcionando-se, portanto, a um público também militante, em grande parte integrado à Educação secundarista e superior, mas não necessariamente próximo da causa abortista. Um público mais amplo, de trabalhadoras urbanas, foi acessado pela estratégia de distribuição do boletim nas ruas do centro de Buenos Aires. Como indicam algumas menções das integrantes a eventos em províncias do interior (caso Romina Tejerina, de Córdoba, ver: N/H, 2007a, pp.16-17), parte do alcance de do veículo foi cultivado entre ativistas e coletivos feministas já estabelecidos das demais cidades argentinas.

⁸ Nos sete primeiros anos da organização, *Nuevos Aportes* acumula edições trimestrais e semestrais, em um provável indício dos esforços de constituição pública sólida do projeto político defendido. Ao final da década de 1990, o fôlego das comissionadas aparece atrelado à extensão dos materiais divulgados, que, segundo desenvolvermos a seguir, consistiram, preponderantemente, em reportagens internacionais e artigos-manifesto.

Ao investigar os legados do boletim *Chanacomchana* (1981-1987), do Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF), Patricia Lessa destaca, junto ao viés de tessitura mobilizatória costurado pelo repasse manual das encadernações nos bares e grupos de reunião de São Paulo, sua capacidade de reinvenção de “sentidos do sujeito lésbico”, agregada a partir da rebeldia contra os discursos lesbofóbicos, da afirmação de si e do amor insurgente (LESSA, 2008, pp. 3010-313). Estes entes fundiram no boletim margens para a constituição diferencial das próprias militantes, caso de Rosely Roth, que, morta prematuramente, foi construída como lampejo de radicalidade lésbica pelos olhares aventados no boletim subsequente *Um Outro Olhar* (1987-1990). Julia Oliveira identifica potenciais construtivos análogos em relação às revistas argentinas *Brujas* (1981-1996) e *Cuadernos de Existencia Lesbiana* (1987-1996), em que a autonomia denominada anti-patriarcal, de recusa ao Estado, e a lesbianidade política aparecem, respectivamente, como motrizes dos projetos editoriais e de seus enlaces nas militâncias (OLIVEIRA, 2019, pp. 202-206 e pp. 288-292). É possível distender esse escopo para *Nuevos Aportes*, avaliando sua estruturação midiática: por essa direção, consegue-se enfocar, por exemplo, as tonalidades de desestabilização de paradigmas que estruturam textos como “O aborto não é só uma questão religiosa - respondendo a um artigo de *La Nación*” (COLEDESKY, 2004, pp. 9-10), contestador justamente da relação de isonomia universalista e racionalmente amparada de peças midiáticas referentes aos embates políticos por aborto. Dispõe-se, portanto, um limiar interrelativo de sobreposição entre questões estético-formais e de enunciação feminista.

Com base nisso, realizaremos as análises do periódico a partir de uma catalogação temática que envolveu a classificação de cada texto dos diferentes volumes segundo as seguintes categorias de mapeamento: a) textos contrainstitucionais (de crítica à Igreja ou ao governo, por exemplo); b) materiais de apoio a outros movimentos sociais; c) circulação de conteúdos internacionais de inspiração para a luta pró-legalização, e, em contraposição, d) circulação de conteúdos internacionais no sentido de denúncia de violências; e) reprodução de artes, cartoons e textos literários de artistas não integrantes da comissão; f) textos pró-aborto com argumentação convencional ou institucionalmente alinhada (destacando aspectos de saúde pública, entre outros); assim como, também por contraste, g) textos pró-aborto com argumentação emancipacionista (no sentido de reivindicação corporal, entre outros); e, h) materiais alinhados à criação de infraestruturas de autonomia (como circulares de encontros feministas, protestos e recomendações para acesso a

abortos clandestinos seguros).

A definição dessas categorias se orienta pela identificação dos movimentos sociais como agentes de transformação das formas de mundo também pelo deslocamento dos domínios político-discursivos. Desde a segunda metade do século XX, os feminismos, os movimentos homossexuais e as militâncias negras atravessam as esferas de produção teórica encampando outras práticas de vida e, simultaneamente, marcando os mecanismos de poder da modernidade para além da problemática classista (VIEIRA, 2019, pp. 170-172). Logo, os movimentos provocam “uma nova maneira de problematizar a História, de pensar o evento e as categorias através das quais se constrói o discurso do historiador. Não uma discussão sobre a narrativa propriamente dita, mas sobre as bases epistemológicas de produção da narrativa enquanto conhecimento histórico” (RAGO, 1995, p. 72).

Entendendo que a subjetivação se dá em um jogo produtivo entre negação de determinadas técnicas de poder e a persistência de regulações normatizantes (FOUCAULT, 1995, p. 241), os posicionamentos frente a instituições e governos podem ser interpelados como quadros constitutivos dos entendimentos subjetivos de si e, ainda, dos desejos políticos de redefinição das posições de existência, razão pela qual a categorização prioriza separar os materiais de acordo com o tipo de construção discursiva e de apoio político prestado à luz das filiações normativas.

Tal perspectiva, junto da segmentação de eixos de discussão sobre autonomia, permite ainda desdobrar uma analítica de gênero engajada com a efetividade crítica da desnaturalização da tríade coesiva sexo-gênero-desejo articulada por Judith Butler. A linearidade binária e heterossexual das identidades - sustentada pela psicanálise e pela antropologia através da sobreposição mimética natureza/cultura - é fraturada pela autora à medida que aponta para a inexistência de factuais pré-discursivas do sexo (BUTLER, 2003, pp. 24-25; p. 39 e pp. 142-143).

Para Butler, a assimilação das sistemáticas regulatórias de sexo-gênero está acoplada à própria materialização corporal, isto é, à significação sexo-política de matérias corpóreas (BUTLER, 2019, pp. 22-23). Reconhecendo a historicidade de práticas disciplinares e os impactos citacionais de formas jurídicas de representação pública, a autora define a noção de gênero pela figura de “estilos corporais”, temporal e publicamente *performatizados* (BUTLER, 2003, pp. 200-201). Em um adensamento de sua reflexão, Butler propõe, no recente *Corpos em Aliança*, de 2018, a possibilidade de uso do mecanismo da performatividade para provocar modos de visibilidade e *status* de

reconhecimento capazes de reverter os regimes de vulnerabilização e hierarquização corpóreas⁹.

Admitir a constante performatização do gênero e de seus entrecruzamentos com os domínios de sexualidade por meio de técnicas, tecnologias e dispositivos reforça a preocupação com um mapeamento das enunciações e práticas corporais pelas quais o aborto tem sido locucionados pelas militâncias. Assim, desenha-se uma arquitetura analítica feminista de pesquisa empenhada em examinar como ativismo, autonomia e as performatividades de gênero se conectam, consolidando um olhar detido às imbricações produtivas entre defender o aborto, corporificar-se e constituir políticas de corporalidade subjetivada a elas vinculadas¹⁰.

Legalizar o aborto - uma defesa performativa?

“Eu aborto, você aborta, todos calamos” é a frase de capa do décimo primeiro volume do boletim *Nuevos Aportes* (PORTADA, 1997, p. 1). Retirada de um cartaz dos guichês de panfletagem e protesto que as integrantes instalavam semanalmente, a partir das 17:00 de todas as segundas-feiras, na esquina das movimentadas avenidas centrais Rivadavia e Callao (ALCARAZ, 2018, não p.), a sentença tem um tom provocativo frequentemente retomado ao longo do volume. Eleonor Aquino (1997, p. 8), escritora, o reforça explicitamente com o artigo “Quando dizemos...”. As reticências ocultam do título a expressão “eu abortei”, foco da autora por influência dos movimentos de abaixo-assinados de mulheres públicas iniciados duas décadas antes, nas pressões de francesas pela Lei Veil¹¹ de legalização.

A chamada funciona como uma conclama coletiva a fim de gerar uma “grande força de mudança” através do dessilenciamento e, simultaneamente, como uma insubmissão ativa, crítica de uma série de poderes morais: “a igreja tem nos chamando de corruptas e assassinas àquelas de nós que admitiram abertamente ter abortado, mas não lhes vimos se pronunciarem em relação aos

⁹ Para um entendimento mais completo da discussão sobre performatividade, ver BUTLER, 2018, pp. 65-66.

¹⁰ Embora não detalhada aqui pelo limite de extensão do texto, uma rota profícua que pode ser pensada pela lente da performatividade diz respeito às corporalidades resultantes dos processos de normatização pelo dispositivo racial, que materializa condições diferenciais de generificação e de vivências sexuais. O destrinchamento conceitual desse caminho foi realizado, nos anos 2000, por ser visto em MIÑOSO, 2007, pp. 81-104, evidenciando alguns dos trânsitos de recepção e translocação de teorias que também atravessam este trabalho.

¹¹ Aprovada em 1975, determinava a despenalização de abortos voluntários realizados até a décima semana de gestação (BURTON, 2017, p. 6).

genocidas da ditadura” (AQUINO, 1997, p. 8). Ao retomar a memória de uma violência coletiva para pontuar a hipocrisia de quem atacava as feministas, Aquino afirma o aborto fora de uma lógica de concessão recriminante, o que se consolida no trecho “não só tomamos uma decisão sobre nosso corpo, senão que também temos a ‘desvergonha’ de admitir, o que fazemos sem nos sentirmos destruídas pela culpa e pelo arrependimento” (*Ibidem*).

A enunciação desimpedida reverbera um poder de ação corporal (SUTTON, 2011, p. 899). Este se manifesta como mecanismo de contraposição à zona de abjeção constituída pelos regimes de criminalização e clandestinidade, identificados como reforçadores da biopolítica de reprodução da ordem institucional democrática (*Ibidem*, pp. 891-892). Com isso, Eleanor Aquino desloca a militância para fora das linhas estritas de embate por responsabilização do Estado. Conquanto o ideal de dessilenciamento permeasse as atuações da CoDeAb - segundo se nota cinco anos antes, com a manchete “Basta de silêncio! As mulheres fazem suas vozes serem ouvidas na cara do Congresso” - não necessariamente englobava uma incorporação performativa da causa (BUTLER, 2019, p. 31). Os textos voltados à apresentação da organização, na capa inaugural, escancaram esse contraste: “antes de tudo, tem-se que destacar que ninguém aborta porque sim, ou porque quer, sempre é um último recurso desesperado”, afirma a médica Silvia Coppola (COPPOLA, 1989, p. 2)¹².

Nesse primeiro momento, parece tomar lugar, entre as integrantes, uma inserção preponderante nas discussões de saúde pública, acentuada pelas demais apostas retóricas, que se concentraram na difusão de estatísticas sobre os custos da criminalização - com base no número de internações requisitadas após casos de septicemia - e sobre a alta letalidade, estimada no levantamento “O aborto em cifras”, de Nadine Osidala, em 43% do total de mortes de gestantes (OSIDALA, 1989, p. 5). O lema elaborado traduzia, então, uma proposta de ação que compartilhava, em seus objetivos, uma proximidade com a conscientização popular no âmbito reprodutivo, sob premissas de dignificação social e segurança psíquica - “por isso, nós mulheres pedimos: anticoncepcionais para não abortar, aborto legal para não morrer” ocupará, no formato de slogan, diversas páginas de *Nuevos Aportes*, sendo, ainda, centralizada nos encontros públicos, caso do VI

¹² Também, apelando a uma semelhante sensibilidade pública, a psicóloga Laura Bonaparte manifesta quase de forma confessional: “quando pensava em escrever sobre o ‘direito de escolher’, mil argumentos me passavam pela cabeça. Havia algo, todavia, que batia mais forte. Era a palavra ‘clandestinidade’. Clandestino...impunidade, exercer poder sobre um corpo desvanecido ou inerte, sem possibilidade de se defender, de protestar” (BONAPARTE, 1989, p. 8).

Encuentro Nacional de Mujeres (ENM), que ocorreu na cidade de Mar del Plata, em 1991. Ali, ele foi tema do estande da agremiação e de suas participações no simpósio “mulher e saúde”, que o divulgou oficialmente¹³ (N/H, 1991, p. 2).

Se essa edição do espaço autonomista argentina tinha alcançado a significativa cifra de seis mil participantes, também as esferas internacionais de discussão feminista demonstravam um afincado mobilizatório. Ao final de 1990, 2500 ativistas tinham comparecido à cidade de San Bernardo, no litoral da província de Bs. As., por ocasião do V Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe (EFLAC). As comissionadas replicam em êxtase a declaração redigida pelo grupo de trabalho que haviam coordenado em parceria com o grupo uruguaio *Católicas pelo Direito a Decidir*¹⁴ (CDD) (N/H, 1991b, p. 3). O documento não transparece, contudo, qualquer homogeneidade. Embora enumere futuras táticas de defesa do aborto, a exemplo da convocação de uma coordenadoria regional para a causa, a ata realiza enlaces categóricos que presumem uma universalidade ontológico-corporal dos feminismos pela totalização de experiências heterocentradas, demandando de maneira coadunada educação sexual preventiva a gestações e condições de exercício de maternidade. Seu final costura essa relação de dissolução do tema - “chamamos todas as organizações e instituições que trabalham com Direitos Humanos para que incorporem em suas agendas os Direitos Reprodutivos” (N/H, 1991b, p. 4).

Os entes lembrados pela convocatória dão a ordem da disputa em curso - observamos o uso diferencial de “organizações”, termo aplicado a núcleos de gestão própria, e “instituições”, expressão contemplativa de espaços oficiais, como órgãos de governo, mas também das ONG’s, que, formalizadas juridicamente, atuavam em coadunação com os primeiros. A promoção dos EFLAC’s, que já implicava desde o início de 1980 discussões acerca da coerência de inserção institucional dos feminismos na conjuntura continental de redemocratização, foi um epicentro de rearranjos

¹³ Fotografias desse momento podem ser conferidas em: *Nuevos Aportes sobre Aborto*, v. 6, 1991, p. 1. Disponível em: <http://tinyurl.com/nuevos-aportes-aborto-1991>. Aceso em: 30 de Set. de 2022.

¹⁴ O grupo foi fundado pela médica feminista Cristina Grela em 1989, após o contato dela com as ações da organização estadunidense *Catholics for Free Choice*, criada nos anos 1960. A CDD se ramifica para o Brasil no ano seguinte por meio da aproximação entre Grela e a teóloga brasileira Ivone Gebara. Na Argentina, sua institucionalização ocorreu em 1993, fruto de interlocuções entre essas ativistas e a militante Marta Alanis. Posteriormente, a organização foi uma das articuladoras da CNDA (ESCUADERO-RAVA, 2008). No entanto, sua posição é objeto de críticas contundentes por parte de coletivos de ação radical de rua e queers, uma vez que impôs entraves a uma defesa da legalização do aborto sem tempo gestacional limite e não problematiza de maneira efetiva as violências impostas às existências dissidentes; ver MINES *et al*, 2013.

geopolíticos em 1990¹⁵. No pós-Guerra Fria, estes foram protagonizados pela premissa desenvolvimentista de governabilidade mundial da Organização das Nações Unidas, forjada sobre “dispositivos participativos” (FERREIRA, 2018, p. 152). O apadrinhamento a instâncias de discussão de questões de gênero e raça operou uma progressiva uniformização de campanhas, seguindo um ideário neoliberal de sustentabilidade de mercado e gestão populacional e infligindo, assim, um desmantelamento sucessivo de movimentos autônomos, dado o privilégio financeiro e participativo cedido a ONG's (*Ibidem*, pp. 155-157).

A própria noção de gênero - que circulava academicamente já em um sentido de tensionamento das cristalizações históricas de identidade e poder (SCOTT, 1995; MCLAREN, 2016, pp. 168-169) — é tangenciada a serviço de uma desradicalização feminista, que passa a transferir para o vocábulo, de forma paradoxal, um fundo de enquadramento objetivo e científico restrito a um “sujeito mulher” (OLIVEIRA, 2019, p. 300). O apassivamento linguístico denotado pela terminologia “direitos reprodutivos” segue esse mesmo limiar, invocando a disseminação de um projeto político aglutinado verticalmente pelo Movimento Internacional de Mulheres e Saúde, sediado em Londres e Amsterdã a partir de 1984¹⁶ (BELLUCCI, 2014, p. 285).

À medida que tal “giro héterocolonial” se projeta, a CoDeAb articula reações. Entre 1994 e 1999, já não mais nos deparamos com adesões cordiais às pautas de “direitos reprodutivos”. “Talvez com a intenção de atenuar o efeito irritante que esses temas geram, se utilizam terminações eufemísticas que podem transmitir significados equívocos”, escrevem as militantes Mabel Darnet e Liliana Pelliza, ironizando a manifestação semiótica normativa de se aludir à “procriação” para tematizar o aborto (DARNET e PELLIZA, 1996, p. 9). Por que falar em “mortalidade materna” e

¹⁵ Os Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe se iniciaram em 1981, com uma primeira edição na Colômbia, e seguem ocorrendo com periodicidade de bi/trienal e rodízio de sedes. Sob o fôlego das discussões travadas desde 1975, no Ano Internacional da Mulher convocado pela ONU e a Conferência de Copenhagen (1980), as lideranças latino-americanas consideraram necessário promover um espaço para a convergência de diálogos a nível regional. Nesse momento, era essencial aos movimentos estabelecerem uma esfera sólida de deliberação que fosse independente dos partidos de esquerda, que limitavam os formatos e pautas de reivindicação a seu favor. Com a progressão dos acordos de Cooperação Internacional entre agências nortistas e grupos latino-americanos, a organização auto-financiada das três primeiras edições passou a ser substituída pelo modelo dos financiamentos externos (ALVAREZ *et al*, 2003). Ainda assim, o espaço seguiu disputado pelos autonomismos, como expresso pelas mobilizações paralelas em favor de assembleias lésbico-feministas antirracistas no EFLAC de 1987 (KUMPERA, 2021).

¹⁶ O movimento foi convocado pela *International Campaign for Abortion Rights* (Campanha Internacional pelo Direito ao Aborto), associação de socialistas europeias e militantes latino-americanas em exílio. A partir das reuniões em Londres e Amsterdã, feministas africanas e asiáticas se integraram à agenda (VAN DER KLEIJ, 2009).

“saúde reprodutiva” se querem, justamente, a sublimação das relações que levam a isso? Darnet e Pelliza estruturam questionamentos nesse mote que recebem, como resposta desinibida de ambas, o parecer: “poder dizer as coisas por seu nome pode ter também um efeito libertador”. A sublevação linguística delas passa a ser coletivamente exercida no editorial de 1997, no formato de um incômodo com o XI ENM, por sua fixação com a Lei de Procriação Responsável¹⁷, e, igualmente, com o VII EFLAC, realizado no Chile (N/H, 1997a, p. 3). Este último foi concebido segundo uma insistência autonomista de grupos como *Puntada con Hilo*, o que ajuda a explicar seu privilegiamento da defesa específica da legalização (OLIVEIRA, 2018, p. 238). Ainda assim, a crescente limitação de fundos dos grupos não institucionalizados e, em paralelo, um aceite favorável ao reformismo e à partidarização entre representantes brasileiras acarretaram o cenário de desmobilização criticado pelas comissionadas (N/H, 1997a, p. 3).

Nos dois anos seguintes, a tônica sublevada permanece, apontando, cada vez mais, para o recrudescimento de um projeto teórico-político autêntico: ao celebrar 10 anos de existência, a organização dá destaque a “algumas precisões teóricas que não são superficiais nem efêmeras” (N/H, 1998a, p. 3), entre as quais elenca sua oposição à nomenclatura dos direitos reprodutivos, em um sentido de autoafirmação engajado tanto com uma suficiência tática, notável em seu desprezo pela ONU. Outro indício do asseveramento de sua proposta de militância está na cláusula de postulação da legalização em lugar do ideal descriminalizante (N/H, 1998a, p. 4). A premissa é alargada no comunicado “Com que direito? Quem as deu representatividade?”, em que condenam a alteração do Dia pelo Direito ao Aborto pela denominação Dia pela Despenalização do Aborto, implementada pela *Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe*¹⁸ (N/H, 2000a, p. 6). Identificamos, mais uma vez, um interesse afinado de crítica a projetos de perfil concessivo. Coordenar um impulso reivindicatório especificamente pró-aborto, compromissado com sua universalização de acesso responde a anseios de reação a desigualdades de classe levantados nos

¹⁷ A principal crítica das comissionadas dizia respeito à finalidade maternalista da lei (n. 25.673), que, incluindo uma tônica de garantia aos direitos sexuais e reprodutivos, previa a proteção integral das pessoas gestantes, abrindo margens para contestações às cláusulas mínimas de aborto legal (BURTON, 2017, p. 6).

¹⁸ A RSMLAC foi criada em 1986 e se denomina uma organização dedicada à implementação de agendas de direitos e resoluções internacionais a partir de uma política de cidadania e empoderamento, cooperando com “organismos do sistema da ONU, agências de cooperação internacional, outras ONG’s e grupos de especialistas” (RED de Salud, 2023). Atualmente, ela agrega redes nacionais da Argentina, Bolívia, Guiana, Honduras, Porto Rico, e Brasil, caso da Rede Feminista de Saúde (RFS).

discursos iniciais anti-clandestinidade, sem deixar de alavancar um agir próprio desestabilizador.

Considerando os referidos meandros de um neoliberalismo internacionalizado em diálogo com Johanna Oksala (2011) e o dispositivo foucaultiano de governamentalidade, delinea-se, em relação às atuações da CoDeAb, uma matriz de subjetivação contrária à racionalidade de individualização, feminilidade e de incorporação institucional verificada entre vertentes feministas liberais do Norte Global e nas ONG's e tecnocracias de gênero da América Latina (OKSALA, 2011, pp. 115-116). Esses aspectos ramificam-se no escopo interno da vida política argentina da década de 1990. Carlos Menem, presidente entre 1989 e 1999, se elegeu sob a munição das dinâmicas do *star system*¹⁹, apelando a uma privatização da vida pública. Ou seja, pela inserção de seus anseios, deslumbres e afetos enquanto critérios de regulação e discussão pública (SARLO, 1997, p. 130). Por essa ótica, podem ser analisadas suas demonstrações públicas de apoio ao Vaticano e às Forças Armadas estadunidenses, ambos âncoras de apoio externo e, em relação aos EUA, de aliança mercadológica sob acordos de dolarização. Juntos, os apoios engendraram um projeto de modernidade nacionalista ocidental, disseminando retóricas de progresso argentino através de uma entrada no “primeiro mundo”.

Dora Coledesky, já em março de 1993, estremece essas ambições: “tratam de se assemelhar enviando tropas ao Golfo, o que significa se igualar à parte mais bárbara disso, mas não nos direitos e liberdades, como o direito das mulheres em decidir sobre si mesmas. Nisso, seguiremos nos igualando ao quarto mundo, ou melhor, a fora do mundo” (COLEDESKY, 1993, p. 4) A ironia de exagero em remeter a uma classificação inexistente de sociedade aparece como recurso de explicitação da impossibilidade de convívio com os controles do menemismo.

Estes consistiam, eminentemente, na chamada “Cláusula de Barreira”, apresentada para compor a Constituição que seria votada em 1994. Apoiada pelo clero nacional, mas tampouco recusada por outras candidaturas, caso de parte das deputadas eleitas por intermédio da Lei de Cotas (1991)²⁰, a medida determinava a proibição do aborto em qualquer circunstância, tal qual a das

¹⁹ Para Beatriz Sarlo, um modelo de governança midiático e *anti-establishment*, que se implementa a partir do final de 1980 com figuras apelativas como Ronald Reagan (1911-2004) e suas frequentes demonstrações militaristas; ver SARLO, 1997.

²⁰ A medida previa que pelo menos 30% das listas de cargos legislativos deveriam ser ocupadas por mulheres, inaugurando um dispositivo de discriminação positiva por gênero inédito no contexto latino-americano (BURTON, 2017, p. 6).

políticas de distribuição de meios contraceptivos, e foi base para o veto do país ao reconhecimento de direitos sexuais na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo²¹, realizada em 1994. Alicia Schejter e Pastora Campos se levantam contra esse posicionamento através de uma avaliação acerca das trajetórias históricas dos países latino-americanos, onde tanto os registros de continuada criminalização do aborto, quanto de esterilização forçada de mulheres negras e indígenas seriam subsídios de uma razão de Estado sectária, etnocêntrica e natalista (SCHEJTER e CAMPOS, 1994, p. 13). A partir disso, elas preconizam seus papéis de militância segundo a defesa da “autodeterminação e da decisão sobre nossos corpos por ser um elemento fundamental do desenvolvimento de liberdade”, proclamando a ruptura de regimes existenciais de objetificação para uma emersão de “sujeito”:

Enquanto isso as protagonistas se vêem impedidas de tomar decisões individuais livremente e, no que se refere às políticas públicas, não têm peso algum nos espaços de poder, precisamente as desigualdades de poder baseadas na sexualidade e no gênero são ignoradas nos projetos populacionais. Podemos dar um claro exemplo dessas práticas no caso do Brasil, denunciado por companheiras do país no Encontro de San Bernardo (Argentina). Nos bolsões de pobreza e em certos assentamentos indígenas se aplicou um plano de controle concepcional que pelas características específicas dos elementos usados resultou na esterilização massiva de um terço dessas populações. A política populacional engloba: planos econômicos de ajuste, consumo e consumismo, pobreza, desenvolvimento sustentável, migração, empregabilidade, racismo, com o agravante de que em relação a esses temas, as decisões se fundamentam sobre “razões de Estado” e as mulheres não têm, em tais decisões, titularidade de “Sujeitos”, se não de passivos sofredores “Objetos” (SCHEJTER e CAMPOS, 1994, p. 13).

Ainda que não remetam especificamente à questão racial no contexto argentino, ambas evocam uma denúncia das conflagrações de expurgos racistas que conformam os ideários de nação na América Latina. Desse modo, delimitamos aí traços de uma crítica feminista ao Estado pela acusação de mecanismos de colonialidade (SEGATO, 2016, p. 94). Ela pode ser entendida em duas dimensões - primeiro, em um sentido historicamente convencional, ligado a uma produção colonial de corpos pela exploração reprodutiva e pelo enrijecimento de subjetivações binárias, que encontra sua plena forma com o não questionamento jurídico-epistêmico dos exercícios de poder de

²¹ O evento foi parte dos objetivos da ONU em promover um encontro mundial de discussão das tendências de “população” por década. As análises estritamente demográficas e sanitárias foram substituídas pela prerrogativa de “segurança” e “bem-estar” individuais, incorporando a matriz dos direitos reprodutivos (CÓRREA e PETCHESKY, 1996). Ainda assim, esse conceito foi significativamente disputado pelos movimentos feministas em face de suas vinculações a poderes estatais. Para um aprofundamento dos embates feministas em torno da importância situacional e das contingências da Conferência, ver: ZIMKOVICZ, 2023.

instituições cristãs, caso da estrutura governista de Menem. Em segundo plano, através do acoplamento a um modelo neoliberal que, sustentando-se em um eurocentrismo de hermenêutica individual, aventa o militarismo e o familismo globalmente (BROWN, 2018, pp. 65-66).

Rita Segato, debruçando-se sobre os tratamentos jurídicos estendidos a casos de feminicídio, amplia os subsídios de significação das contravenções lançadas pelas comissionadas. Ela expõe, à luz dos estudos que compõem *La guerra contra las mujeres*, que, na América Latina, o governo dos corpos ocorreria não só pelas regulações prescritivas já observadas em relação à biopolítica europeia, mas, concomitantemente, através de um papel institucional expressivo e performático de uso de violências jurídicas, colonialmente introduzido (SEGATO, 2016, pp. 75-77). Os aparatos de generificação se manifestariam, dessa forma, pela produção de subjetividades territorializadas, ou seja, geradas por um amálgama de zonas de controle construtivas das paisagens de identidade do Estado²².

Se interpelamos a associação explicativa de Segato sobre uma governamentalidade colonial alicerçada na territorialização de identidades, podemos estender à CoDeAb um vetor de tensionamento das territorialidades nacionais - em seus sentidos legislativos e morais (*Ibidem*, p. 75). Para além do enfrentamento direto ao pânico moral de constante recriminação do aborto, que as comissionadas levaram a cabo, sobretudo, mediante a contínua publicização de seu Anteprojeto de Lei (1992)²³, a prática coligatória se mostrou um eixo chave às fraturações jurisdicionais. No âmbito das interações internacionais, os EFLAC's, apesar dos dissensos internos sucedidos, forneciam um espaço periódico de aliança. Ao longo das edições, vem à tona, todavia, acercamentos menos oficiais. Em "México nos abre o caminho", Alicia Cacopardo celebra a extensão das prerrogativas de aborto legal na região administrativa de Chiapas, demonstrando uma visualização transfronteiriça das condições que definem a América Latina ao aventar que o debate seria exemplar a todos os países vizinhos (CACOPARDO, 1991, p. 2). Sob uma afinidade geopolítica semelhante, a organização

²² O acionamento do conceito crítico de "colonialidade", ao distender os limites temporais das dominações racistas e sexistas aos de seus legados contínuos, possibilita, então, "desafiar as visões de excepcionalismo historiográfico acerca do autoritarismo nos Estados" (SEGATO, 2016, p. 133).

²³ O projeto legislativo foi formulado de maneira coletiva em 1990, durante a *I Jornada de la Comisión por el Derecho al Aborto y a la Anticoncepción*. Em seus artigos, determinava a obrigatoriedade de oferta de acesso a métodos anticonceptivos; assim como a processos de interrupção voluntária de gestações até a 12ª semana, em todos os hospitais e instituições de saúde pública do país (N/H, 1990a, p. 1). As ações de rua da CoDeAb objetivaram, ao longo da década de 1990, divulgá-lo a fim de obter apoio popular e representação legislativa oficial. Na década de 2000, ele foi usado como ponto de partida para a postulação de medidas relacionadas, como a Lei de Educação Sexual Integral (n. 26.150), assim como para os projetos concebidos pela CNDA (BURTON, 2017, p. 13).

presta apoio às feministas peruanas diante da total criminalização das interrupções gestacionais pelo governo do direitista Alberto Fujimori (1990-2000) (N/H, 1991a, p. 4). Uma postura de solidariedade internacional ampliada, mas ainda no eixo Sul-Sul, é veiculada na nota “Mulheres lutando”, que relata os esforços coletivos empreendidos para pressionar Estado sul-irlandês a autorizar a viagem de uma jovem grávida por estupro (N/H, 1992a, p. 4). Esse senso de atenção a conjunturas estrangeiras de *backlash* é colocado, ainda, em relação à França. A coluna “Basta de Ataque aos Centros de IVE” celebra a responsabilização criminal, de tentativas de violação de clínicas de aborto, liderada pela Coordenação Nacional pelo direito no país (N/H, 1993a, p. 3).

Internamente, tomam forma vínculos territoriais alternativos pela resistência aos efeitos sociais do neoliberalismo. O desemprego, a fome e a prevaricação dos sistemas de educação e saúde despontam anualmente, sob tons denunciativos, nas atas dos ENM’s (N/H, 1990b, p. 4; N/H, 1991c, pp. 1-2; N/H, 1993c, p. 3), conforme explanam Alicia Cacopardo e Dora Coledesky em nota sobre a quinta edição²⁴.

As comissionadas ensejam, conjuntamente, uma progressão na defesa ativa desses espaços - seja pela condenação da presença de representantes governistas, nomeados oficialistas; seja pelo incentivo a seu funcionamento assembleário, possibilitador, se respeitado, de uma espécie de democracia de desenvolvimento de teorizações e contrapontos feministas:

Temos que abandonar toda a ingenuidade e nos preparar para os próximos Encontros. Mas, para isso, devemos melhorar também o funcionamento deles. Só o feito de reunirmos 4.000 mulheres em Neuquén, mais de 6.000 em La Plata, é algo especial e que mostra do que somos capazes. Mas não podemos dilapidar essa força, temos que fazê-la pesar sobre a sociedade. E demonstrar também que somos um exemplo de **democracia**, que a disparidade de opiniões e de setores sociais envolvidos não nos impede de funcionar democraticamente. Não deixar que nos substituam outras mulheres que se manifestaram contra nós ou por nós como se fossem nossas representantes. Sem por em dúvida as intencionalidades e o trabalho - muito difíceis, seguramente -, devemos eleger nós mesmas, a cada ano, as companheiras responsáveis por organizar os Encontros Nacionais, com a

²⁴ “Os meios de comunicação não deram a este encontro nenhuma publicidade, nem antes nem depois de sua realização. Acreditamos que esta última ausência, a de depois do evento, tem uma explicação muito clara. O nível do debate e das conclusões da grande maioria das 4.000 mulheres que se reuniram em *Las Termas* deve ter surpreendido e assustado quem pretendia levar água ao seu moinho (beneficiar seus próprios interesses) com este Encontro; assim como quem ignora, desconhece e subestima a consciência das mulheres. Uma amostra disso é o modo como as mulheres de todas as partes do país, de todas as classes sociais e de pelo menos três gerações desmontaram as intenções do oficialismo de obter declarações em seu apoio. [...] Com toda a naturalidade foi relatado como as mulheres tentam amenizar, com suas iniciativas e energia, a fome e a miséria, mediante filas populares e refeitórios infantis. O modo como aprenderam a substituir, com sua auto-organização, o que o Estado não faz e está obrigado a fazer com relação à saúde da população sem recursos” (N/H, 1990, p. 4).

obrigação de prestar contas ao respectivo evento. [...] É possível que possam manipular a opinião, que façam outras manobras, mas se veria com mais nitidez quem está pelo progresso e a liberação das mulheres e quem somente quer usá-las e usar seus problemas como cortina para seguir subjugando-as. As mulheres poderemos deliberar em liberdade (N/H, 1993c, p. 3).

À diferença dos interfluxos internacionais, prevalecem aqui alianças intersetoriais. O órgão direciona suporte para os sindicatos na oposição à privatização previdenciária (N/H, 1993b, p. 2), para a Comunidad Homosexual Argentina (C.H.A)²⁵ — não reconhecida como pessoa jurídica pela Suprema Corte (N/H, 1992b, p. 1) e para associações de prostitutas, perseguidas após se mudarem para bairros residenciais de Buenos Aires em virtude da lei de Códigos Urbanos, que impugnou prostíbulos (VASSALLO, 1998, p. 8).

Estes dois casos são tratados por um ângulo de aproximação ao potencial subversivo das demandas por aborto: “Prostituição? Que haja, mas que não se note” é o título da matéria de Marta Vassallo que zomba a hipocrisia higienista das elites portenhas (VASSALLO, 1998, p. 8). À C.H.A, a CoDeAb incita uma solidariedade pautada na explicitação da desfaçatez da moral normativa, implicando seu fundo artificial e violento: “assim como vocês, nos levantamos contra a hipocrisia de uma sociedade que considera os homossexuais ‘anormais’, mas que considera normal que mulheres morram pela clandestinidade” (N/H, 1992b, p. 1). O autoenquadramento fora da arbitrária normalidade em decorrência de uma vontade de decidir compõe um ponto conectivo de torção das amarras de linearidade dos sistemas de gênero e sexualidade (BUTLER, 2003, pp. 45-47). São contestados os binômios público/privado e uma cultura de acesso sexual ao corpo, tangenciais tanto ao construto da hipótese repressiva, quanto do aborto. Nesse cenário, as categorias de identidade dissidente entram como um recurso alternativo às relações históricas de assimilação e gestão externa contidas nos vínculos de cidadania e população (GAGO, 2015, p. 240).

Esse deslocamento é melhor compreendido à luz de Verónica Gago em *La Razón Neoliberal*. Sua argumentação se ancora nos conceitos de racionalidade e governamentalidade de Foucault. Desdobrando-os, ela propõe que, mais do que uma agenda de abertura financeira pró-capital privado, o neoliberalismo se imbricaria mediante uma série de valores de subjetivação que, aplicados difusamente pela racionalidade governamentativa dos Estados, conservaria o mecanismo disciplinar

²⁵ As aproximações entre a CoDeAb e as lutas sexo-dissidentes foram múltiplas, o que será abordado nas análises finais à vista dos debates de 1990-2000 sobre transfobia nos feminismos. No entanto, uma cartografia específica das alianças e entrecruzamentos da CoDeAb com as dissidências pode ser acessada em: BELLUCCI, 2015.

das populações, um elemento simultaneamente individual e coletivo do fazer-se governar (GAGO, 2015, p. 214). As coligações pelo atravessamento da rotulação de estranheza e degeneração demográfica desempenham, portanto, uma desobediência às redes de pertença governativa²⁶.

Outra rede de parcerias englobou as práticas políticas da organização em um panorama de intersecção cultural. Em março de 1997, seis ativistas das bandas *punk*-feministas *She Devils* e *Fun People* convidaram as militantes para acompanhar seus shows de lançamento do disco “O aborto ilegal assassina minha liberdade!” (DARNET e PELLIZA, 1997, p. 10). Embora de pequena tiragem, a composição acompanhava uma fanzine - em grossos termos, um encarte artesanal, pensado com base na ideia de “fanatic magazine” — com a argumentação pró-aborto das bandas, além de *stamps* da frase-título. Ainda atuante, o grupo *She Devils* se reivindica parte da corrente *Riot Grrrr!*²⁷, mixando códigos de uma feminilidade tradicional com uma sonoplastia de violência e uma performatização aberta de corpo através de zonas de nudez (*Ibidem*). Esses elementos são expostos em sobremaneira na escolha da logo da banda e no brutalismo *handmade* em preto e branco dos encartes que foram distribuídos com disco. Eles dialogam, destacadamente, com a combatividade encarnada pelas integrantes, uma conexão estabelecida mediante a lembrança visual das trajetórias de *She Devils* constituída em seu *feed* de Instagram.

²⁶ Para um aprofundamento dessa crítica, ver GAGO, 2015, pp. 225-226.

²⁷ Ela tem seu início situado entre o final de 1980 e o início de 1990, pela formação de um campo artístico e estético de *punk* feminista. Para além de uma premissa anticapitalista e de ação direta (manifestada no ideal de “riot”, confronto ou revolta deliberada), as *punk*-feministas usavam o polo conflagrado de identidade do termo “garotas” para uma denúncia das violências heterossexistas (LEITE, 2015, p. 12). A repetição da letra “r” gera a imitação de um rosnado, consoante à afirmação de agressividades, descontroles propositais (LEITE, 2015, p. 31). Esses valores integravam expressamente as condutas corpóreas de bandas *riot* como *Bikini Kill* e *Tribe 8*, ligadas, respectivamente, ao grito de “possibilidades radicais de prazer” e ao uso da exposição nu de seios como uma transgressão da generificação (LEITE, 2015, p. 14 e p. 73).

Figura 1: Disco “O aborto ilegal assassina minha liberdade” (1997) postado junto à logo do grupo e a uma foto de memória das atividades pró-aborto da banda *She Devils*.



Fonte: She Devils. *Instagram*, 2019²⁸.

Já *Fun People* se consolidaria próxima dos ativismos LGBTQIA+, assumindo, por outro lado, um borramento dos limites de tematização sexual pública. Vemos tal ensejo já na fanzine de divulgação, baseada no contorno de um preservativo, onde se inscreve a logo da banda, imitando um tipo de placa, junto dos dizeres “usá-lo é importante”²⁹. O anúncio de *Fun People* embrenha-se, com isso, no campo dos movimentos de conscientização sobre a AIDS, que, na Argentina, estiveram ligados a campanhas enfáticas de não estigmatização e de um enfrentamento prático da própria política de Estado, ancorada, em consonância institucional-religiosa, na recriminação de experiências sexuais (BELLUCCI, 2014, p. 364). A militância pautada por uma visualidade anti-moralista no cotidiano cultural ressoa, então, como uma experiência de deslocamento topográfico da sexualidade, realizada no mesmo período por grupos de intervenção urbana como *Lesbianas en Resistencia* e *Mujeres Públicas*, ambos centrados em uma afirmação existencial de demandas para além de um pleito de inclusão institucional de agendas (GUTIÉRREZ; FLORES, 2017, p. 78).

Em 2004, o lema *punk* de *She Devils* e *Fun People* reaparece. Desta vez, em um grafite de muro, reproduzido na capa do encarte (N/H, 2004c, p.1). A repetição de “a proibição do aborto assassina sua liberdade” na paisagem urbana dimensiona outro repertório de práticas que perfazem valores de subjetivação pela disrupção. Em 1998, a imagem escolhida para reforçar o fôlego mobilizatório do

²⁸ *SHE Devils*, *Instagram*. 2019. Disponível em: <http://tinyurl.com/oaiaaml-1997>. Acesso em: 27 set. 2022.

²⁹ Para conhecer a fanzine mencionada, visite: *Nuevos Aportes sobre Aborto*, vol.11, n.1, p.10, 1997. Disponível em: <http://tinyurl.com/nuevos-aportes-aborto-1997>. Acesso em: 30 de Set. de 2022.

coletivo à ocasião de seus dez anos é o *stamp* “a beleza está nas ruas”, traduzido do francês. O rompante de ação direta e de revolta suscitados pela figura da jovem que prepara o lançamento de uma pedra adquire peso pronunciado nas impressões das comissionadas, que justificam sua escolha salientando a efetividade revolucionária do movimento de ruas do maio de 1968 francês, um levante “contra as estruturas hierárquicas e autoritárias” (N/H, 1998b, pp. 3-4). A significação de si que equacionam a partir do olhar a transgressões históricas de tomada pública, sempre remetendo aos enlaces perceptivos com lutas de “liberação sexual”, tornam ostensivo seu engajamento com uma subjetivação política não estanque pela assimilação jurídica.

Figura 2: Imagens insurrecionais nas capas de *Nuevos Aportes*. Buenos Aires, 1998-2004.



Fonte: *Nuevos Aportes sobre Aborto*, v. 14, 2004, p. 1; *Nuevos Aportes sobre Aborto*, v. 12, 1998, p. 1.

Considerando o *locus* produtivo das técnicas de sujeito, tomamos as escolhas estético-culturais e o exercício coletivo de se estar nas ruas inscrevendo uma demanda de produção diversa do próprio corpo, conforme pautado pela associação de aborto e liberdade, enquanto uma modalidade de contínua construção de uma política - pessoal, sexual e societária - transformativa (MCLAREN, 2016, pp. 192-194). Destacamos, nesse mapeamento, a crescente transgressora assumida, em 2004, 2005 e 2007, com a distribuição de fichas de instrução direta para a realização de abortos medicamentosos (N/H, 2004d, p.14; N/H, 2005a, p.17; e, N/H, 2007c, p.23). De um ano a outro, o órgão se mostra comprometido a aprofundar as informações, detalhando alternativas de preços e fornecendo uma síntese efetiva de protocolos seguros a seguir em caso de necessidade de

atendimento hospitalar subsequente. Instala-se, assim, uma tática materialmente estruturada (OLIVEIRA *et al.*, 2020, p. 5), que dissemina uma política de corporalidade de performatização assente sobre o aborto, não exclusivamente sustentada pela regulação anticonceptiva e seus limites legais, difundida nas primeiras edições.

Nesses anos, toda a pulsão mobilizatória cultivada pelo grupo se entrelaça às provocações descentralizatórias resultantes das ocupações *callejeras* de 2001. O desejo de uma nuclearização democrática anti-Estado se coloca através da participação das comissionadas no Fórum Social de Saúde de 2002 (N/H, 2004a, p.13), evento que seguia uma estrutura de horizontalidade civil participativa semelhante à do Fórum Social Mundial, sediado em 2001 em Porto Alegre e frequentado por Dora Coledesky (BELLUCCI, 2014, pp. 374-375). A Assembleia Aborto Legal (2003), por sua vez, colabora com tensionamentos que mesmo os textos afirmadores do aborto enquanto manifestação legítima de poder e desejo conservavam - a quem cabia a defesa do aborto? É o que questionam travestis e mulheres trans barradas de alguns dos simpósios do ENM de Rosário, que sediou o espaço (PELLIZA, 2004, pp. 7-8). A militante Liliana Pelliza responde com o provocativo texto “Supostos Acordos”, usando as atuações conservadoras de deputadas para exemplificar o vácuo definitório da categoria universalista “mulher” à redução epistêmica de fazeres políticos: “uma vez mais, talvez o objetivo comum não fosse o direito ao aborto, se não um sectário espaço feminino, que reproduz o mesmo que acusa” (*Ibidem*, p. 8).

Ainda em 2004, a CoDeAb reproduz o artigo “Aborto e identidades: um problema feminista”, de Josefina Fernández³⁰. Atuante nos círculos acadêmicos de gênero, Fernández se inseriu mais detidamente com os debates pró-aborto por intermédio de sua participação na Assembleia como integrante do coletivo *queer Ají de Pollo*³¹. No texto, Fernández se levanta contra a contingência transformativa dos domínios institucionais, reforçadas por dois casos recentes à época - as denúncias de utilização das tecnologias de contracepção em favor da esterilização forçada de mulheres negras nos Estados Unidos, e a recusa moral de médicos da Guiana Francesa em realizarem interrupções

³⁰ Ver FERNÁNDEZ, 2004, pp. 14-15.

³¹ Foi fundado em 2002 na cidade de Buenos Aires com o intuito de fomentar a superação do binarismo heterossexual (BELLUCCI, 2015). Em reação ao banimento da liderança travesti Lohana Berkins nos ENM's do início dos anos 2000, uma das situações limite para os questionamentos de Pelliza, o grupo assumiu protagonismo ao propor a intervenção “O que você vê quando me vê?”, que incentivava uma discussão sobre o viés performativo do gênero. Em 2003, Fernández firmou parcerias entre AP e a Área de Estudios *Queer* da *Universidad de Buenos Aires*, que levaram à promoção do encontro sexo-dissidente *Primer Foro Latinoamericano Cuerpos Ineludibles*; ver VACCAREZZA, 2017.

gestacionais após a aprovação do aborto entre os direitos reprodutivos do país. Esse horizonte de falência da enunciação jurídica do aborto é que leva Fernández a apontar uma necessidade de defesa radical do aborto, e, para os ativismos, a de situar que:

há outro espaço, menos estruturado [que o jurídico] em que se constituem as identidades e os movimentos sociais, e a partir do qual o feminismo pode incidir sobre o anterior. [...] Em outras palavras, as políticas feministas deveriam questionar permanentemente seus próprios supostos e categorias sobre as identidades que reconhece (FERNÁNDEZ, 2004, p. 16).

Nos dois últimos números, outras acadêmicas como Diana Maffía, Laura Klein e Alejandra Ciriza se somariam à conclama de obliteração jurídica de Fernández, identificando-se a partir de suas inserções em coletivos regionais atuantes na CNDA, caso de *La Juana y las otras*, grupo de Mendoza de que participava Ciriza. Sem abandonar completamente argumentações de cunho útil, como a da clandestinidade, a CoDeAb chega a seu intervalo final de funcionamento dotada de complexificações e capilarizações. A partir do gradual repertório estratégico constituído - que abarca desde os eventos nacionais e regionais, a tentativa de aprovação legislativa do direito ao aborto, os trânsitos culturais, até as insurgências de rua - formularam ativamente entendimentos sobre os processos sociais de corporificação e o gênero enquanto sistema político-subjetivo, edificando os fazeres feministas como campo de ação transformativa mediado por disputas e rotas autônomas.

Considerações finais: os fazeres históricos da *Comisión por el Derecho al Aborto*

Durante o *estallido* chileno de 2019 em Santiago, uma ampla faixa verde em prol do “aborto legal e livre” ocupou a estátua *Monumento a Baquedano*. As atuações das insurreitas foram diretamente apoiadas pela CNDA, que, em suas redes sociais, celebrava a magnitude dos atos, reproduzindo os dizeres “o Estado opressor é seu macho violador” - do grupo chileno *Las Tesis* (CARILLO e MANZI, 2020). Tal cena permite que cartografemos, contemporaneamente, rotas de trânsitos feministas nas lutas específicas por aborto que demarcam a efetividade articulatória da CoDeAb, assim como um uso sagaz de dispositivos de transnacionalidade para os projetos de militância³². Mais do que a concatenação pela premissa legalizatória, vemos, todavia, o compartilhamento da reivindicação de uma marcação disruptiva, isto é, de um agir que se quer inscrever notável justamente

³² Para um olhar mais detido às articulações entre a *Campaña Nacional por el Aborto Legal, Seguro y Gratuito* e os movimentos de defesa da legalização do aborto no Chile; ver VACCAREZZA, 2020.

em face de seu potencial transgressor. Apesar dessa percepção parecer evidente ao escopo da *Campaña Nacional*, podemos aplicá-la, analogamente à CoDeAb, em uma tessitura que se constrói a partir de um último aspecto documental de *Nuevos Aportes*, sua esfera de organização memorial.

Nos dias que sucederam a aprovação do Projeto de Interrupção Gestacional Voluntária (ou IVE, do espanhol “interrupción voluntária de embarazos”), mídias ativistas da Argentina se voltaram com curiosidade à imagem das “históricas”, termo aqui utilizado para remeter às “loucas da Avenida Rivadavia”, que, junto a Dora Coledesky, fizeram a questão do aborto ganhar corpo. A *Revista Anfibia*, popular portal feminista, recuperou, nesse momento, o texto *Pioneras del Aborto Legal*, escrito nas mobilizações de 2018. Ali, o boletim é exaltado em seus entranhamentos com esforços autogestionados, em uma solidez de relevância reforçada pela preocupação do grupo em assegurar sua conservação: Alicia Cacopardo promoveu o arquivamento junto ao *Centro de Documentación de las Izquierdas*, em Buenos Aires (ALCARAZ, 2018). Conjuntamente, implementou-se a disponibilização dos volumes no site da CNDA. Antes dele, um blog da CoDeAb ancorou parte de suas divulgações, alocando a seção *Archivo Feminista*, sob a proposta de possibilitar a difusão “daquelas histórias”. A ênfase de constituição memorial enseja a inscrição de uma visualidade política. Se olhamos para os regimes epistemológicos, encontramos, em geral, os arquivos sob um espectro de “fazer ver” (HARAWAY, 1995, pp. 20-21).

A chave de premente autoevidência cognoscente é o que Donna Haraway denuncia ao esquadrihar as premissas da objetividade científica. A bióloga explica as relações de produção de conhecimento a partir de uma espécie de visão contraditoriamente incorpórea que, por sua vez, corporifica seu objeto (*Ibidem*, p. 12). Em correlação com o que discutimos a partir de Butler, a subjetivação figura também em campo semiótico, dotada de uma contínua corporificação do ser pela mediação de categorias de identidade. O uso de “gênero” enquanto tecnologia das epistemologias feministas assume, aí, o potencial de fraturamento dos “nódulos de poder agonístico” conformados pela matriz heterossexual e sua coesão sexo/gênero (*Ibidem*, p. 10).

Retomando o ímpeto de auto-historicização das militantes, delineamos um deslocamento das projeções representativas totalizantes. O repertório documental possibilita um agenciamento dissonante dentro do que seria o falocentrismo - expressão de Haraway para remeter às linguagens políticas que se querem únicas - institucional, discursivamente construído pelas narrativas unívocas

de Estado e, mesmo, de movimentos partidários (*Ibidem*, p. 33). Joan Scott, ao defender a função da escrita histórica como “crítica”, pondera que seu papel social transformativo depende da operacionalização de um uso não descritivo de categorias (SCOTT, 2007).

Fincar um arquivo autogerido e especialmente feminista significa para nós, sob tais prerrogativas, outro estabelecimento de uma infraestrutura de autonomia, capaz de provocar as leituras e criações políticas da América Latina que tangenciam formulações restritas a uma cidadania generificada ou à homologação final de “direitos reprodutivos” sob os mesmos arcabouços da colonialidade. Ao longo da pesquisa, argumentamos a relevância dos câmbios discursivos antineoliberais e de oposição a reducionismos subjetivos encabeçados pela CoDeAb no decorrer da década de 1990, tal qual das crescentes estratégias coligatórias e de ação direta constituídas.

Concluimos, portanto, que a defesa transtemporal do aborto, incluindo aqui a intencionalidade de afirmação memorial, determina múltiplos níveis de corporificações outras: manifesta o direito a fronteirizar as corporalidades de si para além de normatizações disciplinares, mas, conjuntamente, um horizonte de corporificação política por fazeres autogestionados e compromissados com pluralizações subjetivas. No contexto de ápice neoliberal democratizado que caracteriza as décadas de 1990 e 2000 na América Latina, a *Comisión por el Derecho al Aborto* produziu aportes de uma autonomia corporificada, permitindo legados posteriores que, através da CNDA e de suas múltiplas alianças transnacionais de dissidência sexo-genérica, seguem recusando, em diálogo com as epistemologias feministas, “uma teoria de poderes inocentes para representar o mundo, na qual linguagens e corpos submerjam no êxtase da simbiose orgânica” (*Ibidem*, p. 16).

A partir desses repertórios é possível, ainda, delinear aproximações estratégicas úteis à transformação do presente brasileiro. É no compasso da governamentação da colonialidade neoliberal que se situam as práticas políticas de um ideário vitalista branco que, desde 2006, vêm encampando proposições revogatórias das prerrogativas legais de aborto³³ (LUNA, 2014, p. 91; GONZAGA *et al.*, 2021, p. 163). Semelhante ao histórico das mobilizações argentinas, as articulações de grupos brasileiros para defesa do aborto legal adquiriram importante fôlego a partir de 2004. Algumas diferenças táticas são, todavia, rompantes - os ganhos obtidos com a ADPF 54 e com o

³³ Nesse escopo, enquadra-se a aprovação da PORTARIA Nº 2.282/2020, que tanto anulou a NT de “Prevenção e tratamento de agravos resultantes da violência sexual contra mulher e adolescentes” (2005), quanto impôs a compulsoriedade de notificação policial de abusos em caso de solicitação de abortos; ver GONZAGA *et al.*, 2021, p. 159)

debate da ADPF 442 são resultantes dos litígios estratégicos protocolados pelo Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (ANIS UNB) (RUIBAL, 2020, pp. 1171-1172). A judicialização depende, no entanto, do amparo de redes de *advocacy* feminista, pesquisa acadêmica e ativismo. Alianças significativas vêm sendo firmadas com candidaturas feministas do PSOL, e os litígios, acompanhados por mobilizações de redes de militância (RUIBAL, 2020). A Frente Nacional pela Legalização pode ser entendida, assim, como uma coadunação delas contra o *backlash* brasileiro³⁴.

O valor diretivo da autonomia é reivindicado por elas junto a agendas antirracistas, e anticlassistas, acoplando-se, em especial, a protestos de rua e a campanhas midiáticas massivas³⁵. Em face desses aspectos, os compromissos de dessilenciamento público da temática e de sua positivação para além das negociações de economias morais do sofrimento, bem como o fortalecimento de infraestruturas socorristas, são potenciais contribuições dos legados da CoDeAb e da CNDA para uma acentuação da capilaridade das lutas brasileiras e reafirmam a relevância das escolhas de análise trabalhadas ao longo do texto. Para o campo acadêmico, a proliferação de veículos de imprensa feminista autogeridos em ambos os países, como *Anfibia* e *Az Mina*; além das análises dos efeitos da predominância de ONG's no cenário brasileiro (OLIVEIRA, 2019), frente à de coletivos autônomos no país vizinho, parecem fornecer ramificações para o alargamento das compreensões regionais.

Referências bibliográficas

Fontes:

AQUINO, Eleonor. *Cuando decimos...* *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.11, n.1., p.8, 1997.

N/H. *Aborto con pastillas*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.15, n.1, p.17, 2005a.

_____. *Acontecimientos y aportes al debate*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.12, n.1, pp.3-4, 1998a.

_____. *Absolución y condena*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.16, n.1, pp.16-17, 2007a.

_____. *Con qué derecho esta Red cambia una declaración aprobada por miles de mujeres?*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.13, n.1, p.6, 2000a.

³⁴ Alguns dos principais grupos feministas que compõem a Frente são: a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Sempre Viva Organização Feminista, o Instituto SOS Corpo, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria, o grupo Eu Decido e a Marcha Mundial de Mulheres (ARTICULAÇÃO, 2021, não p.). Atualmente, a Frente é composta pela reunião de agremiações estaduais, das quais participam representantes dessas organizações e ativistas independentes.

³⁵ Ver: Alerta Feminista (ALERTA, 2020, não p.); Mapa do Aborto Legal (SOBRE, 2019, não p.)

- _____. *Conclusiones del I Foro Social de Salud - Argentina, 2002. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.14, n.1, p.13, 2004a.
- _____. *Editorial: Donde estamos y adonde vamos. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.16, n.1, p.3, 2007b.
- _____. *Editorial: Por qué después de algunos años decidimos volver a publicar. Nuevos Aportes sobre Aborto?. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.14, n.1, p.2, 2004b.
- _____. *Editorial: Un balance de la lucha por el derecho al aborto. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.11, n.1, p.3, 1997a.
- _____. *Francia: Basta de ataques a los Centros de IVE. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.8, n.1, p.3, Mar., 1993a.
- _____. *Mujeres luchando. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.7, n.1, p.4, Out./Dez., 1992a.
- _____. *Nota de edición. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.1, n. 1-3, p.29, Ago., 1989a.
- _____. *Nuestro apoyo. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.8, n.1, p.2, Mar., 1993b.
- _____. *Peru: Código Penal retrogrado. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.6, n.1, p.4, Out./Dez., 1991a.
- _____. *Por qué hemos elegido como tapa el emblema del Mayo Francés de 1968?. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.12, n.1, p.3, 1998b.
- _____. *Por qué nos lanzamos?. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.2, n.4, p.4, 1990a.
- _____. *Portada de la publicación de la Comisión por el Derecho al Aborto. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.11, n.1, p.1, 1997b.
- _____. *Portada de la publicación de la Comisión por el Derecho al Aborto. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.14, n.1, p.1, 2004c.
- _____. *Solidaridad con la CHA. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.7, n.1, pp.1, Mar./Maio, 1992b.
- _____. *Tenemos derecho a saber y decidir. Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.14, n.1, p.14, 2004d.

_____. *Tenemos derecho a saber y decidir*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.16, n.1, p.23, 2007c.

_____. V ENCUENTRO Feminista Latinoamericano y del Caribe. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.5, n.1, pp. 3-4, Mar./Maio, 1991b.

_____. V ENCUENTRO Nacional de Mujeres de las Termas de Río Hondo. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.2, n.4, p.4, 1990b.

_____. VI ENCUENTRO Nacional de Mujeres. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.6, n.1, pp.1-2, Out./Dez., 1991c.

_____. VII ENCUENTRO de Mujeres en Neuquén. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.8, n.1, pp.3-4, Mar., 1993c.

BONAPARTE, Laura. *La clandestinidad del aborto: una dimensión siniestra*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.1, n.1-3, p.8, Ago., 1989.

CACOPARDO, Alicia. *México nos abre el camino*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.5, n.1, p.2, Mar./Maio, 1991.

COLEDESKY, Dora. *El gabinete de mujeres y las mujeres del país*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.8, n.1, p.4, Mar., 1993.

_____. *La situación actual en relación al derecho al aborto*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.9, n.1, pp.5-6, 1994.

COPPOLA, Silvia. *Algunas preguntas y respuestas sobre el problema del aborto en la Argentina*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.1, n.1-3, p.2, Ago., 1989.

DARNET, Mabel e PELLIZA, Liliana. *Las cosas por su nombre*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.10, n.1, p.9, 1996.

FERNÁNDEZ, Josefina. *Aborto e identidades: un problema feminista*. *Nuevos Aportes sobre Aborto?*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.14, n.1, pp.14-15, 2004.

OSIDALA, Nadine. *El aborto en cifras*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.1, n.1-3, p.5, Ago., 1989.

PELLIZA, Liliana e DARNET, Mabel. *El aborto ilegal asesina mi libertad*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.11, n.1, p. 10, 1997.

PELLIZA, Liliana. *Supuestos Acuerdos*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.14, n.1, pp.7-8, 2004.

ROSTAGNOL, Susana. *Aborto voluntario. Subvertir el orden de dominación-subordinación*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.15, n.1, pp.4-5, 2005.

SCHEJTER, Alicia e CAMPOS, Pastora. *A propósito de “El Cairo”: política poblacional o una cuestión del mercado?*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.9, n.1, p. 13, 1994.

VASSALLO, Marta. *Prostitución? Que haya, pero que no se note*. *Nuevos Aportes*, Buenos Aires, vol.12, n.1, p.8, 1998.

Bibliografía:

ALERTA Feminista. Rede Feminista de Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.redesaude.org.br/alerta-feminista-2020/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

LEGALIZAÇÃO do aborto. Articulação de Mulheres Brasileiras, 2021. Disponível em: <https://ambfeminista.org.br/lutas/legalizacao-do-aborto/>. Acesso em: 07 de Jan. 2023.

ALCARAZ, María Florencia. *Pioneras del aborto legal*. Anfibia, 28 maio 2018. Disponível em: <https://www.revistaanfibia.com/pioneras-del-aborto-legal/>. Acesso em: 16 set. 2022.

ÁLVAREZ, Sonia; FRIEDMAN, Elisabeth; BECKMAN, Ericka; BLACKWELL, Maylei; CHINCHILLA, Norma; LEBON, Nathalie; NAVARRO, Marisa e TOBAR, Marcela. **Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol.11, n.2, Dez., 2003.

ATHAYDE, Maria Cristina de Oliveira. **Corpo, sexualidade e prazer: Um olhar historiográfico sobre periódicos feministas de Brasil e Argentina (1974-1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, Santa Catarina. 197p. 2010.

BARROS, Mercedes; QUINTANA, María. *El pañuelo como artefacto político: desplazamientos y disputas por la calle*. *Millcayac*, Mendoza, vol.7, n.12, pp.175-188, Mar., 2020.

BELLUCCI, Mabel. *Historia de una desobediencia: Aborto y feminismo*. Ciudad Autónoma de

Buenos Aires: Capital Intelectual, 2014.

BELLUCCI, Mabel. *Coaliciones queer: Aborto, feminismo y disidencias sexuales, (1990 a 2005 en Buenos Aires)*. In: *JORNADA DE SOCIOLOGÍA*, 11, 2015, Buenos Aires. Anais eletrônicos [...].

Buenos Aires: *Universidad de Buenos Aires*, 2015. pp. 1-15.

BROWN, Josefina Leonor. *Los derechos (no)reproductivos en Argentina: encrucijadas teóricas y políticas*. *Cad. Pagu, Campinas*, vol.30, n.1, pp.269–300, Jun., 2008.

BROWN, Wendy. *Neoliberalism's Frankenstein: Authoritarian Freedom in Twenty-First Century "Democracies"*. *Critical Times*, Durham, vol.1, n.1, pp.60-79, Abr., 2018.

BURTON, Julia. *De la Comisión al Socorro: trazos de militancia feminista por el derecho al aborto en Argentina*. *Descentrada*, La Plata, vol.1, n.2, pp.1-17, Set, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do sexo**. São Paulo: n-1, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

CARRILLO, Alondra; MANZI, Javiera. *Coordinadora Feminista 8M: "El estallido abrió la posibilidad de un momento de imaginación política radical"*. Tinta Limón, 2020. Disponível em: <http://tinyurl.com/tinta-limon-radical>. Acesso em: 17 de Set. 2022.

CRESPO, Regina Aída. **Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural**. In: JUNQUEIRA, Mary Anne e FRANCO, Stella Maris Scatena. **Cadernos de Seminários de Pesquisa. Vol. II**. São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011.

COORDINADORA Feminista 8M. *Somos Históricas - Relatos de un 8M*, 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/coordinadorafeminista8M/videos/somo-hist%C3%B3rica-relatos-de-un-8m/414608983165434/>. Acesso em: 16 de Set. 2022.

ENRÍQUEZ, Mariana. **As coisas que perdemos no fogo**. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Intrínseca. 2018.

ESCUADERO RAVA, Beatriz. *Feminismo y religión: apuntes sobre católicas por el derecho a decidir*. *Mora*, Buenos Aires, vol.14, n.2, pp.114-124, Jul./Dez., 2008.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. *Escritos de una lesbiana oscura: reflexiones críticas sobre*

feminismo y política de identidad en América Latina. Buenos Aires, Lima: *en la frontera*. 2007.

FALQUET, Jules. **Três questões aos movimentos sociais “progressistas”: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais**. Lutas & Resistências, Londrina, vol.1, n.1, pp.212-225, Set., 2006.

FERREIRA, Gleidiane de Sousa. **Resistência, Solidariedade e Rebeldia: o feminismo das Mujeres Creando na Bolívia (1992-2015)**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, Santa Catarina. 411p. 2018.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. **Foucault, uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.

GAGO, Verónica. **La razón neoliberal: economías barrocas y pragmática popular**. 1ª ed. Buenos Aires: Tinta Limón. 2014.

GONZAGA, Paula; GONÇALVES, Letícia; MAYORGA, Claudia. **O conservadorismo distópico à brasileira: Direitos sexuais e direitos reprodutivos e a pandemia da COVID-19 no Brasil**. Revista Feminismos, Salvador, vol.9, n.1, pp. 149-167, Jan./Abr., 2021.

GUTIÉRREZ, María Laura; Flores, Valeria. **La sangre del pueblo (también) es lesbiana: la experiencia artístico-política de Lesbianas en la Resistencia (1995-1997)**. Debate Feminista, Cidade do México, vol.54., n.1, pp.63–83, Ago., 2017.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cad. Pagu, Campinas, vol.5, n.1, pp.7-41, Jan., 1995.

KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. **“O lesbianismo é um barato”: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979-1990)**. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, São Paulo. 221p. 2021.

LEITE, Flávia Lucchesi de Carvalho. **Riot Grrrl: capturas e metamorfoses de uma máquina de guerra**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). São Paulo, São Paulo. 321p. 2015. - São Paulo, 2015.

LESSA, Patrícia. **Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do grupo de ação lésbico-feminista e do boletim ChanacomChana**. Gênero, Niterói, vol.8, n.2,

pp.301-333, Jan./Jun., 2008.

LONGONI, Ana. *Pañuelos: de cómo las Madres se volvieron feministas y las feministas encuentran Madres*. In: MUÑOZ e Juan; ELBIRT, Ana. *Los patrimonios son políticos: patrimonios y políticas culturales en clave de género*. Buenos Aires: Ministerio de Cultura de la Nación. 2021.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto. 2008.

LUNA, Naara. **Aborto no Congresso Nacional: o enfrentamento de atores religiosos e feministas em um Estado laico**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, vol.14, n.1, pp.83-109, Maio/Ago., 2014.

MCLAREN, Margaret. **Foucault, Feminismo e Subjetividade**. São Paulo: Intermeios. 2016.

MENESES, Sônia. **A operação midiográfica: da escritura do evento na cena pública à inscrição do acontecimento no tempo - a mídia, a história e a memória**. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MINES, Ana; VILLA, Gabi Díaz; RUEDA, Roxana; MARZANO, Verónica. *El aborto lesbiano que se hace con la mano: Continuidades y rupturas en la militancia por el derecho al aborto en Argentina (2009-2012)*. Bagoas, Natal, vol.7, n.9, Dez., 2013.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. **História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica**. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2014.

OKSALA, Johanna. *The Neoliberal Subject of Feminism*. *Journal of the British Society for Phenomenology*, Londres, vol.42, n.1, pp.104-120, Jan., 2011.

OLIVEIRA, Débora Prado; ARAÚJO, Daniela Camila e KANASHIRO, Marta Mourão. **Tecnologias, infraestruturas e redes feministas: potências no processo de ruptura com o legado colonial e androcêntrico**. Cad. Pagu, Campinas, vol.59, n.e205903, pp.1-34, 2020.

OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. **Militância ou Profissionalização de Gênero? Um estudo comparativo na imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996)**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, São Paulo. 334p. 2019.

RAGO, Margareth. **O efeito-Foucault na historiografia brasileira**. Tempo Social; Revista de

Sociologia da USP, São Paulo, vol.7, n.1-2, pp.67-82, Out, 1995.

NUESTRA historia. *Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe*, 2022. Disponível em: <https://www.reddesalud.org/es/nuestra-historia>. Acesso em: 30 de Jan. 2024.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina: 1916-2016.** 4a ed. *Ciudad Autónoma de Buenos Aires*: Fondo de Cultura Económica. 2017.

RUIBAL, Alba. **A controvérsia constitucional do aborto no Brasil: Inovação na interação entre movimento social e Supremo Tribunal Federal.** *Revista de Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, vol.11, n.2, pp.1166-1187, abr./jun., 2020.

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação.** São Paulo: EdUSP. 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória?.** *Caderno CRH*, Salvador, vol.21, n.54, pp.505-517, Set./Dez, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol.20, n.2, pp.71-99, Jul./Dez,1995.

_____. SCOTT, Joan. **History-writing as critique.** In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue e MUNSLOW, Alun (eds.). **Manifestos for History.** Nova Iorque: *Routledge*, 2007.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres.** Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SOBRE o mapa. Mapa Aborto Legal, 2019. Disponível em: <https://mapaabortolegal.org/sobre-o-mapa/>. Acesso em: 14 de Mar. 2023.

SUTTON, Barbara. **Zonas de clandestinidad y “nuda vida:” Mujeres, cuerpo y aborto.** *Revista Estudos Femininos*, Florianópolis, vol.25, n.2, pp.889-902, Maio/Ago., 2017.

TARDUCCI, Mónica. **Escenas claves de la lucha por el derecho al aborto en Argentina.** *Salud Colectiva*, Buenos Aires, vol.14, n.3, pp.425-432, Outubro, 2018.

TORRES, Marina Solon Fernandes; VIDAL, Márcia. **A imprensa alternativa como aliada ao movimento feminista durante a ditadura militar no brasil: uma análise no jornal Nós Mulheres.** *Pauta Livre*, João Pessoa, vol., n.1, pp.493-510, Jan./Jun., 2020.

TRES de Junio de 2015 - Manifiesto. *Ni Una Menos*, 2015. Disponível em: <http://tinyurl.com/manifiesto-3-junio-2015>. Acesso em: 17 de Set., 2022.

VACCAREZZA, Nayla Luz. **Judith Butler en Argentina. Recepción y polémicas en torno a la teoría de la performatividad del género.** *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, vol.25, n.3, pp.

1257-1276, Set./Dez, 2017.

VACCAREZZA, Nayla Luz. *La mano que vota. Visualidad y afectos en un símbolo transnacional del movimiento por el derecho al aborto en el Cono Sur. Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 35, pp. 35-57, maio/ago., 2020.

VAN DER KLEIJ, Aika. *Women's Global Network for Reproductive Rights. Isis Women*, 2009. Disponível em: <https://www.isiswomen.org/index..> Acesso em: 30 de Jan. 2024.

VIEIRA, Priscila Piazzentini. **A prática intelectual de Michel Foucault e a de Donna Haraway: saberes localizados e subjugados.** Revista Diálogos Mediterrânicos, Curitiba, vol.16, n. 1, pp. 169-185, ago., 2019.

ZIMKOVICZ, Rafaela. **Pluriversalizar Corpos, Subverter o Presente: Formulações Queer-Feministas a Partir Das Militâncias Por Aborto Seguro da Argentina e Alguns Trânsitos Transnacionais (1988-2020).** Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, Paraná. 180p. 2023.

Percepção De Professoras (Es) Da Educação Básica Sobre O Ensino Remoto No Maranhão (Br) Durante A Pandemia Da Covid-19

Basic Education Teachers' Perception About Remote Education In Maranhão (Br) During The Covid-19 Pandemic

Richard Oliveira Jardim

Mestre em Geografia

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

jardim.richard@discente.ufma.br

Recebido: 11/08/2021

Aprovado: 13/11/2023

Resumo: O fenômeno global da disseminação do vírus *SARS-CoV-2* trouxe consigo bruscas mudanças na forma de conduzir trabalhos e as relações interpessoais em todos os setores da sociedade com destaque, nesta pesquisa, ao sistema educacional. O trabalho justifica-se pela necessidade de refletir a prática educacional em períodos atípicos e reformulações das práticas docentes. O objetivo, deste trabalho, é evidenciar a percepção de professoras (es) da educação básica sobre a adesão ao ensino remoto no estado do Maranhão. Para tanto, utilizou-se o método qualiquantitativo, seguindo os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e revisão bibliográfica; coleta de dados primários, a partir de questionário disponibilizado virtualmente, através da plataforma *google forms* e divulgado em grupos de redes sociais a professores da rede pública e particular de ensino básico no Estado. Foi possível identificar alguns desafios enfrentados pela comunidade escolar, uma vez que, a tecnologia é vista como um instrumento facilitador do processo de ensino-aprendizagem. A maioria das escolas não apresentam esse suporte para o oferecimento de aulas remotas e as professoras (es) não tiveram uma formação adequada para estarem lecionando à distância.

Palavras-chave: Educação Básica; Percepção de professores; Pandemia Covid-19.

Resumen/Abstract: The global phenomenon of the spread of the SARS-CoV-2 virus brought with it sudden changes in the way of conducting work and interpersonal relationships in all sectors of society, with emphasis, in this research, on the educational system. The work is justified by the need to reflect the educational practice in atypical periods and reformulations of teaching practices. The objective of this work is to evidence the perception of basic education teachers about the adherence to remote teaching in the state of Maranhão. For this purpose, the qualitative method was used, following the following methodological procedures: survey and bibliographic review; collection of primary data from a questionnaire made available virtually through the google forms platform and

disseminated in social media groups to public and private primary school teachers in the state. It was possible to identify some challenges faced by the school community, since technology is seen as an instrument that facilitates the teaching-learning process. Most schools do not have this support for offering remote classes and the teachers did not have adequate training to be teaching at a distance.

Palabras clave/Keywords: Basic Education; Teachers' perception; Covid-19 pandemic.

Introdução

Não é novidade que a prática docente pode sofrer influência de fatores externos e internos, sendo que o primeiro abrange um leque de imprevisibilidade maior, no qual podemos exemplificar observando as mudanças que ocorreram mundialmente, a partir da disseminação do vírus *SARS-CoV-2*. Esse fator implica em uma reconfiguração das práticas do processo ensino-aprendizagem, com destaque para mudança na transição do ensino presencial para o ensino remoto, que se constitui no principal objeto de estudo dessa pesquisa.

Nesse contexto, o presente trabalho justifica-se pela necessidade de analisar as condições de trabalho dos/as professores/as da educação básica do Maranhão por meio do ensino remoto. Este meio foi imposto pela situação de pandemia em que o país se encontra, levando, com isso, os/as docentes a passarem por um processo de adaptação repentino e muitas vezes desassistido pelas instituições de ensino do estado. Sendo assim, torna-se urgente a reflexão: qual a percepção dos professores a respeito dessa mudança e dessa nova modalidade de ensino?

Ao analisar a atuação dos/as professores/as da educação básica lecionando aulas por meio de tecnologias remotas em diversos municípios do estado do Maranhão, sendo considerado as redes pública, particular e comunitária, objetivou-se identificar a percepção dos docentes com essa nova experiência, considerando vários aspectos, tais como ferramentas para ministração das aulas, ambiente de trabalho, práticas de ensino e outros tópicos. Buscando contribuir em uma perspectiva de demonstração, análise e avaliação como desenvolveu-se a prática de ensino do professor, e suas atividades relacionadas ao ensino remoto.

O trabalho apresenta um arcabouço teórico que aborda uma discussão sobre a relação do avanço da Covid-19 e o cenário da educação no Maranhão, contemplando aspectos pertinentes ao uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem e fala sobre os desafios e as possibilidades

existentes na prática do ensino remoto. Posteriormente, traz o detalhamento da metodologia utilizada na realização da pesquisa, seguida da apresentação e discussão dos resultados. Por último, são expostas as considerações finais a respeito do trabalho.

Fundamentação Teórica

A Covid-19 e a educação no Maranhão

A Covid-19 é uma doença causada através da contaminação de um indivíduo infectado pelo vírus *SARS-CoV-2*, vulgo novo coronavírus, identificado pela primeira vez em ser humano em trinta e um de dezembro de dois mil e dezenove, na China (OMS, 2020).

Segundo o Ministério da Saúde (2020) a Covid-19 é uma doença ainda pouco conhecida e como única medida de prevenção temos o distanciamento ou isolamento social. Isto pois não há vacina que previna e tampouco foi desenvolvido medicamento para tratamento da mesma. Uma pessoa acometida do vírus pode desenvolver desde sintomas fortes, chegando ao óbito, quanto pessoas contaminadas assintomáticas. Comumente o vírus é transmitido através da inalação ou contato com gotículas de saliva ou secreções respiratórias, tornando o contágio de forma intensa (OMS, 2020).

No Brasil, a doença foi identificada pela primeira vez no dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte, no estado de São Paulo. De acordo com a Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão, o primeiro caso confirmado no estado foi na cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, no dia vinte de março de dois mil e vinte. Tratava-se de um senhor adulto vindo do estado de São Paulo e com sintomas leves.

Como medida de prevenção, o governador do estado, Flávio Dino, suspende antecipadamente as atividades coletivas, no dia dezessete de março do corrente ano, como as aulas presenciais na educação básica e ensino superior, através do decreto 35.662 de 16 de março de 2020. Vale ressaltar que essa medida inicial previa suspensão de quinze dias, no entanto, até o mês de dezembro esta medida vigorou em todo território maranhense, mas com flexibilização às instituições da rede particular de ensino, obedecendo todas as medidas sanitárias recomendadas pela OMS.

Fora a suspensão das aulas outras medidas mais rígidas foram tomadas ao longo deste intervalo entre março e dezembro, pelo governo do estado, como *lockdown* (decreto nº 35.784), entre os dias cinco de maio ao dia dezessete do mesmo mês, o que restringia completamente a circulação de pessoas dentro e fora da ilha do Maranhão, tendo apenas supermercados, hospitais e farmácias

abertas; e, durante a Semana Santa que restringia, a partir do decreto 35722/2020, a circulação de veículos coletivos para o interior do estado ou a chegada dos mesmos na ilha.

De acordo com o Censo Escolar de 2019 Quadro 1, o número de alunos matriculados na educação básica totalizam 1.389.805, sendo que na modalidade regular 104.859 estão matriculados na creche, 179.726 na pré-escola, 997.656, no ensino fundamental e 259.699 no ensino médio e 154.558 na modalidade Educação de Jovens e Adultos ensino fundamental e médio.

Quadro 1 – Número de alunos matriculados no estado do Maranhão

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matricula inicial											
	Ensino Regular										EJA	
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial	
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio
Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral			
MARANHAO												
Estadual Urbana	0	0	0	0	424	0	16.061	1.001	205.383	14.796	1.790	23.131
Estadual Rural	0	0	0	0	6.628	49	5.115	11	37.460	1.136	1.387	2.743
Municipal Urbana	60.592	6.230	98.969	2.006	231.001	68.129	178.175	88.503	539	3	63.363	427
Municipal Rural	37.070	967	78.039	712	184.045	48.810	108.342	61.362	382	0	61.368	349
Estadual e Municipal	97.662	7.197	177.008	2.718	422.098	116.988	307.693	150.877	243.764	15.935	127.908	26.650

Fonte: Censo Escolar 2019 – INEP

Como medida de amenizar os efeitos negativos para os alunos do terceiro ano do ensino médio, o governo do Maranhão distribuiu noventa mil chips com vinte gigas de internet cada, no dia 06 de agosto de 2020, com prazo de uso até janeiro de 2021 (SEDUC-MA, 2020).

O uso de tecnologias no processo de aprendizagem

Desde que surgiram as tecnologias de informação vivemos em uma nova realidade, com um novo tipo de comunicação também com um novo modelo de trabalho. Diante disso, é possível que gestores e professores possam fazer uso da tecnologia como forma de ampliar seus conhecimentos, habilidades e competências dentro do espaço escolar. Isso pode facilitar o diálogo entre educadores e educandos, bem como aperfeiçoar o trabalho do educador, com o objetivo de alcançar uma aprendizagem significativa de seus educandos.

Com a propagação das tecnologias, das mídias é impossível nos dias atuais pensar a educação sem considerar tal realidade. E é por isso, que se inicia, no Brasil, a haver um investimento significativo em tecnologias de alta velocidade para conectar educandos e educadores no ensino

presencial e a distância (PEREIRA; SILVA, 2013). Contudo, sabemos que o uso das tecnologias só trarão resultados positivos se aplicadas de maneira responsável e criativa, pois a tecnologia pode apresentar diferentes benefícios para os educandos, assim como para a equipe de educadores.

Para tanto, para essa aplicação significativa das tecnologias na educação é necessário entendermos que essas tecnologias todas não substituem o papel dos professores na educação. É necessário que os educadores entendam e saibam utilizar, conduzir os trabalhos com essas tecnologias.

Segundo estudos de Cavalcante (2012), para trabalhar com as tecnologias, sejam elas novas ou não, de forma interativa nas salas de aula é preciso: a responsabilidade de aperfeiçoar as compreensões dos alunos sobre o mundo natural e cultural em que vivem. Torna-se indispensável o desenvolvimento contínuo de alunos e professores.

Ressalta-se também, que no uso das tecnologias na educação, a necessidade de mudança nas estruturas dos espaços escolares, como já vem acontecendo em algumas escolas. Essa mudança se refere a uma determinada infraestrutura tecnológica também a formação da equipe de educadores para a utilização adequada dessas tecnologias, que os educadores sejam capacitados metodologicamente e até mesmo filosoficamente para o uso dessas tecnologias na sua prática pedagógica, para que de fato o processo de ensino – aprendizagem ocorra de maneira significativa.

O ensino remoto: desafios e possibilidades

Tendo em vista situações que interferem ou impossibilitam o ensino de forma presencial, deve-se buscar métodos para prática do ensino-aprendizagem em meio as adversidades, assim, aplicando formas para que as práticas docentes alcancem os alunos fora do ambiente físico da sala de aula. Referente ao ensino fora do âmbito escolar, e com auxílio das novas tecnologias, desenvolveu-se métodos de ensino que venham solucionar ou amenizar a ausência da aula presencial, aplicando a metodologia de educação a distância e ensino remoto.

As mudanças ocorrem de forma contínua em perspectivas sociais, educacionais, ambientais e entre outros aspectos, referente a essas perspectivas, a escola está submetida a ser afetada por fatores internos e externos, portanto, cabe à instituição buscar alternativas para desenvolvimento do seu

papel na sociedade. Colocando em consideração o período de pandemia, a utilização do ensino a através dos TICs (Tecnologia da informação e comunicação) é uma solução hábil para exercer suas atividades.

Segundo o Departamento Nacional do SENAC (2020) as novas habilidades e conhecimentos passaram a fazer parte da atuação do docente com o crescente uso de recursos tecnológicos. Mas, ao mesmo tempo em que essas ferramentas contribuíram para ampliar as possibilidades da prática educativa no ambiente virtual, elas demandam uma atenção especial, para que as atividades mediadas pela tecnologia tenham êxito e representem experiências significativas aos alunos.

Cada vez mais as pessoas estudam em casa, obtendo meios facilitados para rede de comunicações e informações, assim, buscando e encontrando conhecimentos fora da escola, utilizando serviços disponíveis na internet e dispositivos diversos para o acesso. O leque de conhecimento/informação na internet é muito amplo, e trabalhado adjacente a metodologias eficientes com equipamentos tecnológicos, amplifica as possibilidades do ensino-aprendizagem, enriquecendo o conhecimento do aluno e suas práticas de estudo. De acordo com Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2015) a utilização de tecnologias no ambiente escolar proporciona diferentes possibilidades para trabalhos educacionais mais significativos para seus participantes.

Dentro da abordagem das aulas remotas, métodos de ensino juntos com os TICs, despertam interesses e facilitam a aprendizagem, assim, como consequência disponibilizando alternativas para o docente lecionar, e maior assimilação e desenvolvimento dos conteúdos e atividades por parte dos discentes. Conforme o Departamento Nacional do SENAC (2018) os recursos tecnológicos favorecem a aplicação de alguns desses métodos, como sala de aula invertida, aprendizagem baseada em problemas, aprendizagem baseada em casos e aprendizagem baseada em jogos e gamificação. Sendo esses, métodos atrativos aos alunos e eficiente no processo de ensino-aprendizagem.

Existe outra vertente relacionada ao ensino remota, em que se destaca aspectos desfavoráveis referente a esse método, um dos motivos são as lacunas na formação básica (MONTEIRO, 2020). Podemos então enfatizar que a falta de conhecimento dos conteúdos essenciais e a própria informática de fato implica nas dificuldades de desenvolver o ensino, gerando ao docente buscar ferramentas e estratégias que o auxiliem na ministração das aulas, sendo que tais alternativas nem sempre estão disponíveis.

Segundo Moran (2015) se torna mais significativo a aprendizagem quando investigamos os alunos a uma motivação interna), quando eles encontram significados nas atividades propostas, quando consultamos suas motivações, quando estão envolvidos em projetos criativos e com relevância social. Porém para Monteiro (2020, p.15) “muitos alunos possuem baixo autoestima quanto ao seu futuro profissional e continuidade em relação aos estudos”. Como consequência dessa desmotivação, os discentes não desenvolvem interesse pela aprendizagem, e principalmente com métodos de aulas fora do espaço escolar. Na modalidade de ensino remota é necessário um engajamento maior pelos discentes, visando realmente buscar aprender, já que é uma modalidade de ensino a qual o aluno tem maior autonomia e flexibilidade relacionada a fatores como tempo e local e para estudo, então requer disciplina e dedicação.

De acordo a pesquisa TIC Domicílios 2019, 20 milhões de domicílios não possuem Internet, e aqueles que possuem, tem como dispositivo mais utilizado para acesso o celular (99%) e 58 % acessam a Internet somente pelo celular, também apresentando a redução da presença de computadores nos domicílios com grande diferença por classe social, em que na classe D e E apenas 14% utilizam essa ferramenta. Dificuldades de acesso à internet e utilização de ferramentas adequadas são fatores que atrapalham o desenvolvimento do ensino remoto, sendo que esses implicam para os discentes e docentes, não obtendo equipamentos e capacitação adequados para o desenvolvimento das aulas. Segundo a CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO (2020) “muitas escolas, sobretudo públicas, não possuem infraestrutura para essa modalidade, não dispõem de plataformas e AVAs, professores e professoras com formação adequada para trabalhar com a modalidade, não estando, assim como os estudantes, aptos para essa alternativa.”

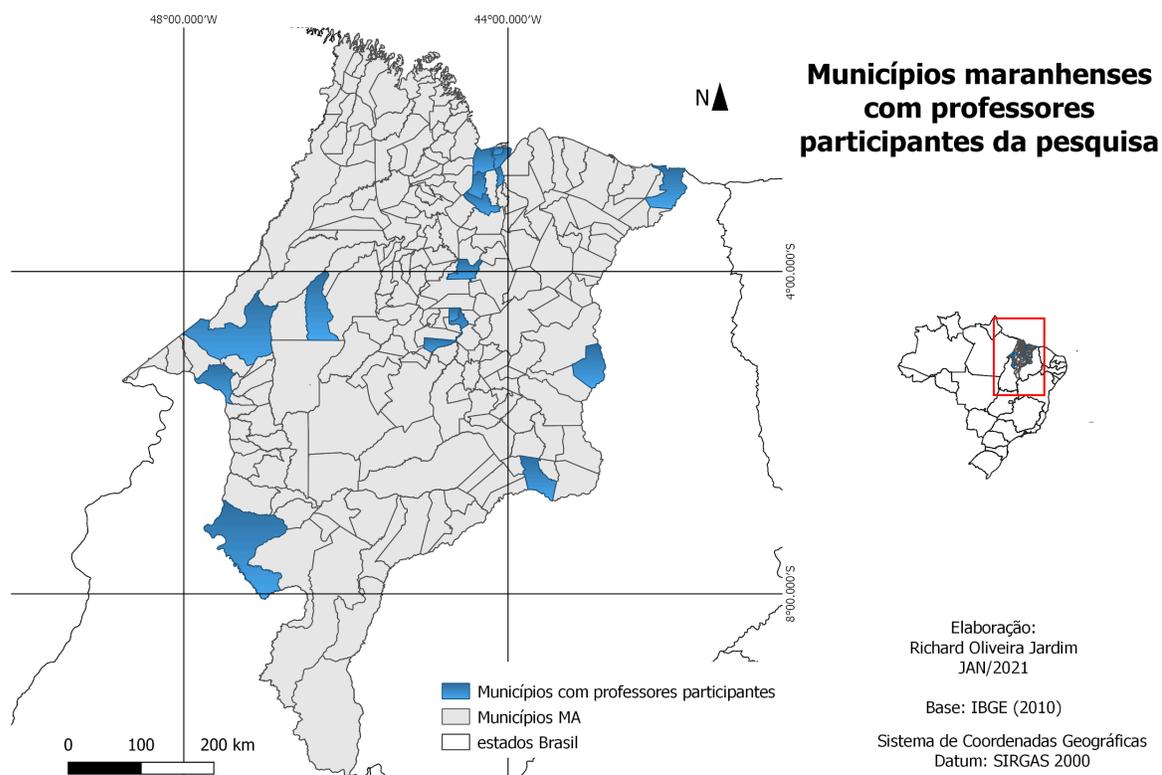
Metodologia

Para realização da pesquisa, foi utilizado o método qualiqualitativo, baseado nos seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e revisão bibliográfica, a fim de nortear a pesquisa em seus aspectos técnicos de levantamento de dados e teorias que expliquem os resultados da pesquisa, bem como levantamento de dados primários a partir de um formulário virtual elaborado na plataforma *google forms*, contendo perguntas fechadas e abertas, divulgada em redes sociais, como *facebook* e *whatsapp*.

O formulário possuía vinte e quatro perguntas respondidas por sessenta e dois professores de várias regiões do estado do Maranhão (Figura 1), a saber: Açailândia, Axixá, Bacabeira, São Luís (capital do estado), Imperatriz, Paço do Lumiar, Santa Rita, São João dos Patos, Esperantinópolis, São Mateus do Maranhão, Buriticupu, Araisos, Timon e São José de Ribamar. Os dados foram tabulados pela plataforma google forms, uma vez que este computa e automaticamente gera gráficos com os resultados.

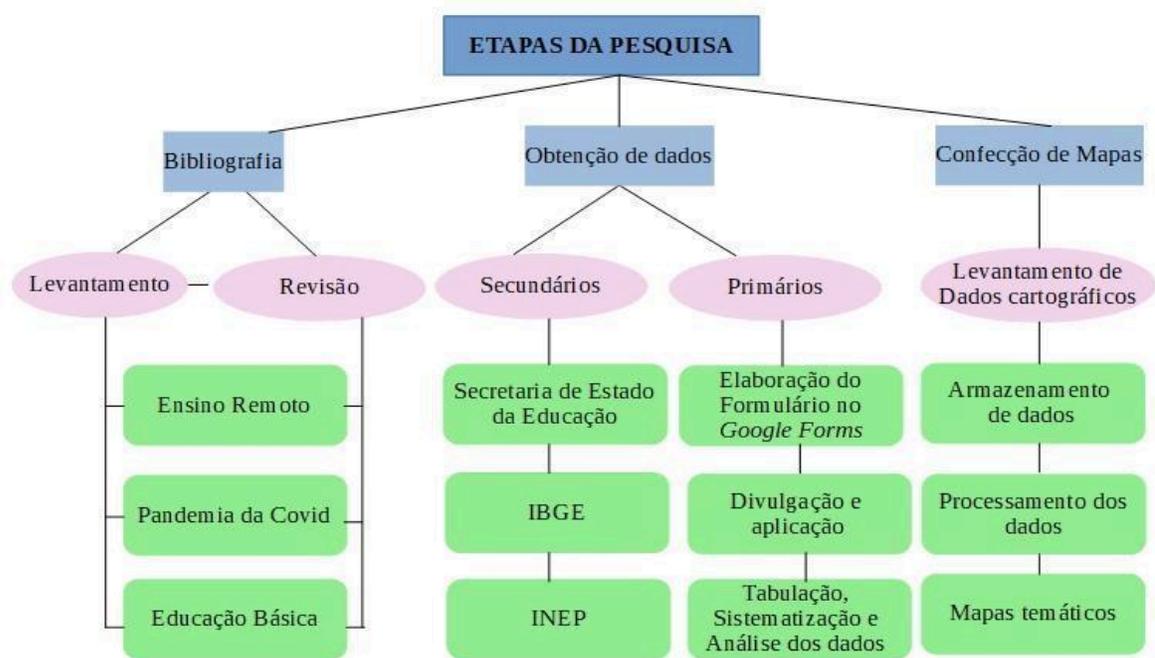
Para geração do mapa, foi utilizado o *software Qgis 3.4.15*. Utilizou-se a base de dados vetoriais, do estado do Maranhão, disponibilizada, de forma pública e gratuita, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2020.

Figura 1 – Mapa de localização dos municípios com professores participantes da pesquisa



Fonte: IBGE 2010.

Figura 2 – Fluxograma da Metodologia



Fonte: O autor

Resultados e discussões

A idade dos entrevistados varia entre 20 a 60 anos, com 44,8% entre a faixa etária de 31 a 40; 20,7% entre 20 e 30 anos; 17% entre 41 e 50 anos; 15,5% com 51 a 59 anos; e 1% com 60 anos ou mais. Destes, 75,9% são do gênero feminino e 24,1% do gênero masculino. Entre os pesquisados, 62,7% foram da rede pública, 18,6% da rede particular e 18,6% de escolas comunitárias.

O acompanhamento dos alunos durante o período de isolamento aconteceu na sua maioria de forma remota (61,3%), enviando trabalhos virtuais e/ou impressos (16,1%), através de aulas gravadas (16,1%) e outros meios (6,5%).

O que foi observado é que os profissionais das escolas públicas, privadas e comunitárias não mediram esforços para continuar com o processo de ensino, mesmo diante da insegurança e do medo. Professores e alunos tiveram suas rotinas totalmente alteradas pela pandemia, o que resultou no abandono por um certo tempo do contato direto, possibilitado pelas aulas presenciais, e partiram

em busca de novos meios, novas ferramentas para continuar com o processo de ensino-aprendizagem.

Nesse momento, a utilização das tecnologias da informação passaram a ser aliadas imediatas para este novo modelo de ensino. E sobre o uso dessas tecnologias observou-se durante a pesquisa, é que, a maioria dos professores já fazem uso de algum tipo de *hardware*, visto que, 62% dos entrevistados não possuíam problemas com a utilização destes, como: computador, tablet e celular. No entanto, quanto a utilização de *softwares* (programas disponibilizados pelas escolas, para compartilhamento de atividades, registros de aulas e notas) 62% dos entrevistados tiveram algum tipo de dificuldade em suas utilizações, o que demonstra pouco conhecimento pedagógico na utilização de ferramentas como *Google Classroom*, *Meet*, *YouTube*, *Zoom* e de outras.

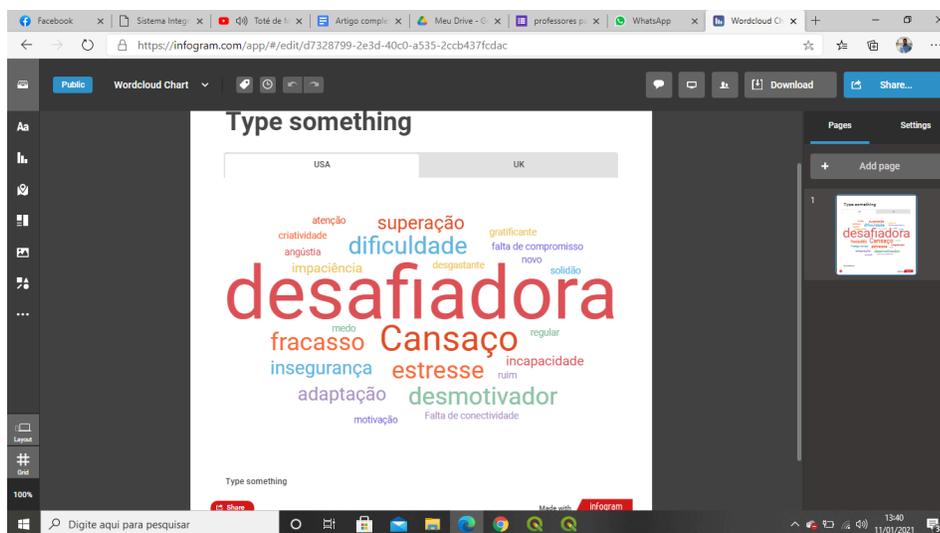
Para amenizar essas dificuldades, os professores, mesmo com o distanciamento, buscaram estar mais em contato, por meio das redes sociais (com criação de grupos no aplicativo do whatsapp, por exemplo. Desse modo, os professores (as) passaram a se comunicar mais entre si, e passaram a trocar também suas experiências diárias sobre o novo modelo de ensino, pois observamos durante o período da pesquisa, que essas relações interpessoais acontecem de forma intensa, contabilizando 60,3% dos resultados, aqueles que não mantiveram essa relação totalizaram 10% e aqueles que tiveram contato raramente totalizaram 29,3%. Já essa mesma relação interpessoal não aconteceu de forma intensa entre professores e alunos já que 83,1% relatam ter tido menos intensidade com os alunos, comparado ao período de aulas presenciais, 11,9% afirmaram ter aumentado essa relação e 5,1% afirma não ter alterado.

Aproximadamente 80% dos professores tiveram que adaptar algum compartimento de sua casa para realização das aulas remotas, tendo o ambiente interno da casa influenciado negativamente para 37,9%, 32,8% o ambiente externo e 29,3% o ambiente virtual. Quando questionados sobre o que mais influenciou positivamente nas aulas remotas, 70,9% afirmaram que o ambiente virtual foi o que mais contribuiu no processo de ensino-aprendizagem, 27,3% o ambiente interno e 1,8% o ambiente externo a casa. O fato de o ambiente virtual favorecer positivamente está associado a que mais da metade dos entrevistados (76,3%) declararam que possuíam internet com qualidade entre regular e boa.

Na tentativa de tornar o trabalho mais coeso, sem perder a qualidade das respostas qualitativas/abertas, vamos nos ater a alguns pontos do formulário, que serão apresentados em

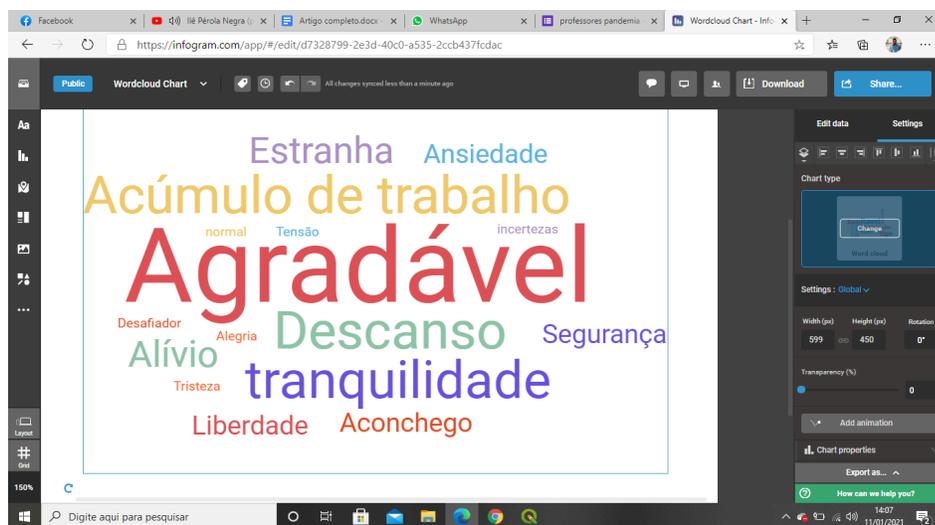
forma de nuvem de palavras, utilizando a plataforma *Infogram*. Para melhor compreensão das respostas, sendo que as maiores palavras são aquelas que apareceram mais vezes nas respostas. O primeiro questionamento foi: “Se pudesse descrever em uma ou duas palavras, qual utilizaria para expressar a sensação de ensinar por meio de tecnologias remotas?”

Figura 3 – Nuvem de palavras expressando a sensação de ensinar através de tecnologias remotas



Fonte: Autores (2021)

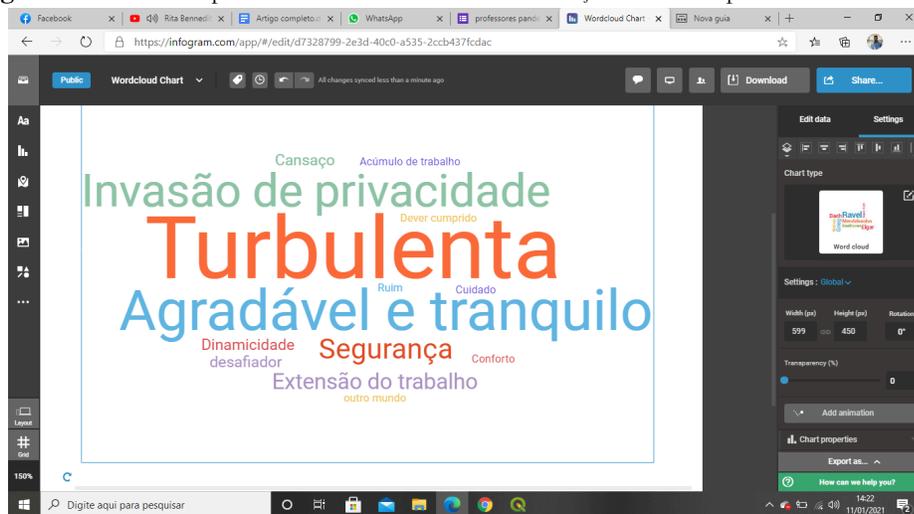
Figura 4 – Nuvem de palavras sobre o sentimento em relação à casa



Fonte: Autores (2021)

A casa, normalmente, é o espaço que nos protege de nossos medos e ansiedades, ou, pelo menos, trazem características que associamos conforto para podermos habitá-las. Sobre isso, com relação à residência, percebemos que as palavras que se destacam revelam que uma parte significativa das pessoas sentem-se agradáveis, descanso, liberdade, segurança, alegria, alívio, tranquilas, dentre outras experiências positivas. Em contrapartida, algumas palavras surgem para mostrar o contrário. No caso de acúmulo de trabalho, podemos entender que parte do trabalho do professor é comumente transferido para casa, como extensão do trabalho. Não queremos aqui legitimar e naturalizar essa transferência de trabalho ao lar.

Figura 5 – Nuvem de palavras sobre o sentimento em relação à casa em período de isolamento



Fonte: Autores (2021)

No período de distanciamento social, quando as casas dos professores foram transformadas em ambiente de trabalho, as emoções/sensações do que é um lar foram resinificadas para ambientes de cansaço, invasão de privacidade, extensão do trabalho, ruim, embora algumas sensações de ser tranquilidade, segurança e dever cumprido essas sensações foram associadas a violência que o mundo externo proporciona, como por exemplo: assaltos a ônibus e outros riscos.

Sobre ter sensações positivas, mas agora associadas à qualidade da produção e boa qualidade do ensino, 73% dos entrevistados indicaram o ambiente virtual como o principal responsável, 26% associaram-se ao ambiente interno da casa e 1% ao ambiente externo à casa.

As sensações negativas estão associadas na sua maioria ao ambiente interno (41%), em seguida ao ambiente externo (31%) e ao ambiente virtual (28%). Quanto ao ambiente interno

podemos citar a questão da falta de privacidade, as conversas e atividades de outros moradores durante o horário de aula; ao ambiente externo temos músicas altas, zoadas de carros, motos e aviões, pessoas desenvolvendo algum outro tipo de atividade que demanda som; e, o ambiente virtual está mais associadas às quedas de energia e internet.

Quanto à questão de suporte oferecido pela instituição ou entidade de ensino que trabalham, a maioria dos entrevistados não tiveram quaisquer suportes, outros apenas para utilização da plataforma virtual adotada pela escola ou sistema educacional, além de materiais para elaboração das atividades. E poucas foram as escolas que ofereceram formação no uso das TICs.

O pouco suporte e a ausência da formação continuada dos profissionais quanto às ferramentas a serem utilizadas nas aulas remotas, resultou também na insegurança no momento de avaliar a aprendizagem dos educandos, diante desse novo cenário. A maioria dos professores (59,6%) optaram por avaliar com base nos aspectos qualitativos, outros por meio da prova objetiva (49,1%), provas dissertativas (33,3%), e outros ainda não tinham feito nenhum tipo de avaliação (1,8%).

A insegurança no momento de avaliar a aprendizagem do educando nas aulas remotas se mostra quando perguntamos se essas avaliações de fato conseguem mensurar o desenvolvimento do educando e, a maioria dos professores (58,3%) responderam que não, outros (21,7%) responderam que sim e os demais responderam que não conseguem mensurar (20%).

Diante disso, constata-se que a educação precisa repensar seus métodos curriculares e investir cada vez mais na formação continuada dos professores tanto para se apropriarem das novas tecnologias de informação e comunicação quanto para a prática mais eficaz das aulas remotas e presenciais.

Considerações finais

Os resultados desta pesquisa nos mostram a extrema necessidade de repensar a educação, seja ela na modalidade remota ou presencial. Visto que, muitos dos professores (as) precisaram aprender a utilizar algumas ferramentas digitais para realizar suas aulas, inserir atividades online, avaliar seus educandos, além de produzir materiais para auxiliar os educandos a compreender melhor os conteúdos, tudo isso de forma repentina, na maioria das vezes, sem nenhum suporte ou preparação para a utilização dessas ferramentas. Por outro lado, nota-se o grande esforço que os

profissionais das escolas (públicas, privadas e comunitárias) estão fazendo para garantir o processo de ensino – aprendizagem.

Referências bibliográficas

TE, M. B. **A educação frente às novas tecnologias: Perspectivas e desafios**. 2012. Disponível em: <https://escoladrxavier.blogspot.com.br/2012/02/educacaofrente-as-novas-tecnologias.html>.

Acesso em: 30 nov. 2020.

PEREIRA, Maria da Conceição; SILVA, Tânia Maria da. **O uso da tecnologia na educação na era digital**. 2013. Disponível em: <http://www.cefaprociaba.com.br/revista/up/ARTIGO%20IX.pdf>.

Acesso em: 30 nov.2020.

SENAC DN. **Metodologias ativas de aprendizagem**. Rio de Janeiro: Senac, Departamento Nacional, 2018, 43 p. (Coleção Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac, 7).

SENAC DN. **Orientações sobre prática docente a distância**. Rio de Janeiro: Senac: Departamento Nacional, 2020. 21 p.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **8 motivos para não substituir a educação presencial pela educação a distância (EaD) durante a pandemia**. Disponível em: <https://campanha.org.br/noticias/2020/03/26/8-motivos-para-nao-usar-educacao-distancia-ead-c-omo-alternativa-para-substituir-educacao-presencial/?fbclid=IwAR1eSfo1V_T--kEmQYGOG5hEfEoIt1Mavy8368FHsqBqxBSa-idbsW_nsVs> Acessado em: 02 dez. 2020

CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – TIC Domicílios 2019**. Disponível em: <https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf> Acessado em: 02 dez. 2020

MONTEIRO, Nilton Araújo. **O abandono do ensino remoto durante a pandemia**. 1. ed. 2020. 36 p. Disponível em: <<https://amz.onl/6QGw47l>> Acessado em: 02 dez. 2020

Contra os negacionismos: A História Pública, o ensino de história e o papel do professor de História como intelectual público no combate aos abusos do passado¹

Contra los negacionismos: la historia pública, la enseñanza de la historia y el papel del profesor de historia como intelectual público en la lucha contra los abusos del pasado

Elvis de Almeida Diana

Doutor em História pela UFMG

Professor de História da SEE-MG

E-mail de contato: eaediana844@gmail.com

Recebido: 20/09/2023

Aprovado: 19/02/2024

Resumo: Neste artigo, buscamos realizar uma revisão bibliográfica acerca da relação entre a História Pública e o Ensino de História enquanto um meio necessário no combate aos negacionismos históricos e aos abusos do passado. Para isso, dividimos este manuscrito em três partes. Na primeira, tratamos sobre os negacionismos e como essa prática é uma ameaça à historiografia, ao ensino de história e à democracia. Na segunda, debruçamo-nos sobre o necessário papel do Ensino de História e a História Pública frente a tais ameaças, ressaltando as relações entre esses âmbitos e a teoria da história. Por fim, destacamos como a união entre a História Pública e o Ensino de História consiste em uma complementaridade essencial no combate aos negacionismos sobre o conhecimento histórico, enfatizando a função do historiador e do professor de História como intelectuais públicos e éticos, na tarefa de realizar mediações entre a Universidade e diversos grupos sociais, com base nas proposições de Marta Rovai (2018), Fernando Penna e Rodrigo Ferreira (2018).

Palavras-chave: História Pública; Ensino de história; Negacionismo.

Resumen: En este artículo pretendemos realizar una revisión bibliográfica sobre la relación entre Historia Pública y Enseñanza de la Historia como medio necesario para combatir el negacionismo histórico y los abusos del pasado. Para ello dividimos este manuscrito en tres partes. En el primero, abordamos el negacionismo y cómo esta práctica es una amenaza para la historiografía, la enseñanza de la historia y la democracia. En el segundo, nos centramos en el papel necesario de la Enseñanza de la Historia y de la Historia Pública frente a tales amenazas,

¹ O presente manuscrito se origina de algumas reflexões iniciais que foram apresentadas na modalidade de comunicação oral no V Seminário Nacional de Pesquisa em História Social - "Diálogos entre História Social, Ensino de História e História Pública", do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, realizado em 2023. No entanto, este artigo é uma ampliação robusta de tais reflexões incipientes apresentadas no mencionado evento.

destacando las relaciones entre estas áreas y la teoría de la historia. Finalmente, resaltamos cómo la unión entre Historia Pública y Enseñanza de la Historia consiste en una complementariedad esencial en la lucha contra el negacionismo sobre el conocimiento histórico, enfatizando el papel del historiador y del profesor de Historia como intelectuales públicos y éticos, en la tarea de realizar mediaciones. entre la Universidad y diversos grupos sociales, a partir de los planteamientos de Marta Rovai (2018), Fernando Penna y Rodrigo Ferreira (2018).

Palabras-clave: Historia Pública; Enseñanza de la historia; Negacionismo.

Introdução

Neste artigo, não objetivamos esgotar os debates sobre as relações entre a História Pública, o Ensino de História, a teoria da história e a história da historiografia como um meio para o combate aos negacionismos. No entanto, intencionamos realizar uma revisão bibliográfica aprofundada a respeito do que já foi e tem sido produzido recentemente sobre tal inter-relação de modo a refletirmos, mais especificamente, e sempre a partir da bibliografia pertinente, sobre como o historiador/professor de história pode ser pensado como um intelectual público e ético, e atuar, pelas mais diversas formas, no enfrentamento às distorções da história atualmente. Desse modo, propomos iniciar este manuscrito tratando, em linhas gerais, sobre o que significam tais condutas problemáticas (os negacionismos) e seus riscos à historiografia, à democracia e ao ensino de história. Em seguida, passaremos a discutir, mediante as contribuições teóricas mais recentes, acerca da necessária inter-relação entre História Pública, teoria da História, história da historiografia e do Ensino de História para o questionamento e o combate aos negacionismos e abusos do passado. Por fim, principalmente com base nas proposições de Marta Rovai (2018), Fernando Penna e Rodrigo Ferreira (2018), reiterar e exaltar a atuação do professor de história como intelectual público e ético no combate aos negacionismos e abusos do passado.

Os negacionismos como ameaça à historiografia, ao ensino de história e à democracia

Considerando tal ponto de partida, o que propomos, inicialmente, está relacionado a uma explanação mais geral sobre o assunto, realizada, reiteramos, por meio de uma revisão da bibliografia pertinente a respeito do tema. Para uma definição geral sobre o termo “negacionismo”, podemos recorrer ao que pondera Luís Edmundo de Souza Moraes (2011):

[...] é possível considerar o negacionismo como uma *fraude* em um duplo sentido, materializada por meio do falseamento dos critérios de legitimidade que ele afirma praticar. Por um lado, trata-se de uma *historiografia falsificada*, ou seja, de um texto que falsifica de forma consciente suas referências de legitimidade, reivindicando o caráter de escrito historiográfico sem sê-lo, apresentando formas próprias ao texto historiográfico (linguagem, notas de rodapé, lista bibliográfica, etc), mas ao mesmo tempo em que rompe com seus fundamentos e limites. Por outro, trata-se de um *passado falsificado*, que também de forma consciente é produzido, ancorado na recusa de todos os indícios e evidências que o contradigam, reivindicando o caráter de proposições verificáveis sem sê-lo. (MORAES, 2011, p. 15, grifos do autor).

Em termos mais específicos, e conforme a historicização do conceito realizada por Alexandre de Sá Avelar, Patrícia Valim e Berber Bevernage (2021), a noção de “negacionismo” ficou conhecida pela sua utilização, por parte do historiador francês Henry Rousso, quando esse autor visou a tratar a respeito de alguns indivíduos que questionaram a veracidade do assassinato de judeus pelos nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial (ROUSSO, 1987, p. 166 *apud* AVELAR; VALIM; BEVERNAGE, 2021).² Ainda segundo os autores, mesmo após o conflito e o genocídio dos judeus na década de 1940, vários escritores, tais como Roubert Faurisson e David Irving³, por exemplo, empreenderam, ao longo do século XX, um esforço considerável para reforçar publicamente as teses negacionistas sobre o tema. Buscavam, desse modo, argumentar que o holocausto teria sido uma “mentira” criada pelos próprios judeus, exaltando, por exemplo, supostas “impossibilidades técnicas” dos campos de concentração, pois esses locais não teriam possuído tamanha capacidade de extermínio e as câmaras de gás teriam servido somente para “desinfetar” os presos (BARDÈCHE, 1948; RASSINIER, 1987; BUTZ, 1979; FAURISSON, 1999; IRVING, 1977 *apud* AVELAR; VALIM; BEVERNAGE, 2021, p. 16).

No entanto, os negacionismos não ficaram limitados somente às discussões sobre o Holocausto, tendo tal postura se ampliado e tangenciado outras temáticas delicadas do passado de vários países a partir do início do século XXI, tornando-se mais “[...] multifacetado [...], a partir de uma miríade de formas de negação de outros genocídios e também (sic) de reconstruções revisionistas de passados mais ou menos sensíveis em diversos países” (AVELAR; VALIM; BEVERNAGE, 2021, p. 17). E isso estaria relacionado, segundo os autores, a três eixos de análise mais gerais a respeito dos atuais negacionismos históricos, quais sejam: 1) o cunho difuso dos negacionismos, que dizem respeito ao aspecto geográfico e, também, da autoria de

² No entanto, ainda a partir de seu diálogo com Rousso, Avelar, Valim e Bevernage destacam que antes mesmo do negacionismo sobre o Holocausto vir à tona, na década de 1940, a negação de outros genocídios já ocorria décadas antes. É o caso, principalmente, da negação do genocídio armênio por parte do governo turco desde 1915, ano desse acontecimento (AVELAR; VALIM; BEVERNAGE, 2021).

³ Irving, por exemplo, processou a historiadora Débora Lipstadt pelo fato de essa autora ter questionado as obras do referido escritor inglês e afirmado que ele teria deturpado fontes históricas, visando a um interesse de seu presente. Sobre o tema, ver: (CARDOSO, 2021).

caráter coletivo de tais manifestações, ao passo que, antes, tais obras e autores eram mais facilmente identificados; 2) o crescente fomento do Estado; e 3) uma reação dos negacionistas às medidas de reparação históricas, o “direito à verdade” e ao surgimento das comissões da verdade desde a década de 1980, principalmente na América Latina (NATALI, 2017 *apud* AVELAR; VALIM; BEVERNAGE, 2021, p. 20). De modo condizente com o que colocamos até aqui está, em nossa ótica, o que Walderez Ramalho, Augusto de Carvalho e Samira Peruchi Moretto afirmam, quando argumentam que “[...] os debates sobre o fenômeno político e social do negacionismo e, de maneira mais ampla, dos usos públicos e políticos do passado, envolvem questões complexas e diversas, que podem ser situadas nas fronteiras entre a epistemologia e a ética da história” (RAMALHO; CARVALHO; MORETTO, 2023, p. 10). E, de fato, mostra-se notável, ainda nos dias de hoje, a ascensão dos negacionismos e revisionismos de ordem ideológica (e não historiográfica), os quais visam minar o conhecimento construído sobre o passado e que são divulgados mediante a deturpação de fatos e falseamento de informações relativas aos mais diversos processos históricos. Para além do já mencionado Holocausto⁴, temas como a escravidão, conflitos com os indígenas durante época colonial e a ditadura civil-militar brasileira – somente para citar alguns deles – foram alçados no centro do debate público, de modo a negar evidências consolidadas pela historiografia (NAPOLITANO, 2021; AVELAR; VALIM; BEVERNAGE, 2021).

Dentre os revisionismos e negacionismos atualmente mais conhecidos, podemos citar, também, os que Maria Lígia Prado elenca, quais sejam: 1) não ter havido um golpe de Estado no Brasil em 1964, igualmente destacado por Napolitano (2021); 2) as imagens que reforçam os preconceitos e, conseqüentemente, a distância que separa o Brasil do restante da América Latina, caracterizadas por visões historiográficas e políticas deturpadas sobre a região (PRADO, M. L., 2021). Grosso modo, segundo Arthur Lima de Avila (2021), tais práticas consistem em uma conduta adotada majoritariamente pelas direitas, ou, mais especificamente, a “Nova Direita”, em ascensão desde, pelo menos, 2015 no Brasil. Isso, segundo o autor, seria caracterizado pelas omissões e silenciamentos de grupos sociais e étnicos colocados à margem ao longo da história e convergiria, também, com um contexto mais amplo, marcado pelo “ódio à democracia”, em

⁴ Mais especificamente sobre a questão dos usos do passado, o Holocausto (ou a *Shoah*), traumas, as disputas e a deturpação da memória e problemas ético-políticos e historiográficos decorrentes, ver: (VIDAL-NAQUET; 1988; CALDEIRA NETO, 2009; BRAGA; GARCIA, 2021; CARDOSO, 2021; BRAGA, 2023). Conferir, também, o dossiê Revisionismos, negacionismos e usos políticos do passado, organizado por Igor Tadeu Camilo Rocha e Thiago Prates, publicado recentemente na *Revista Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/issue/view/2175>. Acesso em: 16/10/22.

diálogo direto de Avila com Jacques Rancière (RANCIÈRE, 2014 *apud* AVILA, 2021). E a supramencionada conduta, qual seja a caracterizada pela prática dos negacionismos, segundo Marcos Napolitano (2021), é composta pelas duas referidas formas de distorção em prol de disputas e interesses políticos do presente, o negacionismo e o revisionismo históricos⁵, sobre os quais o autor trata da seguinte forma:

A primeira distorção é o recurso à mentira pura e simples sobre um evento ou fato histórico comprovado por fontes e por consenso de historiadores (independentemente das interpretações que se possa fazer sobre suas causas ou desdobramentos), conhecido pelo nome de *negacionismo*⁶. A segunda distorção é a apropriação seletiva de fatos igualmente comprovados, sem a devida complementação de informações, para reforçar a tese negacionista. A isso chamaremos de *revisionismo ideológico* (NAPOLITANO, 2021, p. 86-87, grifos do autor).

Embora os negacionismos estejam se manifestando de forma perceptível atualmente, e consistam em uma conduta problemática cada vez mais debatida pelos historiadores, tais expressões não são uma prática nova. Conforme apontam Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus e Edgar Avila Gandra, a partir da leitura de Jacques Le Goff feita por esses autores, o negacionismo é algo que se mostra presente, ao menos, desde a década de 1980, com a negação do Holocausto por meio de um “falso rigor histórico”, em um contexto “[...] marcado pela valorização do passado e pela aceleração da história [...]” (JESUS; GANDRA, 2020, p. 4). E o mais contraditório é que, ainda segundo Jesus e Gandra (2020), por um lado, um dos principais modos de ação dos negacionistas é o de desacreditar e desqualificar o trabalho historiográfico já consolidado em variados assuntos, principalmente sobre o Holocausto, afirmando que aquele se encontra monopolizado por alguns grupos universitários específicos. Por outro lado, utilizam-se de uma postura positivista e empirista em relação às fontes históricas para tal finalidade, como forma de atribuir um caráter científico e crítico ao que buscam defender, e sugerir um distanciamento em relação à “[...] posturas intolerantes, como por exemplo, do racismo e da xenofobia, posicionamentos que já cercearam suas iniciativas, levando tais grupos a terem problemas legais para difusão de suas propostas políticas-ideológicas” (JESUS; GANDRA, 2020, p. 4).

⁵ Conferir, também, o trabalho de Márcio Selligmann-Silva (2021) sobre a relação entre revisionismo e negacionismo, e o papel da história como elemento de preservação das memórias traumáticas (SELLIGMANN-SILVA, 2021).

⁶ Segundo Napolitano, o negacionismo extrapolou o contexto e a temática do Holocausto judeu durante a Segunda Guerra Mundial, e encontrou espaço em debates sobre diversos outros processos históricos, tais como a escravidão, as ditaduras e vários genocídios ao longo da história, o que fomentou o surgimento de um âmbito complementar seu, o “revisionismo ideológico” (NAPOLITANO, 2021). Também é válido que mencionemos o termo “revisionismo apologético”, cunhado por Caroline Silveira Bauer, ao tratar sobre os revisionismos que visam defender o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar no Brasil (BAUER, 2018).

Conforme Napolitano (2021), o revisionismo historiográfico não consiste, em si mesmo, em um problema, pelo contrário: contribui para o avanço da historiografia ao tratar sobre novas perspectivas e fontes renovadas, visando ao avanço do conhecimento do passado acerca das mais diversas temáticas e processos históricos. No entanto, ainda segundo o autor, o problema radica em uma especificidade nociva do revisionismo, qual seja o já mencionado “revisionismo ideológico”, o qual objetiva reunir fontes que ratifiquem uma ideia já anteriormente formada a respeito de um processo histórico específico. Assim,

[...] Esse tipo de revisionismo é refém de objetivos meramente ideológicos, da falta de método e da ética da pesquisa historiográfica. Trata-se daquele revisionismo calcado na manchete sensacionalista sobre um tema histórico, na apropriação descontextualizada de trabalhos historiográficos, no anacronismo, no uso acrítico de fontes (tomadas como “prova factual” a partir de uma leitura superficial, sem crítica ou contextualização), sempre com o intuito de defender uma tese dada *a priori* sobre o passado incômodo e sensível (NAPOLITANO, 2021, p. 99-100, grifos e aspas do autor).

Porém, o revisionismo ideológico pode se “cruzar”, em alguns momentos, com o revisionismo historiográfico, pois o primeiro muitas vezes não hesita em se utilizar do segundo a depender de seus objetivos político-sociais. Inclusive, o faz para descredibilizar, com base no anacronismo e no sensacionalismo, discussões de caráter progressista, visando à destruição desse conhecimento por meio “[...] da mentira e da explicação enviesada sobre fatos e processos históricos polêmicos” (NAPOLITANO, 2021, p. 100). Tais fragilidades metodológicas e sensacionalismos desempenhados por essa conduta antiética, às quais Thales Francisco Ribeiro denominou de “parametodologia” (ou metodologias pseudocientíficas) (RIBEIRO, s/d *apud* NAPOLITANO, 2021, p. 102), poderiam ser combatidas, segundo Napolitano, com uma “metametodologia” (NAPOLITANO, 2021, p. 100). Também é necessário, segundo o autor, sempre ter, como norte ético, político, pedagógico e historiográfico, a “verdade histórica” como defesa contra os negacionismos e revisionismos ideológicos, não enquanto a verdade factual e cientificista “dura” dos historiadores do século XIX, mas sim a “verdade referencial”, em termos ontológicos e éticos (NAPOLITANO, 2021, p. 109-110). Nesse sentido, essa última abordagem (a “metametodologia”) poderia e deveria ser utilizada tanto por historiadores acadêmicos, quanto professores de História do ensino básico, de modo não neutro e calcada na crítica das fontes, evidências e amparado pelos diversos aportes teóricos disponíveis (NAPOLITANO, 2021, p. 105).

Rodrigo Patto Sá Motta (2020) possui perspectiva semelhante à colocada por Napolitano (2021). Segundo Motta,

Obviamente, alguns pressupostos da historiografia metódica do século XIX estão superados, como a perspectiva linear sobre o fenômeno da temporalidade (conectada ao otimismo progressista), o eurocentrismo e o objetivismo cientificista, por exemplo. No entanto, seria equivocado questionar todo o legado dessa tradição, até porque fazem parte dos mesmos princípios modernos a valorização do debate crítico e a abertura de reflexões teóricas que renovam o campo. Essa discussão implica, também, tema espinhoso e complexo, a verdade, o relativismo radical e a chamada pós-verdade. Acreditar que nenhuma verdade é realmente alcançável pelo conhecimento histórico significaria, no limite, admitir que todas as versões podem ser igualmente aceitáveis. Se assim fosse, não poderíamos estabelecer quem tem razão no debate sobre tortura na ditadura, por exemplo. (MOTTA, 2020, p. 35).

Nesse sentido, Motta propõe que nós, historiadores, adotemos “verdades básicas” e/ou “simplórias”, porém capazes de fazer frente e combater os negacionismos e as *fake news* atuais, ou seja, “uma verdade provisória, portanto, referenciada no conhecimento que se pode estabelecer hoje” (MOTTA, 2020, p. 36). Tais procedimentos problemáticos, os negacionismos, estão em convergência, a nosso ver, com o que Fernando Nicolazzi, em entrevista para o *blog Café História*, realizada em 2021, aponta sobre os usos políticos do passado, conceitos e ações que o mencionado historiador define como sendo a utilização pública de indivíduos e eventos pretéritos para objetivos de cunho exclusivamente político do presente. Alguns exemplos, destacados por Nicolazzi, são a exaltação da escravidão e da ditadura militar brasileira (NICOLAZZI; MARQUES, 2021, online). Embora as considerações de Nicolazzi nos sejam válidas para pensar no que consistiriam tais utilizações do passado para determinadas finalidades políticas do presente, entendemos que a concepção de Pedro Paulo Funari (2021) sobre o assunto robusteça ainda mais o debate. Funari trata tanto sobre os usos do passado, os quais seriam uma ação mais passiva, de usar o passado sem necessariamente reelaborá-lo, mas também sobre a *recepção* e as *apropriações* a respeito de momentos pretéritos, de modo que esses sejam ressignificados pelos atores históricos e do presente. Além disso, o autor também versa sobre os *abusos* realizados sobre o passado, os excessos caracterizados pelos anacronismos (principalmente os relacionados à Antiguidade, ligadas ao gênero e à questão racial para legitimar as dominações sociais ulteriores) que, por sua vez, também seriam a base formadora das tão conhecidas *fake News* de hoje em dia (FUNARI, 2021).

Também acreditamos ser relevante considerarmos o que argumenta o historiador holandês Antoon de Baets (2013) sobre os usos irresponsáveis da História e os prejuízos que tais condutas causam. Para De Baets, discordando indiretamente de Funari (2021), a nosso ver, não seria possível afirmar que é o passado o objeto de abusos, mas sim a disciplina História, sendo que “É a história que pode sofrer abuso, não o passado. Fontes, fatos e opiniões sobre o passado

podem ser intencionalmente distorcidos, mas o passado em si mesmo não pode ser afetado por atos praticados no presente.” (DE BAETS, 2013, p. 21). Além disso, para o autor, todas as condutas abusivas em relação ao processo de produção do conhecimento histórico, ou seja, à historiografia, constituem necessariamente um prejuízo de cunho social, coletivo (DE BAETS, 2013, p. 26), e isso remete, inclusive, aos riscos do comprometimento da credibilidade pública dos próprios historiadores⁷ (DE BAETS, 2002, p. 22 *apud* DE BAETS, 2013, p. 26).⁸

Além disso, acreditamos que estamos diante da questão da “verdade histórica” em tempos da chamada “pós-verdade”. Conforme bem pontua Sônia Meneses (2020), mitos foram elaborados para se interpretar e explicar o Brasil desde o século XIX: no oitocentos, houve o advento da teoria das três raças para buscar dar conta da ideia de que o Brasil era formado pela miscigenação.⁹ No século XX, com a ideia da “cordialidade”¹⁰, buscou-se tratar sobre a possibilidade de um país mais “coeso”; e, finalmente, no atual século em que estamos, alimentou-se a crença em uma democracia bem consolidada (MENESES, 2020). No entanto, ainda conforme pontua a autora, “[...] sob o manto das invenções cordiais, um mar revolto de golpes, preconceitos, desigualdades e violências movimentava outros fluxos temporais e sociais.” (MENESES, 2020, p. 49, aspas da autora). De um modo ou de outro, os negacionismos, os revisionismos ideológicos e os usos (ou abusos) do passado (e/ou da História), seus anacronismos e as *fake News* históricas e atuais estão interligados entre si. E qual seria o papel do historiador, do professor de história, do Ensino de História e da teoria da História diante desses desafios? Vejamos.

⁷ No mesmo sentido, Heloísa Murgel Starling (2019) argumenta que a fraude, cometida em relação à História, também implicaria em um problema para a democracia, pois a falta de uma verdade histórica resultaria na ausência de referenciais para a contestação das ações dos governantes no exercício do poder (STARLING, 2019).

⁸ Ainda sobre os usos e/ou “abusos” da História, além dos diversos significados atribuídos a essa disciplina enquanto projetos políticos ao longo do tempo e atualmente, ver o recente artigo de Joan W. Scott (2023).

⁹ Segundo Meneses, em seu diálogo com Lília Schwarcz (SCHWARCZ, 2019 *apud* MENESES, 2020, p. 51-52), essa é uma referência à teoria das três raças, elaborada por Karl Von Martius ainda na época do incipiente IHGB, e, posteriormente, retomada e consolidada por Gilberto Freyre, que contribuiu para o início da ideia de “democracia racial” como forma de se defender que a população brasileira foi constituída por essa “mistura” de raças. Essa ideia, inclusive, foi utilizada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, ainda durante a campanha presidencial de 2018, quando afirmou que, no Brasil atual, não havia dívida nenhuma a respeito da escravidão justamente por causa dessa “mistura” e pelo fato de que, supostamente, terem sido os próprios africanos quem venderam os seus conterrâneos para os portugueses. Ainda segundo a autora, tal afirmação se aproxima do que defende Leandro Narloch em seu livro “Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil” (2009) (MENESES, 2020, p. 51-52). Para uma discussão no mesmo sentido, ver também: (MARTINS, 2023).

¹⁰ Aqui, Sônia Meneses muito provavelmente se referiu à ideia do “homem cordial”, elaborada por Sérgio Buarque de Holanda no capítulo 5 de seu clássico livro *Raízes do Brasil* (1936 [1995], p. 139-151).

A inter-relação entre a teoria da História, a História Pública e o Ensino de História para a formação democrática

Ainda em diálogo que estabelecemos com Napolitano (2021), destacamos que a “metametodologia” proposta pelo referido autor, a qual já mencionamos, e seus pressupostos abrange não somente o historiador acadêmico, mas também o professor de História do ensino básico, pois esse não é e não deve ser um simples reprodutor ou repetidor da historiografia que é produzida dentro da Universidade. Deve ir além: manter um diálogo contínuo com o que advém da academia. Assim, isso é necessário para que o professor da rede básica, formado na Universidade, estabeleça uma linguagem “acessível aos alunos que devem desenvolver um pensamento histórico e conhecer as bases da produção do conhecimento sobre o passado”, além de evitar juízos de valor e prezar pela objetividade sem deixarem de ser críticos e engajados (NAPOLITANO, 2021, p. 105).

Acreditamos que, diante dos ataques sofridos pela História e na mesma linha que Napolitano argumenta, está o que Rodrigo Patto Sá Motta (2020) defende acerca da necessidade de se repensar o Ensino de História, e esse “repensar”, segundo o autor, deveria ser centrado no estabelecimento de uma maior aproximação entre a Universidade e a educação básica. Além disso, ainda de acordo com Motta, deve-se atribuir um relevo maior ao ensino da história recente, focando-se no combate às manifestações públicas que defendem a volta da ditadura militar, intensificadas de 2014-15 para cá, “[...] sem descuidar das outras áreas, mas de olho na luta pela democracia” (MOTTA, 2020, p. 40). Assim, “[...] não se trata de ensinar as crianças a seguirem tal ou qual cartilha, mas a analisarem a nossa experiência histórica coletiva em tom crítico (e fundamentado em evidências), estimulando-as a fazerem escolhas conscientes e orientadas por suas convicções e interesses” (MOTTA, 2020, p. 40).

Em consonância com tais colocações de Napolitano e Motta estão, em nossa visão, o que Maria Ligia Prado (2021) defende a respeito de expressões e ações que não necessariamente consistiriam em um revisionismo historiográfico, mas sim em algo decorrente disso, que desembocaria em um patrulhamento ideológico do ensino de História nas instituições de ensino em geral. Esse último ponto está relacionado à visão, recentemente construída por políticos e grupos conservadores brasileiros, de que os professores, principalmente os de História, devem ser “vigiados” e “controlados” devido à “promoção da doutrinação ideológica” que supostamente seria realizada pelos docentes (PRADO, M. L., 2021).

Esse movimento conservador e intimidador ficou conhecido como “Escola Sem Partido” e fomentou a criação de projetos de lei de ensino domiciliar (ou *homeschooling*), justamente para que os pais evitassem que seus filhos tivessem contato com uma suposta “doutrinação” nas escolas (PRADO, M. L., 2021). No entanto, a autora ressalta como esse tipo de medida pedagógica possui um viés elitista, pois restringe a educação ao âmbito privado, remetendo, assim, ao total prejuízo da esfera pública e da ampliação da cidadania (PRADO, M. L., 2021). Por fim, a autora defende que a figura do professor de História, nas escolas, é essencial para a formação dos estudantes a respeito do passado e sua existência no presente, de modo a contribuir, assim, para a construção de um pensamento crítico e uma conduta democrática (PRADO, M. L., 2021).¹¹ Fernando Penna e Rodrigo de Almeida Ferreira (2018) também tratam sobre o cerceamento promovido pelo movimento Escola Sem Partido, mas também destacam a falta de autonomia docente e intelectual trazida pela nova BNCC que, desde meados dos anos 2010, vem sendo discutida e está em vigência no Brasil. Segundo os autores, esse documento engessa a prática intelectual e docente do professor de História, haja vista que a Base é organizada em códigos com descrições rígidas (PENNA; FERREIRA, 2018).

Acreditamos que, no mesmo sentido de tais cerceamentos, estão as colocações de Funari (2021) a respeito da necessidade do ensino de História frente aos abusos do passado, os quais insistem em conformar e naturalizar o senso comum construído ao longo do tempo como meio de subalternização e dominação de determinados grupos sociais, visando a combater as *fake news* históricas (FUNARI, 201, p. 142-143). Nesse sentido, diante de tais desafios, e como asseveram Jaime Pinsky e Carla Bassanezy Pinsky, nós, enquanto historiadores e professores, precisamos defender a História e “temos a obrigação de enfrentar e sobrepujar a ignorância¹², mesmo quando ela se apresenta de forma ameaçadora” (PINSKY J.; PINSKY C., 2021, p. 11).

¹¹ Embora haja reações a essa investida conservadora e autoritária. Um exemplo de movimento contrário a tais ameaças é o chamado “Professores Contra o Escola Sem Partido” (PCESP), o qual tem, como membros, os professores Fernando de Araújo Penna (UFF), Renata Aquino, Fernanda Moura, Fabiany Melo, Carina Martins e Diogo Salles. Dentre os mencionados docentes, Penna é o que mais tem atuado publicamente em debates sobre o tema. Ver: (PENNA; FERREIRA, 2018).

¹²Embora também seja mister termos em mente o que argumenta Caroline Silveira Bauer sobre a impressão de que a enunciação de tais discursos negacionistas e revisionistas “apologéticos” ser um simples resultado da ignorância e do desconhecimento da história, como muitos *memes* da internet ainda veiculam nos dias atuais, o que, implicitamente, atribuiria a responsabilidade aos professores de História a respeito do êxito ou fracasso da educação sobre o passado. Ainda segundo a autora, é preciso entendermos que tais expressões antidemocráticas são resultado de uma intenção consciente de manifestação, no âmbito público, em prol da volta da ditadura militar no Brasil, por exemplo (BAUER, 2018). Também sobre esse tema, ver: (BAUER; NICOLAZZI, 2016). De qualquer modo, tais manifestações públicas, ao menos desde 2015, a respeito da função atual da História consistem, segundo Ana Maria Mauad, Junielle Rabelo de Almeida e Ricardo Santhiago, em um “[...] recrudescimento do papel da História como uma das bússolas orientadoras da vida política, social e cultural contemporânea” (MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO, 2016, p. 11).

Por outro lado, diante do aumento crescente do fascínio pelo passado, de meados do século XX em diante (HUYSSSEN, 2000; SARLO, 2007 *apud* RAMALHO; CARVALHO; MORETTO, 2023, p. 4), também há uma “demanda” para que os historiadores tratem sobre os temas históricos publicamente, seja no ambiente escolar, na imprensa, nas redes sociais, no Youtube, entre outros espaços e meios de comunicação atuais, por meio de variados suportes.¹³ É neste ponto em que acreditamos ser possível estabelecer uma reação. Nesse sentido, endossamos as propostas de vários autores a respeito da relevância e necessidade da História Pública para a divulgação da pesquisa histórica e, também, para pensarmos a atuação do historiador e outros profissionais, apesar dos diversos significados existentes para esses termos ao longo do tempo e em variados países (ALMEIDA; ROVAI, 2011; SANTHIAGO, 2016; LIDDINGTON, 2011), conforme veremos a seguir.

Sem termos a pretensão de tratar sobre todos os debates realizados a respeito da História Pública, buscamos nos utilizar de algumas balizas teóricas para refletir acerca da relação entre a História Pública e o Ensino de História, de modo a combater os negacionismos, os revisionismos ideológicos e as *fake News* na área de História e, conseqüentemente, os anacronismos e abusos de âmbito político-social decorrentes de tais elementos. Nesse sentido, concordamos inteiramente com Mateus Henrique de Faria Pereira e Valdeí Lopes de Araujo a respeito de a História Pública, assim como a história do tempo presente¹⁴, ser um dos meios fundamentais para reivindicar o presente por parte da História de modo a pensar saídas para o que os autores denominam “atualismo”, no qual as extremas-direitas têm tido vantagem nos últimos anos (PEREIRA; ARAÚJO, 2021).¹⁵ Conforme as palavras dos mencionados autores:

Chamamos de atualismo essa historicidade hegemônica, em que o real se confunde com a atualidade experimentada como um presente vazio e autocentrado. Para tentarmos sair da “gaiola” atualista precisamos desafiar a compreensão corriqueira de que a história é apenas passado. Parcela significativa das chamadas história do tempo presente

¹³ A respeito das “demandas sociais” dos historiadores a partir de questões do presente, Ricardo Santhiago, Viviane Trindade Borges e Rogério Rosa Rodrigues (2020) realizam um debate denso, por meio das contribuições teóricas sobre o conceito de “demanda social” discutido por autores como Pierre Sauvage, Marieta de Moraes Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. Conforme propõem Santhiago, Borges e Rodrigues, além da fotografia, da música, do cinema e da História Oral, os quais contribuíram e contribuem para a consolidação do caráter científico da História, também seria pertinente se considerar e analisar outros tipos de fontes, quais sejam os memes e as ferramentas próprias das redes sociais, a exemplo dos *stories* (SANTHIAGO; BORGES; RODRIGUES, 2020).

¹⁴ Para uma discussão densa sobre a historiografia, os aspectos teóricos e as possibilidades da produção de uma História do Tempo Presente, ver: (DOSSE, 2012).

¹⁵ Valdeí Lopes de Araújo argumenta que o avanço das direitas nos últimos anos, no Brasil, iniciou-se por meio do movimento Escola Sem Partido que, juntamente com as chamadas histórias “politicamente incorretas”, buscaram desqualificar o professor de história do ensino básico e, posteriormente, prosseguiu com os ataques aos docentes universitários. Por fim, tais investidas teriam desembocado na hostilidade contra o conhecimento científico e médico, durante a pandemia de COVID-19 (ARAÚJO, 2023, p. 29).

e *história pública* parecem avançar nessa direção de uma reivindicação do presente pela história. Entendemos que esse desafio é cada vez mais necessário (PEREIRA; ARAÚJO, 2021, p. 16, grifos nossos, aspas dos autores).

Considerando o que afirmam Pereira e Araújo acima, e em diálogo com a questão colocada por Ana Maria Mauad, Ricardo Santhiago e Viviane Trindade Borges, consideramos urgente questionarmo-nos acerca de “que história pública queremos?” (2018, p. 9-12). É uma questão complexa, mas, para respondê-la, utilizamo-nos das proposições dos próprios autores que mencionamos anteriormente:

A história pública que queremos procura reconhecer [...] as tradições disciplinares e interdisciplinares (e as indisciplinadas, por que não?), as instâncias de apreciação e de crivo, que há décadas fazem parte do fazer história dentro e fora do Brasil. Por estas razões, *a história pública que queremos* não se pensa como um campo disciplinar para erguer novos limites; longe disso, propõe-se como uma plataforma de onde se observam a confluência de atitudes comuns face ao tempo e às temporalidades históricas, disseminadas por diferentes instituições, por meio de temas diversos, combativos e difusos, potencializada pela diversidade cultural do nosso país de dimensões continentais (MAUAD; SANTHIAGO; BORGES, 2018, p. 12, grifos dos autores).

Acreditamos que a resposta de Mauad, Santhiago e Borges à pergunta, feita pelos próprios autores, está de acordo com o que propõe Thamara de Oliveira Rodrigues quando trata sobre algumas formas de abertura para a escrita e produção de histórias que a autora denomina de “não convencionais” (RODRIGUES, 2019). Em diálogo teórico com a historiadora polonesa Ewa Domanska, a respeito do conceito de “histórias não convencionais” elaborado por essa autora (DOMANSKA, 2004 *apud* RODRIGUES, 2019, p. 103-106), Rodrigues argumenta que a História Pública seria uma dessas formas “não convencionais”, pois, conforme afirma a autora, contribuiria para o fim da dicotomia entre o conhecimento “acadêmico” e o “não acadêmico” e, ainda, desconstruiria a ideia de que a História seria apenas um produto a ser consumido pela sociedade (RODRIGUES, 2019, p. 113-114, aspas da autora, tradução nossa). Nesse sentido, e em consonância com o que propõe Thamara Rodrigues, entendemos que a concepção de Jill Liddington sobre a temática da História Pública também nos seja essencial para o combate aos negacionismos. Esta autora a considera como uma forma de superar o simples entretenimento propriamente dito, e a concebe mais enquanto um meio de ação mediadora (como “verbo”) praticada pelas e pelos historiadores: “A história pública tem importância real e urgente, dada a crescente popularidade das representações do passado nos dias de hoje.” (LIDDINGTON, 2011, p. 50). No mesmo sentido, acreditamos ser necessário estarmos atentos ao que defendem Junielle Rabelo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2013) a respeito da História Pública:

Deve-se salientar que fazer história pública não é só ensinar e divulgar certo conhecimento. Pressupõe pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos. É um novo caminho de conhecimento e prática, de como se fazer história, não só pensando na preservação da cultura material, mas em como colaborar para a reflexão da comunidade sobre sua própria história, a relação entre passado e presente. Enfim, como tornar o passado útil para o presente (ALMEIDA; ROVAL, 2013, p. 2-3).

Também concebemos ser fundamental considerarmos os modos de realização da História Pública e suas relações que propôs Ricardo Santhiago, quais sejam: “[...] a história feita *para* o público [...]; a história feita *com* o público [...]; a história feita *pelo* público [...]; e *história e público*” (SANTHIAGO, 2016, p. 28, grifos do autor). Nesse sentido, endossamos a leitura feita por Nicolazzi a respeito de tais proposições de Santhiago, a qual consiste no fato de que não é possível privilegiar algum dos pontos anteriormente destacados, pois “[...] *não há produção de história sem que haja, simultaneamente, a produção de um público para essa história.* O que cabe indagar aqui, sobretudo, é quais são as condições dessa produção, de que maneira um e outro são produzidos. E é aqui que *a dimensão da democracia toca de maneira mais decisiva.*” (NICOLAZZI, 2019b, p. 218, grifos nossos).

Desse modo, concordamos com Jurandir Malerba (2014) quando o autor, em sua crítica a autores que escrevem uma história “anedótica” e politicamente incorreta¹⁶, como Leandro Narloch, por exemplo, sustenta ser necessário que os historiadores acadêmicos estejam atentos à História Pública (a qual alcança grandes audiências) e suas variadas formas de divulgação (livros, internet, museus, televisão, cinema, etc). Malerba (2014; 2017) também chama a atenção para a urgência de os historiadores, atuantes na Universidade, inserirem-se no mencionado debate, “[...] inclusive por cuidado para com o ensino e as práticas didáticas [...] ultrapassando os muros da academia para cada vez mais tomar parte, como especialistas, nos debates de interesse público” (MALERBA, 2014, p. 43). Enfim, como forma de atuarem como “historiadores públicos”, conforme defendeu Robert Kelley: “historiadores públicos entram em ação sempre que, em suas especialidades, tomam parte no processo público” (KELLEY, 1978 *apud* MALERBA, 2014, p. 29).

¹⁶ Ver, também, as análises e as críticas, feitas por Arthur Lima de Avila e Fernando Nicolazzi, sobre a empresa *Brasil Paralelo*, produtora de vídeos sobre História que vem despertando a reação dos historiadores a respeito de seus conteúdos sem compromisso com o rigor metodológico e ético a respeito da ditadura civil-militar brasileira e outros temas (AVILA, 2021; NICOLAZZI, 2019). Antes mesmo da *Brasil Paralelo*, houve, conforme nos informa Carlos Gustavo Nóbrega Jesus, o surgimento de outros exemplos de negacionismos tais como algumas obras publicadas pela Editora Revisão no Rio Grande do Sul, no final da década de 1980, a qual teve o polêmico livro intitulado *Holocausto judeu ou Alemão? Nos Bastidores da Mentira do Século*, de autoria do próprio fundador da Editora, Siegfried Ellwanger, como uma das primeiras publicações. A referida obra foi acusada de possuir conteúdo racista e, ainda segundo Jesus, devido aos vários processos legais que sofreu, viu-se obrigada a encontrar novas formas de divulgação, principalmente na internet. Ver: (JESUS, 2006 *apud* JESUS; GANDRA, 2020). Sobre essa temática, ver também: (CALDEIRA NETO, 2009).

Para além da questão da produção e divulgação do conhecimento histórico de modo ético, e mediante balizas teórico-metodológicas necessárias, tão relevante quanto é a necessidade de se pensar as relações entre a História Pública e o Ensino de História no combate aos negacionismos, revisionismos ideológicos e as *fake News*, de forma interligada.¹⁷ Nessa linha, estamos atentos ao que propõe Bruno Leal (2021) quando o autor relembra e reforça a “educação cidadã”, proposta por Paulo Freire, em contraposição à “educação bancária” (pautada basicamente na simples “transmissão do conhecimento”). Nesse sentido, educar para a cidadania¹⁸, na leitura de Leal sobre a obra de Freire, pressupõe o reconhecimento do “direito à verdade” (LEAL, 2021, p. 169).

Nesse sentido, Rodrigo de Almeida Ferreira (2018) defende que a escola consiste em um local no qual essa inter-relação se dá de modo mais notório, sendo a instituição escolar um espaço privilegiado para isso. O autor destaca o aumento do interesse de professores do ensino básico a respeito da História Pública, ainda mais devido às diversas práticas utilizadas para fomentar o conhecimento histórico junto aos alunos, que vão desde textos complementares até fotografias, pinturas, jogos eletrônicos, visitas a museus etc. Estabelece-se, assim, uma relação entre docentes e discentes, de modo que os primeiros proporcionam um espaço para divulgação e circulação do conhecimento histórico, ao mesmo tempo em que os segundos também têm papel ativo nessa relação, pois possuem seus saberes adquiridos em sua trajetória de vida e social, e em consonância com “[...] o *histórico circulante*, construído por meio de variadas linguagens, narrativas e suportes culturais”, aos moldes de uma educação reflexiva e crítica proposta por Paulo Freire (FERREIRA, 2018, p. 34-35).¹⁹ As supracitadas colocações de Ferreira se mostram essenciais

¹⁷ Também acerca dos problemas enfrentados pelos professores de história atualmente com a disseminação dos negacionismos, estes que vêm sendo impulsionados pela velocidade da internet e caracterizados pelas várias formas de deturpação da história, conferir os artigos dos seguintes dossiês temáticos, publicados recentemente: Dossiê “O Ensino de História e os desafios do tempo presente: disputas de narrativas, mídias sociais e negacionismos” (2023), organizado por Willian Júnior Bonete, Lisiane Sias Manke e Arnaldo Martin Szlachta Junior, e publicado pela Revista Aedos (UFRGS) (Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/issue/view/4734>. Acesso em 12/09/23); Dossiê “Ensino de História: os desafios da sala de aula em tempos de negacionismo histórico”, publicado pela Revista Faces de Clio (2023) (Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/issue/view/1729>. Acesso em: 12/09/23).

¹⁸ Outras contribuições ao debate também trataram sobre a relação entre a História Pública e a cidadania, tais como o trabalho de John Tosh ([2008] 2022), no qual o autor afirma que, para que os historiadores possam construir a “boa cidadania” de modo a “revitalizar” o público, seriam necessários alguns elementos essenciais, tais como: “expor o mito politicamente inclinado, colocar nossas preocupações em narrativas mais amplas, testar os limites da analogia e, acima de tudo, mostrar como a familiaridade com o passado pode abrir portas para um sentido mais amplo das possibilidades do presente.” (TOSH, [2008] 2022, p. 43).

¹⁹ Assim como Rodrigo Ferreira, outros autores também se propõem a pensar as relações entre a História Pública e a Educação (Ensino de História), mediante vieses teóricos distintos e a partir de diversos meios (inclusive as mídias digitais), tais como: (ANDRADE; ANDRADE, 2016; FONSECA, 2016).

para entendermos as inter-relações entre a História Pública e o Ensino de História, em termos mais práticos e palpáveis. No entanto, também é necessário estarmos atentos ao que o próprio autor destaca a respeito de que é preciso complementar tais ações com a reflexão de âmbito teórico-metodológico, de modo a contribuir “[...] tanto para o planejamento de atividades de aula, quanto para a avaliação dos resultados de seus trabalhos” (FERREIRA, 2018, p. 35). As colocações de Ferreira, em nosso entendimento, vão ao encontro do que assevera Nicolazzi (2019b) a respeito do elo fundamental entre teoria da História, História Pública e Ensino de História, e a centralidade de tal inter-relação nos debates atuais, pois,

[...] o fato é que o pensamento daqueles ocupados em produzir conhecimento deve necessariamente estar atento ao público para quem esse conhecimento é oferecido. E as consequências disso não residem apenas no âmbito disciplinar da historiografia, pois incidem também na própria dimensão política que o conhecimento assume na sociedade (NICOLAZZI, 2019b, p. 217).

Além disso, também é mister que nós, professores e professoras de História, levemos em consideração o fato de que a mobilização, dentro da sala de aula, de informações históricas de qualidade talvez não seja suficiente para o devido enfrentamento às distorções sobre temas político-sociais históricos mais delicados, conforme alerta Icles Rodrigues (2021, p. 180-185). Segundo o autor, é preciso, também, que atuemos de modo a proporcionar que os alunos compreendam “[...] *como se faz História*” (RODRIGUES, 2021, p. 181, grifos do autor), de modo que eles possam entender como se realiza o tratamento com as fontes históricas e suas eventuais lacunas – e como preenchê-las –, conceber a diferença entre pesquisa histórica e simples opinião, da relevância da avaliação por pares etc. (RODRIGUES, 2021, p. 181-185). Enfim, é essencial que os estudantes reconheçam e valorizem a o caráter científico da pesquisa histórica para que eles possam discernir entre conhecimento histórico sério e os diversos negacionismos e distorções (RODRIGUES, 2021, p. 181).

Em consonância com as proposições dos autores anteriormente destacados, entendemos que é necessário considerar o viés público da história ensinada na escola. Nesse sentido, estamos de acordo com o que argumenta Sonia Wanderley (2018), em diálogo com o historiador alemão Jörn Rusen (2015 *apud* WANDERLEY, 2018), a respeito de que o Ensino de História (ou a Nova Didática da História) deve estar intrinsecamente relacionada com a teoria da história e a historiografia, e em relação à “cultura histórica”.²⁰ Em um momento como o atual, marcado por

²⁰ Conforme Wanderley afirma, a autora concebe o conceito de “cultura histórica” a partir das elaborações teóricas de Jörn Rüsen, para quem a definição de tal ideia consiste na “[...] manifestação da consciência histórica na sociedade em diversas formas e procedimentos. Inclui o trabalho cognitivo dos estudos históricos, bem como as atitudes da

diversas questões e incertezas enfrentadas pelos historiadores e professores de História em meio às várias mídias, à concepção de um presente “eterno” e diante de projetos que visam impor o ensino de uma história “neutra” (WANDERLEY, 2018, p. 96), a autora reitera que o conhecimento histórico deve ser estabelecido enquanto “[...] *episteme* – resultado do conhecimento metodologicamente construído.” (WANDERLEY, 2018, p. 96, grifos da autora). Nesse sentido, a leitura e mobilização das ideias de Rüsen por Wanderley se mostram válidas para o que buscamos reforçar neste artigo. Para Wanderley, é necessário considerar e consolidar a complementaridade entre o conhecimento histórico de cunho científico (a historiografia) com as histórias mais amplas, “outras histórias”, as quais contribuem para a construção da consciência histórica já presente nos indivíduos e que conforma a “cultura histórica” (WANDERLEY, 2018, p. 98). Essa inter-relação está diretamente relacionada, ainda segundo a autora, à necessidade e relevância de produzir e divulgar o conhecimento histórico publicamente, o que, conseqüentemente, ampliaria o campo da Didática da História, interessado em compreender como se dá o aprendizado da História pelo público (WANDERLEY, 2018, p. 98).²¹

Em consonância com o que propõe Wanderley, acreditamos ser pertinente também recorrermos à proposta colocada por Fernando de Araújo Penna e Renata da Conceição Aquino da Silva (2016), ao defenderem a necessidade de se realizar uma complementaridade entre os pressupostos do Ensino de História, da teoria da História e da História Pública.²² Esse esforço, segundo os autores, contribui para que seja repensada a ideia de que a única função dos historiadores seja produzir pesquisas somente voltadas aos seus próprios pares da Universidade. Nesse sentido, com base nas proposições teórico-metodológicas de Michel De Certeau, os autores sustentam a ampliação da ideia de “operação historiográfica”, elaborada pelo mencionado historiador francês, “[...] de maneira que ela abarque outros lugares sociais, outras práticas e

vida cotidiana voltadas para a compreensão do passado e a conceitualização histórica de nossa própria identidade” (RÜSEN, 2015, p. 24 *apud* WANDERLEY, 2018, p. 96). Ainda sobre esse tema, ver também: (ROCHA, 2014).

²¹ Wanderley, ao tratar acerca das mudanças ocorridas no que tange aos significados da Didática da História e da consolidação dessa área no Brasil, afirma que tais transformações são oriundas da ideia, desenvolvida e divulgada academicamente na Alemanha desde a década de 1970, “[...] de que a Didática da História tem como eixo de investigação a noção de consciência histórica” (WANDERLEY, 2018, p. 99). Ademais, a autora esclarece, a partir das informações trazidas por Rafael Saddi (2012), que, apesar de a maioria da produção acadêmica concernente aos referidos debates, no Brasil, ampararem-se teoricamente nas proposições de Klaus Bergmann e o já mencionado Rüsen, tais reformulações estão inscritas no que propôs Karl-Ernst Jeismann no supramencionado período, a respeito da ideia de “consciência histórica” (SADDI, 2012, p. 214 *apud* WANDERLEY, 2018, p. 99). Ainda sobre as discussões relativas à Didática da História e sua inter-relação com a História Pública, ver também: (WANDERLEY, 2016).

²² Ainda sobre as relações entre a teoria da história e o ensino de história, ver o recente artigo de Marcus Leonardo Bonfim Martins (2023).

outros textos e leve em consideração as diferentes formas de inserção no espaço público” (PENNA; SILVA, 2016, p. 196).

Desse modo, essa “operação historiográfica” ampliada estaria a serviço da defesa do âmbito público – o que abrangeria a própria escola pública –, o qual, conforme a leitura dos autores a respeito das indicações teóricas de Hannah Arendt, já existia anteriormente ao nascimento dos indivíduos e permanecerá após aqueles morrerem (ARENDR, 2013a *apud* PENNA; SILVA, 2016). A mobilização e reformulação dos conceitos de Certeau e Arendt, por parte de Penna e Silva, contribuem, assim, para considerarmos que o historiador não permaneça na “torre de marfim” da academia e busque novas formas atuar, ou melhor, “operar”, visando ao alcance de um público mais amplo, em defesa da coisa pública e de modo a superar a dicotomia rígida entre o professor universitário e o professor da educação básica (PENNA; SILVA, 2016, p. 205). Nesse sentido, “Estas operações estão situadas em diferentes lugares sociais, recorrem a diferentes práticas, produzem textos de diferentes naturezas e têm diferentes formas de inserção no espaço público. Todos estes quatro elementos devem ser considerados ao pensarmos estas operações” (PENNA; SILVA, 2016, p. 205).²³ Também recorremos ao que argumenta Valdeci Lopes de Araujo a respeito de o historiador e/ou o professor de História atuar enquanto um “curador de histórias”, na busca pela diversidade e pela democracia, sendo esses dois últimos valores uma condição para o “direito à história” e como forma de desestabilização de discursos preconceituosos, excludentes e negacionistas (ARAUJO, 2017, p. 213). Dessa forma, segundo o autor, “[...] o foco poderia deixar de ser apenas o ‘saber’ ou ‘conhecer’ história, mas também a amplificação de nossa capacidade de contar e ouvir (ler, ver, tocar) histórias como gesto de alargamento do humano, como condição de empatia e educação para a democracia.” (ARAUJO, 2017, p. 214, *aspas do autor*).

Acreditamos que as mencionadas reflexões anteriores, principalmente as de Penna e Silva (2016) sobre a forma ampliada de atuação (“operação”) do historiador/professor de história em prol do público (e a partir da História Pública), e de Araujo (2017) sobre o historiador enquanto “curador de histórias”, sejam essenciais para, também, concebermos esse profissional enquanto um intelectual público no combate aos negacionismos e crítico aos projetos conservadores que

²³ Em consonância com o que propõem Penna e Silva (2016) acerca das relações entre o ensino de história, a História Pública e o âmbito público, também estão as colocações de Federico Jose Alvez Cavanna e Bruno Antonio Picoli (2022). O referido trabalho de Cavanna e Picoli constitui um dos capítulos da recente obra organizada por Bruno Flávio Lontra Fagundes e Sebastián Vargas Álvarez, e publicada em 2022, a qual conta com outros manuscritos acerca das relações entre o Ensino de História e a História Pública. Ver: (FAGUNDES; ÁLVAREZ, 2022).

ainda visam prejudicar a prática docente atualmente. É sobre isso que trataremos no tópico seguinte.

A História Pública e o professor de história/historiador como intelectual público no enfrentamento aos negacionismos

A crítica literária argentina Beatriz Sarlo, em artigo publicado na década de 1990, já refletia sobre as mudanças sofridas pela figura do intelectual e sua atuação no âmbito público²⁴ no final do século XX. Segundo a autora, diante do “abandono” e do “arcaísmo” do papel desses atores, causados pelo fim das grandes narrativas generalizadoras do século passado, emergiu um considerável particularismo, no qual os intelectuais passaram a, cada vez mais, especializarem-se em suas respectivas disciplinas e relegar, a segundo plano, o discurso crítico que tanto caracterizou tais agentes ao longo do século XX (SARLO, 1993).²⁵ Assim, tais transformações, segundo Sarlo, contribuíram para a concepção de que o intelectual deixava de tratar publicamente acerca de assuntos de interesse geral, lastreados na crítica, e passava a, cada vez mais por meio de seu discurso técnico, debruçar-se sobre temas mais específicos, apresentando, assim, um conformismo com o poder e a opinião pública já existentes (SARLO, 1993, p. 5). Na esteira do que aponta Sarlo, Adriane Vidal Costa (2016, p. 312), ao tratar sobre o papel público dos intelectuais na América Latina, questiona até que ponto os intelectuais de hoje estariam em “silêncio” diante dos mais variados assuntos dentro de uma sociedade ainda balizada pelos preceitos neoliberais. Nesse sentido, a autora nos oferece uma reflexão necessária, embasada no argumento de que é preciso ter cautela ao tratarmos sobre uma suposta retirada do intelectual do âmbito público. Costa relembra que os intelectuais atuais não estão realizando uma intervenção somente mediante os meios considerados mais tradicionais, como a imprensa escrita, mas

²⁴Não nos interessa, neste artigo, realizar uma historicização aprofundada dos intelectuais nos diversos espaços, pois isso extrapolaria os limites deste manuscrito. De qualquer modo, sobre esse tema, indicamos os seguintes trabalhos a respeito da história e das possibilidades teórico-metodológicas de abordagem da atuação de tais atores: (SIRINELLI, 2003; ALTAMIRANO, 2006; 2008; MYERS, 2008; DOSSE, 2007).

²⁵O filósofo francês Jean-François Lyotard tratou especificamente dessas mudanças no que diz respeito à Universidade, dentro do que chamou de uma “condição pós-moderna”. Segundo Lyotard, a transformação de tais espaços foi marcada por uma transição da Universidade crítica e de princípios universais para uma academia caracterizada pela técnica, pelo “desempenho”, pela “competência”, pela “eficiência” e, inclusive, pela paulatina substituição do professor por máquinas de dados (LYOTARD, 2009, p. 82-96). Em diálogo com Lyotard, Eduardo Prado Coelho propõe as novas “configurações” da atuação dos intelectuais no início do século XXI, quais sejam as relacionadas a praticar uma função de “tradutor” em acepção mais ampla, caracterizada pela “atividade pontifícia” que ligaria as linguagens de âmbitos diferentes, como culturas diversas, senso comum e conhecimento especializado, e por meio de mídias e meios digitais como a internet, mediante uma comunicação “mais desimpedida” (COELHO, 2004, p. 21-22),

também pela televisão e pelas diversas plataformas digitais, como a internet. Por fim, a autora, em diálogo com Beatriz Sarlo, indaga se, diante de tais transformações da figura do intelectual no tempo, esses atores se tornaram totalmente desprovidos da crítica que os caracterizou até finais do século XX (COSTA, 2016).

Ainda nesse sentido, o filósofo político alemão Jürgen Habermas, criador da ideia de esfera pública política moderna²⁶, em entrevista relativamente recente, afirma que a questão não se centra tanto no fato de se, atualmente, ainda há ou não os “intelectuais comprometidos”, mas sim residiria no ponto de que “Eles não podem existir se já não há mais leitores aos quais continuar alcançando com seus argumentos.” (HABERMAS; HERMOSO, 2018, online). Ainda para Habermas, isso também se deve ao fato de que a internet teria fragmentado toda a estrutura de uma esfera pública liberal em sua “configuração clássica”, na qual um público leitor, possuidor de considerável condição educacional, colocasse-se ativamente a acompanhar os temas de interesse comum divulgados pela imprensa escrita dita independente (HABERMAS; HERMOSO, 2018, online).

Diante dos impasses relacionados às mudanças sofridas pela figura do intelectual no tempo, destacados por Sarlo e Costa, acreditamos que, em diálogo com Renata Schittino (2016), pensar o conceito de “público”, contido nos termos de uma História Pública, consista em uma forma de estabelecermos um possível elo com o que vimos buscando reforçar neste artigo. Partindo das contribuições teóricas de Hannah Arendt e do já mencionado Habermas, Schittino propõe, especificamente com base em sua leitura do autor alemão, que a filosofia cumpriu uma função de “mediação” entre as diversas disciplinas e ciências especializadas, e a autora utiliza tal argumento habermasiano para pensar o papel do historiador, ou seja, a atuação desse “[...] na esfera pública como mediador – como aquele que amplia a consciência histórica, populariza o conhecimento” (SCHITTINO, 2016, p. 45).²⁷ Em consonância com tal proposição, Schittino alerta, ainda, que o historiador, praticante de uma História Pública, não deve ser reduzido somente a um simples divulgador científico²⁸, que proporciona o conhecimento acadêmico a um

²⁶ Sobre essa discussão, conferir: (HABERMAS, 2003).

²⁷ Em trabalho anterior ao de Schittino, Jill Liddington também realiza uma discussão sobre os significados de “História Pública” centrado nas proposições teóricas de Habermas, mais especificamente em relação à ideia do que é “público” (LIDDINGTON, 2011).

²⁸ Em relação a este ponto, acerca das tensões entre a produção do conhecimento histórico por meio de balizas teórico-metodológicas e uma História feita de modo mais “solto” (não científica), acreditamos que também seja pertinente considerar os impasses relativos a pensar o papel do historiador e o seu engajamento intelectual no âmbito público. Nesse sentido, recorreremos ao que Danilo Linard, a partir de sua leitura das proposições do historiador britânico Eric Hobsbawm, argumenta sobre o tema. Para Linard, as indicações de Hobsbawm sobre o engajamento do historiador são frutíferas, pois, segundo o autor, inferem que esse profissional deve estar preocupado com a

público dito “leigo”, um simples “facilitador” do acesso ao conhecimento, mas sim atua como um agente que concebe a ideia de “público” como “compartilhamento”²⁹, “[...] e assumirmos esse mundo comum como um diálogo possível.” (SCHITTINO, 2016, p. 45-46). Considerando tais colocações de Schittino, recorreremos, também, às recomendações que Rodrigo Patto Sá Motta (2020) faz acerca do que deveria consistir na “função cívica” e no “compromisso político” tanto da História, quanto do historiador, com as quais estamos de acordo. Segundo Motta, tal postura também pressupõe se colocar no debate de caráter público por meio das mídias digitais, “[...] mesmo que isso eleve ao máximo a tensão com os pressupostos éticos e críticos do nosso trabalho” (MOTTA, 2020, p. 37).

Após as várias declarações públicas do ex-presidente Jair Bolsonaro, realizadas principalmente a partir de 2019 e nas quais defendeu a ditadura e as comemorações sobre tal período histórico do Brasil³⁰, houve, por outro lado, uma demanda pela arguição dos historiadores no âmbito público, visando a tratar sobre o referido momento pretérito brasileiro (MOTTA, 2020). Ou seja, demandas que alçaram o historiador na cena pública como uma voz necessária à intercessão pela História. Esse alerta, feito por Motta (2020), é endossado por Sônia Meneses (2020). Ao afirmar que, diante da intensificação do uso, pelo bolsonarismo, de *fake News* (embora essa ação não tenha começado pelos bolsonaristas) enquanto um conhecimento supostamente “verdadeiro”, e da investida de seus simpatizantes contra a produção acadêmica acerca do conhecimento histórico, a autora afirma que a “prática da negação” exige que os historiadores atuem de modo a combater esse negacionismo (MENESES, 2020, p. 54).

produção do conhecimento histórico por meio de bases científicas sem exercitar um engajamento “puro e simples”, e que não esteja subordinado a elementos políticos, religiosos e ideológicos. Ainda de acordo com sua leitura dos pressupostos teóricos de Hobsbawm, Linard assevera que “Evidentemente, o engajamento intelectual pode ser direcionado a tais dimensões, mas não pode ser automaticamente subsumido nelas, o que constitui um caminho mais rápido em direção à deturpação, ao abuso, às más condutas que enfraquecem e deslegitimam práticas acadêmicas e científicas.” (LINARD, 2019, p. 100, grifos nossos).

²⁹ Acreditamos que, em consonância com o que defende Schittino, podemos, também, considerar o que propõe Michael Frisch a respeito de que, no âmbito da História Pública e da História Oral, não haveria uma autoridade teoricamente pertencente somente ao historiador e que, assim, deveria ser compartilhada com público, mas, na verdade, uma autoridade que, em si mesma, já se pressupõe um compartilhamento inerente, de modo dialógico. Assim, segundo Frisch, “podemos imaginar o compartilhamento da autoridade mais fácil e amplamente se reconhecermos autoria como sendo, nesses termos, dialógica por definição [...]. E nós precisamos achar maneiras de agir sobre esse reconhecimento” (FRISCH, 2016, p. 63). No mesmo sentido proposto, a partir do que o autor conceituou de “sensibilidade pós-documentária”, Frisch defende o uso de tecnologias digitais para se romper a dicotomia “criação de conhecimento” e “consumo de conhecimento” e, assim, adotar uma “[...] postura dirigida menos para a gestão arquivística, de um lado, e resultados documentários de outro, e orientada mais para uma atividade *intermediária*, para um espaço mais *criativo*, mais *aberto*, *menos linear* e, *portanto*, *mais compartilhável*.” (FRISCH, 2016, p. 65, grifos nossos).

³⁰ Ainda sobre essas e outras mobilizações da História da ditadura feitas por Bolsonaro, ver também: (BAUER, 2020).

Considerando tais colocações especificamente sobre o bolsonarismo, também acreditamos ser relevante pontuar, conforme argumentam Valdei Lopes de Araujo, Mateus Pereira e Bruna Klem (2020), que o negacionismo, praticado pelos correligionários bolsonaristas, não está alicerçado em um “vale-tudo relativista”, sendo que, em realidade, as negações se baseiam na difusão de teorias conspiratórias que visam a desvelar a “verdade” escondida pelos poderosos (KLEM; PEREIRA; ARAÚJO, 2020, p. 27). Nesse sentido, temas diversos como a ditadura militar brasileira, o movimento antivacina e o que convencionalmente foi denominado, pelos bolsonaristas, de “ideologia de gênero” são discutidos, por eles, a partir do uso de pressupostos pseudo-científicos e pela desinformação em massa. Segundo os autores, “o negacionismo bolsonarista não admite seu aspecto irracional ou anticientífico, ao contrário, alimenta as expectativas de que uma ciência verdadeira legitima suas narrativas” (KLEM; PEREIRA; ARAÚJO, 2020, p. 27).³¹ E essa tentativa de “desvelamento da verdade” negacionista nos coloca diante de outra ameaça à historiografia, segundo Arthur Lima de Avila (2021), que é o da tentativa, por parte deles, de impor uma verdade “absoluta” e excludente, mais conveniente à Nova Direita. Avila se debruça mais especificamente sobre a atuação da *Brasil Paralelo*, empresa que, segundo o autor, reproduziria tais práticas, as quais estariam alicerçadas na

[...] fixação de significados *absolutos*, baseados em falsificações ou exclusões históricas, para nossos mundos; no caso do Brasil Paralelo, amparados em justificativas inaceitáveis do terror de Estado, na lógica de inimizade perene, na deterioração da democracia como valor compartilhado, em uma universalidade falsa, porque respaldada por uma metonímia espúria e na supressão do reconhecimento de feridas históricas coletivas. (AVILA, 2021, p. 173, grifo do autor).

Nesse sentido, ainda em diálogo com Avila, concordamos com o autor quando propõe, em consonância com outros vários autores, a mobilização do conceito de “pluralismo historiográfico”, não no sentido totalmente relativista, mas sim amparado na democratização de aportes teórico-metodológicos e que vise ao estudo dos variados grupos sociais e políticos. Essa proposta, portanto, ainda segundo o autor, permitiria que os historiadores ampliassem seus

³¹ Rodrigo Perez Oliveira, por exemplo, argumenta que o negacionismo científico iniciado por Olavo de Carvalho tem origem, ao seu modo, em uma vertente da filosofia da ciência na qual houve o questionamento da “incorporeidade” cartesiana do sujeito do conhecimento, e passou a defender mais o testemunho e/ou vivência de algum acontecimento em detrimento da observação distanciada e racional do objeto de estudo. Isso, ainda segundo o autor, explicaria algumas declarações do próprio Olavo de Carvalho, como também seus adeptos, mais especificamente Jair Bolsonaro, de que o trabalho metodológico dos historiadores seria dispensável para a pesquisa e construção do conhecimento a respeito da ditadura militar, pois, para ele, o que teria mesmo valor de “verdade” seria o testemunho das pessoas que viveram naquele período (OLIVEIRA, 2020, p. 81-97). Por seu turno, Juliana Teixeira Souza trata, em artigo recém-publicado, sobre como as críticas de alguns historiadores profissionais brasileiros às ações de caráter afirmativo, nos últimos anos, também se aproximaram dos negacionismos difundidos pelas direitas no Brasil recentemente. Sobre isso, ver: (SOUZA, 2023).

modos de recorrência ao passado frente aos negacionismos e às “historiografias do esquecimento”, em favor da democracia (AVILA, 2021, p. 173-174). Nesse sentido, conforme pontua Motta, “[...] o interesse das mídias e do público em ouvir historiadores indica que a chamada crise da história acadêmica não é fenômeno unívoco. Existem espaços a disputar, trincheiras que podemos ocupar” (MOTTA, 2020, p. 37-38). No mesmo sentido, mencionamos, também, o seguinte apelo feito por Valdei Lopes de Araújo: “Como em outros momentos históricos, precisamos temperar o *ethos* do pesquisador com o de publicista em defesa da democracia e em combate contra os usos e abusos da história”³² (ARAÚJO, 2023, p. 32-33, grifo do autor).³³

Considerando as reflexões colocadas por Sarlo, Costa, Schittino, Motta, Meneses e Araujo e Avila, e, também, os argumentos de Ferreira, Nicolazzi, Penna, Silva e Wanderley mobilizados anteriormente neste artigo, acreditamos na possibilidade de reforçarmos o papel do professor de História e do historiador enquanto intelectuais públicos. Isso, a nosso ver, contribuiria fundamentalmente para a consolidação das relações entre o Ensino de História, a teoria da História, a História da Historiografia e a História Pública no combate aos diversos negacionismos e cerceamentos, os quais ameaçam a prática docente e o conhecimento histórico, dentro e fora das salas de aula. E para enfatizar tal papel, estamos em total acordo com o que propõem pesquisadores como Marta de Almeida Rovai (2018), Fernando de Araújo Penna e Rodrigo de Almeida Ferreira (2018). Considerando, inicialmente, o que propõem Penna e Ferreira (2018), quando mobilizam as propostas teóricas de Antonio Gramsci sobre o “intelectual orgânico” e o *flaneurismo* de Walter Benjamin, os autores argumentam que

[...] não vemos o intelectual deslocado da sociedade. Acompanhamos, nesse sentido, o esforço pioneiro de Antonio Gramsci em compreendê-lo enquanto sujeito, cujas ações estão relacionadas ao mundo no qual está inscrito: economia, valores, cultura, política. O deslocamento do intelectual de uma posição isolada para uma imersão no cotidiano, com função social, o torna mais humano e sujeito histórico. Walter Benjamin também compreende o intelectual atrelado ao cotidiano, influenciado pelo contexto nele atuante. [...] O ver, a experiência do tempo, o vivenciar, enfim, as atitudes decorrentes do *flaneurismo* implicam em processar informações e compreender a cidade, seus habitantes e suas dinâmicas (PENNA; FERREIRA, 2018, p. 112, grifos dos autores).

³² Aqui, Valdei Araujo defende essa postura pública do historiador enfatizando as iniciativas e ações realizadas pela ANPUH-Brasil nos últimos dois anos, por meio, principalmente, das plataformas digitais da referida associação acerca de temas como os negacionismos sobre o racismo e a ditadura militar, o *homeschooling*, o Escola Sem Partido, a produtora Brasil Paralelo, feminismo e do bicentenário da Independência do Brasil (ARAÚJO, 2023).

³³ Ainda sobre o vínculo entre a História Pública, a consolidação da democracia e da pluralidade, Cristiano Nicolini (2022), em diálogo com a bibliografia pertinente, afirma que tal inter-relação também reside no apreço pela interdisciplinaridade, a qual consistiria em uma opção para se compreender que os historiadores não podem ficar restritos à Universidade no estudo do passado e da produção do conhecimento histórico.

Concordamos inteiramente com as reflexões de Penna e Ferreira (2018), acima, sobre as possibilidades de conceber o professor de História e o historiador enquanto intelectuais, a partir das proposições teóricas gramsciana e benjaminiana. Por outro lado, endossamos a ressalva, feita pelos já mencionados autores, acerca da necessidade de estarmos atentos às limitações de tais propostas, mais especificamente em relação aos elementos que ainda não consistiam em uma realidade no contexto em que tais teóricos marxistas ponderaram sobre o papel do intelectual. Esses elementos seriam os resultados dos avanços tecnológicos surgidos ao longo do tempo, tais como, principalmente, a televisão, a internet e as redes sociais (PENNA; FERREIRA, 2018).

No mesmo sentido, com a ascensão dos referidos meios de comunicação, houve, ainda segundo Penna e Ferreira, desde os anos 1960, a intenção e ações, por parte de historiadores, de se estabelecer uma ampliação dos públicos visando ao maior alcance das pesquisas produzidas por eles e consistindo, assim, em algumas das incipientes expressões de uma história pública (PENNA; FERREIRA, 2018). Isso, conforme ainda pontuam Penna e Ferreira, visou ao estabelecimento de uma linguagem mais acessível de modo a intensificar a interconexão entre Universidade e sociedade, o que se seguiu com o auxílio da internet no início do presente século, por meio de diversos *sites*, *blogs* e outras plataformas digitais (PENNA; FERREIRA, 2018).³⁴ Entretanto, os autores ponderam, também, sobre as complexidades existentes entre o fazer intelectual, a acessibilidade da linguagem, a maior difusão do conhecimento histórico e os cuidados para não se conceber tais iniciativas como uma mera simplificação:

O uso de uma linguagem mais acessível não deve ser confundido como reducionismo ou banalização do saber, embora seja um risco. O trabalho intelectual, mediado pela crítica, deve contribuir para a superação do senso comum. A apresentação e explicação do saber favorecem a criticidade do conhecimento corrente. Pensando especificamente na aula de História, ela é o momento em que o conhecimento circulante é

³⁴Acreditamos que as proposições de Serge Noiret (2015) estejam, indiretamente, em consonância com o que argumentam Penna e Ferreira (2018) acima, mais especificamente em relação à atuação pública do historiador a partir dos recursos tecnológicos e digitais. Em diálogo teórico com autores como Roy Rozenweig, David Thelen, Pierre Nora, Philippe Joutard, entre outros, e tratando sobre a relevância da “história pública digital” para a comunicação entre diversos públicos, Noiret argumenta que “O historiador público deve poder fazer mediação com as formas públicas de conhecimento do passado que a rede oferece, contribuindo na primeira pessoa à narrativa do passado em meios virtuais. Construir uma história pública digital que seja capaz de fazer frente e de mediar de modo crítico a manifestação incessante das memórias privadas – e das memórias coletivas embalsamadas – é certamente um papel profissional destinado ao trabalho do *‘public historian’*.” (NOIRET, 2015, p. 40, grifos e aspas do autor). Dialogando com o já mencionado Noiret e com o restante da bibliografia pertinente, Giliard da Silva Prado levanta a questão acerca de que, apesar de haver pesquisas indicando que o público prefira um contato direto com as fontes históricas e o passado sem a participação do historiador, mostra-se necessário que haja a mediação desse profissional nesse processo, principalmente por meio das mídias digitais (NOIRET, 2015; CARVALHO, 2016; EIROA, 2018 *apud* PRADO, G. S., 2021, p. 20), sendo esse um espaço que, conforme reforça o autor, apresenta-se como um terreno que proporciona o combate às diversas formas de discriminação, às *fake news*, e o negacionismo da ciência e da verdade histórica, por exemplo (PRADO, G. S., 2021, p. 21-22), visão que endossa a discussão que trazemos por meio deste artigo.

problematizado, favorecendo a qualificação do estudante enquanto indivíduo inscrito no seu mundo e atuante sobre as variadas relações que o constroem. *Eis duas nuances de atividade intelectual que nos permitem entender o professor nessa interface: (1) a reflexão crítica, teórica e conceitual sobre o saber; e (2) o viés do intelectual enquanto agente público.* Para isso, seu trabalho deve ultrapassar a dimensão abstrata, operada no plano da articulação das ideias, dos conceitos e dos modelos teóricos, para agir sobre os grupos sociais [...]. Reconhecemos, assim, a interface entre aspectos que fazem do trabalho docente uma atividade intelectual para além do abstrato, com as balizas da história pública. [...] Ademais, destacamos na docência o estabelecimento de reflexões com o estudante sobre nosso papel no processo histórico e das capacidades de atuar no contexto em que estamos imersos. Na sala de aula, portanto, *se desenvolvem práticas de história pública com intensa atividade intelectual* (PENNA; FERREIRA, 2018, p. 113-114, grifos nossos).

Considerando tais contribuições, acreditamos ser possível considerar tais interconexões no esforço de os historiadores se colocarem ativamente de modo político e ético na contenda contra os negacionismos, de maneira a alcançar os diversos grupos sociais nessa empreitada. E, em relação a esse último ponto, recorreremos às propostas de Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2018) no tocante aos desafios de o historiador tornar público o conhecimento histórico sem simplificá-lo, nem perder de vista os debates acadêmicos, a partir de uma conduta mediadora, de cunho político, ético e democratizante. Conforme as palavras da própria autora:

Entende-se que *a ideia de publicização da história possa contribuir para a democratização dos usos do passado sob os interesses do presente, da alteridade e do conflito sempre saudável ao amadurecimento de uma sociedade em busca da compreensão de si mesma enquanto coletividade.* [...] A História Pública é um posicionamento intelectual e político de observação da realidade. Mais do que isso, uma opção pela organização, pela mediação e pela divulgação de conhecimentos que, muitas vezes, estão fora do território da academia e que também ultrapassam o currículo escolar. [...] *a História Pública é compromisso com a construção, o acesso e os efeitos políticos de múltiplo (sic) saberes, que devem circular da forma mais democrática possível.* Qualquer trabalho desenvolvido no sentido da publicização da história não deve significar, no entanto, o abandono de procedimentos preocupados com a seriedade e o caráter analítico na busca de uma produção de conhecimento marcada por compromissos éticos e profissionais. Não significa, nesse sentido, opor-se ao debate acadêmico, *mas, pelo contrário, contribuir para sua ampliação, reformulação e cotejamento* [...] (ROVAI, 2018, p. 185-188, grifos nossos).

E a proposta de mediação defendida por Rovai, em diálogo com Ricardo Santhiago, não diz respeito a uma simplória “tradução” dos conhecimentos históricos produzidos cientificamente (SANTHIAGO, 2016, p. 29 *apud* ROVAI, 2018, p. 188), mas sim, conforme argumenta a autora, “[...] de dar a conhecer os procedimentos e discuti-los coletivamente, inclusive questionando-os” (ROVAI, 2018, p. 188). É nesse sentido que Rovai propõe, ainda com base nas indicações de Santhiago, a prática de uma História Pública feita juntamente “[...] *com o público*” (SANTHIAGO, 2016 *apud* ROVAI, 2018, p. 189). Assim, conforme assevera a autora,

Diante de novas demandas de tantas comunidades que se pretendem fazer conhecer e da disseminação dos recursos tecnológicos quero tratar aqui da imensa possibilidade do

historiador em assumir seu papel de escuta sensível e ética, colaborando não apenas para a divulgação – muitas vezes anedótica – de histórias, mas principalmente para a *democratização do registro, do acesso, da divulgação e, mais do que isso da construção de uma História Pública no sentido de contribuir para a promoção de um conhecimento capaz de sensibilizar e produzir a empatia e o respeito à alteridade humana* (ROVAI, 2018, p. 189, grifos nossos).

Dessa forma, ainda segundo Rovai, tal conduta, praticada pelo historiador e o professor de história, vai ao encontro do que a autora propõe sobre concebermos o papel de intelectuais a ser exercido por esses profissionais, na elaboração e execução de uma História Pública de cunho ético e político. Assim, esse esforço e cuidado de proporcionar um espaço para ouvir a voz dos membros das comunidades denominadas “marginalizadas” ou “subalternas” deve estar atrelado, também, a possibilitar e incentivar o protagonismo desses mesmos grupos sociais em sua autonomia na resistência e na luta diante dos diversos modos de opressão (ROVAI, 2018, p. 188-190). No sentido colocado por Rovai, no excerto acima, quando o historiador e o professor de história são concebidos e concebem a si mesmos como intelectuais públicos e éticos, realizadores dessa ação mediadora, é possível desconstruir os estereótipos, as banalizações e reducionismos reproduzidos por parte da mídia e dos negacionismos a respeito dos negros, indígenas, mulheres e homossexuais. Dessa forma, as diversas expressões de violência histórica e desumanização dessas comunidades, apresentadas de forma anedótica que visa o simples entretenimento, podem ser combatidas a partir da já mencionada conduta mediadora que considere toda a complexidade da história de resistência dos supracitados grupos sociais (ROVAI, 2018). Assim, ainda segundo Rovai, mostra-se necessário “[...] entender tais grupos em toda a sua complexidade de sentimentos compartilhados e em disputa de poder, em suas dimensões de gênero, de etnia, de lugar social” (ROVAI, 2018, p. 190). Além disso, segundo a autora, esse esforço também deve considerar as tensões existentes entre as memórias e as identidades na conformação, inclusive, de uma consciência histórica, ao também recorrer às postulações teóricas de Jörn Rusen (2012 *apud* ROVAI, 2018, p. 192).

Nesse sentido, acreditamos que também seja fundamental retomar e enfatizar os desafios enfrentados pelo historiador diante das *fake news* e da chamada era da “pós-verdade”, as quais tanto contribuem para a disseminação dos negacionismos. Para isso, recorreremos às indicações que Giliard da Silva Prado (2021) realiza acerca do que deveria ser a função social do historiador, principalmente por meio das mídias digitais, diante dessas ameaças. Segundo Prado, considerando a sobreposição das opiniões pessoais aos fatos objetivos, sintoma da “pós-verdade”, a principal questão seria como os historiadores poderiam lançar mão das evidências históricas, trazidas pelas fontes, a um público que já não mais considera a verdade como um referencial fundamental. Para

o autor, ainda que seja impossível acabar com as *fake news*, pois essas não surgiram nos tempos atuais, é imprescindível que os historiadores lidem com algumas renúncias necessárias. Uma delas seria conceber que nós não sejamos as únicas autoridades profissionais no trato com o passado e/ou os únicos mediadores nesse processo, “sendo, em vez disso, apenas interlocutores na produção de relatos sobre as experiências humanas no tempo. [...] Sem abdicar de seu compromisso ético com a verdade, os profissionais da área de História devem abandonar alguns jargões acadêmicos e adaptar sua linguagem ao formato das mídias digitais” (PRADO, G. S., 2021, p. 28-29).³⁵

Considerações finais

Nosso objetivo, por meio deste artigo, foi o de realizar uma revisão bibliográfica e teórica a respeito das inter-relações entre o Ensino de História e a História Pública como enfrentamento aos diversos negacionismos históricos. Por meio da recorrência às contribuições acadêmicas de diversos autores que tratam sobre cada um dos mencionados temas – e acerca de algumas de suas inter-relações possíveis –, endossamos tal interconexão. Inclusive, ressaltando a complementaridade entre Ensino de História e os pressupostos da teoria da história e da história da historiografia, ou seja, do conhecimento histórico produzido na Universidade e articulado com a prática docente nas escolas.

Assim, considerando, mais especificamente, as proposições de Fernando Penna, Rodrigo de Almeida Ferreira (2018) e Marta Rovai (2018), a respeito de se entender o historiador e o professor de história como intelectuais públicos e seu papel ético e mediador, realizado junto aos diversos grupos sociais, acreditamos ser possível proporcionar o protagonismo dessas comunidades. Além disso, concebemos que tais proposições também nos auxiliam a combater publicamente os negacionismos históricos e revisionismos ideológicos relacionados a tais grupos, os quais visam a reproduzir e consolidar uma imagem estereotipada deles ao longo da história. Ademais, ao agirmos enquanto intelectuais públicos e éticos, conforme argumentam os autores

³⁵ Em uma perspectiva alinhada com o trabalho de Giliard Prado está, em nossa visão, o também recente artigo de Pedro Jardel Fonseca Pereira (2022). Pereira, também por meio das discussões teórico-metodológicas sobre a História Digital, busca pensar a Internet como meio relevante de atuação do historiador, profissional esse que, segundo o autor, poderia ser concebido como um “intelectual mediador”, a partir mais especificamente das proposições conceituais elaboradas por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016 *apud* PEREIRA, 2022). Em relação a este último ponto, entendemos que a proposição de Pereira esteja em consonância com o que Penna e Ferreira (2018) e Rovai (2018) defendem acerca do papel ético e das mediações empreendidas pelo professor de História/historiador enquanto intelectual público.

com os quais dialogamos neste artigo, estendemos o enfrentamento às negações e às tentativas de imposição de verdades absolutas, empreendidos, principalmente, por parte dos grupos de extrema-direita, a respeito de outros processos históricos. Alguns desses processos seriam a escravidão, a Ditadura militar (no caso do Brasil), os preconceitos e estereótipos que separam o Brasil do restante da América Latina, o Holocausto e diversas outras questões e problemas históricos, tratados de forma deturpada e enviesada pelos negacionistas ao longo do tempo. Enfim, conforme debatemos juntamente com os vários autores ao longo deste artigo, também seria uma atuação em prol da consolidação de nossa democracia.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Apresentação**. In: _____; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.) **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 7-15.

_____. **História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”**. Anais do XXVII Encontro Nacional de História – ANPUH-Brasil. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 22 a 26 de julho de 2013, p. 1-10.

ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales: notas de investigación*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.

_____. *Introducción general*. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 9-27.

ANDRADE, Everardo Paiva de; ANDRADE, Nívea. **História pública e educação: Tecendo uma conversa, experimentando uma textura**. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 175-184.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **Independência, atualismo e negacionismo. Como enviar histórias para o futuro**. Fronteiras: Revista Catarinense de História, n. 41, p. 15-36, 24 jan. 2023.

_____. **O direito à História: O(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída**. In: GUIMARÃES, Géssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo. (Orgs.). **Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 191-216.

AVILA, Arthur Lima de. **Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico**. Revista Brasileira de História, v. 41, n. 87, p. 161-184, 2021.

BAUER, Caroline Silveira. **Usos públicos do passado da ditadura brasileira em manifestações públicas de Jair Bolsonaro**. In: KLEM, Bruna S.; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAÚJO, Valdei Lopes de. (Orgs.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Editora Milfontes, 2020, p. 183-203.

_____. **Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico?** In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e voz, 2018, p. 195-204.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. **O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns *marcos* da cultura histórica contemporânea.** *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016.

BRAGA, S. **A questão da verdade na historiografia após a Shoah.** *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 41, p. 97-121, 24 jan. 2023.

BRAGA, Sabrina Costa; GARCIA, Fernando Gomes. **Usos do passado e o holocausto: Reflexões sobre a questão da singularidade.** *Cadernos de Pesquisa do CDHI*, Uberlândia, vol. 34, n.1, p. 3-14, jan./jun. 2021.

CALDEIRA NETO, Odilon. **Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história.** *Antíteses, [S. l.]*, v. 2, n. 4, p. 1097-1123, 2009.

CARDOSO, Eduardo Wright. **Em busca da mentira: historiadores contra a falsificação do Holocausto.** *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 41, nº 87, p. 89-110, 2021.

CAVANNA, Federico Jose Alvez; PICOLI, Bruno Antonio. **O Ensino de História e a pesquisa em História Pública feitos de *scholé*.** In: FAGUNDES, Flavio Bruno Flávio Lontra; ÁLVAREZ, Sebastián Vargas (Orgs.). **Ensino de História e História Pública: diálogos nacionais e internacionais.** Campo Mourão, PR : Editora Fecilcam, 2022, p. 94-107.

COELHO Prado, Eduardo. **Novas configurações da função intelectual.** In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro. (Orgs.). **O papel do intelectual hoje.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 13-22.

COSTA, Adriane Vidal. **Intelectuais públicos na América Latina: O debate sobre a função do intelectual na revista Casa de las Américas em fins da década de 1960.** In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 299-312.

DE BAETS, Antoon. **Uma teoria do abuso da História.** *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, n. 65, p. 17-60, 2013.

DOSSE, François. **História do tempo presente e historiografia.** *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n.1, p. 05-22, 2012.

_____. ***La marcha de las ideas: Historia de los intelectuales, historia intelectual.*** PUV/Universitat de València, 2007.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **Qual é a relação entre a história pública e o ensino de história?** In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e voz, 2018, p. 29-38.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **Ensino de História, mídia e história pública.** In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 185-194.

FRISCH, Michael. **A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa.** In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 57-69.

FUNARI, Pedro Paulo. **Anacronismos e apropriações.** In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Novos combates pela História.** São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 115-143.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Trad.: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen; HERMOSO, Borja. **Jürgen Habermas: “Não pode haver intelectuais se não há leitores”.** *El País*, 8 de maio de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/25/eps/1524679056_056165.html. Acesso em: 07 de jun. 2023.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de; GANDRA, Edgar Avila. **O negacionismo renovado e o ofício do historiador.** *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 1-17, set.-dez. 2020

LEAL, Bruno. **Fake News: do passado ao presente.** In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Novos combates pela História.** São Paulo: Editora Contexto, 2021, p.147-171.

LIDDINGTON, Jill. **O que é história pública?** In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.) **Introdução à história pública.** São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 31-52.

LINARD, Danilo. **O historiador e o engajamento intelectual: limites, possibilidades e dilemas éticos nos debates públicos sobre a história.** *Revista Hydra*, v. 4, n. 7, p. 68-102, dez. 2019.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa; Posfácio: Silviano Santiago - 12a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MALERBA, Jurandir. **Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History*.** *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 15, p. 27-50, ago. 2014.

MARTINS, M. **Conhecimento histórico escolar em tempos de negacionismo.** *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 41, p. 53-68, 24 jan. 2023.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. **Introdução.** In: _____; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 11-20.

MENESES, Sônia. **Bolsonarismo: um problema “de verdade” para a história.** In: KLEM, Bruna S.; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAÚJO, Valdeí Lopes de. (Orgs.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro.** Vitória: Editora Milfontes, 2020, p. 43-55.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. **O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011, p. 1-16.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A história no olho do furacão.** In: KLEM, Bruna S.; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAÚJO, Valdeí Lopes de. (Orgs.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro.** Vitória: Editora Milfontes, 2020, p. 29-41.

MYERS, Jorge. **Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta inicio del siglo XX.** In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina.* Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 29-50.

NAPOLITANO, Marcos. **Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI.** In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Novos combates pela História.** São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 85-111.

NICOLAZZI, Fernando; MARQUES, Thais Pio. **O que são “usos políticos do passado”, segundo este historiador.** Café História, 30 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/o-que-sao-usos-politicos-do-passado/#:~:text=Segundo%20Nicolazzi%2C%20h%C3%A1%20diferentes%20%E2%80%9Cusos,da%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20de%20cartas%20antigas>. Acesso em: 20/06/2023.

NICOLAZZI, Fernando. **O Brasil Paralelo entre o passado histórico e a picanha de papelão.** Sul 21, 7 de abril de 2019. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniao/2019/04/2019-o-brasil-paralelo-entre-o-passado-historico-e-a-picanha-de-papelao-por-fernando-nicolazzi/>. Acesso em: 07 de jun. 2023.

_____. **Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública.** Revista História Hoje, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 203–222, 2019b.

NICOLINI, Cristiano. **Diálogos interdisciplinares a partir da história pública.** In: FAGUNDES, Flavio Bruno Flávio Lontra; ÁLVAREZ, Sebastián Vargas (Orgs.). **Ensino de História e História Pública: diálogos nacionais e internacionais.** Campo Mourão, PR: Editora Fecilcam, 2022, p. 60-71.

NOIRET, Serge. **História Pública Digital – Digital Public History.** Liinc Em Revista, v. 11, n. 1, p. 28-51, 2015.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. **O negacionismo científico olavista: radicalização de um certo regime epistemológico.** In: KLEM, Bruna S.; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAÚJO, Valdeí Lopes de. (Orgs.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro.** Vitória: Editora Milfontes, 2020, p. 81-100.

PENNA, Fernando de Araújo; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **O trabalho intelectual do professor de História e a construção da educação democrática: Práticas de história pública frente à Base Nacional Comum Curricular e ao Escola sem Partido.** In:

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Orgs.). **História pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado.** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 109-127.

PENNA, Fernando de Araujo; SILVA, Renata da Conceição Aquino. **As operações que tornam a história pública: A responsabilidade pelo mundo e o ensino de história.** In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 195-205.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. **Atualismo: pandemia e historicidades no interminável 2020.** Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 1-16, jan.-abr. 2021.

PRADO, Giliard da Silva. **Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet.** Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 13, n. 34, p. 01-35, set./dez. 2021.

PRADO, Maria Lígia. **Defesa do ensino de História nas escolas.** In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Novos combates pela História.** São Paulo: Editora Contexto, 2021.

RAMALHO, Walderez; CARVALHO, Augusto; MORETTO, Samira Peruchi. 2023. **Apresentação. Fronteiras: Revista Catarinense De História,** n.º 41 (janeiro), p. 04-14. <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2023n41.13307>.

ROCHA, Igor Tadeu Camilo; PRATES, Thiago. **Revisionismos, negacionismos e usos políticos do passado: uma apresentação.** Cadernos de Pesquisa do CDHI, Uberlândia, vol. 34, n.1, p. 3-14, jan./jun. 2021.

ROCHA, Helenice. **A presença do passado na aula de História.** In: MAGALHÃES, Marcelo *et al.* (Org.). **Ensino de história: usos do passado, memória e mídia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

RODRIGUES, Icles. **Usos pedagógicos para Youtube e podcasts.** In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Novos combates pela História.** São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 175-197.

RODRIGUES, T. de O. **Teoria da história e história da historiografia: aberturas para “histórias não-convencionais”.** História da Historiografia: *International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 12, n. 29, 2019.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Publicizar sem simplificar: O historiador como mediador ético.** In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Orgs.). **História pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado.** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 185-196.

SANTHIAGO, Ricardo Santhiago; BORGES, Viviane Trindade; RODRIGUES, Rogério Rosa. **O dever público da história no tempo presente: outras linguagens, outras narrativas.** Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, V. 12, n. 1, p. 13-38, jan./jun. 2020.

_____. **Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil.** In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo

(Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 23-35.

SARLO, Beatriz. *¿Arcaicos o marginales? Situación de los intelectuales en el fin de siglo*. *Punto de Vista*. Buenos Aires, n. 47, Dez., 1993. Disponível em: <https://ahira.com.ar/ejemplares/47-2/>. Acesso em: 20 de nov. 2023.

SCHITTINO, Renata. **O conceito de público e o compartilhamento da história**. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 37-46.

SCOTT, J. W. **Os usos políticos da história**. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 41, p. 37-52, 24 jan. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Do revisionismo ao negacionismo: pensando uma escrita da história crítica como resistência ao apagamento**. In: FRDERIGO, Fabiana de Souza; GOMES, Ivan Lima (Orgs.). **História e Trauma: Linguagens e Usos do Passado**. Vitória: Editora Milfontes, 2021, p. 183-206.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. In: REMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-262.

TEIXEIRA SOUZA, J. **Ações afirmativas, negacionismo e doutrinação ideológica**. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 41, p. 69-96, 24 jan. 2023.

STARLING, Heloisa Murgel. **O passado que não passou**. In: ABRANCHES, Sergio *et al.* **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TOSH, John. **Por que a História importa?** In: FAGUNDES, Flavio Bruno Flávio Lontra; ÁLVAREZ, Sebastián Vargas (Orgs.). **Ensino de História e História Pública: diálogos nacionais e internacionais**. Campo Mourão, PR: Editora Fecilcam, 2022, p. 37-43.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. **Apresentação - Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 41, n° 87, p. 13-36, 2021.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo**. Tradução: Marina Appenzeller. Campinas-SP: Papyrus, 1988.

WANDERLEY, Sonia. **Didática da História escolar: um debate sobre o caráter público da História ensinada**. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Orgs.). **História pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 95-108.

_____. **Narrativas contemporâneas de história e didática da história escolar**. In: In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 207-217.

Liberalismo *versus* Democracia

CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 416p.**

Rodrigo José Fernandes de Barros

Mestre em Ciências Sociais

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

rodjfb@gmail.com

Recebido: 15/11/2022

Aprovado: 19/01/2024

Durante meados da década de 2010 vários países do Ocidente, bem como América-Latina e outras regiões do globo, presenciaram um fenômeno até então considerado improvável: a ascensão de movimentos e de governos de extrema-direita, com evidente viés antidemocráticos em muitos deles. Países do Sul Global como Brasil, Filipinas e Índia elegeram presidentes com discursos e práticas autoritárias, configurando o que Manuel Castells nomeou de crise de legitimidade política nas democracias liberais (CASTELLS, 2018).

O mesmo ocorreu nas potências da Europa Ocidental, como na Alemanha, França e Reino Unido, nos quais partidos radicais de direita conseguiram aumentar consideravelmente o número de representantes eleitos em câmaras regionais e nacionais. Até nos Estados Unidos da América (EUA), que resguarda para si o papel de bastião da democracia representativa liberal, elegeu Donald John Trump (1946-)¹ para o cargo de presidente – fazendo a trama de ficção de Philip Milton Roth (1933-2018), *The Plot Against America* (Complô contra América), de 2004, assemelhar-se com a realidade, além de levar diversos pesquisadores a tentarem compreender o fenômeno (*e.g.*, LEVITSKY e ZIBLATI, 2018; BROWN, 2019; MOUNK, 2019; EATWELL e GOODWIN, 2020; e, PRZEWORSKI, 2020).

O novo livro do filósofo francês Grégoire Chamayou (1976-) é uma dessas obras. Intitulada *La société ingouvernable; Une généalogie du libéralisme autoritaire*, foi publicada em seu idioma original no

¹ Trump serviu como o 45º presidente dos Estados Unidos da América, de 2017 a 2021.

ano de 2018 e traduzida para o português, em 2020, pela Ubu Editora, como “A Sociedade Ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário”, conta com 416 páginas e é dividida em 6 capítulos. No livro, Chamayou carrega consigo importantes traços da metodologia de uma de suas maiores influências, o também filósofo Paul-Michel Foucault (1926-19 84), no sentido de que procura compreender as relações de poder não somente enquanto elemento de domínio de classe ou instituições, mas nas relações a nível micro em direção ao macro e em todas as relações sociais, desde os indivíduos até as grandes redes de perpetração de poder; do disciplinar ao biopoder (FOUCAULT, 2012; 2021).

Em seu primeiro capítulo, Chamayou expõe a realidade do chamado chão de fábrica norte-americano nos anos 1960 e 1970, descrevendo os conflitos de interesse entre a classe operária e os proprietários dos meios de produção. Pela condição de pleno emprego e pela natureza altamente frustrante da maior parte dos postos de trabalho, é presente um elevado grau de absenteísmo ou sabotagem, principalmente quando diante de medidas autoritárias por parte dos supervisores e demais superiores. O desemprego não era um temor para grande parte dos membros da classe trabalhadora nos EUA porque no estado de bem-estar social haveria meios de conter os infortúnios. Mais eficiente seria desmontar o estado de bem-estar social e gerar uma recessão econômica o suficiente para acabar com a condição de pleno emprego, disseminando, assim, a insegurança e, conseqüentemente, o medo do desemprego. Essas medidas foram colocadas em prática a partir do governo de Richard Milhous Nixon (1913-1994)².

O segundo capítulo dá continuidade aos outros atos praticados pelas elites econômicas para garantir o controle sobre os meios de produção e sobre a classe trabalhadora. Ocorre uma revolução do gerencialismo, estabelecendo que aqueles que gerenciam a empresa não são os proprietários, já que os verdadeiros proprietários (os acionistas) não gerenciam a empresa. Para assegurar a fidelidade e eficiência dos gestores, lhe são oferecidas ações a preços mais baixos do que as disponíveis no mercado, ao mesmo tempo em que os gestores se torna facilmente substituível quando não desempenham o papel esperado. Não resta opção ao gestor, tendo que agir conforme o ordenado pelos acionistas caso queira ter acesso a benefícios e manter-se no cargo. O medo mais uma vez se torna ferramenta indispensável da lógica neoliberal ascendente.

² Nixon serviu como o 37º presidente dos Estados Unidos da América, de 1969 a 1974.

A reação da sociedade civil perante essas mudanças ocupará o terceiro capítulo do livro. Movimentos sociais de diversos tipos começam a exigir maior carga de responsabilidade por parte das empresas, como em nível redistributivo da riqueza e referente aos riscos que acometem ao meio-ambiente. Paralelo a isso, notamos a ótica do gerencialismo se espalhar para além das empresas privadas, invadindo o marketing, a educação e demais áreas da sociedade, como a própria vida privada. A reação dos movimentos de resistência espalha-se por diversos espaços, como sindicatos, universidades e instituições políticas, com o intuito de barrar o avanço dos ideais neoliberais.

No quarto capítulo, o autor expõe o contra-ataque a essas novas formas de resistência. Para assegurar os princípios do crescente neoliberalismo, as corporações empresariais mobilizaram seu próprio ativismo contra os grupos políticos que realizavam grande pressão através do raptos das pautas criadas pelos ativistas contestadores. As empresas não podiam evitar as demandas, então optaram por se apropriar lentamente dos discursos e das pautas para poder moldar as queixas e torná-las mais apropriadas para os interesses das elites econômicas, destronando assim os sindicatos, universidades e demais espaços do protagonismo da oposição. Atualmente é possível notar como que diversas empresas adotaram diversas dessas pautas não para mobilizá-las para o interesse coletivo, mas sim para se venderem como corporações com responsabilidade perante a sociedade e o ecossistema. É o caso das pautas ambientais ou da representação de gênero que são frequentemente utilizadas em campanhas de publicidade e propaganda.

Em seguida, é necessário permitir que o direito internacional e as legislações nacionais comportem as demandas e os interesses das empresas multinacionais. Chamayou desenvolve como se deu esse processo no quinto capítulo da obra, detalhando como que os países ricos e suas elites agiram e ainda agem para defender seus objetivos com a criação de organizações como a *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD) (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em detrimento da *United Nations* (UN) (Organização das Nações Unidas), já que a primeira poderia ser completamente comandada pelas elites mundiais, enquanto a segunda precisa comportar os países em desenvolvimento. É o surgimento do chamado “direito flexível”, que estimula a transferência de responsabilidade das empresas para as pessoas, o que facilita os lucros das corporações e prejudica a vida da população em geral, estimulando a ótica da culpa individual, ignorando-se responsabilidades de conglomerados empresariais.

O sexto e último capítulo elabora como as correntes neoliberais elegem a democracia representativa como maior obstáculo para a ordem que almejam, já que a democracia permite que grupos minoritários tenham voz e sejam ouvidos. A presença desses grupos é vista como uma ameaça pelos grandes teóricos do neoliberalismo, como Friedrich August von Hayek (1899-1992). A solução, portanto, passa a ser destronar a democracia e estabelecer um Estado autoritário, pois assim é possível reprimir os movimentos opositores e proteger os interesses das elites econômicas.

Contudo, para realizar a ruptura do sistema democrático liberal para o autoritário é necessário seguir um processo de longo prazo, distante dos golpes de Estado tão emblemáticos do século XX, como no Brasil em 1964 ou no Chile e 1973, pois assim se evita resistências. A democracia precisaria sair de cena, mas aos poucos, para que não haja uma ruptura brusca que ocasione convulsões sociais. Um dos exemplos para diminuir a presença do Estado é o gradual processo de privatização dos serviços ofertados para a população, que começa com a degradação das empresas e órgãos estatais para que esses não ofereçam serviços satisfatórios, fazendo com que as ideias de privatização soem interessantes e sejam encaradas como solução para salvar empresas estatais e, conseqüentemente, o próprio Estado da falência.

A obra de Chamayou se destaca por seu caráter seminal e pelo material considerável utilizado como fonte, como os relatórios, as gravações e as inúmeras outras fontes documentais que são utilizadas no texto. Se trata de um verdadeiro trabalho de fôlego para realizar uma genealogia do neoliberalismo para além dos teóricos clássicos dessa corrente. O livro reforça a tese já defendida por outros autores, como o sociólogo alemão Wolfgang Streeck (1946-) em *Buying Time: The Delayed Crisis of Democratic Capitalism* (publicado no Brasil em 2018 pela Boitempo Editorial como “Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático”). Streeck há anos já declarava que o casamento entre capitalismo e democracia representativa pode estar perigosamente perto do fim. Vivemos numa crise que tenta comprar o tempo através de medidas paliativas, mesmo com a tendência do neoliberalismo em fortalecer, se necessário for, os movimentos de extrema-direita em todo o mundo e colocar em risco os sistemas democráticos.

Referências bibliográficas

- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Politeia. 2019.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2018.
- EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. **Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal**. Rio de Janeiro: Editora Record. 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 2021.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco. 1992.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATI, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2018.
- MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que a nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.
- PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2020.
- ROTH, Philip. **Complô contra a América**. São Paulo: Companhia de Letras, 2015.
- STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

Por uma História Social do(a)s trabalhadore(a)s:
apontamentos e perspectivas

POPINIGIS, Fabiane; AMARAL, Deivison.
Trabalhadoras e trabalhadores: capítulos de história
social. São Paulo: Paco Editorial, 2022. 392 p.

Alberta Jorgia Félix Paulino
Graduanda em História
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
alberta.felix@aluno.uece.br

Recebido: 22/10/2023

Aprovado: 10/01/2024

O livro é uma iniciativa dos historiadores e especialistas em História Social do Trabalho, Fabiane Popinigis e Deivison Amaral¹. Sendo este o mais novo livro sobre a temática, dispondo de 5 capítulos que abordam as principais discussões em torno do campo, a partir das contribuições de pesquisadoras e pesquisadores. Lançado em 2022, o livro é composto por 11 artigos distribuídos em quatro capítulos, além da transcrição de uma conferência internacional com a historiadora e professora Eileen Boris. Lançado pela Paco Editorial, o intuito da publicação é apresentar as articulações e percursos de trabalhadores e trabalhadoras nos séculos XIX ao XXI. A partir disso, podemos pensar a necessidade de debater as abordagens e perspectivas no campo da História Social do Trabalho, que foi viabilizado mediante a criação e institucionalização do GT Mundos do Trabalho

¹ Fabiane Popinigis possui Doutorado em História pela Unicamp, é professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), detendo experiência na área de História do Trabalho e da escravidão. Deivison Amaral possui Doutorado em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História da UNICAMP, é professor da PUC-Rio e realiza pesquisas sobre associativismo, catolicismo e sociedade.

no ano de 2000 e, posteriormente, com a criação da Associação Nacional de História do Trabalho (ANATH) em 2019 no Simpósio Nacional de História em Recife-PE.

O capítulo I *Povos Indígenas e Mundos do Trabalho*, apresenta-se as discussões acerca da temática desenvolvida dentro do GT Mundos do Trabalho, principalmente no que se refere o processo de genocídio do qual as populações indígenas foram e são impostas historicamente que foi intensificado no período da pandemia do COVID-19. A partir disso, outras questões foram destacadas no GT, como a Constituição de 88 e as discussões em torno da demarcação de terras indígenas a partir do Marco Temporal.

Em *Trabalho, coerção e fronteira agrícola em movimento: a formação de um campesinato indígena (Bahia e Espírito Santo, século XIX*, Vânia Maria Losada e Moreira Ayalla Oliveira Silva (2022) apresentam as estratégias de expansão desenvolvidas pelos indígenas em busca da criação de um campesinato indígena, a partir da instalação de relações de trabalho e de comercialização com demais grupos, possibilitando um contexto pacífico com as autoridades locais, ao mesmo tempo, em que sua identidade indígena não fosse ocultada. As fontes que possibilitaram compreender essas relações foram documentos provinciais, cartas e uma abrangente bibliografia na qual se destacam os nomes de Caio Prado Júnior e Stuart B. Schwartz.

Adiante, no artigo intitulado *O trabalho mineiro de Potosí nos mundos do trabalho indígena na América colonial hispânica, séculos XVI-XVII*, a autora Paula Cecília Zagalsky vai destacar as relações de trabalho impostas aos indígenas com relação ao trabalho perpetuado no território colonial. O trabalho atenta-se a analisar o funcionamento das instituições coloniais, as relações de trabalho (combinadas e alternadas) e a atividade econômica exercida na Vila Imperial de Potosí, utilizando-se de uma vasta bibliográfica sobre América Latina colonial.

Gênero, escravidão e liberdade nos Mundos do Trabalho é o título do capítulo II do livro, os artigos são discutidos a partir de uma perspectiva interseccional. Além de demarcar o papel da África como ponto determinante na compreensão desses fatores, evidencia as mulheres e homens nas dinâmicas de trabalho e em outras esferas. No caso de *As senhoras nos tribunais: mulheres casadas e controle da mão de*

obra no Brasil Império de autoria de Mariana Dias Paes, *Um “Império de mulheres”? Escravidão, trabalho, gênero e liberdade – Senegal (1818-1848)* de Juliana Barreto Farias e *Gênero, comércio de pessoas escravizadas e liberdade (Feira de Santana, Bahia, 1871 a 1888)* cuja produção é de Karine Teixeira Damasceno, nos possibilita pensar as opressões impostas as mulheres ao longo da história, não obstante, visualizar que as mulheres também ocuparam posições de poder e oprimiram outras mulheres e demais grupos sociais. Ambos os trabalhos se utilizam de fontes primárias, como processos judiciais, registros de cartas de liberdade, escrituras públicas de compra e venda, documentos coloniais e locais. A partir de ambas as pesquisas, é possível perceber como essas mulheres transitavam em “mundos” diferentes.

No capítulo III, tem como tema principal *Trabalhadores, política e cidade*, reunindo 4 artigos que envolvem a relação dos trabalhadores e movimentos sociais com as cidades, com os recortes nas respectivas cidades de São Paulo, Salvador, Manaus e Rio de Janeiro. Em “*Trabalho, cidade e imigração na capital amazonense, (1880-1910)*”, discute-se como a dinâmica econômica da região, em específico a exploração extrativista da borracha, propiciou a presença de imigrantes e definiu novas relações sociais em Manaus. Além disso, é possível ver a análise sobre a presença das mulheres e os tipos de trabalho que as mesmas realizavam.

Na sequência, o artigo *De São Bento a São Lázaro: religião e raça nas disputas pelo espaço urbano (Salvador, 1893-1906)* de Gabriela dos Reis Sampaio, é marcado pelos conflitos entre ex escravizados, trabalhadores negros e pobres e autoridades republicanas do período. Enquanto o primeiro grupo lutava em ocupar e garantir sua presença na cidade de Salvador, o segundo promovia o cerceamento desses cidadãos marginalizados. Esses conflitos se deram principalmente no contexto de duas procissões então praticadas. Sobre a ocupação das procissões na cidade baiana, cabe destacar o seguinte trecho:

As informações encontradas nas fontes em relação às duas ocupações da cidade aqui descritas – a do enterro cristão de Nina Rodrigues e a da procissão dos fiéis do pai Joaquim – indicam reações diametralmente opostas em relação às diferentes práticas religiosas. O caminho percorrido era basicamente o mesmo, mas em direções contrárias. (Popinigis, Amaral, 2022, p. 226).

Ainda sobre o campo das disputas, vemos os dois últimos artigos com foco em grandes cidades brasileiras. Em *Organização Popular e Democracia: a experiência dos Comitês Democráticos e populares e a eleição municipal de 1947 em São Paulo*, Adriano Luiz Duarte propõe analisar as disputas dos trabalhadores em Comitês Populares e a eleição municipal de 1947, sendo estes utilizados como aparelho educativo na formação dos trabalhadores, fortalecendo as reivindicações e demarcações de suas pautas. *Trabalhadores e as favelas cariocas: da favela da Praia do Pinto no período do segundo pós-guerra* de autoria de Rafael Soares Gonçalves, aborda a criação de estigmas sobre as favelas entre os anos de 1950 e 1960, apresentando inicialmente a realidade das favelas no período citado e a participação da instituição católica Fundação Leão XIII. Cabe destacar a atuação e participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nas lutas travadas pelos trabalhadores nas respectivas pesquisas. Ambos os trabalhos utilizam-se de uma gama de fontes históricas, tais como entrevistas, fichas de visitação familiar, arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e documentos do Tribunal Regional Eleitoral.

No último capítulo, com a temática *Desigualdade e Desafios para os Mundos do Trabalho*, a organização dos trabalhadores e o papel do sindicalismo são pontos abordados nos últimos artigos do livro. As discussões de gênero discutidas no capítulo II são retomadas no artigo de Inés Pérez, onde a mesma propõe discutir primeiramente as noções de “trabalho” nas primeiras décadas do século XX, passando com que o Estado responsabilizasse “pelas modalidades de trabalho geradas pelas novas tecnologias introduzidas na indústria” (Popinigis, Amaral, 2022, p.296). A partir das regulamentações, conseqüentemente, o trabalho doméstico seguiria invisibilizado e privado de direitos. Na segunda seção do artigo, é abordado as cisões que ocorreram no serviço doméstico, destacando-se as estratégias dos choferes de se desvincularem do trabalho doméstico em busca se sancionar um estatuto exclusivo para a categoria.

Além disso, vemos em o *Um inventário de desafios para o sindicalismo diante da pandemia neoliberal* de Hélio da Costa, as questões enfrentadas pelo sindicalismo no contexto pandêmico neoliberal dos últimos cinco anos. O autor aponta a conjuntura e os pacotes de medidas que precarizaram as condições de trabalho, afetando as condições de atuação dos sindicatos brasileiros, pontuando que a

luta parte da “reinvenção do movimento sindical a partir da mudança do atual modelo” (Popinigis, Amaral, 2022, p. 319). A pesquisa ainda possibilita pensar no desenvolvimento de novas categorias de trabalho que surgiram no contexto expansionista do capitalismo. A bibliografia da pesquisa contém desde autores marxistas, como autores liberais.

Por fim, a conferência com a historiadora e especialista em História do Trabalho e dos movimentos sociais, Eileen Boris. A professora discute questões relacionadas ao seu percurso como pesquisadora e militante aos grupos e organizações políticas de mulheres de vários países do mundo. Destacando as dimensões do trabalho em uma perspectiva global, dando ênfase principalmente no que se refere o papel do trabalho doméstico e quem o realiza em sua totalidade, além de outros aspectos como estrutura familiar, hierarquias raciais, normas de gênero, imigração e o trabalho de cuidados no pós-guerra.

Por fim, a obra nos disponibiliza várias temáticas que abarcam o campo dos Mundos do Trabalho, possibilitando discutir e compreender os elementos socioculturais, tais como gênero, raça, identidade, religião, autonomia e a história dos trabalhadores no recorte temporal proposto.

Referências bibliográficas

Popinigis, Fabiane; Amaral, Deivison. **Trabalhadoras e trabalhadores: capítulos de história social**. São Paulo: Paco Editorial, 2022.

Vanguarda centenária: territórios e temporalidades dos modernismos brasileiros.

HARDMAN, Francisco Foot. *A ideologia paulista e os eternos modernistas*. São Paulo: Editora Unesp, 2022. 269p.

Natália Zampella¹

Mestranda em História

Universidade Estadual Paulista, Unesp/Assis

natalia.zampella@unesp.br

Recebido em: 10/08/2023

Aprovado em: 14/02/2024

Muitas são as tentativas de revisão crítica do movimento modernista, seja pela sua manifestação na literatura, nas artes plásticas, na música ou no projeto de nação pensado pela vanguarda. O centenário comemorado em 2022 agitou o mundo editorial com a publicação de dezenas de pesquisas, que, em sua maioria, propõem releituras e revisões do movimento. Essa é uma tendência que surgiu ainda nos anos 1990, visando questionar a periodização e os eventos consagrados como fundadores do modernismo no Brasil.

Nesta seara, o lançamento da coletânea *A ideologia paulista e os eternos modernistas*, de Francisco Foot Hardman, professor titular de Literatura na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pela Editora Unesp, realiza um importante trabalho ao trazer à cena outras possibilidades interpretativas acerca do modernismo, à margem da mitologia centrada em São Paulo.

Para o autor, a ideia de “ideologia modernista” está assentada “nas bases da hegemonia das oligarquias cafeeira e industrial paulistas no Brasil dos anos 1920-30” (HARDMAN, 2022, p. 11), que suprime as diferentes visões de mundo e formas de se fazer arte no início do século XX, colocando São Paulo como o centro econômico e capital cultural do Brasil. O questionamento da hegemonia cultural que confere à Semana de Arte Moderna e, conseqüentemente, à cidade de São Paulo o papel

¹ Bolsista Fapesp (Processo 2023/05184-4).

de inauguradores do modernismo é o ponto central da crítica de Foot Hardman, que buscou, em autores alijados do cânone, as fagulhas modernas que despontaram, de norte a sul do país, pelo menos meio século antes de 1922.

O livro está organizado em duas partes – “República das ruínas e das solidões” e “Paisagens estranhas, tempos extremos” cada uma delas composta por sete capítulos, a maioria deles anteriormente publicados em livros, revistas e jornais, como aponta o autor na Nota Introdutória. O texto mais antigo da coletânea data de 1992 e o mais recente de 2022, este sim inédito. Note-se que o autor trabalhou ao longo de trinta anos na construção argumentativa do seu ponto de vista, o que se evidencia na consistência das problemáticas por ele apresentadas, que estão em sintonia com um debate historiográfico que está amadurecendo.

Em “República das ruínas e das solidões” Foot Hardman analisa autores como Augusto dos Anjos, Sousândrade, Silva Jardim, Raul Pompeia e Euclides da Cunha no contexto da passagem da Monarquia à República, evocando trajetórias e obras que fazem parte de estilos literários diferentes, mas que, a sua maneira, contribuíram para dar à literatura finissecular o tom de modernidade, como explica:

(...) lembrando que a história trágica da formação do Estado nacional, sobretudo na passagem da Monarquia à República, é um cenário de projetos em luta, em que a vida literária, em diferentes regiões do Brasil, atuou e se expressou em obras e linguagens plenamente modernistas, do simbolismo, ao decadentismo, do parnasianismo ao libertarismo. (HARDMAN, 2022, p.12)

O primeiro capítulo, intitulado “Algumas fantasias de Brasil: o modernismo paulista e a nova naturalidade da nação”, originalmente escrito em 1996 para seminário internacional promovido pelo Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Poitiers, na França, pode ser considerado um dos textos centrais da coletânea, por apresentar, de forma categórica, as principais críticas de Foot Hardman acerca da vanguarda paulista. O autor parte da obra de Oswald de Andrade, reeditada na década de 1970, para problematizar a apreensão dos críticos em relação à Antropofagia, elevada ao status de “programa político-cultural de uma identidade nacional vendida sempre como vanguardeira” (HARDMAN, 2022, p. 19). Sua argumentação visa fazer um balanço do que chama de “pretensa vanguarda crítica”, que almejava a manutenção do poder da oligarquia paulista. Ao localizar a retomada da obra Oswaldiana no contexto da década de 1970, capitaneada por Haroldo de Campos, Foot Hardman traça um paralelo entre a luta da resistência contra a ditadura militar e

marcos culturais, a exemplo da encenação de *O rei da vela*, no Teatro Oficina, e a canção *Alegria, alegria*, de Caetano Veloso, apontando para as continuidades frágeis de um modernismo genérico e datado “(...) em seus códigos e cacoetes e monumental como construção histórico-cultural” (HARDMAN, 2022, p. 21).

Em diálogo com questões da década de 1990, como a noção de multiculturalismo, o autor tece crítica sobre a incorporação de grupos minoritários às culturas hegemônicas, como foi o caso da apropriação da história, estética e linguagem indígena pelos paulistas de 1922, “digna da melhor herança do bandeirantismo” (HARDMAN, 2022, p. 25), que visava apenas incorporá-las tematicamente, como no *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* e no *Manifesto Antropófago*. Ao invés de inverterem a noção colonialista, que subalterniza a voz de sujeitos não brancos, a euforia da vanguarda realizou sutil exclusão ao subtrair o discurso desses outros genéricos e incorporá-los como temática no que considera falsa ideia de refundar as bases de uma nacionalidade “inclusiva”.

O capítulo seguinte, “Antigos modernistas”, parte da tese de livre-docência defendida em 1992, o autor propõe outros caminhos trilhados pela modernidade do fim do Oitocentos, que sedimentaram o caminho para a ruptura de 1922. Sob a justificativa de redescobrir o Brasil, “uma série de pensadores e obras já se inscrevia num movimento sociocultural de ideias e reivindicações (...)” (HARDMAN, 2022, p. 37), que mais tarde ganharia a alcunha de modernismo. As projeções de revalorização do passado brasileiro não se constituem propriamente em novidade, visto que, desde o fim de Guerra do Paraguai (1865-1870), o país conheceu significativas transformações sociais, políticas e econômicas. De acordo com o autor, a inserção de uma camada operária e imigrante nos centros urbanos representou importante fator para a renovação linguística, estética e temática da literatura. Chamada de *art nouveau*, essa literatura, predominante na cena urbana “servia, também, à enumeração de signos das diferenças sociais, ao desenrolar de fragmentos pertencentes à velha ordem que desabava, à derradeira encenação de artifícios das elites” (HARDMAN, 2022, p. 54). O autor ainda chama atenção para o impacto dessa transformação espaço-temporal experimentada na virada do século:

Temporalidades em trânsito, choques muitas vezes antagônicos entre messianismos românticos e maquinismos iluministas; territórios descontínuos, fronteiras movediças, paisagens destruídas; línguas enigmáticas, símbolos herméticos, culturas intransponíveis. É preciso assinalar de perto a historicidade desses “territórios à margem da história”, sua antiga modernidade, assim como a não memória da violência que se aloja nos códigos

modernistas tornados em convenção, o bruto esquecimento que se inscreve na história consagrada do modernismo. (HADRMAN, 2022, p. 57)

Como forma de problematizar a marginalidade imposta colocada pelos discursos dos heróis de 1922, Foot Hardman, nos capítulos seguintes, se debruça na análise de “Augusto dos Anjos e o antitropicalismo” e “A Pan-América utópica de Sousândrade”, autores que, definitivamente, se encontram fora do cânone e que muitas vezes acabam inseridos no balaio equivocado do “pré-modernismo”. Com Augusto dos Anjos, o autor pretendeu analisar a modernidade da obra do poeta a partir de imagens presentes em sua poesia, que evocam a tropicalidade. Em Sousândrade, Foot Hardman parte do poema *O Guesa errante* (1888), inspirado em lenda andina, para discutir a concepção de panamericanismo, “projeto utópico de que os povos das Américas pudessem se reunir (...) em nome do progresso iluminista, cosmopolita para integrar suas culturas multifacetadas”, que teve pouco eco no Brasil, ainda muito marcado pelas referências europeias.

O autor finaliza a primeira parte do livro com um texto de 2017 consagrado aos desafios da modernidade presentes nas obras de Sousândrade e Euclides da Cunha, que expressam as contradições de uma sociedade que seguia valorizando tendências europeias. Os dois, republicanos e abolicionistas, viveram as (des)ilusões de uma sonhada república que não atendeu às expectativas nela depositadas. Para Foot Hardman, suas obras dialogam a partir das “figurações emblemáticas do trágico-moderno nas fronteiras problemáticas de nacionalidades que surgiam como espectros na América do Sul da segunda metade dos Oitocentos” (HARDMAN, 2022, p. 143).

A segunda parte, “Paisagens estranhas, tempos extremos”, o autor evoca produções literárias que abordam “a inelutável correlação entre “literatura nacional” e as contradições da história mundial contemporânea no século XX” (HARDMAN, 2022, p. 12). No texto de abertura, “Elogio de um farfalhante: a palavra no século das guerras” de 1994, é retomada a discussão sobre a mudança na percepção sócio temporal, desencadeada com a deflagração da Primeira Grande Guerra. O mote é *Quinzenas de campo e guerra* (1915), de Alberto Rangel, narrativa em forma de diário sobre a ruptura que o conflito instaurou na modernidade científico-tecnológica, celebrada no contexto ocidental. Em contraste com a percepção de Rangel sobre o conflito europeu, no capítulo seguinte “Zweig em São Paulo: dispositivos do mal”, o autor busca reconstituir, por meio dos lugares visitados pelo escritor judeu, as marcas de uma modernidade atravessada pela barbárie.

Os capítulos seguintes corroboram com a ideia inicial do autor de evidenciar as múltiplas temporalidades que, num mesmo momento, podem ser identificadas no Brasil. Assim, em “Cidades errantes: signos do moderno no Nordeste oitocentista”, o autor introduz a problemática da modernização em territórios “periféricos” em relação ao complexo cafeeiro do Centro-Sul. O estigma em torno de um nordeste seco, estático e imerso na miséria foi reproduzido sistematicamente pela historiografia e pela ficção até meados do século XX. No entanto, o autor teve o cuidado de mostrar que, a despeito de todas as tentativas de reduzir a região à sinônimo de desamparo político e econômico, escritores como o baiano Manoel Raymundo Querino, ainda no contexto do movimento abolicionista, delineavam projetos modernos de nação, que integrasse a população negra e operária ao novo regime republicano.

Nos dois últimos capítulos, Foot Hardman volta à São Paulo e encerra a análise contemporizando contribuições relevantes de autores que tomaram o segundo plano da cena modernista. É o caso de Paulo Emílio Sales Gomes, Patrícia Galvão, Flávio de Carvalho e Mário Pedrosa, todos ligados, em alguma medida, aos modernos da primeira hora, mas que, seja pela temporalidade das obras, temas ou espaços sociais ocupados e postura políticas abraçadas, acabaram por se tornar uma espécie de “estranhos no ninho”. O último capítulo, “Adeus, Macunaíma”, é o texto mais combativo e radical do conjunto. Escrito em 2016 como artigo para o caderno Aliás, do jornal *O Estado de S. Paulo*, Foot Hardman retoma sua crítica ao mito modernista e à identidade nacional forjada por meio do silenciamento dos povos originários, a partir de *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade, e o caracteriza como “(...) mera força de barra. Como o é o hegemônico sistema cultural-literário da elite paulista que o entronizou” (HARDMAN, 2022, p. 236).

A obra, tomada em seu conjunto, constitui-se em contribuição relevante para a crítica acerca do momento fundador do modernismo. Ainda que se trate de recolha de textos escritos em momentos distintos, eles guardam organicidade e indicam reflexões que, há três décadas, problematizam a postura historiográfica que exalta a Semana como a narrativa central do movimento, insistindo em descortinar modernos e modernistas de norte a sul do país, com tempos e temporalidades distintas. Considerações pacientemente tecidas, ancoradas em leitura instigante e original, a indicar que não é de agora que se tenta desafiar o coro dominante.

Referências bibliográficas

HARDMAN, Francisco Foot. **A ideologia paulista e os eternos modernistas**. São Paulo: Editora Unesp, 2022. 269p.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira; XAVIER, Lucia Furquim Werneck (Org.). *As memórias de Krzysztof Arciszewski: um polonês a serviço das Índias Ocidentais no Brasil*. Recife: Cepe, 2022.

David Prado Machado

Professor Substituto de História da Arquitetura - PUC Minas

dpmarq@hotmail.com

Recebido: 27/09/2023

Aprovado: 20/02/2024

Bruno Miranda concluiu seu doutorado em História pela Universidade de Leiden em 2011. Lucia Xavier é doutora em Arqueologia (2018) pela mesma universidade. Os dois autores organizadores são especialistas em paleografia portuguesa e neerlandesa dos séculos XVI e XVII e fazem parte de uma nova geração de pesquisadores que, a partir dessa expertise, tem expandido o conhecimento a respeito da presença neerlandesa na América Portuguesa. O livro traz uma tradução inédita para o português das memórias de um militar polonês que teve notável participação como representante da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais (conhecida mais comumente pela sigla WIC, referente ao seu nome em inglês *Dutch West India Company*), durante a ocupação holandesa na região. A historiografia contemporânea, entretanto, dedicou pouca atenção aos feitos do polonês, o que demonstra o pouco interesse dos historiadores por sua trajetória político/militar. Autores como Pieter Marinus Netscher, Hermann Wätjen, José Antônio Gonsalves de Mello, Charles Boxer, Evaldo Cabral de Mello, citam Arciszewski de forma rarefeita, sobretudo devido aos seus conflitos com o governador Nassau e, muito raramente, a respeito de suas atividades administrativas e suas ações estratégicas de cunho militar.

O livro foi estruturado em dois capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Krzysztof Arciszewski: um polonês a serviço das Índias Ocidentais no Brasil (1629–1639)*, os autores constroem uma biografia do militar polonês e descrevem a atuação da WIC em uma região específica da América Portuguesa que correspondia às capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande e que, na primeira metade do século XVII, já se apresentavam como uma promissora área produtora de açúcar. Segundo os autores, Arciszewski nasceu e foi educado dentro da doutrina

do arianismo, que proibia a seus seguidores o engajamento em guerras e outros atos de violência. Em contradição à sua formação, Arciszewski, ainda no início de sua juventude durante a década de 1620, se envolveu no ofício da guerra em diferentes regiões europeias como Polônia, Países Baixos e França, até ser contratado, em fins de 1629, pela Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais (WIC).

Ainda na primeira parte, os autores relatam a permanência de Arciszewski no Brasil, entre 1630 e 1637, como comandante de tropas da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais, tendo retornado temporariamente para os Países Baixos entre 1633 e 1634. Seu retorno definitivo aconteceu poucos meses após a chegada de Maurício de Nassau, o novo governador geral contratado pela WIC, ao lado de quem lutou contra os luso-espanhóis no sul de Pernambuco. Especula-se que o polonês teria ficado decepcionado por não ter sido indicado como Governador Geral em 1636. Em decorrência da incompletude das fontes, drama que costuma assombrar os historiadores, não foi possível avançar nas argumentações acerca dessa relação conflituosa com Nassau. Entretanto, antes de partir para a Europa, Arciszewski teria recebido uma ordem expressa do novo governador geral para elaborar um relato a respeito da real situação da presença neerlandesa no Brasil.

Segundo os autores, o texto do polonês não apresenta uma estrutura linear, mas se assemelha à uma colagem de episódios e experiências vividas a serviço da WIC. O próprio Arciszewski se refere ao seu trabalho como “escrito”, assim como “memórias” - na verdade, memórias sobre a administração holandesa em território português – gênero textual caracterizado pela narração de fatos da memória e que documentam experiências vividas por um certo indivíduo. Em vários momentos, os relatos se transformam em críticas bastante ácidas em relação às estratégias administrativas e, principalmente, militares adotadas pelos holandeses da companhia. Arciszewski aponta como origem dos problemas a má qualificação dos funcionários e, sobretudo, a organização fragmentada de um conselho político que estava à frente da WIC, responsável por decisões equivocadas e, não raramente, voltadas para interesses pessoais.

No primeiro capítulo, os autores analisaram, à parte das transcrições de Arciszewski, a ausência de destaque para os feitos desse militar polonês. A essa rarefeita bibliografia, somam-se as fontes primárias, que incluíram documentos provenientes do Arquivo Nacional da Haia, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Coleção da Velha Companhia das Índias Ocidentais, assim como publicações da época, como o livro de Gaspar Barléu e de Johannes De Laet.

O segundo capítulo apresenta o texto original de Arciszewski, formalmente endereçado ao Conde Maurício de Nassau, que contém um panorama geral da atuação da WIC no período 1630-1637 e a conflituosa relação entre dirigentes e subordinados. Nos primeiros parágrafos do texto, o autor já demonstra a sua indignação e frustração relativas à experiência vivida em terras brasileiras atribuídas, em grande parte, à negligência dos Senhores Diretores da WIC. Para Arciszewski, esses indivíduos, assim como aqueles indicados pela companhia para compor o Conselho Político e Militar da empresa teriam sido os grandes responsáveis pelo atraso das ações contra o inimigo e o sucesso extremamente lento da implantação de um governo holandês em terras tropicais. A soldadesca, mal paga, mal alimentada, maltratada e ofendida, tanto por seus superiores no Brasil quanto pelas autoridades da WIC na Holanda demonstravam, cotidianamente, descontentamento, ódio e desprezo por seus superiores.

Após a introdução, na qual Arciszewski apresenta as problemáticas ações holandesas, segue-se o restante do texto dividido em três partes. A primeira parte retrata as omissões e transgressões da administração holandesa, assim como as lacunas existentes nas estratégias militares adotadas pelos holandeses. Na segunda parte, Arciszewski relata, em tom de denúncia, os delitos e o enriquecimento ilícito dos funcionários da WIC. Na terceira parte, o polonês identifica como os problemas detectados nas duas primeiras partes afetaram a administração no Brasil e que culminou com a derrocada da presença holandesa na América Portuguesa.

A primeira parte demonstra, através das lentes de Arciszewski, a pobreza e a fragilidade das estratégias militares adotadas pelos holandeses. Detentor de sólida formação militar na Europa, ele discordava de forma veemente o modo como as ações militares foram conduzidas, provocando o desperdício de dinheiro, mão de obra e tempo. Para um militar de sua categoria, uma operação em terra estrangeira e com esse nível de complexidade não admitia tamanha desfaçatez. Um exemplo notável desses desmandos foi a construção desnecessária de fortificações. Arciszewski faz severas críticas aos fortes e redutos que foram construídos nos arredores do Recife e que não ofereciam a menor serventia para a defesa da terra, ao passo em que as grandes fortificações erguidas pelos espanhóis, como o Castelo do Mar e o Castelo da Terra São Jorge ainda se encontravam parcialmente arruinados sem que nenhuma providência fosse tomada.

No decorrer da primeira parte, Arciszewski aponta os engenhos de açúcar como pontos de apoio que funcionavam como verdadeiras balizas durante o deslocamento das tropas.

Forneciam pouso, água, comida e até mesmo vestimentas para os soldados da companhia. Arciszewski finaliza a primeira parte de seu texto relatando as incursões pela costa, as tentativas fracassadas e vitoriosas contra o inimigo e, principalmente, as dificuldades enfrentadas durante a marcha para o combate. Em vários momentos, o leitor encontra numerosas descrições dos momentos mais dramáticos das práticas cotidianas dos soldados, da escassez de víveres e da péssima comunicação com a matriz holandesa. Arciszewski encerra a primeira parte citando Júlio César, quando o célebre imperador romano disse que o exército não deveria passar fome nem frio.

Na segunda parte, Arciszewski relata os principais delitos cometidos tanto pelo alto comando da companhia na Holanda quanto pelos súditos do outro lado do Atlântico. Uma das questões mais polêmicas seriam as prestações de contas de funcionários da WIC. Muitos retornavam para a Europa sem, contudo, fazer os devidos esclarecimentos relativos a valores e mercadorias apreendidos do inimigo. O açúcar, certamente, seria um dos produtos mais cobiçados, não apenas pelo seu alto valor econômico, mas por ser um produto fácil de ser desviado e capaz de conduzir um indivíduo da falência à fortuna em pouquíssimo tempo e sem que a administração da companhia tomasse conhecimento desse desvio. A apreensão de animais, armazéns de mercadorias, peças em ouro, e prata, além das joias, também faziam parte do rol dos descaminhos das prestações de contas. O comércio ilegal, tanto do pau-brasil quanto o de negros, também chamou a atenção do autor, que percebia nessas ações, uma estratégia dos conselheiros instalados na terra em ampliar seus ganhos e melhorar a condição de vida, construindo casas cada vez mais suntuosas e adotando modos de viver cada vez mais complexos.

Na terceira parte do texto, Arciszewski relata os prejuízos que a ambição desmedida causou tanto à soldadesca, vítima do descaso, quanto à administração da companhia, vítima dos desvios financeiros. O desfecho da trajetória de Arciszewski no Brasil aconteceria em função de um relatório apresentado aos Senhores Conselheiros da Companhia das Índias Ocidentais no qual constava uma lista das possíveis minas de prata existentes naquela região. Assim que os conselheiros tomaram conhecimento de tal riqueza, imediatamente deliberaram pelo retorno imediato de Arciszewski para a Europa e entregaram a empreitada das minas de prata para outro funcionário da WIC.

O livro de memórias de Arciszewski é uma grande contribuição para o estudo da América Portuguesa, no período em que parte da região açucareira estava sob domínio holandês e era

controlada pela Companhia das Índias Ocidentais. Essa companhia, possivelmente uma das primeiras megacorporações da história, alcançou admiráveis desdobramentos no mundo moderno, sobretudo acerca das estratégias administrativas, comerciais e militares. O livro de memórias de Arciszewski se torna especialmente significativo por se tratar de um relato sobre um momento pouco investigado da história da ocupação holandesa e que corresponde ao período da conquista (1630-1636). As dificuldades enfrentadas pela WIC no sentido de organizar uma administração eficiente em terras tropicais se tornaram fontes fundamentais para o entendimento do fracasso e da conseqüente expulsão dos holandeses do território, cujo controle já havia retornado para as mãos dos portugueses desde 1640, após o fim da União Ibérica. Nesse sentido se sedimenta o inestimável valor historiográfico dessa obra que, além de seu ineditismo enquanto parte de um restrito conjunto de relatos pessoais sobre o Brasil holandês, traz narrativas preciosas acerca do cotidiano holandês da primeira metade do século XVII.

Referências bibliográficas

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira; XAVIER, Lucia Furquim Werneck (Org.). **As memórias de Krzysztof Arciszewski: um polonês a serviço das Índias Ocidentais no Brasil**. Recife: Cepe, 2022.

Entrevista com André Onofre Limírio Chaves

O pesquisador **André Onofre Limírio Chaves** é graduado em História, possui ênfase nos estudos de colecionismo, museologia e patrimônio. É mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e bolsista Capes, cuja tema de pesquisa resultou na dissertação "Do Kemet para o Novo Mundo: o colecionismo de antiguidades egípcias no Brasil Imperial (1882-1889)". É pesquisador e membro do Rariorum - Núcleo de Pesquisa em História das Coleções e dos Museus-ECI-UFMG. Durante o primeiro semestre de 2016 realizou intercâmbio na Universidade de Évora por meio do programa Minas Mundi - UFMG. Atuou em projetos de requalificação de museus e de proteção do patrimônio cultural. Foi assistente de curadoria no Inhotim entre os anos de 2019 a 2021. Em 2023 passou três meses na Frick Collection (NY) ocupando a posição de *Ayesha Bulchandani Curatorial Intern* com a supervisão do curador-chefe Xavier F. Salomon. É doutorando na linha de Ciência e Cultura na História do Programa de Pós Graduação em História da UFMG, contemplado pela CAPES. Atualmente é historiador do Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0554180142409247>

Entrevista elaborada pelo membro da Comissão Editorial da Revista *Temporalidades*, gestão 2023/2024, André Amaral (mestrando), pertencente ao Programa Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa História e Culturas Políticas. Entrevista concedida via correio eletrônico à André Amaral.

[Revista Temporalidades]: André Onofre, é um grande prazer ter a oportunidade de entrevistá-lo para a Revista *Temporalidades*. Agradecemos pela sua disponibilidade em nos conceder esta entrevista. Conhecendo sua trajetória acadêmica e que você é aluno da casa, sabemos que você no mestrado estudou colecionismos de antiguidades egípcias no Brasil Império, vamos começar por este tópico. Como surgiu seu interesse neste campo e, de que forma entender sobre as instituições museais nos ajudam a compreender a História do Brasil no período pós-independência?

[André Onofre Limírio Chaves]: É um privilégio compartilhar a minha experiência para a Revista Temporalidades, ação discente que tanto admiro, agradeço imensamente o convite. Originalmente, quando optei pelo curso de História, eu tinha em mente me especializar em História Antiga, com ênfase no Egito Antigo, pois era um sonho desde de criança, sempre fui fascinado por esta civilização. Entretanto, a Egiptologia (ciência que se dedica a estudar a antiguidade egípcia) no Brasil é um campo em desenvolvimento e há dez anos atrás era mais limitado ao eixo Rio de Janeiro - São Paulo. A ideia era começar a “plantar sementes” em Belo Horizonte para que também entrasse no circuito de estudos sobre a Egiptologia. Porém, no curso de História da UFMG não havia quem me orientasse, então, a forma foi procurar outros caminhos alternativos. Durante a minha primeira iniciação científica tive o contato com a História das Coleções e dos Museus, campo ainda novo em contexto brasileiro, que se dedica a entender as nuances envolvidas na criação e formação de coleções, bem como, os novos significados que são agregados ao longo do tempo. Assim, em contato com a professora Dra. Júnia Ferreira Furtado chegamos ao consenso que eu poderia estudar a formação da coleção egípcia do Museu Nacional da UFRJ e a do Mariano Procópio, sendo que esta última nunca havia sido estudada. Logo, era a forma de investigar o colecionismo de antiguidades egípcias estando em Minas Gerais.

As instituições museais no século XIX foram importantes órgãos de promoção da nacionalidade, não à toa que após a queda da monarquia francesa e sob os auspícios de Napoleão Bonaparte que ocorreu o movimento de tornar as antigas coleções régias em patrimônio do Estado. De tal forma que foram abertas ao público como modo de garantir acesso à instrução, bem como diminuir as barreiras de acesso ao conhecimento que até poucos anos antes era exclusivo de uma parcela da sociedade. No caso do Brasil, a criação do Museu Nacional visava “polir” a nação por meio de um processo civilizatório que apenas a cultura e a ciência conseguiriam garantir. Assim, baseando nos principais museus europeus da época, o MN foi estruturando-se, tanto em questões de gosto quanto de corrente cientificista. Uma instituição que nos seus primeiros anos voltou os seus olhos para o exterior, tentando se encaixar nos modelos existentes de museus. Por isso, que muitas de suas coleções iniciais eram de cunho estrangeiro, como pinturas europeias, artefatos de povos de outros países, como a coleção egípcia, por exemplo.

[Revista Temporalidades]: Quando vemos grandes museus como o Louvre e o Museu Britânico, pensamos sempre na potência do seu acervo em termos de número de obras, mesmo

que aquelas não sejam pertencentes ao país onde está localizado o museu. Como pensar uma relação entre o acervo de obras/peças nacionais e estrangeiras, e como a salvaguarda destas obras possui alguma influência na construção das identidades nacionais?

[André Onofre Limírio Chaves]: Essa é uma grande questão que está tirando essas instituições da zona de conforto, principalmente, com as demandas vindo da sociedade tanto local quanto estrangeira, que questionam a necessidade desses acervos estarem sob a posse de países que não possuem vínculo direto com eles. Esses museus foram criados em contextos (finais do século XVIII e início do XIX) em que deter o conhecimento era a forma de projetar-se como um potência imperial à serviço da civilização. Por isso, ao longo do século XIX houveram corridas entre as nações europeias para conseguirem espoliar o patrimônio de regiões vistas aos seus olhos como incivilizadas e à mercê da destruição, e muitas das vezes, esse processo se deu de forma violenta, em consonância com o cruel colonialismo. O resultado é o que vemos hoje, inúmeras salas com avantajada porções de obras e que em muitos casos, por terem saído de seu lugar de origem de forma forçada, informações sobre os usos, os antigos proprietários, os símbolos e os semióforos que carregavam foram perdidos, tornando-se apenas receptáculos da curiosidade. Ou seja, houve o apagamento memorialístico daqueles bens.

Ao mesmo tempo, algumas civilizações possuem apego universal, como a egípcia, grega, romana, asteca, maia, inca, beninense, assíria, dentre outras. Cujas forças de expressão e materialização de seus ideais resultaram na produção de construções majestosas, bem como, uma cultura material virtuosíssima. Tal fato, atraiu os olhares de arqueólogos e antropólogos, principalmente do século XIX, que almejavam coletar os testemunhos civilizatórios dos principais povos da Antiguidade. Isso, acentuado pela curiosidade, foi projetado nos museus e resultou na formação do interesse por essas culturas. Conseqüentemente, isso despertou o desejo de colecionadores e instituições museais a colecionarem tais itens como forma de investigá-los, mas também, atrair visitantes.

De tal forma, que ao longo dos séculos é perceptível como a arquitetura, a literatura, o cinema, o teatro, a pintura, a escultura e outras áreas do conhecimento se apropriaram da estética ou de elementos culturais dessas civilizações, despertando mais interesse por elas. Um dos casos mais clássicos foi a egiptomania despertada na sociedade, que iniciou no começo do século XIX, mas que massificou após as produções cinematográficas hollywoodianas, com roteiros sobre múmias amaldiçoadas e que despertam do sono eterno em busca de vingança, ou até mesmo, a vida da faraó ptolomaica Cleópatra VII, cuja trágica história foi interpretada pela atriz Elizabeth

Taylor, e que reforçou o mito da beleza seduzente dessa governante, inviabilizando as ações políticas e diplomáticas para manter o seu império vivo. Isto é, o imaginário, muitas das vezes errôneo, cresceu desde que a Arqueologia se debruçou sobre essas sociedades, fazendo que os museus fossem um dos principais lugares de guarda da memória delas. Claro, não culpo essa ciência, que hoje está revendo questões e auxiliando nas discussões descoloniais, a questão é como os ideais coloniais se perpetuaram nela durante os séculos XIX e meados do XX.

Esses grandes museus precisam rever o processo de obtenção de grande parte de suas coleções por meio de estudos de *provenance*, que investiga o passado da aquisição dos objetos, analisando todas as mãos que passaram por eles, para compreender a legalidade de tal ação. Isso, também deve estar alinhado com a demanda do país em que esses acervos são originários, principalmente, se a peça em questão possui um peso identitário, de modo que o seu retorno é uma forma de reparar a ausência cultural e simbólica causada pelo espólio de tal item. E como eu sempre ressalto, cada caso é um caso, não dá para simplesmente condicionar tudo sobre o mesmo jugo, repatriação e restituição são processos que demandam responsabilidade, não é apenas devolver, mas também garantir condições para a salvaguarda desses acervos em seus lugares de origem.

[Revista Temporalidades]: O Museu Nacional, localizado na cidade do Rio de Janeiro, se configura como uma das instituições científicas mais antigas do Brasil, sendo inaugurado em 1818, antes ainda da independência. Pensando no projeto para a criação desta instituição, você saberia nos dizer quais foram os objetivos iniciais e como eles mudaram três anos depois com a instauração do Império? Além disso, de que maneira o Museu Nacional, enquanto uma instituição político-cultural, desempenhou um papel no processo de construção da identidade nacional brasileira?

[André Onofre Limírio Chaves]: A criação do Museu Nacional foi em contexto de polimento cultural da Corte, uma vez que por abrigar a aristocracia portuguesa era preciso garantir meios que tornassem a cidade com ares europeizantes, civilizando-a, conforme a mentalidade da época. Principalmente, após a elevação do Brasil à condição de Reino, em 1815, e a aclamação de D. João VI, em 1818, mesmo ano da criação da instituição. Isso, alinhado com a vinda da princesa austríaca D. Leopoldina de Habsburgo, consorte do herdeiro da coroa, D. Pedro I, cujo interesse pela História Natural, especialmente pela Mineralogia, acentuou a necessidade de ter um local em que se pudesse fazer o culto pela natureza de forma sistematizada e organizada, garantindo

também um local para o deleite. Tal cobrança vinha de antes, principalmente pelos naturalistas estrangeiros e locais que demandavam um local centralizador para as coletas e o estudo delas. Entretanto, nesse primeiro momento de criação, as coleções presentes eram plurais, de teor enciclopédico, desde quadros, esculturas, minerais, animais empalhados até itens de curiosidade que foram doados pela família real.

Após a Independência pouca coisa mudou nos primeiros anos, principalmente pelo fato de que a instituição vivia com constantes dificuldades orçamentárias, o que impedia de fazer ampliações estruturais e organizar de forma sistematizada as coleções presentes. Em 1826, a coleção egípcia é adquirida, por exemplo, já demonstrando um movimento da instituição em se adequar ao gosto colecionista presente nos museus europeus. É a partir do Segundo Reinado que grandes mudanças em termos de gestão e missão ocorreram. Principalmente, pelo interesse de D. Pedro II, “o imperador das ciências”, em prover meios que garantissem um novo perfil para a instituição, para além da pesquisa em História Natural, incluindo a Antropologia e Arqueologia. Essas ciências passaram a ser fundamentais para a compreensão da Antiguidade Brasileira, projetada nas civilizações indígenas que habitaram o Brasil. Isso, alinhado com as discussões no IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) movidas por sujeitos que almejavam escrever o passado nacional realizando investigações sobre esses povos que não deixaram vestígios escritos, recorrendo à busca pelo passado escondido nas entranhas do solo.

Naquele período, os cientistas e historiadores brasileiros viviam na angústia de comprovar que o gênio da civilização outrora povoara essas terras e que os brasileiros possivelmente eram frutos de uma sociedade que se corrompeu com o passar dos séculos. Era fundamental, na mente dos estudiosos da época, entender as nossas origens, sobretudo em um país que era regido por uma monarquia e que deveria se destacar das demais nações republicanas que o cercavam. Curiosamente, elas possuíam indícios monumentais de povos vistos como civilizados, dada a presença de pirâmides no México, construções engenhosas na Guatemala e Peru. Desse modo, investigar o passado indígena era de extrema relevância, fato que resultou em estudos mobilizados pelo MN que comparavam os artefatos arqueológicos de indígenas brasileiros com as coleções egípcias e greco-romanas, como uma maneira de encontrar um elo comum entre elas. Nesse caminho, os povos Marajoara foram eleitos os mais próximos dessas sociedades uma vez que legaram vasto material arqueológico, com grafismos altamente elaborados e que induziram os estudiosos a acreditarem que se tratava um língua esquecida. Um alívio para a época! Pois, povos sem escrita eram considerados inferiores.

Consequentemente, o Museu Nacional foi o palco de eventos importantes, como a Exposição Antropológica de 1882, que expôs as teorias raciais vigentes na época por meio da análise da cultura material e morfológica dos próprios indígenas. Naquela altura, entendidos como indivíduos frutos da corruptela de grandes civilizações. Tal fato, reforçaria o preconceito e o racismo pelas sociedades indígenas, ao ponto que mulheres, homens e crianças indígenas foram “expostos” nesta mostra, uma atitude vista como cruel ao nosso olhar atual, mas para a época, fundamental para a teatralidade museal.

Por outro lado, o MN teve importância fundamental no estudo sobre a natureza brasileira que até o começo do século XIX havia sido timidamente estudada. Em grande parte por naturalistas locais à serviço da Coroa. Entretanto, a riqueza natural era o grande trunfo do Brasil aos olhos dos cientistas, de modo que havia uma cobrança pela presença de mais estudos sistematizados sobre ela. O museu facilitou a internacionalização do conhecimento brasileiro, de modo a contribuir com a descrição de plantas, animais e minerais. Além de ter sido um agente à serviço do Império, em termos de estudar as potencialidades naturais que poderiam ser exploradas pelos olhos da indústria humana.

[Revista Temporalidades]: Infelizmente, em 2018, o Museu sofreu um incêndio e boa parte de seu acervo foi perdida. Seu mestrado tem o título: 'Do Kemet para o Novo Mundo: O colecionismo de antiguidades egípcias no Brasil Imperial (1822-1889)', orientado pela Professora Dra. Júnia Ferreira Furtado, e foi obtido em 2019. Portanto, o infortúnio com o Museu aconteceu durante suas pesquisas. Você poderia nos contar um pouco sobre o que aconteceu e fazer um balanço de como o incêndio afetou o desenvolvimento do seu trabalho?

[André Onofre Limírio Chaves]: Lamentavelmente, para qualquer profissional da cultura ou amante dela, o ano de 2018 será impossível de ser esquecido. Aquele anoitecer de 2 de setembro de 2018 marcaria o fim de muitas pesquisas e o apagamento da memória de várias sociedades. Até hoje lembro perfeitamente do momento em que fui informado do sinistro, estava escrevendo uma parte da dissertação que narrava as péssimas condições estruturais que o museu passava na primeira metade do século XIX. Coincidentemente, após anos e mais anos de negligência do Estado, o prédio principal do Museu Nacional, outrora Palácio de São Cristóvão, morada da família real e imperial durante os oitocentos, ardeu em chamas, transformando em cinzas grande parte de seu acervo. O mais chocante é que justamente no seu bicentenário, o MN sofreu um grande revés em sua história, tendo que praticamente recomeçar do zero várias coleções,

sobretudo, as mais frágeis, como as dos povos indígenas brasileiros, que remetiam ao século XIX. Hoje, sabe-se que cerca de oitenta por cento das coleções que estavam alocadas no palácio não existem mais. E como grande parte não estava digitalizada, a sua memória dificilmente será recuperada, um fato lamentável, uma cicatriz na história das instituições científicas brasileiras.

É uma das sensações mais terríveis ver o seu objeto de estudo ser destruído em tempo real, lembro perfeitamente de quando as chamas alcançaram a sala que abrigava a coleção egípcia do MN e que infelizmente consumiram grande parte dela, hoje, sabe-se que de 700 peças, apenas 300 foram salvas, e algumas, em estado de conservação extremamente delicado. O fogo não foi o único problema, mas também, os sucessivos desabamentos das lajes de madeira dos pavimentos, bem como a ação da água usada para apagar as chamas, que em alguns casos o contato do corpo superaquecido com o líquido frio ocasionou trincas ou explosão do artefato.

Atualmente, a instituição passa por um extenso processo de restauração, reconstrução e adaptação, uma vez que além das coleções perdidas, os adornos do interior do edifício, que remontavam à época em que viveram a família imperial, foram completamente destruídos, quase nada da sala do trono resistiu, apenas fragmentos de um passado que não existe mais.

Por um lado, na época, foi difícil retomar a pesquisa por causa do trauma, mas, aos poucos, voltei a escrever. Eu havia visitado a instituição quatro dias antes, tendo consultado diversas fontes documentais e registrando-as por meio de fotografias. Isso, salvou a minha pesquisa, pois o meu foco era o processo de formação e significados que a coleção egípcia passou no século XIX. Entretanto, a documentação referente ao século XX perdeu-se. Todo o material que coletei enviei para o MN, como forma deles reconstituir o precioso arquivo que possuíam. Agora, em relação às peças, apenas o tempo e o cuidadoso trabalho dos restauradores é que dirá o que de fato foi recuperado.

Infelizmente, neste país, é preciso uma fatalidade acontecer para que o Estado e a sociedade civil tenham alguma atitude. A cultura da prevenção, principalmente de incêndios, não faz parte da nossa rotina, vide o caso do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, que em 2020 sofreu com o incêndio que atingiu a sua reserva técnica, um dos “órgãos” mais importantes de qualquer instituição. O Estado e a sociedade precisam ser mais cautelosos com a nossa memória.

[Revista Temporalidades]: Seguindo a linha da pergunta anterior, como você enxerga que desastres naturais e eventos provocados por ação humana, que afetam instituições de

preservação, impactam a manutenção da memória nacional? No caso brasileiro, especificamente, como o incêndio no Museu Nacional afeta a salvaguarda da memória da História do Brasil??

[André Onofre Limírio Chaves]: Infelizmente, como havia dito anteriormente, no Brasil a cultura de prevenção a desastres naturais e humanos não é tão levada a sério. Apenas após o incidente e caso ele tenha causado alguma comoção midiática é que se dá alguma atenção. Claro, isso alinhado a falta de investimentos, muitas vezes, museus e demais instituições científicas precisam priorizar as suas escassas verbas para o pagamento de ações emergenciais e de manutenção, inviabilizando a execução de projetos contra incêndios, por exemplo, como foi o caso do Museu Nacional, que desde os anos 2000 possuía planos para modernizar as suas instalações, mas que foram suspensos em virtude dos cortes de gastos no Ministério da Educação.

Museus e demais instituições de proteção da memória são entidades que demandam muito investimento, uma vez que acondicionar acervos é um processo caro, que necessita de materiais específicos, sistema de climatização, produtos para conservação e restauro. Sem falar dos gastos ordinários, comuns a qualquer lugar, como energia, água, limpeza e segurança. Assim, sustentar e garantir o funcionamento de um museu é uma tarefa hercúlea, principalmente num país em que a cultura depende do orçamento do Estado, não sendo recorrente os fundos privados de apoio, como se vê nos Estados Unidos, que conseguiram criar ferramentas para o incentivo da sociedade em doar grandes somas para as instituições culturais.

No caso do Museu Nacional a perda da memória dos povos indígenas, uma vez que lá era um dos principais repositórios, é algo lamentável e de grande tristeza. Isso, somado com inúmeras áreas do saber que também sofreram com o sinistro, perdendo material para possíveis pesquisas e descobertas científicas. Há relatos de amostras que nunca haviam sido estudadas e descritas, ou seja, não só memória e a história nacional sofreram, mas também a ciência brasileira. Estamos falando de um atraso imenso no campo científico brasileiro, que levará anos para ser reconstruído, e mesmo assim, há a possibilidade de algumas áreas não recuperarem a potencialidade que possuíam antes. Uma vez que o processo de coleta de acervos no MN é oriundo do século XIX, assim, exemplares de animais e plantas extintas dificilmente serão recuperados.

É preciso cobrar dos órgãos públicos e também, criar ações que garantam as verbas básicas das instituições, dado que incêndios em museus viraram tradição no campo museal brasileiro, fama que já é sabida no âmbito internacional. Isso implica, por exemplo, a dificuldade

de mostras internacionais virem para cá, bem como a doação de acervos importantes, pois existe uma crença que não somos capazes de protegê-los. Nós somos, mas em condições favoráveis, com investimento contínuo e não apenas emergencial.

[Revista Temporalidades]: No âmbito acadêmico, quais passos você acredita serem importantes para o avanço do corpus do estudo da história das instituições no Brasil? Na sua opinião, existem ramos da história que são frequentemente negligenciados e, por essa razão, merecem uma exploração mais aprofundada e um conhecimento mais abrangente? Em caso afirmativo, quais são esses ramos e como acredita que novas investigações podem contribuir para preencher essas lacunas?

[André Onofre Limírio Chaves]: Sim, não tenho dúvidas. Ultimamente é perceptível o modismo por áreas da História, mas é um processo comum a cada década. Entretanto, no meu caso, meu campo de estudo é a História das Coleções e dos Museus, ainda não tão valorizado entre os meus colegas. Isso dificulta o aceite de comunicações ou até mesmo palestras que abordem essa temática e como ela é importante para pensarmos o envolvimento do campo da História na construção de importantes instituições museológicas brasileiras e como elas impactaram na formação nacional. Por exemplo, a formação do Museu Histórico Nacional é um movimento importantíssimo para pensarmos como a elite da época priorizou discursos históricos, bem como silenciou outros, em prol de se projetarem como agentes fundamentais da nação.

Outros campos, como a História da Cultura Material, das Instituições, da *Provenance*, essa última muito importante para entendermos os processos de aquisição de acervos para eventuais restituições, como no caso das obras de arte roubadas pelos nazistas. Assim, o nosso campo da História precisa acompanhar essas novas tendências de estudos, fato que vai auxiliar na escrita do passado de maneira mais dinâmica, com novos olhares.

O uso da cultura material para a compreensão do passado é um fato que só nos últimos anos começou a ganhar mais adesão pelos historiadores e por meio dela é possível ampliar o leque de possibilidades, trazendo novos discursos que antes não eram notados. Muitos colegas ainda estão presos na informação escrita contida nos documentos, sendo que no próprio, podem haver marcas de usos, ou de produção, ou até mesmo de ritos processuais que demandavam o uso de outros elementos, como selos, carimbos, cera, marcas d'água. Assim, precisamos estar abertos para o uso de novas ferramentas em nosso ofício.

[Revista Temporalidades]: Por fim, como você enxerga o papel das instituições políticas para a construção da identidade ou identidades nacionais brasileiras no Estado pós-colonial?

[André Onofre Limírio Chaves]: Sem dúvida, o Estado tem muita influência na formação dos seus cidadãos, vire e mexe observamos modelos sociais e comportamentais sendo instituídos por discursos oficiais. Recentemente, vimos o quão perigosos são os discursos de cunho autoritário e antidemocrático manifestados por líderes políticos. Em 2023 tivemos o exemplo de como a sociedade brasileira não lidou da maneira correta com os traumas causados pela Ditadura Civil-Militar, de modo que o próprio ex-presidente (2018-2022) exaltou torturadores e parte da população enxergou isso de maneira salutar. Sem mencionar, o saudosismo por ditadores e uma possível “solução” para o Brasil eliminando as instituições democráticas.

Os atos golpistas de janeiro de 2023 revelaram o quão ignorantes e cegos são os intitulos “cidadãos de bens”, que arruinaram as sedes dos três poderes, causando sérios danos ao patrimônio público. Desse modo, percebemos que o Estado precisa investir em instituições de memória, como os museus e memoriais que discutam violações dos Direitos Humanos no Brasil, como a escravidão, por exemplo. Isto é, os brasileiros possuem desapego com o passado, esquecendo que fomos uma sociedade que por mais de trezentos anos continuou sustentando o regime escravagista. Ou, a crueldade que foram os anos da Ditadura de 1964, causando o desaparecimento e morte de muitos brasileiros.

As comemorações do bicentenário da Independência pelo Estado Brasileiro é um bom exemplo de como as instituições políticas podem controlar as narrativas sobre o passado, e que consequentemente vão interferir na formação da sociedade. Observamos a volta de discursos que idolatravam a monarquia, trazendo um saudosismo por ela, da mesma maneira que foi no sesquicentenário, que ocorreu durante o período ditatorial. Por sorte, algumas instituições museais foram contra essa tendência, a reinauguração do Museu Paulista foi uma excelente forma de atualizar a visão da população sobre o imaginário da conquista da independência, resgatando a história de personagens outrora esquecidos. Ao mesmo tempo, é mais do que necessário que o mito da miscigenação das três raças seja desconstruído com mais força, uma vez que sempre é resgatado em discursos oficiais. Um vício histórico construído há mais de um século e que até os dias atuais resiste fortemente.